

Plano para assassinar Vargas e altos chefes militares



Estilac seria a primeira vítima

Hoje os debates sobre o caso Cleofas

ESTABILIDADE DOS EXTRANUMERARIOS MENSALISTAS DA UNIÃO E AUTARQUIAS

Projeto aprovado ontem, sem emendas, no Monroe — Ferrovias brasileiras

RIO, 23 (Meridional) — Os senadores Alencastro Guimarães e Assis Chateaubriand falaram, hoje, na sessão do Senado, sobre as condições em que se acham as ferrovias brasileiras, de propriedade do governo federal. O sr. Alencastro criticou a inércia dos administradores em face do desmontamento do parque ferroviário nacional, com que se solidariou o sr. Chateaubriand. Os dois oradores fizeram um apelo ao ministro da Fazenda, solicitando sua atenção para a ruína em que se encontram as ferrovias que estão a exigir imensas providências da parte do governo. Caso contrário, acrescentou o sr. Alencastro, dentro de poucos anos estarão todas elas paralisadas, à falta de aparelhamento de recursos.

O sr. Chateaubriand, em seu discurso, forneceu novos elementos para compreensão do problema ferroviário brasileiro. O Senado aprovou o projeto que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, em regime de urgência, requerimento do sr. Costa Paes, que o defendeu, relatando-o favoravelmente pela Comissão de Finanças. Foi aprovado, sem emendas, o projeto que regula a estabilidade do pessoal extra-numerário mensalista da União e autarquias, que subiu à sanção. Também foi aprovado, em segunda discussão, o projeto de lei sobre a união das companhias Costeira e Leste Brasileiro. O sr. Waldemar Pedrosa falou sobre os fatos da revolução de 1924, no Amazonas. O sr. Francisco Gallotti requereu fosse designada uma comissão de três senadores para representar (Conclui na 10.ª página)

RESSURGIMENTO DA FRENTE PSP-PTB

RIO, 23 (Meridional) — Os acontecimentos tendem a confirmar a aliança PTB-Adhemar de Barros ou a tentativa de aliança nesse sentido, que significaria a recomposição da frente populista de 1950 PTB-PSP, que elegeu presidente da República o sr. Getúlio Vargas. No festivo e corrido embarque do senador Alberto Pasqualini para o Rio Grande do Sul, ontem, em companhia do sr. João Goulart, o caso foi abordado pelo presidente nacional do PTB quase a descoberto. Ao sr. Barreto Pinto deu instruções para lançar o assunto da tribuna da Câmara e ao sr. Alberto Botelho declarou, segundo o depoimento que este prestou ao repórter, o seguinte: «Não há nada de definitivo, mas não podemos esquecer. Mas não confirmamos nem desmentimos a pergunta que esse parlamentar fez: «Haverá alguma aliança entre o sr. Adhemar de Barros e o PTB do Rio Grande do Sul?»

ADHEMAR NO RIO GRANDE

Outro sintoma revelador da disposição entre os senadores Adhemar de Barros e João Goulart reside no fato de o chefe do PSP ter seguido para o Rio Grande do Sul, para assistir o lançamento da candidatura do sr. Alberto Pasqualini, a fim de prestigiar o pessoalmente junto aos seus correligionários. Os pessimistas riograndenses, segundo as estimativas, alcançam a casa dos 40 mil. Com a disposição dos elementos do PRP de lançar um candidato próprio, tal eleição significaria, portanto, o fim da balança entre Pasqualini e Menegheti, este último candidato da coligação PSD-UDN-PL.

COMPENSAÇÃO EM S. PAULO

A chave da política gaúcha abriu, de acordo com os cálculos, a porta do entendimento entre o PTB e o sr. Adhemar de Barros em São Paulo, mas não conseguiu, de maneira nenhuma, de acordo com os pronunciamentos já vistos, a unidade do (Conclui na 10.ª página)

TERÁ INÍCIO ÀS 9 HORAS A REUNIÃO DO DIRETORIO NACIONAL UDENISTA

Agripino reservado quanto às suas observações em Pernambuco — Advertência

RIO, 23 (Meridional) — Reunir-se-á amanhã, às 9 horas, o diretório Nacional da UDN, convocado para tratar da posição assumida pelo sr. João Cleofas, quanto ao problema sucessório pernambucano e o apoio que inicialmente fora dado, pelo ex-ministro da Agricultura a candidatura do general Cordeiro de Farias.

RESERVA AGROPINO

RIO, 23 (Meridional) — O sr. João Agripino, reservadíssimo, não quer emitir qualquer opinião ou impressão sobre sua viagem. Entretanto, conversou com vários processos da UDN. Apuramos que o material trazido pelo sr. Agripino contém pronunciamentos pró e contra.

De uma maneira geral, entre tanto, positivase que Cleofas agiu dubiosamente, desde a primeira hora, querendo sua candidatura. Existem opiniões contrárias, dentro dos informes trazidos pelo sr. Agripino, sobre se Cleofas, desde a primeira hora, recomendava externamente a candidatura do general Cordeiro e trabalhava nos bastidores pelo seu próprio nome. Reafirmamos que o diretório não tem autoridade para expulsar Cleofas. Mas poderá repudiá-lo, publicamente, o que tornaria sua posição insustentável dentro do partido.

Há forças que ainda trabalham para evitar um pronunciamento público contra Cleofas, desejando que haja uma simples manifestação interna do diretório.

APOIO A UDN CARIOCA

RIO, 23 (Meridional) — O sr. Maurício Joppert, presidente da UDN carioca, exibiu ontem, em sua palestra com Cleofas, inúmeros despatches aplaudindo a conduta da entidade carioca. Mostrou inclusive despatch assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, que diz: «Julgo imprescindível o repúdio oficial do partido ao

GOIS MONTEIRO SAIU DA TENDA DE OXIGÊNIO

Rasgou, no recinto da Câmara Federal, o avulso do inquerito do B. do Brasil

RIO, 23 (Meridional) — O estado de saúde do general Gois Monteiro não se alterou de ontem para hoje, informou o médico de plantão da Clínica de Repouso São Vicente. Afirmou ainda que o general passa relativamente bem, está conversando e já saiu da tenda de oxigênio.

CHICO MACEDO COMENTA A NOTÍCIA SOBRE O ATENTADO CONTRA ESTILAC

RIO, 23 (Meridional) — A sessão da Câmara hoje foi iniciada com a leitura da mensagem presidencial revogando o decreto de ano de 1946 que criou a Colônia de Férias da Aeronáutica, no Estado do Rio. O sr. Frota Aguiar denunciou o diretor da Despesa Pública que está recusando o pagamento de proventos dos ferroviários aposentados da Central do Brasil, pela respectiva Caixa de Aposentadoria e Pensões. A propósito do assunto, requereu informações e ainda apresentou um projeto, dispondo sobre o pagamento de tais proventos, pelo Tesouro. O sr. Daniel Faria apresentou um memorial da Associação Comercial da Carajinha, Estado do Rio Grande do Sul, sobre os aspectos da fixação do salário mínimo.

CRÍTICAS AO S.T.

Crítico também a decisão do Supremo Tribunal que reconhece a constitucionalidade da cobrança da taxa de dois cruzeiros, por litro de aguardente.

O sr. Fernando Nóbrega prestou uma homenagem à memória do maior Alberto Nóbrega, ontem abatido em Goiânia com um tiro pelas costas.

O extinto era paraibano.

O sr. Muniz Falcão voltou a criticar a seção de Créditos do Ministério da Fazenda, em virtude da demora no andamento dos processos relativos a aposentados, citando o caso de Maria Briza Teles, residente em Alagoas. Disse que tudo indica que os papéis só têm andamento naquela repartição, mediante promissas.

O sr. Germano Dockron apresentou um pedido requerendo a nomeação de uma comissão especial para representar a UDN nos festejos da Exposição Nacional do Milho, de Santos, no próximo dia 14 de agosto.

Foi aprovado o requerimento e nomeados o autor e mais os srs. Fernando Ferrari, Floriano Cunha, Nestor José e Wolfman Matzler. Foi aprovado, também, um requerimento do sr. Fernando Ferrari, pedindo um voto de recesso pela passagem do Dia do Colono, no próximo domingo, na tribuna, para lerem, eloquentes os colonos e descendentes de Fernando Ferrari, Nestor José e Germano Dockron.

Não houve quórum para a



Getúlio Vargas: na lista dos que seriam liquidados

Reportagem sensacional divulgada pelo vespertino "associado" do Rio

Um indivíduo de nacionalidade paraguaia preso na residência de Estilac — Outras pessoas detidas — Revelações surpreendentes

GOIS MONTEIRO SAIU DA TENDA DE OXIGÊNIO

RIO, 23 (Meridional) — O Diário da Noite publica, hoje, em dias da semana passada, foi encontrada nas proximidades da residência do comandante da Zona Militar do Centro, general Estilac Leal, um indivíduo de nacionalidade paraguaia em atitude suspeita. Verificou-se que estava armado. Submetido a interrogatório, revelou o paraguaio uma trama para a eliminação de elementos de destaque de nossas forças armadas.

Adianta-se que as autoridades estão agindo sigilosamente e tomaram todas as providências que o caso requeria. Já foram detidas 3 pessoas, destacando-se um funcionário da aviação civil radicado em capital paulista. Adianta-se mais que a residência do general Estilac Leal está fortemente vigiada por soldados da 2.ª RM.

RIO, 23 (Meridional) — Além de confirmar o fato, fonte digna de todo crédito esclareceu a nossa reportagem que o indivíduo que tramava contra a vida do general Estilac não foi preso nas proximidades, mas precisamente no interior da residência do atual comandante da Zona Militar do Centro, em São Paulo.

O intruso, de nacionalidade paraguaia, foi descoberto pela esposa do general, Laura Estilac Leal, que deu o alarme e conseguiu prendê-lo com a ajuda da criada. Identificada a trama, as autoridades da 2.ª RM adotaram, rápida e sigilosamente, as providências que o caso exigia.

Escusamos que comparecerá a reunião do diretório para defender seus pontos de vista.

Ouvindo o sr. Aldo Sampaio também declarou que comparecerá, embora sem saber ainda se vai falar ou não. Ouvimos o sr. Souza Naves, atual presidente em exercício do PTB, que declarou: «O caso do PTB de Pernambuco depende de uma reunião que deverá escolher qual o candidato que será apoiado pelo partido».

CRÍTICAS AO S.T.

Crítico também a decisão do Supremo Tribunal que reconhece a constitucionalidade da cobrança da taxa de dois cruzeiros, por litro de aguardente.

O sr. Fernando Nóbrega prestou uma homenagem à memória do maior Alberto Nóbrega, ontem abatido em Goiânia com um tiro pelas costas.

O extinto era paraibano.

O sr. Muniz Falcão voltou a criticar a seção de Créditos do Ministério da Fazenda, em virtude da demora no andamento dos processos relativos a aposentados, citando o caso de Maria Briza Teles, residente em Alagoas. Disse que tudo indica que os papéis só têm andamento naquela repartição, mediante promissas.

O sr. Germano Dockron apresentou um pedido requerendo a nomeação de uma comissão especial para representar a UDN nos festejos da Exposição Nacional do Milho, de Santos, no próximo dia 14 de agosto.

Foi aprovado o requerimento e nomeados o autor e mais os srs. Fernando Ferrari, Floriano Cunha, Nestor José e Wolfman Matzler. Foi aprovado, também, um requerimento do sr. Fernando Ferrari, pedindo um voto de recesso pela passagem do Dia do Colono, no próximo domingo, na tribuna, para lerem, eloquentes os colonos e descendentes de Fernando Ferrari, Nestor José e Germano Dockron.

Não houve quórum para a

O misterioso paraguaio foi levado para o quartel da 2.ª RM e inquirido, após serem apreendidas as armas que carregava — um revólver e uma arma branca. Fez o preso — segundo adiantou nosso informante — revelações sensacionais, declarando que existe um plano para assassinar dos chefes militares e também do presidente Vargas.

A fonte a que nos referimos afirmou ainda que se encontraram presos dois pilotos da Real de Transportes Aéreos, que servem na linha Assunção-São Paulo, sendo um deles o comandante Denis, e mais 2 pessoas. Concluindo, assegurou que novas prisões serão efetuadas, nas próximas horas, que no Rio como em São Paulo.

Está causando estranheza o fato de haverem dois órgãos comunistas — «Imprensa Popular», do Rio, e «Notícias de Hoje», de São Paulo — divulgado a prisão de dois aviadores, embora sem referência direta ao fato. Isso indicaria que os comunistas estariam alheios aos acontecimentos.

Nossa reportagem conseguiu ainda ouvir o general Zenóbio. Embora sem se mostrar surpreso, declarou Zenóbio que ainda não recebeu nenhum relatório do comandante da Zona Militar do Centro, acrescentando: «Se o general Estilac está apurando devidamente os fatos para depois me remeter seu relatório. Não posso elementos para concluir» (Conclui na 10.ª página)

Leiam "O NORTE", de João Pessoa

A venda nas seguintes bancas de jornais:

Rosa de Ouro (oitão da Sloper) e rua

Primeiro de Março (calçada do Banco

Nacional)

Brochado da Rocha candidato do PSP ao governo do Rio Grande do Sul

A CONVENÇÃO DO PARTIDO TEVE A PRESENÇA DE ADEMAR DE BARROS

Escolhidos também os representantes pessoais para o Senado

PORTO ALEGRE, 23 (Meridional) — A convenção do PSP escolheu, em voto secreto, o deputado José Brochado da Rocha, seu candidato ao governo do Estado. Para o Senado, foram indicados Marcial Terra e Tasso Correia, que igualmente se elegeram.

Para a proclamação dos candidatos chegou ontem o sr. Ademar de Barros. Brochado da Rocha, discursando, dando um convite que lhe foi formulado oficialmente, disse, a certa altura: «Deus sabe também da decisão com que neste instante me atiro à luta mais uma vez a serviço do Rio Grande. Ademir

ordem do dia. O sr. Frota Aguiar criticou acerbamente a concessão de haberes-corpus em favor do sr. Ricardo Jaffet, sobre o caso de inquérito do Banco do Brasil. E, num gesto teatral pegou um avulso contendo a íntegra do referido inquérito, no total de 383 páginas (Conclui na 10.ª página)

«Eu não trouxe candidato no bolso do colete. Estou aqui para ratificar vossa escolha, como juiz que sou. Trago a José Diego os meus parabéns. Há mais de um ano o havia convidado, pois pressentia que isso aconteceria. Depois dessas apreciações, o sr. Ademar fez propaganda de sua candidatura à presidência da República, afirmando que a luta pelo governo de São Paulo, agora, não era seu intuito, mas que fora levado a isso por por imperativos de ordem moral.

Estamos todos certos de que nas urnas o legítimo udenismo pernambucano saberá provar que não é, não pode ser da UDN uma convenção que não se nega os spleens compromissos como igualmente repudia as categorias impositivas decorrentes de sua história de existência. Surgiu como órgão político permanente do movimento de opinião leal (Conclui na 10.ª página)

«O deputado Lima Cavalcanti recebeu o seguinte telegrama: «Ao consumir-se a surpreendente e lastimável adesão da convenção udenista de Pernambuco abomináveis propostas da oligarquia getulista, responsável pela ruína moral e material de nossa pátria, confora ver a ativa bandeira de nosso partido empunhada por dignos membros do diretório dessa capital a que se acham unidos o nobre deputado Neto Campelo e o caro amigo, velho companheiro de outras jornadas.

«Estamos todos certos de que nas urnas o legítimo udenismo pernambucano saberá provar que não é, não pode ser da UDN uma convenção que não se nega os spleens compromissos como igualmente repudia as categorias impositivas decorrentes de sua história de existência. Surgiu como órgão político permanente do movimento de opinião leal (Conclui na 10.ª página)

HOJE

EM TODAS AS BANCAS DA CIDADE

Grande Edição do Café dos "Diários Associados"

O maior inventário jornalístico até hoje registrado sobre o café.

128 PÁGINAS ILUSTRADAS

Portinari, Clovis Graciano, Tarsila do Amaral, Arnaldo Pedroso, D'Horta, Ademir Martins, Livio Abramo, Quirino da Silva, Flavio de Carvalho e Nelson Nebrega

Uma edição especial como jamais se publicou no Brasil! Uma edição que será distribuída em todo o País, especialmente nos Estados cafeeiros! Os mais renomados colaboradores! Os mais valiosos registros! Os mais interessantes informes!

Páginas repletas de notícias preciosas engrandecendo a contribuição do café à riqueza, à cultura e à civilização brasileira! Um verdadeiro levantamento econômico-social em torno desse produto básico de nossa prosperidade!

UMA EDIÇÃO PARA SER LIDA, GUARDADA E ENCADERNADA

O general Cordeiro de Farias iniciará a segunda etapa de sua campanha política

Floresta, o primeiro município a ser visitado pelo candidato das forças coligadas

O candidato coligado, general Cordeiro de Farias, dará início, depois de amanhã, à segunda etapa de sua campanha política, voltando a excursionar por vários municípios, a começar de Floresta.

A propósito de sua primeira excursão à zona sertaneja, recebemos do nosso correspondente os seguintes despatches telegráficos:

DE S. JOSÉ DO EGITO, 23 — Às 17 horas, realizou-se um grande comício, em frente à Prefeitura desta cidade, sob intensa vibração de grande massa humana que superlotava a praça. Debato de grande entusias-

mo e vibração foi iniciado o comício. Falaram o sr. Bernardo Jucá, professor Demosthenes Veiros, do PSP, sr. José Rabelo, acadêmico Carlos Veloso, deputados Oscar Carneiro, Clelio Lemos e Walfredo Siqueira e o general Osvaldo Cordeiro de Farias. Foram aclamados o governador Eitelino Lins, o general Cordeiro de Farias e o deputado Walfredo Siqueira.

O sr. Antonio de Souza ofereceu um banquete ao general e convivia, com a presença de chefes políticos deste município e dos vizinhos.

O general Cordeiro de Farias atendeu à oportunidade para

manter contato com o chefe udenista Inácio Mariano.

DE ITAPETIM, 21 — Surpreendente foi o número de pessoas que acorreram para assistir ao comício do general Cordeiro de Farias, candidato dos partidos coligados ao governo de Pernambuco. Calcula-se que cerca de duas mil pessoas estiveram presentes àquela reunião, no qual tomaram parte os seguintes oradores: sr. Adalberto Rego Monteiro, Ed. Gonçalves, em nome da administração local, professor Horacio Rocha, o udenista Juarez Gomes Lopes, deputados Oscar Carneiro e Clelio Lemos, acadêmico Fernando Cavalcanti, deputado Walfredo

Siqueira e o general Cordeiro de Farias.

O deputado Walfredo Siqueira declarou que o general Cordeiro de Farias obterá cerca de noventa por cento dos sufrágios do novo município do Estado, o que virá reafirmar o prestígio e a pujança do PSD e demais partidos que compõem a coligação em prol da candidatura Cordeiro de Farias.

O general Cordeiro de Farias presidiu à solenidade de instalação do novo município, solicitando ao padre João Leite vigário local, que cortasse a fita simbólica.

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

DE SERTANIA, 21 — Chegou, (Conclui na 10.ª página)

Noticias da Paraíba

Desarticulada uma perigosa quadrilha de malfetores que vinha agindo no interior, composta de 47 elementos dos quais 19 foram capturados — Eleitorado paraibano — Festa das Neves — Regressa o bispo auxiliar — Ato do Executivo — Colaboração do Monsenhor José Coutinho — Sociais — Diversas



No último domingo, por ocasião do encerramento da tradicional festa de N. S. do Carmo, em João Pessoa, foi prestada ao venerando carmelita, frei José Maria Casanova, uma expressiva manifestação de apreço, ainda em homenagem ao seu jubileu sacerdotal, há pouco transcorrido. A Ordem Terceira do Carmo à frente o seu capelo, monsenhor José Coutinho, outras associações religiosas e altas autoridades, estiveram presentes à homenagem durante a qual foi oferecida ao velho educador carmelita uma lembrança. No clichê, um aspecto da manifestação prestada a frei Casanova.

JOÃO PESSOA, 23 (Da Correspondente) — Uma perigosa quadrilha de ladrões de cavalos, que, desde muito tempo, vinha agindo no interior desta e do vizinho Estado do Rio Grande do Norte, acaba de ser debarrada pela polícia paraibana que, para efeito de suas atividades, contou com a cooperação da sua congêneres potiguar.

Compunha-se a quadrilha de 47 elementos, 19 dos quais foram presos e se encontram na cadeia pública da cidade de Arara. A polícia, apurando, anteriormente, São eles os seguintes: Manuel Maria da Silva, vulgo "Nezinho dos Porcos"; Claudino Raimundo de Jesus, Francisco Leite;

Manuel Pedro da Cruz, vulgo "Mão Pedro"; Silvino José, Manuel Paulo da Silva, Manuel Cleto Ferreira, vulgo "Candela", Joaquim Ferreira da Silva, vulgo "Juá", José Macena, Francisco Roque, João Ferreira da Silva, vulgo "João Ferreira", Severino Claudino, Raimundo Jales, e mais seis cujos nomes não conseguimos apurar.

As diligências para captura dos integrantes da perigosa quadrilha tiveram começo no dia 7 do corrente mês, tendo a polícia, apurando, anteriormente, que os malfetores tinham os seus esconderijos no interior dos municípios de Nova Cruz, Rio

primeiros situados em território norte-riograndense. Daí se que eles partiam para realizar suas perigosas incursões nos outros municípios.

Com a prisão dos primeiros ladrões, vieram as autoridades policiais a conhecer e identificar os chefes da quadrilha que são os indivíduos Silvino José, vulgo "Nino de Ouro", José Duca, vulgo "Molho de Ferro", José Minot, José Inácio e José Vicente, vulgo "Biu Vicente", os quais também foram capturados.

ELEITORADO PARAIBANO

De acordo com informações colhidas no Tribunal Regional Eleitoral eleva-se a 365 611 o número de eleitores existentes no Estado.

Campina Grande continua na dianteira de todos os municípios, contando com 41.736 inscritos. A capital, ou seja todo o município de João Pessoa, conta com 31.279 eleitores.

FESTA DE N. S. DAS NEVES

O monsenhor Pedro Anísio, vigário da Catedral, organizou uma lista das entidades e classes que patrocinaram, este ano, o novenário da tradicional festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, a ter início na terça-feira 27 do corrente, e que é a seguinte:

- 1.º noite: — Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Assembleia Legislativa do Estado e Câmara Municipal.
- 2.º noite: — Academia Paraibana de Letras, Faculdade de Direito, Filosofia, Medicina, Odontologia, e Ciências Econômicas e Associação Paraibana de Imprensa.
- 3.º noite: — Engenheiros, Agrônomos e Fiscais do consumo.
- 4.º noite: — Bancários e auxiliares.
- 5.º noite: — Militares.
- 6.º noite: — Funcionários públicos federais, estaduais e municipais.
- 7.º noite: — Dentistas e Farmacêuticos.
- 8.º noite: — Estudantes.
- 9.º noite: — Comércio e Indústria.

DOM MANUEL PEREIRA DA COSTA

Chegará hoje a esta capital, de regresso de sua viagem ao sul do país, o bispo auxiliar eleito desta arquidiocese, dom Manuel Pereira da Costa.

A sação do novo antistite está marcada para 13 de agosto próximo, consagrado à Assunção de Nossa Senhora, e data que assinalará o 60.º aniversário de fundação do Seminário Arquidiocesano da Paraíba.

ATOS DO EXECUTIVO

O governador do Estado assinou os seguintes atos:

Nomeando Sebastião de Moraes para o cargo de investigador da Polícia Civil.

Concedendo aposentadoria à auxiliar de escritório Matilde Rossi de Oliveira, lotada na Divisão dos Serviços Distritais.

Concedendo aposentadoria a João Mesquita de Melo, artífice na Repartição do Saneamento de João Pessoa.

Tornando sem efeito o ato de 30 de março do corrente ano pelo qual foi nomeado Luiz Ferreira Sobrinho carcereiro da cadeia pública do município de Solânea.

Fazendo voltar às suas funções no Departamento de Educação, onde é lotado, a professora Maria de Lourdes Brito, que se encontrava a disposição do Tribunal Eleitoral.

Determinando que o regente de classe Edelbrutes Adelaide Ferreira, ora a disposição do Colégio Estadual de Campina Grande, passe a servir, a pedido, nas Escolas Reunidas da Med. Sales, da mesma cidade.

Nomeando Teresa Ramona Lima para exercer o cargo de 1.ª escrevente compromissado do 1.º cartório civil e crime da comarca de Mamanguá.

UMA AJUDA PARA LEOPOLDINO

Sob o título, acima o monsenhor José Coutinho escreveu, para esta seção, o seguinte comentário:

"Na rua da República, 566-B, em nossa Capital, está instalado, com minúscula drogaria o sr. Leopoldino Medeiros, pai de honrada e numerosa família. Trata-se de um farmacêutico prático, que conhece quase todos os remédios."

Andou muito, desde menino, sempre lutando com drogas. E quando cansou de andar, localizou-se de vez, em Malta, hoje município e então vila, onde exerceu, durante muitos anos, papel parecido com o de benemérito Antônio Batista, de Piriputuba: — atender indistintamente a quantos o procuram, de dia ou de noite, com dinheiro ou sem dinheiro.

Vio para esta Capital, como enfermeiro da Cooperativa dos Rodoviários.

Extinta que foi esta, resolveu, como fazem quase todos os que aqui chegam, a enterrar o velho corpo, quando morrer, no Cemitério do Senhor da Boa Sentença.

Quer isto dizer, que ele é do meu partido, senta praça no batelhão peçoense, com estes anos de idade, e fora da Paraíba, não quero ser nem reis.

O Leopoldino, de que me ocupo, é sobretudo, um homem consciencioso. Não passa o dia adiante da mão.

A não serem injeções comuns, contra gripe, dores e outras, que independem de prescrições médicas, ele só põe na seringa, se o escultismo determinar.

Entretanto, tem tanta queda para cirurgia que, certa vez, ouvi dizer o dr. Janduby Carneiro — o grande clínico, que tanto bem fez ao nosso alto sertão, quando residia, lá em Pombal — assumir a responsabilidade da operação, que Leopoldino fizera. Porque alguém o censurava, por ter encenado a perna de uma pessoa, muito pobre, numa localidade onde só existiam médicos, a nova técnica de diagnóstico e sem estradas para automóvel, filho de um morador do falecido fazendeiro José Rodrigues de Souza, mais conhecido por José Neco, sogro do também falecido Avelino Marquês, ex-vice-prefeito de Pombal, cu-

jas famílias ainda hoje residem em Malta.

Doutro vez, uma criança, filha de José Vicente e Tica Alves, também até agora em Malta residente, de quatro anos de idade, atropelou-se numa lagoa próxima a cidade, tendo caído de uma pedra, onde estava brincando.

Aviados seus pais, apressaram-se em retirá-la da água, sem sentidos, com sinais muito prováveis de morte completa.

Foram chamar o benemérito profissional e ele nem queria vir, justamente por se sentir francamente constrangido, porque nada podia fazer mais, pelo defuntinho.

Pelo menos, quase ninguém adivinhou estar Leopoldino cu Leopoldo, como muitos preferem chamá-lo, embora com inteira permissão dos pais, "judiando" com os seus restos mortais.

Aplicou-se um pouco de ginástica respiratória, com o moribundo debruçado, com massagem dos pulmões, junto às costelas minúsculas e, mais ou menos meia hora depois, a criança estava respirando, fato este presenciado por toda a população de Malta, salvo engano, no ano de 1941.

Eis de que se capax o Leopoldino, da rua da República, quando reside em localidades que não têm médicos.

Ninguém, porém, é mais prudente e precavido, parecendo não conhecer dos segredos dos médicos e operatórios, que o sr. farmacêutico e a família, quando está perto de algum escultismo.

Conhecem o de perto, e fazem dele o melhor juiz, além de outros, o grande leste — dr. Isaias Silva, o exímio cirurgião que, apesar de ser apenas otorrino e oculista, opera vantajosamente, da ponta do cabalo, a ponta dos pés, hoje com consultório, nesta Capital, no Edifício Duarte da Silveira: os beneméritos e competentes clínicos e operadores, doutores A. Tencio Wanderley, de Pombal; Lauro Queiroz e João Caetano de Patos; José Dias, de Esporanga; meu primo e amigo Marinselo Moreno, desta Capital, que podem atestar também sua benemerência, pois faz tudo o que é possível, sem exigir dinheiro, tratando-se de pessoas realmente pobres, esteja dormindo ou acordado.

Que Deus Nosso Senhor o continue protegendo, enquanto viver, não só para felicidade de sua família, como também, para benefício de quantos precisarem dos seus serviços.

CASAMENTO

Na cidade de Itabaiana, realizou-se, amanhã, o casamento da senhorita Semíramis de Albuquerque Lira, filha do sr. Vicente de Mendonça Lira e de sua esposa, sr. Severina de Albuquerque Lira, com o sr. Arnaldo Cesar Bezerra, funcionário da agência do Banco do Brasil nesta capital.

O ato religioso, com efeito civil, se efetuou às 16.30 horas, na residência dos genitores da nubente. Serviram de paraninfo, por parte da noiva, o sr. Jonas Cordeiro de Souza e consorte o dr. José Bernardino de Paula Lemos e senhorita Elizabeth de Albuquerque Cavalcanti e, por parte do noivo, o jornalista Samuel Soares e esposa e sr. Olívio Falcão e esposa.

Os nubentes fixarão residência nesta capital à av. capitão José Pessoa, 292.

MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE LEILÕES DE MOEDAS

RIO, 23 (Meridional) — As autoridades monetárias estão realizando estudos que visam corrigir o sistema de leilões de moedas, de modo a assegurar o abastecimento dos produtos essenciais e eliminar a importação de artigos supérfluos. Cogita-se para este fim, de restabelecer as cotas para determinados produtos fundamentais e tornar não negociáveis certas mercadorias que possuem similar nacional.

Tais providências estão sendo reclamadas porquanto, apesar dos leilões, muitos artigos de primeira necessidade continuam faltando no mercado, como é o caso, por exemplo, dos anti-bióticos. O contingente mensal das importações seria aconselhável em virtude da queda de nossas exportações de café, sabendo-se que, no corrente mês, o Brasil não conseguiu vender mais de 10 milhões de dólares de café, fato mais grave e inquietante.

A presente conjuntura não permite mais especulações, sob pena de arrastar o Brasil a consequências imprevisíveis.

CONDENADO O PROMOTOR GAUCHO

PORTO ALEGRE, 23 (Meridional) — Há tempo, no Hotel Lagado, d. esta capital, o promotor público José Bonifácio Machado Leal e Tolino Balduino Martins travaram uma luta corporal, que cessou devido a intervenção de terceiros. Dias depois, o promotor procurou prender o seu antagonista, no que resultou nova luta, recebendo ambos lesões corporais. O juiz absolveu os dois acusados, dada a carência de provas sobre a iniciativa da agressão.

A decisão foi confirmada pelo Tribunal de Justiça contra o voto do desembargador Macedônio Soares que condenava o promotor a um ano de prisão. O desembargador, sustentando o seu voto, disse que o promotor se aproveitara da ausência de Tolino Martins para cometer a agressão, hipótese do hotel. O promotor, não conformado com a injúria, vem de representar ao Supremo contra a afirmativa do desembargador, afirmando que a prova dos autos e que fora pronunciada com o fito de levar o querelante ao desprezo público.

AVISO

O BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS, S.A., tem a satisfação de participar aos seus clientes e amigos, a instalação de sua Carteira de Cambio nesta praça. Todas as operações do ramo, inclusive no mercado de taxa livre.

Há um seculo

O QUE O "DIÁRIO DE PERNAMBUCO" PUBLICAVA NO DIA 24 DE JULHO DE 1854

COMUNICADO

O consul e os portugueses em Pernambuco

EM ANDAMENTO O «BINOMIO» Concluída a fase importante do plano energia-transporte Perfurado em Salto Grande o maior tunel hidro-elétrico do Brasil, em volume de escavação — A solenidade

BELO HORIZONTE, 23 (Da Afonso Casanova, enviado especial das Associações) — Via Meridional — Acaba de ser concluída a perfuração do maior tunel hidroelétrico do Brasil em volume de escavação. A conclusão teve lugar hoje, quando o governador Juscelino Kubitschek, acompanhado do sr. Juscelino Kubitschek, veio relançando a última explosão e, em seguida, fez a primeira travessia do canal em companhia de sua esposa e dos diretores e engenheiros da Central Elétrica de Minas Gerais que realiza a obra.

ETAPA FINAL

O referido tunel, que mede 4.600 metros, dará escoamento às águas do rio Guanhães, que irá alimentar os geradores da usina de Salto Grande, no município de Joanópolis. Sua conclusão constitui o fim da mais importante etapa dessa obra grandiosa, que se destina a fornecer a Minas Gerais, dentro em breve, mais 64 mil cavalos de energia, dentro do plano em execução pelo chefe do Executivo mineiro. Daqui por diante não se apresentarão mais problemas simples ao prosseguimento da obra que o sr. Kubitschek tem a honra de inaugurar em fins de 1954.

O sr. Juscelino Kubitschek concluiu declarando que espera realizar outras obras de esta natureza e então poderá declarar, sem recear contestação, que cumpriu todas as suas promessas.

EMANCIPAÇÃO ECONOMICA

Por esse auspicioso fato, os diretores da Central Elétrica ofereceram um almoço ao governador, autoridades do Estado e representantes das classes produtivas presentes em Salto Grande. Nessa ocasião, o sr. Lucas Lopes, diretor-presidente daquela companhia, usou da palavra para expor ao governador o andamento das obras, assegurando-lhe, então, que nenhuma dificuldade se oporá à inauguração da usina do Salto Grande no prazo previsto. O embaixador Negrão de Lima, que integrava a comitiva governamental, falou em seguida, para erguer um brinde ao sr. Kubitschek e congratular-se com os responsáveis pelo trabalho pela competência e entusiasmo que

FALEceu O GENERAL BERNICE MACHFAMDEN

TRIESTE, 23 (U.P.) — Aos 55 anos de idade, faleceu, hoje, o major general norte-americano Bernice Machfamdén.

VIVER! MORRER!

DEPENDE DO SANGUE

O SANGUE É A VIDA

Tonifique-se com SANGUENOL que contém excelentes elementos tonificantes como: Fósforo, Cálcio, Vanádio e Aminoácidos de sódio.

Os palídios, esgotados, depauperados, mas que criam, magras e crianças raquíticas.

TONIFICAR-SE AO COM O

SANGUENOL

IMPUREZA DO SANGUE
ELIMINAR DE NOGUEIRA
AUX. CONTRA SIFILIS

FRÊVO Caboclinhos BUMBA-MEU-BOI
LUPERCE MIRANDA

3º Aniversário de

A TABA se DIVERTE

2ª FEIRA, DAS 20.35 às 22.30

GRANDES ATRAÇÕES REGIONAIS
SOB O COMANDO DE
ALMEIDA CASTRO

PELAS ONDAS D

Radio Tamandaré

UM PRÊMIO PARA O AUDITORIO CADA 5 MINUTOS!
2.000 CRUZEIROS EM UTILIDADES PARA O MELHOR PAR QUE DANSA A "VALSA DO ANIVERSÁRIO"
PRIMEIROS SUCESSOS PARA O CARNAVAL DE 55

OUÇAM DOMINGO PROXIMO, das 13.30 às 15 horas na
RADIO TAMANDARÉ
e espetáculo sensação da temporada
com

ITALO CURCIO
apresentando o monovox de Meira Pires

"A MULHER DE PRETO"
INEDITO! SENSUAL! ESTRANHO!
Um espetáculo diferente para ser ouvido com prazer e lembrado com saudade!

Não deixem de ouvir pelas ondas da Rádio Tamandaré, a maior criação artística de ITALO CURCIO.

"A MULHER DE PRETO"
SATANICA! TENTADORA! MULHER... ACENTUADAMENTE MULHER!...

Italo Curcio, notável intérprete de "A Mulher de Preto"

AMANHÃ, ÀS 11.30, NO PROGRAMA
MISCELANIA SONORA, DA P.R.A.8, OUÇA
OTAVIO BRAGA
a bonita voz do rádio alagoano cantando
numa gentileza de
AMARO PAULO DA SILVA
FARTA DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES —
MUITAS SURPRESAS — NOVIDADES!
MISCELANIA SONORA

FATOS DIVERSOS

Sem mais nem menos, deflagrou o revolver contra o zelador do edifício
João Tenório, o criminoso, foi cercado pela polícia no prédio em que mora — Outras ocorrências policiais

A 16 horas de ontem, no interior do edifício latel, à rua Quarenta e Oito, no Espinheiro, ocorreu brutal agressão, praticada por João Tenório Sobrinho. Eis o fato:

Antonio Agostinho Filho, casado, de 39 anos, zelador do edifício, gostava de trabalhar "espelando", isto é, limpo e bem vestido. Exatamente por causa desse zelo de Antonio Agostinho, os inquilinos sempre gostaram dele e lhe davam gratificações de vez em quando.

Como em toda a reza há exceção, entre os moradores do prédio existia um que não se conformava com a ordem de Antonio Agostinho. Sempre que João Tenório, morador do apartamento n.º 02, todo entediado, aparecia, João Tenório Sobrinho implicava com Antonio Agostinho.

Isso mesmo foi o que aconteceu, ontem, à tarde, quando o humilde trabalhador se encontrava entre a sua família. Lá vem João Tenório, morador do apartamento n.º 02, todo entediado, e para a poucos passos do zelador, então varrendo os passadinhos do prédio. Reclamou:

— Aquele poeira o estava incomodando.

Falou, porém, com Antonio Agostinho em linguagem incoerente com a própria condição de inquilino. Entre outras coisas, o tacho de "cabra safada", "murruinha", etc.

O zelador, pessoa pacata, reatou que estava procedendo de acordo com as determinações recebidas e advertiu a João Tenório sobre o tratamento insultuoso que ele usava.

Isso foi o bastante para que o inquilino se enfurecesse, regressasse, rápido, ao seu apartamento. Voltou trazendo um revolver para disparar contra Antonio Agostinho, que caiu prostrado no solo com certo balço no terço médio da perna esquerda.

O estúpido despertou a atenção das famílias domiciliadas nos demais apartamentos, de onde várias senhoras reclamaram a brutal atitude de João Tenório Sobrinho.

O criminoso, amedrontado com as rápidas providências tomadas pelos demais moradores, não se atreveu a sair do edifício, indo trançar-se no seu apartamento, enquanto ali comparecia para intervir-se do caso o fiscal-geral da guarda-civil, Sebastião Viegas, ora respondendo pelo encerramento da polícia do Espinheiro.

A vítima, em ambulância do HPS, foi removida para o Hospital de Fernandes Vieira, onde permaneceu internada, suspirando-se que o projétil tenha provocado fratura dos ossos da primeira costela.

A noite, o delegado Vicente Corrêa Ribeiro, do 2.º distrito, afirmou que o criminoso não prejudicasse o flagrante, determinando que o edifício latel, onde João Tenório Sobrinho se encontrava, fosse apresentado à autoridade. Falava-se, até, na sua Quarenta e Oito, onde o movimento mandaria chamar um deputado com o intuito de abandonar qualquer maneira o prédio e dar lugar a "Vila Diogo", isto é, fugir.

Cena de sangue dentro da pensão
O comerciante Hugo Frazão Pereira da Silva, casado, de 31 anos, morador à rua do Jesuítas, n.º 95, em Afogados, às 12 horas de ontem, com dois ferimentos penetrantes, produzidos por arma branca, no hemitórax esquerdo, deu entrada na sala de curativos do Pronto Socorro em estado gravíssimo.

Funcionário da Sanbra, por questões de serviço, Hugo Frazão se tornou, há dias, inimigo do seu companheiro Vitorino Ramos, casado, de 27 anos, comerciante, com domicílio em uma pensão localizada à rua do Rangel n.º 165, em São José.

Ontem, aproveitando a hora do almoço, Hugo Frazão decidiu resolver a questão. Para isso, encaminhou-se à pensão de Vitorino, localizando-o no quarto onde, após rápida troca de palavras, ambos, Hugo Frazão se atirou sobre o outro, pa- zendo-o ao chão e aplicando bofetadas.

Procurando defender-se de qualquer maneira, Vitorino agitou uma xícara, arma com que produziu os ferimentos na antebraço, que em seguida se prostrou ao chão, gritando que não o matassem.

Acorreram, logo, dois soldados do Serviço de Rádio-Patrulha, hóspedes da mesma pensão, os quais efetuaram a captura de Vitorino, indo apresentá-lo ao delegado Paulo do Couto, na Rua do 1.º distrito, para os fins necessários.

Essa autoridade mandou levar a flagração de ambos os comerciantes, sendo que Vitorino já se encontra recolhido no Presídio do Estado, à disposição da Justiça.

Os feridos em desastres do tráfego de veículos
Ontem, no Pronto Socorro, em consequência dos diversos acidentes de veículos de que saíram feridos, tiveram de submeter-se aos curativos de urgência os seguintes pacientes:

— Às 9.40, Luiz Pedro da Silva, casado, de 24 anos, comerciante e morador à rua Carneiro Pessoa n.º 445, no Pina, que apresentava contusões na região frontal, além de escoriações generalizadas, em consequência de um atropelamento ocorrido à rua Imperial. Um auto-lavagem de placa não identificada foi o veículo que acidentou aquele auxiliar do comércio, conforme declarações que prestou ao investigador Olívio Aureliano de Castro, permanente policial do HPS.

— Às 15.20, Altamiro de Lima, casado, de 24 anos, operário e residente à avenida Norte n.º 1333, em S. Amaro, com diversos ferimentos contusos e escoriações generalizadas.

Referiu o paciente que, por ocasião de passar pelo Largo da Encruzilhada, foi alcançado por um onibus de placa não identificada, da linha de Campo Grande. Finalmente:

— Às 19 horas, João Maximiano da Silva, solteiro, de 31 anos, comerciante e residente no Beco do Quinze s.n., em Aguiar-Fria, que apresentava contusões e escoriações generalizadas, em consequência de um atropelamento ocorrido à avenida Beberibe.

Arriada, pelo motorista do ônibus pertencente à Empresa S. Paulo, número de ordem 371.

Os feridos, depois de terem sido tratados com curativos e escoriações, foram levados para os seus domicílios e todos os casos ficaram devidamente anotados nos livros de ocorrência.

O HPS, pelo investigador Olívio Aureliano de Castro, a fim de serem abertos os inquéritos regulares.

Esmagado o menor pelo trator, em São Lourenço da Mata

Em condução particular que procedeu de terra do engenheiro Papacura, do município de São Lourenço da Mata, onde foi vítima de um acidente, deu entrada, às 18.15 de ontem no HPS, o menor de 14 anos de idade, José Ferreira do Nascimento.

Chegou em estado deplorável, pois, além de diversos contusões e escoriações, apresentava descolamento de tecidos do orão: fundamento da região mal direita e fratura exposta do temporal esquerdo, encontrando-se recolhido, gravemente, à Unidade Hospital, com poucas possibilidades de que venha a restabelecer-se.

Tratando da propriedade, José Ferreira tratava de recolher o gado, às 16 horas e ao passar por um campo de lavoura, na ocasião em que um tratorista

que caminhava, se não revolveu atributos adequados para deter a marcha fatídica da lavoura-vampírica.

Implantada a sidrurgia, os Estados Unidos passaram a fundar a indústria do maquinário rural. A produzir, em larga escala e a preços acessíveis, desde o cultivador até as aradas.

Por outro lado, os Colégios de Agricultura, inaugurados e praticamente todos os Estados da União, começaram a atuar

Equinos e muares 25.712.000 — 6.293.000
Tratores 216.000 — 4.170.000
Caminhões motorizados 139.000 — 2.410.000
Combinações 4.000 — 887.000
Colheadeiras de milho 10.000 — 338.000

Finalizada a primeira guerra europeia, na lavoura lãque predominava o sistema de tração animal. A quase 25.000.000 de animais, a quase 25.000.000 de animais, apenas 246.000 tratores. O número de caminhões motorizados não chegava a mais de 4.000.

32 anos depois, transformação! Mais de 4.000.000 de tratores estavam sendo usados. A era da agricultura de trânsito e da agricultura bilibica ficou espantada.

Sobre os seus encunhos, levantaram-se o crescimento da lavoura e a produtividade e avanço do século XXI!

trabalhava, parte do rebanho se acidentou.

Um dos bois, na carreira, destruiu o menor, que foi esmagado em frente do trator resultando este passar sobre o seu corpo, antes mesmo que o motorista conseguisse parar o veículo.

Esta foi a história que, entre lágrimas, o pai de José Ferreira contou ao investigador Olívio Aureliano de Castro, permanente policial do HPS, sendo suas declarações notificadas para os fins necessários.

Reus capturados
O investigador n.º 327, Luiz Gonzaga da Silva, da Seção de Crim. Sindência e Capturas, às 9 horas de ontem, na porta 6 de Marco, efetuou a prisão do réu Jorge Manoel do Nascimento.

Encontrado condenado pelo juiz de Direito de Jaboatão à pena de 3 meses de reclusão, como incurso nas sanções dos arts. 129 e 329 (ferimentos e roubo), do Código Penal Brasileiro, conforme a carta precatória.

(Conclui na 16.ª página)

TEATRO
Hoje estreia a "Dramática"

Depois de uma longa espera de nossa parte, e conosco todo o público teatral do Recife, teremos, finalmente, no Teatro Santa Isabel, a apresentação, da Companhia Dramática Nacional.

Dissimos longa espera porque a sua estreia prometida para o último dia 13 não teve lugar, motivado este adiamento por uma maior permanência desta companhia no Rio de Janeiro realizando de uma temporada popular no Teatro Municipal. Isto foi o que determinou o adiamento da estreia na data anteriormente anunciada, resultando em "consciência", o atraso de todas as temporadas programadas para as capitais do Norte e Nordeste.

Mas, afinal, chegou o nosso dia.

A Companhia Dramática Nacional, para os que ainda não sabem e um órgão oficial do Serviço Nacional de Teatro, do Ministério da Educação e Cultura.

O elenco que realizará a temporada que hoje se inicia é composto de: A. Fregolente, Adalberto Silva, Carlos Melo, Celso Silva, Dêo Costa, Eliano de Albuquerque, Ferreira Maya, José Silva, Magalhães Gracia, Maria Ferreira, Nilton Lanza, Natália Timbira, Ribeiro Fortes, Waldir Maia, Walter Gonçalves, Sônia Oliveira e Wander Marchetti — alguns poucos já conhecidos da platéia do Recife, outros visitantes pela primeira vez de nossa cidade, muitos nomes de destaque e projeção dos meios teatrais brasileiros.

O repertório que nos será apresentado é formado pelas seguintes peças: "As casadas solteiras" de Martins Penna, "Cidade Assombrada" de Antônio Calado, "Senhora dos anjos" de Nelson Rodrigues, "Lampião de Raquel

de Queiroz e "A Raposa e as uvas" de Guilherme Figueiredo — sendo esta a peça de lançamento.

Sobre a Companhia Dramática Nacional muito se pode dizer. Antes mesmo de conhecermos qualquer dos seus espetáculos, sabemos que é uma organização séria — seria e bem intencionada — em matéria de teatro em nosso país. Seu principal alvo é a difusão do teatro em nosso território de uma arte cênica nitidamente verde e amarela. Isto sem o patriotismo que possa levar a uma menor dignidade artística, a concessões menos elevadas em espírito de arte.

Há, na Companhia Dramática Nacional, uma prioridade nacionalista, digna de destaque e de elogios: os autores que através de suas peças são apresentados, os diretores de cena ou ensaiadores que a ela servem em sua especialidade de orientar os espetáculos e todos os outros elementos essenciais de uma realização cênica — atores, cenaristas, cenógrafos e demais técnicos — são todos brasileiros. Mas, salientamos suficientemente que, o critério nacionalista da Companhia Dramática Nacional é um meio e não um fim, pois o seu objetivo é realizar um Teatro elevado e honesto, um Teatro-arte sob qualquer ponto de vista.

Assim, de nossa parte, ao apresentarmos este espetáculo de simpatia e de aplausos; e se a nossa palavra valesse alguma coisa, incitaríamos aos nossos leitores e a todos quantos se interessam por coisas de arte em nossa cidade, a não perderem os espetáculos que a Companhia Dramática Nacional nos vai oferecer nesta temporada. — ISAAC GONDIM FILHO.

Nação-Creso, etc.
(Conclusão da 4.ª página)

como fermentos transformadores da massa agrícola. Irrecorríveis também notáveis centros de investigações científicas. Com a ajuda dos apóstolos do "extension work" a levar às fazendas as mais modernas e racionais práticas de cultivo, os estabelecimentos de experimentação agrícola.

É possível ter-se uma ideia de conjunto da mutação operada, no não desde pois examinando-se a maneira como a Nação-Creso modificou a sua fisionomia em 1929 e em 1952, eis os resultados apurados:

1929	1952
Equinos e muares	25.712.000 — 6.293.000
Tratores	216.000 — 4.170.000
Caminhões motorizados	139.000 — 2.410.000
Combinações	4.000 — 887.000
Colheadeiras de milho	10.000 — 338.000

Em 1952, o Brasil de quantos tratores dispunha? Da maioria de 20.508.

No Septentrião de nossa hemisféria, foi possível realizar-se uma revolução estrutural, que desbravava novos e vitoriosos horizontes à marcha ascensional daquela democracia. O combustível substituiu o suor humano e animal, nas faixas da glória. No Meridiano, outra nação, tão vasta quanto aquela, e digna igualmente de um desenvolvimento auspicioso, porém, clumada a métodos agrícolas que se acham ainda muito próximos do ciclo dos ameríndios e dos búlgaros, em nosso território-matutino.

A primeira conquista, um padrão de vida, que é dos mais altos do mundo. É uma nação, ainda em meio, pauperismo e a lagonquia infernal. E a nação-Já, tão nossa conhecida.

DESGOSTOS COM A POLITICA
RIO, 23 (Meridional) — Correm insistentes informações que, amanhã, após a missa de 7 horas, na matriz de São José, a reunião mensal da Liga Católica local, para a qual estão sendo convidados todos os associados.

DEPOIMENTOS NO "CRIME DO CADILAC AZUL"
RIO, 22 (Meridional) — Espera-se hoje a tomada dos depoimentos das testemunhas do crime do cadilac azul. Durante todo o dia de ontem, o delegado do 3.º Distrito, se manteve no exame da declaração do sr. Silvio Coelho, anotando pontos que determinariam as diferenças envolvendo nomes de pessoas citadas nas quais seriam condenadas a depor.

Dentre as testemunhas que vão depor figuram Segadas Vianna, ex-ministro do Trabalho; Osvaldo Carli Castro, que também ministrou instrução do Trabalho.

Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.
65 ANOS de bons serviços
• EMPRÉSTIMOS
• DEPOSITOS
• CÂMBIO
• COBRANÇAS
AGÊNCIA EM RECIFE
AV. MARQUÊS DE OLINDA, 274

RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO
HOJE — SABADO

05.55 — Bom dia
06.00 — Festa Restante da Áula de ginástica
06.40 — Cortina musical
06.50 — Jornal falado
07.15 — Pernambuco, você é meu
08.00 — Reporter Klass
08.05 — Pernambuco você é meu (cont.)
09.00 — Tournée musical
09.30 — Isto é Brasil
10.00 — Idolos do público
10.30 — Clube do Disco
11.35 — Folhinha Sta. Clara
12.00 — Crônica do meio dia
12.05 — Rito de Portugal
12.10 — Noticiário Rozenblit
12.15 — Aperitivo musical
12.20 — O baiao do dia
12.25 — Rito alegre
12.30 — Reporter Klass
12.35 — Album sonoro
12.45 — Resenha desportiva
13.00 — Fantasia musical
13.05 — Jornal falado
13.30 — Melodias favoritas
14.30 — Vozes ouvir baiao
15.00 — Sabatina danante
17.25 — Informativo policial
17.30 — Cont. Sabatina danante
18.00 — Ave Maria
18.05 — Novela religiosa
18.15 — Jornal falado
18.30 — A Voz Batista
19.00 — Bola no centro
19.15 — Joia musical
19.20 — Boletim Informativo
19.25 — Reporter Klass
19.30 — A Voz do Brasil
20.00 — Programa politico
20.20 — Janfar musicando
21.00 — Represes favoritas
21.30 — Jornal falado
21.55 — Intermezzo
22.00 — Reporter Klass
22.05 — Bar da Noite
24.00 — Despedida.

Vida Religiosa
O DIA DA IGREJA

24 DE JULHO — No dia de hoje se comemora a Vigília de São Tiago.

EVANGELHO (São João, 13, 13 e 14) — Naquele tempo disse Jesus a seus discípulos: Este é o meu mandamento: Amai-vos uns aos outros como eu vos tenho amado. Ninguém pode ter maior amor que aquele que dá a sua vida por seus amigos. Sois meus amigos. Já não vos chamarei servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor. Chamai-vos meus amigos, porque tudo quanto ouvi de meu Pai, vós lo tenho feito conhecer. Não fazeis vós que me escolhestes, mas tu eu que vos escolhi a vós e li com que, indo-vos, desseis frutos e o vosso fruto permaneça em mim de que tudo e que em meu Nome pedirdes a meu Pai. Ele vós lo conceda.

BASILICA DO CARMO
As missas na Basílica de N. Sra. do Carmo, nos dias de 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 de julho, e dias santificados passarão a obedecer o seguinte horário: 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 horas.

A missa na Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo, celebrada às 7 horas, será de: **IRMANDADE DOS PASSOS**
Por motivo superior, deixa de ser realizada, conforme fora noticiada, amanhã, às 20 horas, na Congregação da Madre de Deus, por dom Antonio de Almeida Moura Junior, a segunda conferência preparatória para a festa que se realizará, de 12 a 19 de setembro, por ocasião da passagem do tri-centenário da fundação da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Recife.

A missa regular da Irmandade de São João, amanhã, todos os dias, estará convidando todos os irmãos para a reunião mensal que se realizará, às 9 horas, no consistorio.

3.ª ASSEMBLEIA GERAL VICENTINA
O presidente do Conselho Central Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo está lembrando nos vicentinos desta e das vizinhas cidades de Olinda e de Camurupunga a assembleia geral vicentina — a terceira deste ano eclesialístico — a realizar-se, amanhã, no Colégio Maria, à rua Cond. da Boa Vista, começando com a missa de 7 horas, celebrada pelo arcebispo metropolitano, que distribuirá a santa comunhão aos confrades e preparandos, seguidos de café, no refeitório do Colégio e sessão solene sob a presidência do honorário sr. Antonio de Almeida Moura Junior.

LIGA CATOLICA DA MATRIZ DE S. JOSE
Haverá, amanhã, após a missa de 7 horas, na matriz de São José, a reunião mensal da Liga Católica local, para a qual estão sendo convidados todos os associados.

FESTA DE S. BENEDITO
Realizar-se-á, a 1.ª de agosto, a festa de São Benedito na Igreja do Rosário, bairro de Santo Antonio.

Ante-ontem, tiveram início as solenidades litúrgicas, havendo preceção e a seguir o hasteamento da bandeira. O novenário teve início ontem com a presença de grande numero de fiéis.

DESGOSTOS COM A POLITICA
RIO, 23 (Meridional) — Correm insistentes informações que, amanhã, após a missa de 7 horas, na matriz de São José, a reunião mensal da Liga Católica local, para a qual estão sendo convidados todos os associados.

DEPOIMENTOS NO "CRIME DO CADILAC AZUL"
RIO, 22 (Meridional) — Espera-se hoje a tomada dos depoimentos das testemunhas do crime do cadilac azul. Durante todo o dia de ontem, o delegado do 3.º Distrito, se manteve no exame da declaração do sr. Silvio Coelho, anotando pontos que determinariam as diferenças envolvendo nomes de pessoas citadas nas quais seriam condenadas a depor.

Dentre as testemunhas que vão depor figuram Segadas Vianna, ex-ministro do Trabalho; Osvaldo Carli Castro, que também ministrou instrução do Trabalho.

APREENDIDOS OS TITULOS ELEITORAIS ROUBADOS
RIO, 23 (Meridional) — A Delegacia de Roubos e Falsificações, segundo informações do delegado, já conseguiu apreender 1.150 títulos eleitorais, dos 5 mil furtados à Imprensa Nacional. Oitocentos foram encontrados no Estado do Rio, e o restante nesta capital. Os responsáveis pelo delito já foram postos em liberdade, mediante habeas-corpus.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

SERVIÇO DE TERRAPLENAGEM

Dispondo de Tratores apropriados, executa serviços de nivelamento de terrenos, abertura de ruas, desmonte, aterro e abertura de estradas

— ESCRITORIO TECNICO —
Av. Dantas Barreto, 507 — Ed. Antonio Barbosa
7.º andar — sala 707

OLINDA

Ainda a estrada — Mercado do Sitio Novo

Escreve o sr. J. A. Barreto Guimarães: "Realmente, tem sido grande a insistência com que vimos tratando do problema da estrada de Olinda. Inúmeros artigos e comentários têm sido publicados nesta seção e da "Falha da Maná", como ainda de palestras e entrevistas concedidas ao Rádio Olinda.

Após as autoridades diretas ou indiretamente ligadas ao problema e solicitações constantes têm sido feitas. Não podemos dizer que foram inúteis esses esforços desvelados. Mas, na verdade, bem que poderiam ter sido melhor receptividade por parte dos órgãos a quem compete solucionar a questão. A nova estrada resultante da construção da Base Naval, está limitada ao aterro do trecho compreendido entre o Quarteirão 17.º R. O. e a antiga ponte Duarte Coelho, que em seu lugar está sendo construída uma outra e cujos

ALIANÇA, ETC.
(Conclusão da 4.ª página)

curiosa porque hoje a aliança anglo-francesa tem um caráter muito mais peremptório do que a famosa "Entente Cordiale" da Delcassé, na época equidistante. Mas, como a Grã Bretanha e a França, embora aliadas, andaram sempre em divergência a respeito das diversas etapas da uniãoção democrática da Europa, nestes últimos tempos, o sr. Mendes-France quis provavelmente tomar, menos do que o sentido histórico, o sentido senão das duas palavras "entente cordiale" para mostrar que, por cima da letra dos tratados, a cooperação entre os dois países assumiu este espírito.

Por último, o presidente do Conselho entendeu os seus elogios ao sub-secretário de Estado norte-americano, sr. Walter-Bodell Smith, o homem que representou os Estados Unidos em Genebra.

O que distinguia, porém, o seu discurso foi a dureza no tratamento dos comunistas, e a completa ausência de dúvidas e de plena severidade, com que a própria severidade, com que qualificou a sua obra, em Genebra, ou seja, o conteúdo do acordo, que abrange e que, segundo a versão telegráfica, não reputa coisa de que a França se possa orgulhar. Neste sentido é que procurou identificar a sua posição com a dos norte-americanos, proclamando a decisão de resistir a quaisquer violações do que ficou concertado.

As 7 horas, missa na Interação de todos que contribuíram para o brilhantismo da festa. Às 9.30 horas, missa solene com sermão no Evangelho por Frei Inácio Maria Costa, O. Carm.

Às 15.30 horas, procissão solene, com acompanhamento da Orquestra Terceira do Carmo, e São Francisco, irmãs de caridade de Olinda e do Espírito Santo, Serão noitadas as famílias Manuel Dias dos Santos, Antonio Luiz Regueira, sr. Amélia Gonçalves, sr. Maria Assunção Gonçalves e familiares.

A festa será celebrada amanhã, constando das seguintes atos:

Festa do Carmo
Prossigue hoje, o solenário que antecede à festa de Nossa Senhora do Carmo.

São noitadas as famílias Manuel Dias dos Santos, Antonio Luiz Regueira, sr. Amélia Gonçalves, sr. Maria Assunção Gonçalves e familiares.

A festa será celebrada amanhã, constando das seguintes atos:

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

Plantão de farmacias
Estação de plantão amanhã, as farmácias Freitas, à rua do Sol; São Sebastião, no Varadouro; e do Povo, no Bairro Novo.

CADEIRA CIMO

100% imbuído

resistente

e cômoda

Distribuidores exclusivos

CIMÓVEL

Rua da Imperatriz, 118

Stock permanente — Preços especiais para revendedores

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Org. Norte Bras. (244)

Diário SOCIAL

O PRECEITO DO DIA

EXAME PERIODICO DOS DENTES

Bons dentes são indispensáveis à saúde. E é aconselhável mandar examiná-los por um bom dentista, de 6 em 6 meses. Imprescindível o exame dos dentes aos 6 anos, quando surgem os primeiros molares permanentes.

Cuide dos dentes, se quiser defender a saúde. — RNES.

Plantão noturno de farmácias

Estarão de plantão, durante toda a noite de hoje, as seguintes farmácias:

Sto. Antonio — Vilaca: Boa Vista, Rosário, São José — Globo, Eucruilhada — Rosarinho, Beberibe — Beberibe, Cordeiro — Caldas, Madalena — Silva Filho, Casa Amarela — Oriente, Tegipó — Estancia, Boa Viagem — Vanda; Sto. Amaro — Cruz Cabugá.

No centro, os plantões começam às 20 horas e nos arredores às 21. Aos sábados em ambos os casos às 23 horas.

Qualquer irregularidade ou descumprimento a esta tabela deverá ser comunicada à Seção de Fiscalização de Medicina, pelo fone 4017.

ANIVERSARIOS

FAZEM ANOS HOJE:

A senhora: Zuleide Faria do Rego, esposa do sr. Pedro Rego Barro.

As senhoritas: Maria de Lourdes, filha do sr. Israel Fonseca, já falecido, e de sua esposa, sra. Regina de Moraes Fonseca; Lourdes Rocha, filha do sr. Antonio Salustiano Rocha e de sua esposa, sra. Maria Rodrigues Rocha; Maria José Ferreira Viçosa, filha do sr. Francisco de Assis Viçosa e de sua esposa, sra. Abigail Ferreira Viçosa; Celene da Silva Ferreira, filha do sr. Severino Vicente Ferreira e de sua esposa, sra. Elisabete da Silva Ferreira.

Os senhores: Eurico Chavez; José Guilherme.

A menina: Eva Maria, filha do sr. José Caldas Junior e de sua esposa, sra. Aglaide Bezerra Caldas Junior.

NOIVADOS

Contrataram casamento, no dia 21 do corrente, o engenheiro civil Arnaldo Silva Rego e a sra. Maria Rita Alves da Silva, filha do sr. Aluísio Alves da Silva e de sua esposa, sra. Maria Rita Alves da Silva.

CASAMENTOS

Seminário Lira-Armendo Bezerra — Na cidade de Itabirama, do vizinho Estado da Paraíba, realizou-se hoje, o casamento da sra. Seminário de Albuquerque Lira, filha do sr. Vicente de Menezes Lira, proprietário naquele município, e de sua esposa, sra. Severina de Albuquerque Lira, com o sr. Armando Cesar Bezerra, funcionário da agência do Banco do Brasil, em João Pessoa.

O ato religioso, com efeito civil, se efetuou às 18.30, na residência dos pais da noiva, e a sra. Des. Heracleto n. 110, servindo de parafinof, por parte da noiva, o sr. Jonas Cordeiro de Souza e esposa, sr. José Bernardino de Paula Lemos e sra. Elisabete de Albuquerque Cavalcanti, e por parte do noivo, o jornalista Samuel Soares e esposa e sr. Olívio Falcão e esposa.

Os nubentes fixaram residência à avenida Capitão José Pessoa, 292, na capital paraibana.

NASCIMENTOS

Na Maternidade do Recife, nasceu, no dia 21 último, a menina Maria, filha do sr. Diogenes Cardoso e de sua esposa, sra. Delza Cardoso, residentes em Olinda.

FAJANTES

Acompanhado de seu colega, Roque de Brito Alves, está de passagem por esta capital, o advogado paulista Jorge Abud, que saiu ontem, o Palácio da Justiça.

DIVERSAS

Funciona, hoje, a partir das 22 horas, a boite do Clube Interna-

A beleza não trema

A arte, Marta Rocha, miss Brasil, informa aos jornais, que encara o furo em Miami Beach com nervosismo. A beleza deve ser uma coisa fria, petrificada e harmoniosa. Se miss Brasil trema diante dos juizes perde a auto-confiança e arrisca o prestígio do Brasil, já abalado com a derrota na "Copa do Mundo". O controle dos nervos é necessário da beleza do tipo de Marta Rocha para que, em frente ao júri, demonstre com absoluta frieza, que não teme competidores. E se por acaso não for escolhida, resta o nosso velho recurso de chamar os juizes de ladrões.

Assim como podíamos ter vencido o campeonato do mundo, poderemos vencer o da beleza; não competidor do título de campeão de futebol, mas vencer o de miss Universo.

Que juizes ladrões há num e noutro setor.

PUNIDOS OS TRIPULANTES DO "LOIDE URUGUAI"

RIO, 23 (Meridional) — O diretor do Loide Brasileiro puniu os tripulantes do Loide Uruguai, envolvidos no incidente do processo criminal movido por autoridades alfandegárias de Genova, em virtude da apreensão de cigarros adquiridos em Gibraltar.

O diretor do Loide impôs ao comissário Walter Ramos Galvão a suspensão de 30 dias, mandando ainda que ele e outros implicados sejam descontados em folha até pagarem 370 mil cruzeiros e o Loide leve de adiantar para libertar o aludido comissário.

PROCESSO SOBRE A REVISÃO DOS SALÁRIOS MINIMOS EM MINAS

BELO HORIZONTE, 23 (Meridional) — Assumiu a presidência da comissão regional de salário mínimo o sr. Olegário Carvalho, recentemente nomeado. Recebendo o delegado do Trabalho volumoso processo de revisão dos níveis de salário mínimo para Minas, convocou, para segunda-feira, a primeira reunião da comissão respectiva.

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

cional, tocando para as danças, um conjunto-boite com um programa de músicas variadas.

Reserva de mesa gratuita, devendo ser solicitada com antecedência. Servirá de ingresso a carteira social, com o recibo n. 7.

Comemorando as bodas de ouro do casal José-Miguelina da Cruz Gouveia, seus filhos mandaram, neste sábado, uma missa de ação de graças na basílica de N. Sra. do Carmo, no dia 23 do corrente, às 8 horas.

Faz anos, hoje, o menino Hermes, filho do casal José Hilário e de sua esposa, sra. Bráze de Brage-Creusa Loureiro Braga.

Por motivo do transcurso hoje, do seu aniversário natalício, será muito cumprimentada a sra. Maria José de Andrade, esposa do sr. Edson Xavier de Andrade, estereotipista deste jornal.

Em sua residência, na Favela das Castanhas Brancas, distrito de Veneza, no município de Pedra, neste sábado, faleceu a sra. Brígida Francisca de Melo, viúva do sr. Miguel Bezerra de Almeida.

A extinta contava 76 anos de idade, deixando os seguintes filhos: José Martiniano de Almeida, José Martiniano de Almeida, José Martiniano de Almeida, proprietário e residente em Caruaru; Manuel Bezerra de Almeida, Maria Olímpia de Almeida e Maria Leonor de Almeida.

Seu enterroamento realizou-se no cemitério daquela cidade, perante crecido numero de amigos e parentes.

Faleceu no dia 19, em União dos Palmares, depois de longo padecimento, o sr. José Cavalcanti de Siqueira, aos 64 anos de idade, deixando 6 filhos, 5 enteados e varios netos.

Natural de Pesqueira, foi cozinheiro de açúcar em varias usinas de Pernambuco e Alagoas, residindo há 20 anos na Usina Laginha.

Na Maternidade do Recife, nasceu, no dia 21 último, a menina Maria, filha do sr. Diogenes Cardoso e de sua esposa, sra. Delza Cardoso, residentes em Olinda.

ARTES E ARTISTAS

O RETRATO DO DIA



O casal José-Miguelina da Cruz Gouveia, cujas bodas de ouro transcorrem amanhã. Por esse motivo, seus filhos mandarão celebrar uma missa em ação de graças na basílica do Carmo, às 8 horas.

MINHA ESPADA, MINHA LEI

Minha Espada, Minha Lei — O cinema, desde os seus primórdios, tem sido a busca da literatura argumentada para muitos dos seus filmes. A maioria das adaptações não ultrapassou ao que costumamos chamar cine-folhetim, no ludramas medievais, nos quais a imagem era relegada a um plano inferior, passando a imperar a superdiálogo exaustiva e irritante.

Os romances de Robert Louis Stevenson, ricos de imaginação criadora e fantasia, apresentaram-se aos produtores americanos como uma fonte inesgotável de êxito.

A transposição cinematográfica dos seus livros, como dos de inúmeros outros autores, é feita tendo-se em vista qualquer ator ou atriz que garanta, futuramente, o sucesso financeiro da realização.

A cenarização de "The Master of Ballantrae", título original de "Minha Espada, Minha Lei", foi confiada a Herb Meador que teve de amoldar o papel principal ao "estilo" de Errol Flynn.

Não conhecemos o livro de Stevenson, no entanto, é fácil imaginar que o mesmo sofreu varias modificações. Difícilmente, consegue-se adaptar a tela, em sua íntegra, um romance ou peça teatral.

As versões de William Keighly, especialmente em filmes de "maqueter" (Contra o Império do Crime) e de aventuras (As Aventuras de Robin Hood), deixamos os bons momentos do filme, principalmente, o seu ritmo visual pleno de agitação e dinamismo.

As cenas das lutas de espada dos "travellers" pade, valorizadas pela encenação com absoluta precisão e segurança, podem ser apontadas como as mais bem dirigidas.

Os atores secundários comportam-se com discre-

ção. Errol Flynn mantém a sua máscara inexpressiva em todas as sequências do filme, este metido em conquistas amorosas ou batendo-se com os inimigos.

O trabalho fotográfico e o acompanhamento musical são dois aspectos de indiscutível valor cinematográfico.

A excelente fotografia em cores de Jack Cardiff, por ter sabido aproveitar as tonalidades discretas e suaves. O ritmo musical de William Alcia que é, atualmente, um dos maiores autores de trilhas musicais para o cinema, por ter pontilhado de modo impecável todas as cenas do filme, na mais completa harmonia com as imagens e o ritmo.

Em suma, uma película tecnicamente elogiável, mas, frívolissima do ponto de vista artístico.

BORRASCAS — A partir de domingo no São Luiz, apresenta como maior curiosidade o nome do seu diretor: Anthony Mann que, ultimamente, nos ofereceu a aquele correto "O Preço de um Homem". Merece atenção.

S-D — Todo mundo está esperando, ansiosamente, a chegada de "Songari", marcadão para a próxima segunda-feira no At-Palácio. Nos circuitos cinematográficos locais, é só o que se comenta. Que não seja um "bluff" semelhante ao da polêmica de um deslumbrante, parodiando — JOMARD MUNIZ DE BRITTO.

CLUBES — Exibido, hoje, o Clube Vinícius com a película de Henry Hathaway, "Lobos do Norte", com George Raft, Henry Fonda e Dorothy Lamour.

Pela SCDP é apropriado até 10 anos, Serviço de ingresso o comite n. 3.

A sessão terá lugar à rua do Riachuelo, 195, incluindo-se às 19.30 horas.

desconhecidos.

S. JOSE — E' deste que eu gostei.

INFERIO — Sentinelas do deserto.

RIVOLI — A estrada dos homens sem lei, com Elizabeth Scott e Robert Ryan.

GLORIA — Bela e bandada.

CAJUEIRO — O melhor dos homens máis.

SOLEDADE — Robin Hood, o príncipe dos ladrões, com Jon Hall.

LAN — Matar ou morrer, com Gary Cooper.

S. JORGE — Carmem.

GUARAPES — Capitão Blood.

CENTRAL — O comprador de fazendas, filme nacional.

CAXANGA — Tambores distantes.

ATLANTICO — Flechas incendiárias.

CASA AMARELA — O tesouro dos handoleiros.

ENCRUZILHADA — Os 4

CARTAZ DO DIA

S. LUIZ — Minha espada, minha lei, com Errol Flynn.

ART — Estrela e o bombeiro, com Silvana Pampanini.

TRIANON — Encruilhada, com Raf Valone.

PARQUE — Gentil tirano, com Robert Taylor.

COLISEU — Vitimas do destino, com Julieta Greco.

PATHE — A Formasina, com Pola Barbara.

BOA VISTA — A doce inocência, com Miti Gaynor.

TORRE — Felício branco, com Susan Hayward.

IDEAL — O porteiro.

ELDRADO — Carnaval em Cavala, com José Lewgoy.

RPAI — Ouro no mar.

ESPINHEIRENSE — Abbott e Costello no Planeta Martes.

POPULAR — Do outro lado da rua.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

MAJOR NAPOLEÃO BEZERRA

Visitou-nos ontem, o major do Exército Napoleão Bezerra que, durante a última guerra, foi colaborador deste DIÁRIO.

Prof. GILBERTO OSORIO

Por motivo do seu aniversário que ontem transcorreu, foi muito felicitado o prof. Gilberto Osorio de Andrade, secretário de Educação e Cultura.

Radio

Volta o sucesso das "Variedades"

O GRANDE ESPETACULO, no Palácio do Rádio — Sensação na tarde de hoje, com as VARIEDADES FERNANDO CASTELÃO — Repete-se com novos quadros, a paródia de «O Maior Espetáculo da Terra» — As emoções de um circo num programa de radio

O festejado animador do nosso rádio, FERNANDO CASTELÃO, atendendo às solicitações do seu grande público, fará repetir, na tarde de hoje, o grande sucesso das VARIEDADES que volta no certaz sensacionalmente.

Estreando com êxito retumbante, causando verdadeira sensação, volta hoje, a tarde, o novo

cariz das vespertais de sábado, O GRANDE ESPETACULO que atraiu as atenções de todo o público, na semana passada.

No Palácio do Rádio, a partir das 15 horas, estaremos assistindo a mais uma apresentação brilhante das VARIEDADES FERNANDO CASTELÃO que estarão no ar, oferecendo aos sintonizadores da RADIO TAMANDARÉ, a mais popular emissora de nordeste, um mundo de novidades e de sucessos.

Teremos varias sequencias surgidas recentemente, com agrado geral, como ESTE MUNDO CURTOSO, um sucesso marcante, ESCOLHA MUSICAL CAYRO, com o maestro Nelson Ferreira, RAINHA DAS VARIEDADES, com seu palpitante concurso e também a parada de sucessos musicais do rádio pernambuco que é HIT PARADE, onde desfilarão as grandes canções e as grandes melodias.

Finalizando a serie de sucessos das VARIEDADES FERNANDO CASTELÃO, teremos a repetição, na tarde de hoje, às 17 horas, do mais recente e retumbante êxito do rádio pernambuco que é O GRANDE ESPETACULO, idealizado pelo animador

Fernando Castelão e pelo produtor Fernando Luiz, com a valiosa colaboração do maestro Guedes Peixoto, este talentoso regente pernambuco.

Atendendo aos pedidos do público, será repetido O GRANDE ESPETACULO da semana passada, que foi uma paródia do filme O maior espetáculo da terra, recentemente exibido no Recife.

As emoções de um circo serão trazidas para um programa de rádio, em novos e sensacionais quadros, destacando-se a presença de trapezistas, equilibristas, levantadores de peso e finalmente dos dois palhaços do espetáculo BOTÕES e SOCEGO, autênticas figuras extraídas do filme.

Teremos ainda o belíssimo quadro de LILLI, também baseado no cinema e onde a meiga garota do cinema aparece tal e qual é, chegando a surpreender o público. Portanto, O GRANDE ESPETACULO será o sucesso máximo da tarde de hoje, na grande programação das VARIEDADES FERNANDO CASTELÃO, a maior atração das tardes de sábado, no rádio pernambuco.

DE SETE EM SETE, show fim-de-semana de Vampir, estará no ar, hoje, às 20 horas, focalizando a semana em revista, pelas ondas da RADIO TAMANDARÉ, num oferecimento da Casa Lottos para os ouvintes da associação.

A equipe esportiva da emissora que fala melhor em esportes e que obedece o comando de Cléo, estará focalizando amanhã, diretamente da Ilha de Recife, todos os lances do choque entre o NAUTICO e o IBIS. Como sempre a irradiação estará a cargo de Cléo e Laudino, enquanto que Ivan Fernandes e Itamar Pereira se encarregarão dos comentários.

EM BUSCA DO PASSADO, novela de Alberto Madeira, ocupa o cartaz da NOVELA ARROZ MIMO, atração de hoje, às 20 e 30, com o magnifico elenco de radiato da RADIO TAMANDARÉ, sob a direção do veterano Ernani Dantas.

Diariamente, às 20 horas, a PRA-8 está apresentando o PROGRAMA POLITICO, com divulgações sobre a campanha da sucessão, sob a responsabilidade do Comitê Pró-Candidatura do General Cordeiro de Mairas.

Pinto Lopes apresentará hoje, às 21 horas, mais uma vitoriosa edição do seu cartaz que Geomantic apresenta todos os sábados, na RADIO TAMANDARÉ. Focalizando aspectos da vida e dos costumes do nordeste, brilhara MINHA TERRA, MINHA GENTE.

A's 20.30 de hoje, a Rádio Clube de Pernambuco estará oferecendo mais uma audição de LANTAR MUSICADO CARBOLENO.

FIM DE SEMANA divertirá a valer, na onda da RADIO TAMANDARÉ, durante uma hora de gargalhadas, a partir das 21 e 35, reunindo comediantes e cantores, em sucessos comicos e musicais, agrupados numa moti-tagem de Luiz Quelroga.

REPRISES FAVORITAS é o cartaz que estará no ar pelas ondas da PRA-8 hoje, às 21 horas, numa cortesia de Asman.

Serviço Brasileiro da B. B. C.

Programa para hoje:

20.00 — Sumário das notícias;

20.05 — Sumário dos programas;

20.06 — A Grã Bretanha de hoje;

20.26 — Interlúdio musical;

20.30 — O que significa a palavra? 3. Iguaçu, por Maurício Cranston; 20.37 — Interlúdio musical; 20.45 — Letras e notícias; 21.00 — Notícias; 21.15 — Fim da transmissão.

DEBATES SOBRE ENERGIA ATOMICA

WASHINGTON, 23 (U.P.) — Um pequeno grupo de senadores continuava falando, incessantemente, esta manhã, para atrair a aprovação do projeto da lei sobre a energia atômica. A's 8 da manhã, 46 horas depois de haver começado a sessão que foi a mais prolongada nessas seis últimas anos, não havia mais que três senadores na desolada Câmara e três espectadores na galeria.

Dois dos três senadores eram republicanos: Edward J. Thye, de Minnesota e Andrew F. Schoepel, de Arkansas.

O democrata era Mike Monroney. O amplo debate, que começou às 10 da manhã de quarta-feira, começou com a oposição de um grupo de senadores to-

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

A ordem que o presidente Eisenhower dirigiu à Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos para que fosse contratado, com uma empresa privada, o fornecimento da energia atômica à junta do Vale de Tennessee. A ordem foi aprovada e faz parte do projeto de lei que tem por fim dar acesso às companhias privadas à produção e uso da energia atômica e fazer mais amplo o intercâmbio de informação sobre essa energia com os países aliados.

Os senadores que se opõem à lei decidiram atrair e mais possível uma aprovação, demonstrando os debates sobre o assunto.

POSTA RESTANTE DO "DIARIO DE PERNAMBUCO"

Na Posta Restante deste jornal há cartas para as seguintes pessoas:

O — Carlos Pena Filho, Carlos Moreira.

D — Dario de Almeida Magalhães.

E — Educandário.

H — Horacio Oliveira (dr.).

J — Julio Barbosa, Jesuino Antonio Davila, José Lucas Alves.

L — Lary.

O — Oliveira Litrento, Otavio Morgals.

P — Propagandista-Viajante.

AGUARDEM, no mês de AGOSTO...

ROMANCE MATUTO

Na P. R. A. - 8 Produção: ALDEMAR PAIVA

RAINHA DAS VARIEDADES RADIO TAMANDARÉ

voto em nome end.

CONSULTORIO DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA

Desajustamentos da Criança e do Adulto. Distúrbios neuro-sexuais. Medicina Psicossomática

Prof. Albino GONÇALVES FERNANDES

Da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco

Chefe da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental

Cons. Edifício Almaro - Sala 201, 2.º - Av. Guararapes, 131

EXPOSIÇÃO MARCEL MARTIN — No Sindicato dos Empregados no Comércio, à rua da Imperatriz, foi inaugurada ontem a exposição do pister francês Marcel Martin. Trata-se de um dos artistas atuais mais conceituados de sua patria. Realizou a sua formação na Academia de Belas Artes de Paris e na Academia Julien. Possui quadros nos principais museus da Europa e já realizou exposições nos Estados Unidos e em varios países da America do Sul. Seus trabalhos são da melhor categoria e refletem um temperamento artistico dos mais fortes e originais. Na gravura Marcel Martin (ao centro) e um aspecto da exposição.

Alvi-rubros e ibienses prontos para a grande luta

Ivson e Lula fora de cogitações — Provável lançamento de Kleber e Aredo — Os alvi-rubros confiantes



Flagrante da concentração dos alvi-rubros.

Em prosseguimento ao campeonato pernambucano de futebol, jogará, amanhã, no estádio da Ilha do Retiro, os quadros representativos do Náutico e do Ibi. Nessa partida que está despertando grande interesse nos círculos esportivos, tendo em vista a posição que os disputantes ostentam na tabela.

O Ibi levará à cancha sua equipe completa, sem problemas técnicos entre suas linhas: enquanto o Náutico, segundo podemos apurar, não contará com todos os seus elementos, devido que alguns deles se encontram enfermos.

KLEBER E AREDO, PROVA-VELMENTE

Corre, nos meios desportivos locais, que o técnico Palmira pretende lançar, contra o Ibi, o zagueiro Kleber, na sua verdadeira posição, em substituição a Lula, enquanto que Aredo se- nta-se em posição de reserva.

Instala-se hoje, em São Paulo, o Congresso Internacional de Cancer

Reune delegações de cientistas de 49 países — Grande interesse

NOVOS MEMBROS DO C. N. E. R.

RIO, 22 (Meridional) — O Sr. Osvaldo Aranha encaminhou ao presidente Vargas os decretos de nomeação dos demais membros do Conselho Nacional de Representantes Rurais, isto é, de representantes dos Ministérios da Agricultura, Trabalho, Fazenda, Sociedade Nacional de Agricultura, Confederação Rural Brasileira, etc. O Conselho deverá ser instalado na primeira quinzena de agosto.

OLIMPICO X HAVAI

Domingo próximo, no campo do Havaí em Peixinópolis, o Olímpico F. Clube disputará uma partida amistosa com o quadro local.

Para este encontro que se preannuncia dos mais empolgantes a direção técnica do Olímpico está convocando os seguintes jogadores:

Artilho — Fernando I — Fernando II — Dida — Osvaldo — Berto — Amaro — Ernesto — João — Aurelio — Julio — Teinho — Petronio — Wilson — Jordão — Valinho — Zé Hugo — Cabelinho — Tesca — Romildo — Quincas — Gilberto — Graciano — Gerson — Carlos — Moraes — Marson — Carlos — Moraes — Zé Maria — Edmundo — Edvaldo e Francellino.

NOS BASTIDORES ESPORTIVOS

- 1 — Em vez do centro-avante Ivson será operado de apêndice o zagueiro Lula, ficando, assim, o Náutico privado do concurso de ambos, que se acham visivelmente adoentados.
- 2 — Encontra-se nesta cidade, desde quarta-feira, o dr. Guilherme de Souza Gomes, professor de fisiologia da Escola Nacional de Educação Física e figura de projeção nos desportos nacionais. Veio rever amigos e tratar de assuntos do seu particular interesse.
- 3 — O desportista Alberto Moura Galvão continua na árdua tarefa de renovação de contratos de diversos atletas profissionais da equipe rubro-negra. Segundo informou à nossa reportagem, a coisa vai bem, inclusive porque o assunto com o médio Pinheiro já está acertado.
- 4 — Os nadadores brasileiros, que fizeram magnífica exibição no Clube Português, seguiram, ontem, pela manhã, com destino a Salvador, onde continuarão com o seu grande programa de difusão do esporte e entre outros, patrocinado pelo Conselho Nacional de Desportos.
- 5 — E' dos mais curiosos o caso de Edinho. Não sabemos se o rapaz é mesmo insubmisso conforme reza na certidão expedida pela 23.ª U. R. de João Pessoa. Afinal de contas, uma certidão é coisa muito séria. Entretanto, também existe um certificado de alistamento que, ao ver de alguns, salva a situação do rapaz. Onde estará a verdade?
- 6 — O desportista Jorge Costa foi homenageado ontem, à noite, em sua residência, em vista da sua transference para o Rio Grande do Sul, devendo embarcar muito breve. Ao desportista alvi-rubro os nossos votos de felicidades.

ESCRITORIO ELEITORAL

GOES DE ANDRADE

Edifício Serrá — Sala 302

Visas do Futebol

NILSON SABINO PINHO

O próximo clássico das multidões vem empolgando o nosso público apreciador do futebol. E' grande, assim, a expectativa reinante em torno do prelo que reúne as equipes representativas do Esporte e do Santa Cruz.

Ambos liderando a tabela de pontos do certame, sem derrotas, os quadros estão, na verdade, habilitados a realizar uma grande partida, capaz de agradar aos aficionados. Um problema, entretanto, a todos preocupa.

Qual dos juizes não esquecidos pelos dois clubes estará em condições de conduzir corretamente o sensacional duelo?

Sherlock, Zago e Ivanildo, como se sabe, são recusados, o primeiro pelo Esporte e os dois últimos pelo Santa Cruz. Assim, contaremos, entre os mais cotados para apitar o encontro, com o sr. Morgado, mediador português, que não tem sido muito feliz em suas atuações, nesta capital.

Com efeito, o juiz lusitano, embora demonstrando conhecer as regras das associações, no que se refere à manutenção de sua autoridade em campo, entretanto, ainda não conseguiu firmar-se em definitivo.

Oxala que, dirigindo Esporte x Santa Cruz, o sr. Anísio Morgado saiba conduzir o prelo de modo a que tudo termine na santa paz do Senhor. Aliás, é necessário que s. s. não sendo daqui nem do Niterói, tenha em mente que esse clássico entre rubro-negros e tricolores geralmente apresenta algumas irregularidades no que diz respeito à disciplina dos jogadores que nele tomam parte.

Terá, assim, o árbitro português de entrar em campo prevenido, com disposição para ensinar aos jogadores o modo correto de se comportarem em campo. E em caso contrário, apontar-lhes o caminho que vai dar no chuveiro, tal qual faz o pernambucano Sherlock, lamentavelmente esquecido pelo gremio da Ilha, por motivos que não vêm ao caso.

Seria uma pena fosse o nosso público prejudicado na apreciação do clássico por um arbitragem defeituosa. Sim, porque a verdade é que Esporte e Santa Cruz sempre lutam com ardor, empenhados em partidas de grande sensação, quando não se interessam os seus pebolistas pelas jogadas brutas. E ao juiz caberá evitar que o prelo desande para a violência, punindo de saída os jogadores faltosos. Isso esperamos do árbitro indicado para apitar o clássico, aqueles que pagam para presenciar um bom jogo de futebol.

AMADORISMO EM MARCHA

Basquetistas juvenis cearenses contra pernambucanos

Luta sensacional pela melhor colocação entre as equipes nordestinas — Delegação de bola ao cesto alvi-rubra viaja para Natal — Desportos universitários — Quadrangular de Minas Gerais

Notas de Raimundo PADILHA

Seguiu para João Pessoa, na manhã de hoje, a delegação do Clube Esportivo Almirante Barroso. A embaixada alvi-rubra está assim constituída: Presidente, tenente Martins Viana; cronista, Jorge Costa; jogadores: Chico — Moisés — Viana — Edir — Jorge — Cacerdo — Carlos — Tílio — Zafinho — Paulo. Técnico, Gilson Correia.

O NÁUTICO VAI A NATAL

Seguirá, na próxima segunda-feira, por via aérea, com destino a Natal, a equipe principal de bola ao cesto do Náutico. Incorporado à delegação alvi-rubra, viaja o nosso confrade Gilton Pessoa, das Associadas. Naquela cidade, o clube de Eládio tomará parte no quadrangular entre clubes do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

SEGUNDA DERROTA DA SELEÇÃO

Jogando, ante-onde, contra um dos mais fortes concorrentes no título máximo do Campeonato Nacional de Basquetebol Juvenil, ora se realizando na capital cearense — os cariocas — a seleção de Pernambuco sofreu o seu segundo revés. Dessa vitória, os pernambucanos não obtiveram resultado satisfatório. Ao trilhar o apito final da noite, o placard assinou o escore de cariocas 48 e pernambucanos 47. Amanhã terão os nossos o seu quarto compromisso, agora enfrentando os donos da festa, os cearenses.

SUL-AMERICANO DE BASQUETE

Teremos, hoje, à noite, no ginásio do Pacembu, em São Paulo, a última rodada do Campeonato Sul-Americano de Basquetebol Feminino. Para a noite de hoje, está programado o encontro decisivo entre as seleções do Chile e Brasil. Tanto as brasileiras como as chilenas encontram-se invictas no decorrer das duas vitórias sobre o favoritismo. As nacionais, embora senhoras de boa performance, não poderão ter ainda como certo o título máximo, uma vez que as chilenas vêm aparecendo com destaque no certame.

O VOLEIBOL

Realizar-se-á, à noite de ontem, na Federação Pernambucana de Desportos Amadores, uma reunião extraordinária, sendo discutidos vários assuntos. Incluiu-se a confecção do Calendário do Campeonato Matuto e também a realização do Campeonato Aberto de Bola no Ar. Depois de longos debates ficou definitivamente acertada a data de realização para o início do certame.

DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS

O diretor de volei da FAPE, tendo em vista a realização dos jogos universitários programados de 3 a 9 de setembro, em São Paulo, resolveu:

1. — Convocar os seguintes atletas: Fernando P. Gomes, Almir Cintra Avila, Valdo Lima, Sebastião Salazar, Vicente Perrelli, Fuad Hazin, Roberto Ramalho, Janduí Leite, Marcello Brekenfeld, Olavo Nobrega, Edir Carneiro Leão, Eduardo A. Pinheiro, Antonio R. Albuquerque, Washington L. Borba, Zeuquendo Costa Vidal, Etelmino B. Filho, Luiz Carlos Pires, Fausto Carvalho, Adilson Morais, José Barbosa Tótil, Edson Maia, José A. Sobral, Geraldo Felipe Souza, Antonio C. Régio, José P. Rêgo Lima, Fernando C. Lima.

Isaon Carneiro Leão, José Oscar Soriano e Antonio Pedro Didier.

2. — Determinar que os treinos sejam realizados na Escola de Aprendizagem Marinheiros, nas sextas-feiras, às 20 horas.

3. — Solicitar aos atletas que pratiquem essa modalidade de esporte cujos nomes não foram apresentados pelas suas Faculdades que desejam colaborar com a FAP, para se apresentar ao diretor Arl Fleichman no horário acima mencionado.

4. — Desconvoque os atletas que faltarem a dois treinos consecutivos ou três alternados, sem apresentar justificativa.

CAMPEONATO "MATUTO" DE VOLEI E BASQUETE EM MINAS GERAIS

As eliminatórias do Campeonato de Basquete e Volei, do Interior de Minas Gerais, prosseguem em ritmo acelerado, visando um final rápido. Com as finais marcadas para o dia de amanhã, em Belo Horizonte, as equipes classificadas terão pontos de partida para se apresentar. Em nota oficial as Federações estão exigindo que todas as equipes estejam em Belo Horizonte até amanhã. Isso porque todas tomarão parte na rodada de abertura, que prevê jogos desde a manhã até à noite, no ginásio do Minas Tênis Clube.

EM CARATINGA, INTERIOR MINEIRO

Os resultados finais de Caratinga já são conhecidos. Isso porque apenas dois concorrentes disputaram a classificação da região. Os resultados das eliminatórias foram as seguintes: BASQUETE: Vitória sobre o Figueira, com 2x1 nos dois jogos (15x8, 11x15 e 15x10 no primeiro; 15x13, 11x14 e 15x9 no segundo).

VOLEI MASCULINO — Classificado o Caratinga Tênis Clube, com o escore de duas vitórias sobre o Figueira, com 2x1 nos dois jogos (15x8, 11x15 e 15x10 no primeiro; 15x13, 11x14 e 15x9 no segundo).

VOLEI FEMININO — Não houve competição. Classificado o Figueira, único inscrito.

EM S. JOÃO NEPOMUCENO

Também em São João Nepomuceno, apenas duas equipes se apresentaram para as eliminatórias, o Mangueira local, e o Morais Tênis Clube. Os resultados foram os seguintes:

VOLEI FEMININO: Venceu o Morais com duas partidas por 2x0, 15x8 e 15x8, no primeiro jogo, e 15x10 e 15x6 no segundo, foram os resultados numéricos.

BASQUETE — Classificado o Morais, único concorrente.

VOLEI MASCULINO — Classificado o Mangueira, também único concorrente inscrito para as eliminatórias.

EM SABARA

Teve prosseguimento, ontem, o campeonato do interior, com a realização de quatro partidas de voleibol e uma de basquete. Em voleibol, na categoria feminina, Divinópolis derrotou Pará de Minas, pela contagem de 2x1, enquanto a A. A. de Nova Lima venceu o Siderurgica por 2x0. (15x11 e 15x12). Em voleibol masculino o Fomina foi derrotado por W. O. pela equipe de Pará de Minas, enquanto o Siderurgica impôs 2x0 ao Vila Nova (15x11 e 15x13).

CAMPEÕES OS PARANENSES DE MINAS

Em basquetebol, a equipe de Pará de Minas venceu a final

disputada com Divinópolis por 46x33. Os quadros e marcadores foram os seguintes:

PARÁ DE MINAS: Pereira (4) — Pinho (11) — Nisio (9) — Zé Raimundo (22) e Barbosa.

DIVINÓPOLIS: Delfim (16) — Reinaldo (12) — Marco Antonio (3) — Venícios (2) — Hudson e Antonio.

OS DESCLASSIFICADOS

Até o momento foram desclassificados: Em voleibol feminino, Vespasiano e Pará de Minas; masculino, Vespasiano e Vila Nova; em basquete, Divinópolis e Formiga.

O REMO

Finalmente, amanhã teremos a grande prova Inter-estadual de remo, na bacia do Capibaribe, quando se exibirão duas equipes de "out-riggers" e 4 remos, com patrão, do Rio G. do Norte. Os remadores portugueses terão como adversários os barcos do Esporte, Barroso e da Federação Acadêmica Pernambucana de Esportes, esta última em fortes preparativos para tomar parte em setembro próximo, nos Jogos Universitários Brasileiros, a realizar-se na capital brasileira, em comemoração ao 4.º Centenário do Estado.

"SKY" AQUATICO

Abrilhantando a competição Inter-estadual, estarão presentes, no Capibaribe, os esquiadores do Cabanga Iate Clube, que realizaram várias demonstrações de "out-riggers" e 4 remos. Estas exhibições serão efetuadas antes do pareo de "out-riggers" a 4 remos.

QUADRANGULAR DE BASQUETE EM MINAS

Foi iniciado, domingo, pela manhã, com pleno êxito, o torneio "Antonio Dutra Ladeira", entre os quadros de basquete do "Sara Kubitschek" (Casa de Coração), Yala, Atlanta e XV Veranistas. A primeira rodada, disputada com muito ardor na quadra do presídio da rua Ubeirã, contou com a presença do grande público e ofereceu transcurso sensacional. Todos os clubes se apresentaram completos, bem treinados e revelaram amplos credenciais para obterem o valioso troféu instituído pelo gremio dos detentos.

VENCEU O "SARA KUBITSCHKE"

O jogo de abertura do quadrangular foi travado pelos quintetos do "Sara Kubitschek" e XV Veranistas, sendo os quadros assim formados:

"SARA KUBITSCHKE" — Jonas — Nelmo — Evandro — Doris — Bastian — Osmar — Geraldo — Edson.

XV — Jão — Berti — Ildeu — Lourenço — Wilson — Pedro — José da Cruz — Dirceu — Oliveira.

No início da contenda, o XV Veranistas deu a impressão de que não perderia a disputa, tal era a segurança com que a sua turma se comportava. Entretanto, com o correr do tempo, os comandados de Jonas Soares foram à frente e, finalmente, marcaram 43x34. Contagem justa, já que foi conseguida à custa de muito esforço.

Na arbitragem estiveram Walter Carneiro, do Atlanta, e J. Alfredo, do Yala, com seguro trabalho.



A equipe do "Diarbuco", que amanhã jogará em Catende

Excursão do "Diarbuco" a Catende

Composta de 25 pessoas a «delegação Pelopidas Soares» — Jogo amistoso contra a equipe local

A convite do vereador Pelopidas Soares, seguirá, amanhã, pelo trem do Alagoas, a delegação do "Diarbuco" que disputará, à tarde, uma partida amistosa no estádio "Costa Azevedo", com uma selecionada equipe de amadores locais.

Na cidade do açúcar, grande recepção está sendo programada para a delegação "Pelopidas Soares", que será chefiada pelo redator esportivo do DIÁRIO, João Guerra de Holanda. Composta de 25 pessoas, a embaixada será integrada de jornalistas

e funcionários do mais antigo órgão da América Latina.

Catende é hoje um dos mais avançados centros futebolísticos do nosso Estado, porque os contínuos da admirável obra social do "Tenentes não se des- cuidaram de proporcionar aos seus operários toda a assistência, inclusive a educação física, que é um dos principais fatores do desenvolvimento de um povo.

O estádio, que tomou o nome do saudoso industrial, é um dos grandes patrimônios do Centro Operário da Cultura Leão XIII, o mais organizado clube interiorano.

A equipe do "Diarbuco" terá a seguinte constituição para o amistoso da amanhã: Ferreira — Carioça — Sato — Lobro — Escoteiro — Delfino — Amaro — Senora — Zafinho — Anavari — Milton — Celso — Carioné e Petronio.

ESGOTAMENTO DA EQUIPE PERNAMBUCANA

FORTALEZA, 23. — (De Viriato Rodrigues para o DIÁRIO DE PERNAMBUCO) — A equipe pernambucana está esgotada, pois três "clássicos" foram marcados para ela, consecutivamente. O primeiro contra os mineiros o de ontem, contra os cariocas e hoje, frente aos paulistas.

O médico Leão Montezuma, que está assistindo aos atletas pernambucanos, não tem medido sacrifícios no sentido de que os mesmos fiquem completamente refeitos.

Esta tarde, antes do jogo frente aos paulistas, o dedicado clínico fará uma revisão médica. Injeções de vitamina no sangue e outros medicamentos foram receitados. A concentração está sendo rigorosa e nenhum atleta poderá se afastar da Escola Industrial de Fortaleza, sob pena de ser severamente punido.

DRAMATICA VITÓRIA DOS CARIOCAS

Quando tudo estava praticamente perdido, o "placard" foi transformado para 47x48

Reação fôra do comum dos pernambucanos, nos minutos finais da peleja — Fibra e bravura para conseguir eliminar os metropolitanos — Com 12 pontos de diferença, perdemos por apenas um — Ficará gravada nos anais da história do basquetebol do «Leão do Norte» — Detalhes técnicos

FORTALEZA, 23. (De Viriato Rodrigues para o DIÁRIO DE PERNAMBUCO) — Uma rodada dupla foi disputada, ontem, à noite, na quadra da Fenix Calcestral, pelo Campeonato Brasileiro de Basquetebol. O primeiro confronto reuniu as falanges de São Paulo e Rio Grande do Norte e, logo depois, as representações do Distrito Federal e de Pernambuco, e este, por sinal, o melhor match.

Noutro local faremos as apreciações do prelo em que estiveram envolvidos os «fives» bandeirante e potiguar. Nesta reportagem, cumpre-nos comentar a pugna entre cariocas e pernambucanos, que atraiu as atenções gerais do público.

O DESENVOLVER DA PELEJA

De um primeiro período fraco de movimentação e técnica, pois os dois «fives» passaram o tempo a tomar o pulso um do outro, não podíamos avaliar o que seria a etapa complementar, rica de técnica, cheia de «chaves» e bloqueios e cuidado dos prelantes para evitar a dilatação do «placard» contra as suas

TORNEIO PAI E FILHO, DO CLUBE INTERNACIONAL DO RECIFE

Continua despertando interesse as partidas deste interessante torneio no clube do Bemfica.

Em prosseguimento, haverá, hoje, as seguintes disputas: Edgar e Paulo Monteiro x Silvio e Silvino Vasconcelos. Torquato Castro e José Cordeiro x Francisco e Mario Lopes.

CLUBE PORTUGUES

O Clube Português levará a efeito, hoje, uma animada «show» dedicada aos participantes do Congresso de Biblioteca, economia, ora em realização nesta capital. Tocará para as danças o Benny Wolkoff e o seu Conjunto Melódico.

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

cores. Evidentemente, os rapazes de Pernambuco, que vieram de uma partida de grandes proporções, na noite anterior, sentiam-se fisicamente cansados para enfrentar uma equipe da categoria do Distrito Federal, equipe descaçada e apenas perturbada, pois logo que chegou a Fortaleza, rumou diretamente ao campo, afim de prelar.

O que vimos foi algo de inesperado. Começando por perder mais de 12 pontos, os pernambucanos, desacomodados e viris, se jogaram à luta com uma tenacidade incrível para debelar o «placard» já largo a certa altura. Certamente, para alcançar a vitória, poucas esperanças havia, em virtude do tempo já esgotado-se a olhos vistos. E era preciso, pelo menos, diminuir a diferença.

Reação fenomenal reconhecida por toda a assistência que bradava a uma só voz: «Pernambuco — Pernambuco — Pernambuco». De 40 x 23, os jovens pernambucanos conseguiram uma coisa absurda para o quadro que enfrentavam: 48x47. «Placard» que afinal ficou com os cariocas.

MOVIMENTADÍSSIMO O COTIJO

E' desnecessário esclarecer o entusiasmo reinante na quadra da Fenix Calcestral. A torcida local prorrompeu em palmas, não aplaudindo os vencedores, mas os vencidos. Era a fibra pernambucana, com muito sangue e raça, que ali se achava cumprindo uma «performance» admirável, sem perder, por um instante, a calma, sem se exaltar, sem praticar nenhum ato de insubordinação e, pelo contrário, fiel às determinações do técnico Ernesto Lenck, que era para quebrar as últimas reservas de força do poderoso «fives» cariocas.

Assim terminou o jogo. Cota- jo de lances estonteantes, pois as duas falanges, quando iam ao ataque, o público deixava escapar um «ai» de nervosismo natural nos «suspiros» criados. Vitória do «fives» carioca, seguida, porém, pelo oportunismo e experiência, aproveitando de todos os defeitos demonstrados pelo quadro do «Leão do Norte», entre os quais o de fazer um jogo de experimentação do adversário quando na primeira. Deixando de improvisar um

jogo corrido, para perturbar o adversário frio, com a prisão da bola nos mãos, como se a equipe carioca fosse ingenua e temerária.

Desse erro tático do primeiro tempo, concedeu aos metropolitanos a oportunidade de fazerem um marcador elástico, afim de se reservar para o tempo complementar. Era, contudo, uma oportunidade perdida, pois, no período final, muita força e trabalho, afim de que o marcador ficasse estabelecido naquele estamado: 48x47.

DETALHES DA PELEJA

O match entre cariocas e pernambucanos apresentou os seguintes detalhes técnicos:

Local — Quadra da Fenix. Vencedor — Distrito Federal, pela contagem de 48x47.

Juizes — Noli Continho, do Distrito Federal, e Etelmino Filha, de Minas Gerais, com uma atuação que podemos classificar de impecável, pois de fato os dois competentes apitadores estiveram em dia com o «fivel», marcando todas as faltas com o máximo de precisão.

Apontador — Chico Cunha. Cronometrista — Osvaldo Valente.

Equipes e cestinhas — DIST. FEDERAL — Zozé (2), Sebastião (1), Paulo (5), Guilherme (10), Edson (9), Barcelar (2), Liberato (19), PFF. NAMBUCO (13), Rui (9), Zéudo (5), Beto, Isaac (6), Aluisio, Luciano, Edson e Adalberto (6).

«Placard» do estôjo: DIST. FEDERAL — 2x0 — 2x1 — 4x1 — 4x3 — 4x4 — DIST. FEDERAL — 6x4 — 6x6 — DIST. FEDERAL — 8x7 — 8x7 — 10x7 — 11x7 — 13x7 — 15x7 — 17x7 — 17x11 — 19x11 — 19x13 — 21x13 — 23x13 (Primeiro tempo) — DIST. FEDERAL — 25x13 — 27x13 — 27x14 — 27x15 — 27x16 — 27x17 — 27x19 — 29x19 — 30x21 — 31x21 — 33x21 — 33x22 — 35x23 — 35x25 — 37x25 — 38x29 — 40x25 — 40x27 — 40x29 — 40x31 — 41x31 — 41x33 — 43x33 — 44x33 — 44x35 — 46x35 — 47x36 — 48x37 — 48x39 — 48x40 — 48x41 — 48x42 — 48x43 — 48x44 — 48x45 — 48x47 — (Final).

Esse «cotejo» ficará gravado na história do basquetebol do Leão do Norte como uma lição de amor à terra pernambucana.

OS PERNAMBUCANOS CHORARAM A DERROTA

Um quadro que emocionou o público desportivo de Fortaleza

Giovani caiu em prantos, dizendo: «Eu fui o culpado» — O conforto dos cariocas

FORTALEZA, 23 (De Viriato Rodrigues para o DIÁRIO DE PERNAMBUCO) — Vendeu o público desportivo desta capital momentos de indizível entusiasmo quando os pernambucanos, perdendo para os cariocas por uma contagem de 40x25 e faltando apenas 5 minutos para terminar a partida, reagiram de modo sensacional para deixar na quadra o placard de 48x17.

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

Giovani caiu em prantos. O jovem atleta, o mais positivo, dissera entre lágrimas: «Eu fui o culpado». E Rui, o mais perfeito da equipe, não se continha: «Estamos perdidos... estamos perdidos».

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

IPOJUCAN

IA' NA PORTUGUESA

RIO, 23 (Meridional) — Em hora já tenebrosa para S. Paulo desde quarta-feira, Ipojuca ainda parecia ao Vasco. Mas já desde ontem, o popular atacante pertence definitivamente aos lusos bandeirantes.

Após o jogo, Ipojuca foi entrevistado pelos jornais. Ele disse que não se sentia bem, mas que estava feliz por estar no Vasco. Ele também disse que estava feliz por estar no Vasco.

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

BRONZE

JOSE' ARAUJO

Com o resultado do jogo Ato Esporte x Great Western é a seguinte a colocação dos cronistas no Concurso do Bronze "José Araújo":

Milton Ribeiro ... 9 pontos
Helo Pinto ... 8
Rildo Uchoa ... 8
Sinesio Santa Clara ... 7
Guerra de Holanda ... 6
Gilson Correia ... 6
Raimundo Jorge ... 6
Curupira Junior ... 5
Leonilso Cavalcanti ... 5
Norberto Vale ... 5
Antonio Almeida ... 4
Armando Chaves ... 4
Bráulio Franklin ... 4
Célio Tavares ... 4
Fernando Tavares ... 4
Itamar Pereira ... 4
Jacon Melo ... 4
Luis Miranda ... 4
Leonilso Silva ... 4
Vladimir Maia ... 4
Gilson Pessoa ... 3
Haroldo Praga ... 3
Ivan Fernandes ... 3
Stelio Gonçalves ... 3
Adonias Moura ... 2
Darcy Menezes ... 2
José Maria Garcia ... 2
Jason Borges ... 2
Laudenir Pereira ... 2
Viriato Rodrigues ... 2
Arlindo Vilaca ... 2
Proximo jogo, domingo, 25, 7,54 — Nautico x Ibis.

IPOJUCAN

IA' NA PORTUGUESA

RIO, 23 (Meridional) — Em hora já tenebrosa para S. Paulo desde quarta-feira, Ipojuca ainda parecia ao Vasco. Mas já desde ontem, o popular atacante pertence definitivamente aos lusos bandeirantes.

Após o jogo, Ipojuca foi entrevistado pelos jornais. Ele disse que não se sentia bem, mas que estava feliz por estar no Vasco. Ele também disse que estava feliz por estar no Vasco.

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

Facil triunfo da seleção paulista

Derrotado o conjunto de basquetebol do Rio Grande do Norte 67x22

FORTALEZA, 23 (De José Gumbao Bastos) — Excepcional apresentação a estréia do sele-

Obdulio Varela não resistiu e leve que falar

Como o repórter do «O Cruzeiro» venceu a obstinação «Del Gran Capitain»

MONTEVIDEO, 23 (U. P.) — A teimosia, a obstinação e a força de vontade de um repórter conseguiram finalmente quebrar o silêncio em que se enfiara Obdulio Varela que, durante seus 25 anos de jogador de futebol, jamais dera uma entrevista à imprensa.

A's 4.30 da madrugada de ontem, «El Gran Capitain» consentiu em receber o jornalista Leopoldo Oberst, da revista «O Cruzeiro», do Rio de Janeiro, que esperava por este momento duaranta horas sob um frio glacial à porta da residência do famoso crack.

Ainda às 3 horas da manhã, a «France Presse» falou com o jornalista brasileiro, que se encontrava em seu posto, abrigado num grosso sobretudo, de luvas e boina, rodeado por um grupo de pessoas. Nessa altura, Leopoldo Oberst conseguiu obter a entrevista com o consagração jogador. Só arrebatou pé de seu posto para ir a um café próximo, a fim de alimentar-se e logo regressar para a frente da casa de Obdulio. Varias pessoas lhe ofereciam pousada, assim como diversos projetos de viagens que ele recusou. Ele não quis carregar para preservar-se de seus caros por uma entrevista. Mas o repórter repeliu todos esses oferecimentos, afirmando que permaneceria de guarda até que obtivesse a entrevista com Obdulio. Varias pessoas que o acompanhavam também lhe traziam café ou mate para ajudá-lo a se defender da inclemência da temperatura. Os jornais e as estações de rádio informavam os aficionados de que Obdulio estava penalizado com a situação do repórter e julgava-se que abandonaria sua intransigência e finalmente concederia uma entrevista, pela primeira vez em sua vida, o que realmente aconteceu, quando o dia já nascia sobre a capital uruguaia.

Depois da entrevista, Oberst, semi-morto de cansado, nada pôde dizer sobre sua palestra com o famoso jogador da «Celeste Olímpica», seguindo imediatamente para o seu hotel, a fim de gozar um bem merecido sono depois de 32 horas ininterruptas de vigília.

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

PROTESTO DO NAUTICO

Campos da SILVA

Não resta a menor dúvida que o protesto apresentado pelo Clube Náutico Capibaribe relativo à irregularidade do jogador tricolor Edinho foi uma verdadeira bomba atômica caída nos meios desportivos locais. E o caso vem agitando a opinião dos desportistas pernambucanos que acompanham com o máximo interesse o já sensacional caso.

Tenho ouvido vários palpites e li também num vespertino local a notícia de que o jogador em causa havia comparecido a 21.ª C. R. desta capital, onde lhe informaram que a sua situação estava legal, havendo sido determinado o dia 18 do próximo mês para a entrega do seu Certificado de Reservista. Entretanto, como esta notícia não me convenceu absolutamente, deve haver algum engano ou a mesma foi fornecida por algum interessado em provocar confusão.

IPOJUCAN

IA' NA PORTUGUESA

RIO, 23 (Meridional) — Em hora já tenebrosa para S. Paulo desde quarta-feira, Ipojuca ainda parecia ao Vasco. Mas já desde ontem, o popular atacante pertence definitivamente aos lusos bandeirantes.

Após o jogo, Ipojuca foi entrevistado pelos jornais. Ele disse que não se sentia bem, mas que estava feliz por estar no Vasco. Ele também disse que estava feliz por estar no Vasco.

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

LAGRIMAS DEHARRADAS

Logo após o café, a emoção dominou a todos. Os jovens jogadores de Pernambuco, esgotados e sem forças, não puderam esconder as lágrimas e calaram num choro que comoveu ao público.

OS CARIOCAS ABRACAM OS PERNAMBUCANOS

Um dos fatos mais comentados foi aquele em que os cariocas, logo após o café, correram todos e abraçaram seus colegas de certa maneira. Compreenderam eles a necessidade de levar

C. MARANHÃO S. A.

COMERCIO E INDUSTRIA DE CARNES E CONSERVAS

COPIA AUTENTICA DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE C. MARANHÃO S. A. — COMERCIO E INDUSTRIA DE CARNES E CONSERVAS — REALIZADA AOS OITO (8) DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO (1954)

Aos oito (8) dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas dez (10) horas, na sua sede social à Avenida João de Barros, trinta e sete (37), nesta cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, em primeira (1.ª) convocação, os acionistas da sociedade C. MARANHÃO S. A. — Comercio e Industria de Carnes e Conservas, — sob a presidência do Diretor Presidente Constantino Carneiro Maranhão, que convidou para primeiro e segundo secretários, respectivamente, os acionistas José Carneiro Maranhão e Julio Constantino Carneiro de Albuquerque Maranhão. Constituída a mesa e verificando que haviam sido cumpridas todas as formalidades legais e que se achiam presentes acionistas representando número legal de ações declarou abertos os trabalhos e mandou que o senhor primeiro secretário procedesse a leitura do livro NOMEADURA dos dias vinte e oito (28), trinta e trinta e um de março e um (1) dia (2) e três (3) de abril, do corrente ano, do teor seguinte: «C. Maranhão S. A. — Comercio e Industria de Carnes e Conservas — Assembleia Geral Extraordinária — 1.ª Convocação — Pela presente ficam convidados os senhores acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia oito (8) de abril do corrente ano, às 10 horas, na sede social, à Avenida João de Barros, 37, nesta cidade de Recife, para deliberar sobre o aumento de capital e consequente reforma dos Estatutos. Recife, 25 de março de 1954. C. Maranhão S



Pela Municipalidade



CRONICA DO INTERIOR

Leis de Previdência

Samuel SOARES

Quem, como simples expectador, toma conhecimento da legislação social vigente no país, há de se impressionar, vivamente, com as medidas de assistência e de amparo adotadas para com o trabalhador brasileiro de quase todas as classes.

Entre os setores ainda não bem contemplados nas leis trabalhistas, está o do homem do campo, do trabalhador rural que não conta com o amparo de nenhum Instituto para efeito de assistência médica, de férias, de aposentadoria, etc. O que existe, para ele, neste particular, depende da iniciativa dos próprios empregadores, verificando-se, felizmente, nos casos das empresas de maior porte, testemunhos eloquentes de espírito humanitário por parte de seus dirigentes.

Contudo, e apesar de tudo, o senso de responsabilidade e o desejo pela sorte dos humildes vêm influindo para que a estes não seja dispensado o amparo a que têm incontestável direito.

O contributo dos Institutos de Previdência, via de regra, fogem, desde que possível, de recorrer às vantagens legais que lhe são atribuídas. Isto porque as dificuldades burocráticas, o desânimo dos responsáveis pelos serviços para que se

contrataram ou foram designados, a pouca ou nenhuma remuneração, enfim, em atender a uma obrigação resultante do compromisso assumido, sob fidejussão e exclusivos pretextos, embaraçam a prática dos benefícios para cuja prestação concorrem, financeiramente, os empregados e os empregadores.

Não discutimos, na hipótese, se o funcionário que presta serviços a tais Institutos bem ou mal remunerado. A questão está em que, para quem de direito as suas reclamações, demonstrando a sua justiça e procedência. E se lhe não conveni continuar, sob condições precárias, por que fora da instituição lhe é possível obter melhor compensação, é evidente que não há decisão mais acertada que a de mudar de setor ou de profissão.

O que não é justo porque antes de tudo é desumano e injusto, é que, por este ou aqueles motivos, o associado do Instituto, que paga, em dose alta, a sua contribuição financeira a que não pode fugir, e em favor de quem a lei assegura vantagens e benefícios, figura junto a tais instituições, como um indivíduo humilhado que deve suplicar e receber mal a assistência a que tem direito.

VERTENTES

O PSD e o PSP de Vertentes apoiam Cordeiro de Farias

A suprema magistratura do Estado — Declarações — Movimento Eleitoral — Esportes — Notas

José de ALMEIDA

A estas horas já está assentada definitivamente a candidatura do general Cordeiro de Farias, à suprema magistratura do nosso Estado. E para isto, contou e conta, com o apoio das facções políticas de grandes atuação no cenário pernambucano, o Partido Social Democrático, pela maioria, de seus membros e tendo à frente o sr. Ezequiel Lima, governador do Estado; Partido Social Democrático Cristão, sob a orientação do deputado monsenhor Arnaldo Câmara; Partido Libertador que obteve a orientação do senador Nivaldo Filho, outros pequenos partidos e ainda dissidência da União Democrática Nacional nas pessoas do deputado federal Carlos de Lima Cavalcanti e deputados estaduais, Alde Sampaio e Celso Cursino.

Em nosso município, podemos informar com segurança que o PSD se encontra totalmente unificado em favor da candidatura Cordeiro de Farias, conforme nos declarou o presidente e chefe desta agremiação partidária neste município, deputado Ezequiel Lima. Por outro lado, o Partido Social Progressista, seção deste município, sufragará o nome do general. Conta este partido entre os que apoia o sr. João Alexandre de Oliveira que obedece a orientação do sr. Osvaldo Lima e o sr. José Correia de Araújo, da ala do sr. Otávio Correia.

Podemos ainda informar com segurança que o vereador Otton David de Souza exilado da bancada da UDN à Câmara Municipal local, encontrando-se no lado da candidatura Cordeiro de Farias. Pelo menos, foi o que declarou este influente político da Vila de Camburiá à nossa reportagem.

CANDIDATURA JOÃO CLEO

FAS: — Por outro lado, encontramos os interessados sob a orientação do sr. Gilberto Bezerra, prontos para sufragar o nome do ex-ministro João Cleo. Estes, estiveram sempre no lado do sr. Cleo e continuam firmes.

Movimento Eleitoral

— Infelizmente não se deu movimento no 1º distrito eleitoral deste município.

Os principais partidos que atuam aqui, o PSD, a UDN e o PSP, cujos delegados são os srs. Emílio Cavalcanti, Gilberto Bezerra e João Alexandre de Oliveira, têm estado numa atividade de muita vista, inscrevendo novos eleitores, renovando títulos e transferindo eleitores de outras zonas. Até agora, o Cartório Eleitoral já atribuiu a inscrição de mais de seis mil eleitores. Entretanto, dada a falta de habitantes deste município para o sul do país, esperam os embaixadores políticos, que somente cerca de quatro mil concorrerão no pleito nas próximas eleições de outubro.

ESPORTES: — Está atravessando uma época de grande animação, a vida esportiva em nossa cidade. Isto, graças a atuação persistente, inteligente, animadora do sr. Cleo Laurindo de Siqueira, delegado de polícia deste município.

Há anos que se encontrava paralisado este setor da vida da cidade e que tanta falta fazia aos aficionados do esporte brasileiro. Com a chegada deste verdadeiro esportista, o que temos visto é Vertentes enfrentando outras agremiações futebolísticas, todos os domingos, oferecendo assim a Associação Vertentes de Esportes, momentos de intensa vibração aos habitantes desta cidade.

Mas, a atividade do sr. Cleo de Siqueira, não tem se limitado apenas a prática do esporte. O voleibol também se encontra em franca animação. Ao que tudo indica, o sr. Cleo de Siqueira, já fala na organização de um time de basquetebol. Além, graças a este dinamizador esportista, Vertentes conta hoje

com rapazes adestrados e que sob a orientação técnica daquele esportista sabem defender com entusiasmo e habilidade as cores do seu time quando entra em campo. E sob a sua orientação e direção a Associação Vertentes de Esportes está se levantando. O «Estádio da Restauração» no momento em que estas notas foram publicadas, já se encontra oficialmente inaugurado. O quadro de futebol acabou-se devidamente calçado, camisas com monogramas, rédeas, bolas e um conjunto a altura da nossa cidade. O mesmo acontece com o sétimo de volei.

Ao lado deste homem que Vertentes esportivo deverá inscrever o seu nome no Livro de Ouro, encontramos este não menos esportista que é o sr. Dr. de Souza, chegando há poucos dias a nossa cidade e que tem demonstrado as suas qualidades de verdadeiro amante dos esportes. Outro que muito tem colaborado neste setor é o sr. Jaime Santana. O seu interesse, o seu desvelo pela causa esportiva de nossa cidade merecem também um registro especial. Os irmãos Pimenta, Silvio e Alton, muito concorreram para o melhor esportismo dos esportes em nossa terra. A nossa satisfação é que Cleo, Vio, Jaime e os irmãos Pimenta possam nesta jornada para o maior nome e prestígio de Vertentes no cenário esportivo matutino. E, quem sabe se um dia não seremos também convidados a participar desse certame que se denomina de «Campeonato Matutino» ao lado de Limeira e Caruaru, para falarmos novamente dos mais fortes e mais constantes concorrentes matutinos.

REGISTRO SOCIAL: — «Batizados»

Na Matriz desta cidade, foi levada à Plá Batismal, no dia 10 do corrente mês, a menina Jaillete Maria, filha do casal José de Almeida, Honorina Ferreira de Almeida, Sr. Manoel Henrique Pereira Filho e esposa sra. Maria Ferreira de Almeida, avós maternos da pequerrucha.

NAZARÉ DA MATA

Festa da ex-aluna do «Ginásio Santa Cristina»

Programa — Sociais — Vida Religiosa — Diversas

J. M. Vieira de MELO

O TEMPO: — O inverno

está no fim, pois o intenso frio é prova disso. Até ontem, chovendo, hoje, porém o dia amanheceu claro, de sol.

HORA SANTA: — Em

nostra Catedral, no domingo, às 19 horas, teve lugar a «Hora Santa», tendo o sr. Carlos Coelho produzido um sermão, com cânticos pelos fiéis.

FESTA DA EX-ALUNA:

No próximo sábado, terá lugar, nesse educandário «Ginásio Santa Cristina», a tradicional festa da ex-aluna com o seguinte programa: Dia 23, 16 horas — Encontro amistoso das ex-alunas com a diretoria do Ginásio. Dia 24 — 8.30 — missa. 10 horas, sessão presidida por D. Carlos Coelho. 12 horas, almoço. 14 horas bingo e leilão americano. 16 horas, benção do Santíssimo. Há muito entusiasmo por esse festival que sempre ali se vem realizando há muitos anos.

CASAMENTO: — No

sábado, às 16 horas, terá lugar o casamento das jovens José Mesquita, comerciante em Natal, e a sra. Maria Negro monte Spindell, filha do sr. Moacir Spindell e de sua esposa sra. Laura Kromment Spindell, nesta cidade os noivos irão residir em Natal.

CARTÓRIO ELEITORAL:

— Últimamente tem havido muita procura de títulos, mas ainda existem cerca de mil, dos antigos, para serem entregues. Do dia 10 de agosto em diante, será expedido eleitoralmente o sr. Emílio Moura, na cidade do sr. Cartório local. O sr. Juiz tem dado audiências diárias, estando o serviço em dia.

CALCAMENTO: — Paro-

que, que, ainda este ano, reconstrução dos trabalhos de pavimentação da cidade paralisada há mais de um ano.

HISTÓRIAS DO PITOBINHA

Regis VELHO

Num dia da semana passada, numa roda de amigos, em frente ao «Cinema Holanda», o Pitobinha contou uma de suas histórias, que verdadeiramente bem caracterizava o momento a náquilo que atravessamos.

O Pitobinha é um dos tipos populares mais interessantes com que conta atualmente a cidade da Gravata. É um bom contador de anedotas e na arte de macaquear, poucos o igualam.

Que digam o confrade Odilon Pio, o prefeito Devaldo Borges e o ribula Elias Torres.

Contava o Pitobinha que, estando certa vez em Porto Alegre, um viajante perdera uma pasta com dois milhões de cruzeiros. O homem ficou quase louco, porém, procurou tomar as providências que no caso se faziam necessárias.

Anunciou pelas estações de rádio a foi a polícia.

Não pôde dormir e alimentou-se mal durante dois dias.

No terceiro porém, recebeu um chamado de uma delegacia e sem perda de tempo, ansioso lá compareceu. O delegado lhe fez algumas perguntas sobre o menor referente aos documentos contidos na carteira e necessários para a identificação de quem o viajante era mesmo o dono da pasta e do dinheiro nela existente.

Tudo acertado, sem nenhuma dúvida de que a pessoa presente era mesmo o dono do objeto em questão, o delegado o entregou, intacto como o havia recebido da pessoa que ali o entregara para que fosse restituído a quem de direito.

«Cometas» esportivo e transbordante de contentamento, permitiu ao delegado como se explicava não haver ladrões em Porto Alegre?

Diz-se então a autoridade que, no momento, de fato, lhe parecia não haver mais todos aqueles ladrões e chamou-o para uma outra dependência, mostrando-lhe um grande quadro com vários retratos de ladrões que ali operavam, causando desassossegos a população.

E para onde foram esses ladrões? — perguntou o viajante. E o delegado respondeu-lhe: O Getúlio colocou todos nos Institutos.

BANDERA DA ONU PARA S. PAULO

NAÇÕES UNIDAS. (Meridional) — As Nações Unidas comemoram ontem o aniversário geral Dag Hammarskjöld revelou o desejo de fornecer uma bandeira da ONU à cidade brasileira de São Paulo, pelo transcurso do quarto centenário de fundação dessa importante centro urbano.

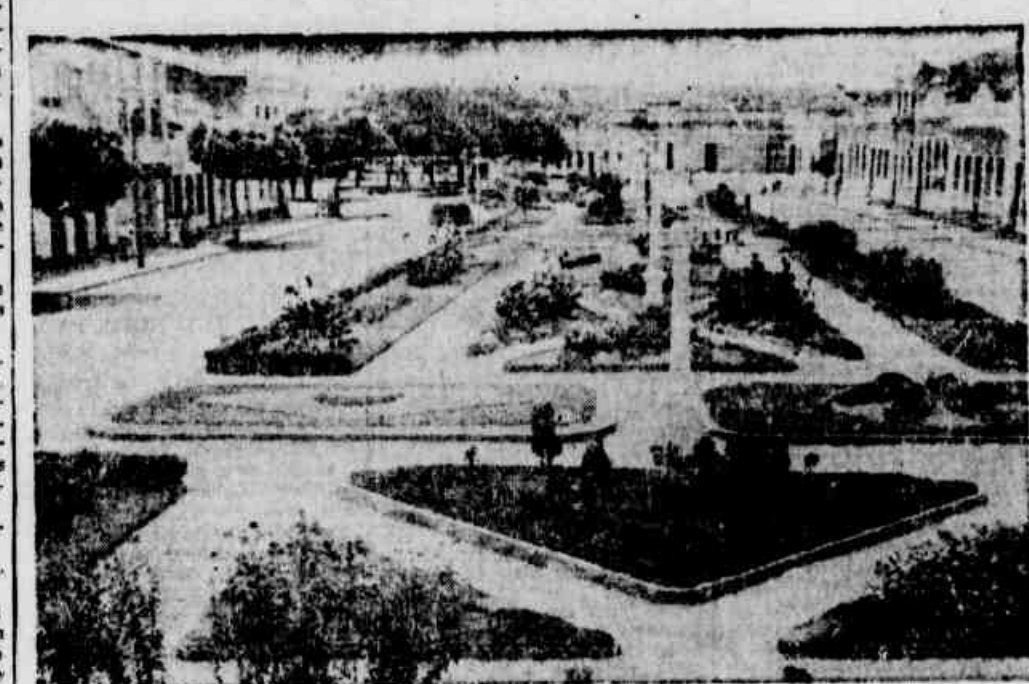
Impossibilidade de comparecer pessoalmente à cerimônia, o secretário geral delegou ao sr. Paul Van der Sij, diretor do Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro incumbência de fazer entrega à cidade de São Paulo desse símbolo da organização internacional.

UM MILHÃO DE CHEQUES SEM FUNDO

RIO, 22 (Meridional) — Na data menos de 1.555.825 cruzeiros é o total dos cheques sem fundo que foram retirados pelo Procurador Geral do Distrito Federal para a Corregedoria da Polícia, afim de serem instaurados os competentes processos.

Palmares sob a administração do sr. Luiz Portela

Grande surto de progresso — Distribuição de leite à pobreza — Novos logradouros públicos — A avenida Pedro Paranhos — Reportagem de Manoel ALBUQUERQUE



Um aspecto da Praça Ismael Gouveia

Nenhum propósito nos anima a reproduzir o que este jornal publicou o ano passado a respeito da administração do sr. Luiz Portela Carvalho, à frente do Município dos Palmares. O que o Ilustre governante realizou entre o primeiro semestre de 53 e o segundo semestre de 54, com os próprios recursos da Prefeitura, até mesmo os seus adversários políticos reconhecem. Os melhoramentos já concretizados, não só na cidade como nos distritos, já constituíram um marco de sua passagem pela mais alta investitura municipal. Realmente, só se pode fazer uma idéia imparcial do que se passa no interior do Estado, percorrendo-o e auscultando o seu povo. Chegando a metrópole palmaresense logo se tem uma idéia do seu progresso, notadamente no que diz respeito ao seu embelezamento. Palmares possui uma boa iluminação além de um bom serviço de água, graças ao contrato realizado entre a Prefeitura e o S.E.S.P. Inegavelmente, o atual Prefeito de Palmares procura colocar a sua cidade numa posição de relevo, entre as demais do Estado, muito embora já seja considerada das principais do interior, no sentido econômico e social. Entre os novos Logradouros Públicos, podemos destacar pela sua importância as praças Ismael Gouveia e da «Luz». Os seus cantos e iluminação, desportando na verdade a curiosidade pública; os seus passeios foram todos revestidos de bonita fiação.

As atenções do Prefeito sempre estiveram voltadas para o embelezamento da cidade; por isso, tem a arrojada iniciativa de levar a efeito a construção da avenida «Pedro Paranhos», dada a sua extensão calculada em 800 metros por 20 de largura. Segundo vimos no projeto a referida avenida terá duas faixas de rolamento, retilínea no centro, receberá pavimentação e cuidados arborização de palmeiras além de uma boa distribuição de luz.

Uma das coisas também que não foram esquecidas pela administração municipal, tem sido a construção de prédios pa-

ra o serviço público, não só na cidade como nos distritos, nas zonas discriminadas. Merece ênfase, em Santo Antônio das Trombas, Casa da Força e Luz, no mesmo distrito, outro na cidade para o mesmo fim, um tipo Pavilhão para a Praça Ismael Gouveia, três residências no bairro do Matadouro Público e outro para o serviço de Ambulatório em Santo Antônio. Conforme vimos na planta, a Prefeitura construiu esta ano, um conjunto de casas para habitar os pobres, o qual se destina ao serviço de lavanderia, banheiros, sanitários, chafarizes públicos, etc.

REFORMA NA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

— Em quanto muitas cidades do interior do Estado estão às escuras,



Sr. Luiz Portela, prefeito de Palmares

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

FALTA ABSOLUTA DE CARNE EM S. PAULO

S. PAULO, 23 (Meridional) — O vice-prefeito em exercício, na Prefeitura bandeirante, declarou que requisitará a força militar para trazer o gado destinado ao abastecimento da cidade, onde estiver, se para tanto for necessário, afim de suprir normalmente a população.

O sr. Portela Paz aludiu a entendimentos que teve com o presidente da COPAF, acrescentando que o abate das aves interessadas o lucro de 16%, não havendo, portanto, motivo de ser aumentado o preço do produto. A respeito da requisição, disse que o plano já está completamente elaborado, devendo ser empregado, para isto, a força do Exército.

REPARTIÇÕES FEDERAIS

D. R. DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Está sendo convidado a comparecer ao Serviço Médico da Diretoria Regional dos Correios e Telegrafos, no horário de 9 às 11 horas, o telegrafista da classe H, Wilson Benevides Ferreira Lima.

EDITAL

A Agência do BANCO DO BRASIL S. A., sita à Avenida João Pessoa, nº 418, nesta cidade de Arcoverde, do Estado de Pernambuco, avisa a quem interessar possa que se acha exposta a venda o imóvel CALDEIA VELHA, de sua propriedade, medindo 20 (vinte) hectares, aproximadamente, confrontando-se ao Norte, com terras de Elias do Carvalho; ao Sul, com terras de Adélia Duca; ao Leste, com terras de Jordão Freire da Silva e ao Oeste, com terras de José Pacheco Luna. O imóvel, situado na chapada da Serra do mesmo nome, dista 5 (cinco) quilômetros do centro desta cidade.

Os interessados devem dirigir-se à Agência do Banco do Brasil S.A., em Arcoverde, apresentando suas propostas, por carta, no prazo de 20 (trinta) dias.

Arcoverde (Pe.), 14 de julho de 1954.

Pelo Banco do Brasil S.A. — Arcoverde (Pe.)

Oscar Olimpio de Araújo Gerente

Maurício Ferraz Contador Int.

(248)

ção inteiramente grátis, para ambos os sexos. Várias conferências e festas são realizadas no seu auditório. Uma grande reforma não só no edifício como também em todo o material interno.

A Prefeitura, subvenciona 11 escolas de ensino supletivo, além de várias. Integramento grátis, de curso superior. Instituiu bolsas escolares no Ginásio N.S. da Lourdes; mantém 13 escolas primárias e ainda subvenciona 23 urbanas e rurais.

GUARDA MUNICIPAL — É interessante ressaltar também o serviço que vem prestando a Guarda Municipal, criada há 22 anos. Para se ter uma idéia, embora ligada, bastaria lembrar-se que durante o ano de 1953 não se têm registrado naquela cidade arruações nem furtos dignos de menção.

DISTRIBUIÇÃO DE LEITE — Vem de merecer aplausos gerais por parte da ordem no município de Palmares, a atitude do sr. Ilustre Prefeito, mandando distribuir leite às pessoas reconhecidamente pobres e mul especialmente às crianças desamparadas. Essa distribuição ascende a uma média de 60 a 70 litros diariamente, além de 400 litros que são vendidos pelo preço de Cr\$ 350. So todos os Profiteiros, seguimos o exemplo do sr. Luiz Portela, a mortalidade infantil não seria tão alarmante no interior do Estado.

SITUAÇÃO FINANCEIRA — Não obstante todos esses melhoramentos, a Prefeitura dos Palmares se acha em dia com todos os seus compromissos.

POLÍTICA — Apesar da oposição por parte dos seus adversários políticos, o sr. Luiz Portela de Carvalho, prossegue, sem esmorecimento, a sua obra em prol do Município que dirige e estanca absolutamente certos que o grande eleitorado de Palmares, será tudo, elegendo-o como seu legítimo representante à Câmara dos Deputados, nas próximas eleições de 3 de outubro.

VIDA ESCOLAR

FACULDADE DE MEDICINA

Encontram-se abertas na secretaria dessa Faculdade, até o dia 7 de agosto do corrente, as inscrições para o curso de aperfeiçoamento sobre Histologia Normal e Diagnóstico Histológico, a cargo do catedrático Heliô Gomes de Mattos Mendonça.

O curso será exclusivamente para médicos e funcionará no Instituto Otávio de Almeida, de 8 a 28 de setembro próximo, diariamente, das 19 às 21 horas, exceto aos sábados. As aulas terão início logo após o encerramento das inscrições, recebendo diplomas os candidatos presentes pelo menos a 80% dos trabalhos realizados.

Encontram-se também abertas na secretaria, até o dia 11 de setembro do corrente, as inscrições para o curso de aperfeiçoamento em Neurocirurgia, lecionado pelo professor interno de Clínica Propedéutica Cirúrgica, Manoel Castano de Barros.

O curso será exclusivamente para médicos e funcionará no Hospital Pedro II, diariamente, de 13 de setembro a 23 de outubro de 1954.

Esta sendo convidado, a comparecer, com urgência, ao arquivo desta Faculdade, afim de tratar de assunto de seu interesse, o cirurgião dentista João Pontual Figueira, concluinte da turma de 1953.

O CAFE' NO MEXICO E EM EL SALVADOR

RIO, 22 (Meridional) — Segundo informações recebidas pelo Instituto Brasileiro do Café, a produção cafeeira do México para o ano 1954-55 será de 1.500.000 sacos, das quais...

1.500.000 poderão ser exportados, produzindo 150 milhões de dólares ou 2 bilhões e 250 milhões de pesos. O México manteve o terceiro lugar como nação produtora de café, depois do Brasil e da Colômbia.

Relativamente à República de El Salvador, a colheita do mesmo ano está estimada em 1.000.000 sacos ou 1.500.000 quintais.

ÓTIMA OPORTUNIDADE

Importante Empresa oferece trabalho a organizadores capazes, entre 25 e 35 anos, exigindo-se Carta de Fiança e referências. Boa remuneração. Cartas dirigidas a S. M. na Posta Restante deste Jornal.

(239)

AO COMÉRCIO DO INTERIOR

Precisa-se nomear agente distribuidor do Frigorífico Jundiá S.A. de São Paulo, para as principais cidades deste Estado. Os interessados deverão se dirigir à Caixa Postal n. 1370 — Recife — Estado de Pernambuco.

PUBLICIDADE

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul

Os «Diários Associados», a revista «O Cruzeiro» e as «Emissoras Associadas», oferecem uma cobertura completa para anúncios nas capitais e grandes centros do interior do país.

Consulte o Departamento de Publicidade do DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

BARREIROS

O CUSTO DE VIDA BARREIRENSE, TORNA-SE INSUPOORTAVEL

Exploração nunca vista nas feiras da cidade

— Juri — Desportos

Décio FRANÇA

BARREIROS, 9 de julho: — A atenção da população deste município ultimamente, está voltada para o custo de vida local que, dia a dia, vem aumentando consideravelmente, tanto nas coisas comerciais, como nas feiras aos sábados e domingos, realizadas nesta cidade. A carne, o peixe, o pão, frutas e cereais, sofrem altas de preços constantemente e sem justificativas para tal. Bem assim, o sabão, o óleo, ovos e finalmente, todos os gêneros de primeira necessidade. Esperamos que os poderes públicos tomem serias medidas nesse sentido, não ficando indiferente a essa incerta situação que ativamente através os habitantes desta velha comuna pernambucana.

JURI: — Sob a presidência do dr. Aníbal Vanderlei Cavalcanti, juiz de Direito desta comarca, realizou-se ontem, o Tribunal Popular, para julgar o sr. Luiz Ramos da Silva, acusado de crime de morte. Na tribuna de acusação, funcionou o sr. Bráulio Didor, que antes de adotar o processo, pronunciou excessivas palavras de saudade ao juiz Aníbal Vanderlei, por motivo de ser aquela sessão de júri a primeira presidida pelo dito magistrado, nas funções de novo juiz desta comarca.

tendo ainda feito elogiosas referências ao dr. Leonino Correia, antigo advogado do mesmo réu. A defesa esteve a cargo do dr. Leonino Correia. O Conselho de Sentença, reconheceu a tese de legítima defesa sustentada pela defesa, absolvendo o réu.

DESPORTOS: — No próximo dia 13, a Associação Esportiva Central Barreirense, no estádio Costa Azevedo, enfrentará o forte quadro da União Catanduva S.A., com a mesma equipe que venceu o «Leão XIII» em nossas praças. A comitiva barreirense, viajara em ônibus especial, tendo como presidente o desportista dr. Plácido do Brito e Silva.

ANIVERSÁRIOS: — Transcorreu no dia 7 do corrente, a data natalícia da sra. Teresa Gonçalves de Carvalho irmã da professora Djanira G. Carvalho. — Transcorrerá no dia 16, a data natalícia do jovem Heliô Albuquerque, funcionário da R.E.N., em Pannória e filho do sr. Ezequiel Alves de Albuquerque, também funcionário da R.E.N., residente nesta cidade.

Decorrerá no próximo dia 14 do corrente, o natalício da sra. Sirlene, filha do vereador Agostinho de Lima e Silva e de esposa sra. Cláudia de Lima, residente nesta cidade.

BANCO DO POVO S. A.
DIVIDENDO 67

Pagam convindos os acionistas deste Banco, a virem receber, em nossa sede social, a rua do Imperador Pedro II, n.º 494, a importância de 67, relativo ao 1.º semestre de 1954, em moeda de 10% ao ano, sobre o nosso capital, realizado de Cr\$ 50.000.000,00.

Recife, 14 de julho de 1954.

a) Antonio Martins do Eirado
Diretor e Secretário.

Abastecimento d'água para São Lourenço
Pezar pelo falecimento do tabelião Leocádio
Porto — Distribuição de títulos eleitorais —
Abastecimento d'água

Os deputados Santa Cruz Valadares e Taboas de Almeida pediram a inserção na ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Leocádio Porto, ex-tabelião e prefeito de Cururú.

TÍTULOS

O sr. Aurino Valois fez uma sugestão ao Tribunal Regional:

Graves acontecimentos

(Conclusão da última página) centram-se, em consequência desse fato, está em perigo todo o sistema de segurança. Alemanha Ocidental. Tem-se que John revela os segredos não só dos alemães ocidentais como também dos seus aliados.

O desaparecimento de John, causou, em Berlim ocidental, grande repercussão.

REPERCUSSÃO NO SETOR OCIDENTAL

BERLIM, 23 (UP) — O desparecimento do chefe da polícia de segurança, Otto John, causou maior repercussão no setor ocidental de Berlim do que qualquer outro acontecimento desde que os russos iniciaram o bloqueio da cidade, em 1948. A imprensa pede que se conheça o Parlamento atualmente em férias, e que o serviço de segurança seja colocado sob vigilância parlamentar.

Funcionários do Serviço de Desaparecimento de John põem em perigo todo o sistema de segurança da Alemanha Ocidental. Tem-se que ele denunciou os agentes secretos que atuam na zona oriental e que revelou aos comunistas os segredos não só da própria Alemanha Ocidental, como também dos seus aliados.

REORGANIZAÇÃO DO GOVERNO DA ALBÂNIA

ROMA, 23 (U.P.) — A reorganização do governo da Albânia pode ser um indicio de que melhoraram as relações entre esse país e a Jugoslávia, segundo os principais fontes albanesas. O novo ministro da Defesa, Beu Baloiku, é um bom amigo dos jugoslavos.

De acordo com informações, os albaneses refugiados em Roma, jamais foram colocados na lista dos que deviam ser liquidados. Antes de a Jugoslávia se separar da União Soviética e depois da segunda guerra mundial, Baloiku trabalhou em estreito contato com os oficiais do exército jugoslavo.

A 23 de dezembro de 1948, o jornal Politika, de Belgrado, informava que havia sido executado e que seus parentes tinham se internado na Albânia. Baloiku substituiu o general Enver Hoxha no Ministério da Defesa, na recente reorganização e o chefe da polícia, Mehmet Shenuu ocupou a presidência do Conselho de ministros. Hoxha não se misturou na Defesa, mas também presidente do Conselho de ministros e ministro do Exterior.

Alguns fidedignos de Roma declararam, todavia, que não se sabe se perdeu outros dois cargos que tinha: secretário geral do Partido Comunista e presidente do Politburo. Os exilados albaneses em Roma calculam que há uma 7.000 pessoas em sua pátria, que não conta com mais de 1.000.000 de habitantes. Manifesta-se, por outro lado, que os soviéticos mantêm bases de submarinos na Albânia.

Todavia, os chefes militares aliados declararam que se podia neutralizar, rapidamente, aquele pequeno país no caso de rebentar outra guerra. Também se avizora que um esquadrão de 40 aviões russos, incluindo inclusive vários MIG-15. Em várias ocasiões, os refugiados albaneses acerca de distúrbios em sua pátria: revoltas, bombardeios e assassinatos. Não se confirmou, contudo, o informe distribuído em países estrangeiros por uma agência italiana de que havia começado uma revolução na Albânia. Pessoas de toda a confiança declararam que, em Tirana, capital daquele país, reinava completa calma.

Resurgimento

(Continuação da 1.ª página) trabalharam naquele Estado. O sr. Adhemar de Barros contará com o apoio oficial do partido, mas determinará essa aproximação com a cúpula do PTB mais uma fragmentação do que resta desse agrupamento em torno da Comissão de Reestruturação do PTB, presidida pelo sr. Rodrigo Barbas Filho.

«FODE ACONTECE» As declarações atribuídas ao sr. João Goulart, segundo as quais o PTB poderá marchar com a candidatura do sr. Adhemar de Barros em São Paulo motivaram um speech do sr. Barreto Pinto durante a sessão de ontem na Câmara. Disse o orador que estava autêntico pelo próprio sr. João Goulart a declarar que não teve nenhum entendimento com o sr. Adhemar de Barros mas — frisou — não estava longe de fazê-lo porque, se uma vez marcharem juntos para o Catete, nada estaria de fora de novo, marchassem juntos, desta vez para a conquista dos Campos Eliseos.

OSVALDO — Leiloeiro Oficial

ENORME LEILÃO!

Terça-feira, 21 de corrente, às 3 horas da tarde — Na AGENCIA OSVALDO, à Rua da Aurora, 65 — Fone 3008
O LEILÃO 4341 PIQUÊS LIMITADOS

Distinta sala de copa, americana; — Primeiros Conjuntos para Dormitório, Sala de Jantar e Sala de Visitas; — Imponente Bureau, com tampo de vidro; — Ótima Estante; — Cadeira de Rodas; — Geladeira; — Fogões; — Cadeiras; — Receptores de Rádio; — Pick-ups; — Mídias e Grande Variedade de Móveis Avulsos. TUDO VERDADEIRAMENTE AO CORRER DO MARTELÃO!

Ainda muito grave,

(Conclusão da 3.ª página)

A. S. e a pneumonia não tinham reabilitado muitos doentes, mas a verdade é que, num balanço posterior, muitas recaídas se há de verificar, agora já em indivíduos resistentes às drogas, o que torna grave o problema.

RODOVIA

O mesmo deputado solicitou

urgentes providências da secretaria da Viação no sentido de

mandar reparar a rodovia Caruarú-Alinho-Arestina.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

O sr. Wilson Pimentel, em

projeto de lei, autoriza o Executivo a construir o serviço de

abastecimento d'água de São Lourenço, sede do município do

mesmo nome. Para fazer face

às despesas decorrentes do serviço

abastecimento, fica autorizado o

Executivo a abrir o crédito de

cinco milhões de cruzeiros.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

Em explicação pessoal, o sr.

Diocleciano Pereira Lima fez

considerações sobre a posição

da UDN na recém-criada Frente

Parlamentar, lendo, na tribuna,

o telegrama pelo sr. João

Cleofas do jornalista Carlos La-

cueria e publicado na imprensa.

Em Bruxelas, etc.

(Conclusão da última página)

via exposto que a reunião não

podia celebrar-se antes de se

conseguir obter a conveniência

de todos os países que se en-

contram a reconstrução do sistema

de Defesa Europeia, a menção,

agora, da data de 9 de agosto

parece indicar que, até aquele

dia, se tenha conseguido êxito

em tais esforços. Até agora, tu-

do quanto se fez nesse sentido

travessou redondamente, segun-

do fontes autorizadas dignas de

crédito. Os adversários do pla-

no, encabeçados pelo ministro

da Defesa, general Pierre Ko-

ning, se negaram a desistir de

suas atitudes e aceitar uma for-

mula de pacificação que tenha

probabilidade de ser aceita pe-

los vizinhos da França.

RESOLUÇÃO DOS EE. LU.

WASHINGTON, 23 (U.P.) —

O Congresso dos Estados Uni-

dos está estudando a convenien-

cia de aprovar uma resolução

redigida em fortes termos, que

tenha por fim fazer com que a

França ratifique o Tratado da

Comunidade de Defesa Europeia

(CDE).

Nos círculos do Congresso in-

formou-se, hoje, que os mem-

brs da Comissão das Relações

Exteriores do Senado debateram

uma ideia com o secretário de

Estado, John Foster Dulles, la-

poria cerradas, a última hora

de ontem. Esta manhã, não se

conhecia a opinião de Dulles a

respeito. Não há dúvida, to-

davia, que tal resolução obteria

o apoio de muitos senadores, se

bem que alguns dela acreditam

que a França poderia interpretar

tal como uma ameaça e pro-

vocar, por essa razão, mais da

do que bem.

Os partidários da ideia insis-

tem, não obstante, que a resolu-

ção poderia servir para que a

França ratificasse o tratado da

CDE. Este estabelece a criação

do exército europeu, integrado

por forças da França, Itália,

Holanda, Bélgica, Luxemburgo

e Alemanha Ocidental. Recul-

ta, portanto, no rearmamento

desse último país e, por essa

razão, não o tem ratificado a

Assembleia Nacional Francesa.

A França e a Itália são os úni-

cos países que, até agora, não

ratificaram o tratado. Uma das

possibilidades que os senadores

discutiram ontem com Dulles

consistia em convocar o Sena-

do — e talvez também a Câmara

de Representantes, para uma

sessão especial para aprovar o

acordo em que se conceda a A-

lemanha plena soberania no ca-

so de que se se ratifique o tra-

trato da CDE.

Não se chegou a decisão algu-

ma definitiva sobre assunto.

O presidente da comissão, Alexander Wiley declarou que Du-

lles voltará a comparecer perante

o grupo senatorial na próxima

semana.

atos do GOVERNO

ESTADUAL

(Conclusão da 4.ª página)

o solidariedade absoluta candi-

datura Cordeiro Farias. Junto

minha esposa, filhos, genros, A-

brão, ao sr. Pedro Cavalcanti,

Esteliana Leite Cavalcanti, Cr-

emília Cavalcanti, Ruth Cavalc-

anti, Eley Cavalcanti, Pedro

Cavalcanti Filho, Rui Cavalcanti,

Ivo Tondão, Dorival, Leite

Planão, Adolfo Leite Cavalcanti,

Edilson Leite Cavalcanti.

De São José do Belmonte —

«Reitor vossa senhoria mou apoio

candidatura eminente general

Cordeiro Farias logo primeiros

comentários aquela indicação

vários partidos solicitou a candi-

datura de vossa senhoria. Vossa

senhoria me entusiasma tão alta

solução política permitubna e

reforçando agora faz inspirado

superiores interesses nosso

Estado defendi tanto, do notado

e patriotismo vossa senhoria.

Saudações. a Eloy Jaldes.

De Vertentes — Separados

os campos da luta iniciada a

atualidade, não há ordens de

vossa senhoria como bom leal solda-

do da possessão firme ao lado da

candidatura do eminente gene-

ral Cordeiro Farias. E Farias por

quem lutarei com entusiasmo e

coragem dentro princípios no-

breidade sempre nortearam

nosso partido. Cordiais sauda-

ções. a Claudio Correia de A-

raújo.

De Itapetim — «Povo Itape-

tim tem o maior prazer con-

vidar solenidade instalação mu-

nicipio dia 21 corrente oportuni-

dade de passagem general Cordeiro

de Farias teremos máxima ale-

gria tributar vossa senhoria gra-

tidão independência municipi-

cal. Respeitosas saudações, sal-

vejo João Leite, Francisco José

Maria, Geraldo Ferreira, Antonio

Planão.

De Gloria de Góti — «Estou

visitando todo município e co-

heando certeza glória marchará

fielme lado candidatura general

Cordeiro de Farias que representa

altivez dignidade e honra do

Estado. Pode confiar vitória

candidato partido eleição 1 outu-

bro próximo. Saudações. a

Reinaldo Carneiro.

De Carpiná — Congratulome

V. Excia. vitória primeira etapa

lua solução nacional. a João

de Petribus.

De Gravata — «Embora não

resolvido o novo Estado tive

felizidade sentir importante re-

velação Teatro Santa Isabel tran-

do conclusão V. Excia. repetir

atitude patriótica saudoso Sena-

dor Borja em 1922. Respeitosas

saudações. a César Nunes Ma-

chados.

MINÉRIOS

ALVES, COSTA & COMP.

DEPARTAMENTO DE MINÉRIOS

Classifica — Compra de toda espécie

RECIFE: — Rua da Niterói 278 — Telefone n. 3354

End. Telog: «URANITA»

ONTEM NO AEROPORTO

(Conclusão da 3.ª página)

Jornalista Luis Beltrão, reda-

tor da «Pólis da Manhã» e pre-

sidente da AIP.

Foi passageiro do Constella-

ção da linha doméstica da PA-

NAIR.

EM TRANSITO, HOJE, PARA A EUROPA VANJA ORCA

Doverá transitar, hoje, pela

madrugada, por esta cidade via-

gando a bordo do Constellação

da PANAIR, a artista brasileira

Vanja Orca, que se celebra-

rá anos o seu aparecimento

no filme nacional O CANGA-

CEIRO, de Lima Barreto. Se-

gundo estamos informados val-

primariamente à Itália e dali

até à Alemanha, para posar nu-

ma película cuja primeira par-

te já foi rodada no Brasil.

AVIÕES ESPERADOS HOJE

Quatro aviões internacionais

são esperados, hoje, nesta ci-

dade: PANAIR, de Buenos

Aires para Belém; SAS, de San-

tiago para Estocolmo; SWIS-

SAR, de São Paulo, para Zur-

ich e PANAIR, de Frankfurt,

para Buenos Aires.

PASSAGEIROS EMBARCADOS NO CONVAIR, DA CRUZEL, DO SUL, PARA O RIO

ARTES E ARTISTAS

COMPANHIA DRAMATICA NACIONAL

A Companhia Dramática Nacional, órgão do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Cultura, vai iniciar, hoje, a Temporada Oficial de Teatro da Prefeitura do Recife, apresentando a peça de Guilherme Figueiredo *A raposa e as uvas*.

O primeiro cariz da temporada da C. D. N. apresentará ao nosso público Nathalia Timberg, Sonia Oiticica, A. Fregolente, Magalhães Graça, Ribeiro Furtos e Adalberto Silva.

Os figurinos e cenários são de Anísio Medeiros.

A estréia da Companhia Dramática Nacional será às 20.30 horas, no Teatro Santa Isabel. Os ingressos podem ser encontrados em Lisboa, no Depósito Falsa, no horário habitual.

SOC. DE CULTURA MUSICAL

Movimentam-se os meios musicais do Recife para dois esplendidos momentos da mais pura arte com os próximos concertos do violonista de fama mundial, Szigeti. É esta a segunda vez na história da «Cultura» que o célebre virtuoso do violino pisará o palco do Santa Isabel. Ninguém esqueceu até hoje sua passagem em nossa capital, quando produziu profunda emoção pela sua arte inconfundível e sua técnica de mestre.

Szigeti é, hoje em dia, um dos cinco maiores violonistas do mundo, com uma «técnica» cada vez mais transcendental e uma sensibilidade mais apurada.

Os concertos de Szigeti, cujas datas estão fixadas para 21 e 26, respectivamente, hoje à tarde e segunda-feira, à noite, serão exclusivamente para os sócios da «Cultura», divididos em grupo A e B, para efeito da distribuição das localidades.

CONCERTO DA SINFONICA

O Departamento de Documentação e Cultura está avisando aos interessados que já começou a distribuição de ingressos para o Quinto Concerto Oficial da Orquestra Sinfônica do Recife, a realizar-se às 17 horas e 30 minutos de amanhã, no Teatro Santa Isabel.

O referido concerto conta com a participação da cantora portuguesa Idalina Fragata Leite Pinto, sendo o regente da orquestra o maestro Felipe Caparrós.

AUDIÇÕES DA DISCOTECA PÚBLICA

É o seguinte o programa de audição para hoje:

Weber — Oberon — Abertura, execução da Orquestra Sinfônica do Recife sob a direção de Willem Mengelberg; Debussy — Printemps — Suite sinfônica; execução da Orquestra Filarmônica Royal, sob a direção de Sir Thomas Beecham; Mozart — Concerto n. 4 em mi menor para corneio e orquestra, na execução de Dennis Brain.

EDITAL

L. FIGUEIREDO (RECIFE) S.A. avisa a quem interessar possa que a firma desta praça Sociedade Importadora de Produtos Industriais Ltda., estabelecida à Rua Vigarito Tenório, 193, comunicou ter se extinguido o conhecimento original n. 103, emitido no porto de Santos, pela firma Sociedade Caravelas Co. Importadora Ltda. e consignadora A. ODEME, no vapor ORANIA, vgn 5, entrado em 5-7-1954, relativo a 5 (cinco) caixas e 1/2 (uma e meia) caixas de papel nacional, pesando 370 quilos e marcas SHPL.

Se nenhuma reclamação for apresentada a esta agência dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da primeira publicação deste, conforme 1.º, do artigo 5.º, do Dec. 19.473, de 30-12-49, serão os referidos volumes entregues ao notificante, independentemente do conhecimento original.

Recife, 20 de Julho de 1954.

p/ L. Figueiredo (Recife) S.A. Seção de Navegação. Geraldo Magela Ferreira (232)

Teatro MARROCOS

Avenida Dantas Barreto

Companhia de Comedias BARRETO JUNIOR

HOJE — AS 20,30 HORAS (AMANHÃ VESPERAL)

O MAIOR SUCESSO COMICO DO THEATRO BRASILEIRO!



A PENSÃO DE DONA STELA

Original de Gastão Barroso

PREÇOS: CADEIRA NUMERADA 15,00

CADEIRA LATERAL 10,00

4 MESES NO THEATRO RIVAL DO RIO DE JANEIRO

EMBAIXADA NESTOR MOREIRA

Estiveram ontem em nossa redação os estudantes hainos Reinaldo Mauro Oliveira, Arnobio de Araújo Duarte, Genesio Mascarenhas Filho, Wagner Cunha de Carvalho, Edmilson Santana Moura, Angelo Carlos Brito, Carlos Fernando Santana e Clementino Almeida.

Integram a Embaixada Nestor Moreira, constituída de alunos do Colégio Estadual e do Instituto Normal da Bahia. A viagem tem como objetivo conhecer as cidades de Aracaju, Maceió e Recife, assim como suas instituições culturais.

Amãhã, regressarão por via aérea a Salvador.

CORTESIA

Falar todo o tempo em penteados, maquiagem, vestidos, reflete uma coqueteria a um narcisismo exagerado, pois existem muitos assuntos para se conversar. Além disso, os outros também devem tomar parte na palestra.

Para reuniões sem etiqueta e para festinhas íntimas, não devem ser impressos convites. O convite deve ser formulado por telefone ou por carta quando não for possível fazê-lo pessoalmente.

O nascimento de uma criança deve ser comunicado aos parentes e aos amigos mais íntimos, dentro de 24 horas. Deixar passar mais tempo, é um sinal de desatenção.

Os presentes devem ser feitos na ocasião devida. Em caso contrário, a pessoa que os recebe fica em posição embaraçosa, perguntando-se o motivo do gesto.

Embora atualmente o luto já não seja guardado com tanto rigor, é sempre de bom tom guardá-lo pelo menos para os parentes mais próximos.

Não convide por convidar, para se mostrar amável. Se esses convites são aceitos, ver-se-á em dificuldades para atender aos hóspedes.

Não fica bem falar pelos cotovelos. Também não é de bom tom ficar em um canto, fechada como uma ostra. A virtude está no meio termo.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

— Patrimônio Nacional —

NAVIOS PARA O NORTE

ARATÁIA (Cargueiro) — Esperado a 28, para: Cabedelo, Natal e Macaú.
CAMPEIRO (Cargueiro) — Esperado a 29, para: Cabedelo, Natal, Aracaju, Maceió.
ARATIMBO (Paquete) — Esperado a 28.54, para: Fortaleza e Belém.

NAVIOS PARA O SUL

ITATINGA (Paquete) — No armazém n. 10, sairá a 28, às 18.00 horas, para: Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Antonina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.
ITAQUATIA (Paquete) — Aguardando atracação, sairá para: Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Antonina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.
RIO GUAPORÉ (Cargueiro) — Esperado a 24, para: Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.
ARARANGUA (Paquete) — Esperado a 28, para: Maceió, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande e Porto Alegre.

Informações com o agente: EDVALDO S. NEVES BAPTISTA, Avenida Alfredo Lisboa, Edif. COSTEIRA - Telefone 9214, Seção Fretes

DURANTE AS FESTAS FESTA DOS ESTUDANTES DE CARPINA

O fgo deve ser a fruta preferida, nas ocasiões das festas, porque os médicos a consideram nutritiva, polidietal e emoliente. Seu suco favorece o funcionamento dos intestinos. Os fijos da Grécia são os melhores.

Se o cabelo permitir, um penteado bem indicado para recepções é o feito para três fazendo-se na nuca vários caracóis pequenos.

As flores não devem ser esquecidas na decoração do lar, pois sua beleza tem valor que permite multiplicar os aspectos mais diversos dando-lhe uma atração singular. Mesmo simples, trazem consigo um mundo de alegrias.

Nada mais indicado do que colocar dentro dos guardanapos cobrados para o almoço ou jantar, pequenos guardanapos de papel. Desse modo estaremos evitando que os guardanapos, muitas vezes de tecido finíssimo, fiquem desoladamente manchados de baton.

A noite, depois das agitações diárias, quando os convidados já se houverem retirado, é recomendável um banho que produzirá o efeito de um sedativo e facilitará um repouso aprazível.

Os perfumes usados devem ser ligeiros, de uma fragrância suave, que lembre as suaves madonas antigas e não as mulheres fatais, as quais sempre se descrevem exalando essências pesadas enervantes.

Estando ou não em festas é preciso tomar as medidas necessárias para salvaguardar a saúde e a beleza do organismo. Excessos alcoólicos são fatais. As comidas, os gelados, os cremes devem ser evitados depois da meia-noite.

CONCURSOS DO L. A. A.

Estão sendo convidados a comparecer com urgência ao 8.º andar do edifício sede do Instituto do Açúcar e do Alcool, à avenida Dantas Barreto, levando os documentos que apresentaram no ato de sua inscrição para o concurso de escriturário os candidatos de ns. 3, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 43, 50, 51, 53, 54, 55, 61, 68, 70, 73, 78, 125 e 160.

Também deverá comparecer o candidato ao concurso de Oficial Administrativo, inscrito sob o n. 25.

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

candidato ao concurso de Oficial Administrativo, inscrito sob o n. 25.



MITZI GAYNOR e SCOTT BRADY

A DOCE INOCENCIA

Filmado em TECNICOLOR — Censura LIVRE



MIRO CERNI — SILVIA FERNANDA

e CLEYDE YACONIS em

NA SENDA DO CRIME

Uma produção da Vera-Cruz — Imp. 18 anos

HOJE — Imp. 18 anos — 1.30 - 3.30 - 5.30 - 7.30 - 9.30

GENTIL TIRANO

SEGUNDA-FEIRA NO (A partir das 10 hs. da manhã)

ART-PALÁCIO

O FILME QUE FOI CONSIDERADO PELA CRÍTICA MUNDIAL O MAIS PERFEITO EM 3ª DIMENSÃO

O PRIMEIRO FILME EM 3ª DIMENSÃO ESPECIALMENTE FILMADO PARA A TELA PANORÂMICA



Elenco:
Fernando LAMAS
Arlene DAHL
Patrícia MEDINA
Um filme da "PARAMOUNT"

3ª DIMENSÃO

NENHUMA EMOCÃO PODE SER MAIOR DO QUE QUANDO VOCÊ MESMO É PARTE DO ESPETÁCULO QUE ASSISTE !!!

AVISO — Para maior comodidade do público, os olhos serão vendidos. Os espectadores que não possuírem os olhos necessários para assistir a 3ª Dimensão poderão comprá-los na EMPRESA ESPECIALIZADA, por preço à parte do preço de ingresso, em GUICHET separado da Bilheteria, à razão de Cr\$ 13.00 (Treze cruzeiros). Tratando-se da exibição de um filme de longa duração, os olhos vendidos oferecerem o máximo conforto pois são autênticos "Polaroids", de fina e esmerada fabricação

HOJE — "MESSALINA E O BOMBEIRO" — IMP. ATÉ 18 ANOS

HOJE no

18.30 e 20.30



COLISEU

O drama das mulheres segredos da sociedade e do amor. Juntas na miséria, no crime e no vício, todas serão salvas por uma palavra de compreensão e carinho.

"VITIMAS DO DESTINO"

(Censura até 18 anos)
Com a deusa do existencialismo Juliette Greco, Suzanne Cluzier e dezenas de jovens estralantes. Filme de JULIEN DUVIVIER Distribuição da França Filmes

HOJE, em Pré-Estréia, às 15 horas — O filme que é uma consagração à beleza de Paris. O máximo realismo e poesia nos vários dramas, dos mais emocionantes:

SINFONIA DE UMA CIDADE

(Censura até 10 anos)

NOTA — Em virtude de atraso, a A Prisioneira da Torre de Fogo foi substituído por esse extraordinário filme de J. Duvivier

O verde na casa

As flores custam caras e se estragam depressa. Em compensação qualquer florista lhe fornecerá belos ramos verdes a pouco preço, e eles, em um pequeno apartamento, lhe darão a ilusão de estar em um jardim.

A arrumação dos ramos, requer, porém, maior cuidado do que a das flores: é indispensável escolher o canto discreto que os valorize sem que o seu volume se torne uma invasão, encontrar o vaso apropriado, de gosto rústico, de cobre, de grosso vidro opaco, de recami-cam e arrumar os ramos de ma-

IOFOSCAL

O fortificante indicado para as crianças em idade escolar

neira que o peso das folhas e o comprimento das caules não aconhecem a cada momento virar o vaso se é pequeno ou de material leve.

As moças japonesas aprendem na escola a arte de compor as flores nos vasos: uma arte onde entra a arte e a geometria, algumas normas filosóficas, muito simbolismo e um pouco de religião. Para nós, graças ao céu, a coisa não é tão complicada. Basta ter um pouco de bom gosto.



BORRASCAS

— com —

James STEWART

Dan DURYEA

e Joanne DRU

Drama da Universal

Improprio até 14 anos

HOJE — 1.30 - 3.30 - 5.30 - 7.30 - 9.30 — Imp. 14 anos

MINHA ESPADA, MINHA LEI

AMANHÃ ÀS 10 HORAS DA MANHÃ EM PRÉ-ESTRÉIA

Robert STACK em TRILHA da AMARGURA Censura: 18 anos

TRIANON

SEGUNDA-FEIRA

Sensacional!

"A VOZ DA CARNE"

— com —
Eleonora ROSSI DRAGO
Filme PARAMOUNT
(Imp. até 18 anos)

AMANHÃ — 10 HORAS

"MALDIÇÃO DE CAIM"

(Avant-Première)
(Imp. até 18 anos)

HOJE

12.40 - 14.50 - 17.00 - 19.10 - 21.20

RAF VALENTI

CLAUDINE DUPUIS

— em —

A ENCruzILHADA

Prod. ART-FILMS

(Imp. até 18 anos)

HOJE no

Sóiree às

18.30 e 20.30



O drama de Rafael e suas famosas madonas. A duplicidade da natureza humana — um gênio ao segurar o pincel, mas um monstro ao enfrentar os amores de suas lindas madonas.

"A FORNARINA"

(Censura até 18 anos)

Com Paola Barbara, uma verdadeira madona

Filme da Cadei

TERÇA-FEIRA:

A comédia que ninguém resiste. Caneles e malícia num filme excepcional!

"A PEQUENA ESCAMPOLO"

Com Amedeu NAZZARI e Lilla SILVI

AGUARDEM:

"VITIMAS DO DESTINO"



consórcio com Aerovias Brasil

de RECIFE para:

MIAMI — BUENOS AIRES —
MONTEVIDEO e ASSUMPCÃO

ou para:

Belém	Natal	Salvador
S. Luís	João Pessoa	Ilhéus
Fernambuco	Campina Grande	Conquista
Terreiros	Maceió	Vitória
Cametins	Aracaju	Campos
Fortaleza	Paulo Afonso	Rio
Santos	Uberlândia	
S. Paulo	Curitiba	
Belo Horizonte	Londrina	
Cuiabá	Florianópolis	
Goiânia	Porto Alegre	
Anápolis		

Utilize os serviços da maior empresa de navegação aérea da América do Sul

PROCURE CONHECER OS NOSSOS HORÁRIOS E TARIFAS EM NOSSAS

AGÊNCIAS

Rua da Praia n. 41 Pone 7034

Rua Vigarito Tenório, 177 Pone 9325

D JALMA

LEILÃO DE ARTE

(EM CONTINUAÇÃO)

HOJE -- SABADO, 24 DE JULHO AS 20 HORAS

RUA DA IMPERATRIZ N. 193 (Terreo)

SUNTUOSAS PEÇAS DE VALOR!!!

ATENÇÃO — A maior parte dos objetos pertencem a conhecido colecionador pernambucano.

Leiloeiro Djalma Eusebio Simões

HOJE AS 8 HORAS DA NOITE

Bidaut: "Genebra é outro Munich"

Elaboração do tratado de defesa da Ásia, antes do início da conferência



O enviado especial do DIÁRIO DE PERNAMBUCO e colegas da imprensa paulista entre os famosos pombos da Piazza Duomo, em Milão

SOB O CÉU ITALIANO

Diante de uma das sete maravilhas do mundo: a imponente catedral de Milão

Na «Piazza Duomo» com os pombos — Uma visita maravilhosa: o Scala — A guerra passou e Milão se reergueu moderna e atraente — 5.000 cruzeiros por um lindo acordeão de 120 baixos
Almeida CASTRO
(Enviado especial à Europa)

MILÃO, julho — Com seu milão e meio de habitantes, Milão é uma cidade moderna e movimentada, que guarda poucas lembranças da devastação causada pela última guerra. Centro industrial chave da Itália, a bela cidade foi o alvo preferido dos bombardeiros aliados. Depois da guerra, refez-se rapidamente e das ruínas saiu uma cidade moderna, que guarda, contudo, suas preciosas relíquias históricas.

É Milão, talvez, uma das poucas cidades do mundo em que o dinamismo da cidade não se reflete na estrutura da cidade. Milão é uma bela impressão. Geralmente, as ruas próximas às áreas de ferrovia são sujas e frequentadas por gente não muito boa. Nesta cidade as coisas são diferentes. Desde da majestosa «Stazione Centrale» uma das suas praças mais belas — a «Dughe de Aosta» — dá ao visitante a sensação de limpeza e organização. Os jardins bem cuidados trazem ao primeiro contacto.

O «SCALA»

Ninguém chega a Milão que não procure, de pronto, conhecer o famoso teatro «Scala», sonho dos grandes artistas e palco de glórias inúmeras. Uma rua estreita, com nome ilustre, nos levou à praça do Scala. Quatro edifícios formam os lados do quadrado. O mais belo e mais antigo deles é o colosso teatro. Não há dúvida que esta primeira impressão é desmentida. Suas linhas arquitetônicas são as mesmas dos nossos teatros. Santa Isabel, no Recife, e da Paz, em Belém do Pará, inclusive com os arcos formando o hall externo. Sobrias e expressivas. Mas a cor da pintura — um vermelho-amarelado — e alguns estranhos no reboco das paredes externas fazem esquecer que aquele teatro é o grande Scala de Milão.

Logo, porém, se abre a porta e o visitante penetra no hall — impressão muito interessante. Quando se chega ao salão de espetáculos, o silêncio do visitante é extenuado, fala mais alto que qualquer palavra.

É preciso ver a decoração interna, a riqueza da boca de cena, a imponente dos andares de camarotes e frizes e deixar que o pensamento recue no tempo para favorecer a imaginação. Diante dos nossos olhos parecem se realizar espetáculos que não vimos. Caruso, Muzio e novo Caruso. Como se confundem nas encenações diante do grande palco, onde tantas celebridades foram consagradas pelo aplauso entusiasmado do povo.

Estamos no «Teatro alla Scala», de Milão.

MUSEU DA OPERA

A visita se completa com o passeio entre os mestres da música, representados em bustos, autorretratos, vestuário, partituras e toda sorte de «relicários» do Museu da Ópera. Verdade, porém, e tantos outros mestres do teatro estão ali imortalizados em bronze e mármore e através de seus autorretratos, na mais importante e preciosa coleção do gênero.

Estranhamos a ausência de material referente ao nosso Caruso. (Conclui na 10.ª página)



O «Scala» de Milão visto do ângulo da Galleria Vittorio Emanuele

E' esse o objetivo do secretário de Estado, John Foster Dulles

Barreira contra uma nova agressão comunista — Atitude da Inglaterra

WASHINGTON, 23 (U.P.) — Os aliados continuaram, hoje, com ritmo acelerado, as negociações iniciadas há tempo para estabelecer a Organização do Tratado da Ásia Sul-Oriental (OTASO). Nos círculos autorizados, informou-se, esta manhã, que estavam sendo feitos esforços com o fim de fixar, antes de duas semanas, a data, o lugar e as nações que participariam da conferência em que se debaterá e firmará esse tratado que tem por objetivo impedir qualquer tentativa de avanço que pretendam empreender os comunistas no sudeste da Ásia.

O secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, e os ministros das Relações Exteriores de seis países pelo mundo acudiram à conferência na qual se estabelecerá o OTASO. Os ocidentais desejam atuar com a maior rapidez possível.

afim de impedir que uma nova agressão comunista se siga ao armistício da Indochina. Seu plano consiste em ter preparadas as partes mais importantes do Tratado, antes que comece a conferência. Informantes autorizados declararam hoje, que a conferência não durará provavelmente mais de uma semana. Dulles concluiu o tratado de paz com o Japão em prazo extraordinariamente curto. O fato de que a conferência se celebre em si um triunfo para o secretário de Estado que vem insistindo desde algum tempo, para que os aliados estabeleçam uma aliança contra o comunismo, no sudeste da Ásia.

Dulles quer que o OTASO se estabeleça antes de 21 de setembro próximo, data em que começará, em Nova York, a Assembleia Geral das Nações Unidas. O secretário norte-americano tem o propósito de assistir a essa reunião, desde o seu início, com o fim de lutar contra qualquer tentativa que possa fazer-se no sentido de que a China comunista ingressa no organismo internacional do paz.

ATITUDE BRITÂNICA NO FACTO ASIÁTICO

LONDRES, 23 (U.P.) — O secretário do Exterior, Anthony Eden, informou hoje, ao gabinete sobre o armistício da Indochina, firmado em Genebra, durante uma reunião que iniciou os trabalhos para levar à prática o plano britânico para um pacto de defesa da Ásia Sul-Oriental. Eden deu informações quanto resumiram os rumores acerca de uma reorganização do gabinete e até o possível afastamento do primeiro ministro Winston Churchill.

Esses rumores foram provocados pela conversação, que durou 40 minutos, entre Eden e a rainha Elizabeth II e que, ao longo da noite, Churchill convocou o gabinete para uma reunião, em seu despacho da Câmara dos Comuns, antes de seguir para sua casa de campo em Chartwell, afim de passar o fim de semana.

Fontes informadas disseram que Eden deu conta detalhada dos cláusulas secretas dos acordos de suspensão das hostilidades, concertados nas conversações de Genebra. Acredita-se também que o governo se tem ocupado no mesmo sentido a atitude britânica sobre o pacto asiático de defesa, tendo em vista a realização de uma conferência ali, ou talvez em Washington.

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, todavia, não chegaram a um acordo sobre a forma de adotar a aliança em questão, e, segundo fontes informadas, estão já iniciando com urgência, negociações que (Conclui na 10.ª página)

Grande vitória de Mendés-France

PARIS, 23 (U.P.) — Mais uma grande vitória, e que veio praticamente coroar o esforço por ele desenvolvido na conferência de Genebra sobre a Indochina, obteve, hoje, na Assembleia Nacional, o sr. Mendés-France. Por 561 votos contra apenas 3, dum total exato de 564 votantes, a Assembleia Nacional deu prioridade à ordem do dia apresentada pelo Partido Radical Socialista e aceita pelo governo. Antes, a Assembleia rejeitara por 392 votos contra 183 em 577 votantes a prioridade requerida para a ordem do dia apresentada pelo Movimento Republicano no Popular, em oposição no gabinete de Mendés-France.

PARIS, 23 (U.P.) — Os inimigos políticos do chefe do governo francês, Pierre Mendés-France, conseguiram atar a aprovação final do tratado de armistício que se firmou em Genebra e pôs fim à guerra da Indochina. George Bidault, ex-ministro das Relações Exteriores, a quem Mendés-France substituiu enquanto se celebravam as negociações de Genebra, é quem dirige a oposição contra o chefe do governo.

Ele e outros deputados da oposição não compareceram à Assembleia Nacional ontem, na hora marcada para o debate sobre o tratado. Por essa razão, adiou-se a sessão até as três da tarde de hoje.

As linhas gerais da oposição a Mendés-France foram revividas, ontem, por Edouard Frédéric-Dupont, que foi o ministro dos Estados Associados da Indochina, no governo do ex-primeiro ministro Joseph Laniel.

Frederic-Dupont disse que o governo de Laniel teria podido resolver o problema da Indochina tão bem como o resolveu Mendés-France, ou talvez melhor. Os observadores políticos disseram esta manhã, que as críticas contra Mendés-France serão, sem dúvida, acres, porém

nacionalista «Dan Chus» pediu a população que pusesse bandeiras a meio-pé, em sinal de dor. Esse pedido foi criticado, por muitas pessoas nos círculos locais.

CESSAÇÃO DE FOGO NO VIETNAM

HANOI, 23 (U.P.) — O Estado Maior francês anunciou, hoje, que a cessação de fogo, no norte do Vietnã, começará às 7 da manhã do dia 27 do corrente. De acordo com as instruções recebidas de Genebra, o Estado Maior francês em Hanoi ordenou aos seus soldados que suspendam o fogo naquela data.

Os rebeldes têm enviado a mesma ordem às unidades que se encontram em lugares isolados nos arredores da delta e das montanhas que o rodeiam. No Vietnã setentrional, o Estado Maior francês anunciou também, que os rebeldes serão em liberdade 270 prisioneiros franceses a 20 de julho.

ORGANIZAÇÃO A EVACUAÇÃO

HANOI, 23 (U.P.) — Foi aberto, hoje, na manhã, o «bureau de evacuação», que organizará a partida das francesas e elementos desta cidade a ser entregue aos rebeldes. Os prisioneiros franceses passaram por 40 pontos de controle, em Hanoi, onde não estavam em condições de serem evacuados.

Os planos serão executados tão depressa quanto for possível. Muitos comerciantes começaram a liquidar seus estoques de artigos. A imprensa de Hanoi publicou, ontem, a notícia da cessação de fogo sem grande destaque e sem comentários. Somente o diário ultramarino.

OPOSIÇÃO AO GOVERNO DE PIERRE MENDES-FRANCE, NO PARLAMENTO

Os acordos de paz foram obtidos sem o consentimento dos Estados indochineses

PARIS, 23 (U.P.) — Os inimigos políticos do chefe do governo francês, Pierre Mendés-France, conseguiram atar a aprovação final do tratado de armistício que se firmou em Genebra e pôs fim à guerra da Indochina. George Bidault, ex-ministro das Relações Exteriores, a quem Mendés-France substituiu enquanto se celebravam as negociações de Genebra, é quem dirige a oposição contra o chefe do governo.

Ele e outros deputados da oposição não compareceram à Assembleia Nacional ontem, na hora marcada para o debate sobre o tratado. Por essa razão, adiou-se a sessão até as três da tarde de hoje.

As linhas gerais da oposição a Mendés-France foram revividas, ontem, por Edouard Frédéric-Dupont, que foi o ministro dos Estados Associados da Indochina, no governo do ex-primeiro ministro Joseph Laniel.

Frederic-Dupont disse que o governo de Laniel teria podido resolver o problema da Indochina tão bem como o resolveu Mendés-France, ou talvez melhor. Os observadores políticos disseram esta manhã, que as críticas contra Mendés-France serão, sem dúvida, acres, porém

acrescentaram que não servirão para impedir a ratificação do tratado de armistício. Após o debate de hoje, Mendés-France começará a trabalhar em uma série de problemas que mais tarde ocupados os seus ministros pelo menos até meados de agosto.

Acredita-se que o chefe do governo dirigirá sua atenção, em primeiro lugar, para o norte da África. Logo começará as negociações com os representantes do Marrocos e Tunísia, os quais trataram, sem dúvida, de obter a completa independência dos seus territórios. A ratificação do Tratado da Comunidade de Defesa Europeia (CDE), que estabelece a criação de um exército europeu e o reconhecimento da Alemanha, será o segundo problema a ser resolvido.

Os comunistas e neutralistas estão preparados ao que parece, um novo movimento de propaganda que tem por fim impedir a ratificação do tratado, baseado-se no armistício da Indochina. Segundo os comunistas, a cessação de fogo na Indochina, demonstra que se pôde chegar a um acordo com a União Soviética e que, portanto, podem resolver-se os problemas europeus mediante negociações diretas com ela, o qual elimina a necessidade do exército europeu.

ADIADA A VOTAÇÃO DO ACORDO

PARIS, 23 (U.P.) — Os inimigos do primeiro ministro Mendés-France conseguiram adiar a votação final sobre o acordo de armistício na Indochina. A oposição está sendo liderada por Georges Bidault, antigo ministro do Exterior, a quem Mendés-France substituiu na última conferência de Genebra.

Bidault e outros deputados da oposição não compareceram à sessão da tarde de ontem, quando deveria se iniciar o debate de Genebra. E a discussão foi adiada para as três horas da tarde de hoje.

PARTICIPAÇÃO DOS SOVIETOS EM CONFERÊNCIA

GENEVRA, 23 (U.P.) — Os jornais soviéticos «Pravda» e «Izvestia» tinham andado a entender, anteriormente, que uma proposta solicitando a realização de uma conferência internacional para aliviar a tensão mundial seria o próximo movimento diplomático dos comunistas.

Moscou, pela manhã, a emissora do governo soviético, declarou que o governo soviético, dizendo que a «Kremlin» está disposta a participar de outras negociações internacionais.

O governo soviético considerou — diz a declaração — que os acordos obtidos em Genebra, para a suspensão do fogo e estabelecimento da paz na Indochina, contribuíram para aliviar a tensão internacional e eram, por conseguinte, as condições favoráveis que são necessárias para resolver outros importantes problemas mundiais na Ásia e na Europa.

Os problemas que, segundo a declaração russa, podem ser resolvidos, são os relativos à carreira armamentista, a proliferação das armas atômicas e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e, por último, o problema alemão.

Dr. Sylvio Pass Barreto

(Intelectual)

Seguradora S. — Fone 7346

GRAVES ACONTECIMENTOS NA ALBANIA

As tropas lusas não passarão por território Índú

NOVA DELHI (U.P.) — O governo Índú repeliu, hoje, um pedido do governo português para que permitisse a passagem de tropas portuguesas, por território da Índia, em direção à possessão britânica de Dadrá. Recordando-se que, em outubro de ano passado, o governo Índú havia proibido a passagem de soldados portugueses pelo território da Índia.

Por outro lado, um porta-voz do governo Índú, contestando afirmações do representante português disse: «O governo da Índia repeliu, por infundada, a afirmação contida na comunicação de hoje, dado pelo Ministério do Exterior de Lisboa, de que se tinha cometido uma «agressão» contra a possessão de Dadrá. Segundo as informações recebidas pelo governo de Nova Delhi, um grupo de 30 goanenses entraram em Dadrá, onde a polícia portuguesa os recebeu com fogo. A população de Dadrá acudiu em apoio desses goanenses, verificando-se, então, uma rápida luta em que a polícia foi desarmada. Ambas as partes sofreram baixas. O governo português, que mantém mais de 6.000 soldados africanos e outras tropas coloniais em Daman e Diu, acreditou adequado qualificar esse grupo de goanenses rebeldes de «grupo de mercenários».

Isto não é senão uma injustificada ofensa do governo português aos seus próprios cidadãos que foram levados ao desespero pela cruel opressão exercida pelo regime colonial português nas

Em consequência do expurgo do chefe do governo, general Hoxha

Distúrbios que atingem proporções de guerra civil — Manifestava simpatia pelo «titoismo»

ROMA, 23 (U.P.) — Refugiados anti-comunistas albaneses informaram, hoje, que desordens das promessas de uma guerra civil estão ocorrendo, na Albânia, depois da queda do general Enver Hoxha. Esses refugiados procedem de Bari, porto leste da Itália, no Adriático, frente à Albânia.

Todavia, nos círculos oficiais desta capital não se conseguiu provar tais notícias. Hoxha, chefe do governo desde 1945, foi derrubado e reorganizado um novo governo, presidido por Mehmet Shoku, que era chefe de polícia e ministro do Interior. Explicaram que os distúrbios foram promovidos por partidários de Hoxha. Não deram, contudo, detalhes dos choques que estavam verificando, entre os partidários de Hoxha, a polícia e o exército, ambos agora sob o domínio de Shoku.

Segundo os refugiados, Hoxha foi deposto do poder, devido à simpatia que demonstrou para com o marechal Tito, da Jugoslávia. A Albânia está sofrendo uma grave crise econômica. O pequeno país está rodeado por países anti-soviéticos e os outros satélites de Moscou, só podem chegar a ele por ar, ou em submarinos. As autoridades do território livre de Trieste observaram, durante as últimas semanas, um aumento muito grande do número de refugiados que chegavam procedente da Albânia e da Bulgária.

Uns 10.000 albaneses fugiram para a Jugoslávia, em busca de asilo. Segundo os funcionários de Trieste, que estão guardando os refugiados, o bloco comunista do Kremlin está desenvolvendo uma campanha de grande envergadura para impedir que se constitua uma aliança balcânica, entre Jugoslávia, Turquia e Grécia.

EM PERIGO O SISTEMA DE SEGURANÇA

BERLIM, 23 (U.P.) — O alto comissário norte-americano declarou hoje que o dr. Otto John, chefe da polícia de segurança da Alemanha ocidental, foi, provavelmente, a vítima de um atentado. Esse foi o primeiro comentário feito

pelos aliados ocidentais sobre o misterioso desaparecimento de John. Este desapareceu, terça-feira, à noite, juntamente com o u. médico comunista, o dr. Wolfgang Wohlenbut. O «tito» deixou uma nota, dizem, que ambos iam a Berlim oriental e ali permaneceriam.

O Ministério do Interior da Alemanha Ocidental manifestou que John foi sequestrado. As funções do serviço de contra-espionagem expressaram hoje que os comunistas detiveram, na Alemanha oriental, grande número de agentes e se serviram, pouco depois do desaparecimento de John, para o sequestramento de John. Acrescenta-se que o diário ultra-

marino.

EM BRUXELAS

Projetada a realização de uma conferência de ministros do exterior de seis nações

A fim de discutir as idéias da França sobre o exército europeu

PARIS, 23 (U.P.) — Nos círculos governamentais diz-se, hoje, que se projeta uma conferência de ministros do Exterior de seis nações, em Bruxelas, para os dias 9 e 10 de agosto, a fim de discutir as idéias da França sobre o exército europeu com as de seus associados.

Acrescenta-se que o presidente do Conselho de ministros, Pierre Mendés-France, pensa pedir à Assembleia Nacional que se pronuncie sobre o exército europeu quase imediatamente depois dessa conferência. Os planos do diligente chefe do governo foram discutidos no Conselho de presidentes das Câmaras, em sua reunião semanal com o sr. Jean Masson, sub-secretário da presidência, segundo fontes bem informadas.

Mendés-France prometeu ao ministro do Exterior belga, Paul Henri Spaak, numa entrevista mantida, aqui, há poucas semanas, que concorreria a uma conferência da Comunidade de Defesa Europeia, antes que o discutido plano do exército europeu fosse apresentado à Assembleia Nacional, porém, não fixou a data para o mesmo. Como Mendés-France também há



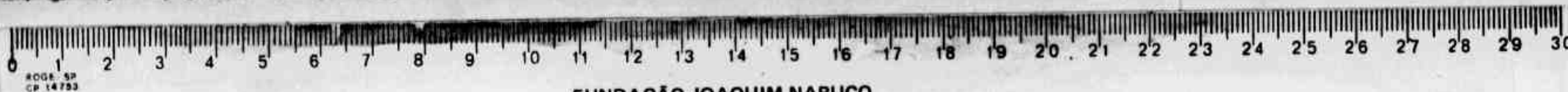
FORT BRAGG (Carolina do Norte, E.E. U.) — Terceiro Alto funcionários do Departamento de Defesa, o exército norte-americano fez sua primeira demonstração pública dos foguetes super-sônicos capazes de levar explosivos atômicos. Os foguetes «Honest John» (João Honestos), medindo cada um 9 metros de comprimento e pesando 3 toneladas, declararam os apurados de lançamento com jatos de fogo alarajando, e desapareceram a distância. Diz o exército que têm um alcance de 30 km, e produziram em combate o efeito de centenas de granadas. (Telefoto United Press)

EDIÇÃO
ESPECIAL
DEDICADA AO
CAFÉ

DIARIOS ASSOCIADOS

O JORNAL ★ DIÁRIO DE S. PAULO ★ ESTADO DE MINAS ★ DIÁRIO DE NOTÍCIAS ★ DIÁRIO DE PERNAMBUCO ★ EXEMPLAR CR\$ 5,00

15 de Julho de 1954



DIARIOS ASSOCIADOS EDIÇÃO ESPECIAL

O CAFÉ NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A primeira edição que os "Diários Associados" consagraram ao café foi dada à estampa em 1927. Constituíam, então, o núcleo inicial da cadeia de jornais, emissoras, revistas e estações de televisão, os dois órgãos do Rio de Janeiro. Apenas dois anos tinha a nascente organização, à qual deveria o Brasil a execução de um programa de brasilidade, que, então como hoje, é o mesmo, inalteravelmente aplicado aos superiores interesses nacionais. Já vivia a República velha o seu último quinquênio, ferida irreversivelmente pelo longo abuso do café, as instituições políticas inadequadas às aspirações do povo brasileiro, desajustadas aos fenômenos mais recentes da estrutura das sociedades, se evidenciavam cada vez mais inadequadas aos novos problemas que o Estado moderno era chamado a resolver.

Mas, para os "Diários Associados", que se bateram contra o estado de sítio, defendendo, obstinadamente, a tese de sua incompatibilidade com as tradições de civilização e de cultura que assinalam a presença do Brasil na história do Ocidente, algumas questões mereciam, e tinham merecer, sempre, sua dedicada atenção. A do café era, então, uma delas, e se-lo-ia em todo o futuro. Decorrido mais de um quarto de século daquela primeira preocupação, o número que ora vimos a dedicar ao café, confirma, na perspectiva histórica, que sustentamos a mesma linha inicial do nosso programa de atividades, como órgãos de opinião pública e cadeia de jornais. Quem conheceu, quem teve oportunidade de compulsar a primeira edição sobre o café, publicada em 1927, reconhece, sem dúvida, um esforço literário e gráfico, para reunir numa edição tudo quanto se havia dito, pensado e traduzido para o papel, realizado e criado, sobre o nosso principal produto. O novo esforço, agora consubstanciado nesta edição, não foi menor do que o outro, porém encontrou objetivos diferentes, e mentalidade aplicada a outras diretrizes, da que então se preocupava com problemas menos complexos do que hoje.

A terceira década do século, na altura do ano de 27, ainda não tinha se assestado com a crise em cujas tenazes hoje nos debatemos. Nem no Rio, nem nos Estados, as questões sociais haviam adquirido a intensidade, a agudeza, a extensão na trama das quais hoje brancamos. Foi a época implicada entre duas guerras, as duas grandes guerras deste meio século. A paz não fora perturbada, até então, pela novidade brutal de setembro de 1939, com a fúria do nazismo, a ascensão violenta do fascismo, e o surto do comunismo russo, e não se entorpecera sobre a humanidade o clarão de fogo das batalhas, que tinham acentuado os desajustamentos entre classes, entre nações, e entre dois blocos, em que se divide o mundo, nos dias de hoje. Daí a edição de 1927 do café não apresentava aspectos tão desenvolvidos, quanto os que a atual, esta edição, apresenta no que diz respeito à ciência aplicada à cafeicultura, e a técnica da respectiva execução.

O leitor atento vai notar, que hoje damos mais importância à parte técnica, enquanto que aquela procurou realçar muito o literário, no café. Esta é uma época técnica, por excelência técnica. As colaborações dessa natureza, por nós acolhidas nestas colunas, superam em número as demais. Passada a época de aventura na cafeicultura, a época do avanço pelo interior, com o desbravamento de terras virgens, nas zonas da Alta Paulista, da Noroeste, da Sorocabana, o cafeicultor tem que se voltar, se quiser sobreviver, para a contribuição que a técnica lhe proporciona, a fim de conservar as suas lavouras. Em 1927, a região de Marília apenas começava a ser colonizada. Cidades hoje florescentes da Sorocabana, ainda não existiam. A Noroeste despertava, ao esforço dos desbravadores. A terra era virgem, estava intacta na sua fertilidade. Não fora ainda exaurida pela cultura predatória a que se entregaram os exploradores do solo. Hoje, a situação do cafeicultor é outra, diferente daquela. E a recente campanha, levada a cabo pela Secretaria da Agricultura, pela restauração do solo, demonstra, muito bem, que estamos vivendo outra quadra histórica, a da técnica da conservação da terra, sem o espírito de aventura dos primeiros tempos, da fase tranquila de 1927, quando ainda se tinham preocupações vadias, e o parnasiano não morrera de todo, vindo pelo modernismo, pela intrinsecidade dos precursores de novas formas de vida e convivência.

A edição do café, deste ano, nesta altura do século, 27 anos depois da primeira, não surgiu, portanto, fortuitamente. Quisemos fixar a nova fisionomia da cafeicultura, em relação com a realidade social, econômica e política do Brasil dos nossos dias. A sociedade de então, de há vinte e sete anos, não fora abalada, ainda, pela novidade que é a ascensão do proletariado, pelo surto industrial e pela inteligência dos interesses da indústria com os da lavoura, que alguns empreendedores sempre procuraram compreender. Nesse longo período — período marcado pelo tempo histórico e sua intensidade, com todos os acontecimentos que foram registrados na história do mundo — nesse longo período evoluiu muito a cafeicultura, embora os métodos praticados há um quarto de século, ainda sejam os mesmos, em algumas circunstâncias, isto é, cultura predatória, despreocupação com a técnica, insensibilidade às novas modalidades de tratamento do cafeeiro.

O café, no entanto, é o Brasil, em que pese ao lugar comum, demasiado serrado e batido. Vale para nós tanto quanto as maiores riquezas que deram prosperidade a outros países. Deveríamos, pelo menos, cuidar bem de sua economia, da produção às vendas e consumo. Os numerosos estudos aqui reunidos, vieram mostrar o que falta à economia cafeeira em numerosos pontos. Com o intuito de concorrer para alertar o cafeicultor, o homem público, o mandatário, para o problema de ordem nacional, que é a ameaça que pesa sobre a cafeicultura, e ao mesmo tempo, homenagem à base da riqueza nacional, foi que elaboramos esta edição, e vimos lançá-la em circulação. Não é fácil ler com boa vontade e assimilar com interesse. Quando, porém, a ruína se aproxima de uma riqueza, literariamente formidável, é provável que não haja insensatos tão grandes, que não se precavem contra a destruição. E' para esse fim, que lançamos esta edição do café, colocando-a na perspectiva histórica, no período de um quarto de século.

COLABORADORES

ILUSTRAÇÕES

Tarsila do Amaral — Portinari — Di Cavalcanti — Quirino da Silva — Clóvis Graciano — Lívio Abramo — Nelson Nóbrega — Aldemir Martins — Mick Carnicelli e Percy Lau.

ARTIGOS

Assis Chateaubriand — Lucas Nogueira Garcez — Bento Munhoz da Rocha — Wenceslau Brás — Ruy Gomes de Almeida — João Pacheco e Chaves — Candido Motta Filho — Odilon Nogueira de Matos — Pierre Monbeig — George V. Robbins — Horacio Cintra Leite — James M. O'Connor — André Uribe — Mario Rolim Telles — J. E. de Paiva Neto — Sebastião Gonçalves da Silva — Silvio M. Alves de Lima — Fernando Góes — Geraldo Banas — Carlos Lindenberg — Saulo Ramos — Barros Ferreira — C. D'Agostino — José de Mello Moraes — Ernani Silva Bruno — Raimundo de Menezes — Ruy Miller Paiva — Dirceu Lino de Mattos — Jack Evans — Theophilo de Andrade — Sebastião Pagano — Florestan Fernandes — Carlos Borges Schmidt — J. Quintiliano A. Marques — Guido Cesar Rando — Rino Natal Tosello — A. Carvalho — Olavo Baptista Filho — Benedito Ribeiro — Paul W. Wilm — Tito Lívio Ferreira — J. F. de Almeida Prado — Abran Brick — C. A. Krug — Rogério de Camargo — Temistocles Linhares — Stenghel Guimarães — José Testa — H. E. Jacob — Alfredo Ellis Junior — Aureliano Leite — Heitor Ferreira Lines — Salvo Pacheco de Almeida Prado — André Tosello — Olov Naas — Francisco Malta Cardoso.

DIRETOR DE REDAÇÃO: — João de Scantimburgo. SECRETARIO desta edição especial: — Joaquim Pinto Nazario. — DIAGRAMADOR: Benjamin Steiner. FOTOS: — Nicolau Leite — Chico Vizzone — Olavo Esteves — Valtier Freitas — Antonio Lucio. A PARTE GRAFICA foi executada pelas corporações do "Diário de S. Paulo" e "Diário da Noite", sob a chefia de Francisco Ortega.

O CAFÉ E A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA



café, na economia agrícola brasileira, não pode ser considerado isoladamente; pelo contrário, deve ser abordado como parte de problema mais amplo, que é a da Agricultura nacional. Muitos enganos em nossa política cafeeira decorrem do unilateralismo com que vêm sendo abordados os problemas do café, em detrimento da própria economia cafeeira.

O fato de ocupar o café lugar de destaque na pauta de exportação do Brasil, especialmente em nosso comércio com os Estados Unidos, deu-lhe, sem dúvida, acentuada prioridade nas cogitações dos responsáveis pela economia brasileira e imprimiu à política cafeeira rumos muitas vezes diversos dos que exigiam sua cultura e sua consolidação em bases econômicas estáveis. O café-moeda predominou sobre o café-produto.

A Agricultura no Brasil pode ser dividida, a grosso modo, em duas grandes categorias econômicas: Agricultura de Exportação; Agricultura de Subsistência.

Quando os produtos incluídos na segunda categoria são produzidos em quantidade superior ao consumo interno, passam a contribuir para a primeira categoria, sem, entretanto, se fixarem como produtos de exportação, pois o seu aparecimento é esporádico e ocasionado por fatores circunstanciais.

Nos últimos anos, assistimos mesmo os produtos da primeira categoria passarem para a segunda, sob o cognome ridículo de "grãos". O café quase chegou a ser incluído entre os produtos gravosos, escapando desse triste destino apenas pela alta dos preços, havida no mercado internacional decorrente de dois motivos: um de calamidade pública — a geada — e, o segundo, pela modificação na orientação econômico-financeira do Governo Federal, atendendo a algumas exigências da Agricultura de exportação.

Essa situação momentaneamente satisfatória poderá, entretanto, mudar se ocorrerem quedas substanciais nos preços vigentes no mercado internacional, bem como, se o custo das mercadorias agrícolas continuar a subir, como é de se prever, pois nada se pode fazer, até o presente momento, para melhorar as condições de custo da produção agrícola rigidamente ligada ao custo crescente da mão de obra.

O café, hoje, pode ser negociado dentro dos níveis de preços do mercado internacional. Mas

se continuar a expansão da área plantada com novos cafezais, deverão nos anos futuros crescer a produção de forma a ser alterado o equilíbrio existente entre esta e o consumo do café, com provável declínio nos preços do mesmo e sua consequente equiparação aos demais produtos da Agricultura de Exportação, no Brasil.

Com relação aos produtos incluídos na categoria da Agricultura de Subsistência, dificilmente poderão eles passar



EDE o meu prezado amigo Assis Chateaubriand a minha colaboração para um número especial do "Diário de S. Paulo", dedicado ao café.

Excelentes razões pessoais tinha eu para não aderir ao gentil convite, mas sua insistência amigável e generosa me forçou a aceitar.

Lembrei-me de um episódio de minha administração federal referente ao concurso de meu governo à feliz e oportuníssima iniciativa do Governo de São Paulo, então conlido às mãos seguras e honestas de Altino Arantes.

Este eminente paulista, alarmado pelos preços baixíssimos do café e pela gravíssima situação da lavoura cafeeira, organizara um plano de defesa para o qual pediu o apoio e o concurso do Governo Federal.

Destacou para o Rio o seu ilustre secretário da Fazenda, o meu saudoso amigo e companheiro de turma, dr. Cardoso de Almeida, a quem concedi imediatamente a audiência solicitada.

Cardoso desde logo expôs a situação: Café a menos de oito mil réis por arroba, lavoura exausta, sem recurso algum, ameaçada de colapso, bradava por socorro urgentíssimo.

A proposta do Governo Paulista era a seguinte: O Governo do Estado compraria café com os recursos financeiros que a União lhe forneceria, pagando contas de cada dez mil contos adiantados, com o objetivo de elevar o preço da mercadoria a treze mil réis por arroba.

Desde que o preço subisse além de treze mil réis o Governo passaria a vender café, até que ele descesse a esta importância. Se baixasse, o Governo entraria de novo no mercado, para comprá-lo.

Se das operações de compra e venda resultasse prejuízo, ficaria este exclusivamente a cargo do Governo Paulista; se lucro, seria este repartido igualmente entre a União e o Governo de São Paulo.

Julguei a proposta perfeitamente viável, mas dependente do Congresso para a respectiva emissão.

JOÃO PACHECO E CHAVES
(Ex-presidente do I.B.C.)

Especial para o DIÁRIO DE S. PAULO

em definitivo para a primeira categoria ou mesmo para uma fase de abundância e estabilização quantitativa, se não for traçada com realismo uma política agrária para o país.

Duas são as principais reivindicações da lavoura brasileira com relação à sua produção: preços crescentes e financiamento barato. Ambas, entretanto, são apenas necessidades parciais, pois não atingem o âmago da questão, que reside na redução do custo de produção.

A primeira reivindicação leva-nos não só à situação de não poder-mos, concorrer com os demais países produtores de gêneros, mas, tam-

bém, à resistência dos centros consumidores brasileiros e estrangeiros.

A segunda, quase sempre nos leva à elaboração de planos irrealizáveis ou a tentativas fiduciárias pouco objetivas.

A verdadeira política da Agricultura para o Brasil deve ser aquela que crie condições de produção abundante e barata, isto é, a que permita custos mais baixos, obtidos com a utilização de conservação e distribuição dos produtos agrícolas. O café não escapa ao fatalismo que pesa sobre a Agricultura brasileira, pois pouco pode fazer o lavrador de café hoje para melhorar

suas condições reais de produção, como pouco podem os demais agricultores brasileiros fazer com as suas lavouras anuais ou permanentes, a fim de tira-las das condições precárias em que vivem e colocá-las em fase de competição.

Não que falte, sempre, à Agricultura, financiamento e preço, mas faltam-lhe sobretudo os elementos necessários para uma orientação segura e realista, que lhe permita estabelecer em bases estáveis os seus projetos de cultura.

A utilização em larga escala da adubação, da pequena mecanização e do armazenamento, decisivos para a estabilidade e a diminuição do custo de produção agrícola brasileira, não poderá se tornar realidade, entre nós, sem a intervenção do poder público, que nela deveria ter a diretriz de sua política agrícola.

No passado próximo, o grande entrave à agricultura brasileira residia na política cambial que protegia a importação e prejudicava a exportação, agravando produtores e consumidores os primeiros, pelos preços vis alcançados pelos seus produtos e os segundos, pelos preços elevados por que conseguiam adquirir os poucos artigos que eram importados. Esta situação foi parcialmente corrigida com o regime da Portaria 70 da SUMOC e da Lei 2145 de 29/12/53, com os quais a atual política econômico-financeira do governo reconheceu o fato e procurou corrigi-lo.

A segunda grande tentativa, no que diz respeito a uma política agrária entre nós, encontra-se na discutida aplicação dos agios provenientes de cambiais de importação.

Com a criação do Conselho Nacional de Administração dos Empreendimentos Rurais procura o governo Federal rejuvenescer o financiamento agrícola por meio de facilidades na concessão do crédito rural.

A par de todas as dúvidas generalizadas sobre o funcionamento de um órgão novo, sem base creditícia organizada, sem quadros administrativos, devemos também levantar outra que nos ocorre: a de saber se o despejo de maior quantidade de numerário na agricultura, pelo financiamento direto dos produtores, terá efeito benéfico na diminuição dos preços de custo dos produtos agrícolas; ou, se terá simplesmente efeito liberatório para o crédito até hoje aplicado

na agricultura e que procurará melhor colocação em outras atividades.

Por outro lado, não se pode estabelecer, definitivamente, uma política de crédito rural asentada no confisco cambial da parte ponderável da produção agrícola brasileira; e, especialmente, quando o confisco pesa especialmente sobre um só produto, que é o café.

Os ágios, com o tempo, deverão diminuir e tenderão a desaparecer, pois é lógico que o governo tudo fará para que isto aconteça, visando o retorno à normalidade. Ora, é evidente que a política de crédito rural não poderá ficar adstrita a uma tal aplicação precária de meios. A nosso ver, melhor aplicação teriam os ágios se com eles fosse executada uma política de defesa do nosso principal produto de exportação, através de fundo de estabilização do café; e, com as demais disponibilidades fossem atacados os grandes problemas da agricultura brasileira, dando base orgânica a uma política agrária, pela concretização do ideal de uma indústria nacional de adubos, pela implantação da pequena mecanização (não motomecanização) que poderá ser utilizada em todo o território e em quase todas as culturas do país; e, finalmente pela criação da indispensável e tão falada rede de armazéns e frigoríficos, que permitirá obviar as nossas deficiências nesse setor e nos dos transportes, bem como possibilitar a padronização dos produtos agrícolas para efeito de exportação e consumo.

Com relação ao café, tornam-se necessárias, ainda, medidas adicionais e específicas. Dentre estas, a mais urgente é prover-se o seu órgão representativo de elementos necessários para defesa do produto no plano econômico-financeiro e para a melhoria das condições de produção pelo auxílio indireto, tecnicamente orientado.

A perspectiva de safra crescente para os anos vindouros e de possível desequilíbrio entre a produção e o consumo, em detrimento da primeira, obriga-nos a cautela, para não incorrer nos erros do passado. Erros que não mais serão corrigidos pela utilização das terras virgens pois foram elas que permitiram, até o presente momento, a sobrevivência de uma Nação cuja economia se alicerçou em uma agricultura de exaustão.

DEFESA DO CAFÉ NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

WENCESLAU BRAZ

Pobre do Brasil se não fosse essa rubiacea! E' nela que se baseia a nossa pobre situação econômico-financeira, especialmente neste período de guerra mundial! Precisamos arrancá-lo das garras do capital estrangeiro, que abusa da nossa fraqueza! Cruzar os braços e ver a "debate" do café, do Estado de São Paulo e do próprio Brasil seria um crime de nossa parte e um verdadeiro suicídio.

Sinto-me na obrigação de agir em defesa desse produto básico, como quem cumpre um dever imperioso.

Percebi que minhas palavras tinham calado no espírito da grande maioria, senão de todos, até mesmo no do opositor, que sempre foi um grande patriótico.

Depois de rápida discussão, surgiu uma proposta no sentido de amparar toda a produção nacional, com o que concordei, afirmando que começaria imediatamente pela defesa do café.

Aprovada pelo Congresso e sancionada a Lei, o Governo de São Paulo agiu imediatamente e fê-lo com extraordinário e completo êxito.

Café a treze mil réis por arroba! Grande alegria dos lavradores de café, que viram realizadas suas justas aspirações.

A liquidação das operações de compra e venda do café feita pelo Governo de São Paulo deu um lucro de mais de cem mil contos, soma na época vultosíssima e que foi repartida entre a União e o Governo de São Paulo! Não terminarei sem prestar minhas homenagens aos lavradores de São Paulo e ao eminente paulista, dr. Altino Arantes.

Aos primeiros porque, salva a lavoura paulista pelas providências tomadas a que me refiro, puderam atender aos insistentes apelos feitos pelo meu Governo para o aumento da produção de gêneros alimentícios, a fim de que os nossos habitantes a pudessem corresponder aos instantes pedidos dos nossos aliados.

Realmente conseguimos realizar tanto um como outro objetivo.

Cereais não nos faltaram e pudemos ainda vendê-los aos nossos aliados.

Não tivemos filas nem cambio negro! Quem se der ao estudo de nossos balanços comerciais internacionais verificará os saldos positivos que tivemos em 1918 e 1919, que determinaram nossa pequena elevação do cambio e com esta a valorização da nossa moeda.

Quanto à homenagem ao dr. Altino Arantes, desejo acentuar que todos os Governos, quando intervierem no mercado, comprando ou vendendo, especialmente em alta escala, ficam expostos a severas críticas, não raro injustas.

Pois bem. O Governo de Altino Arantes agiu por tal forma que só mereceu aplausos gerais.

Entre os grandes serviços prestados a São Paulo e ao Brasil por esse eminente patriota, não é de menor importância a defesa que fez do café em hora tão angustiosa da vida nacional.

O CAFÉ NA ECONOMIA NACIONAL

Sua influência inflacionária e deflacionária

RUI GOMES DE ALMEIDA

Falar de café, nos dias em que vivemos, sujeita-nos aos mesmos riscos que corre o indivíduo que mexe em formigueiro.

Nos nossos 30 anos de café, cremos não ter vivido período de maior incompreensão e confusão. Aos interesses dos que produzem o café, dos que com ele comerciam e dos que o industrializam, junta-se, mais acuosamente que nunca, a sede de divisas, necessárias à alimentação de nossa defeituosa organização econômica. Dia a dia mais se exige do café e, dia a dia, nos afastamos da meta, onde se supõe estar a solução.

Falar a verdade sobre o café e seus problemas, submete, quem fala, invariavelmente ao risco das más interpretações. Não é por certo tal possibilidade, senão razões de outra ordem, que nos leva a abandonar facetas mais palpitantes e atuais, para fazermos considerações em torno de um aspecto pouco discutido, eu seja, o da influência inflacionária e defla-

cionária do café no sistema econômico brasileiro.

No quadro geral de nossa economia, o café atua sempre e ao mesmo tempo, nos dois sentidos, predominando aquele ou este corrente, segundo o seu preço alto ou baixo. No intercâmbio comercial com o exterior, ele é fator deflacionário ou inflacionário, de acordo com o maior ou menor número de divisas que nos proporciona e que nos possibilita comprar mais ou menos bens de produção e de consumo. Se é alto o seu preço e, por consequência, maior o volume de bens a importar, surge a tendência, nesse setor, de preços mais acessíveis. Tal tendência, porém, é neutralizada e largamente superada pela corrente inflacionária, que decorre da influência desse alto preço no nível de preços do restante da produção nacional, muito mais importante em volume e valor que a importação. Se, pelo contrário, o preço do café é baixo, é inverso o fenômeno. Quando gozamos de preço razo-

vel para o café, observa-se o equilíbrio, certa estabilidade em todos os setores de atividades. Por outro lado, um exame nas mutações dos preços do café, nos últimos 70 anos, revela-nos que, em todas as vezes que elas fogem ao princípio da razoabilidade, da justa remuneração à produção, o país aumenta as suas importações de gêneros alimentícios: quando elas não correspondem às necessidades mínimas de remuneração ao esforço do lavrador, há produção abundante desses mesmos gêneros. Nos últimos 25 anos, com interrupções que não invalidam a tese, podemos observar as três fases. A de preço baixo, não remunerador, que vai de 1930 a 1940; a de recuperação e obtenção de preços convenientes que se estende daí até 1948-49 a de forte ascensão e preços altos de então para cá.

Café a preço alto significa, portanto, produção nacional a preço alto e queda na produção de gêneros alimentícios. Café a preço baixo quer dizer produção na-

cional a preço baixo e abundância de gêneros alimentícios. Café a preço conveniente, razoavelmente remunerador, exprime estabilidade, certa normalização em todos os setores. Isto, raciocinando a "long range", como se faz mister em economia.

Atuando como ímã, o café arrasta para cima (como no caso atual) ou para baixo, o nível dos preços das demais utilidades produzidas e consumidas no país. Preço alto de café propicia a formação, em todos os setores de corrente especulatória; exige maior volume de papel-moeda em circulação e consequente expansão dos meios de pagamento; imprime considerável aumento na velocidade da circulação e do crédito etc.

Longe de nós afirmar que o estado inflacionário ou deflacionário se agrava ou se ameniza apenas em função do preço do café. Há outros e poderosos fatores. O que apontamos é, contudo, relevante. E' tese fácil de ser desenvolvida, mas não tão fácil de ser compreendida.



Desenho

de Clovis

Graciano

O CAFÉ E O PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO



A PARTIR do segundo quartel do século XIX, com o ocaso dos ciclos do açúcar e do ouro, a coluna vertebral da economia brasileira passa a ser o café, que, desde então até hoje, iria se constituir no principal sustentáculo do comércio exterior brasileiro e da nossa riqueza econômica. Já em meados do noventa, ganha o café, para nós, uma guerra. Dinheiro de que era suprido o Brasil, com recursos cambiais abundantes, permitiu ao governo imperial reforçar a sua marinha de guerra, mandando fazer unidades navais na Inglaterra e nos arsenais do Rio.

A guerra do Paraguai pôde ser vencida, graças às forças navais que atuaram contra Solano Lopez. Este foi esmagado em Riachuelo, pois foi essa a grande, decisiva batalha da aspera campanha em que se empenhou o Brasil. Se o ditador paraguaio não tivesse sido impedido na sua aventura imperialista e na sua fúria bélica pelas belonaves brasileiras, teria, provavelmente, desido o rio, com a finalidade de atacar Buenos Aires. Se viesse a ser bem sucedido na sua temerária empresa, tomaria Montevideo e a Banda Oriental, invadindo, então, o Rio Grande do Sul, com apoio nas operações da esquadra atlântica.

Sumariamente focalizado esse episódio histórico, devemos dar-lhe a primazia na defesa da nação, contra o delírio imperialista de um ditador, empolgado pela sua volúpia de conquista, segundo o figurino napoleônico, no qual se inspirava. Desde então até aos nossos dias, o café tem pago tudo no Brasil, com o peso da sua percentagem nas estatísticas do nosso comércio exterior.

Seria longo relacionar aqui a participação do café no regime brasileiro de trocas internacionais. Tenhamos presente o que representa ele até hoje, como fonte de divisas, para a manutenção do nosso comércio exterior. E, segundo o último relatório do Banco do Brasil, de 67%, a sua parte nesse intercâmbio, tendendo, em que pese ao paradoxo, a crescer, com os novos preços na base dos quais são pagas as suas importações nos mercados estrangeiros.

Podemos afirmar, portanto, que o café paga tudo no Brasil, inclusive as farras dos brasileiros, suas loucuras, nas cidades da Europa e dos Estados Unidos. As mais tolas veleidades de turistas daqui, as dissipações e o desperdício em gastos, que viajantes brasileiros fazem na Europa, sobretudo na França, se abastecem nesse rio de café, que é um rio de ouro, a privar a economia brasileira de recursos em cambiais, para nutrir os caprichos de brasileiros afortunados, graças ao nosso maravilhoso produ-

ASSIS CHATEAUBRIAND

to. Fomos, sempre, desde longa data, um povo imprevidente. Passam os anos e não aprendemos. Mergulhamos em crises, brasejando nas suas dificuldades, algumas imensas, e não saímos da curva do café, vale dizer, do cimento decisivo desse apoio. Não procuramos explorar outras riquezas.

A indústria brasileira ainda não ultrapassou, em cursos de comércio regular, a fronteira das trocas internas. As matérias primas que alimentam o parque manufatureiro de todo o país, adquiridas com divisas estrangeiras, não encontraram, ainda, compensação na indústria, a qual, na realidade, não contribui com cambiais, para pagá-las. E o café, portanto, que sustenta a nossa produção industrial. Aí está o único brasileiro que até hoje não foi alforriado. E um rei que não passa de escravo, porquanto o Brasil vive, movimenta-se a nação, em virtude do seu suor e do seu sangue. Não temos consciência desprezando-o, como vimos, fazendo obstinadamente. Assim cavamos a nossa própria ruína econômica a qual se antecipa, como perspectiva, na queda das exportações e no surto dos concorrentes.

O café assemelha-se hoje a um cigano, tanto o temos maltratado. Sua carreta roda, de ano em ano, num itinerário que, nalguns casos, já se vai tornando incompatível com sua natureza tropical. Deceam as lavouras cafeeiras, que não nos apresentam a relativa opulência de outras épocas, por isso que a ignorância dos brasileiros, sobretudo dos nossos homens públicos, as conserva em estado vegetativo. A precária estabilidade da cafeicultura deve-se a essa excêntrica mentalidade, que tem tanto de leviana, quanto de suicida.

No roteiro do café, do vale do Paraíba ao Norte do Paraná, e na sua expansão, diremos indecisão, para outras regiões menos favorecidas, cifra-se esse dado decisivo da psicologia do brasileiro, que é o seu imediatismo e a sua imprevidência. Organizamos a cafeicultura, estendemos sobre vastas áreas de terra o maior empreendimento agrícola do mundo, mas não sabemos ainda conservá-lo, em condições de fazê-lo servir permanentemente à economia da nação.

Deveriam os brasileiros, que se dobram à primeira dificuldade, inspirar-se no exemplo da Colômbia, onde as condições geográficas da cultura cafeeira são de tal maneira difíceis, que temos a obrigação de homenagear os nossos concorrentes com o respeito de nossa admiração pela tenacidade com a qual, sem dúvida, nos edificam. Não há termo de comparação entre as con-

dições físicas da cafeicultura colombiana e as da brasileira.

Numa região acidentadíssima, escarpada, montanhosa, os trabalhadores rurais descem, muitas vezes amarrados em cordas, para colher o fruto, no fundo de grotas e de montes abruptos. Nessas condições, o café é despolpado e tratado segundo técnica que o vinha colocando a 5 cents acima da qualidade brasileira, no mercado internacional. Os colombianos reputavam o preço de seu café, menos por objetivo de lucro excessivo, do que pelo alto custo de sua produção.

Mas agora nós os ultrapassamos, por isso que continuamos a seguir a política errada das "valorizações", que funestos resultados já deu no passado. Segundo li numa carta, o lugar, hoje, do mundo onde se compra café mais barato é em Nova York e, do mesmo passo, onde se compra mais caro o produto é no Brasil pois está ele agora 4 a 5 cents mais caro do que no principal mercado norte-americano.

Repete-se, assim, a velha e melancólica anedota: a cabra está, de novo, agarrada em nossas mãos, a fim de trinta e seis países produtores de café não mamarem por nossa estultia conta. Temos um ofício, pelo qual somos conhecidos desde 1886: o de pagadores de cabras, para que o resto da humanidade cultivadora do café beba o leite da riqueza, nas suas telas. E preciso, urgentissimamente, que os brasileiros encontrem outra profissão, a profissão entre todas rendosa, de bem cuidarem da economia cafeeira, que nos proporciona recursos abundantes, para sustentarmos esta civilização periclitante. Sobretudo a indústria brasileira, está no impetuoso dever, desde logo, de se associar ao empreendimento gigantesco, que é a cafeicultura, com o objetivo de conservá-la, de tratá-la segundo a sua natureza, de tirar dela elementos para as nossas necessidades.

O que se observa na indústria é um acentuado desajustamento da economia manufatureira, com a economia rural, sobretudo com a cafeeira, quando se poderemos ter uma indústria florescente com uma agricultura próspera. Em que pese o paradoxo, o café não tem merecido da indústria toda a consideração que a sua importância postula, no quadro da nossa economia de país ainda na fase de sub-desenvolvimento.

A civilização do planalto é produto do café, mas este não foi ainda retribuído na proporção do que já deu, pela indústria que aqui se desenvolveu e apresenta notáveis índices de prosperidade. E preciso que se opere o reajustamento entre a cafeicultura e o parque industrial brasileiro, sobretudo o paulista, e que esse reajustamento se conserve, a fim de que se abram para o Brasil novas avenidas no itinerário do progresso.

FASTÍGIO, DECLÍNIO E RECUPERAÇÃO

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ



Já afirmei, em conferência pronunciada em Curitiba por ocasião das cerimônias comemorativas do centenário da emancipação paranaense, que o café representava, para o Brasil, um

presente da Providência no mais oportuno dos momentos. Realmente, ansiava a colônia por uma nova riqueza, quando PALHETA, a instâncias do Governador do Maranhão, JOÃO DA MALA GAMA, apareceu no Pará, procedente da Guiana Francesa, com as primeiras mudas de café que seriam plantadas entre nós. Coincidiu o evento, a um tempo, com o fim do ciclo do ouro e com a desorganização de nossa agricultura tradicional, que entrava em crise diante da concorrência açucareira das colônias espanholas inglesas. Esses fatos concorreram, certamente, para o rápido impulso que tomou a cultura do café no Norte e no Nordeste, expandindo-se a "rubiacea", embora em pequenas lavouras esparsas, numa imensa extensão territorial que ia das regiões amazônicas do Rio Branco ao Pará e ao Maranhão, de onde passou para as serras cearenses de Merouca e de Ibiapaba antes de atingir Pernambuco.

Mas estava escrito que se destinaria especialmente ao sul essa nova riqueza. Realmente, setenta anos depois da celebrada aventura de PALHETA, já se assinalavam no Rio de Janeiro as primeiras plantações de café. De tal forma se fortaleceu ali a nova lavoura, que em 1823 já era ela considerada a produção típica do Império. Sua importância continuou a crescer com o fortalecimento, em todo o mundo, do prestígio dessa bebida estimuladora. Em meados do século passado, o café já dominava soberanamente a economia nacional, assegurando a moeda de intercâmbio de que necessitávamos para manter o ritmo das importações, de que dependíamos então ainda mais do que hoje.

Não se conclua ainda, porém, a migração dessa planta errada, que antes de atingir o Brasil já dera a volta ao mundo. Com efeito, ela em breve abandonaria o Rio para galgar o altiplano e invadir o Vale do Paraíba, de onde iniciaria a avançada mais avassaladora de toda a sua aventureira história. Seu aparecimento em terras bandeirantes foi assinalado entre 1830 e 1840, e pouco tempo depois ela já representaria o alicerce de nossa economia, ligando-se indissolavelmente ao fabuloso desenvolvimento da Província e do Estado de São Paulo e de sua capital. Há um século — recordou-se ainda há dias nas comemorações do centenário do "Correio Paulistano" — a cidade de São Paulo era um pobre burgo, quase uma aldeia, cuja população não ia muito além de 15 mil almas. De repente, animada por forças estranhas e imprevisíveis, começou a crescer, ao mesmo tempo que uma vaga de energias novas avassalava todo o Interior. Era o milagre do café que se iniciava.

Do vale do Paraíba a lavoura estendeu-se a Campinas, de onde enveredou para Amparo e Mogi-Mirim, numa direção, e para Limeira e Rio Claro, na outra, atraindo em seguida às terras roxas de Ribeirão Preto, bem como o solo branco da Araraquarense. Em breve já era ela vista também nos vales do Rio do Peixe, na Noroeste, em avanço também para o Paranaense, na Sorocabana, acabando por transpor os limites do Paraná e do Mato Grosso, depois de espalhar-se pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em 1933, apogeu dessa expansão, os cafezais já abrangiam o Estado inteiro, com exceção de sua parte sul.

Foi fabulosa a transformação operada na economia paulista e em toda a vida nacional pelo café. Dele tudo tem dependido no Brasil, a quem esse grande produto vem propiciando, nestes últimos trinta anos, cinquenta por cento, em média, de suas receitas cambiais. Em 1952, essa proporção elevou-se a 73%, tendo sido de 64% em 1950 e de 54% em 1949. Não é preciso, diante disso, acrescentar que toda a economia nacional, inclusive o movimento de industrialização do País, repousa nessa riqueza. Sem ela, continuaríamos ainda a viver, economicamente, em pleno regime colonial.

Dai, a preocupação com que observamos os problemas que essa lavoura enfrenta. Já vão longe, com efeito, os tempos em que só víamos no café a planta rústica e resistente que entre nós encontrara clima e solo ideais para o seu desenvolvimento. A broca do café, primeiro, e em seguida as numerosas pra-

gas em cujo combate se estafam hoje os nossos fazendeiros, vieram destruir a lenda, em que se compraziam os que olidavam os dissabores dos primeiros lavradores cariocas e fluminenses, de que o cafeeiro é isento de inimigos naturais. Ao contrário, é constante a vigilância que exige, permanente a luta que impõe aos agricultores, para que se mantenham em condições ótimas de produtividade. Além disso, se, de um lado, o progresso foi carregado pelo café aos sertões, de outro aí estão, para atestar sua fúria destruidora, o abandono, a desolação, as ruínas, a decadência das velhas zonas de que ele fugiu. Tem sido o café, realmente, um nômade fabricante de desertos, pela sua sede de terras virgens, que ele procura, conquista e submete desde que sente devorado o humus das terras em que fôra anteriormente plantado, e que deixa exaustas e empobrecidas.

O comércio do produto tem sido, igualmente, uma fonte permanente de preocupações. As crises de 1906 e de 1930, para só citar as duas manifestações mais terríveis da super-produção, devem manter-nos sempre alertas, mesmo em instantes de equilíbrio estatístico, como o que atravessamos. Ainda estão na memória de todos os efeitos desastrosos da crise iniciada em 1929, e em virtude da qual fomos forçados a queimar quase 80 milhões de sacos de café e a abater centenas de milhões de cafeeiros.

As duríssimas, mas proveitosas lições que tiramos desse imenso desastre, nos habilitam a encarar racionalmente os problemas da cultura cafeeira. Passamos a ter sempre presente no espírito a realidade: o café continua a ser a base, no momento indispensável, da nossa economia, mas não podemos praticar essa lavoura dentro dos esquemas simplistas que nos levaram aos erros do passado. Em primeiro lugar, devemos estimular o desenvolvimento da policultura, como fator de diversificação e equilíbrio econômico, e ao mesmo tempo reorganizar a produção cafeeira tendo em vista o problema importantíssimo da conservação do solo e as questões essenciais do preço e da qualidade do produto. Já sabemos, felizmente, que o café só se tornou entre nós um formador de desertos, por ter sido pouco racional sua cultura, por permitirmos que ele esgotasse até o fim a fertilidade da terra e a entregasse depois à obra destruidora da erosão. Os problemas da adubação e da recuperação das terras cansadas já não representam mistérios para nós, e a experiência nos ensinou também que a qualidade do produto depende tanto da terra e do clima quanto da variedade da planta e dos processos de benefício do café. Compreendemos ainda que o aumento da produtividade representa o elemento fundamental da redução do custo da produção, problema de tanta importância em regiões que lutam com falta de mão de obra agrícola. Lembramo-nos com saudades dos velhos tempos da imigração intensiva e espontânea que nos ajudou a resolver o problema do trabalho servil e que injetou sangue novo no organismo nacional, mas não alimentamos ilusões quanto às exigências do imigrante moderno, e assim nos empenhamos em aperfeiçoar o aspecto social da vida rural, cuidando do conforto e da comodidade dos agricultores. Avaliamos o valor da técnica, mas entendemos que ela deve ser posta ao serviço do homem, e não este ao serviço daquela, razão por que nos esforçamos por incrementar e ampliar os serviços de assistência ao lavrador, ajudando-o a beneficiar-se dos progressos que a civilização vem pondo ao seu alcance.

Essas são as linhas gerais da reorganização por que vêm passando em São Paulo não só a cultura do café, mas toda a agricultura. Para essa obra contamos com aparelhamento técnico e científico de primeira ordem, como o dos Institutos Agrônomo e Biológico de São Paulo. Mas contamos, sobretudo, com a inteligência de nossos lavradores, que nos estão provando a possibilidade dessa reforma. Em São Paulo, velhos cafezais de setenta anos, convenientemente adubados e tratados, estão voltando aos antigos níveis de produção, demonstrando que as lavouras de trinta e quarenta anos não estão fatalmente votadas, como até aqui, à decadência e ao abandono. Entramos, assim, numa nova era em que o café passará a agitar-se menos na busca de terras virgens, do que no retorno aos solos, já recuperados, que abandonara.

Como descrever, assim, do futuro desse grande produto, que imprimiu traços tão característicos à civilização paulista e que nos possibilitou a grandeza com que ora nos apresentamos perante a admiração do mundo?



Texto de Sebastião Gonçalves da SILVA — Fotos de Olavo ESTEVES

Numa série de reportagens feitas, há algum tempo, sobre a Fazenda Cambuhy, (Matão, na Araraquarense), focalizamos aspectos da exploração da "maior fazenda de café do mundo". Relatamos o que de mais importante ali se fazia: o seu programa de renovação de velhos talhões, plantando lavouras novas em terras esgotadas pela exploração de culturas anuais; a utilização das novas variedades de café selecionadas pelo Instituto Agronômico; o critério e o vulto da adubação química e das instalações para irrigação, e, notadamente, o seu plano de produção de matéria orgânica para atender aos seus 5,5 milhões de cafeeiros. Publicadas separadamente, essas reportagens perderam o sentido de conjunto, motivo pelo qual decidimos condensá-las nesta nova publicação, justificada pela edição especial do DIÁRIO DE SÃO PAULO dedicada ao café, na qual não deveria deixar de figurar, ainda que resumidamente, algumas informações sobre o que se faz na "maior fazenda de café do mundo". O que se vai ler aqui, portanto, é apenas um relato sumário do que designamos "plano do café" de Cambuhy, no qual algumas inovações e, sobretudo, o acerto com que foi programado e está sendo conduzido — com inversões impressionantes de capital — poderão servir de orientação aos cafeicultores que buscam melhores rumos nesta quadra favorável ao produto.

A FAZENDA CAMBUHY vem do século passado, quando foi aberta, em 1884, por Gavião Peixoto, que plantou 700 mil cafeeiros; passou, em 1911, para as mãos de Leoncio (Nhônho) Magalhães, que ampliou as lavouras para 3 milhões e traçou a sua organização com tamanho descolínio que ainda hoje predomina suas grandes linhas; em 1924 foi adquirida por

um grupo inglês — "Cambuhy Coffee and Cotton State Ltd.", que visava à exploração de café e algodão, este posteriormente abandonado — o qual conservou as ações até janeiro deste ano, quando foram as mesmas adquiridas pelo grupo brasileiro Moreira Salles. Nos últimos tempos sua orientação encontra-se entregue ao sr. E. G. Seddon, sul-africano conhecedor de pecuária de corte e antigo dirigente das plantações de laranja do Anglo, em Pitangueiras, que traçou e executa um "plano do café", onde a melhor técnica agrônoma é adotada: práticas conservacionistas, adubação química e orgânica intensivas, irrigação, motomecanização e utilização das novas variedades obtidas pelo Instituto Agronômico. Verdadeiramente notável é o que se pratica hoje em dia em Cambuhy. E mau grado tudo ser feito em grande escala, re-

querendo, obviamente, grandes inversões, as técnicas adotadas estão ao alcance dos médios e grandes cafeicultores, adotadas que sejam as extensões de suas fazendas. Cambuhy é, assim, um modelo de exploração cafeeira e muito disso se deve à perfeita articulação com o Instituto Agronômico — de quem recebe a indicação das mais modernas técnicas; de sua parte, executa e observa o comportamento das mesmas e mantém, em cooperação com a Organização Rockefeller, uma pequena estação experimental, especialmente dedicada ao estudo do café, cereais e química agrícola (serviços, fungicidas e inseticidas).

NUMEROS DE CAMBUHY

Como documentário sobre a "maior fazenda de café do mundo", aqui reproduzimos alguns dados sobre Cambuhy. Sua área é de 22.993 alqueires, nos quais a exploração cafeeira predomina economicamente; figuram, ainda, culturas comerciais de Citrus e lavouras de cereais e frutas, essas para consumo interno; nas extensas pastagens são engordados anualmente 15 mil cabeças de gado (mantidos também com a finalidade de produção de esterco e "composto" para a adubação orgânica dos cafeais). Na última safra foram colhidas 70 mil sacas de café beneficiado (mais de um terço de Quenía, que surgiu nos últimos tempos como concorrente brasileiro), cujo va-

lor ultrapassa dos 200 milhões de cruzeiros (mais do dobro da receita do Estado do Piauí e maior que a de muitas outras unidades do país). Nos viveiros de Cambuhy estão sendo preparadas 1,5 milhão de mudas para substituir talhões esgotados; as lavouras consomem anualmente mais de 5 mil toneladas de fertilizantes químicos e 30 mil de "composto" orgânico; estão sendo ultimadas as construções de 60 represas e adquiridos equipamentos para irrigação de todos os cafeais, devendo isso custar cerca de 60 milhões de cruzeiros; os terreiros de preparo do produto cobrem uma área de 100 mil metros quadrados e os vários conjuntos de beneficiamento preparam 2 mil sacas diárias.

Dentro de Cambuhy vivem 12 mil pessoas, em colonias bem construídas; 22 teams de foot-ball disputam torneios internos; há creche, serviço de saúde, linha de ônibus privativa; consome essa população 23 mil sacas de arroz, 1.800 cabeças de gado; ligando as várias dependências existem 400 quilômetros de ótimas estradas (extensão equivalente à Rio-São Paulo). Tudo é grande em Cambuhy e fazem dela "a maior fazenda de café do mundo".

melhores rendimentos das novas plantações.

NOVAS VARIEDADES

Se para resolver a questão da terra muito houve o que fazer, menores foram as preocupações com a planta. É que já o Instituto Agronômico selecionara variedades de grande precocidade e elevado rendimento, bastando utilizá-las para que o binômio planta-solo tivesse a sua pri-

O PLANO DO CAFÉ

Dois são os problemas em foco na Fazenda Cambuhy, o aproveitamento de terras cansadas para a instalação de novas lavouras e a mais perfeita utilização das variedades do café obtidas pelo Instituto Agronômico de Campinas. Em torno da solução desses dois problemas, desenvolve-se um esforço notável,

em grande parte já vitorioso e em vias de ser completado pela experimentação em larga escala de alguns processos de produção de adubo orgânico, mecanização da lavoura e irrigação.

Situada no grupo de solos denominado bauru superior — arenoso e pobre em matéria orgânica — grande parte das lavouras da Fazenda se

encontrava com dezenas de anos de produção; muito embora sempre se lhes dispensasse o melhor trato, o empobrecimento do solo e a velhice das plantas faziam com que as produções fossem escasseando a requerer substituição. Levar a efeito uma renovação em tão extensa área em curto prazo seria tarefa inexecutável, além de in-

terferir de maneira drástica na receita da propriedade; assim, foi estabelecido o chamado "plano do café", ou seja a substituição parcial dos talhões tomando por base a produtividade (3 litros por pé, média de 5 anos). E uma vez estabelecido tal critério, cumpria executar os trabalhos da maneira mais econômica e capaz de assegurar os





A MAIOR FAZENDA DE CAFÉ DO MUNDO

metra parte integralmente resolvida. Lotes de café Bourbon, Mundo Novo e — posteriormente — Caturra foram instalados e dali procederam as sementes para o envasamento anual de centenas de milhares e até mais de um milhão de mudas, com as quais se procede o replantio de talhões inteiros, que a baixa produtividade recomenda serem erradicados.

E o trabalho prosseguirá até que a renovação alcance a todos os talhões, nos quais novas técnicas foram também introduzidas, notadamente as que dizem respeito ao controle da erosão, mecanização e adubação. Assim, graças ao material de alta qualidade obtido pelo Instituto Agronômico, que colabora estreitamente com esta Fazenda, pôde ela dispensar-se de ensinar variedades ou buscar na seleção o que mais conviria, servindo-se do que a melhor pesquisa agrônômica indicava como o que de melhor há em matéria de cafeeiros.

ADUBAÇÃO QUÍMICA

Múltiplos e complexos, no entanto, foram os problemas com que a Fazenda Cambuy se defrontou para corrigir as deficiências ou complementar as exigências do solo. As questões relativas às práticas conservacionistas — terraços em glebas mais íngremes e curvas de nível na maioria dos casos, de vez que se trata de "terreno bem feito" — e as de irrigação foram mais facilmente enfrentadas, de vez que mais dependiam de recursos financeiros (que não faltam à propriedade), paralelamente aos conhecimentos técnicos, dos quais se encontravam suficientemente informados os dirigentes da organização.

A fertilização, contudo, exigiu o mais sério estudo e foi nesta parte que mais impressionante se revelou o "plano do café" de Cambuy. A adubação de 5 milhões de cafeeiros não se atende apenas com

recursos financeiros e o vultoso das inversões na aquisição de elementos para fertilização química ou de instalações para a produção de matéria orgânica, por si só, justificavam precaução e segurança na utilização, para não comprometer o êxito do empreendimento, se mal conduzido.

Pois ainda neste particular foi conseguido o mais completo sucesso. A adubação química foi fundamentada nas experiências efetuadas na Estação Experimental de Pindorama, pondo em evidência, mais uma vez, o valor das pesquisas do Instituto Agronômico e as vantagens de atuar e calcular em estreita articulação com a técnica. Uma fórmula foi estabelecida consumindo cada cafeeiro um quilo da mesma, em duas aplicações: no início das chuvas, reforçada em pouso (para favorecer a frutificação) e pouco antes da colheita, com maior concentração de azoto (para proteger a vegetação). Cerca de 5 mil toneladas anuais de minerais são absorvidas pelos 5,5 milhões de cafeeiros dessa propriedade e para se ter idéia do vulto desse volume bastaria dizer que oca pela casa dos 150 milhões de cruzeiros o total invertido na aquisição, preparo e aplicação de tão grande quantidade de adubos.

PRODUÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA

Na produção de matéria orgânica em grande escala foi introduzida uma inovação que talvez promova revolução na sua técnica. Em Cambuy está-se processando uma experiência notável: a criação de gado em regime de confinamento, visando ao aproveitamento integral do esterco e à produção de um tipo de "composto" altamente concentrado e rico.

O que de mais extraordinário ocorre, é que há uma inversão nos objetivos da criação do gado: enquanto

normalmente é a pecuária explorada visando carne ou leite, restando o esterco como subproduto, no caso em foco o "produto" visado é o esterco, passando a carne a ter um interesse subsidiário, embora venha a ser igualmente beneficiada com o processo. O sistema de confinamento difere da estabulação, porque os lotes de animais recolhidos ao galpão jamais dele se afastam, mesmo para receber banhos de sol ou executar ginástica funcional — confinados, poupam energia, ganham docilidade, aumentam rapidamente de peso (pretende-se um rendimento de 6 arrobas em três meses, ou seja um ganho diário de 1 quilo ou mais) com a ministration de rações adequadas e — isso é o importante — na experiência de Cambuy — a produção de grande volume de esterco em mistura com a cana, fornecendo, um produto de elevado teor como fertilizante.

Encontram-se ainda em fase inicial as observações em torno desse método de engorda-produção-de-esterco, mas tudo indica que os resultados corresponderão ao que se aguarda, havendo porisso grande ansiedade entre os que têm conhecimento da experiência.

Mas como ela ainda não terminou, de outros recursos lança mão a Fazenda Cambuy para a adubação orgânica dos cafeais: cobertura de solo com capim cortado, adubação verde com o feijão fradinho e fertilização com o "composto" produzido pelos métodos tradicionais, fazem parte do programa.

IRRIGAÇÃO E MECANIZAÇÃO

Evidentemente, a produção intensiva de café — mesmo em lavoura tão extensiva — não poderia prescindir do grande recurso que vem se revelando ser a irrigação.

Assim é que, na primeira etapa do "plano do café" foram instalados equipamentos para suprir de água cerca de 1,5 milhões de pés, cuidando-se no momento de estender os benefícios da irrigação a todas as lavouras restantes, ou sejam mais 4 milhões de pés.

Para isso, nada menos de 60 reservatórios estão na última fase de construção e redes de canalização começaram a ser estendidas pela área dos cafeais, devendo orçar pela casa dos 60 milhões de cruzeiros o montante das inversões a serem feitas unicamente para construir represas e equipar a propriedade com tubulações e motores com os quais poderão completar as chuvas nos períodos de sua escassez, assegurando a produção das lavouras promovida pela adubação e pelo elevado rendimento das variedades plantadas.

Abandonando o sistema da colonização para adotar o da empreitada de serviço, a Fazenda Cambuy alterou sensivelmente o regime tradicional de exploração de uma propriedade cafeeira. Há dois anos isso aconteceu e os efeitos se mostraram benéficos. Em parte, muito provavelmente, isso se deve à substituição paralela da mecanização por tração animal pela motomecanização, requerendo isso menor número de braços e alargando mais as áreas destinadas à produção de capins para o fabrico de "composto". As novas lavouras são plantadas para trato mecânico (4,5 m. entre linhas e 2,5 m. entre plantas), permitindo o rendoso trabalho de tratores arastando grades. Uma frota de 90 tratores se incumbem de substituir braços e de demonstrar a possibilidade da mecanização da lavoura cafeeira.

COLABORAÇÃO COM A IREC

Numa pequena área, próxima à sede, acha-se instala-

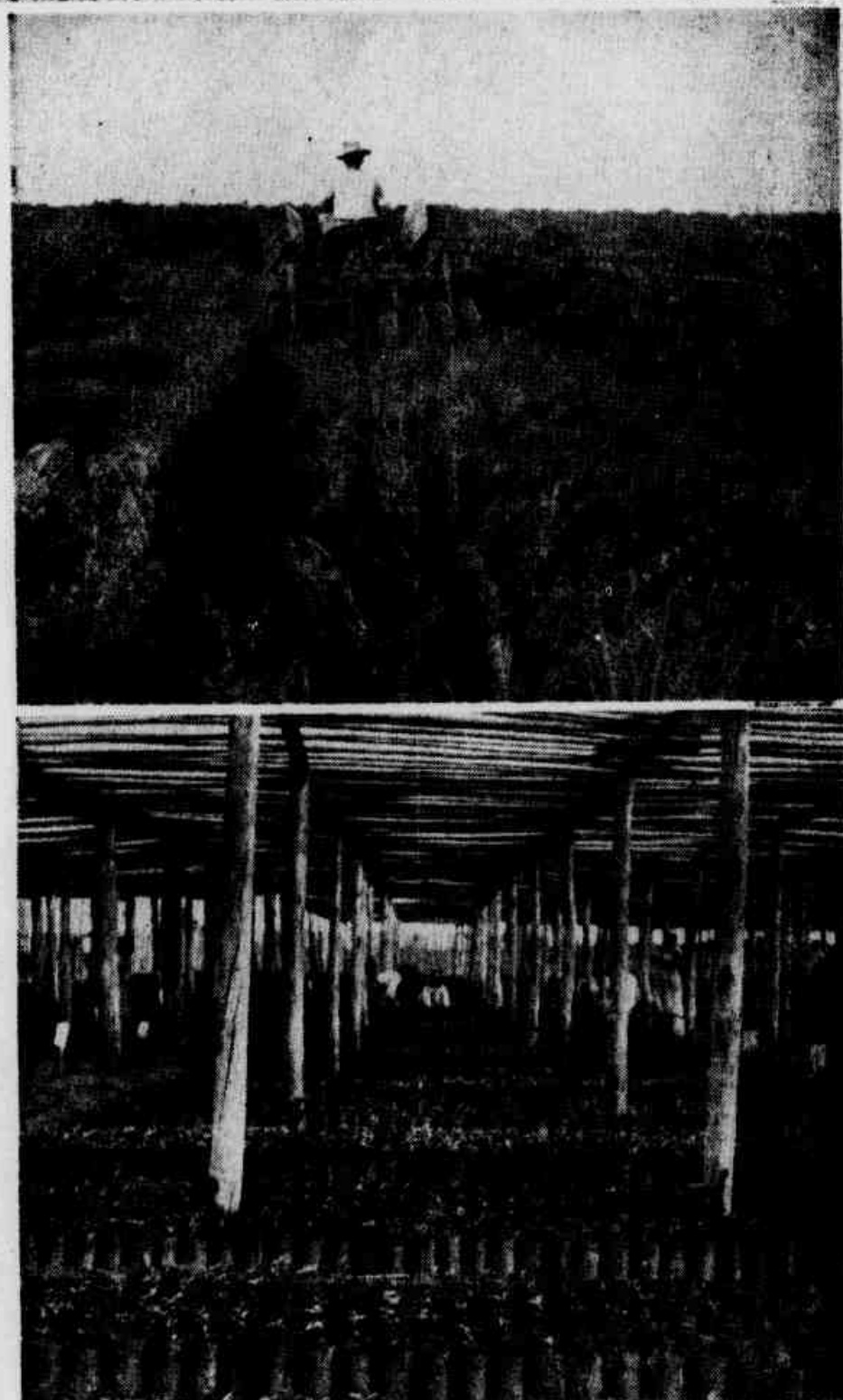
da a I.R.I. — IREC Research Institute — estação experimental mantida pela IREC (Internacional Basic and Economic Corporation), entidade filiada à Organização Rockefeller, que tantas iniciativas tem tomado em favor da agricultura e das populações rurais.

São instalações modestas, mas uma equipe de técnicos especializados, dirigidos pelo sr. Laurence Quinn, supre deficiências materiais com um programa de trabalho cujos resultados prenunciam o maior interesse para a lavoura paulista.

Uma seção é especialmente dedicada ao café — sob a responsabilidade do sr. J. Medcalf — que mantém coleções das novas variedades em observação, trabalhando em estreita colaboração com o Instituto Agronômico; lotes de café Mundo Novo, Caturra e Bourbon são submetidos a ensaios de espaçamento, adubação e rendimento, complementados com as observações em larga escala obtidas nas plantações da Fazenda.

A seção de cereais — orientada pelo sr. F. Guillevé, cuida especialmente de observações em torno do milho e do arroz, enquanto que a seção de química, a cargo do sr. Jorge Swierczynski, mantém ensaios de utilização de ervicidas em substituição às capinas, em milho e café (os primeiros resultados são altamente animadores) e também para a eliminação de plantas invasoras nas pastagens, trabalhos estes feitos em combinação com o Instituto Agronômico e a Escola de Piracicaba.

A manutenção dessa estação experimental é atribuição da I.R.I., participando a Fazenda Cambuy da mesma, como associada; paralelamente, a Fazenda mantém um campo de introdução e observação de plantas, prevendo a diversificação de atividades em futuro próximo.



MAIOR PROPAGANDA DO CAFÉ

GEORGE V. ROBBINS
(Gerente-geral da Maxwell House Division da General Foods Corporation — Ex-presidente da National Coffee Association)

NEW YORK. — Tanto os torreadores como os distribuidores de café estão atravessando, atualmente, um período difícil de reajustamento após os avanços súbitos no preço do produto desde dezembro a março último. O comércio varejista nos Estados Unidos está agora assimilando os "stocks" substanciais que comprou quando o preço do grão subiu em virtude das perspectivas de escassez devidas à geadas no Paraná e S. Paulo em julho do ano passado. Esses "stocks" de café torrado em mãos dos varejistas atingiram o seu nível mais alto a 30 de abril de 1954.

Como é natural, o consumo nos Estados Unidos diminuiu devido aos altos preços. Aliás, teria de ser assim para que a procura pudesse ficar em equilíbrio com um suprimento reduzido. Ainda é muito cedo para se poder determinar, com exatidão, a medida daquela perda no consumo, mas parece que em termos de sacas de café cru essa perda anda ao redor de 10%, embora seja de esperar, mais tarde, uma percentagem um pouco maior.

CAFÉ SOLÚVEL. Mas, a perda no consumo de café torrado é maior do que aquela percentagem indica, embora tal perda não seja em grande parte compensada pelo enorme incremento no consumo de café solúvel. Em verdade, o produto solúvel foi a salvação da indústria de café, de vez que ele tornou possível a muitos milhares de consumidores nos Estados Unidos continuarem tomando café, o qual, do contrário, teria ficado fora do alcance do poder de compra desses consumidores.

O atual nível de preços teve efeito adverso sobre o comércio nos Estados Unidos, de vez que é necessário maior capital do que antes para conduzir o mesmo volume de negócios ou mesmo um volume em escala menor.

A indústria de café aqui, cujas operações foram sempre baseadas numa margem de lucro fixa, percebe agora uma renda menor sobre o capital empregado.

PROPAGANDA. Mas, o comércio de café nos Estados Unidos está fazendo todos os esforços possíveis no sentido de manter a rubrica "A Bebida Favorita da América" em face da reação severa do público consumidor perante os altos preços. A essa respeito, o Bureau Pan-Americano do Café está conduzindo uma boa propaganda durante a presente crise, não obstante os seus recursos limitados. Fundos mais amplos tornariam possível um programa mais vasto de propaganda, a qual teria por finalidade manter vivo o interesse do público americano pelo café, até que maiores suprimentos do produto chegassem ao mercado.

Uma tal campanha mais vasta criaria, naturalmente, um mercado maior para o produto que facilmente poderia absorver quaisquer excedentes futuros.

APRECIACÕES DO REPRESENTANTE DO I.B.C. EM NOVA YORK

NOVA YORK. — Da posição do Brasil, como o maior produtor de café do mundo e, consequentemente, como o maior país exportador de café para os Estados Unidos, decorre a grande responsabilidade do representante do Instituto Brasileiro do Café neste país. O Escritório do I. B. C. em Nova York é a fonte natural de informações onde a Indústria do Café — como aqui é chamada a classe dos que lidam em assuntos cafeeiros — vai buscar a interpretação dos acontecimentos e das notícias, as vezes contraditórias, que vêm do Brasil. A posição do representante do Brasil tem por isso uma importância vital no desenvolvimento dos negócios de café no maior mercado do nosso produto.

A consciência dessa responsabilidade, e a capacidade para resolver os mais complexos problemas que diariamente se nos apresentam são requisitos essenciais para desempenhar essa importante e delicada tarefa. A necessidade de defender a todo o transe os interesses do Brasil, como produtor de café, não deve entretanto obscurecer também a necessidade de compreendermos em todo o seu alcance os problemas peculiares da Indústria Cafeeira deste país; em outras palavras, a manutenção de um perfeito equilíbrio entre interesses que as vezes parecem opostos, mas que em última análise são os mesmos, é necessária para que um clima de boa vontade e simpatia prevaleça entre vendedor e comprador; isto é, entre produtores e consumidores. Para facilitar essa tarefa — uma perfeita co-

Horácio Cintra LEITE

ordenação deve existir entre o Escritório de Nova York e a sede do I. B. C. no Rio de Janeiro. Infelizmente é peculiar aos nossos costumes e a nossa gente, subestimar a importância dos fatores que estão longe dos olhos e dos interesses locais, e que por isso nos parecem de pouco valor. Daí, as vezes, a expressão de surpresa que demonstramos quando as consequências do nosso descaso se fazem sentir. Outro fator negativo para o nosso trabalho, advém da variedade das fontes de informações sobre assuntos cafeeiros existentes no Brasil. Mais de um departamento governamental fala e opina oficialmente sobre café; acontece, por isso, aparecerem nos jornais dos Estados Unidos notícias as vezes contraditórias e até inverídicas causando perturbações no mercado e confusão no espírito dos consumidores, decorrendo daí a suspeição que há propositos inconfessáveis na nossa política cafeeira.

Esse fato demonstra uma falha no manejo das notícias sobre café, que precisa e pode ser corrigida; um comando único, que naturalmente deve ser o I. B. C., a par de um Departamento Técnico de Relações públicas, seria a solução. Os comunicados e informações à imprensa devem sair exclusivamente desse departamento e as notícias para

Fotos de JEAN MANZON



serem publicadas e difundidas nos Estados Unidos devem ser enviadas ao nosso Escritório. Este deve ser a única fonte de informação sobre assuntos de café do Brasil. Dessa maneira muitas das dificuldades hoje existentes e as necessidades de esclarecimentos posteriores seriam evitadas e uma maior confiança dos interessados e do público em geral seria estabelecida.

Ao estudarmos a situação do Brasil no que concerne as nossas exportações de café para os Estados Unidos, verificamos que temos vindo paulatinamente perdendo o mercado em favor de nossos concorrentes. Essa tendência tem sido constante e tem-se acentuado nos últimos anos. Quais as causas desse fenômeno? Como remediá-lo? Uma análise mais profunda não cabe aqui; entretanto, é preciso que os nossos técnicos a façam. Um fator porém, é visível e necessário se torna que o apontemos. Sendo o café uma mercadoria que produzimos para ser vendida, devemos olhá-lo como comerciantes e não como políticos.

A tendência tem sido considerar o café como uma fonte de obtenção de dólares e, de força política. Temos olhado para o café com olhos imediatistas, não olhamos nunca para o amanhã do café. O resultado está aí a vista de todos. De fornecedores de 71% do mercado americano em 1931 passamos para 52% em 1953. A Colômbia, que em 1931 exportava para os Estados Unidos 18% exportou 26,8 em 1945. Como disse, existem muitos fatores concorrendo para

esse resultado, um entretanto é aparente e este é o completo descaso da arte de "salesmanship" por parte dos responsáveis pelos destinos do café no Brasil.

No curso dos meus trabalhos em Nova York, venho observando como os colombianos operam e os resultados por eles alcançados. São verdadeiros "especialistas" na arte de "salesmanship". A sua organização "Federación Nacional de Cafeteros de Colombia" é administrada por técnicos, e o seu único escopo é vender o melhor café pelo melhor preço. Nesse sentido eles têm mantido uma constante propaganda da alta qualidade de seus cafés e procurado criar uma atmosfera de simpatia e de confiança para a sua organização. Esse trabalho continuado e honesto está produzindo os seus frutos. Não devemos olhar para os colombianos e sua organização com espírito de inveja e desconfiança.

Antes, devemos procurar seguir-lhes o exemplo e procurar fazer o que eles estão fazendo; afinal a questão é de método e não de pessoas. Com a criação do Instituto Brasileiro do Café em dezembro de 1952, o Brasil e a classe dos cafeicultores ficou de posse de um organismo que deveria imprimir aos negócios do café, de agora em diante, esse caráter comercial que nos estava faltando.

Tenho certeza que os nossos representantes da lavoura, que fazem parte da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, não são menos capazes que os nossos colegas da Colômbia. Esperemos, pois, com confiança, o resultado de sua ação.

Fomento do consumo do café

JAMES M. O'CONNOR
(Presidente da National Coffee Association dos E.E. Unidos)

Não tem precedente a séria situação em que atualmente se encontra a indústria de café tanto nos Estados Unidos como nos países cafeicultores. Sabemos, naturalmente, que grande parte dos nossos problemas são devidos à geadas que destruiu uma boa parte da safra brasileira de 1954-55 e criou uma situação estatística extremamente apertada. Esse fato provocou uma alta dos preços para níveis jamais atingidos na história da indústria cafeeira.

E' fácil de ver que a geadas não poderia ter ocorrido em pior oportunidade. Devido em grande parte aos esforços conjuntos dos países cafeicultores associados ao Bureau Pan-Americano do Café, o consumo da rubrica aumentou grandemente nos Estados Unidos durante os últimos anos e, até há alguns meses, esse consumo estava destinado a registrar ainda maiores ganhos. Porém, essa tendência foi sustada pelos altos preços atuais, pelo menos momentaneamente, e agora se conjectura qual a porção daquele consumo, recentemente perdido, que vai ficar como perda definitiva.

Numa reunião do Conselho Diretor da National Coffee Association, que se realizou a 17 de maio de 1954, os representantes de firmas torreadoras bem como os representantes das armazéns de "cadeia" chegaram à conclusão unânime de que as vendas de café torrado no varejo, durante os meses de abril e maio deste ano, mostraram um declínio de 20 a 25% em comparação com o volume de vendas durante o mesmo período do ano passado. E eles notaram, também, que essa tendência decrescente ainda não foi sustada.

RECUPERAÇÃO DE VENDAS

O Conselho Diretor da National Coffee Association ao tomar em consideração a forte resistência do público consumidor aos altos preços, recela, naturalmente, maior declínio nas vendas quando se tornar necessário majorar os preços atuais do café em pó para se equipararem às cotizações correntes do café cru. O Conselho Diretor da N. C. A. nutre, porém, esperanças de que uma melhor situação nos suprimentos resultante de uma remanescente maior do que se esperava para o 1.º de julho de 1954 e as estimativas mais favoráveis sobre o "vulto" da safra 1954/55 poderão eliminar a pressão altista nos preços do grão. Essa eventualidade tornaria assim menos difícil, do que é agora, a recuperação do volume que se perdeu durante a recente crise.

Por outro lado, a maior intensidade na propaganda dos produtos concorrentes do café tais como leite, chá, cerveja e bebidas carbonatadas tem, naturalmente, contribuído para complicar ainda mais a nossa já difícil situação. Os nossos concorrentes têm-se aproveitado, assim, de uma oportunidade ideal para fomentar o consumo de seus produtos. Embora não tenhamos ainda cifras que mostrem o aumento no consumo daquelas bebidas concorrentes, conseguidas à custa do café, sabemos, no entanto, que o consumo do chá subiu aproximadamente 25% durante os últimos meses e de que essa tendência crescente ainda continua. Outrossim, os sucedâneos e aditivos do café estão aparecendo no mercado em número cada vez maior.

Mas um dos piores males com que nos debatemos atualmente consiste no uso de quantidades excessivas de água no preparo da bebida tanto nos restaurantes como em casa. A esse respeito, devemos mencionar as conclusões contidas num estudo recente sobre o problema, onde se diz que muitos restaurantes estão usando uma quantidade de água tão excessiva na infusão que chegam a obter, com uma libra do pó, o dobro de xícaras, da bebida. Embora estejamos aconselhando 40 xícaras para cada libra do pó, grande número de donas de casa fazem agora uma infusão tão fraca a ponto de conseguirem 60 xícaras e até mesmo mais com uma só libra de café. O preparo do café desse modo inadequado tem indubitavelmente contribuído para influenciar os consumidores a preferir outras bebidas. O Instituto de Preparo do Café, do Bureau Pan-Americano do Café, está realizando uma campanha educativa com o fim de corrigir tais abusos. E' essa uma tarefa bastante difícil, a qual vai exigir consideráveis fundos e muitos esforços para que possa produzir os efeitos desejados, mas cremos que tal empreendimento poderá ser realizado com êxito.

CONCORRÊNCIA E PROPAGANDA

Devido ao fato de que o mercado consumidor está passando agora por uma fase de severa concorrência, o Conselho Diretor da National Coffee Association sente-se grandemente preocupado sobre as futuras tendências no consumo da rubrica. Presentemente os fundos para propaganda do consumo do café são totalmente inadequados em comparação com o dinheiro gasto pelos nossos concorrentes. O Bureau Pan-Americano do Café merece ser congratulado pelo excelente trabalho a favor do consumo do produto, não obstante os fundos limitados de que dispõe para semelhante empreendimento. Devese dizer, a propósito, que a cooperação entre o Bureau e a National Coffee Association é das mais estreitas e proveitosas para toda a indústria tanto aqui como nos países cafeicultores.

Evidentemente ninguém duvida de que com o retorno de maiores suprimentos, o preço do produto deverá gradualmente baixar e com isso os nossos problemas de hoje serão simultaneamente simplificados. E' obvio, porém, que tanto os países cafeicultores como a indústria de café nos Estados Unidos terão de trabalhar muito mais pelo fomento do consumo de café como bebida se, com efeito, desejam recuperar o volume recentemente perdido e restabelecer, assim, o café no lugar que de direito lhe pertence como "A Bebida Favorita da América".

NOVA YORK. — Os cafeicultores do mundo inteiro encaram atualmente um futuro cheio de dificuldades. Durante os últimos seis meses, a incerteza do público consumidor, em relação ao café, teve como consequência uma redução no consumo que, se não for remedida imediatamente, poderá tornar-se grave. Essa situação cria problemas sérios, que devem ser resolvidos com energia e prontidão pelos países produtores.

Embora todos os setores da indústria do café tenham sido afetados por essas mudanças básicas notadas na atitude dos consumidores, os produtores de café necessitam, mais do que ninguém, que se aliviem as dificuldades dessas sombrias perspectivas.

Pode-se dizer, em 1954, que o futuro encerra uma nova e promissora era para os cafeicultores. Ficam para trás as décadas de competição e de superprodução, de esforços divididos e desperdícios. Devemos agir, no futuro, com espírito de unidade e cooperação. Os cafeicultores precisam de atuar de acordo, para resolver as dificuldades da indústria do café, e, ao mesmo tempo, compreender a situação dos consumidores, nossos socios, nem sempre silenciosos.

O incerto equilíbrio entre o consumo e a produção tem sido constantemente causa de crises. Da produção deficiente advém a escassez e os altos preços para os consumidores; da superprodução, os excedentes e os baixos preços para os produtores. Ambas situações são indesejáveis, não contribuindo para a estabilidade da indústria, apesar das vantagens momentâneas que trazem para um grupo ou para outro.

PRODUÇÃO E CONSUMO

Devemos aumentar a produção e o consumo de café, simultaneamente. Numa grande campanha de cooperação, os países produtores devem levar adiante um programa com o objetivo de tornar o café a bebida preferida no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, o consumo pode ser aumentado ainda enormemen-

O futuro do café depende dos produtores

Andrés Uribe C.

(Representante da Federación Nacional de Cafeicultores da Colômbia nos E.E. UU.)

O cidadão norte-americano, em média, toma 750 xícaras de café por ano, o que é pouco, comparado com a média do consumo individual de chá dos ingleses, que é de 1.200 xícaras por ano.

Antes, porém, de procurarmos fazer com que os norte-americanos bebam mais café, é necessário recobramos os consumidores que substituíram o café pelo chá e por outras bebidas, durante a recente crise. Tem aumentado notavelmente o consumo do chá, das bebidas carbonatadas e dos sucedâneos do café, cuidados pelas quais a indústria do café tem passado, para conseguir uma grande parte do mercado das bebidas não alcoólicas.

Nossos competidores não desistiram dessas vantagens voluntariamente. Os produtores de café terão de estabelecer e manter intenso programa de anúncios, para recobrar os consumidores perdidos. Considerando os fundos à sua disposição, o Bureau Pan-Americano do Café realizou uma excelente tarefa, conseguindo que a maioria do público dos Estados Unidos continuasse fiel ao café. Infelizmente, porém, seus esforços têm sido prejudicados pelos seus recursos financeiros limitados ao passo que nossos competidores continuam a fazer progressos. Os cafeicultores devem pensar em aumentar o orçamento do Bureau Pan-Americano do Café, se quiserem que o seu produto concorra vantajosamente no mercado norte-americano de bebidas.

OS ESFORÇOS DO BRASIL

Naturalmente, seria loucura incrementar o consumo do café sem incrementar a sua produção. Em toda parte, os consumidores têm louvado os valentes esforços dos cafeiculto-

res do Brasil no sentido de manter a produção do café no mesmo nível do consumo, manifestando, muitos deles, publicamente, a sua simpatia e a sua admiração pelos desastrosos lavradores brasileiros que, apesar da geada que, em julho do ano passado, destruiu a sua safra, continuam a plantar café.

Não há dúvida de que a produção do café aumentará na maioria dos países produtores, nos próximos anos. Mas os problemas que os produtores e os consumidores enfrentam não poderão ser resolvidos apenas com a obtenção de safras maiores. Em consequência dos altos preços do passado, em muitas áreas tem sido gravoso o desenvolvimento das modernas técnicas agrícolas, e muitos países produzem o café, hoje, como o produziam há séculos. Exceção pelo aparecimento do café solúvel, a indústria da torrefação do café tem, do mesmo modo, sofrido com a continuação de métodos obsoletos. Com técnicas do século 19, os lavradores do século 20 não estão aparelhados para competir com adversários modernos.

A indústria do café, especialmente nos setores do cultivo e do beneficiamento, está com uma tremenda necessidade de melhoramentos técnicos, para que possa diminuir os preços da produção e da venda do seu pro-

duto. Isso somente pode ser conseguido mediante um programa de pesquisas, contínuo e de grande escopo, adequadamente financiado e levado a efeito com os melhores especialistas. Não é possível exagerar o excelente trabalho científico que está sendo realizado em Campinas, Brasil, e em Chinchina, Colômbia, bem como em outros países, tanto da América Latina como da África. Todavia, foram apenas tocados os setores de conhecimentos fundamentais sobre o assunto, sendo necessário ampliar muito mais os conhecimentos atualmente disponíveis.

COOPERAÇÃO

Fatores tais como a luz solar, a umidade, o terreno, a temperatura e a pressão atmosférica são apenas compreendidos parcialmente, quanto às suas relações com a flor e o fruto do cafeeiro. O que acontece no subsolo também ainda é desconhecido. Assim, o cultivo, a adubagem e a conservação do solo são praticados em muitos países segundo métodos tradicionais, que estão longe de oferecer garantias de resultados mais eficientes.

O café tem sido vítima de doenças e de insetos desde que começou a ser cultivado. Com poucas exceções, a falta de um programa contínuo de pesquisas para debelar esses males, faz com que sejamos forçados a utilizar recursos dos tempos dos nossos antepassados. Com a ciência moderna, sem dúvida nenhuma, dois ou três milhões de sacas de café deixariam de se perder anualmente, se se pudessem trabalhar em tal projeto.

A cooperação entre os países produtores deverá, necessariamente, incluir o intercâmbio de informações científicas e de conheci-

mentos técnicos, bem como a padronização do material estatístico. E' um fato lamentável que os nossos centros de pesquisas estão constantemente dispendendo grandes somas em estudos experimentais que já foram previamente feitos em centros de pesquisas de outros países. Essa duplicação de trabalho deve ser eliminada, em benefício da execução de outros projetos que não são feitos por falta de fundos.

Finalmente, devemos explicar aos consumidores a história dos preços do café. Está provado, irrefutavelmente, que o aumento dos preços do café é considerado pelo consumidor como uma injustiça pessoal e não como uma reação econômica normal, em virtude da lei da oferta e da procura. Os consumidores que ganham bem não hesitam em pagar pelo café um preço mais alto, desde que estejam convencidos de que se trata de aumento justificável.

NECESSIDADE DE PROGRAMA

Os produtores não tornaram conhecidos do público consumidor dos Estados Unidos os fatores econômicos que enfrentam os cafeicultores. Poucos dos que bebem café sabem que a sua lavoura requer enorme investimento, em terras, mão de obra, maquinismo, adubagem e combate aos insetos daninhos. Poucos sabem como são custosas as operações de beneficiamento do produto e da sua colocação no mercado. Quando todos esses fatores se tornarem conhecidos do público norte-americano, poderemos estar certos da sua compreensão e do seu patrocínio.

São esses os fatos que devem ser convertidos em ações concretas e em material informativo. Os problemas que se apresentam aos países produtores não são de fácil solução, mas poderão ser resolvidos mediante um programa vigoroso e cuidadosamente planejado, com vistas à cooperação e à compreensão mútua entre os produtores da melhor bebida não alcoólica do mundo. O momento requer ação resolutiva, se quisermos conseguir uma expansão dinâmica do mercado, capaz de absorver a expansão da nossa produção.



Humário do Café

EDGARD BRAGA



Sobre franjas invioladas rolam serpentes,
lambem hervas negras, queimam o espanto.
Oh, asas transidas de sol,
castelo, sede, silêncio!

O mar encrespado pela vigília do vento
embala, trirremes escamadas de purpura
cria o ritmo do abandono,
a fome insaciável das hárpias.

Reacendei, ó Invicta, a brasa e o ouro,
o escudo alijado no fosso, os cornos caprinos,
a videira e o sonho
no olhar do infante, memória
para sempre perdida onde Troia foi um dia.

A solidão do Amor tece a interminável túnica,
o filtro de Polidana enche de luar o sexo nu da Eleita.
Tingem-se de lama pedras votivas,
um deus cego ronda palpebras de pranto,
amortece a vigília dos velhos deuses corruptos...

Segundo ciclo

"Djogg, djogunel!"
Em que cimo te ocultas sonambulo,
em que pouso vives a glória do "Djébel Sabor",
onde arderam outrora
sarças sangrentas,

Descem fulvas cabras as esquivas encostas,
o tropel de seus cascos acorda os ramos tombados.
Bebeste, no ocaso, fantasma das frondes,
o leite do antigo rebanho de Melanto?
Passaro, tua côr é uma cereja soprada das dunas
sobre o pensamento da noite atraído em estrela.
Colhe a lua o rubi do Kovah,
ergue ao mito um novo templo.
Os manes de Kavus-Kai eternizam a aurora!



Junto a teus pés, cadeira
dormia o gato pedras

Terceiro ciclo

Atrás da nuvem meu olhar distante
solta seu barco, além, rumo do rio
em que navego procurando a Ausente,
oh, deusa, perdida em neblina e frio.

Entunado de som — música e poema
Abro, como flamula, na viagem.
Avanço, recolhendo o outrora
ainda fruto nos ramos da paisagem.

Lundum

Então, chamei o meu povo,
(Valetes, clero, nobreza),
Gente minha, vou partir,
quero o cavalo alazão,
meu cachorro perdigueiro,
café, distancia, violão.

Sinhôzinho de láia,
sinhozinho, parta não.

Sou dono deste condado,
Tenho negra, tenho escravo,
Trezentas léguas de mundo,
Muito ouro de contado.

Sinhôzinho de láia,
sinhozinho, parta não

Dêem-me o cavalo alazão,
Minha negra na garupa,
Meu cachorro perdigueiro,
Clavinote e violão!

Sinhôzinho de láia,
sinhozinho, parta não..

Eh, jongo, de bungolê,
Jongo, bungolêlê!

Sinhôzinho, parta não...

Quarto ciclo

Desce o luar no fio do sereno.
Nenhum rumor, (sonham as árvores),
O café esconde a noite no terreiro,
Dorme a fazenda em seus retratos marciais.
Longe, sobe da boca abrasada da mata,
o canto incorpóreo dos negros foragidos.
Há nas senzalas um apagado fogo
de lagrima caída das estrelas.
Eh, jongo, de bungolê,
jongo, bungolêlê...

Modinha do café

Cadeira de balanço,
primeiro verbo criada,
fantasma de minha Avó
em prece muda, vigília,
onde estão aquelas contas
que desfiavam saudades?
A noite, na hora última

ouço que ouço tua fala,
esse acalanto manso
de quem espera, à espera
de um outro manhecer.
Junto a teus pés, cadeira,
dormia o gato pedrés,
fazia rendas a negra
roubada à derriça e à barba
das traições de meu Avô.

Cadeira de ontem, passado,
(tempo passado, esquecida)
és transcendência de lenda,
criaste o verbo ao balanço
de teu breve sono de Ave.

O' cadeira de um destino,
memória, afogada nave!

Quinto ciclo

Carreiam as horas a angustia da nuvem.
Carreia o rio o negro sangue do Kava.
As ruas carreiam o passo,
o passo carreia a-vida.

E' noite no pêlo fulvo das cabras do iémen,
Mortos, no exílio, velhos pastores sonham montanhas.
A noite é o crivo do pranto,
Flui da ruína o oleo do olvido.
O' forasteiro, aqui, Troia foi um dia

Eh, jongo, de bungolê,
Jongo, bungolêlê!



Solta seu barco, além, rumo do rio
em que navego procurando a ausente

O PRIMEIRO fato se impõe ao observador: a progressão da produção mundial desde há mais de um século. Essa progressão pode ter sido interrompida de certos períodos de crise, de recuos momentâneos; mas, em geral, continuou indubitavelmente. Na medida em que o permitem os documentos antigos, avalia-se em cerca de 50.000 toneladas a produção mundial antes da Revolução Francesa de 1789. Já estamos melhor documentados para indicar a cifra de 100.000 toneladas em 1835, em seguida a de 300.000 vinte anos mais tarde. E, então, que tem lugar a expansão gigantesca do café: 800.000 toneladas em 1880, 900.000 em 1900 e um bom milhão às vésperas da primeira guerra mundial. Desde então, o aumento continuou, a despeito das crises e dos conflitos entre as nações. Alguns anos foram excepcionalmente frutuosos: 1927, com quase 2.500.000 de toneladas, 1931, que atingiu ao mesmo nível, e 1933, que ultrapassou os 3.300.000 de toneladas. A segunda guerra marcou uma sensível regressão (excelente maneira de reduzir as crises!), e depois a retomada da produção mundial levou-a ao redor de 1.800.000 de t. (1.916.000 em 1952). Em consequência, e apenas se se atém a este aspecto global da produção, a economia mundial referenciava-se particularmente eufórica. Como poderiamos julgar de outra maneira uma produção cuja tendência constante é o aumento? Não devemos desejar uma melhoria constante das bases postas à disposição dos homens? A palavra de ordem da economia do mundo americano não é a de produzir sempre mais, a fim de assegurar a satisfação de todos? Não considerando senão as estatísticas mundiais referentes a um longo período, a economia cafeeira parece aceitar sem dificuldade os "alugares" oficiais do Novo Mundo. E, entretanto, sabe-se bem que isso não é precisamente assim: o multilateralismo econômico não é privilégio de algumas velhas nações da cansada Europa, porque voluntariamente se destruíram impressionantes quantidades de café, se derrubaram plantas e se abandonaram terras suscetíveis de recuperação. Sem essas limitações voluntárias da produção, as cifras atuais seriam evidentemente ainda mais elevadas do que são.

Diante dessa produção crescente, o consumo mundial se apresenta com tendência análoga. Certamente, não se podem ignorar as crises ditas de superprodução, que marcam a história do café, essas crises das quais São Paulo teve uma experiência cruel desde 1900. Durante muito tempo, a produção mundial foi superior ao consumo: se se consideram as relações dos dois termos em treze anos, constatamos que é somente desde 1949 que o consumo leva vantagem sobre a produção. Lembremos ainda os anos trágicos como os de 1927, 1929, 1933, nos quais a diferença entre os dois elementos ultrapassava, às vezes, 12 milhões de sacas. Mas, uma vez reconhecida essa situação, uma vez reconhecido também o que ela comporta de dramático para o produtor, é preciso outrossim constatar que, desde há 30 anos, a demanda mundial conheceu, no seu conjunto, uma progressão geral. Alguns anos após o fim da segunda guerra mundial, o mundo consome pelo menos sete ou oito milhões de sacas a mais do que alguns anos seguintes à primeira guerra mundial.

AUMENTO DE CONSUMO
O aumento progressivo da demanda corresponde, antes de tudo, ao aumento do número dos consumidores em virtude do crescimento demográfico nos países compradores: Estados Unidos e Europa. Mas é necessário não perder de vista o fato de que o consumo de café é função do gênero de vida e do nível de vida. Do gênero de vida porque são sobretudo as populações urbanas dos países fortemente industrializados os consumidores de café. Do nível de vida, porque essas massas urbanas, essencialmente trabalhadoras, rareiam suas compras, detêm seu consumo desde que tende a diminuir seu poder aquisitivo. O desequilíbrio que se exagerou entre produção e consumo nos períodos de grande crise cafeeira, originou-se a um tempo de uma aceleração do ritmo crescente da produção e de uma diminuição do ritmo crescente do consumo. É conveniente salientar que a Europa, com um consumo de 10.200.000 de sacas em 1953, não respondeu ainda completamente seu nível médio de antes da guerra: quer dizer que a totalidade da população europeia não atingiu ainda a capacidade aquisitiva que tinha antes de 1939.

A geografia do consumo do café não se explica unicamente pela distribuição desigual dos níveis de vida. Ela deve tomar em consideração os hábitos alimentares de que os povos são os herdeiros, hábitos que não evoluem senão muito lentamente. A despeito de poderes aquisitivos relativamente elevados, os trabalhadores ingleses, canadenses ou australianos são medíocres consumidores de café; eles são bebedores de chá, assim como os habitantes do Meio-Dia da França são bebedores de vinho. O consumo de café faz progressos nos países muçulmanos, por exemplo na África do Norte.

Tudo isto mostra que o interesse dos países produtores de café é difundir e usar o café. Ora, tal será obtido ao mesmo tempo por uma habil publicidade e pela melhoria das condições de vida das massas urbanas e rurais. O Brasil encaminhará tanto mais café à Europa quanto mais as usinas lá funcionarem a pleno rendimento e quanto mais os salários sejam elevados. Porque o estudo dos problemas cafeeiros não deve perder de vista o fato de que se trata de um produto alimentar sensível de luxo, em todo caso não indispensável. Em período de diminuição do trabalho, se os salários são insuficientes, o cidadão da América do Norte ou da Europa Ocidental restringe o seu consumo de café. Seu comportamento é o mesmo se os preços de venda se elevam muito. Uma alta dos preços do café corre o risco de determinar uma diminuição do consumo. Supondo-se que as mãos de família norte-americanas ou europeias se deixem convencer perfeitamente de que as calamidades da Natureza justificam o aumento dos preços, a sua filantropia não irá ao ponto de pagar o café familiar e não importa que preço, a fim de ajudar os plantadores: elas comprarão menos.

A SENSIBILIDADE DO MERCADO
O mercado do café está pois submetido a influências múltiplas, que lhe conferem extrema sensibilidade. Como todos os mercados de produtos agrícolas, depende ele das variações da colheita em função dos acidentes climáticos: colheita excedente ou deficitária em relação aos meios a longo prazo. Mas a situação do café difere daquela de gêneros alimentares vitais como o trigo, o arroz, o milho, cuja demanda é submetida a fraquíssimas variações. Salvo em circunstâncias muito excepcionais, como as guerras e os bloqueios que as acompanham, a procura desses produtos fundamentais varia muito fracamente de um ano para outro. Pode-se assim falar de produtos alimentares-chave, cujos mercados não sofrem senão muito pouco os efeitos da especulação (já menos exato é isto para o mercado de carne...). As coisas são bem diferentes para o café. É porque negociantes de café encontram-se numa situação estratégica extremamente importante, que lhes dá a possibilidade de exercer sobre os preços pressões frequentemente graves. Ao contrário, as condições do mercado desfavorecem os agricultores e aumentam a vulnerabilidade das economias nacionais nos países produtores.

DESLOCAÇÃO DOS CENTROS DE PRODUÇÃO

Não apenas houve modificação no volume da produção, mas, ao mesmo tempo, houve profundas mudanças na distribuição dos países produtores. Assim como a economia global se nos apresentou como que desprovida de estabilidade, assim também a cartografia do café passa por perpétuas transformações: ela é mais coisa do que desenho animado do que verdadeiro cartógrafo. Contentemo-nos com traçar as grandes linhas dessa história geográfica do café, que, originário das terras altas da Abissínia, foi levado à Arábia provavelmente no século XIII ou XIV. Do famoso país de Moka os europeus difundiram a cultura cafeeira nos seus novos domínios do Oceano Índico e da Ásia das Monções durante o século XVIII; a planta foi introduzida nas colônias do rei de França (Ilha de França e Ilha Bourbon), de onde passou bem mais tarde a Madagascar; por seu lado, os holandeses a levaram à Índia, ao Ceilão, depois a Java e a Sumatra, de onde ela se espalhou por todas as ilhas da Insulíndia para atingir as Filipinas. O século XVIII foi, de qualquer maneira, o da marcha para o Oriente, para os países de população forte, de terras ricas e de civilizações avançadas.

Contemporaneamente, os mesmos holandeses levavam para a Europa amostras de café, pequenos arbustos que conservaram nos jardins botânicos ou que apresentaram amavelmente aos seus vizinhos, os reis da Inglaterra e da França. Não se via no cafeeiro senão uma curiosidade exótica, interessante de ser conservada nas estufas. Levados pela curiosidade científica foi que, pouco a pouco, os botânicos neerlandeses, ingleses e franceses se divertiram em levar alguns pedaços arrancados aos exemplares preciosamente conservados nos países de América. Foi assim que o café fez sua aparição em Surinã em 1714, alcançando em seguida todas as Guianas, a Venezuela e depois o Brasil. A mesma aventura se repetiu na Jamaica britânica e nas Antilhas francesas, particularmente em São Domingos. Os resultados dessas plantações foram tais, que as Antilhas se tornaram rapidamente o grande fornecedor de café da Europa do século XVIII. São Domingos desempenhou então papel que representa hoje São Paulo — enquanto que a produção do Extremo Oriente

PIERRE MONBEIG

era decisivamente secundária. Quanto à África, o continente natal do café, seu papel era nulo. Em suma, a difusão da cultura cafeeira encontra-se historicamente associada à expansão das grandes potências marítimas atlânticas.

As guerras da Revolução e do Império, as comições sociais que desencadearam em São Domingos as reformas abolicionistas da Convenção, puseram termo à supremacia das Antilhas no mercado mundial do café. Os ingleses haviam tentado apoderar-se de São Domingos para subtrair aos plantadores e negociantes franceses essa importante fonte de rendimento; conseguiram-no quando os tratados de 1814 reconheceram São Domingos como terra britânica. Mas as lavouras encontravam-se em mau estado, e a atenção dos ingleses se encontrava já voltada para os países asiáticos, para as culturas de chá. A cultura



antilhana não teve senão um papel acessório, que conserva ainda (Haiti).

A hegemonia foi assegurada pelas lavouras do Extremo Oriente; as colônias holandesas, Java em primeiro lugar, passaram a dominar o mercado mundial durante a primeira metade do século XIX, enquanto que o café introduzido no Brasil por Palheta ganhava terreno lentamente.

Sabe-se muito bem como a cultura cafeeira passou do Maranhão à Bahia, ganhou depois a região fluminense e se introduziu em São Paulo pelo vale do Paraíba do Sul. Nas últimas décadas do século XIX, a cartografia sofreu pois uma nova transformação: os grandes centros produtores encaminham-se para oeste, as Índias neerlandesas experimentam o mesmo declínio que haviam experimentado as Antilhas. O café torna-se o grande produto do Brasil e da América Latina. Pode-se marcar o ponto culminante dessa evolução na escala mundial, indicando que, durante o período 1930-1934, a América Latina forneceu 90% da colheita do globo; só o Brasil dá, então, 74% da produção americana e 67% da produção mundial. E a África? A terra natal do café conserva sempre

o seu lugar secundário, pois que não fornece senão 3,5% da colheita total.

SUPREMACIA LATINO-AMERICANA

Tais eram as grandes linhas da cartografia do café às vésperas da segunda guerra mundial. Mas a tarefa do geógrafo não é apenas a de classificar os países segundo a ordem das estatísticas, como se classificam corretores ou como se distribuem prêmios a escolares. Se inicialmente é preciso descrever e cartografar, preciso é depois tentar compreender e explicar. É preciso tentar colocar os problemas, se não resolvê-los.

Ora, é manifesto que o problema colocado por esta distribuição da cultura cafeeira é o da supremacia latino-americana (e sobretudo brasileira) em relação à contribuição muito pequena das outras regiões, e sobretudo da África.

A primeira explicação que se apresenta ao espírito é emprestada do determinismo clássico: condições naturais particularmente favoráveis: assim em favor dos países da América Latina, enquanto que condições menos próprias agiram contra as regiões africanas. É certo que a cafeicultura se beneficiou, no Brasil,

no seu lugar secundário. De outro lado, a África não possui planaltos de altitude média tão extensos como os do Brasil tropical. Mais ainda: essas planaltos africanos não têm as mesmas terras que as do Brasil cafeeiro; a terra roxa não é africana. E, totalmente ao contrário, o que é africano é a laterite, a couroça de solo endurecido imprópria às culturas de arbustos, quando não a todas as culturas. Há, todavia, um setor africano favorável ao café, setor cuja importância não deve ser negligenciada: o das altas montanhas e das terras vulcânicas de leste, no Ruandá, no Tanganica, no Kenia e ainda na Rodésia, esta Rodésia que me parece ser a terra africana mais semelhante ao Brasil paulista e paranaense. É nesta parte da África que as lavouras de café encontram as melhores condições. Mas, não são isto pouca coisa? É esta análise sumária não é suficiente para concluir admitindo que o meio natural desfavorável explica facilmente a debilidade do café africano em 1939?

Mas pode a gente se perguntar se esta conclusão não peca por precipitação. Porque é Rui Miller Paiva quem nos explica, bem claramente, que se as condições naturais não parecem muito propícias à extensão das lavouras da Arábia, o problema não tem absolutamente o mesmo aspecto se se examinam as possibilidades da Robusta africana. Esta variedade de café se bem nas zonas de fraca altitude que se estendem por grandes superfícies. De mais a mais, existe toda uma gama de variedades cuja capacidade não foi ainda bem estudada, mas que, "in loco", puderam dar resultados satisfatórios tanto em Angola quanto no Congo Belga, na África Equatorial Francesa, no Camerão ou em todas as terras que se para o golfo da Guiné. Tem-se a impressão de que, em todas essas regiões, a experiência cafeeira não chamou a atenção nem dos agromônios, nem dos botânicos e nem mesmo dos lavadores, mas que, tudo bem pensado, as condições naturais não são fundamentalmente hostis ao café; que elas lhe são, mesmo, provavelmente favoráveis.

Ao menos tanto quanto às condições naturais, é a forma de valorização da África que é preciso imputar a lentidão com que ali se desenvolveu a cafeicultura. Os europeus, tardes chegados à África Negra, que a consideraram-na antes como um continente a explorar do que como uma terra a cultivar. Os colonizadores procuraram preferivelmente extrair os produtos do solo e do subsolo pela colheita e pelas minas, do que planejar instalações sólidas para culturas rendáveis. Os investimentos particulares foram ali mais do tipo comercial que do tipo agrícola ou industrial; na sua origem, encontraram-se quase exclusivamente sociedades de comércio e, numa parte mais reduzida (e muito pouco em zona portuguesa ou francesa), organizações de mineração apoiadas por sólidos estabelecimentos bancários. Não foi senão lentamente que o interesse dos capitalistas se voltou para as culturas de plantação, numa época em que o mercado mundial do café já se encontrava dominado pela América Latina e quando, em consequência, não era muito interessante aplicar grandes capitais nos cafezais africanos. Ao contrário, as grandes potências industriais, na Europa a princípio e depois nos Estados Unidos, tinham muito mais motivos para investir, seja no Brasil, seja nas outras repúblicas americanas, porque cada investimento em países ricos produzia mais renda que a África tropical não apenas era rendável mas, ainda, abria vastas possibilidades de al vender os produtos das indústrias europeias ou norte-americanas. Os lucros eram maiores em se emprestando aos governos latino-americanos à procura de créditos para valorizar o café, do que em se investindo na jungle africana. Encontramos-nos pois diante de um complexo de fatores, uns se ligando diretamente aos diferentes aspectos naturais, outros participando das condições históricas ou das conjunturas econômicas; e é a ação desses fatores, solidários uns com os outros, que contribui para explicar a debilidade da participação africana na cafeicultura mundial no período de entre as duas guerras. Para completar brevemente este esboço, é indispensável tomar em consideração o passado dos países da América Latina. Mais precisamente ainda, do passado brasileiro e paulista, isto é, da presença, neste país, de elementos ativos, habituados não somente à agricultura, mas também aos negócios, e dispostos de capitais que permitiram a "démarrage" da cultura.

TENDÊNCIAS RECENTES DOS MERCADOS PRODUTORES

Curta que seja em relação às dos grandes vegetais cultivados, a história do café revela a rapidez com que se deslocaram os centros produtores. Produto destinado a satisfazer necessidades não-essenciais, o café é vulnerável, é preciso repeti-lo. Acontecimentos políticos, modificações da conjuntura econômica podem precipitar o crescimento de novos locais de produção e originar uma concorrência séria às regiões que pareciam gozar de um monopólio a longo prazo.

E aliás o que ensina já claramente a marcha do café no interior do Brasil apenas. Não é aqui lugar para lembrar o que foi essa marcha do café desde as velhas fazendas do vale do Paraíba até as novas lavouras de Mato Grosso, do Paraná e mesmo do Paraguai, passando por Campinas, Ribeirão Preto, Jau, Avaré, Marília, Londrina e todas as outras cidades do café. E não é o caso, também, de repetir quais foram as causas dessa progressão perpétua: a mais evidente é o cansaço das terras, que leva o lavrador do café a partir para fundar uma nova fazenda. Lembremos, todavia, que o sistema de cultura devastador não é, ele mesmo, senão o aspecto de um todo mais completo, em que os fatores econômicos, a estrutura social e a mentalidade dos pioneiros não são menos eficazes que a natureza das terras tropicais. Como quer que seja, pode-se interpretar a marcha do café no interior das fronteiras do Brasil como representando, no quadro nacional, um fenômeno que não deixa de ter analogias com os que se podem observar no quadro mundial. As zonas novas entram em concorrência com as zonas velhas e as substituem, assim como os novos países produtores tendem a entrar em concorrência com os produtores tradicionais.

Sabemos muito bem que a tendência preponderante na cartografia do café é o desenvolvimento das produções não-brasileiras. Segundo uma "enquête" da ONU, a participação do Brasil passa de 62% da colheita do mundo em 1924-29 a 67% em 1930-34, depois a 60% em 1935-38, situando-se em 47-48% para os anos de 1949 a 1954, incluindo Durré esse tempo, a produção africana se elevou progressivamente de 55.000 toneladas a 84.000, 132.000, e passa a 295.000 em 1950 e a 315.000 em 1952. Isto quer dizer que a participação africana, que era apenas de 8%, "circa", antes da guerra, foi de 16,6% em 1952. A produção do grupo Kenia-Uganda-Tanganica, que era de 751.525 sacas, passa a 1.285.000; a da África Francesa, de 212.950 a 1.287.000; a Angola, partindo de 278.650 ultrapassa um milhão de sacas em 1951; e a produção etíope foi multiplicada por três.



Desenhos de
QUIRINO DA SILVA

A intensificação da cafeicultura não é privilégio da África. Vê-se a produção colombiana elevar-se de 163.000 toneladas em 1924-25 a ... 213.000 em 1930-31; 251.000 em 1933-34; 320.000 em 1936. Para os outros países da América Latina e para os mesmos períodos, as cifras são, respectivamente, de 336.000 toneladas, 342.000, 382.000 e 403.000. A mudança, mais interessante é provavelmente a do México, que viu sua produção partir de 54.000 toneladas em 1939 para chegar a 60.000 em 1950 e 95.000 em 1954, o que o faz o terceiro produtor mundial.

O melhor resumo da situação será fornecido pelo quadro seguinte:

ANOS	Produção Brasil	Produção outros países	Total mundial
	(em sacas de 60 quilos)		
1924	14.560.000	8.762.000	22.944.000
1930	17.418.000	8.633.000	25.729.000
1935	20.927.000	10.028.000	27.110.000
1940	16.455.800	12.138.000	25.593.800
1945	12.700.500	12.478.000	25.178.500
1950	16.733.000	15.966.000	32.719.000
1952	15.273.000	16.675.000	31.948.000

Assim, a supremacia do Brasil sobre os outros países produtores é menos esmagadora do que no princípio do século. Na maioria das regiões onde as condições naturais permitem a cafeicultura, esta se desenvolve. Assiste-se em todo lugar a uma mobilização de todos os recursos naturais. Da mesma forma que deveria chegar um tempo em que o Brasil explorasse o capital mineiro que a natureza pôs dentro de suas fronteiras, que chegou o momento em que a China explore as suas carvoeiras e que a Índia tece o seu próprio algodão, assim também vem o momento em que se plantam cafezais em todas as zonas tropicais onde se reúnem as condições topográficas, climáticas e pedológicas indispensáveis. Nos países da América Latina (e na Insulândia, onde se assiste a uma retomada da cafeicultura) o desejo de fazer valer todas as possibilidades a fim de reforçar as economias nacionais e elevar os níveis de vida, é o fator que mais age. Nos territórios coloniais da África a situação não é a mesma, pelo menos à primeira vista. A África das metrópoles mudou com a guerra e com o apogeu dela; elas começaram a revelar suas mentalidades africanas, e a fase da colheita, aquela da extração brutal das riquezas do solo e do sub-solo, cede lugar pouco a pouco a um período de valorização mais completa, mais cuidadosa. Acessoriamente, as autoridades coloniais pesquisam as maneiras de produção capazes de elevar os níveis de vida indígena, e as culturas arboríferas (café, palmeiras, etc.) são consideradas como aptas para ativar essa evolução. Mais ainda, as potências coloniais europeias procuram livrar-se do peso que constituem para elas as compras dos países que exigem pagamento, aos menos parcialmente, em dólares e cujos preços são frequentemente superiores àqueles dos mesmos produtos obtidos nos trópicos africanos. O Brasil, velho país do café, encontra hoje a concorrência de países mais jovens, que se comportam economicamente em relação a ele da mesma maneira que ele o faz e tende com felicidade a fazer cada vez mais relativamente aos velhos países industriais. Concebe-se que uma nova geografia dos países produtores implique numa nova geografia comercial que suscite problemas tanto mais delicados e que faça nascer perigos tanto mais graves quanto a geografia financeira do mundo, que igualmente se modificou.

A GEOGRAFIA COMERCIAL

O café é o tipo de gênero que, produzido numa determinada área geográfica, é consumido na sua maior parte numa área geográfica totalmente diferente. Ele poderia ser tomado como o exemplo mais expressivo da geografia comercial do mundo tal qual se organizou em fins do século XIX com a tomada de posição das economias capitalistas.

Se os produtores são países tropicais e sub-desenvolvidos, os consumidores são países temperados e de alto nível de vida, onde a industrialização é muito desenvolvida. Sem dúvida devemos completar estas indicações lembrando a importância dos hábitos alimentares, que fazem com que os anglo-saxões e os calvos continuem bebedores de café. Uma vez feita esta reserva, não é menos verdade que a demanda do café é tanto maior quanto o nível de vida e a urbanização são elevados. Não é portanto surpreendente que os dois grandes centros de importação sejam de um lado os Estados Unidos e de outro a Europa ocidental. Em 1952, sobre um total mundial de 32.266.996 sacas importadas, os EE. UU. compraram ... 20.266.045 (62%) e a Europa Ocidental ... 9.128.169, ou seja 28%; o resto do mundo não participa pois das importações senão com uma parte módica de 10% (dever-se-ia ainda acrescentar as importações europeias da África do Norte francesa, que aumentam de ano para ano). Há, pois, uma fortíssima concentração das importações. Esta concentração se encontra no interior do mercado europeu, onde França, Alemanha e Itália têm a parte de leão. Sempre com relação a 1952, a França tomou 29% das importações europeias, a Itália 11%, a Alemanha 10% e a Bélgica, cerca de 9%, i. é, 59% para quatro importadores.

O enorme mercado americano está em constante desenvolvimento: sua importação aumentou de 53,2% em volume entre o período 1934-35 e o período 1948-52. Paralelamente, os EE. UU. adquiriram neste último período 65% do café negociado no mundo, contra cerca de 50% anteriormente.

teriormente. Sabe-se que, agora o efetivo considerável e crescente da população americana, este aumento da demanda se explica pela presença de uma rede extremamente extensa e diversificada de comércios e de varejistas. Os dois grandes fornecedores são o Brasil e a Colômbia, que proporcionam aos EE. UU. três quartas partes de sua importação. A novidade é que, não obstante o volume das importações de proveniência brasileira seja atualmente mais elevado do que antes da guerra ... (10.988.000 sacas em média para os anos 48-52 contra 7.929.000 para 1934-38), a proporção que cabe ao Brasil declina. A média das importações colombianas evoluiu de 2.902.000 de sacas para o período 1934-38 para 4.603.000 para 1948-52; há portanto progresso absoluto, mas é conveniente assinalar que a participação colombiana permanece em 22% e que aquela enfraqueceu de 60,3% para 45,8%. Constatamos uma melhoria da posição dos outros países da América Latina entre 1948 e 1952, mas ela é medíocre. Ao contrário, os cafés africanos se elevaram de 427.647 sacas em 1948 a ... 1.226.094 em 1952, ou seja, de 1,9% a 6%. Porcentagem medíocre, mas progresso sintomático. Ela significa, de um lado, que os EE. UU. tornados potenciais "líder" de uma parte do planeta, são, "volentes nolentes", obrigados a comprar em toda parte onde seus interesses políticos e militares se desenvolvem; e significa, de outro lado, que o mercado americano pro-

ses como a Bélgica ou a Holanda, situados em posição geográfica especial, seja por praças de comércio localizadas em grandes portos importadores como o Havre e Bremen. As regulamentações muito estritas, os nacionalismos, o fechamento dos escritórios de café para assegurar o controle dos estados, modificaram a situação. A dificuldade fundamental residia, no pós-guerra, nas regulamentações das compras de café, que, por exigência dos pequenos produtores latino-americanos e em medida menor do Brasil, deviam ser efetuadas em dólares. Eis aqui o fator decisivo que explica a importância dada pela Europa à produção africana. Viram-se portanto as aquisições de café africano pela Europa passaram de 15% do total em 1934-38 a 40% em 1950, enquanto que as importações de origem latino-americanas caíram de 71 a 59%.

Em certos casos, esta evolução pôde agir em favor do Brasil: assim, a Grã-Bretanha, que suas compras de países secundários, que lhe forneciam 49% de seu café antes da guerra, e pede ao Brasil que lhe forneça 35%

de suas necessidades em 1950 (2% antes da guerra), tomando o resto em seus territórios desmornados de 45% em 1934-38 para 36% em 1950, com 34.900 toneladas. Mas as compras de café africano subiam brutalmente de 19% a 75%, com 112.300 toneladas; as importações asiáticas (Indochina), antigamente apreciáveis, eram negligenciadas. Mas em 1952 já se nota uma mudança, pois as importações de proveniência africana caíram a 102.880 toneladas, ou seja, 65% do total importado, enquanto que as importações brasileiras subiam a 48.847 toneladas, isto é, 31% do total. A tendência se afirma mais fortemente ainda em 1953, quando os cafés africanos baixam a 32.932 toneladas (54%) e os cafés brasileiros sobem a 60.897 toneladas, ou seja, 40%, quase o nível de antes da guerra. Os dois derradeiros anos foram marcados pela reaparição dos cafés da América Central, cujas importações passaram de 1.635 toneladas em 1952 a 7.505 em 1953 (progresso muito nítido do Haiti). No princípio de 1954 produziu-se uma diminuição nas importações francesas; elas se manifestaram mais sobre as remessas brasileiras do que sobre as aquisições efetuadas nos territórios franceses de ultramar. É necessário provavelmente procurar explicação para isso na alta dos preços sobre Santos e Nova York, que rapidamente repercutiram nas vendas varejistas na França e provocaram uma autolimitação das compras da clientela média. Além disso, os primeiros meses de cada ano são raramente os de maiores compras francesas de café brasileiro. Enfim, quando se considera o mercado francês de café, seria economicamente desolador não se incluírem as importações da África do Norte. No Marrocos francês as entradas de café são superiores a mais de um milhão de toneladas dos seus níveis de 1938 e o valor passou de perto de 11 milhões de francos a 1.258.000.000. Para a Argélia, a importação cafeleira, que era de 16.700 toneladas em 1938 (ou seja, 73 milhões de francos), atingiu 21.200 toneladas e a 7.171.000.000 de francos em 1951; o ano seguinte marcou uma muito fraca regressão, que foi logo contida. O papel dos países franceses na economia cafeeira, continua portanto essencial, reforçado ultimamente pela reabertura da bolsa de café do Havre. Em conclusão, e se a observação diz respeito ao conjunto das trocas mundiais durante um longo período, os efeitos imediatos da guerra se apagam. O mundo compra cada vez mais café, e as grandes correntes não apresentam modificação radical. Os Estados Unidos continuam os grandes compradores. Índices de transformação, entretanto, são indiscutíveis: eles afetam sensivelmente o Brasil, cujas exportações tendem a se enriquecer, senão em quantidades absolutas, pelo menos em proporção. Esta situação reflete bem a baixa da capacidade de produção que conheceu (momentaneamente) o país; ela reflete, também, as imperfeições do produto; prevê, enfim, dos preços praticados.

CONSEQUÊNCIAS DA ECONOMIA CAFEIRA

Superficial que seja este estudo da geografia econômica do café, ele seria muito incompleto se não se lembrasse a fragilidade e a dependência dos países produtores. Esta fragilidade reside desde logo nas ameaças constantes que as intemperies ou as doenças dos arbustos fazem pesar sobre a agricultura cafeeira. Será necessário assinalar as catástrofes que as geadas, frequentemente demais, causaram às lavouras brasileiras? Depois da geada de 1953 assinalava-se que as exportações para a totalidade dos exportadores se achavam reduzidas em 1954 a 31.500.000 sacas, enquanto a demanda poderia absorver 33 milhões. Os consumidores objetarão que a subida dos preços compensam (e mesmo largamente) as perdas dos produtores; mas isto assim seria se esses preços elevados não beneficiassem muito mais os negociantes e os especuladores do que os agricultores.

Mais perigosas ainda do que as intemperies climáticas, são precisamente as oscilações dos preços, que afetam impiedosamente os países produtores. Porque, na maior parte destes, o café é a peça-mestra do seu comércio exterior. A menor pressão que se exerça sobre eles, atremete inteiramente o edifício nacional. Em relação ao valor total das exportações nacionais, a parte do café variou de 49,13% em 1930 a 75,79% em 1935, ano record. A guerra fez cair esta porcentagem a 26,31% em 1942, mas em 1953 ela atingiu a cifra alarmante de 73,71%, o que quer dizer que as exportações voltam a en-

contrar-se na situação que precedeu a crise de 1929-30. Na Colômbia, o café constitui 85% das exportações. Grande fonte de rendas para um bom número de cidadãos, o café é também a melhor fonte de rendas para os Estados, pois ele é a matéria fiscal por excelência.

Ora, a despeito da progressão constante dos preços, o poder aquisitivo do café não é satisfatório, pois que se trata de matéria prima alimentar, apenas inicialmente trabalhada antes de sua exportação, que se quer trocar por produtos infinitamente mais onerosos. Os preços elevados do café brasileiro permitiram obter apreciáveis quantidades de divisas; a situação foi muito satisfatória em 1949 e 1950, mas no ano seguinte os preços dos produtos importados aumentaram de tal modo, que essa alta anulou o aumento de volume das vendas de café e a melhoria dos preços. A gravidade do problema se encontra reforçada pelas mudanças que se encontram nas importações: parcialmente industrializadas, o Brasil, que não demanda mais tecido, é comprador de máquinas que custam caro; a melhoria dos níveis de vida, a extensão das culturas, as necessidades da indústria implicam em aquisições maciças de carburantes que, eles também, custam caro; as necessidades das novas indústrias relativamente a matérias primas ainda inexploradas ou inexistentes, aumentam ainda o volume e o valor das importações. Ora, o café é, cada vez menos, capaz de fazer face à maré crescente das necessidades: no primeiro semestre de 1952 ele não cobria senão 40% das importações. O Brasil não tem o privilégio dessa canhestria situação, pois que, não obstante o preço do café colombiano se haja elevado de 7,6% entre 1951 e 1952, o preço dos produtos importados aumentou de quase 50%; o país teve que renunciar a importações vitais.

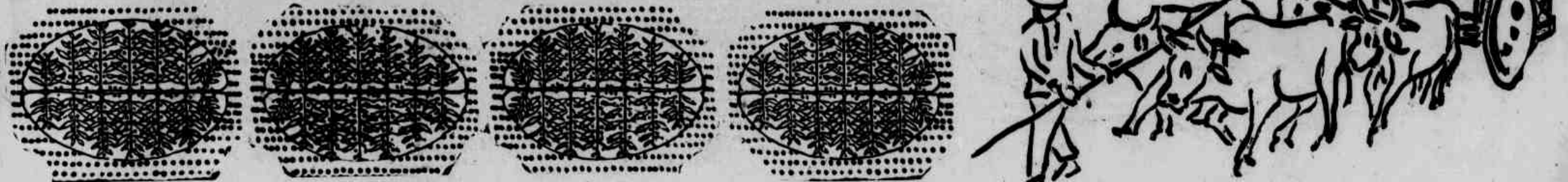
Um último fato se junta à sensibilidade das economias dos Estados da América Latina produtores e exportadores de café: a preponderância norte-americana sobre o mercado mundial. Em 1950, as compras de café custaram aos Estados Unidos mais de um bilhão de dólares, ou seja, 12,5% de suas importações. Evidentemente, mas também dependência, quando se constata que 30% das exportações brasileiras para os Estados Unidos são constituídas pelo café, que a porcentagem sobe a 38% para Salvador, etc. Direta ou indiretamente, as firmas americanas se encarregam da melhor parte do comércio de exportação tanto nos portos brasileiros ou colombianos, quanto nos das Repúblicas da América Central. As mesmas casas adquirem interesse direto na cultura cafeeira, como o testemunha a recente constituição de uma sociedade cafeeira no Paraguai. Compreende-se facilmente que o principal comprador esteja em condições de agir sobre os mercados exportadores e, consequentemente, sobre a produção e os produtores. A intensificação das trocas bilaterais entre os países da América Latina e os da Europa poderia permitir a uns e outros aliviar o fardo que sobre eles faz pesar o rei-dólar. Mas isto teria que supor, desde logo, que as necessidades de café da Europa aumentassem substancialmente, ultrapassando bem largamente o que elas eram antes da segunda guerra mundial. Não é permitido pôr em dúvida essa possibilidade no momento em que as economias da Europa Ocidental e suas produções são condicionadas por uma situação política incerta? De outro lado, a desproporção que existe, malgrado as recentes evoluções, entre um grande produtor, o Brasil, e a multidão de produtores secundários americanos, entrava a realização de uma política econômica comum, facilitando inteiramente o jogo do principal comprador.

A geografia econômica do café reflete perfeitamente o mundo atual: dela aprendemos aquilo que subsiste ainda de uma época em que os grandes países industrializados do hemisfério norte dominavam as economias e exploravam os recursos dos países tropicais. Mas, ao mesmo tempo, esta geografia permite medir os esforços dos países subdesenvolvidos para se libertarem ao preço de mil dificuldades. A análise mesmo sumária dos problemas do café traz à luz a falta de equilíbrio que reina nos países ocidentais, onde as trocas são condicionadas pela divisão do mundo em setores monetários. Há poucos mercados que sejam tão incertos, devido às possibilidades de expansão das culturas, ou às flutuações das colheitas, seja, também, por causa de rivalidades conseqüentes e a incidências sociais e políticas que afetam um gênero alimentar de luxo.

cura na África tipos de café destinados à mistura, tipos que não lhe fornecem todos os seus vizinhos do hemisfério ocidental. Este último fator age em favor dos cafés da América Central e da Colômbia. Sabe-se que a qualidade do café colombiano (a situação é a mesma para São Salvador e a Guatemala) lhe assegura uma cotação superior à do café brasileiro nas praças americanas.

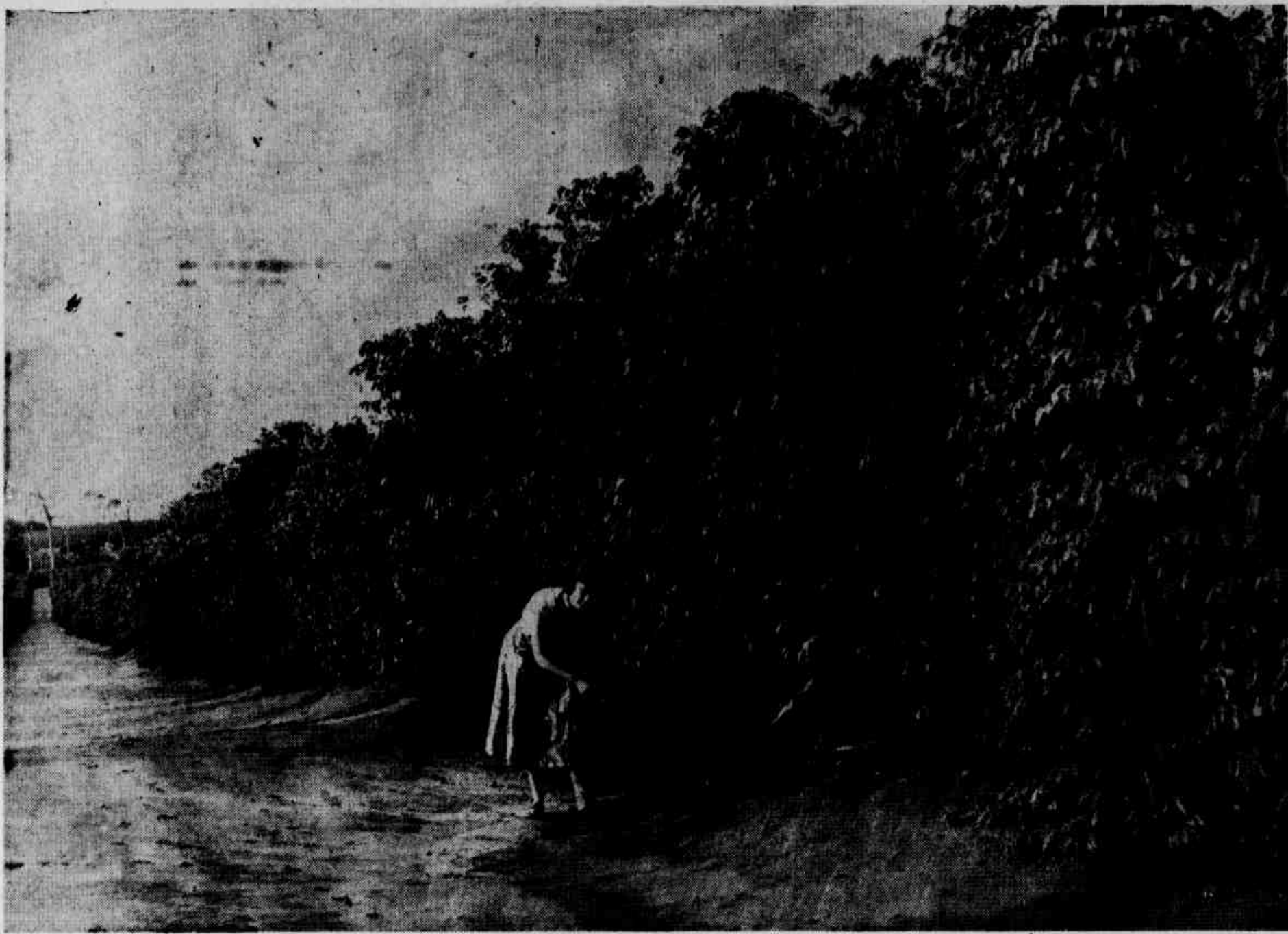
A evolução do mercado europeu foi perturbada pela guerra. Ela trouxe um recuo sensível do consumo cafeeiro e desorganizou um mercado que compreendia funções complexas de importação e de redistribuição. Esta função de redistribuição tinha sido assumida seja por pa-

africanos. A ortepação foi do mesmo gênero para a Alemanha, com a diferença de que esta aumentou menos suas aquisições da África comparativamente à Grã-Bretanha. A Itália, decepcionada com suas experiências africanas, voltou-se quase inteiramente para a América Latina, tal como a Suíça, cuja situação financeira é excepcional. A evolução da França foi ao mesmo tempo mais radical e mais complexa. Mais radical pois que, não somente nos dias imediatos à guerra, mas ainda em 1950, a França havia reduzido suas importações, afetando a diminuição sobretudo os países americanos; a parte do Brasil



Geremia LUNARDELLI

L. V. GIOVANNETTI



Um dos espetáculos mais belos do Brasil são os cafezais do sr. Geremia Lunardelli, na Fazenda Cascata, no Paraná. Todos os visitantes ficam maravilhados com a exuberância das árvores, a abundância dos frutos e a beleza do cafezal

Na história da imigração rural italiana no Brasil, que representa um capítulo interessante no progresso econômico do Estado de São Paulo e da transformação social numa região importantíssima da nação, Geremia Lunardelli ocupa um lugar de relevo: exatamente o primeiro lugar. Em verdade, ele não deveria ser considerado "imigrante", porque quando chegou a Santos, com a família, não tinha mais que um ano de idade; e cresceu aqui, formou-se, por assim dizer, no ambiente agrícola paulista; é, em suma, um completo brasileiro. Ele, porém, trazia no sangue, no espírito e em todo o seu complexo humano, sedimentos e virtudes que vinham de longe, através de gerações, de experiências e de lutas. Os Lunardelli eram gente veneta, daquela "Marca Trevigiana", região antiquíssima e quase privilegiada na história da Itália: terra de civilização completa e de costumes rurais perfeitos. São virtudes que as gerações comunicam e que sempre se afirmam instintivamente: vontade de trabalhar, espírito de observação, desejo de progredir, capacidade de poupança. Os trevisanos são agricultores magníficos, não somente pela re-

sistência e pela paixão de iniciativa, mas também pela vontade de progredir e transformar a própria situação e a própria vida. Essas qualidades se afirmaram também no Brasil. A família Lunardelli foi como as outras chegas no mesmo rio, encaminhada através da Hospedaria dos Imigrantes à Fazenda de Corumbataí, neste Estado, e ali permaneceu alguns anos, numa lavoura de café. A infância de Geremia passou-se assim numa zona de rubiacea e isto talvez contribuiu a infundir-lhe o amor e a paixão do cultivo do café, que foi o amor e o orgulho de toda a sua existência.

Mas os Lunardelli possuíam o desejo natural de progredir e tentar uma rápida conquista de posição melhor. Depois de alguns anos, com um pequeno pecúlio, fruto do seu trabalho na fazenda, deixaram Corumbataí e se transferiram para Jundiaí, onde tentaram uma cultivação de cebolas. Era já o espírito de observação e o desejo de progresso econômico que se afirmavam. Mas não foram bem sucedidos e voltaram para o trabalho do café. Geremia viveu assim até 17 anos no mundo cafeeiro e se fez

notar não só pela sua disciplina no trabalho, mas também pela inteligência e hábito de observação. Quando tantos outros eram ainda modosos despreocupados, ele já era homem com um propósito resolutivo de progredir e conquistar a independência econômica. De fato, tentou então pequenas especulações comerciais, comprando e vendendo animais e, enfim, com um pequeno pecúlio conseguiu com iniciativas corajosas e uma conduta exemplar, comprou com um seu parente, um pequeno sítio. Foi aquela a primeira modestíssima etapa de uma marcha triunfal.

Mesmo sendo moço conquistara a simpatia, estima e benevolência de fazendeiros importantes. Entre eles, sempre lembra o coronel Schmidt.

Esse grande agricultor, que também devia a sua vitória unicamente à própria iniciativa e ao próprio trabalho, simpaticizou com aquele menino italiano, que demonstrava tanto amor à terra e já uma indiscutível competência na agricultura cafeeira. E se constituiu, espontaneamente, seu fiador moral. Lunardelli, que entre outras qualidades

tem a da gratidão, sempre fala com particular afeto.

Esses foram os primeiros passos, os alicerces do grande edifício que agora constitui um Principado agrário, um dos maiores do Brasil e, no ramo café, o maior do mundo. A história da afirmação desse homem que, chegando da Itália infante, se formara no ambiente rural paulista, é um romance. Sucessos estimulantes, imediatamente acompanhados de perigos e desastres, ameaças de derrotas completas e vitórias conseguidas com uma audácia singular, o espírito de observação e um tino comercial instintivo. Mais de uma vez os perigos pareceram mortais, mas sempre a energia e capacidade daquele que já era um chefe, dominaram os obstáculos e conseguiram a vitória. E aqui é necessário acrescentar que um elemento fundamental do sucesso, foi o princípio de honradez comercial que em Geremia Lunardelli dominou desde o começo da sua maravilhosa aventura como qualidades imperativas. Quando outra gente, em momentos de crises, teria aproveitado da situação para faltar aos compromissos assumidos e pedir obter benefícios indiretos dos credores, ele recusou, sistematicamente, mesmo as vantagens das moratorias legais e considerou norma constante dos seus negócios respeitar todos os compromissos assumidos. Isso lhe granjeou ao início da sua grande carreira, um renome que no mundo dos negócios se chama crédito. Aquele moço que sabia dominar as dificuldades, não faltar aos seus deveres financeiros, prever quase o futuro e não desanimar quando tantos outros perdiam a confiança e renunciavam à luta, obteve rapidamente, no grande mercado cafeeiro de Santos e na zona do interior onde trabalhava, um respeito particular e uma sólida fama. E é necessário insistir sobre esses pontos porque aqui está a verdadeira base da vitória de Lunardelli. Na sua bandeira que glorifica São Paulo e o Brasil, pode-se inscrever o lema: "Trabalho e Honra". São princípios sempre respeitados como diretrizes de uma longa ação construtora. E foram essas virtudes econômicas e comerciais que facilitaram as vitórias de Lunardelli, porque mantiveram aberto o crédito financeiro nos Bancos e no mercado de Santos, mesmo nos momentos de crises gerais agudas, que, como vendavales, destruíram tantas fortunas e aniquilaram posições que pareciam formidáveis.

FASE DE FORMAÇÃO
Esse período é o da formação da empresa de Lunardelli. E é a fase das construções pequenas e do progresso prudente: uma fase, em suma, preparatória. Mas, é nesse tempo que se afirmam as qualidades do futuro Chefe, a sua enérgica vontade, o

seu descortino, a sua decisão imperial de vencer. E ainda um modesto fazendeiro, mas já goza de uma popularidade singular e de uma consideração invulgar no mundo produtivo paulista. De fato, revela, cada dia, coragem extraordinária, capacidade de prever, calcular e agir resolutamente. Não é espírito de aventura nem jogo de azar; é cálculo das possibilidades, exame refletido das condições gerais, visão certa do tempo econômico iminente. São, todos conjuntos, os dotes de um Grande Chefe.

O moço que aos 18 anos de idade, iniciava a sua carreira comprando uma parte de um pequeno sítio em Serro Azul, aos 30 anos já era um fazendeiro estimado e um forte comerciante de café e possuía na sociedade rural brasileira, um nome respeit-

ado. E aqui começa a segunda fase verdadeiramente audaz e surge o primeiro grande perigo. Compra em Olímpia a Fazenda Pau D'Alho e aí constrói a sua moradia. Ele diz agora que foram os dias mais belos da sua existência. Parecia-lhe ter conquistado tudo o que mais desejava: uma bela propriedade, uma situação tranquila, uma vida feliz. Já era casado com uma admirável mulher da mesma terra trevisana de Mansul, chegada no Brasil junto com ele no mesmo vapor e na mesma idade; admirável mulher, que ainda hoje, forte e cheia de inteligência, é sua companheira dedicada como o foi durante tantos anos e lhe deu numerosa e magnífica família. Tudo corria bem. Mas, sobreveio um vendaval. Uma estiagem prolongadíssima arruinou a produção daquele ano 1916 e mais tarde uma geada, igual àquela que recentemente causou tantos danos no Paraná, destruiu quase completamente as plantações das duas suas grandes fazendas na região de Olímpia. Lunardelli ficou com 20.000 pés de café. Era a ruína completa. Qualquer outro, ao contemplar aqueles campos devastados, teria perdido o espírito e a vontade de luta. Era como um General que contemplasse os destroços do seu exército. Aquí porém se afirmou o tino comercial e a perspicácia do Homem. Compreendeu que aquele desastre geral, teria determinado um aumento do preço do café. E o fazendeiro Lunardelli se transformou num negociante especulador. Comprou café, utilizou o renome que possuía e infundiu coragem às casas comerciais de Santos que desanimavam. Com o crédito que possuía, voltou à sua fazenda e reconstruiu o que a geada tinha destruído. Muitos que já o consideravam arruinado, ficaram incredulos diante de tanta energia e insistiram em previsões sinistras. Os fatos rapidamente lhe deram razão. O preço do café subiu rapidamente, as fazendas re-

novadas deram frutos e a posição financeira e moral daquele jovem corajoso se afirmou em todo o Estado. E começa, então, aquela fase de grandes empreendimentos que consagraram a vitória de Lunardelli.

AS GRANDES EMPRESAS

Compra novas fazendas, planta centenas de milhares de cafeeiros, retalha e vende terras, cada dia realiza uma coisa nova. A gente do interior admira esse homem que no pleno vigor da juventude, já é um Chefe, um Capitão da indústria cafeeira, que é incansável e cada dia tenta um novo empreendimento. Entretanto, como toda a vida rural brasileira é uma sequência de crises e sucessos, quase de ciclos bons e maus, de fortuna e desastres,

de bíblicas vacas magras e vacas gordas, eis que chega a tremenda crise de 1929. E o desastre econômico-financeiro que abafa a fortuna rural paulista. Os preços do café caem num abismo, o mercado entra numa crise profunda, a moratória se torna uma necessidade: fazendeiros ficam arruinados às centenas, os Bancos fecham totalmente o crédito. Lunardelli, que tinha feito uma viagem à Europa para estudar os mercados, sente também a ameaça terrível. Vence, porém, o momento dramático, em virtude do renome conquistado, da conduta exemplar sempre mantida, da ilimitada confiança conseguida com uma norma de ação exemplar. O crédito fechado quase para todos, permanece aberto a Lunardelli. E quando ele fala desse período trágico da economia paulista, diz com espírito reconhecido: "Devo tudo ao Brasil e aos brasileiros, que tiveram confiança em mim e me ajudaram no momento difícil". Destarte, quando tudo, ou quase tudo, corria perigo mortal, a energia do homem, o crédito por ele conseguido, a fama que já acompanhava todas as suas iniciativas, consagraram definitivamente as suas qualidades e abriram as portas para maiores afirmações. Esses anos sucessivos, a 1930, foram todos vitoriosos. Parece que o Chefe renova as energias e possui um espírito de conquista. Compra fazendas, retalha terras, cria um colossais patrimônio zootécnico, estuda e aperfeiçoa a formação de um capim especial, que serve ao mesmo tempo para alimentar o gado e destruir as formigas. E é naquele momento que se lança na grande empresa da criação das grandes fazendas no Norte do Paraná. E o capítulo glorioso brasileiro da formação de Londrina e do surto cafeeiro no norte paranaense. São principalmente paulistas que desbravam aquela região e formam as fazendas prósperas. E Lunardelli se coloca em primeiro lugar: compra terras, desbrava a mata secular, planta cafeeiros aos milhares, e cria aquelas propriedades admiráveis que um técnico paulista da Secretaria da Agricultura, numa inspeção ao Norte do Paraná, classificou em primeiro lugar e declarou admiráveis de qualquer ponto de vista. Lunardelli é desde então o maior produtor de café também no Paraná, mas não coloca limites à sua atividade. Cria também no Estado de Goiás grandes fazendas e plantando 2.000.000 de pés de café. E depois chega a Mato Grosso, onde forma fazendas com centenas de milhares de pés. E enfim ultrapassa o rio e amplia a sua ação no vizinho Paraguai. O Rei do Café estende, cada ano, o seu reinado, e afirma destarte o seu Império criador no mercado da preciosa produção brasileira. Em algazaras, possui no Estado de São Paulo em 6 municípios, 7 fazendas com mais de 4 milhões de pés de café; no Estado do Paraná, em 8 municípios, 9 fazendas com mais de 8 mil-

hões de pés de café; em Goiás, 1 fazenda com 2 milhões de pés de café, em Mato Grosso, 1 fazenda com 200 mil pés de café. E esses algazaras são incompletos, porque cada mês a incessante atividade de Lunardelli constrói coisas novas e amplia as plantações. Já observei que a operosidade desse extraordinário homem, não se limita ao café. E um dos maiores criadores de gado do Brasil com vastíssimas fazendas, muitas dezenas de milhares de cabeças de bovinos e vastíssimos campos de capim "colonial", que resultou, depois de longas experiências, um dos melhores, não só para o gado mas também para destruir as formigas. Com essa forragem, Lunardelli, se colocou em primeira linha contra as saúvas, que são uma praga da agricultura brasileira. E também existem no "principado lunardelliano" grandes plantações de algodão e cereais. No Paraná, milhares de alqueires de canaviais que fornecem a matéria prima a uma grande usina de açúcar, a qual produz 200 mil sacas por ano.

AMOR E INTELIGÊNCIA

Todo esse colossais patrimônio foi organizado, e para ser mais exato, criado por um só homem em poucos decênios. Uma vida útil ao Brasil, exemplar na coragem, na intuição e no método experimentado. E convém insistir neste ponto. Nada do que existe no colossais patrimônio de Lunardelli é devido ao acaso ou à fortuna. Ele não encontrou jazidas de petróleo, nem minas de ouro ou prata. Cultivou a terra com amor e inteligência, teve a visão do futuro e das possibilidades. Não descansou um dia e trabalhou com o método verdadeiramente científico, experimentando e renovando tudo o que lhe parecia imperfeito. De forma que as suas propriedades são consideradas perfeitas pelos técnicos e pelos economistas. Conquistou, assim, não somente aquele título do Rei do Café, que se afirma nos algazaras da produção, mas também a justa fama que é aquela que mais lhe dá prazer, de agricultor perfeito. E esse o único ponto no qual Geremia Lunardelli, que é o homem mais modesto do mundo, demonstra um legítimo orgulho. Quando nas conversações íntimas entre amigos, que são sempre interessantíssimas, ele chega a esse capítulo, fala com autoridade. E não hesitou a dizer ao grande Rockefeller: "Nós paulistas somos tão bons agricultores quanto os melhores americanos". Orgulho legítimo, porque 40 anos de trabalho assíduo, de observação inteligente, de experimentos sempre renovados, valem bem os mais completos cursos universitários. Aliás, a demonstração dessa capacidade agrotécnica está nas imensas plantações de café que parecem maravilhosos jardins, nos gabinetes que em cada fazenda estudam e organizam a luta contra as doenças dos cafeeiros e dos insetos daninhos, a seleção das plantas forrageiras, o



DOMINANDO UM IMPÉRIO — Instalado no mirante de sua fazenda, um verdadeiro trono, o sr. Geremia Lunardelli, o "Rei do Café", contempla, orgulhoso e embevecido, a vastidão dos seus cafezais



Trabalhador infatigável, servo voluntário do esforço diuturno, o sr. Geremia Lunardelli, o maior plantador de café do mundo, tem energia de mocidade e entusiasmo de juventude



O clichê fixa um magnífico aspecto dos cafezais do "rei do café", um carregador de árvores de 5 metros

particular método da criação de bovinos. Esse singular homem que não conhece descanso, que do seu grande salão escritório na rua Libero Badaró dirige com mensagem telefônica um exército de técnicos, trabalhadores e que muitas vezes durante cada mês visita em aeroplano, propriedades situadas em 4 Estados distantes, é como um general que dirige uma grande batalha quotidiana. Magnífica batalha na qual não há vítimas e que somente produz benefícios para toda a coletividade e para a economia de um grande país. E por isso é natural a afirmação de que Geremias Lunardelli não é somente um dos maiores produtores do Brasil e o Rei do Café, mas um dos homens exemplares e representativos de uma época e de um país. O que ele construiu em poucos decênios é colossal. Quem visita Lunardelli no Salão, que é o seu gabinete de trabalho, vê nas grandes fotografias que ornaram as paredes, a geografia do seu principado agrário. E fica admirado não somente pela imponência do panorama que se lhe oferece e pela poesia que emana das infinitas fileiras de plantas produtoras e das enormes manadas de bovinos e de todo o conjunto de uma imensa riqueza agrária, mas também pela simplicidade afável do homem que criou tudo aquilo e que se conserva modesto e bom.

São homens como ele que formam a força e a resistência de um país: os criadores da riqueza, os Chefes, os Capitães do exército produtivo.

O CATEDRÁTICO

Temos falado até agora do grande agricultor, do desbravador de matas, criador do produtor da riqueza. Apresentamos, agora, algumas características do lado humano e social desse homem extraordinário.

Lunardelli, já o dissemos, é afável e modestíssimo. Dia frequentemente: — "Não frequentei cursos escolares, nem estudei regularmente; não tive tempo; o trabalho ocupou toda minha vida". Na realidade ele é um autodidata que com o contacto com homens de alta categoria, com os negócios agrícolas, comerciais e financeiros, com as relações aprendeu muitas coisas e assimilou as doutrinas do nosso tempo. Mesmo assim ele sabe controlar-se e evita discutir assuntos que não conhece a fundo. Mas quando fala de problemas agrários, da produção e da organização rural, é um mestre, com uma capaci-

dade rara de simplificar as questões difíceis e apresentá-las com uma completa clareza. Nessa matéria, que afinal de contas é a mais importante para o progresso brasileiro, ele é um "Lente Catedrático". Ouvi-lo é um prazer e uma vantagem, porque sempre se aprende alguma coisa útil e se admira aquela singular capacidade de tornar fáceis os assuntos mais difíceis. Também porque Lunardelli, sem alguma ostentação e sem barulho, está enfrentando e resolvendo um dos problemas fundamentais da vida econômica e social brasileira: um problema que é o mesmo tempo humano e político, rural e social: o da utilização e educação no trabalho moderno do homem do norte. Todos no Brasil falam dessa questão, que exótos recentes dos Estados nortistas para a região paulista e outras do sul, colocaram na mesa da discussão nacional. Todos falam, expõem doutrinas sociais e históricas admiráveis, apresentam planos, fazem recomendações e previsões. Poucos realizam. E também entram no debate os pessimistas e céticos, afirmando ser quase impossível e até inútil tentar a transformação do nortista num agricultor moderno, porque condições especiais, tradições, resignações e todo um complexo quase inferior que vem de longe, opõem obstáculos insuperáveis a uma rápida transformação. Lunardelli, que cursou a Universidade do trabalho, que se criou em uma fazenda, que labutou lado a lado com homens provenientes de todos os recantos do mundo, da Europa e do Brasil, não é escravo das teorias e como homem moderno que é, atribui valor somente aos fatos. "Por que — pergunta — o nortista não deve ser tão útil trabalhador como os homens de outras regiões?"

O TRABALHADOR NORTISTA

"Porque não lhes ensinaram o trabalho moderno, não os utilizaram, nem lhes deu oportunidade de aprender, insistir ou transformar". E para demonstrar essa sua doutrina, fez uma coisa simples e eloquente. Nas suas grandes plantações de Goiás, chamou para trabalhar todos os homens da Paraíba do Norte. Eles, guiados e ensinados por ele e seus ajudantes, desbravaram a mata, plantaram 2 milhões de pés de café, formaram cafezais magníficos que são admirados por todos os competentes. Os que julgam mal o trabalhador nortista e põem um argumento preliminar de incapacidade tradicional, e

os que sustentam a necessidade de transformar a economia nortista e organizar as migrações internas, que resolvem o problema rural dos Estados centrais e meridionais da República, visitem as grandes plantações que Lunardelli formou no Estado de Goiás e ficarão completamente persuadidos. Este é um título de mérito indiscutível, até certo ponto uma antecipação do futuro. Em todo caso é uma demonstração e um ensinamento. E o criador não se gaba disso. Parece-lhe coisa natural e fácil. Como todos os que pensam e realizam coisas novas e admiráveis, julga que tudo isso foi espontâneo e quase corriqueiro. E por isso não exageram os amigos que afirmam ser Geremias Lunardelli não somente um dos maiores agricultores do Brasil, mas também um precursor que ensina a resolver, com demonstrações práticas, problemas fundamentais da economia social do país. Ora, existe também um Geremias

Lunardelli que em outros séculos seria um feudatário ou um senhor de fazendas. Um daqueles que, particularmente no Norte, foram, ao mesmo tempo, mestres produtores e chefes políticos, os que criaram indústrias, produziram riquezas e construíram a força civil da nação. Entretanto, ele possui uma admirável simplicidade, um espírito jovial, uma gentileza superior e instintiva. Quando fala dos seus empreendimentos, da sua vida inatacável, da atividade prodigiosa que não lhe permite uma semana de descanso, nunca assume um tom superior de Mestre. Parece quase desajeitado de diminuir a importância do seu esforço e das suas vitórias. Goza, porém, em recordar o passado e, por assim dizer, documentar as vitórias conseguidas com os métodos melhores. A mesma clareza de idéias e igual capacidade realizadora, ele revela quando fala dos problemas gerais e particulares da vida rural e da econômica

agrícola do país. Em todos esses temas ele tem idéias claras, que não são teóricas mas sim positivas. E, indiscutivelmente, um "experimenter" no exato sentido clássico da palavra. Tudo o que ele realiza é fruto de tentativas, experiências e observações meditadas. Provar e comprovar, era a norma de Galileu. O princípio do grande florentino é também a norma experimental do Rei do Café.

O ESTUDIOSO DOS PROBLEMAS DA TERRA

Os que pensam, não conhecendo o homem singular, que grande parte da sua fortuna foi devida ao acaso ou à boa sorte, não o conhecem e o julgam mal. Realmente ele é um assíduo estudante dos problemas da terra e todos os seus empreendimentos, e quase todos os seus atos, são resultados de reflexões, meditações e provas positivas. E esse é um dos seus grandes títulos de honra. Outra qualidade peculiar, é o conhecimento da terra. Não

todo o solo brasileiro é conveniente para o café. Somente zonas privilegiadas garantem bons resultados. Lunardelli afirma que o maior mestre nessa matéria "é o caboclo" e que os caboclos lhe ensinaram muitas coisas. Naturalmente ele sabe e admite que a ciência moderna transforma terras fracas em glebas boas e que um campo reduzido, quase a uma situação inferior pelo longo esforço produtivo, pode ser melhorado e reconduzido a uma boa produção. Isso, porém, custa dinheiro e num país, vasto como o Brasil, pode representar uma segunda futura etapa da agricultura. No momento atual, um bom agricultor que enxerga no problema produtivo todos os lados, procura o maior resultado com o mínimo esforço, e escolhe no imenso panorama rural os pontos mais apropriados e mais aproveitáveis.

Falar com Lunardelli sobre todos estes pontos e da técnica das plantações e cul-

turas é um prazer também para o profano. O diálogo entre o mestre e o discípulo ignorante se torna interessante. Mais que discussão econômica é poesia virgiliana. Há, entretanto, também um outro lado do caráter e das normas desse agricultor que conseguiu uma posição tão destacada na economia e na vida social da metrópole e do Brasil. É a sua compreensão dos deveres sociais da riqueza, da obrigação e do prazer do homem rico vitorioso, em contribuir para tudo o que serve para enaltecer uma cidade, um Estado, uma Nação, e elevar a cultura e o espírito do povo.

O HOMEM SOLIDÁRIO

Lunardelli, que começou a sua vida pública como prefeito de Olímpia, afirmou essas suas qualidades naturais, na sua inicial ação administrativa. E depois, quando a complexidade do seu empreendimento e a formação do maior patrimônio rural do Brasil, o obrigaram a dedicar toda a atividade aos problemas rurais, nunca abandonou aquele princípio, nem ficou insensível aos problemas públicos. Por isso a sua ação benfazeja na Capital e no interior é incessante e generosa. Ninguém sofre uma recusa quando lhe apresenta um plano de utilidade geral, ou pede um auxílio para empreendimento de interesse coletivo. O senso da solidariedade humana é nele profundo e operante. E por isso ele está sempre na primeira linha também na contribuição às iniciativas artísticas do Museu de Arte de S. Paulo. Ofereceu obras magníficas. E um dia em que um dos maliciosos tentou discutir a oportunidade e a espontaneidade daquele gesto, ele respondeu com uma admirável e eloquente simplicidade: "trata-se de iniciativas e afirmações úteis para todos e honram uma cidade e uma geração". Não se podia de forma mais eloquente afirmar um programa. Esse é o Rei do Café, homem da terra que se fez com o trabalho, mas que é dotado de uma inteligência extraordinária, de uma força moral superior e de um desoculino incomparável. Vem de origem paupérrima, construiu um edifício econômico maravilhoso, criou para si, para os seus e para a nação brasileira, um grandioso organismo produtivo e ensinou e ensina cada dia, que o trabalho honrado, a perseverança, a vontade de vencer os obstáculos, são virtudes cívicas que conquistam o respeito universal.

Lunardelli criou uma família admirável. Deu ao Brasil 6 filhos, todos educados no trabalho rural e comercial, três filhas e um delicioso grupo de netinhos. São o seu amor e a alegria da sua vida. Assim mesmo, no campo íntimo e humano, ele é exemplar e útil ao Brasil. O menino de poucos meses que chegou a Santos com uma família modestíssima de colonos venetos e iniciou humildemente a sua vida rural nas Fazendas paulistas, conseguiu o primeiro lugar no reinado dos cultivadores e produtores de café do mundo. E no Brasil está agora no primeiro lugar entre os criadores agrícolas de coisas perfeitas e soberbas. E tudo isso foi conseguido com os métodos mais dignos, com uma clarividência extraordinária e com força de vontade incomparável.

Sem dúvida o ambiente foi propício e as circunstâncias favoráveis. Não tudo, porém, foi sempre fácil. As tormentas econômicas escuras, frequentemente, o horizonte. Mérito indiscutível, o verdadeiro grande mérito de Lunardelli, foi ter enfrentado os perigos e as situações dramáticas com ânimo firme e uma vontade indomável de vencer. E é por isso que ele está na primeira linha, no atual panorama econômico brasileiro, não só como um vitorioso, mas também como mestre capaz, cheio de inteligência e bondade indomável.

A vida é maravilhosa e feliz quando um homem chega ainda cheio de energia ao outono da existência. Parece viver numa incessante primavera e os netinhos que dão à sua magnífica casa tanta glória e alegria, são as flores que a embelezam cada dia. Geremias Lunardelli, possuindo um singular equilíbrio e um admirável senso da realidade, recusou todos os títulos que lhe foram oferecidos por diversos governos europeus e pela Santa Sé. E "príncipe" da agricultura brasileira, no delicioso reinado da sua família e na estima e admiração dos amigos. Frequentar esse gentil homem do campo privar com ele, ouvir as suas palavras simples e persuasivas importa admirá-lo e querê-lo bem. Ele é uma força a serviço da nação brasileira e no mesmo tempo uma demonstração de que pode conquistar a inteligência e o trabalho honrado. E é também, e talvez antes de tudo, uma glória para a Itália onde nasceu e que lhe forneceu as qualidades essenciais íntimas do seu magnífico caráter. É glória para o Brasil, sua pátria de formação, onde viveu e vive tão nobremente e a cujo progresso deu uma íntima existência nobre e digna.



A FAZENDA "SANTA MARIA", do sr. Geremias Lunardelli, situada em Porecatu, no Estado do Paraná, é uma escola de aprendizagem para aqueles que quiserem saber como se cultiva a terra racionalmente



Cafeteiro "Bourbon-amarelo", plantado em terras de "barba de bode", no sítio do sr. Adolfo Chehab, em Nova Odessa. Com apenas 18 meses, as árvores, que são adubadas com esterco avícola, já estão produzindo o "ouro verde".



Pés de café de 3 a 4 anos, adubados com esterco de galinha: observe-se o crescimento alcançado, logo após a colheita.

FORNECE A AVICULTURA O ADUBO PARA O CAFÉ

COM A CONSIDERÁVEL melhoria verificada nos preços do café, e a rápida industrialização do pós-guerra, em nosso país, apareceram aplicações econômicas, para os grandes volumes de esterco produzidos nas granjas, e mercados consideráveis para produção avícola. Todos os melhoramentos que se faziam necessários na lavoura cafeeira, tornaram-se realizáveis. Novas lavouras em nível, plantadas com linhagens mais produtivas, adubações orgânicas e químicas, o combate às pragas, executado já com tanto zelo, e a irrigação das lavouras, só foram possíveis em consequência dos preços alcançados pelo nosso principal produto. Muita outra coisa ainda poderá ser feita no sentido de melhoria de nossa produção cafeeira, tanto em quantidade como em qualidade, se os preços se mantiverem em níveis compatíveis com a técnica mais adiantada.

MATÉRIA ORGÂNICA

Como fontes de matéria orgânica, desde as adubações verdes, à cobertura do solo com capim, o tradicional esterco de curral, os restos das colheitas das fazendas, todos os suprimentos possíveis devem ser usados e darão sempre ótimos resultados. No equilíbrio agro-pastoril, entretanto, é que vemos a solução ampla e capaz de atender racionalmente à adubação orgânica do cafeeiro. O esterco produzido por bovinos, equinos, asininos, suínos e aves, bem aproveitados e completado com misturas minerais, atende perfeitamente às necessidades de

nossa agricultura, especialmente da lavoura cafeeira. Mas é sobre o esterco das aves, que cada dia maior importância toma, que desejamos tratar. Sua elevada concentração de elementos fertilizantes e os resultados observados com seu emprego, o fazem muito justamente procurado. Em relação aos demais estrumes apresenta maior capacidade de adubação com relativamente menores inversões para sua produção.

PLANOS PARA ADUBAÇÃO
Para a adubação de 100.000 pés de café, anualmente, com 2 kg. por pé, o que constitui, complementado com ele-

RUBENS TELLECHEA CLAUSEL (Engenheiro-Agrônomo)

mentos minerais, uma boa adubação, necessitaríamos de 12.000 aves na base de 18 kg. por cabeça. Esse número de aves representa uma inversão total de aproximadamente Cr\$ 1.400.000,00, mas que poderá ser realizada progressivamente, em parte com a inversão de lucros iniciais.

No sistema "AVISCO", com o qual temos trabalhado, são construídos galinheiros de 4 x 10 metros para 250 aves. O aviário que, inicialmente não devesse ter capacidade menor que 1.500 aves, ou seja, uma unidade humana de serviço, é constituído de sete galinheiros, dos quais um serviria provisoriamente de depósito, e uma casa do tratador. Seria o programa para o primeiro ano, onde se verificariam as possibilidades locais e se treinaria o pessoal para o segundo ano do programa. Seriam

completando o programa de 12.000 aves, em dois novos aviários de 4.000 aves cada um.

Não é interessante trabalhar, nas condições de nossas fazendas, com aviários maiores que 4.000 aves. Seriam feitas criações sucessivas cada 45 dias, a partir dos primeiros dias de abril e constituídas de 3.000 pintos cada uma. Trabalhando com pin-

tos fêmeas Leghorn, um pinteiro é suficiente para completar este programa. Para pintos mistos da raça New Hampshire, se faz necessário construir um outro pinteiro e receber lotes sucessivos cada 30 dias, a partir de meados de maio.

As inversões para execução deste programa seriam aproximadamente as seguintes em Cr\$:

ANO-PROGRAMA	PRIMEIRO SEGUNDO	TERCEIRO
Capacidade em aves	1.500 4.000 12.000	
Construções:	Cr\$ Cr\$ Cr\$	
Casas	20.000,00 20.000,00 40.000,00	
Pinteiros	— 30.000,00 30.000,00	
Galinheiros	70.000,00 90.000,00 320.000,00	
Depósitos	— 20.000,00 40.000,00	
Instalações		
TOTAL	90.000,00 160.000,00 430.000,00	
Custo das aves (até 5 meses)	75.000,00 160.000,00 480.000,00	
Totais parciais	165.000,00 320.000,00 910.000,00	
Totais acumulados	165.000,00 480.000,00 1.390.000,00	

Como vemos neste quadro, sem entrarmos na discussão econômica da exploração dos bovinos ou das aves, nem nos resultados das adubações, verificamos que a inversão com as aves é consideravelmente menor. Não é nosso propósito, evidentemente, com esta comparação, diminuir a importância do esterco de curral, mas apenas mostrar que a avicultura pode constituir um ótimo meio de incorporarmos matéria orgânica nas lavouras cafeeiras, permitindo, através de menor volume a transportar, elevado valor fertilizante, uma mais completa realização dos programas de adubação orgânica. Em confinamento, como já vem sendo experimentado na engorda intensiva de bois, a produção diária de esterco, se eleva a 23-30 kg. por ca-

beça. Considerando os períodos de limpeza, poderemos calcular em 1.700 toneladas a produção anual de um destes coqueiros em estabulação permanente e de 850 toneladas para encerras de 12 horas. Até que esteja comprovada a economia da engorda intensiva em nosso meio, deveremos tomar por base o cálculo de 850 toneladas, que é suficiente para adubar anualmente 40.000 pés de café com 20 kg. por cova. Para distribuição de 30 kg. por cova, cada 2 anos, como é usual, seria suficiente a produção de um destes coqueiros para 28.000 pés. Pelos dados acima, verificamos que as inversões para adubação de 40.000 pés de café com esterco de galinha ou curral, seriam comparativamente as seguintes:

ESTERCO DE GALINHA	ESTERCO DE CURRAL
CR\$	CR\$
AVIÁRIO	280.000,00
COQUEIRO	500.000,00
AVES	192.000,00
BÓVINOS	720.000,00
TOTALS	1.320.000,00

Com base em dados contábeis, podemos afirmar que na execução de um programa como este chegaremos ao fim do 3.º ano de produção, ou seja, 3 anos e meio após o início deste plano, na pior das hipóteses, com todas as inversões recuperadas. Se atribuírmos ao esterco produzido o valor de Cr\$ 1,00 por kg. chegaremos ao lucro líquido de Cr\$ 375.000,00.

Programas menores poderão ser calculados na base deste esquema geral e seria aproximadamente o seguinte para 50.000 pés de café:

1.º e 2.º Ano — Como planejado acima.
Terceiro Ano — Construção de apenas 5 galinheiros e criação de 3.000 pintos mistos New Hampshire para lotação das novas instalações e substituição das aves em produção.

O COQUEIRO "TRACEMA"
Em um plano de aproveitamento de outras fontes de ma-

téria orgânica nas fazendas, vemos grandes possibilidades de rivalizar em custo e eficiência com o esterco de galinhas apenas o estrume de curral. A fabricação de "composto", como tem sido preconizado nos últimos anos em S. Paulo, parece-nos solução parcial, adequada a algumas propriedades, mas demasiadamente cara em sua elaboração para a maioria de nossas fazendas de café. Não há dúvida, entretanto, de que os bovinos pelo grande volume de esterco que produzem, devem constituir os principais produtores de matéria orgânica. Os coqueiros do tipo "TRACEMA", parecem-nos a forma mais econômica da produção de um bom esterco de curral. Estes coqueiros podem ser construídos com materiais relativamente baratos, até mesmo, com escombros, previamente tratados para maior duração. As dimensões usuais são de 40x20 metros, com uma capacidade de 240 cabeças de bovinos adultos. Seu custo varia, de acordo com informações coligadas, de Cr\$ 500 a Cr\$ 800.000,00, nos atuais preços dos materiais de construção, incluindo instalação de água.



Esterco de galinha ensacado repousa em frente ao aviário, aparecendo o galinheiro rustico, sob cujo ripado é colhido esse valioso e econômico adubo.

Não basta produzir grandes volumes de esterco, mas devemos tomar cuidados especiais para que ele chegue às plantas com os mais elevados teores em elementos fertilizantes.

A decomposição dos estrumes ocasiona, especialmente, perdas do valioso nitrogênio (azoto). Consegue-se, felizmente, evitar essas perdas pela adição de superfosfato de cálcio, tanto nos pinteiros como nos galinheiros e coqueiros. A adição é feita na base de 100 grs. por metro quadrado de galinheiro tipo ripado, por semana, e de 1 kg. pela mesma área para galinheiros com "cama" alta, por mês. Nos coqueiros aplicam-se de 3 a 5 kg. por metro quadrado e por semana, dependendo do tempo de permanência dos animais na encerra.

Devemos esclarecer que outros fosfatos ou calcários não realizam a fixação que se obtém com o superfosfato simples de 18 a 20% de

P2O5. Esse superfosfato simples é constituído de fosfatos mono, bi e tri-cálcicos e gesso (sulfato de cálcio). É justamente este último sal que se combina com o azoto amoniacal desprendido nas fermentações, formando sulfato de amônio, produto mais estável. Superfosfato triplo também não se presta a essa fixação, e nem as formas de superfosfato granulado são recomendáveis, pela sua pequena superfície de contato com o meio em fermentação.

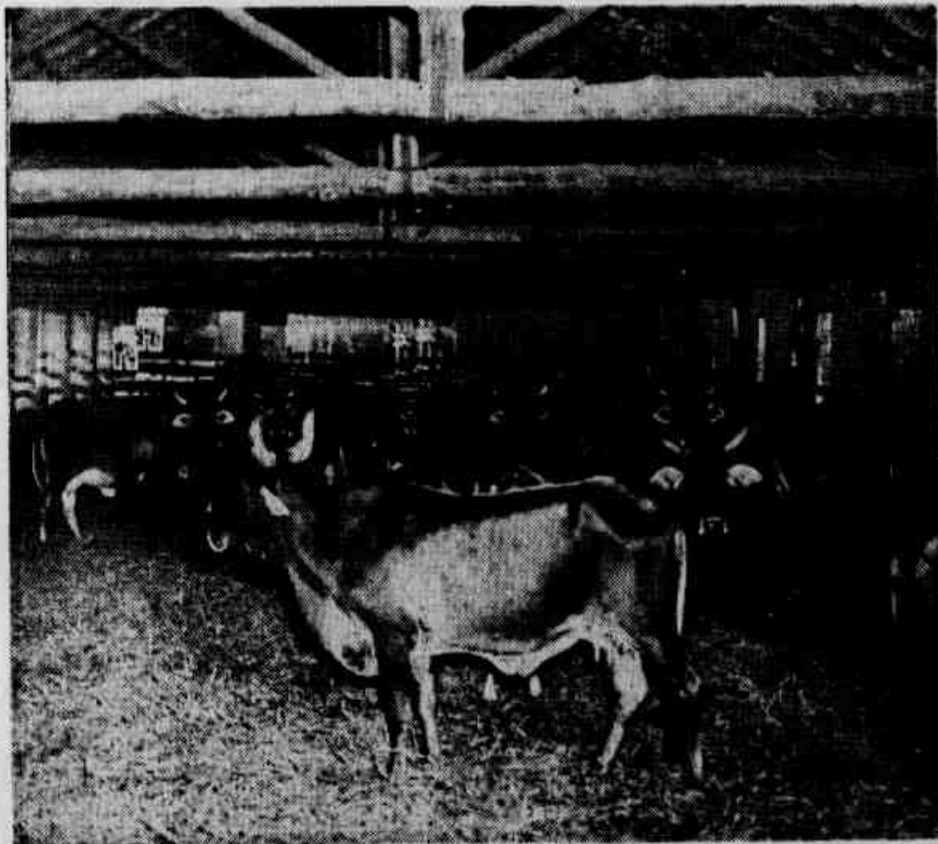
Mas, voltando às granjas avícolas, devemos esclarecer aos lavradores que somente a exploração econômica da avicultura pode proporcionar esterco em custos adequados à adubação cafeeira. Granjas deficitárias significam esterco muitíssimo caro, em comparação com outras formas de adubação orgânica e mineral. A avicultura, por outro lado, para ser lucrativa, deverá ser tecnicamente planejada e executada. Em nenhum caso se deve iniciar aviário sem informação completa do

vulto das inversões, do tipo das instalações e serem construídas e possibilidade de aproveitamento das já existentes, em muitos casos inaproveitadas.

Para essas informações devemos procurar o Departamento de Indústria Animal, a Associação Paulista de Avicultura e visitar um bom número de avicultores bem sucedidos, dos muitos existentes em nosso Estado.

Instalações econômicas, administração racional, interesse econômico dos tratadores e encarregados na produção das granjas e boa comercialização dos produtos avícolas, são fatores fundamentais do sucesso.

Intensifiquemos, pois, senhores lavradores, a produção de nossa agricultura, especialmente da lavoura cafeeira através de adubações minerais e orgânicas, venha esta de coqueiros ou galinheiros, para a prosperidade dos lavradores e pela melhoria das condições econômicas de nosso país.



Gado submetido a confinamento integral nos estabulos da usina Itaquara, com a finalidade de obter matéria orgânica.

JACAZINHOS

Laminas de pinho para mudas de:
CAFÉ — CACAU — MAMÃO — EUCALIPTOS
MADEIRAS SIT'FAZ LTDA.
RUA VISCONDE DE INHOMERIM, 860
FONE: 9-9366 — SÃO PAULO

criados 2 lotes de pintos, 1.000 fêmeas Leghorn ou 2.000 mistos New Hampshire em julho e setembro. Não se construiriam pintos nesse primeiro ano, mas se utilizariam os próprios galinheiros em construção para a criação.
No segundo ano elevar-se-ia o número de aves para 4.000, em um mesmo aviário. Construir-se-ia mais uma casa para tratador, mais 9 galinheiros e um depósito repartido para ovos e alimentos. Seria necessário construir um pinteiro para 3.000 pintos, onde seriam criados 2 lotes de 2.000 pintos fêmeas Leghorn, em julho e setembro, ou 3 lotes mistos New Hampshire em maio, julho e setembro.
No terceiro ano seriam então construídos 23 galinhei-

eu quero AVISCO!

Rações AVISCO
Concentradas, balanceadas, vitaminizadas e contendo preventivo da Coccidiose

AVISCO

UMA ORGANIZAÇÃO DE CRIADORES

Avisco — Avicultura, Comércio e Indústria S.A.
R. Artur Azevedo, 1643 — Caixa Postal 61270 — Tel. 80-4114 — S. Paulo

solos de São Paulo e a cultura cafeeira

J. E. DE PAIVA NETTO
Chefe da Seção de Agrogeologia
(Instituto Agronômico)

O café entrou, em São Paulo, pelo Vale do Paraíba, ocupando principalmente os solos do terciário e os contrafortes das Serras da Mantiqueira e do Mar. Portanto, são solos provenientes do Arqueano, ou sejam, Massapés e Salmourões. Em seguida, tomou as direções Oeste e Norte e, por fim, Noroeste.

Na parte Oeste e Norte, inicialmente, as culturas se alastraram sobretudo pela Baixa Mogiana, cujos solos, em geral, também provêm do Arqueano, isto é, Massapés e Salmourões.

Continuando sua trajetória, as culturas cafeeiras atingiram nossos solos de Terra-roxa-legítima, chegando até ao Norte do Estado. Prosseguindo em sua faina desbravadora, os nossos fazendeiros tomaram, por fim, a direção Noroeste, para alisar suas lavouras cafeeiras. As principais vias de transporte hoje existentes nessa direção, são: a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Araraquense, Noroeste do Brasil e Estrada de Ferro Sorocabana, e talvez, hoje, mais de 70% da produção cafeeira do Estado achem-se assentadas nestas glebas. Em grande parte são solos provenientes do Cretáceo, e essencialmente arenosos, como veremos mais adiante.

Nesta palestra vamos abordar particularmente os três grandes tipos de solos que mais interessam à cultura cafeeira, e citar apenas algumas outras manchas de solo no Estado, que são, a nosso ver, de bastante interesse para um futuro mais próximo.

Segue adiante, um resumo geral desses três grandes tipos de solos.

SOLO MASSAPÉ-SALMOURÃO

Área — A área existente, já estudada, deste tipo de solo, no Estado, abrange cerca de 5.900.000 hectares, ou sejam, 24,0% da área total.

Origem geológica — Provém este grande tipo de solo de rochas do complexo cristalino, ou seja, de rochas pre-cambrianas. Os tipos principais dessas rochas são: gnaisses, granito, micaxistos etc. As análises mineralógicas das frações "areia grossa e areia fina-limo", mostram grande riqueza em minerais primários, ricos em potássio e magnésio.

Topografia — São solos em geral de conformação muito acidentada: a altitude pode variar entre 3 e 1.700 m. acima do nível do mar.

Vegetação natural primária — São estes solos, quando ainda virgens, cobertos por densas matas, apresentando, no geral, aspecto subhidrofílico.

Perfil do solo — Deve-se dizer logo de início, que os solos tipicamente massapés são bastante argilosos, enquanto que os salmourões são mais pedregosos. A fração mais grossa é, no geral, constituída por fragmentos de quartzitos e cristais de feldspatos mais ou menos caolinizados. Os granitos são mais responsáveis pelo subtipo salmourão, ao passo que os gnaisses e micaxistos são responsáveis pela origem do subtipo massapé.

Por enquanto, esses dois subtipos só podem ser perimetrados conjuntamente. A razão reside, sobretudo, na inexistência ainda de mapa petrográfico detalhado. A coloração destes solos é, em geral, amarelada ou avermelhada, podendo os primeiros 30 cm. apresentar coloração parda ou acinzentada escura, devido ao maior ou menor teor em matéria orgânica. A coloração amarelada ou avermelhada se deve aos óxidos hidratados de ferro.

Tanto no solo massapé-salmourão como nos outros tipos não há, no geral, uma diferença pedológica intensa entre suas várias profundidades (0-1,5 m), mas sim, variação de ordem contínua.

Por esta razão, no geral, os perfis são divididos da seguinte maneira: Primeira camada ou solo arável, com espessura de 0-35 ou 30 cm.; segunda camada de 40-80 cm., e terceira camada, de 80-150 cm. Em casos especiais, seguem-se ainda outras camadas, como sejam: de 150-200; 200-250; 250-300 e 300-500 cm. Este esclarecimento serve para os demais tipos que serão descritos adiante.

Os solos pertencentes a este grande tipo, massapé-salmourão, são, no geral, pouco permeáveis à água. Apesar de relativamente resistentes aos fenômenos da erosão, sofrem, às vezes, profundamente desse grande mal, quando as rampas são muito fortes.

São solos ricos em elementos químicos no estado potencial, o que é claramente revelado pela análise química total, bem como pela análise mineralógica, que revela grande quantidade de micas, feldspatos etc. Neste particular este solo se diferencia completamente dos demais, no Estado. A fração argila é constituída essencialmente por caolinita, podendo estar presente também hidrargilita.

TERRA-ROXA-LEGÍTIMA

Área — Foram mapeados cerca de 1.700.000 hectares de terra-roxa-legítima, ou sejam, cerca de 7,3% da área total do Estado de São Paulo.

Topografia — Esse grande tipo de solo possui topografia, em geral, amena; entretanto, em alguns pontos do Estado encontramos encostas mais ou menos acidentadas. A altitude varia entre 480 e 900 m. acima do nível do mar; grande parte, porém, está situada entre 500 e 700 m.

Geologia — A idade geológica é a triássico-jurássica. O magma diabásico, ou sejam, as eruptivas básicas, são as rochas responsáveis pela origem desse grande tipo de solo e a sua composição mineralógica é variável.

A terra-roxa-legítima provém de rochas diabásicas. Contudo, pelos estudos sobre a gênese desse solo, ainda em andamento, podemos subdividi-lo nos dois subtipos:

a) Solos de terra-roxa-legítima, proveniente de produtos de decomposição antiga do magma diabásico, isto é, de fenômenos geológicos, cuja idade é a mesma das erupções básicas.

b) Solos de terra-roxa-legítima, proveniente de produtos de decomposição procedente do intemperismo da época atual.

No primeiro caso, as capas de decomposição mostram, em geral, fenômeno intenso de caolinização, ao passo que, no segundo praticamente a totalidade do Al_2O_3 está livre e solúvel no HCl concentrado e a quente, e o SiO_2 na forma coloidal. No primeiro, a intensidade da fixação, tanto das bases como do SiO_2 , foi menor do que no segundo caso.

Para encontrarmos os dois extremos, isto é, a elevada riqueza de bases na rocha viva e o baixo teor em bases da capa decomposta, como ficou dito acima, basta analisar amostras retiradas a 2cm de distância uma da outra. A análise química dos trocáveis, no material da capa de decomposição, é praticamente idêntica encontrada em camadas de solo a profundidade de cerca de 2m para baixo.

Vegetação arbórea natural — Jequitibá (*Cariniana* sp.), Peroba (*Aspidosperma olivaceum* M. Arg.), Jangada-branca (*Heliconia americana* L.), Pau d'alho (*Galllesia gorazema* Moq.), Cebolheiro (*Phytolacca dioica* L.), Araruta (*Centropogon tomentosus* Benth.), etc. Matas geralmente consideradas boas e do tipo "subhidrofílico".

Perfil do solo — Constitui um perfil autotônico de terra-roxa-legítima "sul generis", principalmente devido à sua grande porosidade, que é da ordem de 65 a 70%, embora de composição mecânica a ser considerada quase argilosa.

Sua coloração é bem típica e muito difícil de ser traduzida para outro idioma, a não ser por meio de anotações das tabelas de cores, tais como "Tabela Internacional de cores de Ostwald" (Verlag Unesa G.m.b.H. Grossbothen-Leipzig), empregada em nossos trabalhos.

A tradução ao pé da letra da palavra "roxo" para a língua inglesa seria "violet" o que, sem dúvida, não corresponde bem, ou, pelo menos, não corresponde ao que um desconhecido poderia esperar de tal tipo de solo, quando o visse pela primeira vez. Na tabela de cores citada, essa cor "roxa" está compreendida entre nº5 para o solo seco e nº6 para o solo úmido, o que, talvez corresponda melhor à produção de marrom-avermelhado. Praticamente, não há variação de cores nas diversas profundidades do perfil.

São solos, em geral, muito profundos, podendo-se chegar a 20 m sem encontrar rocha, mesmo semidecomposta. Quando ainda de posse da sua textura natural, são permeáveis. Entretanto, depois de 20 a 30 anos de cultura, em geral, se forma um horizonte aluvial impermeável, entre 30 a 60 cm de profundidade. Este horizonte não só impede a penetração da água como também dificulta a penetração das raízes das plantas. A matéria orgânica está, em seus 80%, distribuída nos primeiros 40 cm de solo, o mesmo acontecendo com as bases trocáveis. Estas vão diminuindo até atingir um teor mais ou menos constante para profundidades maiores do que 2m e que é da ordem de 1 a 1,5 mg por 100 ml de solo natural.

A análise mineralógica revela que, praticamente, não existem mais minerais primários da "rocha mãe", a não ser: quartzo em pequena porcentagem, isto é, da ordem de 1 a 6%; ilmenita e magnetita. Em parte, talvez, estes minerais sejam de formação secundária. A quase totalidade do material é constituída por cerca de 15% de caolinita: $Al_2O_3 \cdot 2H_2O$; $Fe_2O_3 \cdot nH_2O$ e $SiO_2 \cdot nH_2O$. O magnésio e o po-

tássio, além de se encontrarem na forma tipicamente trocável, provavelmente, ainda se apresentam na parte interna dos grãos de sílica ou sílica e alumínio, com estrutura talvez já criptocristalina e que facilmente se decompõe por HCl diluído (+ 5N) e a quente. O teor em magnésio e potássio, neste estado, pode atingir 1/2 vezes o teor trocável do elemento respectivo. Pela fluorização, ou seja, pelo ataque total da terra fina, foram obtidos teores, em potássio e magnésio, representando o dobro do teor trocável.

Dados químicos — Quando novos, estes solos são de grande fertilidade e considerados ricos em elementos químicos minerais. O poder solúvel, relativo às bases, provém "in totum", da matéria orgânica. Em solos novos, ou melhor, de recente derrubada, a parte ácida orgânica está quase totalmente saturada pelas bases; neste caso, o índice pH é da ordem de 7. O fósforo não orgânico está, em grande parte, ligado aos hidróxidos mais ou menos hidratados de ferro e alumínio. Baseado em trabalhos já executados e nos ainda em andamento, pode-se afirmar que os tipos de ligação entre o PO_4 e os sesquióxidos são os mais diversos possíveis, isto é, desde quantidades infinitesimais solúveis em água até, provavelmente, aos fosfatos de ferro e alumínio, já em estado pelo menos criptocristalino.

Esta situação faz com que o PO_4 se encontre em todos os gradientes de extração possíveis, dificultando, assim, a fixação de um método de extração que nos forneça o fósforo mais ou menos assimilável pelas plantas.

Dados físicos — Segundo análise mecânica, estes solos são classificados como BA, isto é, "barro argiloso", no quadro internacional de classificação de análise mecânica de Buitenzorg. A textura íntima dos grânulos é tipicamente argilosa, entretanto, no geral, fortemente cimentada, de forma a exigir uma peptização mecânica energética. A composição química da fração fina destes solos, como dissemos, é essencialmente constituída por óxidos mais ou menos hidratados de ferro e alumínio e sílica coloidal. Trata-se, portanto, de material que, por simples envelhecimento coloidal, possui grande tendência a forte cimentação. Este estudo de coisas difíceis em muito, o estabelecimento de técnica razoável e execução de análise mecânica. E' esta

dificuldade ainda agravada pela grande instabilidade da suspensão, pois a facilidade em flocular é imensa. Este problema tem sido em parte resolvido, usando-se como peptizantes: carbonato de amônio, silicato de sódio e mesmo eletrólitos coloidais orgânicos. A peptização é, no geral, facilitada usando um pistilo de borracha, para desfazer os grânulos secundários. Não há outro no Estado que apresente porosidade tão grande como este, observam-se em perfis autóctones, comumente, 70% de poros, ou sejam, 30% somente de "fase sólida". Isso faz necessário o estabelecimento de métodos especiais para os testes físicos. Tanto assim que, no geral, não podem ser aplicadas a estes solos as teorias encontradas sobretudo na literatura europeia e americana. Isto, maximamente nos problemas de água no solo.

Cultura importante — Café (*Coffea arabica* L.), cana (*Saccharum* sp.), milho, algodão, amendoim (*Arachis Kippogaea* L.).

SOLO ARENITO DE BAURU

Área — A área desse grande tipo de solo no Estado compreende 6.200.000 hectares, perfazendo cerca de 25,1% da sua área total.

Topografia — E' no geral, de topografia regular, entretanto apresenta, em certos pontos do Estado, paredões abruptos com desníveis de até 200 m. As altitudes oscilam entre 400 e 750 metros acima do nível do mar.

Geologia — Provém este grande tipo de solo do arenito Bauru-Cretáceo de deposição fluvio-lacustre. A composição mineralógica do arenito Bauru é essencialmente representada por quartzo. Dentre os minerais acessórios, podemos citar: magnetita, ilmenita, granada, rutila, turmalina, piroxênio, calcadona, opala e limonita. A área dessa formação geológica é bem irregular em contraste com as demais: sua espessura é de 50 m., aproximadamente. A irregularidade dessa formação é, sobretudo, devida aos vales da erosão, formados pelos rios do Peixe, Aguapeí, Tietê e São José dos Dourados.

Vegetação arbórea natural — Guarantã (*Esenbeckea leocarpa* Engl.), urundiava (*Astronium urucueva* (albi) Engl.), peroba (*Aspidosperma olivaceum* M. Arg.), pau

d'alho (*Galllesia gorazema* Moq.), etc., mas essas contendo boa percentagem de madeiras de lei.

Perfil do solo — Este grande tipo de solo é, no geral, essencialmente arenoso. A matéria orgânica está distribuída nos primeiros 40 cm. de solo. Sua cor é geralmente clara, acinzentada escura ou avermelhada. A matéria orgânica e os compostos mais ou menos hidratados de ferro são os responsáveis pela coloração destes solos. Abaixo de 40 cm., o perfil pode apresentar uma camada mais ou menos argilosa, isto é, um horizonte fluvial mais ou menos denso, o qual pode chegar a prejudicar o desenvolvimento do profundo das raízes das plantas. A profundidade deste horizonte pode, entretanto, variar bastante.

A fração argila é essencialmente constituída por caolinita, estando também presente o quartzo e, em pequena percentagem, um tipo de argila montmorillonítica. Estas observações foram obtidas por espectros radiográficos. Ainda na fração argila encontram-se óxidos mais ou menos hidratados de ferro e de alumínio, variando bastante percentualmente.

E' interessante notar-se a presença do tipo montmorillonítico na "fração argila" destes solos. Provavelmente originaram-se de produtos efêricos vulcânicos, que fazem parte do material de cimentação do arenito Bauru-Cretáceo.

São solos, em geral, profundos e permeáveis; entretanto, casos há em que o arenito quase aflora. São facilmente erodíveis, principalmente quando cultivados com plantas anuais, tais como o algodão. Devem sempre ser protegidos por todos os meios, contra essas danos.

Dados químicos — Quando novos, são regularmente ricos em elementos trocáveis e mesmo no estado potencial.

Hoje em dia as grandes produções de café e algodão do Estado de São Paulo provêm desses solos. São, contudo, considerados solos de fertilidade efêmera, necessitando de adubações maciças de matéria orgânica e adubos minerais.

Culturas principais — Assentam-se nestes solos cerca de 70% de nossa cultura cafeeira e cerca de 80% de nossa cultura algodoeira, além de boa parte de cultura de arroz (*Oryza sativa* L.) e milho.



Há 22 anos
Eska
AUTOMÁTICO
da pontualidade aos brasileiros

As poucas sementes trazidas por Palheta,

germinaram em solo fecundo, transformando-se

em marco imperecível de nossa civilização. Orgulho

do povo bandeirante, o café é hoje a base da economia

nacional. Desde 1932, Eska Automático vem contribuindo, em

todos os setores de atividade, para tornar mais produtivo o labor dos

paulistas. Regulado em diversas posições e montado sobre 17 rubis,

Eska Automático tem características que causam admiração aos próprios

relojeiros. Dá corda a si mesmo e possui ainda longa reserva de

corda para continuar dando pontualidade, mesmo quando fora

do pulso. Admire os últimos modelos em seu relojoeiro.

Regulado em diversas posições
Automático a prova de quedas - água - pó
temperaturas extremas - eletricidade

Eska AUTOMÁTICO

O 1.º RELOGIO AUTOMÁTICO LANÇADO NO BRASIL



O DESENVOLVIMENTO DA RÊDE FERROVIÁRIA E A EXPANSÃO DA CULTURA DO CAFÉ EM S. PAULO

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Em meados do século passado, a carta das vias de comunicações de São Paulo pouco diferia da dos últimos tempos coloniais. Da Capital irradiavam diversas estradas que foram, em suas direções principais, seguidas pelas estradas de ferro a partir de 1860. A primeira, a mais antiga, datando do início da colonização, ligava o litoral ao planalto através da Ingrema Serra do Mar; a segunda, acompanhando o Vale do Paraíba, punha São Paulo em comunicação com o Rio de Janeiro; a terceira, a mesma seguida pelo Anhanguera, dirigia-se para Goiás, via Jundiá, Campinas, Mogi Mirim, Casa Branca, Batatais e Franca; a quarta, rumo ao sul do

Mais de dez anos decorreriam ainda antes que se ouvisse pela primeira vez no Brasil o silvo de uma locomotiva, graças à iniciativa de Mauá, quando, em 1854, inauguraram-se os quinze primeiros quilômetros da sua estrada de ferro ligando o porto Mauá à Raiz da Serra de Petropolis. No ano seguinte construíram-se os primeiros quilômetros da Estrada D. Pedro II que deveria mais tarde atingir a cidade paulista de Cachoeira.

Enquanto a "Pedro II" avançava rumo a Minas e São Paulo, os paulistas procuravam construir a primeira estrada ligando Santos a

onde mais se desenvolvesse a cultura cafeeira. Assim, a ideia da construção de uma estrada de ferro Campinas não podia deixar de interessar seriamente aos grandes e ricos fazendeiros do Oeste, já que a São Paulo Railway não se interessava pelo prolongamento de suas linhas.

O relatório Saldanha Marinho, de 1868, traz coisas admiráveis. O grande estadista incentivava os fazendeiros e capitalistas a pôr mão à obra, mostrando que não havia possibilidade de parar, desde que a Companhia inglesa não se interessava e que o governo não dispunha de meios suficientes para levar adiante a empresa. Finalmente apelou para os paulistas, convocou uma reunião em Campinas a que compareceu grande número de pessoas dali e da Capital e abriu-se a subscrição para a fundação de uma Companhia Paulista.

Assim, por iniciativa do estadista pernambucano que então presidia a Província de São Paulo, fundou-se a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A simples menção dos nomes de algumas pessoas presentes à reunião de Campinas significa muita coisa: eram todos abridores de fazendas no Oeste. A 11 de agosto de 1872 era inaugurado esse trecho até Campinas. Começa aqui a evolução ferroviária de São Paulo, a Paulista não ficará em Campinas: com enorme rapidez estenderá seus trilhos acompanhando a marcha do café. Outras companhias se fundarão e sempre veremos, salvo algumas exceções, as etapas dessa evolução ferroviária intimamente ligadas aos interesses fazendeiros e por elas acompanhados em períodos decenais a marcha do povoamento de São Paulo.

1870 — 1880

A década de 1870 a 1880 marca o primeiro grande avanço para Oeste. Itu, Rio Claro, Mogi Mirim, Sorocaba, animadas com a mensagem de Saldanha Marinho e com os resultados práticos que começavam a dar a companhia inglesa, interessam-se pela estrada de ferro. A abertura de grandes fazendas nos vales do Pardo e do Mogi-Guaçu exigiam esse movimento. Itu, centro de propagação republicana, foco de capitalistas e fazendeiros, e Sorocaba com as suas feiras de gado, também exigiam o importante melhoramento para uma ligação mais rápida com a capital. Fundam-se, então, três companhias destinadas a levar os trilhos para o oeste.

A Itana, a primeira delas, recebe autorização e garantia em outubro de 70 para construir uma estrada a partir de Jundiá; no mês seguinte era iniciada a construção da linha que em abril de 73 atingia Itu. Nesse mesmo ano contratava o prolongamento até Piracicaba, o qual, por dificuldades internas da companhia, só pôde ser aberto ao tráfego em 1879. Os sorocabanos reclamavam nessa mesma época a sua estrada de ferro. Pela primeira vez um estrangeiro — Maylasky — pôde-se à frente para a realização da empresa. O primeiro projeto não passava de um simples prolongamento da Itana, mas finalmente resolveu-se construir a estrada de S. Paulo, não mais a Sorocaba apenas, mas até à fábrica de ferro do Ipanema em 77.

Ainda em 1872 funda-se em Campinas a Companhia Mogiana. Repete-se o caso da Paulista, anos antes: os incorporadores da nova companhia são na maioria fazendeiros nos vales de Jaguari e do Mogi-Guaçu. O projeto primitivo, visando atingir apenas Mogi-Mirim é modificado e os trilhos atingem Casa Branca em 78 e São Simão em 80, com um ramal para o Amparo.

Enquanto estas três companhias faziam construir suas estradas, a Paulista avançava na direção de Rio Claro. Não para servir a cidade de Rio Claro propriamente, mas para servir às grandes fazendas ali abertas: Santa Gertrudes, São Jerônimo, Ibicaba, onde o Senador Vergueiro fizera uma das primeiras tentativas do trabalho livre. Em 11 de agosto de 1876 era inaugurado o trecho até Rio Claro, servindo Limeira e Santa Bárbara que começava a desenvolver-se pela imigração de

norte-americanos fugidos à guerra da secessão nos Estados Unidos, razão por que mais tarde o núcleo formado junto à linha ferrea e então conhecida por "Estação de Santa Bárbara", tomou o nome de "Americana". E notável ainda hoje a quantidade ali de famílias originárias dessa imigração de sulistas norte-americanos. Não se conclua ainda esta nova linha e já se empenhava a Paulista na importante empresa de chegar os seus trilhos à margem do Mogi-Guaçu: partindo de Cordeiro, nas proximidades de Rio Claro, atingia o Porto Ferreira em 80, prolongando-se até Descalvado.

E fato digno de menção que o grande desenvolvimento da Paulista foi realizado exclusivamente com capitais levantados na província por meio de ações. Uma única vez para terminar a linha do Porto Ferreira, recorreu a operações de crédito, negociando com o Banco do Brasil um empréstimo de mil contos. Seus incorporadores, como vimos, eram todos abridores e proprietários de fazendas nas terras do Oeste, tinham, pois, ali os seus interesses e naturalmente tudo faziam para o progresso da estrada de ferro.

O vale do Paraíba continuava a parte onde mais condensada se achava a população. Por ali penetrara o café em território paulista. Bananal e Areias foram os primeiros municípios produtores e em breve todo o vale se cobria da rubiacea, de tal modo que em 1835 os portos paulistas exportavam cerca de 95.500 sacas de café. Entretanto, só em 1875 a "D. Pedro II" atingia Cachoeira. Organizou-se em S. Paulo uma companhia para encontrar na aquela cidade, de modo que em 77 estava feita a ligação. Em 1880 estabelecia-se em Cruzeiro a ligação com o sul de Minas. Por diversas vezes cogitou-se de ligar os últimos municípios do chamado "norte" de S. Paulo a um ponto qualquer da "Pedro II". Areias, Bocaina, Bananal e Barreiro foram os pontos visados. Todavia, só mais tarde foi possível a construção das linhas do Barreiro e de Bananal.

Após a terminação da década de 1870-1880, a carta ferroviária de São Paulo traduzia o roteiro do café. "Atrás do café, e por vezes à sua frente, penetram as ferrovias", diz Sergio Milliet, e disso tivemos a prova no período que acabamos de percorrer. Apenas a Sorocabana fugia à regra. No ano de 1880 contava a província 1.212 km. de estradas de ferro, dos quais 1.073 foram construídos desde 1870.

1880-1890

A década de 1880 a 1890 é a de maior vulto no desenvolvimento ferroviário do século XIX: dobra-se a quilômetros existente, apresentando a elevada soma de 2.425 kms. Os pontos extremos de 1880 são ultrapassados à medida que se amplia a área cafeeira.

De muito as terras do Oeste eram reconhecidas como superiores às do vale do Paraíba, cuja produção vai se reduzindo de ano para ano (as estatísticas de 1886, por exemplo, já não apresentam como pouco mais de 25 por cento apenas da produção total). Entretanto, eram as novas terras muito mais sujeitas às geadas, razão por que só depois de 1880 foi a expansão se fazendo notável. Empreenderam nessa época os fazendeiros uma verdadeira cruzada, afrontando os chamados "ninhos de geadas", replantando o café nas mesmas terras vitimadas no ano anterior. Nem sempre isto dava resultado, como aconteceu em 1870 e 72 em que duas geadas fortíssimas seguiram-se no curto espaço de dois anos. Mas eram tão vantajosas aquelas terras que, apesar desse risco, foram surgindo os grandes centros cafeeiros de Limeira, S. Carlos, Araraquara, Descalvado, Jaboticabal e Ribeirão Preto que se tornaria em breve o maior centro produtor, talvez do Universo. "O exemplo de uns serviu de incentivo à tenacidade de outros", diz o Dr. Taunay. Citavam-se com orgulho os nomes dos camponeses, ituanos, tietenses, capivarinos, enterados nas clareiras das matas do sertão durante anos e anos, a plantar café com a esperança do triunfo final, no mesmo solo soado pela geada anual. Assim, alargava-se a área cafeeira de S. Paulo, pois o desmatamento reduzia cada vez mais o perigo e a intensidade das geadas.

CHEGAM OS IMIGRANTES

Inicia-se neste decênio o serviço de introdução de imigrantes promovido pelo Conde de Parnaíba em substituição ao braço escravo, um ano antes deste ser abolido. E com a abolição, numerosos fazendeiros do oeste fluminense e norte paulista empreendem formidável "rush", vindo trabalhar nas terras do oeste, contribuindo assim de maneira notável para a grandeza de S. Paulo. "Abrir fazendas no Oeste" era como que uma palavra de ordem. E atrás das fazendas, sempre penetrando as ferrovias.

A Mogiana atinge Ribeirão Preto em 83, Franca em 87 e as margens do Rio Grande no ano seguinte. Diversas cidades são alcançadas por uma rede de ramais: Itapira, Pinhal e Poços de Caldas, em Minas; por fim, em 89, incorpora-se-lhe a Companhia Ramal Ferreo do Rio Pardo que desde o ano anterior mantinha em tráfego a linha de Casa Branca a S. José do Rio Pardo, e que é prolongado até Mococa. Entusiasmado por esse rápido progresso da viação ferrea em S. Paulo, interessou-se o governo imperial em construir uma estrada que, partindo de Rio Claro se dirigisse às margens do Paraná ou do Parnaíba, com direção a Mato Grosso. Do estudo dessa estrada foi incumbida uma comissão dirigida pelo Eng. Pimenta Bueno que concluiu que "três direções se ofereciam para a escolha do traçado: pelo vale do Tietê, pelo do Mogi-Guaçu e pelo divisor das



Foto de Jean Manzon

Brasil, passando por Sorocaba, Itapetininga e Faxina, a mais importante numa certa época, pelas feiras de Sorocaba e pela sua finalidade militar servindo às remessas de tropas nas campanhas do Prata; uma quinta, para as saídas de Minas, passando por Juiz de Fora e Bragança; uma outra demandava a Vila da Constituição, hoje Piracicaba, passando por Parnaíba, Itu e Porto Feliz, de onde seguiam em canoas, pelo Tietê, os que se destinavam a Mato Grosso; finalmente, uma sétima, espécie de ramal da de Santos, servia o litoral desde Ubatuba até Iguape.

Depois da independência, a situação quase não mudou. Apenas começaram a povoar-se os "campos de Araraquara", já inscritos nos mapas do fim do século XVIII, para cujos lados a povoação de Jaboticabal aparecia como sentinela avançada. A região de Campinas começava a ser invadida pela sua posição geográfica, continuava a parte mais povoada. No litoral, Ubatuba, São Sebastião e Santos disputavam aos portos fluminenses a primazia na exportação do café que, vindo do oeste fluminense, acimantara-se tão bem no chamado "Norte de São Paulo". As demais regiões permaneciam na mesma. Tal a situação da província ao se cogitar do estabelecimento das vias ferreas.

O engenheiro Adolfo Pinto que foi quem melhor estudou a história da viação ferrea paulista, divide em quatro fases a povoação de Santos a partir de 1870, já inscritos nos mapas do fim do século XVIII, para cujos lados a povoação de Jaboticabal aparecia como sentinela avançada. A região de Campinas começava a ser invadida pela sua posição geográfica, continuava a parte mais povoada. No litoral, Ubatuba, São Sebastião e Santos disputavam aos portos fluminenses a primazia na exportação do café que, vindo do oeste fluminense, acimantara-se tão bem no chamado "Norte de São Paulo". As demais regiões permaneciam na mesma. Tal a situação da província ao se cogitar do estabelecimento das vias ferreas.

Como é fácil de compreender, pelas datas que mencionamos, essa evolução jurídica corresponde, naturalmente, ao desenvolvimento ferroviário do Estado. A medida que a estrada de ferro ganha a confiança de fazendeiros e capitalistas, vai dispensando, gradativamente, os favores e os privilégios até o regime de liberdade que caracteriza a última fase.

Foi o Brasil um dos primeiros países a se preocupar com as estradas de ferro. Dez anos apenas haviam decorrido do advento de Stephenson, já no Brasil era votada a lei de 31 de outubro de 1833, de iniciativa do então regente do Império, Feijó, concedendo privilégio para a construção de estradas de ferro do Rio de Janeiro a Minas, Rio Grande e Bahia. Como o trajeto para o Rio Grande não podia ser feito senão atravessando o território paulista, é justo que se considere essa lei como a primeira tentativa para o estabelecimento de uma ferrovia em São Paulo. Infelizmente não teve execução. "O problema a resolver era evidentemente superior às forças e recursos do país, ainda então na infância de seu desenvolvimento econômico e com uma população verdadeiramente insignificante para a sua grandeza". (A. Pinto). Dois anos mais tarde, uma primeira lei paulista concedia privilégio para a construção de uma estrada de ferro de Santos a Campinas, Piracicaba, Itu, Porto Feliz, referindo-se também a uma possível ligação navegatória do Paraíba com o Tietê. As localidades apontadas eram então as mais importantes do interior paulista e, tinham a sua economia baseada inteiramente na cana de açúcar. O café estava começando a sua penetração no Oeste e as plantações ali eram ainda insignificantes, não alcançando 12% da produção total da província. Dificuldades que não cabem aqui mencionar determinaram o fracasso dessa segunda tentativa, à qual se seguiu uma terceira, pretendendo ligar o Rio a São Paulo, também fracassada.

planalto. Aliás, esta ligação era extremamente necessária; estavam nos meados do século e começava a intensificar-se, na medida do possível, o povoamento do oeste paulista.

Em 1855 o Conselheiro Saraiva, presidente da Província, calculava em dois milhões de arrobas a produção de café, açúcar e outros gêneros que deviam ser transportados pela estrada projetada; em 500.000 arrobas a quantidade de gêneros não levados ao litoral por falta de meios de transporte e em um milhão de arrobas os gêneros importados; portanto, 3.500.000 arrobas transportáveis pela via ferrea. Isto, sem contar o transporte de pessoas cujo número devia ser avultado, pois passavam anualmente pela barreira do Cubatão cerca de 40.000 cavaleiros. E apontava as vantagens que adviriam da construção dessa estrada: o desenvolvimento do comércio de Santos, o desenvolvimento do trabalho livre e da colonização espontânea, a redução do preço dos transportes a uma terça parte do que se pagava, o melhoramento dos processos industriais, o aumento do valor das terras, a cessação das despesas públicas com a estrada, a ser substituída pela linha ferrea, a influência das facilidades de comunicações sobre o estado moral e político da província e finalmente a criação do espírito de empresa. Terminava desejando que tão grande melhoramento logo se realizasse, pois viria abrir para o comércio, para a agricultura e para a civilização esses férteis vales que se estendiam até o rio Paraná.

Assim, contando com as boas graças do governo, concedeu-se ao Marquês de Monte Alegre, a Pimenta Bueno e a Mauá, privilégio para construção de uma estrada de ferro que, partindo de Santos se dirigisse a Jundiá. Tal concessão, acompanhada de muitos favores, tornou possível a organização em Londres da São Paulo Railway e em novembro de 1860 eram iniciados os trabalhos da construção. A transposição da cordilheira marítima, com uma diferença de nível de quase 800 metros, constituiu sério obstáculo à construção. Devia a barreira ser vencida pelo sistema funicular. Em julho de 64 inaugurava-se o primeiro plano inclinado e em 66 a linha atingia S. Paulo para no ano seguinte alcançar Jundiá. Estava, pois, construído o primeiro lance do sistema ferroviário paulista, exatamente o mais importante e mais difícil: o mais importante pela ligação com o litoral e o mais difícil pela Serra do Mar, transporta por uma série de planos inclinados, trabalhos de engenharia, verdadeiramente admiráveis.

Pouco depois de inaugurada a Santos-Jundiá, tratou-se do primeiro projeto de articulação ferroviária, fazendo partir uma nova estrada de ferro da estação de Rio Grande, na Santos-Jundiá, para o vale do Paraíba, até Jacaré. Da importância desta linha, dizia o Presidente Saldanha Marinho que se obteria um extraordinário aumento de riqueza pública e notável prosperidade da província de São Paulo. Esse melhoramento interessava a cerca de 200.000 habitantes, os quais seriam assim tirados da quase segregação em que viviam, obtendo fácil, rápida e barata comunicação não só com a capital, como principalmente com o considerável mercado de Santos. Uma parte importante do sul de Minas aproveitaria com isto e este aproveitamento seria de grande interesse para São Paulo. Apesar da disposição do governo em auxiliar o "norte" de São Paulo, fracassou este projeto de estrada de ferro e as disposições legislativas que lhe diziam respeito foram revogadas em 1871 pela mesma lei que autorizou a construção da linha São Paulo-Cachoeira.

Felizmente o governo se interessava pelo problema. O Cons. Carrão dizia que a estrada de Santos a Jundiá não era mais do que o começo da transformação do sistema de viação existente. Outras estradas viriam, cortar os sertões paulistas, de abismosa fertilidade. Outras estradas viriam. As terras do Oeste estavam à espera dos trilhos. "Basta saber, dizia Saldanha Marinho, que a atual estrada de ferro finaliza seis leguas aquém do terreno produtivo dessa parte da província que a mesma estrada interessa, e que desde Santos até Jundiá nenhuma cultura importante é possível, para ficar convencido da necessidade do prolongamento da estrada ao menos até onde principia a haver verdadeira abundância do solo e lavoura em estado mais considerável".

Não adiantaria a ponta dos trilhos em Jundiá. O prolongamento devia ser feito para Campinas, a capital agrícola da província,



"o patrão não quer outra coisa"



É justa a preferência pelo Café Globo, preferência que há quase um século se transmite de geração em geração. Mas o Café Globo não é apenas uma tradição. Ontem, como hoje, o Café Globo é o pioneiro no emprego da técnica mais moderna na indústria do café. O aroma, o sabor e rendimento do

Café Globo são garantidos pela sua aperfeiçoadíssima instalação, uma das maiores do mundo, a mais moderna de todas, única na América Latina que rebeneficia, torra, mói e empacota automaticamente, sem contato manual em qualquer das operações.

CAFÉ GLOBO

B O M A T É A Ú L T I M A G O T A

água desses rios", que foi adotada. A linha depois de passar por S. Carlos, Araraquara, Rio de Janeiro (hoje Taquaritinga) seguiu pelos vales dos rios Onça e Turvo até as margens do Rio Grande que atravessava na Cordeira dos Índios, próxima à vila mineira de S. Francisco de Sales. Depois seguia pela margem direita desse rio até Sant'Ana do Paranapi, com um percurso de 688 kms. a contar de Rio Claro, ponta dos trilhos da Paulista. Este projeto não teve execução e o seu traçado, como veremos, foi, em parte, seguido por outras estradas de ferro.

Cuida-se então da ligação Rio Claro-Araraquara. A Paulista contratou os serviços, devendo o prolongamento passar pelo Morro Pelado (hoje Itirapina) e por S. Carlos, afastando-se o menos possível do traçado Pimenta Bueno que, em vez de procurar o Morro Pelado, se aproximava do Morro do Cuscuzeiro, 20 kms. à direita daquele. Surge uma questão em que se empenham o Visconde do Rio Claro e o Conde do Pinhal, referente ao traçado, protestando contra aquela direção com o fundamento de afastar-se da estrada Pimenta Bueno.

O governo resolve não aprovar as plantas que já lhe haviam sido apresentadas pela Paulista e determina novos estudos; em face dessa atitude, a Paulista desinteressou-se pela construção. O governo imperial publicou, então, edital de concorrência para a construção da linha de acordo com o referido traçado. Pimenta Bueno, compreendendo um ramal para Brotas, Dois Corregos e Jd. E. dada preferência à proposta dos irmãos Adolfo e Luiz Pinto, organiza-se a "Companhia de Rio Claro", e em outubro de 1884 a linha é inaugurada até S. Carlos, até Araraquara em 85 e o ramal de Jd. E. aberto ao tráfego em 87. Dois anos mais tarde era a empresa vendida à "The Rio Claro S. Paulo Railway" e pouco depois comprada pela Paulista.

Das estradas paulistas a que menos avançava era a Sorocabana. Dificuldades de traçado fizeram com que só em 1889 alcançasse Botucatu. Além do mais, só de Botucatu em diante planava-se café; a região cortada pela estrada até aquela cidade era de poucos recursos econômicos; Tietê era alcançada em 1883 e Itapetininga só em 1895.

Ituana, não tendo cuidado de prolongar a linha de Piracicaba de modo a levá-la aos ricos municípios de Brotas e Jd., como devia ter feito, interessou-se pelos lados de S. Manuel e Lencóis. Para isto, obteve concessão da linha do Porto Martins a S. Manuel ao mesmo tempo que monopolizava o serviço de navegação no rio Tietê, desde o Porto João Alfredo até o Porto Martins. Para tanto, já havia chegado suas linhas ao referido Porto João Alfredo, nas proximidades de Piracicaba.

Tal fato resultou num conflito com a Sorocabana, referente ao privilégio de zonas. Por fim, tudo foi resolvido, limitando-se as zonas das duas estradas. A Sorocabana teria como zona privilegiada, do lado esquerdo de suas linhas, toda a margem direita do Paranapi; para tanto foi-lhe dada concessão nara, de Botucatu, prolongar suas linhas naquela direção. A Ituana, por sua vez, teria por zona privilegiada, do lado direito de sua nova navegação, a margem esquerda do Tietê, recebendo ainda a concessão para atingir Lencóis e Agudos. Não tendo a linha da Ituana passado de S. Manuel, dez anos depois caducou este privilégio, o que permitiu que, mais tarde, a Paulista prolongasse suas linhas de Dois Corregos até Agudos, atravessando o Tietê.

O velho projeto de ligar-se as últimas cidades do "norte de S. Paulo" a "Pedro II" teve a sua realização na "Estrada de Ferro do Bananal", ligando esta cidade a Barra Mansa, estrada que sempre interessou mais o território fluminense que o paulista. Outras pequenas estradas são construídas neste decênio: a de Itatiba e a de Itapetininga. Outras, exclusivamente para servir aos interesses fazendeiros: a Desalvadaense (1889) e a de Santa Rita (1890) e a da Fazenda Dumont, em Ribeirão Preto. As duas primeiras, cuja construção fora facilitada pela Paulista vieram, mal inauguradas, a integrar-se no sistema ferroviário dessa Companhia.

Considerável foi o progresso de S. Paulo na década que acabamos de percorrer. O comércio de exportação e importação que em 1888, no primeiro ano depois de inaugurada a Santos-Araraquara, havia sido de umas 50.000 toneladas de mercadorias, elevava-se ao triplo, rondando o valor oficial da exportação em Cr\$ 30.000.000. Roberto Simonsen calculou em quase cem milhões de cruzados o capital investido em estradas de ferro nessa época.

1890 - 1900
Neste decênio, todas as estradas prolongam suas linhas, e todas com os interesses ligados ao café. A própria Sorocabana, como veremos, o governo republicano incentiva a imigração e continua o "rush" de famílias do Estado do Rio e Norte de S. Paulo. "As zonas da Paulista e da Mogiana foram as que melhor aproveitaram a mão de obra do imigrante. Ao começar a imigração iniciava-se o seu desbravamento. E ao terminar este, embora outras regiões já se abrissem ao forasteiro, as conveniências da civilização instalada atraíram sempre o colono" (Sergio Milliet). Por isto, estas duas estradas são as que mais progrediram.

O avanço mais notável é o da Paulista, que em 1892 atinge Jaboticabal e inicia a construção do ramal do Mogi-Guaçu, a partir de Rincão no rumo das grandes fazendas que ali se abriam em férteis terrenos diabólicos; destas, a mais importante — Guataporiz — vai atrair também os trilhos da Mogiana. De S. Carlos tira a Paulista dois ramos (Ribeirão Bonito e Areia Vermelha) e a grande fazenda de Santa Verdiana, do Cons. Antonio Prado, é atingida pelos trilhos até as linhas da Mogiana, nas proximidades de Casa Branca (Baldeação).

A Mogiana continua a construção de ramais e o prolongamento dos já existentes. Serra Negra é ligada ao ramal do Amparo e o de Itapira prolonga-se na direção da divisa de Minas a fim de ligar-se mais tarde com a "Rede Mineira", tornando tributária de S. Paulo uma boa parte do Sul de Minas. Constróem-se as linhas de Sertãozinho e Cajuru, sempre em busca das grandes fazendas.

Na Sorocabana o fato mais importante neste período é a sua fusão com a Ituana. Assim, é feita a ligação das duas linhas: Itu-Mayrink e Vitoria-15 de Novembro, na linha de São Manoel. Nesta direção os trilhos são prolongados até Agudos, região já fortemente cafeeira, e na direção do Paranapi, até Avaré, iniciando, dessa maneira, a conquista da vastíssima e rica região que passou a denominar-se "Alta Sorocabana". De Araraquara, uma nova estrada de ferro prometia a civilização ao vasto sertão do Rio Preto.

Vemos aparecer aqui pela primeira vez, a estrada exploradora. Até aqui as estradas têm caminhado sempre em regiões já povoadas; de

agora em diante o prolongamento dos trilhos já se faz juntamente com a exploração das regiões novas, antes mesmo do próprio povoamento.

Ainda nesta década a "Bragantina" completa suas linhas, constrói-se a estrada inútil (tanto que não existe mais) de S. José do Barreiro e funda-se em Campinas a "Companhia Fúniense" destinada a ligar o "bairro" do Fúni. O estabelecimento de um núcleo colonial no extremo da linha vem dar alento à empresa, valendo-lhe frequentes subvenções oficiais. Finalmente, ainda em Campinas, o "Ramal Ferro-Campineiro" (ora transformado numa linha de "tramways") estabelece a ligação com as velhas fazendas da região de Cabras.

Ao findar o século XIX, apresentava São Paulo índices animadores de um progresso sempre crescente: 3.373 kms. de linhas férreas, quase 2.300.000 habitantes e mais de meio bilhão de cafeeiros, formando a "onda verde" que embasbou o italiano Ferri. "Ela o maior fenômeno econômico do século", foi a exclamação do grande cientista ao contemplar os cafeais paulistas.

1900-1910

A metade oriental do Estado de S. Paulo estava povoada ao começo do século XX. Agudos, Jau, Jaboticabal, Orlandia eram os pontos extremos das ferrovias na conquista do interior. A Mogiana, avançando-se a todas as demais companhias, levou mais longe seus trilhos, além do rio Grande, conquistando São Paulo todo o triângulo mineiro. Fora disto, apenas alguns núcleos de povoamento em pleno sertão: Santa Cruz do Rio Pardo, Rio Preto, Alen, "terras desconhecidas habitadas por índios", como se escrevia nas cartas geográficas.

A primeira década do século XX marca exatamente a conquista deste sertão desconhecido, com a Noroeste e a Sorocabana. Entretanto, antes disto, vejamos a situação das demais estradas. A Paulista atinge Bebedouro, mais estradas. A linha Mogi-Guaçu alcança Pontal e Viradouro, nas proximidades do rio Pardo. De Bebedouro, a "S. Paulo-Golias" busca a zona de Olímpia, com a intenção de prolongar-se em território paulista até a cachoeira do Maribondo. Outras pequenas estradas vêm colaborar no progresso do Estado: a de Morro Agudo e a de Monte Alto, esta fruto de uma iniciativa inteligente que prestou relevantes serviços à região de Jaboticabal.

Das estradas de penetração vimos ter sido a Mogiana a primeira a atingir a fronteira do Estado, em diversos lugares, e mais uma vez o faz, via Igarapava, até Uberaba a juntar-se com a linha de Franca. Além disto, prolonga alguns de seus ramos — Vargem Grande a Jataí — sempre na direção dos grandes cafeais.

No sul do Estado, Itapetininga, permanecendo a ponta de trilhos desta linha, o prolongamento é feito até Itararé, ligando-se à S. Paulo-Rio Grande. Na direção do Paranapi, os trilhos chegam a Salto Grande. Vimos que a caducidade do privilégio da margem esquerda do Tietê, concedido à Ituana, antes de sua fusão com a Sorocabana, permitiu à Paulista atravessar aquele rio e atingir Agudos. Isto se fez em 1903. O relatório da Paulista, nesta época, apresenta os motivos desse prolongamento. Não só os municípios novos de Fedeirópolis e Bauri, situados à margem esquerda do Tietê, exportavam seus produtos pela Paulista, demandando para este fim a estação de Jau, como também grande parte da produção de Agudos utilizava-se do mesmo escoadouro. A necessidade de melhor atender aos interesses da referida zona, a circunstância de ser o regime de tarifas da Paulista, em seu conjunto, mais barato que o de qualquer outra estrada concorrente, em consequência da maior intensidade do tráfego, e finalmente o fato de se fazer a metade do percurso entre Agudos e S. Paulo em bitola larga, portanto em melhores condições de velocidade e conforto do que por estrada inteiramente de bitola estreita, eram razões que de sobra justificavam aquela resolução.

AFECIAÇÃO E VANTAGENS

Na mesma ocasião que se concedia concessão para essa linha, a Sorocabana recebia também autorização para o prolongamento até Bauri. Isto trazia, por consequente, o encontro das duas estradas em Agudos. Não se alarmou a Paulista. Longe de encontrar inconveniências, descobriu vantagens, principalmente de ordem pública, nessa aproximação de dois grandes sistemas de viação, em ponto tão afastado do litoral estabelecido fácil comunicação entre o sul e o oeste do Estado, portanto, permitindo e estimulando as relações do comércio inter-regional, já que uma das mais sensíveis lacunas do desdobramento de nossa rede ferroviária era sem dúvida a falta de meios de comunicação entre as zonas servidas pelas grandes sistemas de viação do Estado. Nessas condições, o encontro das duas linhas em Agudos, representava, incontestavelmente, mais um passo para o desenvolvimento econômico do Estado; que em sua natural tendência à expansão não haveria de viver sempre exclusivamente à custa da corrente de relações com a capital e o porto de Santos.

Assim acreditavam os diretores da Paulista, que também faziam previsões: "Se, transposto o Tietê e avançando em direção da região de Agudos, a Paulista acaba de fazer obra de reconhecida conveniência pública em relação à parte civilizada do Estado, não menos valioso será o resultado de seu esforço em favor do desenvolvimento dessa outra importante porção do território paulista que vai das nascentes do Felo às barrancas do Paraná, a qual, apesar de compor-se, segundo referem poucos que a penetram, de excelentes terras de cultura e de medir a superfície equivalente a quase 14 do território do Estado, entretanto traz ainda no nome de terra inóspita, com que até hoje flui na carta geográfica do país, o mais significativo atestado de tão desmerecido como completo, abandono em que há sido deixada. Levando a ponta de seus trilhos para aquelas bandas, a Paulista põe ao imediato alcance daquele sertão o mais fecundo propulsor de seu povoamento, o instrumento que mais facilmente poderá abrir-lhe as benéficas inundações do trabalho e da civilização".

Compreendendo a conveniência de haver naquelas paragens todos os recursos da vida civilizada, promove a Paulista a fundação de uma povoação no ponto terminal da linha, a qual se chamou "Piratinilândia".

Desenvolvendo-se as duas linhas na mesma região, surgiu logo a concorrência prejudicial aos interesses de ambas. A Paulista informava aos interessados. A concorrência só poderia ter lugar em relação a Agudos, onde as duas estradas se cruzavam e ali o prejuízo que cada uma notaria ter além de estar naturalmente limitado à referida localidade, achar-se, de antemão, distribuído pelas duas estradas. No referente à região além de Agudos, a concorrência não seria inóspita, porque se estendendo as duas linhas direções diferentes — a Sorocabana para Bauri e a Paulista frealdando a serra de modo a achar-se nas estações terminais a norte de 15 kms. uma da outra, é

evidente que cada zona se serviria da estrada que a percorresse. E se mais tarde as duas linhas quisessem prolongar-se, não só os seus próprios interesses, como os da grande região sertaneja aconselhariam, exigiriam mesmo, que cada qual continuasse a seguir direção diferente para o que não faltaria zona apropriada. Além dos pontos extremos existiam por explorar nada menos de cinco extensos vales, com uma superfície total maior do que a de alguns Estados do Brasil. Entretanto, ao muito mais tarde prolongou a Paulista as suas linhas; apenas estabeleceu a ligação Fedeirópolis-Bauri.

A Sorocabana ficou em Bauri e logo em seguida o prolongamento a que se refere acima foi executado, mas por outra estrada de ferro — a Noroeste do Brasil — com o fim de estabelecer a ligação com as finalidades estratégicas, abriu a civilização uma das mais ricas regiões do Estado. A sua construção apresentou dificuldades inúmeras, mas apesar disto foi feita com notável rapidez. Dois grandes embarços à construção se ofereceram: os índios que ali habitavam (ficou na memória de todos o massacre do abnegado monsenhor Claro Marcondes e sua comitiva) e a zona pestilenta que a estrada atravessava junto ao Tietê. Antes dos engenheiros, devia a Noroeste ser obra de higienistas, pois como se diz geralmente, na sua construção "cada dormente custou a vida de um operário".

Entre o vale do Tietê e a Araraquarense que atinge Taquaritinga, havia uma das mais ricas zonas cafeeiras do Estado em férteis "terras roxas", que neste decênio se vê servida pela viação férrea — a Douradense. Estrada tipicamente fazendeira, obedeceu a um traçado inevitável só para atender às grandes fazendas, pelo que o povo, sempre pronto a pilheriar, batizou-a logo de "estrada cata-café". Ligando primeiramente Ribeirão Bonito (ponto terminal dum ramal da Paulista) a Dourado e a Boa Esperança, teve depois suas linhas estendidas até Ibitinga, Boinópolis, Bariri e Jd.

CONQUISTA DO SERTÃO — 1910-1920

Este decênio consolida a conquista do "sertão desconhecido": a Araraquarense atinge Rio Preto (1912), a Sorocabana alcança Santa Anastácio, nas proximidades do rio Paraná (1920) e a região servida pela Noroeste começa a povoar-se. Este é o primeiro caso em São Paulo, da estrada preceder o povoamento. Como um colar, vão surgindo inúmeras povoações, ora transformadas em grandes centros de trabalho: Pirajul, Lins, Penapolis, Birigui, Aracatuba. Grandes fazendas recém-abertas incluem-se do progresso da região.

A São Paulo-Golias chega a Olímpia e a Paulista, a fim de melhorar as condições de seu traçado constrói a linha de Itirapina, evitando-se assim a serra do Cuscuzeiro. A Mogiana constrói suas últimas linhas alcançando o sul de Minas e ligando-se à Paulista em Pontal e em Guataporiz. A São Paulo-Minas, servindo de uma pequena estrada fazendeira, partindo de São Simão, dirige-se para São Sebastião do Paraíso, em Minas, ligando-se também a Ribeirão Preto por um ramal hoje paralisado. No litoral a "Southern São Paulo Railway" estabelece a ligação com o vale do Ribeira. Assim, a carta ferroviária do Estado quase se completa, pouco se diferenciando do estado atual.

1920-1940

Alguns acontecimentos importantes assinalam este período: a Sorocabana atinge o rio Paraná em Porto Epitácio, podendo-se assim em ligação com a extensa zona navegável daquele rio; a Paulista atinge por sua vez o Porto do Cemitério, no rio Grande, o que vem lhe trazer grandes vantagens quanto ao transporte do gado do Triângulo mineiro, dá começo à eletrificação da linha tronco e inicia o prolongamento alem de Piratinilândia, numa zona pioneira onde surgem repentinamente grandes centros de população: o exemplo de Marília tem sido citado em diversos trabalhos estrangeiros; na Noroeste constrói-se a variante Aracatuba-Jupia, evitando-se a zona terrivelmente maleitosa das margens do Tietê e dando nascimento a uma nova zona pioneira, cujo desenvolvimento é notável: Andradina, por exemplo, cuja existência data apenas da inauguração da estação (1897) já em 1938 era elevada a comarca, e como esta, outras cidades ali estão surgindo ou já surgiram: Guararapes, Mirandópolis, Alto Pimenta; a Araraquarense que desde 1912 tinha a ponta dos trilhos em Rio Preto prolonga-se até Mirandópolis cuida-se agora do prolongamento até Porto Getúlio Vargas (extremo do Taboado), no rio Paraná, completando-se assim, mais ou menos, o plano de governo imperial elaborado pelo engenheiro Pimenta

Bueno, ao qual já nos referimos no devido lugar. Outras pequenas estradas aparecem pelo Estado: uma delas, teve vida efêmera — a "Oeste de São Paulo" que, partindo do município de Jaboticabal pretendia seguir pelo vale do rio Turvo, na direção que agora está sendo seguida pelo prolongamento da Araraquarense. Infelizmente a "Oeste" não passou dos dez primeiros quilômetros; limitou-se a ser estrada de fazendeiros e com a crise de 1929 perdeu completamente o movimento, a ponto de seus trilhos serem retirados; dela hoje nada mais resta além da simples lembrança. Duas outras estradas merecem menção pelas suas finalidades singulares: a de Campos do Jordão destinada a servir os grandes sanatórios dessa maravilhosa estação de cura, e a de Piquete, com finalidade militar, pela fábrica de munições a que ela serve, nas proximidades de Lorena. Finalmente, o fato mais importante de 1920 para cá, na história ferroviária de S. Paulo, vem a ser a construção da Mayrink-Santos, na Sorocabana, quebrando assim o monopólio da antiga S. Paulo Railway referente às comunicações do litoral com o planalto. A construção desta linha é um dos exemplos admiráveis de esforço e capacidade da engenharia brasileira, pois o meio geográfico, que pelo relevo e natureza do solo quer pelo clima, ou quer ainda pela floresta, opôs sérias dificuldades à construção, mas que foram finalmente vencidas. Foi preciso perfurar 31 túneis e construir inúmeros viadutos. Esta região é uma das mais úmidas de todo o litoral brasileiro e alem disto, na parte baixa, a malária ameaçava dizimar os trabalhadores, té que em 1923, a luta foi rigorosamente dominada pela distribuição de quinina, visitas médicas etc. O índice malarico que era de 18,5% em 1920 foi reduzido para 1,54% ao se inaugurar a linha em 1927. As vantagens desta ligação, saltam aos olhos do menor observador: alem de quebrar o monopólio da companhia inglesa, facilitava as comunicações pela igualdade de bitola com as demais estradas do interior, com exceção única da Paulista que por ter a maior parte de suas linhas na bitola de 1,60 não se interessa por outra via alem da SPR.

Em 1929 o norte do Paraná começa a oferecer ao mundo uma das mais interessantes zonas pioneiras que se conhece. Uma estrada de ferro partindo de Ourinhos, sobre a Sorocabana, penetra logo em território paranaense, colaborando extraordinariamente no desenvolvimento da referida zona que, apesar de pertencer administrativamente ao Paraná, pode ser considerada como região econômica paulista.

O TRAÇADO

Depois de examinar a extensão das estradas de ferro em S. Paulo, é necessário que verifiquemos rapidamente alguma coisa referente ao traçado das mesmas. Adolfo Pinto já escreveu que "o desenvolvimento das estradas de ferro em S. Paulo obedeceu a um plano previamente delineado: as malhas da grande rede de viação foram sendo traçadas dia a dia, sem nenhuma preocupação de conjunto, sem sistema ou coordenação de partes, visando a um certo resultado geral, ao menos nos primeiros tempos". Aberta a linha de Santos a Jundiaí, fadada a ser a chave de todas as comunicações com o interior, a construção de todas as que se lhe seguiram se foi operando aos pedaços, à medida que os interesses agrícolas o determinavam.

Lançando-se os olhos sobre a carta ferroviária paulista, o que desde logo se vê é um grande tronco que avança para o interior, seguindo mais ou menos a linha média do território do Estado. Este grande tronco é formado pela Santos a Jundiaí e pela artéria principal da Paulista, a que vêm ter inúmeras ramificações de várias ordens, constituídas pelos seus próprios ramos e pelas linhas das outras estradas: Central, Sorocabana, Itatiba, Mogiana, Araraquarense, Monte Alto, S. Paulo-Golias e Noroeste, todas perfeitamente articuladas a esse grande eixo central que se estende de Santos até às margens do rio Grande.

Fugiríamos a nossa alçada se examinássemos a questão das bitolas, o regime tarifário ou as condições técnicas do traçado. Entretanto, podemos notar alguns defeitos neste traçado, decorrentes das próprias circunstâncias em que se operou o desenvolvimento das estradas: Já mencionamos o erro da Ituana que devia levar seus trilhos até Dois Carregos, Brotas e Jau, e não ficar, como ficou, em S. Pedro, tornando esta cidade ponta de trilhos sem ser boca de sertão. Ainda outro defeito na própria Ituana diz respeito ao seu ponto de partida que deveria ser a Capital e não Jundiaí, só

porque ali haviam chegado os trilhos da "Inglesa". Seria muito mais racional partisse a linha da Capital, desenvolvendo-se por exemplo, até Jau, via Parnaíba, Itú, Capivari, Piracicaba, S. Pedro etc.

Outro grande defeito de traçado é o desvio da Mogiana a partir de Casa Branca dirigindo-se para S. Simão e Ribeirão Preto em vez de seguir sua direção natural por Cajuru e Franca. De fato S. Simão e Ribeirão Preto, achando-se na direção exata do ramal de Porto Ferreira da Paulista, deveriam ser servidos pelo seu prolongamento natural até as margens do rio Pardo. Empenhou-se nisso a Paulista, mas o governo deu a vitória à causa da Mogiana, depois de demorada questão.

A penetração das estradas paulistas nos Estados vizinhos representa uma importância considerável para a economia paulista, pois coloca na dependência econômica de S. Paulo, como verdadeiros satélites, extensas regiões de Minas, Goiás, Mato-Grosso e Paraná. Vimos que neste ponto nenhuma estrada se aventava à Mogiana, que em cinco pontos diferentes penetra em território mineiro, articulando-se de tal modo com as ferrovias mineiras que torna muito mais fácil as comunicações do Sul de Minas com S. Paulo do que com o resto do próprio Estado de Minas. Assim também o triângulo mineiro, por via da Mogiana e da Paulista, o norte do Paraná, zona pioneira, já vimos ser uma região economicamente paulista, e a Noroeste faz todo o sul de Mato Grosso penetrar na órbita de S. Paulo. Um simples fato da vida quotidiana mostra bem esta ligação, para não dizer dependência: o Banco do Brasil, ao anunciar as suas ações, menciona as de Araguari, Campo Grande, Corumbá, Curitiba, Goiânia, Guaxupé, Ponta Grossa, Uberaba, Uberlândia e Varginha, como "situadas na rede ferroviária de S. Paulo".

CONCLUSÃO

Já é tempo de concluirmos alguma coisa da vasta exposição que fizemos do desenvolvimento ferroviário, em períodos decenais. Vimos que ele está condicionado ao roteiro do café e intimamente ligado ao povoamento do Estado. Apresentamos abaixo um quadro ilustrativo, contendo a quilometragem das estradas, a população e o desenvolvimento da cultura cafeeira, nos períodos que analisamos.

Ano	Habitantes	Kms	Cafeeiros
1880	895.000	0	28.800.000
1870	830.000	139	60.462.000
1880	1.107.000	1.212	69.540.000
1890	1.388.000	2.425	106.300.000
1900	2.278.000	3.373	220.000.000
1910	2.800.400	4.825	696.701.545
1920	4.592.188	6.816	826.644.755
1930	7.160.705	7.099	1.188.058.354

Creemos que pela nossa exposição ficou demonstrada a interdependência a que nos referimos entre a estrada de ferro, o café e o povoamento. Como muito bem observou o prof. Pierre Monbeig: "a progressão dos trilhos segue de perto, mas apenas segue os homens e o desbravamento. A via férrea progride aos saltos, tendo por ponto terminal durante três ou quatro anos um centro urbano importante, uma boca de sertão; durante esse período forma-se mais para diante um novo foco de densidade, nasce e se desenvolve uma pequena cidade pioneira. E é somente quando a companhia da estrada de ferro está segura de encontrar frete e viajantes, que ela se decide a levar os trilhos até a cidade pioneira, que de chocho recebe como uma chicotada: os terrenos valcizam-se, desenvolve-se o comércio e todos os dias chegam novos desbravadores. A antiga ponta dos trilhos, pelo contrario, perde sua atividade: torna-se centro administrativo e escolar, aparecem algumas fabricas, a estação desdobra-se em oficinas de consertos; tudo sossega e toma um aspecto provinciano. A "boca de sertão" está mais adiante".

Os trilhos são criadores de paisagens. E tão grande é a distinção entre estas paisagens que o povo considera como verdadeiras regiões do Estado exatamente as regiões ferroviárias, conhecidas pelos nomes das diversas estradas de ferro. Assim, se a estrada de ferro, na maioria dos casos paulistas, seguiu a marcha da agricultura, é ela que nessa terra nova, onde os homens pela primeira vez exploram as riquezas do solo, gera uma consciência regional. Talvez isso indique uma nova necessidade da política ferroviária: a estrada de ferro foi e, felizmente continua sendo o melhor instrumento de penetração, mas ao mesmo tempo ela deve ser empregada, habilmente, como um elemento de fixação e estabilização do povoamento das zonas rurais.



A serviço do Brasil...

PONTE ENTRE O PRODUTOR

E O CONSUMIDOR DE CAFÉ...

Há decênios que o café representa em nossa balança comercial o primeiro produto de exportação. É o maior produtor de divisas para o comércio internacional. E é pela sua participação no mercado brasileiro de café que a Standard Brands se orgulha de contribuir também para o engrandecimento deste país, no qual está radicada desde 1931.

Durante anos, a Standard Brands figurou entre os maiores compradores de café brasileiro nos Estados Unidos.

Em 1932, resolveu estabelecer-se no Brasil como compradora e exportadora de café, tornando-se assim uma grande produtora de divisas para o país. Mas a Standard Brands não compra e exporta, simplesmente: não age apenas como intermediária: industrializa o café para o consumo público, colaborando, assim, de maneira direta, para a imposição do café brasileiro.

Só em 1933, as exportações de café brasileiro pela Standard Brands produziram 45 milhões de dólares para a economia nacional. E disputando o mercado consumidor americano não só pela alta qualidade de seu famoso produto — o Chase & Sanborn Coffee — mas também através de uma intensa propaganda, a Standard Brands é um instrumento ativo da implantação do café brasileiro no maior mercado internacional que possuímos.

Os produtores brasileiros de café podem estar certos de que a organização Internacional da Standard Brands representa um esforço permanente para aumentar o consumo desse produto básico nos Estados Unidos.

Quanto maior a produção, quanto melhor a sua qualidade, mais fácil e mais positiva será essa tarefa, de tão vital importância para a economia brasileira.

© O Chase & Sanborn Coffee, apresentado ao Consumidor do Café, é uma marca registrada, foi distinguido com a Medalha de Ouro do certame.

© Os Laboratórios da Standard Brands criaram Benefice, um produto destinado a colaborar com as fazendas no beneficiamento do café em corte.

Standard Brands of Brazil, Inc.

PRODUTOS FINECHAMPS E PRODUTOS SOYAL

SUAIS EM:
RIO DE JANEIRO: São Mateus, Salvador, Campos, Jd. de São e Vitória
SÃO PAULO: Curitiba, Florianópolis, Santos, Guaxupé e Itapetininga
PORTO ALEGRE: Pelotas e Santa Maria
RECIFE: Fortaleza e Belém
FABRILAS: Lins, Itapetininga, e L. S. Jundiaí, e L.

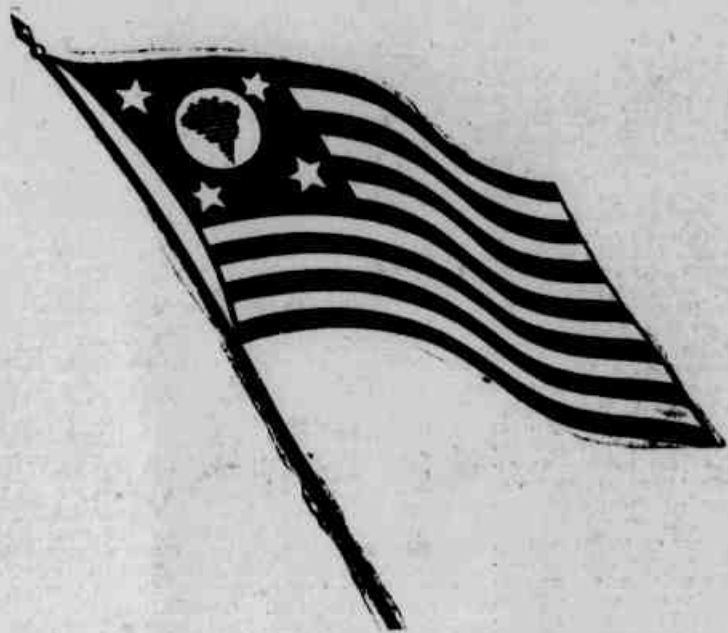
CAFÉ PATRIARCA

Café Patriarca

QUALIDADE AROMA PUREZA

RUA AUGUSTA, 2709 - Telefone, 80-1220

SÃO PAULO



Missão Cumprida

Felizes os que podem chegar ao fim de uma jornada, na convicção de que cumpriram o seu dever. É o que ocorre conosco, que diariamente fazemos rodar pelas estradas, centenas de caminhões transportando as riquezas que o genio empreendedor dos paulistas, cria cada dia. Chova ou faça sol, nas estradas infindáveis do incomensurável hinterland brasileiro, o caminhão roda sempre, rumo ao seu destino — motor e músculos ajudando a nação a vencer. Após longa viagem onde obstáculos de toda ordem são galhardamente vencidos, os homens que labutam no transporte de cargas, retratam o semblante de vanguardeiros do nosso progresso e afirmam orgulhosos: "Mercadoria entregue — Missão cumprida". Neste ano do IV Centenário, quando os paulistas rememoram os feitos gloriosos dos seus filhos, as empresas de transporte de cargas, saúdam a nobre gente bandeirante e reafirmam sua fé no destino maravilhoso desta grande terra!



Empresa Cairu de Transportes Ltda.
Avenida do Estado, 1571 - Fone: 33-7042

Empresa Imperial de Transportes Ltda.
Rua Frei Gaspar, 707 - Fone: 9-1817

Empresa Nacional de Transportes Ltda.
Rua do Hipódromo, 980/1000 - Fone: 9-2191

Emp. S. E. S. Transp. Urgentes S. Paulo Ltda.
Parque D. Pedro II, 1.092 - Fone: 32-6661

Empresa de Transportes Astral Ltda.
Rua Dr. Julio Cesar da Silva, 229 - Fone: 9-3618

Emp. de Transp. Com. e Imp. Caramuru Ltda.
Rua Dr. João Alves Lima, 240 - Fone: 9-6810

Empresa de Transportes Glória
Rua Visconde de Parnaíba, 2277 - Fone: 9-7924

Empresa de Transportes Minas Gerais S. A.
Rua do Hipódromo, 1465 - Fone: 9-1111

Empresa de Transportes São Luiz Ltda.
Rua 25 de Março, 113 - Fone: 32-7425

Expresso Alvorada
Fone: 51-9465

Expresso Arco Iris Ltda.
Rua Borges Figueiredo, 1250 - Fone: 9-7171

Expresso Cury
Rua Santa Rosa, 277 - Fone: 33-4087

Expresso Gimenes Ltda.
Alameda Barão de Limeira, 229 - Fone: 32-4265

Expresso Itulutaba
Rua Mamoré, 618 - Fone: 52-1005

Expresso Orion Sociedade Ltda.
Rua Lopes Coutinho, 447 - Fone: 9-2485

Expresso Paulista
Rua Borges Figueiredo, 156 - Fone: 9-5096

Expresso Santa Helena
Parque D. Pedro II, 924 - Fone: 33-3833

Expresso Universo Ltda.
Rua 25 de Janeiro, 197 - Fone: 34-7727

Flexa de Ouro S. A. - Transp. Com. Imp.
Rua Martin Buchard, 319 - Fone: 33-1274

Interbrasil - Transp. Com. Repr. Ltda.
Rua Flórida, 54 - Fone: 35-6407

Rápido Rodoviário Ruas S. A.
Av. Presidente Wilson, 2419 - Fone: 33-3004

Rodoviário Progresso
Rua Camomil, 113 - Fone: 9-5005

Transportadora Aurora Ltda.
Rua Flórida, 74 - Fone: 33-7566

Transportadora RA Ltda.
Rua Visconde Parnaíba, 2303 - Fone: 9-9767

Transportadora Santos Ltda.
R. Paula Souza, 208 - 2.º - s/ 26 - Fone: 34-4573

Transporte Harmonia Ltda.
Rua Cal. Francisco Amaro, 403 - Fone: 32-8310

Transporte Vencedor
Parque D. Pedro II, 784 - Fone: 33-4608

Transportes Kosmos Ltda.
Rua Dr. Almeida Lima, 1414 - Fone: 9-6203

Transportes Metaima S. A.
Av. Presidente Wilson, 2119 - Fone: 33-7944

Transportes SANCAP Ltda.
Parque D. Pedro II, 882 - Fone: 33-7766

*Sua mercadoria
chega mais depressa
pela Rodovia*



Desenho de DI CAVALCANTI

Café e Negro

Ernani Silva BRUNO

Não existe ainda pesquisa sistematizada que mostre, em toda a sua extensão, o papel do escravo na economia cafeeira de São Paulo, como não se fez ainda um estudo que definisse os valores culturais com que o negro contribuiu para o que se poderia chamar de "civilização paulista".

Este breve ensaio — menos ensaio aliado do que artigo de jornal — não pretende mais do que dar uma ideia do primeiro daqueles aspectos da formação histórica de São Paulo: a contribuição dos negros na implantação e na expansão da cultura cafeeira durante o seu primeiro século de existência.

Fundamentam-se as notas que se seguem em monografias, memórias, tratados e manuais antigos relativos à cafeicultura; em livros de cronistas e memorialistas que viveram ou conheceram as "zonas do café" no século passado; em depoimentos de viajantes que estiveram em São Paulo no decorrer do oitocentismo; em relatórios de governos da província; e, mais raramente, em "estatutos" de fazendas cafeeiras do tempo do regime servil. (1)

As referências e depoimentos aqui reunidos mostram as condições econômico-sociais da capitania de São Paulo em fins do século dezoito, com os elementos que propiciaram a implantação do café; o roteiro da expansão cafeeira em terras paulistas e a condenação de escravaria negra nas zonas de produção; e alguns aspectos da atividade dos cativos nas fazendas.

São Paulo em fins do século XVIII

QUAIS as condições econômico-sociais da capitania de São Paulo quando, em fins do século dezoito e primeiros anos do dezenove, começaram a se inserir em sua paisagem as lavouras de café, a princípio quase como culturas de quintal? Deve-se recordar em primeiro lugar que o banditismo e a emigração de paulistas para as terras do ouro haviam colocado a região vizinha em absoluto segundo plano dentro dos quadros da economia colonial brasileira, toda ela baseada, essencialmente, na lavoura da cana e na produção do açúcar. Em fins do setecentismo perguntava-se significativamente o historiador Frei Gaspar da Madre de Deus em carta ao governador Lorena: "Mas para que recordar o comércio e agricultura dos tempos mais antigos, se não ignora que por espaço de quase dois séculos não se fez acuar algum nesta capitania, que cessou totalmente a navegação para Angola e que acabou o comércio com o Reino por falta de frutos que se transportassem?" (2)

De agricultura, em São Paulo, restavam as culturas ralas de mantimentos a que se referia, em 1786, o governador Morgado de Mateus: "A raiz de todo o mal é o método de lavoura que se pratica... Para terem o necessário alimento ignoram todos o melos que não seja o de freme fazer roças no mato virgem, e estão tão preocupados desta opinião que nem só não há que não diga que não pode nestes países haver outra coisa; até os

mesmos filhos do Reino que cá vivem de há muitos anos são deste parecer; todos afirmam que a terra é fria, e que não tem substância senão na superfície; que se não pode usar arado, que alguns já usaram dele, que tudo se lhe perdeu". (3) "... Só se planta em mato virgem pelo pouco que custa e pela repugnância que têm de se sujeitarem ao maior trabalho de cultivarem os campos como nestes Reinos. Apenas colhe cada um para seu sustento próprio, muito pouco sobeja para vender ao público. Ninguém trata de aproveitar os efeitos do país (produções do solo), por cuja causa se acha o povo reduzido à mais lastimosa pobreza". (4)

Essa situação perdurava ainda na penúltima década do setecentismo, como se pode verificar pela leitura das "Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de São Paulo", em que José Arouche de Toledo Rendon, depois de traçar um panorama tão sombrio como aquele descrito pelo Morgado de Mateus sugeria que, nas obras públicas empreendidas na capital de São Paulo se empregassem os índios — pouco aplicados à lavoura — pois dessa forma os escravos negros, que andavam assalariados nessas tarefas urbanas, "iriam trabalhar na cultura das terras dos seus senhores". (5) Arouche viu bem: foram precisamente as disponibilidades em escravos negros — em parte retornados da mineração com seus senhores — que permitiram em fins do século dezoito, através de um esforço provavelmente penoso de readaptação, uma lenta recuperação da economia agrária paulista, com base especialmente na cultura da cana de açúcar. Aliás, já em 1788 assinalara o próprio Morgado de Mateus que os escravos negros só representavam "uma espécie de riqueza certa" quando ocupados na mineração ou nos engenhos de açúcar. (6)

Açúcar, fumo, algodão e gado

Ao contrário do que ocorrera desde tempos mais remotos em Pernambuco ou no recôncavo da Bahia, não havia, portanto, se consolidado em São Paulo até o fim do século dezoito e o começo do dezenove — e Sérgio Buarque de Holanda destacou a importância desse fato — uma tradição agrícola realmente grande e próspera, com quadros definitivos. (7) Isso explica, em grande parte, a aceitação rápida que teve, por parte dos lavradores paulistas, a cultura cafeeira, e a sua expansão particularmente acelerada por vastas regiões da província.

Por outro lado, a organização da fazenda de cana e engenho de açúcar — exigindo a concentração de numerosos escravos negros e por isso explorada por homens abastados — podia fornecer de início os quadros dentro dos quais se implantaria em terras de São Paulo a cultura cafeeira. O café não teria podido de pronto se estabelecer e prosperar se a situação geral da economia rural paulista fosse a de extrema desorganização de meados do setecentismo, ou se não pudessem os fazendeiros dispor de braços cativos em quantidade razoável — uma vez que os roçados livres, em geral caboclos, de modo nenhum se prestariam

ao tipo de trabalho sedentário e coletivo reclamado pelas grandes explorações açucareira e cafeeira. Paradoxalmente, a pobreza da herança rural paulista — temperada, todavia, por um mínimo de recursos e organização, em fins do século dezoito, em consequência do renascimento da cultura canavieira — constituiria a melhor condição para que na província se inserisse a cultura cafeeira com possibilidades de um desenvolvimento amplo.

As lavouras de mantimentos, as de tabaco — possibilitando trocas com escravos africanos — as de algodão — permitindo o desenvolvimento de uma indústria de panos grosseiros para vestuário dos cativos — e a criação e comércio de animais — dando ensejo à organização das tropas de transporte — foram outros tantos elementos que, na humildade da sua significação econômica, contribuíram, no entanto, para que se completasse o quadro em que ia projetar-se o ciclo do café em S. Paulo.

Bananal, Campinas e Ribeirão Preto

Já se escreveu muita coisa a propósito da introdução do café no Brasil e dos caminhos que ele percorreu na sua expansão através das províncias do Rio de Janeiro, de Minas e de São Paulo. Basta assinalar aqui que, das vizinhanças da Corte, onde se iniciou provavelmente no período de 1760 a 1768, a nova cultura teria começado a se expandir para algumas regiões fluminenses e depois, mineiras e paulistas. Parece provável que, pela contiguidade do território fluminense, onde a expansão cafeeira se fizera de Mendanha para São João Marcos e Rezende, a sua penetração em território paulista tenha ocorrido pelos distritos de S. José do Barreiro, Areias ou Bananal — não podendo ser posta de lado, todavia, a possibilidade de que as primeiras plantações tivessem sido feitas em distritos do litoral como Ubatuba ou São Sebastião, na mesma época.

Foram essas duas zonas — o Vale do Paraíba e o litoral-norte — aquelas em que, no começo do século passado, a lavoura de café se implantou como elemento econômico positivo. Plantava-se "muito café" — segundo a "Memória e política da capitania geral de São Paulo" (1814), de Chichorro — na região das vilas de Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela. (8) E da importância da nova cultura ao longo do Vale do Paraíba dão testemunho as referências contidas no relato de Saint-Hilaire, em 1822: Bananal ficava no meio de uma região onde se cultivava muito café e cujos habitantes "contavam por isso com rendas consideráveis"; em Areias havia proprietários de fazendas que possuíam quarenta, sessenta, oitenta e até cem mil pés de café, "com que ganhavam somas enormes"; o produto era bastante cultivado em Cachoeira e em Guatatinguetá; e começavam a cuidar dele os lavradores das cercanias de Taubaté e de Jacareí, mais ao sul. (9)

No oeste e no sul da província, apesar de contar Martim Francisco nos seus "Jornais de Viagem" (1803-1804) que os lavradores, sobre-

tudo em Itú, iam se aplicando "com toda a força" à nova lavoura, não teve importância na época a cafeicultura. (10) E segundo as reminiscências de Ricardo Gumbelton Daunt, os senhores de engenho campineiros desse tempo tinham em geral em grande desprezo a cultura do cafeeiro, "que reputavam ser um ramo apenas de quitanda, não obstante a boa aceitação que em pontos da província do Rio de Janeiro esta nova lavoura achava adquirido". (11) Conclui-se, portanto, que nos primeiros tempos, no oeste, o temor das geadas — e as condições relativas ao transporte, que impossibilitavam de modo geral a internação das fazendas produtoras.

Em meados do século passado estava já em seu apogeu a cafeicultura no vale do Paraíba: em 1854 trabalhavam nas fazendas de café de Bananal 7.662 escravos; 4.345 nas de Taubaté; 4.069 nas de Areias; 2.800 nas de Pindamonhangaba; 2.435 nas de Jacareí; 2.300 nas de Queluz; 1.621 nas de Lorena; 1.605 nas de Guaratininga; e 1.500 nas de Araruama. (12) Entretanto, pouco depois, em 1859 — segundo uma referência do brigadeiro Machado de Oliveira, baseada em estatísticas — em certas áreas do extremo "norte" paulista já eram evidentes os sinais de cansaço das lavouras cafeeiras: em Bananal, por exemplo, a colheita daquele ano revelava o declínio sensível dos cafezais. (13)

Na expansão do café para o Oeste coube a Campinas o papel decisivo. De 1835 a 1840 alguns fazendeiros começaram a substituir suas lavouras de cana pelas de café e em 1842-1843 já se fizeram colheitas importantes. (14) Contando novas fazendas de café em 1836 (com a produção insignificante de oitocentas arrobas) (15) tinha Campinas em 1852 oitenta e nove fazendas (200 mil arrobas). (16) Em 1854 eram setenta e sete fazendas (6 mil escravos, 335 mil arrobas) (17) e em 1880 cento e oitenta e nove fazendas (700 mil arrobas). (18) Partindo de Campinas em meados do século, os cafezais se estabeleceram logo em Limeira e em Rio Claro, e depois de 1860, em São Carlos, Descalvado e Araraquara. A consolidação da cafeicultura no Oeste correspondeu ao começo de sua decadência no Vale do Paraíba, agravada esta última ainda mais tarde, pela emigração de fazendeiros e negros para a zona da Mogiana. "Nas vésperas da abolição — escreve Dacio Aranha de A. Campos — era assaz elevado o número de pretos nas fazendas da Mogiana e da Paulista, tendo diminuído consideravelmente a quantidade deles no Vale do Paraíba". (19) E em 1888 Joaquim Floriano de Godol clamava contra a propaganda "para retirar de seus lares milhares de trabalhadores nacionais e empregá-los nos serviços agrícolas do Oeste". "Para este fim — acrescentava — os meios percorrem a escala de todas as sedições, e quando estas afluxam surge a prepotência dos melrinhos e das subdelegacias". (20)

Capitais, terras e mão de obra

Sem dúvida em sua expansão pela província de São Paulo — através do Vale do Paraíba e em parte do Oeste — a cultura cafeeira

aproveitou de início os quadros econômicos — capitais, terra, edificações, mão de obra — dispostos para a lavoura da cana e a produção do açúcar. O café foi substituindo a cana na medida em que se revelou uma inversão de capitais mais compensadora. Da competição entre as duas culturas e da substituição de um produto de exportação por outro — explorado nas mesmas condições e dentro do mesmo regime de trabalho — encontra-se uma infinidade de testemunhos, não só nos livros de viajantes que percorreram a província na época, e nos trabalhos de memorialistas e cronistas do passado de São Paulo, como nos próprios relatórios do governo provincial em meados do oitocentismo. A mudança da cultura do açúcar para a do café — dizia-se no relatório do governo de São Paulo em 1852 — é uma tendência que os nossos fazendeiros manifestam e se vai operando insensivelmente. (21) O relatório de 1855 ainda era mais positivo: "A cultura do café tende a reduzir consideravelmente, se não a obsoletar, todas as demais indústrias agrícolas, e oferece atualmente o aspecto mais lisonjeiro. A cultura da cana se reduzirá às proporções compatíveis com o consumo da província e o de alguns municípios de Minas". (22) Finalmente, o relatório de 1864 mostrava que a cultura canavieira tinha sido quase abandonada, porque os lavradores preferiam a do café por ser mais vantajosa. (23)

A parte mais considerável das inversões, na cafeicultura, foi sempre a relativa à mão de obra: a aquisição e renovação da escravatura. Inversão que foi aumentando à medida que as lavouras se ampliaram e que encareceram os cativos, sobretudo depois da extinção do tráfico. Depoimento bastante expressivo do propósito da mão de obra nas fazendas paulistas de café foi registrado em 1822 por Saint-Hilaire, na zona de Areias. Perguntando em que empregavam o dinheiro — somas enormes — os proprietários de cafezais das redondezas, respondeu-lhe um informante: "O senhor pode ver que não são construídas boas casas e mobiliando-as; comem arroz e feijão; vestuário também lhes custa pouco; nada gastam com a educação dos filhos, que se entregam com a ignorância e são inteiramente alheios aos prazeres da convivência; mas é o café que lhes traz dinheiro; não se pode colher café senão com negro; pois comprando negros que gastam todas as rendas, e o aumento da fortuna se presta muito mais para lhes satisfazer a vaidade do que para lhes aumentar o conforto". (24)

Para o reforço do abastecimento de negros das lavouras cafeeiras de São Paulo de meados do século passado, em diante, além dos desembarques clandestinos, contribuíram consideravelmente os engenhos de açúcar decedentes do nordeste do Brasil. Sabe-se que entre 1852 e 1858 emigraram mais de vinte e sete mil negros do norte para o sul do país (25) e segundo Pedro Calmon a média, entre 1850 e 1870, foi de trinta mil escravos por ano: "A Bahia e o Maranhão substituíram, depois do tráfico, o Congo e Angola, relativamente às plantações paulistas". (26) Merecendo abundante de pretos nordestinos localizou-se, por exemplo, em Casa Branca, entre 1870 e 1880, toda a região da Mogiana se forneceu de braços trazidos, em lotes de cem a duzentos trabalhadores, por tropeiros baianos. (27) O preço dos escravos, que era de quinhentos a setecentos mil réis em São Paulo, em torno de 1850 (28) — o que já se achava que era um desperdício, assinalando o relatório de um presidente da província que, por isso, os negros tinham se acumulado só em poder de fazendeiros muito opulentos (29) — depois atingiu então a cifra — elevadíssima — comprados na Bahia ou no Rio de Janeiro — cativos custavam em torno de 1880, no Oeste de São Paulo, de dois a três contos de réis. (30)

(CONCLUI NA 14.ª PAG. DESTA CAD.)

A BOLSA AO AR LIVRE DOS GRANDES E PEQUENOS NEGÓCIOS DE CAFÉ

As transações começam no passeio, sobem a escada dos prédios próximos e terminam nos escritórios dos corretores — No começo era só café — Depois entrou o algodão e por último o terreno

Reportagem de Barros FERREIRA (Dos "Diários Associados")



Começam a chegar ao largo os homens de negócio do café

Desce o observador no rosto a inquietação dos outros. Falam pausadamente. Têm gestos comedidos. São homens graves. Muitos deles de procedência oriental. Não há pressa nos seus movimentos. Parecem indiferentes ao tempo, e imunes à preocupação da marcha dos ponteiros. Se metem a mão no bolso e retiram alguma coisa, não é em busca de relógio. O que exibem em seguida é uma lata de tamanho médio. Abrem-na. Dentro só há grãos de café. Só aquilo interessa. Aquela conjunto de grãos suscita logo opiniões:

- Bom.
- Não é bom, é ótimo.
- Nem tanto.
- Tipo 4, do melhor. Doce.
- Quantos sacos?
- Mil, para pronta entrega.
- Quanto quer?
- Deixa e me dá.
- O café é bom. Mas acho um tanto caro. Não sei se aranjará comprador...
- Já tenho.
- Parabéns. A esse preço é bom negócio.

Também para quem compra. Outro entra na conversa. Tem também café para vender. Excelente. Tira a lata do bolso. Exibe os grãos. Um corretor escolhe uma semente. Mordia-a. Dá opinião elogiosa.

— De que zona?
— Só podia ser da Mogiana. Desta qualidade só mesmo lá.

AS ZONAS
E trava-se, então, a discussão continuamente repetida:
— Há café tão bom como da Mogiana, o de Marília, por exemplo...
— Não vale nada em comparação com o da Mogiana. Doce, só mesmo lá.
— E depois, o da Noroeste.
— Exagero. O da alta Paulista é muito bom. Tem tipos excelentes. Não é questão só de zona, mas também de fazendeiro. Uma boa fazenda da Paulista dá café comparável ao da Mogiana. Até melhor que muito ali colhido.
— A Araraquarense tem tipos muito bons.
— Melhor do que da Mogiana, não.
— Ora, conforme.

EVOCAÇÃO
Um corretor começa a discutir preços. Um diz que a saca de café está custando demais.

tado a 18 cruzeiros e pouco pelo Banco do Brasil e depois vendido a 60 cruzeiros e mais. Quem ganha rios de dinheiro é o governo.

— Sabe de uma coisa? É mesmo bom que haja muito dinheiro. Se não teríamos uma crise igual à de 1930. Você se recorda? Em 1933 e 1934, que desastre! Um saco de café em coco, de variação, comprava-se a 6 mil réis. Seis mil réis, ou seja, como agora se diz, seis cruzeiros. O café de arvore era vendido pelos fazendeiros a 9 cruzeiros.

— Vendi café limpo, chato, graúdo, da Mogiana, a 30 cruzeiros a saca. Informa outro — Entreguei mil sacos por esse preço. E o fulano que comprou ainda torcia o nariz e achava que não tinha feito bom negócio. Havia café mole excelente. E quando alcançava 35 cruzeiros a saca o fazendeiro esfregava as mãos. Nunca se viu desmoralização tamanha de preços. Que bruta miséria!

O jornalista vai ouvindo sem ser notado. Vai registrando aquelas conversas, espontâneas, como flutuantes. Nada de pose. Palavras e opiniões brotam espontaneamente, sem pose, nem premeditação.

Assim é o largo do Café.



ASPECTOS ATUAIS

O movimento começa cedo. Por volta das 8 horas já há corretores parados pelos passeios ou encostados às portas próximas. Em volta, surgiram atividades mantidas pela afiluação desses ativos intermediários. No início, só existia um café na esquina. Depois, foram montados diversos e estão sempre com movimento. Uma oficina de conserto relampago de calçado, foi instalada num rés-do-chão que mais pareceu uma cova, e até uma torrefação montou um posto para a venda de café moído na hora, bastante freqüentado.

Mas os corretores de café, os das caixinhas, como os outros dizem, são menos afobados e começam a comparecer depois das 10 horas. Alguns chegam mais cedo. Mas duas andorinhas não fazem verão. Diferem dos demais. Não



Aqui se reúnem e conversam. Ofertas e contra-ofertas em todas as bocas. Fecham-se negócios a cada minuto.

BANCO F. BARRETTO S.A.

SÃO PAULO

Rua 15 de Novembro, 269 - 1.º andar
Caixa postal 8.377

MAIS DE MEIO SÉCULO A SERVIÇO DA COLETIVIDADE

Matriz: MOCOCA
DEPARTAMENTOS EM:

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO — ALTINÓPOLIS — CA-
CONDE — CAJURU — CASA BRANCA — SANTA ROSA
DE VITERBO — SANTO ANTONIO DA ALEGRIA — SÃO
SEBASTIAO DA GRAMA — SAPECADO (hoje DIVINO-
LÂNDIA) e TAPIRATIBA

DEPOSITOS — DESCONTOS
CAUÇÃO E COBRANÇAS



SAUDAMOS

os construtores da riqueza nacional

O que o paulista realizou em quatrocentos anos foi devido, em grande parte, à sua preocupação de aproveitar cada momento que passa. Trabalhar desde cedo, produzir cada vez melhor, são qualidades marcadamente paulistas. E o resultado aí está: o café, cultura incipiente em outras terras, tornou-se, pelo mourejar dos bandeirantes, na primeira fonte de riqueza nacional. Lancemos os olhos para o quadro portentoso de realizações do povo paulista: ele nos mostrará que cada segundo que flui na escala do tempo significa um avanço para um futuro mais próspero e mais magnífico ainda.

WESTCLOX

O DESPERTADOR QUE ACORDA A NAÇÃO

O CAFÉ — SUA INTRODUÇÃO NO PAÍS

Em 1737, por questão das fronteiras do Brasil ainda colonial, surge em Calena o Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta. Amplo chapéu bordado, roupas finas, um manteau just-au-corps et culotte d'écarlate, e sapatos de couro, como resultava de sua figura reconstituída por Marques Junior, dir-se-ia D'Artagnan, fugido com vida dos inescutíveis "Três Mosqueteiros".

Não admira, portanto, que a senhora Claude d'Orville, esposa da suprema autoridade da Guiana Francesa, metesse no bolso da casaca de Mello Palheta sementes de café para o plantio no Pará, embora isso fosse proibido. O que não é capaz de praticar uma mulher rendida diante de galanteio que fidalgamente lhe rende homenagens?

Afirmar-se-á que tudo isso não passa de lenda atraente. Pouco importa. A fantasia vale, não raro, mais do que a realidade. E o certo é que Francisco Mello Palheta, ao regressar de Calena, trouxe para o Brasil sementes e mudas de café, distribuindo-as por gente de prol em Belém. Graças a esta distribuição, não tardou que a cultura do café se estendesse no hoje Estado do Pará, pois, em 1732, eram remetidas sete libras de café para Lisboa pela barca "Santa Maria". E em 1742 existiam no Pará 17.000 pés de café, com exportação, em 1750, de 4.835 arrobas de café.

E foi de lá que se deslocou o café para o Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro. Os cafés, que surgiram, logo a seguir, em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, provêm de sementes de café oriundas das plantações fluminenses.

O escravo foi utilizado para o arroteio das terras. Com a escassez da população não seria possível, a princípio, a expansão geral da cafeicultura no Brasil, em se recorrer à escravidão. E não se envergonhe que isso tenha acontecido. Qual a razão que não lançou mão de escravos para a firmeza, prosperidade, sobretudo nas lides agrícolas? Mas, não foi só a cafeicultura que exigiu a escravidão. A cana de açúcar, também, maxine em Pernambuco.

Com as sementes e mudas, os cafés foram trazidos para o Rio de Janeiro por Francisco Mello Palheta e com o concurso do braço do escravo negro, arrebato da África pela colônia desmedida do homem branco, o Brasil se converteu em cafeicultor. O café se transformou em riqueza para o país.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Com a cafeicultura, o Estado do Rio de Janeiro conheceu tempos aurosos. O desbravamento de seu território começou com a cana de açúcar e gado grosso nas baixadas e lezírias. Nos vales e terras acidentadas, cultivava-se algodão, anil, cana de açúcar, etc. E, por fim, a economia rural fluminense, ao encerrar-se o século XVIII, assentava-se nessas culturas.

Lutava-se contra as inundações, porque o senhor dos engenhos se localizava à beira dos rios, sempre de preferência às várzeas. Era a época do ciclo de açúcar, e do apogeu de Pernambuco com sua "Casa Grande e Senzala". Paraty, Angra dos Reis, Campos, Cabo Frio, Estrela eram então núcleos vivazes de atividade econômica (Oliveira Vianna).

O café, porém, alterou, por completo a tendência para a exploração agrícola que era levada a efeito nas baixadas e nos terrenos planos. Conquistou a região da Serra, no século XIX. Canta Galo e Madalena influíram no desenvolvimento da cafeicultura até Campos e Rio de Janeiro, justamente onde ela se irradiou para a Zona da Mata, em Minas Gerais e através do Vale do Paraíba, para São Paulo. E não tardou muito em verificar que as "aldeias do açúcar" deram lugar, no tocante a seu esplendor, para as "aldeias do café".

O Vale do Paraíba se agitou com o cultivo do café. Surgem palácios que deslumbram D. Pedro II. As propriedades rurais ostentam solares dignos de príncipes e nobres.

Onde o café aparece em escala avantajada para a exportação, cria-se a quimera. E assim no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo e hoje em dia no Paraná. Só depois, com o passar dos tempos e a incertidão que a ele se dedicam, vem a decadência das "Cidades Mortas" de Monteiro Lobato.

NO ESTADO DE S. PAULO

O café penetra em São Paulo, acompanhando a estrada das tropas, e logo livra a capital paulista. A Corte, agora capital federal. Repontam os cafés, quer pelos declives das faldas, quer pelas lombadas, das morrarias das Serras do Mar e da Mantiqueira. Die-se-ia que os cafés fluminenses invadiam o território de Piratininga. Bocaina, São José do Barreiro, Queluz, Silveira são conquistados pelo café. O seu avanço se detém nas divisas das águas do Paraíba com o Tietê, entre Jacaré e Mogi das Cruzes.

Em seguida, o quase concomitante. Campinas, já cafeicultura, conquistou o galardoado de grande cidade do café pelo Estado de São Paulo, nas suas esplêndidas terras roxas, principalmente onde medram, em suas matas exuberantes, os pau d'álho, figueira branca, jangada, brava, cobeiro e palmito branco. Não lhe faltam, outrossim, os camarões de meia

legua, o laborandi pintado e o sapurussu.

E o café se transforma no braço da riqueza de São Paulo para o bem do Brasil. O ciclo do açúcar e do ouro, nos tempos coloniais, e tudo o mais posteriormente, são de pouca importância em confronto com o café (Roberto Simonsen) na estruturação econômica da nação. Se não fosse o café, o Brasil, sem dúvida, nem teria alcançado a posição de grande potência na América do Sul, sobretudo após o colapso da borracha na deslumbrante amazônia.

PREVIDENCIA DE D. PEDRO II

Com o dobrar dos anos, entrou-se a compreender que a Agricultura, para ser prospera, necessitava de viver sob o influxo da ciência, aproveitando os seus ensinamentos, bem como a indústria. A Europa se preocupava com a redução das colheitas nos seus campos. Na Inglaterra se funda a estação experimental de Rothamsted. Preconiza-se a rotação das culturas, já em voga na Flândres. Isso, todavia, não basta para a produção agrícola ser de muito como é indispensável, principalmente no que diz respeito a gêneros alimentícios.

O Brasil, por seu turno, não poderia fugir a tal contingência, mais cedo ou mais tarde. Os cafés, aqui e acolá, mostram perda de vitalidade em face do declínio de fertilidade dos solos. E D. Pedro II, imperador imperador, impõe a este país, localizada em Campinas, o Instituto Agronômico, entregando a sua direção a Darter, jovem de louros cabelos, mais cientista de fato.

Como o grande Pasteur, que se meteu a estudar a causa da doença do bicho da seda, na ignorância de tudo quanto se referia à Sericicultura e o resolveu brilhantemente. Darter encarou, de frente, a restauração dos cafés, com o auxílio de adubação sem teor de açúcar, mas com teor de açúcar. Merece de seus estudos a esse respeito, o nome internacional do Instituto Agronômico e a Campinas.

E de Darter o preceito de emprego de matéria orgânica, como adubo indispensável, nos cafés. Só não o sabem os que não leram os ótimos relatórios que deu à estampa na qualidade de diretor do Instituto aludido. Darter não se preocupou com a técnica do plantio do café. Diante da produção que alcançava, não raro, 300 (trezentas) arrobas por mil pés nas regiões novas, jamais preconizaria alteração nessa técnica, empiricamente arquitetada pelos paulistas e observada até nossos dias com notável êxito pelos que transformaram o "hinterland" paulista em mares verdes de cafés.

Frise-se bem: — nos primórdios da primeira República, Darter assegurava que era imprescindível empregar adubos orgânicos para que os cafés se conservassem em condições propícias à produção abundante e remuneradora. No "II Centenário do Café do Brasil", Melo Moraes afirmava, com conhecimento de causa, que a adubação de cafés, precisa-se, antes de tudo não poupar esforços nem recursos, sacrificios, com o fim de carrear aos terrenos os elementos substanciais orgânicos, para que se estabeleça o equilíbrio necessário ao crescimento e desenvolvimento da planta. Entre estercos de curral, o mais bem preparado, a uréia elevada e o bagaco de cana, meio velho, que se tenha qual de graça opõe-se, sem pestanear, pelo segundo, salvo se, previamente, se alimente com o produto do não se recorrer a adubos minerais. E não se diga que o provimento das solos com substância orgânica é de todo em todo irrealizável em São Paulo, pois facilmente já se encontram muitas propriedades agrícolas onde isso se encontra convertido em promissora realidade. Também se pode, para isso, lançar mão de plantas apropriadas como se faz em Java, com a *Crotalaria anagyroides*, que produz por hectare 40 a 60 toneladas de substância verde, contendo, ademais, azoto equivalente 370 kg de sulfato de amônia.

E consequência a incorporação da matéria orgânica aos solos dos cafés, o qual fica assim, e dentro em pouco, enriquecido de humus, está dando um grande passo para o aumento das colheitas. E que com isso se logra de um lado, que vários fatores da natureza se apresentem favoráveis ao crescimento da planta, e de outro, que a planta penetre com facilidade no terreno e seja ali conservada por mais dilatado tempo, a beneficiar a vegetação, sobretudo quando as chuvas regarem.

Lembra bem. A aplicação de estercos de curral "composto", lixo fermentado, restos de colheitas, leguminosas, nos cafés, é coisa velha, sabida e respeitada. Os mais antigos cafeicultores carregavam para os pés de café a serrapilheira das matas.

FERTILIZANTES MINERAIS

Mas, Darter não se limitou a experiências com adubos orgânicos na restauração dos cafés. Aboliu-se ao estudo experimental do empre-

go dos fertilizantes minerais com o mesmo e precipuo fim, muito embora a Química Agrícola apenas começasse a balbuciar. Até hoje a maior parte das formulas de adubação mineral do café, em voga em São Paulo, alceia-se nos seus ensinamentos.

Posteriormente, o Instituto Agronômico relegou a deploável esquecimento esse assunto de capital importância não apenas para São Paulo, mas para todo o Brasil. Com Theodoro Camargo é que retornou ao exame, com experiências bem planejadas, do problema de adubação dos cafés.

E foi por isso mesmo que "II Centenário do Café", Melo Moraes se viu obrigado a encerrar a questão em bases mais teóricas do que experimentais, em "A Adubação do Café", conferência feita sobre os auspícios das associações rurais existentes em 1927, em São Paulo. Nada havia a esse respeito, além do que Darter fizera em Campinas e outros dados colhidos em fazendas de propriedade particular, com a colaboração da "Luiz de Queiroz".

Desafia-se a quem quer que seja que empregue fertilizantes minerais nos cafés, com orientação diversa da que ali se defendeu para esse fim, uma vez que não existem trabalhos experimentais, difíceis de execução por longos e demorados. As experiências com café no campo é problema de investigação que requer elevado pre-

ANALISE PARCIAL DO CAFÉ

ELEMENTOS	3.880 kgs. de cerejas inteiras	1.000 kgs. café exportado proveniente dos 3.880 kgs. de cerejas	Pergaminho e polpa derivados dos mesmos 3.880 kgs.
Acid. Fosf.	3.974 ks.	2.897 ks.	1.077 ks.
Potassa	28.720 ks.	14.441 ks.	14.279 ks.
Azoto	23.856 ks.	16.800 ks.	7.026 ks.

A simples inspeção desses números mostra que 1.000 quilos de café exportados retiram do café 14 quilos e 441 gramas de potássio calculado na forma de óxido ou, convertendo-se a produção na unidade usual no meio agrícola paulista, resulta que 100 arrobas em grão carregam consigo 21 quilos e 661,5 grs. de potássio, ou seja, 21,6615 grs. de 7 grs. de cloreto ou 58,5 números redondos 22 quilos, portanto, que, expressos em cloreto a 50 de K2O e sulfato a 48%, se transformam, respectivamente, em 44 e 45 quilos e 833 grs.

Por conseguinte, o cafeicultor que, colhendo 100 arrobas por 1.000 pés, devolver a esse café toda a palha e mais 44 grs. de cloreto ou 45,84 grs. de sulfato de potássio, por arroba e por ano, pode afirmar, abertamente, que está agindo, no que concerne à lei da restituição.

Ponderar-se-á, porém, que este cálculo, para ser teoricamente exato, precisaria englobar o potássio que é deslocado para as camadas profundas do solo, ficando, por isso, fora do alcance das raízes até do próprio café. E a pura verdade. Nas condições aqui ventiladas para adubação dos cafés, esse argumento não tem a mínima força pois foi previamente estabelecido que os restos de colheitas orgânicas, a qual indubitavelmente tem potássio e restabelecerá com sobre o déficit em registro. Contudo, se se quiser levar

DEDUZIDO DE:	OXIDO	CLORETO DE 50 K2O	SULFATO A 48% DE K2O
Lei da restituição	22,00	44,00	45,84
Lei citada e deslocamento no solo	26,50	57,00	59,40
Lei citada e aproveitamento de 50%	44,00	88,00	91,67
Lei citada e aproveitamento de 75%	30,00	60,00	62,50

A vista disso, porém, é bom desde logo confessar que nenhuma referência se faz a respeito do potássio que existe no solo. E assim, se procede com premeditação prévia. E que, para jogar com o conteúdo do terreno nesse elemento, não se pode, em absoluto, generalizar, porquanto acontece, não raro, que nos solos cujas análises comuns lhe dão franco caráter de rico, precisam desse fertilizante para proporcionar abundantes colheitas e outros, muito menos ricos, comportam-se de maneira justamente inversa. Por isso, já em 1921 Dumont propunha que se dosasse o potássio nas diferentes frações que são deslocadas pela análise físico-mecânica para o julgamento dos terrenos e agora está entrando em voga, com o mesmo fim, o método de Neubauer baseado no cultivo do centeio, em pequenos vasos, e da análise posterior dessa planta, quando adquire determinado desenvolvimento. Todavia, embora se alimente a mais faz-seia esperança a propósito, principalmente, deste último método, convém recordar que Wiegner salienta que, por enquanto, se deve esperar pela falta e larga contraprova experimental, pois só depois disso é que os dados por ele fornecidos farão jus à segura confiança.

De passagem registre-se que o método Neubauer foi experimentado na "Luiz de Queiroz", por Treichel, antes de quem quer que seja no Brasil. Outra método, o de Mitscherlich, divulgado em primeira mão, por Melo Moraes, em Piracicaba, há bem mais de vinte anos e agora ali reavivado por Pimentel Gomes e Malavolta, em virtude de grande renome que esse método está atualmente adquirindo nos Estados Unidos para a comprovação de deficiência de potássio e fósforo nos solos, poderá servir de elucidação da adubação mineral do café.

Por enquanto, precisa-se dizer que, no que concerne aos solos, bem como no relativo ao modo pelo qual reagem à adubação potássica, somente o próprio cafeicultor será o juiz capaz de avaliar a rigor o que constituirá o ideal para a sua propriedade agrícola. E no seu caso especial, poderá talvez saber se está agindo certo ou não, tendo presente que os grãos de café provenientes de cafezais suficientemente providos de potássio são muito bem formados, com alto teor de açúcar, e de ser provado — após 10 anos consecutivos de experiências, por Jac. Clelland, em Porto Rico.

O AZOTO

O azoto também não ofe-

José de Mello MORAIS
(Reitor da Universidade de S. Paulo)

para científico de quem delas se encarregue.

Veja-se, portanto, o que foi preconizado por Melo Moraes, lembrando que se trata a tona sobre o seguinte:

O FOSFORO

A incorporação de fosfatos aos terrenos ocupados por cafeeiros não oferece assinalável dificuldade, pois convém, que seja levada a efeito com a regra de Wagner, que tão ótimos resultados proporcionou à Alemanha. Para isso, portanto, precisa-se recorrer à composição química do café e sabido é que um quilo deste produto como é posto à venda no mercado, provém de 3.974 grs. de ácido fosfórico, resulta que cada arroba de café beneficiado, retirou, de fato, do solo, 59,61 grs. ou 60 grs. do mencionado composto fosfatado. Consequentemente, uma colheita de 100 arrobas, para 1.000 pés remove, para fora dos cafezais, 6 quilos de anidrido fosfórico, o que vale dizer que basta restituir ao terreno que acusa bom teor do referido elemento, em números redondos, e para evitar quebras na distribuição de 8 a nove quilos de fosforo pesado na forma precipitada, ou seja 44 a 50 grs. de escoria de Thomaz (185 de P2O5) ou o equivalente em outro adubo fosfatado, por

tauração do azoto natural-

mente armazenado nos so-

los, e que, por outro lado, es-

se elemento assim armazenado

supre as exigências das co-

lheitais, por demasiado lapso

de tempo, não seria temeri-

dar alguma dizer que nos

cafezais onde a percentagem

do aludido elemento varia-

se de 0,1 a 0,08, uma incorpo-

ração de adubos, à razão de

100 grs. de salitre ou 20 por

sulfato de amônio a 20 por

cento, por café, não propor-

cionaria grande margem a

que fosse tachada de defi-

ciente. E que, com esta quan-

tidade, oferecer-se-ia ao ca-

feiteiro, em forma fácil de ser

aproveitada, a maior parte do

azoto de que precisa, econo-

mizando-se também o que

existia naturalmente nos ter-

renos ocupados pelos cafe-

zais.

A medida, porém, que a

percentagem do azoto revela-

da pelas análises de terra

entre a ser expressa em nú-

meros menores, será indis-

pensável que se lance mão

dos adubos azotados, em do-

ses mais elevadas. E se outras

considerações não pesarem

na balança, resultaria, para

colheitas de 100 arrobas por

1.000 pés, que admitindo-se

em 1.000 quilos de café ex-

portável 16,8 quilos de azoto,

consoante os dados registra-

dos por Jac. Clelland, a adu-

bacia seria efetuada sob a in-

fluência da lei da restitui-

ção, e na hipótese de se de-

volver integralmente a palha

aos cafezais, à razão de 137

grs. de salitre ou 126 de sul-

fato de amônio (cálculo apro-

ximado) ou ainda em porção

equivalente de outros fertili-

zantes azotados, por arroba e

por ano.

E para a mesma produção

de 100 arrobas por 1.000

pesos, julgando que o aproveita-

mento dos fertilizantes acima

dados nominalmente seja ap-

rox de 75 por cento, aconte-

ceria que a quantidade, por

café, ascenderia a 210 grs.

de salitre ou 168,0 de sul-

fato.

Contudo surge, para estes

últimos números uma pe-

quena restrição que por for-

ça, necessita ser posta em

destaque: as doses de ferti-

lizantes azotados minerais,

quando não sejam diminuídas,

devem ser incorporadas aos

solos, em duas vezes, no m-
nimo, para a plena absor-

ção e, na hipótese de se de-

volver integralmente a palha

aos cafezais, à razão de 137

grs. de salitre ou 126 de sul-

fato de amônio (cálculo apro-

ximado) ou ainda em porção

equivalente de outros fertili-

zantes azotados, por arroba e

por ano.

Sucedo, porém, que o ca-

fé não é anual, devendo,

portanto, aproveitar, a seguir,

parte do que a princípio não

lhe serviu e, por outro lado,

com bases em acertos de

Fruwitt, permite que seja ca-

talogada entre as plantas ca-

pazes de se valerem, em lar-

ga escala, dos fertilizantes po-

tássicos. Por isso, e principa-

lmente lembrando que as ter-

ras de São Paulo, onde as col-

heitas de café atingiram cifras

enormes, não se assinalaram,

geralmente, por demasiado

teor em potássio, não admira

que Darter chegasse a afir-

mar que se o café não pôde

apoderar-se do que o solo li-

nhava daquele elemento, "estava

à altura de muito mais de

50% dos adubos potássicos,

em presença de substância

orgânica. Sob este amplo as-

pecto afirma-se que não ha-

verá erro em se admitir que,

em emprego contínuo, o po-

tássio aproveitado será or-

do em cerca de 75% do óxi-

do ou em algo acima. E nestas

condições cada café deve re-

ceber, anualmente, pouquís-

sim menos, 60 grs. de cloreto

ou 62,5 de sulfato de potás-

sio.

E extratando, em rápido

esforço, o que foi dito, saltam

em relevo os seguintes alga-

rismos que, como altas ba-

lizas, orientam o emprego do

potássio no café quando se

se resolve, integralmente, a

palha aos cafezais:

Quantidade de potássio ex-

pressa em gramas, aproxima-

damente, por arroba e por

ano:

reze largo aso a que seu em-

prego nos cafezais se enqua-

dra em molde único e inflexi-

vel, como se faz com o fosfo-

ro e, por isso, convém, a prin-

cípio, notar que, em São Pau-

lo, quando as terras roxas



M 1930, o café pacífico e tranquilo, que se mostrava em lavouras alinhadas e disciplinadas, foi promovido a general. A ele foi atribuído, merecido da crise de 1929, a vitória da revolução chafada pelo sr. Getúlio Vargas. Não queremos dizer aqui se essa promoção foi justa ou injusta. Mas ela serviu para acentuar, mesmo com seu unilateralismo econômico, como numa civilização cafeeira, que o café possui um respeitabilíssimo poder político.

Porque havia os que sustentavam tese oposta. O café, pelo processo fácil de sua cultura, era um eliminador do espírito de luta. Abria o caminho sem dificuldades, despertava o horror às grandes lutas. Não possuía, portanto, nenhuma das características da psicologia militar. No fundo, o fazendeiro de café era como um nostálgico pastor primitivo, a vigiar, sem inquietudes, o seu imenso rebanho vegetal. Assim, quando nos aproximávamos de 1932 e já se falava de um possível movimento paulista, ouvíamos esta frase que, no momento, nos feria profundamente: — "O café não forma soldados e, muito menos, revolucionários. Forma tão só os frequentadores do Automóvel Club!"

Influência positiva ou negativa, força é convir que sempre existiu essa influência política do café. E, verdade, entretanto, que com ele, no plano político, não encontramos a predominância dos fatores negativos, senão dos positivos. A formação e manutenção das fazendas de café, o sistema econômico e financeiro que elas exigiram, a formação de cidades e de tipos sociais que elas permitiram e animaram chegaram até a transfigurar a concepção pouco animadora da civilização tropical.

O café, na sua aparência acomodada, vem inflando decisivamente, não só pelo seu cultivo como também pelo seu consumo. A partir do século XIV, ele aparece na Europa como uma infusão tentadora. Era algo de exótico provido dos misteriosos asiáticos. Porém, aos poucos, vai ganhando fama. Sabia-se que ele se tornara na Pátria, que Montesquieu humanizara, uma bebida vulgar, mas que, apesar de sua vulgaridade, trazia, em si mesma, um certo sabor demoníaco.

Uma lenda a esse respeito propagou-se pela zona mediterrânea: — Um pastor, paciente e nostálgico como todos os pastores, notara a vivacidade de suas ovelhas cada vez que comiam, na pastagem, pequenos frutos de uma pequena árvore repolhada, que seria o café. Fazendo uma infusão com esse fruto, o pastor, depois de bebê-la, encontrara a alegria na vida.

A lenda era uma forma de contar a verdade, porque o Olfente dava o seu testemunho sobre a influência do café no espírito do homem. Na Arábia, quando ele começa a ser aceito, tem tal poder de sedução, modifica de tal modo o comportamento humano, que começa a ser visto como uma bebida pecaminosa contrária ao Alcorão.

No velho Cairo, o café entrara com todas as fascinações do pecado. E em determinado momento, isto por volta de 1534, diante da campanha que lhe moveu sacerdotes mamonetas, são destruídas impiedosamente as casas que o vendiam. O mesmo aconteceu em Constantinopla onde surgia, às escondidas, como uma irresistível e sabrosa tentação infernal.

Mas o café, ao contrário do que diziam os temerosos de seu poder sedutor, não era uma bebida de perdição. Ele avivava a inteligência. Ele restaurava a força dos exaustos, punha de pé os doentes combatidos. Houve conflitos a ponto de ameaçar a ordem pública. Mas foi sobrepujado a tudo isso. E com essa tradição de luta, como que marcado pelo um genio subversivo e espanhol, o café entra na Europa cristã, vencendo as campanhas dos moralistas, dos vinhateiros e cervejeiros.

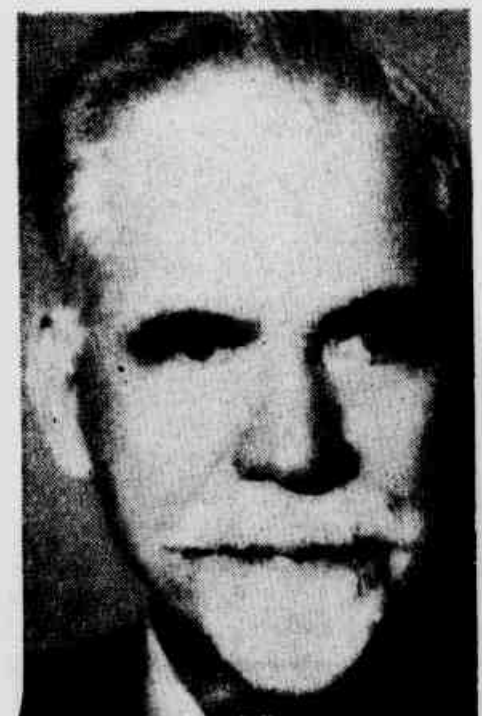
A partir de 1670, o café já participa de todas as decisões importantes. É o pretexto para graves discussões filosóficas e religiosas e para ataques frontais aos reis por direito divino, como os que foram feitos a Carlos II da Inglaterra.

ALIADO DA INTELIGÊNCIA

Tornou-se tempos após a bebida propícia às condições e conspirações. E Paris inaugura seus cafés famosos, frequentados por intelectuais, políticos e revolucionários.

No século XVII, o café deixara de ser um privilégio dos habituais da "Virginia Coffee-House" ou da Embaixada de Mahomet IV, junto à Corte de Luiz XIV, onde o exótico Solimão Aga o fazia servir em maravilhosas xícaras de porcelana. O povo tomara gosto pela bebida e era ele que animava, no Café Propício, em Paris, as conjunturas e planos de Diderot e Rousseau.

Os bebedores saíam pelas ruas cambaleando e, desregrados pelo álcool, chegavam, não



WASHINGTON LUIS

raro, ao desespero e à loucura. O café tem uma atuação diferente. Mostra-se, antes de tudo, um poderoso aliado da inteligência. É como aliado da inteligência é com a sua aceitação, que se proclamam as virtudes do intelectualismo. Quando, em nossos dias, o sociólogo Lewis Mumford acentua, em obra notável, a influência da máquina nos rumos da civilização moderna e mostra que ela, antes de aparecer como vontade de poder nas usinas, já se fazia sentir nos mosteiros, esquece-se de que inventores da máquina bebiam café. A economia burguesa que surge nos lances das grandes empresas marítimas e nos centros comerciais, cresce e se amplia por entre goles de café. Para suportar a luta que travava para a formação do federalismo americano, Madison, o pai da Constituição, bebia café. E conta-se que o argumento de Washington para mostrar a Jefferson as vantagens do sistema bicameral, foi o de esfiar o café quente da xícara no pires.

Torna-se pois o café, vencendo todas as resistências, uma bebida incomparável, ideal dos conciliabulos políticos prolongados e difíceis, a bebida que faz o homem cordial, designativo feliz que encontrou Buarque de Holanda para o homem brasileiro.

O homem brasileiro, como homem cordial, desconheceu a cultura do trigo. Cultivou superficialmente o vinho como uma aventura. Na sua ampla e desconhecida economia rural, o Brasil passa o período da cana de açúcar para o período do café. E esse período do café, que suporta até hoje, todas as inconseqüências da



ESQUEMA PARA UM ENSAIO

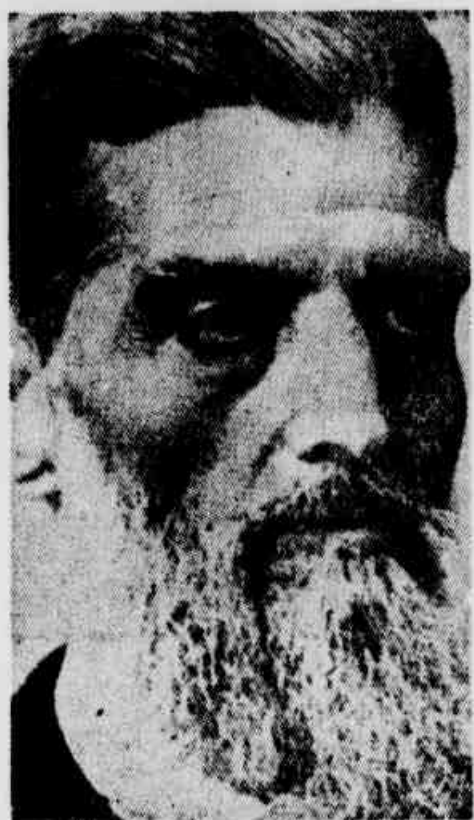
economia brasileira, é o que vai dar estilo orgânico à vida política do país.

É a solução para um país empobrecido e esgotado, antes de alcançar sua independência. Na vastidão tropical, a terra é difícil e rebelde, as águas são excessivas, as matas são excessivas, a seca é excessiva, e nessa vastidão, o café é um conquistador admirável, que vai vencendo as distâncias. Quando ele começa a aparecer alinhado e cuidado, em certas chácaras do Rio de Janeiro, ainda vinha com cheiro de planta exótica e pecaminosa, recomendável, quando muito e com muito cuidado, como medicamento.

SENHOR DE S. PAULO

Por esse tempo — 1817, o país se estrema nas primeiras guerras libertadoras, enquanto que, pelo trabalho do braço escravo, o açúcar era a razão de ser da agricultura latifundiária, a principal fonte de renda do país.

O engenho e a casa grande configuravam o Brasil rural. Mas a casa grande não se separava da senzala, isto é, de um milhão e setenta mil escravos importados, que viviam



PRUDENTE DE MORAIS

em terras do senhor de engenho, de sua família e de sua prosapia.

Mas, no sul, principalmente na província do Rio de Janeiro e em S. Paulo, onde as condições climáticas e geográficas são outras, não encontra mais os antigos pretextos e se volta, robusto e surpreendente para a exploração de uma nova riqueza agrícola. O café das chácaras do Rio e das chácaras de Jundiaí, está agora no vale do Paraíba e em Campinas, fazendo recuar, por toda parte, as culturas do açúcar. Em 1855, o fazendeiro era senhor do café, e o café senhor de S. Paulo. Em nome dele vinha o colono estrangeiro, derrubavam-se florestas e fundavam-se cidades. Era com ramos de café que D. Pedro I mandava enfeitar os bonés e as espingardas de seus soldados.

O café aparece no ciclo econômico da independência do país. Uma monarquia constitucional e representativa que desde logo se integra no regime parlamentar à maneira da Inglaterra, sofre, naturalmente, as consequências da artificialidade política. As potências das cidades não tinham ainda alcançado grau necessário de maturidade. A forma orgânica e eficiente de apoio estava nos vastos domínios rurais. No Estado do Rio, pelas bandas de Vassouras, seguindo o Paraíba e em São Paulo. Chama a atenção para esse ponto, Oliveira Vianna, em suas "Instituições políticas brasileiras" quando escreve: "Leia-se, por exemplo, a história do Município de Vassouras (Rio de Janeiro), com a sua larga e constante atuação nas lutas regenciais e as suas representações famosas contra o projeto de lei na Câmara dos Deputados. Leia-se e ver-se-á que todos estes "movimentos", ditos democráticos ou liberais, eram exclusivamente provocados pela aristocracia das grandes cafeistas da terra fluminense, da "nobreza" daquela localidade prospera e abastada. — os Campos Bello, os Paty de Alfebril: — os Campos Bello, os Paty de Alfebril, os Uba, os Druas, Barros, os Correia e Castro, os Teixeira Leite, os Rocha Werneck, os Teófilo, a gente de prol, grandes senhores feudais que entravam no cenário político sempre assistidos de consideráveis parentelas e de uma corte de homens acionados".

AR DE FAMÍLIA

A fazenda era uma organização autárquica e, conseqüentemente, um quadro de ensinamentos visíveis. A organização iniciante do país, como se podia verificar, tinha esse anelo robusto. Era, como acentua Oliveira Vianna, lembrando Halbwachs, de condições muito rudimentares, não passava de uma multiplicidade de feudos autônomos — cujo modelo não era dado, pode-se dizer, ao Sul, pela "Fazenda de São Bento", dos padres Jesuítas e, ao norte, pelos "engenhos reais", tais como o-não havia escrito Antonil, nos primeiros do século III".

A fazenda de café que se organizava, ampla e abastada, dava a impressão de uma baronia feudal. Havia dentro dela, um sentimento de comunidade. A fazenda devia produzir café, mas também produzir tudo o que fosse necessário para a subsistência. Por isso chega a ter aquilo que as cidades não têm. Ao contrário da instabilidade urbana, com uma população oscilante e de passagem, a fazenda de café é a estabilidade e a ordem. Forma-se um tipo social com um visível "ar de família". Todos ali se conhecem e mantêm um quadro de valores exatos. Cobrinha, dominadamente, imensa região do planalto meridional, as fazendas abrem na história, ao mesmo tempo, um sentido de liberdade e de responsabilidade. Um viajante português, que visita uma delas, no meado do século IV, ficou impressionado com a abundância de produção. "É o pomar a primeira coisa que o surpreende. Um belo jardim com suas colmeias, hortas e frutas, cercado por uma extensa parreira". Depois do pomar, os diversos engenhos da fazenda. Primeiro, o de café: — um verdadeiro e magnífico engenho". Depois, o de moer milho: — "também provido pela queda d'água, para consumo da família e gente de trabalho. Em seguida, o engenho de farinha — que rala, tornando em massa a ração da mandioca, e move a farinha no torrão". E o descascador de arroz movido também a água. E a grande mola, que serve para extrair da mamona o azeite, "em-

pregado para a iluminação da fazenda e outros misteres variados". (Correia Junior — Viagem à Fazenda de Santa Fé, 1889).

A fazenda é assim um ponto de apoio. Quem nela vive, vive. E daí a máxima dos fazendeiros fluminenses e paulistas: — "Nesta casa só se compram ferro, sal, pólvora e chumbo". Dentro dessa independência econômica, dessa ordem e dessa abundância, forma-se uma concepção de vida que vai realmente refletir na direção política do país. Na Corte se fazem ouvir os experimentados senhores rurais. Eles vivem de experiência e mandam seus filhos estudar em Coimbra ou nas Universidades Inglesas. Depois os remetem para a Academia de Direito de São Paulo e do Recife.

ORDEM RURAL

Se pudessemos contar tão só com as massas urbanas, em 1824, quando foi outorgada a nossa primeira Constituição, poderíamos dizer que a organização política do país seria um fracasso e cairia naquela terrível "anarquia dos mandões", a que se referia Rui Barbosa. Porém, a monarquia constitucional, contra uma ordem rural para prestigiar a imprensa que dava era de que havia um poder único, o Imperador, porque os senhores deputados gerais e os deputados provinciais saíam das urnas, por indicação do Imperador. No entanto, havia essa força formidável, influência da gleba, determinando o critério da escolha. Só assim se poderia vencer a "apatia e indiferença das grandes massas da população" a que se referia Francisco Beltrão, em seu livro "O regime eleitoral do Império". Henry Koester, dando sua impressão, sobre a vida do fazendeiro, escreve algumas linhas que se aplicam aos proprietários das fazendas de café no Estado do Rio e em São Paulo: — "O grande poder do agricultor, diz ele, não somente sobre seus escravos, mas se distende sobre as pessoas livres das classes pobres: o respeito que os barões exigem dos moradores de suas terras, a assistência que recebem dos rendeiros em caso de insulto por parte de um vizinho igual: a dependência dos camponeses e o seu desejo de ficarem sob a proteção particular de um indivíduo rico, que seja capaz de livrá-lo de toda a opressão e de falar em sua defesa ao Governador ou ao juiz; todas essas circunstâncias se combinam para fazer a similitude ainda mais flagrante (com o regime feudal europeu). Eu mesmo senti o poder que me caíra das mãos. Retirei um número vultoso de trabalhadores livres — e a propriedade é respeitada milhas a derredor".

A crise ocasionada, no crepusculo da monarquia, com a supressão do braço escravo, poderia realmente ter conduzido o país a uma situação anárquica sem remédios. Não havia providência alguma do poder do Estado que pudesse contorná-la. Criara-se, com a supressão da escravatura uma situação ruírosa que provinha da imprevidência oficial. Mas o fazendeiro paulista possuía uma organização e um espírito de organização. E é dele que parte principalmente a iniciativa de atrair o braço livre estrangeiro. Pouco depois, surgiu a República. Eduardo Prado, com o seu ardor polemico e sua entranhada convicção monárquica, escreveu então (Mitológicas) que a República era uma vingança dos fazendeiros, inconformados com o ato liberal do Imperador, pondo termo à escravidão. Os repúblicanos históricos estavam a serviço do racismo rural e desumano. Mas não era essa a realidade. Os próprios fazendeiros sentiam o artifício em que viviam e tomavam providências para extingui-la. Não viam, como muita gente da Corte via, uma ameaça ao direito de propriedade. A campanha abolicionista era levada principalmente pelos repúblicanos, por políticos fazendeiros e filhos de fazendeiros. Pois a República não nasce em 15 de Novembro. O saudoso José Maria dos Santos, escrevendo sobre os repúblicanos paulistas e a abolição, chegou a acentuar: — "que a velha lú, com o seu ar todo fazendeiro e titular do Segundo Império, chegou a fazer-se sede de um dos acontecimentos que mais concorreram para o descredito e destruição da monarquia no Brasil". E esse publicista quer saber qual o motivo pelo qual foi lú escolhida para a reunião da convenção republicana. Foi o café o café, que também se desenvolvera com o braço escravo, era, entretanto, um esforço do Brasil independente. O escravo era uma necessidade dolorosa que o passado legara à vida rural. Mas, mesmo assim, "entre as províncias do Império, S. Paulo nunca chegou a ser aquela de mais numerosa escravatura", diz José Maria dos Santos. Oliveira Vianna, dá como tipo exemplar do grande fazendeiro o da família Almeida Prado. Almeida Prado, José Vasconcelos de Almeida Prado, depois de formar a guarda avançada do Club Radical, é quem expõe suas idéias modernas e libertadoras, inspiradas no que vira nas viagens que fizera à Europa. Campos Sales vinha da gleba. E Bernardino de Campos, desde que se instalara no campo do abolicionismo, A República era a livre iniciativa, era a autonomia das províncias, enfraquecidas e desmoralizadas pela centralização crescente. Era a debilidade da lavoura que, já era, era a afirmação de ordem e construção. Quase todos os propagandistas de São Paulo provinham da vida rural. Eram filhos ou netos de fazendeiros. Prudente de Moraes, advogado em Piracicaba, representava uma das famílias mais antigas e mais notáveis da aristocracia agrária, da Província. O seu irmão Manuel de Moraes Barros, que promovera um telegrama aderindo ao manifesto de 70 era fazendeiro e possuidor vasta escravatura. Glicerio e Jorge Miranda eram fazendeiros. Americo Brasilien era, por muitos títulos, ligado à aristocracia rural paulista.

CENTROS DE CONSPIRAÇÕES

Eram homens dessa estofa que se reuniam em Itá. Mas Campinas, com suas opulentas fazendas, alimentava também o republicanismo, principalmente a partir de 1873. As fazendas eram centros de conversas, de planos e de conspirações. Depois de 1882, faz-se a campanha abolicionista em São Paulo em moldes verdadeiramente revolucionários. "Antonilo Bento, como escreve José Maria dos Santos — perdendo completamente a fé nos processos legais, ante a resistência conservadora apoiada no sistema eleitoral de base econômica, entrou a promover simplesmente o abandono das fazendas pelos escravos". Esse aspecto abre os horizontes e revela um futuro inseguro e trágico. Os deputados repúblicanos eleitos, num banquete realizado no teatro São Carlos, em 1882, estabeleciam por isso, como base de orientação, preparar o país para reformas econômicas e políticas a fim de que a lavoura "possa obter braços com facilidade".

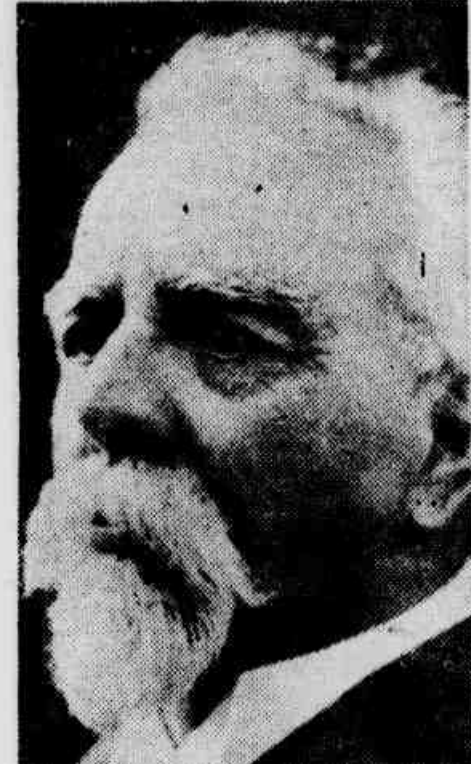
Basta considerar-se a posição de Campos Sales no Parlamento nacional, quando se discute o problema servil. Como poderia ele facilitar com o seu voto a emancipação, se representa um dos distritos agrícolas mais importantes da província? Interrogado a esse respeito pelo deputado Dantas Filho, procura assumir uma posição de firmeza e equilíbrio: "Visto que o nobre deputado faz referência a essa circunstância, aliás verdadeira, eu devo acrescentar que, na circunscrição eleitoral que represento, a grande maioria, senão a totalidade dos eleitores, tem seus interesses vinculados à lavoura, e, por isso, julgo-me

CANDIDO MOTA FILHO

autorizado a dizer que represento aqui os votos dos proprietários".

Falando em "proprietários" e, portanto, "em senhores de escravos", Campos Sales, entretanto, era republicano e almejava solução para o problema servil.

O movimento republicano não era puramente romântico e fora da realidade, como se chegou a dizer. Era conduzido, isso sim, por uma visão antecipada dos males monárquicos. A escravidão, quando ele surgiu, traduzia a crise do trabalho e, portanto, a crise da lavoura de café. Prudente de Moraes, no tempo do projeto Dantas, companheiro de Campos Sales, diz da tribuna do Parlamento: — "Os paulistas não fazem resistência, não fazem questão disto, do que eles fazem questão seria e com toda a razão, é da substituição e permanência do trabalho e desde que o governo cause seriamente de empregar os meios que facilitem a substituição do trabalho escravo, desde que facilite a aquisição do braço livre, que garantam a permanência do trabalho, a conservação e o desenvolvimento de sua lavoura, os paulistas estarão satisfeitos e



CAMPOS SALES

não fará questão de abrir mão dos seus escravos, mesmo sem indenização, porque para eles, a melhor, a verdadeira indenização está na facilidade de obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho..."

É acrescentado ativo e tranquilo, por entre aplausos e protestos: — "O Brasil não caminhará desacomodado para o futuro de grandeza e opulência a que está predestinado, enquanto os seus movimentos forem embarcados pelas pias da monarquia e enquanto no seu solo a planta só crescer regada pelo suor e pelo sangue do misero escravo".

Depois de 13 de maio, como o próprio Joaquim Nabuco estava convencido, a República estava vitoriosa. E São Paulo com os seus cafezais, estava preparado para ela, porque compreendera em tempo que o café dependia artes de tudo do trabalho livre.

REPÚBLICA, CAFÉ E PROGRESSO

A República cresceu em torno da ordem cafeeira. As lavouras, pela organização que tinham, animavam o progresso e não permitiam a desordem. Sob o influxo do café, que se torna, principalmente em S. Paulo, um dos fenômenos econômicos mais impressionantes do mundo, aprimora-se, no país, a técnica da civilização, os meios de transportes e os elementos de conforto e, com isso, a fazenda se integra na vida comum e o homem da gleba se confunde com o homem da cidade. Para servir à zona cafeeira, por iniciativa de Mauá, constrói-se a Estrada de Ferro D. Pedro II. Como conclui Fernando de Azevedo, "a organização latifundiária e escravocrata, alicerçada sobre o instituto social da escravidão e praticada segundo métodos empíricos, sucedeu um sistema capitalista de exploração agrícola, fundada sobre o trabalho livre e cupulamente desenvolvida pela aplicação à cultura do café, de processos técnicos e pelo enriquecimento do sistema de viação e de transporte". "A expansão cafeeira", escreveu Roberto Simonsen, verificada no vale do Paraíba e, em maior escala no planalto de S. Paulo (o que fez de Santos o maior porto mundial de exportação), constitui um dos maiores cometimentos agrícolas de todos os tempos..."

A civilização cafeeira cria, naturalmente, uma política sob a influência do café. O café é a preocupação da República, porque ele é a riqueza nacional. Ele não só estimula e exige o progresso, não só facilita a cultura, como também influi no comportamento político pelo seu valor de estimulante econômico e de estimulante individual. E, de qualquer forma, um criador de energias e um formador de quadros políticos ordenados, numa América semi-pastoril desordenada e acudilhada. Ela não se consome na vida rural, mas fomenta o desenvolvimento dos centros urbanos e é o germe fecundo de uma vida nova, diferente da vida rural.

Graca Aranha, em Paris, em companhia devia-se dos terrores da guerra civil. O "coronel" do interior, isto é, o fazendeiro e o "bacharel" da cidade, isto é, o filho do fazendeiro, traçam as diretrizes da vida política.

Graca Aranha, em Paris em companhia do monarquista Joaquim Nabuco, na sua preocupação de desvendar os rumos nacionais, explica o extraordinário progresso paulista, caminhando de um sistema agrário para uma audaciosa organização industrial pelo tipo de homem político que criou através da lavoura do café.

De fato, ela que deu numerosas figuras que se notabilizaram no Parlamento monárquico, quando o café sediava-se no Estado do Rio, oferecia na República, não só suas figuras fundadoras, como também os pioneiros de sua indústria. Charles Moraes, no seu livro "Les trois âges du Brésil", intitula o capítulo que estuda a ascensão de S. Paulo, através de suas fazendas e dos negócios urbanos do café, — "La République des propriétaires". Campos Sales, aliás, se dizia, como republicano, em pleno parlamento monárquico, que era o representante dos "proprietários". O sentido da propriedade porém tinha para a vida política do país, o mesmo sentido que lhe deram os americanos e os fundadores da República, em França, em 1878: sem o direito de propriedade não há liberdade!

O governo seria então, o "mínimo de governo e o máximo de iniciativa". A ordem seria uma conseqüência da liberdade de organização. Quando, em 1902, se reúnem, em Petrópolis, os fazendeiros de café, para cuidar

da defesa do produto, o governo está alheio a essa reunião. Mas, a pouco, essa intervenção se faz, com grande sucesso, com o famoso Convênio de Taubaté, no governo de Jorge Tibiriçá, em S. Paulo. Essa intervenção é, entretanto, inspirada no dever que tinha o Estado de socorrer a lavoura e de assegurar a livre expansão da mesma. Já em 1906, na mensagem que dirige ao Congresso, o presidente Rodrigues Alves acentua a tese intervencionista. "Ponderando, diz Rodrigues Alves, nessa situação difícil, o Congresso não hesitou em consignar na lei do orçamento, em vigor, uma autorização contendo as medidas reputadas suficientes para a solução de todas as dificuldades do momento. Por força dessa lei, o governo está autorizado a entrar em acordo com os Estados cafeeiros para regular o comércio do café, promover a sua valorização, organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda com o fim de aumentar o seu consumo, podendo endossar as operações de crédito necessárias para esse fim, observadas certas condições".

LIVRE INICIATIVA E INTERVENÇÃO

Dentro desse critério, o intervencionismo continua no governo. Afonso Pena, prossegue no governo do marechal Hermes e alcança o seu apogeu no governo Epitácio Pessoa. Este presidente, na mensagem que dirige ao Congresso em 1922, podia dizer: "A situação da lavoura era das mais alarmantes. A queda simultânea do câmbio, com o encarecimento da massa total da importação, aumentava cada vez mais o desequilíbrio da balança do comércio exterior. A economia geral do país começava a ressentir-se profundamente. O governo entendeu que lhe cumpria acudir ao nosso principal produto e resolveu intervir no mercado."

Por esse tempo os efeitos desorganizados da guerra mundial de 1914 se faziam sentir. Não era mais possível recuar. O presidente Bernardes prossegue, portanto, na defesa oficial do produto.

Em 1929, apesar de todos os esforços, a crise se avoluma no horizonte, como uma tempestade. Na mensagem desse ano, do presidente Washington Luís, percebia-se a dificuldade que se avoluma. E na que enviou ao Congresso, em 1930, sentia-se já envolvido por essa tempestade, escrevendo: "Continuam a impor-se de modo formidável, as consequências terríveis da grande guerra que, durante anos, abalou profundamente o mundo civilizado. Todos os povos querem refazer a sua situação econômica e financeira e, para esse fim, diminuem inflexivelmente as suas despesas, reduzem o seu consumo, e o que é de notar, procuram produzir o que consomem".

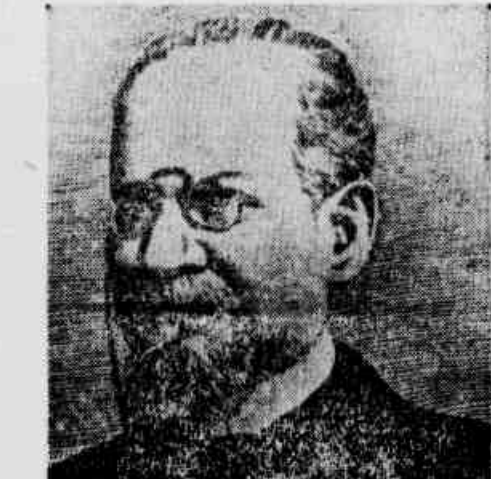
É acrescentado, de forma dramática: "Os Institutos de Defesa fizeram os adiantamentos até os seus extremos recursos; os bancos, em geral, socorreram a agricultura, fazendo as operações mercantis com desassombro, até além mesmo das prudentes normas bancárias. Tudo, porém, tem limite e a crise cafeeira chegou ao seu, produzindo-se então verdadeiro pânico. O pânico não se explica, constata-se. É inútil examiná-lo, estudá-lo, descrevê-lo. Só há que informar que ele se verificou com todas as conseqüências desastrosas, com todos os prejuízos que formam o seu sinistro cortejo habitual, inflingindo dolorosamente sobre toda a vida nacional".

Não demorou para que, com os frutos dos desentendimentos havidos na sucessão presidencial, a revolução marchasse do sul e do norte do país para conquistar o país economicamente em colapso.

Vitoriosa a revolução, podia o sr. Getúlio Vargas, em discurso que pronunciou, em Ribeirão Preto, em 22 de julho de 1938, falar, diante dos produtores de café, na mudança do eixo econômico. E explicar: "O colapso de 1929 processou-se em quadros mais vastos e complexos. Era lógico e inevitável. S. Paulo, no segundo decênio deste século, transformou-se em núcleo preponderante do progresso do país; a sua evolução do patriarcalismo econômico para o regime complexo da produção de concorrência decorreu rapidamente, adquirindo equilíbrio surpreendente e promissor".

"Quando chegávamos ao ponto mais alto dessa ascensão, desencadeou-se a catástrofe, com o seu cortejo de sintomas alarmantes". Esse governo apareceu assim como filho dileto de uma catástrofe. E é ele que inicia a nova fase do intervencionismo do Estado, para o Estado. Vai se extinguindo, daí por diante, "a República dos proprietários". Proibe-se o plantio de novos cafezais e se destroem as sobras pela incineração, mediante o pagamento pelo governo de uma litrosória "quota de sacrifício", que não dava para cobrir o custo do produto.

Surgem os aparelhos oficiais. O Conselho Nacional do Café passa, em 1933, a ser o Departamento Nacional do Café. Depois, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Mas, o governo não se contenta com isso. Todas as iniciativas devem partir dele e de mais ninguém. Em 1935, cuida, oficialmente, da melhoria do produto, criando, no Ministério da Agricultura, um Serviço Técnico do café. Em conseqüência surgem pelo país usinas destinadas ao despolpamento, secagem, benefício e rebenefício de café, que se situam em Padua, Bom Jardim, Miracena, Laje, Natividade, Itaperuna, Monte Verde, Santa Barbara, Santa Maria Madalena, S. Francisco, Santa Teresa, Cordeiro e Entre Rios, no Estado do Rio. As usinas centrais de Ipaçu, Botucatu, Piraju, Santo André, Pi-



RODRIGUES ALVES

rajuí e Birigui, em S. Paulo; as de Carangola, Ponte Nova, Leopoldina, Muriaé, Manu-mirim e Coronel Pacheco, em Minas Gerais. Aos poucos, com essa subordinação do produtor ao Estado, com essa burocratização da política cafeeira, o quadro político é completamente outro.

A definição do regime torna-se ambígua e indefinida. Não há mais tipos políticos capazes de assegurar, como na monarquia e na república, a ordem, o equilíbrio social e a liberdade. Num manifesto ao povo paulista, Luis Carlos Prestes, em meio da campanha geral, acha então oportuno proclamar: "Ao dirigir-me ao povo paulista, avalio bem, como comunista, o papel que S. Paulo está destinado a desempenhar na vida democrática, no sentido da qual nossa Pátria dá os primeiros passos. Em S. Paulo se encontra o mais numeroso proletariado do Brasil; em S. Paulo se concentra a massa camponesa mais numerosa e também importantes forças políticas e econômicas da burguesia nacional". E afirma ainda o chefe comunista:

"Não foi, portanto, por acaso que a quintaculana e a reação tentaram fazer de S. Paulo o centro de suas atividades criminosas. Em S. Paulo os espírios e sabotadores organizaram, aproveitando-se das restrições que um regime de opressão impunha ao povo, a sua máquina ainda não destruída, visando ontem impedir a nossa participação ao lado das Nações Unidas e hoje lançar o país na aventura de golpes e no caos".

A FERROVIA QUE VENCEU A SERRA DO MAR

Representou o papel de maior destaque no transporte da grande riqueza de nosso país

A Estrada de Ferro Santos a Jundiaí e o escoamento das safras cafeeiras paulistas — Sua contribuição — Conquistando divisas para o Brasil — A história da antiga São Paulo Railway

A Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, desde sua fundação em 1864 até nossos dias, esteve sempre ligada intimamente ao desenvolvimento da economia do Estado. Constituiu o escoadouro por excelência da maior riqueza nacional — o café.

Sua posição, ligando o maior porto cafeeiro do mundo, a S. Paulo e fazendo junção com duas das principais ferrovias do país em Jundiaí —

Sorocabana e Paulista — e através desta última com a Mogiana, Araraquara, E. F. Goiás e Noroeste — coloca-a em situação privilegiada no que tange aos transportes das grandes zonas agrícolas do Estado.

A posição estratégica da ferrovia não é só responsável pelo progresso que experimenta a cada ano que passa, através da constante preocupação em acompanhar o ver-

tiginoso ritmo de progresso de S. Paulo, como também constitui motivo para colocá-la entre as primeiras estradas de ferro do país, apesar de possuir apenas 139 quilômetros de linha dupla.

Assim a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí tem sido sempre, sem dúvida, o fator mais importante na ligação da capital ao porto de Santos e às mais distantes regiões paulistas. Da mesma forma que o Tietê representou a via de conquista dos bandeirantes das mais selvagens regiões, a Santos a Jundiaí serviu, na segunda metade do século passado, de elemento positivo na formação da economia do Estado, representada, principalmente, pelo café.

Recebendo em Jundiaí os mais variados produtos, ela ultrapassava a capital paulista indo deixar nos trapiches e armazéns de Santos cargas valiosas. Marchava ao encontro do mar, fomentando uma economia ainda incipiente, que aos poucos foi crescendo e se transformou na base de nossa riqueza.

Sua história é a própria história da grandeza do café. Serviu-o em todas as ocasiões. Participou de suas grandes épocas e de suas crises. Como o café, jamais sentiu a ameaça de extinção.

Superou todas as dificuldades nos 90 anos de sua existência e hoje constitui um dos patrimônios mais caros do país.

XXX

Todos aqueles que se serviam da antiga "Ingleza" para o transporte de suas mercadorias, encontraram-na sempre em condições de satisfazer esse transporte com plena garantia e segurança.

Marchou ela sempre paralela aos progressos do Estado e jamais teve quem a superasse no desenvolvimento de novas realizações em favor de uma coletividade que venceu uma etapa da vida econômica nacional, marcando um mundo de glórias que hoje tem seus reflexos estampados no poderio econômico da nação.

Sua posição entre as estradas de ferro do país foi sempre de realce, não só pela sua formação histórica, mas também pelo crescente progresso que é dado ver a cada ano que passa. A Santos a Jundiaí, superando a Serra do Mar, deu a S. Paulo um porto, esse porto deu ao Brasil o maior escoadouro de café do globo.

Assim, foi a grande ferrovia, legítimo patrimônio histórico e econômico da República, que auxiliou efetivamente o escoamento do café que vinha da Mogiana, Paulista, Araraquense, e outras regiões do Estado num sentido mais amplo, mais significativo ou seja da transformação do produto em divisas.

Sua participação na evolução da lavoura cafeeira do país foi por demais impor-

procurando se impor no conceito do país, reapareceu rapidamente a fim de fazer face a essa concorrência.

Sentindo diminuir seu movimento de carga a ferrovia buscou inovações, aplicou-as e se manteve num nível superior, mostrando assim seu sentido de realizar um programa para o bem da economia nacional.

Jamais marcou passo. Lutou, superou uma série de dificuldades e manteve o ritmo de progresso que sempre espôs desde a sua fundação.

A SANTOS A JUNDIAÍ DE HOJE

Hoje, depois de ter sido encampada pelo Governo Federal, encontra-se aparelhada para enfrentar qualquer situação no que tange aos transportes, principalmente, de mercadorias.

Continua levando os grandes carregamentos de café para Santos e contribuindo para a conquista de divisas, hoje tão necessárias à economia nacional.

Além do transporte ferroviário a E. F. Santos a Jundiaí também mantém seu sistema rodoviário, a fim de superar a concorrência no setor.

Nos mesmos moldes da organização das ferrovias, o transporte rodoviário tem a mais sã finalidade — servir bem à coletividade nacional, fomentando a economia do país.



Composição elétrica de passageiros, partindo de São Paulo com destino ao interior

SUPEROU COM A TRACÇÃO ELÉTRICA AS DIFICULDADES DE COMBUSTÍVEL

Um programa que se encontra em vésperas de concretização — Uma administração orientada no sentido de conseguir o máximo gastando um mínimo

Falar na história da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí e sua contribuição para a conquista das maiores riquezas nacionais não é esquecer sua luta para tornar-se numa ferrovia que se desenvolve em bases técnicas e econômicas.

Na luta de toda a ferrovia nacional para manter o melhor tráfego possível a questão dos combustíveis sempre foi primordial e as crises internacionais constituem permanente ameaça para o nosso sistema de transportes.

O elevado custo e a eventual escassez de carvão, de óleo e outros combustíveis sempre foram o fantasma das ferrovias nacionais. Essa situação constantemente foi olhada com o maior desvelo pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí desde sua encampação, fato que constituiu a maior preocupação de sua administração.

Em 1946, as máquinas a vapor faziam 99% do tráfego total e apenas 1% correspondia à tração Diesel. Os gastos eram enormes e o rendimento reduzido.

A administração da E. F. Santos a Jundiaí, lutava para superar essa situação. O ideal era a tração elétrica. Sistema mais seguro, mais eficiente e mais barato.

Estabeleceu-se um plano, no sentido de se ir reaparelhando a ferrovia vendo, principalmente, o lado do combustível e tudo com o objetivo de atingir a tração elétrica.

Em 1947, diminuiu o movimento a vapor e, com a compra das 4 primeiras locomotivas de 1.000 HP, ganhou maior vulto a tração Diesel-elétrica. No ano seguinte, a situação melhorou ainda, e em 1949, graças ao emprego de novos métodos de trabalho, 33% do tráfego era feito através da tração a óleo. As economias conseguidas eram espetaculares, permitindo amortizar o capital empastado em 10 meses apenas, com uma redução de despesas para quase metade do que anteriormente se gastava.

Em 1950, a ferrovia já fazia boa parte de seus transportes através da tração elétrica inaugurada em julho do mesmo ano. Estava dado o primeiro passo para atingir o ponto visado pelos seus dirigentes.

Nos anos seguintes aumentou constantemente a tração elétrica, superando os demais sistemas e os transportes passaram a ser feitos com maior eficiência e rapidez. Reaparelhando-se, rapidamente, construindo novas linhas, a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, marchava agora em ritmo célere para concretizar um plano jamais atingido pelas ferrovias do país — eliminação da tração a vapor.

De 52 no primeiro trimestre de 54, experimentou a ferrovia grande progresso nesse setor, eliminando quase por completo na tráfego a vapor, que representava hoje apenas cerca de 40% de todo seu movimento. Estava assim praticamente concretizado um plano que a princípio parecia difícil, mas que a persistência e a continuidade de administração conseguiram realizar: — transportar o máximo, gastando um mínimo.

OLEODUTO SANTOS A S. PAULO

Uma das marcantes realizações da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí foi a cons-

trução do Oleoduto Santos a S. Paulo, obra de grande envergadura, cuja integração na economia nacional vale pelas dificuldades que foram superadas para a sua concretização. Sua finalidade é excepcional. Desafogando o porto de Santos, aliviando o tráfego da E. F. Santos a Jundiaí, serra acima, de mais de 1.12 milhões de toneladas anuais de produtos petrolíferos e assegurando o transporte de matérias-primas e dos produtos das refinarias de Cubatão, Capuava e Matarazzo, com uma capacidade conjun-

ta de 66 mil barris diários, contribuiu para a maior rapidez e segurança no abastecimento de toda a vasta zona do "hinterland" de Santos, estendendo-se pelos Estados de S. Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Assim como com o café, na segunda metade do século passado, e agora com os produtos petrolíferos, a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí realizou em torno de si, por um lado, o fomento e transporte do maior criador de divisas e, de outro, uma das principais necessidades da vida econômica nacional.

SITUAÇÃO FINANCEIRA E TRANSPORTE NA E. F. SANTOS A JUNDIAÍ

Um dos fatores mais significativos da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí é a evolução de suas finanças. Para que se tenha uma idéia des-

sa evolução, damos abaixo um quadro de sua receita bruta nos últimos anos e de suas despesas com combustíveis e energia elétrica.

ANO	RECEITA BRUTA (Cruzeiros)
1939/45 (média) — Administração Inglesa	195 milhões de cruzeiros
1946 Administração Inglesa	396 milhões de cruzeiros
1947 Administração nacional	383 milhões de cruzeiros
1948 Administração nacional	355 milhões de cruzeiros
1949 Administração nacional	353 milhões de cruzeiros
1950 Administração nacional	383 milhões de cruzeiros
1951 Administração nacional	508 milhões de cruzeiros
1952 Administração nacional	613 milhões de cruzeiros
1953 Administração nacional	789 milhões de cruzeiros

Despesas com combustíveis e energia elétrica

ANO	DESPESAS (Cruzeiros)
1946 Administração Inglesa	104 milhões de cruzeiros
1949 Antes da eletrificação	85 milhões de cruzeiros
1951 Depois da eletrificação	59 milhões de cruzeiros
1952 Depois da eletrificação	51 milhões de cruzeiros
1953 Depois da eletrificação	46 milhões de cruzeiros
1954 (Previsão) — Depois da eletrificação	40 milhões de cruzeiros

Os dados a seguir alinhados mostram de maneira clara a importância da Santos a Jundiaí para a vida de São Paulo e a eficiência de seus serviços:

ANO	PASSEIROS — Subúrbios	Total	CARGA TOTAL (Toneladas)
1947	13.187.404	25.047.436	6.342.464
1948	19.549.049	27.589.064	5.975.143
1949	21.615.861	29.350.227	5.906.792
1950	24.085.824	31.785.294	6.394.226
1951	28.313.837	35.617.075	7.567.264
1952	28.801.681	38.040.530	8.297.387
1953	32.581.754	42.577.810	8.664.080
(*) 1954	8.630.506	11.506.947	2.114.005

(*) — 1.º Trimestre

O transporte de Santos para São Paulo, que em 1946 se julgava limitado a 2.200.000 toneladas anuais, atingiu 3.591.514 em 1951, com margem para alcançar 4.200.000 toneladas imediatamente e ultrapassar 6.000.000 toneladas com o recebimento dos novos vagões de grande capacidade. O transporte de produtos de petróleo, cuja capacidade foi considerada esgotada em 1947, teve a seguinte evolução:

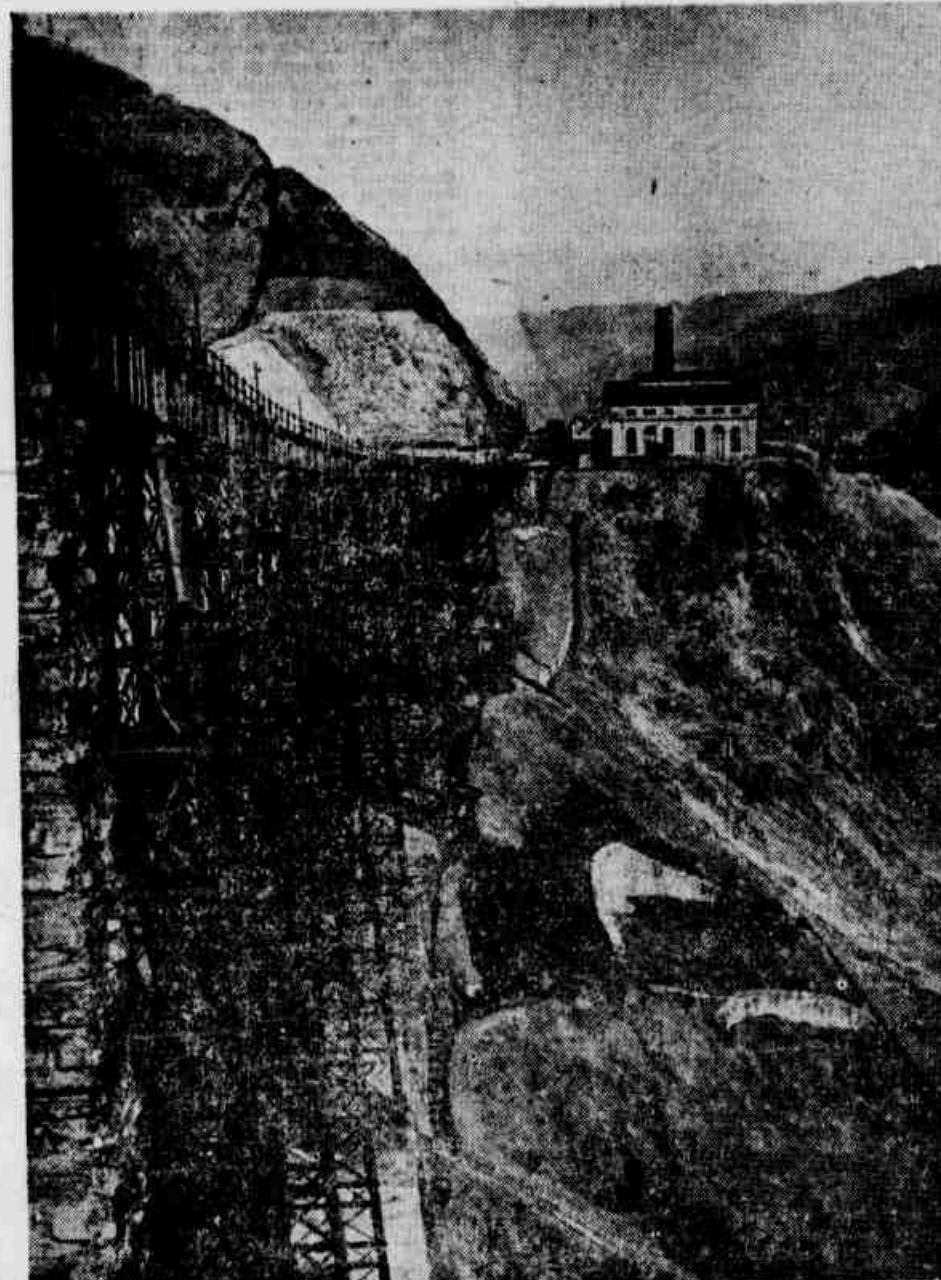
ANO	EM VAGÕES (Toneladas)	PELO OLEODUTO (Toneladas)
1947	690.605	—
1948	854.859	—
1949	877.769	—
1950	1.160.872	—
1951	1.457.395	152.000 (três meses)
1952	1.609.986	1.260.329
1953	973.571	2.024.704
(*) 1954	233.755	538.315

(*) — 1.º Trimestre

Subiu em 62,7% em 1950 para 72,1% em 1953 a percentagem de mercadorias importadas e exportadas por Santos, e movimentada pela movimentada pela Estrada.



Vista parcial de um grupo de casas para empregados, construído pela Estrada em Jundiaí



Planos inclinados — Viaduto da Grotta Funda, na Serra do Mar



Oleoduto Santos-São Paulo — Estação Terminal de Utinga — Tanques de armazenagem

tante. Lançando no porto de Santos o produto da terra, conseguiu ela um vasto patrimônio que hoje não encontra rival.

Na luta diária de levar o produto da terra e trazer o manufaturado, quando ainda nossa indústria era incipiente, ganhou aos poucos o prestígio que hoje goza entre as ferrovias do país.

Para se ter uma idéia de sua participação ativa nos transportes de café basta citar que nos últimos trinta anos a ferrovia trouxe a Santos nada menos de 180 milhões de sacas do produto. Esse volume seria hoje mais elevado, se nos últimos anos não se tivesse deslocado para a zona da Sorocabana, Noroeste e Paraná-Sta. Catarina o grosso da produção cafeeira. O progresso unificado nos transportes rodoviários nos últimos anos serviu de estímulo à Estrada. Sempre

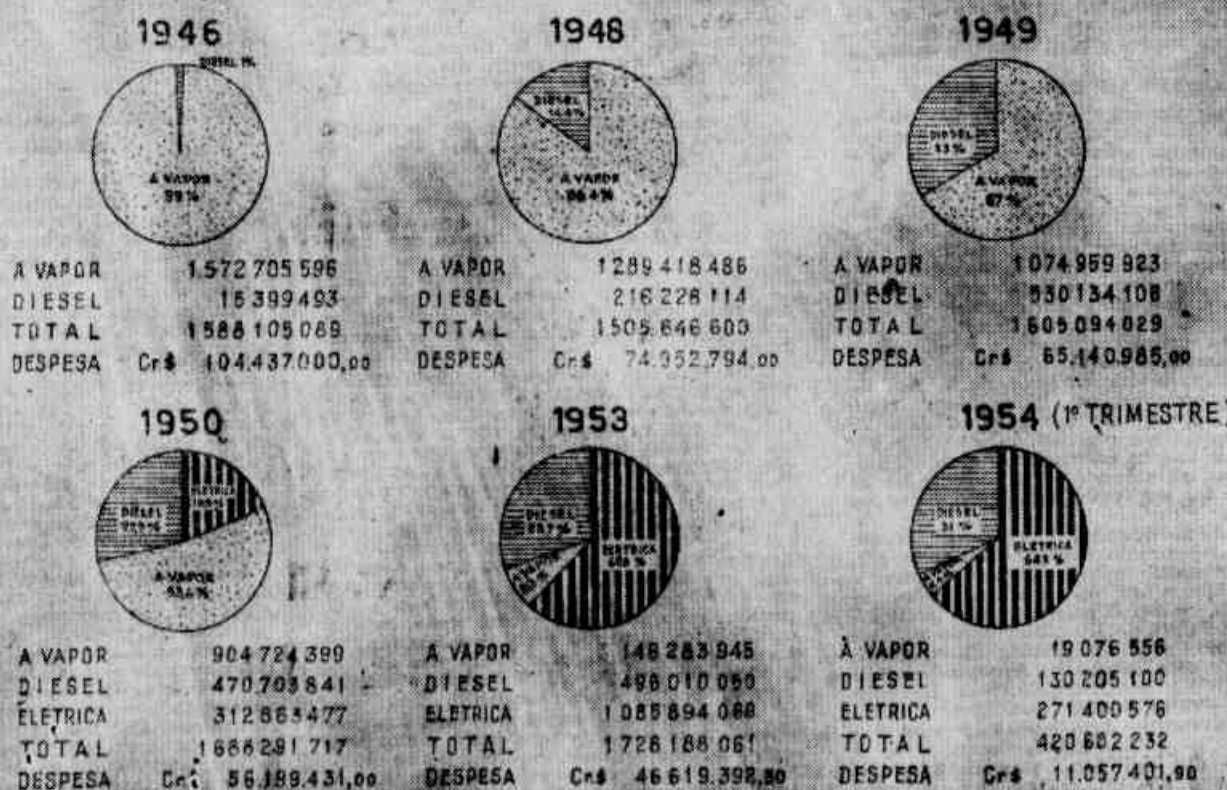
A Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, nascida na segunda metade do século passado, predestinada a vencer em toda a linha, foi sem dúvida a grande ferrovia que participou mais intimamente da construção do mundo econômico nacional.

Transportou ela, desde seus primeiros dias, o café, auxiliou o desenvolvimento dessa cultura e lançou-o no mundo, transportando-o até sua última etapa.

Os méritos reunidos em todos os 90 anos de existência lhe asseguram hoje posição de vanguarda na economia nacional. Garantem-lhe base segura para novas conquistas e novas realizações que refletem no progresso do país.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

TONELADAS-KILÔMETROS BRUTAS REALIZADAS PELOS DIVERSOS TIPOS DE TRACÇÃO E DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS E ENERGIA ELÉTRICA





NA velha zona de terra roxa do nordeste paulista, onde há cem anos os cafezais chegaram fazendo continência aos horizontes, uma epopéia foi escrita sobre a terra e está sendo desesperadamente declamada pela ainda eloquente tristeza dos galhos secos das lavouras, que atiram braços descarnados para o céu e contam a história virgem de um povo ingênuo, tocado de poesia e esquecido dos poetas.

Quando os cafezais chegaram, penteando de verde a paisagem das seculares árvores descabeladas, trouxeram a semente única de nosso destino. Desde então, em seus impecáveis postos de sentinelas alinhadas — nubes tutelares eternizadas em estátuas de folhas — eles velam por nós. Estavam de pé, arripiados na ansia de infinito dos espigões e coroados pela poeira vermelha das manhãs, quando surgiram as casas grandes, os negros de pele líquida, os feitores de espada de prata, os sinhos de poucas palavras, as sinhas das lendas dos pomares, as tropas estreladas de guiso, as foguetas de labaredas de lua, os violões encordados de gemidos, as porteiras batendo nas bocas dos pastos e o sino acordando o destino dos dias, meninos. Estavam de pé, bafando as serras das madrugadas, quando surgiram as estradas de ferro fazendo cidades pular de dentro do mato, com gente nova, costumes novos, casas novas, destinos novos. Estavam de pé fazendo transfusão de terra na pávida aventura econômica do país, quando surgiram riquezas entumescidas, crises hemorrágicas, mercados de febre intermitentes, com intermediários, corretores, Bolsas, comissários, apostas, cotas de sacrifício, dólares, cinzas, este-fanódeses, misérias, fomes, maleitas, geadas, granizos e secas. Estavam de pé, sustentando tudo isto, alimentando tudo isto, causando tudo isto, sofrendo tudo isto.

E ainda estão de pé sobre a terra enrugada, esgotada, explorada, espremeida até à última gota de seiva, assistindo ao novo bandeirismo das terras novas, às aventuras desesperadas dos últimos sertões, à ilusão sempre verde das zonas virgens, tentando dizer que, apesar das terras negras da Ucrânia e das amarelas da China, ainda são eles os senhores da terra mais rica do mundo, da terra que, impunemente abandonada, se demorona arrastando homens magros a um abismo de sol, empoeirando estradas retirantes que demandam cidades de chaminés e apitos, recebendo pancadas de enxadas que cavam sepulturas, cuspidas pelas chuvaradas de pedra e enrugada pelas noites geantais. E essa terra, com essa gente, com essa história, apostada e perdida nos mercados, acaba sem poetas!

A POESIA DO CAFÉ

SAULO RAMOS

É com tristeza que se observa o alheamento da poesia brasileira diante de nossas grandes realidades. Nossa evolução poética, depois de haver encontrado um sentido nas revoluções estéticas da primeira metade do século, vem sofrendo uma série desnecessária de revoluções precipitadas, cada qual mais apressada em sobrepujar a anterior a fim de conseguir um lugar na história como iniciadora de alguma coisa. Semanalmente surgem novas gerações, anunciando tendências novas, sem a mínima observância dos resultados obtidos pelas experiências das outras. Nessa evolução, processada em retalhos, as gerações semanais introduziram o sistema, absurdo e pernóstico, de fazer revoluções sem ter havido decadência, mesmo porque não chega a haver realização decisiva e culminante em nenhuma das correntes literárias atuais.

Com esse arquivamento burocrático de revoluções, que vai desde o jacobinismo e o ufanismo mais piegas até à mais pernóstica abstração intelectualizada, a poesia brasileira teve de caminhar, fatalmente, para os ambientes fechados, embriagar-se com uísque e iluminação indireta, estudar gestos, decorar nomes, comparecer a recepções e tornar-se escandalosamente fácil numa inversão de valores, onde pontificam os mais audazes valores invertidos. A poesia de festa à meia voz, a poesia de maneiras estudadas, a poesia de club, a poesia simplesmente isolada a literatura da sensibilidade popular, que se alimenta de versinhos radiofônicos, rimas estridentes, metrificadas das histórias quadriladas de frustração das ideias dirigidas por partidos políticos.

Enquanto isso, neste pedaço ensolarado da América, o povo segue criando a vida, com longos sofrimentos e breves alegrias, sem nada receber da poesia novelesca, seriamente preocupada em decifrar os últimos símbolos da poesia inglesa. Estamos em hiato, achamo-nos em barranco de rio sem canoa, somos um fogaréu boquiaberto diante dos azeiros das queimadas sem brisas. Entre as nossas realidades ignoradas, entre os símbolos poéticos plasmados constantemente pela vida diária de nossa gente, en-

tre os temas esquecidos e as mais profundas regiões inexploradas de nossos abismos interiores, está o café. Há dois séculos que os cafezais se cobrem de floradas, pentelam-se de chuvas, tremem de geadas, coram-se de poelras, transpiram gotas vermelhas, carregam-se de sol, semeiam riquezas, cálos, ilusões, misérias, e massacram infâncias, penetram intimismos, criam símbolos. Há dois séculos que participam de nossa preocupação diária, de nossa estrutura econômica, de nossas narinas, nosso paladar e nossa insônia. Há dois séculos que são atirados, apostolados e perdidos em roletas e aventuras financeiras, com terra, gente, suor e tudo, rem que a poesia disso se aperceba ou com isso se impressione.

OS POETAS

Entretanto, antes que o café fosse exilado para esta terra de histórias e de lendas, mesmo quando era apenas o licor negro escorrido do Oriente, já havia tido seus poetas. No século XVI, depois de haver saído das colinas do Yemen, das mãos lendárias de Kaldi, o café entrou para a poesia através dos versos do xeque Árabe Therif Eddin, seu primeiro e legítimo poeta. Depois, encontrou o carinho emocionado de Belighi, o espírito alegre de Delille, e o entusiasmo idealista de Rousseau. Quando condenado pelos governos europeus como bebida diabólica e causadora de revoluções, teve sua liberdade defendida por Milton, Voltaire, Goldoni, d'Alembert, Saint Pierre, Talleyrand, Bach e tantos outros artistas, poetas, cientistas e filósofos.

No Brasil, onde sua presença repetiu a epopéia das bandeiras, onde amalgamou raças e dirigiu destinos, onde oprimiu vidas e absorveu gerações, onde foi condenado ao fogo por inquisidores a serviço de um louco inconsequente, teve apenas uma literatura ocasional. Ciro Costa, Emílio de Menezes, Hermes Fontes, tentaram lembrar o café em seus versos. Entretanto, se não fosse, mais tarde, a sensibilidade de Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho e Cassiano Ricardo levar os cafezais para seus poemas, o café teria ficado completamente isolado de nossos ritmos e de nossa emoção.

Monteiro Lobato, lamentando esse antigo alheamento da poesia brasileira diante do filho adotivo da terra e, com seu imenso e apaixonado entusiasmo pelas coisas muito nossas, descrevendo o avanço irresistível da "onda verde", profetizou:

"O café é uma epopéia. Quando nossa literatura largar o chá-zinho que beberica no Alvear e compreender a sua verdadeira missão, a epopéia a tragédia, o drama e a comédia do café serão os grandes temas de quantos sentirem em si a fagulha divina. Hoje, coladinho, está ele tão entredito com o seu chá das cinco, com os rodopios em torno das salas das meninas histéricas, com a cintura das alfomadinhas, com as escorências mercuriais que o francês exporta que é bom, mesmo, não se meta a estragar com as mãos de mico o grande tema. Que folego é mister! Que amplitude de visão, que dureza de alma, que sobrehumana coragem para ver, sentir e contar a história da Onda Verde que digere as florestas virgens!"

Por uma desapontadora ironia do destino para com a poesia brasileira, essa amplitude de visão, essa dureza de alma, essa sobrehumana coragem de ver, sentir e contar a história do café foram atingidas por um poeta francês: Luc Durtain que, em sua "Suíte Brasileira", penetrou intimamente na beleza verde, vermelha e preta da poesia dos cafezais. A primeira poesia dessa grande epopéia, particularmente paulista, que já havia impressionado outros poetas estrangeiros, entre eles Villaspesa, teve que nascer em francês e, felizmente, foi repatriada por Guilherme de Almeida. Precisou nascer na França, numa última tentativa de despertar a atenção da poesia brasileira que, à força de tanto imitar a francesa, acabara imitando Luc Durtain para encontrar-se a si mesma.

Durtain, bebendo a beleza florada do café, foi o primeiro que soube dizer: "Sobre as montanhas do cafeiro, linhas sérias que enchem vales e colinas, rendilhando dos horizontes léguas e léguas, despejou-se uma espuma branca. O' guirlandas de estrelas, que cheirais a flor de laranjeira!"

"Vem aí a colheita, os gestos pacíficos que modelam os ramos, Os grãos granizando nos baldios, a poeira dos rodos, a espuma e os pés descalços da lavagem, o terreiro tórrido, as máquinas por onde o grão viaja em montes ou filas, até as colunas das estatísticas, até as burras dos Bancos: Mas hoje está de férias! Tempo sagrado, brilho inútil, grimpas estendidas sob os pés dos raios alegres! O' perfume que nada tens de café, perfume de núpcias!... Núpcias do trabalho, Núpcias do homem rude com o mundo..."

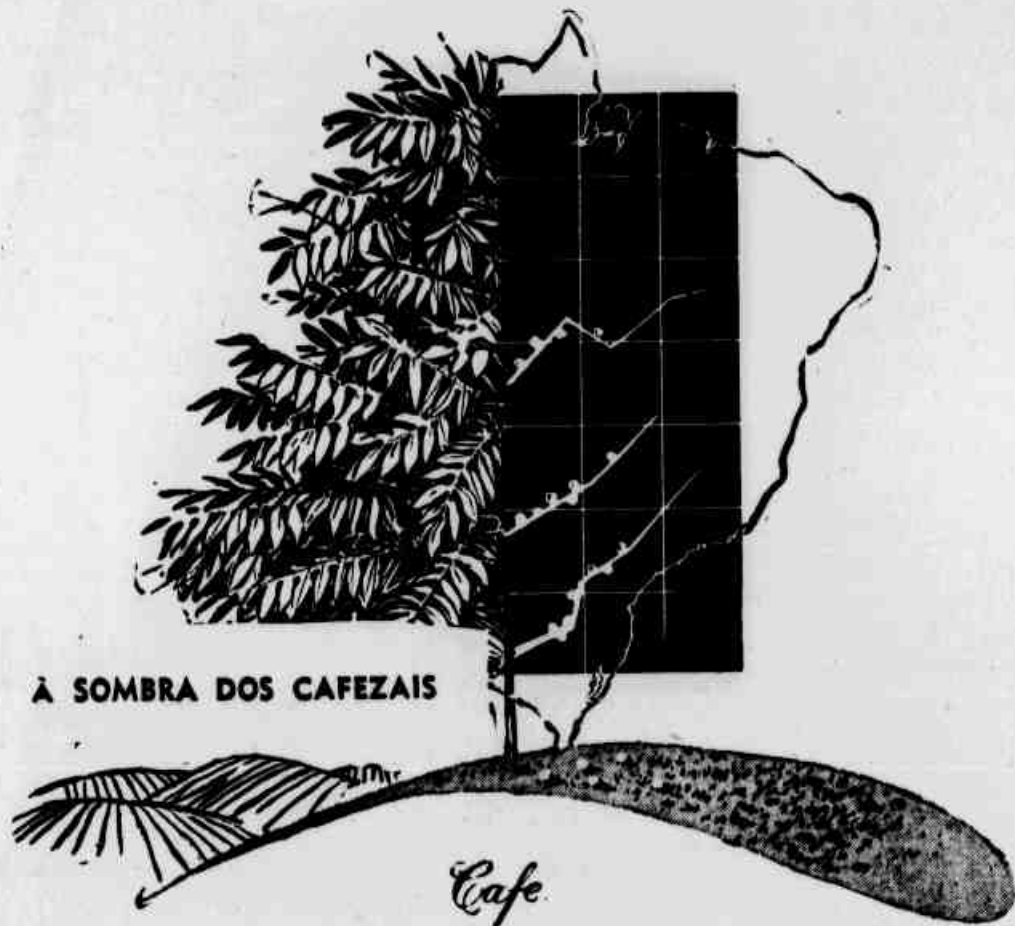
Esse formidável poeta francês apenas de passagem pelo Brasil, penetrou profundamente nossa alta poesia e, para escrever com tanta intensidade emocional sobre o café, precisava ter escrito de São Paulo:

"Orgulhoso São Paulo, com seus homens áspers, suas mulheres finas, seus algarismos, suas usinas, seus São Paulo que, do Golfo e do Mato pesa como um bloco de aço. E' ele que puzar para baixo toda a América, [puxar o Brasil] para os pensamentos frios expostos ao [contato do Polo]. Porque é em São Paulo que os continentes arja sob o Equador e que os trópicos [incham como velas: São Paulo pesa mantendo o Brasil co-mo uma âncora!"]

No momento em que nossos poetas deixarem de lado a preocupação da literatura intelectualizada, o café terá sua poesia. Não será mais essa produção infantil, ocasional, descritiva que temos produzido até agora. Será poesia de alta emoção, porque todos os nossos anseios de liberdade, nossos mundos interiores, nossas emoções estéticas estarão sempre profundamente ligados com a vida e os símbolos que florescem na terra, onde a criação celebra o noivado eterno entre a beleza das coisas e a alma dos homens.



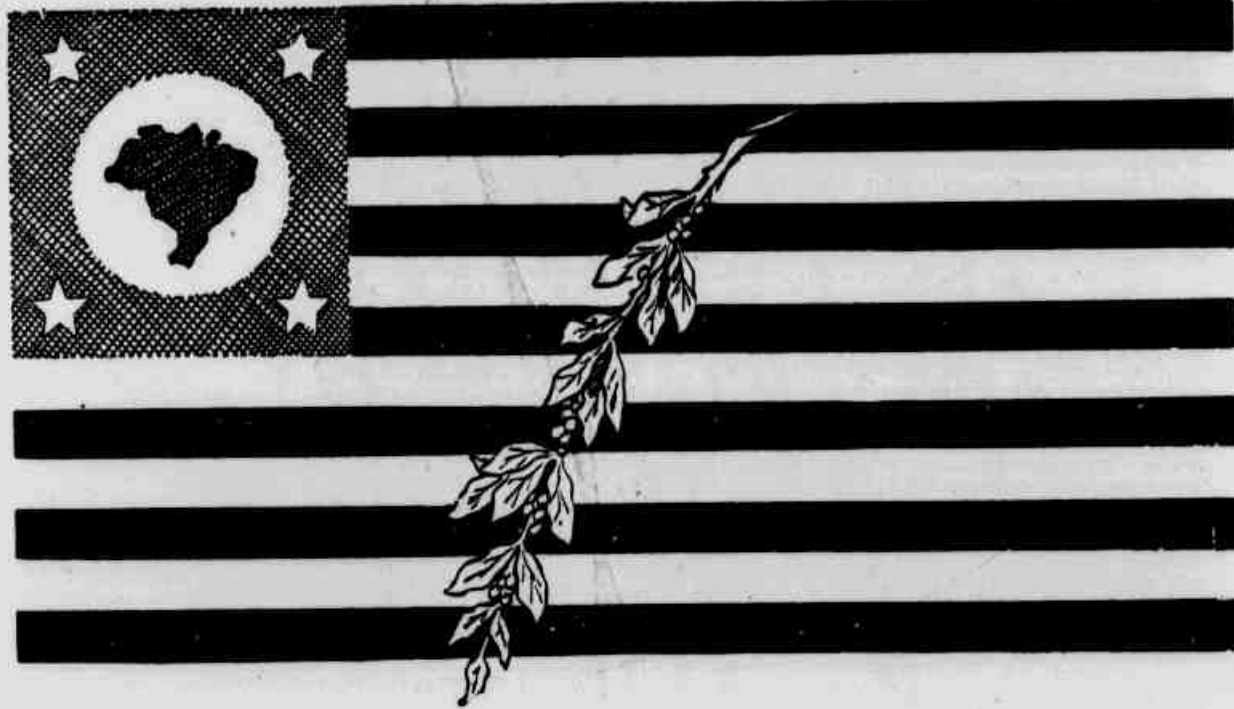
À SOMBRA DOS CAFEZAIS



Fonte e alvorecer de nossa economia. Abrieste caminhos à nossa civilização. Fonte generosa de onde sempre fluíram os recursos com que pudemos enfrentar e superar as fases difíceis da existência, és a causa principal da presença brasileira no concerto das nações. A Pátria te deve uma oração. A oração que erguemos — o pensamento voltado para os destinos do Brasil — à sombra dos cafezais.

CIA. PAULISTA DE ADUBOS

Rua Senador Queiroz, 312 - 7.º andar



No ano glorioso do IV Centenário e no mês que marca a jornada heróica de um povo, comemorada a 9 de Julho, rendemos nossa homenagem à terra bandeirante e ao seu povo, que através da História, vem escrevendo páginas brilhantes de Glória, Amor e Trabalho.

LANIFÍCIO FILEPPO S. A.



KEDLEY • DUMOND • SOLAM



CASIMIRAS DE QUALIDADE

O CAFÉ E A INDÚSTRIA

GARIBALDI DANTAS

O maior e o econômico de São Paulo e quilo do Brasil foi incontestavelmente, a entrada do café, como planta de valor comercial, nas terras férteis de Campinas e, posteriormente, com a descoberta da terra roxa, pelo vale do rio Guassu. Antes dessa notável efervescência, São Paulo não representava grande força econômica no país, eis que, afora as lavouras que lhe davam razão de bem estar, como a cana de açúcar e outras, ainda não se havia implantado definitivamente a indústria, como elemento de fortalecimento e engrandecimento.

Com o café, veio a civilização, sobretudo veio a arrancada para o interior, o vasto interior antes apenas levemente salpicado de cidades, sem grande força ou expressão econômica. Entendemos por civilização, a rede de organizações inerentes à vida econômica, a rede de estradas, sistema bancário, e acima de tudo o pulular de novas cidades, centros de atração de populações de outras regiões do Estado, do estrangeiro e de outras partes do país.

Dada sua natureza especial — uma zona de café representando um período conturbado — valor comercial de muito — pôde o café justificar, nesses primeiros tempos, sua penetração pelo "hinterland", porque seu transporte, ainda que difícil e relativamente oneroso, naquelas épocas, podia ser feito, pois não havia o valor comercial do produto, cujo preço era aceitável. Nesse sentido o café, depois de ser semeador de cidades, tornou-se arma de penetração econômica no vale, planta, portanto, pioneira, no seu sentido de expansão pelas regiões até então desconhecidas ou mal desenvolvidas.

CAFE — FORMADOR DE CIDADES E AGENTE DE PIONEIRISMO ECONÔMICO

A expansão e o desbravamento das regiões novas do mundo, em qualquer parte, sempre se fez à custa de algum incentivo especial. O "rush" das populações aventureiras pelo Oeste norte-americano foi consequência da descoberta do ouro. A penetração idêntica, mas em escala menor, pelo Vale do Amazonas, só se justificava em vista da tremenda atração exercida nas populações migrantes do Nordeste pelos altos preços da borracha. "Ouro negro", como lhe era cognominada a natureza, ou ouro de verdade, não passavam de sinônimos. Ambos transformavam massas pauperizadas e sedentas de dinheiro, massas intrépidas e cobiosas, em populações mais tarde ricas e sedentárias, nas cidades formadas em seu redor, ou nos centros de abastecimento que se levantavam, nessas regiões, para atender aos imperativos de dinamismo desbravador.

Assim, foi sempre a história do desbravamento das novas regiões. São Paulo e o café seguiram o mesmo padrão de desenvolvimento. As notícias dos milagres da terra roxa, os lucros então fabulosos das novas fazendas abertas, esses rîncões privilegiados drenavam, como verdadeiras bombas de sucção, as populações e os homens de aventuras e empreendimento das antigas terras cafeeiras de outros Estados. Quem perlistar a história do desbravamento e colonização, no seu sentido econômico, das novas terras cafeeiras, que se expandiam pela Mogiana, encontrará nomes e pessoas quase sempre ligados às lavouras da rubiacea fluminenses e mineiras. O café é planta esgotante, pelos métodos antigos de exploração. Sua história, no plano nacional, é uma estrada de devastações. Também no plano paulista, a mesma coisa aconteceu. Onde o café assentava raízes, depois só havia desolação. Lavouras de pouca produção, de início, eram, mais tarde, pastagens, culturas de carácter secundário, até ficarem como desertos, enquanto os capitais aí formados, nas boas horas, se iam, em pô da fertilidade das terras mais moças.

Dada sua natureza peculiar, e tendo em vista a grande reserva de terras novas, excelentes, como o massapê e a terra roxa, quando as lavouras de uma geração começavam a definhir, em rendimento, a lei era sempre a mesma: a procura incessante das regiões virgens. Uma ansia de lucro, mais do que o desejo de consolidação do que se fazia, representava a mola vital do expansionismo econômico paulista de toda segunda parte do século dezanove.

Errada ou não essa orientação, os rumos da civilização se infletiram no sentido das lavouras de café. E com isso, São Paulo tomava outra feição econômica, iniciando a formação de novos capitais. A custa dos lucros do café, indispensáveis a outras formas de atividade.

O CAFÉ E A FORMAÇÃO DE CAPITAL

Com a riqueza criada pelo surto cafeeiro, consequente à descoberta das terras férteis da Mogiana, e posteriormente, de outras regiões do "hinterland", com a expansão das cidades, o lançamento das ferrovias em busca das zonas produtoras do "ouro verde", com a entrada maciça do imigrante estrangeiro, após o advento da escravatura, com essa febre de progresso que se apossou do meio econômico paulista nos fins e presente, tornou-se o café o agente principal da formação de economias ou capitais disponíveis para outras formas de atividade.

Foi, porém, graças, em grande parte, à lavoura de café que a indústria aqui pôde estabelecer-se, com capitais tirados da terra generosa. Não que o fazendeiro de café fosse, por natureza, propenso a outra qualquer forma de atividade, a não ser a de terra, mas porque, enriquecendo-se, criava em seu redor um mundo de interesses conexos, no qual se planejava a estrutura de uma nova civilização.

Direta ou indiretamente, das economias, da riqueza, do lucro do café saíram capitais com que se foram levantando as indústrias paulistas e nacionais. Essa, a primeira grande contribuição do café ao industrialismo brasileiro.

O MERCADO INTERNO RESULTANTE DA ECONOMIA CAFEIRA

Criando riquezas, levantando cidades e fazendas, o café foi ampliando de tal maneira o mercado interno que a indústria teria de se aproveitar dele mais cedo ou mais tarde. As dificuldades de importação na primeira configuração mundial repressaram o surto industrial, não resta dúvida, mas a base da atividade fabril residia, aci-

ma de tudo, na existência de mercados que se fortaleciam à medida que a onda cafeeira invadia e avassalava o sertão bandeirante e de outros Estados.

Uma indústria, no seu sentido genérico, não se poderia criar, nem subsistir, se lhe faltassem certas condições básicas, como a energia, o capital, o técnico, o operário, a maquinaria. Tudo isso se consegue formar ou adquirir, mas a base de qualquer movimento industrial permanente é a existência do mercado próprio. Sem dúvida, esse mercado precisaria ser acobertado da competição dos centros fabris mais antigos e aperfeiçoados e certamente o foi, através das barreiras aduaneiras que realmente permitiram o elemento de defesa do industrialismo nascente do país. A maior garantia, por isso, do mercado interno, com o seu aquisitivo suficiente e permanente. Isso, o café é que foi o principal elemento, a mola realmente impulsionadora. Em seu derredor, em torno de sua prosperidade é que as primeiras indústrias de certo vulto se levantavam, porque achavam mais de colocar sua produção, com facilidade e vantagem.

OS RECURSOS CAMBIAIS DO CAFÉ POSSIBILITARAM A IMPORTAÇÃO DE MAQUINHARIA

Mais dinheiro entrou no Brasil, com a exportação de café, do que com qualquer outra forma de trabalho, inclusive com o do ciclo do ouro das épocas coloniais. Esse vasto manancial de recursos nem sempre foi desbaratado, como se insistiu no passado, com gastos perdulários de seus detentores, em viagens de recreio no exterior. A grande parte ficou no país, transformada em bens de produção básica. De onde saíram as cambiais da importação de maquinaria da indústria brasileira senão, em parte acobertada, da exportação cafeeira? De onde provem ainda a principal fonte de recursos para pagar o que a indústria necessita, sob forma de certas matérias primas não existentes no país, ou sob forma de outras necessidades senão com os recursos cambiais postos à disposição da nação pela exportação do café?

Certamente, algumas indústrias disso prescindiram, trazendo maquinaria, à guisa de capital, mas a quase totalidade do parque fabril fez-se ou nasceu à custa dos pagamentos oriundos das cambiais obtidas na exportação nacional. E como o café, em várias décadas, e por isso mesmo, é que proporcionava esses recursos, contribuindo com mais de dois terços do valor de nossas vendas no exterior, pode-se perfeitamente compreender a estreita dependência em que se achou sempre o industrialismo brasileiro na boa ou má sorte do café.

Se bem que, em alguns anos, a participação do café, no total da exportação do país, tenha calado sensivelmente, já mais recentemente, nos últimos exercícios, aumentou sensivelmente, conforme se poderá depreender do quadro anexo ao presente estudo, pelo qual se nota que 1933 essa contribuição alcançava 72 por cento, ou mais de dois terços, das vendas do Brasil.

Para o Estado de São Paulo o café é, ainda tudo, pelo menos, quase tudo, no que tange a valores de exportação, a ponto de representar, em anos recentes, 86 por cento do seu valor total. Certamente, isso foi devido ao restabelecimento de vendas de alguns produtos, como algodão, mas de qualquer maneira continua o café sendo o estelo da exportação paulista e nacional, o máximo elemento fornecedor das cambiais de que a nação precisa para cobrir sua pesada importação de bens essenciais.

Em resumo, e levando em conta as linhas gerais da questão, não há exagero em se afirmar que o industrialismo nacional, maxime o bandeirante, encontra no café, nos recursos de sua exportação, os elementos de que não pode prescindir para fazer face aos seus compromissos de matérias primas e combustíveis, cada vez mais elevados, e sobretudo às suas necessidades de novos bens de produção, como maquinaria.

A INQUIETAÇÃO NACIONAL E A RESPONSABILIDADE

A dependência da exportação do Brasil, e por consequente, de sua própria situação econômica, da produção cafeeira é evidente e por isso mesmo começa a despertar serias inquietações. Os preços altos dos últimos anos apenas escondem parte da gravidade do problema. O que é sério, o que impressiona, o que ameaça o futuro é a queda da produção cafeeira do país em face da mundial. Os dias em que o café do Brasil representava a maior parte das vendas mundiais são página virada. A expansão de fora se processa a ritmo forte. As safras da Colômbia já ultrapassam seis milhões de sacas. As da África seguem pelo mesmo caminho. A produção mundial é de ordem de 34.000.000 de sacas, das quais a do Brasil já não representa senão quarenta e seis por cento. O quadro anexo dá idéia exata dessa situação que se torna tão séria e aguda quanto maior é a dependência da exportação brasileira do valor das vendas de café. Na média de 1928-32, a produção do Brasil em relação à do mundo ultrapassava 87 por cento. Nos últimos anos, conforme ainda quadro anexo, não passa de 47 por cento, em média. Está o Brasil perdendo terreno a olhos vistos e como isso pode ser permanente, eis que, uma vez formadas novas lavouras de café, no estrangeiro, nada mais se ameaça, lívres que se acham de fatores climáticos adversos, a situação se agrava do lado brasileiro, tendo em vista a maior possibilidade de geadas nas novas zonas cafeeiras do Norte do Paraná.

Fenômenos destruidores, como a genda do ano passado naquela região brasileira, se constituem para afastar, por algum tempo, ligeira crise de oferta, aguçando, porém, a pressão de novos aumentos em outros países, de que dificilmente nos poderemos esquivar. Os altos preços atuais escondem ou disfarçam a gravidade do problema uma vez que a soma de dinheiro carreada para o país, em divisas estrangeiras, é impressionante e dá, aos que analisam de leve o problema, impressão de euforia, tanto mais perigosa, quanto mais sedutora. A tentação de procurar, em elevações sempre maiores de preços, a solução do problema basi-

co que é a queda de produção em relação à dos demais competidores, deveria ser posta a nã, para impedir calamidades de imprevisíveis repercussões na vida do país.

A responsabilidade da indústria, na economia do café, não pode ser aferida através de sua maior ou menor produção, uma vez que há respeito fraco à sua atuação. Mas, o assunto deve e está sendo encarado sob outro prisma. A nova produção cafeeira do país, a que se processa nas zonas velhas, pela recuperação dos cafeais esgotados, ou pelo plantio de outros, sob novos moldes; e a que se levanta nas regiões novas, está hoje ligada, de maneira indissolúvel, à vida industrial. A produção desse artigo, nos dias atuais, já não pode apenas fertilidade natural. Pode técnica, pode adubos, pode maquinaria moderna, adaptada às condições próprias do cultivo da planta, pode novas capitais.

Grande parte desses elementos da nova produção cafeeira terão de ser atendidos pela indústria. É verdade que de adubos ainda somos carentes. Mas, forças novas estão de tal maneira perquirindo e procurando as riquezas naturais do país que não será de esperar se dentro de algum tempo a indústria de fertilizantes nacional consiga suprir grande parte de nossas necessidades. O café é planta de cultivo difícil que nem sempre pode ser feito por processos mecânicos modernos. A natureza peculiar de suas raízes, a colheita, a natureza de seu plantio, sem espaços intercalares amplos, dificultam o uso extensivo e intensivo de maquinaria de carpir e cultivar os solos. Mas, já há fazendas modernas de café onde se vem conseguindo, com menos gente, produzir mais e mais barato, graças às novas máquinas. A fábrica de tratores e caminhões nacionais, fabricas de maquinaria agrícola adaptada ao café

são as novas promessas que a indústria oferece ao café. Quando a isso se juntarem os aparelhos de irrigação, de que a futura economia cafeeira não pode mais abrir mão, ter-se-á o quadro da dependência, diríamos melhor, da estreita união entre a lavoura e a indústria, dentro do clima econômico interno e nacional.

O que a lavoura cafeeira deu para a indústria, em função de amplos e generosos mercados, a indústria promete devolver sob forma de engenhos de produção eficientes. Integra-se assim a economia cafeeira à própria existência da indústria nacional.

E se tal não bastasse para justificar a responsabilidade da indústria na manutenção do café, como condição de sua própria sobrevivência ou segurança, ainda se poderia citar o exemplo de homens das fabricas que, certos do futuro do café em bases modernas, estão se voltando para sua exploração, de maneira ordenada

e científica. Já não se contam pelos dedos os fazendeiros de café agressores de fabricas. E nem são poucos as fazendas-modelo que devem sua grandiosa e prosperidade ao espírito de racionalização e técnicas saídas das fabricas do país.

A RECUPERAÇÃO CAFEIRA NACIONAL E NOTADAMENTE PAULISTA, UNIDA À

INDÚSTRIA

Que há uma recuperação cafeeira, mais em São Paulo do que em outros Estados, não resta dúvida, em face de dados recentes. De 1.000.000.000 de cafeeiros em produção, há poucos anos, passa-se agora a 1.400.000.000 segundo informações da secretaria da Agricultura. Essa recuperação pode ser intensificada, se a indústria continuar a reconhecer na estabilidade e expansão cafeeira sua própria razão de ser. Não haverá mercado seguro, sem café, e não poderá haver importação essencial, se o café não lhe assegurar os meios

Indispensáveis. Ora, como essas duas condições não a própria vida da indústria, segue-se que a sua preocupação de estimular, associar-se aos naturais anelos de segurança da economia cafeeira representa, não somente anelo de natural fraternidade nacional econômica, mas igualmente o senso frio e seguro de suas próprias necessidades.

Os dirigentes da indústria declararam, todas as vezes em que isso era necessário, a sua política: a defesa dos interesses fabris está ligada à dos campos. O binômio econômico — industrial e lavoura — é o que convém ao país, porque é o único que lhe dá estabilidade, segurança e prosperidade.

A indústria está, pois, vivamente interessada na vida, na recuperação e expansão da economia cafeeira. Os dias em que as duas forças se digladiam, por não se fazerem entender com clareza, não são agora senão lembranças do passado. As duas agora estão e devem estar unidas, em torno dos mesmos problemas, os problemas da produção, dos fatores que o constam, dos mercados, das necessidades peculiares a cada uma. Já não há mais aquele perigoso daltonismo que enxergava na indústria apenas a parte pior, desconhecendo-lhe o manancial de valores que ela representa, força

que sustenta inúmeras massas consumidoras que são mercados da lavoura.

O artificialismo inicial de algumas indústrias, como a da juta, muitas vezes erroneamente, em função da deficiência de matéria prima local, até esse já desapareceu, eis que a existência do mercado dessa matéria-prima, outrora importada, levantou, no Extremo Norte, uma nova força econômica pujante, a da produção de juta e similares, tão boas quanto a que de melhor nos chegava do exterior. Essa é uma demonstração atual do que pode a indústria fazer, criando mercados de matérias primas e produtos agrícolas, beneficiando assim a agricultura do país.

A ATRAÇÃO DAS CIDADES E O PROBLEMA DO BRASÃO RURAL

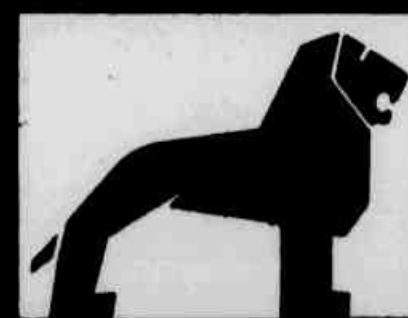
É conhecida a tese de que a indústria, despojavando os campos, cria-lhes problemas insolvíveis. Nessas condições, o industrialismo, longe de ser um bem, seria a ruína da lavoura.

Esse problema não é peculiar ao nosso meio. Existiu nos Estados Unidos, quando a nação amga passava pelo mesmo estágio de transformação em que nos encontra-

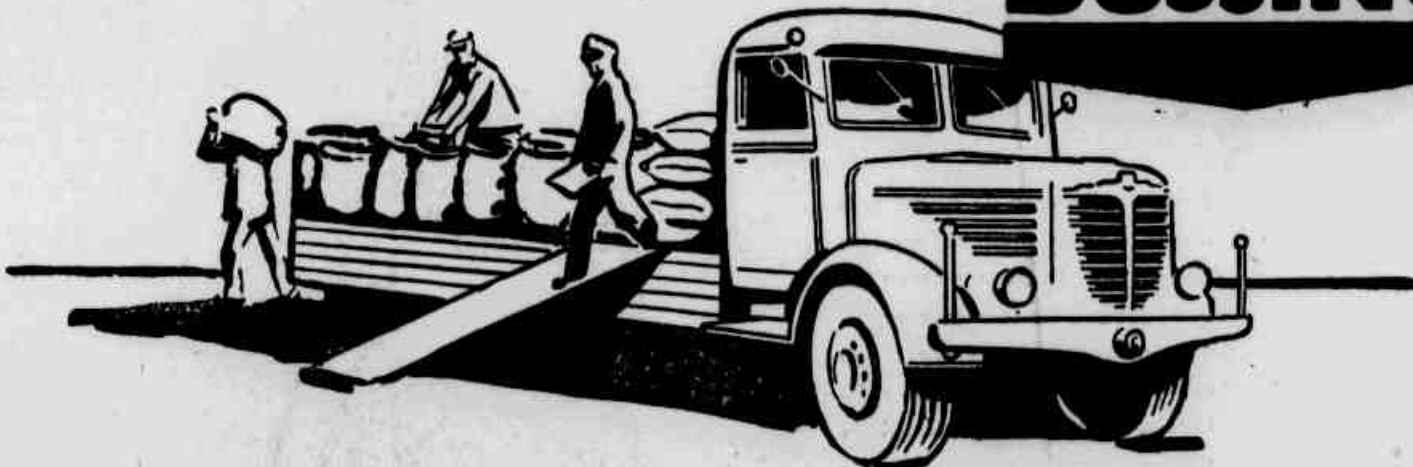
pelas artérias de São Paulo do



centenário rodaram caminhões



BÜSSING



Sólidos e poderosos, eles também estão dando sua

contribuição a este colosso que é São Paulo:

TRANSPORTAM PRODUÇÃO, A SEIVA DO PROGRESSO!

BÜSSING DO BRASIL S. A.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

SÃO PAULO

Garagem e Exposição: Av. Henry Ford, 1011
Escritório: R. 15 de Novembro, 244 - 9º and.
Telefone: 37-3792

RIO DE JANEIRO

Garagem e Exposição:
Rua Sargento Silva Nunes, 254
Travessa da Avenida Brasil - Bonassuco

Vamos. Resolveram os norte-americanos esse deslocamento de braços dos campos para as cidades de maneira objetiva e prática, de maneira altamente econômica e construtiva. Deram aos braços dos campos, sempre abundantes, em vista de seu alto poder de natalidade, eficiência que antes não conheciam, mercê de maquinaria especialmente construída para os afazeres rurais. A mecanização agrícola dos Estados Unidos eliminou a tração animal, desmobilizando as pastagens em milhões e milhões de alqueires; deu a cada trabalhador que ficava nos campos uma força de produção dez vezes superior à que decorria do emprego de utensílios manuais. Permitiu ainda pagar maiores salários aos trabalhadores rurais o que, melhorando os seus padrões de vida, assegurou-lhes condições de existência mais decentes e confortáveis, em residências higienizadas, cidades do que há de mais moderno em radiol, geladeiras, outros aparelhos que tornam a vida moderna mais amena e suave.

O êxodo, o chamado êxodo de braços dos campos para as cidades, em São Paulo notadamente, não é mal, senão quando encarado ou analisado em períodos curtos. Como todo mal traz seu próprio remédio, esse desequilíbrio está sendo corrigido pela mesma causa por que o foi nos Estados Unidos, através do emprego de maquinaria. Até havia uma década, quem possuía em São Paulo, em trabalhos agrícolas, tratores, máquinas de irrigação, podia ser apontado pelos dedos. Eram como libretos de progresso em meio a um oceano de conservadorismo. Hoje, quem não possui tais aparelhos é que não está mais em dia, já não representa a regra geral. A exceção de ontem tornou-se a regra de hoje.

Com isso, o problema do braço, mesmo no caso do ca-

fê, que é incontestavelmente uma tarefa difícil de adaptar-se às modernas práticas de mecanização, esse problema perde importância. Verdadeira revolução de princípios, de métodos, de concepção, está em andamento na vida agrícola do país, especialmente nos domínios do café. As novas lavouras que terão de se fazer em nosso meio, para assegurar a hegemonia cafeeira brasileira, estarão entoadas às novas concepções da economia rural. Caso contrário, calaremos, cedendo lugar aos mais empreendedores, nos domínios do café.

Tem-se dito que o braço que fica nas fazendas de café representa o que há de menos eficiente no potencial de trabalho nacional, os homens menos empreendedores, os mais doentes, os menos audaciosos. Isso só é verdade, em parte. Quando as fazendas começam a pagar, como o fazem hoje, salários compensadores, porque o café lhes permite tal

coisa, já essa situação não perdurará. Viverão nas fazendas de café homens tão bons quanto os que dela se ausentaram em outras épocas.

O café dependeu, no passado, do braço italiano, em grande parte, que veio justamente quando se promoveu a abolição da escravidão. O que foi essa cauda humana, despejada nas fazendas de São Paulo, as fazendas de café, dis bem a estatística da entrada de imigrantes em nosso meio, nos últimos tempos. O ciclo do italiano não foi seguido, senão em escala modesta, pelo do português, espanhol ou japonês. Mas, não precisamos de novos ciclos de braços, se soubermos aproveitar nossa própria gente de maneira inteligente, dotando-a de elementos que lhe possibilitem maior produtividade, e consequentemente, melhores níveis de remuneração.

A INDÚSTRIA E A PRODUÇÃO DE CAFÉ NÃO SE HOS- TILIZAM, NEM SE DES- TROEM, MAS SE COM- PLETTAM

A vida, a expansão, o futuro da indústria do país, não se acham condicionados, como fenômenos inevitáveis, à crise da agricultura, à destruição da riqueza cafeeira. O exato é o inverso. A indústria está de tal maneira ligada à sorte do café que é como se essas duas forças econômicas estivessem unidas por um cordão umbilical indissolúvel. São verdadeiros irmãos siameses. Suas divergências são de superfície e momentâneas. Nunca, estrutural e profundas. Seus objetivos são os mesmos: a expansão do mercado interno, para si ter secundário de suas atividades, a recuperação das safras cafeeiras, para que haja recursos com que o país possa atender ao seu incessante desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, que é o único aceitável, a indústria e o café não podem e não devem ser considerados como forças que se hostilizam, mas como

forças de uma grande corrente. A indústria teve no café sua própria razão de ser, pelo menos no início de suas atividades. O café vai encontrando na indústria seu grande aliado, que lhe proporciona meios e instrumentos com os quais poderá tentar a nova fase, o novo ciclo de recuperação e expansão. Os problemas que eram até ontem aparentemente insolúveis, estão sendo agora atados à luz de critério mais racional, utilitário e compreensivo.

A luz desse novo espírito as mentalidades perdem as arestas do passado, e os ressentimentos cedem lugar ao espírito de cooperação. A lavoura e a indústria, café e fábrica, se sentem hoje de tal maneira juntos e unidos que se estranham os dias em que se pensava de forma diversa.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

ANOS	BRASIL			SAO PAULO		
	Volume 1.000 sacas	Valor		Volume 1.000 sacas	Valor	
		Cr\$ 1.000	Porcentagem sobre a exportação total		Cr\$ 1.000	Porcentagem sobre a exportação total
1901	14.780	508.588	59	9.613	342.538	100
1902	13.157	408.841	56	8.714	279.164	100
1903	12.827	384.288	52	7.954	241.319	99
1904	10.025	391.587	50	6.072	203.087	99
1905	10.821	324.881	47	7.454	218.588	99
1906	13.868	418.430	53	10.168	306.356	99
1907	15.690	453.764	53	11.470	340.776	99
1908	12.658	368.285	52	8.940	275.094	99
1909	16.881	512.870	55	13.453	429.523	99
1910	9.724	385.483	41	6.355	178.243	99
1911	11.358	406.529	60	8.790	277.663	99
1912	12.080	498.371	62	8.835	327.512	100
1913	13.267	611.690	62	10.229	488.000	100
1914	11.270	439.715	58	8.484	350.084	99
1915	17.061	620.490	60	12.120	453.699	99
1916	13.039	388.201	52	9.943	458.750	99
1917	10.608	440.258	37	7.845	336.764	80
1918	7.433	352.777	31	5.391	208.384	72
1919	12.963	1.226.483	56	9.446	346.577	87
1920	11.535	890.958	49	8.481	371.363	78
1921	12.369	1.019.065	60	8.770	361.327	81
1922	12.873	1.594.166	64	9.330	1.071.741	91
1923	14.486	2.124.028	64	9.668	1.485.951	91
1924	14.236	2.928.572	76	9.596	2.030.986	96
1925	13.482	2.900.092	72	9.101	2.075.186	95
1926	13.751	2.347.645	74	9.318	1.858.914	95
1927	15.115	2.275.855	71	10.295	1.865.870	96
1928	13.851	2.840.415	72	8.956	1.994.308	95
1929	14.381	2.740.073	71	9.312	1.965.937	94
1930	15.248	1.827.577	63	9.318	1.279.536	90
1931	17.851	2.347.079	69	10.825	1.604.969	94
1932	11.855	1.820.848	62	6.153	1.038.818	92
1933	15.459	2.022.838	61	10.384	1.452.853	93
1934	14.147	2.114.512	61	10.185	1.555.097	90
1935	15.329	2.156.599	63	10.434	1.551.777	90
1936	14.186	2.231.473	46	9.677	1.615.422	75
1937	12.123	2.159.431	42	7.821	1.425.427	58
1938	17.113	2.296.110	45	11.368	1.642.758	80
1939	16.499	2.234.280	40	11.063	1.605.085	80
1940	12.046	1.899.248	32	8.295	1.135.885	47
1941	11.052	2.017.116	30	7.248	1.465.580	46
1942	7.280	1.965.809	26	4.511	1.291.409	41
1943	10.112	2.802.734	32	7.093	2.146.078	55
1944	19.555	3.879.343	36	10.976	3.261.684	61
1945	14.172	4.260.340	35	10.279	3.254.688	53
1946	15.575	6.441.463	35	11.396	4.964.203	51
1947	14.830	7.755.099	37	9.902	5.751.075	54
1948	17.492	9.018.564	43	11.222	6.435.721	60
1949	19.369	11.610.705	58	11.440	7.339.579	73
1950	16.358	19.447.854	60	8.277	6.591.995	79
1951	15.821	19.212.708	74	7.463	6.234.893	84
1952	15.821	19.212.708	74	8.390	10.410.788	88
1953 (*)	6.550	8.215.647	72	3.390	4.351.320	86

(*) Janeiro-Junho.

SAO PAULO
Imigrantes Entrados
SEGUNDO AS PRINCIPAIS NACIONALIDADES

Anos	Todas as nacionalidades (*) Número	Italianos		Espanhóis		Portugueses		Alemães		Austriacos		Japoneses	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1870/1879	11.330	3.411	30.11	300	2.65	1.660	14.65	1.091	9.63	176	1.53	—	—
1880/1889	183.505	144.654	78.83	5.538	3.02	22.613	12.32	2.354	1.28	2.500	1.41	—	—
1890/1899	734.985	340.243	46.34	86.994	11.84	59.011	8.03	7.176	0.98	14.910	2.03	—	—
1900/1909	364.834	174.634	47.88	88.524	24.07	57.097	15.32	3.881	1.06	5.277	1.46	835	0.22
1910/1919	446.582	105.834	23.70	135.326	30.30	132.682	29.71	6.731	1.51	5.084	1.14	27.114	6.07
1920/1929	487.253	74.778	15.35	63.814	13.10	113.386	23.27	32.719	6.71	8.652	1.78	57.164	11.73
1930/1939	198.122	12.429	6.27	6.884	3.32	36.284	18.31	10.397	5.26	1.233	0.67	101.666	51.31
1940/1949	53.992	9.519	17.63	1.317	2.44	16.114	33.55	2.061	3.87	763	1.41	2.945	5.46
1950/1952	113.049	28.535	25.24	18.051	15.97	40.743	36.04	4.397	3.89	808	0.71	348	0.31
Total	2.593.652	894.037	37.90	405.448	15.65	481.573	18.55	70.837	2.73	39.693	1.53	190.083	7.32

(*) Exclusive brasileiros.

— AOS QUE SOUBERAM
COLOCAR BEM
ALTO O NOME
DE SÃO PAULO...

...escrevendo páginas de glórias como a epopéia cívica de Nove de Julho, por todos os Paulistas rememorada, rendemos nosso tributo de homenagem e gratidão. O ideal sublime dos paulistas em bem servir a Pátria comum, elevando-a cada vez mais pelo seu trabalho e pelo seu esforço, hoje mais do que nunca, é uma força latente no coração da gente de Piratininga. Parte integrante dessa coletividade, saudamos a data cívica dos Paulistas, ao mesmo tempo que divismos na pujança de São Paulo, o futuro brilhante e glorioso do Brasil.

Lanifício
F. Kowarick S.A.

RUA VISCONDE DE TAUNAY, 51 • SANTO ANDRÉ

PRODUÇÃO DE CAFÉ
PERCENTUAIS DE SÃO PAULO

Anos	SAO PAULO			Brasil em relação ao mundo
	Em relação ao Brasil	Em relação ao mundo		
1923/22 média	69,0	59,5		87,6
1923	63,1	48,5		76,1
1924	72,2	57,5		75,6
1925	66,6	40,8		61,3
1926	66,6	48,1		72,3
1927	69,8	45,6		69,6
1928	66,7	45,9		70,2
1929	64,2	38,5		65,0
1930	61,3	35,8		67,6
1931	57,9	29,6		60,3
1932	61,7	29,9		47,3
1933	53,3	29,1		43,3
1934	42,8	20,7		36,5
1935	42,9	21,0		51,3
1936	48,7	27,5		62,0
1937	46,6	25,6		46,3
1938	52,9	30,1		55,1
1939	45,6	26,4		52,4
1940	43,8	20,6		51,8
1941	44,1	20,8		48,4
1942	45,7	21,4		46,9
1943 (*)	42,4	...		...

INICIATIVA PRIVADA OU
SOCIALISMO DE ESTADO?

FERNANDO P. CARDOSO
(Presidente do Sindicato de Aduos e Colas no Estado de São Paulo)

Creio firmemente no princípio da iniciativa privada como sendo o sistema econômico mais consistente com as liberdades do homem e como sendo o meio mais eficaz para o desenvolvimento de nosso país.

A iniciativa privada, somente ela, favorece o arrojo dos pioneiros, possibilita a aceitação de riscos próprios dos empreendimentos novos, estimula a competição que gera progresso, e dá ensejo ao temor do fracasso que produz pertinácia e eficiência. Não serão essas as condições básicas de trabalho para a construção de uma Nação nova como a nossa? Teria havido bandeirantes alarçadores de fronteiras e sertanistas plantadores de café se o brasileiro prezasse antes de mais nada a segurança?

Mas a iniciativa privada resulta no capitalismo e este sugere a intervenção do Estado toda vez que abdica do risco, da competição e da audácia, do progresso e do humanitarismo.

O sucesso do capitalismo está, pois, na harmonização dos direitos e dos interesses do consumidor, do operário e do proprietário. Qualquer movimento ou tendência em prejuízo de um dos três grupos de interessados, poderá conduzir ao socialismo de Estado.

Privilegios, monopólios e vantagens unilaterais significam redução da concorrência, com prejuízo do consumidor quanto a preço e qualidade dos produtos a ele ofertados. O consumidor, então, recorrerá ao governo.

Salários insuficientes, desrespeito pelos problemas sociais, pessoais e familiares do trabalhador, são infrações de direitos do Operário. Este, então, se socorrerá do governo ou se lançará à conquista do governo.

Ausência de lucro, remuneração inadequada do capital, ferem direitos legítimos do proprietário e chegam a paralisar a produção, levando novamente à intervenção do governo, porque o consumidor não pode ficar sem o produto e o operário sem trabalho.

Estamos atravessando uma fase de incompreensões, imediatismos e abandono de princípios. Por tudo socorre-se do governo, para depois condenar o governo por interferir na economia. Por nada o governo se intromete no domínio econômico, para depois realizar muito menos que a iniciativa privada.

Devemos compreender bem a essência do capitalismo, precisamos estar dispostos a assumir riscos, a produzir sem privilégios, a empreender para o futuro, a aperfeiçoar e progredir, a viver em concorrência, a pensar no consumidor e no operário, com que criaremos alicerces seguros para o sistema da iniciativa privada, a fim de nos afastarmos de corpo e alma da cruzada, já encetada, contra o dirigismo excessivo, contra a estatização da produção, contra as intromissões ilegais no domínio econômico.

(Adaptação de palavras pronunciadas na solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato de Aduos e Colas no Estado de São Paulo).

Os povos, momentos e civilizações alicerçam a sua pujança econômica, para as grandezas nacionalistas, numa ou mais mercadorias de sua predileção produtora. Quase sempre é do privilégio, das vantagens naturais, que os povos, momentos e civilizações outros preponderam economicamente, como a da juta da Índia, do trigo do Canadá, a do algodão e do petróleo da América do Norte, a dos marmores da Itália, a do carvão da Inglaterra, a dos químicos da Alemanha, as modas e perfumes da França, e assim por diante, com as suas distinções mercantis. São os aperfeiçoamentos ou quantidades produzidas que lhes deram as suas preferências, como é ainda da "mater-natura" a habilitação de seus homens nas peculiares dedicações

produtoras, na sua melhor e natural aptidão. Destarte, do carvão ao trigo, do aço ao petróleo, das fibras e demais matérias-primas para as suas industrializações, das águas aos climas terapêuticos, das escassas às abundantes fontes de energia hidráulica, em resumo, das férteis regiões, supridas de elementos ecológicos favoráveis, as menos prolíferas, de como se compõe o globo terráqueo, a alternativa de sua produtividade criou para os povos, discrepâncias econômicas, tor-

ando-os interdependentes nas trocas do que possuem e carecem, para as suas aspirações civilizadoras, as sociedades impõem-se, pelas muitas e boas razões.

Desde a era dos bufañeiros, quando esses primitivos mercadores iam, de feira em feira, vendendo e trocando bugalijanas de fascinação feminina, nascituro da barganha que viria até nossos dias (secundada de Bolsas, Bancos, "Armazéns" Gerais, meios transportados e meios de troca), a sociedade se desenvolve e circular as coisas do moderno comércio, compreendido como indispensável à prosperidade dos povos; ainda que remontemos a tempos mais distantes, os dos fenícios, navegadores mercantis, devemos convir que o intercâmbio entre as nações, porquanto elemento de bem-estar e de felicidade para a natureza, no campo do trabalho, atende ao homem na sua nutrição e anseios de progresso. Resumindo-se em quatro os elementos necessários à alimentação física e ilustrativa da humanidade: a água, a terra, o fogo e o ar, porém, dispõem-se a sua utilização na superfície terrestre, sofre, assim, o homem os altibais nos suprimentos de vida; se é nesses quatro fatores que buscamos atingir as metas de nossa civilização, nos produtos e meios com que alcançá-las não há dúvida de que nem esses básicos componentes da vida, nem a própria natureza, por igual o aquelas aspirações, pois jamais eles se apresentam conjuntamente em toda a parte. Vê-se que nem mesmo os embriões econômicos se dis-

põem a prover o homem na qualidade, malgrado existam para o seu aproveitamento, ressaltando mais uma vez a razão das permutas mercantis, para completá-las com as mercadorias delas fundamentalmente originadas. A variedade da influência ecológica, esse estado simbiótico dos fatores naturais, que se não entrelaçam em todo o orbe, obrigando a consegui-los, intercmbiando com as nossas as espécies alheias. Eis então o comércio em seu império vital para os povos do mundo.

O café é a mercadoria benzefazeira ao nosso país, acolhido pela "natureza" em nosso clima e solo, proporcionandonos a predominância perante outros povos. Transporte, indústria, finanças, comércio, outras lavouras, cambio, despesas de manutenção publica (os impostos), em suma, a defesa e civilidade de nossa terra, concentram-se quase só na exploração desse produto, porque dele auferem proventos de valia patria. E' a sua força economico-centrifuga.

Desde quando o trouxera Palheta, transplantando-o em nosso chão, vindo de Calcutá, em 1722, para o Brasil, o café chegou ao Brasil por meio de Kaffa, na Etiópia, migrando logo para a Arábia, Turquia e Java, daqui dirigese para o norte da Europa, pela Itália, França, Inglaterra e Holanda; em Paris tornou-se a bebida predileta, instalando-se já nas calçadas do "Café de la Paix"; singrando os mares de Gama e de Vasco da Gama, chegou às Américas, depois em Madri, em, depois em Paramaribo, Guayana, para, finalmente, chegar ao Brasil através de Belem do Pará. Rio é transportado para o Dia de Janeiro pelo chanceler Castelo Branco, de onde se distribui pelas terras de São Paulo, chegando às terras da Bahia e de Pernambuco, chegando finalmente às montanhas fluminenses e capixabas. O seu desenvolvimento fôra auspicioso, prenunciando uma era nova na história da economia nacional. "Os verdes mares dos cafezais", como cantara o vate, trouxeram pelo êxito inicial do seu plantio, a prosperidade e o bem-estar à nossa terra. E em 1888, na abolição da escravidão, recou-se o perecimento econômico do "ourb verde", pois o trabalho passara de cativo a assalariado. Mas, a lembrança de Antonio Prado, então ministro da Agricultura do governo imperial, sugerindo a imigração italiana, superou o grande impasse econômico, e os estrangeiros alastraram-se os seus cafezais, devotando-se esses obreiros da terra de Mazzini, arduamente, à tarefa canora a transição encarecedora, e

do profícuo labor, dá a grande mente da Pínsula, ao Brasil, por São Paulo, a posição do papel preponderante no comércio universal do café. De lá, até nossos dias, a sua cultura, incrementalmente o desenvolvimento social-econômico da nação, passou por sucessivas fases, algumas das quais, em períodos de crises, outras de tristes desencalhes. Não obstante todas as suas crises e seus esplendores, é ainda a dadivosa planta que há mais de dois séculos encontrou em nossa terra o seu natural "habitat", que predomina em nos-

Na economia, os municípios, espalhados por 325 municípios, somam elas 1 089 394 444, tendo alcançado 1 308 486,115, conforme estatísticas de 1942. No campo do intercâmbio nacional, contribui com 64% sobre o que exporta o país, dando portanto o maior contingente de cambio às importações. Só 45 municípios de nosso Estado não possuem comércio com o exterior. O Brasil é uma árvore genuinamente paulista, na adaptação e impulso quantitativo que lhe imprimiu a gente bandeirante. Duzentos e vinte anos após a sua chegada em Belem, depois de inusitada o progresso da sua cultura, foi o café introduzido no Brasil, e daí se tembrou o ouro, em lato grosso. No Estado do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco teve sempre vida tímida. A sua existência naquelas regiões mostra-se sem predominância qualitativa-produtora. Pela facilidade e abundância de seu transporte, até as estradas de ferro, consideram-na como uma atividade de lucro. Em 1935, nasceu pelo tráfego da Cia. Paulista de E. de Ferro, de um total de 63 municípios cafeicultores, cerca de 1.900.000 de sacas. A "Noroeste" de 27 municípios, transportou, nesse mesmo ano, 1.617.538 sacas. A "Ara" transportou 1.500.000 sacas. As 33 cidades, conduziu para consumo e exportação aproximadamente 1.000.000. A "Sorocabana" de 11 localidades interioresanas, produtores do café, carregou 1.382.328 sacas. Finalmente, das mais importantes, a "Mogiiana" de 20 cidades, recolheu o melhor café do mundo, trasladou em suas vagões cerca de 1.000.000. Só o café, não se computando as demais receitas formadoras de seu patrimônio, alimenta o transporte das maiores ferrovias do Brasil, dando-lhes o suficiente para a sua manutenção e para os afazeres em produção no país. 2 093.000.000 de pés, metade deles encontra-se nas terras de São Paulo. O restante distribue-se pelo Paraná.

com 250.000.000; Minas Gerais, com 430.000.000; Espírito Santo, com 210.000.000. Bahia, Rio, Pernambuco, Goiás e Mato Grosso atingem 111.000.000 de árvores.

Ingenuamente, como afirmamos atrás, sobre os produtos que sedimentam a riqueza dos povos, o café, para nós, é a viga central na sustentação do edifício econômico brasileiro. Não há movimento de fluxo ou de refluxo das nossas atividades. Dele se espargue a força mercantil do país. Indisputavelmente, é uno no impulso dessa força. Mas apesar disso, sofre as consequências de vicissitudes alheias à sua cultura. Como se não bastassem as dificuldades impostas por ele, através dos seus ciclos de intemperies, secas, chuvas, temperaturas baixas e elevadas danificando fisicamente a planta encarecendo o onus da sua produtividade também os homens lhe gravam os males como planos de descondição avides à sua riqueza e ao seu espaço econômico. Aos produtores como o que se iniciara em 1913 com o articulo do "Convenio de Taubaté". Nessa época deu-se início às pretensões artificiais nos seus maiores preços. Os dirigentes do país tomados de engenhosas prestidigitações valorizadoras manobravam-nos no sentido de elevar os preços reais e econômicos e comerciais de sua produção. E que já se prestava o café, por excelência, ao intercâmbio com

o mundo, tinha natureza intrínseca, qualidade inconfundível no seu uso, de passado remoto era a preferência à sua bebida sobre as demais, de igual gênero. Ninguém se lhe equiparava no paladar: era o estimulante mais ideal às energias humanas. Podíamos explorá-lo diante do agrado com que se inclina ao seu bebedor, chegando a ponto de consagra-lo como hábito indispensável. Entretanto, essa primeira artificialidade a que o submergido era promissor, não atendeu; foi o primeiro passo que abriu porta a consequências espelúculas, de natureza idêntica, que mais tarde se fizeram em torno do produto. A mais grave delas, que provocara até solução de continuidade ao regime político que tinhamos adotado, a ditadura dos militares, veio a dar o nome de "Plano Valizorador" no ano de 1922, do governo Epitácio Pessoa. Justo, porém, se diga, imposto a esse homem público pelos então dirigentes de S. Paulo, o qual consentiu com relutância, em manifesto constrangimento, tendo, por certo, a sua desastrosa experiência. Confiara-se ao "Plano", em. ar. Conde. Sicil-

data da prosperidade ao paulista. Não hesitaria ele em acolher os invasores e receber-lhes a planta por reerguimento ao prejudicial estado de seu café. Haviam fracassado os dirigentes de sua terra. Alvitrou-se, então, a queima da rubiaca. O inverso do ensodo valorizador, não menos prejudicial, porém, face a situação do café nos mercados do mundo, de "Planão" tinha em robustez a posição de S. Paulo, quicá a do Brasil, no comércio internacional, fundando-lhe a hegemonia econômica, não seria, contudo, a diminuição da sua capacidade comercial e produtora a medida mais aconselhável para a desejada preferência universal. Se a forma de atuação da sua valorização fora danosa, desde então se alojara na falsa imposição de preços, pela consecutiva compra oficial do café, a outra, coatora às reposições de estabilidade, vinha de ser também onerosa, porque significava o desfalque na predominância brasileira que se decidira promover, desfalque em "sete centos" pela compra, como nas futuras, produtora, seccionando as suas plantas. A situação, era, em todos os aspectos, vantajosa aos nossos competidores, que já se haviam beneficiado com o malogrado "Plano Valorizador" de 1922. A custa dele; de outros processos improficuos, adotados pelo governo revolucionário, e de outras medidas, povos garantias suas plantações, pela retenção do produto, determinada pelo nefasto processo valorizador. Criara-se o D.N.C., incineraram-se em 9 anos mais de 80 mil

lhos de sacas. Apresentamos o governo norte-americano, à luz do auxílio belicista em 400 milhões de dólares, um tipo, aqui-se sempre com temor da super-produção, como se ela não fosse orgulho e riqueza aos olhos do mundo. Era estribilho da época, nas paginas dos jornais e nas conversas entre os interessados na mercadoria "os excedentes de café", sem outra preocupação senão a de queima, sua destruição, como impiedade socialmente nociva à economia pátria. Mantê-la na sua produtividade, expô-lo aos consumidores, assim, a preços mais baixos, para dominá-los a concorrência que se almejava perigosamente como os sentimentos agora, não fora obra da imaginação, mas da realidade atual, tomado o país pelas angústias, em face da "debacle provocada por um plano mal sucedido, se não pensarmos que o reverso da medalha seria o indicado, lançando-se aos sistemas restritores, de onus iguais ou maiores ao produto, os mesmos que deram causa à revolução. Esquecidos das empresas que ferrem, virilmente, o café, arrasaram as suas arvored, queriam, os seus stocks, dir-se-ia, entarem acometidos satanicamente de um anatema, pois desafiavam a má natureza naquilo que só a ele competia fazer: na obra alternada da compensação produtora do homem, e aquilo que antes, às sacas, depois, às toneladas, eram vendidos as frutas para o país, em cerca de 50 por cento das antigas colheitas. Em 1933-34, o Brasil tirava das suas fazendas, 29.634.000 sacas. Em 1953 a cifra veio a 15.730.000

de sacas de café. O consumo universal de 26.800.000 de enifão, está previsto neste ano para 40.000.000 de sacas, distribuídas entre os EE.UU., Canadá, Europa e seis países produtores. Dito alguns contrariamente ao que se cremos, os altos preços compelem a maior produção, como assim falta de Midas pela boca de nossos dirigentes, jamais a deusa da fecundação intermina: aquela que prefere o ouro à riqueza prolifera, quando é esta, em termos sociológicos, a que afere a prosperidade dos povos; nas quantidades produzidas, os maiores preços de seus produtos, assentam-se a supremacia parmenônica das nações. Notadamente quando ela nos é predilexida pela natureza.

Somos um povo polieleido economicamente impedidos a lucidez e a produtividade de nosso solo ao café. Se o problema é de preço elevado, Inversamente as maiores produções, não tardará que nem a vantagem dele será compensadora, porque acenbaremos por não ter o que oferecer à exportação, sucumbiremos à rivalidade de outros cultivos, e em padilha no mesmo afã, como por exemplo, a África que já supre com 43% o consumo de café no continente europeu.

Quem se aprofundar nas estatísticas sobre o "ouro verde", do sr. José de Queiroz Telles, não só se convencerá de que temos andado mal em nossos contraditórios passos, como constatará a decadência em que o colocamos, consequentes de um dirigis-

mo estrábico, escasso nas suas produções e em cambio para exportar.

Desde a sua chegada em nossa terra o café e sua vitalidade, têm influído poderosamente nas condições de vida do povo brasileiro, quando de maneira preudicial, deve-se aos homens que o cultivaram, as causas dos danos. Mercadorias de cultivo agrícola, como é exposta às alternativas produtoras, só deveria ser tratada com interpretações equivalentes a esta sua condição natural, jamais com milifícios planos. Não é justo sentir que, tendo o café ministrado na agricultura, o solo, o país, seu ingenuo florescimento, torne-se objeto de cogitação pessoal nos seus destinos econômicos, contrários a sua natureza. Protejamo-lo para a nossa preponderância mercantil nos mercados consumidores. Alimentemos as suas máximas produtivas, para o benefício que quando procuramos, nos titui-lo pelo algodão. Em 1930, devido a falência de seu plano valorizador, foram os Estados da América do Norte, o maior e melhor produtor da malveça que nos alijaram da concorrência, ocasionando, na época, quase a extinção da cultura da fibra da lavoura nacional, porque nunca poderia competir com os preços dacele pais.

O que o café significa para nós, tem o algodão nos Estados Unidos a mesma importância. Consagramos, portanto, à rubricação a prosperidade que ela merece, exclamamos: as das invenções econômicas, para, com a sua venda, dominarmos o mundo cafeeiro, mereço do privilégio econômico com que a Providência premiou a sua produção em nosso Brasil.

ÚLTIMA OPORTUNIDADE
no Norte do Paraná!
CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ
Terra fértil!

NÚCLEOS CRUZEIRO E RIO DE AREIA
TERRAS PRÓPRIAS PARA CAFÉ

Sáder São Paulo, rua S. Bento, 399 - P.^o and. - Caixa Postal, 9779
Inscrição N.^o 7, do Registro Geral de Imóveis, do Comércio de Fós do Iguaçu,
de acordo com os Decretos-Leis N.^o 58 de 12-12-1937 e N.^o 3079 de 15-9-1938.

Depois de longas experiências, foi criado, pelos cientistas da Standard Brand Inc. um produto que eleva a percentagem de café de superior qualidade. Este produto chama-se BENEFAX. É um pó à base de enzimas, que torna mais rápida a digestão da mucilagem ou mel do café. Usado de maneira adequada, BENEFAX proporciona as seguintes vantagens:

**no tratamento do
café em cereja e
obtenha melhores
cotações
no mercado!**



**1 Kg. de BENEFAX dá para
400 Kgs. de café despolpa-
do. 1m³ equivale a 850 Kgs.**

4. Controla a fermentação, possibilitando a padronização de um tipo de café superior em tôdas as safras.

2. Reduz o tempo de fermentação para seis a oito horas: pode-se, no mesmo dia, colher, despolar e fermentar o café, deixando-o em condições de ser levado para os secadores.

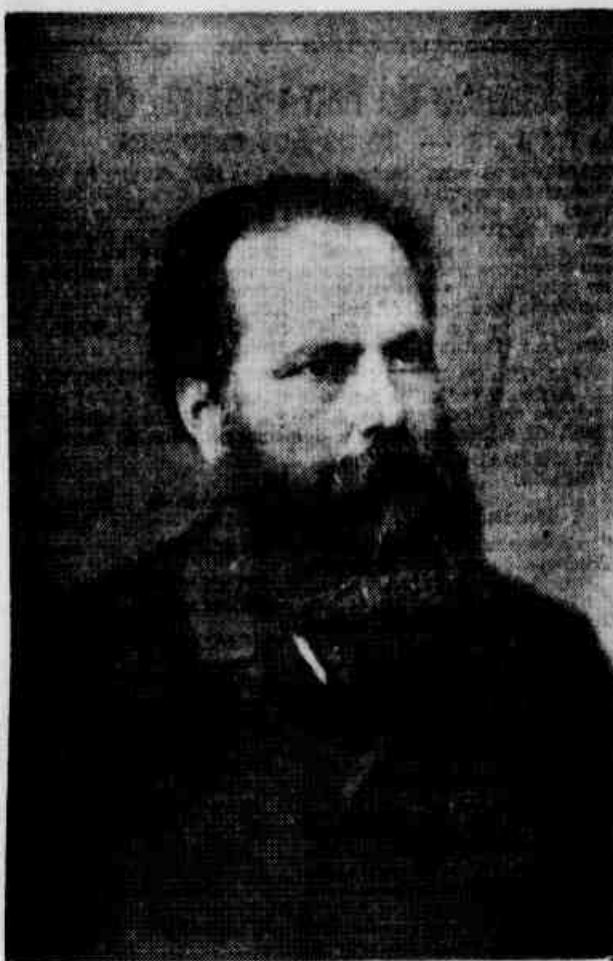
3. Porque acelera o processo de fermentação, **BE-NEFAX** evita o congestionamento dos tanques na força da safra, aumentando-lhes dessa forma a capacidade, sem despesas para sua ampliação.

de café despolpado e exige 2,125 Kgs. de BENEFAX. Deve-se remover o excesso de água do café despolpado antes de misturá-lo. Misture-se bem.

MANTENHA Benefaz bem fechado na sua embalagem original, a fim de preservá-lo da umidade. Assim ele conservará melhor suas propriedades.

**PARA MAIORES DETALHES
DIREJA-SE A
STANDARD BRANDS OF
BRAZIL, INC.
CAIXA POSTAL 1115
RIO DE JANEIRO**

STANDARD BRANDS, INC. É UM DOS MAIORES COMPRADORES DE CAFÉ BRASILEIRO NOS ESTADOS UNIDOS.



PEDRO BAPTISTA DE ANDRADE

Dois homens notáveis da época em que eu era estudante não quiseram deixar nada escrito para a posteridade: Padre Chico e Pedro Baptista de Andrade. Ambos muito queridos, respeitados e admirados de todos, tinham uma verdadeira alergia a fazer o que estou agora fazendo, que é sujeitar-me à crítica impiedosa dos possíveis leitores. Eles tinham razão, como todos os homens que se evidenciam também não os perdoam por não lhes terem deixado nada escrito para censurar ou admirar.

Padre Chico tinha tal círculo de verdadeiros veneradores, que ainda não conheço quem de longe com ele pudesse empalmar-se; e isso não só pelo fato de ser o maior orador sacro da época, como pela sua natural bondade e simplicidade. Quando passava pela cidade, de túbulo, a grande maioria dos pedestres parava para tirar o chapéu. Era o rei da oratória e da bondade que passava e todos sentiam-se no dever de lhe prestar essa homenagem.

Em casa de meu saudoso tio Monsenhor Ezechias tive a felicidade de ouvi-lo na intimidade das suas ideias, numa das quais ele disse: — Ezechias, quando tenho de fazer um sermão profundo, tomo café antes de subir ao púlpito; mas quando é um sermão sentimental, tomo um cálice de vinho do porto.

Pedro Baptista de Andrade, era outro rei, mas destronado, porque seu ambiciono do império, que era o de pesquisas, não existia. Ele foi insubstituível pesquisador e pioneiro das aplicações industriais da nossa flora, especialmente do café. No ambiente e na época em que viveu, porém, faltaram-lhe o estímulo e os elementos materiais, para que suas ideias e suas descobertas tivessem desenvolvimento e seguimento prático. Nada tendo deixado escrito, sua obra, teve a sorte que sempre esteve reservada ao ensinamento dos apóstolos: somente com o tempo, e o surto de clima e circunstâncias adequadas, é que ela começa a dar todos os frutos de que era capaz. E é o que justamente se está observando com o café, cujo aproveitamento e apresentação industrial somente agora vai entrando no caminho das realizações.

Esta edição deu-me nova oportunidade para apresentar os antigos estudos do saudoso Mestre, Prof. Pedro Baptista de Andrade, bem como os estudos práticos do americano Prescott, além de outras contribuições todas relativas à nossa tradicional bebida, temas que tratei em folheto publicado há 23 anos, sob o título "O café como bebida e fonte de outros produtos".

O resumo desse trabalho, publicado no "Journal de Pharmacie et Chimie", de Paris, teve grande repercussão

nos meios científicos, sendo transcrito, em parte até na Rússia. Estou citando esse fato porque a apresentação dos estudos do Prof. Pedro Baptista de Andrade foi de grande utilidade científica e industrial no estrangeiro. Sua fórmula, sob o nome de "Extrato volumétrico de café", em forma líquida, foi o ponto de partida para uma nova era no uso da saborosa infusão.

Essa iniciativa deu origem, em 1932, a duas detalhadas consultas do conhecido Prof. Pellerin, autor do mais acurado tratado de Bromatologia de então. É evidente que tão notória autoridade não se decidiria a manter essa correspondência comigo se não tivesse encontrado nesses estudos algo de prático na indústria europeia.

TEORIA E PRÁTICA

As fórmulas estudadas em laboratórios experimentais são apenas ponto de partida. O mesmo espanto de Fleming, descobridor contemporâneo da penicilina, ante o novo mundo criado posteriormente graças à genial iniciativa. Assim o "Extrato volumétrico de café", em época e terreno diferentes, veio tendo tamanha evolução durante estes vinte anos, que não parece ter nenhuma ligação com a iniciativa original. E isso não só pela procedência da descoberta, cuja língua é tão pouco conhecida, como pela negligência com que defendemos os nossos valores.

Na Europa, e presentemente nos Estados Unidos, onde várias firmas de grande importância não dão trégua ao seu aperfeiçoamento, chegaram ao requinte de apresentar um extrato de café, em contendo a dose para uma xícara de bebida. Basta aquecer a água ou o leite, e não dissolve o pó, para se ter uma xícara grande de café, ali sempre acompanhada de uma pequena dose de creme de leite, porque em geral, nos Estados Unidos, não é usado o "café pequeno".

Uma das maiores dificuldades da expansão do café é a grande delicadeza de sua preparação, que tem dado origem a vários processos. O mais primitivo deles é o do ser econômico, exige uma lavagem perfeita, sem o que fica com uma calda de óleo rançificado, que torna o café de mau gosto. E também, se for feito em vasilhame em que haja um mínimo de ferveragem, forma um tanato, que lhe dá péssimo gosto. Todos os outros numerosos modos de preparar o café são desconfortáveis e incômodos, comparados com a facilidade com que se faz o chá. Dessa desigualdade originava-se uma concorrência muito desigual. Quantas pessoas preferem o chá, apenas pela facilidade da sua preparação!

AUMENTO DO CONSUMO

Eis porque teve grande importância a iniciativa do Prof. Pedro Baptista de Andrade, atualmente em franco desenvolvimento, vindo possibilitar o aumento do consumo do café, não só pela facilidade do seu uso, como qualidade que oferece.

Pedro Baptista de Andrade condenava o nosso velho processo de torrar o café, dizendo que não o torrávamos, mas o queimávamos. E de fato dizia a verdade. O processo que usamos altera a composição do café, fazendo sublimar a cafeína e produzindo modificações químicas profundas. Tanto a verdade, que naquele mesmo trabalho citei um antigo método empregado em nossos laboratórios para extrair cafeína da fuligem das chaminés das torrefações. Esse processo, de cujo autor não me lembra o nome, foi-me comunicado pelo saudoso Prof. Antonio Carlini.

Mas passando ao café como bebida, parece fora de dúvida que do ponto de vista alimentar e terapêutico, hebreiros um café inferior, não só porque ficamos com o de pior tipo, mas devido ao processo de torrefação que empregamos. Não creio que possamos corrigir esse método quando tivermos estudos esclarecidos, que provem a superioridade do sistema americano de torrefação.

Tive, mais de uma vez, oportunidade de verificar quanto o café nos E. U. é realmente uma bebida revigorante. Uma dessas experiências foi realmente impressionante: estava fazendo compras nas grandes lojas "Macy's", havia mais de uma hora. Sentia-me cansado, com a cabeça pesada e ia-me retirar, quando deparei uma "cafeteria" da própria casa. Tomei uma xícara grande de café, com a respectiva dose de creme. O cansaço e a dor de cabeça desapareceram e graças a isso fiz mais uma hora e meia fazendo compras.

Em 1908, nos Estados Unidos, foi lançado o primeiro café solúvel ("Instant coffee") pelo Sr. G. Washington, que teria iniciado suas experiências em 1900. Como aluno do Prof. Pedro Baptista de Andrade, já em 1902, tinha o conhecimento dos seus estudos sobre essa forma de café. Portanto, por certo, simultaneamente as experiências, no Brasil e nos Estados Unidos, com a diferença de que, lá, a ideia foi encaráda com espírito prático e por isso, venceu; aqui, como tantas outras, pereceu à míngua de estímulo, e em consequência de nossa pobreza, que não permite gastos com pesquisas.

A VISÃO DE PEDRO BAPTISTA DE ANDRADE

Entusiasta que sou do nosso café, não quis deixar de referir um desses incidentes corriqueiros de viagem, mas que contribuiu para demonstrar a existência dos princípios fundamentais do Prof. Pedro Baptista de Andrade, que estudou vinte produtos e subprodutos do café, sem que dos seus ensinamentos nada fosse aproveitado em nosso país.

Nos Estados Unidos a preferência do café sobre o chá parece evidente, pois em mais de uma "cafeteria" não se encontra chá, precisamente ao contrário do que acontece aqui, onde se consegue chá na maioria dos cafés públicos.

O povo americano é essencialmente prático e sabe muito bem o que os homens valem pelo que comem e pelo que pensam; por isso os alimentos são por eles considerados equivalentes aos remédios e rigorosa e cientificamente estudados e fiscalizados. Para os falsificadores lá não há perdão. Assim, tudo faz para que o espírito, esse precioso capital humano, seja norteado por uma sã orientação, fazendo entrar na cabeça, como verbum, desde a infância, que o melhor negócio que existe no mundo consiste em ser útil, em ser bom, e seguir o caminho reto, que é o mais curto entre dois pontos. Tudo indica que o método que eles adotam, como preconizava Pedro Baptista, e o uso que fazem do café, com creme, devia ser também aqui seriamente estudado e depois divulgado. É evidente que esse extraordinário povo não daria preferência ao uso do café, se este não correspondesse a uma utilidade real.

EFEITOS DO CAFÉ COMO BEBIDA

Não tenho conhecimento de um estudo completo dos efeitos do café como bebida, no organismo humano. Realmente, é caso difícil. O café varia segundo a procedência, o sistema de torrefação, etc. Quantas variedades haverá de café e de sistemas de torrefação? Não deixo entrar nesse exame; entretanto, nunca se

rá possível dar como procedente uma conclusão, enquanto não se encontrar uma variedade média para ponto de referência.

Mas, em meio de tantas dúvidas que ainda cercam o problema dos efeitos fisiológicos do café como bebida, de onde vem a validade de discorrer sobre ele?

A solução do problema provavelmente não reside em trabalhos que visem estabelecer a composição média do café cru, pois sabemos que ele não é usado como tal, mas sim depois da torrefação, operação ainda cheia de mistérios, durante a qual fundamentais modificações se operam no grão, desaparecendo alguns produtos existentes, outros transmutando-se, vários outros surgindo até.

Entre os produtos que surgem no café após a torrefação, é interessante salientarmos a cafeína e o ácido nicotínico, cujo teor aumenta no grão, à medida que progride a torrefação. A própria bebida contém essa vitamina, como demonstraram Hughes e Smith, na proporção de 1 ou 2 mg por xícara de café.

Ainda não pude encontrar estudos completos das transformações que sofrem as sementes do café ao serem torradas. Mas é de grande importância uma grande transformação se opera com aumento de volume e diminuição de peso, e ainda com a formação dum delicado odor, que quimicamente é explicado pela perda da água e transformação do clorogênato de cafeína em essência e produtos empíreumáticos.

Inúmeras substâncias têm sido descritas como formadas durante a torrefação: amônia, metilamina, trimetilamina, piridina e seus homólogos, acetona, furfural, pirrol e derivados, hidroquinona, resorcinol, ácido salicílico, ácido clorogênico, valeriano, etc., e finalmente cafeol ou cafeína.

Eis, segundo Prescott, algumas transformações que se operam durante a torrefação do café:

- 1 — A água é expelida; parte do vapor formado corre para outras reações no interior do grão.
- 2 — As substâncias voláteis são total ou parcialmente expelidas.
- 3 — Os açúcares são parcialmente caramelizados e carbonizados e alguns deles, tais como as pentosanas, produzem pequenas quantidades na furturaldeído e outros produtos.
- 4 — A celulose é parcialmente carbonizada e enegrecida.
- 5 — O amido pode ser decomposto em dextrina ou glicose, ou sofrer alterações mais profundas.
- 6 — Os constituintes leñosos desdobram-se e carbonizam-se parcialmente.
- 7 — Os glicosídeos desdobram-se em seus agrupamentos constituintes e alguns dos produtos dessa decomposição perdem-se.
- 8 — As substâncias proteicas experimentam modificações, geralmente de caráter hidrolítico, resultando em uma fragmentação molecular parcial.
- 9 — A cafeína livre volatiliza-se em notável proporção.
- 10 — Os ácidos gordurosos voláteis são eliminados; os óleos fixos sofrem o "cracking" em produtos mais simples.
- 11 — Forma-se gás carbônico por decomposição ou oxidação.

Como a cafeína é a substância a qual se tem querido atribuir a maioria dos efeitos do café, seria interessante conhecer o paralelismo ou as divergências que acaso existam entre a sua ação e as dos demais produtos que acabamos de citar, alguns até de composição desconhecida. Constatam das preciosas informações prestadas, a pedido nosso, pelo eminente Prof. Silva Melo, sobre a ação do café no aparelho digestivo, das quais nos valermos repetidas vezes neste trabalho, as observações que se seguem:

"Pela torrefação dos grãos de café formam-se substâncias empíreumáticas de composição ainda não estabelecidas. Mas mesmo essas substâncias, a julgar pelas pesquisas de Achanagelsky e Rinz, parecem ter um efeito reforçador na ação da cafeína, aumentando no homem o volume de ar inspirado e expirado, acelerando a respiração, embora sem a tornar mais profunda.

Pela torrefação do café há formação de óleo de café, de álcool e aldeídos voláteis, de corpos semelhantes e fenol, de ácidos gordurosos voláteis, etc. Erdmann pôde isolar o ácido furfúrico, que tem sobre os vasos periféricos e o calor interno efeito inverso ao da cafeína, contrabalançando a sua ação. São os produtos voláteis de torrefação que condicionam a baixa tensão superficial da infusão de café, que por essa razão é também encontrada nos produtos que se propõem substituí-la, procurando conservar-lhe cheiro e sabor.

Outro gênero de antagonismo também aparece, embora menos claramente, nos estudos do Prof. John Bunker, o qual mostrou, com experiências em animais, que doses de cafeína, mortais se admi-

Candido FONTOURA

nistradas em água destilada, tornavam-se inócua quando propinqua da infusão de café. As razões do fenômeno são obscuras, mas é evidente a sua importância para o conhecimento da ação fisiológica da bebida.

Apesar da ação do café no organismo não depender de um só de seus componentes ou somente de suas propriedades químicas, pois adiante veremos o papel desempenhado pela baixa tensão superficial, já referida, aliás, é inegável ser a cafeína o principal daqueles componentes. Seu efeito existe seguramente e se depreende de observações muito anteriores aos intrincados métodos de exploração fármaco-dinâmica de que dispomos hoje.

A respeito, diz ainda o Dr. Silva Melo:

"Fato interessante, que tem impressionado grande número de pesquisadores, é que povos primitivos, hebraios, no mais baixo grau de desenvolvimento, tenham descoberto a cafeína em todas as plantas que, na natureza, parecem contê-la. Isso aparece com evidência quando consideramos os diferentes produtos que contém cafeína e que são usados nas diversas partes do mundo: o chá chinês, o café preparado com os grãos da coffee arábica, o chocolate proveniente do theobroma cacao, o guaraná da paulinha sorbilla, a cola da colina acuminata, de origem africana, o chá do ilicx cassinae das peles vermelhas. É surpreendente que esses povos primitivos, independentemente uns dos outros, tenham encontrado na natureza, com certeza por assim dizer absoluta, todas as plantas que contém cafeína, e que tenham inventado a maneira de aproveitá-las, para o seu uso habitual. Do ponto de vista farmacológico, tal descoberta é extremamente interessante, porque o princípio ativo de todos os preparados obtidos depende de uma substância de ação fisiológica semelhante e que se verificou pertencer sempre quimicamente ao grupo da cafeína."

EFEITOS FISIOLÓGICOS DO CAFÉ

Hoje em dia não temos senão uma ideia de conjunto sobre a multiplicidade dos efeitos da cafeína no organismo; detalhes, talvez só sejam conhecidos em relação ao tubo gastrointestinal. Do mesmo clínico, porém, também os informes segundo os quais a cafeína pura, tanto por via bucal como subcutânea, tem um efeito favorável na secreção do suco gástrico. Diz o Dr. Silva Melo:

"A infusão de café é mal suportada nos diversos casos de doenças gástricas, e em geral contra-indicada na hipercloridria, embora haja casos onde o seu efeito é bem tolerado. Nesse particular, devemos por em relevo que a quantidade de cafeína do café é muito menor que a do chá e a do cacao: num mesmo peso, as folhas de chá têm quase 3 vezes mais e os grãos de chocolate quase o dobro da cafeína que contém os grãos de café. Nessas condições, é interessante que um dos grandes objetivos da indústria moderna tenha sido o de procurar libertar o café de sua cafeína, para aumentar o seu grau de tolerância, principalmente no caso de indivíduos nervosos ou doentes.

Estudando o efeito do café sobre o intestino, deparei ali um ponto de vista interessante da questão e que necessariamente se resolveu experimentalmente. Nas doses habituais, o café tem uma ação regularizadora sobre o intestino, como é de observação corrente e tem sido posto em evidência por grande número de autores. O seu uso tem sido proposto em lugar do chá, que tem antes um efeito constipante sobre o intestino, a ponto de ser Hermann Weber declarar que a população rica de Londres sofre de prisão de ventre devido ao chá por ela consumido.

Tal fato deve corresponder à verdade, porque o chá, tanto preto como verde, é empregado habitualmente por médicos e leigos em casos de diarréia. O café, pelo contrário, como é notório, tem um efeito sobre o peristaltismo, favorecendo a exonerção intestinal, principalmente quando tomado em jejum. Nos casos do seu abuso há, com frequência, prisão de ventre, porque os indivíduos, sob o efeito excitante da cafeína, pouco sentem a necessidade de alimento, e dessa maneira, nutrem-se insuficientemente, apresentando não raro acentuado emagrecimento.

Que, nessas condições, haja prisão de ventre por insuficiência alimentar, é por demais natural, mesmo havendo um efeito favorável do café sobre o peristaltismo intestinal. Tal efeito não é constante, nem sempre evidente, principalmente nos indivíduos habituados ao uso dessa bebida. Mas, em muitos casos, a sua ação é decisiva e há muitos indivíduos que dele se servem devido ao seu efeito excitante sobre o intestino. Há mesmo pessoas que não podem absorver-lo sem sentir efeito laxativo, principalmente quando tomado em jejum. Tal fato tem sido posto em evidência por diversos autores, e Harnack acredita que tal ação seja devida a fenô-

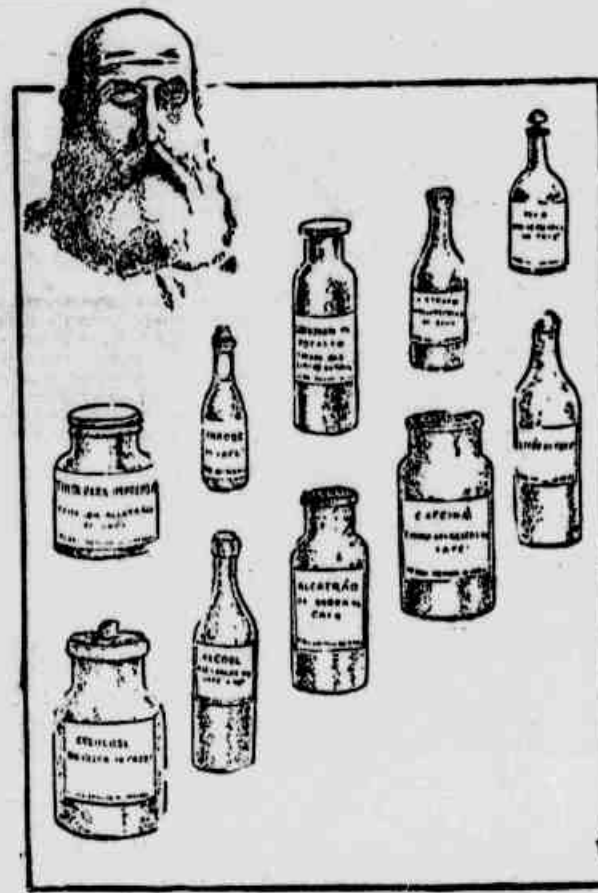
menos físicos, tendo a infusão de café uma tensão superficial mais baixa que a água e sendo muito mais hipertônica que o sangue. Nessas condições, ela pode excitar o peristaltismo gastro-intestinal, produzindo efeitos diferentes e até inversos dos produzidos pelo chá. Os produtos da torrefação devem representar ali um papel essencial, porque a cafeína como tal não tem esse efeito, que, por outro lado, é ainda encontrado nas infusões de café sem cafeína. Como quer que seja, parece haver ali um ponto de alta significação e que precisa ser aprofundado. Seria isso o estudo experimental fisiológico, da ação comparada do café, do chá e eventualmente do mate sobre os movimentos gástricos e principalmente intestinais".

NOVAS PESQUISAS NACIONAIS

Nos últimos anos, após a publicação do nosso trabalho, aumentaram muito as contribuições, tanto no Brasil como no estrangeiro, sobre a ação fisiológica e até terapêutica do infuso de café, tal como é bebido. Grande mérito teve, nesse sentido, o Departamento Nacional do Café, ao promover a série de pesquisas cujos resultados foram editados em volume, sob a direção do saudoso Prof. Heilbron Póvoa, em 1944, sob o título "Estudos médicos sobre o café". Nesse precioso volume encontram-se numerosas colaborações assinadas por estudiosos pesquisadores, os quais destacaram os valiosos efeitos da bebida como estimulante do metabolismo, como inibidor da fadiga muscular e da fadiga mental. Particularmente interessantes são os que salientam o benéfico efeito do café na realização do trabalho mental, em que ele aumenta a capacidade de concentração de atenção inicial, bem como a sua manutenção por maior prazo. Também dignos de interesse são os resultados da absorção de café para diminuir a fadiga do esforço, em que ficou provado que o coração, sob a ação do café, se adapta melhor no esforço físico. Aliás, esses resultados foram confirmados na Alemanha, onde se aplicou, em experiências científicas, em atletas profissionais, os resultados de melhores "performances" após a ingestão do café forte.

DOS ASSOALHADOS EFETOS TÓXICOS DO CAFÉ

Alguns inimigos do café quiseram, por sua vez, desvirtuar-lhe a ação estimulante, para colocá-lo entre as drogas que alimentam os vícios orgânicos prejudiciais à saúde, como sejam o álcool, o fumo, a cocaína, a morfina, o ópio, etc. A este respeito, o Dr. Brady acredita que a tão decantada ação prejudicial do café é principalmente psíquica, conforme evidenciam as suas palavras: "Muitos dos reclusos que pesam sobre o café, como bebida, nada mais expressam que uma fantasia mórbida. As pessoas de temperamento depressivo ou neurótico têm a presunção de que o café deve



Amostras de sub-produtos resultantes das pesquisas de Baptista de Andrade

to, o Dr. J. W. Mallet, depondo, certa vez, perante um Juízo Federal, especificou que a cafeína e o café não eram formadores de vício, no sentido integral da expressão.

"A definição de vício traduz, sem dúvida, um hábito prejudicial e injurioso, quicquid deprimente, e que se manifesta tão firmemente afixado a um indivíduo, que difícil se torna abandoná-lo, a não ser com grande dificuldade e com extraordinário sofrimento. E a contínua prática do vício requer uma cada vez maior procura da droga que o alimenta. Ora, é sabido que com relação às bebidas que contém cafeína, o desejo de tomá-las cessa imediatamente após o ato de ingeri-las, e, nestas condições, o café não oferece possibilidades de vício. Indiscutível é o conceito do Dr. Mallet, pois o contrário é o que se observa com outros vícios, dado que quanto mais um indivíduo procura atender às suas exigências, mais se entrega ao imperativo do consumo da droga, tornando-se, por isso, um escravo de seu uso.

O Dr. Brady acredita que a tão decantada ação prejudicial do café é principalmente psíquica, conforme evidenciam as suas palavras: "Muitos dos reclusos que pesam sobre o café, como bebida, nada mais expressam que uma fantasia mórbida. As pessoas de temperamento depressivo ou neurótico têm a presunção de que o café deve

ser prejudicial porque ele é bom e inofensivo, e dessa forma evitam o prazer de saboreá-lo."

A longevidade, por sua vez, tem sido discutida em relação ao uso do café. O próprio autor de "All about Coffee" afirma que quase todas as pessoas têm sempre um ou outro conhecido, vivendo há longos anos, a despeito do uso diário do café. A este respeito, ocorreu-lhe lembrar as palavras do célebre professor Metchnikoff: "Em alguns casos, os centenários estiveram entregues ao uso do café". O leitor certamente se lembrará da resposta de Fontenelle, quando seu médico descreveu o grave dano que lhe vinha do uso do café, agindo como um verdadeiro veneno: "Bom, respondeu Fontenelle, neste caso, eu venho me envenenando desde há cerca de 80 anos. Há centenários que viveram mal tempo do que Fontenelle e beberam ainda mais café do que ele. Elizabeth Durieux, natural de Savoy, atingiu a idade de 114 anos. O seu principal alimento foi o café, do qual tomava, diariamente, nada menos que quarenta xícaras pequenas. Ela era jovial e de companhia alegre e sempre festiva, e, nas refeições, usando o café como bebida, tomava-o em quantidades de surpreender a um árabe. Sua cafeteira estava sempre no fogo, da mesma maneira que um bule de chá, num rancho da Inglaterra".

uma cidade sem fronteiras que cresce com São Paulo

Os empreendimentos da Cia. Esmeralda, na multiplicidade de suas casas, apartamentos e terrenos, constituem em uma verdadeira cidade que satisfaz às aspirações de um lar perfeito. Os seus edifícios atendem aos mais rigorosos requisitos de qualidade e boa aplicação de capital. Estão excepcionalmente bem localizados; caracterizam-se pelo máximo conforto, sábio aproveitamento de espaço e beleza de linhas. Alicerçada na experiência que já conquistou em iniciativas de escola, a Cia. Esmeralda de Imóveis desenvolverá o máximo de esforços para que a "Cidade Esmeralda" continue crescendo, mas conservando imutáveis suas características de comodidade e estética — para satisfação dos seus proprietários e maior valorização dos bens nela aplicados.

CIA. ESMERALDA DE IMÓVEIS

Rua Cons. Crispiniano, 344 - P. - Fones: 33-1663 - 33-9612 - 33-9613

INCORPORAÇÃO DE CONDOMÍNIOS • CORRETAGEM DE IMÓVEIS
ADMINISTRAÇÃO FUNDAL • CASAS POPULARES • LOTAMENTOS



Entra mês, sai mês
Entra ano, sai ano
só tomo

CAFÉ AMERICANO

AVENIDA JABAQUARA, 848 — TEL.: 7-5500 — S. PAULO

SITUAÇÃO DO CAFÉ NOS MERCADOS EXTERNOS

A SAFRA DA RUBIACEA PROSEGUE A INDUSTRIALIZAÇÃO — INVERSAO DOS "TERMS OF TRADE"

Nos últimos cinco anos, a rubiacea transformou-se em "estrêla" do mercado de produtos primários. A subita ascensão de suas cotações, em 1949, e agora, em dezembro de 1953, contrasta com o comportamento de todas as outras matérias-primas (com exceção do cacau), e os comentaristas perderam-se na profecia da futura evolução dos preços de um produto tão singular.

No Brasil, todavia, esse fato não é suficientemente apreciado. Fala-se nas quedas, na diminuição da oferta e em outros fatores técnico-estatísticos que intervêm na equação dos preços do mercado; mas, no comércio internacional entram mais de 38 produtos primários, e cada um deles enfrenta, no curso de sua história, condições especiais que justificam a evolução de seus preços e que não obedecem a tendência conjunta do mercado. Mas, no caso do café, essa situação "hors pair" já perdura há 4 anos, e é isso que intriga os observadores.

Na realidade, não se deve limitar o exame a um período curto, ou estabelecer comparações com os preços de antes da segunda guerra mundial. Em 1937, por exemplo, quando o café era cotado a US\$ 0.11 por libra-peso, registramos um período de baixa excepcional. Os preços recebidos nos mercados externos não chegavam para pagar o custo da produção; assim, todos os índices desse período não podem servir como pontos de referência.

Um recente trabalho da ONU (Organizações Unidas) permite estabelecer um quadro mais completo, que abrange meio século e inclui 37 produtos primários.

Na base dos algarismos apresentados pelo mencionado trabalho, podemos distinguir três grupos de produtos: um primeiro grupo, cujos preços reais (calculados em dólares, com o poder de compra de 1950) aumentaram em relação ao ano de 1900; um segundo, cujos preços se mantiveram na altura dos níveis do começo do século, e, finalmente, um terceiro grupo, que baixou as suas cotações nos últimos cinquenta anos. O café figura no primeiro grupo, juntamente com o pe-

tróleo e mais três outros produtos. Mas, se calcularmos a contribuição regional dos grandes fornecedores de matérias-primas para o abastecimento dos mercados internacionais, percebemos que a América Latina se beneficiou, mais do que os demais blocos, com a evolução dos preços.

PARTICIPAÇÕES DE PRODUTOS VALORIZADOS NAS EXPORTAÇÕES

AMERICA LATINA	Porcentagem
Café	21.7
Petróleo	19.9
Linhaça	1.1
Algodão	4.3
Estando	1.0
	48.0

BLOCO DA LIBRA	
Estando	1.9
Juta	4.6
Café	0.6
Petróleo	6.4
Algodão	3.0
	16.5

ESTADOS UNIDOS E CANADA	
Fumo	1.9
Algodão	7.6
	9.5

Para a América Latina, os produtos primários que melhoraram os seus preços nos últimos cinquenta anos, representam 48% de suas exportações, para o bloco Sterling somente 16.5%, e para o Canadá e os Estados Unidos, menos de 10%.

Mas, o reflexo desse fenômeno sobre a balança de pagamento dos países continentais foi excepcionalmente favorável como revela a evolução dos "terms of trade" equação. Quando o índice é inferior a 100, a cotação dos produtos vendidos ao exterior é favorável; quando o índice é superior a 100, isto indica a alta dos preços dos produtos importados.

GERALDO BANAS (Dos "Diários Associados")

EQUAÇÃO DAS TROCAS 1950 = 100

ANOS	América Latina	Estados Unidos
1937	66	132
1938	58	135
1949	75	114
1951	97	91
1952	89	96
1953	92	99
1954	108	98

Do quadro ressalta, claramente, a influência da alta do café em novembro de 1949, e dezembro de 1953, sobre a relação dos "terms of trade" de nosso continente e dos Estados Unidos. A evolução nos dois blocos é diametralmente oposta revelando os interesses contrários que assumem no mercado o vendedor e o comprador de matérias-primas.

Quais são, afinal, as condições específicas da alta dos preços do café? Elas são variadas e algumas nem sequer ligadas a fatos inerentes à lavoura da rubiacea. Normalmente, sem a segunda guerra mundial, e sem a transformação de inúmeras colônias em Estados independentes, a África e mesmo a Ásia, figurariam, hoje, nas estatísticas como grandes produtores de café.

A América Latina, e especialmente o Brasil, se achariam empenhados numa luta competitiva, e provavelmente, os preços da rubiacea não ultrapassariam os níveis de 1934-38. Mas, como os acontecimentos nos últimos quinze anos não obedeceram a esse esquema de "normalidade", observou-se uma profunda modificação de estrutura na divisão internacional do trabalho: grandes partes da Ásia desapareceram como fornecedores de produtos primários

para os mercados internacionais; em outras, o custo da produção de borracha e estanho foi encarecido pela erupção de guerras civis e pela necessidade de secundar os trabalhadores nas plantações e nas minas, com soldados e outros elementos de segurança.

Em outras palavras, a produção de matérias-primas em escala mundial, não aumentou no mesmo ritmo da produção industrial, e dessa discrepância resultou uma escassez permanente dos primeiros.

Esta é a primeira conclusão que se pode tirar das estatísticas. Uma segunda, interessa à planificação da produção pelas "metrópoles" europeias. O "Colonial Office", de Londres, e as instituições congêneres de Paris e Bruxelas, começaram, ainda durante a última guerra, a estimular a produção de matérias-primas necessárias à sua indústria. Ora, a capacidade produtiva dessas regiões não pode ser aumentada do dia para noite, e os indígenas que se deslocaram para as plantações de sisal, algodão, amendoim e para as minas de cobre e estanho, estão fazendo falta nas culturas de café e cacau.

Se mencionarmos, ainda, que, em muitos países primários se desenvolveu um esforço manufatureiro que, também, utilizou matérias-primas industriais, explicase o relativo desinteresse pelo cultivo de café e cacau que, em primeiro lugar, são produtos destinados à exportação.

É verdade, que o quadro acima pintado se modificou um pouco ultimamente. Os planos de industrialização não estão sendo executados com rigor, e os altos preços alcançados pela rubiacea estimularam o interesse pelo café em vastas regiões da África.

Ou, em outras palavras, o espectro da "superprodução", — que segundo as leis da "normalidade" já deveria ter-se apresentado há vários anos — só num futuro mais dilatado agirá sobre o nível dos preços internacionais do café.

PARTICIPAÇÃO DE DETERMINADOS PRODUTOS NAS EXPORTAÇÕES DOS PAISES NOVOS

Países	1937	1953
Egito		
Algodão	74%	85%
Thailândia		
Arroz	45%	62%
Austrália		
Lã	42%	47%
Burma		
Arroz	43%	73%
Ceylão		
Chá	51%	53%
Islandia		
Peixe	81%	95%
Paquistão		
Algodão	4%	43%
Irak		
Petróleo	65%	86%
Peru		
Algodão	25%	35%

Todavia, essa intensificação das exportações do tipo "monocultura", não é devida ao aumento do volume de produção dessas matérias-primas mas, sim, à melhora de seus preços.

Resumindo a situação nos mercados de produtos primários, chegamos à conclusão de

Reduzido o débito e elevada a receita da Estrada de Ferro Central do Brasil

LISONJEIRA A SITUAÇÃO APRESENTADA EM 1953 — ÁGIOS AOS CREDITORES

A Estrada de Ferro Central do Brasil está empenhada em pagar todas as suas dívidas atrasadas. Em 1953, já deu um passo importante nesse sentido pagando grande parte dos seus débitos.

Ao assumir a direção da importante ferrovia, a atual administração tratou imediatamente de saber quanto a Estrada devia e por um levantamento feito pela Contadoria Geral, foi apurado que os compromissos a curto prazo e os da dívida consolidada, vencidos e não resgatados até 22 de janeiro do ano passado, ascendiam a Cr\$ 1.022.286.198,70, existindo ainda em processamento contas de exercícios anteriores na importância de Cr\$ 138.946.356,00.

PAGANDO PESADOS ÁGIOS AOS CREDITORES

Via-se então a Central do Brasil numa situação bem incomoda pois era obrigada a sujeitar-se a exigências e imposições absurdas dos seus fornecedores como o pagamento de 40 e até 100% a mais nos preços das mercadorias, a fim de não ficar sem estas.

A receita prevista na proposta orçamentária elaborada para o exercício de 1953 era de Cr\$ 843.629.252,00 (com otimismo), tudo indicando que fosse esse numerário suficiente para atender a todas as despesas fixadas para esse exercício, pois nele não haviam sido computados gastos com o pagamento de abo-

no de emergência, salário-família e gratificações adicionais, instituídos por lei e orçados em Cr\$ 712.580.000,00. REDUZIDO O "DEFICIT" Considerando que a receita da exploração industrial da ferrovia não apresentava qualquer margem para ser utilizada na liquidação dos compromissos vencidos a Administração da Estrada para a cobertura do "deficit" na medida do possível. E como solução inicial, foi feita a revisão da proposta orçamentária, incluindo-se nas mesmas despesas inadmissíveis, como o pagamento do abono de emergência, salário-família e gratificações reduzindo-se ainda mais outras, embora consideradas como imprescindíveis.

Com essa providência, o "deficit" do novo orçamento foi logo reduzido de Cr\$ 604.209.252,00.

A segunda providência foi o encaminhamento, ao ministro da Viação, de uma memorizada exposição sobre a situação da empresa, solicitando os recursos necessários à regularização dos negócios da Estrada com os seus fornecedores, solicitando essa plenamente de acordo, aliás, com a lei n. 1.163, de 22 de julho de 1950.

REDUZIDO O DÉBITO E ELEVADA A RECEITA

Essa pretensão da Central do Brasil, depois de correr os canais competentes, foi deferida pelo Presidente da República, que autorizou o Banco do Brasil a elevar para Cr\$

200.000.000,00 uma conta de financiamento que já registrava um saldo devedor de Cr\$ 93.432.200,90, e bem assim a ajustar com a Central um programa para utilização do referido financiamento na liquidação dos seus débitos.

Gracias, pois, a essas providências, a Central pagou, ain-

da em 1953, dívidas na importância de Cr\$ 1.020.038.878,30 por conta do citado financiamento, e tanto na parte financeira como no setor dos transportes, a receita própria foi elevada, de Cr\$ 1.108.973.995,90 em 1952, para Cr\$ 1.191.284.748,80, em 1953.

MAIOR O ÍNDICE DE LIQUIDEZ FINANCEIRA

Assim, o índice de liquidez financeira que, em 31 de dezembro de 1952, era de 0,185 foi, em 31 de dezembro de 1953, de 0,685, conforme a demonstração que se segue:

EXIBILIDADE A CURTO PRAZO:

Discriminação	Exercício de 1952	Exercício de 1953
Credores com garantia bancária	94.132.287,80	—
Titulos a pagar (compromissos vencidos)	171.201.526,40	—
Trafego mutuo	173.126.643,20	80.209.234,40
Caixa de Aposentadoria e Pensões	216.802.410,40	297.245.397,80
Pessoal a pagar	144.675.186,80	13.510.644,80
Contas a pagar	483.172.853,70	172.314.346,30
	1.283.111.108,10	663.279.623,10

SOMA

Discriminação	Exercício de 1952	Exercício de 1953
Caixa	45.501.041,60	3.198.730,90
Estações, C/ Caixa	12.583.605,20	—
Renda em transitio	3.918.119,30	14.763.597,80
Bancos	52.556.125,80	81.372.719,70
Trafego mutuo	123.301.166,40	178.570.719,70
	237.860.058,80	274.905.227,70

SOMA

Recursos do Financiamento da Lei n. 1.163, de 22-7-50	—	179.961.121,70
	Cr\$	237.860.058,80
		237.860.058,80
Índice de liquidez em 31-12-53 =	1.283.111.108,10	= 0,685
Índice de liquidez em 31-12-52 =	454.866.349,40	= 0,185
	663.279.623,10	

como se vê, a situação apresentada em 1953, mesmo não sendo boa, é bastante lisonjeira, quando comparada com a de 1952, cujo calculo obedece ao mesmo critério.

Desta situação resultou imediato aumento de confiança nas operações da Central que pode recomendar as suas compras de material e contratar serviços a justo preço, atenuando de modo sensível os efeitos da elevação do custo de vida.

Outro aspecto ainda interessante das providências tomadas, foi a possibilidade de liquidação, em dia, de todos os benefícios concedidos pelo Governo na lei do abono de emergência e no recente estatuto de funcionalismo. Ainda para esse fim foram recebidos recursos do Tesouro, pois o regime da Estrada era e ainda é deficitária, se bem que o prejuizo esteja em marcha decrescente, conforme demonstram os Balancos Gerais de 1953 e os dados referentes aos primeiros meses de 1954.

Organização Joaquim de Figueiredo S. A.

Despachos Alfandegários — Armazenamentos — Financiamentos

(Cobrança dos fretes no destino)

Av. Presidente Vargas, 446 Telefones: Sala 604 — RIO 43-0117 e 43-0532

CAFÉ PIONEIRO
SEMPRE O 1.º

Só torraramos cafés finos

CAFÉ PIONEIRO S/A.
PRAÇA PRINCEZA IZABEL, 38 - Fone: 51-7838 - SÃO PAULO

End. Telegr. "Rydan" Telefone 23-3197

A. DE ANDRADE
Corretor Oficial de Café

Negocios de disponivel. Bolsa e cafés a chegar —
Prática de trinta anos de atividade no ramo

Referencias: Qualquer firma de café do Rio de Janeiro

Rua Conselheiro Saraiva, 30 - 1.º — Rio de Janeiro

FAZENDA SANTA MARIA DA CALUNGA

MUNICIPIOS DE MOGI-MIRIM E ITAPIRA
ESTACÃO DE VERGEL
CIA. MOGIANA

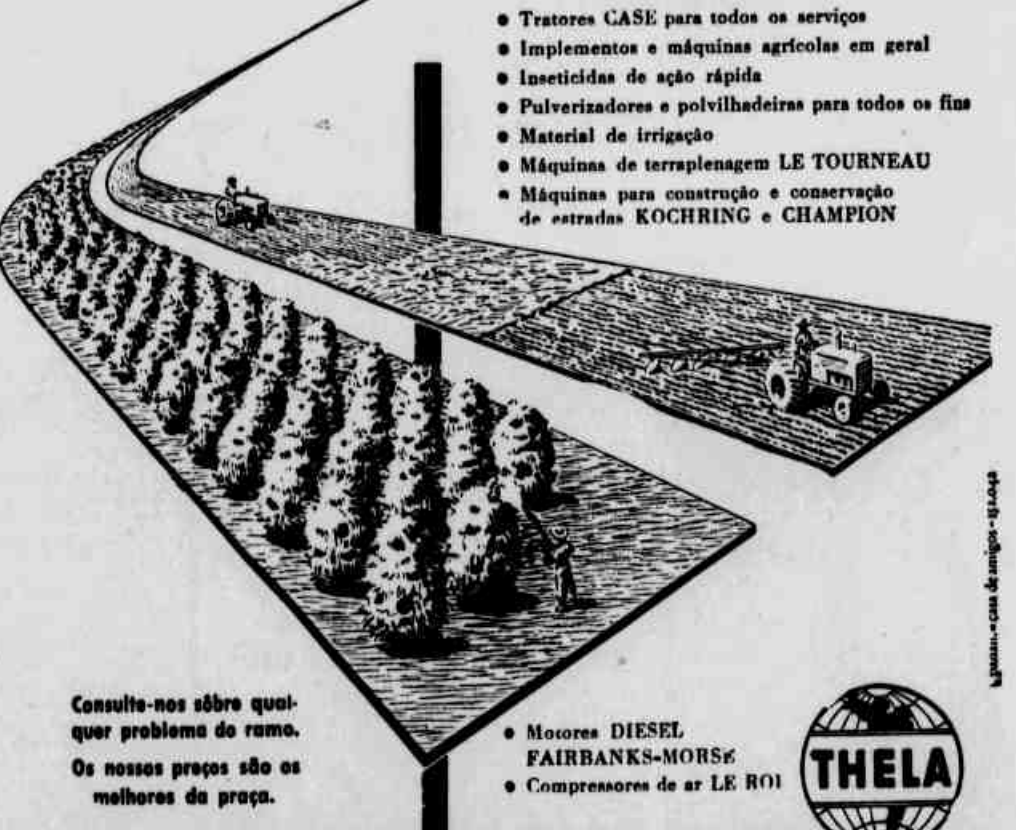
Propriedade do CONDE RAUL CRESPI

MARCA DE QUALIDADE integrada no desenvolvimento agrícola do país

A Thela Comercial S.A. está cooperando, há longos anos, para o desenvolvimento das fontes de produção do país, com produtos de confiança, maquinaria de alta classe e assistência especializada. Adquiriu, assim, uma excepcional experiência dos problemas e necessidades da Lavoura, Pecuária e Indústrias conexas, o que a coloca na vanguarda da batalha da produção nacional.



- Tratores CASE para todos os serviços
- Implementos e máquinas agrícolas em geral
- Inseticidas de ação rápida
- Pulverizadores e polvilhadeiras para todos os fins
- Material de irrigação
- Máquinas de terraplenagem LE TOURNEAU
- Máquinas para construção e conservação de estradas KOCHRING e CHAMPION



Consulte-nos sobre qualquer problema do ramo. Os nossos preços são os melhores da praça.

- Motores DIESEL FAIRBANKS-MORSE
- Compressores de ar LE ROI



THELA COMERCIAL S.A.

Avenida Duque de Caxias, 133/53 - Telefone 52-6191

Filiais: Rio de Janeiro, Curitiba e Barretos

CAFÉ CAPITANIA E O ESTADO DO ESPIRITO SANTO

CARLOS LINDENBERG

É discutida até hoje pelos estudiosos, a história da entrada do Café (Coffea Arabica) no Brasil, sendo mais corrente, que quem trouxe as primeiras sementes, foi o sargento-mor português Francisco de Mello Palheta, que a 27 de maio de 1727 as introduziu no atual Estado do Pará, adquiridas em Calena, como presente da senhora Claude de Orvilliers.

Dessas pouquíssimas sementes, proveio a imensa produção cafeeira, que faz ainda hoje a maior riqueza do país. Incontestavelmente ao preço arduo deve a nação brasileira sua pujança, uma vez que tem sido ele, em todas as épocas, a base de sua economia, a fonte perene de salvação, a corrigir as liberalidades e os desmandos dos homens.

No Estado do Espírito Santo, antiga província e Capitania Hereditária do mesmo nome, a história do café é naturalmente mais nebulosa e controversa do que a de sua entrada no Brasil, não se conhecendo ao certo a data em que foi ali introduzida a valiosa planta.

Certos fatos, entretanto, e, principalmente o nome — Café Capitania — dado ao produto oriundo de seu solo no tempo das Capitânias Hereditárias — levam a crer que foi um dos primeiros Estados a cultivar em escala de exportação, a tão querida rubiacca.

Nenhum outro Estado, Província ou Capitania, jamais adotou o nome citado, para

seu café. Entendem por isso os conhecedores da matéria, que o nome apareceu naturalmente, sem ser escolhido, mas, porque o café era produzido, era exportado, vinha de uma das Capitânias Hereditárias, em que se dividia o Brasil.

É evidente que se outras Capitânias, ao tempo, exportassem café, de certo teria se generalizado a alcunha de — Café Capitania — indicativa do produto que então surgia. Isso, entretanto, não ocorreu.

Por outro lado, o "Café Capitania", ao que afirmam alguns técnicos, não é uma variedade exótica entre as culturas do gênero, no Espírito Santo; é antes uma transmutação do café crioulo, por força do meio ambiente, como escreveu José Prado, antigo comerciante, presidente da Bolsa do Café do Estado e inconfundível batalhador pela produção de café de qualidade.

Ora, o fato de não ser uma variedade específica, também abona nossa opinião, sendo mais um forte argumento para concluir-se, que o nome se originou em função da procedência, ou seja — Café da Capitania.

Café Capitania quer dizer, produto uniforme de grãos graúdos, aroma agradável, bebida suave e, seria original e estritamente mole, se não fosse a colheita imprópriamente feita e o mau preparo a que é submetido. Quer dizer ainda, plantação sombreada, terras quentes do litoral, cafezal de longa duração, colheitas re-

gulares, embora de produção relativamente pequena. Ao que tudo indica as plantações de café capitania do Espírito Santo, que datam da era das Capitânias Hereditárias, são precursoras das lavouras sombreadas das Américas, atendendo-se principalmente às datas conhecidas do início do cultivo sombreado da referida planta na Colômbia, Venezuela, América Central, México e no próprio Brasil, onde são quase as únicas existentes.

Essa espécie de lavoura sombreada, é adotada ainda hoje no Espírito Santo, nos lugares mais quentes, desde a orla marítima até cerca de 40 quilômetros do litoral, seguindo a rotina dos primeiros desbravadores, que implantados na periferia, rumaram paulatinamente para o centro.

O sistema de plantio é o usado comumente em todo o país: derrubada e queimada a mata, é plantado o café em carrego na distância de dois a três metros, e, com ele, cereais por alguns anos, entre as fileiras, que teimosamente continuam dispostas de morro baixo.

Nas lavouras de capinas, sem obedecer a alinhamento, mas à prática, os lavradores, vão plantando ou apenas cultivando as mudas que nascem espontaneamente de uma espécie de eritrina indígena, a qual dá o nome de "mulungu" ou "mulungu", que servirão de

sombra para o cafeeiro. A sombra dessa árvore de crescimento rápido, é que se escondem os cafezais, que afirmam pessoas antigas, possuíam alguns mais de cem anos, embora ainda produzindo.

A árvore de sombra, morre aos 30 anos, porém, suas sementes já produzem outras árvores, que carinhosamente cuidadas, as substituem.

Nas grandes secas, que, também há geralmente no inverno, de abril a outubro, essas árvores perdem as folhas, mas, mesmo assim, sua ramaria protege seus pupilos contra os ventos e a evaporação rápida do copioso orvalho das longas noites, aproveitadas pelas plantas mantidas verdes, em contraste com as culturas a céu aberto e sol vivo, cujos galhos esturricados apontando para o firmamento, parecem clamar pedindo vingança pelas iniquidades sofridas.

As lavouras sombreadas são mais fáceis de limpar, contentando-se com uma capina. O mato nasce com menos força e intensidade devido à sombra, sendo que a erosão é praticamente desconhecida, a despeito do alinhamento feito no sentido da maior declividade.

A colheita, lamentavel-

mente, é feita em geral, como em todo o Brasil. A derriça ou as varas derrubando as folhas, quebrando galhos finos e maltratando a árvore, atiram ao chão o café seco no pé, juntamente com o maduro em cereja, o verde-lengo e o verde, para ser depois tudo varrido com a sujeira, pedras, cisco, gravetos, que irão constituir as chamadas impurezas que auxiliam a desvalorizar o produto.

O sistema de preparo obedece, igualmente, à velha rotina. Pessima lavagem, café em montes fermentando para afrouxar a casca; secagem em terreiros de terra ao sol quente, vendendo-se todo misturado, desde o café seco no pé, ao verde: pilagem defeituosa, sendo que em algumas propriedades, ainda é usada a antiquíssima "bolandrela", peça de madeira, que só serve para esmagar o grão do café. A despeito de tudo isso, de todos os maus tratos infligidos às plantações e ao próprio café, o produto é claro, graúdo, embora de aspecto feio, aroma agradável, bebida excepcionalmente suave.

Naturalmente, devido a seus predicados, é que o Café Capitania foi sempre procuradíssimo, até mesmo após a guerra de 1914, obtendo vantajosos agios nos mercados europeus. Era o café preferido por Sua Santidade o Papa, a quem o sr. Pieterangelo De Biase, da extinta firma Vivacqua Irmãos S. A., remetia anualmente um saco para seu uso.

Com o aprimoramento pela qualidade, dos cafés paulistas, parece que estes foram preferidos pelos mercados, mesmo porque em muito maior quantidade, sendo hoje o Capitania usado como qualquer outro café melhor, para fazer ligas.

As principais lavouras de Café Capitania, como em geral as lavouras de café do Espírito Santo, obedecem ao regime da pequena propriedade e estão localizadas nos municípios de Vitória (capital), Cariacica, Fundão, Serra, Aracruz, Viana e São Mateus.

Os tipos variam de 5 a 8, simplesmente, pela falta de cuidado na colheita e preparo do produto.

Se fossem seguidos os processos e métodos, aliás, fáceis e práticos usados pelos índios colombianos, sem dúvida, o Capitania, atingiria com vantagem, os níveis em qualidade e preço, dos melhores milds produzidos por aquele grande, rico e simpático vizinho.

Infelizmente, a rotina de mais de cem anos é difícil de ser quebrada, principalmente entre os lavradores desconfiados das novidades e desconfiados dos ensinamentos e promessas dos técnicos do governo.

Várias campanhas têm sido feitas pelo governo do Estado, pelo Ministério da Agricultura e pelo Departamento do Café, no sentido de melhorar a qualidade do produto, orientando os lavradores e interessados no preparo das terras, no plantio, na colheita, na produção e no preparo do produto, tudo, porém, sem resultado apreciável. Além de tudo, qualquer "escolha" é vendida por preço compensador, entrando em ação a lei do menor esforço, tão tentadora nesses tropicos. Aquele que quiser sentir a força da rotina, é bastante observar as lavouras existentes em Morro Agudo e Austin, subúrbios do Rio de Janeiro, a menos de 20 quilômetros da avenida Rio Branco, na margem da estrada asfaltada Presidente Dutra, caminho forçado da maior Escola de Agricultura da América do Sul, e, verificará assombrado, que as lavouras novas ali existentes, de laranja e outras culturas, todas, elas, são plantadas em filas de morro abaixo, provocando a erosão e o esgotamento do solo. Não se vê um único talhão plantado em curva de nível, tudo iguizinho e de acordo com o velho hábito.

Se isto acontece no Distrito Federal, às portas do Ministério da Agricultura, dentro da Escola de Agronomia e do centro mais civilizado do país, imaginemos, nos "grotões inóspitos", os conhecidos geralmente, pelo fisco e pela polícia.

nisterio da Agricultura, dentro da Escola de Agronomia e do centro mais civilizado do país, imaginemos, nos "grotões inóspitos", os conhecidos geralmente, pelo fisco e pela polícia.

As lavouras de café a céu aberto, no Espírito Santo, vão num ritmo crescente, atingindo já sua produção a mais de dois milhões de sacos anualmente apesar dos estragos devastadores da "broca".

Embora combatida tenazmente pelo governo estadual com a colaboração do Ministério da Agricultura e do I. B. C., e pelos grandes fazendeiros, como pelos pequenos sítiantes, essa praga parece disposta a constituir mais um onus definitivo para o café. Dentro de pouco tempo a produção do Estado ultrapassará a casa dos três milhões de sacos, carregando para o país grande soma de divisas sendo que atualmente em sua balança comercial, já se verifica um saldo de mais de cem milhões de dólares, todos os anos.

Contrariamente ao que acontece com as plantações a céu aberto, as lavouras do estimado Capitania estão estacionárias e vão até regredindo. As colheitas desse café orçavam em média em cerca de vinte mil sacos por ano, porém, como novas lavouras desse tipo (sombreadas) pouco se formam, é natural que a produção vá diminuindo com o correr do tempo.

É indiscutível que o lavrador brasileiro, principalmente o pequeno agricultor, é bem mais adiantado do que o

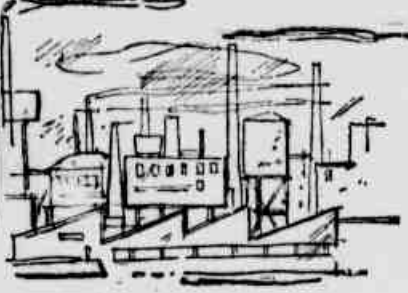
cafeicultor colombiano, venezuelano ou da América Central. Entretanto, estes que começaram o cultivo do café bem depois de nós, oferecem aos mercados internacionais, produto muito superior em qualidade e valor.

Seu incontestável e principal segredo está no sombreado metodico de todas as lavouras, nos processos fáceis, lógicos e práticos de colheita e preparo do produto.

Não se diga que é uma questão de clima e de mais trabalho, porque o clima ali é mais ingrato do que o nosso, e se a colheita é mais dispendiosa, as limpas serão insignificantes, uma compensando as outras e o preço obtido nos mercados, compensando tudo fartamente.

No Brasil o que se observa é a velha rotina impedindo o progresso, o comodismo presidindo a ação, o clima auxiliando a inércia, a abundância oferecida pelo próprio produto inferior dispensando maior esforço físico e de inteligência, trazendo como resultado, a estagnação e perda de mercados que preferem produtos finos.

A verdade, porém, é que as lavouras de Café Capitania do Espírito Santo, ali estão, antigas, antiquíssimas mesmo, demonstrando ao Brasil a rota a seguir para que o país conserve suas terras e lavouras secularmente, produza café fino e de qualidade superior, preservando sua economia, garantindo seu futuro, e concorrendo, então, nos mercados internacionais, com o melhor café do mundo.



Cooperando, há 65 anos,
com as forças produtoras do país

Quando, aos 22 de agosto de 1889, o Imperador Dom Pedro Segundo assinou o decreto que autorizava o Banco de Crédito Real de Minas Gerais a funcionar, iniciou-se uma fase de franca colaboração com as forças produtoras do país, facilitando-lhes crédito indispensável às suas múltiplas atividades. Daquela data aos dias de hoje, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais tem ampliado ao máximo sua capacidade de servir, instalando agências por todo o interior e contribuindo, dessa forma, para o aumento da produção agrícola e industrial do país.

**BANCO DE CRÉDITO REAL
DE MINAS GERAIS S.A.**

FUNDADO EM 1889

TOSTES S/A COMERCIO E INDUSTRIA

IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO

Café — Cereais — Tecidos e Ferrogens em Geral
Revendedores Autorizados da Ford Motor Company Exports Inc.
Agentes da Esso Standard do Brasil Inc.

MATRIZ:

Manhumirim — Minas Gerais
Rua Raul Soares, 165

FILIAIS:

Manhumirim — Minas Gerais
Rua Benjamin Constant, s/n

Caratinga

Av. Minas Gerais, s/n

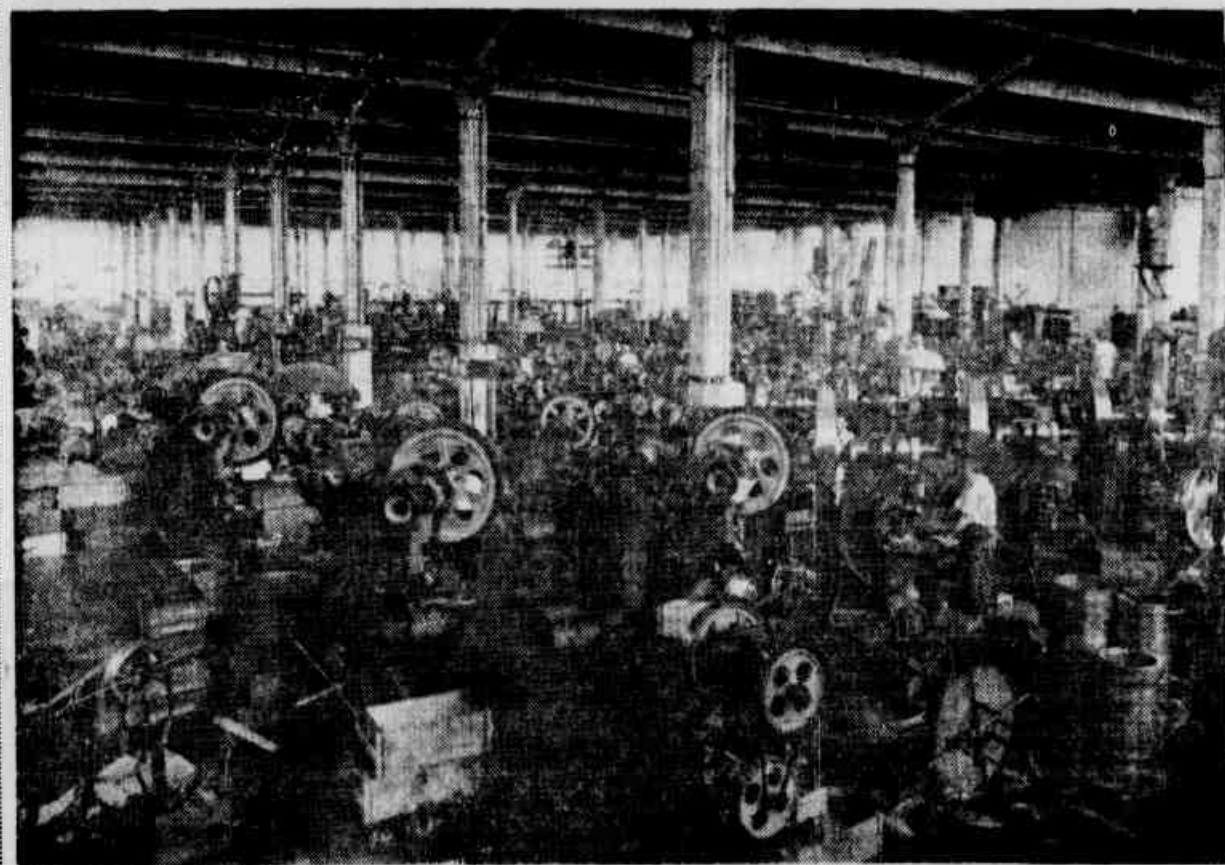
Rio de Janeiro

Rua 1.º de Março, 141 — 1.º andar

M O K A

O CAFÉ

MAIS GOSTOSO DO BRASIL



UMA VISTA INTERNA DA FÁBRICA ALIANÇA DE ARTEFATOS DE METAIS

NOSSA HOMENAGEM -

A Fábrica Aliança de Artefatos de Metais dirige também sua saudação à lavoura cafeeira do nosso Estado e de todo o país, numa referência especial ao trabalho daqueles que emprestam todo seu esforço na produção maior e melhor do produto básico de nossa prosperidade, alicerce do nosso progresso.



Fábrica Aliança de Artefatos de Metais

MAX LOWENSTEIN & CIA.
Avenida Edu Chaves, 9 — Jaçanã

CONTRIBUI PARA A RECUPERAÇÃO DE NOSSO SOLO A CIA. ITAU DE FERTILIZANTES

AUMENTO DE PRODUTIVIDADE GARANTINDO A FERTILIDADE DAS TERRAS BRASILEIRAS

DIMINUIÇÃO DA ACIDEZ ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO PÓ CALCREO — COMO APLICÁ-LO E CONSEGUIR MAIORES SAFRAS — OS FATORES QUE DETERMINAM A QUEDA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A restauração e conservação da fertilidade do solo é hoje um dos problemas que devem ser encarados com objetividade pelo lavrador brasileiro.

A diminuição constante das safras e seus reflexos, provocam, como consequência, a elevação de preço dos produtos agrícolas de consumo interno e trazem ainda como resultado, o desequilíbrio financeiro do país.

O aumento da produtividade é o remédio ideal para uma nação sub-desenvolvida. E, para se conseguir o aumento da produtividade, é necessário, mais alguma coisa do que plantar a semente, fazer a limpeza e esperar a colheita.

Mesmo que o solo lavrado ainda contenha minerais úteis, tais como micas, feldspatos e outros, sua decomposição é demasiadamente lenta, se não forem aplicadas boas quantidades de matéria orgânica e calcário.

Essa aplicação se refletirá, desde logo, no aumento de produtividade das terras cansadas por cultivos descuidados de anos sucessivos.

FATORES DA NATUREZA

As forças da natureza também influem, decisivamente, na queda da produtividade das terras, reduzindo de muito o conteúdo de cálcio do solo. As chuvas, lavando o solo nos terrenos arados, contribuem para uma perda anual de 300 a 700 quilos de carbonato de cálcio por hectare — o que representa muito mais do que pode ser restituído à terra em forma de esterco e resíduos das colheitas. Em regiões de chuvas frequentes — por exemplo — esta perda poderá até exceder essa quantidade. O solo torna-se ácido, sobramineira, reduzindo grandemente o efeito das adubações em geral.

O HOMEM

O elemento humano também contribui para a retirada do cálcio do solo através das colheitas, visto que esse elemento forma a parte estrutural das células da planta. Assim é que as perdas, devido à lavagem do solo, colheitas

e erosão, têm destruído o equilíbrio do solo brasileiro, tornando-o ácido e improdutivo. A calagem — aplicação do calcário — torna-se necessária, pois se trata de medida que beneficia todas as culturas, com exceção da batatinha. A necessidade é enorme em nosso país, uma vez que 85 por cento do solo brasileiro se constitui de terras ácidas. E o corretivo para isso está no pó calcário.

APLICAÇÃO

A aplicação do pó calcário varia segundo o tipo de solo e o de cultura. As terras necessitam tanto mais de pó calcário, quanto mais ácidas, argilosas e ricas em matéria orgânica.

Geralmente, a necessidade total de calcário é muito maior do que a quantidade que o solo pode assimilar anualmente. É muito comum o solo precisar de 10 toneladas por hectare, podendo, no entanto, assimilar apenas 2 ou 3 toneladas anuais.

Nesse caso, o lavrador ao aplicar quantidades maiores do que 2 ou 3 toneladas de uma só vez, fará uma espécie de imobilização de capital sem renda, de juros, ou quase isso.

A eliminação da acidez do solo é questão de aplicação do calcário, durante certo número de anos. Trata-se de defeito do solo, que não pode ser eliminado de um momento para outro. É necessário que o fator tempo seja considerado para que se possa ter resultados positivos e duradouros.

A quantidade de calcário que uma terra pode assimilar por ano está, contudo, relacionada à questão da acidez. O teor de argila e humus do solo também deve ser considerado. As terras ricas de matéria orgânica e bem barrentas, podem assimilar quantidades duplas e mesmo triplicas de calcário, comparando-se com terras arenosas e secas. Outro fator é o teor de água que o solo possui durante o ano, cuja importância não deve ser desprezada. Há vista que as terras de baixada úmida podem assimilar o do-

bro ou mesmo o triplo que terra semelhante, porém, de alto de morro.

Deste modo na tabela grande que segue, arrumamos os

varios tipos de terra da seguinte maneira: chamamos com as letras maiúsculas A, B e C as terras de diferentes teores de argila, com os alfa-

rismos 1, 2 e 3 as de teor diferente de matéria orgânica e com as letras minúsculas a, b e c os varios graus de acidez.

CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS POR LETRAS E ALGARISMOS

Quanto à FINURA	Quanto à RIQUEZA ORGÂNICA	Quanto à ACIDEZ
A = argilosa	1 = humosa	a = pH de 5,5 a 6
B = médias	2 = regulares	b = pH de 5 a 5,5
C = arenosa	3 = pobres	c = pH de 4,5 a 5

EXEMPLOS — Deste modo as terras ricas, mas muito maltratadas, dos espigões da parte noroeste do Estado de

São Paulo seriam "C3a"; as terras roxas cansadas "A3b"; os massapés de São João da Boa Vista, "B2b"; os salmourões de Atibaia "C3c"; as var-

zeas do Paraíba "A1c"; as areias finas de cerrado da região de Itapirina "C3c"; etc.

Quilos de pó calcário a aplicar conforme o tipo de solo, por hectare

TIPO DE SOLO	TERRAS SECAS		TERRAS ENXUTAS DE BOA RETENÇÃO DE ÁGUA		BAIXADAS ÚMIDAS	
	Aplicação anual kg/ha	Número de anos para atingir o pH 6	Aplicação anual kg/ha	Número de anos para atingir o pH 6	Aplicação anual kg/ha	Número de anos para atingir o pH 6
A 1 a	—	—	850	5	1.200	7
A 1 b	—	—	1.200	8	1.800	12
A 1 c	—	—	1.800	12	2.500	20
A 2 a	—	—	750	5	900	7
A 2 b	—	—	1.000	8	1.300	12
A 2 c	1.000	10	1.400	12	1.800	20
A 3 a	—	—	650	5	—	—
A 3 b	700	6	800	8	1.100	12
A 3 c	900	10	1.100	12	1.400	20
B 1 a	—	—	750	4	1.000	6
B 1 b	—	—	1.000	6	1.300	10
B 1 c	850	8	1.200	10	1.800	15
B 2 a	600	3	700	4	800	6
B 2 b	700	5	850	6	1.000	10
B 2 c	850	8	1.100	10	1.400	15
B 3 a	500	2	600	4	—	—
B 3 b	600	5	750	6	900	10
B 3 c	850	8	900	10	1.100	15
C 1 a	500	2	600	3	—	—
C 1 b	550	4	650	5	1.100	6
C 1 c	650	6	1.100	8	1.500	12
C 2 a	450	2	550	3	250	5
C 2 b	400	4	700	5	900	8
C 2 c	750	6	—	—	1.100	12
C 3 a	400	2	500	3	—	—
C 3 b	500	4	—	—	700	8
C 3 c	800	6	—	—	900	12

OBSERVAÇÕES A ESTA TABELA

1) Aplicações de calcário de acordo com a tabela devem, no geral, produzir nos climas úmidos brasileiros, a produção econômica máxima, isto é, aquela que produz para o lavrador o melhor balanço econômico sem depauperar o solo, e sim, ao contrário, conseguindo recuperação lenta, mas duradoura da fertilidade das terras.

2) Falta de dados na tabela significa que não existem nos climas úmidos brasileiros terras do tipo em questão.

3) As quantidades anuais de calcário desta tabela correspondem à capacidade máxima que geralmente pode ser assimilada pelo solo por ano.

4) Sem adição de matéria orgânica, as terras do grupo C só poderão ser suficientemente enriquecidas pelo calcário quando se tratar de algumas das culturas calcífilas (algodão, sisal, alfafa).

5) Falta de controle da erosão diminui muito a quantidade de calcário que uma terra pode assimilar anualmente.

6) As culturas mais sensíveis ao calcário, ou seja, as que produzem os maiores aumentos de colheita graças tão somente ao calcário (culturas calcífilas) são, mais ou menos, por ordem de necessidade decrescente de calcário: tamareira, uva, oliveira, alfafa, cenilho, algodão, cevada, sisal, sergelim, trigo, tremoço, sorgo, pensão, castanheira, melão, espinafre, laranjas e outros citros, alface, linho, lentilha, capim colonião, figo, coco da Bahia, amendoim, beterraba, ervilha, soja, guandu, girassol, tungue, fumo, feijão.

7) As culturas menos necessitadas do calcário, isto é, capazes de dar boas colheitas em terras ácidas (porem adubadas e enriquecidas com matéria orgânica), são, mais ou menos por ordem crescente de necessidade de calcário: batatinha, pinheiro, seringueira, eucalipto, arroz, chá preto, capim gordura, erva mate, mandioca, cacau, alface, batata doce.



A adubação conveniente promove abundante formação de frutos, como se vê nestes ramos de café

Isto mostra o perigo apresentado pelo capim gordura: ele pode vegetar bem em terras ácidas e pobres, engasgando assim os lavradores, pois neste caso o gado come muito, mas se alimenta pouco.

A fim de se obter pastagem realmente nutritiva, é preciso aplicar calcário mediante a razão de 3 em 3 anos ou de 4 em 4 anos. Não será preciso, assim, procurar outros capins: o próprio capim

gordura passará a ser capim rico. O capim gordura tem a má fama de não alimentar bem o gado justamente por poder crescer em terras descalcificadas.

8) Vê-se que muitas das nossas mais importantes culturas ficaram no grupo intermediário, das culturas de relativa tolerância de acidez: café, cana, milho, mamona. Pelos conhecimentos atuais, os seus limites econômicos de pH são aproximadamente:

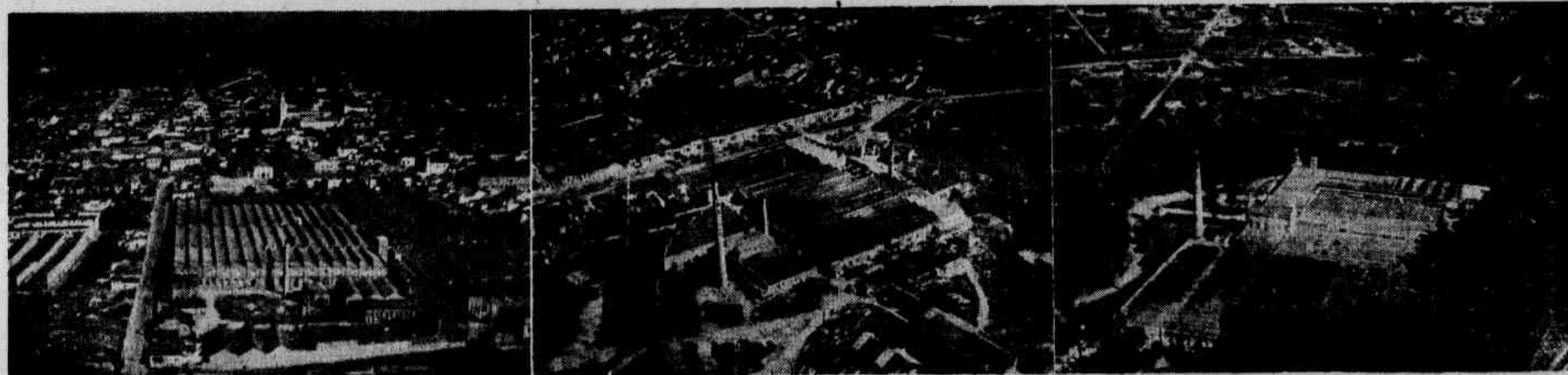
Café	5,3 a 6,0	Milho	5,4 a 6,1
Mamona	5,6 a 6,2	Cana	5,8 a 6,4

Abaixo do limite inferior, o calcário constitui a maior necessidade da planta, quando o solo, evidentemente, não possui outros defeitos graves como esterilidade orgânica, profundidade muito escassa, extremo grau de erosão, teor demasiado de areia, presença de poço de água, etc. Portanto, do ponto de vista econômico, o calcário será o ingrediente que, por unidade de preço, trará os maiores lucros graças à elevação das colheitas.

Entre os dois limites de pH mencionados, o calcário será tão importante quanto os adubos propriamente ditos e a matéria orgânica. Por unidade de preço, algum outro elemento deverá ser o agente que possa promover o melhor balanço econômico. Acima do limite superior dos valores pH mencionados, se aumento de colheita puder ser promovido, não o será pelo uso do calcário, que deverá desempenhar papel secundário entre os ingredien-

tes a serem dados ao solo. Neste caso, no geral, bastam uns 300 quilos de calcário por hectare anualmente, a fim de compensar a lixiviação inevitável (ação descalcificante do nosso clima úmido).

9) Nas culturas de ciclo longo, e quando o calcário só possa ser aplicado uma vez em 3 a 4 anos, principalmente junto com matéria orgânica, convém usar calcário em pó e pedrisco, a fim de durar mais no solo (o calcário Itau graças ao teor alto de carbonato de cálcio de 90% e baixo teor de resíduo insolúvel, apenas da ordem de 3%, seria neste caso de ação demasiadamente rápida, se fosse inteiramente pó fino). Obedece ele, porém à legislação em vigor, isto é, passa inteiramente na peneira n. 10 (abertura de malha de 1,65 mm.) e cerca de 55% passam pela peneira n. 55 (abertura de malha de 0,29 mm.).



AOS HOMENS DA LAVOURA, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, QUE CONSTRUÍRAM A GRANDEZA DE SÃO PAULO, EM BENEFÍCIO DO BRASIL.

A HOMENAGEM DA

COMPANHIA NACIONAL DE ESTAMPARIA,

QUE HÁ MEIO SÉCULO INTEGRA COM ORGULHO O MAIOR PARQUE MANUFATUREIRO DA AMÉRICA LATINA.

♦ JULHO DO ANO DO IV CENTENÁRIO DE S. PAULO E DO III CENTENÁRIO DE SOROCABA.

O CAFÉ

ANTONIO M. ALVES DE LIMA

APESAR de ter-se já escrito muita coisa a respeito, vamos fazer mais algumas considerações.

Como sabemos, o café foi descoberto na Abissínia, quando pastores de cabras observavam que algumas dessas, depois de terem comido algumas folhas e frutos desse arbusto tornavam-se muito vivazes. Provaram então, os gregos, que acharam não só de gosto agradável, como tendo a propriedade de dar às pessoas uma maior resistência à fadiga.

Dessa região equatorial africana espalhou-se o caféiro primeiramente pelas regiões vizinhas e depois, pelos vales e colinas da Arábia, cujo clima seco produziu o celebre café Moka, semelhante ao Bourbon Miúdo de Ribeirão Preto, Cravinhos e Batatais, não só pelo seu delicioso e suave aroma, como pelo seu excelente sabor; isto, em contraste com os cafés produzidos em zonas úmidas, como no Rio e Espírito Santo etc., que favorecem a fermentação ácida, dando à bebida Rio, gosto acre e cheiro desagradável.

PLANTAÇÕES

As primeiras sementes foram trazidas para o Pará — depois desenvolveram-se as plantações nos Estados do Rio, São Paulo, Minas Gerais, e depois, no Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Do Estado do Rio, onde existiram importantes fazendas, com vastas residências, verdadeiros solares, e as benfeitorias correspondentes devidas aos métodos primitivos, com culturas em terrenos acidentados, sujeitos a fortes erosões, colheita, seca e beneficiamento precários, no fim de certo número de anos, esta zona entrou em franca decadência.

Os cafezais que se foram estendendo pelo Vale do Paraíba, pelos traçados da Sorocabana, Paulista e Mogiana sofreram a mesma sorte, inclusive Minas.

Atualmente, as melhores lavouras estão situadas nos pontos mais distantes das estradas de ferro e no Estado do Paraná, que muito sofreu com as últimas geadas.

O Estado de São Paulo que possuía cerca de 1.600.000 pés e chegou a produzir 5.500.000 sacas, está reduzido a 1.000.000.000 pés, com uma média de 30 a 40 arrobas por mil pés. Estes últimos anos a produção tem sido de 3.000.000. Antigamente, em anos de larga grande, colhia-se 200, 300, até 400 arrobas por mil pés. Ultimamente, fazendeiros adiantados, empregando métodos mais racionais, orientados pelas experimentações e pelo Instituto Agronômico de Campinas, estão demonstrando — ainda que em escala muito reduzida — que, com muito esforço, nova técnica, persistência e despesas elevadas, é possível, não só restaurar as lavouras antigas, como formar cafezais esplendidos, não inferiores aos das zonas mais afamadas, inclusive as do Estado do Paraná.

Mencionamos entre os novos pioneiros o sr. Dario Meirelles e sobretudo sua esposa, Maria Alves de Lima Meirelles, que se tem revelado uma autêntica e progressista fazendeira, com 50.000 pés de café de lindíssimo aspecto plantados com toda a regra. O sr. Antonio Bento Ferraz com esplendida lavoura nova, plantada em curva de nível; o novo cafezal da Fazenda Sete Quedas; o dr. Rodolpho Telles e o esforço do Emanuel Bianchi no município de Campinas.

Em Catanduva, o sr. Zancaner com belos talhões de 11 anos com uma carga formidável. Em Ribeirão Preto e em outros pontos, fazendeiros estão com muitos talhões renovados e replantados.

A seleção de sementes, de mudas plantadas em covas estercoadas e completadas com adubos minerais, as curvas de nível e o terraceamento, chuvas oportunas, análise das terras e, ultimamente, análise das folhas, método moderno para se conhecer as necessidades reais das plantas, são os fatores para a cultura racional e imprescindíveis para a restauração dos cafezais.

Não se julgue, entretanto, que surjam grandes plantações rapidamente, pois é preciso não se esquecer:

a) — Que a grande maioria das lavouras está esgotada e velha e que os melhores cafezais começam a declinar depois de 15 e 18 anos, e assim, sucessivamente, pois 85% não possuem os tratos e adubações necessários, nem bombeio à erosão.

b) — Que, com o envelhecimento progressivo, as folhas aumentam cada ano e, em consequência, impõem-se as replantias em escala cada vez maior, exigindo um planejamento para substituição, anual e metódica, dos milhões de pés em decadência; organização do grandes viveiros com mudas selecionadas, confecções de grande volume de estercos, composto, adubos orgânicos de origem vegetal (algodão, mamona etc.), e animal (galinha etc.), e minerais fosforados, potássicos e fosfatados. Estes a serem embarcados em navios lotados para redução dos fretes e vendidos pelo custo.

c) — Que é preciso dar trato regular às lavouras, sem que lhes faltem braços.

d) — Que se lhes forneça recursos a longo e a curto prazo, pois a recuperação da lavoura exigiria de 10 a 30 anos, com muitos gastos, e, até 4 anos, o seu custo se eleva a mais de 40 cruzeiros por pé, fora os juros, o custo das terras e das benfeitorias.

PROPAGANDA

Para não ficarmos adstritos praticamente aos mercados da América do Norte, que generosamente "permite a entrada livre dos nossos produtos, ao que revidamos com pesados impostos alfandegários", dever-se-ia na Ásia e outros lugares, nas modalidades manter uma discreta propaganda na Europa, adequadas e não destruí-la insensata e deliberadamente como fizeram com as propagandas anteriores, feitas pelo Instituto de Café de São Paulo, abandonadas por baixa polticagem.

Em 1930 e 31 o Instituto de Café de São Paulo, fez contratos importantes com 13 países, dentre esses a Rússia, Inglaterra, Norte da África, países bálticos, Japão etc. Depois de longas conversações e com aprovação do governo americano, foi feito um contrato direto com o Centro Sojuz (Centro de Cooperações russas) em virtude do qual 5.500 cooperativas espalhadas pela Rússia se comprometeram a estabelecer 1.000 casas para a venda de café torrado e em xicaras e com um aparelhamento técnico. Os russos chegaram a montar mais de 600 dessas casas, conforme fotografias enviadas. Isto, mediante uma subvenção anual, durante 3 anos, de 12.000 sacas de café inferiores que estavam a preço vil, sobrando e sendo queimadas nessa época. Os russos pretendiam ainda introduzir o café no exército!

Os últimos diretores do Instituto, entre-

tanto, não só desprezaram esse contrato, como os realizados com os países do oriente médio, que apenas pediam facilidades para adquirir os cafés parceladamente, em depósitos em determinados portos.

O contrato penosamente elaborado com a importante firma Mitsui do Japão que, naquela época, dispunha de um capital de 500 milhões de cruzeiros, com a condição de fundarem 10 importantes estabelecimentos para a venda de café torrado e em xicaras, além da obrigação de estender essa propaganda e vendas a Shangai, também foi posto de lado, e assim por diante, numa duplicidade criminosa.

Tivéssemos honrado esses contratos devidamente e o consumo desses países europeus e asiáticos somente, teria aumentado naquela época de cerca de 3 a 4 milhões de sacas e não teríamos recorrido à queima de cerca de 70 milhões de sacas, que arruinou a maioria dos fazendeiros.

POSIÇÃO ESTATÍSTICA

O fato é que a produção do Brasil que já atingiu cerca de 30.000.000 de sacas em 1927, devido às geadas, secas, esgotamento e falta de amparo oficial, caiu para 15.000.000 de sacas. A da Colômbia tem aumentado e passou para 6.200.000 de sacas. A produção da África, embora de qualidade inferior (exceto os cafés de Kenia), está em franca ascensão, pois a Inglaterra, França, Bélgica e Portugal, e ultimamente, os americanos, estão aplicando grandes capitais e técnica moderna para o aumento da produção nas regiões mais favoráveis; tanto assim, que sua exportação dobrou.

CAFÉ SOLUVEL

Desde 1930 tenho me batido pela fabricação e adoção deste produto, pelas múltiplas vantagens que oferece ao nosso país, principalmente, que passo a enumerar: a) ficariam aqui os resíduos, cerca de 80%, que constituem um excelente adubo, para as próprias lavouras de café e outras culturas, além de muitos subprodutos, conforme estudos feitos por químicos competentes; b) haveria enorme redução nos fretes e carretos e na sacaria, o que seria uma verdadeira providência para um país desorganizado como este, onde a maioria das empresas ferroviárias, com exceção da Cia. Paulista que rivaliza com as melhores de outras nações e a Santos-Jundiaí, não dá vazão aos produtos.

Haja vista o clamor pelas deficiências e deservícios da rede Paraná-Santa Catarina, com trilhos velhos, causando descarrilamentos seguidos e com mais de 1.000 vagões emprestados à Sorocabana. A falta de caminhões e peças, muitos dos quais estão ou estiveram atolados; c) a fabricação do café solúvel em usinas localizadas nos pontos de maior convergência de produção, traria uma grande economia e facilitaria sobremaneira a sua propaganda e distribuição por mar, por terra, por avião, no Brasil e em outras nações como a América do Norte, Europa, Ásia e Repúblicas sul-americanas, pois a facilidade de prepará-lo em xicaras, tende a aumentar e popularizar o seu consumo.

Os resíduos para adubação proveniente de 5.000.000 sacas corresponderiam a cerca de 200 milhões de quilos, cujo valor seria no mínimo de 100 milhões de cruzeiros.

A fabricação deste café solúvel seria uma verdadeira indústria nacional, como a que já foi iniciada com o Nescafé, excelente misturado ao leite, forma a mais usada nos Estados Unidos.

Pois bem, enquanto que interesses contrários dentro do nosso país comoverem o café solúvel, por incrível que pareça, o D. N. C. e o Departamento de Saúde do Rio de Janeiro, diabólicamente, proibiram, até há pouco tempo, a fabricação, a venda e o consumo deste produto! Entretanto, outros países mais adiantados compreenderam o seu enorme alcance e o tem fabricado em escala cada vez maior. Os Estados Unidos, por exemplo, já estão convertendo mais de 1 milhão de sacas de café solúvel.

O seu consumo aumenta cada dia e já é exportando para o Japão e... até para o Pará e Amazonas!

FINANCIAMENTO

Tem sido insuficiente para a lavoura que precisa quase mendigá-lo; isto, devido à falta de compreensão e visão dos governos, tanto o legislativo como o executivo.

Há mais de 30 anos pletica-se um aparelhamento bancário adaptado ao nosso meio, nos moldes do que já existe na Europa, nos Estados Unidos, com o Federal Reserve Bank, e mesmo na Argentina, com o Banco Hipotecário para créditos a longo prazo; e o Banco de La Nación para custeio, caução de títulos; tudo a juros módicos. Este último banco, não só ampara os agricultores por essas formas, como oferece-lhes espontaneamente recursos para não sacrificarem suas safras.

Se o Brasil quiser manter a estrutura e hegemonia do café, promovendo novas plantações e a substituição gradual das lavouras decadentes, é necessário o emprego de somas consideráveis a longo prazo, para o custeio anual. É preciso ainda, prover o financiamento dos warrants, conhecimentos, pois o café leva meses e mais de ano para chegar aos portos.

Há algum tempo cafés do Paraná levaram 2 e 3 anos para chegarem a Santos!

Ainda agora a Colômbia, que já está tão bem aparelhada, como vamos expor adiante, acaba de fundar o Banco dos Cafeicultores, com o capital de 50.000.000 de pesos — equivalentes a 750.000.000 de cruzeiros.

ORGANIZAÇÃO CAFEEIRA DA COLOMBIA

O sr. Carlos Arnaldo Krug, diretor do Instituto Agronômico de Campinas, que visitou esse país, depois de lamentar que o Brasil não possuísse um órgão eficiente, coordenador da política cafeeira, representando e defendendo os legítimos interesses dos produtores, o que ocasionou as nossas tremendas crises, resultando da nossa improvidência e falta de uma política cafeeira inteligente e racional, livre de influências perturbadoras,

passa a descrever a Federação Nacional de Cafeicultores, entidade integralmente concebida e estruturada e administrativamente administrada: cumprindo sua nobre missão de 1927.

E' mantida com uma taxa de 25 centavos (3,75 cruzeiros) por saca de café exportado.

Entre os atributos mais importantes, notamos: propaganda, melhores sistemas de cultura e beneficiamento, e administrar armazéns gerais, cooperativas, caixas de créditos; organizar e administrar estações experimentais; laboratórios, escolas, bibliotecas, filmes educativos; comissões técnicas para o estudo de tudo nos outros países produtores; cooperar na organização dos transportes; comprar e revender sementes, máquinas, adubos, ferramentas; fomentar as indústrias complementares do café.

A sua organização é baseada em comitês municipais, departamentais e no Comitê Nacional, com 10 membros, dos quais o Ministro da Fazenda Nacional, da Fazenda e Relações Exteriores, o gerente da Caixa de Crédito Agrário, um membro designado pelo Presidente da República e "5 membros e suplentes eleitos pelo Congresso Nacional de Cafeicultores", que é a cúpula da organização.

O Comitê Nacional tem por fim fazer cumprir os contratos celebrados entre a Federação e o governo; defender a indústria cafeeira; eleger os representantes da Federação no Banco da República, na Caixa de Crédito Agrário, no Conselho das Estradas de Ferro. — A fiscalização financeira da Federação é feita pela Superintendência Bancária.

A representação dos lavradores é baseada na sua produção. Mantem 40 armazéns onde o café pode ser depositado; recebem os cafeicultores 90% da Federação que intervém no mercado para garantir os preços mínimos, exportando diretamente para o exterior.

Dispõe a Federação de vasto capital (3 milhões de cruzeiros) proveniente da taxa e dos lucros de suas operações.

Cuida da higiene rural; empregando numerosos engenheiros, topógrafos, médicos, dentistas com o fim de melhorar o padrão de vida dos cafeicultores e suas habitações, oferecendo-lhes boa água potável assistência médico-dentária, adiantando e fornecendo os recursos para as construções.

CONCLUSÃO

Como se desprende deste relato, os cafeicultores da Colômbia estão sob a proteção patriótica do seu governo, que sabe honrar a sua missão dando mão forte à Federação dos Cafeicultores.

Verdadeira lição de civismo e sabedoria! Para o Brasil manter sua atual posição de produtor, precisa, além da reforma de sua mentalidade fiscal e demagógica:

a) estabelecer a moeda envidada, cuja circulação passou de 3 bilhões em 1930 para 45.000.000.000 desorientado e desmoralizando todas as atividades econômicas e sociais; tornando impossíveis quaisquer orçamentos, planejamentos ou programas sujeitos a reajustamentos continuos;

b) que o patrimônio do D.N.C., incorpo-



tado ao I.R.C. e outros recursos que lhe advierem pelas taxas, sejam aplicados honestamente para as suas finalidades.

c) que seja feita a reforma bancária, compatível com o nosso progresso, para amparar e fomentar todas as atividades reprodutivas;

d) que o honrado governo de São Paulo, espontaneamente, entregue o patrimônio integral, superior a 500.000.000 de cruzeiros, do Instituto de Café (atual superin-

tendência), sem mais delongas à lavoura, para ela poder organizar seu Banco, nas modalidades mais convenientes, inclusive as da Caixa Lusitã, de que a FARESP está cogitando seriamente, pelo que deve merecer o apoio de todos;

e) que o produto dos agios cambiais seja devolvido aos seus legítimos donos, para manutenção e recuperação dos cafezais, que constituem o estelo da nossa economia. Isto, como reparação material e moral.

O BRASIL É O MAIOR EXPORTADOR DE CAFÉ DO MUNDO!

O MUNDO INTEIRO EXIGE CAFES FINOS DO BRASIL!



Você também
tem direito
a um
bom café!

EXIJA QUALIDADE!

CAFÉ

JARDIM



SÍMBOLO DE QUALIDADE DESDE 1890

VELHOS CAFÉS DA Pauliceia

OS BONS TEMPOS EM QUE A "JEUNESSE DORRE" BRILHAVA

Quando uma xícara da preciosa bebida custava 40 réis! — O Fischer e as suas implicancias — Um cachorro que se celebrou nas rodas dos notívagos — O cabaré do "Sapo Morto" — As homenagens postumas ao Cunegundes — Um episódio romântico vivido pelo poeta Ricardo Gonçalves — E a saudosa boêmia morreu...

Texto de RAIMUNDO DE MENEZES
Ilustrações de MICK CARNICELLI

O primeiro café que existiu em São Paulo — se não foi o primeiro, pelo menos foi um dos primeiros — funcionou entre os anos de 1850 e 1860, e ficava na rua do Imperador, esquina do Beco do Colegio, hoje Patio do Colegio.

Era sua proprietária uma mulher, mais conhecida pelo jocoso apelido — Maria Punga — do que pelo verdadeiro nome — Maria Umbelina ou Maria Emilia Vieira. A Maria Punga, muito popular na

Pauliceia daquele tempo, uma parda acaboclada, sabendo coar café como ninguém, tinha sua freguesia certa: estudantes de Direito, na sua maioria, que a procuravam no intervalo das aulas, negociantes, boiadeiros, e gente da redondeza, a que não faltavam moradores da rua Tabatinguera, rua do Príncipe e mesmo do Patio São Gonçalo...

A casa era modesta: "casa velha, pintada de verde, com meia braça de beiral sobre a via publica, uma porta para a rua, outra para o beco. Ambas com as competentes meias-portas". A turma entrava falando. A algazarra era grande. A gordalhu-da proprietária, "toalha na cabeça, argola de ouro nas orelhas, e no colo um raminho de arruda e figa de guiné contra mau alhado", servia o café ali mesmo no alpendre. O café da Maria Punga tornara-se famoso. Tinha o seu segredo: era coado só para três pessoas de cada vez, mas era preciso que as três o estivessem aguardando, à mesa, do contrario que esperassem completar o numero. Enquanto isso, "bati-am um papo"...

O café custava 40 réis a xícara — que maravilha! Além do café, sempre saborosíssimo, constituíam o consumo obrigatório, a acompanhando-o, para o seu melhor paladar, gostosíssimos bolos de fubá, brolhos de polvilho, bolinhos de tapioca, além de bons bocados, mões bentas, cocados, geléas... Um mundo de coisas de deixar a gente com água na boca. Não havia bebidas alcoólicas.

O mobiliário não ficava atrás em parcimônia: seis cadeiras, uma ou duas mesas pequenas e, em rigor, não passava de uma duzia o numero de xícaras.

Os dobrões de cobre de 40 réis rolavam na mesa e eram enfiados imediatamente pela Maria Punga na gaveta através de uma fenda, tinindo alegremente e tornando mais alegre ainda a chistosa proprietária, vendo seu negocio ir de vento em popa.

A freguesia regalada ganhava a rua da Imperatriz, aos magotes, sempre a conversar. Na rua deserta, o silencio era apenas interrompido pelas pregões das pretas que vendiam cuscuz e

pelo martelar dos caldeiros, arrumando seus tachos...

Outra mulher que se dedicou a identico mister no velho São Paulo de 1874, foi a popularissima Nhá Maria do Café, a qual, todas as manhãs, segundo o bem informado cronista Antonio Egidio Martins, para atender à numerosa freguesia, costumava fazer saborosas empadas de farinha de milho com piquira ou lambari e vendia cada uma a 20 réis, com uma tigelinha de café a 40 réis. A noite, preparava o apreciado cuscuz de bagre e camarão de água doce, "o qual, ainda bem quente, se acabava em poucos minutos, sendo preciso fazer outros para contentar os seus fregueses, os quais, para não serem logrados ficavam de prontidão, na propria quitanda, à espera da ocasião para comprarem, por 40 réis, um grande pedaço..."

OS BIFES DA "SEREIA PAULISTA"

Entre 1860 e 1864, havia em S. Paulo quatro confeitarias: duas na rua do Comercio, as do Jacob Koskiel e do Pereira Junior, uma na rua

direita, de Gaspar Leonard, onde foi mais tarde a Stadt Coblenz", de Jacob Friederiks, e a de Rodovalho & Irmão, na rua do Imperador. Destas, porém, de acordo com Almeida Nogueira, a melhor e mais do tom era a de Pereira Junior, Confeitaria do Leão, e que ficava bem na esquina da rua da Quitanda. Além dessas confeitarias, havia muitas doces, algumas das quais de merecida nomeada, as Lessas, por exemplo, moradoras na rua da Boa Vista, que, por encomenda, forneciam os mais esquisitos doces, geléas, bolos, pudins e confeitados para as festas familiares e as opas ou festins de formaturas.

Num domingo — 23 de setembro de 1877 — a cidadezinha de São Paulo foi alvo de uma notícia da inauguração do bonito jardim da cervejaria denominada "Stadt Bern", com caramanchões, jogos de bolas etc. O "Stadt Bern" ficava na rua de São Bento, 73, num predio terreo de seis portas. A entrada, que era franca e gratis, se fazia tanto pela rua de São Bento como pela de São José, atual Libero Badaró. Na noite festiva, a orquestra do antigo teatro S. José tocou, entre as escolhidas peças do seu repertorio, a valsa Lungfrau. Cada copo de cerveja nacional custava 160 réis...

Outro estabelecimento congener que marcou época pelas alturas

de 1888 foi a "Sereia Paulista", que ficava também na rua de São Bento. Era seu proprietario o alemão Fischer, que tanto tinha de vermelho quanto de simpático. Toda a boêmia fina da cidade ali marcava encontro. Havia uma particularidade: ao contrario das outras casas similares, não havia separação de sexos, nem se

firmez na prosa. Fischer cabeceava no seu posto. A certo momento, pediram café, e o alemão declarou secamente que não havia. Os homens continuaram a beber cerveja, e, um tempo depois, imploraram:

— Oh Fischer, manda vir café...

— Xa lhes disse que não há.

Passa mais uma hora,

Era conhecido apenas pelo apelido, que se tornou popularissimo nas rodas dos paulistanos da época: Cunegundes. O Cunegundes, por mais estranho que pareça, era um cachorro, que chegou a merecer a imortalidade de cintilante cronica do escritor Veiga Miranda, no livro "Passaros que fogem". Ali vem traçado com muita felicidade o seu perfil. O autentico perfil de um cachorro-boêmio.

Sempre surgia depois da meia-noite. Atravesava o largo do Rosario e vinha direto à Confeitaria Castelões. Ali passava por debaixo das mesas, recebendo afagos de todo mundo. Alguns dos alegres bebedores gritavam logo, assim que o avistavam:

— Garção, um chope e sanduiches para o Cunegundes!

E o Cunegundes regalava-se como bom boêmio. Aquela vida não era das piores. Depois do Castelões, tomava o rumo do Politeama. Entrava sem dar a minima satisfação ao porteiro. Ia bater na frente da plateia, aproximando-se de um e de outro conhecido, sempre entre paladinhas de agrado. Terminado o espetáculo, quedava-se na porta do teatro, a receber carinhos de todos. Em seguida, como ultimo retardatario, diante da rua deserta, ainda sem sono, demandava os cafés-concerto dos bairros elegantes. Onde mais demorava era no "El-Dorado", que era o da sua preferencia não se sabe bem por que. Talvez, por lá visse alguma cadelinha da sua predileção.

De tanto beber e comer, altas horas da madrugada era visto a implicar com os cocheiros, com os guarda-noturnos, com os varredores da Limpeza Publica, e com... os outros cachorros. Verdadeira idiosincrasia nutria ele pelos viralatas!

Nunca soube bem onde morava. Certo é que, na sua existencia boêmia, rara a manhã em que se não metesse em algum sururu, de que, quase sempre, levava a pior. Saia ganindo, com lancinantes dentadas nas costas, e muitas vezes sangrando...

Conta-nos Afonso Schmidt que o Cunegundes, após noites tão tormentosas, ia refugiar-se na tipografia de Edgar Leuenroth, num casebre da rua Maria Domitilia. Ali dormia o dia inteiro debaixo das calças de tipos. Quando o estabelecimento fechava ao anoitecer, lá saia ele, outro vez, a perambular por aí...

(CONCLUI NA 15.ª PAG.)



exigia uma disciplina que fosse das mais rigorosas...

A "Sereia Paulista" era ao mesmo tempo casa de banhos e de bifes. Os bifes se tornaram célebres. Custavam 500 réis e eram uma delícia! Mediavam sempre, exatamente, o mesmo tamanho, tinham a mesma espessura, e vinham, invariavelmente, acompanhados de oito batatas cozidas, sempre iguais no volume, na consistência e na cor. E tudo isso, como já dissemos, ficava em 500 réis! Belos tempos... O freguês, se quisesse, poderia regalar-se com saborosa cerveja alemã, por 10 tostões a garrafa!

O Fischer, sempre sorridente, atrás do balcão, comandava os empregados, cumprimentando a freguesia e obsequiando-a com atenções. Não era, porém, homem de muitas graças. Paciente, cordato, era inflexível em certos princípios. Uma coisa, por exemplo: nunca serviu café na sua casa.

Uma noite, porém — conta-nos um cronista da época — apareceram dois rapazes de boa roda, sentaram-se e farraram uma palestra que não tinha fim, a beber cerveja e a mastigar. Passou a hora habitual de fechar, e os homens

e os homens repetem, em tom gemeundo, o mesmo pedido. Fischer, caindo de sono, farto da caceteação, chama um empregado e manda buscar duas xícaras de café no Java, que ficava a dois passos dali e que não se fechava durante a noite. Os fregueses pediram a nota. Fischer havia lançado na mesma — tantos bifes a 500 réis, tantas garrafas de cerveja a 1\$000 e, finalmente, duas xícaras de café a 5\$000 cada uma.

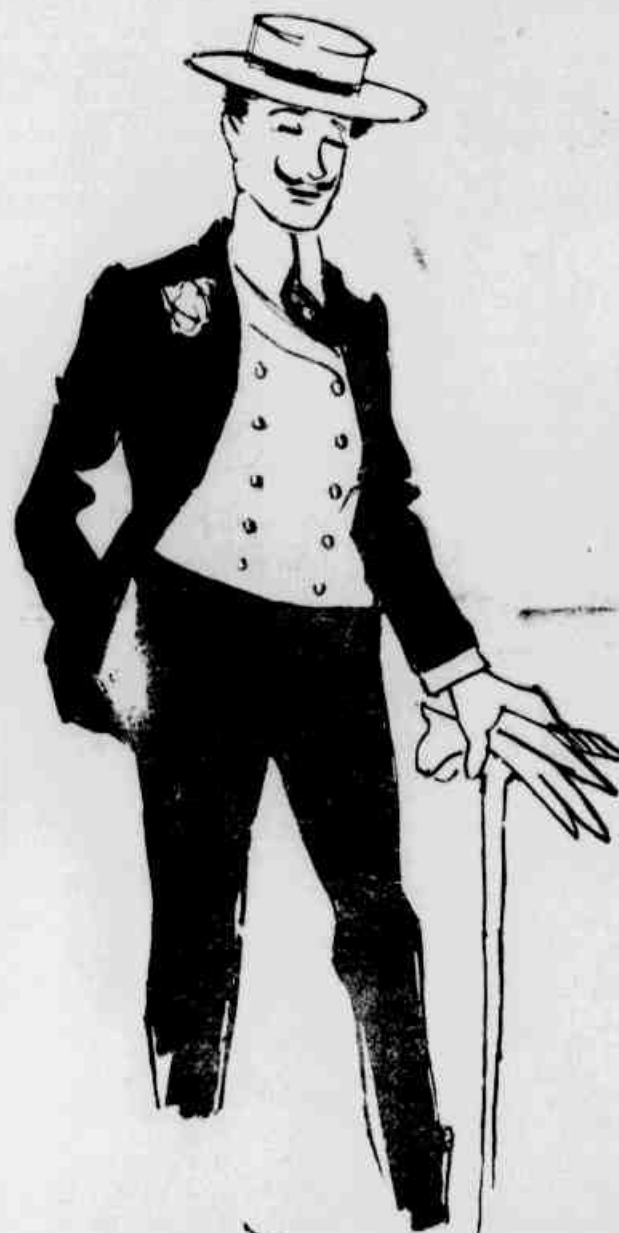
Era a vingança. Os fregueses, que eram rapazes da alta roda, como já se disse, acharam tudo muito justo, pagaram e partiram, ao clarão da madrugada. No dia seguinte, voltaram, comeram, beberam, palestraaram e, para fechar a noite, pediram café. Fischer não se pôde conter, e explodiu, franzindo as sobrancelhas:

— Café? Café? Nem que zenhorres boca tez gontos te réis gata jicará!

E nunca mais este homem de princípios reincidiu na exceção.

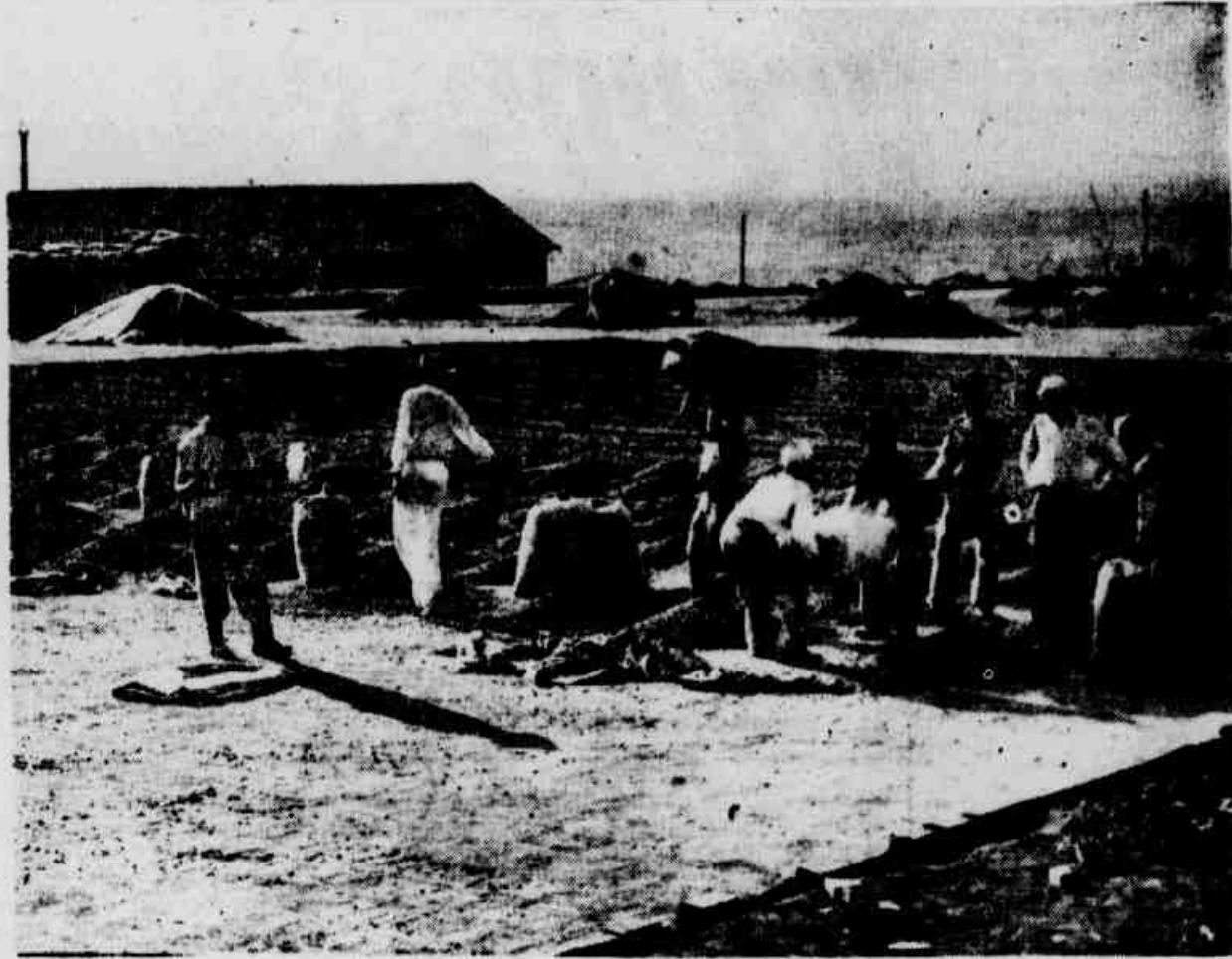
O CUNEGUNDES...

Foi, entre os anos de 1896 e 1897, que viveu aqui em São Paulo um boêmio de quatro costas, frequentador assíduo dos meios noturnos e elegantes da cidade.





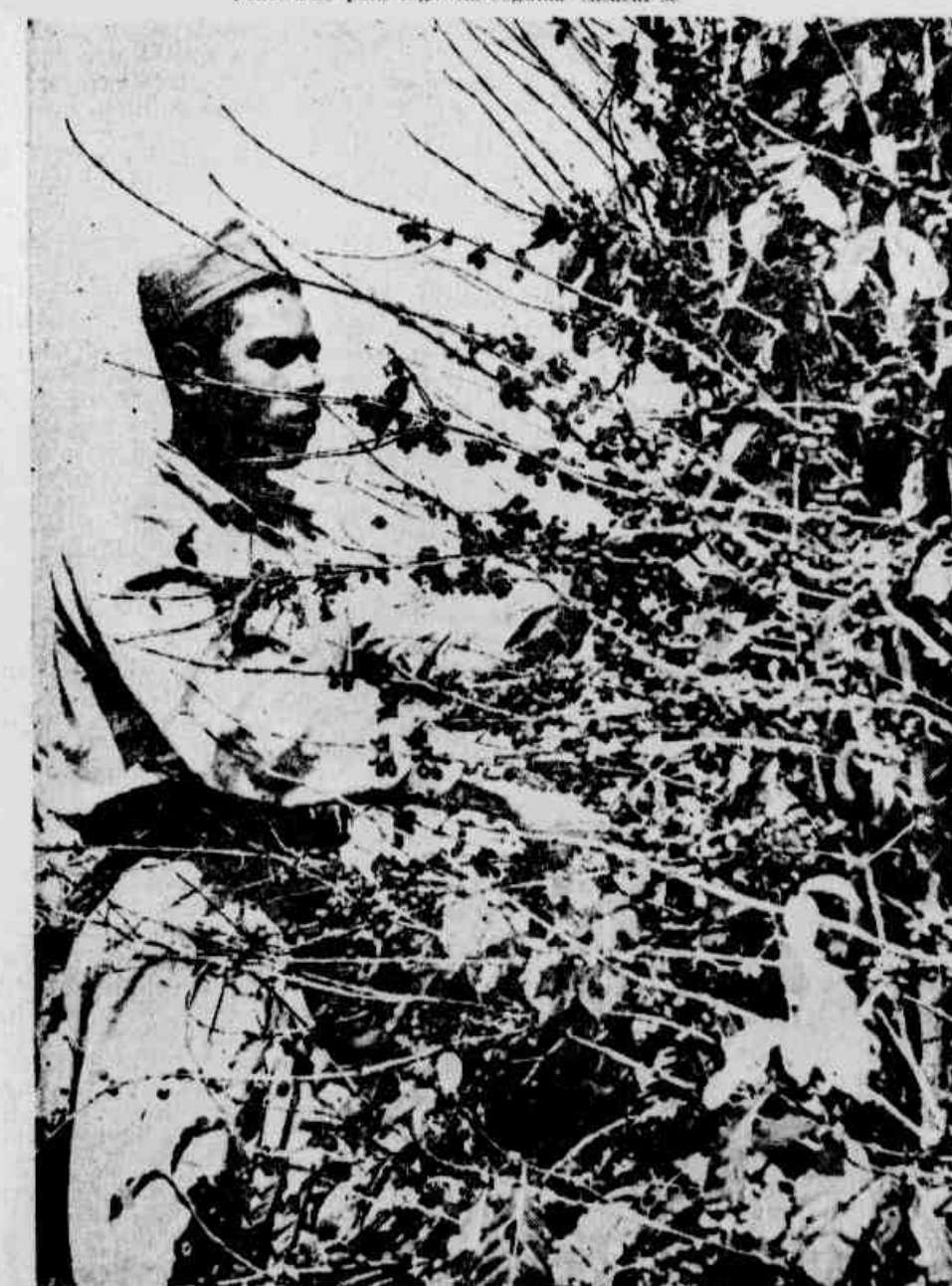
Reunido o café no terreiro, formam-se os pequenos montes. O trabalhador maneja o rastelo



Os primeiros sacos, já prontos, são colocados sobre a cabeça dos trabalhadores



Peneira-se para logo em seguida ensacar-se



Fase inicial: inicia-se a colheita

A SITUAÇÃO DO CAFÉ

A situação do café é, no momento, muito favorável aos produtores. Nunca os seus preços estiveram em níveis tão elevados. Comparando-se com os do período de 1924 a 1929, que foi considerado o período aureo da cafeicultura nacional, constata-se que são cerca de 13 vezes maiores.

Grande parte dessa melhoria de preços é, evidentemente, fictícia, pois reflete apenas a perda do poder aquisitivo de nossa moeda. Mas ainda que se desconte a desvalorização ocorrida nesse período — o que se pode fazer reajustando os preços de acordo com o índice de custo de vida — constata-se que os preços atuais continuam a ser superiores àqueles em 31 por cento, o que prova que são de fato melhores. Aliás, se os preços quando deflacionados mostram-se mais elevados, pode-se inferir também, a grosso modo, que são mais lucrativos para os produtores, pois é de se admitir que o custo de produção por mil pés não tenha aumentado em ritmo maior do que o custo da vida e que a produtividade média das lavouras do nosso país não tenha caído, uma vez que ainda hoje, a exemplo do que ocorreu no passado, grande porcentagem dela, se localiza em terras virgens e férteis do Norte do Paraná, Oeste de São Paulo, Norte do Espírito Santo e Minas Gerais.

Também em relação aos demais produtos agrícolas, o atual preço do café mostra sensível vantagem, pois a sua elevação foi muito mais acentuada.

Enquanto o seu preço subiu, como já foi dito, cerca de 13 vezes, em relação ao preço médio de 1924/29, o do algodão subiu apenas 5,2 e o do milho 7,9 vezes. Comprova-se, assim, que a situação dos preços do café é muito satisfatória, tanto num sentido histórico, isto é, comparando com os preços do passado, como também num sentido relativo, isto é, em confronto com os preços dos demais produtos.

QUADRO II PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ

A N O AGRICOLA	PRODUÇÃO EXPORTÁVEL	A N O AGRICOLA	CONSUMO
1929/30	41.021	1930	26.331
1930/31	29.396	1931	27.938
1931/32	41.491	1932	24.665
1932/33	33.767	1933	25.464
1933/34	43.028	1934	24.819
1934/35	31.577	1935	26.928
1935/36	36.653	1936	26.346
1936/37	42.583	1937	26.586
1937/38	39.171	1938	25.988
1938/39	38.024	1939	25.986
1939/40	32.220	1940	23.360
1940/41	26.120	1941	28.553
1941/42	26.348	1942	27.858
1942/43	25.923	1943	25.710
1943/44	24.484	1944	24.710
1944/45	22.144	1945	25.070
1945/46	25.675	1946	28.609
1946/47	29.296	1947	26.083
1947/48	27.917	1948	31.596
1948/49	30.915	1949	32.726
1949/50	29.911	1950	29.518
1950/51	30.285	1951	31.658
1951/52	29.725	1952	32.696
1952/53	32.297	1953	34.099
1953/54	32.016		

FONTE: — Bureau Pan-Americano do Café

A situação começa a mudar a partir do ano de 1940/41. Devido ao envelhecimento, maltrato e abandono das lavouras de café e de uma série de anos de condições climáticas desfavoráveis, principalmente no Brasil onde ocorreu uma forte geada e anos sucessivos de secas calamitosas, as produções começaram a ser inferiores ao consumo. A partir desse ano, apenas por duas vezes, em 1942/43 e posteriormente em 1946/47, que as produções foram iguais ou ligeiramente superiores ao consumo anual. Em todos os demais anos, até o momento, as produções anuais têm sido inferiores ao consumo anual. Graças a essa decalagem de produção, os estoques puderam decrescer e o Brasil pôde então em agosto de 1944, suspender a queima dos cafés que vinha se processando desde abril de 1931 e que atingira a mais de 78 milhões de sacos.

Com o término da guerra, a situação do café torna-se mais favorável, pois além da produção continuar inferior, inicia-se um incremento de consumo nos países importadores, especialmente nos Estados Unidos. Assim é que de um consumo anual médio de 26,4 milhões no período de 1929 a 1939, passa-se a 30,3 no período após guerra de 1946 a 1951, para atingir 32,6 milhões em 1952 e 34,1 em 1953. Devido a esse aumento

de consumo, os estoques mundiais desceram a níveis inferiores. De um estoque total de 16,3 milhões em 1919/47, passa-se, progressivamente, a 5,9 em 1953/54. A percentagem do Brasil nestes estoques continua muito elevada pois os demais países mantêm apenas o que consideram necessários ao funcionamento normal dos canais de suprimento do produto.

Estando a situação estatística, assim caracterizada por pequenos estoques, consumo crescente e sob a expectativa de uma redução prolongada de produção — pois o ritmo das novas plantações mostrava-se até então pequeno — era natural que os preços subissem. Isso, porém, somente ocorre em meados e fins de 1949 quando o Governo Brasileiro termina de vender os estoques de café mantido pelo antigo Departamento Nacional de Café. Até então os preços do café em Nova York mantinham-se em níveis baixos, muito inferiores aos vigentes em 1929. Apenas em 1947, é que voltam a alcançar esses níveis, isto é, 22 centavos por libra-peso. No ano seguinte, mantêm-se nos mesmos níveis e somente reagem em 1949 e em 1950, atingindo cerca de 49 centavos.

No segundo semestre de 1953, ocorre outra grande elevação de preços. Fortes geadas no Paraná e em São Pau-

lo trouxeram uma sensível diminuição de produção e gerou-se a expectativa de que o suprimento para o ano próximo não fosse suficiente para atender o consumo normal dos cafés brasileiros. A situação então prevista no Brasil, era a seguinte: iniciara-se o ano comercial de 1953-54 com apenas 2,9 milhões de excedentes e aguardava-se uma pequena safra exportável, de 14,1 milhões. De modo que para atender a uma exportação, considerada normal, de 15 ou 16 milhões, para o estrangeiro e de 0,9 ou 1,0 milhões de sacos para o comércio de cabotagem e consumo nos portos, deveriamos chegar no fim desse ano comercial, isto é, em junho de 1954, praticamente sem estoque. E teríamos, a seguir, de enfrentar uma safra muito reduzida devido aos efeitos da geada, e que podia ser calculada em apenas 12 ou 13 milhões. Com o suprimento

nesses níveis, não poderíamos atender o ano comercial de 1954-55, satisfazendo os pedidos de nossos consumidores. E tampouco os demais países produtores de café poderiam atender essa diferença, pois não contavam com maiores excedentes. Previa-se, pois, o agravamento da situação de escassez e nessas condições os preços tinham que subir a níveis elevados, o que de fato ocorreu no fim do ano passado e princípio deste quando as cotações do tipo Santos em Nova York passaram de cerca de 58 centavos em novembro, a mais de 88 em abril deste ano.

Constata-se, assim, que as modificações porque passa a posição estatística do produto, mudando de uma situação de abundância para uma de escassez, são acompanhadas por elevações de preços e podem ser por elas responsáveis a partir de 1949. Aliás, sabe-se que nesse período não hou-

ve uma política premeditada, de alta de preços, por parte do nosso Governo, pois não tivemos outra retenção de estoques, além daquela normalmente feita pelo comércio. Tampouco houve uma política cambial de desvalorização do cruzeiro, de maiores consequências. O próprio agio de 5 cruzeiros que foi dado à exportação do café pela Instrução 70 da SUMOC contribuiu com apenas 28% de aumento, enquanto o aumento global de 1949 para cá, foi de cerca de 450%.

As cotações do café, em centavos, no mercado de Nova York, que não estão sob a influência dessa portaria, confirma que a elevação foi muito alta, mesmo sem causas agudas. Assim é que, em certos meses deste ano, a cotação chegou a ser 4 vezes maior do que as de 1947 e 1948, que por sinal, foram praticamente iguais aos preços de 1929.

ANO	TRIGO (1)		MILHO (1)		ALGODÃO (1)		CAFÉ (2)	
	Cents Bushel	Índice	Cents Bushel	Índice	Cents Bushel	Índice	Cents Bushel	Índice
1929	103,6	100	79,9	100	16,75	100	22,00	100
1930	67,1	65	59,8	75	9,46	56	12,87	58
1931	39,1	38	32,1	40	3,66	24	8,37	38
1932	38,2	37	31,6	39	6,32	39	10,50	48
1933	74,4	72	52,0	65	10,17	61	9,00	41
1934	84,8	82	81,5	102	12,36	74	11,12	51
1935	81,1	80	65,5	82	11,09	66	8,87	40
1936	102,5	99	104,4	130	12,36	74	9,37	42
1937	96,2	93	81,1	85	8,41	50	11,0	50
1938	56,2	54	48,6	61	8,60	51	7,57	33
1939	69,1	67	58,6	71	9,09	54	7,50	34
1940	68,2	66	61,8	77	9,89	59	7,00	32
1941	94,4	91	75,1	94	17,03	101	11,12	51
1942	110,0	106	91,7	115	19,04	113	15,37	61
1943	136,0	131	112,6	140	19,28	116	13,57	61
1944	141,0	136	109,0	136	20,73	124	13,37	61
1945	150,6	145	127,9	159	22,52	134	15,37	61
1946	191,0	184	156,0	195	26,64	158	17,37	78
1947	229,9	221	213,0	270	31,93	190	22,54	102
1948	199,9	192	120,0	153	20,30	121	22,65	103
1949	188,6	181	125,0	156	25,58	170	27,56	124
1950	198,0	191	138,0	186	40,00	236	40,55	225
1951	—	—	—	—	—	—	53,82	243
1952	213,0	206	145,0	181	34,05	203	53,25	242
1953	260,0	255	133,0	166	31,82	190	55,95	254
1954 (1)	269,0	260	143,0	179	30,59	181	60,83	287

(1) — Preços médios recebidos pelos agricultores.

(2) — Preços médios disponíveis Nova York — Santos — tipo 4.

(3) — Média janeiro a abril para o café e janeiro a março para os outros produtos.

Aliás, o quadro III também nos mostra outro aspecto interessante da situação do café, que é a de apresentarmos os seus preços, elevações maiores do que os dos outros produtos agrícolas daquele país, pois o aumento verificado nos preços do algodão, milho e trigo, nem sempre chega a duas vezes o preço médio de 1929.

Após constatar que a situação do café do ponto de vista de seus preços, é muito favorável e que isso se deve a uma posição estatística de escassez, podemos melhor julgar as perspectivas que se oferecem a esse produto, no próximo futuro, isto é, a possibilidade de seus preços se elevarem, manterem-se ou caírem a níveis inferiores.

Antes de fazermos considerações sobre as modificações que podem ocorrer na posição estatística desse produto no próximo futuro, devemos dizer que no momento ao chegarmos ao fim da safra comercial 1953/54, a situação já não se apresenta como foi prevista em novembro último e que acima descrevemos.

Em lugar de 14,1 milhões de sacos, conforme fora previsto, colhemos no Brasil 15,1; e em lugar de exportarmos 15 ou 16 milhões, devemos exportar não mais de 14,5 milhões. De modo que os excedentes com que contávamos no próximo ano agrícola, serão de cerca de 2,5 milhões. Além disso, a previsão da atual colheita se-

rá de 13,4 milhões em lugar de 12 milhões. Teremos assim um suprimento de quase 16 milhões para atender os nossos frequentes. De modo que a situação de escassez é menos grave do que se previa, não obstante ser ainda bem acentuada.

Para o próximo futuro, a posição estatística do café pode se modificar sensivelmente. Esses últimos 5 anos de preços elevados têm incentivado enormemente os plantios em nosso país e em grau bastante menor nos países nossos concorrentes. Aliás o aumento de produção desses países nunca se fez de forma rápida, como no Brasil. Ele vem de períodos anteriores e segue um ritmo mais ou menos constante.



Do terreiro para a tulla



Da tulla vai diretamente para os caminhões

RUY MILLER PAIVA

(Consultor Técnico do Instituto Brasileiro do Café)

sem saltos bruscos. Assim é que a Colômbia e os demais países deste hemisfério, (exceto o Brasil) passaram de uma produção de 6,6 milhões no período de 1925 a 1929, para cerca de 10 milhões no período de 1945 a 1949, para atingir 10,9 e 13,0 em 1952 a 1953. É verdade que esses números se referem à produção exportada, e o aumento desses últimos anos é,

em parte, devido ao melhor trato das lavouras e à restrição natural que se faz no consumo interno, quando os preços se mostram mais elevados. O plantio de novas lavouras na Colômbia, segundo informações divulgadas no "Coffee Annual-1953" de George Gordon Patton & Co., tem sido muito pequeno. Apesar de dispor de terras e de condições de clima adequadas, falta-lhe mão de

obra suficiente para incrementar o plantio de novas lavouras.

O México parece dispor de melhores condições nesse sentido, uma vez que conta também com abundante massa obreira que poderia ser usada na cultura. Todavia, as notícias a esse respeito mostram-se contraditórias quanto à qualidade das áreas disponíveis.

do com que cada um passe a beber maior número de xícaras.

A possibilidade de se aumentar o consumo do café, parece ser muito ampla. Existem extensas regiões do globo que não têm o hábito de beber café e que poderiam adquiri-lo se fosse feito um movimento nesse sentido. O café é uma bebida que pelo seu paladar e aroma, pode facilmente conquistar novos consumidores.

Nas regiões onde já existe o hábito de beber café, a quantidade consumida pode também ser incrementada, bastando para isso a execução de uma propaganda eficiente. É o que ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, que não obstante apresentarem em 1953 um índice mais elevado de consumo "per capita", com 17 libras, poderiam consumir ainda mais se fosse intensificada a campanha já iniciada, aliás, pelo Bureau Pan-Americano de Café. Através de lemas como o de "coffee break" em que se aconselha que se interrompa o serviço durante o dia para beber uma xícara de café, ou o de "one for the road", com o qual se estimula os americanos a tomarem um café quando voltam para casa, à noite, guiando o seu carro, poder-se-ia incrementar sensivelmente o consumo desse produto. Também a intensificação do consumo do café gelado ou de um refresco de café, poderia dar ótimo resultado.

Quanto ao Continente Europeu, a situação é mais ou menos idêntica à dos Estados Unidos, não obstante já ter ocorrido aí uma recuperação intensa da quantidade consumida no passado. Assim é que em 1953, com 10,2 milhões, o seu nível de consumo aproximou-se do nível do período de 1935 a 1939, que foi de 11,5 e que caíra para 2,6 milhões no período de 1940 a 1944. Ainda assim, existem grandes possibilidades para se incrementar o consumo do café nesse continente. Encontram-se países, como os Escandinavos, onde o consumo atinge a 13 libras "per capita" e outros como a Itália e a Espanha, onde o consumo em 1953 foi de 3,1 e 0,7 libras "per capita", respectivamente.

AUMENTO DO CONSUMO DO CAFÉ

O problema do incremento de produção nesse continente difere, porém, daquele dos Estados Unidos. Depende menos de uma propaganda de consumo do que de entendimentos e acordos comerciais que permitam diminuir os impostos e as barreiras alfandegárias que impedem a entrada do café. Uma inteligência política comercial com esses países, seguida de uma intensa política de venda, poderia fazer com que o consumo do café, fosse aí, muito aumentado.

Não há dúvida que o consumo do café pode ser muito aumentado nas diferentes regiões do globo. Resta saber se esse incremento pode se dar aos níveis atuais de preços ou se teria que ser a níveis inferiores.

Segundo as leis da demanda, a quantidade consumida de um produto, aumenta à medida que caem os seus preços. De modo que, a preços menores, é natural que

se consumam maiores quantidades de café. Um programa de incremento de consumo tem maiores possibilidades de sucesso, quando os preços estão baixos. Todavia, encontram-se diversos argumentos que nos levam a admitir que, mesmo aos atuais níveis de preços, o consumo do café pode ser muito aumentado. Se considerarmos que o café é um produto relativamente barato — pois o que se gasta com o seu consumo representa uma percentagem muito pequena das despesas totais de uma família — podemos admitir que os consumidores continuam a beber a mesma quantidade de café, independente dos preços.

Aliás, a estatística nos mostra que entre os diferentes países, não há uma correlação obrigatória entre os preços e o consumo. Há países que são grandes consumidores, apesar dos preços elevados, e ao contrário, há outros em que o consumo é pequeno, apesar dos preços baixos. Na Finlândia e na Bélgica, por exemplo o café é caro, custando no varejo, quando torrado, 2,37 e 1,71 centavos por libra-peso, respectivamente; e no entanto, o consumo é elevado, atingindo 12,1 e 12,7 libras "per capita", respectivamente. Na Argentina e Canadá, ao contrário, os preços são baixos, ambos com 1,03 centavos por libra e no entanto o consumo também é baixo, alcançando apenas 4,0 e 7,1 libras "per capita", respectivamente.

O nível de preço é apenas um dos elementos que determinam a quantidade consumida e não deve ser o mais importante, porque, como foi dito acima, a despesa que se faz com o consumo é item muito pequeno nas despesas totais de um indivíduo. Nos Estados Unidos, a firma G. Gordon Patton em seu "Coffee Annual 1953" calcula que em 1953 apesar do consumo ser tão elevado, a despesa com café representa apenas 0,7 por cento da renda "per capita".

Nessas condições, quando os preços se elevam, a redução do consumo que ocorre, deve ser considerada mais como reação psicológica de poua duração do que propriamente uma modificação de hábito de caráter permanente.

A julgar por esses elementos, parece pois que são grandes as possibilidades de se conseguir um aumento de consumo de café aos atuais níveis de preço, possibilidade essa de grande significação para nossa cafeicultura, pois não teríamos assim, no próximo futuro, que pensar em estocar os excedentes e em enfrentar o problema dos preços baixos.

Há, todavia, uma dificuldade. É que aos níveis atuais de preço, as produções poderão continuar a crescer em ritmo acelerado. Já vimos que o café, aos preços atuais, é uma cultura muito lucrativa, de modo que é de se esperar que as produções, quer do Brasil, quer dos demais países, continuem a crescer aos níveis atuais de preços. E, nesse caso, seria necessário incrementar ainda mais o mercado consumidor desse produto.

Apesar dessa dificuldade, intensificar o consumo do café nos países importadores, ainda é o melhor programa que se nos apresenta, para mantermos favorável a situação do nosso café.

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ POR REGIÕES

Sacos de 60 quilos

	1925 a 1929	1930 a 1934	1935 a 1939	1940 a 1944	1945 a 1949	1951	1952	1953
Brasil	14.102	14.936	15.035	19.802	16.266	16.358	15.821	15.562
Outros países da América Latina	6.687	7.590	8.787	8.549	9.989	9.657	10.714	13.010
África	761	1.297	2.313	2.521	3.950	5.269	5.120	5.025
Ásia e Oceania	1.676	1.603	1.616	157	197	556	478	731
TOTAL	23.196	25.426	27.807	22.639	30.402	31.840	32.133	34.328

FONTE: — Bureau Pan-Americano de Café

O Continente Africano mostra um incremento de produção mais rápido do que o dos países deste hemisfério (exceto o Brasil). De uma exportação de 761 mil sacos no período de 1925 a 1929, ele passou a 3.950 milhões no período de 1945 a 1949, para manter-se acima de 5 milhões nos anos seguintes: 1951, 1952 e 1953. Parte do incremento desses últimos anos, deve-se ao melhor tratamento que os preços altos determinam. Mas, foram também feitas novas lavouras em certas regiões desse continente, como em Angola, Costa do Marfim e outras. Contudo, trata-se de café de bebida inferior, da espécie Robusta, que melhor se adapta às condições climáticas daquele continente. A plantação do café arábica não pode ser aumentada sensivelmente, por falta de áreas desocupadas que disponham de solos e climas adequados à sua cultura.

No Extremo Oriente, apenas a Indonésia é que apresenta um aumento sensível de exportação. Esse aumento é devido, também, em grande parte, a uma restrição de consumo, não obstante existirem aí condições favoráveis para o café robusta e de estarem sendo formadas novas lavouras dessa variedade.

A razão dessas regiões não apresentarem um incremento rápido de produção, encontra-se no fato de ser o café uma planta exigente em solo e clima e de ser uma cultura que demanda um trato cultural permanente, o ano todo, o qual não pode ser dado se não se dispuser de agricultores experientes e de uma população obreira habilitada. Como tais condições não são encontradas, com abundância, torna-se difícil a ampliação rápida de sua lavoura. E mesmo quando isso ocorre, é por um período curto de tempo, pois uma vez aproveitados os recursos aí existentes e que se acham disponíveis, a produção tende a se estabilizar ou a crescer lentamente à medida que novos recursos podem ser postos à disposição ou adaptados à cultura. Mesmo o café robusta, que é menos exigente em terra e clima, não pode prescindir do empresário rural e da massa

trabalhadora organizada, o que faz com que seu incremento também não seja rápido.

PRODUÇÃO E CONSUMO

A julgar pelo que tem ocorrido nessas regiões e pelas possibilidades que as mesmas oferecem à cafeicultura, poder-se-ia concluir que a atual situação de escassez deveria permanecer por muitos anos, pois a produção não poderia atender rapidamente ao aumento de consumo.

Acontece, porém, que o Brasil constitui uma exceção a essa regra. Temos a sorte de contar com uma área extensa, que dispõe de solo e clima adequados ao café arábica e de uma população rica em elementos para organizar e executar os trabalhos agrícolas de uma fazenda de café. Desse modo, todas as vezes que os preços sobem podemos aumentar rapidamente a nossa produção. Ainda agora, nesses últimos cinco anos, foram plantados cerca de 450 milhões de pés que poderão, se o ano correr bem, dar uma produção de mais de 7 milhões de sacos. É isso sem contar os 300 milhões que foram plantados em São Paulo, além dos de Minas e Espírito Santo, que ainda dispõem de terras virgens adequadas à cultura.

Nessas condições, a situação de escassez de café poderia ser transformada no próximo futuro numa situação de abundância em que os preços poderiam cair a níveis baixos. A vista dessas perspectivas, cabe-nos indagar sobre as medidas que poderiam ser tomadas para manter os preços em níveis satisfatórios. No passado, quando ocorreram condições semelhantes, as soluções adotadas foram, principalmente duas: proibição de plantio e retenção de estoques.

A primeira dessas medidas, quando tomada com a antecedência necessária, apresenta a vantagem de evitar as superproduções. Mas é uma medida difícil de ser adotada, principalmente com a cultura cafeeira, onde as lavouras em terras novas são tão mais lucrativas que as de terras velhas. Com sua adoção, prejudica-se o proprietário dessas terras novas e impede-se desenvolvimento de novas regiões. É um caso

típico, em que o interesse individual entra em conflito com o interesse coletivo. Mas não deixa de ser uma medida útil, quando aplicada dentro das regras que conduzem a uma ordenação racional do plantio.

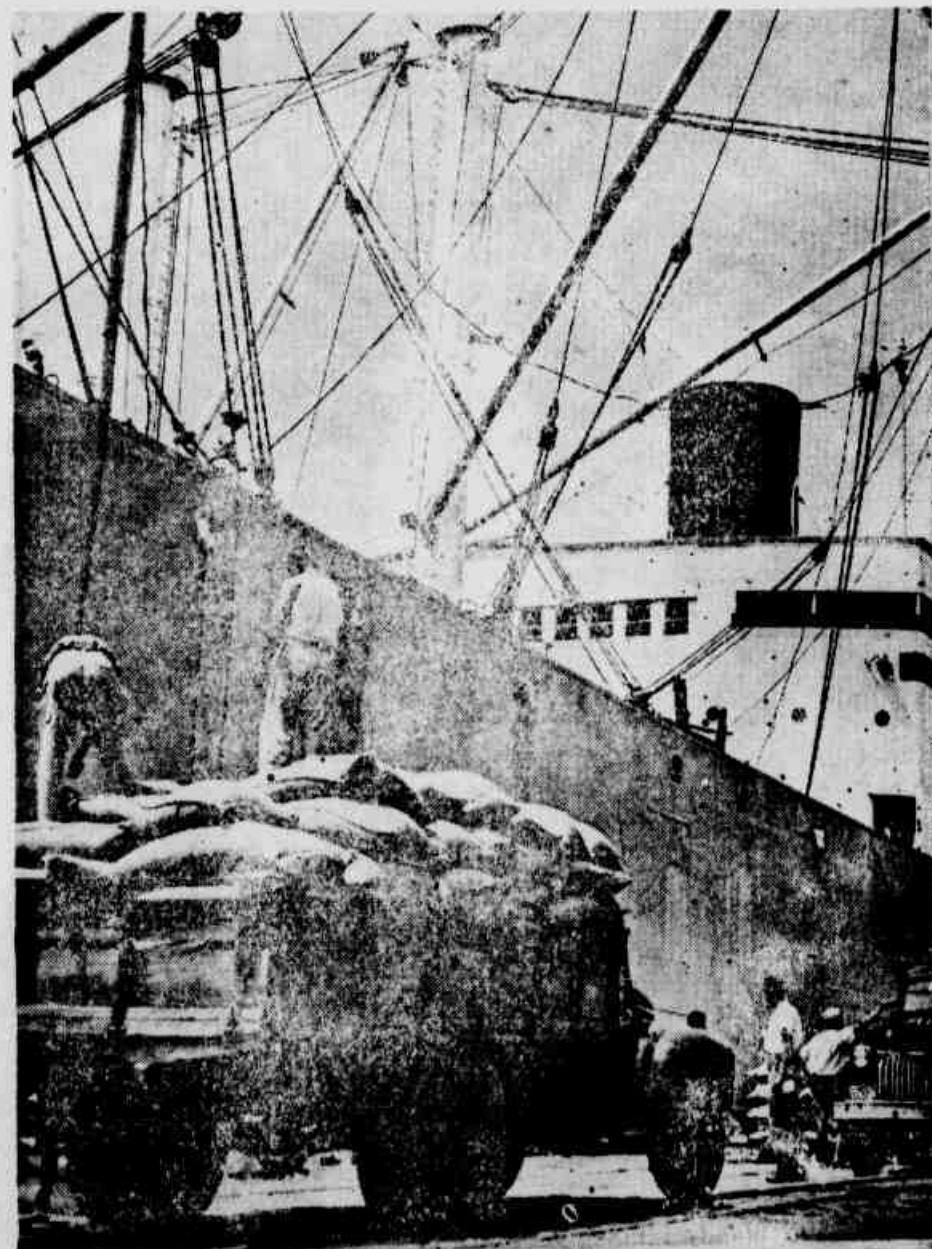
A segunda medida, a retenção dos estoques, encontra fundamento no fato da demanda do café ser inelástica. Se um aumento de oferta faz com que os preços caiam em proporção maior do que aumenta o consumo, pode-se tornar vantajosa uma retenção, pois dentro de certos níveis, pode-se obter maior receita com a venda de volumes menores de café. Essa medida apresenta, entretanto, uma série de graves inconvenientes entre os quais devemos citar a tendência de se fazer uma retenção exagerada, a fim de se obterem preços mais elevados e, também, a tendência de se manter a retenção em caráter permanente, uma vez que os produtores reclamam sempre que se procura colocar no mercado os excedentes retidos nos anos anteriores. Devido a essas dificuldades, o emprego da retenção resulta, quase sempre, num incremento de plantio de novas lavouras. E, consequentemente, entra-se num ciclo vicioso, pois maiores retenções passam a ser reclamadas para se atender aos novos aumentos de produção.

Para evitar tais inconvenientes, pode-se exigir que a medida seja acompanhada pela proibição do plantio a que acima nos referimos e que também apresente, como vimos, sérias desvantagens.

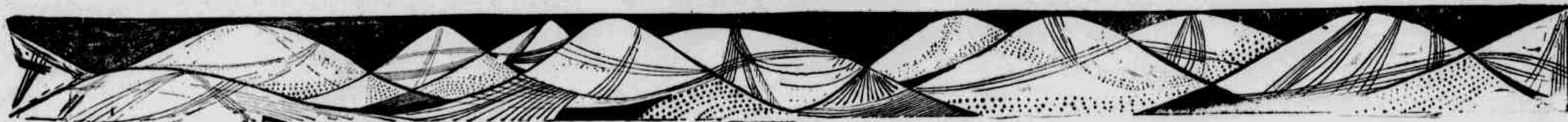
Uma terceira solução para os problemas dos excedentes, e que não foi devidamente aproveitada no passado, pelos responsáveis pela nossa política cafeeira, não obstante as vantagens que oferece, é a de ampliar o mercado consumidor do café. Dissemos há pouco, que a demanda do café é inelástica e que os preços tendem a cair em maior proporção quando se aumenta a quantidade oferecida. É possível, porém, através de uma propaganda eficiente, aumentar ou modificar essa curva, de modo que maior quantidade de café seja consumida aos mesmos preços, o que ocorre, quer aumentando o número de consumidores, quer fazen-



Dos caminhões para os navios



E do porto para todas as partes do mundo





AMERICAN COFFEE CORPORATION

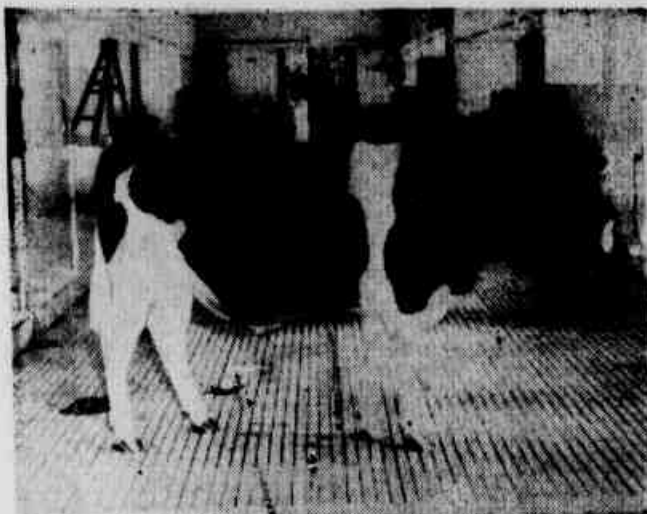
EXPORTADORES DE CAFÉ

SANTOS — RIO DE JANEIRO — PARANAGUÁ

**SUBSIDIARIA DA
THE GREAT ATLANTIC AND PACIFIC TEA COMPANY
New York**

Dist. buidores da afamada marca EIGHT O' CLOCK





RECTOR HOARNE, nascido a 31 de março de 1953, de pura origem, pesando cerca de 500 quilos, obteve o 3.º Prêmio na Exposição de Água Branca, realizada em abril.



CAROLINE HOARNE, nascido a 23 de fevereiro de 1953, de pura origem, pesando 600 quilos, conseguiu o 2.º Prêmio da XI Exposição Nacional de Animais, recentemente realizada em Água Branca.



ROLAND I HOARNE FORBES, nascido a 15 de março de 1953, puro de origem, com 400 quilos, obteve Menção Honrosa, na Exposição Nacional de Animais, realizada em abril, no Parque de Água Branca.



ALTANEIRA HOARNE, nascida a 30 de março de 1953, pura por cruzamento, com 400 quilos, foi galardoada com o 2.º Prêmio — Classe Novilha — na XXI Exposição de Água Branca.

SOUZA DANTAS FORBES & CIA. LTDA.

INCENTIVO À ECONOMIA NACIONAL

Fundada durante a última guerra, tornou-se uma das mais importantes firmas do país

Coloca-se entre as primeiras exportadoras de café de Santos — Contribuição para a melhoria os rebanhos brasileiros

A firma comissária e exportadora Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda. foi fundada por ocasião da Segunda Grande Guerra, no ano de 1941.

Foi uma época crucial para as exportações brasileiras. Os submarinos do Eixo rondavam os mares do Atlântico Sul, pondo em risco não só vidas humanas como também navios transportes que navegavam para os Estados Unidos.

A guerra estava no auge. As dificuldades eram grandes e o movimento exportador mínimo.

Nem por isso os seus fundadores recuaram. Fundaram, em Santos, a firma exportadora, que mais tarde veio colocar-se entre as primeiras do Estado.

Se de um lado a situação internacional era de pânico, de outro a economia interna não apresentava estabilidade. Haja vista que em 1941 a média, em arrobas, de café, por mil pés, atingiu o insignificante índice de 18,97. Esse índice era menor do que a metade dos resultados colhidos nos três anos anteriores.

Os preços médios do café brasileiro posto a bordo eram de 182 mil réis, pouco superiores aos anos de 1939 e 1940, quando se iniciou a guerra.

FUNDAÇÃO

A ideia da fundação da firma partiu do sr. Francis de Souza Dantas Forbes, clemente sempre ligado às coisas do café. Durante longos anos foi comprador de café no interior do Estado e agente de várias firmas.

Grande conhecedor da situação e com longa prática no ramo, não teve dúvidas em concretizar aquele objetivo, fundando na praça de Santos uma firma comissária exportadora.

Deve-se levar em conta que a ocasião não parecia propícia, em face da situação internacional e também da pouca produtividade do café na safra de 1941. Corajosamente, sem temer situações piores no futuro, lançou, em 1941, as bases de uma firma que deveria prosperar e ganhar foros de grande comissária e exportadora.

Os negócios, de fato, tomam rumo certo e suas atividades se desdobram com a abertura de filiais no Rio de Janeiro e em Paranaguá.

Contudo, em Santos, preponderou sempre o maior volume dos negócios no setor cafeeiro.

Paranaguá, no entanto, com o aumento vertiginoso nos últimos 10 anos das safras cafeeiras do Norte do Paraná, passou a figurar como importante porto de exportação da rubrica. Grande volume de negócios de café começou a ser feito através daquele porto.

Justificou-se, então, a manutenção, pela firma, de um escritório para atender ao movimento que, cada dia, aumentava.

DE COMERCIANTE A PRODUTOR

O socio titular da firma, em face das perspectivas de produção espetacular dos cafezais paranaenses, decidiu adquirir duas glebas de terra no norte do Paraná, onde formou as fazendas Urupês e Papagaio. A primeira, com cento e vinte mil pés, e a segunda, com cento e trinta mil. Estas fazendas deverão começar a produzir ainda este ano.

A localização das propriedades é das melhores. Não fora as últimas geadas, poderia conseguir, em Maringá, onde se localizam, os melhores índices de produção por mil pés (arroba) só mesmo suplantados pelos de Apucarana.

Contudo, é nesta região do norte do Paraná que está localizado o maior número de cafeeiros novos e em produção. Segundo dados colhidos junto à Associação Paranaense de Cafeicultores, o setor do Mandaguari, que inclui Maringá, possuía, antes da última geada, cento e vinte cinco milhões de pés de café novos e trinta e cinco milhões em franca produção.

A safra prevista fora de seiscentos e vinte mil sacas, o que representava quase um sexto de toda a produção cafeeira do Estado do Paraná e pouco menos de um décimo da produção paulista.

CONSTITUIÇÃO DA FIRMA

A firma Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda. está localizada no coração comercial da cidade de Santos, ou seja, na rua do Comércio 91. Os seus socios-gerentes são

três: Francis de Souza Dantas Forbes, Bernardo de Almeida e Herondino Macuco Borges.

Herondino é outra figura que desde há muito vem trabalhando nesse setor. Foi classificador de café, fato que lhe proporciona grandes conhecimentos no comércio cafeeiro. É uma garantia para os negócios de Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda. em face de sua longa experiência no ramo.

amplo desenvolvimento para sua atividade, paralela às atividades que exercem em Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro.

Essa região paranaense é a segunda do Estado em volume de produção cafeeira. A safra prevista, que sofreu posteriormente efeitos da geada, era de quatrocentas e vinte e cinco mil sacas.

Até 31 de maio último o movimento das duas firmas foi o seguinte:

Sacas	
Souza Dantas, Forbes & Cia. Ltda.	362.551
Figueiredo, Forbes & Cia. Ltda.	32.537

A diferença no volume da exportação é explicada pela tradição de Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda., fator que a firma mais recente

ganhando prestígio que virá refletir em sua maior solidez econômica.

Além das atividades exercidas no comércio cafeeiro e lavou, Francis Forbes mantém, em Valinhos, um dos melhores plantéis de gado reprodutor e leiteiro do Estado.

PECUARIA

A Granja "Santa Carolina", de sua propriedade, possui gado de raça holandesa, produzindo grande quantidade de leite, destinado ao consumo.

É um estabelecimento moderno, com todos os requisitos da técnica atual, onde a ordenha é feita mecanicamente, em amplos compartimentos, especialmente construídos para esse fim, alcançando-se as condições de higiene e ordem.

A Granja pode ser considerada modelo. Representa ela uma colaboração para o aprimoramento do plantel e maior produção de leite e produtos derivados.

PRÊMIOS

Vários prêmios foram conquistados pelo plantel da Granja "Santa Carolina" na XXI Exposição Nacional de Animais, realizada recentemente, na Água Branca.

Entre os premiados destacamos RECTOR HOARNE, nascido a 31 de março de 1953, de pura origem, pesando cerca de 500 quilos e que obteve o 3.º prêmio.

CAROLINE HOARNE, nascida a 23 de fevereiro de 1953, de pura origem, pesando 600 quilos, obtendo o 2.º prêmio.

ROLAND I HOARNE FORBES, nascido a 15 de março de 1953, puro de origem, com 400 quilos, obtendo Menção Honrosa.

ALTANEIRA HOARNE, nascida a 30 de março de 1953, pura por cruzamento, com 400 quilos, recebeu o 2.º prêmio — Classe Novilha.

ESPERTA ROLAND, nascida a 28 de junho de 1952, pura por cruzamento, com 800 quilos, distinguida com Menção Honrosa.

Assim, Francis de Souza Dantas Forbes forma também entre os principais pecuaristas do país, contribuindo para melhorar a criação bovina nacional.



A bordo do "Brasil", no qual embarcou recentemente, com destino aos Estados Unidos, o sr. Francis de Souza Dantas Forbes, à esquerda, vindo-se ainda, ao centro, o sr. Herondino Macuco Borges, e à direita o sr. Bernardo de Almeida.

Bernardo, também está ligado ao comércio cafeeiro há muitos anos. Sempre foi contador de firmas comissárias e exportadoras da rubrica, angariando nestes longos anos, conhecimentos úteis que hoje são aplicados em favor de sua firma. Conhece toda a engranagem do comércio cafeeiro.

OUTRAS ATIVIDADES

Além de comissários e exportadores, possuem, em Apucarana, a região mais produtiva do Norte do Paraná, máquina de beneficiar café. Localizada nessa região, onde o índice de produtividade atinge às vezes cem arrobas por mil pés, encontraram aí

o número de cafeeiros novos da região é de 14 milhões, enquanto existem cerca de 17 milhões em franca produção.

Trata-se, portanto, de uma região das mais produtivas do país, cuja média por alqueire não é suplantada por qualquer outro Estado brasileiro.

Dessa forma, em Apucarana, a firma Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda. tem encontrado campo para o desenvolvimento de seus negócios, que prosperam de forma segura.

FIRMA SUBSIDIÁRIA

Com o decorrer dos anos, após a instalação dos escritórios de Santos, Rio e Paranaguá, os negócios se desenvolveram e exigiram nova firma subsidiária, que desafiou o movimento cafeeiro no porto paulista.

Nasceu, então, a ideia de uma firma subsidiária, que foi logo posta em prática. Hoje aí está Figueiredo, Forbes & Cia. Ltda.

Essa organização passou a trabalhar nos negócios cafeeiros e, aos poucos, foi-se impondo e ganhando o prestígio já conseguido pela sua co-firma.

Os mesmos socios movimentaram-na com o objetivo de torná-la uma das legítimas expressões do comércio cafeeiro do Brasil. Hoje, enquanto a firma Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda. exporta o grosso do café paulista, colocando-se em segundo lugar entre suas concorrentes, e com um volume de exportação dos maiores, Figueiredo, Forbes & Cia. Ltda. vão aos poucos se movimentando no comércio cafeeiro e já têm a seu favor e mbarques, relativamente grandes, em face de seus poucos anos de vida.

tem de superar, uma vez que nasceu ontem.

Esses resultados ainda poderão ser modificados pelos embarques de café em junho. Esperam os responsáveis pela comissária exportadora atingir a casa das quatrocentas mil sacas com esses embarques.

CONFISCO CAMBIAL

A firma Figueiredo, Forbes & Cia. Ltda. impetrou há pouco mandado de segurança contra o confisco cambial, que foi concedido liminarmente e depois reformado por efeito de recurso ao Tribunal Federal de Recursos, que mais tarde denegou o mandado.

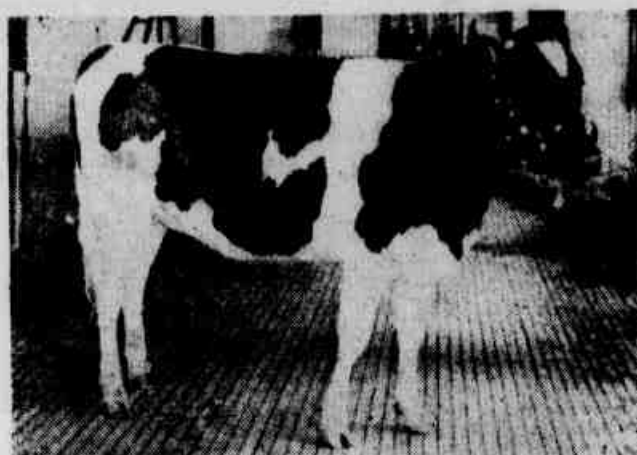
Esse fato, que teve a mais ampla repercussão no mundo econômico do país, ainda não foi julgado em última instância. Caberia, segundo os afirmaram, recurso após a publicação do Acórdão pelo Tribunal Federal de Recursos.

A medida de ordem judicial da firma Figueiredo, Forbes & Cia. Ltda. foi a primeira no país e atraiu para si — segundo referimos acima — não só as atenções do comércio cafeeiro como também de todos os setores econômicos do Brasil.

Patrocinou a questão o advogado Luiz Arrubas Martins, que, para tanto, baseou-se num parecer do prof. Sampaio Dória.

Essa questão ainda é de grande atualidade e talvez obtenha solução favorável, que venha beneficiar não só a firma impetrante e demais firmas do ramo, assim como, principalmente, a todos os produtores de café do país.

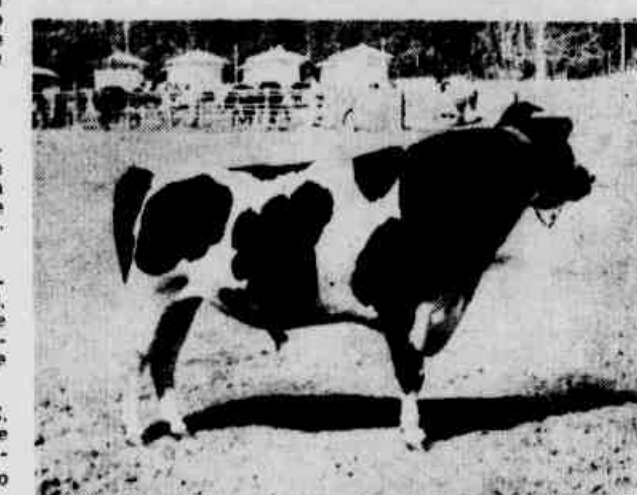
Assim, a posição de Figueiredo, Forbes & Cia. Ltda. vai aos poucos se firmando entre suas concorrentes no mercado cafeeiro e



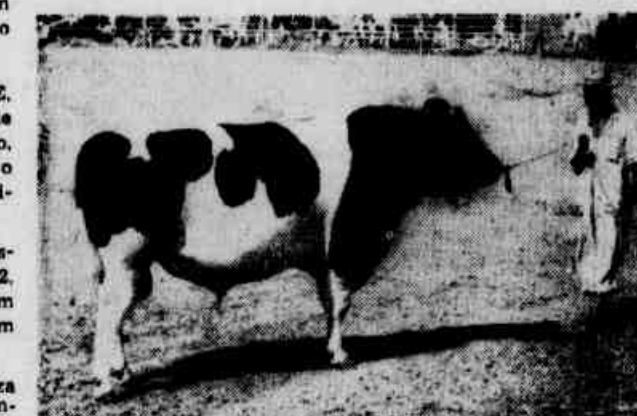
ESPERTA ROLAND, nascida a 28 de junho de 1952, pura por cruzamento, com 800 quilos, foi distinguida com Menção Honrosa, na Exposição Nacional de Animais, realizada em abril deste ano.



Grupo formado de duas novilhas e dois bezerros, puros de origem. Avida Marksman e Atlada Marksman, são as representantes femininas e Dandy Rag Aple e Gresco Forbes Marksman, os representantes masculinos, que se vêm no "clichê".



HOARNE ROLAND CIV, reprodutor holandês, com 6 anos de idade, pesando 1.100 quilos.



GLENAFTON HIGHMARK, reprodutor canadense, com 1.000 quilos e 4 anos de idade.



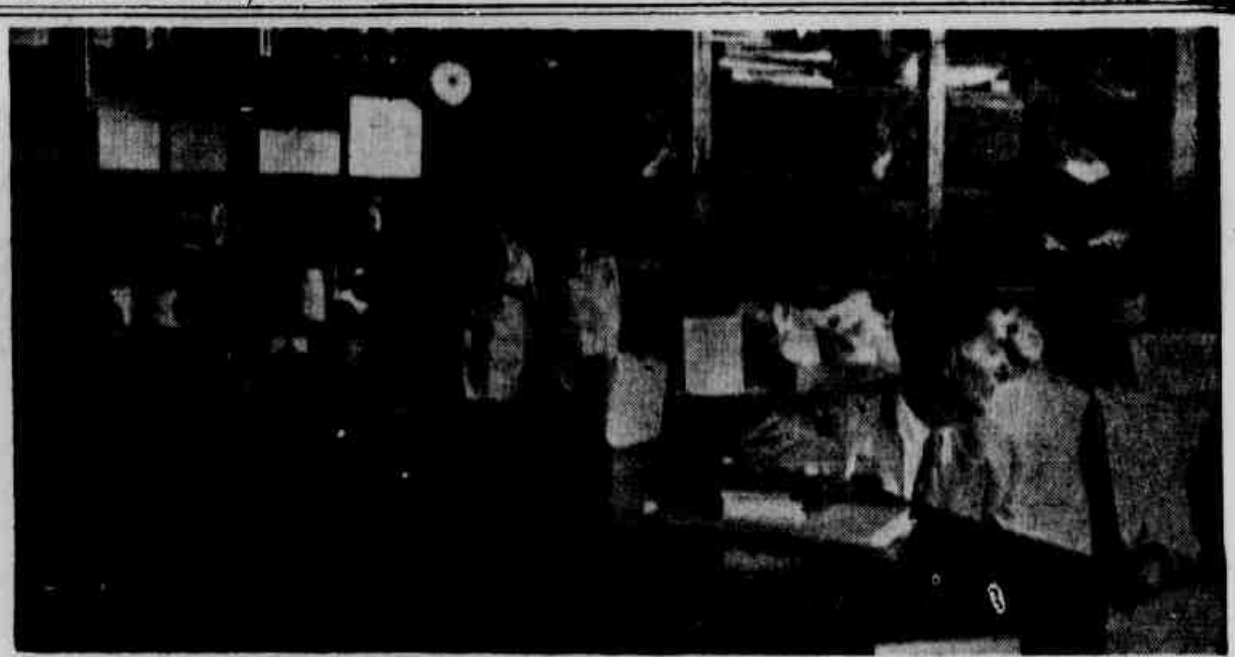
Sessão de classificação da firma Souza Dantas Forbes & Cia. Ltda., na cidade de Santos



Vista externa da máquina de beneficiar café "S. Francisco", em Apucarana



O Departamento de Cafeicultura da FARESP mantém e mantém contato com todos os órgãos competentes, tanto no país como no exterior e principalmente no nosso principal mercado comprador: o norte-americano. Vemos aqui uma fotografia já antiga (data de 1947), em que aparece (à esquerda) o sr. George Robbins, então presidente da National Coffee Association, dos Estados Unidos, visitando uma fazenda de café em companhia do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado (à direita), diretor daquele Departamento. (Foto do Serviço de Imprensa da FARESP).



As Associações Rurais existentes no interior e filiadas à FARESP têm como objetivo representar legalmente a classe agrícola dos respectivos municípios e defender os seus interesses. Entre suas finalidades, incluem-se as de assistência no tocante à aquisição de utilidades públicas, de divulgação e de organização, de defesa e de organização. Períodicamente percorrem os diretores da FARESP, pessoalmente, o interior do Estado, utilizando-se de todos os meios de condução no sentido propício de lançar e difundir a chama do associativismo rural e do aumento da riqueza nacional pelo amparo efetivo ao produtor rural. Todos os recursos foram mobilizados nessa campanha.

DEFENDE A FARESP PARA A PRODUÇÃO CAFEIÇA UMA POLITICA DE ESTABILIDADE PERMANENTE

O quadro geral da organização da vida rural brasileira, ocupa a FARESP, sigla de Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, destacada posição, decorrente de vários fatores, entre os quais sobressaem, naturalmente, a par da escolha de seus diretores, homens que vieram do interior, a circunstância de ter surgido e desenvolvido no Estado que mais progrediu no Brasil. A nova organização da vida rural brasileira possui a sua cunha na Confederação Rural Brasileira, de criação recente e em cuja fundação influíram decisivamente a FARESP, o que dá a uma ideia de seu imenso prestígio em todo o país e mesmo no exterior.

OS VARIOS SETORES DE ATIVIDADE DA FARESP

Caracteriza-se sobretudo a FARESP pelo abrigo que dá a todos os produtores agrícolas, desde os grandes até os pequenos, cuja única explicação justificada a grande força representada por essa entidade, de que nasceu no interior e veio para a capital, sem perder as suas íntimas ligações com o interior. Ela vive do interior e suas manifestações são sempre o traduzir do pensamento dos homens reunidos em torno das associações rurais que formam seu imenso e cada vez mais desenvolvido quadro social. Quem assiste às reuniões semanais da diretoria da FARESP verifica qual amplo é o campo de ação dessa entidade, que, pela primeira vez na história do associativismo rural paulista, passou a encarar com seriedade e espírito construtivo e combativo todos os problemas que afetam a produção agrícola.

IMPORTANCIA DO CAFÉ EM SÃO PAULO

Se pretendemos que dediquemos maior atenção ao café, assim agimos sem qualquer esquecimento de qualquer outro setor importante da FARESP, o que seria inteiramente incoerente — por dois motivos principais: de pronto exposto: esta é uma edição dedicada ao café, em primeiro lugar; em segundo lugar, ninguém ignora a importância histórica do café em terras bandeirantes. Não são apenas as técnicas e econômicas que o afirmam: o elemento humano, o meio físico e o apreço mundial pelo café, fizeram a grandeza — está estabelecido. Os mesmos economistas assinalam a circunstância de que as produções se sucedem aqui com uma instabilidade que seria desastrosa. Entretanto, a adaptação relativamente celer às novas situações criadas pela reação do comércio externo sobre nossa economia tem feito do Estado de São Paulo o centro e o símbolo do dinamismo econômico do Brasil.

Órgãos técnicos federais já têm assassinado que nenhuma outra região do país mostrou, até agora, capacidade tão notável de se transferir de um setor de atividade econômica para outro fator de produção como a nossa. Mais ainda: não apenas São Paulo tem sabido transferir rapidamente capital e trabalho de uma zona para outra, como ainda atrair novos braços e novos capitais para atividades que substituem, parcial ou totalmente, aquelas que haviam sido afetadas, direta ou indiretamente, pelas avarias da procura mundial. Essa superioridade sobre as outras regiões brasileiras lhe advém do homem, do meio geogra-

fico e do cosmopolitismo do grande produto que, já vai para um século, se identifica com São Paulo: O CAFÉ. A combinação — homem, terra e café — fator determinante de agilidade com que São Paulo, perdendo algum ponto de apoio econômico, imediatamente encontra outro, é fato tão conhecido que dispensa maiores comentários.

RETROSPECTO DA VIDA DA FARESP

Posto isto, antes de entrarmos propriamente na matéria do café, desejamos fazer um ligeiro retrospecto da vida da FARESP e falar dos seus objetivos. Inicialmente deve ser desfeita a ideia que alguns ainda conservam a propósito dessa entidade, a saber: de que os fazendeiros fazem individualmente parte do seu quadro social. A FARESP não tem sócios. Seu quadro social é formado pelas Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas. Estas, sim, possuem sócios individuais. Sucede que apenas indiretamente fazem os agricultores parte da FARESP, à qual estão diretamente filiadas as entidades a que pertencem os lavradores e os criadores. É fácil compreender assim o extraordinário contingente que é representado pela FARESP, cujo quadro social é hoje formado por 201 (duzentas e uma) Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas, abrangendo praticamente todo o Estado de São Paulo. A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo é a unidade do país que possui o maior número de associações, a saber: do Rio Grande do Sul, Minas e outros.

É o seguinte o resumo do movimento associativista da FARESP: Associações filiadas e registradas no Ministério da Agricultura: municipais, 75; regionais, 40; especializadas, 2; associações filiadas à FARESP e ainda não registradas naquele Ministério: municipais, 30; regionais, 13; especializadas, 1; cooperativas agrícolas, 40. Total, 201. Associações existem, como a do Litoral Paulista, que possuem mais de 3.000 sócios. Outras associações antigas, que pretendem mesmo a existência da FARESP, e que hoje integram seu quadro social, como as de Barretos, dos Fazendeiros da Zona de Jati, de Araçatuba, de Rio Preto e tantas outras tradicionais em suas zonas, possuem il ou quase mil sócios. Mais de 40.000 fazendeiros, criadores e pecuários, além de técnicos agrícolas, formam assim, hoje, a FARESP e suas federações.

Como órgão de representação da classe, além de consultivo do poder público, encontra-se a FARESP representada nos diferentes órgãos da administração pública e colabora com os poderes constituídos na solução dos problemas de desenvolvimento econômico e produtivo agrícola brasileiro, sem deixar nunca de colocar em primeiro plano a defesa intransigente dos interesses da classe, cujas aspirações reivindicadas e cujo pensamento, permanentemente atualizado no interior, através de concentrações regionais e municipais, continuamente externa e defende.

Grandes serviços tem prestado aos agricultores em seus vários anos de vida relativamente curta, não somente no tocante à aquisição e fornecimento de utilidades indispensáveis às atividades rurais, como na luta por melhores condições de trabalho no campo e fundamentalmente, na defesa dos vários produtos agrícolas e pela elevação do trabalho rural, através de uma efetiva assistência médico-econômica rural. Suas atenções estão voltadas para esses importantes aspectos e muito se espera ainda de sua ação nesse campo.

Defende a FARESP, de modo geral, um tratamento justo para os agricultores e para a produção agropecuária, reivindicando preços compensadores para os produtos da terra, lidera movimentos sociais visando ao reajustamento de preços para os produtos agrícolas e a consolidação do prestígio e dos direitos dos agricultores. E luta finalmente por uma maior

participação da classe nos destinos econômicos, políticos e sociais do país, defendendo uma consciência ruralista e municipalista. Pelos serviços que presta, vem ganhando cada vez maior número de simpatizantes e é cada vez maior o número de fazendeiros que se agremiam em associações no interior do Estado de São Paulo ou que aumentam os quadros sociais das já existentes.

A FARESP, prolongamento histórico de duas outras grandes organizações de caráter interestadual, a Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central e a União das Associações Agropecuárias do Brasil Central, passou verdadeiramente a projetar-se no Estado depois de 1946, ou seja, há oito anos, data em que adquiriu sua atual forma jurídica e civil. Até então era orientada no sentido da defesa da pecuária e de alguns setores agri-

Em 2 de março de 1942, na cidade de Barretos, realizou-se a reunião de fundação da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central. Nasceu nesse dia, concretamente, a entidade já existente no consenso geral dos homens do campo, que vinham até então atuando nas diversas entidades pecuárias e agrícolas do interior dos Estados de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso. Uma verdadeira precursora, dessa Federação foi a Comissão Executiva das Resoluções do I Congresso Pecuário do Brasil Central, realizado em Barretos em abril de 1941, a qual já vinha atuando, depois de memorável certame, como elemento de ligação entre as diversas organizações agrícolas da chamada região do Brasil Central. Nesse certame, que teve repercussão nacional na época assim como o II Congresso Pecuário



Este mapa é bem uma demonstração da extraordinária marcha do associativismo rural em São Paulo, único em expansão e de divulgação da FARESP, mostra (em negrito) os municípios em que existem associações rurais, e em que ainda não existem associações, mas em que há trabalho visando à fundação de Associações Rurais, rurais nos respectivos municípios.

colas. A ampla visão dos dirigentes da FARESP, nessa ocasião, (a maioria dos quais ainda hoje se encontra à testa da FARESP) imprimiu então à entidade que iria liderar a classe rural do Estado mais adiantada da Nação um rumo certo e amplo.

Data de então a criação dos vários Departamentos da FARESP, todos os quais tiveram um desenvolvimento extraordinário, não sendo demais destacar, de modo especial, na reportagem de hoje, o Departamento de Café, orientado desde a sua criação pelo sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, sócio fundador da Associação dos Fazendeiros da Zona de Jati, hoje Associação Rural de Jati.

PROLONGAMENTO DE VARIAS ORGANIZACOES

A existência de associações de lavradores, ao lado das de pecuários, determinou no primeiro grande início do movimento associativista de que resultou o aparecimento da FARESP, em 1942, a mudança do nome primitivo da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, fundada pelo sr. Iris Meinberg, sucessivamente reeleito presidente e ainda hoje presidente da FARESP e também da Confederação Rural Brasileira, para União das Associações Agropecuárias do Brasil Central (1945).

Mais tarde, a nova legislação associativa rural (que não permitia base interestadual para os órgãos de caráter federativo, deu origem à fundação da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo — FARESP — nome que passou a adotar a entidade criada em Barretos e que reestruturou, posteriormente, seu quadro social. Desligaram-se assim as filiais dos outros Estados e se iniciou uma nova fase na vida da entidade, que se voltou de modo especial para a solução dos problemas rurais no Estado de São Paulo.

do Brasil Central, realizou dois anos depois, na cidade de Campo Grande, o Mato Grosso, por convocação da Federação e mais 13 associações agropecuárias (que já formavam seu quadro social) foi apresentada uma tese intitulada "A Federação Pecuária do Brasil Central", de autoria do sr. Rafael Kamprad e da qual foi relator o sr. Mario Mazzel Guimarães. Ficou então decidido que fosse criada a Comissão Executiva das Resoluções do I Congresso a tarefa de estudar o assunto e procurar concretizar a ideia. Tendo em vista a urgente necessidade de se articularem as entidades pecuárias dos referidos Estados, foram adotados, em Barretos, de comum acordo, com as entidades agrícolas, mineiras, goianas e mato-grossenses, os preparativos para a fundação da Federação. O III Congresso Pecuário do Brasil Central realizou-se em 1945, na cidade de Goiânia.

OS PRIMEIROS ANOS DE VIDA E TRANSFERENCIA PARA SÃO PAULO

O atual presidente da FARESP e da Confederação Rural Brasileira, deputado Iris Meinberg, dirigiu os trabalhos da reunião de fundação da primeira Federação, à qual estiveram presentes os membros do Conselho Executivo e os delegados do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Gado e Associação dos Pecuários do Vale do Rio Grande e do Rio de Janeiro, além de representantes do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso (depois Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso), Centro dos Criadores de Nhecolândia, Sindicato Pecuário do Estado de São Paulo, sediado em Campinas e depois extinto, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itatubas, Sociedade de Goiânia de Pecuária e Sindicato Pastoral e Agrícola de Araxá.

FUNDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Tratando-se de entidade que surgiu da periferia para o centro, procurou ela basear seu desenvolvimento e o fortalecimento do espírito classista no estímulo à fundação e principalmente consolidação de novas associações ru-

rais. Entre os serviços novos criados, incluíam-se os de assistência econômica e jurídica, de divulgação e de organização, de defesa e de organização. Períodicamente percorriam os diretores da FARESP, pessoalmente, o interior do Estado, utilizando-se de todos os meios de condução no sentido propício de lançar e difundir a chama do associativismo rural e do aumento da riqueza nacional pelo amparo efetivo ao produtor rural. Todos os recursos foram mobilizados nessa campanha.

Recursos foram destinados a intensificar a fundação de novas associações rurais em municípios onde ainda não existiam tais organismos representativos da classe e esse movimento ainda hoje prossegue, pois nesse setor, em nosso país, a despeito de estar o nosso Estado na vanguarda, existem ainda nos 435 municípios paulistas, 162 que não possuem associações.



A marcha do associativismo rural em São Paulo, único em expansão e de divulgação da FARESP, mostra (em negrito) os municípios em que existem associações rurais, e em que ainda não existem associações, mas em que há trabalho visando à fundação de Associações Rurais, rurais nos respectivos municípios.

passou a contar, um ano depois com mais de 30 e, hoje, o número se eleva a 201.

MOVIMENTO DO INTERIOR PARA A CAPITAL

O fundamento principal do rápido desenvolvimento atingido pela FARESP reside no apoio que encontrou na classe agrícola do interior, que sempre viveu desarticulada e lutou por isso com as maiores dificuldades para poder realizar seus desejos e satisfazer suas necessidades. Como ocorre com todos os movimentos novos, não recebeu desde logo tal apoio. Sua aceitação nos meios rurais foi gradativa e à medida que obtinha vitórias positivas para a classe, o combate à desarticulação dos agricultores foi o ponto alto das atividades e a razão mesma do êxito da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, depois União das Associações Agropecuárias do Brasil Central e hoje Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. Tratava-se de congregar elementos distantes e de importância, sem classe organizada. Reunindo enorme material através de congressos e outras realizações, procuraram os elementos que formaram a FARESP, na origem e nos anos subsequentes (com a adesão de líderes do interior e de dirigentes de outras entidades agrícolas — a Capital) exprimir as aspirações mais íntimas e espontâneas dos agricultores do centro do país e depois do nosso Estado, em articular.

IMPORTANCIA DOS RELATORIOS

A atual diretoria da FARESP, cuja constituição reproduziu o terceiro e último ano de sua gestão, iniciada em janeiro de 1952. Na última quinzena de fevereiro do ano próximo, será realizada a assembleia geral anual dos delegados das federações. Nessa ocasião, apresentará o presidente da entidade o relatório da diretoria referente às atividades desenvolvidas no exercício findo e serão eleitos os novos dirigentes da entidade. Como vem acontecendo nos anos anteriores, o relatório é importante documento em que, não somente são prestadas minuciosas contas sobre as atividades realizadas, como é feita uma verdadeira análise da situação econômico-financeira do país e, em particular, dos problemas agropecuários e da situação da FARESP, condicionada àquela situação, visando à defesa do agricultor, como entidade máxima do associativismo rural do interior.

Atualmente, estando licenciado o deputado Iris Meinberg, presidente efetivo da FARESP, ocupa a presidência em exercício da entidade o sr. Manuel Carlos Ferraz de Almeida.

A FARESP E A POLITICA CAFEIÇA

Iniciando suas atividades no setor cafeeiro, em 1946, o departamento de Cafeicultura da FARESP, dentro de uma unidade, continuidade de ação que já

passou a contar, um ano depois com mais de 30 e, hoje, o número se eleva a 201.

OS SALDOS DOS AGIOS CAMBIAIS

Recebe desse modo o lavrador A MENOS cerca de ... Cr\$ 3.180,00 por saca, que são recolhidos ao Fundo da Agricultura, no Banco do Brasil, dentro de uma unidade, continuidade de ação que já

CONSUMO DO CAFÉ E PROPAGANDA

Não descurou finalmente a FARESP do problema do consumo do café. Vem-se batendo pelo seu desenvolvimento e expansão e, nesse sentido, empreendeu o diretor do Departamento de Cafeicultura daquela entidade, sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, entendimentos na América do Norte e na Europa, a fim de tomar contato e sentir os reclamos dos consumidores. Aconselhou aquela titular o desenvolvimento da propaganda do café, que não fosse realizado tem proporcionado ao

mais sofreu qualquer interrupção. A DEFESA DE UMA POLITICA DE ESTABILIDADE ECONOMICA DA PRODUÇÃO CAFEIÇA.

De nada valerá, em verdade, para o produtor — sujeito a toda sorte de contratempos oriundos da natureza — ter preços elevados demais em anos de safra pequena e excessivamente baixos quando as colheitas aumentavam.

Pautando a política da estabilidade pela garantia de um preço justo, defendeu a FARESP, por longos anos, a entrega da direção da política cafeeira à própria classe, que, sentindo realmente o problema, daria cuidaria melhor. Defendeu por isso a extinção do D. N. C., órgão ditatorial, que, entregue a políticos, asfixiava a lavoura, impondo-lhe compulsivamente toda a série de restrições e sacrifícios.

Extinto o D. N. C., cuidou imediatamente a FARESP de estudar a criação de um novo órgão, que, orientado e dirigido pela classe, evitasse a repetição dos erros do passado e estivesse, ao mesmo tempo, aparelhado em recursos e elementos humanos capazes de defender a classe dos ataques imediatistas, paralissem de onde viessem.

Dessa forma, depois de grandes lutas, viu finalmente a classe aprovada pelo decreto-lei 1779, de dezembro de 1952, a criação do Instituto Brasileiro do Café, que, embora não tenha uma constituição ideal, está entregue a uma comissão de 20 membros, entre os quais 17 representantes da lavoura brasileira. Espera ainda a lavoura cafeeira possuir a maioria de diretores na Diretoria Executiva, que, dessa forma, cumprirá a risca as diretrizes firmadas pela Junta Administrativa do I. B. C.

A classe cafeeira conta, por conseguinte, hoje, com o seu órgão de defesa próprio, que, por certo, bem defenderá os seus legítimos interesses, que são, em última análise, os interesses do próprio país.

CONCLUSÃO

O CAFÉ REPRESENTA NO MOMENTO O ELEMENTO CARREADOR DE 85% DAS CAMBIAS DO PAÍS. Pode-se assim calcular o valor desse produto na vida e na economia nacional. Entretanto, e infelizmente, em vista de um desequilíbrio na balança comercial do país, desequilíbrio-se também a sua balança cambial, estabelecendo, como consequência, uma desvantajosa disparidade entre os valores do câmbio oficial e os do câmbio livre e constituindo assim um verdadeiro conflito cambial.

Com efeito, tomando-se por base o preço mínimo recomendado, temos os seguintes preços, em cruzeiros, para o café:

Câmbio livre	Cr\$ 5.740,00 por saca
Câmbio oficial	Cr\$ 2.500,00 por saca
Diferença	Cr\$ 3.180,00 por saca

OS SALDOS DOS AGIOS CAMBIAIS

Recebe desse modo o lavrador A MENOS cerca de ... Cr\$ 3.180,00 por saca, que são recolhidos ao Fundo da Agricultura, no Banco do Brasil, dentro de uma unidade, continuidade de ação que já

CONSUMO DO CAFÉ E PROPAGANDA

Não descurou finalmente a FARESP do problema do consumo do café. Vem-se batendo pelo seu desenvolvimento e expansão e, nesse sentido, empreendeu o diretor do Departamento de Cafeicultura daquela entidade, sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, entendimentos na América do Norte e na Europa, a fim de tomar contato e sentir os reclamos dos consumidores. Aconselhou aquela titular o desenvolvimento da propaganda do café, que não fosse realizado tem proporcionado ao

VALIOSO PATRIMÔNIO COMERCIAL DE NOSSOS MEIOS ECONÔMICOS



Na sala de café, vendendo os srs. Broad, Hennessey e Lúcio Santos Paulo. Trata-se da secção de classificação da firma



Vista parcial externa de um dos armazéns da firma em Santos

VERDADEIRO ELEMENTO DE EQUILÍBRIO NO MERCADO DISPONÍVEL DE SANTOS

Historia de uma das mais tradicionais e conceituadas firmas cafeeiras do país — A "Casa Exportadora Naumann Gepp S. A." — Com representações espalhadas por todo o mundo — Atendeu sempre os mais exigentes compradores da rubiacea no globo

A tradição da firma "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. S." constitui, no comércio de café, um dos mais valiosos patrimônios comerciais econômicos. Das mais antigas em Santos, representa o GEPP — como é mais conhecida — um verdadeiro elemento de equilíbrio do mercado disponível de Santos. Dedicando-se à exportação de café, evidencia-se como elemento catalizador, o que significa uma garantia

aos seus permanentes fornecedores.

Mantem ainda a "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. A." completa rede de representações por todo o mundo, participando nas operações de café de todos os tipos, como compradores dos cafés que se destinam aos EE. Unidos, e também dos grãos, que alcançam grande preferência por parte do mercado importador da Alemanha, onde o GEPP conta com

uma grande soma de compradores constantes.

UM POUCO DE HISTORIA

A fundação da firma CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP sob a denominação de "Naumann Gepp & Cia. Ltda.", tem lugar antes de 1898, por iniciativa de um ex-funcionário da antiga organização de exportadores e representantes de armadores ingleses que atuavam no Brasil (Bradshaw & Co.) fundada em meados

de 1700. Esse antigo funcionário da Bradshaw, sr. Edward O. Broad, associando-se ao sr. Frank Naumann, então corretor de café na praça de Santos, e ao sr. Francis William Gepp, proporcionou a fundação da firma "Naumann, Gepp & Cia. Ltda.", que foi autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto 2.785, de 4 de janeiro de 1898, com o capital inicial de ... 100.000 libras esterlinas.

Inicialmente, os escritórios centrais da firma foram localizados em Londres.

Constituiu-se então a primeira diretoria na Inglaterra e no Brasil (rotativa) figurando os nomes dos srs. Frank Naumann, Francis William Gepp, Edward Oppenheim Broad, Max Michaelson e João Francisco Wright. DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES

A 1.º de janeiro de 1942 sofreu a firma a primeira transformação, passando a denominar-se "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP LTDA.", com sede e escritórios à rua 15 de Novembro, n. 75, onde funciona há mais de 50 anos.

Posteriormente, em 29 de novembro de 1944 foi transformada em sociedade anônima, com a denominação de "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. A.", nome que até hoje conserva. O capital registrado foi de 23.400.000,00 cruzeiros, mantendo-se na atualidade.

Diante da nova transformação foi eleita nova diretoria, recaindo a escolha nos nomes dos srs. Theodoro Max Lange, Clarence Hennessey e Jorge Alberto Broad. EXPORTAÇÃO PARA TODOS OS PAÍSES

A norma predominante nas atividades da "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. A.", sempre foi a de exportar para todos os países solicitantes do nosso café. Sempre esteve aparelhada para atender a todas as exigências do mercado importador de qualquer procedência, quer nas solicitações de cafés finos quer nas operações de qualquer outro tipo de café. Seu conceito no

exterior sempre foi testemunhado pela preferência inequívoca que tem merecido por parte dos mais intratáveis dos compradores de cafés de todo o mundo. A atestar a solidez, segurança e principalmente a confiança, evidencia-se o volume de negócios cada vez mais amplo que o GEPP realiza no mercado exportador de café, nivelando-se entre as mais importantes e prestigiosas firmas do ramo no mercado internacional. Sua presença no mercado cafeeiro de Santos, continua sendo não só uma garantia como também um importante fator de equilíbrio que impõe nas operações do produto nobre e estivo da economia nacional.

ARMAZENS E INSTALAÇÕES

Para atender ao extraordinário volume de suas operações a "Casa Exportadora Naumann Gepp S. A.", mantém um conjunto de três armazéns próprios, situados à rua Xavier Silveira, 108, rua São Leopoldo, 250 e Marquez de Herval, 133.

Todos os armazéns são dotados de requisitos técnicos indispensáveis à boa conservação do produto e a normalidade dos trabalhos técnicos exigidos pelo ramo. Objetivando sempre a segurança e eficiência, foram instaladas as mais modernas máquinas e equipamentos, proporcionando, desta arte, um rendimento nas operações, do mais alto nível técnico.

Para se ter uma idéia da amplitude das atividades da "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. A." basta uma leve observação dos espaços úteis de seus armazéns em Santos, que somam um total de 4.250 metros quadrados assim distribuídos: Armazém da rua São Leopoldo, 1.250 metros quadrados, com capacidade para ... 50.000 sacas; armazém da rua Marquez de Herval, 1250 metros quadrados, com capacidade para 50.000 sacas e, finalmente, o novo armazém localizado à rua Xavier da Silveira, com ... 1.750 metros quadrados e capacidade para a movimentação

de 10.000 sacas de pilha por dia!

FILIAIS NO PAÍS

Conta a "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. A." com filiais no Rio de Janeiro e Vitória, além de firma associada em Paranaguá. Não podia a firma central deixar de ampliar a sua rede de representações em outros Estados, obedecendo assim a um imperativo de ordem comercial, ao mesmo tempo que considerou o extraordinário aumento nas exportações através de outros portos brasileiros. No caso de Paranaguá, por exemplo, onde a firma conta com empresa associada, a "CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP (PARANÁ) S. A.", registrou-se considerável aumento no volume de negócios e embarques de café em período verdadeiramente recorde.

Por outro lado, não deixou o GEPP do problema das importações, tanto assim que mantém no Rio de Janeiro e em São Paulo, firma associada que se dedica, exclusivamente, às atividades importadoras, a S. A. IMPORTADORA GEPP, cujos escritórios estão localizados à rua Brigadeiro Tobias, 358, 4.º andar, São Paulo.



O sr. Edward Oppenheim Broad, idealizador da firma, que se associou a Frank Naumann, para fundá-la em Santos.

REPRESENTAÇÕES NO EXTERIOR

As firmas NAUMANN GEPP estão espalhadas por todo o mundo, dedicando-se, em sua maioria, aos problemas da exportação e importação de café, grangeando para esse tradicional nome no comércio internacional as simpatias e preferências das maiores empresas ligadas ao comércio mundial de café.

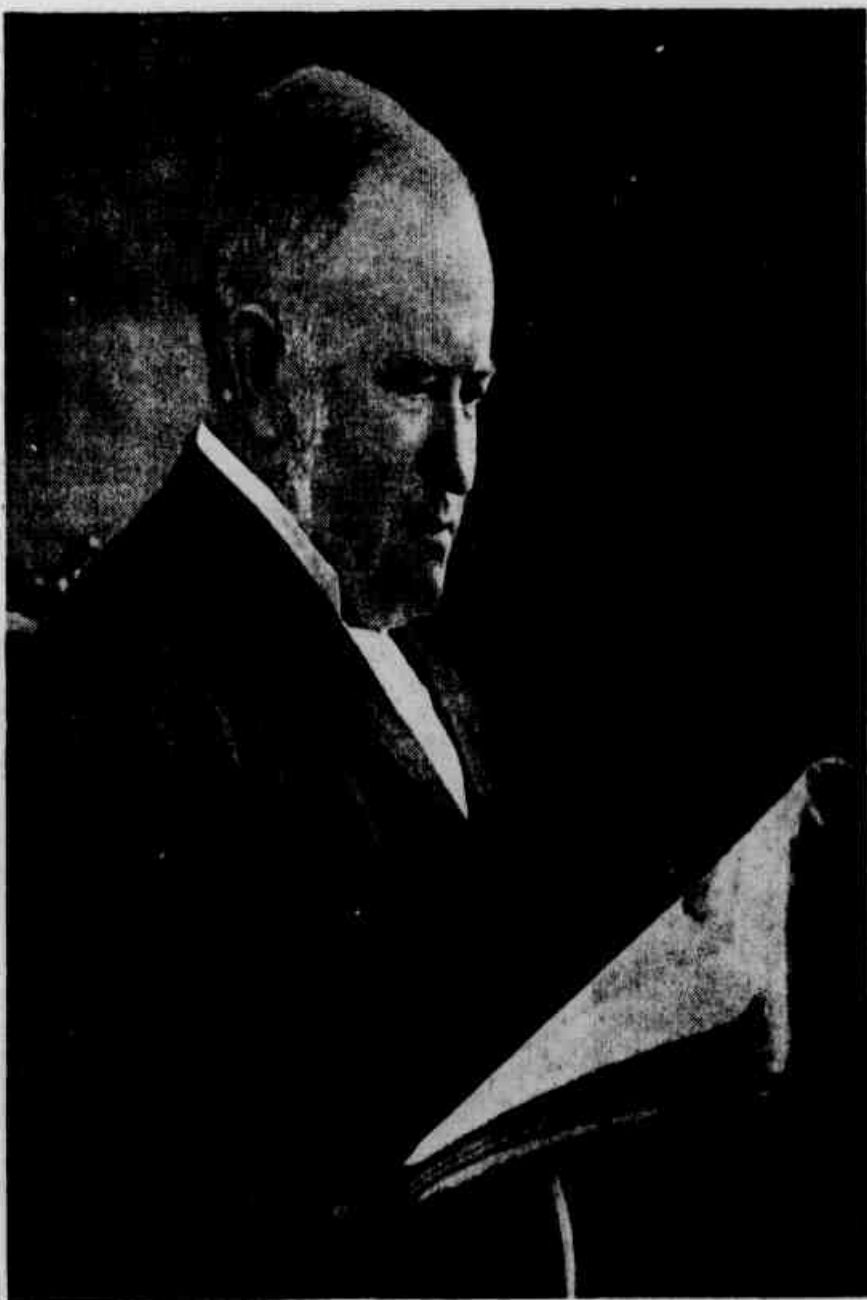
Não se está longe de afirmar que, em qualquer parte do mundo, onde se efetuar

operações no ramo cafeeiro, ali se faz sentir a ação operosa e eficiente das firmas NAUMANN GEPP, quer importando, quer exportando, porém sempre presente.

Prevalecem ainda as firmas NAUMANN, GEPP & Co., LTD., em Londres; NAUMANN, GEPP & Co. INC., em New York; NAUMANN, GEPP (EAST AFRICA) LTD., em Nairobi, Kenya, e NAUMANN, GEPP & Co., em Hamburgo.



A sala de café, em foto colhida há cerca de 30 anos, vendo-se os srs. Theodoro Max Lange e Jorge Alberto Broad, ainda hoje diretores da firma.



O fundador da firma, sr. Frank Naumann, que ocupou a primeira presidência em 1898

O CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS

JACK EVANS

(Diretor-Gerente de Maxwell House, Coffee
Division de General Foods Corporation)

É-me imensamente grato, e de maneira especial no momento, ter esta oportunidade de me comunicar com meus amigos do Brasil. Durante os quarenta anos em que tenho trabalhado na indústria do café, nunca houve antes uma ocasião em que fosse mais importante do que agora uma verdadeira compreensão entre os cafeicultores da América do Sul e os consumidores da América do Norte.

Eu e os que, como eu, se acham relacionados com a torrefação do café, nos Estados Unidos, estamos numa posição única, a qual nos permite manter uma perspectiva realista dos acontecimentos e das atitudes do que atuam tanto no princípio como no fim dessa longa cadeia de negócio do café, desde o cafeicultor até o consumidor. Familiarizados, como estamos, com os direitos de soberania e de desenvolvimento econômico das terras onde se cultiva o café, sabemos quais são as razões naturais que explicam a variação dos preços desse produto. Ao mesmo tempo, conhecemos suficientemente bem os nossos compatriotas para compreender a forte reação pública contra a alta dos preços do café. Se todos pudessem, como nós, ter a vantagem dessa posição, em que podemos observar os dois extremos da indústria do café, seguramente haveria muito menos intensidade nessa reação dos consumidores, e muito mais compreensão tanto dos consumidores como dos produtores de café.

COMPREENSÃO

Essa compreensão deve vir, e eu estou certo de que virá. No mundo atual, as barreiras tradicionais entre as nações estão rapidamente desaparecendo, e a interdependência econômica entre elas cada dia se torna mais importante. A falta de entendimento entre os povos dos vários países pode constituir um obstáculo, impedindo que as suas mútuas relações econômicas e sociais se realizem com facilidade, e por essa razão, devemos fazer todos os esforços para que tal obstáculo desapareça. Poderá julgar-se estranho que uma coisa aparentemente tão insignificante como o preço de uma xícara de café possa afetar as relações econômicas entre grandes nações. Entretanto, não se trata de uma possibilidade afastada, a julgar pelas manifestações havidas recentemente, tanto na América do Norte como na América do Sul, com a alta dos preços do café provocada por causas naturais.

Desde que nós, que comparamos café na América do Sul e o distribuímos na América do Norte, estamos numa posição especial, entre produtores e consumidores, temos uma oportunidade única para con-

seguir o desejado entendimento.

Em nosso país, continuaremos em nosso papel de intérpretes das complexidades econômicas do café, para que os consumidores tenham uma idéia mais precisa dos fatores naturais que governam os preços. E devemos nos aproveitar de oportunidades como esta, para dizer aos nossos amigos, produtores de café da América Latina, que os consumidores norte-americanos não fazem julgamentos justos desde que fiquem a par dos verdadeiros fatos.

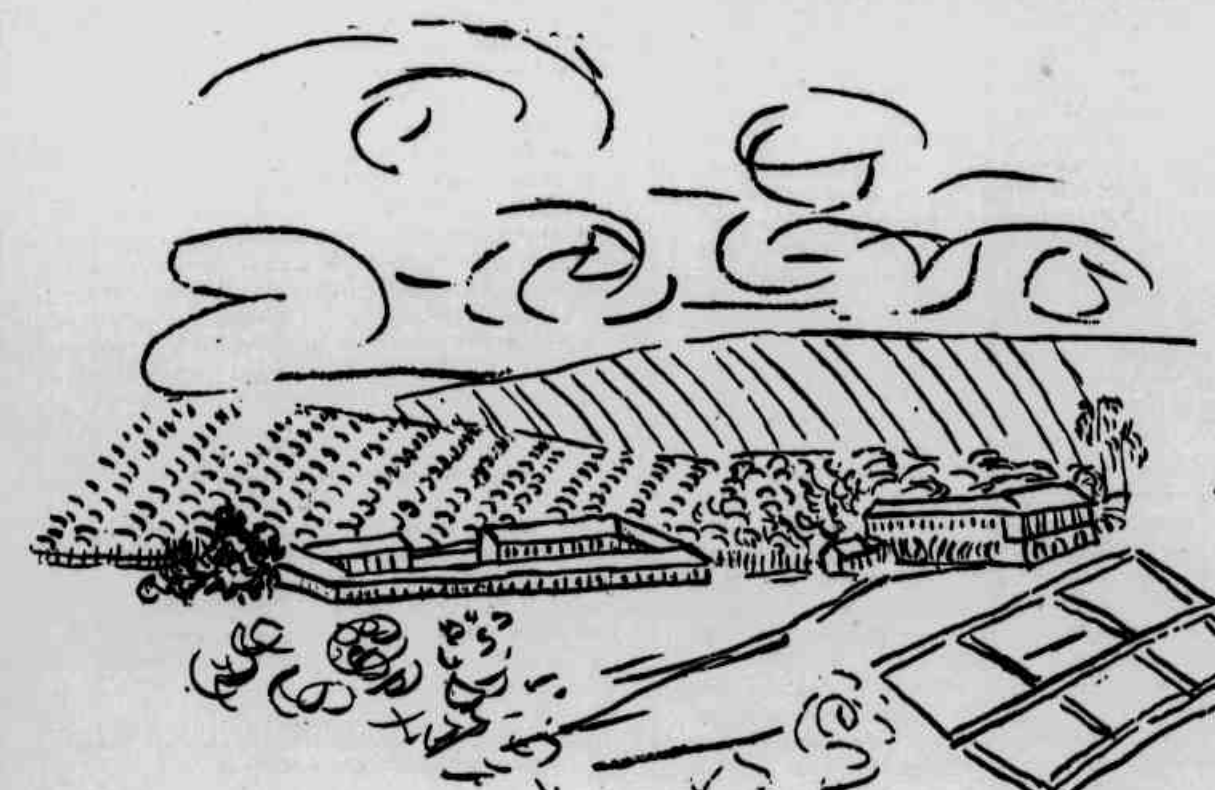
CONHECIMENTO DO PÚBLICO

Nós, que servimos um público exigente e, nas condições atuais, desorientado, compreendemos que nenhum elemento isolado da indústria do café poderá resolver esse difícil problema que é o de fazer o público conhecer os fatos, porque nossa sociedade é complexa, e hoje, mais do que nunca, o café se acha completamente exposto aos ataques incessantes das outras indústrias de bebidas não alcoólicas do mercado norte-americano. O objetivo final desses ataques, bem financiados e bem organizados, é desfazer o notável prestígio que, com o esforço intenso de longos anos de trabalho, a indústria do café conseguiu dar ao seu produto.

O torrador de café dos Estados Unidos está profundamente consciente da necessidade de se aumentarem os recursos com os quais possam ser iniciadas e mantidas, numa base contínua, as medidas de contra-ataque, suficientes em escopo e em importância, capazes de restabelecer o lugar que de direito cabe ao café na alta estima dos consumidores norte-americanos.

AUSPICIOSOS PROGRESSOS

É notável o trabalho que, nesse sentido, está sendo feito pelo Bureau Pan-Americano do Café, mas os recursos de que o Bureau dispõe parece que se tornam pequenos em comparação com os dos seus poderosos competidores, em conjunto. Apesar dessa grande desvantagem, têm sido feitos progressos no sentido de que o café ocupe posição de relevo, prejudicada recentemente pelo desfavor do público. Esses progressos são encorajadores, mas não justificam nenhuma diminuição dos esforços, nas medidas de contra-ataque, nem complacência por parte do comércio do café. Ao contrário, o que observamos agora é o começo, e não o fim, de uma luta que, para ser travada com vantagem, exige que todos nos esforcemos, com diligência e engenhosidade, com uma orientação vigorosa que disponha de fundos substancialmente maiores, necessários à realização da nossa tarefa comum.



J. K. EVANS

Café



ADA planta cultivada pelo homem engendra um conjunto de técnicas sociais, agrícolas e econômicas normalmente irredutível a um outro tipo de cultivo. As grandes áreas rizícolas da terra, por exemplo, opõem-se, por seus regimes de propriedade e trabalho, por suas técnicas agrícolas e comerciais, pelos hábitos mentais e concepções dos seus habitantes, às áreas onde imperam os vinhedos ou as em que dominam o algodão ou a cana de açúcar. Quando a origem desses cultivos perde-se na noite dos tempos, tal como ocorre com a vinha no Mediterrâneo ou com o arroz no Oriente, a integração homem-planta é tão profunda que dificilmente poderá ser dissociada. Estabelece-se nessas áreas não somente uma paisagem, mas todo um conjunto de comportamentos, técnicas, instituições etc., distinto do de outras regiões. A antiguidade do cultivo da vinha no Mediterrâneo, diz Perrin, "modelou os camponeses e as regiões vitícolas duma maneira irredutível, criando mentalidades e hábitos especiais que se refletem na paisagem". (1) Afirmação idêntica poderá ser feita em relação às regiões rizícolas do Oriente.

Estes exemplos nos mostram que uma dada planta é suscetível de criar em torno de si um verdadeiro complexo cultural. Podemos, neste sentido, falar de uma "cultura do arroz" ou do "complexo cultural do arroz". Estas expressões, todavia, nos levariam a pensar de imediato, em problemas agrícolas e não em problemas antropológicos. A impropriedade dessas expressões fez com que Perrin e Gourou (2) falassem, respectivamente, em "civilização da vinha" no estudo que fez sobre as regiões vinícolas da terra e em "civilização do vegetal" para definir o complexo cultural que caracteriza a civilização do Extremo Oriente.

O estudo desses complexos é tarefa de antropologia. Aos geógrafos compete apenas, ao assinalar sua existência, investigar os seus reflexos sobre a paisagem. Um bom exemplo destas atitudes nos é fornecido por dois trabalhos publicados na coleção "Géographie humaine", dirigida pelo prof. Deffontaine (3): "La Civilisation de la Vigne" de Perrin e "Une Civilisation du Miel" de Veillard (4). No primeiro, a preocupação é essencialmente geográfica enquanto que, no segundo, é predominantemente antropológica.

O cultivo do café tanto quanto o da vinha ou o do arroz criou também um sistema de vida agrícola e tipos de relações humanas peculiares. As técnicas que exige, o regime e condições de trabalho que impõe, a estrutura agrária e social que determina são, entre outros, alguns dos seus elementos de diferenciação. O estudo destes problemas ainda está para ser feito quer do ponto-de-vista da sociologia, quer do da antropologia cultural quer, ainda, do da geografia. Nosso propósito, neste artigo, é abordar esse problema do ponto-de-vista geográfico, coisa que, por razões óbvias, faremos de maneira extremamente sintética.

Do ponto-de-vista do geógrafo interessam mais, como já dissemos, as repercussões que um determinado tipo de atividade exerce sobre a paisagem. No caso especial do café, esta tarefa é mais fácil e de certo modo mais comoda do que a da investigação do complexo cultural que essa planta criou. A instabilidade especial do seu cultivo, aliada à sua presença numa região de povoamento historicamente recente, onde se mesclam raças, técnicas e mentalidades em contínuo processo de recomposição às novas condições de meio natural e humano, dificulta sobremaneira a tarefa tanto do sociólogo quanto do antropólogo. A tarefa do geógrafo em face dessas circunstâncias não é menos dificultada mas pode ser vencida de maneira relativamente mais fácil. De nossa parte, ao procurarmos abordar esse tema, tivemos que optar entre a explicação daquilo que pode ser justamente denominado de complexo cultural do café e o exame das influências que esse complexo exerceu sobre o desenvolvimento da civilização paulista. Optamos por este último critério, primeiro porque não poderíamos dar uma explicação geográfica a um fato ainda não estudado e, segundo, porque os estudos que ainda estamos realizando sobre o café, não nos permitem ir além do exame de suas influências sobre a transformação da paisagem e da vida em nosso Estado. E' isto, portanto, e que iremos expor, de maneira muito condensada, nas linhas que se seguem.

O CAFÉ E A VALORIZAÇÃO DA TERRA. — Em fins do século XVIII e princípios do XIX o café já era uma planta conhecida em alguns pontos do Estado, particularmente

na zona litorânea. Seu cultivo, porém, era feito em pequena escala, sem significação para a nossa economia. Por essa época a cana de açúcar constituía o nosso principal produto agrícola. Produto que, diga-se de passagem, pouca influência exercia sobre o devassamento da terra ou sobre as condições econômicas então existentes. Não tínhamos, por essa época, condições propícias para enfrentar a região canieira do Nordeste. A cana de açúcar, como outros produtos aqui cultivados ou era simples atividade de subsistência ou atividade de pequena monta, propiciadora de lucros modestos. A progressiva substituição da cana pelo café na região de Campinas, por exemplo, iniciada por volta de 1835, confirma essa afirmação.

A lavoura canieira que tanto sucesso obteve no Nordeste, enriquecendo-o e dando-lhe uma posição de liderança na vida política, social e econômica do país no decorrer de todo o período colonial foi, em S. Paulo, uma atividade de importância estritamente local. A dispersão geográfica das áreas propícias ao seu cultivo, sua maior distância da zona portuária, com a qual suas relações eram dificultadas pelas condições do relevo, a ausência de interesse do governo central pela sorte da capitania, o fato da região nordestina já ter toda sua estrutura política, social e econômica assentada na economia do açúcar etc., foram fatores hostis ao sucesso da lavoura canieira em S. Paulo.

A realidade paulista, de Tibiriçá, Anchieta e Nóbrega até meados do século XIX, foi a pobreza. A terra valia pouco porque nenhum dos produtos então conhecidos permitia sucesso ao seu cultivador. Os relatos antigos falam da vinha, do trigo e da criação de carneiros. As condições atuais de clima e solo, todavia, permitem-nos julgar essas culturas como simples atividades de fundo de quintal, isto é, sem possibilidades de expansão tanto em virtude de condições ecológicas quanto humanas e econômicas. Esta ausência de oportunidade para a exploração dos recursos da terra foi provavelmente, uma das causas a estimular a arrancada das Bandeiras.

Para que possamos compreender em toda a sua significação o papel desempenhado pelo café na valorização das nossas terras não nos podemos esquecer do passado. Precisamos lembrar-nos dos predores de índios, dos traficantes de burros, dos comedores de ica, isto é, daqueles que, em todo o período colonial e até a segunda metade do século XIX aqui viviam e serviam de intermediários entre a floresta (caça ao índio) e o nordeste açucareiro ou entre os campos salinos (comércio de burros) e a zona de mineração de Minas Gerais. Sem economia própria, vivendo entre o sonho do ouro que não se realizava e a realidade crua de um meio pobre em recursos e possibilidades agrícolas, os povoadores do velho "arrabal dos sertanistas" exerciam atividades que se iam modificando à medida que se modificavam os centros mais ativos e prósperos da colônia. O trabalho da terra, já por si pouco atrativo ao colonizador que para aqui vinha em busca de fortuna fácil, era agravado pela relativa pobreza dos solos então suscetíveis de exploração imediata e pela ausência de uma planta capaz de superar todas as resistências que o meio natural e humano ofereciam.

Quando o café iniciou sua invasão no Estado, penetrando-o pelo vale do Paraíba, o prenúncio de novos dias começa a se manifestar. De início o exército verde aquartela-se em Areias e Bananal, onde continuava ligado à economia fluminense. Logo depois, porém, sua marcha em direção de S. Paulo se acentua, até atingir, ainda na primeira metade do século XIX algumas das áreas já povoadas do oeste e norte paulistas, tais como Campinas, Mogi-Mirim, Franca, Piracicaba, etc.. A chegada deste exército verde não representou simplesmente uma mudança de gênero de vida, uma escolha deliberada do que se fazia e o que se deveria fazer daí por diante. Mais do que um simples fenômeno de substituição de tipos e atividades econômicas, a introdução do café em nosso Estado assinalou o início de uma revolução socio-econômica cujas consequências atuais nos são dadas pela industrialização de S. Paulo. O primeiro sinal desta revolução foi a progressiva valorização da terra. Valorizando não apenas monetária mas valorização agrícola em face da nova planta, graças ao seu tipo de solo e às condições do clima do nosso Estado. Encontrando aqui condições de "habitat" extremamente favoráveis, o café vingou com notável pujança. Zonas até então incultas, cobertas de matas, foram avidamente ocupadas, devassadas e cultivadas com o arbusto de café. Para plantá-lo, cortaram-se canaviais, desprezavam-se o milho, a mandioca e todas as demais formas de atividades menos lucrativas e menos compatíveis com a ambição de fortuna latente nos homens do planalto, desde a agitada área da busca do ouro e esmeraldas. Valorizando a terra, o café promoveu a sua ocupação e utilização, ampliando progressivamente a área de povoamento do Estado. A maior fecundidade e produtividade do café nas "terras roças" fez com que se criasse um novo conceito de "terra boa" e a sua procura, a partir de então, conduziu as ondas de povoamento para o norte — zona de Ribeirão Preto e Franca — e para Oeste — Rio Claro, Araraquara, Jai, Botucatu etc. Valorização da terra e expansão geográfica do povoamento, em resumo, são as duas primeiras manifestações visíveis da revolução agrícola provocada pelo café.

O CAFÉ E OS TRANSPORTES. — As atividades econômicas, anteriores ao advento do café, foram incapazes de desenvolver um razoável sistema de circulação e transporte entre nós. Embora a área efetivamente povoada e utilizada para fins agrícolas ou pastoris abrangesse apenas cerca de um terço da atual superfície do Estado, era extremamente dificultada pelas péssimas condições apresentadas pelas estradas. A impossibilidade de um tráfego regular e eficiente de veículos, tais como carroças, diligências etc., fez surgir o "tropeiro". O tropeiro vai desempenhar um importante papel no transporte do café, sobretudo em seus primeiros dias. Esse processo de transporte, porém, sobretudo pela sua morosidade e baixa capacidade de carga não sobreviveria por muito tempo. O constante aumento da produção e a necessidade do seu escoamento para o exterior começou a reclamar, em fins do século XIX, melhores condições de transporte.

Dada a natureza e a orientação dos nossos rios, eles nunca se prestaram como via de circulação. A lavoura do café teve contra si este "handicap". Ao contrário dos Estados Unidos, por exemplo, que contaram com excelentes vias fluviais e que puderam interligá-las por canais artificiais, antes do advento da estrada de ferro, o Estado de S. Paulo

o CAFÉ

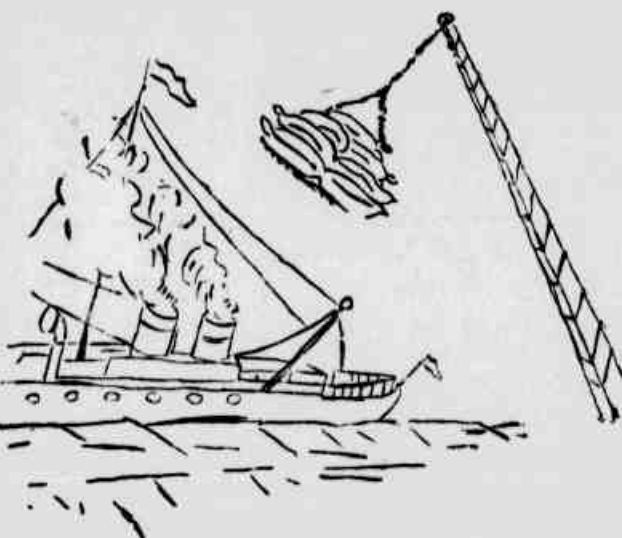
Dirceu LINO DE MATTOS

só pôde contar com os seus caminhos terrestres, mal traçados e mais conservados. A única solução, na época, era a estrada-de-ferro. Esta, de início, surge à base de investimentos de capitais estrangeiros (S.P.R.). Posteriormente, porém, o seu desenvolvimento se faz por iniciativa do Estado e de particulares, sendo de se notar que dentre estes últimos os grandes fazendeiros de café ocupam um lugar de destaque.

O café, além de fator de valorização da terra e da expansão geográfica do povoamento, foi também um criador de estradas. Estas surgem para atendê-lo, para transportá-lo da fazenda ao porto de Santos. O progressivo desenvolvimento da nossa rede ferroviária não é consequência indireta da economia cafeeira mas um produto direto, imediato, dessa economia. As etapas de seu desenvolvimento e os seus traçados, testemunham a íntima relação entre o café e as ferrovias. As nossas ferrovias seguem os espigões ou buscam as grandes manchas de terra roxa. Em mais de um caso, examinando-se em detalhe o seu traçado, verificamos que as estradas-de-ferro faziam curvas — que em sua maioria ainda continuam inalteradas — para travessar fazendas de café. Não foram somente as condições de relevo e a malícia dos construtores — ante a política ferroviária do governo — as causas exclusivas dos traçados serpenteantes que algumas de nossas estradas apresentam. A grande fazenda, ou pelo menos, as fazendas dos "grandes" chefes políticos e acionistas das ferrovias particulares, precisavam ser cortadas pelos trilhos.

A ferrovia no espigão não resultou de uma fuga premeditada do vale, isto é, das áreas suscetíveis de ocorrência da malícia. A marcha do povoamento em S. Paulo, no período pré-cafeeiro, se fez ou pelo menos se iniciou no fundo dos vales. As cidades do vale do Paraíba são testemunhas dessa etapa histórica como são, também, as cidades do vale do Tietê, tais como Parnaíba, Cabreúva, Itú, Porto Feliz e Tietê. O povoamento começa a se deslocar para o espigão com a chegada do café. Este fato é válido para todo o Estado excetuando, naturalmente, a região do vale do Paraíba. A evolução histórica dessa região, aliás, é sensivelmente distinta da que registram as regiões do oeste.

Que relação existe entre a estrada de espigão e a lavoura cafeeira? Uma relação profunda. O café, por suas exigências ecológicas, comportou-se entre nós como planta de espigão. No espigão ocorriam os melhores tipos de solos, particularmente a terra roxa. Os grandes vales como os do Tietê, do Paranapanema e outros eram escarpados em arenitos muito pobres. Esses arenitos, no espigão, ocorriam em manchas ou eram subjacentes aos derrames de lavas ou aos arenitos formadores de solos relativamente férteis. Mas, a este problema de solo, ocorria um outro, de importância talvez mais decisiva: a formação de geada branca. A geada branca é um fenômeno característico de fundo de vale, sendo sua ocorrência nos espigões um fenômeno menos comum. O perigo das geadas, portanto, levou o café para os espigões e, consequentemente, os homens e suas obras. As cidades do



café, são, em sua quase maioria, cidades de espigão. Não foi o perigo da malícia a causa deste processo de povoamento e o motivo capaz de explicar o traçado da nossa ferroviária.

O CAFÉ E AS CIDADES — A urbanização é um fenômeno historicamente ligado à evolução industrial. Os países mais urbanizados são aqueles em que a indústria atingiu o seu maior grau de desenvolvimento. Em sentido oposto, os países ou regiões agrícolas, são as menos urbanizadas. Viajando pelo interior, há cerca de dois anos, com um professor francês, ouvi deste, depois de visitarmos Sorocaba, Itapetininga, Botucatu e Piracicaba, a seguinte exclamação: "é estranho que uma região sem economia industrial possua tantas e tão importantes cidades".

O desenvolvimento urbano de São Paulo é, sem dúvida, um fenômeno curioso e ele se processou quase que exclusivamente em virtude do desenvolvimento da lavoura cafeeira. Os contrastes de urbanização entre as áreas que são ou foram cafeeiras e as em que o café não se desenvolveu, são muito expressivos. Tomemos para exemplo duas áreas: a de Campinas à Araraquara, onde encontramos excelentes cidades, tais como as de São Carlos, Rio Claro, Jatá, Araraquara etc., e a do ramal Itararé ou, de um modo geral, toda a chamada região sul do Estado compreendida entre o planalto de Paranaíba e a leste, o rio Itararé ao sul e os trilhos da media e baixa Sorocabana ao norte, onde o desenvolvimento urbano foi e continua sendo medíocre. Excetuadas Sorocaba, Tatui e Itapetininga, toda essa área constitui o domínio de povoados e vilas como Botucatu, Itai, Capão Bonito e Itaporanga, etc. A Sorocabana mesmo, por exemplo, atravessa, entre Sorocaba e Botucatu, uma região pobre onde o café nunca alcançou grande desenvolvimento. Esse trecho do seu percurso, pobre em aglomerados humanos, contrasta vivamente com aquele que se estira de Botucatu a Chavantes, onde se erguem cidades como Avaré, Piraju e Santa Cruz do Rio Pardo, e onde o café, nas duas primeiras décadas do século atual, viveu com exuberância em seus espigões.

Um outro aspecto do problema, já assinalado linhas acima e que está associado ao desenvolvimento cafeeiro, foi o da fuga aos rios. Excetuadas as cidades antigas a que já nos referimos, as demais são, via-de-regra, cidades atra-

vessadas apenas por pequenos correios ou ribeirões. É evidente que, como diria Rubens Borba de Moraes, toda gramática tem regras e exceções e estas sempre confirmam aquelas. No caso presente, as exceções correspondem quase sempre a cidades de ramais — quando surgiram devido ao café — ou às cidades que se originaram e se desenvolveram à base de outros tipos de atividades econômicas. No primeiro caso poderíamos citar, assim de memória, Pirajó, Santa Cruz do Rio Pardo, São José do Rio Pardo etc. No segundo caso, os melhores exemplos são os de Piracicaba (economia canavieira) e Sorocaba (feira de burros, algodão, indústria). Esta fuga ao rio, este desprezo pelo vale tão característico do processo de povoamento aqui operado após a introdução do café, explica-se pela impraticabilidade da navegação fluvial. Os nossos rios, pela sua natureza e, particularmente, pela sua orientação, nunca puderam ser utilizados como vias de circulação. Esta circunstância vai operar aqui, um fenômeno semelhante ao que ocorreu no Nordeste, descrito e interpretado por Gilberto Freyre (5). O rio não atrai o homem porque este não quer, não sabe ou não pode utilizá-lo como fonte de energia, como fonte para irrigação, como via de circulação ou, ainda, como centro de atividade pesqueira. As cidades fluviais, por isso, surgem de costas para o rio, utilizando-o apenas como escoadouro dos seus detritos. As cidades fluviais olham para o lado do espigão, isto é, para o lado onde a mancha verde dos cafeais emoldura a fimbria do horizonte.

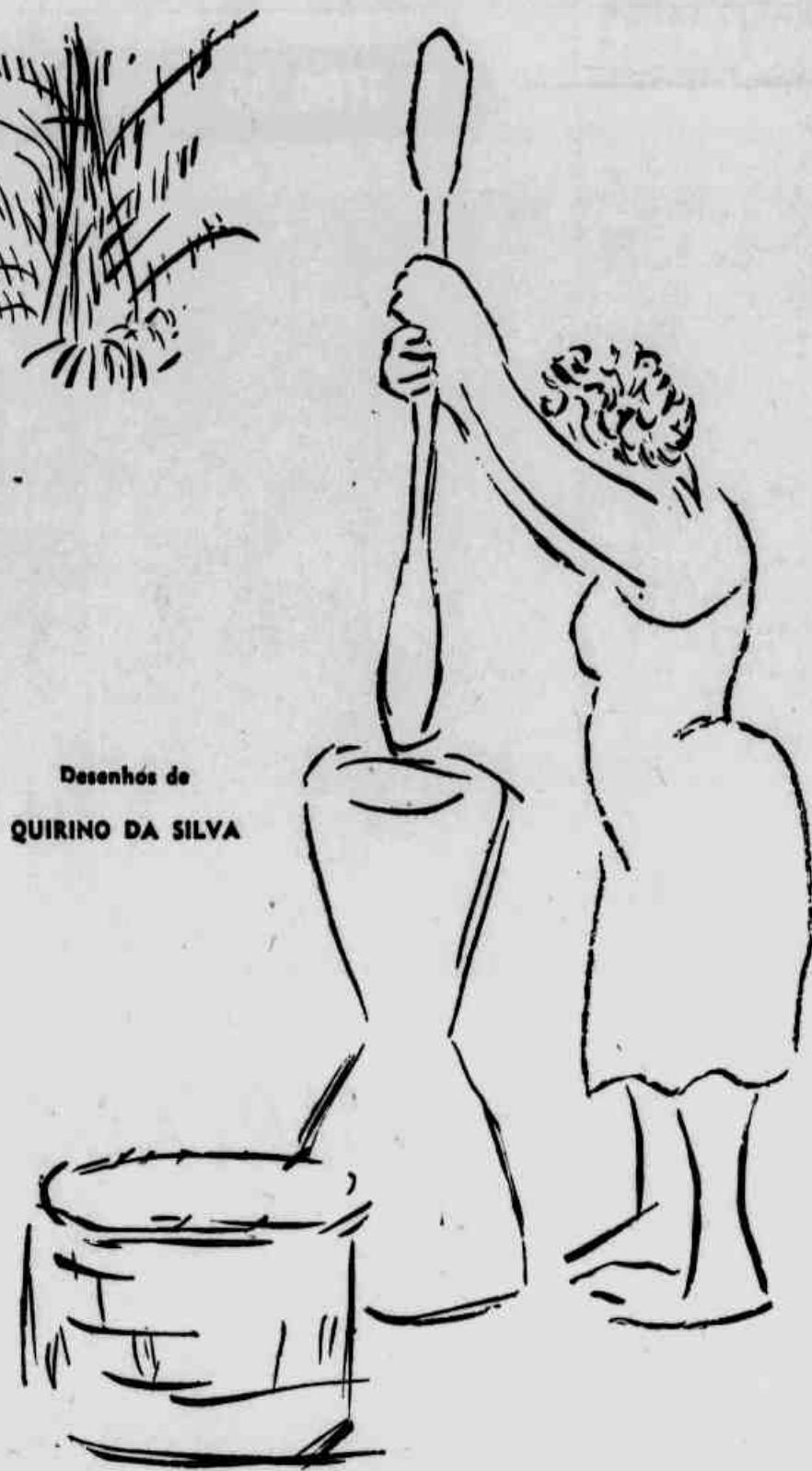
Seria esta fuga aos rios um fenômeno característico da urbanização e, mesmo, na marcha do povoamento das regiões? Os fatos não justificam esta suposição. Regiões com características tropicais muito mais pronunciadas revelam uma situação inteiramente oposta à que ocorre no planalto paulista menos quente, menos úmido e mais salubre. Na Amazônia, por exemplo, assim como nas regiões quentes e úmidas da África e da Ásia do Sudeste o povoamento se tem processado segundo a norma clássica, isto é, seguindo o curso dos rios. Na Ásia do Sudeste, por exemplo, o arroz orientou o povoamento para as planícies quentes e úmidas como o faz entre nós, na Baixada de Iguape, e nas planícies aluviais e inundáveis do vale do Paraíba. Enquanto o arroz conduziu o homem para o vale, o café e o condur para os espigões interfluviais. O povoamento ao longo dos espigões, em S. Paulo, é um fenômeno intimamente ligado ao desenvolvimento da lavoura cafeeira que aqui procura, como dissemos, melhores solos e melhores condições climáticas.

O CAFÉ E AS TÉCNICAS DA VIDA SOCIAL — O café em São Paulo não surge como uma atividade econômica supletiva ou substitutiva. Antes do seu advento, nenhuma atividade conseguia polarizar as energias humanas na luta contra as hostilidades do meio. Fazendas de criação quase desprovidas de gado, lavouras canavieiras dispersas ao longo das áreas já povoadas, comerciantes pobres estabelecidos na capital pequenos sítios produzindo um pouco de gêneros alimentícios, etc., viviam cada um a sua vida, alheios entre si, indiferentes ao seu próprio destino. Embora dependessem das mesmas coisas para o seu próprio sucesso, os interesses imediatos, a ignorância e a ausência de uma atividade que atraísse os elementos mais ativos e empreendedores da época reduzia a nossa sociedade a um aglomerado de atividades heterogêneas e muitas vezes opostas em seus interesses. O café vai ser o polarizador das energias. A identidade de propósitos vai criar um espírito de solidariedade social e econômica que cedo se manifestará na vida política do país. O nosso Estado que, até então, era uma parcela insignificante e inexpressiva da vida do país, irá, pouco a pouco, galgando os mais elevados cargos da administração pública e da política nacional.

Modifica-se, com o café, a nossa estrutura demográfica e social. O escravo e, por conseguinte, o elemento negro, até então pouco importante nessa estrutura passa a integrá-la como elemento indispensável ao seu funcionamento. O regime escravocrata constitui a base do trabalho agrícola nas fazendas do vale do Paraíba. Ele teve importância também em algumas regiões do centro e norte do Estado, como Campinas, Franca, etc. Cedo, porém, inicia-se entre os fazendeiros o movimento pró-imigração e por mais complexas que sejam as causas desse fenômeno, as condições técnicas e econômicas da produção do café não lhe são estranhas. Apenas das condições pouco favoráveis oferecidas ao imigrante, foi o café quem possibilitou a sua vinda e a sua instalação em caráter definitivo no Estado. O café provoca por este meio não apenas um enriquecimento da nossa estrutura étnica mas também um crescimento demográfico que foi, sem dúvida, o mais ativo e rápido do país. A presença do imigrante, aqui trazido pelos interesses da lavoura cafeeira, irá desempenhar um importante papel na futura industrialização do Estado.

Define-se, com o café, uma estrutura social. Modificam-se as bases do prestígio que até então serviram para distinguir os diferentes estratos da sociedade. Surge o "fazendeiro" e com ele a "aristocracia do café". São os membros desta aristocracia, os "coroneis", que irão, de fins do século XIX até 1930 dominar de uma maneira quase total a vida política não apenas do Estado, mas do país. Para ser aristocrata não gente de cima não bastava ter fazendas, ser rico ou possuir diplomas: antes de tudo, era necessário ter café. Dizer-se "fazendeiro" — só era fazendeiro quem plantava café — era o mesmo que dizer "abra-te Sésamo" para que se lhe fossem de imediato abertas todas as portas do prestígio e do sucesso.

O colono, de início como elemento supletivo e depois substitutivo da mão-de-obra escrava, origina uma nova classe social, antes inexistente no Estado e no país. O colono, em São Paulo, não é um colonizador no sentido exato da palavra. Quando desembarca em Santos ele já está preso a um contrato com o fazendeiro. Não chega, portanto, como um homem livre, capaz de criar por sua própria iniciativa e esforço novas condições de vida e de trabalho na região. Substituindo o escravo na lavoura, sua posição social quase que chega a ser a do próprio escravo. Sua liberdade, sobretudo nos últimos anos do século passado e primeiros do século atual, era mais aparente que real. Estava preso ao senhor da fazenda pelo contrato e pelas dívidas. Esta situação de dependência econômica, só raramente rompida por um ou outro elemento, fazia com que a classe dos colonos, do ponto-de-vista do prestígio social, lidasse com a dos escravos. Não fôra a cor da pele, a confusão seria quase total. De qualquer modo, porém, ela se distinguia do escravo e do si-

Desenhos de
QUIRINO DA SILVA

lante, entre as quais se colocava ao iniciar-se a formação da estrutura social originada pela economia do café.

Não é somente sobre a estrutura social que o café irá exercer sua ação. O espírito associativo, estimulado pela necessidade de defesa de interesses comuns, toma corpo. Ele se manifesta tanto nas organizações para a defesa de interesses econômicos quanto nas organizações de caráter recreativo e mundano. A vida social se intensifica e com ela a necessidade de boas maneiras. Civiliza-se o homem rústico que era o paulista, o "bitter man" que antes do café só tinha diante de si asperasas a vencer. Para vestir-se, vêm da França os figurinos e os costureiros. Da França vêm o champagne e os comestíveis finos. Vem também da França o modelo dos "chateaux" que ainda hoje caracterizam a paisagem urbana de alguns bairros da capital, como os Campos Elíseos e Higienópolis. Surgem, em São Paulo e nos grandes centros do interior, os clubes, onde se reúnem os fazendeiros para jogo e seus filhos para os vespertais ou sa-raus dançantes. Ergue-se em São Paulo um teatro onde se exibem companhias estrangeiras de óperas, de "ballet" e teatrais.

A febricitante vida social criada pelo café apoiou-se na ativa vida econômica por ele originada. Surgem as instituições bancárias, os escritórios comerciais, a bolsa do café, os grandes empórios e "magazines" etc. A vida social e econômica, enfim, monótona e modesta ainda em princípios da segunda metade do século XIX, modifica-se de tal modo e com tal intensidade que não é possível considerá-la sem termos presente ao espírito esse arbusto de ramos verdes e frutos vermelhos que invadiu nossas terras, trazendo-lhe e criando-lhe as condições de progresso e civilização que hoje ostenta.

CONCLUSÃO — Não se restringe aos aspectos acima assinalados a influência exercida pelo café em nossa evolução social, política e econômica. O desenvolvimento demográfico, as modificações das técnicas agrícolas, o aprimoramento da vida intelectual e social, a posição do café na revolução de 1930, as relações diretas e indiretas entre ele e o surto industrial de São Paulo, etc., são outros tantos aspectos que a exiguidade de espaço não nos permite considerar neste artigo. Creemos, porém, que os elementos aqui abordados são suficientes para justificar o título do trabalho. O café não criou apenas um complexo cultural cujas características intrínsecas estão por ser estudadas. Mais do que isso, ele foi um poderoso agente de civilização. Pelas marcas que imprimiu à paisagem tanto quanto pelas alterações que provocou em nossas condições de vida, parece-nos justo considerá-lo a fase cafeeira, em nossa evolução histórica, como autêntica civilização do café.

- 1 — Ferrin, A. — La Civilisation de la Vigne. Col. "Géogr. Humaine", Lib. Gallimard, Paris.
- 2 — Gélou, Pierre — A geografia e as civilizações. Os princípios do método geográfico. Rev. Bras. de Geografia, X, n.º 2, abr.-jun, 1948.
- 3 — Col. "Géographie Humaine" dirigida pelo prof. P. Deffontaine e editada pela Lib. Gallimard, Paris. (23 vols. já publicados).
- 4 — Vellard, J. — Une Civilisation du Miel. Col. "Géogr. Humaine", Lib. Gallimard, Paris.
- 5 — Freyre, Gilberto — Nordeste. Livr. José Olympio, Rio de Janeiro.

SEMENTES PARA NOVAS CULTURAS

ENTRE todas as práticas agrícolas a mais econômica é a do uso de sementes de melhor capacidade produtiva.

Os gastos que se fazem em uma cultura qualquer são os mesmos, quer usando-se sementes de elevada capacidade de produção, quer se usem sementes sem essa capacidade.

De modo que é de todo interesse que se estabeleçam as novas culturas e replantes das antigas com sementes tratadas agronomicamente e oriundas de entidades oficiais que tenham programa de seleção de café.

Por esse motivo, o Instituto Brasileiro do Café entrou em entendimento com o Governo do Estado de São Paulo, no sentido de comprar, por intermédio de sua Secretaria da Agricultura, todas as sementes disponíveis produzidas por culturas originadas no Instituto Agrônomo de Campinas.



MAIS 10 MILHOES

Pretende o Instituto Brasileiro do Café com essas sementes, cerca de 10.000 quilos, distribuídos aos diversos Estados cafeeiros, obter 10 milhões de cafeeiros que se constituirão em meio de observação e futura produção de sementes.

Além dessas, a Secretaria de Agricultura de São Paulo distribuirá, aproximadamente, mais de 50.000 quilos.

O Instituto Brasileiro do Café comprará da Secretaria de Agricultura sementes com garantia de germinação, variedade e origem, depois as venderá pelo preço de custo aos lavradores.

Serão aplicados, nessa operação, cerca de 4 milhões de cruzeiros, os quais voltarão com a venda dessas sementes.

Distribuir-se-ão, assim, sementes oriundas de culturas feitas com sementes do Instituto Agrônomo de Campinas, das variedades "Bourbon Amarelo", "Bourbon Vermelho", "Catuaí Amarelo", "Catuaí Vermelho" e "Mundo Novo".

Na quantidade programada para recebimento do Instituto Brasileiro do Café, uma parte é de origem especial e será distribuída a lavradores escolhidos para se constituírem, no futuro, campos de fornecimento de sementes.



CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DO RIO DE JANEIRO



EMBARQUE DE CAFÉ NO PORTO DO RIO DE JANEIRO E TRANSPORTE PELAS RUAS DO CAIS



MERCADORES DE ELITE

Theophilo de ANDRADE

QUANDO o Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro completou, a 19 de dezembro de 1951, o seu primeiro cinquentenário, o jornalista Theophilo de Andrade, que já vinte anos acompanhava, como economista, a vida cafeeira do Brasil publicado em "O Jornal", do Rio de Janeiro, o seguinte artigo:

"Celebrou-se, ontem, uma data da cidade: o cinquentenário do Centro do Comércio de Café. Vale a pena lembrar que a história da vida econômica do Rio de Janeiro temido o comércio cafeeiro, outrora disperso e sem organização, mas, desde meio século, reunido em um gremio que tem a dignidade de uma verdadeira Ordem, pelos preceitos de decência e pelo alto padrão que soube preservar em suas relações com os fazendeiros, no interior, e com os im-

portadores, nos países do ultra-mar.

Tempo houve em que o Rio de Janeiro era o principal porto de exportação do café do Brasil. O deslocamento das fazendas, na direção do sul, e a conquista do planalto paulista pela rubiãca, fizeram com que o Rio perdesse o monopólio do escoamento das safras, o que se passou a fazer, predominantemente, por Santos e ainda pelos portos de Vitória, Paranaguá e Angra dos Reis. O Rio sofreu, sobretudo, com a queda da cultura no Estado do Rio, que foi a principal província cafeeira do Brasil, nos tempos do Império, e que hoje é um produtor de segunda classe. Mas se o volume de exportação de outras prazas cresceu pelas circunstâncias acima referidas, nem por isso o comércio cafeeiro desta cidade perdeu a sua posição.

Soube manter o seu nível, graças aos métodos de mercadejar e até atraindo a exportação dos cafés situados em regiões distantes, como São Paulo e até o Paraná tendo, ainda, recentemente, batido novos records nas cifras de sua exportação.

Nas primeiras eras do Império, o comissário de café era um homem que tocava todos os instrumentos. Era ele o banqueiro do lavrador, o comitente, o armazenista, o beneficiador e o exportador do produto. Com o correr do tempo, as funções foram especializando-se. O banqueiro surgiu como a classe à parte. Os armazenadores de instituíram em companhias de armazéns gerais. E a própria classe cafeeira se dividiu em três ramos, que são hermeticos mas distintos, embora muitas firmas exerçam, cumulativamente, as atividades diversi-

ficadas, que são as de comissário, exportador e corretor de café.

Foi esta gente, que, tradicionalmente, converte para a rua da Quitanda, organizada em classe, pela primeira vez, em 1901, graças à capacidade de liderança do Conde de Avelar. Foi ele quem, há meio século, reuniu sob um teto único os comerciantes de café para realizarem, diariamente, os seus negócios, exibirem as suas amostras, fazerem suas ofertas e fixarem por esta forma, a média dos preços que indicam a posição do mercado.

O Centro do Comércio de Café, como todas as associações, teve altos e baixos em sua vida, de acordo com a própria existência acidentada de um produto que, tanto dependa das condições climáticas reinantes em cada safra, como da capacidade de absorção dos merca-

dos internacionais, abalados pelas crises e pelas guerras, que sempre infligiram a humanidade.

A maior delas se verificou, provavelmente, durante a primeira guerra mundial, pois, naquela época, os principais freqüentes do porto eram exatamente os países em luta. Foi naquela ocasião, terminado o conflito, em 1918, que se fez sentir a ação remodeladora de um leader de escol, o comerciante Galeno Gomes.

Desde então, a marcha do Centro tem sido sempre ascendente. Por sua presidência, passaram homens energéticos e dedicados, sempre interessados em manter o padrão da classe e defendê-la contra os prejuízos decorrentes da ação intempestiva dos poderes públicos, que incursionam, regularmente, pelo comércio do produto, na realização das suas diversas políticas de "defe-

sa dos preços", que não raro se transformam em ações valorizadoras, com graves repercussões na economia pública. E de recordar-se, aqui, os nomes de homens como Oliveira Castro, Silvio Figueira e Paulo Rodrigues Alves. Registro especial deve ser aberto ao de Julio Avelar, prole fiel do fundador do Centro, que, durante oito anos — entre eles os da segunda guerra mundial — prestou relevantes serviços não somente à classe, como ao Brasil, cooperando com o Departamento Nacional do Café, na política de assistência ao produto.

Em sua última fase, veio a presidência do Centro às mãos de um elemento da geração nova, criado dentro da própria classe, e que nela trilhou todos os passos, de auxiliar de escritório a grande exportador, revelando-

se, desde cedo, um dos grandes técnicos de café que hoje o Brasil possui — o sr. Rui Gomes de Almeida. A ele vai dever o Centro, ademais, a iniciativa da construção de sua nova sede, que será uma realidade, dentro de algum tempo, pois para isso já existem os recursos necessários.

O que tem caracterizado a ação do Centro do Comércio de Café, nos últimos anos, é a sua modernização e a sua clarividência, seguindo uma política radicalmente contrária às especulações, mas de defesa do produto, dentro da velha e sempre nova lei da oferta e da procura.

A sua atuação foi notável, muito especialmente, quando, na administração Corrêa e Castro na pasta da Fazenda, se traçou o plano de liquidação dos estoques do D. N. C.,

plano duramente combatido por um grupo de especuladores e que, na prática, se mostrou frutífero, pois foi depois da extinção do fantasma dos cafés daquela autarquia, que se prestavam a toda sorte de especulações de baixa, que o produto pôde firmar-se, definitivamente, triplicando os seus preços e dando, conseqüentemente, ao Brasil três vezes mais dólares que antigamente.

O comércio de café, pela sua organização, pelos homens que o compõem e pelos seus métodos de trabalho, é uma classe selecionada, de nível muito alto. O seu gremio, agora cinquentenário, constitui um orgulho para a cidade.

O café, que é um produto hobre, tem a maneirinha de uma classe de mercadores de elite.

JA' em fins do século passado, o comércio de café do Rio de Janeiro contava com uma tradição de muitas décadas. Não tinha, porém, chegado a congregar-se em uma associação para a defesa dos interesses da classe, que eram múltiplos, pois o comércio de café englobava, já naquela época, não somente os exportadores, como os comissários e encasadores, que, muitas vezes, eram uma só firma. Os encontros dos interessados se faziam em plena rua, muito especialmente na esquina da rua dos Beneditinos. Mas as operações eram vultosas e não se compadeciam com o gênero do próprio comércio que se negociasse nas calçadas e nas ruas, quando as operações do disponível são realizadas, em grande parte, à base de amostras, e, as amostras precisam ser vistas, examinadas e classificadas. Foi por isso que, ao iniciar-se o século, já estava madura, entre os comerciantes do ramo, a ideia da necessidade de um lar que acolhesse os mercadores que se dedicam à compra e venda de artigo de tamanha importância para a economia do país.

Como aconteceu sempre em tais ocasiões, o que estava faltando era um "leader", isto é, uma personalidade com capacidade de comando suficiente para arremessar a classe. Esse "leader", porém, existia, tacitamente reconhecido por todos: era o Conde Avelar. Sob o seu comando, foi resolvida a fundação do gremio que já então recebeu o nome de Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro.

O ato da fundação teve lugar no Salão do Centro Comercial, à rua General Camargo, n. 2, no dia 19 de dezembro de 1901, à 1 hora da tarde. Foram presentes fundadores as seguintes firmas:

Avelar & Cia.; Theodor Wille & Cia.; J. J. Torres & Cia.; Machado, Estácio & Cia.; Sousa, Irmão & Cia.; Costa, Pereira & Cia.; A. Xavier de Faria; E. Johnston & Cia.; Araujo Maia & Cia.; Veiga & Cia.; Antenor Dutra & Cia.; Carrilho & Cia.; Manoel Guimarães; Gouveia, Brandão & Cia.; Luiz Moreira & Cia.; Bandeira, Soares & Cia.; Adolpho Schmidt, Irmão & Cia.; Meireles, Costa, Zambelli & Cia.; Samuel Papper; Miranda Junior & Cia.; Machado Guimarães, Mota, Santos & Cia.

O Conde de Avelar, a quem cabia a iniciativa da fundação, convidou para presidir os trabalhos, o dr. Arthur F. Machado Guimarães, homem de grande prestígio no meio, que, por sua vez, convidou para secretário os trabalhos da reunião de fundação o próprio Conde de Avelar e o dr. Gustavo Maia. Dando início aos trabalhos, explicou os motivos da reunião o Conde de Avelar, que, na mesma ocasião, apresentou à Assembléia o projeto dos Estatutos, elaborados, a seu pedido, pelo eminente jurista, o dr. Amaro Cavalcanti.

Recebeu ele emendas dos srs. Gustavo Maia Machado Guimarães, João Paulo de Almeida Magalhães, J. J. Torres, do Conde de Avelar e do sr. E. Johnston, todas as quais foram acolhidas e aprovadas. A Comissão de Redação Final foi constituída pelos srs. Dr. Francisco Teixeira Leite Guimarães, Leopoldo Duque Estrada e Gustavo de Araujo Maia.

A primeira Diretoria, eleita por aclamação, foi composta pelos srs. Conde de Avelar, Presidente; Gustavo de Araujo Maia, Secretário; e Antonio da Silva Maia, Tesoureiro.

De acordo com os estatutos então aprovados, o Centro teria por objeto a defesa dos direitos e interesses do comércio de café e a ele pertenceriam os encasadores, exportadores, corretores e lavradores de café.

E' de notar que, já em sua hora de fundação, o Centro abriu as suas portas aos lavradores do café. E, efetivamente, um dos seus primeiros atos, foi endereçar um longo e bem fundamentado memorial ao Presidente do Estado de Minas Gerais, solicitando que fossem tomadas "medidas de auxílio à lavradora de café, de modo que ela pudesse superar a crise intensa da baixa dos preços".

Aquela tradição foi conservada até hoje.

O comércio de café do Rio de Janeiro, até mesmo nos presentes dias de organização das classes em sindicatos, continua fiel à sua orientação inicial, de defender os interesses da lavradora, pois sabe perfeitamente que somente uma lavradora próspera poderá permitir o bom desenvolvimento do comércio, fazendo com que a exportação do produto reverta em benefício da nação.

Mas, uma das finalidades da fundação do Centro era, como dissemos, proporcionar um lar ao comércio do café. Os primeiros dirigentes do gremio meteram mãos à obra, com coragem e rapidez, de sorte que, pouco mais de dois anos depois, a 3 de setembro de 1903, era inaugurada a primeira sede, sita à rua da Quitanda, 191, com festas e discursos, e a presença do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da República.

A fachada foi de Moraes de los Rios, em estilo Renascença Espanhola, e o edifício projetado por Bandeira, Frota e construído por Sandim & Ferreira, em terreno alugado no Mosteiro São Bento.

Mas, a diretoria fundadora não estava ainda satisfeita. O Prefeito Pereira Passos acabava de lançar a avenida Central, que depois recebeu o nome atual, de Barão do Rio Branco. E ela preconizava a aquisição de um quadrilátero, que pegaria a rua da Quitanda e terminaria na avenida, exatamente onde hoje se ergue o Banco da Prefeitura. O Conde de Avelar, de posse de uma opção para o terreno, convocou uma reunião da Assembléia e expôs os seus planos. O café deveria acompanhar o progresso da cidade. A aquisição valeria, ademais, como negociação pela valorização forçada do terreno. Eram necessários para a compra apenas cento e vinte contos e, posteriormente, se poderia concentrar, ali, o comércio cafeeiro, com escritórios e armazéns.

A construção toda importaria em uma dois mil contos, que seriam pagos, muitas vezes. Mas, desgrazadamente, nem sempre as idealizações dos pioneiros são compreendidas. O comércio de café da época era composto por um grupo de 237 comerciantes inscritos. Mos-

HISTÓRICO

trou-se indiferente à grande ideia. A Assembléia Extraordinária, convocada, como antes Silvio de Magalhães Figueira, em discurso que pronunciou ao comemorar-se o Cinquentenário do Centro, apenas 14 firmas e o capital inscrito não passou de 36 contos.

O Conde de Avelar e Araujo Maia, desgostosos, demitiram-se. O seu esforço, porém, breve seria reconhecido, quando, já em 1906, foi inaugurada, com solenidade, uma placa, na sede da agremiação, com os nomes dos primeiros dirigentes.

A partir de então, o Centro entrou em rotina, como associação de classe. O comércio se habituou a frequentá-lo, como quem toma o café pela manhã, o almoço ao meio-dia e o jantar à noite. Aos poucos, foi se formando uma geração de homens com capacidade de defender os interesses da classe, sobretudo em face dos poderes públicos que, a partir de 1908, isto é, do Convênio Taubaté, tem intervindo, permanentemente, na economia cafeeira, criando situações que não raro interferem, desastrosamente com as operações do comércio.

E' grande, neste meio século decorrido, a lista dos presidentes e diretores que teve o Centro. Entre os mortos, deve ser dado destaque especial, ao lado dos pioneiros da primeira diretoria, a figura do Galeno Gomes, que, durante doze anos, foi o guia incansável, prestigiado por todos. Secundou-o o sr. Cristiano Heyn Hamann, com a mesma dedicação e, praticamente, pelo mesmo tempo.

Por toda aquela época, e por muito mais, durante trinta e cinco anos, contou o Centro com os serviços do dr. Cid Braune, primeiro como Secretário Geral, e depois como Consultor Jurídico, até o ultimo dos seus dias, pois faleceu a 12 de janeiro de 1954.

Com o correr dos anos, verificaram os membros do Centro que a velha sede, embora ainda pudesse servir, não mais preenchia as finalidades para que fora construída, motivo por que se resolveu a demolição e a construção de uma nova, cuja pedra fundamental foi lançada a 19 de dezembro de 1953, quando o Centro completava 52 anos de vida. Do ato, foi lavrada uma ata, cujo exemplar numero um foi colocado dentro da pedra fundamental, e cujos termos foram os seguintes:

"Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano da graça de mil novecentos e cinquenta e três, às dez e meia horas, na Cidade do Rio de Janeiro, à rua da Quitanda, numero cento e noventa e um, no mesmo local do prédio antigo, construído em mil novecentos e três e demolido no ano que agora finda, é lançada a pedra fundamental do novo edifício do Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro. E a diretoria desta associação, composta dos senhores Marcelino Martins dos Santos Filho — presidente, Silvio de Magalhães Figueira — secretário e Azarias Martins Villela — tesoureiro, e assistido pelo seu consultor jurídico doutor Cid

Braune, bem como as firmas de comércio, corretores e intermediários de negócios de café, abaixo assinados, na presença de testemunhas amigas, aproveita a solenidade para depositar nesta urna — de par com lembranças do dia de hoje, cartões, moedas e jornais — guardando-a para a História, a seguinte declaração:

Ao lançarmos esta pedra fundamental, voltamos, comovidos, o nosso pensamento para os homens que, no começo do século, fundaram este Centro e se traçaram como programa dar um teto aos comerciantes de café. Daquela plêiade de beneméritos, destacamos como pioneiros da ideia, os senhores Conde de Avelar, o Conselheiro Antonio da Silva Maia e Gustavo de Araujo Maia. Nenhum deles está vivo. Recordamos, porém, por isso mesmo os nomes com reconhecimento porque foi à sua inspiração que nos moveu a construção deste novo edifício.

Os propugnadores do primeiro prédio do Centro não pensaram talvez na sobrevivência dos próprios nomes. Maior razão para que manifestemos o nosso reconhecimento aos que se foram, pela obra que, engrandecida, vai servir de abrigo aos que virão.

O tempo cedo apagará da memória dos homens, os nomes dos que aqui hoje comparecem. E é a bem dizer certo que nenhum deles estará vivo, quando, daqui a dezenas ou mesmo centenas de anos, se abrir este cofre.

Esperamos eles, porém, que, qualquer que seja o regime em que venham a viver os que os abrirem, tenham a mesma confiança que nos anima no princípio da cooperação e da boa-vontade entre os homens, que é o elo que os mantém unidos e que assegura, ao mesmo tempo, a continuidade do trabalho e da cultura, através das gerações.

A cooperação é, em si mesma, uma renúncia, um desprendimento da pessoa em benefício dos seus semelhantes. E foi esta a ideia que iluminou o caminho dos que traçaram o programa generoso da construção de uma casa para o comércio de café, em mil novecentos e um, quando se fundou o Centro. Graças aos seus sacrifícios, as paredes se levantaram e o teto se distendeu, abrindo, durante cinquenta anos, os homens do café. E a casa simbolizou a classe e tornou-se uma tradição. Ao abrigo do tempo e das intempéries, o comércio de café se consolidou como classe, fiel aos seus princípios da honestidade e da moralidade, para o maior engrandecimento da Pátria.

Desejamos que a nova casa que vai nascer desta pedra, seja a continuação ininterrupta de tão enobrecedora tradição.

Quando o novo edifício se elevar aos céus, enriquecendo o conjunto urbano da nossa bela cidade, ninguém avaliará sequer o seu custo, não em dinheiro, que este constará dos arquivos, mas em ansiosas angústias e trabalhos realizados, altruisticamente, por uns poucos, em benefício da coletividade. E, verdade seja escrita, a obra só está sendo realizada porque os líderes tiveram uma vontade de ferro. São esses beneméritos os senhores Marcelino Martins dos Santos Filho, atual presidente da Casa, Julio de Sousa Avelar, antigo presidente, e Abraão Ja-

bour, antigo membro do Conselho, todos chefes de grandes firmas exportadoras, capitães de comércio, possuidores de admirável dinamismo, que aceitaram o duro encargo de constituir a Comissão de Construção, responsável pela realização da obra. E graças a eles que a ideia está passando do estágio do sonho para o da realidade.

E' de justiça que fique também assinalado nesta ata o nome do sr. Rui Gomes de Almeida, que foi presidente do Centro do Comércio de Café, nos anos em que a ideia da construção da nova sede amadureceu, e da qual ele se transformara em força propulsora. A diretoria por ele presidida, da qual eram membros os conselheiros Antonio Esteves Marques e Azarias Martins Villela, teve o privilégio de dar os passos decisivos que asseguraram o financiamento da obra projetada e que está sendo executada pela firma Graça Couto & Cia. Ltda., sob a fiscalização do engenheiro dr. João Szilard.

Esperamos que a casa cuja construção agora se inicia, tenha vida longa, e que séculos decorram antes que a ação do tempo ou as transformações da cidade levem gerações futuras a demolir o que hoje estamos construindo com tanto carinho.

No dia em que isso acontecer, que os inventores deste cofre, em qualquer época em que for aberto, meditem no exemplo de energia, altruísmo e espírito associativo que, no quadro de uma civilização justamente orgulhosa do seu individualismo e de sua livre-empresa, congregou, neste ano da graça de mil novecentos e cinquenta e três, homens de boa-vontade. E' que nós, os trabalhadores do café do começo da segunda metade do século XX, da Cidade do Rio de Janeiro, dividamos na cooperação que harmoniza os interesses, o evangelho dos que, dentro da mesma profissão, ganham o pão com o suor do seu rosto.

Orala, tenham os inventores deste cofre, no dia em que for aberto, igual consolação para as lides da vida!"

E' a seguinte a Diretoria que dirige o Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, que funciona, provisoriamente, enquanto está em construção a sua nova sede, à rua Visconde de Inhauma, 39, 3.º andar:

Diretoria:
PRESIDENTE: MARCELINO MARTINS DOS SANTOS FILHO
da firma Marcelino Martins Filho & Cia.
SECRETÁRIO: DR. SYLVIO DE MAGALHÃES FIGUEIRA
da firma Ed. Figueira & Cia.
TESOUREIRO: AZARIAS MARTINS VILLELA
da firma A. VILLELA & CIA. S/A.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
O Conselho Administrativo é composto das seguintes firmas:
A. VILLELA & CIA. S/A.
CIA. BRASILEIRA DE CAFÉ
COMÉRCIO E INDÚSTRIA — BARBOSA MARQUES S/A.
ED. FIGUEIRA & CIA.
MACIEL GOMES S/A. Comissaria-Exportadora
MARCELINO MARTINS FILHO & CIA.
DIALMA, BRANCO S/A.

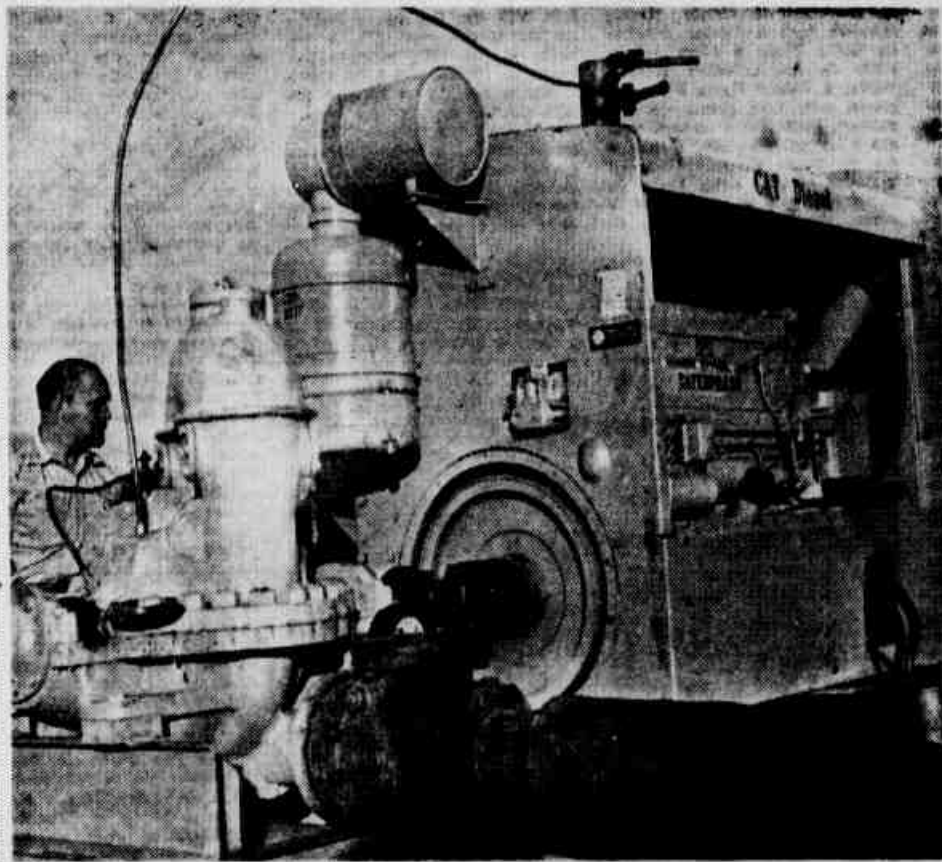
ORTENBLAD, PAIVA & CIA. LTDA.

**PIONEIROS
EM IRRIGAÇÃO
NO BRASIL**

RUA LIBERO BADAR 6, 152 — 16.º ANDAR

FONE: 32-7304

SÃO PAULO



A maior moto-bomba já trazida ao Brasil para integrar um conjunto de irrigação. Características. Motor "Caterpillar" de 250 HP e bomba "Economy" de dois estágios. Quatro unidades foram importadas e instaladas nos municípios de Matão (2) e Tupã (2).



Tradicional fotografia de irrigação em funcionamento em uma fazenda de Batatais, um dos primeiros conjuntos instalados no Brasil

APARELHOS INSTALADOS E EM FUNCIONAMENTO NOS SEGUINTE ESTADOS E MUNICIPIOS:

S. Paulo	Dois Corregor	Matão	Pirajul	S. Paulo
Altinópolis	Duartina	Miguelópolis	Pitangueiras	São Simão
Alvares Machado	Fernandópolis	Mirandópolis	Pontal	Serra Azul
Amparo	Franca	Morro Agudo	Porangaba	Serrana
Angatuba	Gália	Neves Paulista	Presidente Alves	Sertãozinho
Araçatuba	Garça	Nuporanga	Promissão	Tabapuã
Araraquara	Getulina	Oriândia	Ribeirão Preto	Taquaritinga
Assis	Guaíra	Pederneras	Rifânia	Terra Roxa
Atibaia	Guará	Pedregulho	Sales Oliveira	Tietê
Avanhandava	Guaraçal	Penapolis	São Carlos	Tupã
Bariri	Ibitinga	Pinhal	S. Joaquim da Barra	Uchoá
Barra Bonita	Igarapava	Piracicaba	S. Manoel	Valparaíso
Batatais	Ipoá			
Bebedouro	Ituverava			
Bocaina	Jaborandi			
Brodosqui	Jaboticabal			
Brotas	Jardinópolis			
Campinas	Jau'			
Catanduva	Lavinia			
Cedral	Lins			
Colina	Macatuba			
Cravinhos	Marília			

OUTROS ESTADOS

Minas Gerais	Estado do Rio	R. G. do Sul
Aymores	Itaguaí	Porto Alegre
Arceburgo	Marquez de Valença	Paraná
Conquista	Padua	Andara
Monte Santo	Rezend	Jacarezinho
Bahia	Três Rios	Ribeirão Claro
Entre Rios	Vassouras	Distrito Federal
Itaberaba	Viuva Graça	Campo Grande
Salvador	Paraíba	Jacarepagua
R. G. do Norte	Campina Grande	Santa Cruz
Natal		Pernambuco
		Recife

Opina o sr. Plínio de Castro Prado

Comprovada a eficiência do sistema de irrigação artificial através do maior rendimento do café

Possui a fazenda Bom Jesus serviço social identico ao da legislação vigente para a industria e o comercio — Não existe escassez de braço — Moderna maquinaria agricola, base da excelente produção da fazenda

As mais recentes conquistas da técnica no campo da agricultura têm encontrado a melhor aplicação na lavoura nacional, proporcionando maior rendimento, levando-se em conta as primeiras experiências, que têm assegurado melhores perspectivas para as diversas culturas.

Recentemente, nossa reportagem visitou a Fazenda Bom Jesus, em Jardinópolis, na Alta Mojiânia, de propriedade do sr. Plínio de Castro Prado.

Ao primeiro contacto com a fazenda, nota-se a preocupação que tem o seu proprietário em recorrer aos métodos mais modernos no setor agrícola, a fim de estabelecer condições necessárias para que as suas diversas culturas encontrassem o maior amparo técnico e com ele pudessem conseguir o maior rendimento.

A Fazenda Bom Jesus possui 1.110 alqueires de terra, com cerca de cem de reservas florestais. Prevalece, assim, mais de 90% de área utilizada em culturas e pastagens, o

que representa índice dos mais elevados. Apesar do café ser a principal cultura, contudo, o sr. Plínio de Castro Prado tem como norma adotar a policultura e além de arroz possui uma plantação de trigo das maiores na região.

Um fato que não fugiu à observação da reportagem foi a existência de carros de bois ao lado das mais modernas máquinas agrícolas. Liga-se desta forma a uma tradição das mais caras para o Brasil, quando ainda os carros de bois, "gemendo", pelas estradas, ajudaram a construir a economia agrícola do país.

A par desse sistema primitivo de transporte viam-se grandes tratores e um sistema moderníssimo de irrigação por aspersão, que segundo seu proprietário é hoje um dos principais fatores de aumento da produção da Fazenda Bom Jesus.

A propósito, ouvimos o sr. Plínio de Castro Prado sobre as vantagens que são asseguradas pelo sistema de irrigação.

"As primeiras experiências com a irrigação artificial foram feitas nas lavouras de café, arroz e trigo, na safra 1953/54, das quais colhi os melhores resultados" — afirmou-nos o sr. Plínio de Castro Prado.

"Na lavoura cafeeira — continuou — apesar de termos tido chuvas regulares na região, nos meses de julho a setembro, notou-se, desde logo, a diferença na plantação irrigada. A frutificação é mais ou menos igual. No entanto, o mesmo não ocorre em relação à vegetação. As árvores irrigadas denotam uma vegetação maior. Não há requiem, pois a lavoura irrigada apresenta brotos mais vigorosos desaparecendo os ponteiros".

Todos esses fatores — prosseguiu o sr. Plínio de Castro Prado — proporcionam maior rendimento à cultura cafeeira. Quanto a outras culturas como no caso do arroz, a diferença é enorme. O êxito da irrigação aqui foi total. Nos lotes irrigados, a média de colheita por alqueire foi de 110 sacas, contra 40 das áreas que não se beneficiaram da irri-

gação. O rendimento aí foi de mais de cem por cento, o que não deixa de ser extraordinário. Nessa proporção, sem qualquer tropeço, quase que se pode triplicar a produção rizícola.

Passando a abordar a plantação de trigo, disse-nos o sr. Plínio de Castro Prado: — "Não semeio trigo em larga escala, porque o clima dessa região não é propício. Contudo, com a irrigação artificial poderíamos cultivar, satisfatoriamente, esse cereal, que ainda constitui o grande consumidor de divisas de nosso país. As minhas plantações de trigo servem ao consumo de meus empregados, e a mim próprio, num total de quase 250 pessoas.

Os resultados conseguidos nesta última safra — prosseguiu — animaram-me a plantar 10 alqueires, o que fiz em abril passado. Espero que com a irrigação tenha resultado superiores aos que tive na primeira experiência.

Desta forma — disse-nos — a irrigação artificial me proporcionou nesta safra co-

lheitas superiores às dos anos anteriores.

Disse mais ainda o sr. Plínio de Castro Prado, que a eficiência do aparelho de irrigação, importado diretamente dos Estados Unidos e precedido de estudos pelo sr. Alberto Ortenblad, poderá ser comprovada pelos descrentes em sua fazenda.

PRODUÇÃO E O BRAÇO HUMANO

A seguir, abordamos o sr. Plínio de Castro Prado sobre a produção de sua fazenda. Disse-nos:

"Tenho, no momento, 200 mil pés de café, sendo 110 mil de 40 anos e 80 mil de 3 a 6 anos. A produção média por alqueire é de 60 arrobas. As últimas geadas me trouxeram prejuízos, a quebra de cafeeiros foi de cerca de 20 mil.

Trabalham na fazenda Bom Jesus — continuou — 39 famílias, num total de 236 pessoas, e o salário médio atingiu, no último ano, em média, Cr\$ 1.200,00 em dinheiro, sem computar mora-

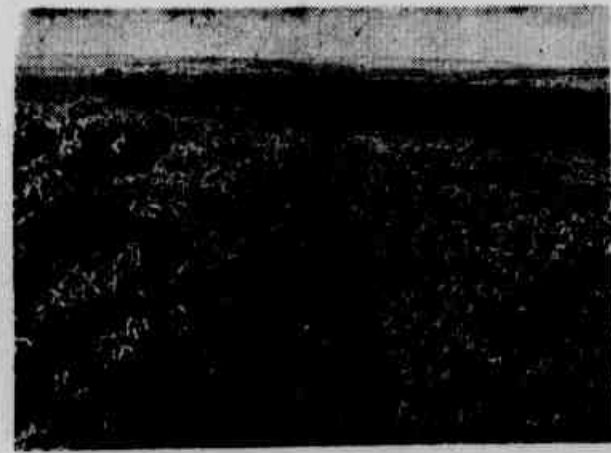
dia e gêneros fornecidos a baixo preço: arroz a 5,00 o k., carne a 5,00 o k., leite a 1,00, trigo a 2,00. Revelou ainda que não existe falta de braço para as suas lavouras e que mantém um serviço social, para atender seus empregados, idêntico ao da legislação vigente para o empregado de indústria e do comércio.

Esta última providência do sr. Plínio de Castro Prado, veio, sem dúvida, favorecer o trabalhador rural, que encontra, deste modo, meios que lhe assegurem uma assistência eficiente e que o amparam em todas as circunstâncias.

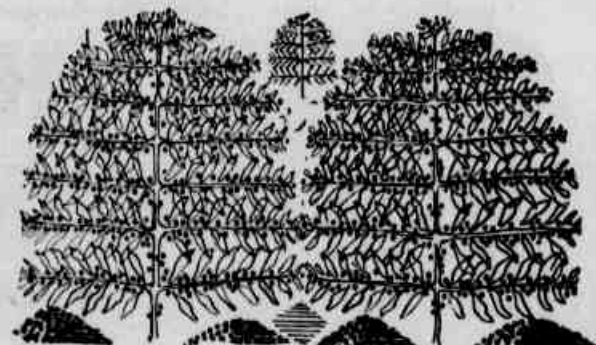
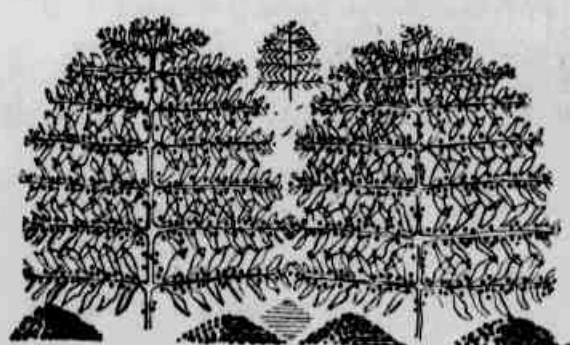
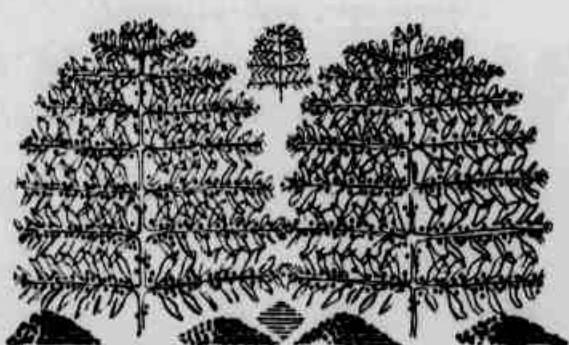
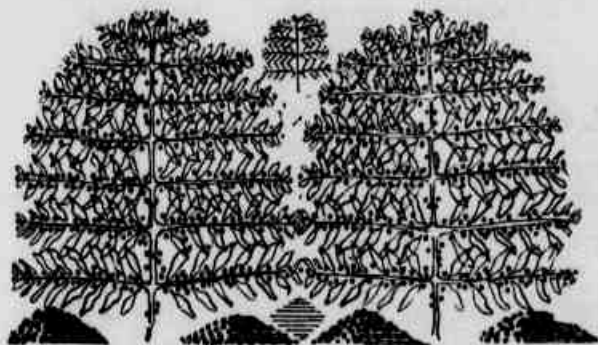
E por outro lado, esse serviço social motivo para fixar o homem à terra, impedindo que procure os grandes centros. Está aí por que o sr. Plínio de Castro Prado assegurou-nos que em sua fazenda não existe falta do braço humano para tocar suas lavouras. O trabalhador encontra todo o apoio sem que precise se locomover para outras regiões à procura de maiores facilidades.



O sr. Plínio de Castro Prado quando falava ao repórter



Vários aspectos da fazenda Bom Jesus, vendo-se um cafezal cujo índice de produção atinge a 60 arrobas por mil pés. O aumento dessa produção foi conseguido graças à irrigação artificial



O título é improprio se o tomarmos na acepção legitima, mas podemos admitir por relação "pelo café", e sim houve os que, da nobreza de sangue foram também à nobreza do trabalho plantando café. A esses esforços foram acrescidos títulos reais e imperiais que mais dedicaram a dignificante fama de uma, ressaltando-lhes ainda mais a proeminência. Assim, por ambos os motivos se diz com certo orgulho "nobreza do café", ou "aristocracia cafeeira", como sendo mais um título de honra.

Essa chamada "nobiliarquia do café" não é privilégio de São Paulo, e sim comum a outros Estados como o do Rio, que foi a mais rica das províncias do segundo reinado. Quasi toda a aristocracia fluminense vivia dos tratos da lavoura, quando o "café do Rio" iluminava os cartazes das grandes cidades como símbolo da melhor qualidade. Dentre os grandes nomes da agricultura dessa época, destacam-se titulares, ministros, senadores, diplomatas, desembargadores, generais, bispos, e a própria Casa Imperial, que tinha suas fazendas, dentre as quais a celebre Fazenda Imperial, que dom Pedro I comprou na região onde, depois, seu filho, o Imperador dom Pedro II fundou a magnífica cidade de Petrópolis. Famosas são as casas das fazendas fluminenses, únicas no seu esplendor e requinte. De arquitetura nitidamente brasileira, inconfundíveis na sua beleza, em tudo quanto possa caracterizar as grandes escolas patriarcal a que se emprestou a elegância do gosto francês nos serviços e nos detalhes que caracterizam a mundanidade de que eram palco. Riquetismos interiores em que resplandecia o mobiliário brasileiro, — tapetes da Índia ou da França, riquíssimos tapetes, lustres de cristal da Bohemia ou carilabros portugueses. No Estado do Rio como em São Paulo, ao tempo do esplendor cafeeiro, o serviço interno era dirigido e feito por auxiliares europeus, como governantes, secretários, mordomos, criados, amas e até cozinheiros e copeiras além de tratadores de cavalos e outros animais. Tudo era importado, porque o Brasil podia exportar também pois havia aquele equilíbrio maravilhoso que foi o da balança comercial e financeira do Império e que a República destruiu completamente. As viagens facílimas e baratas permitiam aos filhos das mais ilustres famílias se educarem na Europa, de forma a estarem preparados, pela educação e pelo enfrentamento a vida, do que resultou essas primor que foram essas gerações que conservaram hábitos senhoriais, e a nobreza de

1. O CAFÉ NA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Fortunas fabulosas se ergueram no Estado do Rio saídas da plantação do café, e da cana quando o Brasil mantinha, no mundo inteiro, o primado da produção, e, sinônimo de milionário, em Paris era "brasileiro", havendo mesmo canções que o significavam ao aludir a "um rico brasileiro" como hoje se diz "um milionário americano". Palácios suntuosos, jardins magníficos surgiram na Corte, em cidades adjacentes e nas fazendas. Assim, o 2º barão, visconde e conde de Nova Friburgo (Bernardo Clemente Pinto Sobrinho) — decretos Imperiais de 13 de dezembro de 1873, 11 de abril de 1888 e 1889 — deixou fama pelo esplendor da sua vida e pela suntuosidade das suas residências uma das quais, o atual palácio do Catete, que não é mais que uma ala do palácio de proporções três vezes maiores e que estava sendo construído. Os jardins da sua mansão em Friburgo, traçados por Glaxiou, são hoje os jardins públicos da cidade. Sua fazenda do Gavião, em Cantagalo, onde nasceu em

de agricultor, e, para melhorar as condições de vida econômica da região de Campos e Macaé, como deputado em 1884 lutou pela construção do canal que ligava essas duas ricas regiões de cultura do açúcar e do café. Casado com dona Francisca Antonia de Castro, filha dos barões de São Rita, foi pai do 2º visconde de Araruama, do visconde de Urubury, do barão de Monte Cedro e do barão de Quissaman. Quando faleceu em Quissaman em 3 de maio de 1884, deixara grande fortuna e uma tradição e cultura recolhida por seus descendentes. O 2º barão e 2º visconde de Araruama (Benito Carneiro da Silva) — decretos de 3-11-1885, 28-3-1877 e 19-9-1877 — também foi fazendeiro. Casou-se com dona Raquel

Sebastião Pegano Aquarelas de J. de C. Mendes

mes Leite de Carvalho) — decreto de 30-1-1887 — muito desenvolveu. Casou-se com dona Amélia Teixeira Leite de Carvalho. Era irmão do visconde de Barra Mansa e do Rio Negro. Nasceu em Amparo da Barra Mansa em 1830 faleceu quasi centenário em Vassouras, na fazenda de sua propriedade. Começa aqui uma grande linha de fazendeiros de café e de cana dos quais alguns representantes se estenderam ao Estado de São Paulo. O barão e visconde com grandeza de Barra Mansa (João Gomes de Carvalho) — decretos de 5-5-1867, 15-1-1868 — foi rico proprietário e fazendeiro em Barra Mansa. Faleceu solteiro em 1899 tendo nascido em 1833. Seu irmão, o barão do Rio Negro (Manoel Gomes de Carvalho) — decreto de 15-5-1867 — nasceu em 1836, faleceu em Paris em 1898. Casou-se com sua sobrinha dona Emilia Gabriela Teixeira Leite de Carvalho. Foi rico fazendeiro, proprietário e capitalista. Levava vida suntuosa, tendo várias residências magníficas, entre as quais o "alcega" Rio Negro que, depois, foi adquirido pelo governo republicano para residência de verão dos presidentes, em Petrópolis. Sua única filha, jovem de rara beleza, abraçou a vida religiosa e fundou em Roma uma Congregação.

O barão de Aguas Claras (dr. Augusto de Sousa Leite) que teve a honra de, em sua fazenda, em 1887, hospedar S. M. o Imperador dom Pedro II, sendo criado do barão nesse ano, em 2 de maio, era muito rico e levava uma vida de grande esplendor. O 1º barão de Itambé (Francisco José Teixeira) — decreto de 15-11-1845 — nasceu na Conceição da Barra, em São João d'El Rey, na Província de Minas Gerais, em 6 de setembro de 1780, veio a falecer em 22 de março de 1866 em Vassouras, no Estado do Rio — rica região de fazendeiros opulentos, cujos descendentes se estenderam até São Paulo e Santa Catarina. Em 13 de setembro de 1802, casou-se com dona Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro. Foi rico lavrador e banqueiro, gozando de imenso prestígio político. Foi pai do barão com grandeza de Vassouras (Francisco José Teixeira Leite) nascido em São João d'El Rey em 1804 e falecido em 1884. Casou-se em 1830 com sua prima dona Maria Lúcia Leite Ribeiro, e, em segundas núpcias, em 1881, com outra prima, dona Ana Alexandrina Teixeira Leite. Foi dos mais ricos fazendeiros no Estado do Rio, gozando de imenso prestígio político, sendo muito dado a obras de caridade e beneficência, de que Vassouras é atestado. Era sobrinho do barão de Ayruodas e sogro do visconde de Taunay. O 1º barão de Ayruodas Custódio Ferreira Leite — decreto de 14-3-1855 — nasceu na fazenda de seus pais no Rio das Mortes, a 3 de dezembro de 1783, vindo a falecer na fazenda da Barra do Lourical, em Mar de Espanha, ainda em Minas Gerais, em 17 de novembro de 1859. Casou-se com dona Teresa Maria Rosa de Magalhães Veloso. Homem de espírito largamente empreendedor, também foi grande plantador de café e de cana. Foi pelo visconde com grandeza de Taunay (Alfredo Maria Adriano d'Escraignolle Taunay) — decreto de 6-9-1869, — nascido em 22 de fevereiro de 1843, no Rio de Janeiro, onde faleceu em 25 de janeiro de 1899, — que os barões

de Vassouras se ligaram a São Paulo, pelo casamento de dona Cristina Teixeira Leite (filha do barão de Vassouras) em 8 de janeiro de 1874, com o futuro visconde de Taunay. O doutor Gofredo da Silva Teles, que foi prefeito de São Paulo e também fazendeiro, neto do barão de Vassouras, também representou, no cume social de São Paulo, essa brilhante estirpe mineiro-fluminense.

Outro ilustre fazendeiro fluminense nasceu em Minas em 19 de setembro de 1772 (no arrol de São Sebastião, em Mariana) e cujos descendentes também existem em São Paulo, foi o 1º visconde com grandeza e marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta). Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de junho de 1842 e se casou em 1801, na Bahia com dona Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Deixou grande fortuna ao seu filho, o 2º visconde de Barbacena, com grandeza — decreto de 31-7-1830 — (Felisberto Caldeira Brant Pontes), nascido na Bahia em 1802 e falecido no Rio de Janeiro em 28 de maio de 1906, aos 104 anos. Militar, diplomata, político, presidente do Rio de Janeiro, dedicou-se ativamente ao progresso industrial e agrícola do país, construiu a estrada de ferro dom Pedro II (hoje Central do Brasil), a estrada de ferro de Cantagalo, e de dona Teresa Cristina. Cultivou grandemente a cana de açúcar e também o café.

O barão de Paraná (dr. Henrique Hermeto Carneiro Leão) — decreto de 16-5-1858 — nasceu no Rio de Janeiro em 1847 e aí faleceu em 1918 também deixou descendentes em São Paulo e tradição rural. Era filho dos marqueses de Paraná, e irmão do barão de Santa Maria e da viscondessa de Cruzeiro. Casou-se com d. Zeferina Marqueses Machado, e foi adeantadíssimo agricultor e criador no município de Sapucaia no Rio de Janeiro. Seu pai, visconde com grandeza, conde e marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) — decretos de 26-6-1852, 12-10-1853 e 2-12-1854 — político, magistrado e fazendeiro de destacada, além de um nobre, a tradição agrícola, como o demonstra a sua Fazenda do Lordeio, no município de Carmo, em frente a Porto Novo de Cunha, junto ao Paraíba, de sede faustosíssima. O visconde com grandeza de Cruzeiro (Jeronimo José Teixeira Junior) — decreto de 13-6-1888 — dono de bela fortuna, foi igualmente fazendeiro. Seu irmão, o barão de Santa Maria (Nicolau Neto Carneiro Leão) — decreto de 17-5-1871 — faleceu, em 1894, foi fazendeiro de café no município de Pirahy e, depois, em Minas Gerais. A baronesa — Parana — que faleceu há poucos anos no Rio de Janeiro, era tia de dona Alexandra Marqueses, esposa do professor doutor José Carlos de Ataliba Nogueira, que é bilíngua também o marechal barão e visconde de Maracajó, irmão do barão de Rio Apa.

O 1º barão, visconde com grandeza e marquês de Monte Alegre (José da Costa Carvalho) — decretos de 23-3-1841, 15-12-1843 e 2-12-1854 — que foi magistrado, jornalista, político, membro da Regência, deputado senador, e teve as mais altas e variadas incumbências, foi também negociante e fazendeiro de café, deixando descendentes em São Paulo, onde faleceu em 18 de setembro de 1880, tendo nas-

cido na Baía em 7 de fevereiro de 1796. Casou-se com dona Genebra de Barros Leite, em 1822, viúva do brigadeiro Luis Antonio, falecida em 1836 (era filha de Antonio de Barros Penteado e de sua esposa dona Maria de Paula Machado); em segundas núpcias, casou-se em 1839 com dona Maria Isabel de Souza Alvim, que, depois da morte do marquês de Monte Alegre, casou-se com o doutor Antonio da Costa Pinto e Silva — parente de seu primeiro marido. Viúvo, o doutor Costa Pinto casou-se com uma prima de sua mulher, dona Maria Nazaré (que era filha de dona Maria Inocência de Sousa Queiroz Campelo) e foram pais de dona Maria da Conceição, que se casou com o conselheiro Antonio Prado, e de

ma, rical e São João Marcos, a Companhia Teatral de João Caramelo. Era o "capitão mata gente" (que nunca matou ninguém) um dos maiores fazendeiros de então, tendo descendentes em São Paulo.

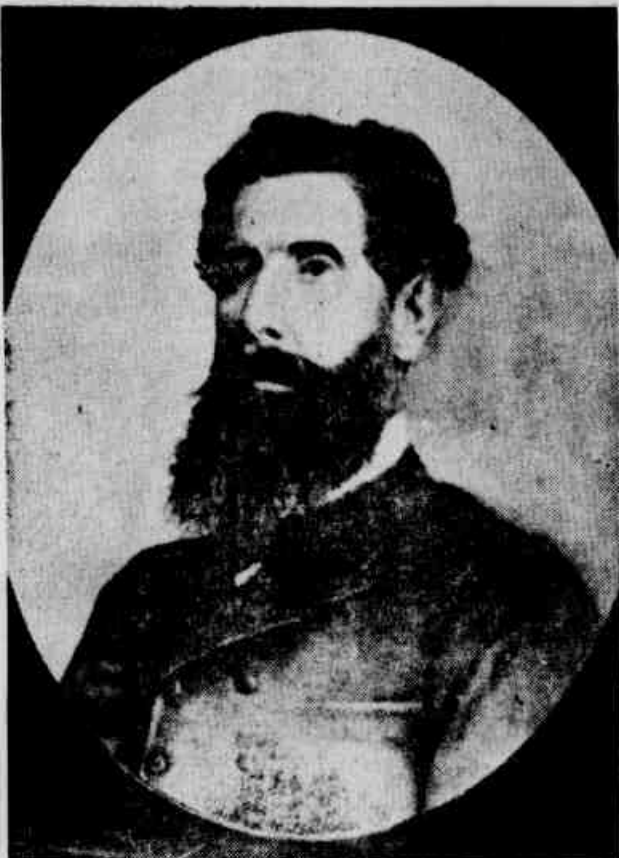
Seria interminável a sequência de titulares nobres de café no Estado do Rio e em Minas Gerais, que se ligaram a famílias de São Paulo. Alguns, propriamente não têm ligação a não ser quasi só — como o 1º barão com grandeza, marquês de Jundiá e visconde do Rio Sêco com grandeza (Joaquim José de Azevedo) — decretos de 1-12-1822 e 12-10-1825 — aliás, já era fidalgo cavaleiro desde 1808 pelo Príncipe Regente dom João (depois o João VI) que lhe deu o Senhoria de Macaé, em 1812, o fez barão e, em 1818, visconde por Portugal. Nasceu em 1761, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 1833. Casado em 1787 em Lisboa com dona Maria Carlota Millard, em segundas núpcias casou-se no Rio com d. Mariana da Cunha Pereira, filha dos marqueses de Inhambupe. Também foi fazendeiro no Estado do Rio. Os mar-

quês de Inhambupe e os de Barbacena, deixaram descendentes em São Paulo e cultivaram café.

Uma referência, porém, muito especial seja feita por consideração e estima: à aristocracia também "do café", mas não paulista, e sim — (e embora sejam os mineiros irmãos de sangue paulista) poder-se dizer que pertence sua Estimadíssima, o Senhor Cardeal-Arcebispo de São Paulo, dom "Carlo" Carmelo de Vasconcelos Mota (que pelo lado materno também se entronca à genealogia paulista) bisneto do barão e visconde de Castro (José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos) — decretos de 12-10-1825 e 12-10-1828 — que faleceu em 10 de fevereiro de 1833, tendo nascido na fazenda de seus pais, em Sabará, (tão ligado às tradições auriíferas de São Paulo) em 18 de outubro de 1807.

2. FAZENDAS DO VALE DO PARANÁ

O café foi decendo do Paraná para São Paulo, mas, ao chegar ao Estado do Rio, derramou-se pelo vale do Paraíba, pela zona do sul de Minas, pela zona paulista de Santa — Abel, Bragança, Amparo, Itapira, Casa Branca, seguindo seu curso por Campinas, Mogi-Mirim, Rio Claro, So-



Barão de Jaguará

quês de Inhambupe e os de Barbacena, deixaram descendentes em São Paulo e cultivaram café.

Uma referência, porém, muito especial seja feita por consideração e estima: à aristocracia também "do café", mas não paulista, e sim — (e embora sejam os mineiros irmãos de sangue paulista) poder-se dizer que pertence sua Estimadíssima, o Senhor Cardeal-Arcebispo de São Paulo, dom "Carlo" Carmelo de Vasconcelos Mota (que pelo lado materno também se entronca à genealogia paulista) bisneto do barão e visconde de Castro (José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos) — decretos de 12-10-1825 e 12-10-1828 — que faleceu em 10 de fevereiro de 1833, tendo nascido na fazenda de seus pais, em Sabará, (tão ligado às tradições auriíferas de São Paulo) em 18 de outubro de 1807.

O café foi decendo do Paraná para São Paulo, mas, ao chegar ao Estado do Rio, derramou-se pelo vale do Paraíba, pela zona do sul de Minas, pela zona paulista de Santa — Abel, Bragança, Amparo, Itapira, Casa Branca, seguindo seu curso por Campinas, Mogi-Mirim, Rio Claro, So-



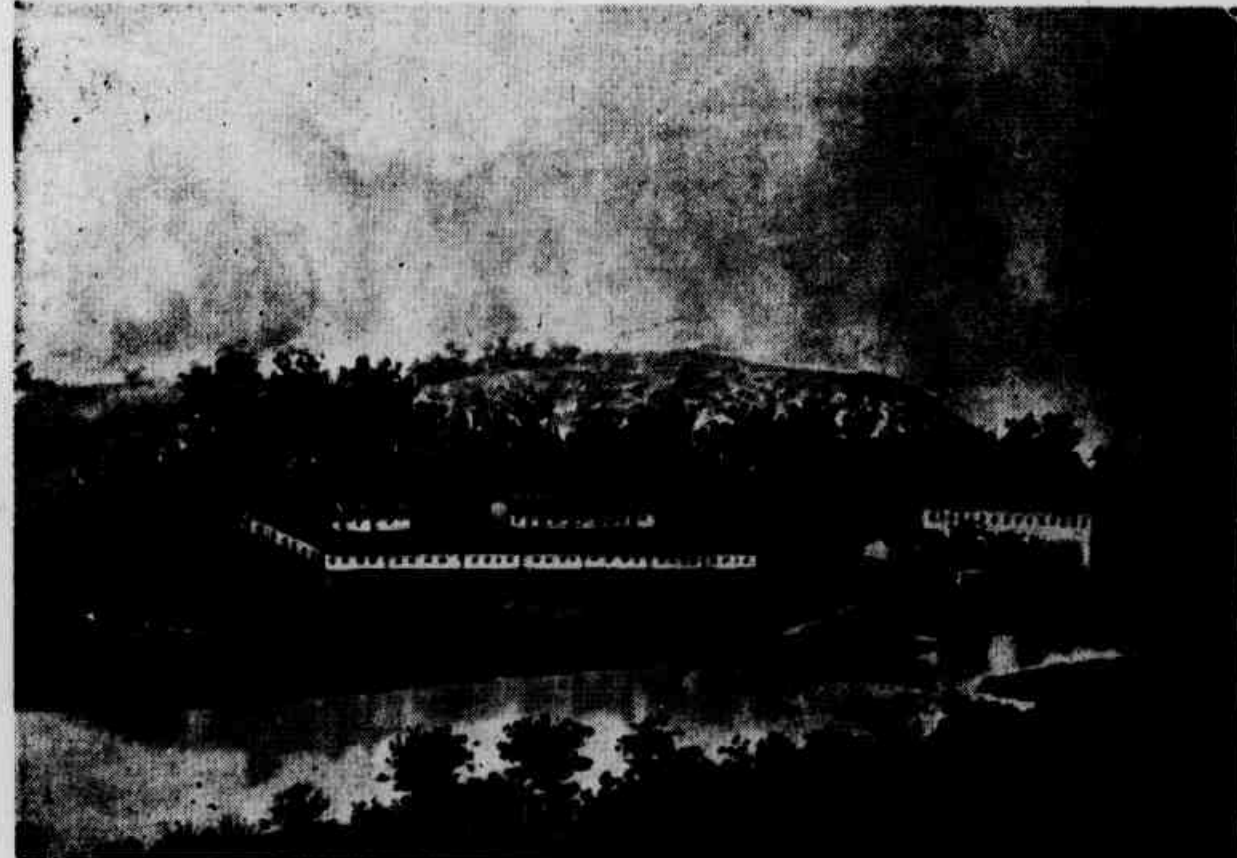
A Condessa do Pinhal aos 104 anos de idade

1835 e faleceu em 1914, era grandiosa. Dono de inúmeras plantações de café, grande empresário e homem de negócios, era filho do 1º barão com grandeza, de Nova Friburgo, tendo se casado em 1839 com dona Ambrosina Leitão da Cunha Campbell, filha dos barões de Mamore e viúva de Archibald Campbell. Seu pai, o 1º barão, com grandeza de Nova Friburgo (Antonio Clemente Pinto), — decretos de 28-3-1854 e 1-1-1860 — também foi grande fazendeiro, deixando-lhe grande fortuna. Seu irmão, o 1º barão, visconde e conde de São Clemente (Antonio Clemente Pinto), — decretos de 3-7-1863, 11-4-1868 — nasceu em 1830 e faleceu em 1898, casara-se em 27 de abril de 1859 com dona Maria Fernandes Chaves, filha dos barões de Quararim. Negociante e proprietário abastado, moço fidalgo com exercício na Casa Imperial, deixou excelente fortuna e algumas fazendas. O barão com grandeza de Quararim (Pedro Rodrigues Fernandes Chaves) — decreto de 14-3-1855 — foi sobre tudo político e diplomata.

O 1º barão e 1º visconde com grandeza de Araruama (José Carneiro da Silva) — decretos de 5-5-1844 e 15-4-1847 — foi gran-

Francisca de Castro Neto. O 1º barão de Urubury (João Carneiro da Silva) — decreto de 15-4-1847 — irmão do 1º visconde de Araruama, foi plantador de café e açucar no Estado do Rio, tendo nascido em Camp e falecido em Macaé. O 2º barão e visconde de Urubury (Mamuel Carneiro da Silva) seu sobrinho — decretos de 19-9-1879 e 21-3-1888 — casou-se com dona Ana do Loreto Viana de Lima, filha do duque de Caxias, seu sogro, foi fazendeiro, falecendo em sua fazenda Santa Monica. O barão de Monte Cedro (João José Carneiro da Silva) — decreto de 17-12-1881 — foi adeantado plantador de cana, fundando o engenho central de Quissaman. O barão e visconde de Quissaman (José Caetano Carneiro da Silva) — decretos de 18-3-1886 e 25-3-1888 — nasceu em Quissaman em 17 de agosto de 1834, faleceu na sua fazenda de Quissaman, tendo alternado a cultura do açúcar com a do café.

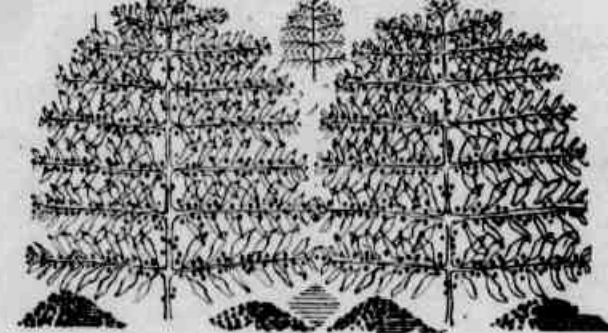
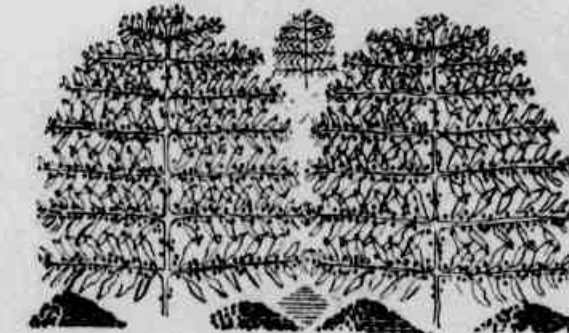
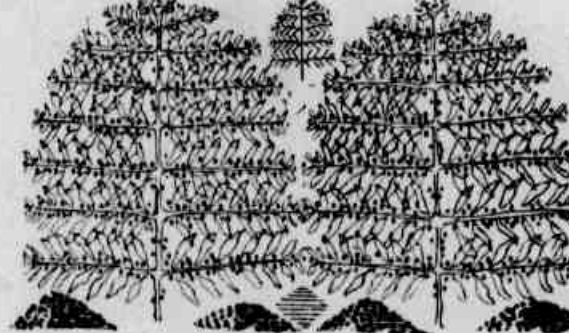
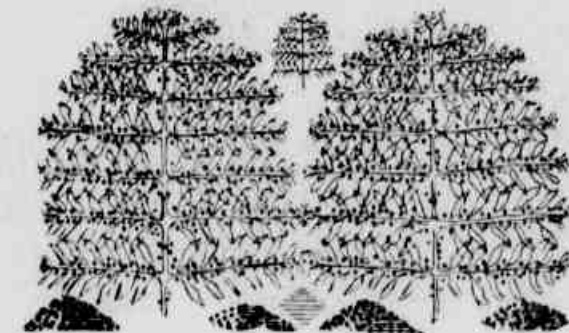
O 1º barão de Amparo (Manoel Gomes de Carvalho) — decreto de 17-1-1855 — falecido aos 77 anos em Barra Mansa, em 1855, era fazendeiro e grande capitalista, tendo deixado grande fortuna, que seu filho, o 2º barão de Amparo (Joaquim Go-



A fazenda Quilombo, em Campinas, com sua sede e senzala (aquarela de J. C. Mendes).



Parte posterior do solar da fazenda Rio das Pedras, em Campinas (aquarela de J. C. Mendes).



lactano para incluir-se entre os edifícios oficiais ou de cultura. Deixando Quilua, o Sr. Caçoeira e Silveira, em sua vinda encontrar muitos fazendeiros, entre os quais o barão da Bocaina (Francisco de Paula Vicente de Azevedo) — decreto de 7-5-1887 — cujo fazendeiro São Paulo ainda se encontra com seus parentes, meus amigos. Era irmão do senador da República doutor José Vicente de Azevedo, grande filantropo, depois de pontífice, que também deu a faculdade de engenharia em sua família. — filho — filhos: meu saudoso amigo doutor José Vicente de Azevedo e meu caro amigo doutor Paulo Vicente de Azevedo. O barão da Bocaina, falecido em 1928, deixou vivas duas filhas: a Srta. Lopes de Oliveira, baronesa de Bocaina, e a Srta. de Azevedo, também e filantropo ainda vivo, sendo, depois do falecimento da baronesa de Aguiar Valim, a última titular do Império em São Paulo, tendo sido baronesa já na República, embora filha de um republicano notável pela sua dignidade e idealismo. O barão da Bocaina — nascido em Lorena — era filho do coronel José Vicente de Azevedo e de sua mulher dona Angelica Moreira de Azevedo, — a do conde de Moreira Lima e do barão de Castro Lima. O conde de Moreira Lima (João José Moreira Lima) — também foi barão e visconde do mesmo título — decretos de 14-1-1883, 13-1-1883 e 13-1-1887, respectivamente — nascido em Lorena, era filho de Joaquim Moreira Lima e de sua mulher dona Carlota Leopoldina de Castro Lima, que, depois de viúva, foi, pelo Imperador Dom Pedro II, por decreto de 18-1-1879, erigida viscondessa de Castro Lima. Era o conde de Moreira Lima irmão do barão de Castro Lima e do barão de Santa Eulália. Fazendeiro muito rico, muito lhe deveu o município de Lorena; chegou a ter 54 fazendas e terras sem fim. O barão de Castro Lima (Antonio Moreira de Castro Lima) — decreto de 14-1-1884 — também nascido em Lorena, foi o abastado fazendeiro, dispende de sua imensa fortuna em obras pias de Lorena e Guaratinguá. O barão de Santa Eulália (Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira) — decreto de 1888 — também nascido em Lorena, casou-se em 7 de março de 1887 com sua prima, dona Eulália Moreira Rodrigues de Azevedo, filha do conde de Moreira Lima. Além de fazendeiro, foi promotor público, presidente da Câmara Municipal, várias vezes deputado e vice-presidente da Província.

O barão com grandeza de Lorena (Estevão Ribeiro de Azevedo) — decreto de 7-10-1853 e 18-1-1867 — foi fazendeiro nessa região, e, seus parentes, vindo do Rio, não entraram em contato com a família do sangue e fortuna. Ainda no vale do Paraíba, podemos destacar, como fazendeiros, o barão e visconde com grandeza de Guaratinguá, Francisco de Assis e Oliveira Borges — decretos de 2-12-1854, 10-4-1867 e 17-3-1871, do qual descendem meu caro amigo doutor Cesar Salgado, procurador do Estado. Seu pai, era um senhor de grandes propriedades, não tendo, infelizmente, restado nada, pouco do antigo esplendor interior. Faleceu em São Paulo — 19 de abril de 1879. Era seu contemporâneo e amigo o 1º barão com grandeza de Pindamonhangaba (Manoel de Oliveira e Melo) — decreto de 15-11-1846 e 15-11-1848 — também grande fazendeiro, tendo sido coronel do 1º esquadrão da Guarda de Polícia, acompanhando, como tal, a S. M. o Imperador Dom Pedro I, no grito do Ipiranga. Foi governador de S. M. a Imperatriz. Casou-se em 1817 com Maria Justina dos Santos, filha do barão da Paraíba

em suas terras. O barão de Almeida (Manoel de Almeida) — decreto de 31-1-1877 — falecido em Pindamonhangaba em 1890, casou-se com dona Mariana Marcondes Cabral e, em segundas núpcias, com dona Mariana Marcondes de Oliveira Cesar, filha do Antonio de Oliveira Cesar e de sua esposa dona Maria Antônia de Oliveira Cesar. Foi importante lavrador e capitalista.

O barão de Taubaté (Antonio Vieira de Oliveira Neves) — decreto de 18-7-1877 — nasceu em Taubaté em 1815, casou-se em 1844 com dona Felícia Marcondes de Oliveira Liberal, tendo sido importante lavrador de café em Pindamonhangaba, dispendendo da sua fortuna em obras pias.

O 1º barão com grandeza de Jacaré (Bento Lúcio Machado) — decretos de 6-12-1849 e 2-12-1852 — nascido em 1790, não só foi grande fazendeiro como homem de negócios, deixando avultada fortuna e grande número de obras de caridade, vivendo viúva fideleza e discreta. O 2º barão de Jacaré (Lúcio Lopes Chaves) — decreto de 20-8-1889 — era fi-

no Rio de Janeiro a 20 de julho de 1915. Foi grande comerciante e industrial, dirigindo várias empresas industriais e fazendeiras. Seu filho, o major Manoel de Freitas Novais, foi de seu magnífico fazendeiro "Boa Vista" em Cruzeiro, ainda conservou, no seu imenso "casa grande" e apartamentos que serviram 85 MM. II, dom Pedro II e dona Teresa Cristina. O mesmo arranjo, a mesma decoração, o mesmo toque de respeito e alegria se conservou depois da monarquia deposta, nas casas e apartamentos de suas majestades. No lago do parque, o bosque com que brincavam os jovens príncipes ficou perpetuamente ancorado.

3. CAMPINAS — PRINCEZA DO OESTE
Nos antigos títulos da velha Campinas cafeeira, destacase o barão de Cachoeira (José Ferraz de Campos) — decreto de 14-8-1867 — nascido em Itu e falecido em 24 de setembro de 1860. Casou-se com dona Umbelina de Camargo (na então vila de São Carlos, depois Campinas) filha de Antonio Pompeu de Camargo Penabaz e de sua mulher dona Ana de Arruda Campos. Foi importante fazendeiro em Campinas e Limeira, sendo a sua sede a fazenda Cachoeira. Foi pai do barão de Monte Mor, e do barão de Porto Feliz. O barão de Monte Mor (José Bonifácio de Campos Ferraz) — decreto de 22-7-1874 — faleceu em Campinas em 1884, tendo se casado, em 1859, na vila de São Carlos, com dona Francisca e Paula Andrade, não tendo deixado geração. O barão de Porto Feliz (Cândido José de Campos Ferraz) — decreto de 6-11-1887 — falecido em Rio Claro em 1880, tendo se casado com dona Francisca Dias de Toledo, filha de Antonio Dias de Toledo e de sua mulher dona Mi-quelina de Assumpção. Foi opulento fazendeiro e proprietário no município de Rio Claro e de Limeira, tendo sido um dos primeiros a iniciar a criação de colônias agrícolas, fundando a Colônia de Boa Vista. Foi chefe do Partido Conservador.

O barão de Piracicaba (Antonio de Barros Ferraz) — decreto de 25-9-1889 — casado com dona Rita Ferraz, filha de José Ferraz de Campos e de sua esposa dona Maria da Anunciação Camargo, também foi fazendeiro.

Há um entrosamento de famílias fazendeiras de Porto Feliz, Tietê, Itu, Campinas e que figuram nos fastos da nobiliarquia. O barão de Almeida Lima (Manoel Bernardino de Almeida Lima) — decreto de 23-2-1885 — (fazendeiro em Tietê e Capivari) nome unido à sociedade paulista, ligase a uma série de grandes agricultores, como seu cunhado, o barão de Alibala (irmão de sua mulher e prima, dona Ana Jacinta de Arruda), Joaquim Antonio de Almeida (cujo título foi criado em 15-11-1862). Fazendeiro na região de São Carlos, casou-se em 1841 com dona Gertrudes Leopoldina Soares, irmã do barão de Paranaíba, (João Celestino de Abreu Soares) — decreto de 15-8-1887 — também foi fazendeiro, possuindo esplêndida mansão. A baronesa de Paranaíba faleceu a 22-5-1901, desaparecendo, com ela, a última titular do Império em Campinas. A tendora de Sousa Campos, em "Monografia de Campinas", pag. 284.

Parente do barão de Almeida Lima era o barão de Jará (Dr. Joaquim José de Assumpção) — decreto de 25-10-1888 — natural de Tietê, da linha dos Assumpção de São Paulo (todos meus amigos, entre os quais Paulo de Assumpção — que não é fazendeiro — cuja esposa, dona Fifi Lebre de Assumpção, símbolo de elegância e de bom gosto, é minha "hostes" de São Paulo, tendo seu avô, os condes de São Joaquim, tido esplêndidas fazendas).

O barão de Anhumas (Manoel Carlos de Sousa Aranha) — 25-9-1869 — foi rico fazendeiro em Campinas. Casado com sua prima dona Ana Teresa de Sousa Aranha, era, pois, cunhado do marquês de Três Rios, que foi

barão, visconde, conde e marquês desse título, por decretos de 14-7-1872, 19-7-1879, 16-2-1880 e 7-5-1887, respectivamente. Era o marquês dono de grande fortuna, e o seu solar foi a primeira sede da Escola Politécnica. Tinha no jardim de inverno da minha residência um velho lampião que pertenceu a uma das suas fazendas em Amparo, e que foi vendido. Falecido aos 80 anos, em 1901, vem o seu enterro descrito pelo "Comércio de São Paulo", então dirigido por Eduardo Prado, tendo sido o soleníssimo cortejo da rua do Carmo para a Consolação por um trajeto que levou três horas a ser percorrido. Em primeiras núpcias foi casado com dona Ana Cecília da Silva, e em segundas, com dona Maria Hipólita, baronesa viúva de São João do Rio Claro e filha do barão de Itapetininga e de sua primeira mulher dona Ana Eufrosina Mendes. Além de abastado fazendeiro, foi várias vezes deputado provincial, gozando de enorme prestígio. O barão de São João do Rio Claro (26-11-1856) — Amador Rodrigues de Lacerda Jordão — também foi fazendeiro, e sua esposa, dona Maria Hipólita dos Santos, era filha de fazendeiro, pois o barão de Itapetininga (João José dos Santos Silva, conhecido antes por "cadete Santos") — decreto de 7-5-1864 — também foi fazendeiro, notabilizando-se, porém, por uma chacara que possuía no vale do Anhangabaú. Das suas primeiras núpcias teve uma única filha, a futura baronesa de São João do Rio Claro e, depois, marquês de Três Rios; das segundas, com dona Carolina de Sousa Castro, teve uma filha, dona Antonia dos Santos, que se casou com Eduardo Prates, que depois veio a ser conde pontífice e também fazendeiro, e, até fins do primeiro quartel do século XX, teve uma das maiores fortunas de São Paulo, tendo doado o vale do Anhangabaú à Municipalidade (que em sinal de gratidão até hoje nem sequer colocou uma placa no local). A sua fazenda Santa Gertrudes, admirava os estrangeiros. Manuel Bernardes, que em 1908 publicou um livro "El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro", e hora habituado a grandes "estâncias" argentinas que foram (e ainda são) o que de mais grandioso há em matéria rural e social (meu pai — que era uruguaio — tinha sete estâncias no norte do Uruguai e na Argentina), diz ser "la más considerable del Estado, pues tiene una explotación de un millón de plantas de café". Naquela terra, era "rei do café" o coronel Frederico Schmidt; depois foram os Junqueira, e, atualmente, leva vantagem a todos o gigante Geremias Lunardelli. Mas a fazenda do conde de Prates, se não era a do "rei do café", era um primor de conservação, de modernidade, de instalações, de esplendor, também erigida a cavalo de raça, como os das Ardenas, os Percherons, e, dado excelente. A baronesa de Itapetininga, enviando em 11-7-1876, casou-se com o barão de Taubaté (Francisco Xavier Paes de Barros, decreto de 18-8-1879) — que foi grande fazendeiro em São Paulo. Tanto os Barros, quanto os Paes de Barros ou Moraes Barros, sempre foram fazendeiros. Os Paes de Barros formam verdadeiras dinastias — a uma delas pertence pelo lado materno meu querido amigo Fernando Nogueira, o XI da "Paranápolis", como diz, sendo seu gracioso e varonil netinho XIII dessa linhagem, poderia citar ainda meu saudoso amigo Renato Paes de Barros e tantos outros. Nascido em Sorocaba, em 26 de maio de 1851, faleceu o barão de Taubaté em São Paulo em 8 de dezembro de 1914, naquela mesma e esplêndida residência da alameda Cleveland. Casou-se em primeiras núpcias com sua prima, a Srta. Gertrudes de Aguiar Paes de Barros, filha do 1º barão de Itu (Bento Paes de Barros) — por decreto de 12-10-1848. O barão de Itu fazia parte do maior grupo dos mais abastados fazendeiros de São Paulo, pois na sua família a agricultura sempre foi marcada

tradição. Faleceu em Itu, em 1858, sendo casado com dona Leonarda de Aguiar. Seu filho, que foi 2º barão de Itu, visconde, conde e marquês do mesmo título — decretos de 31-8-1860, 7-3-1865 e 7-5-1867, respectivamente — foi ainda mais rico que o pai, e grande fazendeiro. E sumamente avorocado contemplar de longe as fazendas da região de Itu, com seus muros, a casa grande, a capela, a senzala, as grandes e velhas árvores, tudo refletindo grandeza e tempo. Estive várias vezes em Itu, nas primeiras, hospede de Francisco de Paula Leite, indo com seu sogro, meu saudoso amigo Arnovaldo Amaral, nascido nessa tradição maravilhosa. Casado com sua prima, dona Antonia de Aguiar Barros, filha do 1º barão de Piracicaba, continuou a tradição paterna de explorar o sertão paulista, tendo rasgado florestas e então invadidas, servido e grande escravo. Seu sogro, o 1º barão de Piracicaba (Antonio Paes de Barros) — 2-12-1854 — sem dúvida o patriarca do café na então Província de São Paulo, em sua fazenda de São João do Rio Claro. Nessa época era o café o

me esplêndida mobília que ornava uma das salas do palácio e deu-me algumas fotografias. O visconde do Rio Claro, seu sogro (decreto de 25-3-1849) foi 1º barão de Araraquara (decreto de 30-5-1867) e também importante fazendeiro na região de Araraquara, continuando a tradição de seu pai, o 2º barão de Araraquara (Estanislau de Oliveira) — decreto de 22-2-1853 — sendo esclarecido fazendeiro em Anapolis, destacando-se a extensão das suas propriedades.

A marquesa de Santos (dona Domitila de Castro Canto e Melo) — decreto de 16-10-1825 — e viscondessa com grandeza — decreto de 15-10-1825 — filha dos 1ºs viscondes de Castro e irmão do 2º visconde do mesmo título e da baronesa de Sorocaba, nascida em São Paulo em 27 de dezembro de 1797 e aí falecida no seu seculo palácio, na rua do Carmo, ainda hoje existente, em 1867. Depois de viúva de Felício Muniz Pinto Coelho de Mendonça, casou-se com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, nascido em Sorocaba em 1793, e foi por esse casamento, grande fazendeira possuindo entre outras

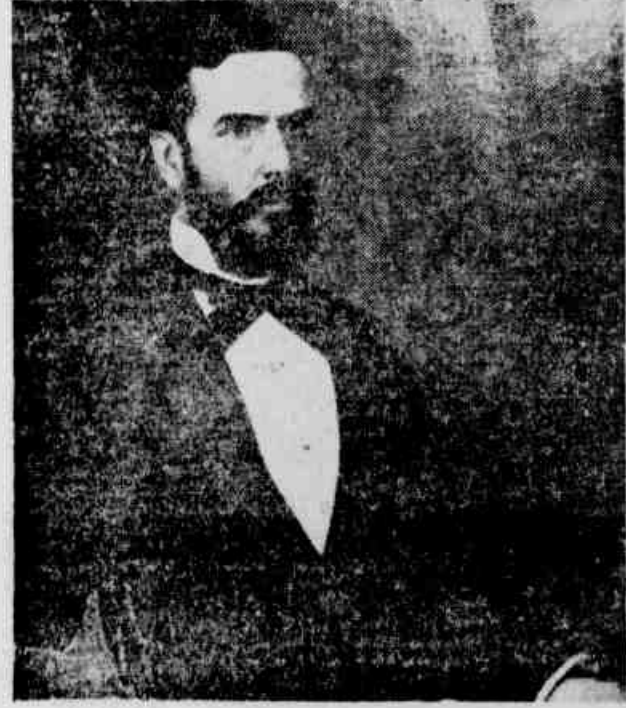
tro Canto e Melo) — decreto de 12-10-1827 — nascido em São Paulo em 1778 faleceu em Porto Alegre em 1853 e se casou com dona Inocência Laura Vieira de Azevedo, foi apenas militar. Mas, a marquesa gostava do campo, e dirigia admiravelmente tudo; apreciava os cavalos, e pessoalmente incentivava a criação do Derby Club de São Paulo. Sua coleção de objetos de prata se tornou tão famosa quanto o esplendor da sua vida e o seu prestígio. A família Tobias de Aguiar foi dona de imensas cabedais, como se revela pelas suntuosas residências que teve em São Paulo, principalmente na rua Alegre e campos da Luz. Teve a marquesa mais um filho, que faleceu criança e duas filhas, a duquesa de Goiás (4-7-1839). Sua filha, a senhora dona Isabel Maria de Alencar, brasileira, nascida em 1824 e falecida em 1867, e a duquesa de Ceará por decreto imperial no dia do seu nascimento a 13-8-1827 — dona Maria Isabel de Bragança, falecida em 25 de outubro de 1828 (esses dois duques, o de Caxias e o de Santa Cruz — um cunhado de Dom Pedro I — são os quatro únicos concedidos pelo Império).

4. DE ESPIRITO A ESPIRITO
O barão de Araras (Bento de Lacerda Guimarães) — 7-5-1887 — foi grande fazendeiro no município de Araras. Dentre seus filhos, dona Ana de Lacerda Guimarães casou-se com Antonio Alves Leite Penteado, que depois foi conde pontífice em 1908 pelo papa hoje santo Pio X, e que foi importante fazendeiro, verdadeiro desbravador dos sertões paulistas, indo rasgar fazendas em lugares inóvulos, tendo deixado imensa fortuna, a maior de São Paulo, — senão a maior do Brasil na data do seu falecimento em Paris, em 1912. A baronesa de Araras, com seu marido dotou de um patrimônio a capela de N. Sra. do Patrocinio de Araras, cidade da qual são fundadores. Dentre seus filhos, genros e netos ficou a tradição da cafeicultura. O barão de Araras, era irmão do 2º barão de Arary (José de Lacerda Guimarães) — decreto e 7-5-1887 — casou-se em segundas núpcias com sua sobrinha dona Maria Dalmácia de Lacerda Guimarães, que faleceu aos 102 anos em 1932. Era também abastado fazendeiro, e, à sua morte, sua viúva continuou e desenvolveu de tal forma as plantações de café que continuavam por milhes de pés da preciosa rubiada, cultivados pelos mais adiantados processos.

O conde Antonio de Alvares Penteado, nasceu em Mogi Mirim a 3 de fevereiro de 1854. A sua fazenda Palmares, em Casa Branca, era uma das mais ricas de São Paulo, tendo mais de 200 famílias de colonos, pois antes de 1888 já era um verdadeiro modelo, tendo substituído o braço escravo por colonos, dotando-a de maquinários agrícolas e também criando gado. Não mais se ouvia dizer ali "vou te vender pra serra acima" que significava vender o escravo para Campinas e adjacências, pois a senal na região era dura. Também foi, ao seu tempo, o maior defensor do café no mercado estrangeiro, sobretudo quanto às exportações feitas a conta da "El Sherman". Quanto às artes, deixou tradição entre seus filhos, dos quais, meu amigo o conde Silvio Penteado, que também é fazendeiro, fez construir o teatro Santa Ana (seu pai possuía outro do mesmo nome na então rua Boa Vista, hoje 3 de dezembro, e que foi demolido em 1920, e é um lito atestado, nos nossos dias, de quanto pode um "grand seigneur" resistir aos embates do mercantilismo atual, pois esse teatro, em pleno coração de São Paulo, não deve dar senão prejuízos, sendo mantido, embora seu terreno seja precioso. Seu irmão, deixou sua fortuna ao Museu de Arte de São Paulo, e, tanto o conde Antonio, quanto o conde Silvio,



Conde ANTONIO DE ALVARES PENTEADO



Conde ANTONIO DE ALVARES PENTEADO

fazendeiro. Sua filha, dona Antonia Salgado da Silva, foi baronesa de Lessa por seu casamento com seu primo, barão de Lessa (Eduardo Varella Lessa) — decreto de 20-6-1887 — tendo se dedicado à lavoura café, como seus pais.

O barão com grandeza de Paraíba (Custódio Gomes Varella Lessa) — decretos de 6-11-1880 e 16-5-1881 — leceu em Pindamonhangaba em 1895. Casou-se em 1790 com dona Florinda Maria Salgado (natural de Lessa), e, em segundas núpcias, com dona Benedita Ricardo Salgado, que, agraciada com o título de viscondessa de Paraíba — decreto de 18-8-1887 — depois de viúva do barão do mesmo título e continuou com dedicação o trato das propriedades agrícolas deixadas por seu marido. Era pai do barão de Lessa, e, por seu primeiro matrimônio era o barão pai do barão de Pindamonhangaba.

O barão de Paraitinga (Manoel Jacinto Domingues de Castro) — decreto de 17-3-1872 — nascido em São Luis de Paraitinga, em 1810, casou-se com dona Maria Justina de Gouveia Castro. Tinha um filho político em seu distrito e, sobretudo, distímula, distímula devida às suas fazendas.

lho do 1º barão de Santa Branca (Francisco Lopes Chaves) — decreto de 23-12-1887 — todos igualmente fazendeiros de café.

O barão e visconde de Tremembé (José Francisco Monteiro) — decreto de 30-5-1867 e 7-5-1867 — casou-se com dona Maria Belmira de França Monteiro, irmã do barão de Araujo Ferraz. Era o visconde irmão do visconde de Mossoró. Ambos, ricos fazendeiros, tendo esplêndidas casas. O barão de Araujo Ferraz (Francisco Inácio de Araujo Ferraz) — decreto de 17-6-1882 — casado com sua sobrinha dona Francisca Belmira de França — foi negociante e comissário de café no Rio de Janeiro e diretor do Banco do Brasil. Quanto ao barão e visconde de Mossoró (José Felix Monteiro) — decretos de 25-7-1877 e 16-10-1888 — casado com dona Mariana Augusta Varella Monteiro — negociante em São Paulo, dono de grande fortuna, foi um dos fundadores do Liceu de Arte e Offícios, pois era homem esclarecido visando o aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores.

O barão de Novaes (Elias Dias de Freitas Novais) — derradeiro titular do Império, por decreto de 15 de novembro de 1889, data da proclamação da república — nascido na província de São Paulo em 20 de julho de 1838, faleceu

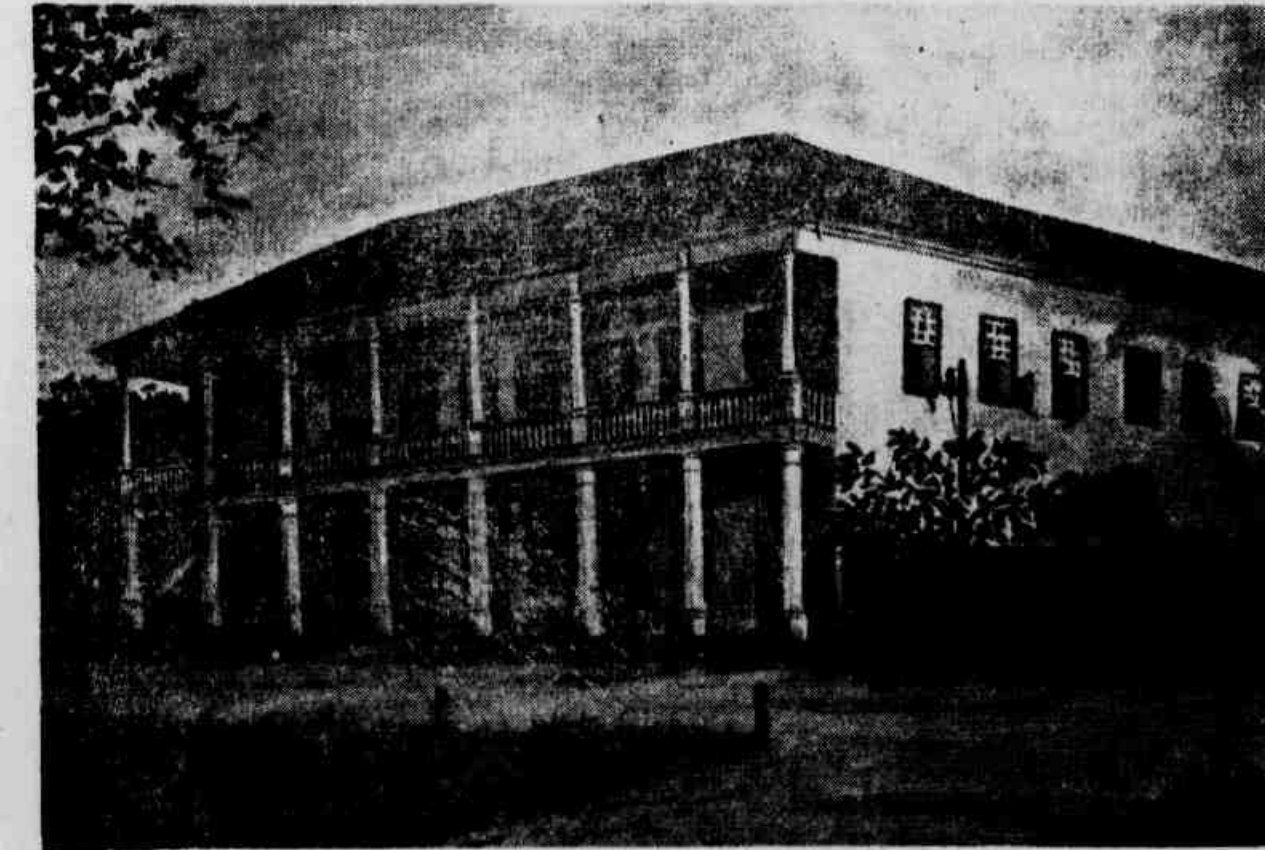
em 1915. Foi grande comerciante e industrial, dirigindo várias empresas industriais e fazendeiras. Seu filho, o major Manoel de Freitas Novais, foi de seu magnífico fazendeiro "Boa Vista" em Cruzeiro, ainda conservou, no seu imenso "casa grande" e apartamentos que serviram 85 MM. II, dom Pedro II e dona Teresa Cristina. O mesmo arranjo, a mesma decoração, o mesmo toque de respeito e alegria se conservou depois da monarquia deposta, nas casas e apartamentos de suas majestades. No lago do parque, o bosque com que brincavam os jovens príncipes ficou perpetuamente ancorado.

O barão de Anhumas (Manoel Carlos de Sousa Aranha) — 25-9-1869 — foi rico fazendeiro em Campinas. Casado com sua prima dona Ana Teresa de Sousa Aranha, era, pois, cunhado do marquês de Três Rios, que foi

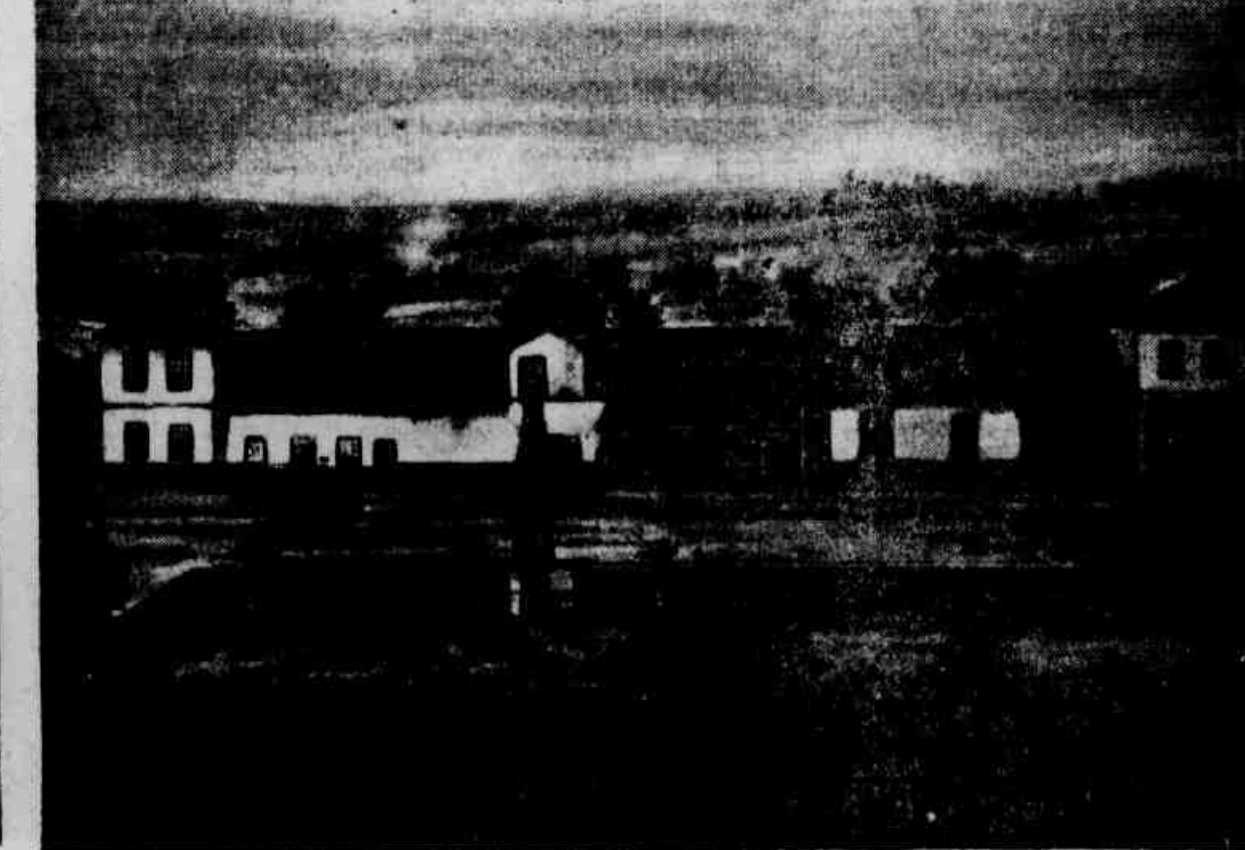
barão, visconde, conde e marquês desse título, por decretos de 14-7-1872, 19-7-1879, 16-2-1880 e 7-5-1887, respectivamente. Era o marquês dono de grande fortuna, e o seu solar foi a primeira sede da Escola Politécnica. Tinha no jardim de inverno da minha residência um velho lampião que pertenceu a uma das suas fazendas em Amparo, e que foi vendido. Falecido aos 80 anos, em 1901, vem o seu enterro descrito pelo "Comércio de São Paulo", então dirigido por Eduardo Prado, tendo sido o soleníssimo cortejo da rua do Carmo para a Consolação por um trajeto que levou três horas a ser percorrido. Em primeiras núpcias foi casado com dona Ana Cecília da Silva, e em segundas, com dona Maria Hipólita, baronesa viúva de São João do Rio Claro e filha do barão de Itapetininga e de sua primeira mulher dona Ana Eufrosina Mendes. Além de abastado fazendeiro, foi várias vezes deputado provincial, gozando de enorme prestígio. O barão de São João do Rio Claro (26-11-1856) — Amador Rodrigues de Lacerda Jordão — também foi fazendeiro, e sua esposa, dona Maria Hipólita dos Santos, era filha de fazendeiro, pois o barão de Itapetininga (João José dos Santos Silva, conhecido antes por "cadete Santos") — decreto de 7-5-1864 — também foi fazendeiro, notabilizando-se, porém, por uma chacara que possuía no vale do Anhangabaú. Das suas primeiras núpcias teve uma única filha, a futura baronesa de São João do Rio Claro e, depois, marquês de Três Rios; das segundas, com dona Carolina de Sousa Castro, teve uma filha, dona Antonia dos Santos, que se casou com Eduardo Prates, que depois veio a ser conde pontífice e também fazendeiro, e, até fins do primeiro quartel do século XX, teve uma das maiores fortunas de São Paulo, tendo doado o vale do Anhangabaú à Municipalidade (que em sinal de gratidão até hoje nem sequer colocou uma placa no local). A sua fazenda Santa Gertrudes, admirava os estrangeiros. Manuel Bernardes, que em 1908 publicou um livro "El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro", e hora habituado a grandes "estâncias" argentinas que foram (e ainda são) o que de mais grandioso há em matéria rural e social (meu pai — que era uruguaio — tinha sete estâncias no norte do Uruguai e na Argentina), diz ser "la más considerable del Estado, pues tiene una explotación de un millón de plantas de café". Naquela terra, era "rei do café" o coronel Frederico Schmidt; depois foram os Junqueira, e, atualmente, leva vantagem a todos o gigante Geremias Lunardelli. Mas a fazenda do conde de Prates, se não era a do "rei do café", era um primor de conservação, de modernidade, de instalações, de esplendor, também erigida a cavalo de raça, como os das Ardenas, os Percherons, e, dado excelente. A baronesa de Itapetininga, enviando em 11-7-1876, casou-se com o barão de Taubaté (Francisco Xavier Paes de Barros, decreto de 18-8-1879) — que foi grande fazendeiro em São Paulo. Tanto os Barros, quanto os Paes de Barros ou Moraes Barros, sempre foram fazendeiros. Os Paes de Barros formam verdadeiras dinastias — a uma delas pertence pelo lado materno meu querido amigo Fernando Nogueira, o XI da "Paranápolis", como diz, sendo seu gracioso e varonil netinho XIII dessa linhagem, poderia citar ainda meu saudoso amigo Renato Paes de Barros e tantos outros. Nascido em Sorocaba, em 26 de maio de 1851, faleceu o barão de Taubaté em São Paulo em 8 de dezembro de 1914, naquela mesma e esplêndida residência da alameda Cleveland. Casou-se em primeiras núpcias com sua prima, a Srta. Gertrudes de Aguiar Paes de Barros, filha do 1º barão de Itu (Bento Paes de Barros) — por decreto de 12-10-1848. O barão de Itu fazia parte do maior grupo dos mais abastados fazendeiros de São Paulo, pois na sua família a agricultura sempre foi marcada

uma fazenda em São Paulo, no Anástasio. Note-se que Sorocaba é a cidade que deu os maiores fortunes do Brasil, ultimamente. Seus descendentes, continuaram essa tradição de esplendor e riqueza. Sua irmã, que se casou com Beaventura Belmont Pereira, que veio a ser barão de Sorocaba por decreto de 15-10-1825, não teve tão vastas propriedades pois seu marido foi mais superintendente geral das quintas e fazendas imperiais. Tampouco sua filha, a condessa de Iguaçu (filha legítima do imperador Dom Pedro I) foi fazendeira. Seu marido foi o conde de Iguaçu (Pedro Caldeira Brant) — decreto de 2-12-1840, sob a Regência, pois Dom Pedro I era falecido — nascido em 1814 e falecido em 1884, era filho dos marquês de Barbacena. Seu pai, o 1º visconde de Castro com grandeza (João de Castro Canto e Melo) decretos de 12-10-1825 e 12-10-1825 — casado com dona Eschenstia Bonifácia de Toledo Ribas (nascido em 1740 e falecido em 1825 em São Paulo) no fim da vida foi apenas homem de corte, fidalgo cavaleiro da Casa de S. M. Fidelíssima, gentil-homem da Imperial Câmara, Monteiro-mór e camarista de S. M. o imperador Dom Pedro I. Seu irmão, o 2º visconde de Castro com grandeza (João de Cas-

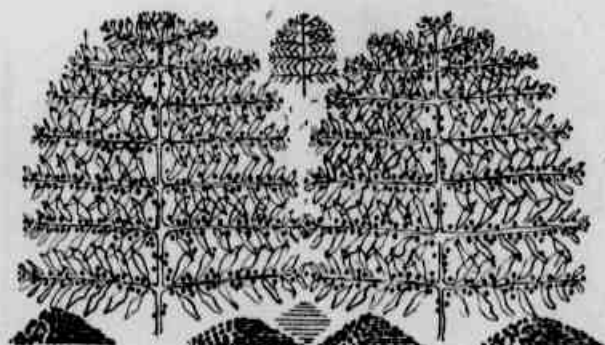
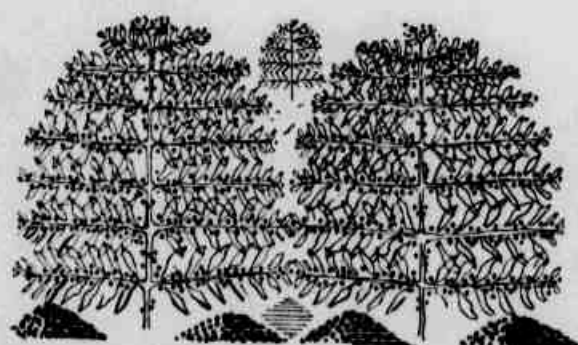
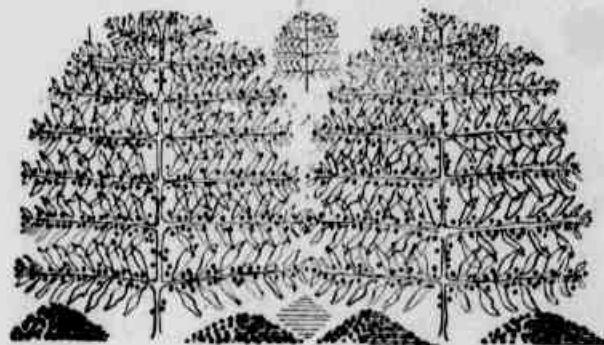
tro Canto e Melo) — decreto de 12-10-1827 — nascido em São Paulo em 1778 faleceu em Porto Alegre em 1853 e se casou com dona Inocência Laura Vieira de Azevedo, foi apenas militar. Mas, a marquesa gostava do campo, e dirigia admiravelmente tudo; apreciava os cavalos, e pessoalmente incentivava a criação do Derby Club de São Paulo. Sua coleção de objetos de prata se tornou tão famosa quanto o esplendor da sua vida e o seu prestígio. A família Tobias de Aguiar foi dona de imensas cabedais, como se revela pelas suntuosas residências que teve em São Paulo, principalmente na rua Alegre e campos da Luz. Teve a marquesa mais um filho, que faleceu criança e duas filhas, a duquesa de Goiás (4-7-1839). Sua filha, a senhora dona Isabel Maria de Alencar, brasileira, nascida em 1824 e falecida em 1867, e a duquesa de Ceará por decreto imperial no dia do seu nascimento a 13-8-1827 — dona Maria Isabel de Bragança, falecida em 25 de outubro de 1828 (esses dois duques, o de Caxias e o de Santa Cruz — um cunhado de Dom Pedro I — são os quatro únicos concedidos pelo Império).



A magnífica sede da fazenda Anhumas, em Campinas (aquarela de J. O. Mendes).



A grandiosa da "Casa das Máquinas" da fazenda Santa Ursula, do barão de Ataliba Nogueira dá idéia das proporções propriedade agrícola (aquarela de J. O. Mendes).



doaram (em moeda atual) mais de cem milhões a obras de cultura. Mantem o conde Silvio, o magnífico "barão" de Tambo, no sítio histórico de Barueri, onde há uma secular aldeia de índios. Nessa região, também a marquesa de Santos possui uma fazenda chamada Várzea.

Miguel Mirim parece ter sido fadado à elegância dos seus titulares, cujas famílias sempre ostentaram grande padrão de vida, alternando com longas temporadas na Europa, sobretudo Paris, e a sua fazenda da Barra, como faziam, assim, o barão de Pirapitingui (José Guedes de Souza) — decreto de 7-5-1887 — casado com dona Carolina Alves Guedes, filha de Antonio Alves de Almeida Lima e de sua primeira esposa dona Maria Emilia de Toledo, irmã da baronesa de Itatinga, era importante fazendeiro em Mogi Mirim, Santa Rita do Passa Quatro, com terras no Paraná, tendo por duas vezes hospedado em sua casa S. M. I. e o senhor dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina quando de sua visita àquela cidade. Deixou grande fortuna, e, das suas quatro filhas, todas da minha grande estima, dizia com razão meu saudoso amigo José Luis Barbosa de Oliveira "dona Olivia (dona Olivia Guedes de Toledo) foi rainha" (teve o mais requintado salão da República em São Paulo, patrocinando as artes, especialmente a arte moderna), "dona Betitina (dona Albertina Guedes Nogueira) — a princesa" (extraordinária pela sua gentileza e sua imensa e variada cultura), "dona Zitta (dona Zitta Guedes Galvão) — a duquesa" (pelo natural encanto de toda a sua natural fidelidade, mantendo aberto seu incomparável salão parisiense), e, "dona Mira (dona Altamira Guedes de Toledo) — a santa" (pela pureza de sentimentos religiosos e caridade desta senhora excepcional que é a própria bondade personificada). Mais do que todas as heranças da opulência agrícola, o barão de Pirapitingui deixou uma herança viva das mais belas que se transmitiu, fielmente a seus descendentes, filhos e netos ilustres, dentre os quais Fernando Galvão, dona Georgina Galvão Vicente de Azevedo, dona Maria Penteado de Camargo — que continua a tradição de arte e elegância de sua saudosa mãe, dona Carolina Penteado da Silva Teles, mãe de doutos filhos, meus amigos.

O barão de Socorro (Luís de Souza Leite) — decreto de 10-8-1888 — nascido em Mogi Mirim, em 1848, casado com dona Decilinda de Sousa Arantes, foi abastado fazendeiro no município de Amparo, e, como vereador, deu liberdade a todos os seus restantes escravos, em número de 56. Foi feito barão por justiça do 1º barão, pois não tinha apêgo à monarquia, tanto que, no advento da República, "resignou o título" e aceitou vários cargos públicos (dizem os barões de Vasconcelos).

O barão de Ataliba Nogueira (João de Ataliba Nogueira) — decreto de 24-4-1891 — também foi importante fazendeiro em Jaguari, sendo uma das maiores fortunas da Província. Foi o criador da Estrada de Ferro Mogiana, da Cia. Mac Hardy e Banco dos Lavradores, e tomou a iniciativa de grandes empreendimentos que demandavam grandes capitais e larga visão. Entre outras propriedades, tinha a fazenda Santa Ursula. O barão nasceu em 1834, e casou-se em 1864 com dona Luisa Xavier de Andrade, filha do capitão Camillo Xavier Bueno da Silveira. Levava uma vida de esplendor ao lado da mais perfeita e natural simplicidade. Quando da queda do Império, o barão e a baronesa retiraram-se para Paris, onde levaram vida senhoria, e tão esplendorosa era a sua residência e a sua convivência, que era, de fato, chamada "embaixada do Brasil", pois oferecia a embaixada oficial (então Legação). O barão é avô do meu querido amigo o ilustre catadista de Direção, professor doutor José Carlos de Ataliba Nogueira, nome que reflete



D. Veridiana Prado.

carinho por essa soberba herança, e foi seu hospede algumas vezes, uma delas alojaram-me no "quarto do primo Ruy", guardando de tudo última lembrança. Moços fideles da Casa Imperial, os barões de Oliveira também pertencem — além da aristocracia do sangue — a essa chamada "aristocracia do café" que tanto honra nossas tradições de trabalho e de amor à terra. O conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira era casado com dona Isabel Augusta de Sousa Queiroz, filha de Francisco Antonio de Sousa (irmão do brigadeiro Luís Antonio) que, vindo para São Paulo, se casou com dona Isabel Inácia da Conceição. Este, era filho de José Luís de Sousa Queiroz e de sua mulher e prima dona Ana Maria de Macedo Sousa Queiroz. Cabe lembrar que todos os membros da família Sousa Queiroz tiveram ou têm fazenda.

Temos assim feito, por Francisco Antonio de Sousa Queiroz, a ligação de parentesco dessa com outras grandes famílias também de fazendeiros em São Paulo, como os Ribeiros de Rezende, os Costa Pinto, os Costa Carvalho, os Silva Prado, os Conceição, os Serra Negra, os barões de Rezende, os Penteado, os barões de Limeira, os Vergueiro e muitas outras que se destacaram na cultura do café.

O barão da Limeira (Vicente de Sousa Queiroz) — decreto de

1-2-1887 — nascido em São Paulo em 1813 e falecido em Baepe, em 1872, era filho do brigadeiro Luís Antonio de Sousa e de dona Genebra de Barros Leite. Foi importante fazendeiro e dono de grande fortuna, dedicando-se a obras de beneficência. Era irmão da marquesa de Valença e do barão de Sousa Queiroz. Este último (Francisco Antonio de Sousa Queiroz), barão com grandeza por decreto de 14-10-1874, casou-se em 1833 com dona Antonia Eufrosina Vergueiro, filha do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Nascido a 8 de dezembro de 1808 em São Paulo, falecido em 4 de julho de 1891. Seu pai, o brigadeiro Luís Antonio, que então era tido como a primeira fortuna da Província, ao falecer, deixou-lhe importantes propriedades agrícolas, que, sob sua inteligente administração, contribuíram muito para o progresso da Província. Quanto ao seu cunhado, o senador Nicolau de Campos Vergueiro, visconde de Vergueiro por decreto de 31-12-1880, casou-se com sua sobrinha dona Agueda Faro Vergueiro, neto do 1º barão do Ti-

Outro titular do Império também fazendeiro em São Paulo foi o 1º barão de Campinas (Bento Manuel de Barros) — decreto de 21-8-1870. A 2ª baronesa de Campinas, dona Maria Luisa de Sousa Aranha — decreto de 9-1-1875 — também foi grande fazendeira. Em 1817, casou-se com o coronel Francisco Egídio de Sousa Aranha, seu primo-irmão, que, com seu irmão Pedro Aranha foi o iniciador do plantio de café na então vila de São Carlos, hoje cidade de Campinas. Foram pais do marquês de Três Rios e da baronesa de Itapura (dona Libânia de Sousa Aranha). A baronesa de Campinas tinha sido agraciada com o título de viscondessa de Campinas por decreto de 19-7-1879, mas, constando a mesma ter falecido, o decreto foi arquivado, dizem os barões de Vasconcelos.

O barão de Itapura (João Polycarpo de Sousa Aranha) — decreto de 19-1-1883 — seu genro, também foi grande e abastado fazendeiro em Campinas. Possuía a fazenda Chapadão e muitas terras. Da sua opulência resta ainda o palácio que fez construir, hoje sede das Faculdades Campineiras, e onde, há dois anos, quase consecutivamente, sempre tive um pequeno apartamento, para quando, uma vez por semana, vou àquela cidade para as aulas nas duas Faculdades em que leciono. A fachada é em lindo estilo Luís XIV, e o salão nobre ainda ostenta magnífico e pesado lustre de cristal da Boêmia. É tão bem construído esse palácio, que suas dependências, nos dias quentes são frescas, e, nos dias frios, são tépidas. Meu quarto é assim, e, embora não seja como o de minha casa, com minha cama georgiana, é delicioso lá dormir. O palácio foi genericamente doado às Faculdades Campineiras pela única filha dos barões de Itapura, dona Isidore de Sousa Aranha.

CAMPINAS E ARREDORES

O 2º barão de Campinas (João Pinto de Araújo Cintra) — decreto de 13-8-1889 — nascido em Ataliba, alem de magistrado, foi fazendeiro, e, da sua esplêndida fortuna, fez dádioso uso, tendo fundado o Hospital Ana Cintra. Seu parente, o barão de Cintra (José Joaquim da Silveira Cintra) — decreto de 26-11-1887 — nascido em Mogi Mirim, foi opulento fazendeiro, deixando imensa fortuna, e levando grande estado de vida.

O barão Geraldo de Rezende (Geraldo Ribeiro de Sousa Rezende) — decreto de 19-6-1889 — era filho do marquês de Valença, Estevão Ribeiro de Rezende, primeiro "ministro itinerante" de dom Pedro I, a quem acompanhou a Minas, e de sua mulher dona Maria de Almeida de Sousa Queiroz de Rezende. O barão Geraldo de Rezende casou-se com sua prima dona Maria Amelia Barbosa de Oliveira, filha do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira e de sua mulher dona Isabel Augusta de Sousa Queiroz. Era um dos maiores fazendeiros de Campinas, sendo a sua fazenda Santa Gertrudes, em Piracicaba, uma das mais belas das quais passaram a seus netos, e meus amigos, Mota e Silva de Amaral.

O barão de Ipanema (Francisco Alves Cardoso) — decreto de 24-11-1868 — falecido em Bragança em 1909, fazendeiro de café nos municípios de Itatiba e Bragança, eminente chefe conservador, deixou grande fortuna e fama pelo excelente café que produzia. Nessa região de Bragança a Campinas houve fazenda muito prospera, embora sem dono, não levamos vida de inatidade — e, por isso, de discreta riqueza. O barão de Itatiba (João de Itatiba Penteado) — decreto de 18-3-1882 — destacou-se como plantador de café. Casado com sua parente dona Ana Francisca de Paula Camargo Penteado, suas filhas, e ao falecer, legou ao seu filho, o barão de Itatiba (João de Itatiba Penteado) — decreto de 7-5-1887 —

ma casa aristocrática da fazenda de Monte Alegre, rodeada de jazeiras centenárias. Era famosa a chacara São Pedro, e a cultura dessa família era extraordinária: a mes da biblioteca, estava coberta de revistas estrangeiras. Ao lado da cultura, a caridade era profunda e viva, e o sanatório São Luís, de Piracicaba, e a igreja da Imaculada Conceição, são disso atestado. Cultivava-se nessa fazenda, não só o café, mas também o açúcar, sendo o Engenho Central, de Vila Rezende, o mais adiantado do Estado. Seu genro, o barão de Serra Negra (Francisco José da Conceição) — decreto de 17-5-1871 — nasceu em Piracicaba (então vila da Constituição), aí falecendo em 1900 na sua fazenda Rio das Pedras. Além de rico comerciante, era abastado fazendeiro, tendo sido o primeiro agricultor a introduzir aperfeiçoados aparelhos para beneficiar o café, além de modernos arados. E sua faina agrícola não se detinha no café; além de outras culturas, foi o primeiro plantador de algodão no seu município. Riquíssimo, extremamente caridoso, levava também vida de grande opulência, tendo por duas vezes hospedado S. M. A. II, a Senhora Princesa Imperial dona Isabel e seu esposo o marechal conde D'Eu. Seu filho, o conde de Serra Negra (Manoel da Conceição) — título pontifício — foi o "rei do café" do seu tempo, indo abrir fazendas nos continentes do Estado, onde chegavam as "ondas de ferro". Foi um verdadeiro pioneiro. Gastou muitos milhões de cruzeiros na propaganda do café do Brasil na Europa para onde se mudou com seus filhos e sua esposa, a nossa querida amiga condessa de Serra Negra que, ajudando nas exposições em Brancas, Paris e Londres, trouxe para o francês o livro do conde de Afonso Celso "Por que me orgulho do meu país" apresentando visitantes ilustres com um exemplar. Aliás, é dona de invulgar cultura, tendo 40 volumes escritos sobre mulheres ilustres. Dentre suas fazendas, destacamos a de Vila Velha, em Botucatu, que a condessa manteve até a morte.

O barão visconde de Indaítuba (Joaquim Bonifácio de Amaral) — decretos de 16-2-1878 e 19-7-1879 — nascido em São Carlos em 1815, foi um dos mais adiantados fazendeiros de café. Casou-se em 1839 com sua sobrinha dona Ana Guilhermina Pompeu do Amaral. A sua fazenda Sete Quedas foi famosa pela sua opulência e pela beleza das suas linhas, os seus muros, a senzala, tudo o que caracterizava uma grande e linda fazenda, em meio a uma vegetação admirável, tendo por duas vezes hospedado S. M. A. II. Uma filha do barão de Mota (João de Mota de Mota) — decreto de 23-12-1877 — nascido na fazenda de Camargão, a dona Lucretia de Mota — com um sobrinho, o visconde de Indaítuba, barão também foi agricultor nessa região, deixando, ao falecer em 19 de dezembro de 1915, em Espírito Santo do Pinhal, magníficas fazendas, algumas das quais passaram a seus netos, e meus amigos, Mota e Silva de Amaral.

O barão de Ipanema (Francisco Alves Cardoso) — decreto de 24-11-1868 — falecido em Bragança em 1909, fazendeiro de café nos municípios de Itatiba e Bragança, eminente chefe conservador, deixou grande fortuna e fama pelo excelente café que produzia. Nessa região de Bragança a Campinas houve fazenda muito prospera, embora sem dono, não levamos vida de inatidade — e, por isso, de discreta riqueza. O barão de Itatiba (João de Itatiba Penteado) — decreto de 18-3-1882 — destacou-se como plantador de café. Casado com sua parente dona Ana Francisca de Paula Camargo Penteado, suas filhas, e ao falecer, legou ao seu filho, o barão de Itatiba (João de Itatiba Penteado) — decreto de 7-5-1887 —

faleceu em São Paulo em 25 de julho de 1888, ocupou vários e importantes cargos públicos, sendo também abastado agricultor. Era filho do 2º barão de Jundiá, irmão do conde de Paranaíba e da 2ª baronesa de Jundiá. Casou-se, em 1839, com dona Maria Januária de Moraes Queiroz, que era sua tia materna. O 2º barão de Jundiá, (Antonio de Queiroz Teles) — decreto de 24-3-1879 — nascido em Jundiá em 1787 e falecido em Campinas em 1870, foi importante lavrador, senhor de grande fortuna e teve a felicidade de hospedar, em 1846, S. M. o imperador dom Pedro II, em sua casa de Jundiá, entre pela sua opulência. Era casado com sua sobrinha dona Ana Leduina de Moraes Jordão. Sua filha, a 2ª baronesa de Jundiá (dona Ana Joaquina do Prado Fonseca) — decreto de 7-5-1867 — também teve belas fazendas. Seu filho, o barão, visconde com grandeza e conde de Paranaíba (Antonio de Queiroz Teles) — decretos de 31-12-1880, 7-5-1887 e 23-12-1887 — foi advogado em RJ, político, presidente da Província, recebeu do então a visita de S. M. Imperial, mas, destacou-se, sobretudo, como agricultor, e, especialmente, pelo bem que fez à Agricultura no governo de São Paulo, incentivando a imigração e o progresso agrícola.

Como presidente da Cia. Mogiana, levou os seus trilhos em direção a Minas, e a Graciosa e Goiás. Era a "marcha para o Oeste" já preparada pelo barão de Ataliba Nogueira.

O barão visconde da Cunha Bueno, que também foi barão de Itaquary (Francisco da Cunha Bueno) — decreto de 6-6-1887, 2-1-1889 e 7-5-1887, respectivamente — casado, em primeiras núpcias com dona Eudexia Henriqueta de Oliveira, em segundas com dona Teresa de Aguiar, foi chefe político e rico fazendeiro em São Paulo. A viscondessa, há pouco falecida, era irmã do atual bispo de Sorocaba. A família Cunha Bueno, aliás, nunca perdeu essa esplêndida tradição de cafeicultores e comendários de café. A fazenda Buenópolis foi uma das mais belas, importantes, modernas e grandiosas propriedades agrícolas de São Paulo. Nesse tempo, havia outras também importantes, como a do Cambuí, do riquíssimo fazendeiro Nhonho Magalhães, homem de inculcável capacidade de trabalho.

O barão de Descalvado (José Elias de Toledo) — decreto de 23-12-1887 — nascido em Mogi Mirim em 7 de novembro de

de Ferro, e, com o barão de Tatuí, fundou o Banco de São Paulo. Era, entretanto, grande fazendeiro, de onde lhe vinha a fonte rica dos seus cabedais, tendo sido um dos primeiros a introduzir o trabalho livre nas suas vastas propriedades agrícolas, organizando para isso colônias alemãs. Trompas, corrente, ferros torturantes não havia nas suas fazendas. A condessa do Pinhal faleceu em São Paulo em 1915, com 104 anos de idade e perfeitamente lucida. Uma prima-irmã de meu cunhado, dona Dolores Trujillo Santiago, casou-se com um sobrinho do conde do Pinhal, Francisco de Arruda Botelho, e sua única filha (já falecida) dona Maria Eucládia de Arruda Botelho casou com Jair Arantes de Nogueira, deixou uma única filha, sendo, pois, primos de meu sobrinho (V. "A família Arantes", do dr. Arnaldo Arantes, pg. 76). Também foram fazendeiros, pois é uma tradição dessa nobre família. Nas suas muitas fazendas, e conde do Pinhal plantou café, mas algumas também algodão. Muito abastado, gostando do esplendor — que sempre se notou nas suas residências, o conde do Pinhal também hospedou S. M. A. II. Dom Pedro II e dona Teresa Cristina, em sua fazenda de São Carlos, honra que também coube aos Cunha Bueno na mesma cidade. Naquela época em que as vitórias, os factos, troleys, filburis, charretes, bicicletas, faziam parte dos confortos fazendeiros, as novidades vindas da Europa em matéria de veículos eram tão importantes quanto os objetos de luxo, as rendas, as roupas de cama e mesa, as porcelanas. Vi em Campinas, em casa de uma colecionadora, algumas porcelanas que foram do serviço de mesa do conde do Pinhal. Finais porcelanas francesas trabalhadas com perfeição. Quando visitei pela primeira vez o Museu Imperial na amável companhia de S. A. I. o Príncipe Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança, de quem era hospede, meu saudoso amigo Alcindo Sodré me fez correspondente do Museu, pedindo-me que lhe arranjasse porcelanas (ao menos pratos) dos titulares do Império. Confesso que negligenciei um pouco, mas consegui alguns belos exemplares. Aliás, a coleção desse rico Museu é magnífica, e bem fala de uma época de esplendor e riqueza. No Rio de Janeiro, é famosa a coleção de louças brancas de dona Iracema Garcia Braga, havendo em São Paulo a celebre coleção de Eldino Brancante. Sobrevida a República, e conde do Pinhal retirou-se da vida pública, nada querendo com o regime.

O barão de Tatuí (Francisco Xavier Paes de Barros) — decreto de 15-8-1879 — que foi socio do conde do Pinhal alguns empreendimentos, nasceu em Sorocaba a 26 de maio de 1831, tendo aí falecido em 1914. Casou-se com sua prima dona Gertrudes de Aguiar Paes de Barros, filha dos barões de Itu, e, em segundas núpcias, com dona Cerina de Sousa Castro, baronesa viúva de Itapetinga. Influente chefe político, deputado em várias legislaturas, rico proprietário agrícola, levava vida de grande esplendor.

6. O CAFÉ TRANSPOE

FRONTIÇAS

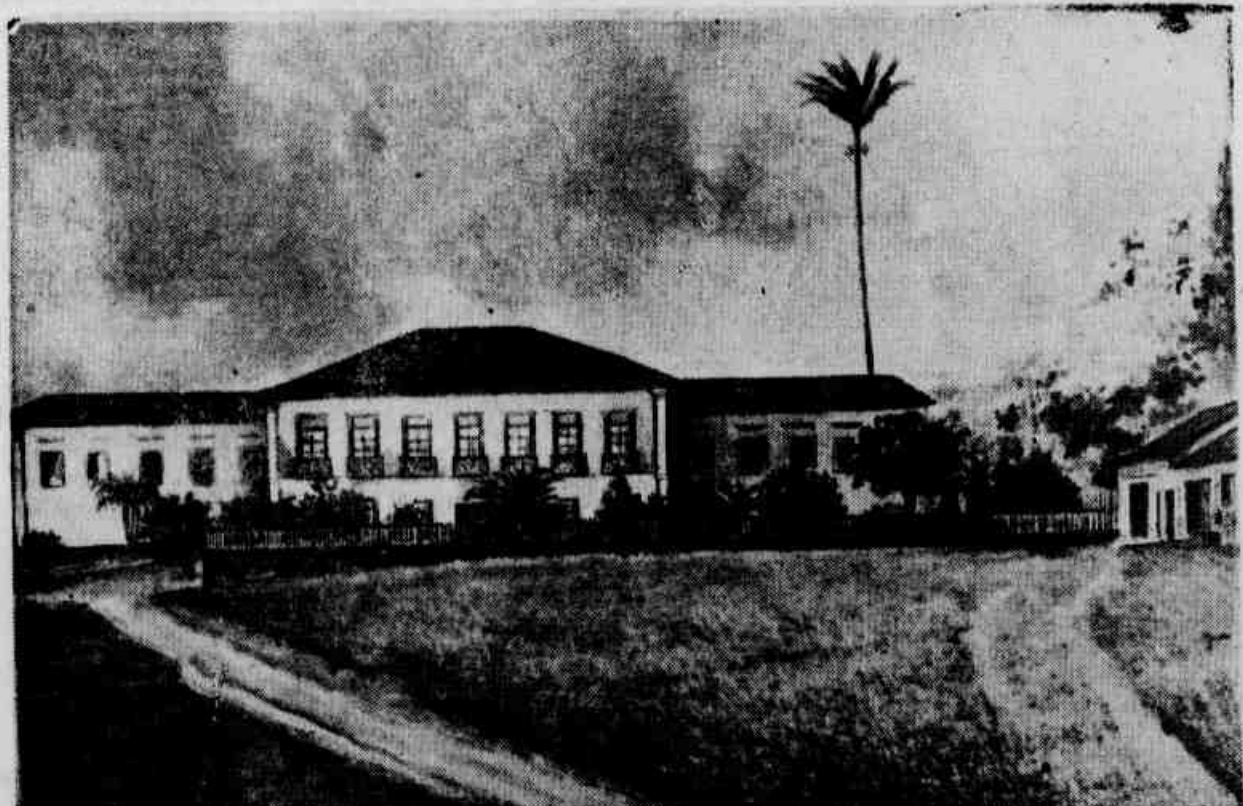
O 1º barão visconde com grandeza de Congonhas do Campo (Lucas Antonio Monteiro de Barros) nascido em 13 de outubro de 1765 e falecido no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1851 — decretos de 12-10-1825, 12-10-1826 e 2-4-1841, respectivamente — casou-se com sua prima dona Maria Teresa Joaquina de Survan, e foi o primeiro presidente da recém-erecta província de São Paulo, criador da Biblioteca Pública, em 1825. Além de magistrado, tendo chegado a presidente do Supremo Tribunal de Justiça, era fazendeiro, deixando em seus descendentes essa maravilhosa tradição, contando-se entre eles o meu prezado amigo Marcos Antonio Monteiro de Barros, (filho de Hermilina da Silva Prado e de Augusto Monteiro de Barros), casado com a condessa Marinella D'Aragnoa, de veia estirpe napolitana. E falando em titulares estrangeiros, alguns dos quais também se inte-



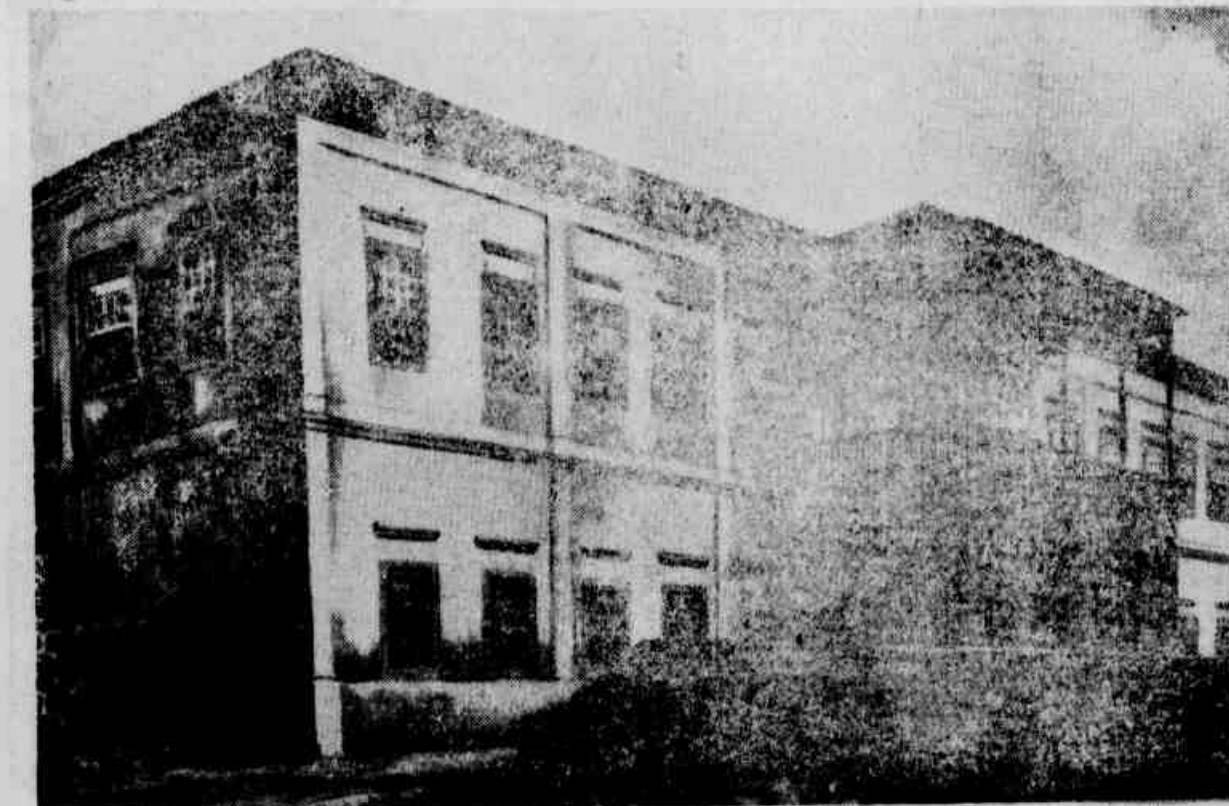
Martinho da Silva Prado Junior

1816, filho de Filas Antonio Aranha de Camargo e de sua primeira mulher dona Maria Gertrudes de Toledo, destacou-se como fazendeiro de café. O 2º barão de Jundiá, irmão do conde de Paranaíba e da 2ª baronesa de Jundiá. Casou-se, em 1839, com dona Maria Januária de Moraes Queiroz, que era sua tia materna. O 2º barão de Jundiá, (Antonio de Queiroz Teles) — decreto de 24-3-1879 — nascido em Jundiá em 1787 e falecido em Campinas em 1870, foi importante lavrador, senhor de grande fortuna e teve a felicidade de hospedar, em 1846, S. M. o imperador dom Pedro II, em sua casa de Jundiá, entre pela sua opulência. Era casado com sua sobrinha dona Ana Leduina de Moraes Jordão. Sua filha, a 2ª baronesa de Jundiá (dona Ana Joaquina do Prado Fonseca) — decreto de 7-5-1867 — também teve belas fazendas. Seu filho, o barão, visconde com grandeza e conde de Paranaíba (Antonio de Queiroz Teles) — decretos de 31-12-1880, 7-5-1887 e 23-12-1887 — foi advogado em RJ, político, presidente da Província, recebeu do então a visita de S. M. Imperial, mas, destacou-se, sobretudo, como agricultor, e, especialmente, pelo bem que fez à Agricultura no governo de São Paulo, incentivando a imigração e o progresso agrícola.

1816, filho de Filas Antonio Aranha de Camargo e de sua primeira mulher dona Maria Gertrudes de Toledo, destacou-se como fazendeiro de café. O 2º barão de Jundiá, irmão do conde de Paranaíba e da 2ª baronesa de Jundiá. Casou-se, em 1839, com dona Maria Januária de Moraes Queiroz, que era sua tia materna. O 2º barão de Jundiá, (Antonio de Queiroz Teles) — decreto de 24-3-1879 — nascido em Jundiá em 1787 e falecido em Campinas em 1870, foi importante lavrador, senhor de grande fortuna e teve a felicidade de hospedar, em 1846, S. M. o imperador dom Pedro II, em sua casa de Jundiá, entre pela sua opulência. Era casado com sua sobrinha dona Ana Leduina de Moraes Jordão. Sua filha, a 2ª baronesa de Jundiá (dona Ana Joaquina do Prado Fonseca) — decreto de 7-5-1867 — também teve belas fazendas. Seu filho, o barão, visconde com grandeza e conde de Paranaíba (Antonio de Queiroz Teles) — decretos de 31-12-1880, 7-5-1887 e 23-12-1887 — foi advogado em RJ, político, presidente da Província, recebeu do então a visita de S. M. Imperial, mas, destacou-se, sobretudo, como agricultor, e, especialmente, pelo bem que fez à Agricultura no governo de São Paulo, incentivando a imigração e o progresso agrícola.



Grandiosa sede da fazenda Sete Quedas, do visconde de Indaítuba (aquela de J. de C. Mendes).



Sede da fazenda Quilombo, em Campinas (aquela de J. de C. Mendes).



SALVO PACHECO DE ALMEIDA PRADO, continuador da tradição cafeeira dos Almeida Prado.

Empenharam-se em luta árdua para garantir a sobrevivência da cafeicultura

O PIONEIRISMO DOS ALMEIDA PRADO NA CRIAÇÃO DA MAIOR RIQUEZA NACIONAL

Salvo Pacheco de Almeida Prado, cafeeiro por vocação e por tradição — A história de sua família é uma história de bandeirismo e um dos capítulos da própria história do café



JOÃO PACHECO DE ALMEIDA PRADO, grande animador da cafeicultura jansenense.

Inaugurando o Serviço de Irrigação Artificial da Fazenda São Sebastião da Bela Vista, de propriedade do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, em Itapuí, em agosto de 1952, o prof. Lucas Nogueira Garcez, referindo-se aos Almeida Prado, disse: "Paulista, acabo de presenciar um grande orgulho de criar uma irrigação artificial, na Fazenda São Sebastião da Bela Vista. Os Almeida Prado, que souberam contribuir, de maneira magnífica, para a difusão da cultura cafeeira em São Paulo, sabem, também, colaborar, de modo exemplar, para que a cultura da rubiacea não desapareça do solo paulista. Parabéns a Salvo Pacheco de Almeida Prado, que soube ser digno dos seus antepassados. Parabéns a Itapuí, que dá a outros municípios este exemplo extraordinário".

As palavras do governador do Estado tinham o seu fundamento em fatos recentes e remotos, que atestam as qua-

lidades de cafeeiro nato de Salvo Pacheco de Almeida Prado. Eis, num breve relato, o que tem representado a sua atividade nesse setor.

Nos últimos dez anos, dos quais oito ininterruptamente à frente do Departamento de Cafeicultura da FARESP, vem se empenhando na defesa dos interesses do café. Combatido muitas vezes, mas sempre respeitado, tem-se esforçado por impor uma orientação segura e sem vacilações à cafeicultura organizada de nosso Estado, orientação essa onde a estabilidade da atividade é uma constante, onde a firmeza de atitudes é o característico dominante. O café para Salvo Pacheco de Almeida Prado é quase uma idéia fixa. Conhecedor profundo dos seus problemas, nos mais diversos aspectos, desde a cultura e suas práticas, o comércio e todos os seus segredos, até o consumo na quase totalidade dos mercados do mun-

do, está sempre atento aos acontecimentos e às tendências que vão surgindo ao redor do café, sendo, por isso, invariavelmente, dos primeiros a sair a campo para, com a sua experiência e sua ponderação, aclarar situações, traçar uma orientação ou conduzir uma bandeira de luta e de reivindicações.

Salvo Pacheco de Almeida Prado, o homem do café nas boas e más horas, que em função do café já enfrentou sucessivas fases de fastígio e depressão econômica, não é um cafeeiro apenas por vocação, que já lhe é grande, mas também por tradição, que lhe é maior ainda. É ele um dos representantes da última de cinco gerações de cafeeiros.

A história de sua família, que é uma história de bandeirismo e um dos capítulos da própria história do café, pode assim ser resumida:

Por volta do início do século passado, o tenente Vi-

cente de Almeida Prado, seu bisavô, filho do capitão-mor João de Almeida Prado e penúltimo filho do ouvidor Lourenço de Almeida Prado, deixava a casa paterna em Itapuí, rumando para Limeira, onde constituiu uma nova fazenda de café.

Homem de larga visão, prevendo o alcance do café na vida futura do país acreditando assim na sua pujança econômica, e ainda prevenindo suas gerações vindouras, adquiriu juntamente com seus irmãos e cunhados, a gleba de terra que seria mais tarde o berço da cafeicultura jansenense.

Em 20 de setembro de 1858, era lavrada em Rio Claro, antiga sede da comarca, a escritura de compra pelos senhores Almeida Prado, ao sr. Gomes Botão, primeiro morador de Jau, da gleba de terra que se localizava à margem do ribeirão Pouso Alegre.

Dando corpo ao projeto, dirigiram-se eles pelos meios de transportes da época, da qual a fragil canoa era um dos veículos, pelo Tietê — a estrada mais conhecida — às terras adquiridas para iniciar o ciclo cafeeiro, que ainda hoje perdura.

Por volta de 1867, João Pacheco de Almeida Prado, o segundo filho do tenente Vicente de Almeida Prado, recém-casado, iniciava a formação da fazenda Ibirapitanga, nas terras dos espigões que ficam à margem esquerda do ribeirão Pouso Alegre.

Plantara ele os três primeiros talhões de café da fazenda, aos quais, numa seguinte demonstração de sua fé e espírito religioso, denominou de "Fé, Esperança e Caridade".

Contudo, não logrou terminar a obra iniciada, pois, vítima de insidiosa molestia, e à mingua de recursos, veio a falecer na própria fazenda, deixando viúva, com um filho de um ano, de nome João, e outro por nascer, que veio a se chamar Vicente. A estes competiria terminar a obra iniciada por seu pai e alimentar a tradição ruralista da família.

Esta tarefa foi cumprida, pois, começando a faina desbravadora muito cedo, ajudaram a completar a formação da fazenda, iniciando a seguir, o trabalho em suas próprias terras. Já no fim do século passado, adolescente ainda, iniciava João Pacheco de Almeida Prado, o Joãozinho, como era conhecido, orfão em tenra idade, as plantações da Fazenda Nova América. Iniciava também seu irmão Vicente Neto a formação da Fazenda Vista Alegre, onde a nova geração Almeida Prado prossegue desenvolvendo sua atividade produtora de café.

Completando a formação dessa última fazenda, hoje de propriedade de seus descendentes, revelando ter herdado a fé na nobre planta, e com um sentido de previsão que lhe foi reservado, fez por acobertar de vicissitudes as suas gerações futuras, comprando uma gleba de terras roxas no Norte do Paraná, onde, como o desbravador que foi de Jau, se dedicaria à nova faina realizadora. No entanto, não pôde cumprir a aspiração que teve, de formar nova civilização cafeeira, pois sucumbiu em 1937.

Proseguindo no determinismo reservado pela história à família Almeida Prado, os oito filhos de João Pacheco Prado (entre os quais Salvo), repetindo a proeza dos seus antepassados cerca de 90 anos mais tarde, e capitaneados por João Pacheco de Almeida Prado Filho, em vida conhecido por Janjão Pacheco, iniciaram a abertura da fazenda Mitacunhá, no Norte do Paraná.

Iniciaram os irmãos Pacheco de Almeida Prado a abertura da Fazenda Mitacunhá por volta de 1940. O acesso às terras foi conseguido por picadas feitas a foice e facão, construindo o Janjão Pacheco e o Otávio, os dois pioneiros da iniciativa, o primeiro pouso, que foi denominado Ranchão.

Dai em diante, conjugados os esforços de toda a irmandade — integrada por João, Antonio, Otávio, Paulo, Salvo e Decio — e pelos cunhados Silvio de Almeida Sampaio e o saudoso Antonio de Souza Amaral, a iniciativa tomou corpo, possuindo hoje a fazenda, que tem 2.187 alqueires e terras, cerca de um milhão e quinhentos mil pés de café.

Como complemento, a obra civilizadora, orientada pelo

espírito progressista de Janjão Pacheco, fundou-se um patrimônio anexo à fazenda. Segundo o progresso do café, o patrimônio tomou vulto, passando a denominar-se VILA PRADO, tendo sido já elevado a distrito de paz.

Pelo breve histórico acima, constata-se a estirpe de cafeeiro nato do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, cuja ação pessoal deslocou-se da atividade particular para a vida pública, sendo hoje um dos "leaders" da classe agrícola no país.

Quando, em 1929, foi atingido pela crise, procurou, como todos os lavradores da época, desdobrar suas atividades, a fim de evitar o sacrifício do patrimônio de família, que já não suportava os encargos que sobre ele pesavam. Compreendendo que um dos efeitos da crise se devia, em grande parte, ao desligamento do produtor face à comercialização do café, tornando-se assim uma das causas do seu agravamento, entendeu Salvo Pacheco de Almeida Prado de continuar no café, transferindo, contudo, a roça para o porto de exportação a sua trincheira de luta. Alargaria ali e, talvez, até ao consumo, o interesse dos produtores, defendendo-os intransigentemente.

Em 1933, dirigia-se para Santos, onde procurava complementar a atividade agrícola de seus maiores, defendendo o fruto do seu trabalho e o de sua família até sua fase comercial, encarregando-se de levá-lo, ele próprio, ao consumidor de além-mar.

A frente de um modesto escritório de corretagens de café, que ainda mantém, através longo período de sua vida ativa, até que, com a melhoria da situação, retornou às lides agrícolas, adquirindo a Fazenda S. Sebastião, no município de Itapuí.

Em 1945, ao iniciar-se, em São Paulo, um movimento aglutinador mais ativo da classe, constituída a Comissão de Mobilização da Lavoureira, dela fez parte, funcionando ainda como assessor no Convênio Cafeeiro realizado naquele ano.

Ao ser fundada a FARESP, como resultado da fusão da antiga União das Associações Agropecuárias do Brasil Central com as demais associações existentes no interior, em 1946, passou a ocupar o cargo de diretor do Departamento Especializado do Café, no qual ainda se mantém até hoje, em atendimento aos apelos das associações filiadas à entidade federativa, as quais, através do voto, têm-no mantido no cargo.

Ainda com o objetivo de complementar o ciclo de levar a produção o mais próximo possível do consumo, fundou uma firma exportadora na praça de Santos, sem, contudo, ter podido, até agora, realizar o seu sonho final. Lavrador evoluído, não se olvidou de manter contacto estreito e contínuo com os consumidores. Suas constantes viagens aos Estados Unidos, o principal mercado do café brasileiro, e a países do Velho Mundo, têm-lhe proporcionado valiosos subsídios para uma compreensão mais ampla e necessária dos problemas que cercam a comercialização do café fora do



A menina Maria Isaltina, filha do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, sob a sombra de frondosas cafeais, na fazenda S. Sebastião, em Duartina.

Brasil — subsídios que o sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado tem colocado a serviço da cafeicultura nacional, quer através da FARESP, quer através dos vários órgãos da administração pública, quer através da imprensa, de que tem sido um dos ativos colaboradores.

Constitui preocupação permanente do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado acompanhar a evolução da técnica agrícola, dotando suas modelares propriedades rurais das mais adiantadas conquistas da ciência no campo agrícola.

Entre os diversos melhoramentos representativos dessa técnica, introduzidos em suas fazendas, destacou-se, sem dúvida, o serviço de irrigação artificial, inaugurado, conforme dissemos de início,

pelo governador do Estado, sr. Lucas Nogueira Garcez.

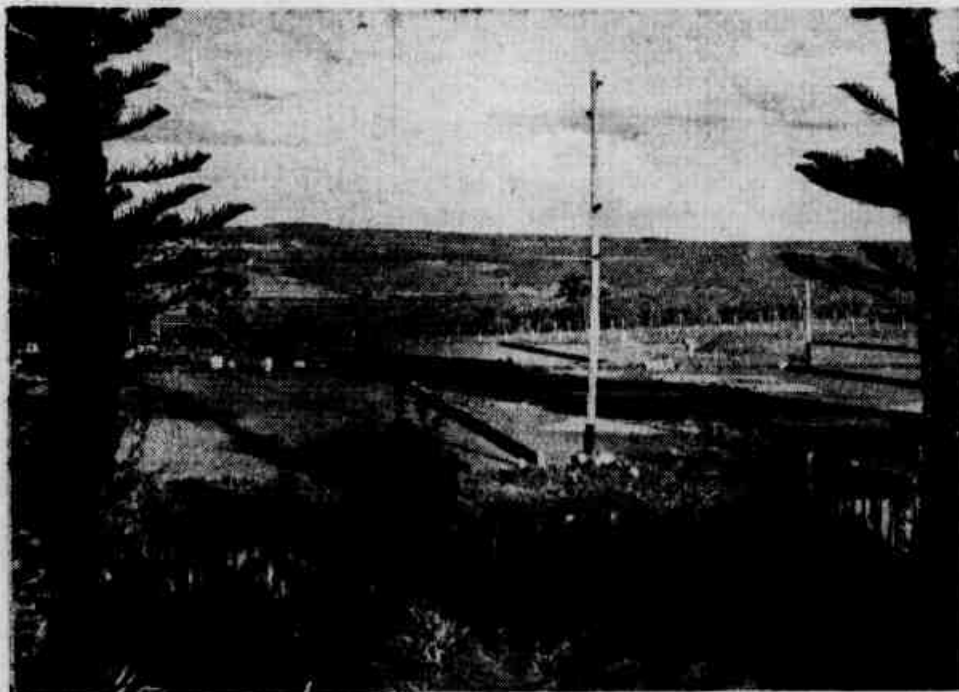
Na ocasião, saudando o ilustre visitante e os demais integrantes de sua comitiva, o sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, depois de tecer várias considerações em torno da cultura cafeeira, terminou a sua oração reafirmando a sua fé nos destinos dessa lavoura, dizendo o seguinte: "Estamos certos de que, dessa forma, continuaremos o trabalho gigantesco encetado pelos nossos maiores, com a mesma fé herdada, contribuindo para levar avante mais esta etapa da admirável jornada do café. Afirmamos-vos, em memória e em homenagem àqueles que souberam criar tamanha riqueza: nossa geração há de saber conservá-la. O café não desaparecerá de São Paulo."



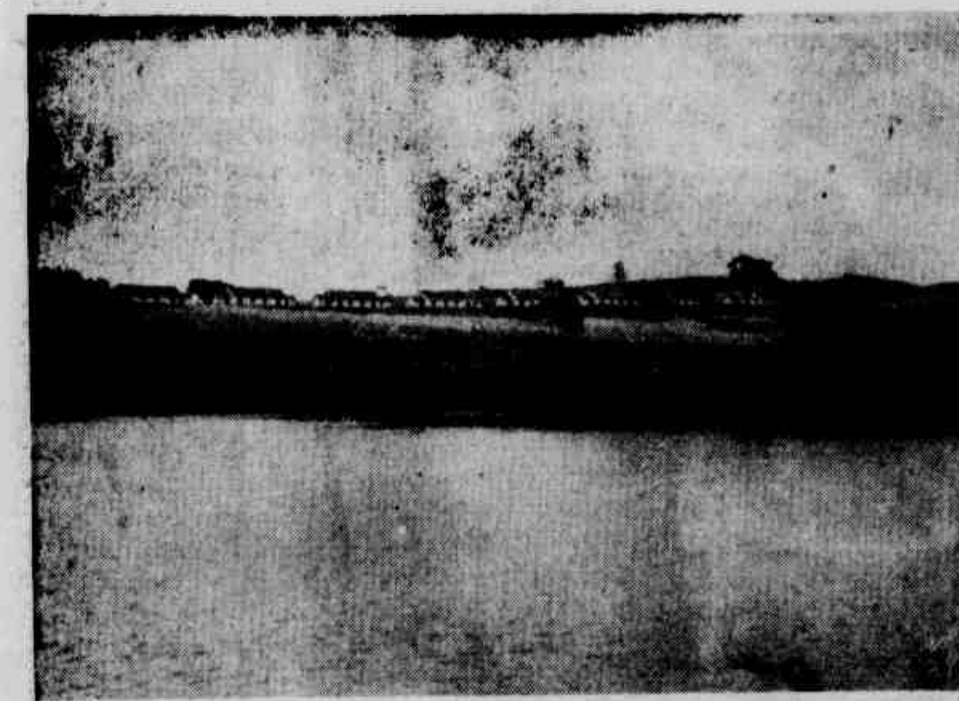
JOÃO PACHECO DE ALMEIDA PRADO FILHO, um dos pioneiros da cafeicultura no norte paranaense.



Fazenda Nova América, fundada por Joannico Prado, hoje de propriedade de seus descendentes.



Vista tomada da sede da Fazenda São Sebastião da Bela Vista, vendo-se ao fundo a cidade de Itapuí.



Vista do lago e de uma das colônias da Fazenda São Sebastião, no Município de Duartina, de propriedade do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado.



Vila Prado, na sua fase de fundação.



Fazenda Mitacunhá, no Norte do Paraná.



O café proporcionou um esplendor econômico e social ao Vale do Paraíba, jamais conhecido anteriormente em terras paulistas. Zaluar, que percorreu várias cidades e fazendas do Vale no terceiro quartel do século XIX, faz afirmações deveras informativas a respeito do padrão de vida dos fazendeiros e de suas famílias. "Os grandes proprietários de terrenos, deixando de frequentar os povoados, e reconhecendo-se em suas fazendas, que são os verdadeiros castelos feudais de nosso tempo, fazem convergir ali toda a vida, que refúgio das povoações para essas moradas ostentosas onde muitas vezes o luxo e a riqueza disputam primazia à magnificência dos palácios da capital" (1). Esse depoimento seria logo confirmado pelo testemunho de outros viajantes, especialmente os franceses, e ainda hoje encontra uma corroboração indireta. Quem percorre a mesma região em nossos dias e visita as fazendas mais conservadas, poderá de fato admirar o conforto e a grandeza das sedes encontrando aqui e ali um pouco desse antigo fausto — na comodidade dos móveis, feitos para uma longa duração e para um uso intenso; na extensão da sala



de jantar e de estar, própria para o aconchego nas horas de lazer, para o convívio íntimo e para a recreação associativa; e, enfim, na filosofia dessas rústicas mansões senhoriais, que inspiram segurança em face do mundo exterior, mesmo aos seus visitantes mais afoitos ou apressados. Sobravam, pois, razões a Zaluar, quando escrevia: "Como é diferente a vida da roça da existência monótona da povoação! Ali as distrações abundam. Vive-se na sala, vive-se nos passeios, vive-se na conversação da intimidade" (2).

Tudo esse esplendor, porém, estava destinado a fenececer, a extinguir-se, a tornar-se muito cedo uma grandeza pretérita. O café que o criara, não o manteria no mesmo lugar indefinidamente. Os mais ambiciosos e tenazes deslocaram-se com a planta, procurando-lhe terras novas, o que uma ficção permitia descrever como consequência da avidez dos cafeeiros por "terrenos virgens". Outros, menos animosos, ficaram por lá mesmo, onde a ruína os achou, reduzindo-os com seus familiares, conforme circunstâncias variáveis, a uma indissimulável penúria, a uma vida pacata mas apertada, ou a uma existência confortável mas sem ostentações. Atrás da lenta extinção das terras, vieram outros males para o equilíbrio econômico das fazendas: as crises do café, em 1880 e no começo do século; escassez de braços, produzida pela desagregação do regime servil e pela incapacidade financeira de muitos fazendeiros do Vale de "importar", trabalhadores estrangeiros, por volta de 1887 (3); a queda de 1915; a crise econômica de 1929; a broca... As resistências se quebraram. Os que não se arruinaram completamente foram tentar a sorte em outras plagas ou reduziram drasticamente o seu estalo, conformando-se às novidades do marasma econômico. Uma transformação dessa ordem não se operaria sem deixar marcas profundas. A contradição entre o passado recente e a realidade seguinte vai situar diversamente os indivíduos no mesmo cenário natural. A sociedade se altera internamente com maior rapidez que o ambiente físico exteriormente. Mas ninguém quer dar pela coisa. O fluxo da vida continua incessante, sem que a confiança no futuro e a convicção de prosperidade possam bafejar a um grande número, como antes.

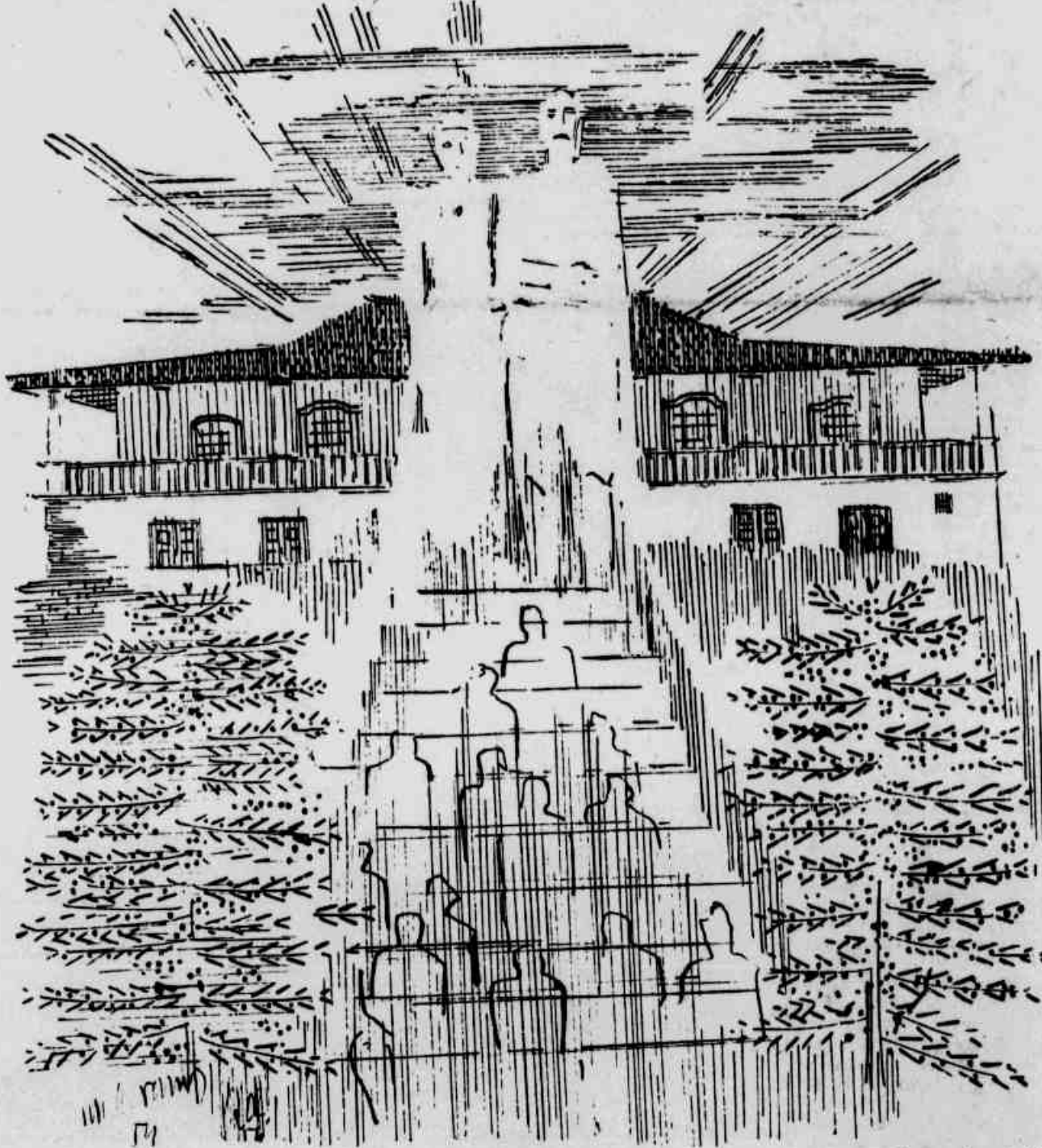
E' dentro desse ethos, no qual com muita simplicidade o orgulho se mistura com o desencanto, que o pesquisador precisa se projetar, ao inquirir os descendentes dos antigos senhores rurais, quaisquer que sejam as posições por eles ocupadas atualmente na sociedade. O passado permanece vivo: toda uma herança moral continua a insinuar-se nos comportamentos cotidianos e nos ideais de vida, criando obrigações variadas e laços invisíveis de solidariedade, ou agitando sentimentos contraditórios, em particular contra os estranhos (ou os intrusos, como seria melhor dizer), canhestamente disfarçados. Na memória dos mais velhos se conserva uma imagem nítida da velha ordem social. Ouve-se então que "os fazendeiros de pro" de Taubaté chegavam a possuir três (e não duas, como supunha Zaluar) residências: uma na fazenda, uma na cidade e outra em Tremembé, para assistirem às festas religiosas, especialmente a de Bom Jesus. As evocações reconstroem uma sociedade idealizada, mas que não está longe do modelo original. As obrigações, os direitos, os graus de prestígio e as posições sociais são definidos em torno de um polo constante: a pessoa dos fazendeiros. A julgar por essas evocações, em vez de simbolizarem na hierarquia social, eles seriam a própria fonte de toda e qualquer classificação social naquela sociedade.



AS CAMADAS SOCIAIS

Em primeiro lugar, viriam os que se ocupavam com as chamadas "profissões nobres". Era a camada dominante, constituída pelas "Pessoas de pro". Todavia, em seu seio os fazendeiros representavam "a verdadeira aristocracia rural". A essa camada também pertenceriam o clero e os que exercessem "profissões liberais", desfrutando de grande preeminência os juizes e tabelães. Em segundo lugar, esta-

riam os atitantes, dos quais nos informam que eram pouco numerosos, mas em geral muito considerados pelos fazendeiros. O atitante, por sua vez, tanto podia estar ligado a "famílias boas", explicando-se sua situação econômica pelas sucessivas partilhas de propriedades antigas, quanto ser um camarada ou agregado protegido por algum senhor. O primeiro gozava, naturalmente, de maior prestígio e mantinha relações íntimas com os membros da camada dominante. Em terceiro lugar, contavam-se os "comerciantes". "Todas as pessoas que viviam do comércio, como proprietários e negociando com os próprios recursos entravam nessa categoria", afirmou-nos o informante. Os beneficiários e comissários de café eram igualmente classificados e tratados como "comerciantes". Contudo, quando o fazendeiro fosse também beneficiador, prevaleceria a qualificação mais elevada. De modo geral, assevera-se, os "comerciantes" não recebiam o tratamento como "iguais" por parte dos fazendeiros nem eram incluídos em seus círculos de "amigos" ou de relações sociais íntimas. Os fazendeiros chegariam a recusar-se a lhes vender suas fazendas, mesmo nos casos de grande precisão. Atestou-nos um descendente de antigos fazendeiros que, "nos bons tempos", as fazendas só seriam vendidas a pessoas conhecidas. Por fim, viria a quarta camada, composta por indivíduos de "profissões mecânicas". Os dados contidos nas evocações permitem distinguir diversos estratos: 1º os "caixeiros", vendedores de balcão, que mereciam maior consideração, por saberem ler e escrever; 2º os "agregados e bolieiros", que contavam com a simpatia dos fazendeiros e recebiam deles favores diretos (terras para cultivo de mantimentos ou serviços que os expunham à condição de "pessoas de confiança", em contato permanente com os familiares do chefe ou com ele próprio 3º) os "feitores", que exerciam certa autoridade sobre os camaradas, comunicando suas faltas ao fazendeiro — embora não sanhassem mais, destruíam do prestígio



Ilustrações de LÍVIO ABRAMO

inerente à situação que ocupavam em face dos interesses daquele 4º) os "camaradas", que se incluíam no último patamar da última camada: trabalhavam para os fazendeiros por dia, por empreitada ou por mês; mas, às vezes, alcançavam parceria em certas produções ou dispunham da regalia de usar pequenas áreas da fazenda, para a produção dos mantimentos de subsistência. O agregado recebia maior consideração talvez por ser menos dependente ou por participar de forma mais direta do convívio com o fazendeiro ou com seus familiares: é certo que alguns descendiam de "famílias boas" arruinadas, recebendo um tratamento mais afetivo por parte dos fazendeiros. Quem não tinha uma posição certa nessa hierarquia era o "administrador da fazenda". Tanto poderia ocupar uma das posições inferiores, da primeira camada, quanto estar no topo da segunda. De fato, o seu prestígio e classificação dependeria de sua situação pessoal. Se descendesse de uma "família boa" ou se fosse parente do fazendeiro, seria incorporado socialmente à primeira camada; se tivesse sido anteriormente um antigo camarada, que "subira" graças à devoção aos interesses do fazendeiro e a simpatia conquistada no animo deste, se classificaria na segunda camada. Por isso, ser administrador de fazenda tanto podia significar perda de prestígio, quanto traduzir ascensão social. A primeira alternativa é ilustrada pelo dito — "E Fulano já esteve mal uma vez. Chegou a ser administrador de fazenda!"

ESTABILIDADE NAS RELAÇÕES

O que releva notar, nessas evocações — cuja veracidade sociológica como meio de

reconstrução do passado real, não nos interessa aqui — é o realce em que se posta a estabilidade nas relações sociais e as implicações do prestígio no tratamento recíproco. Elas retratam um sistema de posições sociais em que a mobilidade existe, é reconhecida, mas pode ser contida dentro de certos limites, sem transformar-se portanto, numa ameaça à ordem social. Um 24 dos Anais qualquer nunca passaria de um zero dentro dele; pois a ascensão social dependia de relações pessoais, de conhecimento mútuo e principalmente do reconhecimento pessoal do esforço realizado, dentro de um círculo restrito de critérios de avaliação. Elas descrevem um sistema de relações sociais em que o direito de mandar e o dever de obedecer se regulam pela tradição e em que o parentesco coloria fortemente todas as esferas de ajustamentos sociais, conformando os interesses ou reativando as obrigações mútuas. Um exame superficial sugere desde logo que a imagem retratada não reproduz mais o regime social imperante no Vale no período de fastígio indiscutível do café, no terceiro quartel do século passado (4). Mas o seu modelo atenuado, no qual todas as normas e padrões de comportamento senhoriais, que regulavam o tratamento recíproco do senhor e do escravo (5), foram abolidos. A insistência nos aspectos mais característicos da antiga organização social senhorial demonstra, porém, que se associa, nos meios humanos em que essas lembranças se conservam, atitudes de lealdade e de preferência para com os princípios em que se fundavam as relações humanas no passado. Trata-se de uma impulsão de conservantismo social que é mais ativa e significativa que a mera "saudades de antanho". Ela configura toda uma perspectiva social que

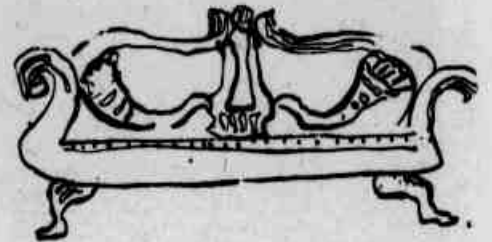
FLORESTAN FERNANDES
(Da Universidade de S. Paulo)

dicam de certa forma os descendentes dos membros das velhas "famílias boas", em particular no que concerne à competição com os imigrantes nacionais e estrangeiros que lá se fixaram.

PASSADO E PRESENTE

Através de entrevistas que fizemos, com descendentes dessas antigas famílias, alguns dos quais fazendeiros, outros funcionários públicos ou professores, constatamos que essas atitudes se vinculam a uma rede atual de interesses sociais. Para essas pessoas, a conservação de atitudes que as associam ao passado representa uma fonte de prestígio social e lhes confere uma dignidade toda especial, em confronto com os moradores mais recentes, enriquecidos por meio de atividades que gravitam em torno do comércio, da criação de gado ou de certas indústrias, e quase sempre através de penosos esforços considerados pouco conspícuos, em face dos exemplos legados pelos antepassados e defendidos pela tradição. De modo que a vinculação ao passado, além de ser logo emocional e moralmente compreensível, possui fundamentos sociais facilmente assinaláveis. Não constitui portanto, uma mera ficção, para obter sensação de segurança e o sentimento de continuidade social. E' também o ponto de apoio para o funcionamento de certos critérios de preservação do prestígio antigo, abalado pelo empobrecimento relativo ou completo, tanto quanto pela ascensão econômica de famílias adventícias; e o back ground que assegura, em condições econômicas e sociais relativamente adversas, a obtenção de posições sociais compatíveis com aquele prestígio e com as concepções de dignidade herdadas do passado. Os imigrantes estrangeiros e os seus descendentes, bem como os mineiros e seus descendentes, que se localizaram pela região, apesar de sua crescente hegemonia econômica, não encontram vantagens em romper com as linhas de acomodação estabelecidas por essa complexa noção de superioridade social. De um lado, já acharam tais pessoas exercendo a autoridade política e administrativa ou a direção das me-

no fato de possuírem os mineiros, que iniciaram a exploração da criação de gado, pecúlios acumulados anteriormente, nas localidades de onde provinham. Aos moradores nativos, entretanto, tais técnicas de acumulação de capitais estavam naturalmente vedadas. Não só não seria digno ocuparem-se em determinadas tarefas ou serviços, como não seria conspícuo sujeitar-se, mesmo transitóriamente, a um padrão de vida que sacrificasse direta ou indiretamente o prestígio da família. Em consequência, os descendentes dos antigos moradores, que possuíam alguns recursos ou mantinham intactas suas propriedades, em particular as fazendas, puderam ajustar-se sem dificuldades às condições de acomodação com os mineiros e com os imigrantes estrangeiros. Os que nada ou pouco possuíam, porém, ficaram por assim dizer imobilizados por uma situação econômica incômoda, presos a empregos que não expunham seu prestígio mas que também não proporcionavam rendas capazes de contribuir para restaurar a influência anterior de suas famílias. Daí o dilema: ou procurar outros meios de vida fora do Vale, em cidades como São Paulo, por exemplo; ou aceitar as condições insatisfatórias de existência social. E' neste setor, entre os que optaram pela permanência nos lugares queridos, em circunstâncias mais difíceis, que é mais viva a lembrança do



passado e em que se patenteiam ressentimentos mais intensos contra os "mineiros" e contra os "estrangeiros". Sabem que também poderiam ter se "enriquecido", se se dispusessem, a tempo, a pagar um preço que lhes parecia alto pela prosperidade.

A força da tradição tende a operar-se uma indistintiva diferenciação, com referência aos interesses sociais dos descendentes dos antigos fazendeiros. Todos mantêm certas convicções, relativas à importância da agricultura e do café na economia brasileira. Mas, os que conseguiram preservar uma situação econômica autônoma, se identificam mais com as possibilidades de desenvolvimento rural da região. Os que se viram reduzidos a uma posição de heteronomia econômica, por causa da dependência de empregos na administração pública ou particular, se identificam mais com as possibilidades de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Pode-se verificar esse contraste pelas atitudes em face dos mineiros. Entre os entrevistados, um fazendeiro antigo nos afirmou, referindo-se ao passado: "Os fazendeiros daquela época entendiam que a lavoura era café. O resto para eles era quitanda. Outro, também antigo disse-nos: "Para o fazendeiro é uma vergonha comprar alguma coisa que a terra dá. E' como papai dizia: o fazendeiro que compra o que pode produzir na fazenda (arroz, feijão, frutas, etc.), não é fazendeiro". Um descendente de fazendeiro de café, mas que atualmente é funcionário público, sustentou por sua vez no mesmo diapasão que o café é o único produto que oferece garantia ao fazendeiro. No seu entender, "os antigos fazendeiros de café eram homens de caráter, de energia, de independência moral e de palavra", qualidades que supõe existirem até hoje nos que se dedicam a essa atividade. Todavia, os fazendeiros que defendem essas ideias, procuram transformar suas fazendas, introduzindo nelas a criação de gado. E' verdade que criticam os mineiros por não se associarem emocional e praticamente às suas representações sobre o padrão ideal de organização das fazendas, extrai das experiências tradicionais. Acham que eles reduzem as fazendas a meras empresas mercantis, destruindo as antigas benfeitorias ou pomares, reduzindo ao mínimo o pessoal e não cuidando de construir ou manter instalações para residência do fazendeiro e sua família. Mas os limitam, procedendo em maior ou menor escala quase do mesmo modo, talvez premidos pelas circunstâncias ou pela natureza do novo gênero de exploração. Já os que vivem de serviços que dependem da existência e do progresso de núcleos urbanos, vêm na substituição do café pela criação um mal irreparável — e dele culpam os mineiros. Armam duas equações, expressas por um informante da seguinte maneira: a) "onde entra o boi, sai o homem"; b) "o mineiro é o maior inimigo da civilização: onde ele cria, desaparecem os seres humanos e a vida civilizada".

Nesse sentido, é interessante o que nos adiantou um funcionário federal, entrevistado em Jambéiro: "O leite é mais seguro (que outros produtos sucedâneos do café). Tem saída garantida e não precisa de braços. Duas pessoas, quando muito, podem lidar com o gado". "A fazenda do meu pai (...) tinha 90 famílias. E agora que foi vendida para mineiros, tem umas 3 famílias. Três famílias dão conta do serviço". "Isso é ruim para a cidade. Paralisa o comércio. Das fazendas têm saído muita gente". Elas têm poucos colonos agora. Da cidade também tem saído gente". Como se vê, pondo de lado outros aspectos, atrás de uma relativa uniformidade ideológica, começam a surgir, entre os descendentes das antigas "famílias boas", certas diferenças, marcadas pela polarização dos interesses econômicos delas na nova estrutura social em formação. E' que o mundo que os unia indissolivelmente está se esfacelando com celeridade e os seus destinos só se prendem pelo passado, mal se cruzando no presente, graças a afinidades que não podem possuir uma influência prática determinante.



Outra esfera, em que as atitudes indicadas parecem provocar efeitos negativos: a medida em que se associam a valores legítimos da tradição, aquelas atitudes tendem a transformar-se em critérios de avaliação do presente e de exame crítico dos valores nascidos. Os focos de vida social moderna que se chocam mais diretamente com tais orientações de avaliação crítica são os que se

AS "ESTRADAS DO CAFÉ" E A SUA GRANDE TRANSVERSAL

Carlos Borges SCHMIDT



Antiga calçada da Serra de Ubatuba, na estrada entre Taubaté e aquela cidade litorânea, mandada executar por Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, então presidente da Província, no que foi auxiliado, financeiramente, por grandes fazendeiros e comerciantes do Vale do Paraíba. A construção da calçada esteve a cargo do engenheiro Charles Bernard, tendo a ordem de serviço sido datada de 11 de junho de 1864. A fotografia foi tomada em 1925 pelo Coronel Cornélio Schmidt.

que, depois de descer para o Vale do Paraíba, passava pela freguesia do Embaú. De Cachoeira a estrada procurava a Serra da Quebra Cangalha e o Morro do Pinhal, cruzava o alto Paraitinga e prosseguia à procura de Mambucaba. Uma ramificação vinha alcançá-la, partindo da Vila de Silveira. Expedia também um galho que se dirigia à vila de Cunha.

A estrada Cesará tinha início no Salto, divisa entre Queluz e Rezende, daí se dirigindo para a vila de Arcinas. Subia para a Serra da Bocaina e alcançava o vale do Mambucaba, pelo qual seguia até o porto deste nome, no litoral fluminense.

As "estradas provinciais", assim consideradas aquelas que ligavam os centros de produção com os portos de mar, formavam, na região, um amplo sistema de comunicações, articulado na "estrada geral para a corte", que, ligando a cidade de São Paulo à capital do Império, unia entre si as povoações que se plantavam ao longo do Rio Paraíba. A estrada para a corte, depois de deixar São Paulo atravessando Mogi das Cruzes, alcançava a aldeia da Escada, penetrando no Vale do Paraíba. Passava por Jacareí e São José dos Campos, atravessava a freguesia de Nossa Senhora d' Ajuda de Caçapava, a cidade de Taubaté e a de Pindamonhangaba. Depois atingia a capital de Nossa Senhora Aparecida e a cidade de Guaratinguetá, a vila de Lorena e em seguida a de Cachoeira, então denomi-

da primeira rodovia construída entre as duas grandes capitais brasileiras. Nela se encontravam os caminhos que demandavam o mar.

A primeira das estradas que do Vale do Paraíba se encaminhavam para um porto de mar — no sentido de São Paulo para o Rio de Janeiro — partia de Caçapava e rumava em direção à Serra do Jambuí. Transposta esta, entrava no vale do Rio Capivari, na margem direita deste curso fluvial, afluente do Paraíba. Depois de passar o Morro do Varjão descia para o Paraitinga. Atravessava este curso de água e logo a seguir o Rio Paraíba, chegando à vila de Santo Antônio do Parai- buna. Pela margem esquerda do rio deste nome atravessava o Ribeirão da Fartura e continuava acompanhando o Rio Lourenço Velho pela sua esquerda. Mais adiante cruzava-o, e em seguida o Rio Claro, o Rio Pardo e o Ribeirão Capoeirinha. Já próximo ao alto da Serra do Mar, transpunha o espigão e descia para o litoral. Na baía litorânea passava pelo aterro do Padre Ferreira e atravessava duas vezes o Rio de Santo Antônio, para chegar, em seguida, à freguesia de Caraguatatuba. Daí seguia pela praia, atravessava o Rio Juqueriquerê e, depois de atingir o Bairro de São Francisco, acompanhando o sopé da Serra do Dom, chegava à vila de São Sebastião.

De Bananal partiam duas estradas: a do Ramos e a do Ariró. A primeira atravessa-

produção agrícola da região e, em particular, das safras cafeeiras que se sucediam, ano por ano, cada vez maiores. E' dessa "estrada geral" que será tratada a seguir, objeto central que é deste retrospecto histórico, em que se assinalam as dificuldades e contratempos que tiveram de ser removidos e vencidos, para o estabelecimento dessa via pública, que viria desempenhar importante papel no ciclo agro-econômico da produção cafeeira, em futuro não muito remoto.

As relações entre o Rio de Janeiro, desde a era quinhentista até o primeiro quartel do século XVIII, foram efetivadas sempre, no todo ou em parte, por via marítima. Fosse pelo porto de Santos, fosse pelo antigo "caminho de terra", o percurso exigia sempre, pelo menos, um certo trajeto por mar. Esse caminho terrestre, a antiga "trilha dos Gualaná", por onde penetrava o interior Martim Corrêa de Sá em 1597, tinha começo em Parati, onde vinham ter os do Rio de Janeiro, em canoas desde Sepetiba. O recortado extremo da costa, desta altura do percurso, implicaria em extenuantes voltios se preferido o trajeto terrestre, razão pela qual optavam os viajantes pelo percurso marítimo.

Em Parati, onde começa a trilha indígena, o caminho internava-se pelo interior, transpunha a Serra do Mar, ganhava o vale do Paraitinga e em seguida o do Paraíba, um caminho lá ter, partido

de São Paulo, ramificado do vale do Paraíba, a partir do entroncamento da antiga trilha dos Gualaná, aproximadamente. Aliás, existia, no vale do Paraíba, mais de uma estrada derivante para além Mantiqueira.

No início do século XVIII, o caminho das Gerais, vindo de São Paulo, seguia pelo vale do Paraíba até o porto do Guaiacaré, onde ficavam as roças de Bento Rodrigues próximo de onde mais tarde surgiria Lorena. Daí, seguia em direção à Mantiqueira.

Descobertos os depósitos auríferos de Minas Gerais, cedo um intenso movimento de gente e tropas mostrou a necessidade de uma ligação direta entre o Rio de Janeiro e a zona de mineração. Foi então aberto o "caminho novo", por Garcia Rodrigues Paes Bettim, filho do notável sertanista Fernão Dias Paes Leme, tarefa essa concluída logo nos primeiros anos do setecentismo. Evitava-se, dessa forma, o caminho de Parati para as comunicações entre o Rio de Janeiro e as Gerais, mas São Paulo continuava com suas comunicações extremamente difíceis com a sede do governo colonial. Deveria continuar a servir-se do "caminho velho" para as relações com a Guanabara. Ou então pelo mar, via Santos.

Descobertas as minas de Cuiabá, em 1719, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros, e logo mais, em 1724, as de Goiás, por Bartolomeu Bueno da Silva, não tardou que o governo da recém-criada capitania paulista viesse a se preocupar com os novos problemas a que tais fatos deram origem. Entre estes, importante se mostrou, para Rodrigo Cesar de Menezes, o do transporte dos Reais Quintos de ouro para o Rio de Janeiro. Os imprevistos que poderiam sobrevir durante o transporte marítimo, fosse desde Santos, fosse desde Parati, quando as rendas da Coroa estariam ao sabor da fúria do mar ou da audácia da pirataria, levaram Rodrigo Cesar de Menezes, capitão-general de São Paulo, a tentar a solução exclusivamente terrestre entre os dois centros administrativos da Colônia. Deliberou, por isso, abrir o caminho de terra, entre as últimas vilas paulistas do Paraíba e a região de Santa Cruz, já articulada por via terrestre com a sede do governo geral, no Rio de Janeiro.

Rodrigo Cesar de Menezes encarregou da empresa ao capitão-mór de Guaratinguetá, o qual se associara a diversas pessoas para levar a cabo a empreitada, mediante a recompensa da concessão de sesmarias ao longo do trajeto. Desta sua deliberação, Rodrigo Cesar de Menezes fez ciência o governador do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1725 (1), ocasião que representou para solicitar que assegurasse aqueles que iam se desincumbir da tarefa a concessão de sesmarias no distrito de seu governo. Em março do mesmo ano o capitão-general de São Paulo leva ao conhecimento do Rei a sua determinação em unir, por terra, São Paulo ao Rio de Janeiro

(2). E frisa na sua comunicação, que tal empreitada se faria sem despesa alguma que fosse para a Real Fazenda. Homens poderosos de São Paulo tinham-se responsabilizado pela efetivação da obra mediante a recompensa em sesmarias. Os trabalhos de abertura do caminho já tinham tido início. Feita em março esta comunicação, em setembro desse mesmo ano vinha de volta uma carta régia aprovando a decisão de Rodrigo Cesar de Menezes (3).

Iniciada a obra, parece ter Rodrigo Cesar de Menezes



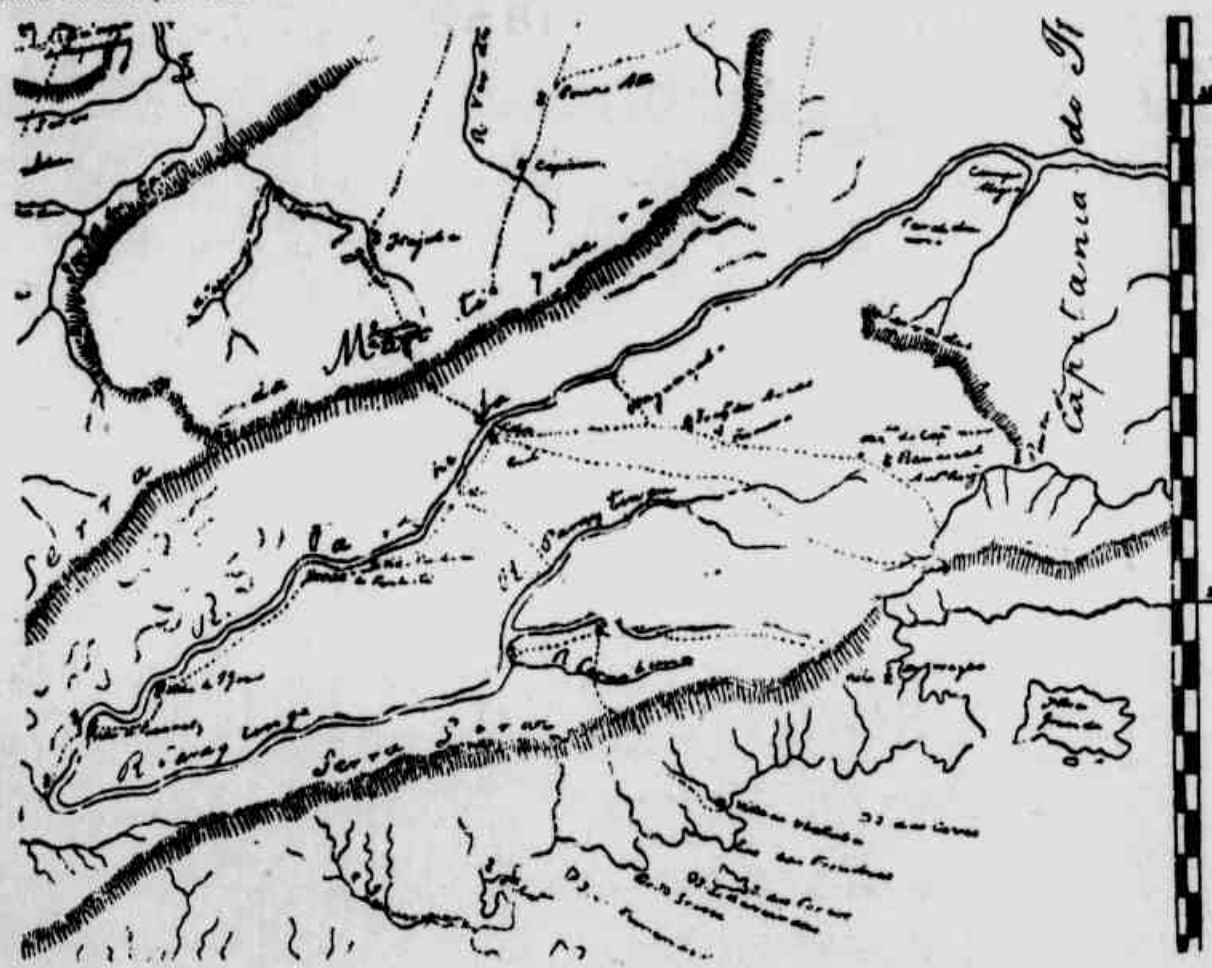
O início-se a segunda metade do século XIX, a produção cafeeira do chamado "norte" de São Paulo atingiu a sua máxima projeção. Cerca de dois milhões e setecentas mil arrobas do valioso produto eram colhidos na região. Estas cifras representavam oitenta por cento da produção total da Província de São Paulo, muito embora naquela área se encontrassem apenas quarenta por cento da população total da terra bandeirante. Falavam ainda cinco lustros, de vez que isso somente se verificou em 1877, para que a atual Estrada de Ferro Central do Brasil, denominada São Paulo-Rio de Janeiro quando de sua inauguração, lançasse, a partir da Capital paulista, os seus trilhos até Cachoeira, onde se ligaria à Estrada de Ferro D. Pedro II que, desde o Rio de Janeiro, ali fora ter dois anos antes. Até que a estrada de ferro, margeando o Paraíba, se incumbisse de carrear para o porto de Santos todo o café oriundo da região, fosse aquele colhido no próprio Vale do Paraíba, fosse o produzido no meridiano mineiro, fosse aquele obtido além Quebra-Cangalha, nos vales do Paraitinga e Parai- buna, toda a safra cafeeira da tradicional área paulista, por velhos e asperos caminhos, seguia, em lombo de burro, para os portos de mar da costa adjacente.

Outra estrada para o mar tinha início, em um ponto da precedente, duas leguas além da vila de Santo Antônio do Parai- buna, no lugar denominado Juca da Varginha. Atravessava para a margem direita do Rio Lourenço Velho e rumava em direção à freguesia do Bairro Alto, passando pela fazenda do Brigadeiro Rafael Tobias e pelo lugar denominado Cachoeiras, à margem do Parai- buna, sem, contudo, atravessá-lo. Passava a estrada por fora do povoado do Bairro Alto e margeava o Parai- buna pela esquerda, até certa altura. Depois abandonava o vale do rio e procurava o espigão da Serra do Mar, para descer-lhe por baixo da pedra do Corcovado, indo terminar em Ubatuba.

Outra estrada vinha também ter ao porto de Ubatuba, e esta era a principal. Tinha início no Corrego da Folce, divisa da província de Minas Gerais, na freguesia de São Bento do Sapucaí, de onde procurava a cidade de Pindamonhangaba. Desta, a estrada atravessava o serrote da fazenda de d. Fausta — nas divisas entre os municípios de Taubaté e de S. Luiz — e cruzava o Rio Paraitinga na entrada da vila

de São Luiz do Paraitinga. Daí continuava em direção ao Rio Paraíba para atravessá-lo, transpor a Serra do Mar e descer em rumo de Ubatuba. Alí chegada, transpunha o Rio da Barra e ia terminar na Prainha, local de embarque dos produtos para ultramar. Eram considerados como ramais desta estrada a que de Guaratinguetá, pelo Jaboticatuba, vinha encontrá-la no Bairro do Chapéu, perto da vila de S. Luiz do Paraitinga, bem como aquelas que, da vila de Cunha, vinham unir-se a ela, uma pelo norte outra pelo sul do Rio Paraitinga. Como ramal também podia ser tida a estrada que partia de Taubaté, cruzava o Ribeirão do Itaim, passava pela varzea dos Remédios, atravessava o Rio Una e o Ribeirão do Taboão, indo entroncar-se na estrada de Pindamonhangaba a São Luiz do Paraitinga, na altura do Ribeirão das Almas.

A estrada que possuía como ponto terminal Parati, começava no alto da Serra da Mantiqueira e alcançava a vila de Lorena. Depois de transpor a Serra da Quebra Cangalha, atravessava os rios Paraitinga e Jacuí, chegando a Cunha. Depois seguia em direção à Serra de Parati, na



A "Carta Corográfica da Capitania de São Paulo" de João da Costa Ferreira, datada de 1793, mostra o caminho para o Rio de Janeiro já aberto através a região onde se situariam, mais tarde, as cidades de Arcinas, Barreiro e Bananal. Segundo é possível notar, partia de Lorena, passava pelo lugar chamado Ferreiro (?), a fazenda de um Capitão-Mór, depois Bananal e em seguida o lugar assinalado como Antonio Rodrigues. Pouco adiante entrava em território do Rio de Janeiro. Por essa época, e nesse ponto é bem claro o mapa de João da Costa Ferreira, já havia sido abandonado o percurso que acompanhava o Rio Paraíba, além de Lorena, por iniciativa de Martim Lopes Lobo Saldanha, em 1775. O local onde se ergueria mais tarde a cidade de Itazuba, e que pela época se denominava Parai- buna Nova ou Campo Alegre, aparece na carta, próximo à volta que o Paraíba faz antes de receber o Rio Barreiro, sem nele estar assinalada qual quer via de comunicação. E' que se restava ainda algum alí- tes de receber o Rio Barreiro, sem nele estar assinalada qual quer via de comunicação. E' que se restava ainda algum alí- tes de receber o Rio Barreiro, sem nele estar assinalada qual quer via de comunicação.

O local onde se ergueria mais tarde a cidade de Itazuba, e que pela época se denominava Parai- buna Nova ou Campo Alegre, aparece na carta, próximo à volta que o Paraíba faz antes de receber o Rio Barreiro, sem nele estar assinalada qual quer via de comunicação. E' que se restava ainda algum alí- tes de receber o Rio Barreiro, sem nele estar assinalada qual quer via de comunicação.

fronteira com a província do Rio de Janeiro. Eram ramificações suas a ligação com a freguesia do Embaú e aquela que, partindo de Guaratinguetá, vinha encontrar a estrada de Parati no lugar denominado Retiro.

A Cachoeira vinha ter uma estrada que partia do alto da Serra de Itajubá, extremo da província de Minas Gerais e

nada Bocaina. Daí por diante deixava de acompanhar o Rio Paraíba e seguia em rumo da vila de Silveira. Além desta, alcançava a de Arcinas, atingia a freguesia de São José do Barreiro e a cidade de Bananal. Terminava pouco adiante o trecho paulista, no Banco de Arcia, na divisa com a província do Rio de Janeiro. Seguiu ela, de um modo geral, o traçado

va a Serra do Ramos e o Rio do Braço, indo ter ao porto do Jeromirim. A outra seguia em direção ao porto do Ariró.

Esse o sistema de comunicações compreendido pelas "estradas provinciais", as quais, apoiadas na transversal, da "estrada geral para a corte", permitiam e asseguravam a circulação de toda a

por onde, através das vilas que pontilhavam o curso deste rio, penetrava na baía do Tietê e alcançava São Paulo. A serra do Mar, na altura em que um de seus contrafortes recebe o nome de Serra da Carioca, separava o Brasil centro-meridional em dois tratos imensos sem intercomunicação terrestre. Descobertas as jazidas auríferas das Gerais, por volta de 1690,

encontrado certas dificuldades por parte dos que primeiro se tinham encarregado da obra, por isso que a tarefa precisou ser redistribuída. A Câmara de Taubaté foi atribuída a feitura das primeiras oito léguas de caminho, a de Pindamonhangaba as oito léguas seguintes e a de Guaratinguetá, um terceiro trecho de igual extensão. Mais oito léguas finais foram atribuídas a Domingos Antunes Fialho. Ao todo, trinta e duas léguas de percurso. Antes de terminar o ano de 1725, segundo tudo faz crer a picada, em toda a extensão do projetado caminho, estava já aberta (4).

No ano seguinte — 1726 — Rodrigo Cesar de Menezes esbarra com as primeiras dificuldades de ordem política, dando o choque de interesses que a nova ligação S. Paulo-Rio iria provocar em relação aos moradores de Parati, primeiro, e os de Angra dos Reis, logo a seguir. Pretendiam uns e outros obter a abertura do caminho interior, por isso que tal realização viria prejudicar os seus interesses econômicos, à margem que ficariam da rota de comunicações entre os dois grandes núcleos populacionais do centro-sul brasileiro. Por isso, moradores de Parati e moradores de Angra dos Reis requereram fosse impedida a abertura de dita via, pois a tal se realizar, aquelas vilas da marinha extinguir-se-iam. Queriam que o caminho passasse por elas, e não pelo sertão. Queriam que o caminho viesse em voltas e evoluções pelas reentrâncias da costa marítima que desde Parati se desenvolve em golfos, baías e enseadas até Sepetiba, nas pescarias dos padres da fazenda Santa Cruz. Pediam mesmo, como extrema medida, que o governo do Rio de Janeiro determinasse a prisão dos moradores de Guaratinguetá que, a serviço da abertura da estrada, entrassem no seu distrito.

Em face de tal atitude, da população litorânea, Rodrigo Cesar de Menezes apela para o Rei. Que não criassem dificuldades os de beira mar. Pelo contrário, deveriam eles ir ajudar na feitura da obra, que o interesse superior da Colônia e do Reino estava em jogo. Ordens teriam vindo, taxativas. Porque o governo do Rio determinou fossem os de Parati e Angra dos Reis auxiliar na tarefa que se impunha levar a cabo. Mas, parece jamais foi prestada essa ajuda aos paulistas. Em 1728 os do litoral não tinham feito cessar suas queixas e muito menos ido a auxiliar a abertura do caminho (5). Mau grado ordens taxativas. E reais recomendações de que fosse prestado todo apoio, pelo governo do Rio de Janeiro, ao capitão-mór de Guaratinguetá e seus associados. Que a eles se dessem toda a ajuda e favor. Recomendações que não foram as primeiras; e que não seriam as últimas (6). E Rodrigo Cesar de Menezes insiste e torna a insistir. Naquele mesmo ano, estando ele em viagem de inspeção às minas auríferas de Cuiabá, escreve, da longínqua paragem, mais uma carta ao Rei, solicitando ainda uma vez fosse determinada ao governo do Rio de Janeiro fizesse ele concluir a parte que lhe deveria caber, nas terras de seu distrito (7).

Em substituição a Rodrigo Cesar de Menezes, Antonio da Silva Caldeira Pimentel assume a governança da capitania paulista, no ano mesmo de 1728. Imediatamente volta a reforçar perante a metrópole os insistentes pedidos de seu antecessor. E de Portugal partem ainda novas determinações ao governo do Rio de Janeiro, sempre no sentido de que prestasse a maior ajuda possível aos de São Paulo, visando aquele importante desiderato (8).

Dois anos depois de inicia-

dos os primeiros trabalhos de abertura do caminho para o Rio de Janeiro, ainda não estavam, os incumbidos da tarefa, muito seguros de que a concessão de sesmarias, em retribuição aos seus esforços, estivesse garantida. Uma carta-regia de 1728 assegura esse direito aos encarregados das obras. Receberiam sesmarias nas terras atravessadas pelo caminho. Os que antes tinham requerido terras naquela área e não haviam retirado as cartas de confirmação, perderiam seus direitos eventuais em favor dos novos solicitantes. Mas as sesmarias, determinavam as reais ordens, obrigavam aos seus concessionários a pôr o caminho corrente (5). Mais tarde foi proposto ao Rei se obrigasse aos sesmeiros a cultivar suas terras e, ao mesmo tempo, a conservar os trechos de caminho existentes em suas concessões. Isto porque, afirmava o governador do Rio de Janeiro, as rendas públicas seriam insuficientes para custear tal trabalho, de vez que "os matos neste país cortam-se hoje, fecham-se amanhã" (9). Imperativo da pujança vegetal de um clima quente e úmido. E o monarca português autorizou a que se fizesse pela forma que lhe tinha sido sugerida (10).

Um obstáculo, logo nos primeiros tempos — além da questão com os moradores de Parati e Angra dos Reis — se levantou contra a abertura do caminho para o Rio de Janeiro: os padres da fazenda Santa Cruz. Opuseram certa resistência a que o caminho passasse pelas suas terras. Assim também outros poderosos da região pretenderam criar dificuldades.

Desde o começo, como já foi dito, Rodrigo Cesar de Menezes abriu uma picada ao longo de todo o trajeto, predefinindo o traçado definitivo. Fê-lo dissimuladamente, para logo que lhe fosse permitido, surgir com os Reais Quintos de ouro em Pleno Rio de Janeiro (11). E em 1728, com carregadores índios, bateu com a carga em plena cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A frente da tropa humana, carregada com o precioso rendimento fiscal, seguiu o capitão-mór de Guaratinguetá com o seu tróço de roceiros a limpar a trilha que o mato já vinha tapando. Foram assim até certo ponto, onde terminava o caminho dissimulado, próximo a fazenda dos padres, da Companhia, na baixada fluminense. Vinham já com seus cinquenta dias de marcha e de trabalhos. E não teriam saído do mato, disse mais tarde o governador do Rio de Janeiro em carta ao Rei, se os de uma aldeia dos mesmos religiosos não ajudassem à gente de São Paulo na sua extravagante viagem (9).

Essa caminhada pelo mato, entre a última vila paulista e o afazendado núcleo religioso, por isso que dali ao Rio o caminho era franco e transitado, deveria Rodrigo Cesar de Menezes ter feito realizar logo depois, possivelmente no ano seguinte, de aberta, ou explorada, a primeira picada de locação do caminho. Porque o próprio governador do Rio de Janeiro é quem afirma, em 1729, em carta ao Rei, que por tal picada já se tinha furtado muito ouro ao Real Quinto. Muito extraviado poderia ter ocorrido por ser uma via de comunicação não frequentada, por nova e precária, sobretudo.

Mas voltamos ao caso dos padres de Santa Cruz. Feitas as primeiras objeções à abertura do caminho pela sua fazenda, o Rei determinara ao reitor da Companhia que não dificultasse os trabalhos. Este respondeu à real determinação esclarecendo que não queria que o caminho

passasse através seus cultivos nem ao pé da alameda dos seus escravos, ao mesmo tempo em que informava ter mandado abri-lo pelos matos de suas terras (9).

E se o fizeram realmente, não o foi nas mais desejáveis condições. Abriam uma picada por lugares pouco adequados. Alagadiços e partes intratáveis — segundo informação levada ao Rei (12). Picada feita em continuação ao caminho aberto pelos paulistas, o qual ia em direção ao Rio Guandum. Passava por fora do cercado onde os padres reuniam os seus escravos, fechados, e ia se meter na Estrada Real. Esta estrada principiava na "pescaria e barra de Sepetiba", onde iam ter as embarcações de Parati e mais porto; do sul. Segundo essa informação enviada ao Rei, o que os padres tencionavam mesmo, dada a evidente má vontade e descaço com que cumpriam as reais ordens, era fechar ou impedir, não somente o caminho novo de São Paulo, como o de Sepetiba. Não queriam ninguém atravessando suas terras. Mas à vista das informações que lhe foram dadas, determinou mais uma vez o Rei que os padres fizessem o caminho "pelo rumo de suas terras, direito ao marco que tem na borda do Rio Guandum, e dali até se meter na Estrada Real que vem do fim da Ser-

guido pelo mesmo por não estar aquela parte ainda concluída (15). José Fernandes de Carvalho e seus socios tinham se incumbido de transformar em caminho transitável aquelas sete léguas de picada em terras do Rio de Janeiro, mediante pagamento em sesmarias. Urgia que levassem a cabo a empreitada, por isso que os padres da fazenda Santa Cruz tinham oferecido passagem por dentro da mesma enquanto não terminassem o trecho a que se tinham obrigado a fazer, em continuação às sete léguas de José Fernandes de Carvalho (16).

Ainda em maio de 1733 é transmitida uma ordem real, por intermédio do Conde de Sarzeda, capitão-general de São Paulo, a Manoel de Freitas de Afonseca, que servia de governador do Rio de Janeiro, para que obrigasse os padres a fazerem o inculcado caminho, de vez que estes estavam embaraçando a sua abertura (17). O governo do Rio de Janeiro, por sua vez, estava autorizado a prestar toda a ajuda de que necessitassem José Fernandes de Carvalho na abertura do caminho (18), a quem seria dado o mantimento de que precisasse, obtido dos moradores do Rio de Janeiro. Ao coronel Domingos Antunes Fialho, de Guaratinguetá, o Conde de Sarzeda far um apelo para que se entregasse seriamente ao serviço, a fim de pô-lo na

1738, Gomes Freire de Andrade falava na necessidade de rematar o caminho para o Rio, em que "há anos se trabalha" (21), inclusive o trecho dos padres. E de acordo com as ordens do Rei era preciso terminá-lo. Os povoadores novos da região precisavam continuar com as roças, definitivamente, ou acabar com ela de uma vez, para que outros ocupassem os seus lugares. As sesmarias deviam mudar de mãos para que a obra não desse por água abaixo (22). Mas, o estado do caminho deveria ainda por muitos anos permanecer assim apenas dando passagem.

Quatro décadas mais tarde, em 1775, Martim Lopes Lobo Saldanha, capitão-general de São Paulo, dirigindo-se ao seu colega de Minas Gerais, afirmava estar no empenho, já tentado, de abrir e povoar o caminho por terra para o Rio de Janeiro. Poderia tratar-se apenas de melhorá-lo, porque aberto já estava, e há anos (23). Mas, no ano seguinte o próprio Martim Lopes, em carta ao Vice-Rei Marquês de Lavradio, dá conta de seu plano de rasgar uma variante do caminho primitivo aberto, inicialmente, por Rodrigo Cesar de Menezes.

E mandara já abrir uma picada de exploração. "A facilidade e felicidade — diz — com que se abriu a picada

fazer e era preciso haverem canoas e nadarem os cavalos no tempo das águas", etc. Martim Lopes pusera mãos à obra e esperava, em breve, rematar a empreitada. "Dentro de três meses há de estar aberto e povoado este novo e melhor caminho, não só da parte que pertence a esta capitania de São Paulo mas também do Estado de V. Excia.", dizia ele ao Vice-Rei (24).

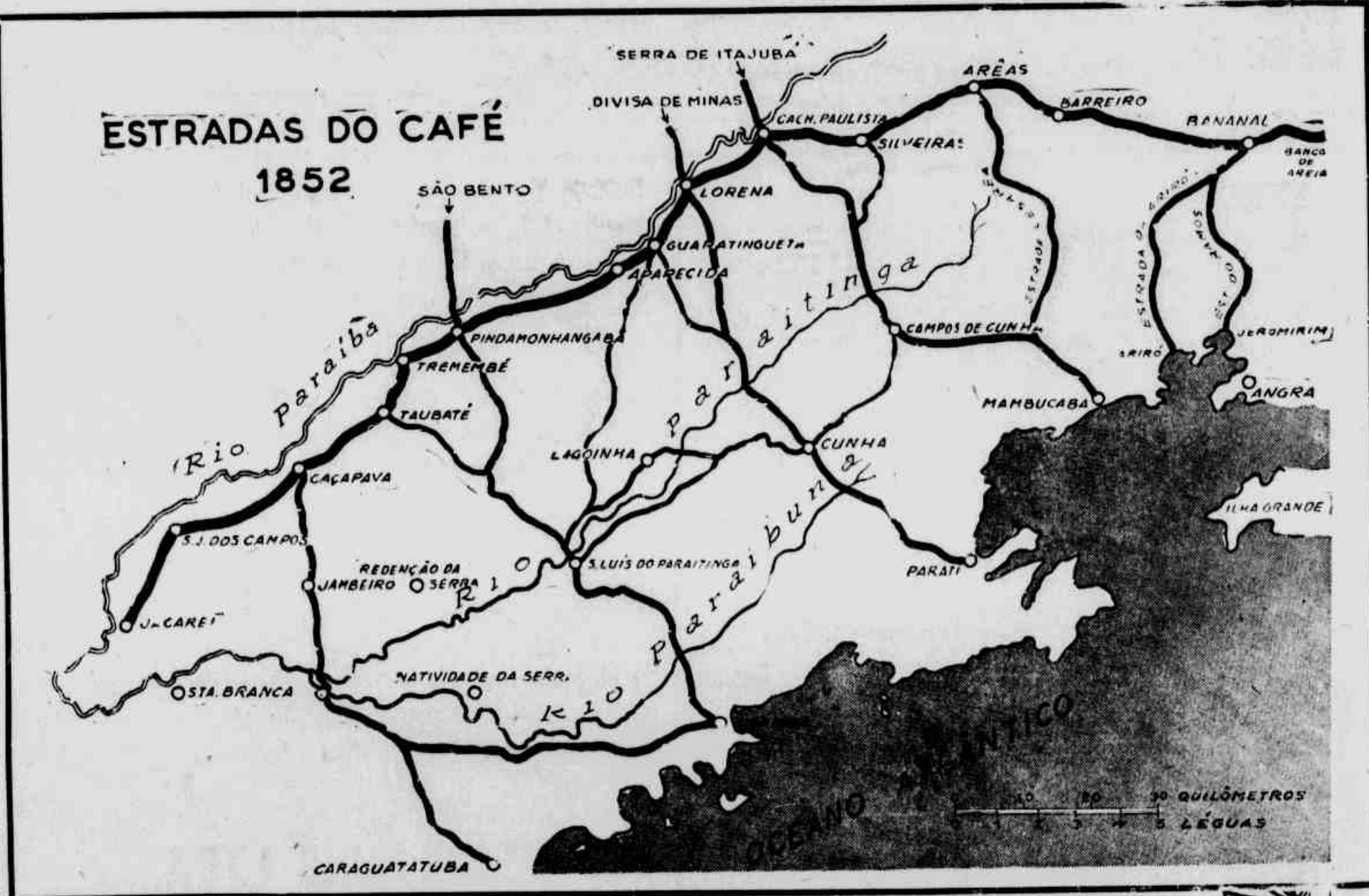
E assim foi sendo feito. Foi sendo feito porque o caminho custou a ficar pronto de vez. Em 1781, diz Martim Lopes Lobo Saldanha a Martim de Melo e Castro, tratando de assuntos de sua administração, "ter facilitado a comunicação desta capitania com a do Rio de Janeiro, abrindo o caminho por terra", como fizera presente por ofício de dezembro de 1776 e abril de 1778 (25). Mas em 1792, já passados quase setenta anos dos primeiros trabalhos mandados executar por Rodrigo Cesar de Menezes, as obras do segundo caminho para o Rio ainda estavam por concluir. Nesse ano o capitão-mór de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, resolvera rematar a obra do caminho, e estava determinado a fazê-lo depois da colheita de suas roças. Era seu plano melhorar o traçado, abrindo atalhos, ao chegar ao Rio Pirai. Essa providência evitaria a passagem pelo Morro do Frade e outros, facilitando o comércio com a Ilha Grande como era chamada Angra dos Reis.

Deixaria também o caminho livre das boiadas que por aquela parte costumavam romper "do caminho da Paraíba Nova para esse". Isto, comunicado que foi ao capitão-general da capitania de S.

Paulo, obteve deste a devida autorização para levar a cabo o serviço (26).

Pelo visto, o primeiro caminho, aquele mandado abrir inicialmente por Rodrigo Cesar de Menezes, acompanhava o curso do Rio Paraíba, passando pela freguesia da Paraíba Nova, hoje Rezende (27). Martim Lopes Lobo Saldanha deliberou abrir nova estrada e, mesmo contra a vontade do vigário da Paraíba Nova, lançou outro traçado pelo sertão, entre o primeiro caminho e o mar, traçado que deveria se aproximar bastante daquele seguido pela primeira estrada de automóveis aberta entre as duas grandes capitais brasileiras, na terceira década deste século e onde se plantaram Silveiras, Aréas, Barreiros e Bananal, seguindo, de um modo geral, o mesmo itinerário da estrada perolada por Martim de Melo e Castro e Zaluar no oitocentismo. Aquela estrada a que se referia Antonio Manoel de Castro e Mendonça, capitão-general de São Paulo, em carta dirigida a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1797: "Pretendo igualmente erigir em Freguesia a povoação do Bananal, por ficar no caminho do sertão que segue desta capitania para a do Rio de Janeiro" (28).

O velho caminho aberto inicialmente por Rodrigo Cesar de Menezes, "o caminho da Paraíba", abandonado por aquele outro "do sertão", de iniciativa de Martim Lopes Lobo Saldanha, demoraria desleixado por quase século e meio até que fosse o seu traçado geral aproveitado, novamente, para nele ser lançada a moderníssima auto-estrada de nossos dias.



ra de Marapicú, direito ao Rio de Janeiro" (13). Já estavam, a esta altura, por volta de 1732. No ano seguinte nova ordem é dada ao governador do Rio de Janeiro para que insistisse junto aos padres no sentido de que concluíssem o caminho sem mais tardar. E se isso não fosse feito, o governador que o mandasse executar por conta deles e das mais pessoas que o deviam executar (14).

Uma carta do Conde de Sarzeda menciona o fato de ter Antonio da Silva Caldeira Pimentel mandado abrir, em 1728, uma picada no território fluminense, em continuação ao caminho já feito na parte paulista, por onde passaram os Reais Quintos daquele ano. Já os de 1733 não tinham se-

"última perfeição". Acreditava que desta vez fosse tudo terminado, porque o Rei já determinara aos padres de Santa Cruz que abrissem o caminho às suas próprias expensas (19).

No ano seguinte, em 1734, afinal, o Conde de Sarzeda podia comunicar ao Rei: "O caminho que se abriu desta cidade para o Rio de Janeiro se acha concluído e por ele vão remetidos os Reais Quintos, que consistem em 852 marco, 5 onças, 78 oitavas e 57 grãos, em dinheiro do Real Donativo e Quintos de Índios oito contos oitenta mil e quatrocentos e oitenta réis" (20).

Aberto de ponta a ponta, não ficara, entretanto, na "última perfeição", ainda. Em

até perto de São João Marcos foi tanta que em poucos dias pelas cabeceiras dos ribeiros e por excelentes paragens, livres quanto podem ser de morros e das voltas que se davam no caminho da Paraíba, que por esse novo caminho se não de atalhar três dias de viagem".

Não foi sem dificuldade que Martim Lopes fez a dita exploração. O vigário de Paraíba Nova se opusera à abertura do novo caminho ou melhor, dessa variante (1776). Mas as vantagens deste eram insofismáveis, em vista da "quase impossível conservação daquele caminho do Paraíba, pois eram precisas para o tempo das águas tantas pontes... que em algumas partes se não podiam

REFERÊNCIAS

- 1 — "Documentos Interessantes", publicação do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. XX, p. 153;
- 2 — "D.I.", vol. XXXII, p. 118, 3; — "D.I.", vol. XVIII, p. 170, 4; — "D.I.", vol. XX, p. 287, 5; — "D.I.", vol. XXXII, p. 164, 6; — "D.I.", vol. L, p. 17 e XVIII, p. 219, 7; — "D.I.", vol. XXXII, p. 193, 8; — "D.I.", vol. XVIII, p. 261, 9; — "D.I.", vol. L, p. 157, 10; — "D.I.", vol. L, p. 178, 11; — "D.I.", col. L, p. 245, 12; — "D.I.", vol. L, p. 171, 13; — "D.I.", vol. L, p. 243, 14; — "D.I.", vol. L, p. 267, 15; — "D.I.", vol. XII, p. 43, 16; — "D.I.", vol. L, p. 265, 17; — "D.I.", vol. XII, p. 58, 18; — "D.I.", vol. XII, p. 60, 19; — "D.I.", vol. XII, p. 61, 20; — "D.I.", vol. XII, p. 131, 21; — "D.I.", vol. L, p. 308, 22; — "D.I.", vol. L, p. 309, 23; — "D.I.", vol. XII, p. 90, 24; — "D.I.", vol. XII, p. 159, 25; — "D.I.", vol. XLIII, p. 393, 26; — "D.I.", vol. XLVI, p. 164, 27; — Max Vasconcellos, "Vias Brasileiras de Comunicações", 6.ª edição, Rio, 1947 p. 185: "Rezende é cidade desde 13 de julho de 1848 e sede de um dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. Foi fundada em 1744 por Simão da Cunha Gago, vindo de Alagoas. Em 1747 construiu-se a capela de Nossa Senhora da Conceição, confiando os serviços do culto ao padre Teixeira Pinto. A 24 de julho de 1849 era vila, levantada pelo coronel Fernando Dias Pais Leme Teve o nome de Paraíba Nova e depois o de Campo Alegre. Era o Timburibá do gentio". 28 — "D.I.", vol. XXIX, p. 45.

ORGANIZAÇÃO LEVY

SANTOS • ESTADO DE SÃO PAULO

S. A. LEVY COMISSÁRIA E EXPORTADORA DE CAFÉ

FUNDADA EM 1892 PELO CORONEL JOSÉ LEVY

Capital e Reservas Cr\$ 35.000.000,00

Rua do Comercio, 24
1.º andar
Telefone, 2-3047

Caixa Postal, 123
End. Teleg.
"LEVY"

Diretoria - Flaminio Levy - Presidente
- Renato Freitas Levy - 1.º Vice-Presidente
- Dr. Olyntho S. A. Farto - 2.º Vice-Presidente
- Oswaldo Ferreira da Silva - Diretor-Gerente



CIA. ALIANÇA DE ARMAZENS GERAIS

FUNDADA EM 1923

Capital e Reservas Cr\$ 15.000.000,00

Rua do Comercio 24
2.º andar
Telefone, 2-5076

Caixa Postal, 613
End. Teleg.
"ALIANÇA"

Diretoria - Dr. Antonio José Levy - Diretor-Presidente
- Murillo Veiga de Oliveira - Diretor-Superintendente
- Mauro de Arruda Almeida - Diretor-Gerente
- Dr. Cassio de Freitas Levy - Diretor-Secretario



J. LEVY & CIA. LTDA.

FUNDADA EM 1937

Capital e Reservas Cr\$ 6.300.000,00

Rua do Comercio 24
3.º andar
Telefone, 2-2044

Caixa Postal, 919
End. Teleg.
"JOTALEVY"

Diretoria - Jacob Emilio Levy - Diretor-Superintendente
- José Theodoro Carvalhaes - Diretor-Gerente
- Flaminio de Freitas Levy - Diretor-Secretario



ALIANÇA IMOBILIÁRIA LTDA.

FUNDADA EM 1944

Capital e Reservas Cr\$ 23.000.000,00

Rua do Comercio 24
3.º andar
Telefone, 2-3693

Caixa Postal, 820

Diretoria - Flaminio Levy - Presidente
- Dr. Antonio José Levy - Vice-Presidente
- Murillo Veiga de Oliveira - Diretor-Gerente
- Arnaldo Martins Siqueira - Diretor-Secretario
- Antonio C. Amarante Levy - Diretor Superintendente

Na vanguarda dos negocios cafeeiros a Cia. Bandeirantes de Armazens Gerais



Armazenamento número 2 da rua Calubi, em Santos



Armazenamento de São Paulo na av. Presidente Wilson

CONTRIBUI PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO E LAVOURA NACIONAIS

Ramificam-se pelo Interior do Estado suas filiais -- Números que revelam a solidez e a vitalidade da firma santista

A Companhia Bandeirantes de Armazens Gerais, é uma das mais sólidas firmas armazenadoras sediadas na praça de Santos. Ligada ao comércio cafeeiro, desde 10. de março de 1935, data de sua fundação, foi nos poucos se ampliando em face do crescente volume dos negócios cafeeiros e hoje coloca-se na vanguarda desse tipo de comércio.

O capital inicial foi de mil contos. Hoje, seu capital atinge a casa dos 60 milhões de cruzeiros com reservas que chegam a quase vinte milhões. Apesar de ter sua sede em Santos mantém filiais em S. Paulo, Lins, Marília, Vera Cruz e Tupã, zonas cafeeiras do Estado. Os armazéns próprios da Cia. Bandeirantes totalizam uma área de 50 mil metros quadrados, com a seguinte distribuição: Santos — 24 mil metros quadrados; São Paulo — 15 mil metros quadrados; e Interior — 11 mil metros.

Dispõe ainda de seção de transporte, instalada em moderna garagem, também própria, cujos veículos transportam, exclusivamente, as mercadorias destinadas aos seus armazéns.

ESTATÍSTICA

Sómente nos armazéns de Santos, recebeu a Companhia,

até 31 de dezembro de 1953, o total de 17.464.132 sacas de café, conforme dados que seguem:

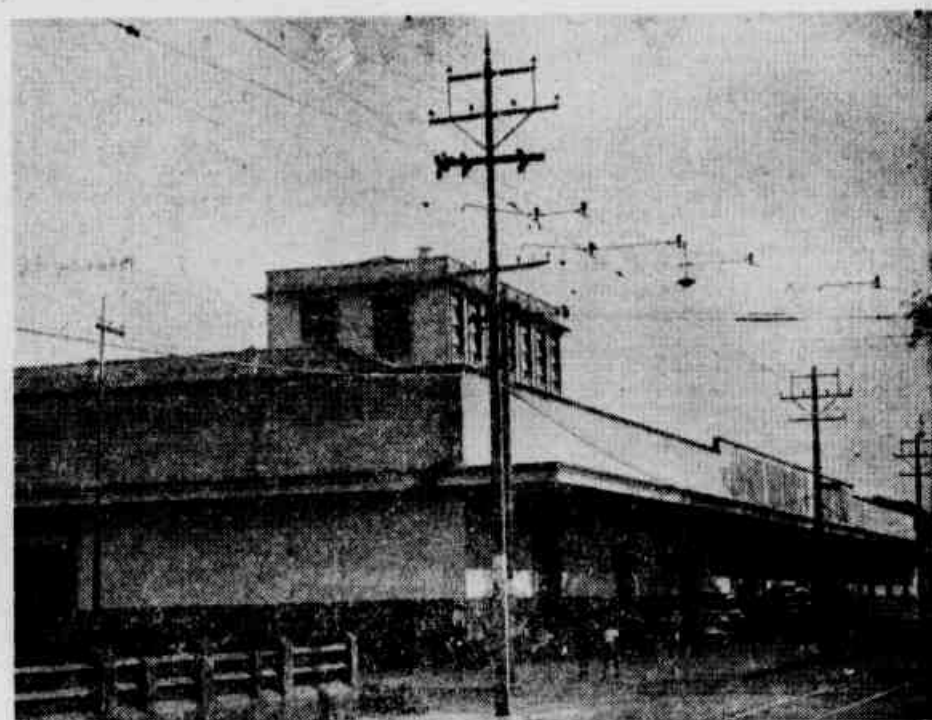
1935/39	2.212.921 sacas
1940/44	3.466.932 sacas
1945/49	6.705.485 sacas
1950/53	5.078.784 sacas

Outros dados merecem especial registro. Trata-se do faturamento de café.

No último ano emitiu, por conta de seus depositantes, 2.587 faturas, com 1.117.320 sacas, que somaram o valor de Cr\$ 1.625.120.357,40. Não menos significativo é o movimento da caixa da Companhia que registrou durante o último exercício, entre recebimentos e pagamentos, a cifra de Cr\$2.474.125.317,50.

Adicionando-se a estes números o movimento de suas filiais, por cujos armazéns transitam, anualmente, milhares e milhares de volumes, poder-se-á aquilatar dos valiosos serviços que presta à lavoura e ao comércio.

São números que revelam a vitalidade de uma firma, cujo objetivo principal é incentivar aqueles setores da economia nacional, dando-lhes maior pujança e fortalecimento, no sentido de sempre contribuir para o desenvolvimento de nosso país.



Armazenamento número 3 da Av. Cons. Rodrigues Alves, em Santos



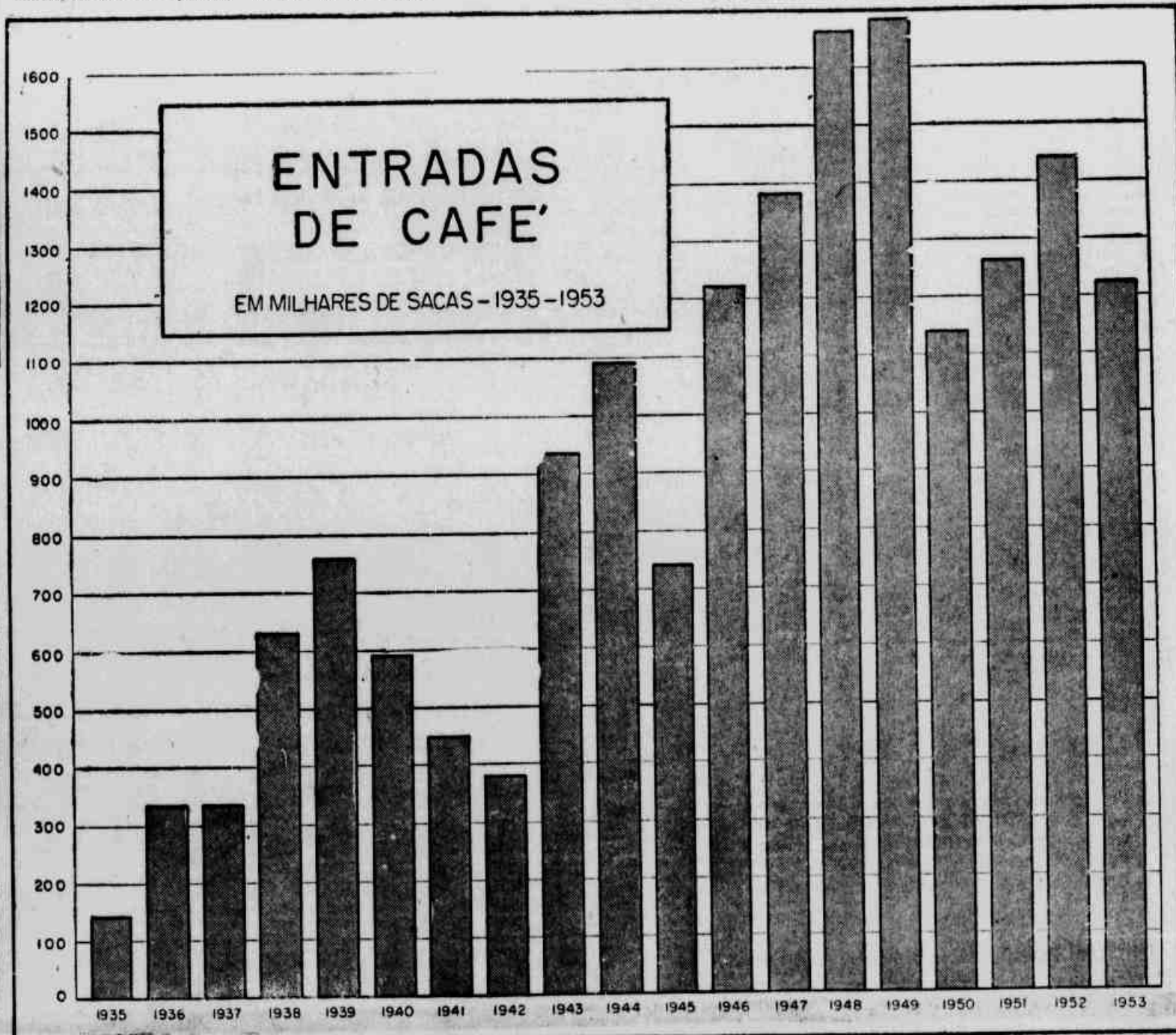
Armazenamento número 1 da rua Dr. Manoel Tourinho, em Santos



Armazenamento número 4 da rua Borges, em Santos



Armazenamento número 5, da rua Dr. Manoel Tourinho, em Santos



CAFEICULTURA EM BASES CONSERVACIONISTAS

SERÁ A MELHOR GARANTIA DE NOSSA ESTABILIDADE ECONÔMICA

O CAFÉ E A CONSERVAÇÃO DO SOLO

A importância da conservação do solo para o Brasil é patente para quem quer que se dê ao trabalho de examinar as condições de seu ambiente físico, de sua história, de sua evolução econômica, e, sobretudo, dos processos aplicados na exploração de suas terras. Os recursos renováveis como que a natureza nos brindou e, muito especialmente o solo, têm sido impiedosamente maltratados por uma verdadeira agricultura de exploração. Práticas agrícolas comprovadamente nefastas têm provocado um profundo desequilíbrio em nossa natureza e um irreparável dano ao nosso solo, esse inestimável patrimônio da coletividade.

Em consequência do mau trato do solo a nossa agricultura tem sido, em sua quase generalidade, forçada a um verdadeiro nomadismo, em contínua e insaciável busca de terras virgens para substituição daquelas já esgotadas e improdutivas que vai deixando em sua evolução pelo território brasileiro.

A nossa cafeicultura é um exemplo típico desse nomadismo, em razão de sua elevada exigência de fertilidade do solo e notadamente de riqueza em húmus. Hoje já estamos explorando as últimas reservas de terras virgens adequadas à cultura do café. Assim, se quisermos garantir a estabilidade desse insubstituível produto da terra, que tem sido o verdadeiro sustentáculo de nossa economia, teremos que assegurar a formação racional das lavouras que de agora em diante se instalarão nesse remanescente de terras boas que nos resta para usufruir, e ao mesmo tempo estabelecer práticas conservacionistas em proporções adequadas nas lavouras já formadas.

DEPAUPERAMENTO DO SOLO NOS CAFEZAIS

O esgotamento da fertilidade do solo nos cafezais, responsável pelo nomadismo da cultura no país, é devido às seguintes causas principais:

1. ação da erosão, transportando nas enxurradas que ocorrem sobre o solo particularmente em suspensão e elementos nutritivos em dissolução;
2. lavagem dos elementos nutritivos da solução do solo pelas águas que percolam livremente através dos horizontes ou camadas de que se constitui o perfil do solo;
3. oxidação e volatilização acelerada da matéria orgânica e do nitrogênio por efeito da ação direta dos raios solares sobre o solo superficial e pelas elevadas temperaturas que caracterizam o nosso clima; e, finalmente,
4. retirada e exportação de elementos nutritivos essenciais, ao café colhido dos cafezais.

Cada vez que a chuva, é por sua vez condicionada por uma série de fatores que as tornam mais ou menos intensas, valendo citar por exemplo como agentes indutores a intensidade das chuvas e as temperaturas elevadas, a cobertura vegetal, a topografia, a natureza do solo etc.

Dessa forma a fim de se conseguir uma perfeita conservação do solo será necessário estabelecer medidas que controlem, ou neutralizem o efeito desses múltiplos agentes de desgaste da fertilidade nos solos cobertos pelos cafezais.

O conceito de conservação do solo, tem que ser, por conseguinte, amplo bastante para abranger não apenas o controle da erosão, com o qual é por alguns simplisticamente identificado, mas também o controle das perdas por lixiviação através do perfil do solo e por combustão acelerada da matéria orgânica, e ao mesmo tempo, a reposição gradual dos elementos nutritivos que vão sendo retirados do solo pelas colheitas. O objetivo da conservação do solo deverá ser o de manutenção da produtividade do solo em nível o mais aproximado possível do estágio inicial, controlando os agentes desgastadores e ao mesmo tempo repondo gradualmente as perdas inevitáveis.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS

Alguns dos fatores de depauperamento da produtividade do solo nos cafezais escapam, pela sua própria natureza, a um controle prático e econômico, haja vista aqueles que dizem respeito ao clima, a condições naturais de topografia, de solo etc. Entretanto, uma porção considerável dos agentes causadores de desgaste da integridade do solo podem ser controlados pelos agricultores dentro das normas da economia e da prática.

Dentre os fatores de depauperamento do solo que podem ser facilmente controlados pelos agricultores, figuram de uma maneira geral todos aqueles que dizem respeito à densidade da cobertura vegetal uma boa parte daqueles que se relacionam com as características do solo, e dentro de certos limites, aqueles que se referem à topografia.

As práticas conservacionistas principais em cafezais ou sejam aquelas já comprovadas pelos resultados experimentais rigorosamente obtidos nas instituições de pesquisas agrônomicas, ou pela prática e experiência dos próprios cafeicultores, são especialmente as seguintes:

- A) Práticas de caráter edáfico, ou seja de benefício direto à fertilidade do solo:

1. seleção das glebas em função da capacidade de uso do solo;
 2. controle das queimadas;
 3. controle da consorciação de culturas;
 4. adubações de manutenção e restauração, especialmente a orgânica.
- Práticas de caráter vegetativo, ou seja de intensificação da cobertura do solo:
1. redução de capinas durante o período chuvoso;
 2. alternativa de capinas em ruas contra as águas;
 3. ceifa do mato em condições de erosão muito perigosa;
 4. capinas seletivas, deixando o mato que compete pouco com o café;
 5. adubação verde e plantas de cobertura do solo no período chuvoso;
 6. cobertura com falha de capim ou acolchoamento especialmente das áreas de erosão muito perigosa.



Café em curva de nível em topografia acidentada, na Usina Itaipuara em Tapiratiba

7. sombreamento nas regiões de chuvas abundantes e regularmente distribuídas durante todas as estações do ano;
8. renques de vegetação cerada a espaços regulares especialmente nas regiões de topografia acidentada e de melhor distribuição de chuvas.

PRÁTICAS DE CARÁTER MECÂNICO, OU SEJA DE SISTEMATIZAÇÃO DO TERRENO VISANDO O CONTROLE DA EROSIÃO

1. disposição racional dos corredores e escadouros de modo a evitar o perigo de esburacamento de caminhos;
2. plantio em contorno com espaçamentos mais cerados dentro das linhas em nível;
3. construção prévia de terraços tipo camalhão de base larga nos terrenos de topografia mais favorável;
4. construção prévia de terraços tipo patamar contínuos ou descontínuos (banquetas individuais);
5. construção de terraços tipo camalhão de base estreita chamados "cordões em contorno"; nos cafezais já formados;
6. construção de terraços tipo patamar descontínuos também denominados banquetas individuais, nos cafezais já formados em terrenos muito inclinados;
7. roveamento em rodízio nos cafezais já formados;
8. estabelecimento de canais escadouros para disposição segura dos excessos de enxurrada não retidos no café;

Uma vez que conforme vimos anteriormente, são bastante complexas e variadas as razões de depauperamento

J. QUINTILIANO A. MARQUES

(Chefe da Seção de Conservação do Solo do Inst. Agrônomico)

do solo, complexas e variadas, também, deverão ser as medidas aplicadas para o seu controle.

Cada uma das práticas conservacionistas acima apontadas, além de apresentarem certas limitações e desvantagens, caracterizam-se também por serem específicas e de adaptabilidade limitada dentro do amplo problema de conservação do solo.

Dessa forma cada prática proporciona soluções apenas parciais e limitadas, razão porque para consecução de uma solução o mais aproximada possível da perfeição, será sempre necessário aplicar simultaneamente um conjunto de práticas devidamente selecionadas, de modo a abranger, com a maior amplitude possível os diversos ângulos do problema.

A escolha do melhor conjunto de práticas que deverão integrar um programa de conservação do solo em cafezal, dependerá, naturalmente, das condições particulares de cada fazenda, ou mesmo de cada gleba do café. De um modo geral, entretanto, pode-se dizer, que será necessário aplicar pelo menos uma prática de cada um dos três grandes grupos mencionados, não deixando, de se ter em vista evidentemente, que tanto mais perfeita será a conservação do solo quanto maior for o número de práticas conservacionistas aplicadas conjuntamente.

Na impossibilidade de tratar detalhadamente de todas as práticas conservacionistas em cafezal, em um

trabalho fornecedor de divisões que é a nossa cafeicultura.

Os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro praticamente já não mais dispõem de terras virgens próprias para o café. Do decantado Norte do Paraná resta também já bem pouco para abrir e para formar com novas lavouras dentro da mancha de terra roxa. Resta ainda um pouco mais na região de terras roxas de Douro em Mato Grosso e algumas pequenas manchas de terras ricas ao Sul de Goiás. Atingidas essas estaremos no fim de nossos recursos naturais propícios à cafeicultura. A lavoura de café hoje já está entrando na vizinha terra paraguaia.

Assim, pois, será urgente para a Nação restringir um pouco a velocidade de desbravamento para café de forma a assegurar o futuro de nossa riqueza. Não fosse o fato de estar a grande maioria das novas lavouras de café sendo formadas de forma inteiramente contrária à técnica agrônoma, repetindo de maneira clamorosa os mesmos erros dos lavradores que formaram as antigas lavouras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo não haveria mal em que essas últimas reservas fossem já de uma vez exploradas.

Entretanto, o que se está observando é uma desordem e imprevidente corrida em que a ganância dos lucros imediatos domina inteiramente quaisquer interesses patrióticos. O lema é formar novas lavouras a qualquer preço e de qualquer maneira para aproveitar os altos preços atualmente vigorantes para o café, e dessa forma o patrimônio nacional vai se delapidando de forma irreparável e alarmante.

A formação racional das novas lavouras, ainda que não se faça no mesmo ritmo da formação livre e desordenada, assegurará produções

hectare e cerca de 4,9% da chuva caída. Dessa forma, o plantio em contorno proporcionou um controle de 54% nas perdas de terra e de 33% nas perdas de água.

Em culturas permanentes, como os cafezais, esse efeito controlador da erosão, apresentado pelo plantio em nível, se acentua sobremaneira, já que a permanência das ruas, anos após anos, em um mesmo local, vai acentuando, com as operações culturais e com a própria terra retida, a formação de barreiras mecânicas de terra, que funcionam como verdadeiros terraços ao longo de cada rua.

O benefício do plantio em nível se faz sentir imediatamente na estabilização e mesmo no aumento das produções, em consequência da erosão que deixa de se processar e da maior quantidade de água retida no solo.

Além disso, a disposição das ruas de plantio segundo as linhas de nível do terreno, facilita e ameniza sobremaneira o trabalho das máquinas de cultivo, de trato e de colheita, tornando mais eficiente e mais barata a mecanização da lavoura.

Está já comprovado, também, que o plantio em curva de nível é uma operação simples e exequível pela totalidade de nossos agricultores e, demandando, praticamente, o mesmo tempo e o mesmo custo que o plantio em linhas retas, do sistema antigo.

COMO PLANTAR EM CURVA DE NÍVEL

No plantio em curva de nível, as ruas do café são dispostas paralelamente a linhas niveladas básicas, localizadas a espaços regulares no terreno. A distância entre essas linhas básicas dependerá do grau e regularidade dos declives, do tipo de solo e das práticas de controle a serem adotadas. Costuma-se espacá-las nas linhas niveladas segundo a distância entre os terraços ou cordões a serem construídos, ou mesmo dos camalhões, de base larga, construídos previamente, ter-se-á em cada terraço uma linha básica para traçado das paralelas que marcarão as ruas do café.

No plantio em contorno haverá ruas apenas em uma direção, ficando as plantas ao longo das ruas, o mais próximo possível uma das outras.

Distiguem-se duas modalidades principais de plantio de café em curva de nível: aquela já bem difundida, em que as plantas, em número ao redor de 4, são aglomeradas em covas comuns, e aquela, ainda em fase experimental, em que o mesmo número de plantas é espalhado em linhas ao pares ou mesmo individualmente, em covas alongadas ou em sulcos contínuos, de modo a formar um verdadeiro renque.

No primeiro caso, costuma-se dar um espaçamento tal, entre covas, que os "pés" (cerca de 4 plantas) formados tenham individualidade, e, depois de plenamente desenvolvidos, apenas se entrelacem ligeiramente (cerca de 1/4 a 1/3 do diâmetro). O espaçamento entre ruas deverá ser tal que permita a livre passagem de pequenos tratores e de seus implementos. Os espaçamentos, tanto entre ruas como entre covas, ao longo das ruas, crescem em proporção direta com o porte normal da variedade e com a fertilidade do solo. Quando aumenta a declividade do terreno cresce a distância entre ruas, para facilitar a passagem de máquinas, decrescendo, em compensação, a distância entre covas ao longo das ruas, de forma a manter aproximadamente constante a área destinada a cada planta.

No caso do plantio em renque a ideia é distribuir as plantas (cerca de 4) que nos plantios usuais formariam um "pé", pelo espaço que usualmente seria deixado entre "covas". Uma vez que o plantio de um único pé por cova, em nossas condições de cultivo a pleno sol, é desvantajoso para os cafeicultores, procura-se fazer o plantio de renques de forma tal a assegurar sempre a proteção recíproca das plantinhas no início de seu desenvolvimento. Assim, ou as plantas são distribuídas ao pares, na metade do espaçamento usual, ou são distribuídas individualmente, em cada quarto ou quinto do referido espaçamento.

DEFENDER TAMBÉM AS LAVOURAS JÁ FORMADAS

A par do empenho com que se deve encerrar a formação racional das novas lavouras será de suma importância, também, procurar estabelecer proteção contra a erosão das lavouras já formadas irracionalmente.

Várias práticas poderão ser usadas na proteção contra a erosão de tais lavouras, mas a mais especial deverá ser dada aos de terraços tipo camalhão de base estreita chamados "cordões em contorno" para as lavouras situadas em terrenos de topografia não extremamente denominados banquetas individuais para as lavouras formadas em declividades extremamente fortes.



Café em curva de nível com "cordões em contorno" para reforço da proteção contra a erosão, na Fazenda São Bento, em Campinas.

Os cordões em contorno têm constituído a prática conservacionista de caráter mecânico mais exequível e eficiente para a proteção da maioria de nossas lavouras cafezeiras. Em virtude de sua pequena largura podem ser construídos sem sacrificar os cafeeiros já formados, zigzagando por entre os mesmos, nos intervalos entre suas copas. São, por outro lado, fáceis de construir e de manter.

INTENSIFICAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL

A intensificação da cobertura vegetal do solo nos cafezais é uma das maneiras mais eficientes de se promover a sua conservação. Com efeito, por seu intermédio consegue-se não apenas controlar de certa forma as perdas por lavagem dos elementos nutritivos nas águas que percolam através do perfil do solo, e também a combustão acelerada da matéria orgânica por ação direta dos raios solares.

De várias maneiras se faz sentir o efeito da densidade da vegetação e dos resíduos vegetais sobre a erosão do solo: pela cobertura que protege o solo contra o impacto direto das gotas de chuva; pela absorção de uma parte da água das chuvas antes dessas atingirem o solo; pela infiltração facilitada, em consequência dos obstáculos superficiais interpostos ao livre escoamento das enxurradas e dos canais de penetração abertos no solo; e, finalmente, pelo travamento do solo por efeito mecânico das raízes e resíduos orgânicos.

A ação da vegetação de cobertura do solo no controle das perdas de elementos nutritivos nas águas de percolação resulta da fixação de elementos nutritivos já solubilizados e encontrados livres na solução do solo. As plantas de cobertura do solo, especialmente aquelas de sistema radicular profundo, ao incorporarem os nutrientes do solo em seus tecidos para devolvê-los posteriormente em condições de compostos orgânicos não prontamente solúveis, promovem uma verdadeira

contracorrente de ascensão dos nutrientes essenciais, contrapondo-se, dessa forma, às lavagens pelas águas de percolação.

O controle da decomposição acelerada da matéria orgânica do solo proporcionado pela vegetação de cobertura, decorre do sombreamento do solo resultante. Abriçada da ação direta dos raios solares a matéria orgânica se conserva mais tempo no solo. Por outro lado, as próprias plantas de cobertura contribuem com os seus resíduos e com a sua massa para reabastecer a reserva de matéria orgânica do solo.

Há várias maneiras de se intensificar a cobertura do solo nos cafezais, inclusive com o próprio café reduzindo os compassos de seu plantio. Nos cafezais já formados nem sempre se pode economicamente aumentar muito a densidade da vegetação de cobertura do solo, uma vez que essa vegetação pode competir seriamente com os cafeeiros em umidade e elementos nutritivos prontamente assimiláveis. A questão toda está na maneira e na época de se intensificar a cobertura do solo. Os fenômenos de erosão e lavagem por percolação que se procura controlar com as plantas de cobertura ocorrem mais intensamente exatamente no período chuvoso do ano em que há menor perigo de as plantas de cobertura competirem em umidade com os cafeeiros.

As plantas de cobertura nos cafezais poderão ser plantadas especialmente, preferindo-se nesse caso as leguminosas de sistema radicular profundo, ou podem ser as próprias ervas daninhas que crescem espontaneamente entre os cafeeiros. Em qualquer caso deverá-se procurar sempre a mais densa cobertura possível nas épocas de chuvas intensas, e, ao mesmo tempo a redução ou eliminação completa das plantas de cobertura logo que as chuvas não ofereçam mais perigo.

AS ADUBAÇÕES DE MANUTENÇÃO

A manutenção e a restauração sistemática da fertilidade

do solo nos cafezais por meio de um plano racional de adubações orgânicas e químicas terá que completar as práticas de controle das perdas de fertilidade nos planos integrais de conservação do solo.

É mais econômico e mais eficiente reparar periodicamente as perdas sofridas pelo solo em sua fertilidade mantendo-o sempre com o mínimo necessário de elementos nutritivos essenciais, do que deixar que o solo se esgote demasiadamente para depois tentar recuperá-lo com adubações e tratamentos salvadores.

No programa de adubações orgânicas e sistêmicas cabe um papel de especial interesse às adubações orgânicas em consequência do fornecimento de nitrogênio a medi-

ta que os cafeeiros dele necessitam, e também de fornecimento dos demais elementos nutritivos e de seus efeitos benéficos sobre as propriedades físicas do solo.

A produção em larga escala de adubos orgânicos, especialmente de esterco e de composto, é um dos itens essenciais de qualquer programa de conservação do solo em nossas fazendas de café. Para conseguir uma produção de adubos orgânicos em larga escala, de forma a poder suprir as necessidades da lavoura cafeeira, uma das maneiras mais eficientes e econômicas é a combinação da exploração cafeeira com a exploração pecuária em um planejamento conservacionista bem equilibrado. Há vista o caso da criação de bovinos presos diariamente em mangueiras com abundante cama de capins para fornecimento de grandes volumes de matéria orgânica e os galinheiros para fornecimento de adubos orgânicos concentrados.

Complementando esse programa, há sempre necessidade de se incluir as adubações verdes e as adubações químicas, já que dificilmente se consegue esterco ou composto em quantidades suficientes para aplicar a intervalos menores que 2 ou 3 anos em uma mesma gleba.

eu, hein?
café, só pelo sistema brasileiro!



Porque, em matéria de café, brasileiro é quem sabe...



Meu paladar não se engana: é Café Paulista, no duro!

Oscarito, o glorioso comico, fala por milhões... e quando ele prefere e recomenda Café Paulista, é com razão... porque é um café delicioso, aromático, cem por cento puro, cem, por cento café da mais alta qualidade!

exija sempre

O bom café vale um minuto de espera

CAFÉ PAULISTA

J.M.N. - PUBLIC

CARTEIRA COMERCIAL PAULISTINHA

Uma lembrança que perpetuará o IV Centenário — CARTEIRA COMERCIAL PAULISTINHA — em seu trigésimo terceiro milheiro do tiragem. Edição especial, em homenagem ao Padre Manoel da Nóbrega, fundador da grande metrópole bandeirante.

A venda em todas as papelerias.

Editores: Rothschild Loureiro & Cia. Ltda.

SAMPAIO BUENO S. A. COMISSÁRIOS E EXPORTADORES

Fundada por um grupo de lavradores de Jaú é hoje uma das mais prestigiosas organizações

Sampaio Bueno S. A. Comissários e Exportadores iniciaram seus negócios no mercado cafeeiro de Santos a 6 de setembro de 1924.

A organização nasceu de um grupo de lavradores de Jaú, tendo à frente os srs. Francisco Sampaio Bueno Neto, Olavo Pacheco de

Superou todas as crises no mercado cafeeiro, sem que se abalasse sua estrutura administrativa e financeira — História da firma

Almeida Sampaio, Alcides Ribeiro de Barros, Joaquim Gomes dos Reis e José Galvão do Amaral Carvalho.

Guiada por um número de cafeicultores de maior prestígio, atravessou os anos ganhando solidez e se im-

pondo no comércio santista como uma das mais prestigiosas empresas do ramo. Avolumam-se os negócios na Praça de Santos e a firma sempre ativa, chefiada por Olavo Sampaio, ganhava foros de grande comissária e exportadora.

xxx

Em 29 de junho de 1940 transformou-se em Sampaio Bueno & Cia. Ltda. e, em junho de 1945, em sociedade anônima. Mantendo um ritmo de negócios dos mais elevados, Sampaio Bueno galgou as melhores posições na praça de Santos, mantendo um patrimônio dos mais respeitáveis.

Projetou-se, de 1945 para cá, no mercado cafeeiro santista, como era de se esperar, em face da orientação segura dos seus dirigentes.

Desde a sua fundação, mantendo sempre equilibradas as suas ações nesse setor comercial, nenhuma das crises que surgiram constituiu obstáculos capazes de tolher a sua marcha ascendente.

Soube superar tudo da melhor maneira, sem que fosse afetada em sua estrutura administrativa e econômica.

Aí está uma das razões por que o seu prestígio no mercado santista é sempre olhado com admiração e respeito.

Aí se encontra o segredo de sua sólida posição econômica.

xxx

Aparelhada para enfrentar qualquer situação, a firma Sampaio Bueno constitui uma das mais vivas realidades do comércio cafeeiro santista.

Seus atuais dirigentes, figuras ligadas aos mais importantes círculos cafeeiros mantêm a mesma orientação imprimeada no passado, quando ainda a firma lutava para se erguer e se projetar entre as mais conceituadas do país.

Impulsionam-na com a mesma tempera, a mesma fé e o mesmo objetivo de bem servir à economia nacional.

DIRETORIA

Francisco Sampaio Bueno Neto — Diretor Geral.

Florianio de Freitas Guimarães e Emmanuel Vita Bitran — Diretores.

ACIONISTAS

Além dos diretores acima são acionistas da firma as seguintes pessoas:

Tharcilla de Almeida Sampaio.

Vicente Pedro de Almeida Sampaio

Byron Evangelista de Almeida

José Luiz de Mendonça

Milton Vaz de Camargo

Anna de Almeida Sampaio

Francisca de Almeida Sampaio

Maria Amelia de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Martinho Verdinassi

Antonio Manoel da Fonseca

Rubens Moraes Alves de Lima.

SUPLENTE

Heitor de Azevedo Muniz

José de Toledo Arruda

Antonio de Andrade Nogueira.



Emmanuel Vita Bitran, diretor e classificador e Vicente P. de Almeida Sampaio, auxiliar de classificação.



O escritório da firma em Santos, vendo-se, da direita para a esquerda, os srs. Francisco Sampaio Bueno Neto, Florianio de Freitas Guimarães, diretor e chefe do escritório Byron Evangelista de Almeida, Cesário Campos, Ivo Vieira, Camilo Vieira, Whitney Vivian Martins e José Correia Ferraz de Arruda.



Olavo Pacheco de Almeida Sampaio — fundador da firma Sampaio Bueno S. A. Comissários e Exportadores.

CAIXA POSTAL, 535

End. Teleg. MELLÃO

Telefone. 2-7197 — 2-7198

Mellão Nogueira
COMISSÁRIOS
EXPORTADORES S. A.

RUA JOSÉ RICARDO, 40

SANTOS

TOLEDO ARRUDA — COMISSÁRIA E EXPORTADORA S. A.

Com apenas 4 anos de vida já forma na vanguarda do mercado

CONSTITUIDA POR UMA IRMANDADE DE JAUENSES

Toledo Arruda, Comissária Exportadora S. A., é uma das mais novas firmas do comércio cafeeiro santista. Sua fundação verificou-se em março de 1950. Contudo, nesses quatro anos de vida já conseguiu firmar-se entre as mais prestigiosas organizações da praça de Santos.

Com quatro anos de vida, essa organização é constituída de homens experimentados nos negócios de café, o que representa garantia permanente para seus negócios e melhores perspectivas para o futuro.

A diretoria é composta de uma irmandade jauense, que sempre esteve ligada a problemas cafeeiros e traz conhecimentos dos mais úteis para o novo ramo que abraçaram na praça de Santos.

São seus diretores: José de Toledo Arruda, diretor-presidente;

Plínio de Toledo Arruda, diretor-superintendente;

Francisco de Toledo Arruda Junior, diretor-gerente;

Paulo de Toledo Arruda, gerente.

A firma dedica-se, desde a compra do café, no interior do Estado, até a exportação do produto.

Está ligada a uma organização associada na capital paulista "Arruda, Teles & Cia.", que explora o ramo de importação e comércio de automóveis, peças e artigos elétricos. Localiza-se à rua Vitória, 129. Também possui uma garagem, na mesma rua, com filial no bairro do Bom Retiro.

Toledo Arruda, Comissária Exportadora como quase todas as firmas santistas também planta café, possuindo a Fazenda São Francisco, em Jandaia do Sul, no Norte do Paraná, que está em formação e tem a área de 100 alqueires.

Em Cambé, também no Norte do Paraná, possui uma filial que é responsável por uma máquina de beneficiamento de café.

As ramificações da firma, no Norte do Paraná, são motivo para assegurar maiores



Aspecto da sala de café de Toledo Arruda Comissária e Exportadora S. A.

negócios e melhores perspectivas para manter bem alto, o seu conceito, tornando-se cada vez mais sólida, financeiramente.

EXPORTAÇÕES

As principais exportações da firma destinam-se aos Estados Unidos, Alemanha e Suécia. Esses embarques são feitos através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro, mantendo representantes nesses dois últimos.

O movimento exportador de Toledo Arruda, Comissária e Exportadora ganha, cada dia que passa, maior

volume, conquistando novos negócios que englobam seu patrimônio econômico na praça de Santos.

Aliás, é bom que se diga que o seu presidente, sr. José de Toledo Arruda, é presidente do Departamento das Exportadoras de Café da Associação Comercial de Santos e diretor do Sindicato do Comércio Atacadista de Café, no Estado de São Paulo, o que é um fator de conceito da firma perante as suas concorrentes.

Seus irmãos, como dissemos acima, de tradicional família

de Jaú, sempre se mantiveram ligados aos negócios de café, formando, desta forma, uma equipe, capaz de levar

avante a organização nascida ontem, e que hoje, já se encontra entre as bem conceituadas da praça santista.

Toledo Arruda, Comissária Exportadora tem, assim, à frente um futuro dos mais risonhos, graças à firme orientação imprimeada por uma irmandade, que sempre labutou nas zonas cafeeiras do Estado e sempre encontrou nesse ramo motivo para novas conquistas no mercado da rubiacea.



A DEFESA DA CULTURA CAFEIRA

A irrigação das terras agricultáveis se situa entre as práticas mais modernas e racionais de exploração agrícola, já que inteligentemente aplicada às culturas, aumenta consideravelmente a sua produtividade.

A prática de irrigação é milenária, tão velha quanto a própria civilização. No Estado de São Paulo, porém, foi Fernando Costa com sua grande autoridade de maior dos nossos homens da terra que agitou pela primeira vez os problemas da irrigação, quando pronunciou em 14 de Agosto de 1925, na Câmara dos Deputados Estaduais um discurso tratando da irrigação de nossas lavouras, de cujo texto extraímos o seguinte:

"Precisamos enveredar para a política do estímulo à produção, pois só ela pode trazer o bem-estar do povo. Não podemos ficar a mercê do tempo com relação à nossa produção agrícola. Devemos encaminhar os nossos

agricultores para a aplicação dos modernos conhecimentos de irrigação. As terras sendo adubadas e tendo-se água suficiente para fazer a irrigação na época precisa, a agricultura deixará de ser uma loteria, na frase pitores-

ca de um japonês. Plantou ele arroz, em terrenos secos e foi bem sucedido na colheita, devido à abundância de chuvas nesse ano. Plantou no segundo ano, com as mesmas esperanças, no mesmo lugar e, por falta de chuvas, não colheu a semente que fora lançada à terra. Convidado pelo patrão a fazer o terceiro plantio, respondeu desanimado — plantio de arroz aqui é loteria... — E' essa a situação duvidosa e premen-

te em que ficam constantemente os nossos agricultores. As chuvas escassas nas épocas certas são um desastre certo para aqueles que dependem de dinheiro e perderam tempo à espera da produção que faltou. O aproveitamento dos nossos correios é hoje um dos problemas mais importantes a resolver".

Foi o próprio Fernando Costa, então Interventor Federal em São Paulo, que em 1º de Setembro de 1944, enviou ao Conselho Administrativo do Estado um anteprojeto de decreto-lei, acompanhado de expressiva exposição de motivos, sobre o fimamento do reflorestamento e de serviços de irrigação e drenagem das terras, o qual foi aprovado transformando-se no Decreto-lei nº 14.266 de 7 de novembro de 1944 e, posteriormente, modificado pelos Decretos nºs 14.307 de 23 de Novembro de 1944 e 14.589 de 26 de Abril de 1945. Da importância de cinquenta milhões de cruzeiros destinada ao financiamento de serviços de irrigação e drenagem, apenas foram aproveitados cerca de seis milhões e meio de cruzeiros, correspondentes a 13 projetos, de um total de 236, estudados e encaminhados ao Banco do Estado de São Paulo. Este aproveitamento parcial e irrisório da verba consignada, se deveu a questões de garantias bancárias e a defeitos técnicos dos projetos.

A irrigação é antes de tudo um problema eminentemente técnico; bem planejada e conduzida, resulta em benefícios, porém, a não observância de certos detalhes de aplicação, poderá tornar o solo parcialmente improdutivo.

O planejamento, pois, de uma cultura, além de seu aspecto puramente topográfico e hidráulico, envolve o conhecimento apurado das técnicas derivadas da ciência do solo e suas relações com a fisiologia vegetal; a sua orientação é trabalho para agrônomos especializados.

IRRIGAÇÃO SUPLEMENTAR
Estima-se que uma terça parte da superfície da terra recebe menos que 250 milímetros de água anualmente, e que outra terça parte, recebe entre 250 e 500 milímetros. Em regiões com uma precipitação anual superior a 750 milímetros, a irrigação não é considerada essencial a uma exploração econômica da agricultura. Nestas condições de clima, o que mais interessa é a distribuição da chuva nos meses do ano. Tomando-se como base esse limite de 750 milímetros, abaixo do qual as culturas só se desenvolvem com irrigação, verifica-se que o Estado de São Paulo tem água de chuva suficiente para a sua exploração agrícola, sem haver necessidade de irrigação artificial. Esta entra neste caso, como suplemento em épocas de escassez de água, devido apenas à má

distribuição das chuvas pelos meses do ano.

Chove em São Paulo, em média anual, entre 1.200 a 1.300 milímetros; no entanto, periodicamente ouve-se o clamor contra a seca. Isto deve-se tão-somente à falta d'água em ocasiões em que a planta mais necessita dela para o seu crescimento. Os prejuízos que sofrem nossas culturas são devidos à irregularidade da distribuição das chuvas pelos meses do ano.

O problema da irrigação pode ser visto sob dois aspectos mais importantes:
a) Regiões onde o verão é seco e o inverno úmido.
b) Regiões onde o inverno é seco e o verão é úmido.

No primeiro caso situam-se regiões onde a precipitação é baixa, o que elimina qualquer tentativa de agricultura sem irrigação. Nestas condições se encontra todo o Oeste dos Estados Unidos, que recebe apenas 250 milímetros de chuva por ano; dada esta escassez de água, desenvolveu-se e se aperfeiçoou a técnica da irrigação e hoje, 11 milhões de hectares de terra são irrigados, para um potencial irrigável da região de 22 milhões de hectares.

No segundo caso, onde as condições de calor e umidade se reúnem, não há necessidade da irrigação. Este é o caso particular do Estado de São Paulo, que muito se assemelha à região do Oeste dos Estados Unidos. Nestes casos, a irrigação entra como equilíbrio de produção, assegurando as safras quando a distribuição das chuvas se realiza de uma maneira irregular.

A agricultura de São Pau-

lo nunca se baseou na irrigação mas sim na fertilidade de suas terras e no humus. Este fato comprova o que afirmamos atrás, sobre a relativa importância da irrigação para clima de alta precipitação pluviométrica. Nestes casos em que a irrigação artificial é suplementar, entrando como fator de segurança, deve-se verificar bem a questão econômica do projeto.

que são de elevados preços.

Dentre os cereais, o arroz é uma exceção; necessita de unidade para seu desenvolvimento sendo que, por essa razão, é plantado em baixadas e irrigado em condições técnicas favoráveis e a baixo custo.

SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO

Diversos são os sistemas de irrigação adotados, sendo os principais, a aspersão, a inun-



Promete a irrigação solucionar o problema da seca nas lavouras cafezeiras do Estado.

ção e sulcos de infiltração. Cada um destes se adapta a determinadas condições técnicas do projeto, havendo, entretanto, maior interesse pelo processo da aspersão, que é o que mais se aproxima da maneira natural das chuvas, além de ser, de uma maneira geral, o mais vantajoso.

Os cafeicultores, na luta contra a seca, adotam a irrigação por aspersão; os mesmos aparelhos têm servido para as culturas do arroz e melhoramentos das pastagens; os usineiros e citricultores, vêm adotando este sistema de rega com grande êxito.

O sistema de aspersão apresenta sobre os diversos processos utilizados para irrigação, as principais vantagens:

- a) economia de água
 - b) distribuição uniforme sobre o terreno
 - c) pequena perda por infiltração e escoamento
 - d) evita a erosão do solo
 - e) funciona bem em qualquer tipo de topografia de terreno, desde que convenientemente projetado.
 - f) em certos casos, pode ser utilizada para o emprego de fertilizantes.
- A par dessas vantagens, existem dificuldades que às vezes são insuperáveis em certas condições mais primitivas de trabalho. O equipamento requer para seu manejo, gente mais capacitada que a média dos empregados da fazenda. Tanto a parte do manejo dos equipamentos com suas mudanças periódicas, como o funcionamento da parte motriz, geralmente motô-


Badische Anilin- & Soda-Fabrik A.G.
LUDWIGSHAFEN — ALEMANHA

Produtora e Exportadora de Adubos Azotados

SULFATO DE AMÔNIO BASF
URÉIA BASF
AZOCAL BASF
NITRAMON POTÁSSICO BASF
"NITROFOSKA" BASF

Produtora e Exportadora de Inseticidas e Fungicidas:

BHC SECO E EM PÓ MOLHABEL
LINDANE SECO E EM PÓ MOLHABEL
LINDAME LIQUIDO "PERFEKTAN"
ENXOFRE PÓ MOLHABEL "KUMULUS"

Representantes exclusivos:

"QUIMICOLOR"

COMPANHIA DE CORANTES E PRODUTOS QUÍMICOS

MATRIZ:

RIO DE JANEIRO

AV. RIO BRANCO, 20 — 17.º ANDAR

TELEFONE: 43-7024

END. TEL.: "CORANQUIM"

CAIXA POSTAL 159

FILIAL:

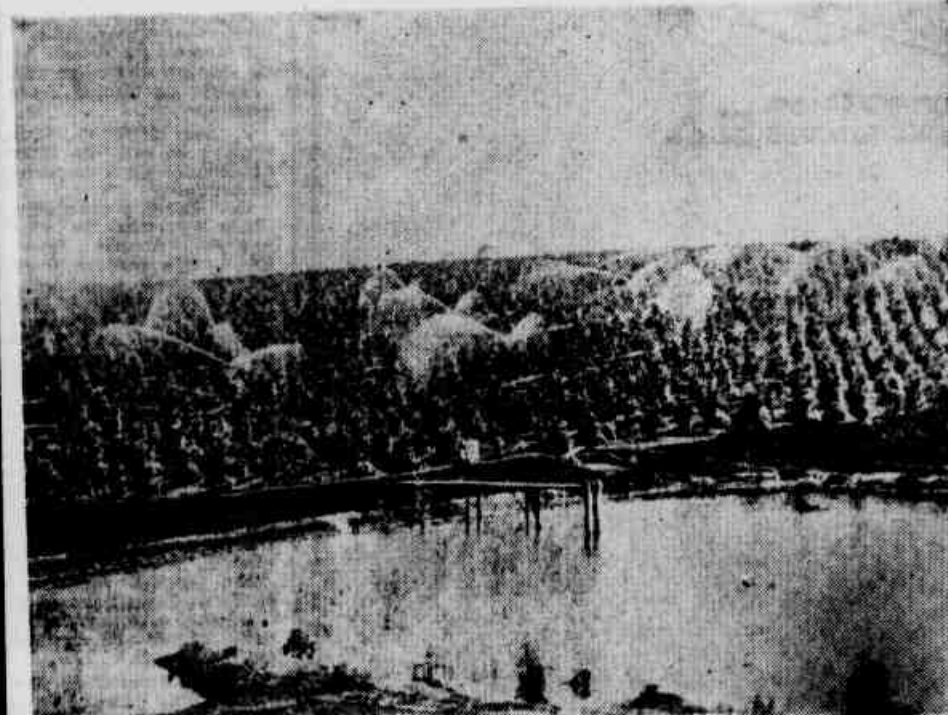
SÃO PAULO

R. BOA VISTA, 162 — 14.º — Salas 1410-12

TELEFONE: 36-0591

END. TEL.: "QUIMICOLOR"

CAIXA POSTAL 6187



Irrigação por aspersão em cultura de café

res de explosão a óleo Diesel, e as bombas centrífugas, trazem certos entraves ao processo.

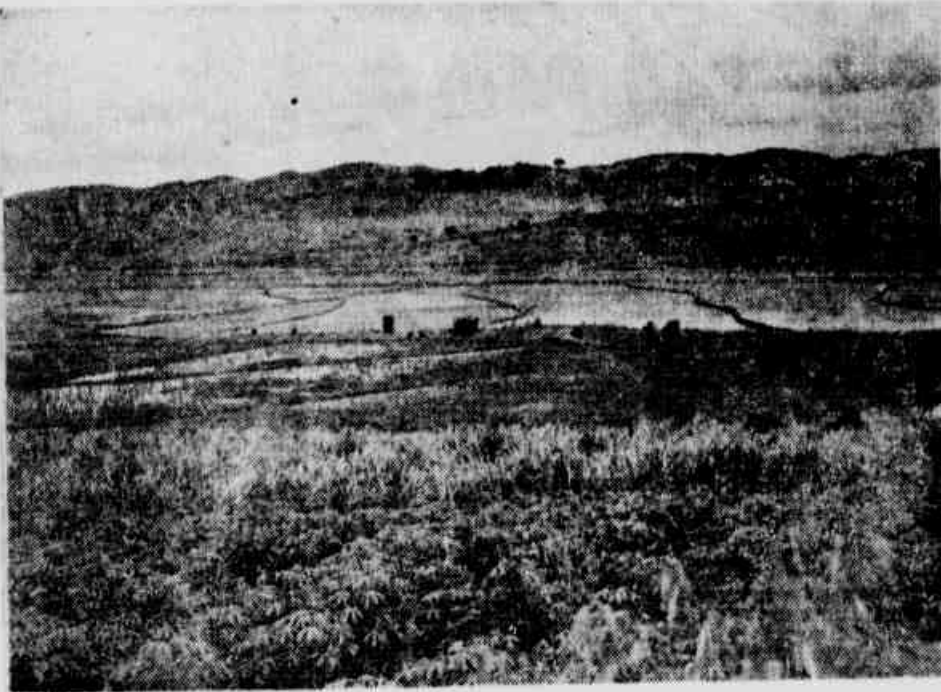
No entanto, parece-nos que o custo inicial da instalação, que é relativamente elevado, tem limitado de muito a aquisição por parte dos agricultores, dos equipamentos necessários. Um financiamento bancário especializado deve ser estudado, para possibilitar a ampliação dos conjuntos existentes no Estado.

O custo dos equipamentos para cafeais tem variado de 4 a 15 cruzeiros por pé de café, ou cerca de 3.200 a 12.500 cruzeiros por hectare — conforme a situação da lavoura com relação à fonte d'água — dos diferentes orçamentos de firmas especializadas e da situação cambial.

Não há dúvida, foi o café com suas altas cotações, que trouxe o interesse dos agricultores pela irrigação por aspersão, pois que, por sulcos, infiltração ou inundação, já era anteriormente usada, principalmente nas culturas de cana de açúcar e arroz em varzea.

Diversas firmas comerciais e industriais desenvolveram suas atividades no setor da importação e produção de equipamentos para a irrigação de cafeais a princípio e, posteriormente, adaptando-os a culturas.

As dificuldades de importação, deram margem ao incremento da produção nacional de tubos de alumínio.



Irrigação por inundação

engates, aspersores, bombas e motores elétricos. Ficamos, no entanto, na dependência da importação da parte básica, ou seja, a força motriz a óleo Diesel, que é a mais empregada. Sem a importação destes acessórios, as demais peças do conjunto ficam

bricadas atualmente no país, ficando inaproveitadas.

Firmas industriais estrangeiras, especializadas nestes equipamentos para irrigação, têm feito estudos para instalar aqui no Brasil, fábricas para a sua produção, principalmente de aspersores e bombas.

Criou-se assim, uma nova atividade comercial e industrial que, se bem orientada, poderá trazer benefícios à nossa agricultura.

ESFORÇOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

Com o incremento verificado nas importações de materiais e devido ao interesse sempre maior dos agricultores, solicitando estudos e projetos, a Secretaria da Agricultura instalou em diversos pontos do Estado, escritórios de irrigação devidamente equipados, onde o engenheiro agrônomo presta toda a sorte de orientação técnica aos lavradores da região.

Estes centros de irrigação se acham localizados em São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Lins.

Funcionando nas Casas da Lavoura e devidamente endossados com as Zonas Consercionistas, podem ser consultados facilmente pelos agricultores interessados em projetos de irrigação, orientação para suas lavouras irrigadas, parecer sobre instalações executadas por firmas comerciais, reestudos de projetos, construções de barragens e quaisquer assuntos correlatos.

Os escritórios de irrigação têm prestado auxílios os mais variados conforme a sua localização: o de São Paulo foi o mais empregado em irrigação de hortas e consultas técnicas

solicitadas pelas firmas importadoras de equipamentos para irrigação: o de Ribeirão Preto, foi mais procurado para a construção de barragens e inspeção de aparelhamentos já instalados por diversas firmas importadoras ou produtoras que, por deficiência técnica, não estavam funcionando a contento; Lins, São José do Rio Preto e Campinas, tiveram suas atividades voltadas para cálculos e projetos de irrigação para cafeais e construção de barragens.

De uma maneira geral, houve aumento sensível nos trabalhos da Seção de Irrigação e Drenagem da Secretaria da Agricultura, entre os anos de 1952 e 1953.

No ano de 1952, foram projetados conjuntos para irrigação por aspersão para uma área de 358 hectares e em 1953 este número foi elevado para sete vezes mais, ou seja, 2.305 hectares: o mesmo se deu com relação às barragens de terra que, de um movimento de 12.599 metros cúbicos, foi para 222.313 com um volume d'água armazenada de 231.250.000 litros em 1952, para 2.213.418.500 litros para 1953.

Estes dados ilustram, que têm sido as atividades da Secretaria da Agricultura, neste particular, e como vem acompanhando satisfatoriamente o progresso destes dois últimos dois anos, no setor de irrigação.

Não se esqueçam os lavradores de que a irrigação pode ser uma faca de dois gumes: bem aplicada e planejada é econômica. Mal projetada e pior conduzida, poderá acarretar desastre para a agricultura, além de tornar o solo improdutivo.

O MELHOR SEGURO AGRICOLA CONTRA SECAS, GEADAS E PRAGAS É A IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO "RAINBOW" (ARCO-IRIS)

Estatísticas cuidadosamente elaboradas a respeito das precipitações pluviométricas comprovam a irregularidade e a falta das chuvas justamente nas épocas oportunas, quando as plantas mais carecem delas. Para suprir a falta ou má distribuição das chuvas é que a técnica moderna encontrou a irrigação por aspersão. Na maioria dos casos, no entanto, esses maravilhosos aparelhos são lembrados pelos lavradores somente quan-

do suas plantações sofrem as consequências da estiagem e quando não há mais tempo para que as providências indispensáveis sejam tomadas.

LAVRADOR! Ouça este conselho da providência: Mande instalar um conjunto de irrigação "RAINBOW" e pague-o com os próprios lucros do aumento da produção, já no primeiro ano. Não se impressione com as chuvas copiosas, nem com a falta de chuvas. Instale em sua lavoura

um aparelho capaz de regular as chuvas, eliminando aqueles eternos fantasmas da lavoura. A técnica se encarregou de combatê-los, e hoje os equipamentos necessários estão ao seu alcance. V. S. não pode prescindir desses novos instrumentos de trabalho agrícola, que estamos aparelhados para fornecer-lhe. Arme-se para enfrentar as secas ou irregularidade das chuvas durante a florada.

CAFEZAL IRRIGADO NA FLORADA PRODUZ O DOBRO! FAÇA, POIS, CHOVER NA ÉPOCA, QUANTIDADE E LUGAR QUE DESEJAR, COM UM CONJUNTO DE IRRIGAÇÃO "RAINBOW"

Importado, de fabricação norte-americana, é o único que lhe garante qualidade e especificações exatas, como:

- 1 — tubos de duralumínio, de todos os diâmetros e de espessura uniforme;
- 2 — acoplamentos e válvulas, de proteção permanente ao tubo, característica exclusiva do conjunto "RAINBOW";
- 3 — Aspersores de cobertura uniforme e de capacidade comprovada;
- 4 — Moto-bombas, calculadas e construídas especialmente para a irrigação por aspersão (não confundir com bombas usadas em várias lavouras irrigadas, que foram fabricadas para poços canalizações, construções, bombeiros etc.).

Milhões de cafeeiros já foram irrigados pelos conjuntos de irrigação "RAINBOW" e constituem um testemunho vivo, pelo seu aspecto e produtividade, da eficiência desses aparelhos.

Ainda recentemente, o Ministério da Agricultura escolheu e adquiriu 500 conjuntos dos nossos sistemas de irrigação, numa demonstração inequívoca da confiança em sua eficiência. A escolha do Ministério da Agricultura obedeceu ao pronunciamento de competentes técnicos dessa pasta, que depois de acurados estudos e observações, externaram sua preferência pelos nossos conjuntos.

FINANCIAMENTO TOTAL — Sem entrada e sem nenhuma despesa inicial, nosso Departamento de Engenharia prepara o planejamento da irrigação e os respectivos orçamentos, sem qualquer compromisso e absolutamente grátis para os interessados.



Sociedade Paulista de Melhoramentos Agrícolas "COMPAGRO" Ltda.

Rua Barão de Itapetininga, 224 — 5.º andar — São Paulo

Telefone: 35-7368

End. telegráfico: RURICOLA

Recorte e nos envie hoje mesmo o cupão ao lado, contra cujo recebimento remeteremos prontamente, sem qualquer despesa para v. s., literatura e prospectos ilustrados que o habilitarão a conhecer, nos seus mínimos detalhes, todos os aspectos da IRRIGAÇÃO, bem como a formular uma idéia aproximada do custo dos respectivos materiais.

A
SOCIEDADE PAULISTA DE MELHORAMENTOS AGRÍCOLAS "COMPAGRO" LTDA. — Rua Barão de Itapetininga, 224 — 5.º andar — São Paulo

Prezados senhores

Pego enviar-me, GRATIS, material informativo sobre a irrigação "RAINBOW" (ARCO-IRIS).

NOME

ENDEREÇO POSTAL

(rua, número, cidade e Estado)

CAIXA POSTAL

ESTRADA DE FERRO

PROPRIEDADE AGRÍCOLA

ÁREA E CULTURAS A IRRIGAR



PLANTAR CAFÉ

COLHER RIQUEZA

Plantar café é um imperativo irrecusável da nossa estrutura econômica! Cada cafeeiro plantado em São Paulo, representa um poderoso elo ligando a prosperidade paulista ao prestígio do Brasil nos maiores mercados externos. E São Paulo somente continuará mantendo o posto de líder da nação brasileira e a importância internacional de que goza, se aumentar cada vez mais a sua produção cafeeira. Plantar café nas terras de São Paulo é ter certeza de recuperar o custo da produção, é contar com lucro certo!

Situação dos cafeeiros em S. Paulo
(em milhões de pés)

1920	1,7
1934/36	2,9
1946	2,1
1949	2,2
1954	1,1 (novos e em produção)

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S. A.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O observador que se preocupe em efetuar análise dos fenômenos da vida coletiva em São Paulo, procurando conhecer seu panorama social-econômico, não poderá deixar de ver sua atenção atraída para a vida e a atuação de duas de suas mais pujantes entidades, tais sejam a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, órgãos de interesse econômico, atuando como força coordenadora e organizadora dos valores colocados a serviço do campo industrial. Essas associações se distinguem pelo rumo em que orientam suas atividades, sempre em busca da cooperação entre os homens das fábricas, para, numa unidade diretiva, atingirem os verdadeiros objetivos da prosperidade individual dentro de um quadro de benefício coletivo. Não se limitam, porém, a exercer suas atividades na defesa imediata dos interesses das indústrias que as constituem. Muito ao contrário, procuram harmonizar esses interesses com os da própria nação e os da economia nacional. Representam ambas, inegavelmente, uma das maiores forças do progresso nacional, encarecendo com clareza e acuidade os problemas que se antepeçam aos poderes públicos e aos homens das indústrias, em vista da decisiva para o desenvolvimento das atividades manufatureiras do país. Daí a grande autoridade que lhes confere, quer no seio da classe que congregam, quer na consciência pública do país.

COOPERAÇÃO DE CLASSE

A característica que melhor evidencia o sentido coletivo que dirige e orienta quer a Federação quer o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo é a preocupação sempre presente de harmonizar os interesses industriais, que lhes cabem defender, com os interesses gerais. Não há, portanto, nos esforços desenvolvidos em defesa das atividades da indústria, entrosques, com os reais desejos de outras classes produtoras. Muito ao contrário, é no ajustamento e na conjugação desses interesses que as instituições paulistas, baseadas na sua concepção de equilíbrio das soluções econômicas nacionais.

Essa orientação foi bem traduzida pelo prestante senador Roberto Simonsen, quando, no discurso de inauguração, afirmou que "somente interesses imediatistas ou a ignorância dos verdadeiros fundamentos de uma sã economia podem pretender criar antagonismos intransponíveis entre as várias manifestações do trabalho humano, seja agrícola, seja industrial, distribuição dos produtos pelos centros de consumo, atividades de que se incumba a lavoura, a indústria e o comércio não fazes diversas da criação, da utilização e do aproveitamento da riqueza que, ao contrário de criarem choques entre os seus agentes, só pode unir os laços da mais estreita solidariedade entre os seus agentes."

COLABORAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Essa esclarecida e eficiente orientação, que sempre conduziu os destinos da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e responsável pelo prestígio que desfrutam, não apenas em nosso Estado, como em todo o país. Graças a uma de opiniões e pontos de vista que conseguiram para a indústria paulista, Federação e Centro se impuseram não apenas à consideração da opinião pública, como do próprio governo. A ajuda e cooperação sempre dispensadas se evidenciam nos constantes apelos ao seu esforço, à sua capacidade de ação e de análise dos problemas fundamentais da economia nacional e nas solicitações a milde feitas para que integrem órgãos e comissões de caráter técnico. Apenas para exemplificar, podem ser citados alguns organismos de interesse público integrados pela Federação e Centro das Indústrias, como sejam: Comissão de Mão de Obra da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio; Representantes: Victorio W. R. Ferraz e Egon Felix Gottschalk; Comissão Consultiva do Trabalho (C.O.T.): Representante: Paulo Ayres Filho; Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas; Representante: Eduardo Garcia Rossi; Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Representantes: Raphael Noschese, Assad Adib Abdalla e Amyntha de Faro Sobral; Tribunal Regional do Trabalho; Representante: Wilson de Sousa Balthaz; Comissão Federal de Abastecimento e Preços (C.O.P.): Representante: Mario Di Pietro; Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (C.O.A.P.): Representante: Mario Gerald; Comissão Consultiva do Comércio com o Exterior (C.C.O.E.): Representante: Diniz Gonçalves Moreira; Junta Consultiva do Imposto de Consumo; Representante: Armando Figueiredo; Conselho Superior de Tarifas; Representante: Armando Figueiredo; Tribunal de Imostos e Taxas; Representantes: Francisco de Souza Matos e Alcides Jorge Costa; Conselho Municipal de Imostos e Taxas; Representante: Lincoln de Albuquerque; Comissão de Desenvolvimento Industrial; Representante: Manoel da Costa Santos; Conselho Interamericano de Comércio e Produção; Representante: Francisco de Salles Vicente de Azevedo; Conselho Estadual de Águas e Energia Elétrica; Representante: Aldo Mario Azevedo; Comissão Estadual da Legislação Brasileira de Assistência; Representante: Dácio A. de Moraes Junior; Comissão de Estudos de Enxofre, do Ministério da Fazenda; Representante: José Ernirio de Moraes; Conselho Regional do Serviço Social da Indústria; Representante: Humberto Reis Costa; José Villela de Andrade Junior; Osmario Riba; Diniz Gonçalves Moreira; Roberto Simonsen Filho; e José de Paula e Silva; Co-

te num total de 6.750. Possuem ambas as entidades importantes departamentos administrativos e técnicos, que as tornam capacitadas a atender às suas inúmeras e diversificadas atribuições. Uma equipe numerosa de assessores jurídicos de economistas, de engenheiros, de especialistas em produtividade em assuntos ligados à mão de obra, lhes presta seus serviços de forma permanente, diariamente, estudando, investigando ou pesquisando problemas ou situações.

ORGANIZAÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo são duas entidades distintas e que coexistem.

A Federação das Indústrias é órgão sindical de 2º grau, constituída segundo a legislação sindical brasileira. O Centro das Indústrias é uma entidade civil e representativa de todas as indústrias localizadas no Estado de São Paulo.

Essas duas entidades representativas das indústrias paulistas têm a direção as seguintes diretorias:

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

Presidente: Antonio Divisate; 1.º Vice-Presidente: Gladstone Jafet; 2.º Vice-Presidente: José Ernirio de Moraes; 3.º Vice-Presidente: Roberto Simonsen Filho; 4.º Vice-Presidente: Nicolau Felizola; 5.º Vice-Presidente: Oscar R. Müller Caravelhas; 6.º Vice-Presidente: Mario Di Pietro; Suplentes da Diretoria: Agostinho Janqueline, Arthur Cortes Laxe, Augusto Lindenberg, Ivo Fracalanza, Jorge de Souza Resende, Luiz Modolin e Paulo Ayres Filho; Conselho Fiscal: José Matarazzo, Manoel Garcia Filho e Victorio W. R. Ferraz; Suplentes do Conselho Fiscal: Hamilton Pra-

CENTRO DAS INDÚSTRIAS

Presidente: Armando de Arruda Pereira; 1.º Vice-Presidente: Gladstone Jafet; 2.º Vice-Presidente: José Ernirio de Moraes; 3.º Vice-Presidente: Manoel Garcia Filho; 4.º Vice-Presidente: Roberto Simonsen Filho; 5.º Vice-Presidente: Mario Toledo de Moraes; 6.º Vice-Presidente: Eduardo Garcia Rossi; 7.º Vice-Presidente: Oscar R. Müller Caravelhas; 8.º Vice-Presidente: Mario Di Pietro; 9.º Vice-Presidente: Augusto Lindenberg; 10.º Vice-Presidente: Carlos Eduardo de Azevedo; 11.º Vice-Presidente: Cyrano Ferraz Kehl; 12.º Vice-Presidente: Dácio A. de Moraes Junior; Dagoberto Salles; Diniz Gonçalves Moreira; Domingos de Freitas Pereira; Edmundo Maluf; Eduardo Jafet; Egidio Bianchi; Egon Felix Gottschalk; Elmer Janowitz; Felix Guisard Filho; Francisco Cruz Maldonado; Francisco Garcia Bastos; Francisco Pitta Britto; Francisco de Salles, Vicente de Azevedo; Francisco da Silva Villela; Germano Schuetz; Hamilton Prado; Herbert F. de Arruda Pereira; Hernani Azevedo Lora; Henrique Lupatelli; Renato Purchioni; Renato Tagliari; Roberto Jafet; Rodolpho Ortblad; Rubens de Mello; Ruy Calazans de Araújo; Salim Chammaz; Sebastião Gomes Caselli; Serafini Filho; Sylvio Brand Corrêa; Sylvio Vil-

SERVIÇOS

A Federação e o Centro das indústrias foram constituídas com o propósito objetivo de defender e propagar pelos legítimos interesses da indústria paulista e colaborar com os Poderes constituídos para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Para melhor executar o seu amplo programa de assistência aos Sindicatos filiados e às indústrias associadas, a Federação e o Centro das Indústrias adotaram uma organização modular.

Os diversos Departamentos autônomos e que compõem a administração dessas entidades são os seguintes: Secretaria Geral, Secretaria Administrativa, Departamento Jurídico, Departamento de Economia Industrial, Assessoria Econômica, Departamento Sindical, Departamento de Arrecadação e Despesa, Departamento de Contabilidade, Departamento de Relações Públicas, Departamento de Interior, Departamento de Expansão Social e Cadastro, Escritório no Rio de Janeiro e Boletim Informativo.

Cada um desses Departamentos tem a sua orientação um dos diretores eleitos e que são indicados pela Presidência das entidades.

SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral é a cúpula de toda a organização administrativa e política das entidades. A sua função é orientar e coordenar a execução de todas as atividades de todos os Departamentos da Federação e Centro, coordenando-os com princípios gerais de assuntos de interesse da indústria, funciona anexo ao gabinete do Secretário Geral um serviço de imprensa, a quem cabe a tarefa de facilitar o contato da imprensa falada e escrita com os meios industriais bem como de informar sobre as atividades da Federação e Centro das Indústrias. É responsável por esse serviço o jornalista Virgílio de Paula Santos.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

A Secretaria Administrativa tem a responsabilidade, propriamente dita, da administração das entidades. Está afetos diretamente à Secretaria Administrativa através da chefia da Secretaria, os seguintes serviços: pessoal, expedientes, protocolo, arquivamento, expedição, mordomia, limpeza e portaria. Como órgão executivo da Tesouraria e da Secretaria, a Secretaria Administrativa mantém estreito contato com os departamentos de Contabilidade, Arrecadação e Despesa e de Expansão Social.

BOLETIM INFORMATIVO

O Boletim Informativo, que se edita ininterruptamente há mais de 4 anos, é de tiragem semanal, com 9.000 exemplares. Distribuído gratuitamente a todos os associados e a todos os escritórios comerciais do Brasil no estrangeiro, às demais associações de classe e a inúmeros assinantes. Capa em rolagem, duas cores, e 32 páginas de texto, inclusive 9 de anúncios. Tem a direção do Dr. Haroldo Santos Abreu, diretor responsável, sendo seu Secretário o sr. Samuel Santos.

Tanto a Secretaria Administrativa como o Boletim Informativo estão instalados no 6º andar do Palácio Mauá.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Este Departamento tem como objetivo principal prestar assistência direta aos associados e, no interesse geral da indústria, opinar sobre interpretações e consequências das leis e regulamentos recém-promulgados, promover os mais variados estudos etc. Quanto à assistência direta aos associados, esta se efetua através de soluções de consultas, de defesas, recursos, requerimentos em geral, mas somente no âmbito administrativo etc.

A assistência é preventiva e se verifica tanto no setor da legislação fiscal como trabalhista.

O Departamento Jurídico se compõe de duas Consultorias (Fiscal e Trabalhista), de uma Biblioteca especializada em obras de direito e que conta no seu acervo com quase 6.000 volumes e o Expediente.

Prestam serviços a esse Departamento, além do advogado chefe, Dr. Francisco de Souza Mattos, mais 11 consultores.

DEPARTAMENTO SINDICAL

O Departamento Sindical tem sob sua responsabilidade o expediente da Secretaria de 32 sindicatos da indústria, que se encontram sediados na Federação das Indústrias.

Os Sindicatos, que têm a sua sede social no 5º andar do Palácio Mauá, são os seguintes: Sindicato da Indústria de Aço e Colado no Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos e Similares de São Paulo; Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro e Metais em Geral, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo; Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção, no Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria de Chapéus, no Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos e Trefilação de São Paulo; Sindicato da Indústria da Construção e Montagem de Veículos de São Paulo; Sindicato da Indústria de Cordoalhas e Estopa de São Paulo; Sindicato da Indústria do Contorno de Cadeiras de São Paulo; Sindicato da Indústria de Docas e Conservas Alimentícias, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Espelhos de Polimento e Lapidação de Vidros de São Paulo; Sindicato da Indústria de Estamparia de Metais, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Explosivos, no Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas, de São Paulo; Sindicato da Indústria do Fumo, no Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria da Galvanoplastia e Niquelação, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Guarda-Chuvas e Bengalas, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Máquinas, do Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria de Mármores e Granitos, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos de São Paulo; Sindicato da Indústria de Perfumarias e Artigos de Tocado, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Produtos de Cacaú e Balas, no Estado de São Paulo; Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para fins industriais de São Paulo; Sindicato da Indústria de Resinas Sintéticas, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Serralheria, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Tintas e Crisântos, de São Paulo; Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Oculares de São Paulo; e Sindicato da Indústria da Borracha, no Estado de São Paulo.

Os funcionários do Departamento Sindical são redigidos as atas exigidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, as atas reuniões extraordinárias, redigidos memoriais, cartas, expedientes, feitas convocações para reuniões e, em fim, tomadas todas as providências de administração normalmente solicitadas pelo Diretores dos Sindicatos.

A Secretaria desse Departamento, que é exercida pelo sr. Waldemar Gola, presta aos demais Sindicatos filiados à Federação das Indústrias, que o solicitam, toda a assistência possível, manifestada através de informações e orientações verbais ou por cartas e relacionadas com os problemas sindicais.

O Diretor do Departamento Sindical é o sr. Francisco da Silva Villela.

DEPARTAMENTO DO INTERIOR

O Departamento do Interior vem realizando um amplo serviço de aproximação entre as indústrias do interior, colocando-as em contato com as da Capital e a Federação do Centro das Indústrias.

Para melhor concretização desse objetivo, foi o Estado dividido em zonas e em cada uma instalada uma Delegação do Centro das Indústrias. Atualmente funcionam as seguintes Delegações do Interior do Estado: Americana; Delegado, sr. Estevem Parone; Araraquara; Delegado, sr. Helio Morganti; Bauri; Delegado, sr. Paulo Castro; Botucatu; Delegado, sr. Americo Alvares Rodrigues; Campinas; Delegado, sr. Pedro Zelandi Flori Junior; Delegado, sr. Alberto Traldi; Marília; Delegado, sr. Antonio Cassadi; Presidente Prudente; Delegado, sr. Waldemar Faria Motta; Ribeirão Preto; Delegado, sr. Domingos Innechchi; Rio Claro; Delegado, sr. Manoel José Ferreira; São Carlos; Delegado, sr. Germano Fehr Junior; Delegado, sr. João da Boa Vista; Delegado, sr. Emilio Zogbi; Sorocaba; Delegado, sr. Antonio Padua Pinto; Taubaté; Delegado, sr. Antonio Magalhães Bastos.

Nas cidades de cada zona o Centro das Indústrias mantém representações locais confiadas a esclarecidos elementos da economia industrial. Para um profícuo entendimento e estudo dos problemas peculiares a cada região do Estado, promove a Diretoria do CIESP convenções dos industriais do interior. A última, a V Convenção dos Industriais do Interior, realizou-se em 1954, em Ribeirão Preto, com grande êxito.

Para melhor orientar os industriais do interior, costumam realizar esse Departamento séries de conferências e reuniões do interior e na

O Departamento Jurídico atende, anualmente, a milhares de consultas, que são formuladas através de carta, pessoalmente ou por telefone, e está instalado no 7º andar. E' diretor desse Departamento o Dr. Mario Toledo de Moraes.

ASSESSORIA JURÍDICA

Este Departamento é exclusivamente técnico e tem como objetivo principal acompanhar o funcionamento da Câmara Municipal, Estadual e Federal, estudando os inúmeros projetos de lei apresentados e opinar sobre a legalidade dos mesmos, sobre o seu alcance e sugerir às entidades de classe as medidas a serem tomadas.

Constituem a Assessoria Jurídica os seguintes assessores: Ruy Barbosa Nogueira, José de Anchieta Nogueira Junior, Oscar Barreto Filho, Rubens Gomes de Souza, Rubens Maragliano, A. F. Cesarino Junior e Francisco de Souza Mattos.

É advogado chefe da Assessoria o Dr. Carlos Alexandre Peão.

Aos auxiliares desse Departamento cabe a incumbência de relacionar e catalogar todos os projetos de lei em curso nas várias Câmaras Legislativas, submetendo, em seguida, ao exame dos Assessores, para posterior pronunciamento.

A todos os associados, que o solicitam, a Assessoria presta esclarecimentos sobre o andamento das várias proposições apresentadas, tanto no Legislativo Federal, como no Estadual e Municipal.

A Assessoria tem como Presidente o Dr. Mario Toledo de Moraes e está instalado no 7º andar.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

Este é um dos mais importantes setores da administração da Federação e Centro das Indústrias.

Através de suas várias seções, estuda o Departamento de Economia Industrial os problemas econômicos, emitindo pareceres sobre os assuntos de interesse da indústria e da economia nacional, ante a solicitação das entidades ou de firmas associadas que a ele recorrem.

Destacam-se, dentre suas atividades, as referentes à sua colaboração com as várias comissões oficiais incumbidas de opinar sobre problemas de natureza econômica, tanto de âmbito estadual como federal, além de funcionar como assessoria dos representantes da indústria paulista na Comissão Consultiva do Comércio Exterior, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Comissão encarregada de estudar a reforma das Tarifas Alfandegárias, etc. Tem o DEI participado ativamente do estudo dos vários acordos comerciais do Brasil com outros países.

Atualmente, ainda, esse Departamento, um serviço de informações e coleta de material de interesse econômico, um cadastro industrial e um setor especializado em estatística que estão aptos a prestar esclarecimentos a todos os que a procurarem.

O Departamento de Economia Industrial é o responsável pela organização e publicação da revista "SIN", da indústria, que em cada número analisa um dos setores importantes de nossa indústria. Editou e organizou a venda, também, do "Anuário da Indústria", cuja 2ª edição já se encontra em preparativos e que contém 600 páginas, relacionando 13.000 empresas industriais e 2.800 diferentes produtos e grupos de produtos.

Para melhor atender aos associados da Federação e do Centro das Indústrias, possui o DEI uma seção de licenças de importação onde são catalogadas as licenças de importação concedidas, classificadas os artigos e os critérios de importação e prestados todos os esclarecimentos relacionados com esse importante serviço.

Para poder proporcionar maiores facilidades para estudos, possui uma Biblioteca especializada em economia, cujo acervo atinge a quase 2.000 volumes.

O Departamento de Economia Industrial está instalado no 7º andar do Palácio Mauá. E' seu diretor responsável o Dr. Manoel Garcia Filho, vice-presidente da FIESP.

ASSESSORIA ECONÔMICA

Este é um dos órgãos técnicos mais novos e que colaboram com a Administração da Federação e Centro das Indústrias. Dentro de seu campo de atividades a Assessoria Econômica estuda os projetos de lei e todos os assuntos de interesse econômico surgidos e apresenta suas sugestões e conclusões. Para garantia de sua atividade, possui essa Assessoria, que é presidida pelo Dr. Manoel Garcia Filho, um ótimo corpo de estudiosos de economia e finanças. São assessores os srs. Jorge Martins Rodrigues, Hélio Ferreira Lima, Helio Schillinger Silva, Geraldo Banas, Mozart Emílio Pereira, Olavo



PALÁCIO MAUÁ, onde, juntamente com o Instituto de Engenharia, tem sede a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

tério da Justiça, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Recebedoria do Distrito Federal, etc.

E' Diretor do Departamento o sr. Artur Cortes Laxe e seu chefe o sr. Mario Jorge. Está instalado no 3º andar do Palácio Mauá.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

Este é um dos mais importantes setores da administração da Federação e Centro das Indústrias.

Através de suas várias seções, estuda o Departamento de Economia Industrial os problemas econômicos, emitindo pareceres sobre os assuntos de interesse da indústria e da economia nacional, ante a solicitação das entidades ou de firmas associadas que a ele recorrem.

Destacam-se, dentre suas atividades, as referentes à sua colaboração com as várias comissões oficiais incumbidas de opinar sobre problemas de natureza econômica, tanto de âmbito estadual como federal, além de funcionar como assessoria dos representantes da indústria paulista na Comissão Consultiva do Comércio Exterior, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Comissão encarregada de estudar a reforma das Tarifas Alfandegárias, etc. Tem o DEI participado ativamente do estudo dos vários acordos comerciais do Brasil com outros países.

Atualmente, ainda, esse Departamento, um serviço de informações e coleta de material de interesse econômico, um cadastro industrial e um setor especializado em estatística que estão aptos a prestar esclarecimentos a todos os que a procurarem.

O Departamento de Economia Industrial é o responsável pela organização e publicação da revista "SIN", da indústria, que em cada número analisa um dos setores importantes de nossa indústria. Editou e organizou a venda, também, do "Anuário da Indústria", cuja 2ª edição já se encontra em preparativos e que contém 600 páginas, relacionando 13.000 empresas industriais e 2.800 diferentes produtos e grupos de produtos.

Para melhor atender aos associados da Federação e do Centro das Indústrias, possui o DEI uma seção de licenças de importação onde são catalogadas as licenças de importação concedidas, classificadas os artigos e os critérios de importação e prestados todos os esclarecimentos relacionados com esse importante serviço.

Para poder proporcionar maiores facilidades para estudos, possui uma Biblioteca especializada em economia, cujo acervo atinge a quase 2.000 volumes.

O Departamento de Economia Industrial está instalado no 7º andar do Palácio Mauá. E' seu diretor responsável o Dr. Manoel Garcia Filho, vice-presidente da FIESP.

ASSESSORIA ECONÔMICA

Este é um dos órgãos técnicos mais novos e que colaboram com a Administração da Federação e Centro das Indústrias. Dentro de seu campo de atividades a Assessoria Econômica estuda os projetos de lei e todos os assuntos de interesse econômico surgidos e apresenta suas sugestões e conclusões. Para garantia de sua atividade, possui essa Assessoria, que é presidida pelo Dr. Manoel Garcia Filho, um ótimo corpo de estudiosos de economia e finanças. São assessores os srs. Jorge Martins Rodrigues, Hélio Ferreira Lima, Helio Schillinger Silva, Geraldo Banas, Mozart Emílio Pereira, Olavo

EXPANSÃO SOCIAL

Cabe a este Departamento a divulgação dos serviços prestados pela Federação e Centro das Indústrias e a consequente campanha para aumento do seu quadro social. Além desse serviço mantem o Departamento de Expansão Social uma seção encarregada das informações econômicas aos associados e as firmas e organismos do exterior que solicitam.

Mantém, também, um serviço de cadastro, cuja atualização está se processando rapidamente.

E' chefe do Departamento o sr. Vicente Frederico e Diretor o Dr. Sylvio Brand Corrêa.

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO

Para atender aos interesses da indústria junto das Repartições da Capital Federal, encaminhando documentos remetidos pelas entidades, bem como acompanhando tudo quanto diga respeito às indústrias de São Paulo, é mantida naquela cidade um escritório, que serve de ponto de reunião dos industriais bandeirantes que demandam o Rio de Janeiro. Esse escritório tem prestado muito serviço à Federação e Centro das Indústrias, mantendo os diretores em São Paulo sempre a par do movimento de assuntos de interesse da classe.

E' Diretor do Escritório, que está instalado à Rua Santa Luzia no 735, 10º andar, o sr. Humberto Reis Costa.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

A esse Departamento cabe o registro de todos os fatos administrativos, obedecendo a determinações técnicas e legais consistentes na execução e controle da contabilização das entidades seguintes: Federação e Centro das Indústrias e 38 Sindicatos da Indústria.

Para se ter idéia do trabalho executado pelo corpo de contadores chefiados pelo sr. Caetano Passato, iremos dar alguns dados em números redondos desse serviço: lançamento de escrituração 25.000; verificação de guias de imposto sindical 28.000; organização de propostas organizacionais 40; organização de Balanços mensais analisados 480; organização de Balanços do exercício com as respectivas análises, além de escrituração completa de 39 diários e 40 rádios.

E' Diretor desse Departamento o sr. Mario Di Pino.

DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO E DESPESA

A esse Departamento cabe a função de executar e controlar o sistema financeiro das entidades, promovendo consequentemente a realização da Receita e o controle da Despesa das entidades. Além dessas funções específicas presta o Departamento de Arrecadação e Despesa serviços de caráter assistencial, promovendo a cobrança de mensalidades dos sindicatos aqui sediados, bem como o controle da arrecadação do imposto sindical dos mesmos.

Para a execução desses serviços, esse Departamento possui as seguintes seções: Chefiatura, controles financeiros, controle de arrecadação do imposto sindical, cobrança de mensalidades, compra, armazenamento, cadastro fiscal e serviços mecanizados.

E' Diretor desse Departamento o sr. Mario Di Pino, e a chefia está afeta ao sr. Caetano Passato.

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO SOCIAL

Cabe a este Departamento a divulgação dos serviços prestados pela Federação e Centro das Indústrias e a consequente campanha para aumento do seu quadro social. Além desse serviço mantem o Departamento de Expansão Social uma seção encarregada das informações econômicas aos associados e as firmas e organismos do exterior que solicitam.

Mantém, também, um serviço de cadastro, cuja atualização está se processando rapidamente.

E' chefe do Departamento o sr. Vicente Frederico e Diretor o Dr. Sylvio Brand Corrêa.

CENTRO do COMÉRCIO do CAFÉ do RIO DE JANEIRO

ARMAZENS PRÓPRIOS, com MÁQUINAS de ENSACAR, REBENEFICIAR, BRUNIR e CATAR CAFÉ

CIA. UNIÃO DE ARMAZENS GERAIS

Sede: SANTOS

Filial no RIO DE JANEIRO — Rua Visc. de Inhaúma, 39
3.º andar — Tel.: 43-9520 — End. Telegráfico: UNIGERAL

A. VILLELA — CAFÉ S. A.

COMPRADORES E EXPORTADORES DE CAFÉ

RUA CONSELHEIRO SARAIVA, 28 — SOBR.

Telefone 23-3078 — End. Teleg. "NEVIL" — C. Postal 988
RIO DE JANEIRO

Cia. São João de Armazens Gerais

ARMAZEM 13-A

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 303 — Telefone 43-4715

Escritório: RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 39 - 2.º andar - Sala 1

Telefone 43-5512 — End. Teleg.: "EXPRO"
RIO DE JANEIRO

ARMAZENS GERAIS RIO-MINAS S. A.

SERVIÇOS DE ARMAZENAGENS — ADIANTAMENTOS DE DESPESAS — EMISSÃO DE WARRANTS — CONSIGNAÇÕES

Escritório: AV. RIO BRANCO, 20 — 12.º andar — Telefone: 43-1288

Armazens: RUA PEDRO ALVES, 122-124-126 — Telefones: 23-6015 - 43-7921

Endereço Telegráfico: "RIOMINAS" — RIO DE JANEIRO

Caixa Postal 4200

ED. FIGUEIRA & C.

Comissários e Exportadores de Café

SUCESORES CASA JOÃO PAULO

FUNDADA EM 1887

Armazem: RUA CEL. PEDRO ALVES, 108

Endereço telegráfico: "JORA" — Caixa Postal 483 — Tel. 43-6222
RIO DE JANEIRO

Escritório: AV. RIO BRANCO, 20 — 12.º andar

MACIEL GOMES S. A.

COMISSARIA — EXPORTADORA

Exportação de café

RUA DA QUITANDA, 187-A — 1.º ANDAR

Tele. gram.: Rubiacea fone 43-9382

RIO DE JANEIRO — Código: ACME — BRASIL

ABREU FILHOS

EXPORTADORA E IMPORTADORA S/A

COMISSARIA E EXPORTADORA DE CAFÉ

Rua Visc. de Inhaúma, 64 - 5.º andar — Tels.: 23-4520 e 23-5386

Caixa Postal 1569

Armazens: Praça Marechal Hermes, 56 — Telefone: 43-2277

End. Tel.: SANRIO — RIO DE JANEIRO

Exportadora Café do Brasil Ltda.

Exportação de Café

AVENIDA RIO BRANCO, 18 — 18.º ANDAR

Endereço Telegráfico: "ITORORO" — Telefone: 23-5312
RIO DE JANEIRO

ARMAZENS GERAIS DOS ESTADOS S. A.

CAFÉ — MERCADORIAS DIVERSAS

Telefone: 43-7789 — 43-7258 — Telegramas: "ARGESTADOS"

Escritório: AV. RIO BRANCO, 39 — Salas 1608 - 1609

Armazens: RUA PEDRO ALVES, 41/43 — RUA ESCOBAR, 40/42
RIO DE JANEIRO

BARBOSA & MARQUES S. A.

IMPORTADORES DE FERRAGENS E MATERIAS PRIMAS P/ SABOARIAS

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CARANGOLA, GOVERNADOR VALADARES, ITAMBACURI, ESPERA FELIZ, CARATINGA, SANTA MARGARIDA e VOLTA GRANDE — E. DE MINAS GERAIS

FABRICA S

Sabão — Massas Alimentícias — Santa Luzia

Santeiga — "PAIVA" — Queijos "REGINA"

Refinação de Açúcar — Armazem de Man. timentos e Molhados por Alacado.

Rua Visc. de Inhaúma, 58 — 4.º andar — Salas 406-408 — End. Telegráfico: "BARQUES"
RIO DE JANEIRO

Telefone 43-8418

EXPORTADORES DE CAFÉS FINOS

COMPANHIA BRASILEIRA DE CAFÉ

MATRIZ:

RUA VISC. DE INHAÚMA, 38 - 8.º

Telefone: 43-3390 — RIO DE JANEIRO

Filial: RUA 15 DE NOVEMBRO, 72 - 1.º

Telefone: 6-230 — SANTOS

MARCELINO MARTINS FILHO & CIA.

EXPORTADORES DE CAFÉ

RUA CONS. SARAIVA, 24 — sobrado — Fone: 32-2324
RIO DE JANEIRO

Matriz: SANTA BARBARA (Estado do Rio)

SUCURSAIS

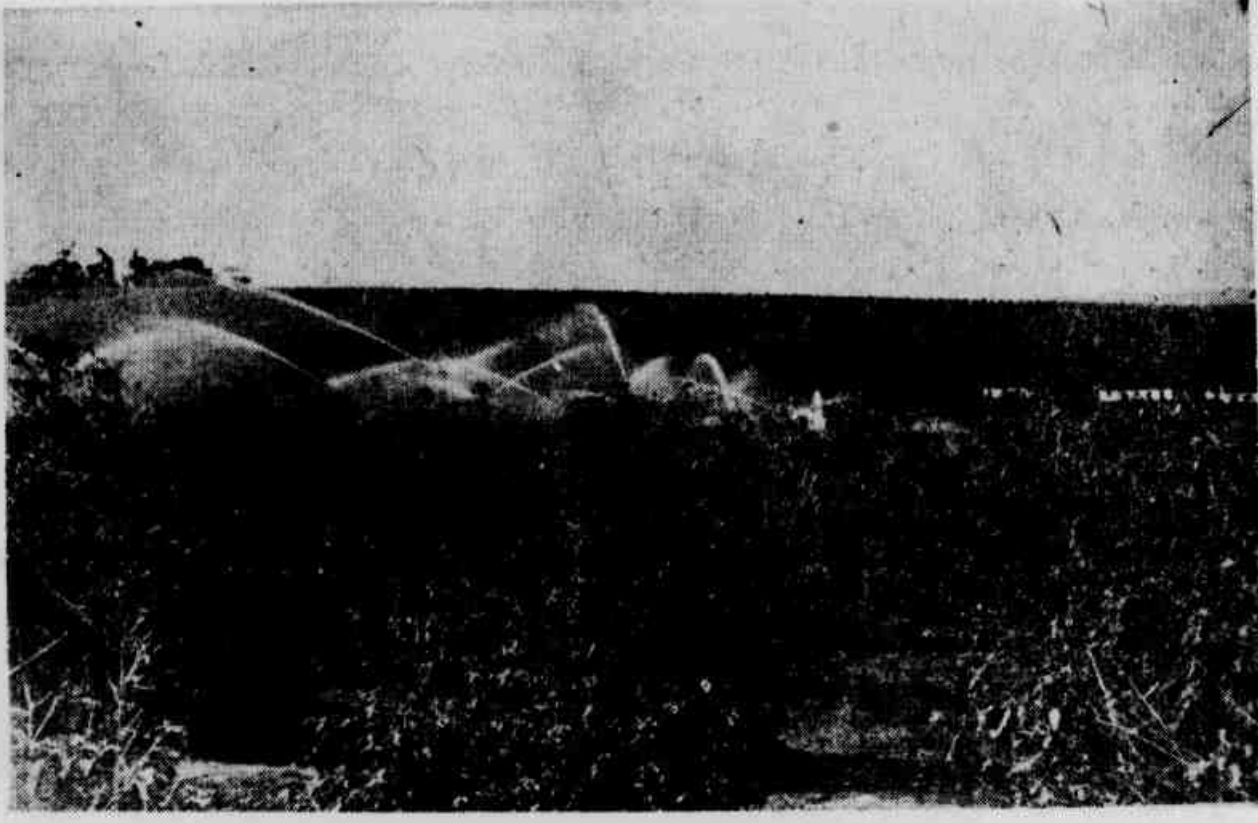
Estado do Rio: — Campos — Murundu — Santa Maria — Cardoso Moreira

Espirito Santo: — Vitória — Itapemirim — Mimoso do Sul

Minhaussu — Estado do Paraná



"COM O PROLONGAMENTO DA CARÊNCIA DE ÁGUA, AS FOLHAS EMPALIDECEM E, POR ÚLTIMO, UMA A DRA, GRADUALMENTE, CAEM AO CHÃO, DESPIDO COMPLETAMENTE O CAFEZEIRO" — A fotografia mostra dramaticamente a situação a que ficaram reduzidos os cafezais paulistas, um grande área de 1944. (Da coleção do Dr. José Estevam Teixeira Mendes, Chefe da Seção de Café, do Instituto Agronômico).



"Irrigação e adubação, as duas armas que se completam, e a paz de transformar os campos de fome e sede, a que estão sujeitos milhões de cafeeiros, ainda potencialmente produtivos, na apoteose gloriosa da restauração". Fotografia de irrigação de cafezal em fazenda do sr. Salvo Pacheco de Almeida Prado, grande cafeicultor paulista. (Da coleção da Seção de Café, do Instituto Agronômico).

"Foi em março, ao findar das chuvas,
Que a terra, em sede requemada,
Bebera longamente as águas da estação". . .

(Da poesia "O Caçador de Esmeraldas", de O. BILAC).

O insigne poeta paulista, na agudeza de sua percepção intuitiva, eternizou em estrofes singelas uma importante característica climática do Estado de São Paulo.

Março é o final das chuvas. Inicia-se a seca, que se estende por um longo período estival de 6 meses, de abril a setembro. Em outubro as chuvas voltam e até março estabelecem a estação das águas. O vai-e-vem da distribuição das chuvas não é constante; dilata-se uma estação, contrai-se outra, segundo caprichos ainda desconhecidos na sua essência. Porém, baseado num período suficientemente longo de observações, a meteorologia consegue fixar em termos de "normais, máximas e mínimas", os traços caprichosos do tempo. Precipitação, temperatura e insolação têm sido as observações mais usuais no sentido de definir o clima.

De acordo com os mais recentes estudos meteorológicos, conforme dados já citados pelo ilustre governador prof. Lucas Nogueira Garcez, em brilhante conferência inaugural dos trabalhos do 2.º Congresso Panamericano de Agronomia, recentemente realizado em Aguas de São Pedro, 82% da precipitação total anual média de 1.235 milímetros, ocorre de outubro a março, no planalto paulista e seus vales interiores, com uma média mensal de 189 milímetros. Os restantes 18%, distribuídos nos seis meses estivais, de abril a setembro, correspondem a uma precipitação média mensal de apenas 36 milímetros. A chuva abunda num período e escasseia em outro. É a sazonalidade, marcante característica climática de nosso Estado.

De acordo ainda com a mesma fonte citada a estimativa média anual das exigências de evapotranspiração (transpiração das plantas mais a evaporação do solo) é da ordem de 1.080 milímetros, 61% dos quais distribuídos no período de outubro a março, com uma média mensal de 110 milímetros, e os restantes 39% no período de abril a setembro, com média de 70 milímetros mensais. Comparando-se as médias de precipitação com as de exigências de evapotranspiração, chega-se à conclusão que no período chuvoso há um excedente mensal médio de 50 milímetros, enquanto no período estival há um déficit mensal médio de 34 milímetros. Caracteriza-se pois em termos numéricos, uma triste

realidade para São Paulo — mais do que escassez de chuvas, há falta de água para mitigar a sede das plantas!

Como explicar então que em condições climáticas normalmente adversas do período estival, possa o cafeeiro sobreviver nos espigões paulistas? Por essa razão o apelidaram de Zebu da lavoura. O sistema radicular do cafeeiro se aprofunda no solo e explora, no espigão, o lençol freático de 16 palmos, um volume de terra de mais de 15 metros cúbicos, que lhe proporciona cerca de 1.500 litros de água útil armazenável nos interstícios capilares do solo. Podendo extrair do solo cerca de 100 milímetros de água, sem prejudicar a sua ventilação, tem condições para tolerar 3 meses de déficit normal, encontrando-se porém em julho no limiar de um drama, quando se inicia a verdadeira seca prejudicial, que é a ocasionada pela deficiência de água no solo.

Aparecem os primeiros sintomas fisiológicos de falta de água: perdem o vigor e murcham as folhas novas, primeiro, depois as mais velhas. Com o prolongamento da carência de água, as folhas empalidecem e por último uma a uma, gradualmente, caem ao chão, despidendo completamente o cafeeiro. Mesmo desfolhado, com as varas apontando para o céu inclemente, o cafeeiro aguarda sofrido, com uma chuva ocasional que entumece os botões da florada que se não abriam, ainda. E num determinismo biológico ainda não compreendido, 8 a 13 dias depois da

ocorrência de chuva, estoura a florada. O ambiente desolado temporariamente se transforma, plântido em brancos flocos e um mavioso perfume se desprende, atraindo abelhas e outros insetos para realizar a polinização. Das flores fertilizadas desenvolvem-se os chumbinhos, inicialmente à custa de reservas da própria planta. A carga pode ser inicialmente promissora, mas não há com que sustentá-la, pois faltam as folhas, órgãos vitais à elaboração da seiva tão necessária para manter o desenvolvimento dos frutos. Com as primeiras chuvas de outubro, principiam a brotar as folhas e os ramos, veste-se novamente o cafeeiro, volta o verde carregado a colorir os espigões, mas grande parte dos chumbinhos foi sacrificada. O pequeno número de frutos que consegue permanecer no pé fica abrigado na folhagem protetora, pressurosa de vingá-los. O cafeeiro, novamente vestido, alimenta novas esperanças. E fica-se novamente a aguardar a marcha de um tempo mais favorável, para o próximo ano, o qual pode ser outro de ilusões desfeitas.

Dada a natureza fisiológica do cafeeiro, que frutifica sempre na palma formada no ano anterior, o efeito da seca de um ano faz-se sentir em dois anos de colheita. As secas violentas promovem também a morte de ramos e galhos, condição que afeta as plantas mais permanentemente. O cafeeiro, batido seguidamente pela seca, perde corpo, diminuindo a sua capacidade potencial de produzir. A menores colheitas correspondem menores lucros, a estes menos estímulo ao bom trabalho. As adubações serão feitas a intervalos maiores e por último esquecidas. Logo mais, não será apenas o drama da seca a fustigar a vida do cafeeiro.

Infelizmente, na grande maioria das lavouras de café do nosso Estado, fome e sede do cafeeiro têm trilhões de mãos dadas os nossos cafezais, apressando a sua decadência. Formam um vínculo vicioso que somente poderá ser destruído, atacando-se por igual com a força rija

da técnica agronômica. O meio termo é imperioso, justificável em casos de impossibilidade apenas. Irrigação e adubação, as duas armas que se completam, capazes de transformar os dramas de fome e sede, a que estão sujeitos milhões de cafeeiros, ainda potencialmente produtivos, na apoteose gloriosa da restauração.

Interessantes estudos feitos para 14 municípios cafeeiros do Estado de São Paulo, revelam que o efeito da água e tanto mais eficiente, quanto maior o potencial produtivo dos cafezais. Assim e que nos municípios com médias mais elevadas de produção, o acréscimo da produção e maior por acréscimo de chuva. Estes sofrem também mais violentamente o efeito das secas. Isso demonstra maior vitalidade do cafeeiro, atestada pela sua maior sensibilidade aos fatores externos. Aos municípios de baixa média de produção e também baixo o acréscimo de produção em relação ao acréscimo de chuva. Sofrem menos com as secas, o que é natural, pois são lavouras em que a água, nos cafezais ruins, deixa de ser fator limitativo da produção, consubstanciando o conceito generalizado entre os técnicos, de que a irrigação é uma prática aconselhável para as melhores lavouras. A intuição de muitos bons lavradores, que se tornaram pioneiros da irrigação de café, já lhes ensinara aquilo que os técnicos procuram consubstanciar através de dados pacientemente coligidos e analisados. Outros lavradores, no entanto, podem ser guiados pelo raciocínio, muitas vezes falso, que lavouras menos produtivas estariam a necessitar de um socorro mais urgente, de um remédio eficaz, como se a irrigação fosse um agente milagroso na recuperação de lavouras, francamente decadentes, cujo potencial produtivo já não responde mais às excitações externas. Neste caso, calhará bem a advertência, feita em 1894, pelo sábio Dufart, em relatório do Instituto Agronômico: "Não se pode exigir que estruturas químicas transformem o cafeeiro velho, e já quase morto, em um desses lindos arbustos de 13 e 15 anos, que deslumbram a vista pela força de sua vegetação". Calha bem mesmo a advertência, pois a água, além de alimento que constitui-se no único veículo de transporte, do exterior, para o interior das plantas, dos demais alimentos que lhes são igualmente necessários.

Em virtude da posição de nossa costa marítima e suas montanhas, que interceptam os ventos úmidos provenientes do mar, das massas de ar frio que no inverno sopram do norte, e do acréscimo geral de temperatura que se verifica para o interior, parece haver uma tendência definida da intensidade e frequência das secas aumentarem, no planalto paulista, com rumo norte e noroeste, apontando para o sul de Minas e norte de Mato Grosso. Enquanto a região de Campinas goza de um inverno de temperaturas amenas e distribuição relativamente boa de chuvas a região de Ribeirão Preto apresenta-se normalmente mais seca, no estio, em que a pior distribuição de chuvas se aliam temperaturas mais elevadas, resultando em maiores deficiências de água para os cafezais. A constância da diversidade climática dessa região, leva a supor que não há um ano realmente bom para a lavoura de café, mas sim menos ruim ou pior que o antecedente. Aqui também parece ter funcionado a intuição de nossos lavradores, explicando porque foi instalada, naquela região, maior número de aparelhos de irrigação do que em qualquer outra do Estado de São Paulo. E não é também mera

coincidência que os primeiros aparelhos tenham funcionado na faixa de latitude daquela região, compreendendo toda a vasta zona da alta Araraquarense, alta Paulista e alta Mogiana. Se um polígono das secas fosse traçado no Estado de São Paulo, mais de 80% de nossa área agrícola estaria nele contida, abrangendo quase a totalidade de nossos cafeeiros. O problema das secas existe, de um modo geral, em todo o nosso planalto e vales interiores, sendo porém numas regiões mais importantes do que em outras. Se na região de Campinas, cerca de 30% dos anos de demanda a irrigação dos cafezais, na região de Ribeirão Preto, segundo indicam as estimativas de deficiência de água, todos os anos a irrigação seria necessária.

Experiências de irrigação pela aspersão de cafezal, já instaladas pelo Instituto Agronômico, nas estações experimentais de Ribeirão Preto e Pindorama, revelam que mesmo num inverno tão favorável para o cafeeiro, como o foi o de 1933, a irrigação não teria sido dispensável. Os cafeeiros irrigados apresentaram aspecto vegetativo melhor e cargas mais promissoras, sendo que as primeiras colheitas já prenunciavam o acréscimo dos cafeeiros à quantidade adicional de água que os beneficiariam. Estas experiências, planejadas por uma equipe de técnicos que trabalham em estreita colaboração, têm por objetivo elucidar certos aspectos da irrigação do cafezal, de grande interesse prático.

Assim, por exemplo, estão sendo investigadas questões que se relacionam com a adubação, quantidade de água e época de aplicação. Tratamentos de adubo verde e matéria orgânica, de adubações químicas completas, em diferentes dosagens, estão sendo comparadas em combinações de diferentes quantidades de água e épocas de aplicação. Esta tentativa para encontrar respostas que venham beneficiar aquele contingente enorme, de lavouras cansadas, que ainda alimentam esperanças de recuperação. Outras experiências, de irrigação de lavouras novas, a serem formadas, estão planejadas e os passos preliminares para a sua instalação, ainda este ano em 4 das principais estações experimentais do Instituto Agronômico, já foram tomadas. Novos equipamentos de irrigação serão adquiridos para esse fim, com os recursos a serem obtidos através de uma frutuosa colaboração entre a Secretaria da Agricultura e o Instituto Brasileiro de Café, a testa do qual se encontra o técnico de ampla visão que é Pacheco e Chaves.

Os estudos conduzidos nos 14 municípios cafeeiros do Estado de São Paulo parecem, definitivamente, indicar que as exigências médias mensais de água do cafeeiro, nos meses de julho, agosto e setembro, situam-se entre 80 e 90 milímetros. Estas exigências estão estritamente associadas à temperatura média e, em menor grau, à insolação, do que se desprende que normalmente, em julho, as exigências sejam menores do que em agosto e estas menores do que as de setembro. Nos meses mencionados, aplicações de água à base de 70 milímetros mensais, descontando-se as chuvas eventualmente caídas, não promoveram perda de água por infiltração profunda, fora do alcance do sistema radicular dos cafeeiros, conforme é atestado pelo controle de umidade do solo feito antes e após as aplicações de água. Este fato contraria opinião mais ou menos difundida e alardeada, de que a irrigação promoveria um maior fluxo de água no lençol freático, favorecendo a alimentação de ácidos e garantindo a permanência das fontes de água subterrâneas. Nas condições climáticas normalmente adversas de nosso planalto e vales interiores, as deficiências de água são grandes de mais para que as aplicações deficitárias, geralmente

computadas à base de 25-35 milímetros mensais, cubram os "déficits" de água do solo e sobremaneira para o lençol freático, maximizem em se considerando que há, ainda, perdas substanciais de água durante e logo após as aplicações. Verificou-se por exemplo, aplicações da ordem de 15 milímetros, feitas em dias quentes, resultaram em pequeno acréscimo da umidade do solo, em amostragens procedidas três dias após as irrigações.

A eficiência da aplicação de água e, portanto, o rendimento da irrigação, aumentam na proporção direta da diminuição das perdas. Não podendo ser completamente eliminadas na prática, porém, e devem, no entanto, ser reduzidas a um mínimo. Como recurso para promover a redução das perdas seria vantajoso, para os equipamentos atualmente em uso, observar-se as seguintes regras: 1) — evitar irrigações nas horas mais quentes do dia; 2) — evitar aplicações leves ou seja estabelecer como mínimo de aplicação cerca de 30 milímetros; 3) — adotar espaçamentos de aspersores que proporcionem intensidades de aplicação da ordem de 12-15 milímetros/hora. A adoção dessas regras trás como consequência uma redução da área irrigada, uma desvantagem aparente apenas que, afinal, redundaria em maiores vantagens. Tanto na irrigação como na adubação há um paralelismo precioso que na prática não pode ser subestimado, sendo amplamente aceito pelos técnicos de café, que é melhor tratar mais convenientemente de uma área menor do que, na impossibilidade de um trato melhor, diluí-lo em milagres inexpressivos a que as grandes áreas forçosamente submetem por pé de café. Outra vantagem da aplicação das regras acima seria a de permitir maior durabilidade dos equipamentos, permitindo-lhes também mais tempo para que possam processar-se sem atropelos. Um outro meio mais eficaz de redução das perdas de água, seria o da irrigação noturna, à qual está estritamente associada a técnica da irrigação lenta, já amplamente usada na Europa. Esta técnica consiste no emprego de aspersores de baixa precipitação, da ordem de 4-6 milímetros por hora, que funcionariam ininterruptamente durante toda a noite. A vantagem geralmente apontada é a de que proporcionaria uma economia de mão de obra, mas, de outro lado, deixaria maior quantidade de equipamento com a consequente elevação do custo inicial. Outra vantagem que lhe é apontada, seria a de proporcionar proteção aos cafeeiros contra a geada, na Itália e outros países, revelam que proteção eficiente só é obtida na área irrigada quando aspersão ininterruptamente, desde o início do congelamento até o descongelamento completo, pelo calor do sol, o que envolveria período de 8-11 horas de trabalho, e portanto, aplicações de água da ordem de 32 a 64 milímetros.

Como as noites de geada podem suceder-se a intervalos curtos, compreende-se que muita água seria necessária e acúdes maiores deveriam ser planejadas para que, posteriormente não faltasse água igualmente necessária para a defesa do cafezal contra a seca. Para evitar os inconvenientes do desperdício de água, aspersores especiais de precipitação ainda mais baixa, da ordem de 2 milímetros por hora, parecem ter sido já construídos na Itália, conforme se desprende da leitura de trabalhos apresentados no Congresso Internacional de Irrigação pela Aspersão, realizado na cidade de Verona. Outra consideração oportuna que não deve ser ignorada, é que sendo os equipamentos de irrigação de cafezal projetados para cobrir a área a ser irrigada dentro de um período global de 20 a 30 dias, cada dia irrigando portanto uma fração respectiva da área, somente a fração irrigada na noite da geada ficaria devidamente protegida. O restante da área, ou seja aproximadamente 95% do total, ficaria exposta, sem nenhuma proteção. Parece pois lógico supor que, nas condições atuais, seria praticamente

impossível consorciar os objetivos da irrigação de cafezal e combate à geada. As dificuldades são menos de ordem técnica do que econômicas e, aparentemente, seriam eliminadas quando a cultura extensiva de café fosse banida e surgisse, em seu lugar, o tipo decantado "pomar de café", com o qual tanto o senhorado Estevam Teixeira Mendes e que Adolfo Chebabi procura tornar realidade, no seu modesto porém já prestigiado sítio de beira de estrada, nas proximidades de Campinas.

Na irrigação do cafezal, em escala extensiva como está sendo praticada no Estado de São Paulo, um problema de capital importância para assegurar o êxito da irrigação, é o que se relaciona com o controle de aplicação de água. Já foi previamente mencionado que é conveniente reduzir a área a ser irrigada para que um menor número de cafeeiros possa beneficiar-se de mais água no tempo em que mais a necessitem. Mas como saber na prática, nesta ou naquela lavoura, o momento oportuno de aplicação? A resposta por enquanto só pode ser encontrada através de manutenção de um balanço de água do solo, o qual consiste num processo que permite conhecer, num dado instante, qual a situação da água ainda disponível nas plantas numa camada, da qual se sabe a espessura. É a que se investiga, mais recente, é a de determinar a evapotranspiração, isto é a parte de água que sob a forma de vapor é devolvida à atmosfera através dos fenômenos de transpiração das plantas e evaporação do solo. Em ambos os casos grandes progressos estão em curso. Aparelhos simples de determinação de umidade do solo já existem no mercado, porém demandam calibração para o tipo particular de solo em que serão utilizados. Algumas fórmulas de evapotranspiração foram também obtidas e permitem estudos de ordem geral, até que sejam comprovadas ou devidamente modificadas para aplicação em nosso meio. Todos esses processos estão sendo objeto de cuidadosa experimentação no Instituto Agronômico. Qualquer que seja o processo eventualmente adotado, para o controle da irrigação em escala extensiva, nos cafezais paulistas, o seu êxito não dependerá da necessidade de manter uma equipe de técnicos, especialmente treinada, para dar a devida assistência ao lavrador.

De acordo com Thornthwaite, o autor de um dos métodos de evapotranspiração, nos bons solos agrícolas, cerca de 10 milímetros de água disponível do solo podem ser devolvidos à atmosfera, sem que numerosas culturas de campo (field crops) manifestem sintomas de deficiência de água. Esta hipótese, verificada num número ainda limitado de solos e culturas, parece ajustar-se muito bem para o cafeeiro, nos três tipos principais de solos de nosso Estado e que são o "massapé" (terra roxa) e o "arenito Bauru" (terra arenosa), conforme constatações preliminares já feitas em ensaios de irrigação de café. Situações nestes dois últimos tipos de solo, Determinações de capacidade de armazenamento de água disponível, nestes tipos de solo, nas camadas mais intensamente exploradas pelo cafeeiro revelam, também, resultados semelhantes, contrariando opinião generalizada que nos arenitos essa capacidade seria muito inferior à da roxa. Agora variações externas na capacidade de armazenamento de água disponível, dos solos, tudo leva a crer que o problema das secas, nos nossos cafezais, está intimamente associada a fatores preponderantemente climáticos. E aqui se poderia filosoficamente repetir as estrofes do poeta: "Foi em março, ao findar das chuvas..."

ADUBO COMPLETO

Superconcentrado

Superpoderoso

Nitrofoska BASF

Famoso fertilizante mundialmente conhecido.

Eficiente! Econômico! Extraordinário!



REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES:
RIO DE JANEIRO: "Quimicolor", Cia. de Corantes e Produtos Químicos.
SAO PAULO: Fernando Hackradt — Adubos e Cores S.A.
PORTO ALEGRE: Bromberg Comercial S.A.
RECIFE: Cia. de Produtos Químicos Industriais M. Hamers

BASF

INSETICIDA LIQUIDO

Superconcentrado

Superpoderoso

Perfektan

PARA LAVOURA

PARA PECUARIA

Inseticida para pulverizar, à base de lindane, com 27-28 % ls. Gama, puro em emulsão

"QUIMICOLOR"

COMPANHIA DE CORANTES E PRODUTOS QUÍMICOS

Rio de Janeiro: Av. Rio Branco, 20 - 17.º andar - S. Paulo: R. Boa Vista, 162 - 14.º - Salas 1410/12

LEGITIMA DEFESA DO CAFEICULTOR BRASILEIRO O DISCURSO DE BOSTON

AUTENTICOS BALU ARTES DE NOSSA ECONOMIA CAFEIEIRA NO ESTRANGEIRO

A história da firma "Leon Israel Agricola e Exportadora Sociedade Anonima" — Há quase 50 anos no comercio cafeeiro — Organizações associadas nos Estados Unidos

Leon Israel, Irmãos & Company foi fundada há quase meio século, em 1904. Nessa época, a produção cafeeira tinha assegurada certa estabilidade. Os negócios ligados ao café caminhavam normalmente. Foram fundadores os irmãos Leon Israel, Samuel Israel e A. C. Israel.

Quando veio a primeira guerra mundial a firma sofreu facilmente as dificuldades criadas no comércio cafeeiro, com a situação internacional, graças, principalmente, à sua posição estável e segurança econômica.

Após a guerra, a situação econômica, a qual fôra arrasada, o café tornou seu ritmo normal, apesar da forte queda de 1918.

Medidas postas em prática no governo Epitácio Pessoa, asseguraram, novamente, a estabilidade do mercado cafeeiro.

Em 1924 a firma foi transformada para a razão social de Leon Israel Company.

A situação, criada, inicialmente, nos Estados Unidos, contra o nosso café, teve em seu favor o desconhecimento da situação de nossas lavouras pelo povo norte-americano. Mas, Leon Israel Junior lá estava, esclarecendo, orientando, explicando a todos essa situação.

Sua posição, seus esclarecimentos auxiliaram a superar essa campanha, que, de pronto, apresentou feição política.

O DISCURSO DE BOSTON

Após depor no Senado norte-americano, a 10 de fevereiro deste ano, o sr. Leon Israel Junior, participou de uma reunião de homens de negócios dos Estados Unidos, no New England Export Club Inc., na cidade de Boston, e ali, num discurso que vale por uma defesa das mais felizes do nosso café, esclareceu perfeitamente o assunto.

O discurso foi pronunciado dia 11 de março último.

Transcrevemos, a seguir,

possibilita ser freqüentes dos fabricantes e exportadores daqui.

Enquanto, compramos de nossos vizinhos de América Latina três bilhões, quatrocentos e cinquenta e seis milhões de dólares, valor das importações em 1952 — baseado nos mais recentes e acurados dados — eles compraram de nós três bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões de dólares, valor de nossas produções de diversas qualidades. Assim, está visto que, temos um saldo comercial de vinte e um milhões de dólares, nesta rua de duas mãos. Este saldo é importante para nós, como exportadores. Porém, a situação tem outras implicações.

Por exemplo:

Suponhamos que o chamado boicote do café se torne realidade a tal ponto que o café não fosse importado pelos Estados Unidos. Isto significaria que a América La-

tina seus próprios níveis. Difícilmente se encontra um produto americano, seja ou não negociado no chamado comércio regular, que não tenha uma estrutura artificial de preço acima e além do preço que obtém se a oferta e procura fossem os determinantes. Contudo, constantemente estamos testemunhando uma tempestade numa cafeteira porque não há café suficiente nas sobras exportáveis dos cafés de nossos vizinhos plantadores para suprir a procura mundial, procura essa, que provém do aumento da população e da recuperação econômica de outras nações, que foram ajudadas a recuperar com dólares americanos. Tudo isto, além do enfraquecimento de uma safra do maior país produtor.

Se houvesse uma tempestade de aréia em Oklahoma ou Kansas, ou uma enchente na Inglaterra ou Holanda, seriam como erros humanos — os primeiros a compreender, e condão, enviar auxílio em dinheiro e trabalhadores a fim de remediar a situação. Porém, quando várias centenas de milhares de plantadores de café vão a falência devido a uma safra pobre, após 5 anos de trabalhos árduos e a produção de café ali além da procura mundial, e consequentemente há mais compradores do que vendedores, e o preço é forçado a alta, clamor levanta-se de um extremo ao outro do país. Uns gritando por controle, outros que deveria haver uma lei, outros queixando-se de que especuladores estão forçando a alta.

Gostaria neste ponto de explicar-me um pouco sobre os fatores da lei de oferta e procura e dizer-vos algo dos problemas dos fazendeiros de café no Brasil. O ano da safra cafeeira começa em 1.º de julho e termina em 30 de junho. De alguns dias de superprodução, o café na década 40-50, entrou em nova era, a de subprodução. Todos nos lembramos dos desastrosos dias de 1930-40 e enquanto estavam vendendo algodão, matando porcos etc., o Brasil queimava café. Casualmente, gostaria de dizer ainda uma vez que parece haveremos esquecido completamente, que o Brasil fez um presente às forças armadas aliadas em 1944, de quatrocentas e tantas mil sacas de café.

"STOCKS" NO BRASIL

Em 1949, os excedentes "stocks" pertencentes à então existente Agência do Governo Brasileiro estavam esgotados e o mundo não podia mais contar com esses stocks excedentes em caso de emergência e teria daí em diante que depender da produção mundial para suprir suas necessidades. Enquanto que na década 1930-40, a natureza favoreceu ano após ano, os países produtores, e as safras foram generosas, durante a última parte da década seguinte e assim até 1950, a natureza foi a maior parte das vezes prejudicial. Secas e mais secas, ventos frios durante as floradas, a broca e finalmente a geada no último 4 de julho, Junho de 1953 viu as arvores de café no Brasil em condições saudáveis e todos os prognósticos indicavam boas possibilidades para a primeira safra brasileira após guerra de vinte milhões de sacas. Antes do golpe da geada em 4 de julho, o suprimento de café mostrava-se seguinte: "Carryover stocks" de 3 milhões de sacas, mais a safra 1953-4, ou safra corrente, de então calculado suprimento de 16 milhões de sacas. De outro lado, a procura. Provável exportação de 15-12 milhões de sacas, deixamos um "carryover" em 30 de junho de 1954 de 3-1/2 milhões de sacas com a safra começando em 1.º de julho de 1954.

No fim de novembro último, o quadro mudou. A safra corrente produziu muito menos do que se esperava, principalmente devido às condições desfavoráveis ao crescimento na última estação e todas as estimativas oficiais ou não, foram revistas para menos. A estimativa oficial do Brasil é agora de 14.000.000 sacas, contra a estimativa revista de 18 de fevereiro de nossa Embaixada Americana: 14 1/2 milhões de

sacas. O panorama da oferta e procura, à luz destas estimativas revistas e após dar efeito às exportações do Brasil, para os primeiros 8 meses do ano de safra, temos a nos confrontar possibilidades para exportação de ligeiramente mais de 4 1/2 milhões de sacas para os últimos 4 meses desta estação da safra. O Instituto Brasileiro do Café calcula que o "stock" mínimo no porto, necessário para conduzir o comércio de exportação é de 1 1/2 milhões de sacas assim, se presumirmos que em 1.º de março havia 4.300.000 sacas e dedubirmos o acima mencionado "stock" mínimo no porto, temos 2.800.000 sacas disponíveis por 4, deixa um total mensal de 700 mil sacas disponíveis para exportação, contra as necessidades normais mundiais de 1.000.000 de sacas. Nenhum alívio pode ser esperado com a vinda da safra 1954 ou seja a safra denominada pela geada, pois esta safra é geralmente calculada abaixo de 14.000.000 de sacas. Muitos cálculos descem até 12.000.000 de sacas.

LAVOIRA BRASILEIRA

Em seguida o sr. Leon Israel Junior faz alguns comentários acerca dos produtores de outras regiões.

Voltando à lavoura brasileira, diz ele:

Agora uns poucos comentários sobre a lavoura do café no Brasil. Através de nossos subsidiários no Brasil, nós possuímos uma fazenda de café e somos seus proprietários desde 1935. Tem aproximadamente 6.500 acres. Toda terra própria para café foi usada para produzir café, totalizando 500.000 pés de café. Nossa experiência através de um período de anos, não tem sido remunerativa. Durante a última parte da década 30-40 quando o tempo foi favorável, esta fazenda produziu safras muito boas, porém, o preço de café existente era tal que somente lucro muito modesto era auferido e antes que qualquer despesa fosse computada, por depreciação ou juros sobre o capital investido.

Eis os nossos resultados para 1953: produziu uma safra de 3.800 sacas e deu prejuízo de Cr\$ 1.125.000,00. O custo da produção tem subido constantemente. O custo total de nossa produção em 1953 foi Cr\$ 6.108.000,00. Em 1946, números comparativos mostravam uma safra de 11.165 sacas. Custo total da produção foi Cr\$ 2.175.000,00 e lucro modesto foi auferido de Cr\$ 2.611.000,00. Em 1953 pagamos aos colonos o contrato de trabalhos anual de Cr\$ 2.650.000 para 1.000 pés, contra Cr\$ 800.000 em 1946. O trabalhador diário em 1953 recebia Cr\$ 35,00 por dia enquanto que em 1946 recebia Cr\$ 12,00.

Suponhamos, novamente, que deixemos de comprar café. Duvide muito que a saúde do povo americano seria grandemente afetada. Duvide que houvesse algum grande levantamento social. Não resistiu a proibição legal de outro tipo de bebida por 14 anos e favoreceu somente um punhado de thugs, gangsters e criminosos. Boicotes de café, ou leis apressadamente concebidas para controlar o jogo livre de nossos mercados poderiam ser efetivadas e impedir nossos vizinhos latino-americanos a procurar outros mercados. Mas boicotes e controles e leis nunca fariam crescer uma libra de café, ou evitar uma geada, ou fazer um cafeeiro amargurar mais obscuros.

Senhores, fiz aqui, algumas conjecturas, como tirar o café do mercado americano. Não creio que tal coisa suceda enquanto houver algum café. Nem acredito que boicote algum, de qualquer consequência, se desenvolverá. O povo americano gosta de café e o comprará a qualquer preço dentro do seu alcance e do razoável. A onda de ressentimento com respeito aos preços mais elevados do café, presente, vem em minha opinião, não tanto porque o café talvez não valha um dólar por libra ou mais, mas porque se divulgou a impressão de que alguém estava obtendo um lucro exorbitante com ele, que havia por conseguinte alguns negócios obscuros.

O presidente dos EE. UU. indicou a Comissão Federal de Comércio para averiguar se havia alguma manipulação no comércio de café. A Bolsa de Café e Açúcar de Nova York, de que eu sou vice-presidente, atualmente, telegrafou a Comissão que apresentaria a investigação e emprestaria toda a cooperação. No momento, a investigação se está processando e todos os dados disponíveis são submetidos aos agentes da Comissão. A Comissão de Agricultura do Senado apressadamente emitiu uma nota (proposta pelo senador Gillette, de Iowa, e todos vós sabeis o que ele pretende) e o Senado a passou sem chamada de votos. Esta nota põe o café

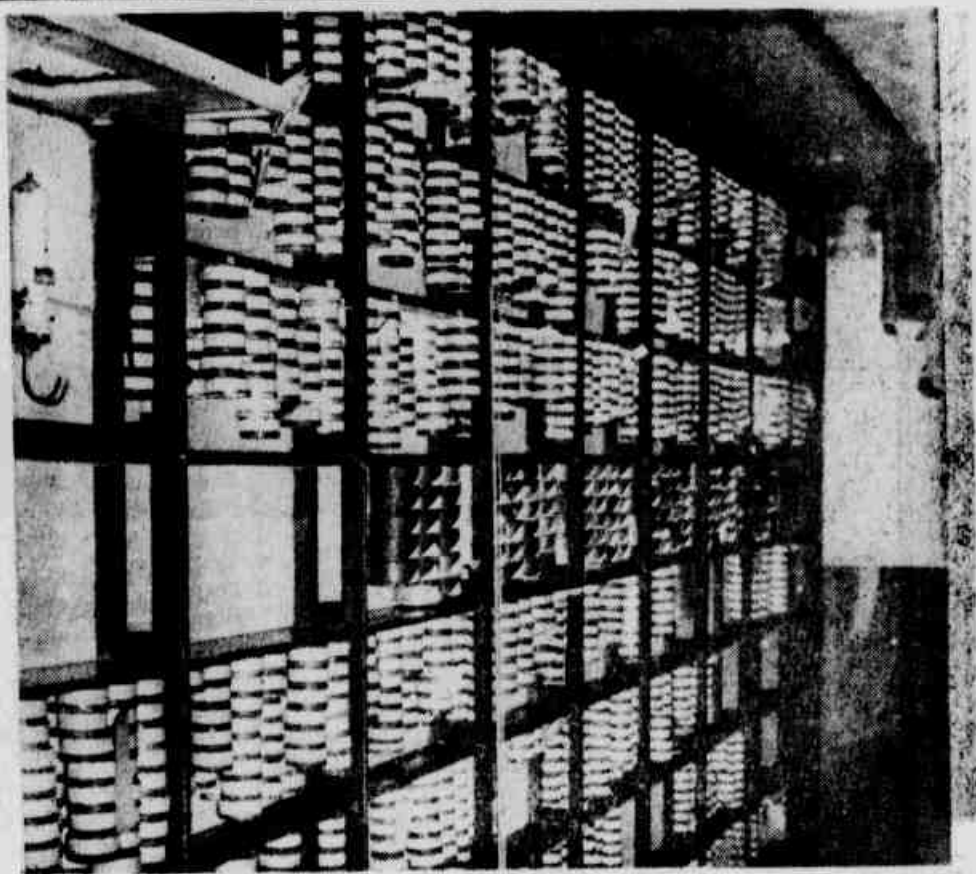
sob a supervisão da Commodity Exchange Authority. Esta nota foi agora encaminhada a House Committee of Agriculture, e várias audiências foram realizadas. Esta comissão, alegro-me de dizer, tem tomado e está tomando o tempo e trabalho para estudar o assunto, e obviamente não pretende apressar um decreto pelo qual prejudicaria o mercado livre do café e teria, e com toda a probabilidade, contribuído para criar maiores flutuações quanto ao futuro.

Prestando declarações perante a Comissão, duas semanas atrás, o sr. Gustavo Lobo Jr., presidente de nossa Bolsa, em resposta a uma pergunta por que os controles não seriam extensivos a uma mercadoria da importância tal como o café, da mesma maneira que é feito para mercadorias domésticas, respondeu: "Em aditamento às razões práticas que já mencionei, nas quais tentei mostrar a diferença entre mercadorias de importação e doméstica, e a impossibilidade de efetivar tal controle, mesmo que fosse necessário, gostaria de acrescentar que a história mostra que as liberdades se perdem pouco a pouco. Se o café for posto sob CEA, sem razões claras e positivas, a próxima passo presumivelmente seria cacau, depois açúcar e então lã, até que todas as mercadorias sejam alcançadas. E então, como há esforços para controlar margens, isso seria o próximo passo e assim o controle do governo seria completo. Controle do governo, de um mercado, cremos, será pernicioso para todos. Providências futuras não deveriam ser tomadas quando fossem prejudiciais ao comércio de mercadorias em seu total. Firmemente acredito que mercados livres são extremamente importantes para manter o fluxo entre produtor e consumidor".

O sr. Lobo foi empurrado por esta exposição, e para mim, como observador naquele tempo, parecia expressar o sentimento da Comissão, independente do partido político, repudiado.

Atualmente, senhores, o presente aumento do preço do café fará mais para corrigir a escassez que qualquer outra coisa que fosse feita. Passar leis e gritar sobre especuladores, não realiza coisa alguma. Um aumento de preço, sim. Deixemos citar um de vossos próprios cidadãos eminentes, autoridade nacional em economia, professor Samuel Slichter de Harvard: "Se especuladores particulares estão usando seus próprios fundos e crédito para fazer subir o preço de uma mercadoria em insuficiente suprimento, suas tentativas em obter lucro natural são efêmeras, sem intenção, de desempenhar um serviço público. O comércio de mercadorias em insuficiente suprimento, necessita de ser desencorajado e a sua produção precisa ser encorajada. Quanto mais prontamente esgotada a produção for, mais a produção se eleva, mais prontamente os ajustes necessários virão".

Senhores, vim aqui a convite vosso para discutir café como nossa maior importação americana. Para vós, como exportadores isto é tremendamente importante, como exportadores também reconhecido e



Aspecto da seção de amostras da "Leon Israel"

\$ 1.335.707.264.

Produtos químicos e correlatos, \$308.449.709.

Alimentos vegetais, produtos e bebidas \$390.144.918.

Fibras têxteis e manufaturas \$253.871.510.

Metal e manufaturas (exceto maquinarias e veículos) \$328.632.905.

Minerais e produtos não metálicos \$197.795.923.

Diversos 164.914.057.

Animais e produtos animais (comestíveis) 123.325.964.

Produtos vegetais (não comestíveis) \$77.560.237.

Madeira e papel 109.772.417.

Animais e produtos animais (não comestíveis) \$28.870.295.

Tudo dito, nessa via de duas mãos que corre entre nós e nossos vizinhos do sul, testemunha a troca anual de aproximadamente 7 bilhões. Estas cifras contam sua própria história da importância do comércio latino-americano para os EE. UU. e para a indústria americana e para situação total do emprego em nosso próprio país. Tiremos o café do quadro e o elo mais importante da corrente estará partido. O café é a principal exportação e a principal safra de dinheiro do Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua e Costa Rica. Está bem alta na lista de safras de dinheiro da Venezuela, Equador, Honduras e República Dominicana. "Café", disse a Comissão de Agricultura e Comércio do Senado americano, em um boletim em agosto de 1950, "é um exemplo perfeito do comércio internacional em uma base sólida, em produto costumeiramente desejado e comprado por um país que não cultiva mas que em troca tem uma variedade de produtos manufaturados para trocar".

Senhores, fiz aqui, algumas conjecturas, como tirar o café do mercado americano. Não creio que tal coisa suceda enquanto houver algum café. Nem acredito que boicote algum, de qualquer consequência, se desenvolverá. O povo americano gosta de café e o comprará a qualquer preço dentro do seu alcance e do razoável. A onda de ressentimento com respeito aos preços mais elevados do café, presente, vem em minha opinião, não tanto porque o café talvez não valha um dólar por libra ou mais, mas porque se divulgou a impressão de que alguém estava obtendo um lucro exorbitante com ele, que havia por conseguinte alguns negócios obscuros.

O presidente dos EE. UU. indicou a Comissão Federal de Comércio para averiguar se havia alguma manipulação no comércio de café. A Bolsa de Café e Açúcar de Nova York, de que eu sou vice-presidente, atualmente, telegrafou a Comissão que apresentaria a investigação e emprestaria toda a cooperação. No momento, a investigação se está processando e todos os dados disponíveis são submetidos aos agentes da Comissão. A Comissão de Agricultura do Senado apressadamente emitiu uma nota (proposta pelo senador Gillette, de Iowa, e todos vós sabeis o que ele pretende) e o Senado a passou sem chamada de votos. Esta nota põe o café

sob a supervisão da Commodity Exchange Authority.

Esta nota foi agora encaminhada a House Committee of Agriculture, e várias audiências foram realizadas. Esta comissão, alegro-me de dizer, tem tomado e está tomando o tempo e trabalho para estudar o assunto, e obviamente não pretende apressar um decreto pelo qual prejudicaria o mercado livre do café e teria, e com toda a probabilidade, contribuído para criar maiores flutuações quanto ao futuro.

Prestando declarações perante a Comissão, duas semanas atrás, o sr. Gustavo Lobo Jr., presidente de nossa Bolsa, em resposta a uma pergunta por que os controles não seriam extensivos a uma mercadoria da importância tal como o café, da mesma maneira que é feito para mercadorias domésticas, respondeu: "Em aditamento às razões práticas que já mencionei, nas quais tentei mostrar a diferença entre mercadorias de importação e doméstica, e a impossibilidade de efetivar tal controle, mesmo que fosse necessário, gostaria de acrescentar que a história mostra que as liberdades se perdem pouco a pouco. Se o café for posto sob CEA, sem razões claras e positivas, a próxima passo presumivelmente seria cacau, depois açúcar e então lã, até que todas as mercadorias sejam alcançadas. E então, como há esforços para controlar margens, isso seria o próximo passo e assim o controle do governo seria completo. Controle do governo, de um mercado, cremos, será pernicioso para todos. Providências futuras não deveriam ser tomadas quando fossem prejudiciais ao comércio de mercadorias em seu total. Firmemente acredito que mercados livres são extremamente importantes para manter o fluxo entre produtor e consumidor".

O sr. Lobo foi empurrado por esta exposição, e para mim, como observador naquele tempo, parecia expressar o sentimento da Comissão, independente do partido político, repudiado.

Atualmente, senhores, o presente aumento do preço do café fará mais para corrigir a escassez que qualquer outra coisa que fosse feita. Passar leis e gritar sobre especuladores, não realiza coisa alguma. Um aumento de preço, sim. Deixemos citar um de vossos próprios cidadãos eminentes, autoridade nacional em economia, professor Samuel Slichter de Harvard: "Se especuladores particulares estão usando seus próprios fundos e crédito para fazer subir o preço de uma mercadoria em insuficiente suprimento, suas tentativas em obter lucro natural são efêmeras, sem intenção, de desempenhar um serviço público. O comércio de mercadorias em insuficiente suprimento, necessita de ser desencorajado e a sua produção precisa ser encorajada. Quanto mais prontamente esgotada a produção for, mais a produção se eleva, mais prontamente os ajustes necessários virão".

Senhores, vim aqui a convite vosso para discutir café como nossa maior importação americana. Para vós, como exportadores isto é tremendamente importante, como exportadores também reconhecido e

estou certo de que já era seu conhecimento. Porém, além do seu interesse pessoal investido em negócios de importação e exportação, há outras considerações envolvidas nesta "steaming coffee pot" (fumejante cafeteira): — As relações completas do hemisfério ocidental, que possam servir de base para a futura estabilidade mundial. Espero que não esteja aguçando demasiadamente a importância de uma xícara de café. Creio ser o povo americano o mais justo na face da terra. Creemos em viver e deixar viver. Creemos em obter um lucro honesto e que o trabalhador é merecedor de seu salário. Não fazemos exceções a que outros obtenham lucro, desde que não se utilizem de nós no processo. A presente agitação sobre preços de café e a interpretação que foi dada a um resultado econômico de uma causa natural, trouxe imoderadas posturas e ações apressadas. Contudo, não acredito que haja um americano que pudesse discutir o preço do café no mercado de hoje, se conhecesse todos os fatos. Eles não querem fazê-lo.

O PRODUTOR

De minha parte, e ouso dizer, da vossa — o presente tumulto tem uma significação mais profunda. Permite-me apelar para vós em vossa própria interesse, para fazer tudo o que esteja a vossa alcance para aliviar esta conversa de pressão de preços, holdbacks, provento, especulação, cornering, manipulação e todos os outros males que possam ser imaginados, e colocar-se no lugar de um fazendeiro que há 5 anos preparou sua terra para produzir café e depois de esperar 5 anos, com suas arvores quase frutificando, viu uma grada fatal roubar sua safra, não somente para aquele ano, mas para os próximos dois ou três e então não tendo café para vender, não podendo ser aproveitador, um "quequer" e um jogador internacional. Simplesmente isto.

Porém, eu não vos peço para fazer isto em benefício do pobre colono ou do proprietário da fazenda, unicamente porque é em vossos próprio interesse inteligente reconhecer que leis não fazem crescer café, que desconfiança não gera boas relações internacionais, que a falta de comércio, em ambas as direções, não merceda divre, não promove algo exceto muita miséria.

Senhores, somos culpados, hoje, nos conselhos dos governos mundiais como sendo produto do capitalismo, um exemplo pendente dos males do sistema de empresas particulares. Nossos vizinhos da América Latina estão fazendo esforços valiosos para nos seguir. Eles acreditam, em nós, a despeito das tentativas daqueles que menosprezam nosso sistema de vida, impedindo uma barreira entre nós e eles. E são muitas e constantes as tentativas. Se deixarmos aberta a rua de duas mãos aberta, e deixarmos o fluxo do tráfego em uma base lucrativa e satisfatória, devemos procurar olhar os fatos e não ser acudidos pelo vento da emoção. Terminando, quero saudar a humildade e a coragem de quem se lamenta, não como posses, mas talvez presente furor possa surgir um melhor entendimento de alguns problemas — que parecem simples, e que uma conclusão — com conhecimento avançado, é a estrada mais segura para perpetua ignorância. Agradeço-vos.

As palavras do sr. Leon Israel Junior, que tanta oportunidade voltam a encontrar neste momento, quando o café é novamente vítima de injusta campanha nos Estados Unidos, atestam, mais do que quaisquer outros fatos, a sua legítima compreensão face aos problemas cafeeiros mundiais e à situação dos produtores do Brasil, em especial, com os quais está irmanado em atividade e desqualificação, se tornou, desde então, credor da mais profunda gratidão.

Esses homens, mais uma equipe de bravos companheiros, conduzem, em nosso país e no exterior, os destinos vitórios de "Leon Israel Agricola e Exportadora S. A."



O sr. Leon Israel Junior, à esquerda, vice-presidente da New York Coffee and Sugar Exchange, e Gustavo Lobo Junior, quando depunham perante a Comissão Bancária do Senado norte-americano, que investigava a questão dos preços do café naquele país.

Ltd. A diretoria era a seguinte:

Presidente: Leon Israel.

Vices: Samuel Israel, Achiles Francisco Israel e Guy Snider.

Fortalecendo-se, a firma encontrou a crise de 29, com vitalidade capaz de superá-la.

Desta forma, a crise não constituiu obstáculo capaz de travar a marcha ascendente da firma. A sua situação financeira, daí em diante, consolidou-se mais ainda, não deixando dúvidas quanto às suas possibilidades futuras.

A 19 de fevereiro de 1941, já em plena Segunda Grande Guerra, nova modificação operou-se na organização, passando a figurar como "Leon Israel Agricola e Exportadora Sociedade Anonima".

A diretoria atual está assim constituída: Presidente: James E. Montgomery.

Vices: Robert Logan Ritchie e Ralph Brunson.

Nos Estados Unidos, a organização associada Leon Israel Bros Inc. mantém escritórios nas cidades de Nova York, Nova Orleans, S. Francisco e Chicago, sendo o chefe da firma, em Nova York, o sr. Leon Israel Junior, e em Nova Orleans o sr. Samuel Israel Junior, ambos filhos de fundadores da organização nos Estados Unidos e no Brasil.

FILIAIS NO BRASIL

A firma possui hoje, graças ao seu progresso, filiais no Rio de Janeiro e Paranaíba, e, além disso, em Jacareacanga, Londrina e Apucarana, como também um Escritório de Exportação em Angola dos Reis, no Estado do Rio.

A ampliação dos negócios proporcionou-lhe os menores embarques nos diversos portos cafeeiros do país.

Essa ampliação é tanto mais significativa, quando se observa que Leon Israel mantém a Fazenda Califórnia, em Jacareacanga, com 500 mil pés de café, dentro de uma área de 1.050 alqueires.

Outra, com menor número de pés de café, também no Paranaíba, pertence à firma. Trata-se da Fazenda Americana, em Amoreira, com 2 mil alqueires e 100 mil pés de café.

AMIGOS DO BRASIL

Antes mesmo de se falar de expansão de seus negócios no comércio cafeeiro de nosso país, deve-se realçar o fato de que Leon Israel Junior e Samuel Israel Junior, que há muitos anos participam das atividades ligadas ao café, são grandes amigos de nosso país.

Ainda, recentemente quando o senador Gillette comandou uma propaganda contra o nosso principal produto de exportação, nos EE. UU., lá estavam os antigos e conhecidos senatistas defendendo-nos, através de esclarecimentos à opinião pública norte-americana, ou mesmo depondo em comissões de Inquérito do Senado Yankee.

Leon Israel Junior, que hoje está à frente da organização de Nova York, foi um verdadeiro porta-voz de nossos homens de negócios, que se viram ameaçados diante da campanha Gillette.

alguns trechos dessa defesa de nosso café, que constitui hoje um documento dos mais valiosos para todos os cafeeiros, não só do Brasil, mas também dos produtores de café latino-americanos.

Depois de várias considerações diz o sr. Leon Israel Jr. — "Sou um importador — importador de café. Certamente vos ouvistes falar do produto, particularmente nos meses recentes. O furor que se agitou em torno desta simples bebida parece ceder o primeiro lugar apenas aquela outra celebração que teve seu clímax aqui em vossa própria cidade há 175 anos, quando outra espécie de bebida esteve envolvida. Como importador, estou no negócio para trazer aos Estados Unidos um produto estrangeiro e exportar dólares americanos.

Como exportadores, vós estais ocupados em mandar mercadorias fabricadas ou manufaturadas, ou gêneros dos Estados Unidos para outros países em troca de dólares. Obviamente, vós não poderíeis conseguir esses dólares para vossas exportações, a menos que vossos freqüentes estrangeiros os tenham para dar-vos em troca de vossos produtos. E eles não teriam dólares a menos que eu e outros importadores, lhes dessem por alguma coisa que eles têm e nós precisamos.

Especificamente, o produto com que eu negocio, café, é a maior importação americana. Mais dólares são enviados para fora em troca de café, do que para qualquer outro produto trazido para nossos portos. Ficamos com 70% da safra anual da América Latina e 90% de todo o café que consumimos provém dali.

O total anual de nossas compras da América Latina, atinge \$3.456.000.000 e constitui mais que 40% de toda a nossa exportação para o resto do mundo. Sendo o café o maior item nessas compras da América Latina, torna-se assim o item mais importante da economia de nossos vizinhos do sul, e sustenta seu saldo de dólares, o que lhes

teria teria aproximadamente, 11,3 bilhões de dólares, menos para despendere conosco. Significaria também que o afluência de dólares tomado por outros países que ajudamos com dólares, desde o término da II Guerra Mundial. Eles viriam ao comércio mundial de café com dólares, porém vendendo produtos de sua própria fabricação e nós ficaríamos sem café e sem comércio de exportação. Por exemplo, a Alemanha Ocidental, está movendo comprando café em muito maior volume que o ano passado e o preço no varejo lá é de aproximadamente \$ 2,70 a libra.

Há outras implicações na presente reação ao aumento do preço do café, aumentos que, vos asseguro, foram devidos à oferta e procura. Foi somente depois de 100 anos, após a quebra das algemas com o Velho Mundo que nos no Hemisfério Ocidental começamos a olhar para o Norte e para o Sul, em vez de Leste e Oeste na bússola.

Mais adiante salienta o orador: "Se, devido aos caprichos do tempo, ou pelo fato de não haver café suficiente para satisfazer a procura mundial, nós abandonássemos os nossos vizinhos da América Latina ou os culpássemos por capricho da natureza, deste modo interrompendo a corrente livre do comércio entre estas grandes nações soberanas, estaríamos causando a nós mesmos e à nossa posteridade o maior prejuízo na História da civilização Ocidental.

PRODUTOS YANKEES

Hoje os preços de nossos produtos de fazenda estão no nível em que se acham porque foram postos ali por um plano do governo para sustentar os preços, o que encorajou tanto a superprodução como o subconsumo. O excedente, em forma de ovos dessecados, manteiga, trigo e milho e também o algodão, vindo para armazéns do governo, para garantir emprestados que os preços encon-

trarem seus próprios níveis. Difícilmente se encontra um produto americano, seja ou não negociado no chamado comércio regular, que não tenha uma estrutura artificial de preço acima e além do preço que obtém se a oferta e procura fossem os determinantes. Contudo, constantemente estamos testemunhando uma tempestade numa cafeteira porque não há café suficiente nas sobras exportáveis dos cafés de nossos vizinhos plantadores para suprir a procura mundial, procura essa, que provém do aumento da população e da recuperação econômica de outras nações, que foram ajudadas a recuperar com dólares americanos. Tudo isto, além do enfraquecimento de uma safra do maior país produtor.

Se houvesse uma tempestade de aréia em Oklahoma ou Kansas, ou uma enchente na Inglaterra ou Holanda, seriam como erros humanos — os primeiros a compreender, e condão, enviar auxílio em dinheiro e trabalhadores a fim de remediar a situação. Porém, quando várias centenas de milhares de plantadores de café vão a falência devido a uma safra pobre, após 5 anos de trabalhos árduos e a produção de café ali além da procura mundial, e consequentemente há mais compradores do que vendedores, e o preço é forçado a alta, clamor levanta-se de um extremo ao outro do país. Uns gritando por controle, outros que deveria haver uma lei, outros queixando-se de que especuladores estão forçando a alta.

Gostaria neste ponto de explicar-me um pouco sobre os fatores da lei de oferta e procura e dizer-vos algo dos problemas dos fazendeiros de café no Brasil. O ano da safra cafeeira começa em 1.º de julho e termina em 30 de junho. De alguns dias de superprodução, o café na década 40-50, entrou em nova era, a de subprodução. Todos nos lembramos dos desastrosos dias de 1930-40 e enquanto estavam vendendo algodão, matando porcos etc., o Brasil queimava café. Casualmente, gostaria de dizer ainda uma vez que parece haveremos esquecido completamente, que o Brasil fez um presente às forças armadas aliadas em 1944, de quatrocentas e tantas mil sacas de café.

"STOCKS" NO BRASIL

Em 1949, os excedentes "stocks" pertencentes à então existente Agência do Governo Brasileiro estavam esgotados e o mundo não podia mais contar com esses stocks excedentes em caso de emergência e teria daí em diante que depender da produção mundial para suprir suas necessidades. Enquanto que na década 1930-40, a natureza favoreceu ano após ano, os países produtores, e as safras foram generosas, durante a última parte da década seguinte e assim até 1950, a natureza foi a maior parte das vezes prejudicial. Secas e mais secas, ventos frios durante as floradas, a broca e finalmente a geada no último 4 de julho, Junho de 1953 viu as arvores de café no Brasil em condições saudáveis e todos os prognósticos indicavam boas possibilidades para a primeira safra brasileira após guerra de vinte milhões de sacas. Antes do golpe da geada em 4 de julho, o suprimento de café mostrava-se seguinte: "Carryover stocks" de 3 milhões de sacas, mais a safra 1953-4, ou safra corrente, de então calculado suprimento de 16 milhões de sacas. De outro lado, a procura. Provável exportação de 15-12 milhões de sacas, deixamos um "carryover" em 30 de junho de 1954 de 3-1/2 milhões de sacas com a safra começando em 1.º de julho de 1954.

No fim de novembro último, o quadro mudou. A safra corrente produziu muito menos do que se esperava, principalmente devido às condições desfavoráveis ao crescimento na última estação e todas as estimativas oficiais ou não, foram revistas para menos. A estimativa oficial do Brasil é agora de 14.000.000 sacas, contra a estimativa revista de 18 de fevereiro de nossa Embaixada Americana: 14 1/2 milhões de

sob a supervisão da Commodity Exchange Authority. Esta nota foi agora encaminhada a House Committee of Agriculture, e várias audiências foram realizadas. Esta comissão, alegro-me de dizer, tem tomado e está tomando o tempo e trabalho para estudar o assunto, e obviamente não pretende apressar um decreto pelo qual prejudicaria o mercado livre do café e teria, e com toda a probabilidade, contribuído para criar maiores flutuações quanto ao futuro.

Prestando declarações perante a Comissão, duas semanas atrás, o sr. Gustavo Lobo Jr., presidente de nossa Bolsa, em resposta a uma pergunta por que os controles não seriam extensivos a uma mercadoria da importância tal como o café, da mesma maneira que é feito para mercadorias domésticas, respondeu: "Em aditamento às razões práticas que já mencionei, nas quais tentei mostrar a diferença entre mercadorias de importação e doméstica, e a impossibilidade de efetivar tal controle, mesmo que fosse necessário, gostaria de acrescentar que a história mostra que as liberdades se perdem pouco a pouco. Se o café for posto sob CEA, sem razões claras e positivas, a próxima passo presumivelmente seria cacau, depois açúcar e então lã, até que todas as mercadorias sejam alcançadas. E então, como há esforços para controlar margens, isso seria o próximo passo e assim o controle do governo seria completo. Controle do governo, de um mercado, cremos, será pernicioso para todos. Providências futuras não deveriam ser tomadas quando fossem prejudiciais ao comércio de mercadorias em seu total. Firmemente acredito que mercados livres são extremamente importantes para manter o fluxo entre produtor e consumidor".

O sr. Lobo foi empurrado por esta exposição, e para mim, como observador naquele tempo, parecia expressar o sentimento da Comissão, independente do partido político, repudiado.

Atualmente, senhores, o presente aumento do preço do café fará mais para corrigir a escassez que qualquer outra coisa que fosse feita. Passar leis e gritar sobre especuladores, não realiza coisa alguma. Um aumento de preço, sim. Deixemos citar um de vossos próprios cidadãos eminentes, autoridade nacional em economia, professor Samuel Slichter de Harvard: "Se especuladores particulares estão usando seus próprios fundos e crédito para fazer subir o preço de uma mercadoria em insuficiente suprimento, suas tentativas em obter lucro natural são efêmeras, sem intenção

MALZONI & CIA. LTDA.

Comissários - Exportadores

END. TELEGRÁFICO: "MALZONI"

CAIXA POSTAL: 839

RUA JOSÉ RICARDO, 35

TELEFONE: 2 5150

SANTOS

CAFÉ A NOSSA CONSIGNAÇÃO DEVE SER DESPACHADO DA SEGUINTE FORMA:

Pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí

Pela Estrada de Ferro Sorocabana

**Companhia Armazens Gerais de Araraquara
SANTOS — E. F. S. J. — Docas — IX Externo**

**Companhia Armazens Gerais de Araraquara
ESTUÁRIO — Docas — IX Externo**

COMPANHIA ARMAZENS GERAIS DE ARARAQUARA

**Rua 15 de Novembro, 62-2.º andar
Telefones - Escritório: 2 - 2072
- Armazém: 2 - 6028**

**Endereço Telegráfico: "ARAQUARA"
Caixa 676 — SANTOS**

VARIABILIDADE DOS CARACTERÍSTICOS DO CAFEEIRO

A. CARVALHO
Instituto Agrônomo de Campinas

Todo o continente americano com seus 4 bilhões de cafeeiros e produzindo cerca de 85% da produção mundial, cultiva uma única espécie de café, isto é, "Coffea arabica L.". As outras regiões do mundo ou cultivam esta mesma espécie ou "Coffea canephora Pierre". Em escala muito reduzida planta-se, em algumas regiões, a espécie "Coffea liberica" Bull. ex-Horn. O gênero "Coffea", no entanto, não encerra apenas estas representantes. Ao contrário, a variabilidade que apresenta é enorme e por isso mesmo os botânicos têm encontrado sérias dificuldades em classificá-la devidamente em seus numerosos componentes. Até há poucos anos o número de espécies de café, tidas como válidas, era de cerca de 120. Hoje este número é pouco superior a 60 e é provável que ainda venha a ser reduzido nos próximos anos, quando se fizerem novas revisões no gênero.

As informações gerais existentes indicam que é no continente africano, entre 15° LN e 20° LS, que ocorre a maior concentração de espécies de café, inclusive as de maior interesse econômico atual. Outras, menos conhecidas, são originárias do sul da Índia, da Malásia e da Indonésia. Nenhum representante do gênero *Coffea* ocorre no continente americano.

Quase todas as espécies estão ainda mal estudadas e pouco se conhece sobre a sua constituição genética e citológica, sobre a resistência ao frio ou à seca, ao ataque de moéstias e pragas, enfim, sobre a sua potencialidade econômica. Sabe-se, contudo, que são muito variáveis e isso se constata até mesmo quanto à sua distribuição geográfica. Enquanto algumas, como *C. arabica*, têm distribuição muito limitada, em regiões de grande altitude no sul da Abissínia, outras como *C. canephora*, são disseminadas por extensas áreas de altitudes e climas diversos. Variabilidade acentuada também se constata nos caracteres morfológicos como porte e ramificação, forma, textura e dimensões das folhas, forma e tamanho de flores, frutos e sementes.

Como o café representa produto de vital importância para a economia de muitos países e principalmente para o Brasil, seria de todo interesse que se realizassem estudos mais pormenorizados sobre as características apresentadas por todas as espécies de café e sobre o seu eventual aproveitamento em cultivo.

A variabilidade encontrada no gênero *Coffea*, como a de outros organismos, pode ser hereditária ou devida a influências do meio-ambiente. Para se decidir entre essas duas causas e poder estudar as espécies de café, a melhor solução consiste no estabelecimento de coleções vivas de plantas, contendo representantes de todas as espécies descritas. Assim, em um meio-ambiente mais constante, poder-se-á analisá-las melhor. É o que se fez com o gênero *Gossypium*, em Trinidad, e o que vem sendo realizado com parte do gênero *Solanum*, na Inglaterra, permitindo brilhantes investigações sobre a genética, citologia e evolução, nestes dois grupos de plantas.

COLEÇÃO DE ESPÉCIES

Para o estudo taxonômico de um grupo de plantas, considera-se desejável, hoje em dia, informações sobre sua constituição cromossômica e, se possível, conhecimento sobre a constituição genética, bem como sua diversidade morfológica e distribuição geográfica. Conhecimentos da anatomia e fisiologia são também desejáveis, bem como informações sobre o mecanismo do isolamento entre as espécies que o compõem. Estudos desta natureza somente são realizáveis quando se têm reunidas, em coleção, as espécies a serem investigadas.

A reunião desse material é um tanto difícil, porque sendo o café uma planta de interesse econômico mundial, os botânicos não têm hesitado em descrever numerosas espécies e variedades, muitas vezes baseadas em escasso material de herbarário e em conhecimentos de sua distribuição geográfica, dificultando consideravelmente o seu reconhecimento na natureza. O estabelecimento de coleções vivas das espécies de café, além de fornecer indicações básicas sobre o valor econômico, contribuiria, por certo, para seu melhor agrupamento e provável redução do excessivo número de espécies ainda hoje tidas como válidas.

As coleções de espécies de *Coffea*, ora existentes são poucas e todas elas muito incompletas. Sabe-se que existem pequenas coleções em Java, Tânger e em Angola. Em São Paulo há duas coleções, ambas também encerrando limitado número de espécies. Uma delas foi organizada em Rio Claro por E. Navarro de Andrade e a outra se acha no Instituto Agrônomo de Campinas.

Seria bastante desejável ampliar a coleção de Campinas pela importação das espécies da África e da Ásia. Infelizmente há o constante perigo de introduzir, conjuntamente com elas, a ferrugem do café, moéstia de enorme gravidade e que não ocorre no continente americano. Por esse motivo tem-se pensado em instalar apenas duas grandes coleções, uma delas na África, em local onde já ocorra a ferrugem e outra coleção em uma região onde não existe cultivo de café, como nos Jardins de Introdução de Plantas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Ai os países interessados poderiam colher as informações que lhes fossem necessárias. Projetos de âmbito internacional como estes, embora viáveis, são contudo sempre de difícil execução.

COLEÇÃO DE VARIEDADES

As espécies polimórficas no geral são subdivididas em variedades ou em outras categorias. É o que se tem feito com as espécies cultivadas de café, quais sejam: *C. arabica*, *C. canephora*, e *C. liberica*. Para estudá-las em detalhes, al-

gumas estações experimentais, principalmente as que se dedicam ao melhoramento do cafeeiro, têm também procurado juntá-las em coleções. Assim, as variedades de *C. liberica* se acham reunidas e estão sendo estudadas na Costa do Marfim e as de *C. canephora* e *C. arabica* em países americanos e da África.

Tem-se encontrado maior dificuldade em classificar devidamente as variedades de *C. liberica* e *C. canephora* do que as de *C. arabica*. Isto acontece pelo fato de as duas primeiras espécies serem auto-estéreis e se multiplicarem na natureza por fecundação cruzada. Por esse motivo, mesmo entre os representantes das variedades que as compõem, notam-se acentuadas diferenças principalmente na forma e tamanho dos frutos e sementes, tal como se tem observado em Campinas, com a var. *typica*, (= *koullouensis*) de *C. canephora*.

A espécie *C. arabica* é também polimórfica e devido ao maior valor econômico as suas variedades são mais conhecidas. Embora haja notáveis diferenças morfológicas entre as variedades, o mesmo não acontece com os representantes da mesma variedade. Isto se dá por serem autotéreis e por se multiplicarem, na natureza, principalmente por autofecundação.

Coleções dessas variedades existem em vários países americanos, em Quênia, Tânger e em Java. No Estado de São Paulo há coleções de variedades de *C. arabica* na Estação Experimental de Lageado, em Botucatu, no Horto Florestal e Rio Claro e no Instituto Agrônomo de Campinas.

Existe, porém, certa divergência na nomenclatura empregada nestas coleções. Seria de todo o interesse uniformizar as coleções, confrontando as variedades representadas e a sua nomenclatura, adotando-se, ao mesmo tempo, uma das coleções como padrão para as demais.

VARIABILIDADE NA ESPÉCIE "C. ARABICA"

A coleção de variedades de "C. arabica" de Campinas encerra quase todas as variedades conhecidas fora do país e aquelas que aqui se originaram, num total de 23 variedades e diversas formas. Outras se acham ainda em estudos. Quase todos os anos são acrescentadas variedades novas, recebidas de várias procedências, além de mutantes encontrados em viveiros ou em propriedades particulares.

O estabelecimento desta coleção tem sido de bastante proveito para execução de diversas observações e estudos experimentais como também para analisar geneticamente a variabilidade intraspecífica de "C. arabica". A realização de análises genéticas é demorada e dispen-



Progenie da var. Bourbon, em seleção na Estação Experimental Central de Campinas

diosa, pois o ciclo "semente a semente", em café, é de 4 anos. Cerca de 12 anos são necessários para se esclarecer o modo de herança de um característico. Durante este período, as populações obtidas por hibridação ou por autopolinização devem ser mantidas em viveiros ou no local definitivo, exigindo trato conveniente a fim de que floresçam e frutifiquem em tempo o mais curto possível. Não obstante consideram-se de tal importância os resultados das análises genéticas, pela sua aplicação em planos de melhoramento, que não se hesitou em iniciá-las em Campinas, ainda em 1932, quando as condições econômicas referentes ao café desencorajavam qualquer estudo dessa natureza. São numerosos os dados colhidos e cada dia mais se esclarecem as relações entre as diversas variedades de "C. arabica".

Para realizar análises foi preciso fazer observação sobre o método de reprodução, sobre a melhor técnica a ser empregada nos trabalhos de autofecundação e de hibridação artificial e sobre o modo mais simples possível de registrar as anotações tomadas. Atualmente existem em Campinas "pedregreiros" de cafeeiros de todas as variedades usadas nas análises. Estes "pedregreiros" são necessários para assegurar o prosseguimento normal das pesquisas, principalmente em se tratando de uma espécie perene como é o cafeeiro.

ESCOLHA DE UMA VARIEDADE PADRÃO

No estudo da variabilidade genética de uma população heterogênea, representada pelas variedades de "C. arabica", torna-se de toda conveniência a escolha de uma delas como tipo padrão, com a qual se fazem as comparações. A variedade "typica" de "C. arabica" foi escolhida para este fim, em Campinas, por vários motivos. Primeiramente, por representar o tipo padrão de espécie, pois Linneu utilizou-a na descrição de "C. arabica", ainda por existir em estado espontâneo na Abissínia. Além disso foi a primeira variedade a entrar em cultivo e a primeira a ser introduzida em São Paulo. Exis-



Progenies e híbridos em classificação no viveiro de Campinas

tem, ainda hoje, numerosas plantações de café onde a variedade "typica" é predominante. Deste modo todas as variedades em estudo, além de autofecundadas são cruzadas artificialmente com representantes da variedade "typica". Determinam-se, assim, as diferenças genéticas, bem como o grau de dominância dos fatores encontrados nas variedades em investigações e as suas interações.

A fim de obter resultados comparáveis, qualquer outro centro que inicie pesquisas genéticas em "C. arabica" deve usar como padrão representantes da var. "typica", da mesma linhagem encontrada em Campinas.

ANÁLISES GENÉTICAS

Quase todas as variedades de "C. arabica" vêm sendo estudadas sob o ponto de vista genético. Tem-se observado que embora sejam acentuadamente diferentes as variedades sob o ponto de vista morfológico, geneticamente diferem da variedade padrão por reduzido número de fatores genéticos principais. Diversas variedades bem conhecidas, por exemplo, diferem da var. "typica" apenas por um par de fatores genéticos principais, enquanto outras diferem por dois ou três pares.

Geralmente, porém, os fatores genéticos encontrados no cafeeiro são pleiotrópicos, isto é, afetam ao mesmo tempo mais de um característico. Por este motivo, existe certa correspondência entre a denominação das variedades e a dos fatores genéticos que as caracterizam. Assim, por exemplo, as variedades "anomala", "angustifolia", "purpureascent" e "xanthocarpa", diferem da variedade "typica" por apresentarem, respectivamente, os fatores genéticos "anomala", "angustifolia", "purpureascent" e "xanthocarpa" na condição duplamente recessiva, enquanto as variedades "normalis", "erecta", "maragogipe" e outras, diferem da variedade padrão por trazerem os fatores genéticos "normalis", "erecta" e "maragogipe" na condição duplamente dominante, o assim por diante.

A fim de metodizar a taxonomia das variedades de "C. arabica" resolveu-se, em Campinas, considerar como variedade nova de café unicamente os mutantes que preencham certas condições, quais sejam: a) possuir característicos diferenciais hereditários; b) apresentar, na condição homozigota, os fatores genéticos que os diferenciam da var. "typica"; c) apresentar fatores genéticos afetando característicos que tornem o novo mutante fenotipicamente distinto da variedade padrão e das demais variedades conhecidas. Recomenda-se também que recombinações de fatores genéticos não sejam descritas como variedades, mas apenas assim citadas. Seria desnecessário mencionar que critério idêntico deveria ser tomado por outros centros de investigações cafeeiras, para evitar que se torne demasiadamente complexa, com o tempo, a taxonomia de "C. arabica".

VARIABILIDADE NAS VARIEDADES

Quando se menciona que a var. Bourbon difere da var. typica, por apresentar o par de alelos tt (tipica) na condição recessiva, isso não significa que a variedade Bourbon seja homozigota para os demais fatores que encerra, como os que condicionam sua produtividade, tipo de planta etc. A existência de suficiente variabilidade genética na expressão de característicos de interesse econômico, como a produção, tornou possível submeter as principais variedades cultivadas a trabalhos de melhoramento e de seleção. A finalidade em vista é a de isolar progenies e linhagens de maior capacidade de produção, vigorosas, e bem adaptadas a certas condições de meio.

Os trabalhos de melhoramento do cafeeiro, no Instituto Agrônomo, são extensos e compreendem estudo de progenies de numerosas plantas matrizes, em várias regiões do Estado. As produções individuais das plantas de cada progenie são controladas por um certo número de anos, depois do que se escolhem as melhores. As produções de mais de 10 000 cafeeiros já foram ou ainda se acham em controle e apenas são multiplicadas as que se apresentam realmente excepcionais quanto aos caracteres de vigor e produtividade. Convém salientar que esse plano de seleção, com uma planta perene como é o cafeeiro, é um dos mais completos de que se tem conhecimento.

Os trabalhos de melhoramento da variedade Bourbon contribuíram para ampliar consideravelmente os conhecimentos da sua variabilidade, permitindo a sua subdivisão em numerosas linhagens, já um pouco diferentes entre si. O mesmo se verifica em relação às demais variedades cultivadas submetidas a trabalhos de seleção.

Algumas linhagens da variedade Bourbon são variáveis quanto à produção e aspecto vegetativo, e essas características poderão servir para caracterizá-las quando se quiser obter patente no comércio de sementes.

HIBRIDAÇÕES ENTRE ESPÉCIES E ENTRE VARIEDADES

A fim de se obterem novas combinações de fatores genéticos têm-se realizado numerosos cruzamentos artificiais entre as espécies de café. Esses cruzamentos podem envolver espécies diplóides, isto é, que apresentam 22 cromossomos somáticos, como "C. canephora", "C. liberica", "C. congenita", "C. Dewevrei" etc., ou espécies

diploides, e a espécie tetraploide "C. arabica", que apresenta 44 cromossomos somáticos.

Cruzamentos artificiais entre espécies diplóides têm sido feitos principalmente na Índia e em Java, onde também se fazem observações sobre híbridos interespecíficos que ocorrem na natureza, um exemplo deles sendo o café Congu, sobre o qual os cientistas holandeses se referiam com bastante entusiasmo, antes da última guerra.

As hibridações entre as espécies diplóides e a espécie "C. arabica", apesar do interesse que apresentam, são mais difíceis de serem executadas. Os poucos híbridos obtidos artificialmente são triploides, com 33 cromossomos e esteréis. Seu aproveitamento se torna possível apenas quando se consegue duplicar artificialmente o número de cromossomos, que passa de 33 para 66. Mesmo assim, há de ser verificado que esses alopoliploides podem não corresponder à expectativa, devido a irregularidades meióticas. A natureza também tem produzido híbridos interespecíficos, às vezes com maior sucesso que o investigador. Assim, há já alguns anos, foi encontrado um cafeeiro, no município de Terra Roxa, Estado de São Paulo, extremamente vigoroso e produtivo, que realmente deve representar um híbrido entre as espécies "C. arabica" e "C. Dewevrei", embora possua 44 cromossomos somáticos.

Esse híbrido é autotétil e pode ser multiplicado apenas por estaca ou enxerto, devendo ser plantado no lado de linhagens de "C. arabica", com as quais se cruza facilmente. Devido ao vigor e produção excepcionais deste cafeeiro, que tem o n. 387 da Seção de Genética, o Instituto Agrônomo vem realizando longa série de hibridações, cruzando-o com representantes selecionados do café Bourbon, a fim de obter cafeeiros autotéteis que possam ser propagados por semente e que dêem progenies uniformes, vigorosas e produtivas. A descendência do cafeeiro original n. 387, obtida de flores de polinização não controlada, é extremamente desuniforme, constituindo verdadeira fonte de novas recombinações genéticas.

Esses cruzamentos, dentro das variedades de "C. arabica" ou entre variedades, são perfeitamente viáveis, possibilitando a obtenção de novas recombinações genéticas. Numerosas são as hibridações dessa natureza que se efetuam, anualmente, em Campinas, não somente para análises genéticas como também para melhoramento, quando se tem em mira a diversificação do material genético para futuras seleções.

Híbridos entre variedades, ou seus derivados, excepcionalmente ocorrem na natureza, cabendo ao investigador procurá-los e verificar o seu valor. O café Bourbon amarelo e o Mundo Novo provavelmente assim se originaram — o Bourbon amarelo pela hibridação natural entre o Bourbon e o Amarelo de Botucatu, e o Mundo Novo pela hibridação entre o Sumatra ("typica") e o Bourbon. Ambos são classificados, hoje em dia, como pertencentes à var. "Bourbon", podendo futuramente ser descritos como variedades cultivadas (cultivares) conforme regras internacionais de botânica, em estudo para aplicação a plantas de interesse econômico.

AUMENTO DA VARIABILIDADE

Apesar de ser razoável a variabilidade genética dentro das variedades econômicas de "C. arabica", há sempre interesse no aumento da sua variabilidade, a fim de se dispor de maior número de combinações potencialmente úteis para fins de seleção.

A maneira de se conseguir esse aumento de variabilidade consiste em procurar-se aumentar a taxa de mutações dos fatores genéticos, quer por meios físicos, químicos ou biológicos. Estudos dessa natureza não têm sido feitos para o cafeeiro. Apenas foram iniciados em Campinas, em colaboração com o Departamento de Física da Universidade de São Paulo, tratamentos de sementes e de ramos de café com raios X, para verificar quais as dosagens mais apropriadas para esse tipo de investigação com o cafeeiro.

APROVEITAMENTO DA VARIABILIDADE DAS VARIEDADES COMERCIAIS

Os dois tipos de variações mencionadas, devidas ao meio ambiente ou de natureza hereditária, sempre operam em conjunto na natureza, de modo que, além do estabelecimento de coleções de espécies e das variedades econômicas, torna-se necessário a instalação de ensaios devidamente planejados, toda vez que se queira fazer investigações mais pormenorizadas, principalmente sobre a produtividade das variedades, linhagens ou das progenies. Esses ensaios são feitos regionalmente, pois é comum notar-se diversidade na reação das variedades e diferentes meios ambientes.

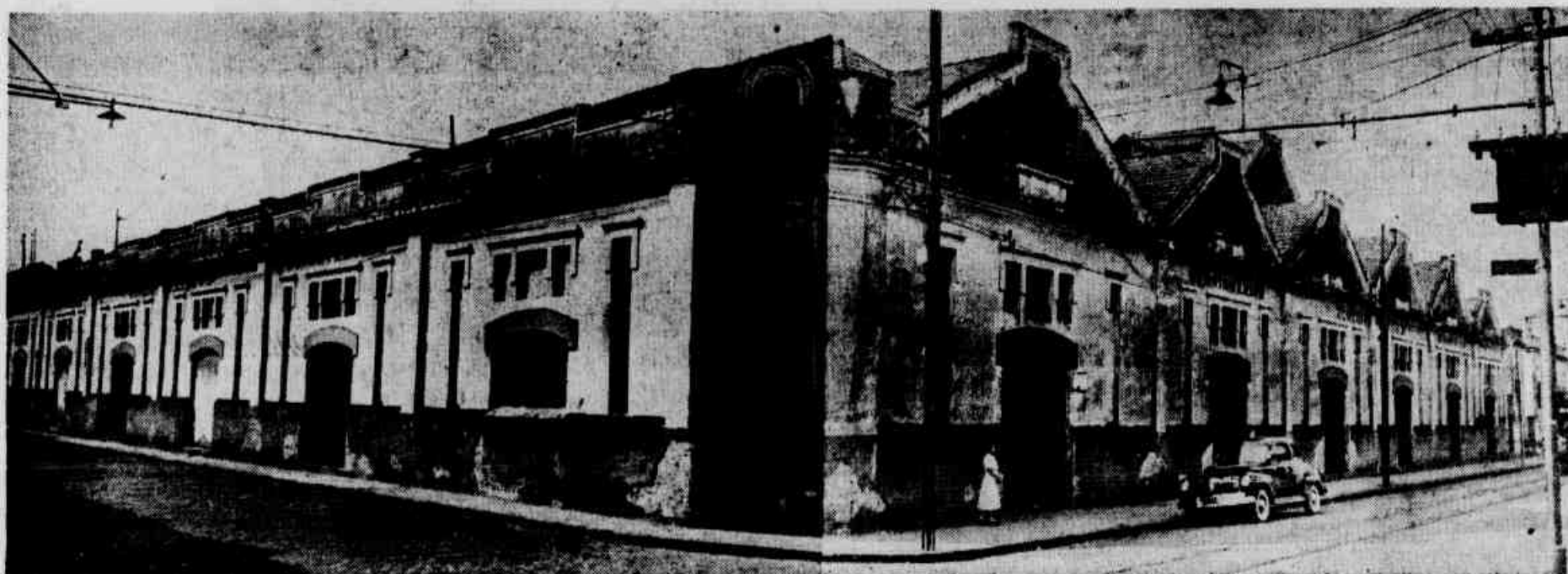
Estudos dessa natureza, em realização no Instituto Agrônomo de Campinas, vêm contribuindo decisivamente, para melhor aproveitamento da variabilidade das variedades comerciais, conhecimento da reação das suas diversas linhagens e separação das mais promissoras, cujas sementes têm tido grande aceitação pelo lavrador paulista, que procura, pelo uso da boa semente e de tratamentos culturais adequados, manter o café dentro dos limites de São Paulo.



Planta selecionada da variedade catarra amarelo



QUATRO ASPECTOS CURIOSOS DA AVENTURA DO CAFÉ NA EUROPA: Albergue do café, vendo-se o baixo relevo característico sobre o portal; estampa de publicidade de um café vienense em 1785; o conselheiro do rei lê os jornais do dia num café vienense da segunda metade do século XIX e, finalmente, a máquina, o bule e o açucareiro Luiz XV

ALMEIDA PRADO S/A. - Comissaria-Exportadora — TRADIÇÃO NO COMÉRCIO DE CAFÉ

Armazem da rua General Camara

COLOCOU-SE SEMPRE NA VANGUARDA DAS FIRMAS EXPORTADORAS DO PAÍS

Nascida em 1910, firmou-se desde logo, e atingiu as melhores posições durante mais de 40 anos de atividades — Firmas subsidiárias que são verdadeiro padrão de organização e solidez

Almeida Prado S/A é uma das mais tradicionais firmas exportadoras de café de Santos, ocupando, durante muitos anos, a liderança dos embarques no país.

Sua fundação se deu a 1 de maio de 1910. Seu fundador foi um lavrador de Jaú, Dr. Vicente de Paula Almeida Prado, figura veneranda, e que alcançou o maior prestígio entre seus concorrentes, pelo seu espírito empreendedor. Hoje um dos maiores expoentes das finanças paulistas, Vicente de Paula Almeida Prado conseguiu imprimir aos negócios de café uma nova feição, que aos poucos ia conquistando os mercados, superando os concorrentes e se impondo como uma das mais perfeitas organizações santistas.

Seus negócios com o tempo se ampliaram consideravelmente.

A todos os setores do comércio cafeeiro emprestou seu trabalho, o que redundou mais tarde na organização de uma companhia de armazéns gerais e uma comissaria exportadora, subsidiária.

A firma Almeida Prado S/A, desde sua fundação, manteve posição destacada no comércio cafeeiro, concorrendo para isso o trabalho empreendido, nos seus primeiros dias, pelo seu fundador e, em continuação dessa linha pelos sucessores de Vicente de Paula Almeida Prado, notadamente o seu filho, Dr. João Adhemar de Almeida Prado.

Nunca fugiu a firma aos objetivos visados pelo seu criador. Jamais titubeou dentro de crises que afetaram o comércio cafeeiro. Manteve-se equidistante de lutas que pudessem afetar sua política cafeeira e seu constante progresso.

Enfrentou, como firma exportadora, duas grandes guerras, mas nem por isso seu ritmo de trabalho e de constante vocação de progresso foi tolhido. Enfrentou tudo com espírito forte e jamais sentiu a ameaça de uma derrocada.

As geadas, que provocaram quebra na produção cafeeira paulista em 1918, não constituíram obstáculo

sensível, que pudessem afetar sua solidez econômica.

Ao contrário, serviu de estímulo para novas conquistas. Das refregas mais duras resulta quase sempre uma soma de experiências que serve para enfrentar novos obstáculos, novas dificuldades.

A firma Almeida Prado também superou com galhardia a crise de 29. Quando muitos sucumbiam diante dos fatos, então desenrolados, a organização, com a experiência adquirida em arduas lutas, enfrentava esse novo obstáculo com a fibra, a fé de que sempre foram possuídos seus dirigentes.

E por tudo isso, Almeida Prado & Cia., figura hoje como uma das mais per-

feitas organizações no comércio exportador nacional, não só pelo volume de seus negócios, como também pelos anos de atuação no ramo e pelas constantes lutas pela sua sobrevivência.

Se sua posição é hoje invejável, é porque jamais se deixou levar pelo desânimo ante as dificuldades de toda sorte que surgiram em seu caminho, procurando deter-lhe a marcha ascendente para grandes conquistas.

DADOS DA FIRMA

Sua primeira diretoria era a seguinte:

Dr. Vicente de Paula de Almeida Prado — socio-solidário; Lourenço Ave-lino de Almeida Prado e Hildebrando de Paula Al-

meida Prado — Comanditários. Na ocasião o capital era de 150 contos.

Em 27 de dezembro de 1943, foi transformada em sociedade anônima com o capital de dez milhões de cruzeiros.

Nessa ocasião, a diretoria estava assim constituída:

Diretor-Superintendente: Dr. Vicente de Paula Almeida Prado; Diretor-Gerente: Dr. João Adhemar de Almeida Prado.

Atualmente, seu capital é de 40 milhões de cruzeiros e tem como diretores:

Dr. João Adhemar de Almeida Prado — Presidente; Marcos Vieira da Cunha e Carlos Braga — Gerentes.

SUBSIDIÁRIAS

A Companhia Paulista de Exportação é uma subsidiária de Almeida Prado S/A. Foi fundada após a 1ª Grande Guerra Mundial, a 8 de março de 1919, com o capital de mil contos.

Na ocasião, sua diretoria estava assim constituída:

Dr. Vicente de Paula Almeida Prado — Presidente; Jayme Saraiva de Souza Dantas — Gerente.

Alcançou essa subsidiária o mesmo progresso da firma principal, atingindo posição das mais destacadas no comércio cafeeiro santista.

Hoje, seu capital é de 20 milhões de cruzeiros e sua diretoria é a seguinte: Superintendente: — João Adhemar de Almeida Prado; Marcos Vieira da Cunha — Gerente.

Armazéns Gerais Anchieta S. A.

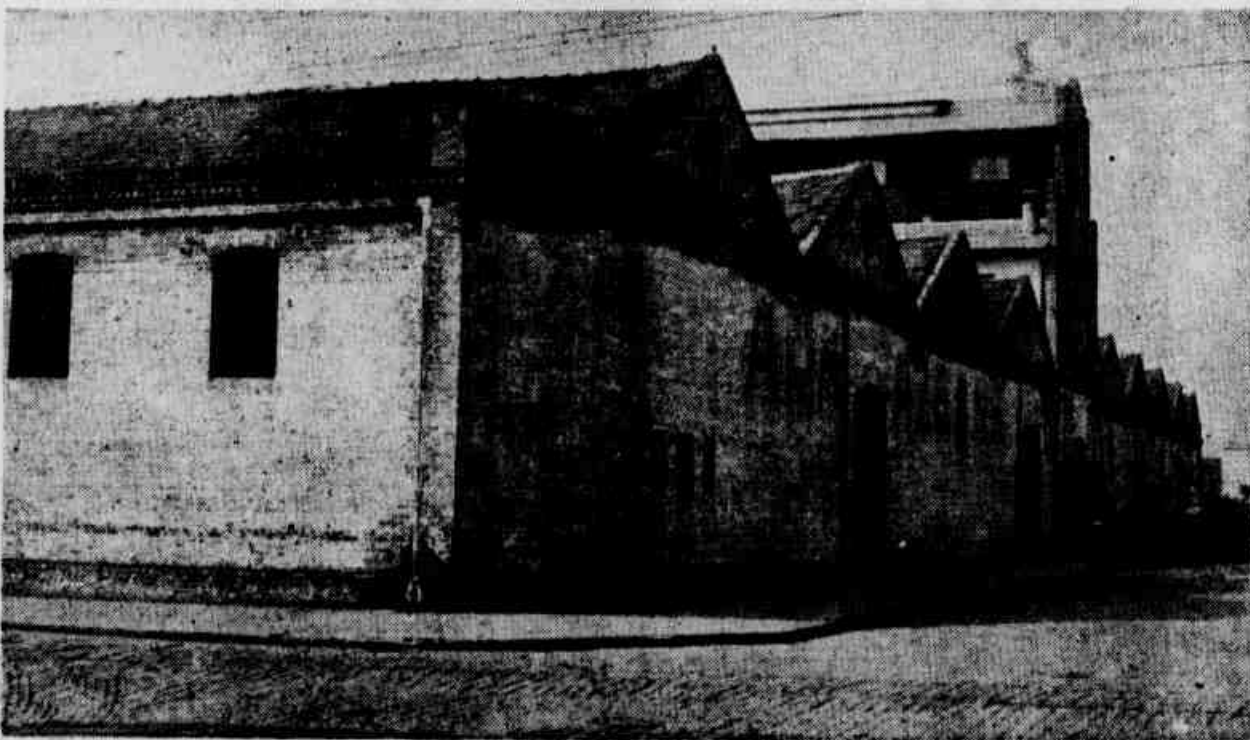
Foram fundados em 1934, constituindo um dos mais importantes ramos da firma Almeida Prado.

Seu capital, por ocasião da fundação, era de 200 contos e a sua diretoria era composta das seguintes pessoas:

Presidente: — Carlos Braga; Gerente: — Fábio Leite de Moraes.

Atualmente seu capital é de 13 milhões de cruzeiros e tem a seguinte diretoria:

Presidente: — Dr. João Adhemar de Almeida Prado; Superintendente: — Carlos Braga; Fábio Leite de Moraes, Gerente.

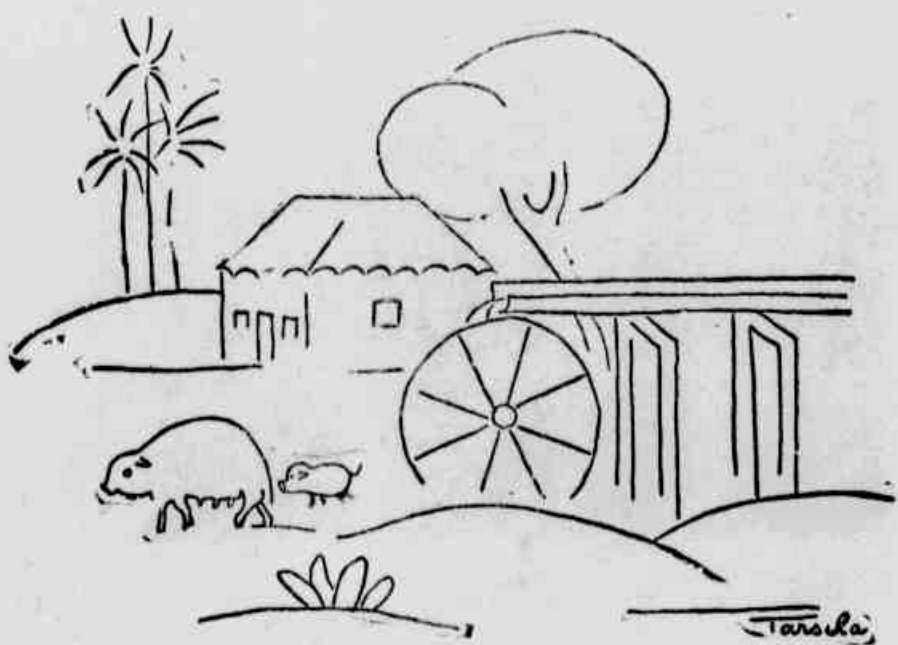
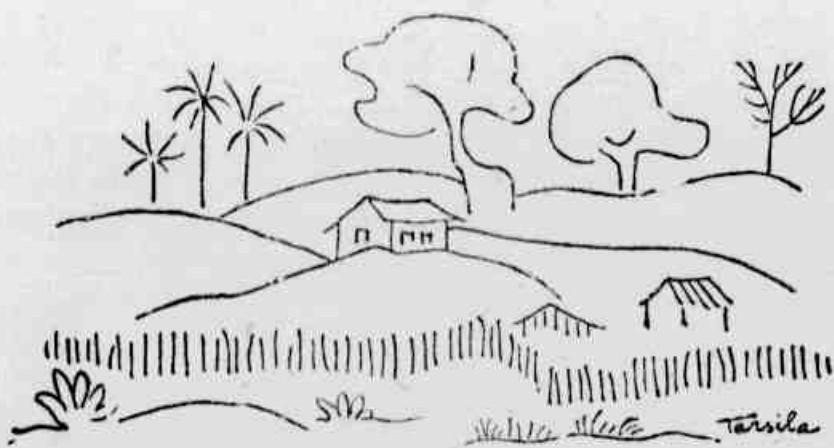
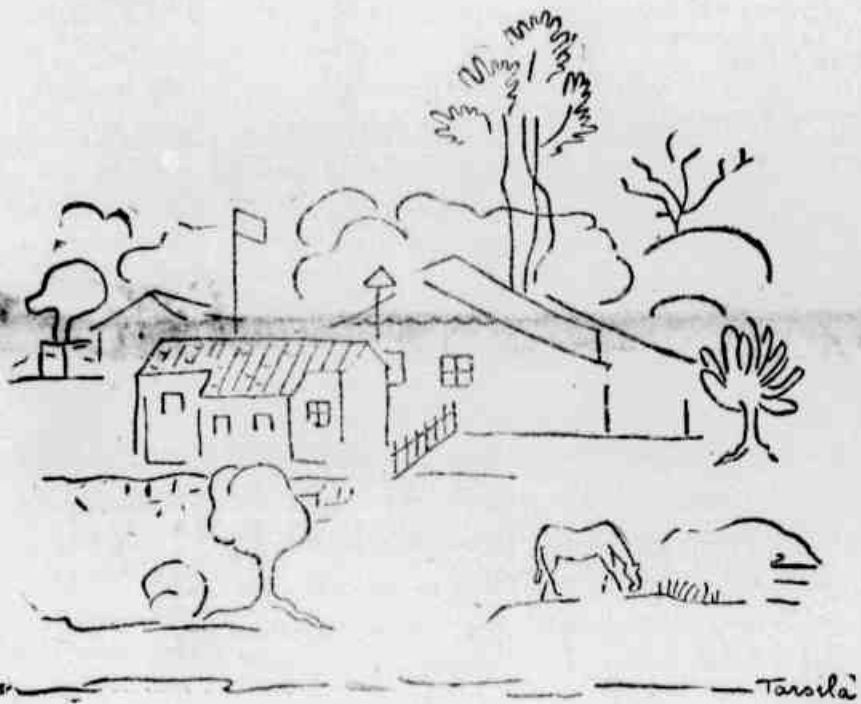


Armazem da rua Silva Jardim



DESENHOS
DE
TARSILA DO AMARAL

Fazenda de Café



"FAZENDA DE CAFÉ" em São Paulo não é uma instituição meramente econômica, mas, sobretudo, um traço cultural na estrutura social paulista. O café não representa apenas uma fonte de riqueza, significa antes de tudo um sentido de vida, podendo-se falar da civilização do café, pois ele criou hábitos, fixou aspectos, determinou destinos, moldou consciências, interferindo, em última análise, de forma decisiva, na estruturação da sociedade paulista contemporânea. A cultura do café, ao contrário do que sucede com muitas outras, não pode ser levada a efeito, economicamente, em pequenas áreas. O cafeeiro, via-de-regra, floresce no terceiro ano e começa a produzir no quarto, quando as condições climáticas são normais. Atinge seu máximo rendimento entre os seis e oito anos e encerra o ciclo produtivo aos quarenta, embora a árvore possa viver com exuberância até cem anos. Dá a necessidade de periódicos replantes.

Com exceção do litoral paulista, pode afirmar-se que a cultura de café está presente em todo o território do Estado. Há regiões de cafezal velho e as de cafezal novo; aquelas caracterizadas pela existência da cultura cafeeira desde há sessenta anos e estas por culturas mais recentes. A rigor, deveríamos distinguir três tipos de cultura: a velha, a nova e a novíssima. Como exemplos do primeiro, temos a região do vale do Paraíba e os municípios tributários da E. F. Mogiana (mais de trinta anos), do segundo, a baixa Paulista e Araraquarense (vinte a trinta anos), e do terceiro, a alta Paulista e a Sorocabana (menos de vinte anos). Certamente, esta distribuição não pode ser rigorosa, pois há alguns municípios em zona de cultura recente que mantêm velhas plantações, como há formação de cafezais na chamada zona velha.

"Colono" é a expressão usual que designa o trabalhador que presta serviços na lavoura de café. A condição de "colono", em contraposição de "assalariado", decorre, sobretudo, do regime de pagamento a que aquele está sujeito. O "colono" vive na "fazenda" em companhia de sua família, havendo entre ele e o "proprietário" um contrato no qual se fixa o número de pés de café de que a "família" deve cuidar.

Varia, conforme a quantidade de "braços", a possibilidade de "trato" por parte duma família, pois as muito numerosas podem "tocar" de oito a dez mil pés, enquanto as pequenas, de três a cinco mil. Nos tempos em que a imigração italiana era franca e se processava em jacto contínuo, havia mão-de-obra sempre disponível. O italiano era muito procurado pelo fazendeiro porque o rendimento do seu trabalho era elevado e sua família em geral numerosa.

O pagamento do "colono" se faz geralmente na base de tarefa. É fixada de comum acordo entre o "colono" e o "fazendeiro" a remuneração anual por mil pés tratados, inclusive os trabalhos de colheita. Normalmente o café exige duas a três "carras" anuais, havendo fazendeiros que levam a efeito até cinco. Quando os frutos já se acham em vias de amadurecimento, procede-se à "coração", operação que consiste em formar ao redor dos pés uma coroa de terra, cujo fim é segurar os frutos que vão caindo da árvore por já estarem secos. A colheita, a "varrição" a "abanção", a lavagem, a secagem, o beneficiamento e o ensacamento são outros tantos mistérios que reclamam muitos "braços", mormente no período compreendido entre 15 de junho e 15 de agosto.

Convém notar que o "administrador" é quem distribui, orienta e fiscaliza o trabalho do "colono". Não há, cotidianamente ou de forma regular, entendimentos entre o "fazendeiro" e o "colono". O "administrador" é

OLAVO BAPTISTA FILHO

pessoa de confiança, mais instruído, portador de experiência e assalariado, tendo ainda, não raras vezes, participação nos lucros da propriedade.

Não obstante o contrato estipular a remuneração com base na execução de tarefas durante o ano agrícola, o pagamento se faz em geral todos os meses (as mesadas).

Quando contrata a família do colono, o proprietário abre mão de certa área de terra, cedendo-a para que nela o "colono" plante alguns produtos essenciais à sua manutenção. No meio do próprio cafezal, em intercalação, aliás prática muito frequente, plantam-se comumente o milho e o feijão. Estas culturas não só atendem ao consumo da própria família e dos animais a ela pertencentes, mas fornecem sobras para a venda, o que constitui fonte de renda do "colono". Muitas vezes o "fazendeiro" é o próprio comprador dessas "sobras" e nesse caso abre-se um crédito na "cadereta" do "colono".

Há uma relação tão íntima entre as lavouras de subsistência e a cultura cafeeira que, por ocasião do corte de milhões de cafeeiros, em virtude da crise de superprodução, reduziu-se acentuadamente a produção daqueles gêneros no Estado de São Paulo.

O café tem preferência pela chamada terra roxa, muito embora a sua cultura se faça até mesmo em terrenos arenosos. Pela avidez de potassa e azoto e em face do grande desenvolvimento radical, as terras profundas e permeáveis são recomendáveis para o cafeeiro. É frequente ouvir-se dizer que onde há o "cedro", a "capitã", ou a "palha brava", a terra é boa para o café. As safras dos cafezais novos plantados em terra de mata, são exuberantes. Com o tempo, porém, a fertilidade doada pela mata ao cafezal vai desaparecendo, e a produção, em consequência, decai. A prática da adubação, que poderia ter modificado o "roteiro do café", nunca foi muito generalizada em São Paulo, se bem que venha ganhando terreno ultimamente. O estercor animal está sendo empregado, quer pela facilidade de obtenção, quer ainda pela riqueza de matérias orgânicas que encerra.

DEFESA DO CAFEZAL

A erosão tem sido de consequências funestas para os cafezais das serras e das encostas. Raros são os lavradores que adotam técnicas de conservação nas suas lavouras.

Em geral, os cafezais são expostos aos raios solares, pois são formados depois das derrubadas, nas terras férteis da mata. A exposição continua do cafezal ao sol, segundo têm observado os especialistas, é bastante prejudicial à qualidade do fruto e ao volume da produção. Toda a argumentação dos técnicos visa a demonstrar que o café precisa de sombra. A defesa do sombreamento hoje é feita por grandes técnicos. A experiência vem sendo repetida em muitas propriedades, com êxito.

É certo que, se o sombreamento e as curvas de nível se vulgarizarem, haverá substancial transformação na cultura cafeeira. Os métodos de produção e trabalho serão influenciados apreciavelmente pela introdução de novas técnicas agrícolas.

A colheita é uma verdadeira mobilização de esforços da comunidade que vive na "fazenda". A época em que ela ocorre vai de meados de junho até fins de agosto, atingindo o ponto máximo nos primeiros dias de julho.

O café se apresenta, a princípio, em grãos verdes e duros; à medida que amadurecem, eles se tornam vermelhos e passam então a

chamar-se "cereja": quando secam, escurecem e tomam o nome de "côco". As sementes propriamente ditas ficam dentro de invólucros, sendo o de fora a epiderme, revestindo uma polpa esverdeada que serve de proteção às mesmas.

A colheita pode ser executada, principalmente, segundo os três processos descritos a seguir:

- DERRICA** — Consiste em arrancar os grãos de cada galho todos ao mesmo tempo. Os grãos assim arrancados, como não poderia deixar de ser, vão caindo ao chão, juntamente com as folhas que os entremeciam nos galhos;
- DERRICA NATURAL** — O café é à medida que for secando no pé, cai sobre um pano colocado no chão com a devida antecedência;
- CATAÇÃO** — É a operação de apanhar manualmente o café grão a grão.

Os processos indicados, têm todos eles, as suas vantagens e seus inconvenientes, sendo o primeiro deles o mais largamente empregado nas diferentes zonas cafeeiras do Estado. A colheita pela derrica é uma operação mais rápida do que as outras, embora não seja a mais recomendada sob o ponto-de-vista econômico, porque não seleciona o fruto a ser colhido, resultando colher frutos que ainda não estão no "ponto". O café não deve ser colhido ainda verde ou verdolengo porque o fruto não progride na maturação depois de apanhado. Não ocorre, portanto, o que sucede com outros frutos que podem ser apanhados "de vez". Além do mais, juntamente com os frutos, são arrancadas muitas folhas, ficando o cafeeiro bem danificado no seu revestimento após a colheita.

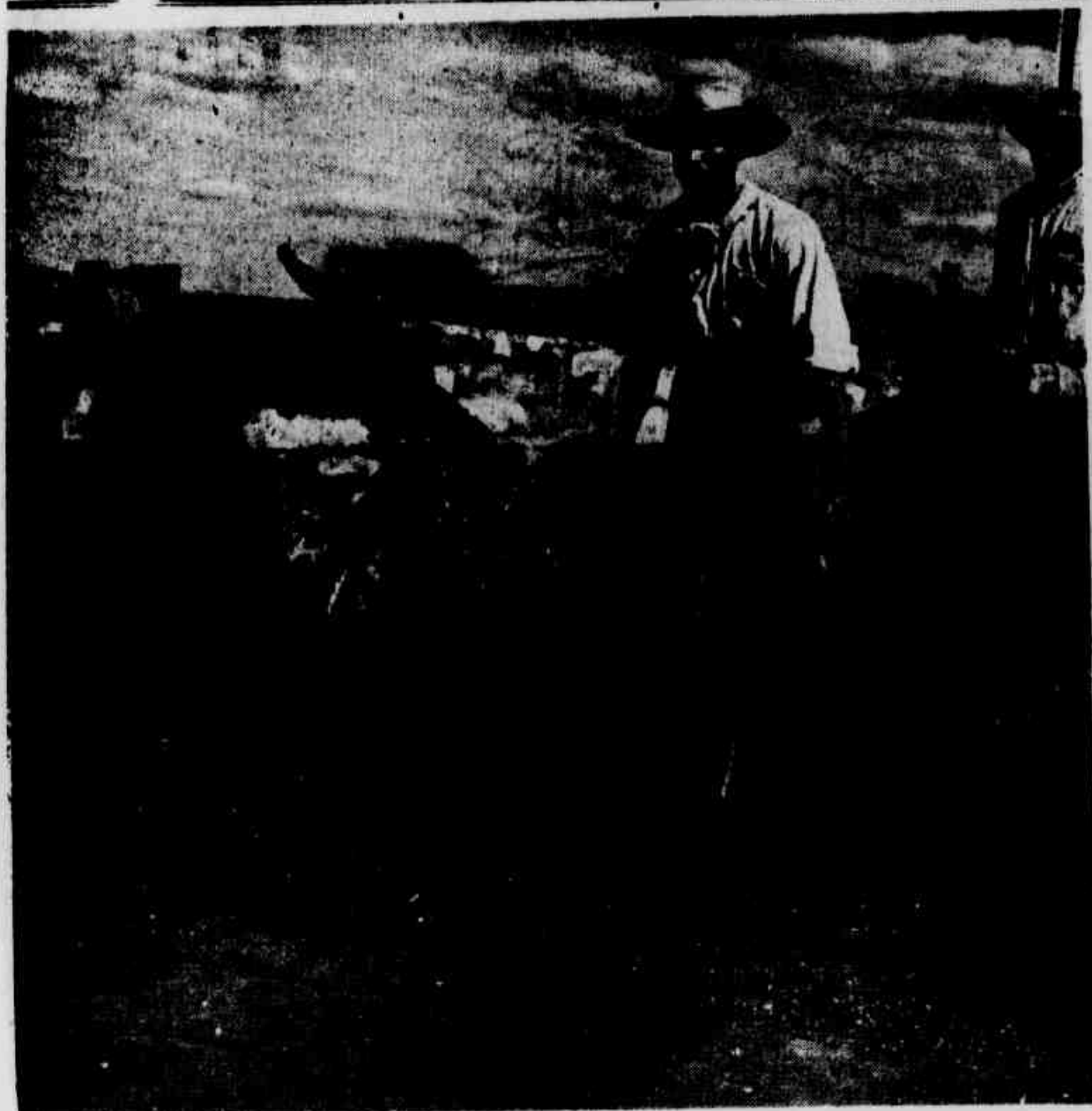
Na chamada derrica natural, o inconveniente está na demora, porque o café não amadurece por igual, havendo sempre talhões que ficam mais atrasados. No mesmo pé, a parte do cafeeiro mais exposta ao calor amadurece mais depressa do que a restante. Entretanto, há verdadeira seleção natural dos frutos no "ponto", e assim a qualidade do produto pode ser bem melhorada.

Pelo processo da catação também se realiza a seleção rigorosa, sendo colhidos primeiramente os frutos em condições, ficando os outros no pé para o repasse. Trata-se, porém, de um processo oneroso e de aceitação restrita. O "colono" não se inclina muito pela catação, preferindo a derrica que "anda mais depressa", assim também pensando o "fazendeiro". A "derrica" é já uma tradição tão velha quanto a própria lavoura cafeeira, e não será substituída sendo lentamente, embora os seus inconvenientes sejam conhecidos e reconhecidos.

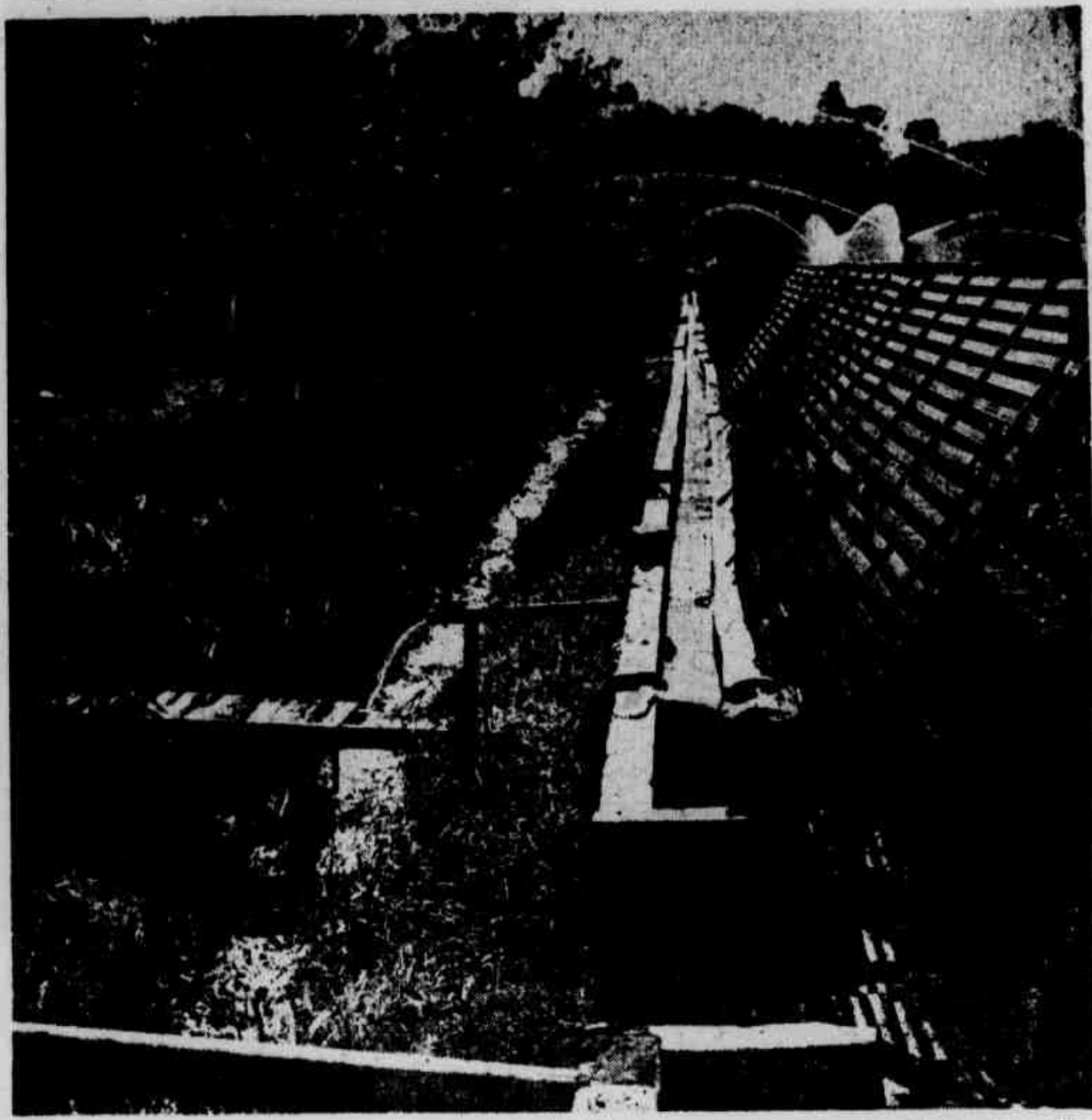
O café, uma vez derricado, cai no chão, procedendo-se então à "varrição" que vai ajuntando-o em pequenos montes. Este ajuntamento faz com que se misture ao café muita folha e detritos que fazem ao pé do cafeeiro. Os montículos são recolhidos e postos na peneira para serem "abanados". A "abanção" é a operação que consiste em ativar o conteúdo da peneira para o alto. Durante a trajetória, o vento se encarrega de fazer cair as folhas e outros detritos mais leves no chão, e o café então retorna livre de impurezas para a peneira. Depois, não havendo conveniência de removê-lo imediatamente para o terreiro, amontoa-se o café no próprio cafezal, onde ele fica aguardando transporte para o lavador. Nem todo o dia há lavagem, sendo hábito fazer-se transportar o café do cafezal para o lavador no dia em que este deva funcionar.

O cafezal é sempre plantado em quadras e em lotes. A colheita nas fazendas bem organizadas é feita por lote, de forma a se ficar conhecendo o rendimento e a qualidade de cada talhão.

(CONCLUI NA PAG. 14.º DESTA CAD.)



Guataparã, dos Irmãos Morganti, é o mais notável exemplo de recuperação de uma velha fazenda cafeeira. O ouro verde, apanhado nos cafezais distantes, deságua nos terreiros.



O viveiro, com 400.000 laminas, assegura a continuidade das plantações da Fazenda Guataparã. Café é produto paulista e não pode emigrar de São Paulo.

CAFEZAIS RESTAURADOS DA FAZENDA GUATAPARÁ

NAO há semana, nesta colheita, em que a Fazenda Guataparã, situada em Ribeirão Preto, não hospede reporteres e cinegrafistas, tan-

to do país como do estrangeiro. O próprio Instituto Brasileiro do Café lidera a campanha de divulgação, do que ali se faz. Impõe-se a pergun-

Os Irmãos Morganti (Fúlvio, Renato, Lino e Hélio) reconduzem à opulência antiga, uma das mais velhas e tradicionais fazendas de São Paulo — Repercuta no exterior a recuperação para a plena produtividade daquelas famosas terras roxas, berço dos melhores cafés do mundo

ta: por que? Porque a Guataparã, que os irmãos Morganti (Fúlvio, Renato, Lino e Hélio) adquiriram dos herdeiros de Martinico Prado, é, pal-

pitando aos olhos, o exemplo mais impressionante de restauração de uma velha fazenda cafeeira.

Aquelas terras roxas, que se estendem por 7.000 alqueires, foram das mais opulentas do Estado, com mais de dois milhões de pés de café. Depois decaíram, dos velhos cafeeiros apenas um milhão subsistiu, com uma produção que mal chegava a 20 arrobas por 1.000 cafeeiros. Estaria fadada ao desaparecimento, como as grandes fazendas da região; os irmãos Morganti, porém, tornando-se os seus proprietários, atiraram-se a um corajoso plano racional, e graças inclusive à adubação química, verde e orgânica, a par dos métodos mais modernos de lavoura, restauraram-na integralmente. A produção deste ano, daqueles mesmos cafeeiros que já nada mais rendiam, reergue-se es-pantosamente à medida acima de 80 arrobas por 1.000 pés, num desmentido ao tabú de terras cansadas e cafezais velhos.

Percorremos a fazenda, por dois dias, em companhia do fazendeiro Helio Morganti e do seu engenheiro - agrônomo Nelson Lourenço Camolesi. A propriedade, inteira, é um barborinho febricitante em torno das colheitas, que se ma-

nifestaram extraordinárias. Secando ao sol, o café nos terreiros. Estavam abarrotados os vinteiros e um terreiro, e na apanha, moços em bandos joviais e em trajes típicos esparramavam-se pelos cafezais. Era uma fazenda, senão morta, pelo menos parada, e agora, tudo é vida, atividade, ao cheiro doce, típico do café colhido. A Guataparã, assim ressurrecta, mostra aos paulistas que a terra, cuidada, é eternamente produtiva.

Num dos serões na bela casa-da-fazenda, que olha o lago, o fazendeiro Helio Morganti concedeu-nos uma entrevista, que reproduzimos pela sua oportunidade.

— "A crise da produ-

ção cafeeira no Brasil deve ser sanada onde se verificou, isto é, aqui, em São Paulo por se tratar de um problema mais facilmente solúvel, onde já existe o arcabouço fundamental, constituído pelas chamadas benfeitorias. Uma fazenda de café não se improvisa. Deve-se levar ainda em consideração que os melhores cafés do mundo são os do chão paulista. Cafezais que produziram no passado, podem e devem produzir no presente. Na realidade não existe cafezal velho, mas cafeeiros velhos, que à medida que tombam ou adoecem, devem ser substituídos. Cada replanta é um nascimento e o cafezal, assim renbado, é como a humanidade, eterno.

Uma grande parte das

velhas fazendas cafeeiras de São Paulo são improdutivas porque ali impera esta rotina retrógrada que, em absoluto corresponde ao sentido racional da agricultura: falta de cultivo, adubação precária em qualidade e quantidade; sistema de cultura intercalar, que reduz sensivelmente a produção do cafeeiro; grande número de falhas nos talhões de cafeeiros-irrigação deficiente; a terra sujeita à erosão, ladra de milhares de toneladas de húmus que as águas das enxurradas levam aos rios".

A seguir, apontou-nos a solução para que as terras ditas cansadas se recuperem, reaproximando-se ou, mesmo, superando a produtividade antiga:

— "Evidentemente a cultura do café nessas

VIA RADIONAL

para os negócios de

CAFÉ!

O êxito dos negócios do CAFÉ com o mundo, depende das boas comunicações: rápidas, sigilosas e exatas. Para os seus telegramas internacionais, exija - Via Radional.

Para as suas comunicações telefônicas com os Estados Unidos, Europa, Ásia, África, Oceania e todas as Américas, especifique - Via Radional.

Via Radional significa - "bons negócios".

Para telegramas (Serviço Internacional)
Chamada e taxa de transmissão:

no Rio: 22-5191
em S. Paulo: 34-7118
em Belo Horizonte: 4-2200
em Porto Alegre: 5282
em Recife: 6620

Para telefonar (Serviço Internacional & Interior)

no Rio: 01
em S. Paulo: 01
em Belo Horizonte: 01
em Porto Alegre: 8282
em Recife: 7046

Via Radional do Brasil

FILIAIS EM
TODO O PAÍS



uma associada da

IT&T

MATHE: Av. Almirante Barroso, 91 — Rio de Janeiro



Os métodos mais modernos da agricultura são empregados. Na foto, o piloto Alceu Argondiso, em arrojado vôo rasante, polvilha os cafezais septuagenários contra as pragas. Os Morganti recuperaram um milhão de cafeeiros.



Bandas juvenis de moças, em trajes típicos da colheita, procedem à apanha, no pano, enquanto outras abanam o café. A velha fazenda de 1885 pulsa, inteira, em vitalidade produtiva.



A irrigação dos novos cafeeiros. Procedem-se ao plantio de 200.000 pés de café. Ao lado das velhas lavouras restauradas, formam-se os novos talhões.

OFERECEM COLHEITAS DE MILHÕES DE CRUZEIROS

zonas deve ser feita em bases novas. Como defesa do solo, cordões de nível, capinas alternadas, aração e cobertura de sulcos; principalmente, deve o fazendeiro estar sempre em contacto com os serviços de combate à erosão, muito bem organizado nas Casas de Lavoura.

Por outro lado, a agricultura deve associar-se à pecuária e à avicultura para a produção abundante de esterco composto. Os tratamentos culturais incluem plantações de leguminosas e colheitas que eliminem o barbarismo das derridas violentas.

A par das replantas nos talhões já formados, as plantações novas devem ser feitas diferentemente, escolhendo-se a

variedade que melhor se adapte ao terreno, e o emprego de mudas selecionadas, de preferência em laminas. Toda a fazenda deve ter um viveiro que seja o orgulho do seu proprietário. Nestes cuidados, está o segredo da recuperação das velhas fazendas de café.

O sr. Helio Morganti está convencido de que no Brasil, o café deve ser plantado em São Paulo. Porque...

— "O chão paulista tem valores que ninguém pode criar alhures para a cultura cafeeira: é o clima, o ar, um conjunto de fatores, que, aliados à tradicional mentalidade cafeeira e às benfeitorias, — terreiros, casas de colonos,

luz, assistência, comunicações não podem ser desprezadas. Por exemplo, que outra zona produziria o café que Ribeirão Preto produz, esse café estritamente mole, o melhor do mundo? Como recompor, também em alguns anos uma estrutura de edificações, como esta de Guataporã?"

E o engenheiro-agronomo Nelson Camolesi, também presente, conclui: "Plantar café no Paraná é uma aventura do paulista. O verdadeiro fazendeiro deve plantar café onde os seus avós plantaram, assim psicologicamente incorporando aos seus conhecimentos modernos a vida tradição".

Por manhãs e tardes visitamos em companhia

Reportagem de BENEDITO RIBEIRO
Fotografias de NARCISO SANTOS

do sr. Helio Morganti a fazenda inteira, ressuscitada e em prodigiosa colheita. Em plena forma de produção os mais antigos cafeeiros, ofertando cargas pesadas. Assistimos ao polvilhamento das cafeais com BHC, contra as pragas, feito do ar, com Alceu Argondizo pilotando o teco-teco, em vôo rasteiro, desganhando as ramagens. Noutras bandas, trabalhadores abriam covas para as novas plantações, dentro de um plano de plantio de 200.000 pés até o fim do ano vindouro. Impera em tudo, no viveiro, nos novos talhões, o espírito de fixar a cultura cafeeira no solo paulista, dando ao labor incessante o sentido de agricultura e não de exploração.

Os irmãos Morganti prolongaram à comunidade trabalhadora o mesmo carinho, assistência e amor dados à terra. Vivem na Fazenda Guataporã 2.000 pessoas, das quais 800 absorvidas nas lides agrícolas. Os funcionários de categoria moram em viviendas belíssimas e todas as casas de colonos foram remodeladas, proporcionando conforto no pa-

drão moderno. Nove professoras ensinam a 300 crianças no grupo escolar, e a parte recreativa inclui clube, cinema, completado tudo por uma assistência médica-social eficientíssima.

Os Morganti ostentam com orgulho aos visitantes a data em que Martinho Prado Junior criou a Fazenda Guataporã:

1885. Essa velhice vestida, que é tradição, valoriza, em imponderável riqueza de sentimento, a restaurada opulência da grande propriedade.



...o gosto de Nescafé é o verdadeiro gosto do

café de alta qualidade!



O Sr. já notou que o Nescafé não é um café comum. Tendo o gosto característico do café de alta qualidade, Nescafé é feito com os melhores tipos do melhor café do Brasil. Para o seu cafézinho prefira Nescafé. Nescafé é mais econômico:

além de seu alto rendimento, evita sobras e desperdícios, pois é usado na medida exata.

E quando quiser um café-com-leite ainda mais delicioso, prepare um Nescafé-com-leite. É mais concentrado e muito mais gostoso.

NESCAFÉ... É CAFÉ BRASILEIRO 100% PURO



O fazendeiro Hélio Morganti e seus irmãos Fulvio, Renato e Lino reergueram a Fazenda Guataporã a um nível de produção opulenta. As colheitas deste ano foram extraordinárias. Colonos abrem o café ao sol.



A maior unidade produtora de ácido sulfúrico do país

Café

**éste pequeno grão
que constrói tantas riquezas...**



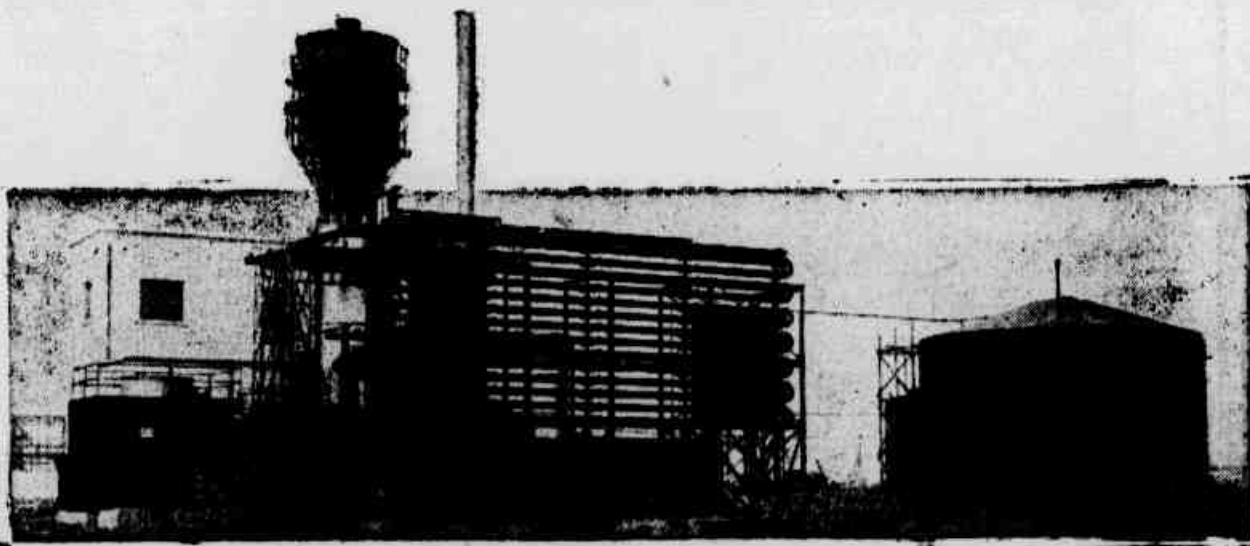
● Há muitos anos passados, quando mais urgente se tornava a recuperação das terras cansadas, a "Quimbrasil" e a "Serrana", iniciavam a sua atividade pioneira. Desde então, elas jamais deixaram de lutar o bom combate, dando pronta solução aos reclamos da terra exausta, através de métodos modernos de agricultura e adubação química. Entretanto, é de justiça ressaltar a contribuição vital emprestada neste sentido, por estes grandes amadores da terra que são os homens do café. Homens que realizaram o milagre de transformar pequenos frutos em grandes riquezas. Homens que construíram toda uma civilização à sombra dos cafezais sem fim! A eles, deve a Nação não só a manutenção de sua principal riqueza, como também a dívida superior da conservação de seu patrimônio que é o solo. A "Quimbrasil" e a "Serrana" — pioneiras no movimento de recuperação das terras cansadas — sentem-se orgulhosas em terem podido ajudar a esta gente magnífica. É um exemplo a ser imitado. Exemplo que reverdece esperanças num futuro agrícola mais abundante, capaz de atender às aspirações comuns de uma vida melhor e mais feliz para todos.



Uma fase da colheita no Campo de demonstração da Serrana S. A. de Mineração



Outra fase da unidade produtora de ácido sulfúrico destinada integralmente à fabricação de superfosfato para adubação do solo brasileiro.



**solo recuperado...
mais café exportado!**

A "Quimbrasil" e a "Serrana" colocam à disposição dos Srs. agricultores e cafeicultores em particular, as mais modernas e avançadas técnicas de agricultura, através de produtos de alta qualidade e comprovada eficiência.

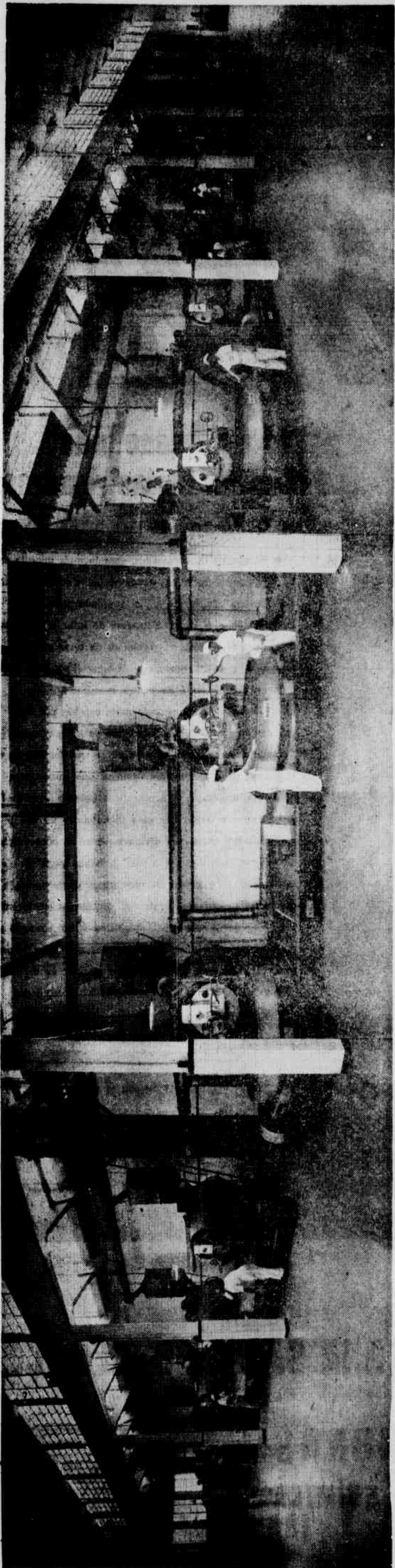


SERRANA S.A. DE MINERAÇÃO

QUIMBRASIL

QUÍMICA
INDUSTRIAL
BRASILEIRA





VISTA PARCIAL DA GRANDE TORREFAÇÃO

★ Graças a seus amplos recursos e alta especialização, a Companhia União dos Refinadores produz os cafés mais saborosos e mais invariáveis de São Paulo: Cafés UNIÃO e CABOCCO, padrões da mais alta qualidade! ★

COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES

A IMPORTANCIA DOS ADUBOS ALEMANES NA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL

PAUL W. WILM

Não se discute mais a respeito: as entidades oficiais brasileiras e os institutos brasileiros de pesquisas, bem como os agrônomos regionais que desempenham suas atividades no interior, e grande parte dos cafeicultores sabem que, sem adubação, a cultura lucrativa do café é apenas possível, durante um período curto de tempo, nos poucos solos brasileiros de primeira qualidade, não sendo mesmo absolutamente possível em muitos dos solos médios. Se bem que na maior parte do estado de São Paulo e de outros estados do Brasil existam ótimas situações e condições de clima favoráveis à cultura do café, a fertilidade do solo infelizmente deixa muito a desejar.

Na sua maioria, os solos do Brasil estão predestinados a perder, dentro de poucos séculos de cultura, a fertilidade acumulada durante milhares de anos pela mata virgem. Não é tanto o esgotamento pelas colheitas que produz o empobrecimento do solo; são as chuvas tropicais do verão que roubam a fertilidade das áreas desnudadas, cabendo um papel preponderante à grande permeabilidade do solo.

Os brasileiros, tanto os cientistas como também os práticos, reconhecem o problema nos últimos séculos, atacando energeticamente a luta contra os elementos adversos. O lema da luta é: "Nas terras recém-desbravadas, deve-se prevenir, desde o início, o empobrecimento do solo; nas terras já depauperadas, deve-se restabelecer a fertilidade, por mais difícil que isso pareça!" Os meios a serem empregados para se conseguir tal objetivo são múltiplos: calagem, adubação verde, preparo de composto, produção de grandes quantidades de adubo animal e, não em último lugar, adubação química. Muitos lutadores se limitam a um desses meios, afirmando que, por si só, conduz ao objetivo. Contudo, os entendidos chamam sempre, acertadamente, a atenção para o fato de que será necessário empregar-se o conjunto dos meios essenciais, tanto a calagem, como a adubação orgânica e inorgânica.

Assim, por exemplo, somente em casos raríssimos seria economicamente viável manter-se um número tão grande de animais de estábulo (gado leiteiro, porcos ou galinhas), que tornasse possível cobrir toda a necessidade de fertilizantes de uma plantação de café de tamanho normal. O adubo mineral terá sempre que completar o estérco. A produção do Brasil em resíduos orgânicos (tortas oleaginosas, farinha de ossos, farinha de carne, farinha de peixe, etc.) nunca poderá suprir mais do que uma pequena porcentagem da necessidade total de adubos. Além disso, essas substâncias também deverão ser adicionados adubos químicos.

AS DUAS ADUBAÇÕES

E a adubação verde? — Ela consegue retirar o nitrogênio do ar, transportando-o para o solo, mas — principalmente no caso de cafeeiros desenvolvidos — em quantidades insuficientes. Além disso, não existe espaço suficiente entre cafeeiros completamente desenvolvidos. A adubação verde não adiciona, em absoluto, fósforo e potássio ao solo. Assim, sendo bem orientada, deve ser completada com adubação mineral. Também neste caso não vale, pois, uma ou outra, mas sim uma e outra. O papel principal da adubação verde consiste em transformar adubos inorgânicos em adubos orgânicos. Para isso não é indispensável o uso de determinadas espécies de plantas, cujas sementes são por vezes de difícil aquisição, e cuja cultura também apresenta uma série de dificuldades. Uma adubação verde mais simples pode ser conseguida mediante tratamento adequado das ervas daninhas. Por exemplo — primeiramente aplicam-se quantidades copiosas de adubos inorgânicos, que fornecem, por um lado, os elementos nutritivos necessários ao café, e, por outro lado, fomentam o desenvolvimento das ervas daninhas. Em segundo lugar, deixamos que as ervas se desenvolvam vigorosamente e enterremos-las, então, superficialmente, para que passem a atuar como adubo orgânico.

Em terceiro lugar, só repetiremos a colheita quando as ervas se tiverem desenvolvido novamente com todo o vigor. Não será, portanto, um combate às ervas daninhas, mas um aproveitamento racional das mesmas, para transformarem adubos inorgânicos em orgânicos! Também nas outras partes do mundo não se passou da adubação natural para a artificial: tanto na Europa como nos Estados Unidos e na Ásia Oriental combina-se a adubação orgânica com a inorgânica, sendo que o emprego de elevadas doses de adubos inorgânicos provoca forte aumento na produção de massa orgânica na própria fazenda, como estérco, adubo verde, compostos de toda espécie, etc.

CONSUMO REDUZIDO

O Brasil encontra-se ainda no começo da aplicação de adubos. Em comparação com outros países, o consumo brasileiro é mínimo. Isto vale principalmente também para o consumo de adubos para o café. Este encontra-se ainda no seu início. O Brasil todo consumiu, em média dos últimos 3 anos (estimativa da produção própria, incluindo farinha de ossos, tortas oleaginosas, etc., mais importação), 450.000 toneladas de diversos adubos comerciais, contendo, em números redondos:

30.000 toneladas de N (azoto puro)
65.000 toneladas de P 205 (ácido fosfórico puro)
35.000 toneladas de K 20 (potassa pura)

Referidos à área total de 18 milhões de hectares cultivados no Brasil, significa isto um consumo, por hectare, de aproximadamente:

1,7 kg. de N
3,6 kg. de P 205
1,4 kg. de K 20

O consumo correspondente, no ano de 1951/52, foi o seguinte, nos países abaixo mencionados:

ELEMENTOS NUTRITIVOS EMPREGADOS, EM KG. HA, NA ÁREA CULTIVADA

	N	P 205	K 20
Holanda	67,1	41,7	68,8
Bélgica	46,1	46,6	81,4
Noruega	33,1	35,1	44,4
Alemanha Ocidental ..	27,4	33,4	51,2
Dinamarca	23,0	26,9	42,5
Suécia	16,3	25,4	16,6
Grã Bretanha	14,6	22,4	13,7
França	9,3	15,9	13,8

O consumo de adubos no Brasil está, porém, aumentando. Há 5 anos foi apenas a metade do consumo atual, e continuará subindo.

Quem fornece os adubos necessários e quem os fornecerá no futuro?

Tratamos, primeiramente, dos adubos fosfatados, que representam, sob o ponto de vista quantitativo, os mais importantes para o Brasil. A produção nacional já atingiu volume apreciável no tocante a esses produtos. Se bem que atualmente ainda haja necessidade de importar quantida-

des consideráveis de adubos fosfatados industriais, a importação passa mais e mais para fosfato bruto, que, em numerosas fábricas existentes no país, é empregado parte na preparação de superfosfato, parte na de fosfato em pó. O Brasil dispõe de grandes quantidades de fosfato, podendo-se mencionar as jazidas, até agora descobertas, de Jacupiranga, Jucuí e Itapema, no Estado de São Paulo; Araxá, e Minas Gerais; Ipirá, na Bahia; Olinda, em Pernambuco, e Trauíra, no Maranhão. As jazidas de Jacupiranga e Jucuí já estão sendo exploradas e industrializadas, e a produção está constantemente sendo aumentada. As outras jazidas seguirão um dia, quando os problemas da sua exploração estiverem resolvidos.

O SEGUNDO DA SÉRIE

Segue-se o potássio — Jazidas deste importante elemento nutritivo, cuja exploração fosse econômica, ainda não foram descobertas no Brasil, a menos que o sal, de localização muito profunda, das jazidas de Cotiguiuba, possa ser um dia explorado de maneira econômica. As demais ocorrências apresentam baixa porcentagem. Mas muitos outros países também têm que importar potássio e os dois grandes fornecedores — a Alemanha e a França — têm a possibilidade e se prontificam a comprar os múltiplos produtos do Brasil e fornecer em troca, as quantidades desejadas de potássio, o que está se processando de maneira contínua e crescente. O mesmo também se dá com o azoto. Todo alemão toma café brasileiro, fuma tabaco brasileiro, consome cacau brasileiro, calça sapatos fabricados com couro brasileiro e usa roupas confeccionadas com algodão brasileiro; em compensação, pode e quer exportar os seus produtos industriais para o Brasil, e entre os produtos da indústria alemã os adubos azotados ocupam um lugar importante. A Alemanha foi o primeiro grande fabricante de adubos azotados e conseguiu conservar o seu lugar como um dos maiores produtores de azoto combinado do mundo. "A Badische Anilin & Soda Fabrik A. G.", inventora e aperfeiçoadora da fabricação de nitrogênio sintético, a "Ruhr-Stickstoff Aktiengesellschaft" representando o grupo do Ruhr de grande produção, e também a importante "Farbwerke Hoechst A. G.", não são apenas os três principais produtores de azoto para a agricultura alemã, mas também, os maiores exportadores de adubos azotados.

Já antes da guerra a Alemanha foi, após o Chile, que deve ser considerado mais privilegiado sob o ponto de vista da geografia econômica, o principal fornecedor de azoto ao Brasil. Este lugar ele voltou agora a ocupar, depois que as destruições da guerra foram superadas. Há quatro anos os navios estão novamente trazendo, além de nitrogênio alemão, adubos azotados alemães para o Brasil, em volume crescente. De poucas toneladas no ano de 1950, a importação de adubos alemães pelo Brasil atingiu, em 1953, um volume de, em números redondos, 30.000 toneladas, no valor de cerca de 2,5 milhões de dólares. Já está assegurado que em 1954 será registrado um novo e considerável aumento, e não é de se duvidar que esse desenvolvimento prossiga, apesar de estar o Brasil começando a construir sua própria indústria de azoto. Tendo-se em vista a tendência com que o consumo está aumentando, a indústria nacional poderá suprir provisoriamente, apenas uma parte das necessidades, e enquanto a Alemanha for um excelente comprador de produtos brasileiros, será extremamente vantajoso para o Brasil adquirir adubos alemães.

AS NECESSIDADES DO SOLO

Porque são os adubos alemães desejados no Brasil? Por um lado, pelo fato de se tratar das formas que o solo brasileiro necessita. Contrariamente ao nitrato, que se dissolve muito rapidamente, os adubos azotados que a Alemanha fornece se acham principalmente nas formas amoniacal e amida, de dissolução mais lenta, tais como: Uréia, Sulfato de Amônio, Sulfonitrato de Amônio, Nitrato de Amônio Calcário, Nitrato de Amônio Potássico e Nitrofoska. Por outro lado, trata-se, na maioria dos adubos fornecidos pela Alemanha, de produtos de qualidade, como, por exemplo, a "BASF", que contém o azoto na forma de amido, e que, tendo 46% de N, é o adubo azotado mais concentrado e por conseguinte o que permite maior economia no frete e na aplicação. Ou, como no caso do Sulfonitrato de Amônio, produzido pela "Ruhr-Stickstoff A. G.", que é igualmente um adubo concentrado e com formas de N balanceadas, a saber, 1/4 como nitrato, para a primeira fase do desenvolvimento das plantas, e 3/4 na forma amoniacal, para a fase seguinte.

Em seguida, o Nitrato de Amônio Calcário, um adubo alcalino, com elevado teor de cálcio, é preferido nas culturas sensíveis à "fossa", e adubos similares completos, que põem à disposição das raízes das plantas os três elementos nutritivos essenciais, assim como cálcio e elementos raros, tudo intimamente reunido, a película de cálcio que envolve cada grânulo destes adubos o protege contra a troca muito rápida de íons e contra a lixiviação muito acelerada. A Alemanha-Ocidental por a "Verkaufsgemeinschaft Deutscher Kaliwerke", fornecendo o Clorureto de Potássio e o Sulfato de Potássio em suas concentrações máximas, propicia, apesar de grande percurso das células, jazidas alemãs até os portos brasileiros e destes às lavouras do interior, grande economia de transporte e de aplicação.

CLIMA E ADUBO

A maior parte dos adubos alemães importados é usada pela indústria brasileira de adubos na fabricação de fórmulas completas. Outra parte ainda é recebida pelos lavradores em estado simples para aplicação direta em cobertura ou para mistura na própria fazenda.

Mesmo que às vezes pouco mais caros do que os fertilizantes de outras procedências, os produtos alemães são, contudo, levando-se em conta os resultados que apresentam, os mais baratos. Logicamente, deve-se tratar um artigo de qualidade com o devido cuidado. Conforme mencionamos inicialmente, o clima do Brasil é um grande dissipador de nutrientes do solo. E, pois, de grande importância que os adubos sejam aplicados não em uma dose única mas sim em diversas, ao menos duas, melhor ainda em três doses. Conforme sucede com o homem e o animal, também a planta não consegue utilizar, de uma só vez, tudo quanto lhe for oferecido, e as grandes chuvas arrastam impiedosamente o excesso de adubos para o subsolo. O caféiro pertence a aquelas plantas cultivadas que compensam particularmente bem as despesas feitas com a aquisição de adubos. Quando cuidadosamente aplicada — em diversas doses e espalhada nos lugares onde se encontram as raízes das plantas, e não conforme su-va — a adubação consegue realizar verdadeiros milagres. Nas regiões do Brasil onde a altitude, a topografia e as condições de temperatura correspondem às exigências do caféiro, hoje em dia é possível, mediante uma adubação racional, cultivá-lo com o mais completo êxito, sem para isso ser necessária a existência de terra roxa ou de solos virgens.



PRIMEIROS CAFÉS DE PARIS

Curiosidade de feira o saborear do "kahva" levantino — Armenios, persas e turcos os primeiros cafeiteiros da Cidade-Luz — O "Caffé Procope", parisiense autêntico, começa a fazer de Paris o "café da Europa"



Estamos em 1672. Em Paris é representado o drama de costumes orientais "Baizet", de Racine. Este, segundo madame de Sévigné, admiradora do velho Corneille, aderira à "turcomania", então em voga na França.

Adquirindo a "turcomania", a alta sociedade pa-

risiense saboreava o "kahva" — o café árabe — no magnífico palácio de Soliman Aga, o enviado de Maomé IV ao rei-Sol. E' este Soliman aquele mesmo que, entregando a Luís XIV a mensagem que Maomé IV enviava ao seu "irmão do Ocidente", lhe perguntara, candidamente, porque ele não se punha de pé ao ler a assinatura do poderoso senhor dos levantinos.

Mas a sagrada bebida dos muçulmanos não saía da intimidade palaciana de Soliman Aga. A nobreza admitia ao convívio do exótico e quase fabuloso enviado, dizia do café maravilhoso e horrível: era uma bebida inebriante — na opinião de alguns — uma sordida coisa negra, amarga (não se adoçava a infusão) e pegajosa — no critério de outros.

Mas o café veio à rua, à feira, à tenda popular. Pascal, um armênio, instalou na mostra industrial da praça Saint Germain, o primeiro café de Paris. Não é ainda o estabelecimento que tomaria a designação do próprio nome da rubiacea e que passaria a denominar as casas onde o parisiense ia desde a escrever a sua correspondência e ler os jornais, até a fazer reuniões políticas e conspirações que mudaram varias vezes o curso da historia. E' apenas um botiquim, ou menos: uma tenda oriental de feira, onde a bebida, vinda diretamente do Levante, é preparada à moda turca e tomada à moda turca, em mesinhas baixas junto às quais os consumidores se sentam sobre coxins.

O café de Pascal chama-se a "Maison de Caova". A estranha infusão de exótico "kahva", é oferecida a três soldos a xícara — o mesmo preço do popular e doméstico copado de vinho do francês.

CURIOSIDADE: A SEMENTE

Mas os parisienses o degustaram, na tenda de Pascal, com o mesmo espírito de curiosidade com que, naquela feira industrial, admiravam os pelotiqueiros, os anões e as mulheres barbadas.

Assim, quando o armênio, finda a feira, transportou o seu café de Saint Germain para o Quai de l'Ecole, constatou que aquilo que lhe parecia exótico, fora apenas curiosidade de frequentadores de feiras. Falhou.

Mas a idéia fora lançada. Cinco anos depois, outro armênio — um tal Maliban — sem amedrontar-se com o insucesso do compatriota, instalava na rua Féron um novo café. Por segurança, resolveu vender ali, também, tabaco. Sucedeu a Maliban um persa, Gregoire.

Este instituiu uma relação entre café e literatura. E como a "intelligentsia" parisiense fizesse da "Comédie Française" o seu quartel-general, o esperto natural da estranha e longínqua Pasárgada levou sua casa para a rua Mazarin.

O café de Gregoire era uma espécie de Foyer da "Comédie". Os intelectuais, os anões, o mundo que, antes dos espetáculos, nos intervalos e à saída, comentava com calor as representações, a literatura, a política e os escândalos da sociedade, faziam-no agora com comodidade no café do persa.

O êxito deste estabelecimento encorajou outros

orientais. Ao transferir-se para as vizinhanças da "Comédie", Gregoire deixou o antigo café de Maliban a um seu compatriota, Macaire.

Mas este não possuía o "savoir faire" de Gregoire, melífluo e conversador, discutindo teatros com os clientes, tratando da "união de lugar" de Boileau, do classicismo de Corneille e do revolucionarismo teatral de Racine, enquanto servia água para o preparo do "kahva". Macaire acabou deixando o seu café a um flamengo, cognominado de "o gandes".

CAFE' A DOMICILIO

Cerca de 1690 chegou a Paris um grego de Creta, ilha então sob o domínio turco. Chamavam-no "o candiota". Pobre, o candiota não pôde estabelecer-se. Inventou o "café a domicilio". Andava a correr pelas ruas, carregando uma grande cafeteira e um fogareiro em miniatura. Cantava um prego em lingua grega, que os parisienses eruditos traduziram mais ou menos para isto:

Escorre, bebida amada;
Reina tu, café, sozinho,
Tira a uva aos bebedores,
Que és mais santo do que
[o vinho!]

Houve imitadores do grego, entre os quais o turco Joseph. Mas a moda de levar o café a domicilio, como o pão, desapareceu. E' que se sentia que o próximo futuro do café estava em sua participação na vida publica, na criação, por ele, de ambientes de reunião fora dos lares. O café formaria verdadeiras agoras, onde literatura, política, intriga e prazer viveriam intensamente.

Estamos nos primeiros anos do século XVIII. Como os outros latinos — os milaneses, os napolitanos, os marseheses — o burguês de Paris começa a sentir a necessidade de viver nas ruas e praças. A vida em publico tornou-se de "uso comum", e o café contribui para fazer cair a muralha espiritual.

O CAFE' DA EUROPA

E em 1702 surge o primeiro café verdadeiramente parisiense. E' Procope de Coltellio — fidalgo palermitano — o seu fundador. Conheceu ele os cafés levantinos e neles percebeu o "clima publico". Empobrecido pelos

asares da sorte, fôra "garçon" do armênio Pascal, em Paris. Em seguida, casara-se com uma parisiense, traduzindo o seu nome de Coltellio para Cousteau. Especialista no preparo do café, desde a sua torrefação e moagem até o fazimento da bebida, deu-se o título de "maitre distillateur". Comprou então o amplo café situado defronte ao "Théâtre Français".

O café de Coltellio-Cousteau quebrou a moda snob do estabelecimento decorado à turca. Adotou ele como "motto" da sua casa a frase jacobina de "Paris aos parisienses" e deu aos frequentadores do seu café comodidades ocidentais: mesas de mármore, espelhos, cadeiras que hoje chamariamos de "funcionais". Por outro lado, não se limitou a vender apenas café. Ofereceu chocolate, licores, bebidas geladas, biscoitos e doces. Aquele café de Procope era bem o que são as famosas "confiseries" parisienses, tipo, aliás, que mais tarde foi abandonado.

Do café de Procope, parisiense em tudo, se originaram todos os outros cafés de Paris. E a própria cidade, pouco a pouco, foi-se tornando naquilo que o abade Galvani conceituou: "o café da Europa".



COMPANHIA "THEODOR WILLE"

COMÉRCIO - INDÚSTRIA - REPRESENTAÇÕES

USROPA S. A.

EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES

EXPORTADORES DE CAFÉ

MATRIZ: SANTOS

RUA DO COMÉRCIO, 66

Caixa postal, 18

Fones: 2-8907 e 2-4934

Endereços telegráficos: "WILLE" e "USAROPA"

FILIAL: RIO DE JANEIRO

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 58

5.º e 6.º andares

Fones: 43-0380 e 43-9432



O CAFÉ NO BRASIL E SÃO PAULO

Francisco de Melo Palheta assentou praça no destacamento do estado do Maranhão, quando o Brasil ainda era província ultramarina portuguesa. Contava então cerca de vinte e um anos de idade. Nascera no Pará, onde seu pai, capitão de infantaria João Rodrigues Palheta, natural da vila de Serpa, na província do Alentejo, e de d. Maria da Ressurreição de Bitencourt, da mesma boa cepa lusitana. E casara-se com d. Bernarda de Mendonça Furtado, aparentada com uma das mais distintas famílias lusitanas.

Um centenário antes da independência do Brasil, Francisco de Melo Palheta ocupava o posto de sargento-mór (equivalente ao de major atual), quando recebeu a incumbência de importante missão no "far-west" brasileiro. Deu-lha o governador do Maranhão, João Maia da Gama, por volta de 1722. Partiu, com a tropa sob seu comando, a 11 de novembro desse ano, da cidade de Belém, praça do Grão Pará, rumo às vertentes do Rio da Madeira.

UMA CRUZ POR BANDEIRA

Rio acima, as embarcações enfrentam mil e uma dificuldades de toda a espécie e natureza. Venceram cachoeiras, pragas de piuns, terras caldas, grutas e monstros, até encontrarem com o gentio. Fizaram com ele paz firme e valiosa. As brasilindas "cobriam" o que a natureza oculta ensina com umas franjas de fio tecido", informa narrativa do roteiro. Atravessam os caudalosos rios de água branca e água preta. Já no rio Mamoré encontram os portugueses da expedição cinco canoas. Ao avistarem os que subiam, "levantaram uma cruz por bandeira" e perguntaram se eram cristãos. Responderam que sim e acrescentaram: cristãos portugueses. E a resposta foi: Nós também o somos de São Pedro.

NA TERRA DA CRISTANDADE

Recebidos com grande festividades pelos padres catequistas, todos da expedição "deram graças a Deus de haver chegado à terra da cristandade". Os sacerdotes disseram então estar há muito à espera dos portugueses. Recebidos com todas as honras, os viajantes assistem ao "Tantum Ergo" celebrado pelos religiosos missionários. Antes da partida, no dia seguinte, "propôs de novo o nosso cabo a estes padres publicamente, recomendando e requerendo da parte do excelentíssimo general, (Governador da Capitania) e em virtude do tratado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assinalava de hoje por diante não passassem para baixo da boca dos rios Mamoré e Iténia, nem interessassem daí para baixo gentildade alguma, por estes pertencerem ao sereníssimo senhor nosso rei de Portugal, pois

TITO LIVIO FERREIRA

de 1639 que senhoriava o rio das Amazonas até a laguna onde se achavam os marcos pertencentes à coroa de Portugal e 400 leguas da boca do Rio Madeira até no dito marco como diz o padre Acuna no seu livro Maranhão, e quando excedam fazendo o contrário do requerimento, que ainda Sua Majestade que Deus guarde tinha poderes neste Estado para fazer entregar e repor tudo o que tocasse a seus domínios e senhores; e com estas mesmas cláusulas fariamos de nossa parte, o que ouviu pelos ditos padres prometeram cumprir e guardar tudo acima requerido".

Estas recomendações justificam-se. Deviam os padres evitar a repetição dos acontecimentos verificados no extremo sul, onde os bandeirantes paulistas, isto é, os portugueses de São Paulo haviam repellido os jesuítas espanhóis das campanhas gúichas. E a expedição repartiu, Madeira acima.

O MOTIVO DA EXPEDIÇÃO

Era apenas um pretexto o descobrimento do Rio Madeira e suas nascentes. O governador João Maia da Gama tinha outro motivo. A viagem de Palheta foi determinada por duas ordens régias, ambas de 25 de março de 1722, expedidas por D. João V. O governador procurou logo dar-lhes cumprimento. Referia-se a primeira à probabilidade de haver prata nas serras dos sertões pertencentes aos domínios portugueses no Brasil; a segunda cuidava das vantagens de se estabelecer comércio com os castelhanos de Quito, donde poderia vir "alguma prata". E isso beneficiaria a província do Maranhão e o próprio reino.

Ao seguir pela via do Madeira, o objetivo seria também observar se era possível abrir comunicações com as regiões auríferas de Goiás e Mato Grosso, cuja fama já devia ter chegado a Belém do Pará, porque Manoel Felix de Lima, português nato, atingira, por várias correntes fluviais, entre as quais a do Madeira, a capital paraense. E a notícia das terras opulentas de ouro, em Mato Grosso e Goiás, já eram conhecidas.

Essa expedição não fora a primeira feita por Melo Palheta. Antes estivera no rio Tapajoz. Provavelmente chegara até Cuiabá, onde o paulista Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros já haviam descoberto as minas de ouro. E a chegada até o arraial aurífero fundado pelos bandeirantes paulistas, não é muito certa.

FRANCESES AO NORTE

Francisco de Melo Palheta conhecia as terras do centro, mas principalmente do norte. Para se ter bem idéia da missão de Palheta à Guiana em 1727 — da qual resultou a introdução do café no Brasil — faz-se preciso sumariar os antecedentes desses acontecimentos. Foram as terras de Caiena ocupadas em primeiro lugar pelos castelhanos. Expulsos pelos franceses em 1635, estes, anos mais tarde, em 1667, tiveram as terras invadidas pelos holandeses. E aqueles se retiraram.



Esse território fora doado por Felipe IV ao paulista Bento Maciel Parente. Daí, em 1636, ter sido criada a Capitania do Cabo do Norte. Mas a guiana brasileira sempre fora alvo da cobiça dos franceses, embora sua posse e domínio estivessem assegurados pela metrópole. Nessas condi-

Sua Majestade, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, foi escrito, em Belém do Pará, a 20 de fevereiro de 1727. Com seus ajudantes e sua tropa, o sargento-mor Francisco de Melo Palheta, militar de toda a confiança, longos anos havia empregado "no serviço real", tratou de cumprir, ponto por ponto, as ordens recebidas e estipuladas no referido regimento. Chega ao Rio Oiapoque e à montanha d'Argent e entrega ao governador da Guiana Francesa e carta datada de 20 de fevereiro de 1727, escrita pelo governador português do Estado do Maranhão. O objetivo principal dessa missão era examinar o lugar onde o podião português havia sido arrancado e estrado ao mar pelos franceses. Foi lavrado o "térmo de vitória" que o sargento-mor Francisco de Melo Palheta mandou fazer aos marcos da divisão na montanha Arjan aos 13 de maio de 1727. E assim, indo averiguar sobre a existência de uma baliza, colocada ali quase um século atrás, no alto da montanha d'Argent, Francisco de Melo Palheta, não a encontrando, resolve trazer de lá o verdadeiro produtor de "ar-gent", o café, cuja plantação, em larga escala, haveria de, um século mais tarde, transformar-se na maior riqueza do Brasil.

FALHETA OBTÉM AS SE-MENTES

Francisco de Melo Palheta não andava em boa situação financeira. Mandara fazer, durante sua permanência em Caiena, roupas finas e da moda. No entanto, ficara devendo-as. As peças compradas foram: "um mantau justaucorps et culotte d'écarlate et un chapeau bordé." Palheta defendeu-se da acusação feita pelo judeu francês de Caiena, e provou ter pago a roupa adquirida.

Quando Melo Palheta esteve em Caiena, com sua expedição, foi proibido aos moradores da colônia francesa vender café "ca-paz de nascer", conforme bando publicado por toda parte, ao som de tambores.

E' de acreditar-se que o comandante da expedição de 1727 fosse ao palácio da suprema autoridade francesa de Caiena. Tudo leva a crer que lhe hajam servido ali uma xícara de café (uma tassa de café), cujo sabor lhe agradara, ao paladar, para fazer grandes elogios a essa bebida. E tivesse lamentado não haver no Brasil uma planta donde colhesse frutos para preparar, ele mesmo, líquido tão gostoso.

Com a natureza galantaria das francesas de bom tom, Mme. Claude d'Orvilliers, esposa do governador, meteu-lhe num dos bolsos da casaca, sob os olhos complacentes do marido risonho, um punhado de grãos de café, para que ele, em casa, no Belém do Pará, pudesse renovar o prazer experimentado com a deliciosa beveragem.

Melo Palheta não trouxe apenas as sementes que lhe coubessem num bolso da casaca. Ele transportou "mil e tantas frutas e cinco plantas de café", conforme disse no requerimento enviado a D. João V, embora nesse documento não tale na generosa doação com que se presenteara a senhora do governador da Guiana Francesa. Nesse requerimento, ele destaca as dificuldades vencidas para obter as sementes e plantas de café. E não lhe pareceu interessante referir-se ao gesto gracioso da governadora francesa.

DISTRIBUIÇÃO DAS SEMENTES

Pode ser lido na Biblioteca Nacional de Lisboa (ms. do "Arquivo do Conselho Ultramarino", cod. n. 1.052) o relatório de 25 de setembro de 1727 dirigido por João Maia da Gama a

D. João V, com a narrativa completa da viagem de Francisco de Melo Palheta. Ao chegar a Belém do Pará, ele entregou aos vendedores da Câmara Municipal (Oficiais do Senado), mil e tantas frutas e cinco cafeteiros, para serem distribuídos entre agricultores paraenses. Em 1728, confessa Palheta, possuía mil e tantos pés de café, em terras próprias. Sua lavoura não era intensiva por falta de braços. Soliciitava então de sua majestade e fornecimento de cinquenta brasilindas para o tratamento de sua fazenda, porque devia muito. E dos grãos e mudas trazidos por ele de Caiena, resultou haver muito café plantado por essa época.

Pelo próprio depoimento do introdutor do café no Brasil verifica-se ser verdade a proibição feita aos franceses de Caiena, conforme o bando do governador, de vender, o grão "capaz de nascer", aos portugueses. Essa providência lança, no espírito de Palheta, a suspeita do valor dessa mercadoria. Pois, cuidou logo de colher todas as informações referentes ao fruto proibido antes de sair de lá para as terras pertencentes à coroa lusitana. Embora isso constasse da petição ao rei, nada se fala nela da galanteria feminina citada acima. Nem precisava figurar num requerimento de favores.

A PRIMEIRA NARRATIVA DO ACONTECIMENTO

A notícia corria entre os plantadores de café em terras paraenses, quando em 1763 o bispo d. frei João de S. José Quelroz, resolveu escrevê-la, para salientar apenas que Palheta "fz diligências por trazer algumas sementes, com algum dispêndio de sua fazenda", isto é, com dispêndio de seu dinheiro.

Quem sabe se Palheta para adquirir mudas e sementes de café não inventa a cena dadi-vosa da esposa do governador de Caiena, para depois cair na tradição e ser contada mais tarde como verdadeira. Isso, porém, não destruiu ou diminuiu o relevante serviço prestado por ele ao Brasil, em 1727, quando nos trouxe, através de perspectivas interessantes, o embrião da maior riqueza econômica de nossa terra. E sua petição ao rei manifesta certa validade ao alegar os trabalhos feitos impellido pelo selo de ver aumentadas as rendas da coroa portuguesa.

Assim, Francisco de Melo Palheta não se limita a introduzir no Brasil mudas e sementes de café, fez-se também lavrador da rubiaca. Figura, nessa época, entre os que mais se dedicaram a essa cultura, o abastado português Agostinho Domingos de Silveira, grande fazendeiro do sertão banhado pelo rio Guamá.

Em carta datada de 11 de dezembro de 1731, e escrita do Belém do Pará, o governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, quatro anos depois de Palheta haver trazido de Caiena, mudas e sementes de café, diz o seguinte: "Nos sítios circunvizinhos a esta cidade (Belém), e ainda nos quintais dela, vai já havendo muito café, e excelente, o qual também é gerado novo na terra, de que dentro de um ou dois anos se remeterão arrobas para Portugal, porque as árvores dele de dois, três anos dão logo fruto em quantidade." E nesse mesmo ano, o rei de Portugal isenta de todo e qualquer imposto, por dois anos, o café e a canela ali cultivados.

Em princípios do ano seguinte, o Pará envia para Lisboa a primeira remessa de café brasileiro. São apenas sete libras. E vão pela barca "Santa Maria".



A Municipalidade de Belém quer, a 18 de outubro de 1739, a D. João V que proibisse a entrada em Portugal de café de reinos estrangeiros, para ser favorecida a produção parense.

A 4 de maio de 1741 o soberano despacha o requerimento. Recomenda providências para ser aumentada a cultura cafeeira no Pará, para quando houvesse quantidade suficiente a petição ser atendida. E dois anos depois, 12 de junho de 1743, o caso foi resolvido conforme desejo dos vereadores parenses.

De Belém do Pará saíram mudas e sementes para as capitais de todo o Estado do Maranhão. Já em 1760 chegavam ao Rio de Janeiro as primeiras sementes da preciosa rubiacea. Plantadas na capital do vice-reino, daí se espalharam pela província fluminense. Invadiram lo-

go Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. No Pará foram desalojando as lavouras canieiras, enquanto elas passavam a formar a maior riqueza da vasta zona do Brasil compreendida pelo centro. E a terra roxa recebeu a onda verde a espalhar-se pelos vales do Mogi-Guaçu, do Piracicaba, do Tietê, rumo ao Oeste.

ITINERÁRIO DO CAFÉ EM SÃO PAULO

O cafeeiro entra em território paulista à margem da antiga estrada de tropas aberta entre a Córreia e São Paulo. Avança em filas cerradas pelo alto das montanhas, a espalhar-se vales lá embaixo. Corre pelas cabeceiras das vertentes, pelos declives e lombadas das morrarias, cujos contrafortes se entroncam nas serras da Mantiqueira, do Mar, rematando nos da Carioca, Bocaina, Quebra-Cangalha e Jambeiro, para amortecer nas barrancas do

Manducaba, Paraituba, Paraitinga e do Paraíba. Viera a cavaleiro dos rios, para transpô-los aos saltos. Essa avançada primeira desfalece quando entesta com o espigão divisor das águas do Paraíba com o Tietê, na Serra do Itapetiti, entre Jacareí e Mogi das Cruzes. Depois, faz o salto imenso, para atingir o altiplano de Piratininga. Afrenta o Jaraguá, para vencer-lhe a barreira. E logo, pelos vales e montes do Jaguari, Atibaia, Camanducaia e Curumbatã, formadores do Piracicaba e do Jundiaí, Capivari, Sorocaba e ribeirões afluentes, a confluir todos para o Tietê, foram os cafeeiros, em avançada firme e vitoriosa, serão a dentro. E venhem as cristas das serras do Cucauí, de Itaqueri, Brotas, Botucatu, do Ipanema, para atingir Dols Corregos. Já e os campos de Araraquara.

CAMPINAS E O EXPANSIONISMO CAFEIRO

Campinas permanece o centro irradiante do movimento cafeeiro. Forma-se ali, com os "landlords" da lavoura, a heráldica da agricultura paulista. Ali se atestam, graças ao inteligente empirismo dos fazendeiros, as regras práticas para a escolha e seleção de terras-padrões da cultura cafeeira, com base na vestimenta vegetal nativa. Terras de figueira branca, péu d'alho e jangada brava, de cebolito e palmito branco, de camburá de melalé-gua e jaborandi, assinalam a qualidade superior dos chãos, porque estes fidalgos da flora não se atelam em solos pobres. E neles se erguem perobelas imponentes, jequitibás majestosos, cedros altaneiros.

Bananal perde, aos poucos, o seu prestígio de município mais rico da Província. Da nobre Campinas, a celula-mãe da grande lavoura paulista, parte a arrancada impetuosa, a marcha para Oeste, através das lombadas extensas dos espigões tereteis, a desalojar culturas primárias de algodão e cana de açúcar. Atrai-se pelas cabeceiras dos afluentes formadores do Piracicaba, e alarga-se, amplie-se e estende-se pelas quebradas e dorcos dos municípios serranos de Amparo, Serra Negra, Socorro e Itatiba. E formam-se então as lavouras de Atibaia e Bragança, abertas nos contrafortes das serras do Cambui, de Itaberá e do Botujuru, donde salta para o vale do Jundiaí pelas ribeiras e socavões da do Japi, a contornar-lhe os flancos para alcançar Itu, onde os cafeeiros vicejam.

do café, nos serviços duros dos avanços e nos trabalhos ásperos dos machadões. No sequecer do século atual, a Noroeste do Brasil joga-se Tietê abaixo, até o Avanhandava, rumo ao rio Paraná, para o salto às terras matogrossenses. A lharga das estações perdidas nas florestas concentra-se o elemento humano, nucleando-se. E dos povoados bro-

gelica, em Piracicaba, com famílias portuguesas. No meado do século passado, contrata famílias alemãs para a sua fazenda de Iticaba, e é ele o vanguardeiro do sistema de pucerias agrícolas. Nos derradeiros decênios da Monarquia, a colonização italiana avança para as fazendas paulistas onde assume os encargos do negro cativo. Iniciada por

Rio de Janeiro. Em São Paulo, o prejuízo foi repulado com as colheitas dos anos seguintes. Mas vieram geadas posteriormente e a lavoura cafeeira paulista é atingida nos seus alicerces. E os preços baixos contribuíram para as crises profundas e graves de maior fonte de renda da economia brasileira, com os preços vis de 30000, 45000 e 55000 por arroba.

De todas as crises, a mais aguda e de maior extensão, foi a de 1929. Arrastou-se quase vinte anos. E hoje o preço do café, em alta, restituiu a São Paulo o prestígio, o progresso, o esplendor de outrora.

Por volta de 1927, fazendeiro e escritor paulista, cujo pessimismo amargo brigava com sua situação econômica, narrava o martirio da lavoura cafeeira de nosso Estado, para enumerar-lhe as desgraças em série. Todos os males passados, revista na cerca de trinta anos persistem: institutos, geadas, secas, terras velhas, pragas, salários altos, falta de braços, juros excessivos, despesas, despesas, despesas a agravar o produto. Previs, com dois anos de antecedência, o enorme transtorno de 1929. Lavrador de café e escritor, descreve com a cor negra do precioso líquido, o martírio da rubiacea. Diante de tanta perseguição pública e particular, de tantos impostos e taxas, de tanto vilipêndio só restará ao café uma única saída: mudar de terra, emigrando.

Nem tanta literatura, nem tanto pessimismo. A produção do café está dentro dos ciclos econômicos naturais ou contingentes. Não podemos fugir a essas altas e baixas, a essas oscilações decorrentes de fenômenos imprevisíveis e imprevistos.

A defesa do café é necessária. O meio termo em tudo é prova de prudência e de equilíbrio.



Desenhos de NELSON NOBREGA

O café no lendário brasileiro

Antes de Francisco de Melo Palheta haver introduzido o cafeeiro no Brasil, a preciosa rubiacea era desconhecida na província ultramarina portuguesa do Atlântico. Robert Southey em sua "History of Brazil", publicada em 1819, diz, que na Bahia, por volta de 1581, "crescia o café". Disso não há prova, nem documento algum, de autenticidade incontestável, refere-se ao assunto antes de 1727. E por isso, afirmativas tais entram no domínio da lenda.

Já nas lendas políticas sabe-se como o café pôde figurar na bandeira e no escudo de armas do Brasil, depois de 1822. Conta-nos isso, o decreto imperial do Príncipe Regente, onde ele determina: "Será de ora em diante o Escudo de Armas deste Reino do Brasil, em campo verde uma Estrela Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Cristo, sendo circundada a mesma Estrela de dezesseis Estrelas de prata em uma orla azul, e firmada a Coroa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas do Café e do Tabaco, como emblemas da sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laco da Nação. A Bandeira Nacional será composta de um paralelogramo verde, e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brasil". Esse decreto foi feito e assinado a 18 de dezembro de 1822. Muita literatura se tem feito em derredor dessas cores e desses ramos de café e tabaco. Em lugar dos sete castelos e das cinco quinas lusitãs, vulgarmente chamada as "cinco chagas", iam florir plantas da terra. Isso não agradou aos lusófilos da época. Daí o "Hino da Independência" musicado por D. Pedro I, orquestrado por Marcos Portugal e com letra de Evaristo da Veiga, ter o seu estribilho parodiado. O poeta escreveu:

"Brava gente brasileira!
Longo vá temer servil
Ou ficar a Patria livre,
ou morrer pelo Brasil!"

Outros versos foram cantados pelos lusófilos. E diziam:

"Cabra gente brasileira,
Destentado de Guiné!
Trocaram as cinco chagas,
Pelos fumo e o café".

No dia 12 de novembro de 1823 o café foi consagrado.

O imperador, generais, oficiais, soldados e povo ornaram-se de ramos de cafeeiro, para o desfile dessa tarde, em que D. Pedro I dissolve a primeira Assembleia Imperial, onde pontificavam os primeiros demagogos republicanos. Colocada a tropa de frente da Cadeia Velha, o jovem monarca sob a sala das sessões e encerra os trabalhos dos deputados. Antonio Carlos ao passar de frente da primeira peça de artilharia, tira o chapéu, saudando ironizando: "Respeito muito o seu poder!" E os demagogos da Monarquia dispersaram-se.

Recuem as florestas diante da marcha batida e indomita dos cafeeiros verdejantes. Logo a seguir-lhe os passos, as vias férreas adentram as terras novas. Vilórios surgem na ponta dos trilhos. A Mogiana, a Paulista, a Sorocabana, a Itana, a Douradense, a Araraquarense, e a São Paulo-Goiás varejam, em todas as direções, em penetração rompança, as ter-

tam vilas e florescem hoje cidades formigantes de vida e trabalho.

AS CRISES DO CAFÉ

O cafeeiro foi cuidado, por largos anos, pelo braço escravo. Já em 1842 o Senador Vergueiro faz a primeira tentativa de substituir o elemento servil pelo braço livre. Coloniza a sua fazenda An-

particulares e continuada pelo governo da Província, a imigração estrangeira serve de agente modificador da economia cafeeira. Mas o choque da abolição foi um impacto contra a economia nacional: desorganiza o trabalho agrícola, estrema as relações entre as casas comissárias e os fazendeiros, produz o colapso econômico de províncias como a do

O CAFÉ NO FOLCLORE BRASILEIRO

O poeta abolicionista Luiz Gama põe na boca do cozinheiro da tropa esta quadriminha:

"Vamos depressa,
Temos café;
Depois veremos
Quem bate o pé".

Os tropeiros bebiam-no como estimulante. E por isso realçavam mais nos cansaços das compridas marchas. Na poesia tradicional "As duas irmãs", há duas variantes:

— "Lá vem vindo um cavaleiro,
O filho, vai ver quem é.
E' o vosso bom Joãozinho
Que já vem tomar café.

Saiu a filha mais velha
Com sua fala maciosa:
— Joãozinho casa comigo,
Que sou a mais carinhosa.

Saiu a filha mais nova
com sua fala maciazinha:
— Joãozinho casa comigo,
Que sou a mais bonitinha.

Minha mãe, nos case logo,
Quando somos raparigas;
O milho plantado tarde
Nunca dá boas espigas".

Neste poemeto há o café, a servir de pretexto para o namoro; as duas irmãs a querer o mesmo noivo, e finalmente a sabedoria popular a dizer velhas verdades. Dentre as infinitas quadriminhas leiam-se estas:

"Me deram jantar, café
E cigarro. Cigarrei.
Enfiar a mão na algibeira
Tirei dinheiro e paguei".

"Menina dos olhos pretos
Sobrancelha de retro,
Põe a chaleira no fogo
Pra fazer café pra nós".

"Ouvi tropel de biscotto,
Ouvi xicarás tinar;
Paciência, companheiros,
Que o café não tarda a vir".

Em linguagem sertaneja, estas duas quadriminhas são estivas:

"Quem tivé fia bonita,
Não mande apanhá café.
Si fô minha, vem moça;
Si fô moça, vem mulé".

Ou então desejo lírico:

"Eu quizeria sê peneta,
Na colêta do café.
Para andá dependurado
Nas cadêra das mulé".

Nossos folcloristas ainda não se deram ao trabalho de recolher as canções e as modinhas da roça, onde entra o elemento estrangeiro. E a italianinha já figura nesses versos populares. — (T.L.F.)





Pró Brasilia Fiant Eximia

Comemorando a data cívica de 9 de Julho, reafirmamos o firme propósito de bem servir o povo brasileiro, através de nossas indústrias textéis, que continuam acompanhando o dinâmico crescimento da terra de Piratininga.

Procurando sempre produzir os melhores tecidos de rayon e seda natural, justificamos o nosso lema de há 30 anos — Produzir muito a preços econômicos.



INDÚSTRIAS JOSÉ KALIL S. A.

FUNDADA EM 1920

Fiação - Tecelagem - Tinturaria - Estamparia

SÉDE E ESCRITÓRIO CENTRAL
RUA BARÃO DE LADARIO, 271

Fábricas :

São Paulo - Mogi das Cruzes - Mocóca - Marília

Escritórios de Vendas:

MANAUS

BELEM

FORTALEZA

S. LUIZ (Maranhão)

RECIFE

ARACAJU

— Rua Quintino Bocaiuva, 74

— Travessa Padre Eustáquio, 139

— Rua Major Facundo, 286 - 3.º and.

— Rua 14 de Julho, 35

— Rua 1.º de Março, 25 - 6.º and.

— Av. Rio Branco, 146

RIO DE JANEIRO

BELO HORIZONTE

CURITIBA

PORTO ALEGRE

PELOTAS

— Av. Pres. Vargas, 463 A - 13.º and.

— Rua Rio de Janeiro, 324 - 1.º and.

— R. 15 de Novembro, 556 - 9.º and.

— Av. Otavio Rocha, 68

— Rua General Osorio, 723

1920 - 1954

H. LA DOMUS COMISSARIA E EXPORTADORA S/A.

ESTEVE SEMPRE NA VANGUARDA DAS FIRMAS EXPORTADORAS DE SANTOS

GARANTIU A PRIMEIRA POSIÇÃO NOS EMBARQUES CAFEEIROS DA SAFRA QUE SE FINDOU DIA 30

UMA DAS POTENCIAS DO MERCADO DE CAFÉ SANTISTA — A HISTORIA DA GRANDE ORGANIZAÇÃO — RESULTADOS CONSEGUIDOS NOS ULTIMOS ANOS

A firma H. La Domus & Cia., fundada a oito de dezembro de 1934, firmou-se no mercado exportador santista em face de sua organização eficiente.

O capital na ocasião era de 300 contos. A época era propícia para o comércio cafeeiro. As safras, desde 1930, apresentavam índices de produção dos mais elevados, o que movimentava as firmas exportadoras de Santos. Os rumos dos negócios encontraram ambiente propício para que se desenvolvessem e aos poucos galgassem situação privilegiada no comércio santista.

Os anos se passaram e em 1941, H. La Domus transformou-se em Companhia Limitada, com o capital de 2 mil contos.

Estávamos em plena guerra. Nem por isso se retraiu e seus negócios prosperaram apesar das dificuldades oriundas da situação internacional. Em 1944, quase no fim da luta mundial, aumentou seu capital para 5 mil contos.

Essa elevação, em tão pouco tempo era, sem dúvida, fator de progresso.

Em 1947, já consolidada, transformou-se em socie-

dade anônima, aumentando seu capital de 5 milhões de cruzeiros para 12 milhões, e há dois anos, satisfeitos, ou seja, em 1952, elevou-o novamente para 24 milhões, sob a razão de H. La Domus Comissaria e Exportadora Sociedade Anônima.

REVIVENDO FATOS HISTÓRICOS

O fundador da firma, Haroldo La Domus, há cerca de 40 anos que vive em nosso país, sempre em Santos. Está ligado ao comércio exportador desde que aqui chegou.

Iniciou suas atividades nesse setor na firma Hard Rand, passando, em seguida, para J. Aron & Cia. Ltda., ocupando aí o cargo de gerente, graças à sua perseverança e tino comercial.

Sua ascensão no comércio exportador foi, pode-se dizer, rápida. Desta última firma saiu para Theodor Wille e daí saiu para fundar H. La Domus & Cia.

Sua trajetória nos meios comerciais santistas foi motivo para angariar um largo círculo de amigos, que, sem dúvida, redundam

ram mais tarde em um fator favorável de negócios.

Fez-se amigo de todos, conquistando simpatias que muito contribuíram para desenvolver sua atividade.

William Reiner, atual gerente da firma, também como Haroldo La Domus, trabalhou na J. Aron & Cia. Ltda., isto em 1931, um ano após ter chegado ao Brasil, tendo, em seguida, se transferido para Theodor Wille, onde se manteve até 1941. Saindo desta última, ingressou em La Domus.

William Reiner, é outra figura que sempre esteve ligada ao comércio cafeeiro, onde adquiriu conhecimentos que hoje, postos em prática, têm a melhor das utilidades para suas atividades.

EXPORTAÇÕES

Suas exportações cresceram à proporção que os anos iam correndo, atingindo hoje índices dos mais elevados.

Os embarques de La Domus foram destinados a todos os mercados do mundo.

Sua posição no mercado cafeeiro santista é das melhores, na atualidade, co-

mo o foi no passado, tendo em diversos anos liderado as estatísticas, havendo ocasião em que as exportações foram superiores a um milhão de sacas de café.

Durante o ano cafeeiro, de julho de 1953 a junho de 1954, já havia embarcado 412.456 sacas, encabeçando desta forma a lista dos exportadores de Santos.

A continuidade dos negócios cafeeiros prevêem maiores exportações de La Domus, mantendo-se assim na vanguarda das organizações ligadas aos negócios da rubiacea, na praça de Santos.

Exercendo atividade num porto onde as perspectivas

são as melhores, La Domus encontrou meios para que pudesse ampliar seus negócios auxiliando o escoamento de nossas safras cafeeiras, que representam a maior fonte produtora de divisas para o país.

Não só Paranaguá recebeu a atenção de La Domus. O interior do Estado de S. Paulo e do Paraná foi alvo de estudos por parte da firma que, notando a posição que lhe asseguraria manter agências em várias cidades, não titubeou em pôr em prática essa medida.

A medida não tem só caráter econômico. Por outro lado serve para fazer propaganda da firma, que aos poucos ganha novas

fontes de aquisição do produto.

No caso do Norte do Paraná, os fatores que motivaram essa medida são positivos. Trata-se de uma região que de ontem para hoje, surgiu como das maiores produtoras de café do país, só sendo ultrapassada por S. Paulo. Assim, os frutos colhidos nos contactos que mantêm em várias cidades paranaenses servirão de base para novas realizações no futuro. O contacto permanente com o produtor é uma medida das mais salutares para o comerciante de café.

Representa um elo entre a produção e a exportação que redundam em benefício

tanto de um, como de outro.

La Domus encontra nessa política de manter um grande número de contactos pelo Interior do Paraná e de S. Paulo, base para ampliar seu comércio e, conseqüentemente, suas exportações para o exterior.

Ganhando terreno nos setores da produção, La Domus também vai ganhando novos degraus nas estatísticas do comércio exportador.

Isso representa maior solidez econômica, maior conceito entre os clientes e maior projeção no exterior.

Essa solidez econômica é consequência dos números revelados pela liderança que vem ocupando entre os exportadores santistas e que só servem para garantir os negócios atuais e conseguir novas fontes para que possa enfrentar a concorrência no café.

DIRETORIA E FUNDADORES

Quando falamos acima na fundação da firma, não mencionamos o nome do sr. Ralphe Araujo Alvim. Foi ele, juntamente com Haroldo La Domus, que provinha de Theodor Wille, que fundou a firma.

Foi um batalhador incansável, que não mediu esforços para lançar as bases de uma organização

que pudesse mais tarde se incorporar no patrimônio tradicional das grandes firmas comissárias do país.

A diretoria atual é a seguinte:

Presidente: Haroldo La Domus.

Gerente: William Reiner.

Secretário: Donald Alexander Kealman.

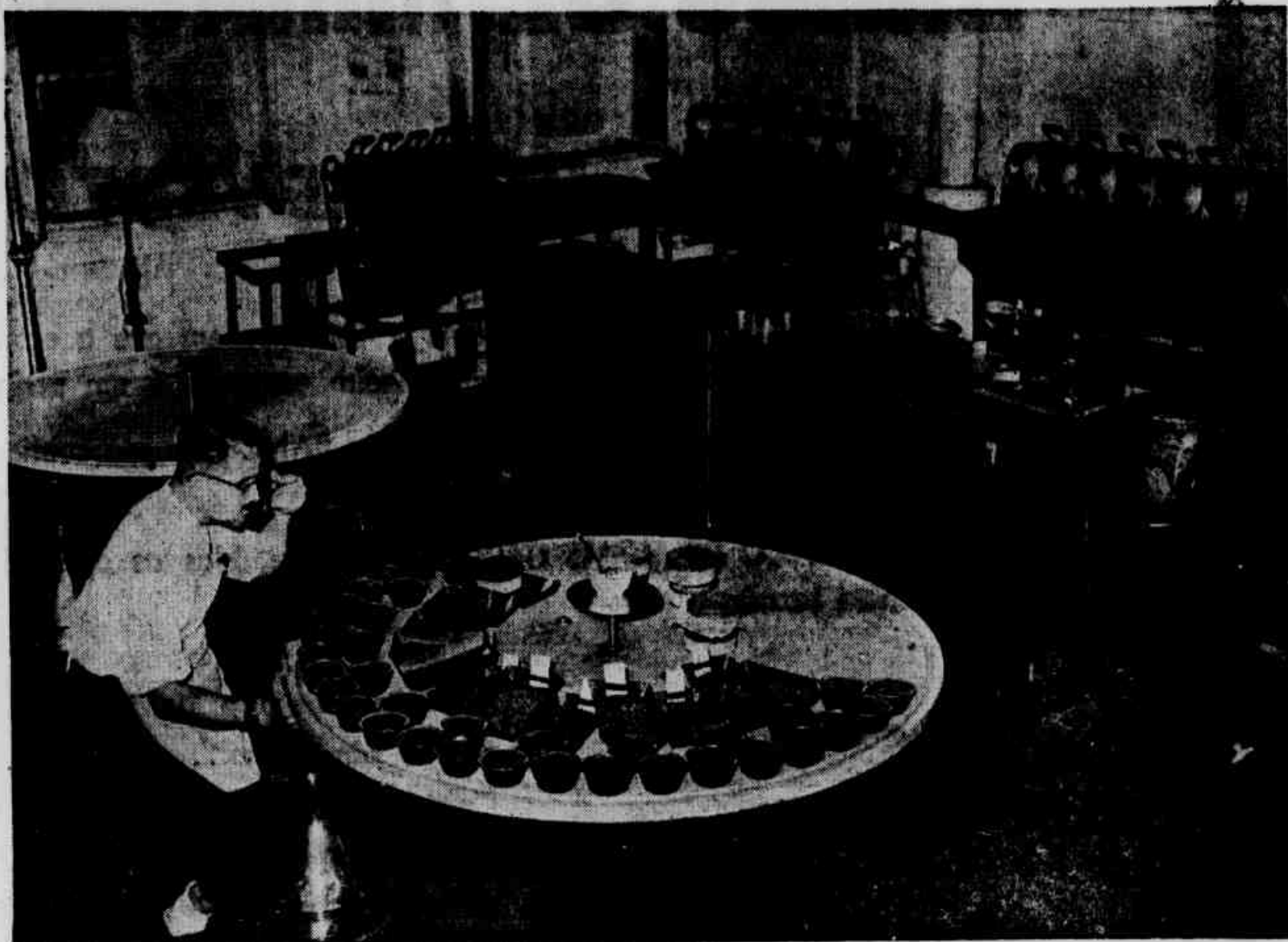
POSIÇÃO ESTATÍSTICA

Segundo os resultados do café despachado pelo porto de Santos, relativos à safra de 1953/54, a firma H. La Domus Comissaria Exportadora S/A ocupou o primeiro lugar. Deve-se frisar que essa safra terminou no dia 30 de junho último. Assim, sua posição é de vanguarda no mercado cafeeiro.

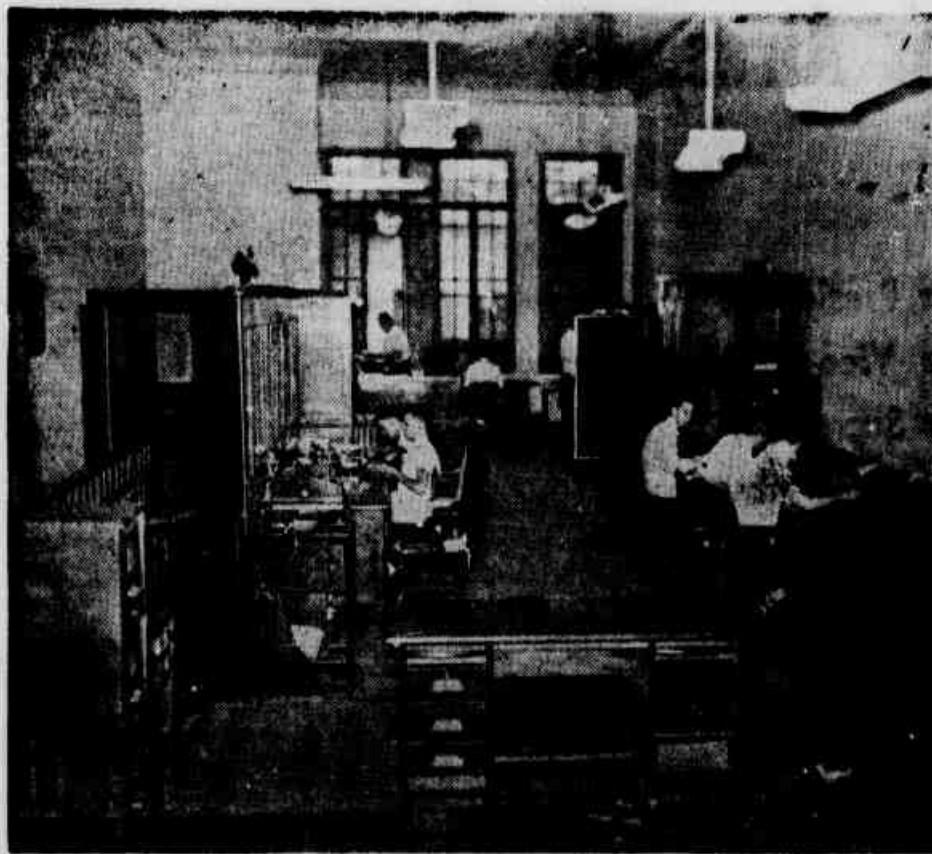
Por outro lado, deve-se realçar que, somando-se os resultados das safras de 1951/52, 1952/53 e a deste ano, a posição de La Domus é das melhores. Ocupa ela o segundo lugar, com 1.196.373 sacas, com a seguinte distribuição:

1951/52	289.361.
1952/53	494.556
1953/54	412.456

Estes resultados revelam o progresso que a firma vem experimentando, graças à sua segura orientação no sentido de cada vez mais conquistar novos mercados no comércio cafeeiro.



Seção de prova de xícara da firma H. La Domus



Aspecto do escritório da firma em Santos



Seção de classificação, vendo-se grande numero de amostras

BANCO DE MINAS GERAES S. A.

UMA ADVERTÊNCIA!

GUARDA DINHEIRO EM CASA? — Todos sabem que a economia representa pecúlio, mas o que nem todos sabem é que guardar dinheiro em casa é um perigo!

Deposite, pois, as suas economias no BANCO de sua confiança porque além de garantia terá o rendimento dos juros.

O **BANCO DE MINAS GERAES S. A.** faz tôdas as operações bancárias e recebe depósitos às seguintes taxas:

A Vista Conta de Movimento	3%
Conta Limitada	5%
Conta Popular	6%
Aviso Prévio de 90 dias	6%
Aviso Prévio de 120 dias	6,½%
A Prazo Fixo de 12 meses	7%

DEPÓSITOS TAMBÉM COM PAGAMENTO MENSAL DOS JUROS

BANCO DE MINAS GERAES S. A.

Capital	Cr\$	50.000.000,00
Fundo de Reserva	Cr\$	50.000.000,00
Depósitos	Cr\$	1.500.000.000,00

FILIAL EM SÃO PAULO: Rua Álvares Penteado, 177

" no Rio de Janeiro: Rua Buenos Aires, 48

DIRETORIA: Antonio Mourão Guimarães — Diretor Presidente
 Manoel Ferreira Guimarães — Diretor Vice-Presidente
 José Oswaldo de Araujo — Diretor Secretário
 Francisco de Assis Castro — Diretor Superintendente
 Celito Zebral Caldas — Diretor Gerente

1870 — ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS — 1954

CENTRALIZA OS INTERESSES DO MAIOR MERCADO EXPORTADOR DE CAFÉ DO MUNDO

As primeiras diretorias — Organização interna — Objetivos sociais — Patrimônio — Títulos e serviços — Visitas, referências e impressões — Histórico da entidade

Inveravelmente à distância em que se situam, no tempo, certas datas fazem crescer de magnitude e prestígio do evento que rememoramos. Assinalando a fundação da Associação Comercial de Santos, a 22 de dezembro de 1870 é indubitavelmente uma delas, avultando e fulgindo mais intensamente à medida que os anos desfilam em marcha inexorável para formar além, sempre mais além, os séculos e os milênios.

Criada pelo imperativo de dotar o comércio local, já importante para a época, de um órgão que desse unidade, método e ordem aos negócios, disciplinando-os e legitimando-os, e que traduzisse os seus anseios e aspirações e norteara, com segurança, os destinos do nosso grande produto agrícola, — a novel agremiação surgiu amparada por um púgilo de homens de largo descorço e férrea decisão. Como é inevitável em acontecimentos de tal natureza, dias difíceis, de lutas acirradas e amargas decepções, conheceu ela nas etapas sucessivas de sua expansão. Sobrepondo-se, porém, vitoriosamente a tudo e a todos, a Associação Comercial de Santos, onde há mais de oito décadas se vem escrevendo, para São Paulo e para o Brasil, a história magnífica da evolução civilizadora do café, aqui, hoje, sem dúvida, o direito de simbolizar a nossa maior riqueza exportável, com um monumento exponencial legitimamente seu, por ela própria levantado para resguardá-la e defendê-la, e de onde irradiada de orientação e amparo do mais valioso patrimônio econômico da nacionalidade.

Suas credenciais estão, além do mais, na intransigente honestidade de propósitos, na verticalidade invariável de atitudes, a serviço de uma impecável dignidade, que lhe imprimiram, ao erguê-la, os seus preclaros fundadores, constituindo, sem solução de continuidade, agremiação autônoma e elementos constitutivos e eternizadores da sua inatenuável estrutura moral de órgão que condensa e centraliza os interesses do maior mercado exportador de café do mundo.

No entrecruço das nações, nasceram e desapareceram homens e escolas, agigantaram-se e amesquinham-se princípios e ideias, passaram as idades e passaram as gerações. Mas, como farol poderoso em torre sobranceira, iluminando, vigilante, as rotas, e dominando, sereno, as horas, há-de a veneranda instituição viver e subsistir, impavida, através todos os abalos e convulsões, porque suas bases assentam na rocha viva dessa imperiosa determinação que leva o espírito humano a cultivar e perpetuar as nobres e ilustres "radicais" da raça.

FUNDACÃO E LEGISLAÇÃO
A organização, em Santos, de uma "Praça do Comércio", que coordenasse e defendesse os interesses do nosso já então importante mercado de exportação de café, e pugnassem pela maior expansão do seu intercâmbio com as demais praças do país e do estrangeiro, começou a impor-se, inadiável e irrevogavelmente, há 84 anos, tanto assim que, lançada a ideia, o acolhimento que lhe dispensaram desde logo as mais prestigiosas firmas cafeeiras e outras na época existentes, não permitiu dúvida sobre sua próxima e vitoriosa conversão em realidade.

Efetivamente, a 22 de dezembro de 1870, fundava-se a Associação Comercial de Santos, sendo indicada uma

Diretoria provisória para administrá-la, composta dos srs. Nicolau Vergueiro, Dr. Ignácio Wallace da Gama Cochrane, William F. Wright, Gustavo Backeuser, C. Wagner e J. Azorem Costa.

Entrando imediatamente em ação, este púgilo de homens de vontade e espírito progressista, não deu tréguas ao trabalho que se impusera de assentar as bases da novel

nhor. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tinha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em sete de Junho de mil oitocentos e setenta e um, quinquagésimo da Independência e do Império. Princesa Imperial Regente Teodoro Machado Freire Pereira da Silva"



Visconde de Vergueiro, fundador e primeiro presidente da Associação Comercial de Santos.

e magna organização enquanto não a viu praticamente triunfante, apesar dos tropeços e decepções que geralmente pontilhavam a marcha de iniciativas dessa natureza. Coroados assim tanto labor e esforço de brilhante êxito, formada a união de todos os negociantes interessados em torno do nascente socorro da classe, R\$80.000.000 foram então subscritos para o fundo social.

A seguir, por decreto imperial, que recebeu o No. 4.738 e a data de 7 de Junho de 1871, foram aprovados os Estatutos da Associação e esta autorizada a funcionar. A lei orgânica assim sancionada foi averbada na Alfândega local, registrada no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro e publicada no "Diário Oficial do Império do Brasil" de 29 de março de 1874.

O DECRETO NO. 4.738, DE 7 DE JUNHO DE 1871
Eis, na íntegra, o decreto supra

"A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador do Senhor D. Pedro II, atendendo ao requerimento da Associação Comercial de Santos, devidamente representada e de conformidade com a Resolução Imperial de 10 do mês passado, tomada sobre o parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em consulta de 31 de março último: Há por bem conceder-lhe a necessária autorização para funcionar e aprovar os respectivos estatutos, que com este baixam.

Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho do mesmo Augusto Se-

DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS

Os estatutos então aprovados, nos parágrafos 4, 5 e 6 de seu art. 50, já davam como fins da Associação, entre outros: criar um fundo destinado a erguer o edifício da Praça do Comércio, adquirir os respectivos móveis e uma livraria comercial; fundar um Montepio Comercial, em benefício dos próprios membros da Associação; conciliar, pacificamente, por meio de Juízo Arbitral, os dissídios verificados entre seus sócios, em matéria comercial.

DIRETORIA DEFINITIVA, FUNDADORES E CONTRIBUIÇÕES

Terminada a fase preparatória, a Diretoria Interina resolveu fosse oficialmente instalada a Associação e eleita a Diretoria definitiva. A respectiva Assembleia Geral foi convocada para o dia 17 de setembro de 1874, no prédio da rua da Praia (hoje rua Tufutti) no 38. Presidiu a Mesa o tenente-coronel Theodoro de Menezes Forjaz, secretariado pelo Sr. Luis José dos Santos Dias e Bento Thomaz Vianna.

Os diretores então eleitos foram os srs. Visconde de Vergueiro, presidente; Barão de Embaré, Vice-Presidente; Ignácio Wallace da Gama Cochrane, secretário; José Azorem Costa, tesoureiro; diretores: Henri Leubá, C. Wagner, José Ricardo Wright, Rodolpho Wursten e José Antonio Teixeira.

Na época da instalação estavam inscritos 106 sócios, considerados fundadores e que subscreveram a seguinte:

"Tabela das contribuições dos negociantes que fazem parte da Associação Comercial de Santos (incorporada, a seguir, aos estatutos):
1o. O comissário de gêneros da Província contribuirá com dois réis por cada arroba de café, algodão e outro qualquer gênero que receber a consignação, e com igual importância contribuirá o exportador;
2o. O importador contribuirá com um décimo por % do valor que importar do estrangeiro e dos portos do Império, segundo a avaliação da Alfândega, exclusive o dos gêneros em trânsito;
3o. As casas bancárias contribuirão anualmente com quantia não inferior a duzentos mil réis;
4o. Os capitalistas, proprietários em geral, etc., que não concorrerem por outro título, contribuirão anualmente com quantia não inferior a cem mil réis.

ADMINISTRAÇÃO SOCIAL
A princípio, a Associação Comercial de Santos era dirigida e administrada por nove diretores, eleitos de dois em dois anos pela assembleia geral; destes nove diretores, três seriam brasileiros e seis estrangeiros, sem distinção de nacionalidade; a escolha do presidente recairia em cidadão brasileiro. Em Fevereiro de 1876 resolveu-se que, dos seis diretores estrangeiros, cinco seriam escolhidos, indistintamente, entre os importadores, e os exportadores ficando limitado a dois o número de cada uma das nacionalidades. Pelos estatutos de 2 de Março de 1904 a Diretoria ficou composta de dez membros, cinco dos quais, pelo menos, brasileiros, indistintamente, entre os importadores, e os exportadores ficando limitado a dois o número de cada uma das nacionalidades. Pelos estatutos de 14 de Maio de 1912 conservaram a mesma direção, com idêntico período bienal.

Considerando a necessidade de reorganizar-se, ainda uma vez, a lei orgânica da Associação, nomei a respectiva Diretoria, por ato de 9 de outubro de 1940, uma comissão composta dos srs. João Moreira Salles, Rodrigo Pires do Rio Filho, João Pacheco Fernandes, Roberto de Nioac, Mario Botli, Guilherme Martinelli e Ismael Alberto Souza, a qual, com a assistência do consultor jurídico, Dr. Marcello Ulysses Rodrigues, ficou incumbida de redigir o projeto dos novos estatutos. Essa Comissão, sob a presidência do Sr. João Moreira Salles, designou, para coordenar os elementos necessários ao estudo da matéria, os srs. Rodrigo Pires do Rio Filho e João Pacheco Fernandes, tendo este último como relator, elaborado o respectivo projeto, que, aceito pela Comissão e pela Diretoria da Associação, foi, afinal, convertido em lei pelas assembleias gerais extraordinárias realizadas nos dias 2 e 3 de Dezembro de 1940.

ATUAL ORGANIZAÇÃO INTERNA

Segundo os novos estatutos a organização interna da Associação passou a ser constituída pelos seis Departamentos seguintes:
a) Departamento dos Exportadores de Café;
b) Departamento dos Armazéns Gerais;
c) Departamento dos Bancos;
d) Departamento dos Importadores;
e) Departamento de Navegação.

Os Departamentos, embora não tenham personalidade jurídica nem economia própria, são autônomos para efeito de estudar e encaminhar a solução dos assuntos

que, por sua natureza, estejam compreendidos em sua alçada privativa. Quando, porém, a matéria sujeita a exame envolver interesse de qualquer das outras classes representadas na Associação a solução que tiver de ser adotada deverá ser submetida à Diretoria desta última para decisão final. Os sócios contribuintes são classificados e inscritos nos Departamentos em acordo com a espécie de atividade a que se dedicam, sendo permitida a inscrição de um mesmo sócio em dois ou mais Departamentos, desde que realize, em proporções apreciáveis, negócios e operações que caracterizem a pluralidade de classificação.

A Associação é administrada, bienalmente, por uma Diretoria composta de 15 membros, dos quais seis diretores natos, que são os presidentes dos Departamentos, e nove eleitos pela assembleia geral não sendo permitida, nesta categoria, a eleição de mais de quatro elementos de uma mesma classe. Dez, pelo menos, dos quinze diretores devem ser brasileiros natos, sendo privativo, também, de brasileiro nato o cargo de presidente. Nas Diretorias dos Departamentos, dois devem ser brasileiros natos, quando constituídas de três membros e três, quando se compuserem de cinco membros. Contará este último número as Diretorias dos Departamentos dos Exportadores de Café, dos Comissários de Café e dos Armazéns Gerais, e são compostas de três membros as dos Departamentos dos Bancos, dos Importadores e de Navegação.

OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação Comercial de Santos, agremiação negociantes, empresas e estabelecimentos comerciais da nos-



Atual sede da Associação Comercial de Santos

os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento do comércio, da lavoura e da indústria mantendo-se com esse objetivo, em permanente contato com os poderes públicos e entidade-

cação das leis ou regulamentações;
e — reunir informações de caráter comercial, econômico e financeiro, mantendo na medida de suas possibilidades, publicação que contenha a maior copia possível de tais dados e de elementos estatísticos, bem como bibliotecas, que proporcione aos sócios a leitura de livros, revistas e jornais de interesse para sua boa orientação nos negócios;

d — coletar e ordenar os usos e costumes da praça de Santos e promover o seu reconhecimento de acordo com a lei;
e — estudar e promover a realização de convenções coletivas de trabalho e outras admitidas pelas leis do país;

f — fornecer pareceres jurídicos e prestar aos seus associados, gratuitamente, assistência judiciária nas questões trabalhistas e fiscais;
g — conciliar, por meio de Comissão Arbitral, as questões que se suscitarem entre seus sócios ou entre qualquer deles e pessoas estranhas, desde que uma das partes o solicite e ambas se comprometam expressamente, a sujeitar-se à decisão que for proferida;

h — apurar, diariamente, o movimento de vendas de café na praça de Santos, estabelecendo e divulgando a base dos preços, de acordo com os tipos notáveis;
i — instituir e manter, na medida de suas possibilidades, outros serviços, além dos enumerados, que possam concorrer para melhor e mais eficiente desempenho de sua finalidade.

PATRIMÔNIO

A Associação Comercial de Santos funciona em prédio próprio, construído por assunção de empréstimo primitivo, que, aliás, em 1908, fora convenientemente reformado. O atual edifício foi concluído em 1924, sendo a seguinte a Diretoria que, no dizer de uma crônica da época, "cumulou o trabalho de décadas de anos, entregando ao uso da praça o suntuoso e majestoso edifício da nova sede: Presidente, Dr. José Martiniano Rodrigues Alves; vice-presidente, Roberto de Nioac; 1º secretário, Oscar Leite Ribeiro de Faria; tesoureiro, Benjamin de Mendonça; diretores: Fred H. Frisch, Otto Uebel, Dr. Jovino de Faria, Achille F. Israel e Francisco Bento de Carvalho.

Esse edifício, calculado ainda ao preço de sua construção, há cerca de trinta anos, o mobiliário que o guarnece e respectivos utensílios, além dos depósitos de dinheiro nos bancos e produto de vendas eventuais, constituem o patrimônio da Associação, avaliado em novembro último no montante de Cr\$ 4.885.624,30.

TÍTULOS E SERVIÇOS DA ASSOCIAÇÃO

Inumerável série de relevantes serviços em prol dos altos e legítimos interesses da praça de Santos tiveram a crédito da Associação nos oitenta e quatro anos de sua fecunda existência. Dar ampla divulgação a todos seria tarefa para volumes e exigiria estudo cuidadoso e prolongado de seus arquivos, o

que escapa ao programa que nos traçamos dentro do presente histórico. Vamos limitá-los pois a enumerar alguns desses serviços, em ligeira simulação, mas, que, mesmo assim, dizem eloquentemente da meritória e eficiente ação do Instituto que congrega em seu seio as forças vivas e propuloras da maior riqueza exportável de São Paulo e do Brasil.

Eis o aludido resumo, a que juntamos os títulos que recomendamos a Associação a consideração Pública e a prestimulamento junto às classes conservadoras do país:

- 1) Foi fundada em 1870, sendo, atualmente, a mais antiga associação de classe do Estado de S. Paulo e uma das mais antigas do Brasil;
- 2) E' declarada de utilidade pública pelo Governo Federal, de conformidade com o decreto No. 3348, de 3 de outubro de 1917;
- 3) E' reconhecida pelo Governo do Estado como instituição representativa dos interesses gerais da praça de Santos, pelas leis nos. 1.416, de 14 de julho de 1914, art. 17 e 2.291 de 10 de outubro de 1927, art. 10;
- 4) Indica o representante da praça na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro de Café;
- 5) Fixa, diariamente, de acordo com sua comissão de "base", as cotações de Café pelas quais se orientam todos os mercados interessados;
- 6) Indica os juizes que compõem o corpo de árbitros da Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos (decreto estadual no. 6.343, de 9 de março de 1934, art. 50);
- 7) Fornece certificados de origem e de conformidade de produtos brasileiros, para aplicação dos nossos tratados internacionais na base de nação mais favorecida;
- 8) Resolve, em definitivo, por seu Juízo Arbitral, as dúvidas surgidas na liquidação dos negócios de "entregas diretas" (decreto estadual no. 10.993 de 15 de março de 1940);
- 9) Concede aos seus associados o privilégio de poderem operar na Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos (decreto estadual no. 6.345 de 9 de março de 1934, art. 50);
- 10) Promoveu a criação do Instituto de Café do Estado de São Paulo;
- 11) Por aclamação popular, em 1921, assumiu o governo que administrava a cidade de Santos, de 18 a 30 de dezembro, quando foi decretada a Intervenção Municipal, por ocasião dos conflitos ocorridos na época;
- 12) Promoveu, em reunião do comércio da veranagem e do público em geral, no ano de 1893, providências eficazes para impedir o desenvolvimento da epidemia de febre amarela, que tanto mal estava causando, notadamente a população estrangeira — providências essas que tiveram incontestável efeito no governo estadual de então.



Dois aspectos internos da Associação Comercial de Santos, vendo-se à esquerda o auditório e à direita a biblioteca



FAZENDA DE CAFÉ EM S. PAULO

(CONCLUSÃO DA 1.ª PAG. DESTE CAD.)

AS CONSTRUÇÕES DA FAZENDA

A "CASA DO FAZENDEIRO", chamada "sede" da fazenda, é um prédio geralmente construído de alvenaria (tijolos e telhas), havendo, contudo, largo emprego da madeira, como material acessório. Além do vigamento do telhado, emprega-se a madeira de lei na forma de esteios, pilares, assoalhos, gradis, venezianas, esquadrias, calçolhos etc. Não raras vezes, toda ou grande parte da madeira empregada na construção é extraída das próprias matas da propriedade. Alguns alqueires de mata, além de protegerem as cabeceiras dos pequenos cursos d'água que atravessam a "fazenda", constituem uma reserva preciosa de madeira, o que facilita as construções de benfeitorias, tais como currais, estábulos, coqueiras, paliós, esterqueiras etc.

Predominam nas regiões cafeeiras mais tradicionais os prédios de dois pavimentos. Os prédios são, em geral, sobrados amplos, de construção sólida, mas sem requintes de acabamento. O pavimento térreo é destinado ao escritório, ao depósito, e outros serviços, e o superior à habitação propriamente dita, que se compõe de três a quatro dormitórios, ampla sala-de-jantar, cozinha, despensa e banheiro. Os terraços (varandas) construídos de madeira e com esquadria para fora, completam as dependências da sede. As casas são geralmente confortáveis, assoalhadas, forradas, possuindo instalações sanitárias, água encanada, luz elétrica, rádio etc.

A água para o consumo da "sede" provém de nascentes próximas, sendo captada e canalizada. Quando não, o pouco suprido a ausência da nascente. A luz elétrica quando não ligada à rede de alguma usina hidrelétrica, é gerada na própria fazenda, por meio de roda d'água, de turbina ou de motor a gasolina ou óleo. Também se empregam baterias que são carregadas, periodicamente, nas vilas ou cidades próximas.

A sede é localizada quase sempre um pouco afastada da colônia. Próxima a ela se acha a residência do "administrador", uma construção menor e mais modesta do que a "casa do fazendeiro", embora seja bem superior à "casa do colono".

As residências dos colonos são, em geral, agrupadas a pouca distância da sede. Quando esta fica longe do café, a "colônia" é localizada mais próxima da fazenda. Quase a vinte casas é o número mais ou menos frequente de residências para os colonos. A este conjunto de residências dá-se o nome de "colônia". A "colônia" é um dos traços característicos das fazendas de café em São Paulo. É ela um agrupamento de casas alinhadas, em blocos de duas ou três residências geminadas, tendo à frente um vasto terreno de chão batido e, nos fundos, quintais, ora individuais, fechados com cercas de taquara ou lenha, e, outras vezes, muros, sem qualquer separação.

Cada residência possui dois a três cômodos, algumas quatro, estas para as famílias mais numerosas. Não possuem forno e o chão é "atijolado" ou de "terra batida". São, entretanto, rebocadas por dentro e por fora e frequentemente são "calçadas", o que imprime um aspecto pitoresco às construções.

O "TERREIRO" E OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

A construção mais típica da "fazenda de café" é o "terreiro". Trata-se duma dependência absolutamente indispensável, porque o café, mesmo quando vendido em "côco", deve ser submetido à secagem. O "terreiro" é pavimentado de tijolos ou de cimento, ou ainda asfaltado. Quando a pavimentação é feita de tijolos, há o cuidado de serem eles muito bem assentados e suas juntas tomadas com cimento, não podendo haver frestas, por onde passe a umidade. A superfície do piso deve ser bem lisa e ligeiramente inclinada, de forma a permitir o escoamento natural das águas das chuvas.

Quando há qualquer depressão motivada pelos acidentes do terreno, há captação das águas por meio de valas. O terreiro é cercado por grades de madeira, que se sustentam em pilares de alvenaria. Num dos cantos do "terreiro" em sua parte mais elevada, há o "lavador de café". Do "lavador" começam as canaletas, que conduzem o café através do terreiro. Há terraços tendo em conta a quantidade de café produzido na fazenda.

Na "fazenda de café", além do emprego dos instrumentos comuns — a enxada e o enxada — são largamente empregados alguns instrumentos típicos. Para carregar o café (arrancar o mato que cresce ao redor dos pés) é usada a enxada comum. As covas para o plantio são abertas com o "enxada". A colheita se faz a mão, pelo sistema de derricamento ("derrica", como chama o lavrador) que consiste em pôr a mão fechada em volta dos galhos e puxar até que todos os frutos caiam no chão. Para operar nos galhos altos é usada uma escada toca, feita de pau roliço. Para "abater" o café, isto é, fazer a separação das folhas e detritos, usa-se a peneira comum.

Mas, é na secagem do café no terreiro que vamos encontrar algum instrumento típico, como o "rôdo", a "pá" e a "vaca". São construídos de madeira, constituindo o primeiro numa peça horizontal com cabo, semelhante à que se usa para limpeza domiciliar. Há um simples e outro com arcos, ambos servindo para "enleitar" o café no terreiro. A "pá" é empregada para amontoar o café ou para recolher o café que vem do lavador, pelas canaletas.

A "vaca" tem uma forma triangular, com oitenta centímetros de cada lado. O lado que fica no chão tem um reforço de ferro, a fim de evitar o rápido desgaste com o atrito. Nos lados saem duas cordas e no vértice superior um cabo. Ela é operada por três homens, sendo que um empurra e dois puxam.

O café, depois de esparramado no terreiro, é ajuntado em montes, e quando chove ou ao cair da noite, é coberto com "enchedores" (lonas impermeáveis). No dia seguinte, ou quando passa a chuva, não estando o café ainda seco, procede-se à nova esparramadura, num "mezimento" constante. É o momento de ser usada a "vaca", pois este instrumento facilita consideravelmente o trabalho, porque remove, numa puxada, considerável quantidade de fruto.

Muitas fazendas, principalmente aquelas cuja produção se eleva a milhares de sacos, possuem a sua própria máquina de beneficiar, aliás hoje muito moderna e com alto rendimento, capaz de fornecer magnífico produto. As pequenas fazendas, entretanto, não a possuem. Os fazendeiros, que não contam com ela, vendem o café em "côco".

Quando o café atinge o grau de secagem considerado bom, ele é recolhido às tulhas, que são compartimentos reservados especialmente à sua guarda. A ciência do bom café está em grande parte na arte da secagem. Não é fácil saber quando o café "pegou o ponto", isto é, quando está em condições de ir para a tulha, isso porque não pode estar muito úmido, mas não deve ficar completamente ressecado. O pessoal que trabalha no terreiro deve ser mais especializado e trabalhar sob a orientação e assistência do administrador. Há até mesmo o chamado "mestre terreiro", autoridade em saber quando o café "pegou o ponto". O bom ponto se conhece pela cor e cortando-se os grãos com um canivete bem afiado. O café, quando ainda não está no ponto, úmido em demasia, é escuro, meio cor de chumbo.

O IMIGRANTE NA FAZENDA DE CAFÉ

A aculturação de imigrantes na fazenda de café se vem processando desde 1888, época em que os primeiros contingentes, constituídos principalmente de italianos, se deram ao trabalho de plantar as primeiras lavouras. De um total de 132.070 imigrantes de várias nacionalidades entrados naquele ano, 104.353 eram italianos, que vinham substituir o braço escravo. A imigração foi para o Brasil, mais do que para o próprio imigrante, um imperativo de subsistência.

Nos anos subsequentes, o afluxo de italianos não cessou, mantendo-se em altos e baixos, sendo que em 1891 o número de peninsulares entrados superou o de 1888. De 1884 a 1949 ingressaram no país 1.428.082 italianos, dos quais grande parte se fixou no Estado de São Paulo, em cujo meio rural têm contribuído para o desenvolvimento das nossas atividades agropecuárias. A distribuição das diferentes nacionalidades dos imigrantes, segundo os municípios paulistas, apresenta maior concentração na zona tributária da Cia. Paulista de Estrada de Ferro e E. F. Araraquara.

Embora a Primeira Guerra Mundial houvesse determinado sensível redução nos contingentes imigratórios, pode afirmar-se que foi nos últimos anos, sobretudo depois da eclosão da Segunda, que as estatísticas revelaram a tendência descendente da curva da imigração.

Como as atividades econômicas de São Paulo vêm exigindo o concurso de novos braços, e em razão da exigua afluência de imigrantes italianos e espanhóis, houve, é certo, um fator positivo de atração de nacionais de outras unidades federais em direção das fazendas paulistas. Acresce ainda notar, a maior facilidade de transporte interno, rodoviário e ferroviário, o que proporcionou ao nordestino meios de mais fácil transferência para São Paulo.

Assim, a lavoura se tem servido nos últimos dez anos, em larga escala, do braço nacional proveniente do nordeste onde as condições de vida, por motivos meiológicos são até agora pouco atraentes.

Os contatos que, paulatinamente, se têm estabelecido entre o imigrante e o "caboclo" paulista são, ao que tudo indica, promissores e não denotam até agora qualquer manifesto, conflito ou choque violento entre as etnias. Tem havido um processo lento de aculturação, tendo sido introduzidos alguns marcanetes traços culturais que hoje participam da nossa realidade social. Mas, a redução da imigração estrangeira de um lado, e o incremento do ingresso de elementos nordestinos, de outro, são fatores ponderáveis de modificação do procedimento de aculturação.

A substituição do braço escravo pelo imigrante trouxe profundas alterações na realidade econômica-social do país. No tocante ao café, a participação do italiano e do espanhol assumiu um estágio de desenvolvimento da lavoura, ampliação das áreas cultivadas com a rubiacea e melhoria da técnica de produção.

Por volta de 1925, já recuperada em grande parte a vitalidade econômica mundial, abalada pela Guerra de 1914, o café atingiu preços altos ainda não alcançados desde o início da sua produção no país. Rendimentos ainda elevados, pois, as lavouras se erguiam no chão úmido e fértil das matas recém-derrubadas, aliados ao incremento da produção e aos preços compensadores, proporcionaram à economia de São Paulo a disponibilidade de capitais que se destinaram a outras atividades. O processo de industrialização, que na época se iniciava, concorreu para expandir o surto de progresso econômico que o café havia proporcionado.

A imprevidência, a restrição aceitação da técnica agrícola que progredia, a ausência de qualquer plano diretor traçado pelo governo concorreram para o desmoronamento quase total da lavoura de café, logo que a crise de 1929 se fez sentir, arrastando uma cascata de funestas consequências. Os cafezais, antes florescentes, foram muitos deles abandonados, e outros cortados. O abandono foi tão sério pela sua persistência e duração que, em 1942, portanto já bem longe da crise, havia em São Paulo dezessete milhões de cafeeiros abandonados, não se levando em conta outros milhões que foram arrancados. As fazendas hipotecadas e os "fazendeiros", batidos pelo desamonto e oprimidos por dívidas, renunciaram à cafeicultura. Durante algum tempo, o espetáculo foi realmente desolador.

Graças, porém, aos reflexos da economia mundial, ampliação de mercados e intensificação das trocas internacionais, pagaram-se preços mais vantajosos e o estímulo se manifestou numa emulação contagiosa, conduzindo à restauração dos cafezais e, em última análise, à recuperação da lavoura cafeeira.

No momento, vivemos dias auspiciosos para a lavoura de café. Aliás, seremos decepcionados se não soubermos aproveitar os ensinamentos do passado. É preciso considerar a economia nacional como peça do complexo mecanismo da economia mundial e nunca como um processo à parte, determinado por causas próprias.

O consumo do café, tanto interno como externo, está longe de atingir o ponto de saturação. Muito pelo contrário, povos inteiros não introduziram ainda a rubiacea nos seus hábitos alimentares. Levando-se em conta as magníficas propriedades que possui a uma bebida que pode e deve ter o seu uso generalizado. Considere-se que o Brasil ocupa posição de relevo na produção mundial, e, pelos recursos de que dispõe em relação aos seus concorrentes, pode e deve — muitos anos ainda, a principal fonte supridora do mercado internacional.

CENTRALIZA OS INTERESSES

CONCLUSÃO DA PAG. ANT.

presidido pelo Dr. Bernardino de Campos; 13) Pugnou insistentemente pela modernização do aparelho administrativo do nosso país, desde antes do advento da República, até que viu a hercúlea tarefa entregue à Cia. Docas;

14) Colaborou eficazmente com as autoridades na solução das graves dos operários do café, verificando as condições de trabalho nos primeiros tempos do regime republicano, pondo sempre em evidência o seu reto espírito de harmonia e de justiça;

15) Realizou a unidade de ação e diretrizes do alto comércio da praça, reunindo em seu seio, em 1940, com Departamento, as forças representativas das várias modalidades do comércio cafeeiro, que estavam distribuídas em outras tantas associações, e criando também em Departamento, representações de outras importantes atividades, como as dos Bancos, Importadores e Navegação;

16) Possui um serviço especial de estatística de café, que é fornecido à alta administração estadual e federal;

17) Realizou a codificação, para registro na Junta Comercial do Estado, dos Usos e Costumes da Praça de Santos;

18) Por intermédio de um corpo de árbitros solucionou todas as questões que possam surgir em torno do cumprimento de contratos entre seus associados;

19) Promoveu a criação e inauguração da Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos;

20) Organizou, em 1920, o Montepio Comercial de Santos;

21) Mantém uma comissão para exame da sacaria destinada aos produtos de exportação, não sendo permitidas transações com sacaria que não tenha sido aprovada por essa comissão;

22) Mantém um serviço informativo e de assistência jurídica, dirigido pelo Dr. José Américo de Souza, com o concurso dos competentes advogados da União de Paula Borges e Mário de Paula Nascente;

23) Mantém uma biblioteca e um salão de leitura, com uma coleção completa das leis e "Diários Oficiais", da União e do Estado;

24) Tem colaborado, lealmente, desde sua fundação, com os governos da União, do Estado e do Município, na solução dos mais importantes problemas ligados à economia nacional;

25) Patrocina publicação, com caráter de órgão oficial seu, conteúdo seções de interesse para a praça

RECEITA

	Cr\$	289.430,80
Patrimônio criado pela Associação Comercial		
Menoridades	11.359.943,30	
Juros	6.599.957,70	
Jóias de Admissão	210.060,20	
Renda de Títulos da Dívida Pública	53.471,90	
Receta Eventual e contribuições diversas	2.070.776,90	20.324.219,00
		20.613.649,80

DESPESA

	Cr\$	289.430,80
Objetiva	8.451.466,20	
Funerais	448.000,00	
Pensões	312.000,00	
Administrativa	2.026.328,90	
Depreciação	22.416,30	12.160.211,40
		8.453.438,40

Patrimônio em 30 de Abril de 1954

VISITAS, REFERÊNCIAS E IMPRESSÕES

Mercadora desse privilégio por possuir as valiosas credenciais citadas mais acima, os seus predicados de instituição de indiscutível utilidade pública foram sempre motivo das mais elevadas provas de distinção, consoante atesta seu livro de visitas, do qual constam assinaturas e impressões de numerosas e altas figuras do país, destacando-se as do Imperador D. Pedro II, em 1878 e 1886, da Imperatriz Theresia Christina, em 1875; Cansanção de Sinimbu em 1875; conde de Iguaçu, em 1875 e 1886; barão de Maciel, em 1875, Ruy Barbosa em 1880 e 1909; Olavo Bilac, em 1911; Altino Abranches, em 1917; Wenceslau Braz, presidente da República, em 1918; Tavares Lyra, ministro da Fazenda, em 1918; Washington Luís, presidente da República, em 1927; Julio Prestes, presidente do Estado, em 1929; Fernando Prestes, presidente do Estado, em 1927; Lindolfo Collier, ministro do Trabalho, em 1931; Epitácio Pessoa, presidente da República, em 1932; Armando de Salles Oliveira, interventor federal, em 1934; Odilon Braga, ministro da Agricultura, em 1935; Adhemar de Barros, interventor federal, em 1939; Arthur de Souza Costa, ministro da Fazenda, em 1934; Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, em 1939.

Desse livro constam ainda as visitas de todas as grandes missões econômicas estrangeiras que vieram ao nos-

CONCLUSÃO DA PAG. ANT.

so país e das embaixadas e consules de nações com as quais mantemos relações comerciais. Consta também a passagem dos diversos secretários do governo de São Paulo e de altos funcionários da União. Eis, por exemplo, as impressões de: "Am, um livro de visitantes, dois ministros do Trabalho;

"A Associação Comercial de Santos é, sem dúvida, a expressão mais autêntica do comércio de São Paulo e, pois, do Brasil. A visita que lhe faço como ministro do Trabalho Indústria e Comércio do Governo Provisório da República, significa o respeito e a admiração em que os dirigentes do país têm a este grande, autorizado e respeitável associado de classe. Em 28-3-1931 — (A) Lindolfo Collier".

"Neste livro, que tão bem registra as glórias da Associação Comercial de Santos, tenho a satisfação de assinalar o testemunho de meu apreço pela valiosa organização, que, com patriotismo e elevação, defende os interesses e exprime as aspirações deste notável núcleo do comércio brasileiro. Santos 4 de dezembro de 1939. — (A) Waldemar Falcão".

Por sua vez, o ilustre sociólogo e jurista Oliveira Vianna, em artigo publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, há anos, examinando a possibilidade de integrar as associações de classe na estrutura político-administrativa de então, declarava que "seria este o meio de se aproveitar a colaboração de certas instituições sociais nossas, grandemente prestigiadas, como a Associação Comercial e Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias de São Paulo e a ASSOCIACAO COMERCIAL DE SANTOS. Todas elas, velhas e respeitáveis associações, algumas com mais de

um século de existência, carregadas de serviços à causa e aos interesses de suas respeitáveis classes e mesmo do país".

A atual DIRETORIA DA ASSOCIACAO COMERCIAL DE SANTOS, eleita em 18 de dezembro de 1952, por um biênio, é composta dos sr.s:

Presidente: Geraldo G. de Mello Peixoto
1.º Vice-Presidente: José Vieira Barreto
2.º Vice-Presidente: Hercílio Camargo Barbosa
1.º Secretário: Oday Raposo Medeiros
2.º Secretário: J. Tarcisio Junqueira Loureiro
Tesoureiro: Herbert Lisboa Wright
Diretores: Aivaldo de Freitas Guimarães — Antonio Carlos Conceição — Benedito Tavares Guerra — Cândido Azeredo Filho — Carlos Wyling — Elias Salim Haddad — Flávio de Almeida Prado — José Alves Perez — José de Toledo Arruda.

referem à quebra de assimetria no tratamento recíproco de indivíduos de posições sociais desiguais (nas relações entre patrão e empregado; entre chefe e subordinado; entre esposa e marido; entre pais e filhos; entre pessoas de idades diferentes; entre o homem e a mulher em geral; entre o negro e branco; etc.); à inobservância das normas antigas de polígrafo, de certos comportamentos cerimoniais, a serem postos em prática em visitas, na troca de cumprimentos, ao entrar em uma dependência íntima na casa dos pais, etc.; à generalização de comportamentos privativos, antigamente, dos fazendeiros ou que eram confinados pela tradição, em termos de posição social dos agentes e de conveniências sociais; e, especialmente, as condições que favorecem a ascensão econômica e social dos "estrangeiros", da "mulher" e dos que não têm "sua terra", os quais sobrepõem os fundamentos da dominação patrimonialista e da ordem social tradicional. Nos limites deste artigo, não podemos dispensar a esses temas a atenção que eles merecem. A título de ilustração, gostaríamos de apontar um exemplo. Ouvimos de um informante recriminações sobre o comportamento das esposas "modernas". Salientou que, no passado, as esposas não se envolviam nas aventuras amorosas dos maridos. Mesmo quando desconfiavam das infidelidades ou conheciam com certeza as mudanças preferidas, guardavam um digno segredo. Se algum parente tentasse abordar o assunto, desmentiam categoricamente os boatos. Agora, "as mulheres vão discutir fora de casa as aventuras do marido. Assim, elas são as primeiras a estragar a reputação do marido e com isso destroem a reputação e a respeitabilidade da família. Por isso, hoje a família não tem mais a mesma consistência que antigamente, porque os filhos perdem o respeito pelos pais e a mulher pelos filhos e por si mesma. O marido fica também descreditado diante dos amigos e dos filhos porque é a própria mulher que toma a iniciativa de acusá-lo". (Consciência de Comunidade)

Seria necessário lembrar que tais atitudes produzem, também, efeitos que são socialmente construtivos? A consciência de um passado comum, em um país novo como o Brasil e em plena formação nacional, cria uma comunidade de existência e associa de forma mais profunda os indivíduos. Doutra lado, ela conduz à convicção de que as pessoas, mesmo quando agem individualmente, o fazem como parte de um grupo e devem portanto proceder de modo a respeitarem os interesses coletivos e as normas morais de solidariedade social imperantes dentro do grupo. Daí a projeção das atividades econômicas fora do âmbito exclusivamente pessoalista: as noções do que é "patriótico" e do que é "imperialista" na organização econômica das fazendas, vistas isoladamente, como uma empresa, ou como uma unidade de um todo maior, em suas relações com as povoações circunvizinhas. Muitos diriam que os descendentes das antigas "famílias boas" defendem tais ideias porque elas exprimem econômica e socialmente os seus próprios interesses. Isso não é inexato, como já apontamos. Mas existem outros motivos além desses ideais. São, por exemplo, os efeitos do êxodo rural, do despoimento das fazendas e das comunidades rurais? Além disso, por que quando fazendeiros, alguns deles se esforçam por continuar a exploração do café ou por constituir fazendas mistas, de café e de criação? Na Fazenda Barreiro ouvimos de seu proprietário que "a lavoura é uma obra patriótica" e que o fazendeiro deve desenvolvê-la, desde que conte com mão de obra. O desejo de reconstruir a prosperidade do Vale do Paraíba com base na exploração do café tem levado esses fazendeiros a procurarem novas técnicas agrícolas e a cogitar da recuperação das terras. Essa inspiração cria incompreensões, especialmente contra a industrialização, que se expande em algumas zonas, contra o melhor aproveitamento das possibilidades abertas pela criação, e contra certas medidas de intervenção do Governo no campo. Porém, ela incide sobre algo que é essencial para um país agrícola: a necessidade de pensar com carinho e com inteligência os problemas da lavoura. É verdadeiramente uma pena que semelhantes preocupações surtissem tardiamente, quando a terra está exaurida, a mão de obra indexada e o próprio cultivo do café comprometido. Certas tentativas, aparentemente coroadas de êxito, demonstram no entanto que a esperança no café não é uma utopia. É antes uma questão de técnica, de organização do trabalho, de nível de preços no mercado internacional. Ainda assim, para muitos, uma esperança dessa ordem representa uma ilusão temerária.

(x) O presente artigo resulta da interpretação de dados colhidos no decorrer de três excursões, que o autor teve oportunidade de realizar através do Vale do Paraíba. A primeira foi feita a Cunha, em companhia do Dr. Emílio Willems; a segunda e a terceira foram feitas a diversas comunidades, em companhia do sr. Carlos Borges Schmidt e dos professores Antonio Candido de Mello e Souza, Egon Schaden e Glacinda Muscilli, sendo que, da última, também participou e deu uma colaboração inestimável o professor Gentil de Camargo. Sob a direção do Dr. Fernando de Azevedo, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras iniciará uma investigação de larga envergadura sobre a Civilização do Café em São Paulo. Ela precisou ser interrompida porém, por falta de recursos financeiros. As duas últimas excursões mencionadas faziam parte desse projeto, que devia descansar essencialmente em dados obtidos por meio de pesquisas de campo.

(1) Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1880 — 1881)*, Livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1952; pág. 55. (2) Idem, pág. 61.

(3) Em outro trabalho, escrito em colaboração com Roger Bastide, referimo-nos aos aspectos aqui subentendidos da competição por mão de obra entre os fazendeiros do Vale e do Oeste. Não seria próprio insistir no assunto, tendo em vista a natureza do presente artigo. Conviém lembrar, porém, que pelo menos num certo setor, a ideia de substituir o escravo pelo imigrante se implantara bem antes do desfalecimento da questão servil. Leia-se, por exemplo, os seguintes trechos de um artigo de fundo, publicado em 15/5/1887, pela *Gazeta de Taubaté*, assinado por A. Lavoura: "Os fazendeiros do norte da província, especialmente os deste município, ainda dormem o sono da indolência com relação à substituição do trabalho, talvez julgando, que, mesmo dado o caso da extinção imediata, os escravos de hoje continuariam em seus trabalhos; manifesto engano". "Eles, uma vez livres, serão o pesadelo da sociedade e o terror das famílias porque eles só cogitam em serem livres, mas não lhes passa pela mente a mais pequena ideia do trabalho para sua alimentação". "Há dois anos ou mais, falecendo o Comendador Castro, deixou livre grande número de escravos, e bem assim uma vasta zona de terras para colocarem-se no entanto, não se encontram um só desses novos cidadãos situados no lugar indicado por seu ex-senhior, e muitos deles fazem ali em completa ociosidade". Aconselha a introdução de imigrantes no trabalho agrícola, como forma de substituição antecipada e gradativa do trabalhador escravo. Isso era, todavia, impossível — pela razão "capital" indicada por Rodrigues Alves: "Variam as condições nos municípios: em alguns a substituição se faz naturalmente; nos outros, custará penosos sacrifícios, ou porque os proprietários não tenham encarado com o devido interesse, a momentânea questão, ou porque descansem na confiança de que a extinção do elemento servil se fará pela ação normal de leis existentes, ou ainda porque, e é razão capital, lhes falte crédito para empreenderem a substituição e as suas terras depauperadas não ofereçam remuneração suficiente e proporcional ao trabalho" (cf. Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de Janeiro de 1888; S. Paulo, 1888, pág. 22).

(5) Sobre a etiqueta de relações sociais entre senhores e escravos na antiga ordem senhorial, cf. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, cap. II, (in Anhembi, Ano III — No 31 — Vol. XI, S. Paulo, 1953).

(6) O leitor encontrará em um ensaio de Carlos Borges Schmidt algumas descrições relativas a alterações da vida rural em comunidades do Vale do Paraíba (cf. *O Meio Rural. Investigações e Estudo de Suas Condições Sociais e Econômicas*, 2a. edição, S. Paulo, 1946). Restringindo-se a uma comunidade, Emílio Willems realizou uma análise sistemática das tendências conservantistas e de mudança social que se manifestam atualmente em quase todas as aglomerações humanas dessa ampla região, mesmo as mais isoladas e menos populosas (cf. *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*, Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo, S. Paulo, 1947).

O café e a irrigação

(CONCLUSÃO DA 4.ª PAGINA DO 6.º CADERNO)

a opção dos devedores em caso de sua alteração ou reformas desde que o financiamento tenha sido destinado à modernização dos métodos dos trabalhos rurais ou recuperação da lavoura". Também, o Banco do Estado de São Paulo S/A., pela sua eficiente Diretoria, iniciou financiamento para aparelhos de irrigação, emprestando 70% do valor do conjunto, até um máximo de Cr\$ 100.000,00, pelo prazo de 2 anos, a juros relativamente baixos. Ainda podemos citar os financiamentos pelo Ministério da Agricultura, através de sua Divisão de Águas, em sistema de Campos de Cooperação, para regiões semi-áridas. Finalmente, existem os pequenos empréstimos feitos pelas próprias distribuidoras de materiais de irrigação.

Já não existem mais os obstáculos que havia antigamente. Tudo está facilitado.

Cafecultores! Colha mais! Colha o melhor! Garanta a sua safra! Acompanhe o processo da técnica agrônoma moderna, irrigando o seu cafezal, usufruindo dos extraordinários benefícios que ela traz.

A' sombra da idade de ouro

(CONCLUSÃO DA 1.ª PAG. DO 4.º CAD.)

relembrar a quebra de assimetria no tratamento recíproco de indivíduos de posições sociais desiguais (nas relações entre patrão e empregado; entre chefe e subordinado; entre esposa e marido; entre pais e filhos; entre pessoas de idades diferentes; entre o homem e a mulher em geral; entre o negro e branco; etc.); à inobservância das normas antigas de polígrafo, de certos comportamentos cerimoniais, a serem postos em prática em visitas, na troca de cumprimentos, ao entrar em uma dependência íntima na casa dos pais, etc.; à generalização de comportamentos privativos, antigamente, dos fazendeiros ou que eram confinados pela tradição, em termos de posição social dos agentes e de conveniências sociais; e, especialmente, as condições que favorecem a ascensão econômica e social dos "estrangeiros", da "mulher" e dos que não têm "sua terra", os quais sobrepõem os fundamentos da dominação patrimonialista e da ordem social tradicional. Nos limites deste artigo, não podemos dispensar a esses temas a atenção que eles merecem. A título de ilustração, gostaríamos de apontar um exemplo. Ouvimos de um informante recriminações sobre o comportamento das esposas "modernas". Salientou que, no passado, as esposas não se envolviam nas aventuras amorosas dos maridos. Mesmo quando desconfiavam das infidelidades ou conheciam com certeza as mudanças preferidas, guardavam um digno segredo. Se algum parente tentasse abordar o assunto, desmentiam categoricamente os boatos. Agora, "as mulheres vão discutir fora de casa as aventuras do marido. Assim, elas são as primeiras a estragar a reputação do marido e com isso destroem a reputação e a respeitabilidade da família. Por isso, hoje a família não tem mais a mesma consistência que antigamente, porque os filhos perdem o respeito pelos pais e a mulher pelos filhos e por si mesma. O marido fica também descreditado diante dos amigos e dos filhos porque é a própria mulher que toma a iniciativa de acusá-lo". (Consciência de Comunidade)

Seria necessário lembrar que tais atitudes produzem, também, efeitos que são socialmente construtivos? A consciência de um passado comum, em um país novo como o Brasil e em plena formação nacional, cria uma comunidade de existência e associa de forma mais profunda os indivíduos. Doutra lado, ela conduz à convicção de que as pessoas, mesmo quando agem individualmente, o fazem como parte de um grupo e devem portanto proceder de modo a respeitarem os interesses coletivos e as normas morais de solidariedade social imperantes dentro do grupo. Daí a projeção das atividades econômicas fora do âmbito exclusivamente pessoalista: as noções do que é "patriótico" e do que é "imperialista" na organização econômica das fazendas, vistas isoladamente, como uma empresa, ou como uma unidade de um todo maior, em suas relações com as povoações circunvizinhas. Muitos diriam que os descendentes das antigas "famílias boas" defendem tais ideias porque elas exprimem econômica e socialmente os seus próprios interesses. Isso não é inexato, como já apontamos. Mas existem outros motivos além desses ideais. São, por exemplo, os efeitos do êxodo rural, do despoimento das fazendas e das comunidades rurais? Além disso, por que quando fazendeiros, alguns deles se esforçam por continuar a exploração do café ou por constituir fazendas mistas, de café e de criação? Na Fazenda Barreiro ouvimos de seu proprietário que "a lavoura é uma obra patriótica" e que o fazendeiro deve desenvolvê-la, desde que conte com mão de obra. O desejo de reconstruir a prosperidade do Vale do Paraíba com base na exploração do café tem levado esses fazendeiros a procurarem novas técnicas agrícolas e a cogitar da recuperação das terras. Essa inspiração cria incompreensões, especialmente contra a industrialização, que se expande em algumas zonas, contra o melhor aproveitamento das possibilidades abertas pela criação, e contra certas medidas de intervenção do Governo no campo. Porém, ela incide sobre algo que é essencial para um país agrícola: a necessidade de pensar com carinho e com inteligência os problemas da lavoura. É verdadeiramente uma pena que semelhantes preocupações surtissem tardiamente, quando a terra está exaurida, a mão de obra indexada e o próprio cultivo do café comprometido. Certas tentativas, aparentemente coroadas de êxito, demonstram no entanto que a esperança no café não é uma utopia. É antes uma questão de técnica, de organização do trabalho, de nível de preços no mercado internacional. Ainda assim, para muitos, uma esperança dessa ordem representa uma ilusão temerária.

(x) O presente artigo resulta da interpretação de dados colhidos no decorrer de três excursões, que o autor teve oportunidade de realizar através do Vale do Paraíba. A primeira foi feita a Cunha, em companhia do Dr. Emílio Willems; a segunda e a terceira foram feitas a diversas comunidades, em companhia do sr. Carlos Borges Schmidt e dos professores Antonio Candido de Mello e Souza, Egon Schaden e Glacinda Muscilli, sendo que, da última, também participou e deu uma colaboração inestimável o professor Gentil de Camargo. Sob a direção do Dr. Fernando de Azevedo, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras iniciará uma investigação de larga envergadura sobre a Civilização do Café em São Paulo. Ela precisou ser interrompida porém, por falta de recursos financeiros. As duas últimas excursões mencionadas faziam parte desse projeto, que devia descansar essencialmente em dados obtidos por meio de pesquisas de campo.

(1) Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1880 — 1881)*, Livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1952; pág. 55. (2) Idem, pág. 61.

(3) Em outro trabalho, escrito em colaboração com Roger Bastide, referimo-nos aos aspectos aqui subentendidos da competição por mão de obra entre os fazendeiros do Vale e do Oeste. Não seria próprio insistir no assunto, tendo em vista a natureza do presente artigo. Conviém lembrar, porém, que pelo menos num certo setor, a ideia de substituir o escravo pelo imigrante se implantara bem antes do desfalecimento da questão servil. Leia-se, por exemplo, os seguintes trechos de um artigo de fundo, publicado em 15/5/1887, pela *Gazeta de Taubaté*, assinado por A. Lavoura: "Os fazendeiros do norte da província, especialmente os deste município, ainda dormem o sono da indolência com relação à substituição do trabalho, talvez julgando, que, mesmo dado o caso da extinção imediata, os escravos de hoje continuariam em seus trabalhos; manifesto engano". "Eles, uma vez livres, serão o pesadelo da sociedade e o terror das famílias porque eles só cogitam em serem livres, mas não lhes passa pela mente a mais pequena ideia do trabalho para sua alimentação". "Há dois anos ou mais, falecendo o Comendador Castro, deixou livre grande número de escravos, e bem assim uma vasta zona de terras para colocarem-se no entanto, não se encontram um só desses novos cidadãos situados no lugar indicado por seu ex-senhior, e muitos deles fazem ali em completa ociosidade". Aconselha a introdução de imigrantes no trabalho agrícola, como forma de substituição antecipada e gradativa do trabalhador escravo. Isso era, todavia, impossível — pela razão "capital" indicada por Rodrigues Alves: "Variam as condições nos municípios: em alguns a substituição se faz naturalmente; nos outros, custará penosos sacrifícios, ou porque os proprietários não tenham encarado com o devido interesse, a momentânea questão, ou porque descansem na confiança de que a extinção do elemento servil se fará pela ação normal de leis existentes, ou ainda porque, e é razão capital, lhes falte crédito para empreenderem a substituição e as suas terras depauperadas não ofereçam remuneração suficiente e proporcional ao trabalho" (cf. Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Exmo.

PASTA DE SIGNIFICAÇÃO INCOMUM NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

A significação da presença do cel. Paula Soares na Secretaria das Finanças do Estado — Um homem dentro de uma atualidade econômica conturbada por crises de crescimento — Uma segurança perene para a construção de bases sólidas de grandes planos administrativos

pre desejada normalidade do ritmo entusiasmante de progresso desta unidade federativa.

PROGRESSÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

De acordo com a mensa-

gem enviada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador do Estado, em maio último, a progressão dos recursos financeiros do Paraná, se espelha no seguinte quadro:

ANO	Cr\$	ÍNDICE
1944	141.178.509,50	100
1945	175.477.274,90	124
1946	221.032.848,30	156
1947	301.622.647,90	214
1948	355.897.842,90	252
1949	459.926.849,40	326
1950	1.192.502.318,70	845
1951	1.494.905.853,10	1.059
1952	1.457.494.938,70	1.032
1953	1.910.318.207,00	1.353

Excluindo as operações de crédito verifica-se o crescimento das rendas próprias do Estado, como segue:

ANO	Cr\$	ÍNDICE
1944	141.178.509,50	100
1945	175.477.274,90	124
1946	221.032.848,30	157
1947	301.622.647,90	214
1948	355.897.842,90	252
1949	459.926.849,40	326
1950	809.103.318,70	644
1951	1.225.433.853,10	868
1952	1.399.303.938,70	991
1953	1.840.318.207,00	1.303

Das fontes da receita destaca-se o imposto de Vendas e Contribuições com 50% das rendas próprias do Estado e a curva de ascensão bem diz

ANO	Cr\$	Índice
1944	54.090.936,70	100
1945	67.167.262,20	124
1946	89.925.181,70	166
1947	175.637.819,90	325
1948	200.498.317,00	371
1949	247.978.645,00	458
1950	460.984.882,40	852
1951	658.277.504,70	1.211
1952	803.333.164,60	1.485
1953	925.743.613,20	1.711

A estatística da arrecadação indica as exatarias do Interior com a contribuição de Cr\$ 358.610.066,50; a Capital com Cr\$ 183.830.159,50 e o Porto de Paranaguá com Cr\$ 183.303.447,20.

do nosso progresso econômico que se reflete na circulação da riqueza. O quadro abaixo ilustra a elevação desta renda durante o último decênio:

ANO	Cr\$	Índice
1944	54.090.936,70	100
1945	67.167.262,20	124
1946	89.925.181,70	166
1947	175.637.819,90	325
1948	200.498.317,00	371
1949	247.978.645,00	458
1950	460.984.882,40	852
1951	658.277.504,70	1.211
1952	803.333.164,60	1.485
1953	925.743.613,20	1.711

Os motivos da elevação desta renda devem ser procurados na constante inflação de preços e, principalmente, na expansão da produção cafeeira que constitui sem dúvida

a força propulsora da economia do Estado.

Entretanto, a arrecadação deste imposto não está espelhando a realidade do desenvolvimento econômico do Estado, ao que atribuem os órgãos fazendários o montante ponderável de sonegações que se procura combater, aperfeiçoando e intensificando a fiscalização.

Ao lado do ponto alto da economia paranaense, que é a lavoura cafeeira, verifica-se, nos últimos anos, o decréscimo na exportação de mate e madeiras, outrora considerados produtos básicos de renda.

Os impostos sobre a exportação de erva mate beneficiada e canchada acusam um déficit de 7 e 27% sobre o ano anterior e contribuição, apenas, com Cr\$ 1.526.586,80 para a receita.

A renda de exportação de madeiras apresenta o seguinte quadro:

ANO	Arrecadação em Cr\$	Índice
1948	4.807.118,90	100
1949	3.993.379,10	89
1950	3.230.178,40	72
1951	3.988.952,10	89
1952	1.372.642,40	28
1953	2.281.917,00	47

A verdade, entretanto, é que, quase cessadas as exportações de madeiras aumentou a expansão das vendas no mercado interno compensando, deste modo, essa queda.

A política econômico-financeira converge, assim, para a exportação de café como fator decisivo das rendas do Estado e foi constante a preocupação do Governo de entrosar o Paraná vantajosamente na política cafeeira nacional, acompanhando os esforços dos produtores na solução dos problemas de escoamento, distribuição e valorização das safras.

Ilustramos o crescimento da produção pelo quadro que segue:

ANO	Exportação em sacas de 60 kg.	Índice
1948	2.175.915	100
1949	2.795.259	128
1950	2.523.764	116
1951	3.582.050	165
1952	4.036.429	186
1953	4.529.687	208

A tributação que incide sobre a exportação e o consumo do café não foi alterada, apesar da enorme valorização do produto do exercício passado.

ANO	Exportação em sacas de 60 kg.	Taxa sobre café em Cr\$
1944	972.491,90	1.898.669,60
1945	2.524.242,50	4.454.634,70
1946	3.045.421,80	5.234.244,60
1947	14.930.183,00	9.812.037,00
1948	29.422.987,00	10.438.937,00
1949	58.673.459,30	13.671.256,20
1950	61.759.705,80	12.460.608,60
1951	85.671.473,90	17.565.203,30
1952	96.657.768,10	19.759.684,70
1953	108.689.238,00	22.059.017,40

Ao contrário, as medidas governamentais, especialmente a dispensa de impostos nas operações internas do Porto de Paranaguá, aliviaram a carga tributária que recai sobre os produtores.

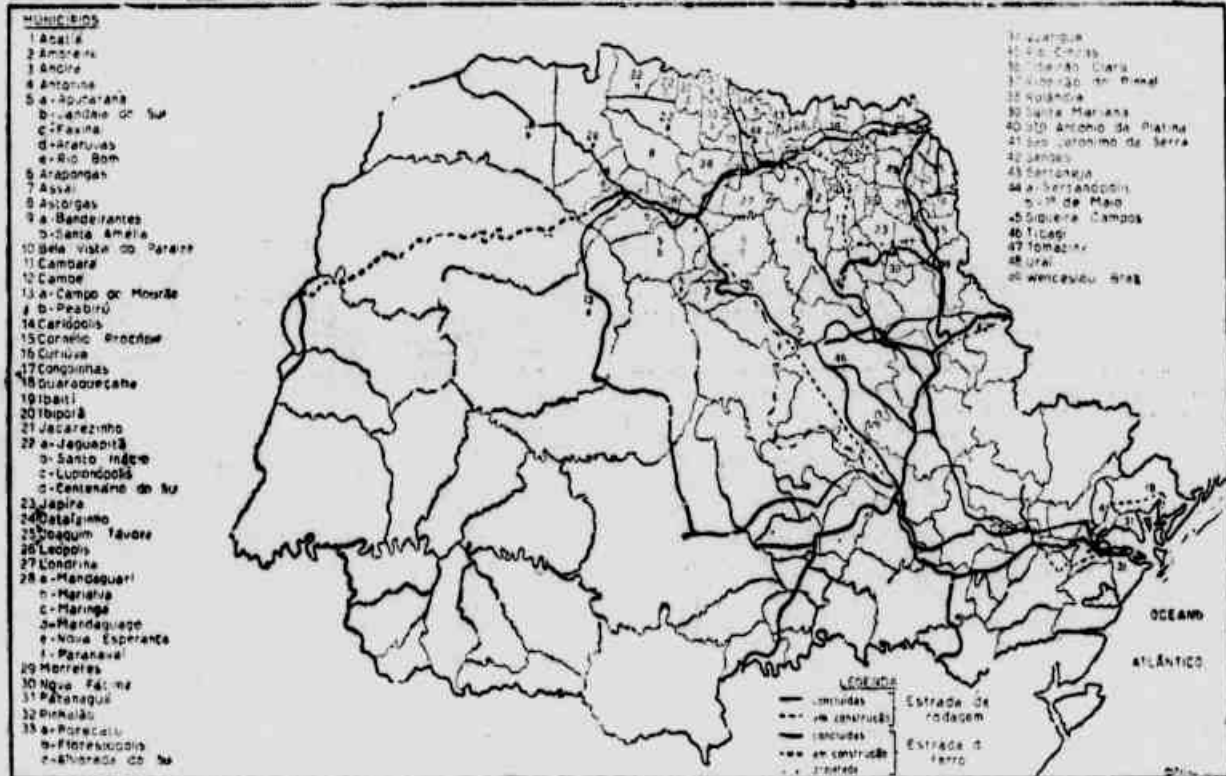
A contribuição do imposto de exportação e da taxa sobre o café para as rendas, importa, apenas, em 10% da receita tributária e 6,8% da receita total.

O quadro que segue elucida a arrecadação dos referidos impostos:

REGIÃO CAFEIEIRA DO ESTADO DO PARANÁ

Estado do Paraná — Secretaria da Fazenda — Dep. Estadual do Café

□ Zona Velha □ Zona Média □ Zona Nova



Fonte: Dep. Estadual do Café

A perspectiva da renda para o exercício de 1954 ainda está incerta devido às geadas que flagelaram a lavoura e as estimativas da próxima safra variam consideravelmente.

Os levantamentos preliminares procedidos sobre a safra 54-55 prevêem que dificilmente alcançará a dois milhões de sacas.

De certa forma, compensando esse vultoso déficit econômico, as mesmas regiões cafeeiras do Estado vão produzir uma safra de cereais que se estima em cerca de vinte milhões de sacas.

Os problemas resultantes dessa enorme produção estão sendo enfrentados em colaboração com o Governo Federal destacando-se entre as providências já tomadas, a melhoria da via permanente da ferrovia Apucarana-Olinda, a entrada em tráfego de novo material rodante; a montagem de grandes armazéns metálicos recém-importados a serem localizados em Maringá, Mandaguari, Apucarana, Londrina, Cornélio Procopio e Bandeirantes; o levantamento cadastral da grande rede de armazéns particulares da região e o aparelhamento dos armazéns do I.B.C. de Chavantes e Presidente Prudente. A essas medidas, esforça-se o Governo Estadual para acrescentar a imediata abertura da exportação do milho pelo porto de Paranaguá, coletando-se nas zonas de Assaí e Cornélio Procopio, para embarque ferroviário em Barro Preto, solução essa da qual pode resultar a obtenção de cerca de 30 milhões de dólares de divisas e ponderável rendimento para o erário estadual.

Quanto à renda atual do imposto de exportação sobre os demais produtos, como cereais e algodão, acusa a coleta a ínfima quantia de Cr\$ 211.423,00, pois a exportação destes produtos limita-se para os Estados vizinhos e para o abastecimento interno do País.

Da arrecadação dos tributos em geral devemos destacar, ainda, o imposto de transmissão de propriedade "inter vivos" e o imposto territorial.

Enquanto o primeiro acusa um déficit de Cr\$ 10.698.899,50 sobre a estimativa orçamentária, aumentou a renda do imposto territorial de Cr\$ 12.231.427,90 sobre a arrecadação do ano anterior.

O comportamento destes impostos depende das ocorrências e oscilações do mercado imobiliário, que encontra ainda forte aflicção de capital devido à pressão inflacionista de preços.

Todavia, é notável a evolução da arrecadação destes tributos que revela a expansão da nossa economia, principalmente com a formação de novas lavouras no norte do Estado.

NÃO PODE PRETENDER SER HOMEM PÚBLICO DE ÂMBITO ESTADUAL NO PARANÁ QUEM NÃO SE APAIXONE PELOS PROBLEMAS DO CAFÉ

Discurso pronunciado pelo coronel Paula Soares Neto, durante o banquete que a APAC lhe ofereceu em Curitiba, logo após a sua posse no cargo de diretor do Inst. Brasileiro do Café

Eu vos encontrei muitas vezes, lavradores do Paraná pelas estradas e pelas cidades, nas árduas caminhadas de minha vida política. Aos poucos, fui sentindo vossos problemas e as vossas dificuldades que só mesmo poderiam ser vencidas por quem, como dizis, "tem terra no sangue".

Vi o esforço das derrubadas. Senti o drama da falta de crédito e as ansiedades dos primeiros anos de plantio. Olhei mãos amigas esmagarem desanimadas, nas frutíferas brocas.

Testemunhei o receio das geadas, mas também as esperanças, sempre renovadas, na futura safra.

E pulsei, coração a coração, convosco, nas campanhas eleitorais, onde ninguém excede, em coragem, o desprendimento, a gerência da lavoura.

Se recordo, com emoção, esses episódios, e, entretanto, de coração frio que registro os motivos fundamentais, determinantes de minha incursão pelos terrenos da economia cafeeira.

Sou um político do Paraná. Faço política no Estado, há longos anos. Vou continuar, até o final de minha vida, na carreira política.

Pois entendo que não pode pretender ser homem público de âmbito estadual, no Paraná, quem não acompanha, não estude e até, não se apaixone, pelos problemas do café, na realidade, os mais importantes, os mais decisivos para o presente e para o futuro de nossa terra.

Assim, amando conhecimentos e, até, os improvisando, eu chegarei à convicção de que, com eles, poderia ser útil ao Estado, representando-o no Instituto Brasileiro do Café.

E, agora, que estou em plena batalha, não me pajo de afirmar que muito há a aprender ainda, para poder comandar decisões sobre alguns aspectos capitais da política cafeeira, como sejam, no terreno internacional, o das re exportações, onde a defesa dos interesses mais permanentes de nosso País, se choca, a todo o instante, com o daqueles a quem serve uma solução imediatista.

Felizmente não tenho vergonha de pedir que me ensinem.

Sem a presença positiva, sem uma ação afirmativa, distantes das grandes deliberações da União, nos limitamos a ser alvo dos confusos e exagerados elogios. E, se por eles nos empolgássemos, perderíamos o senso da medida, passando a fazer o papel de novos ricos a arrotar grandezas alienando as profundas simpatias que de todos os quadrantes da Federação, se nos distinguem, na realidade, cegos, surdos, incapazes de compreender e aproveitar esta grande hora paranaense.

Minha atitude, pois, de abandonar posições mais renhidas, em troca de um posto que exige, a contar da instalação, alguns embaraços materiais não enanou de nenhuma vocação para o sacrifício, mas defluiu da plena consciência de responsabilidades, ante o momento histórico que o Paraná atravessa.

Estou em pleno desenvolvimento de uma carreira política e nela vou abrindo caminho.

Ao tempo que passei, no Banco do Estado, agora a satisfação de atender justas reivindicações de seu Pessoal, um problema humano que conheci de perto, doendo nas carnes, em toda a minha vida de funcionário, agi mais como político, procurando animar a visão de horizontes mais amplos.

A tentativa de congregação dos Bancos Regionais, a disseminação do Estabelecimento por todo o Estado, a criação da Agência de São Paulo foram etapas de um programa em que colaborei, sob os auspícios do Governador Múnyos da Rocha, visando chamar a atenção do Paraná para o seu crucial problema bancário e convocar a gente paranaense a que cerrasse fileiras em torno do que constitui um dos seus interesses mais permanentes.

Agora, se me abrirem as portas de um outro cenário onde, homem profundamente integrado na vida paranaense, quero servir o Estado, com o melhor de meu esforço.

Vi-me transportado para um novo campo de ação, onde, justamente, mais necessária é a presença do Paraná, a purgar de corrupção aberta, por uma política cafeeira de sentido nacional que seja lealmente, por todos executada, que fale a linguagem de otimismo que pode e deve falar, que declare, em alto e bom tom, ser inviolável a situação do café e, pois, se preocupação possa existir, essa será de não haver produção suficiente para atender o aumento incoercível do consumo.

Logo, a ação do Instituto Brasileiro do Café se estenderá, por toda a parte: nos portos, facilitando as tradicionais atividades do comércio exportador, disciplinando, sem favoritismos regionais, o escoamento das safras; no interior, olhando o homem da lavoura, nas dificuldades da entre-safra, na defesa contra as pragas, no estímulo à melhoria e ao maior rendimento da produção, numa po-

lítica positiva, leal e firme, como a deseja o Governo da República.

Tenho pensado na peculiaridade dos destinos humanos e na contribuição pessoal de cada um de nós à sociedade em que vivemos.

Todos a servem, a seu modo. Uns, muitas vezes apenas pensando em si, constroem as mansões que embelezam as cidades. Outros se orientam, no caminho das indústrias, das lavouras, do comércio e se tornam, com esses esforços individuais, artífices de grandes realizações coletivas.

Poucos são os que, após uma jornada cheia de trabalho, ao chegar a tarde da vida, contemplan desencantados o que realizaram.

A alguns, entretanto, favorecidos pelo destino, está reservado o caminho da vida pública, com seus altos e baixos, com as suas decepções e as suas inquietações, mas com a beleza da sua visão panorâmica e a emoção inextinguível dos grandes momentos culminantes.

Sou feliz porque as circunstâncias me reservaram esta posição. Não disputo nela, enriquecimentos escusos, nem palpitio por ajustes de contas.

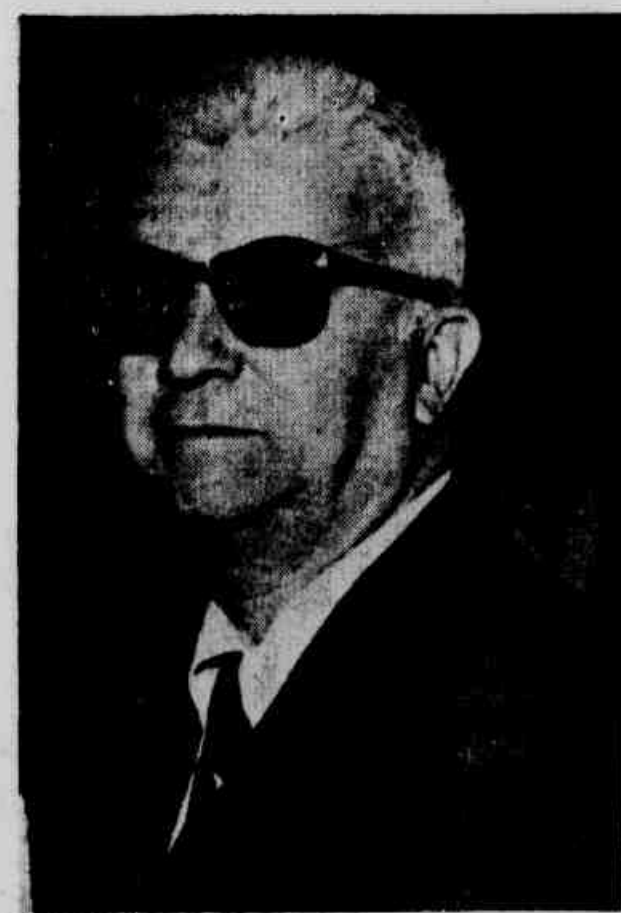
Não tenho os olhos voltados para trás. Não invejo a sorte dos outros. E estou tranquilo porque, através de todos os tempos, pude continuar fiel a mim mesmo, cioso de meus deveres e de minhas responsabilidades.

Agora, nesta festa que é uma carta de crédito, em meu favor, aberta pela lavoura paranaense, sentindo o calor de uma solidariedade desinteressada, não vejo como melhor agradecer-las, senão pedindo que me ajudem a não desanimar, que me espiacem, se preciso for, para que não feneça o meu entusiasmo e não se estiole a minha determinação de retribuir, em serviços muitos, o muito que devo à terra paranaense.

Acompanhei, desde o primeiro instante, a vida da Associação Paranaense dos Cafecultores, da qual me honro de ser Consultor Técnico.

Mais do que uma Associação especializada de classe, de quem o Governo vem recebendo uma eficiente e leal colaboração, ela tem sido uma reunião de homens de boa vontade, um núcleo de gente desprendida, trabalhando por um ideal comum e um grande e decisivo elemento para integrar na vida paranaense, aquele admirável material humano que, localizado no Norte do Estado, está sendo fator predominante no formidável progresso de nossa terra.

Baudando a prestigiosa Agradecimento, na pessoa de seu Presidente, levanto a minha taça para desejar-lhe que continue a sua grande e nobre tarefa, em benefício do Paraná.



DR. FRANCISCO PAULA SOARES, SECRETÁRIO DA FAZENDA DO PARANÁ

NO IV CENTENÁRIO DA CAPITAL BANDEIRANTE

homenagem AOS QUE FIZERAM DE SÃO PAULO O MAIOR PRODUTOR DE CAFÉ DO MUNDO

Sim, o maior produtor de café do mundo — pois quando o cafeeiro foi trazido para o Estado Bandeirante, deram-lhe mais do que um novo habitat. Na realidade, o arbusto forasteiro foi transformado em fonte de riqueza pela visão e o espírito empreendedor incomparável do paulista. As mudas da rubiácea devoraram léguas e léguas, subiram morro, desceram morro, multiplicaram infinitamente seus frutos rubros — ouro vegetal, a fazer fortunas e a projetar São Paulo no cenário do país e do mundo, como a Capital do Café. Esse título tem sido cuidadosamente preservado e mantido, bem como os de "a cidade que mais cresce no mundo" e de "o maior parque industrial da América Latina".



É que os paulistas herdaram a tempera inquebrantável daqueles homens que partiram de São Paulo armados em Bandeiras, com os olhos fixos na miragem de ouro e pedrarias que uma audácia portentosa tantas vezes chegou a converter em realidade e riqueza palpável. Levados pela ambição e pelos sonhos, eles semearam povoados e vilas por toda uma vasta área até então inexplorada — tornaram o Brasil maior.

Continuam existindo os Bandeirantes. Hoje, eles manejam cifras, tornos, teares e toda sorte de maquinário. E através de florestas doutro tipo — constituídas por chaminés fumegantes — que eles mantêm para São Paulo o galardão de "maior parque industrial da América Latina". Vibrando com seus dinamos e suas caldeiras, a cidade que mais cresce no mundo trabalha incessantemente — continua a crescer!

São Paulo, de fato, nasceu predestinada ao crescimento vivo e intenso, muito embora suas raízes tenham sido lançadas em sítio de difícil acesso, perigosamente distanciado do litoral a que a civilização então se apegava. Em pouco tempo seu perímetro urbano ultrapassava o âmbito das primitivas muralhas protetoras, forçando sua substituição por novas, condizentes com a ampliação havida. A cidade de Nóbrega e Anchieta repete o feito daqueles primórdios de luta e heroísmo. Pois se expande sem parar, vertical e horizontalmente, não respeita limites. Quanto ao ritmo do aumento da população, não há mesmo, no mundo, metrópole alguma que se lhe compare.



CIA. COMERCIAL PAULISTA DE CAFÉ • CIA. COMERCIAL BRASILEIRA

Rua Álvares Penteado, 208 - 7.º andar - São Paulo

CIA. DE ARMAZÉNS GERAIS IPIRANGA • CIA. COMERCIAL ANGLO BRASILEIRA

Rua Álvares Penteado, 208 - 6.º andar - São Paulo

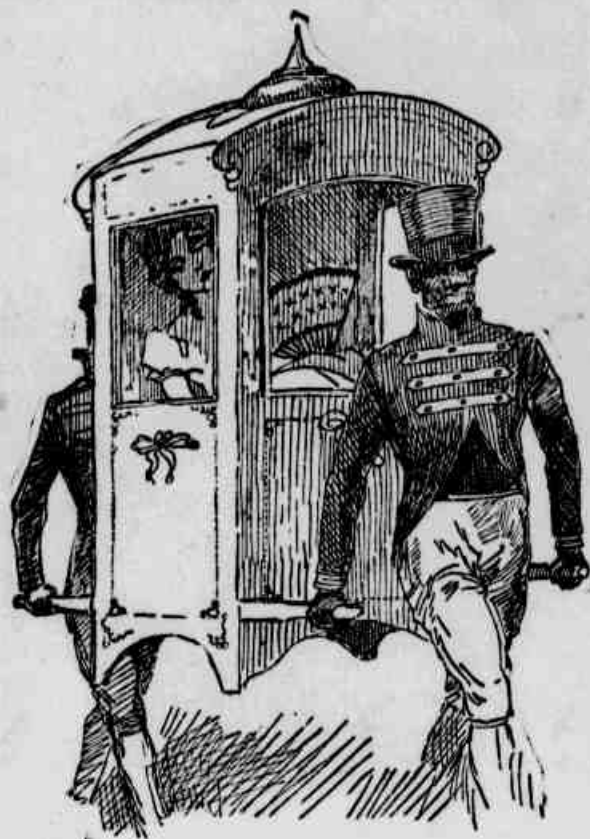
CIA. NACIONAL DE COMMERCIO DE CAFÉ • CIA. SUL AMERICANA DE ARMAZÉNS GERAIS

Avenida Rio Branco, 85 - 17.º andar
Rio de Janeiro

Rua Sacadura Cabral, 250
Rio de Janeiro

Factos sociais da cultura do café em São Paulo

J. F. DE ALMEIDA PRADO



Desenho da época, de autoria de Prado (Coleção do Prof. Spencer Vampré)

Resplandece na constelação das produções brasileiras o café como elemento máximo de progresso e bem-estar para toda a nação, de Norte a Sul, de Anápolis ao Chuy. Por favorável conjunto de circunstâncias, seu advento na economia nacional foi precedido por outras produções sucessivas, que prepararam a aparição do café brasileiro no mercado dos gêneros chamados exóticos do mundo. Na sequência das nossas produções, surge primeiro o tráfico de madeira, o cana, o pau-brasil, o oriz do norte e o chá. Por favorável conjunto de circunstâncias, seu advento na economia nacional foi precedido por outras produções sucessivas, que prepararam a aparição do café brasileiro no mercado dos gêneros chamados exóticos do mundo. Na sequência das nossas produções, surge primeiro o tráfico de madeira, o cana, o pau-brasil, o oriz do norte e o chá.

A contribuição capitalista do judeu converso auxiliou (desde meados do século 16.) a expansão da lavoura açucareira no Nordeste e na Bahia. Infelizmente, depois da guerra flamenca, expulsos os judeus, o comércio de açúcar passou a ser monopolizado por portugueses e espanhóis.

A seguir despojado na nossa contribuição as finanças da metrópole e produzida a expansão do descobrimento das jazidas auríferas e diamantíferas nas Minas Gerais. O feliz acaso atraiu para o centro do vasto território colonial, levas de mineradores e multidão de escravos. Provocou, igualmente, o desenvolvimento da capital do Rio de Janeiro, erigida a cidade do mesmo nome em escaudouro do caudal precioso. Nessa altura, estava delineado o campo que devia receber a nova riqueza naquela hora a caminho da Amazônia para o Sul.

Desde 1718 era cultivado o café com sucesso na Guiana Holandesa nos arredores de Surinam, onde um francês de nome Mourguès, necessitado de dinheiro para voltar a viver entre seus compatriotas, solicitou a mercê a troca da introdução de sementes de café na Guiana Francesa. A tentativa era arriscada porquanto os flamengos puniam com rigor quem se ativesse ao contrabando. Contudo, foi bem sucedido, e da colônia francesa passaram muitas levas de produtores para o Brasil. Aí, em fins do século 18 espalhava-se na vizinhança do Rio de Janeiro, faltando apenas um acidente favorável no terreno político para imprimir

maiores praças do mundo, apoiado ainda reforçado pela cumulação de governantes, junto aos quais a guisa do trono de monarquias católicas. Era mister entre o mesmo esforço a favor do providencial elemento econômico que assumia para substituir os anteriores entrados em decadência.

Tinham cumprido as antigas produções a sua missão de preparar o advento de novas, mais procuradas no mercado mundial, que assumiam os seus encargos. Prepararam destarte a indústria açucareira e a mineração, o triunfo do café, do mesmo modo que no século 16 o pau de tinturaria valera aos primeiros donatários. Sem os precursores teria o fazendeiro de lutar com tremendas dificuldades para constituir legião de escravos de que necessitava nos cafezais, no momento em que se travava luta homérica entre o negro abastecedor de braços e o poderio naval britânico, o maior do mundo no século 19. Em torno do conflito, moviam-se interesses de fundo sob rútilo humanitário da campanha antiescravagista, como ficou patente na entrevista do norte-americano José Cliffe com o primeiro ministro Gladstone. Até a maçaneta, vasto movimento oriundo da Inglaterra e a este país estreitamente vinculado por influxos comerciais e trocas de capitais, foi mobilizada para impedir o principal elemento de sucesso do lavrador brasileiro.

INTERVENÇÃO RELIGIOSA

Recebera, portanto, o cafeicultor o regime servil montado em todas as peças, quando iniciou a lavoura. Nada mais lhe faltava. Viera ter às suas mãos já "digerido" pelas missões religiosas, que tinham em séculos anteriores, quando o gentio, doutrinado e negro e instruído o branco. Graças à poderosa intervenção do espírito religioso católico, o escravismo assumiu, entre nós, aspecto completamente diverso do existente em outras colônias europeias. Um guinéense — por exemplo — caso permanecesse no Damião como prisioneiro de guerra, sem ser remido por qualquer motivo à América, seria fatalmente sacrificado nos "costumes", abominável cerimônia que a poder de santos e santas dos régulos locais. No Brasil, o cativo escapava desse fim horrível, recebia educação cristã, bom passado e remuneração suficiente para no fim de algum tempo poder adquirir a sua alforria. Alcançando a condição de livre, dispunha de todas as facilidades para exercer a atividade que aprendia nas fazendas. Entretanto, os alguns difundidos pelos interessados em anular a nossa concorrência, pintavam-nos como martir, condenado a suplicios inomináveis, sem esperança de salvação, apenas objeto de interesse por parte dos que, nas suas possessões, submetiam trabalhosos e fadigas a respeito das intenções que nutria contra nós. Era obscuro preocupação de Whigs e Tories a paz existente entre senhores e escravos brasileiros, considerada intolerável ameaça aos desígnios do imperialismo insular, modo de ver enturquecido por notícias provenientes. Chamados a depor no Parlamento Inglês, antigos mercadores, traficantes, pastores protestantes, oficiais de marinha e mais pessoas aptas em prestar informações aos representantes dos Comuns, mostraram-se unânimes em enaltecer o sistema vigente na lavoura do império sul-americano.

A segunda circunstância que elevava a contribuição do elemento servil muito acima de simples efeito de máquina de trabalho, mais exacerbava nossos opositores. Chegou a atitude da política inglesa, a partir do Bloqueio Continental decretado por Napoleão, a não mais deixar de ser a respeito das intenções que nutria contra nós. Era obscuro preocupação de Whigs e Tories a paz existente entre senhores e escravos brasileiros, considerada intolerável ameaça aos desígnios do imperialismo insular, modo de ver enturquecido por notícias provenientes. Chamados a depor no Parlamento Inglês, antigos mercadores, traficantes, pastores protestantes, oficiais de marinha e mais pessoas aptas em prestar informações aos representantes dos Comuns, mostraram-se unânimes em enaltecer o sistema vigente na lavoura do império sul-americano.

Uma das maiores dificuldades que o produtor tinha de vencer no Brasil, era renovar e ampliar os efetivos de trabalhadores. Não só o progresso provocava, dia a dia, maior fome de braços, como a vinda de número muito maior de homens que de mulheres da África, impedia a reprodução in loco. Por sinal, motivos religiosos inflam na repugnância a respeito da procriação de negros, pelo modo como agricultores de origem anglo-saxônica tentaram conseguir nos Estados do Sul da grande república norte-americana. Nas nações católicas, os nascimentos deviam obedecer a preceitos ditados pela Igreja Romana para todos os crentes, de qualquer nacionalidade, condição, raça ou religião fossem.

Brancos ou pretos só deviam ser produzidos quando unidos pelos sagrados sacramentos do matrimônio, consideradas em todos os tempos como clamorosas as infrações à base da família cristã. Felizmente, a aceitação do café no mercado mundial, e o seu êxito entre nós, permitiu cogitar da substituição do elemento servil pelo migrante europeu. A mudança marcaria novo estágio em nossa evolução, proporcionando progresso que o inferior trabalho escravo não podia assegurar. Entretanto, apresentava dificuldades árduas de superar. A imigração é dos mais complicados problemas apresentados aos dirigentes de um país. O migrante é estrangeiro; ainda que esteja sob o íntimo complexo infinito, maior será, pois, a complicação quando ele surge acompanhado da família. Na aceitação do novo "habitat", intervêm os mais variados fatores: clima, paisagem, semelhanças com o "habitat" original, alimentação e sem número de imponderáveis, sem esquecer o importantíssimo da sugestão produzida pelo êxito de companheiros. Nessas condições, não era de admirar que muitas tentativas realizadas sob D. João VI, D. Pedro I, Regência, assim como no decorrer do reinado de D. Pedro II, tivessem fim lamentável. No geral, o grande causador dos insucessos, provinha de deficiência de comunicações a impedir o escoamento da produção.

NOVA ERA

Minorado e inconveniente graças ao trabalho servil; que, a despeito da campanha abolicionista pôde ser prolongar por mais alguns anos; rasgados caminhos de ferro, aparelhados portos, difundido o crédito agrícola, o desenvolvimento das fazendas de café em São Paulo e zonas adjacentes, ofereceu melhores condições a levas imigratórias e no fim da monarquia, despojado não era para o país. Desse regime servil, que a realizar o mi-

Descreveu Ulla von Binsz: pormenorizadamente o recesso que habitou, onde teve oportunidade de presenciar os laços afetivos que prendiam entre si os elementos dirigentes da arquitetura rural. Serviam de norma para os demais habitantes de grandes e pequenas propriedades, no campo e nas cidades — Ulla estivera primeiro no Rio de Janeiro, depois sucessivamente em Minas, Petrópolis, São Paulo e interior desta província — a dignificar as relações entre pais e filhos, senhores e escravos, súditos e imperantes. Basta mencionar, o episódio em que a mordaz autora do livro presenciar a morte do Conselheiro Ministro Barão de Maciel durante a inauguração da Estrada de Ferro de Juiz de Fora, em que o moribundo confia a família desvalida a D. Pedro II, porquanto a sacrificara, a favor do serviço público.

Hoje em dia a evocação de semelhantes episódios parece remontar a tempos fabulosos... Mais ainda se nos afigura quando verificamos serem comuns de alto a baixo de toda a escala social da velha sociedade. Os lares dos mais notáveis elementos do império eram os primeiros a dar espetáculo de virtudes. Fraternidade de creche superior em abnegação, não admitiam divórcio, nem separações conjugais, vivendo para os filhos e a coletividade. A despeito Ulla von Binsz, produto do pior nacionalismo europeu — do prussiano depois de 1870 — encarnação em rebolar o sítio onde encontrava amparo, para enaltecer a sua madrastra terra natal, nada encontrou de reprovável na existência de seus hospedeiros. Não era vontade que lhe faltasse. Criticava, e ridicularizava, não raro maldosamente, os hábitos mais inocentes do país acolhedor, a ponto de, levada por sentimento muito tedioso, recorrer à precaução de fantasiar no-



lugar de preparar a transformação, vêm muito a propósito de apontamentos de alguns viajantes de passagem entre nós. Para dar ideia de aspectos de como funcionava, nenhuma melhor narrativa que a de franceses ainda sob D. Maria I. O valor do seu testemunho avulta por se tratar de indivíduos recém-saídos das guerras napoleônicas. As condições em geral, e as de caráter universal, em particular, expostas pelos nacionalistas como nos foi dado verificar recentemente, de sorte que, o "esprit de dénigrement" comum a franceses, quando se encontram no exterior, segundo menciona Saint Hilaire, se inclinava muito mais à crítica que ao elogio. Todavia, nossos visitantes estatistas acentuam diferenças entre o procedimento de escravos pertencentes à pequena burguesia do Rio de Janeiro — em maior parte composta de portugueses — e os da capitania fluminense encontrados nos engenhos de açúcar ou fazendas de café. Todos se mostram surpresos do alto teor moral ali reinante, graças à influência religiosa e eficientíssimo exemplo dos senhores. Na capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, como no Rio, pomposamente se denominava a monarquia bragantina, os usos funcionários da alfândega, detinham o monopólio dos transportes da cidade. Possuíam de grande número de escravos escolhidos, e seus indivíduos gananciosos e pouco escrupulosos obrigavam os pretos a lhes trazer certa quantidade diária, deixando o resto ao escravo, que levava existência praticamente separada da casa do senhor. Vivia na sua exposição a toda sorte de contendas, tão só submetido à deficiente vigilância da pouco numerosa polícia.

Inversamente, gabavam, os mesmos franceses, o espetáculo dado pelos trabalhadores das propriedades agrícolas brasileiras, onde predominava o trabalho escravo, em que eram bem tratados e doutrinados numa atmosfera de muito superior a de proletários europeus da época nos países mais progressistas. Essa privilegiada situação se manteve em toda a vigência do regime servil.

AS FAMÍLIAS

Nas vésperas da abolição, e queda do império, vamos encontrar outro valiosíssimo depoimento nas confidências de uma jovem prussiana a uma amiga. Nas cartas que lhe mandava Ulla von Binsz — aliás Ina von Eck — a descrever as famílias brasileiras em que se empregara como educadora de crianças, temos quadro impressionante da sua elevação de costumes a exemplo da família imperial.



lização de projetos de lá muito afagados. Daí, radicava-se ao solo empolgado pela obra em que colaborava na qualidade de pioneiro de novo mundo em formação. Acontecia, que ao lado do elemento dinâmico, apareciam outros de índole mais contemplativa, ou debili, acaudados da terra natal, onde tudo estava feito e refeito, a prescindir de inovadores, requerendo apenas conservadores. Este segundo, preocupava-se não só em conseguir rapidamente algum dinheiro para logo tornar à terra originária, atitude em que influa poderosamente o elemento feminino, muito mais difícil de se adaptar a um meio estranho que o homem preocupado com problemas de subsistência ou sonhos de ambição. Tornando a sítio no talco via-se alvo o antigo migrante da má vontade dos que tinham permanecido em loco em invariável mesquinhez de vida. Era aliado com inveja, se bem estivesse longe de representar padrão de felicidade. Pressa do-

tos sômos, ciúmes absurdos — abandonara o que o podia tornar rico e poderoso. De quando em quando lhe chegavam ecos do sucesso de indivíduos, que outrora conhecera além mar e julgara esquecido no lugarejo originário. Por fim perderia os filhos na guerra, e veria as rendas manterem-se sempre no mesmo nível ao passo que vertiginosamente subia o custo da vida. Entenebrecido pelo vácuo formado em torno de si, sem raízes em parte alguma, cultivava-se do mal que não praticara, vítima do peconhento nativismo dominante no século 19, época de "ufanismo" da "Revanche", do "Deutschland ueber Alles", do "Britannia Rule the Waves", do "Panislvimio. Panislvimio e pruridos coloniais italianos incentivados pelo salitante Vittorio Emanuele. Para maior prejuízo de todos, muito contribuiu a falta de jornalistas frascados a vociferar em jornais e periódicos contra a terra onde prosperavam milhares de contreráneos, criminosamente interessados em lhes amargar a mente.

Condenado à morte por inação, afilto pelo contínuo fenecimento de recursos, velho demais para voltar ao trabalho, sem nada que lhe perpetuasse o nome, descrente do futuro dos seus em má hora recombilados à região superlotada de habitantes, o antigo colono findava ingloriamente enquanto prosperavam seus antigos companheiros, na estufa de quem passa de milionário a "miliardário".

2ª FASE CIVILIZADORA

Os que davam, entretanto, largas ao complexo caráter, impo-

mal-estar de todo indivíduo em fase de readaptação não se sentia satisfeito nem de um nem de outro lado do Equador, estranho ao próprio meio, angustiado ao saber que os antigos companheiros de imigração prosperavam, sentindo confusamente rebates de frustrada ambição ante o sucesso que também poderia ser seu com um pouco mais de pertinácia.

Na Europa ficara reduzido à mediocridade de "rentier" pouco simpático aos contreráneos, desprezado por uns, espolido por outros. Mero espectador em ocioso fastidioso do luxo e requinte de contreráneos opulentos, que já mais tinham necessitado imigrar ralava-se de despeito arrependido de não ter sido mais persistente o que lhe permitira satisfazer a vaidade e assegurar melhor o futuro da família. Por que prestara ouvidos à estúpida consorte e abandonara condições promissoras! Por causa de que? Sem fundamento — comidas, calor, frio, parentes ou amantes ausentes, aborrecimen-

to da vida, a falta de um pouco de dinheiro para comprar um pouco mais de nacionalismo mais querido guerrilheiro, quanto mais rumor de guerra mais nacionalismo — período característico iniciado pela Revolução Francesa, em 1792, somente diluído na confusão universal de 1829. Duas fases desse estado de espírito foram particularmente difíceis de vencer na história da imigração no Brasil: o delirante nativismo oriundo da unificação da Itália, que involuntariamente favoreceu explorações várias, e o fenômeno fascista decorrente da guerra de 1914, rebarbar de velhas misticas neocientistas extravasadas no século 20. Mas a despeito desses obstáculos continuou a obra dos imigrantes do apogeu do café, os quais depois de fecundar a terra com o seu suor, deixaram-na além de mais bem, a incalculável herança de filhos tão pauleiros como os precursores de quatrocentos anos.

INFLUÊNCIA DO ELEMENTO FEMININO

O espírito do americano era diverso, particularmente do brasileiro, em que interviam a largueza do seu território e o fato de continuar deserto por ocasião da chegada da corte em 1808, a provocar crescente necessidade de colaboradores. O regime servil, correspondente nas Américas ao fator que na Grécia antiga elevou o prodigioso edifício de sua cultura, conseguia preparar o terreno para levas imigratórias de alto teor em eficiência e lastro técnico. Passados alguns meses de permanência no novo meio, começava, porém, a evolução do espírito do migrante. Certas facilidades de vida e de melhoria, acabavam por interessá-lo e o complexo caráter do homem se encarregava do resto, proporcionando-lhe recursos para a res-



Desenho da época, de autoria de Prado (Coleção do Prof. Spencer Vampré)



DESENHOS DE PERCY LAU

ANDERSON, CLAYTON & CIA. LTDA. — UMA ORGANIZAÇÃO A SERVIÇO DO BRASIL



Estação Experimental do Instituto Agronômico em Ribeirão Preto. Ensaio de Adubação: sem adubação. (Fotografia tirada em maio de 1934). (Plantado do mesmo dia que o lote adubado, com adubação completa — verificar outro clichê.)



Estação Experimental do Instituto Agronômico em Ribeirão Preto. Ensaio de Adubação: Adubação químico-orgânica completa. (Fotografia tirada em maio de 1934)

ATIVA PARTICIPAÇÃO NA BATALHA DE RECUPERAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS

Estabelecida no Brasil desde 1934, Anderson, Clayton & Cia. Ltda. acompanhou o fabuloso desenvolvimento da cultura algodoeira no país, incrementando — de ano para ano — suas atividades, e ampliando consideravelmente os seus vários departamentos. Em 1941, empenhada em favorecer a recuperação das terras brasileiras, Anderson, Clayton & Cia. Ltda. iniciou a construção de suas fábricas de adubos, a primeira delas na cidade de Araraquara, nesse mesmo ano. Os adubos produzidos nesta primeira fábrica eram destinados à recuperação das terras ocupadas pelos cafezais, possibilitando assim melhores perspectivas à produção da rubiãca.

Em 1947, quando a produção de adubos da fábrica de Araraquara já se mostrava insuficiente para atender às necessidades dos cafeicultores brasileiros — agora convitos das vantagens de uma boa complementação química à adubação orgânica — Anderson, Clayton & Cia. Ltda. construiu uma nova fábrica de adubos, desta vez localizada em Bauru, cidade de importante entroncamento ferroviário, a exemplo de Araraquara. A nova fábrica começou a produzir adubos em grande escala, também destinados à recuperação das cansadas terras de café, participando assim Anderson, Clayton & Cia. Ltda. de modo claro e objetivo na grande batalha de recuperação do solo brasileiro.

Negociando — desde o início de suas atividades — somente com o algodão, entrava Anderson, Clayton & Cia. Ltda. para o comércio do café, reconquistando para o país um nível de produção que vinha caindo e que viria refletir mais tarde na economia agrícola do país.

Mas isso não era tudo. Urgia que fossem combatidas energicamente as pragas que assolavam a lavoura brasileira. E compreendendo a necessidade de uma fábrica de inseticidas nacional que viesse possibilitar aos lavradores maiores e melhores colheitas, Anderson, Clayton & Cia. Ltda. erguia em Capuava, no ano de 1950, a maior fábrica misturadora do continente e, ao lado desta, mais uma fábrica de adu-

bos. Fornecendo os seus inseticidas de alta qualidade, Anderson, Clayton & Cia. Ltda. colaborava ativamente com os agricultores no combate à broca do café, bicho mineiro, ácaros e outras pragas que diminuíam sensivelmente o volume das colheitas.

Contudo, a organização não se ateve exclusivamente às atividades de recuperação do solo e proteção das lavouras. Passou a exportar também a nossa preciosa rubiãca, em 1949, integrando-se assim definitivamente no comércio cafeeiro. Quatro anos depois, Anderson, Clayton & Cia. Ltda. lograra atingir posição das mais destacadas nesse comércio, conquistando posição proeminente entre os exportadores de café do país.

DEPARTAMENTOS ESPECIALIZADOS

Ligando a comercialização à produção de adubos, a Cia. criou um novo departamento de finalidades técnicas, que, através de experiências mundiais, e, principalmente, dos resultados experimentais obtidos pelo Instituto Agronômico de Campinas e mesmo por lavradores de café, pudesse orientar os cafeicultores nas práticas mais eficientes de produção, a fim de que tirassem dos adubos e dos inseticidas os melho-

ADUBOS E INSETICIDAS PARA A NOSSA AGRICULTURA — POSIÇÃO DESTACADA DA EMPRESA NO COMERCIO CAFEIRO DO PAÍS

res proveitos. Completava-se assim o ciclo de comercialização e industrialização. Por um lado a firma colaborava com o produtor por intermédio de seu Departamento de Fomento Agrícola, no sentido de que produzisse em bases técnicas e econômicas, recomendando-lhe que adotasse todas as práticas modernas de conservação do solo, de adubação, de combate às pragas, de escolha de melhores variedades, expostava, serviço relevante ao comércio nacional cafeeiro, financiando e comprando o café em coco, processando e vendendo-o em todo o mundo, por intermédio de sua vasta organização, altamente especializada em assuntos internacionais.

PRODUÇÃO

A produção de adubos, como dissemos linhas acima, está hoje situada em três dos mais importantes centros ferroviários do país: Araraquara, Bauru e S. Paulo (Capuava). A capacidade dessas três fábricas é de 100 mil toneladas anuais, de adubos misturados. Somente para café, têm essas industriais nove formulas que atendem às necessidades das principais regiões cafeeiras, levam-

do-se em consideração o solo e o estado da lavoura. Essas formulas são bastante populares entre os lavradores, devido, principalmente, ao seu caráter orgânico que propicia ao cafeeiro a oportunidade de assimilar seus elementos da maneira mais perfeita possível.

Por outro lado, diversas formulas são elaboradas com a finalidade de suplementar a matéria orgânica produzida na própria fazenda de café a fim de que o lavrador, ao aplicá-la, possa tirar dela o máximo proveito.

Esse sistema de adubação químico-orgânica, é o que existe de mais científico em adubação dos cafezais, até o momento. Seus resultados têm sido espetaculares, tanto em fazendas particulares como em estações experimentais do Instituto Agronômico.

INSETICIDAS

Os inseticidas são produzidos dentro do mais absoluto controle de qualidade, tanto na parte química, como na constituição física do produto.

O inseticida para café será tanto mais eficiente quanto maior for a cobertura que efetuar do pé de café. É necessário, a fim de que um

bom resultado seja alcançado, que o pé de café seja envolvido por uma nuvem de pó. Esse efeito só será obtido por um inseticida de excelente grau de finura, bem seco, fabricado com pó inerte de boa procedência, finamente moído.

Garantindo a obtenção desses elementos, a Cia. mantém em Capuava o mais moderno e completo equipamento que existe atualmente.

CREDITO

Ao lado de um perfeito controle de qualidade e de ampla assistência técnica, a grande maioria das vendas de adubos e inseticidas são a prazo de colheita. Na cultura cafeeira, no entanto, esse prazo atinge a mais de um ano, pois o adubo é embarcado em julho, aplicado em setembro-outubro e o recebimento feito depois da colheita, isto é, em setembro do ano seguinte.

Esses prazos tão dilatados — talvez únicos no mundo no gênero — só são possíveis devido à extrema confiança de que o uso dos adubos e inseticidas produzirão bons resultados e aos bons antecedentes dos lavradores que

pagam, pontualmente, esses débitos.

Para que se faça uma idéia do movimento desse Departamento, basta que se diga, que nos últimos três anos, foram concedidos à lavoura, em média, créditos superiores a 150 milhões de cruzeiros, para pagamento de adubos e inseticidas a prazo de colheitas.

FOMENTO AGRICOLA

O Fomento Agrícola é um departamento de agrônomos. A sua função, entre outras mais, é estudar novas técnicas de produção cafeeira e orientar os lavradores, a fim de que possam obter o máximo de rendimento em seus negócios.

Em adubação de café, o Departamento de Fomento Agrícola vem se batendo para orientar os lavradores evitando o desperdício provocado por adubações unilaterais, quando não se leva em consideração o esgotamento das terras e a necessidade do cafeeiro.

Um lavrador que adube uma terra esgotada somente com matéria orgânica, ou com adubação química unilateral sem análise de solo,

na maioria das vezes está deixando de fazer uma adubação que com um pequeno acréscimo de custo lhe poderia trazer resultados muito mais compensadores.

Não há dúvida alguma de que a adubação orgânica, tão necessária às nossas lavouras de café, precisa ser seguida de uma adubação química

completamente para que os melhores resultados sejam obtidos.

Essa conclusão poderá ser perfeitamente evidenciada pela análise do solo e comprovada por resultados práticos.

A análise que se segue dá uma idéia do esgotamento de um solo virgem depois de cansado:

	Solo virgem quilos	Solo cansado quilos	Perdas %
Materia orgânica	418.000	26.000	94
N total	11.000	1.400	87
CaO trocável	20.000	900	95
K20	1.400	115	92
P205	1.600	600	62

Assim pergunta-se: Como será possível restabelecer a produção de um cafeeiro neste solo somente com adição de matéria orgânica? É lógico que se adicionarmos quantidades enormes de matéria orgânica, a própria matéria orgânica levará os elementos químicos necessários para o reergimento daquele solo; porém, a maneira mais econômica de se conseguir a recuperação da terra, é levar ao solo a quantidade necessária de matéria orgânica e completá-la com a adubação química.

Esses dados são comprovados. Ilustramos esta reportagem com fotos de um cafeeiro plantado em terra velha, na Estação Experimental de

Ribeirão Preto. O primeiro sem adubação e o segundo com adubação orgânica complementada com química.

De qualquer ângulo que se estude a recuperação dos cafeeiros, evidencia-se a necessidade e a vantagem da adubação química complementada com a orgânica.

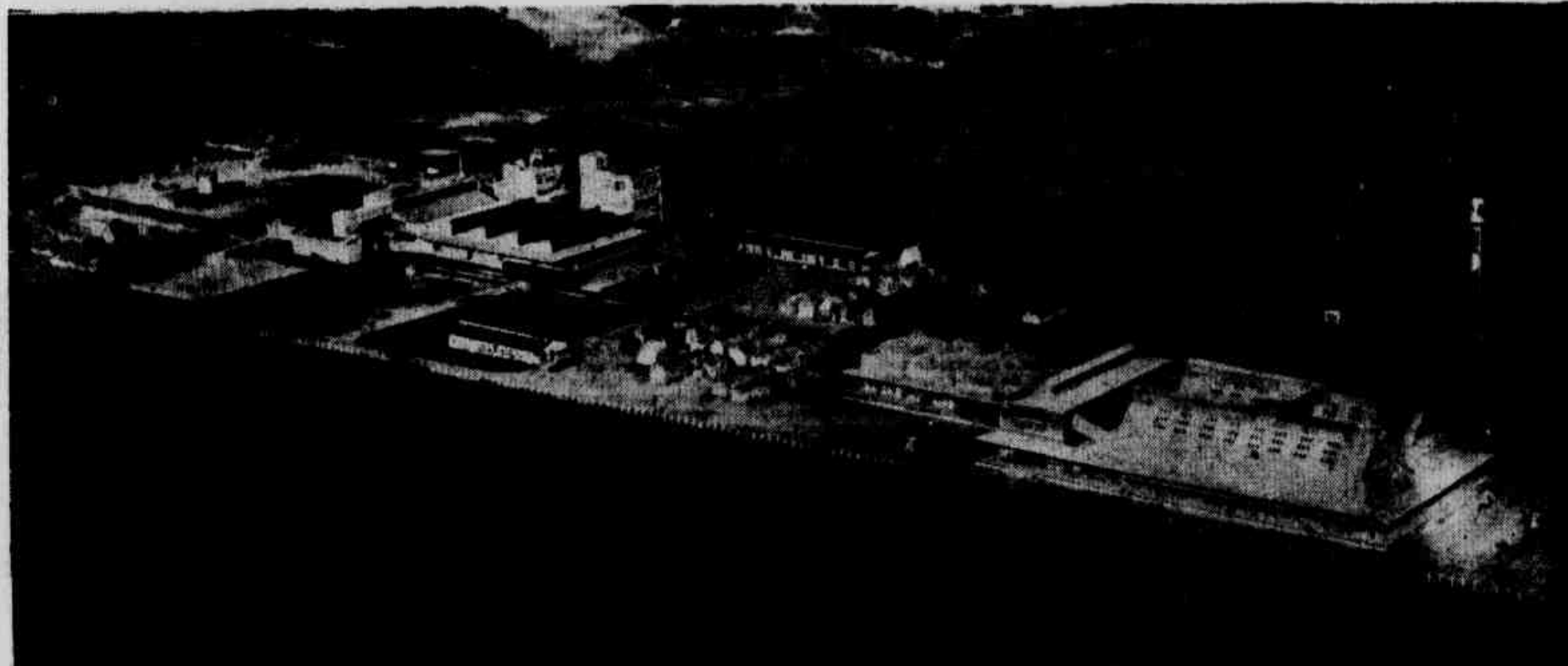
Tomemos por exemplo a própria exigência do café, para produção de uma safra de 60 sacas em coco.

Um cafeeiro, para produzir 60 sacas em coco, retira do solo N-29,7 kg.; P205-65 kg. e K20 46,3 kg.

Se formos restituir os elementos somente pelo esterco de curral, iremos necessitar para o Azoto de 9,5 kg. (mais ou menos 28 litros); para o Fósforo, 33 kg. (mais ou menos 81 litros) e para o Potássio 14,8 kg. (mais ou menos 37 litros).

Se formos adicionar 81 litros de esterco por pé de café, anualmente, o custo dessa adubagem será elevadíssimo, além de estarmos levando azoto e potássio em demasia. O lógico, portanto, será adubar o solo com cerca de 25 litros de esterco ou meio jacá e levarmos a quantidade suficiente de fósforo e potássio com a adubação química complementar, a fim de devolver ao café aqueles elementos necessários à sua produção e, consequentemente, evitar o depauperamento cada vez maior das terras.

Esta é uma das funções do Departamento de Fomento Agrícola. Orientar o lavrador, a fim de que este, ao adquirir o adubo para o seu cafeeiro, fique certo que está comprando um produto que possibilitará maior produção e segurança para a sua lavoura.



CONTRIBUIÇÃO DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA AO DESENVOLVIMENTO DE S. PAULO

Na expansão do café e na sua economia — Como venceu a nossa principal ferrovia a Serra do Mar na conquista do porto de Santos, imprescindível à exportação da rubiacea

Neste ano de 1954, em que se comemora o primeiro centenário da introdução da estrada de ferro no Brasil, torna-se oportuno um golpe de vista sobre o panorama da expansão da nossa rede ferroviária. Nessa panorama avulta, desde logo, o café. De fato, coube ao café, no século XIX, o papel que a cana-de-açúcar desempenhou no século XVIII e XVIII, desempenhando na expansão geográfica do Brasil. "Os paulistas descascavam de suas correrias pelo sertão — escreve o sociólogo Fernando de Azevedo —, tomavam e folego para novas investidas e, tendo-se feito lavradores, começaram a preocupar-se com o problema da aplicação do transporte mecânico, em cuja solução estaria não só o meio de levar os produtos agrícolas para os portos de embarque, como também de penetração do interior à procura ou para exploração em maior escala, de terras cultiváveis e férteis, já alcançados pela onda verde que, depois de se estender pelo vale do Paraíba, investia sobre outras regiões conquistadas às florestas".

"Foi o café — prossegue o sociólogo — que alcançou as primeiras estradas de ferro, não só as que se destinavam a ligar o Rio de Janeiro às zonas das mais antigas fazendas de café e o porto de Santos a São Paulo, para o escoamento da produção, como as linhas de penetração que se constituíram em instrumento de valorização econômica e pioneiras do povoamento. Eles não ignoravam que o ferrocarril é um poderoso fator de desenvolvimento econômico das regiões a que serve, pelas facilidades que proporciona ao escoamento em massa de sua produção e ao seu abastecimento com produtos importados. Não era somente a situação geográfica de Piratininga que os impelia para o sertão, "para os dois rios de cuja bacia se avizinhava, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras que tornaram logo famoso e temido o nome paulista". Aquela mesma constelação de vilas, todas anteriores a 1680, que se formara à volta de São Paulo e se incorporou à história das Bandeiras, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí, Sorocaba, devia exercer um papel importante na história das estradas de ferro. "Cada uma das vilas extremas, escreve Capistrano de Abreu, demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiaí apontava para Goiás e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba".

"Se para mobilizar todas essas forças bastou, no século XVII, o descobrimento do ouro, para pô-las novamente em atividade, organizá-las, dar-lhes um novo e vigoroso impulso, concorreu, no século XIX, não somente a cultura do café, mas o seu roteiro que a estrada de ferro perseguia, indo no encalço dos cafezais e levando até às "bocas do sertão", de um lado e de outro, as pontas dos trilhos".

Tal quadro descreve, de maneira clara, a posição, por exemplo, da E. F. Sorocabana, na expansão do café e, reciprocamente, uma vez favo-

Com efeito, quando a Sorocabana, em 1875, começou a estender os seus trilhos através dos sertões de São Paulo até alcançar o Paraná, foi semeando cidades. Esses burgos, plantados em terras férteis, próprias à lavoura cafeeira, à medida que estas se expandiam, passaram a retribuir à ferrovia, na forma de carga a transportar, o que se poderia traduzir, em última análise, em dinheiro para a sua manutenção) o seu reconhecimento. Ainda é o prof. Fernando de Azevedo quem observa: "Fato altamente expressivo da íntima relação entre a lavoura do

que vivem do transporte de cargas e passageiros e, portanto, da maior intensidade dos fenômenos de circulação". O fenômeno é evidente, não necessitaria demonstração. Contudo, vale a pena considerar o papel importantíssimo que vem desempenhando a Sorocabana na disseminação da riqueza em São Paulo, traduzida, no caso particular, no incentivo ao plantio do café, produto, como se sabe, que contribui com cerca de 74% no conjunto da nossa exportação, e reciprocamente, no estímulo do café à expansão da Sorocabana.

das pela Sorocabana nos dão uma indicação da sua influência na expansão da nossa principal riqueza agrícola.

Anos	Sacos
1940	4.537.256
1941	3.216.594
1942	1.843.597
1943	2.687.872
1944	2.369.625
1945	4.428.918
1946	4.384.080
1947	4.562.761
1948	6.008.206
1949	4.069.281
1950	3.661.067
1951	3.080.283
1952	3.222.800
1953	3.809.693

LINHA MAYRINK-SANTOS

Mas, o zelo e a participação da Sorocabana no incremento não só da lavoura cafeeira paulista, como em toda a riqueza bandeirante, se manifesta ainda na construção da linha Mayrink-Santos. Como se sabe, por 90 anos tinha a antiga S. Paulo Railway, dominada por empresa inglesa, a concessão de acesso ao porto de Santos. Só as suas linhas chegavam ao porto. Tal fato, como é óbvio, estrangulava a circulação das riquezas paulistas, pois ocorria, frequentemente, o congestionamento da sua capacidade de transporte, com graves danos à economia bandeirante. Num assomo de arrojo, a Sorocabana, em 1926, enfrentou todos os obstáculos que lhe antepunham, a Serra do Mar e a concessão dos ingleses, o construiu um ramal que partindo de Mayrink atingia o porto de Santos. Esse fato, ainda hoje não exaltado convenientemente, produziu um desafio ao livre trânsito das mercadorias tanto no sentido da exportação como no da importação, que estamos muito longe de considerá-lo na sua justa grandeza.

LINHA PRESIDENTE ALTINO-EVANGELISTA DE SOUSA

Passam-se os anos. A experiência mostrou que para maior rendimento da Mayrink-Santos, uma nova linha deveria ser aberta que partindo de São Paulo alcançasse o porto. E o que a Sorocabana está fazendo no momento. Abre uma linha que dos subúrbios da capital, ou



A contribuição da Sorocabana na expansão do café, a maior riqueza de São Paulo e do Brasil, se manifesta no sentido de ter aberto caminho ao plantio da rubiacea e no de transportar o produto para os portos de exportação. Usando uma linguagem simbólica, pode-se dizer que a Sorocabana plantou o café, colheu e exportou.

mais precisamente, que de Presidente Altino vai entroncar-se na estação de Evangelista de Sousa, na Mayrink-Santos. Além dos fatores de ordem econômica, tanto para a estrada como para a economia paulista que sem dúvida essa linha irá precipitar, encurtará ela o caminho de cerca de 93 quilômetros. Seu traçado é moderníssimo, com curvas em raio mínimo de 400 metros e rampa máxima de 1%. O leito mede 14 metros de largura, tendo capacidade para linha dupla. Inicialmente correrão ali trens tracionados por locomotivas Diesel-elétricas, mas a Sorocabana já tem projetada a eletrificação de toda a linha. Sete estações para cargas e passageiros estão construídas. Até o fim deste ano de 1954, espera a Sorocabana concluir essa obra.

Sobreleva notar ainda, que além do fator econômico, a linha Presidente Altino-Evangelista de Sousa atravessará a região de Santo Amaro, vizinha da capital e zona, atualmente, em franco processo de expansão urbana.

MATO GROSSO, NOVA ETAPA

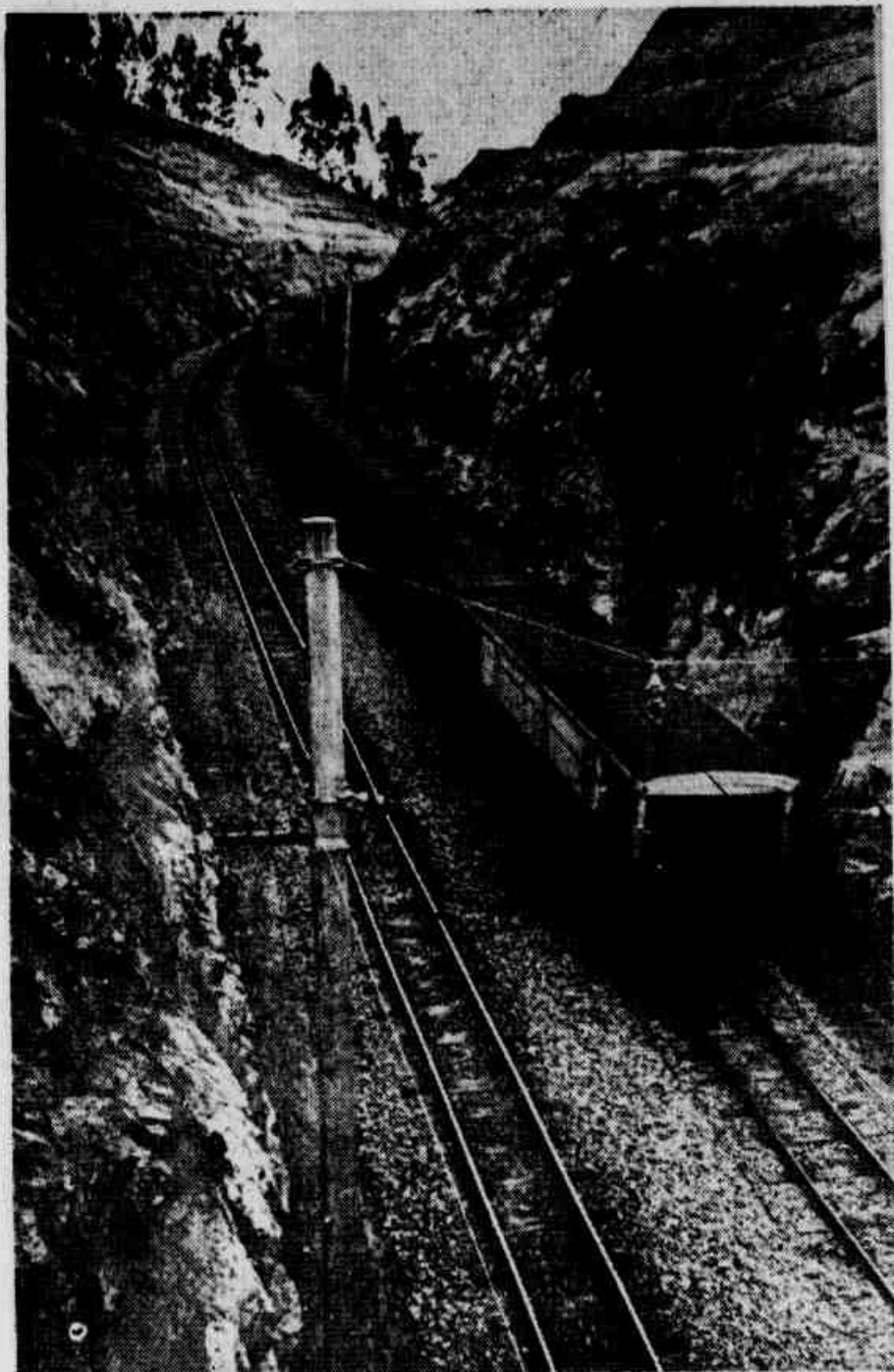
Não se detem, contudo, a Sorocabana, a ferrovia mais ativa e operante no meio físico e social do Brasil. Conquistada grande área do Estado de São Paulo, investe ela agora rumo ao oeste, em demanda de Mato Grosso. Projetou e está construindo uma variante que ligará o entreposto de Presidente Prudente às barrancas do rio Paraná, no ponto em que recebe ele o caudal do seu afluente o Parapanema, exatamente onde se conflam os Estados de S. Paulo, Paraná e Mato Grosso. Em

seguida, transpondo o rio, alcançará Dourados, em território matogrossense. Dali entroncará em Ponta Porã com a Noroeste, na fronteira do Paraguai.

Essa variante atravessará uma região fertilíssima, de terras roxas, excelentes para o cultivo do café e onde a rubiacea já se encontra em fase de expansão. Retoma, assim, a Sorocabana, a sua missão de pioneira, de semeadora de riquezas.

Também aqui os cuidados técnicos na planificação das obras denotam a visão dos engenheiros daquela ferrovia. Terá a variante todos os requisitos exigidos pela mais moderna técnica ferroviária. Rampas máximas de 1%, raio mínimo de 600 metros, 70% de elementos retos, patios de mil metros de comprimento. Cerca de 228 quilômetros de extensão terá a variante. Aproximadamente 46 quilômetros já estão prontos, o restante projetado e locado.

Eis aí, pois, num quadro sumário, a contribuição da Sorocabana ao desenvolvimento de São Paulo.



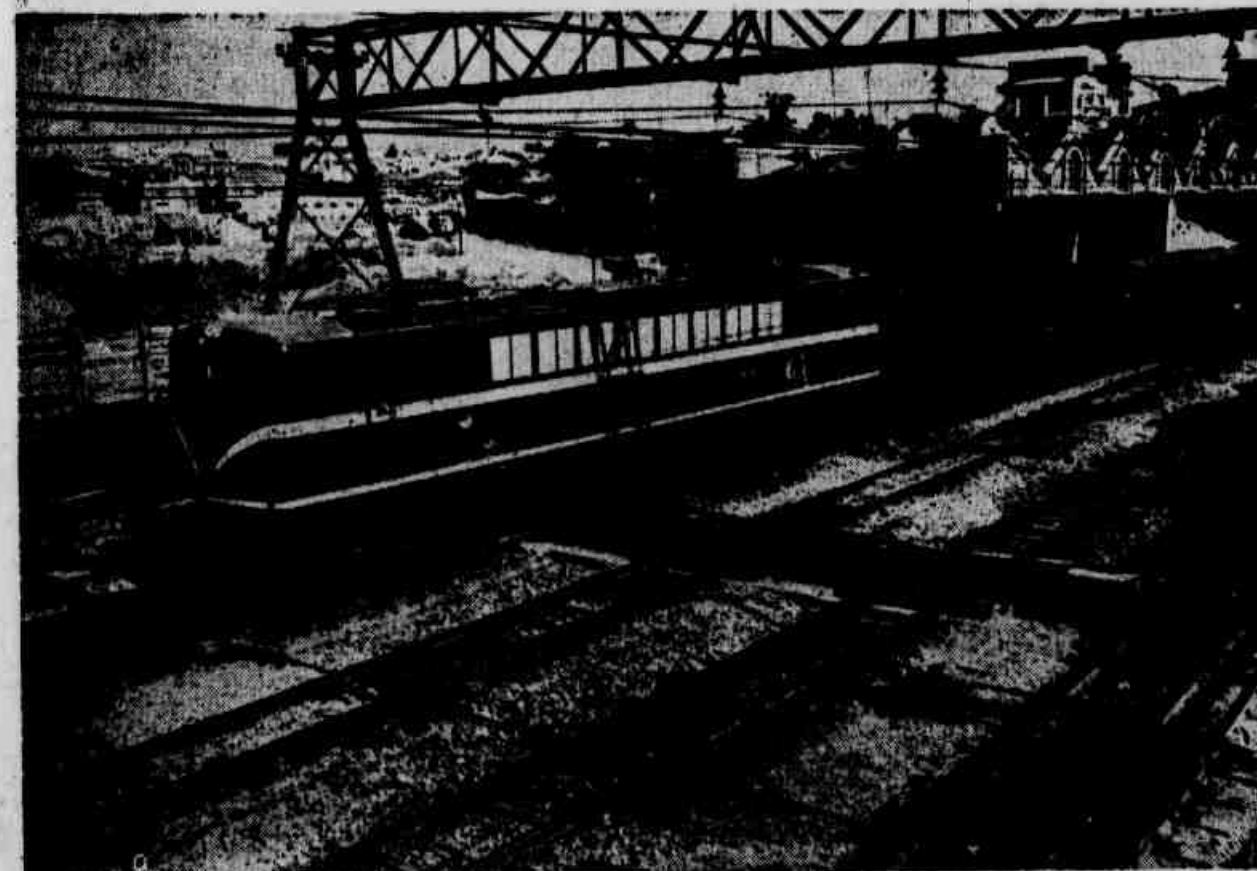
Na ligação entre as fontes produtoras da rubiacea e o porto de Santos, a Sorocabana emprega vagões dotados de todos os requisitos de segurança, tendo em vista não só o alto custo da mercadoria como a sua própria natureza. De resto, providência indispensável a qualquer transporte eficiente, como o que em geral executa a nossa principal ferrovia.

recida a disseminação da rubiacea no interior de São Paulo e do Paraná, a influência que o café, no seu refluxo para os portos de exportação, iria ter no desenvolvimento da ferrovia,

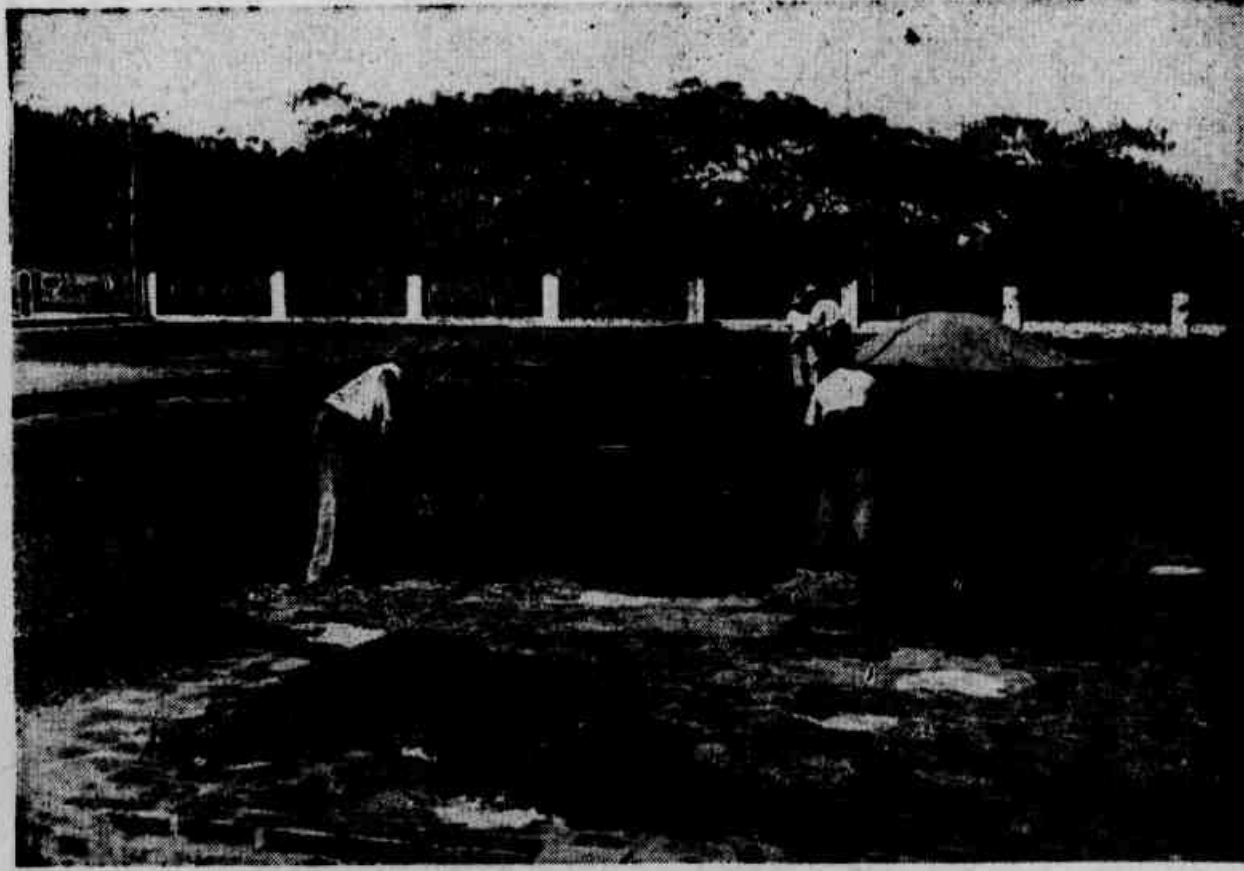
café e os caminhos de ferro, nas suas ações e reações reciprocas, manifesta sobretudo nas influências da ferrovia sobre a população e a produção, e destas sobre o desenvolvimento das estradas

A SOROCABANA E A EXPANSÃO DO CAFÉ

Embora, no momento, o forte do seu transporte sejam os cereais, o montante das cargas de café transporta-



No momento em que a Sorocabana percebeu que São Paulo exigia, para o seu progresso, transportes mais rápidos e em maior escala, abandonou praticamente a tração a vapor, adquirindo locomotivas Diesel-elétricas e elétricas e hoje, cerca de 75% do seu movimento de carga e passageiros são feitos através de suas linhas eletrificadas; as cargas são transportadas em vagões dos mais modernos tipos adequados à natureza da própria mercadoria.



Quando, há 79 anos, a Sorocabana assentou os seus trilhos, nada mais havia na região por ela atravessada senão mato. Hoje, ao longo das suas linhas, erguem-se centenas de cidades e milhares de fazendas em franca produção, como esta, onde se vê a faina da seccagem do café num terreiro.

CAFÉ E A IRRIGAÇÃO

ABRAM BRICK

Engenheiro agrônomo de Serra Ribeiro Irrigação S/A.

A irrigação pode ser definida como sendo a aplicação artificial de água ao solo, com a finalidade econômica de torná-lo produtivo, ou de melhorar as suas condições de produtividade agrícola.

Procuraremos salientar nesse trabalho a importância que a irrigação representa para a cultura do café, essa viga mestra da economia brasileira, quer sob o ponto de vista como fator de garantia contra as secas, quer como grande auxiliar no aumento da produção e na melhoria dos produtos, apontando o início do atual reerguimento da lavoura cafeeira, orientado por diretrizes com bases na experimentação.

O ministro João Cleofas, recentemente, encaminhando a apreciação do presidente da República, uma exposição de motivos em que aborda as inúmeras vantagens e possibilidades para a nossa Agricultura, com o emprego da irrigação, ressaltando sobremaneira o método por aspersão.

Nestes últimos anos, a cultura que mais tem se beneficiado com a irrigação, introduzida em São Paulo, inicialmente a título experimental, porém hoje já em caráter de indispensabilidade, é o café.

O aumento imediato da produção impressionou pelo número, afirmou o nosso ministro da Agricultura, propriedades que produzem média de 18, 20 e 24 arrobas, graças à adoção da irrigação adequada e em período certo, passaram a produzir 64, 102 e 94 arrobas, por mil cafeeiros.

Somente o Estado de São Paulo possui aproximadamente 2.700 propriedades com mais de 50 mil cafeeiros, com um total de 600 milhões de pés de café a serem irrigados. Com os processos irrigatórios, os resultados obtidos mostraram que os cafeicultores paulistas, caso adotem o método de uma maneira generalizada, conseguirão obter um rendimento a mais de 25 milhões de sacas de café.

A importância desse problema não diz respeito tão somente à lavoura mas, também, à própria riqueza nacional, levando-se em consideração as divisas produzidas com a exportação desse excedente de produção.

O uso da irrigação nos re-

porta a eras imemoriais. Na Bíblia Sagrada encontramos uma citação que a liga à própria origem humana: "E um curso d'água saiu do Eden para regar o Jardim". (Gênesis-II-10). Os egípcios, pelas suas pinturas e esculturas, comprovam que há cerca de 4.000 anos já se usava a irrigação. Na China e na Índia, também há milênios, já se irrigava. O emprego da irrigação, posteriormente, passou para a Ásia Menor, Grécia e Itália e provavelmente pelos mouros, foi introduzida na Espanha.

A irrigação mecanizada, da mesma maneira nos transporta para eras remotas. Os egípcios já utilizavam algumas máquinas primitivas, o "saduk" (também usado na Índia com o nome de "denkili") que era uma espécie de balancim e contrapeso: a "sakia" ("haret" na Índia), também conhecida pelo nome de "Roda Persa", e que era uma primitiva elevadora de cacangas; o "Parafuso de Arquimedes", inventado por Arquimedes de Siracusa, 200 anos A.C. Com essas máquinas o homem antigo irrigava, permitindo ao Egito país onde quase não chove, lugar próspero dentro do Império Romano.

Em São Paulo, está havendo um grande interesse para a irrigação de cafeais. Segundo o engenheiro-agrônomo Sebastião Gonçalves da Silva, isso teve início há 4 anos quando um lavrador de Tabapuá, com certeza impressionado com o fato de poderem os americanos da Califórnia, obter grandes colheitas de laranjas de suas terras arenosas, a custa da irrigação dos pomares, admitiu que o mesmo poderia acontecer em seus cafeais. Importou equipamentos, fez represas de água, estendeu tubulações por toda a lavoura, fazendo chover sobre as árvores e sobre o solo, sucedendo aquilo que seu otimismo esperava: a produção aumentou. Depois disso, cuja repercussão foi grande, cerca de uma dezena de lavradores seguiram aquele exemplo e mesmo antes que as colheitas mostrassem em números concretos os resultados dessa prática, aproximadamente 500 outros cafeicultores movimentaram-se para a adoção dos métodos de irrigação em suas fazendas. A explicação disso pode ser dada pelas vistas feitas às lavo-

ras irrigadas, nas quais podiam-se notar árvores que exibiam um verde saudável na folhagem e uma carga como não havia igual nas redondezas, onde a seca deixara as plantações cheias de falhas e quase vazias de carga.

Hoje, a irrigação desempenha papel de relevante importância no planejamento econômico de vários países, alguns dos quais, como o Estado de Israel, utilizam-se de suas principais verbas orçamentárias para projetos irrigatórios.

Sabemos que a água é indispensável ao crescimento dos vegetais. Normalmente, essa água é fornecida pelas chuvas. Porém, estas não ocorrem, na maioria das vezes, nas ocasiões oportunas, em quantidades adequadas, resultando, isso, num retardamento ou paralisação do ciclo vegetativo, ocasionando sérios prejuízos às plantas.

O uso da irrigação corrige essas deficiências, constituindo uma segurança contra imprevistos de tempo e permitindo resultados melhores que os da própria chuva, pois a água pode ser aplicada artificialmente nos momentos mais adequados a cada fase do ciclo vegetativo e em quantidades mais recomendadas pela experiência.

O café, como um ser vivo que é, necessita de água com um mínimo indispensável, para que assim possa executar a sua fisiologia, garantindo a produção. Segundo se divulgou o consumo médio de água pelo cafeeiro, nos meses de estiagem é de 500 litros por mês, sendo que as raízes da planta exploram a água até uma profundidade de 80 centímetros.

A cultura do cafeeiro é possível em toda zona tropical e subtropical. Entretanto, as condições mais favoráveis ao desenvolvimento econômico da cultura do café, devido aos fatores ecológicos propícios, é nas proximidades do trópico de Capricórnio. Quanto às chuvas, o cafeeiro desenvolve-se perfeitamente bem na zo-

na subtropical do Brasil, naturalmente, com as exceções ocasionais.

De uma maneira geral, o cafeeiro entra em repouso quando as chuvas começam a escassear no fim do outono, fazendo cessar ou diminuir a intensa atividade vegetativa da planta. Fosse quem em desenvolvimento unicamente as gemas das axilas das folhas. Com as primeiras chuvas da primavera, quando o solo já estiver bem umedecido, ocorre o fenômeno da floração do cafeeiro. Com o continuado das chuvas da primavera, depois da fecundação, entra a planta em fase de frutificação e maturação.

Com isto, queremos apontar o relevante papel que a água exerce, no decorrer das diversas fases da vida do cafeeiro. Com a falta de chuvas, esses períodos se modificam ocasionando distúrbios de ordem geral na planta, e consequentemente, alterando a produção e a qualidade do fruto, além de funcionar como um fator negativo no que diz respeito a longevidade do cafeeiro.

Quanto à quantidade de água exigida pelo café, estudos recentes foram feitos e divulgados no boletim "Conservação do Solo", editado pelo Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, da Secretaria da Agricultura. Considerando o sistema de irrigação por aspersão como "o que mais se assemelha às condições naturais" — a chuva promovendo o arejamento da água empregada e criando uma atmosfera de umidade ao redor das plantas —, os especialistas dizem que a quantidade de água cada planta deve absorver é de 40 cm, observando-se uma eficiência de 80% do desajuste. Estabeleceram as quantidades em metros cúbicos de água que deveria ser usada em cada tratamento, de acordo com os diversos tipos de solo do Estado de São Paulo, quantidade essa va-

riavel de 150 metros cúbicos por hectare no arenito de Botucatu, até 465 metros cúbicos por hectare nas terras massapé-salmourão.

O número de regas que se pratica por mês também varia com o tipo de solo, bem como com a cultura. Em caráter generalizado, podemos dizer que quanto maior for a areiosidade da terra, maior deve ser o número de regas mensais, devido a sua menor capacidade de retenção. Para a irrigação do café, é de bom alvitre que se seja ouvida a opinião do agrônomo regional, a respeito da precipitação recomendada por mês e a periodicidade de número de regas.

Esses dados estão intimamente ligados à ecologia da região, principalmente ao tipo de solo e ao clima. Baseando-nos em vários casos observados na prática, podemos fixar em 50 a 60 milímetros mensais (50 a 60 litros por metro quadrado) a exigência em água para o cafeeiro nos meses de seca. Essa quantidade compreende: chuvas mensais, irrigação. Um trabalho publicado na revista "Conservação do Solo", considera período de seca aquele em que a precipitação pluviométrica cai abaixo da linha de 200 milímetros, considerando-se ali, a soma de maio a setembro. Ora, isso tem ocorrido por diversas vezes nestes últimos anos e as consequências que isso acarreta são sobremaneira conhecidas por todos nós.

O engenheiro-agrônomo Walter Lazzarini, da Estação Experimental de Ribeirão Preto, durante vários anos coletou dados de produção de algumas fazendas e confrontou-os com as precipitações pluviométricas dos anos anteriores, chegando aos seguintes resultados: em 23 anos, com precipitações entre 9 e 11 mm. (de maio a setembro), a carga média por mil pés foi de 15 arrobas apenas; de 100 a 200 mm., em 16 anos,

a carga foi de 40 arrobas por mil pés; de 200 a 300, em 3 anos, 48 arrobas e acima de 300mm., em 4 anos, de 78 arrobas. Por aí se vê como a quantidade de água afeta a produção, isso naturalmente até um ponto ótimo, além do qual não haverá mais benefícios e sim trágicas consequências para o cafeal.

As chuvas que normalmente caem de maio a setembro, no que diz respeito à sua distribuição mensal, não são suficientes para suportar o crescimento vigoroso da planta durante o inverno. A precipitação anual varia perfeitamente para o cultivo econômico do cafeeiro sem irrigação artificial, não fosse a irregularidade na distribuição mensal dessa chuva.

Entre nós a prática da irrigação nos meses de seca se faz necessária. Graças a grandes projetos irrigatórios já realizados e outros em franco andamento, muitas regiões outrora chamadas de desertos se estão transformando em zonas férteis e altamente produtivas.

Podemos acrescentar as vantagens já citadas da irrigação, mais as seguintes:

- 1) — Além de melhorar a qualidade do produto, aumenta a produção, quando as chuvas não fornecem a quantidade necessária;
- 2) — Garante a produção no caso de faltarem as chuvas no momento propício;
- 3) — Facilita o melhor aproveitamento dos adubos;
- 4) — Possibilita plantações fora de época, para a colher no momento de melhores preços;
- 5) — Evita certas pragas que só se desenvolvem com a seca, com por exemplo, o bicho mineiro;
- 6) — Possibilita a obtenção de safras adicionais por ano, nos períodos de estiagem, no mesmo terreno já utilizado durante as chuvas.

Vários processos existem para se fazer a irrigação artificial. Entretanto, dois são os métodos mais utilizáveis, em vista dos resultados obtidos na prática. Dentre esses dois, que são irrigação

por infiltração e por aspersão, este último é o mais empregado, em virtude das vantagens que apresenta sobre o outro.

O sistema de irrigação por canaletas de infiltração depende de certo preparo do terreno, como nivelamentos, construção de canais e canaletas com a inclinação conveniente, etc. O mau preparo do terreno pode ocasionar, se a inclinação for excessiva, erosão ou excesso de umidade, com resultados desastrosos para parte da cultura. Antes de se adotar esse processo deve-se fazer um estudo bem minucioso das condições locais.

Sobre a irrigação por infiltração, a por aspersão apresenta as seguintes vantagens principais:

- 1) — Menor perda de água por infiltração que passa ao lençol subterrâneo, ocasionando, portanto, um menor consumo de água;
- 2) — É o processo que mais se assemelha às condições naturais que no caso é a chuva, promovendo o arejamento da água e criando uma atmosfera de umidade ao redor da planta;
- 3) — Estudos estão sendo realizados para a adoção da irrigação por aspersão, como um dos processos no combate à geada. Em suma, consiste em se fazer aspersões extraordinárias em dias em que ela é prevista;
- 4) — Consegue-se fazer irrigações com sucesso, qualquer que seja a topografia do terreno;
- 5) — Em virtude da distribuição uniforme da água por toda a superfície evita completamente a erosão;
- 6) — Os trabalhos de nivelamento, construção de canais, enfim, qualquer preparo de terreno, são dispensáveis, na aspersão;
- 7) — Toda área é aproveitada, ao contrário do que acontece nos sistemas de superfície, em que parte da área é ocupada pelos canais;
- 8) — Inexistência de canais, facilitando o cultivo e o percurso de tratores e máquinas;
- 9) — Evita o excesso de umidade, como acontece frequentemente no sistema de superfície, nas plantas situadas nas proximidades dos canais, ou pelo levantamento excessivo do lençol freático;
- 10) — Propicia melhor dis-

tribuição de água sobre a área a irrigar.

11) — Lava as folhas das plantas, da poeira depositada durante os períodos secos, favorecendo as reações biológicas próprias das vegetais (fotossíntese).

Deve-se sempre ter em mente que a finalidade última da irrigação é aumentar o trabalho da atividade agrícola principalmente, e que isso não será conseguido se forem descurados outros fatores de produção igualmente importantes, tais como a fertilidade do solo e o todo o saneamento da lavoura. O solo e a cultura devem estar suficientemente preparados para receber a irrigação. Os cafeais em decadência, sem possibilidades de recuperação, lavouras desorganizadas e sem equilíbrio com as outras atividades da propriedade, não são completamente erodidos, sem proteção, não permitem êxito nessa tão adiantada prática agrícola, que é a irrigação. Esta oferece um ambiente mais adequado para a utilização pela planta dos elementos que o solo pode oferecer. Não se espera de irrigação coisas impossíveis. A sua aplicação deve ser bem racional e para isso, convenientemente estudada.

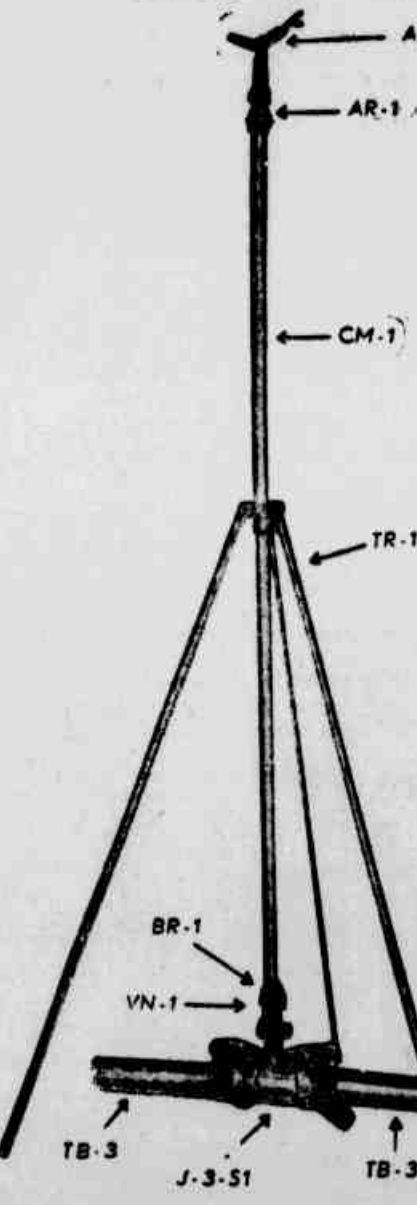
Dentre todos os fatores que possam ocasionar a queda de produção de um cafeal, como erosão, o brechimento dos terrenos, falta de bem manejo, consequentemente mau trato, moléstias e pragas, principalmente a broca e o bicho mineiro, envelhecimento da lavoura, sérias alterações do clima (como secas, ondas de frio etc.), ausência de fertilização etc., é sem dúvida alguma, a falta de chuvas, um dos fatores mais importantes.

A adubação conveniente de um cafeal que se destina à irrigação é muito importante. O programa da adubação deve ser sempre que possível, adubos animais e compostos, fertilizantes minerais (se a análise da terra exigir) e adubação verde por meio de leguminosas. O controle da erosão do solo deverá ser bem orientado. Se assim for, a irrigação triunfará em sua plenitude: o aumento da produtividade e com produtos mais apurados, será indiscutível.

Enquanto um ramal funciona, um segundo ramal completo é instalado sobre a valvula de linha seguinte. No momento de mudar a irrigação de um ramal para o seguinte a operação se resume na abertura de um registro e fechamento de outro. A mudança de posição de um ramal é simples e pouco trabalhosa, devido à leveza dos tubos e das conexões de alumínio, ainda por causa da facilidade no sistema de junções. Por exemplo, um ramal com 12 aspersores, pode ser mudado por dois homens em cerca de 30 ou 40 minutos de trabalho normal. Esse tempo é mais do que o que se destina, geralmente, à rega numa mesma posição de ramal.



LUVA DE JUNÇÃO

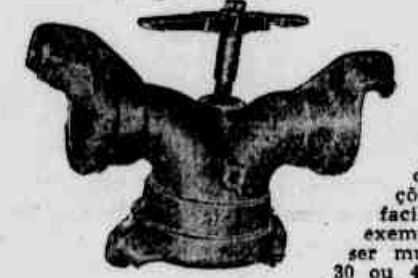


INSTALAÇÃO DE UM ASPERSOR



VALVULA DE LINHA

Com esse sistema de válvulas de linha e registros de derivação para ramais, é permitido a um conjunto de irrigação, contínuo funcionamento, podendo a troca de ramais ser realizada sem paralisação ou perda de tempo.



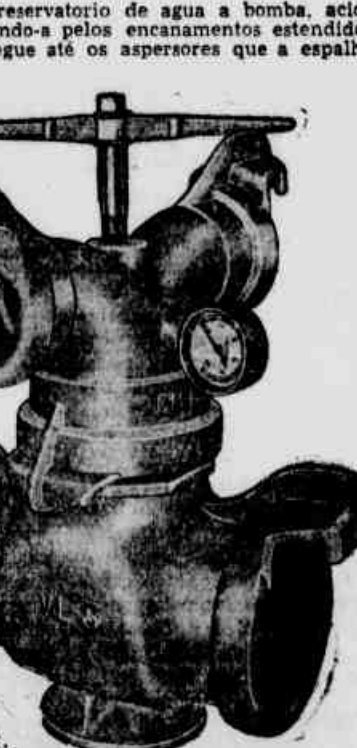
Registro de derivação "T"

Os aspersores são ligados às luvas de junções dos ramais que nesse caso devem possuir uma saída, por intermédio dos canos montantes. Estes devem, igualmente, ser de alumínio e de reduzido peso. Para culturas rasteiras, canos montantes de meio metro serão suficientes, ao passo que para café devem ter de 2 a 3 metros, conforme a altura das plantas.

Quando os canos montantes tiverem mais de um metro de altura, recomenda-se o emprego de tripés para dar uma maior estabilidade ao conjunto. Esses tripés, também devem ser de alumínio e com pernas, cujo comprimento deve girar ao redor de 2 metros. Outras peças, como pequena bracedeira, peça de adaptação com rosca, valvula para ligação dos canos montantes completam o equipamento para a instalação de um aspersor. Do grupo motor-bomba parte a linha adutora principal até o fim da lavoura ou até onde se faça necessária. Dessa linha mestra partem ramais. Em todo ponto que se quiser tirar um ramal com aspersores, a luva de junção da adutora será substituída pela valvula de linha ou hidrante. Estas virão, conforme o caso, de 4 em 4 ou de 3 em 3 tubos, na linha principal. Devem ser desprovidas de molas, de simples funcionamento e também que não ocasionem redução de seção na adutora e consequente perda de carga para garantir uma vedação mais perfeita, devem vir equipadas com assento de borracha.

Pela sua parte superior, as válvulas hidrantes recebem os registros de derivação em T, que abrem ou fecham as mesmas. Por seu intermédio é possível a ligação de ramais para a esquerda ou para a direita (unilateral) ou para ambos os lados simultaneamente (bilateral). Ao registro deve vir adaptado um manômetro, para controle das pressões, quando em funcionamento.

Aspartores, também chamados chuveiros, podem ser de baixas, médias pressões ou aspersores de grande alcance (canhões hidráulicos). Os de médias pressões são indicados para uso em qualquer tipo de lavoura, proporcionando vasto campo de aplicação, abaixo custo de manutenção e simplíssimo funcionamento. Conforme a combinação dos bocais, os aspersores possuem diversos números standard. Ligando os tubos de alumínio temos



Conjunto de valvula de linha com registro em "T" e manômetro

Do reservatório de água a bomba, acionada pelo motor, retira a água, recalçando-a pelos encanamentos estendidos pela lavoura, fazendo com que ela chegue até os aspersores que a espalha sobremaneira importante, pois de um bom projeto, bem estudado, que preencha integralmente as necessidades em todos os seus prisma, depende o sucesso da irrigação.

Já possuímos hoje, firmas distribuidoras de equipamentos de irrigação, que se utilizam quase em sua totalidade de materiais fabricados no Brasil. Com exceção do motor, todo o restante do conjunto irrigatório poderá ser encontrado na indústria nacional. As regalias que essas firmas apresentam são, entre outras, as seguintes: rapidez na entrega do material, preços mais baixos e assistência técnica facilitada. Para que se possa fazer um projeto de irrigação bem apurado, um estudo completo, diversos dados se fazem necessários. Entre os de maior importância podemos enumerar os seguintes: área a ser irrigada e se possível, uma planta topográfica ou mesmo um esboço, localizando o ponto ou os pontos para as possíveis tomadas de água, precipitação mensal desejada, cultura a ser irrigada; altura média das plantas; água disponível (vazão); distância da água ao ponto mais alto do terreno; máximo desnível; distância da água ao extremo da lavoura, total de horas de serviço contínuo e tipo de motor desejado. A água disponível é um fator de primeira grandeza na irrigação, pois sem ela a prática em questão não poderá ser adotada. Acontece, que às vezes, a água existe sendo, porém, insuficiente para cobrir as exigências, surgindo então a necessidade de construções de açudes ou represas com capacidades variáveis, conforme o caso. Para as obras de represamento o fazendeiro deve sempre procurar ser bem orientado, não somente pelas seções técnicas de irrigação, mas também, pelos postos de mecanização. Graças à compreensão do real valor, e da necessidade, para os tempos atuais, devido ao aperfeiçoamento técnico a que chegou a prática irrigatória, apareceram os financiamentos em diversas modalidades e categorias, visando facilitar ao lavrador, a aquisição dos equipamentos necessários à irrigação. O Banco do Brasil, por intermédio de sua Carteira de Crédito Agrícola, financiava 60% do valor dos equipamentos, ou 100% desde que as garantias cobrissem o empréstimo pedido, com prazo para amortização de 5 anos, a juros de 7% ao ano. Porém, agora, com o recente decreto da criação do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, abreviadamente chamado CNAER, cuja finalidade é a de dirigir e fiscalizar a aplicação dos empréstimos agro-pecuários, previstos em lei, a norma modificou-se. O decreto que cria o CNAER, e que entrou em vigor na data de sua publicação, estabelece, em seu capítulo V, Seção III, que trata da Modernização dos Métodos de Produção Agrícola, artigo 8º, "empresários com prazo até 10 anos, para construção, instalação e custeio dos serviços de irrigação e drenagem de caráter permanente para proteção dos campos, lavouras e culturas forrageiras e dos animais flagelados pela seca, inverno e exploração extrativa do solo, incluídas as obras de abertura de poços, acudagem e compra de máquinas e bombas, desde que projetado e aprovado o empreendimento por entidades ou órgãos competentes e idôneos". As taxas de juros são variáveis. Em seu capítulo VIII, que cuida das disposições gerais e transitórias, artigo 38, § único, o seguinte: "Os contratos existentes na Carteira serão, porém, ajustados às prescrições deste decreto, no todo ou em parte, (CONCLUI NA PAGINA 14 DO 3.º CADERNO)".



ASPERSOR

THEODOR WILLE O PRIMEIRO EXPORTADOR DE CAFÉ DE SANTOS PARA A EUROPA

Ressurge com o prestígio e o conceito conquistados em cem anos de existencia

SUPEROU TODA A SORTE DE DIFICULDADES PARA SE IMPOR COMO BALUARTE DE NOSSO COMÉRCIO CAFEIRO — DUAS GUERRAS QUE FORAM FATAIS — EXEMPLO DE DEDICAÇÃO AO TRABALHO — A HISTÓRIA DA TRADICIONAL FIRMA NO MERCADO DE CAFÉ NO PAÍS

Antes de falarmos de sua fundação é justo que se conte um pouco da história que marcou a liquidação da firma Theodor Wille & Cia., em plena II Grande Guerra Mundial.

Foi a 27 de julho de 1943. Faltavam poucos meses para a firma comemorar seu centenário quando, naquela luta, o

IMIGRAÇÃO

Theodor Wille, além da exportação e importação de vários produtos tinha sua atividade ligada à imigração. Por volta de 1850, o sr. Theodor Wille fez esforços para trazer imigrantes alemães para nosso país. A proposta em carta dirigida à casa de Santos, em Setembro de

em Santos, no Rio, e, também em Países europeus. No fim do século, Wille, no Rio, tomou a liderança de um sindicato, no qual estavam integrados o Banco Alemão e a firma Siemens & Halske, de Berlim. Comprou-se a "Tramway Vila Isabel" para modificar a tração animal para elétrica. A compa-

VALORIZAÇÃO

O início do século foi bom para o café. As safras aumentaram e era toda consumida pelos mercados dos Estados Unidos e da Europa.

Em face de um perigo de crise, proveniente de um declínio de preços, decidiu o governo de Tibirica aplicar o plano de autoria do Conde Siciliano, a fim de assegurar a sobrevivência de nossa maior riqueza agrícola. Ficaram encarregados de aplicar esse plano Theodor Wille & Cia.

A I GRANDE GUERRA

Os anos se passaram e veio a I Grande Guerra Mundial. Surgiram várias dificuldades. Primeiro, a firma sofreu sanções da Inglaterra, em seguida dos Estados Unidos. Por fim, quando o Brasil entrou

na luta, Theodor Wille não teve outra alternativa senão fechar as portas da casa de Santos e do Rio. Entretanto, durante a II Grande Guerra Mundial, em 1943, a firma Theodor Wille, que já se havia tornado brasileira pela nacionalidade de seus sócios foi liquidada imediatamente. Tratava-se de uma organização que havia trabalhado no país 99 anos, acumulando tantos meritos.

Os sócios da firma esperam hoje que essa grande injustiça seja reparada.

REERGUMENTO DE THEODOR WILLE

As casas do Rio e Santos continuaram fechadas até meados de 1919. Somente a de S. Paulo, continuava trabalhando com restrições. Em-

penhou-se, então, em reerguer a firma. Inicialmente, houve recusas nos E.E.U.U. e na Europa. Contudo, essa recusa não durou muito tempo. Os anos se passaram e a firma reconquistou o seu lugar de maior exportador de café do Brasil.

INTERVENÇÃO NO MERCADO DE CAFÉ

Vários fatores precederam a crise de 29-30, e, entre eles a redução do poder aquisitivo da Europa que saía de uma guerra e, em seguida, a superprodução, que provocaram uma situação insustentável a tal ponto que, em 1925, o governo já não via meios de manter o preço do produto. Por conseguinte, foi, após obrigado a intervir diversas vezes no mercado de Santos,



Theodor Wille o fundador e chefe da firma (1844-1893)

E, para tanto a execução daquela intervenção, em maior escala foi confiada a Theodor Wille. A posição financeira paulista era das piores. Desta forma a firma Theodor Wille, com seu bom crédito e prestígio, conseguiu em Nova York 6 milhões de dollars e em Londres meio milhão de libras para a execução do plano destinado a sustentar os preços.

EXPORTAÇÃO

Os embarques em Santos desde 1925 foram os seguintes:

Ano safra	Total	Quota de Theodor Wille & Cia
1925/26	9.491.533	1.005.754 ou 10,60% (intervenção)
1926/27	9.871.737	979.416 9,92%
1927/28	10.000.415	1.000.929 10,01%
1928/29	8.808.400	918.899 10,43%
1929/30	9.586.494	1.086.671 11,34%
1930/31	10.097.588	1.565.063 15,50% (intervenção)
1931/32	9.662.284	1.687.178 17,43%
1932/33	6.530.631	1.520.427 23,22%
1933/34	11.320.485	2.359.722 20,82%
1934/35	9.251.401	1.507.761 16,30%
1935/36	10.573.647	1.709.162 16,16%
1936/37	8.757.936	1.333.269 15,24%
1937/38	9.462.605	1.153.561 12,19%
1938/39	11.170.267	1.511.659 13,43%
1939/40	8.994.799	1.004.911 10,05% (guerra)
1940/41	8.829.191	582.792 6,60% (Só p/US)

Contudo, as exportações por Theodor Wille constituem os melhores resultados conseguidos por firma individualmente no Brasil. No ano cafeeiro 33-34 a firma exportou 2.757.701 sacas, ou sejam, 18,23% do total embarcado.

COLONIZAÇÃO

Em outros setores, a firma também desenvolveu suas atividades. Nas glebas de terra recebidas da Cia. Agrícola Francisco Schmidt, onde hoje se ergue a cidade de Votuporanga, manteve ali trabalho cultural, criando escolas e outras instituições de caráter social.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E LIQUIDAÇÃO DA FIRMA

Em setembro de 1939 surgiu a Segunda Grande Guerra. A situação complicou-se inicialmente com o bloqueio franco-britânico e, mais tarde, com o norte-americano. Em julho de 1941, a firma encerrou definitivamente suas exportações, continuando a trabalhar com artigos nacionais, até que, em 1943 por decreto presidencial, foi a firma injusta e definitivamente liquidada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Theodor Wille que, durante cem anos, engrandeceu o comércio brasileiro, ajudando a trazer riquezas para o nosso país e esforçando-se por colocar o Brasil em situação privilegiada no mercado mundial, pôs, por muitas vezes, à disposição do Estado os seus serviços de maneira desinteressada.

NOVO RESSURGIMENTO

Apesar de todos os fatos relatados, Theodor Wille ressurgiu novamente, agora sob

a denominação de Companhia "Theodor Wille" Comércio, Indústria e Representações, sob a direção de um antigo chefe da Casa e contando com uma equipe de antigos gerentes e colaboradores da velha firma. Com sede central na vizinha praça exportadora Theodor Wille vem readquirindo, passo a passo, uma posição destacada como firma exportadora. Um dos primeiros passos dos seus dirigentes, foi a reanulação do antigo edifício onde durante mais de meio século manteve as suas instalações, embora estas, atualmente e em caráter provisório, estejam situadas em prédio alugado à rua do Comércio, 66, em Santos. A nova firma já instalou filiais em São Paulo e Rio de Janeiro, sediadas, respectivamente, à rua da Consolação, 65, 7.º andar, e à rua Visconde de Inhaúma, 58, 5.º e 8.º andares. A sua diretoria está assim constituída: sr. Otto Uebele, diretor-presidente; sr. Ernesto George Diederichsen, diretor-vice-presidente; sr. Emil Wohlmann, diretor-superintendente; sr. Hans Ulrich Uebele, diretor-assistente; sr. Juergen Leisten Klep, diretor-gerente da filial de São Paulo; sr. Gustavo Simon, diretor-gerente da filial do Rio de Janeiro; sr. Bernardino Borges Filho, diretor-tesoureiro da filial do Rio de Janeiro.

Theodor Wille ressurgiu, pois, novamente com os propósitos de continuar trabalhando nos mesmos sistemas e nos mesmos setores de atividade que fizeram o nome da velha firma conceituado em todo o mundo.



Os últimos sócios da firma Theodor Wille, vendo-se da esquerda para a direita os srs. Ernesto Diederichsen, H. Diederichsen, Otto Uebele e Theodor Simon. Apenas o penúltimo é vivo

Governo Federal decretou a liquidação da entidade comercial, que tinha prestígio no mundo inteiro.

Assim, profundamente abalada pelos efeitos da guerra, não pode festejar a memorável data do centenário, que deveria ser a 1.º de março de 1944.

Nem por isso, ainda que em completo silêncio, os seus chefes, gerente e empregados, bem como amigos da casa, deixaram de se lembrar desse dia com grande afeto e profundo pesar pelo desaparecimento dessa organização, com a qual tiveram a honra de colaborar e trabalhar.

Todos sentiam a injustiça de que foi vítima Theodor Wille.

1855, diz o sr. Theodor Wille que a imprensa alemã insistia na necessidade da emigração para o Brasil. E a emigração alemã foi fomentada por Wille.

PREÇOS PARA O CAFÉ

Com o comércio mundial de café entrando em nova fase, mesmo depois de Hamburgo conquistar o primeiro lugar no mercado europeu da rubiacea, Theodor Wille empenhou-se com o fim de obter os melhores preços para o nosso produto.

Lançou seus tipos particulares, valorizando o café brasileiro, criando um clima de ampla confiança para a firma. Theodor Wille ainda representava o grande comércio de conceito em todo o interior do Velho Mundo.

nhia mais tarde foi vendida à Light.

O mesmo sindicato instalou no Rio o primeiro serviço telefônico, a Companhia Telefônica do Rio de Janeiro. Outros negócios de maior vulto, além da exportação e importação foram abrangidos por Theodor Wille.

Nos primeiros meses do último decênio do século passado, Wille conseguiu aumentar seus negócios de café com os Estados Unidos, através de uma das mais prestigiosas firmas norte-americanas.

Desta forma, o aumento da procura do café, nos Estados Unidos deu maior firmeza a Theodor Wille, que já se interessava muito pelo mercado de Nova York. Conseguindo êxito como embarcador para esse destino, designou representante em Nova York, Nova Orleans, Chicago e S. Francisco.

AS GRANDES SAFRAS

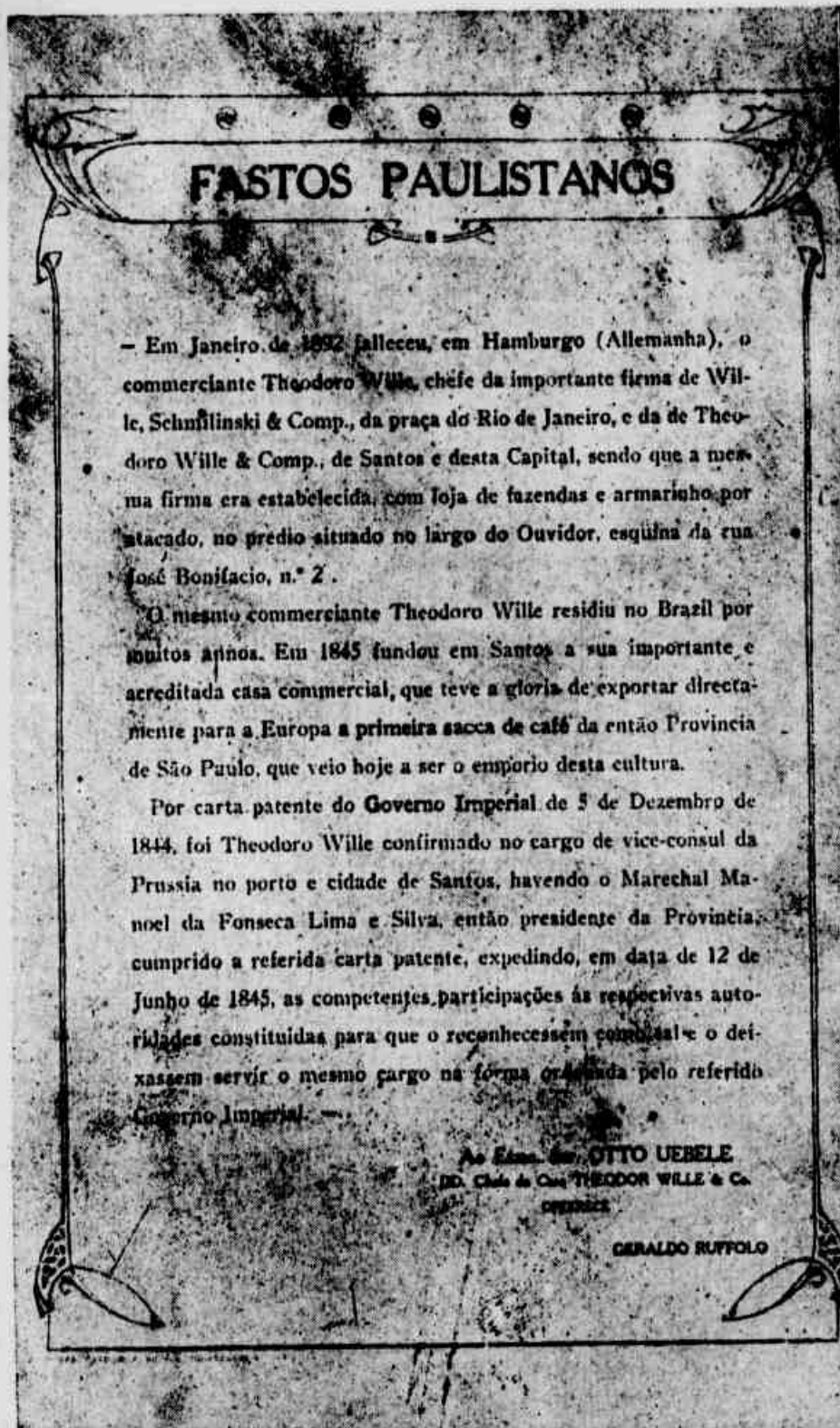
Com o aumento sempre crescente das safras paulistas, no começo do século, Theodor Wille & Cia. começaram a cobrir suas vendas para o Exterior, comprando de comissários e fazendeiros, café, ainda no pé.

Desta forma, Theodor Wille começava a comprar futuras safras, em face do grande interesse do lavrador de receber adiantadamente, a fim de custear o movimento das colheitas que cada dia aumentava.

PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE NOSSA LAVOURA

No desenvolvimento do novo plantio de café pelo último decênio do século passado na zona de Ribeirão Preto, a firma Theodor Wille tomou parte ativa e direta, por meio de financiamento de diversas fazendas, tocadas por homens intrepídicos, tais como Francisco Schmidt e o cel. Arthur Diederichsen.

Durante vários anos, Theodor Wille forneceu custeio para as múltiplas fazendas desses dois lavradores. O resultado é que, durante anos, a firma que se tornara Agrícola e Comissária recebia 250 a 300 mil sacas de café anualmente.



A primeira sacca de café embarcada directamente do porto de Santos para a Europa



Nas fotos as sedes da firma no Rio de Janeiro (1904-1943) e em Santos (1893-1943)



Sede da firma em São Paulo (1863-1943)

O CAFÉ

A história de Theodor Wille, no Brasil está intimamente ligada à cultura, ao desenvolvimento, à venda e ao consumo do café brasileiro. Sua ligação é tanta que foi a primeira firma a exportar café pelo porto de Santos. As exportações de café iniciadas por Theodor Wille, devem logo à firma posição destacada como embarcadora desse produto e em pouco tempo conseguiu clientes nas principais cidades do mundo, entre as quais Hamburgo, Bremen, Antuerpia, Havre, Marselha, Rotterdam, Copenhague, Trieste, Londres, etc.

VENDAS DE CAFÉ

A expansão da firma Theodor Wille, no mercado cafeeiro, era um fato. Dominava agora a Austria e os países do Mediterraneo Oriental.

No Egito, onde se dava preferência para o café "bourbon" de pequena tava, da zona de Ribeirão Preto, que são parecidos com a variedade "Mooka" arabico, Wille se impunha em todo o mercado. Durante muitos anos, antes da guerra de catorze, os embarques para Alexandria superavam a casa das cem mil sacas anuais.

EMPREGO DE CAPITALS EM OUTROS SETORES

Os negócios se ampliavam,

SOCIEDADE ANONIMA COMERCIAL E. JOHNSTON

CAPITAL — Cr\$ 100.000.000,00

SANTOS

E. JOHNSTON & Co. Ltda., nome antigo da firma, que ora funciona sob a denominação de Sociedade Anonima Comercial E. Johnston, comemorou o centenário de sua fundação em 1942. Portanto a história da Companhia reporta-se à alvorada da cultura do café e ao início de seu comércio como se vê pelas seguintes descrições desses primeiros tempos.

PRIMEIROS DIAS

O fundador da firma Edward Johnston, nasceu em Londres em 1804, e muito jovem, contando apenas 17 anos de idade, veio para o Brasil, casando-se, em 1827, no Rio de Janeiro com Henriette Marie, filha de Charles Alexander Moke doutor em medicina, na Tijuca, próximo ao Rio. Foi esse casamento, sem dúvida, que levou Edward Johnston a consagrar sua vida ao comércio de café, existindo, em poder de um de seus netos, o Almirante Sir Edward Inglefield, K. B. E., que foi durante muito anos secretário do "Lloyds", uma tradução de um extrato de um livro, editado no idioma alemão, em São Petersburgo, em 1828, por um certo Ernest Ebel, e dedicado à senhorinha Henriette Moke, que reproduz uma carta escrita no Rio de Janeiro aos 25 de maio de 1824, descrevendo uma visita à residência e propriedade do sr. Moke, quando a futura esposa de Edward Johnston era ainda criança. Essa carta que descreve, de uma altamente pitoresca, uma fazenda de café daqueles tempos quando este era cultivado nas proximidades do Rio, é digna de ser transcrita na íntegra:

RIO DE JANEIRO.

25 de maio de '24.

"Minha carta desta data serve de adiantamento à última, no tocante a ter enfim satisfeito o meu desejo de visitar a Tijuca, como também o mais belo cafezal próximo ao Rio. Domingo passado, em companhia de um amigo, lá fui a cavalo, pois a estrada não é carroçável. Montamos a cavalo às 6 horas da manhã, chegando às 8.30 horas a Baptistas, onde, mais uma vez, não encontramos o proprietário em casa; foi-nos no entanto, servido um ótimo almoço, em companhia de uma senhora brasileira, que ali fora em passeio, a cavalo. Ali arranjamos como guia até à cascata um preto, que alegremente conduziu a três das nossas montarias. O caminho levou-nos pela Boa Vista, de onde gozamos out a vez o esplêndido panorama por uma picada cheia de elevações em lugares erodidos pelas chuvas, em meio a uma densa floresta, de onde só de vez em quando se descortina uma vista sobre a baía, e raras vezes se encontra uma casa (a intervalos de cerca de milha e meia), até uma venda chamada "da Coruja", onde tivemos de deixar os nossos animais, caminhando a pé o resto do percurso até à cascata, por um brejo. A certa distância, ouve-se o embater da cascata, e depois de termos caminhado uns dois mil passos pela floresta virgem, chegamos ao lugar, (serve-se uma descrição da cascata). Al estacionamos sob o agradável abrigo de uma rocha, a pique que forma uma gruta natural sobre duas grandes pedras como se fora uma mesa e uma cadeira e, nessa ocasião, um grupo de ingleses, que havia chegado pouco antes de nós, ofereceu-nos cognac, que aceitamos com água cristalina da cascata, daí iniciando nosso regresso. Para chegar à propriedade de Moke, para quem levávamos uma apresentação tínhamos de cavalgar de volta três partes daquele caminho, que rumo então para a direita em direção a outro lugar do Pico da Tijuca, sendo em muitos lugares tão íngreme, que éramos obrigados a apelar e a levar nossos cavalos. Logo que se olha para o fundo do vale, fica-se surpreendido com a vista de várias casas, primorosamente edificadas, cor as suas dependências, e as grandes plantações de café que se estendem ao longo das

montanhas. Depois de termos cavalcado através de vários cursos d'água, e gozado a frescura de uma pequena floresta, achamo-nos no fim de nossa jornada.

"O Senhor Moke é holandês nato, tendo servido, em 1791 e 1792, como médico do exército holandês. Mais tarde dedicou-se ao comércio e, em caráter de comissário de bordo, fez vários e longos cruzeiros, tendo aqui finalmente se estabelecido há 6 anos.



Edward Johnston quando moço

É proprietário de uma linda residência, de dois pavimentos, em estilo holandês, com diversas dependências e uma magnífica propriedade, muito grande, em que já plantou mais de 100.000 pés de café, cultivando sempre mais terreno.

"Recebeu-nos de maneira muito amigável, tendo a bondade de mostrar-nos toda a propriedade. Os cafeeiros, todos nas melhores condições, distanciam-se oito pés uns dos outros, sendo constantemente podados à altura de seis pés, e isto feito não só para facilitar a colheita, como também para dar aos pés mais vício, podendo-se, também às vezes, os rebentos mais vigorosos. O cafeeiro começa a produzir no terceiro ano, no quinto, está em plena produção, podendo-se então estimar que o pé produz, em média, uma libra de café por ano; duas, três e quatro libras é caso raro, o que além disso só acontece quando o pé está próximo a um monte de estrume, ou então foi adubado. Com bom trato, poderá um cafeeiro durar trinta anos e ainda dar lucro. A colheita verifica-se duas vezes por ano: em maio, que é a principal, e em outubro. É interessante notar que as cerejas do café que não amadurecem na primeira época, assim se conservam até outubro e só naquele mês ficam vermelhas. Uma vez colhida, a cereja é posta a secar em um grande terreiro em frente da casa, dividido em várias seções, batido, e

mais ou menos nivelado. (Moke afirma, ao contrário de Langsdorff, que a terra não prejudica o café).

"Enquanto as cerejas estão maduras, a chuva é útil, auxiliando a separação da casca do grão: quando meio secas, devem ser conservadas ao abrigo da chuva: o café completamente seco vai para o descascador. Este compõe-se de dois discos de madeira maciça, de seis polegadas de largura, que giram num eixo, dentro de um receptáculo circular, onde é despejado o café em coco. Uma forquilha que acompanha os discos atrai o café contra um dos lados para descascá-lo por compressão, quase como em um separador de sementes oleaginosas. Para este fim,

cujo aspecto sadio e alegre, como também suas inúmeras crianças fortes, demonstram o bom trato que os seus senhores lhes dispensam. Para encurtar, trata-se de uma propriedade com organização perfeita, que figura com justiça em primeiro lugar entre todas as plantações deste país; é tão afamado que o Imperador e a Imperatriz têm visitado Moke várias vezes, tudo examinando com o maior interesse.

É provável que Edward Johnston, que veio para o Brasil em 1821, fosse uma das pessoas do grupo de ingleses aliado na carta, pois esta foi escrita três anos depois de sua chegada ao Brasil e três anos antes do seu casamento com Henriette. Ao tempo em que ela contava 19 anos.

FUNDAÇÃO E EXPANSÃO

1842-1881

O moço, ou antes o menino, uma vez chegado, entrou para a firma F. de Breton & Co., do Rio de Janeiro, e cedo deve ter se afirmado, visto como, em 1827, foi nomeado gerente, juntamente com Charles Saunders, e sem dúvida comemorou a nomeação despois da jovem de sua escolha. Depois de uma visita à Inglaterra, em 1830, regressou ao Brasil, tendo, um ano mais tarde, deixado a firma F. de Breton, e se estabelecido no Rio, em 1832, como corretor de câmbio, por conta própria. Sua ambição, contudo, não encontrou, é claro, campo suficiente nos limites deste negócio, quando, portanto, nos visitou novamente a Inglaterra em 1838, onde parece ter feito relações tão íntimas que deram em resultado outra importante mudança na sua carreira pelo estabelecimento, em 1842, com o capital de 30 contos de réis, da firma Edward Johnston & Co., com escritório e depósito à rua do Sabão, no Rio de Janeiro. Seus primeiros sócios foram William Joseph Havers e o João Ignacio Tavares, os quais tinham sido seus procuradores no Rio durante a sua visita à Inglaterra. Nos primeiros tempos, a nova firma, posto que intimamente associada ao comércio de exportação de café, fez considerável negócio no Rio como importadora de bacalhau, farinha, zinco, "deals" (isto é, madeira sueca e americana), sal, carvão e ferro, provavelmente com as relações que Edward Johnston já havia feito em Liverpool.

Quando Edward Johnston & Co. iniciaram seus negócios não havia navegação a vapor nem estradas de ferro, nem cabos submarinos. Os portos na sua maior parte infestados de febre traficavam com escravos como com qualquer mercadoria, com pouca diferença das estações de tráfico de África Ocidental. Rio, Bahia e Pernambuco eram mais importantes do que Santos como portos exportadores de café, além do que grande quantidade de café e de outras mercadorias era embarcada em um sem número de pequenos portos, como São Sebastião, Angra dos Reis, Parati e Caragatatuba. O café era transportado em tropas de burros pelas serras afóra até o ponto de embarque mais próximo, o que era feito na maior parte em pequenos brigueiros, escunas e outros veleiros deste tipo. O grosso procedia do Vale do Paraíba (hoje a zona servida pela "Central do Brasil") mais ou menos decedente e da extensa zona conhecida como a "Zona da Mata", situada nos Estados do Rio e Minas. Cultivava-se também café onde ficam hoje as subúrbios do Rio como indica a plantação da Tijuca, onde começa a nossa narrativa.

Edward Johnston não permaneceu por muito tempo no Brasil após a fundação da firma em 1842, pois, dentro de dois anos, deixou o Rio para fixar-se em Liverpool, em 1845. Poderia parecer, pelos acontecimentos subsequentes, fosse esta determinação inspirada pelo desejo de ampliar a esfera de atividades de sua nova companhia, visto como, em 1845, fez ele contratos de sociedade com James Naylor, de Bahia, e com Charles Inglefield, de Liverpool.

Dentro em poucos anos nova expansão verificou-se, sendo que, pela primeira vez, o nome de Johnston figura em uma sociedade no exterior do Brasil, o que evidencia, com segurança, o conhecimento e a experiência comerciais de Edward Johnston adquiridos anteriormente e verificados. De 1850 a 1853, estabeleceram-se, em Nova York e em Nova Orleans, firmas sob as razões sociais de Naylor, Johnston & Co., e Johnston, Moke & Co., respectivamente. Era então Edward Johnston sócio de firmas estabelecidas no Rio de Janeiro, Bahia, Liverpool, Nova York e Nova Orleans, explorando todas, o comércio de café.

Em meados do século XIX, a chave de uma firma estabelecida como importantes embarcadores de café, sendo quase certo terem sido as necessidades financeiras do negócio que determinaram a abertura da casa de Londres, em 1862, e a liquidação, logo depois, da de Liverpool. A firma tinha agentes-vendedores nos principais centros de co-

mércio de café da Europa, estabelecendo-se os primeiros destes em Estocolmo e Gotemburgo, em 1845 e 1846, respectivamente.

Em 1876, Edward Johnston, que começou como um rapazinho de 17 anos, com pouco mais do que sua ambição, faleceu e foi sepultado em Brighton, tendo com sua morte desaparecido o único traço de união entre os primeiros dias do início da firma e a sua história.

— :: —

SANTOS

Edward Johnston deixou a seus dois filhos, Charles Edward e Reginald Eden a continuação do negócio que ele havia fundado e tão energética e amplamente incrementado. Aqueles não se contentaram de dormir sobre os louros de seu pai! Depois de esperar pouco tempo para consolidar sua situação, resolveram dar à frente um passo digno de seu pai, pelo que, em 1881, estabeleceram uma firma, sob a razão social de Edward Johnston & Co., em Santos, que mostrava então todos os índices de tornar-se o porto mais intenso e importante do Brasil. Desde aquela época até à presente data, Santos tornou-se grandemente o principal centro de atividades da firma. Naqueles tempos, era o café transportado em carros de boi, tropas de burros e fâmulas, devendo existir ainda alguns pretos velhos que trabalhavam com burros de carga. Santos deve a sua primeira eclosão como centro exportador de café ao Visconde de Viamão, que, política e comercialmente, desempenhou importante papel em seu desenvolvimento. Ele construiu uma curiosa ponte tubular, hoje desaparecida, sobre o rio Cubatão, pela qual o café era transportado e descarregado em chatas, das quais os sacos eram transferidos para os navios no estuário, muitas vezes sem vir mesmo a Santos, mas este processo primitivo cedo exigiu maiores facilidades, tendo sido o Visconde de Vergueiro quem construiu alguns casis primitivos, sistematizou a classificação do café em Santos e organizou uma "Bolsa" local.

Enquanto estes desenvolvimentos se processavam vagarosamente em Santos, a cidade de São Paulo, distante 60 milhas, no clima frio da serra, crescia mais rapidamente, até que a ligação e as relações das duas foram completamente transformadas, em 1867, com a inauguração da São Paulo Railway, que ligou São Paulo diretamente ao porto. Em curto espaço de tempo, uma rede ferroviária irradiou-se de Jundiaí, a grande junção ferroviária, a poucas milhas de São Paulo, e onde quer que estas estradas se dirigissem, surgiam as plantações de café, em escala jamais sonhada. No entanto, o processo de descarga e carga de navios, em Santos, conservava-se em extremo primitivo, sendo o trabalho feito em pontes de madeira que avançavam sobre o estuário até distância de 100 jardas ou mais, sendo que a única equipada com guindastes para suspensão de volumes muito pesados era o cais da estrada de ferro pertencente à São Paulo Railway Co. As facilidades oferecidas pelos armazéns da Aliança eram inteiramente inadequadas ao comércio sendo espetáculo comum verem-se mercadorias de toda a sorte empilhadas na rua chamada Paqueta, que corria ao longo do estuário, sendo que este, na maré vazante, transformava-se em um trecho de lama negra e fétida, semenda de burros mortos, pelo qual se escoavam os despejos da cidade. O carregamento dos navios ao longo das pontes era feito por enxames de estivadores, na maioria portugueses robustos muitos dos quais carregavam duas, e alguns mesmo, três sacas nas costas



O escritório e o armazém em Santos, em 1904

pesando ao todo 396 libras. O serviço era todo feito por pé, sabendo-se que alguns daqueles estivadores haviam carregado de 300 a 400 sacas por dia. Não é de admirar, que, na estação calma, fossem frequentes os casos de insolação.

Tais eram as condições quando Edward Johnston & Co. abriram sua nova filial. Mercê de suas relações em Londres e Liverpool, cedo obtiveram as agências de várias linhas de navegação, auxiliadas também pelo seu negócio, já estabelecido no Rio, onde eram proprietários de uma grande frota de rebocadores e alvarengas, posteriormente adquiridas pela Rio de Janeiro Lightering Co. Ltda. A má reputação de Santos, devido à febre amarela tornou particularmente onerosa a tarefa de agentes de vapores. Até poucos anos passados, os destroços de um navio, cuja tripulação pereceu toda de febre amarela, eram ainda visíveis no estuário; para substituí-la, nova tripulação veio da Inglaterra para ter igual fim: o navio foi então abandonado. Desta terrível molestia, foi vítima Bertram Masterson Johnston, neto do fundador. Ingressara na firma em 1886, tendo vindo para o Rio como sócio onde faleceu em 1890. Em 1891, registrou-se, só em Santos, mais de um milhão de óbitos, e, no ano seguinte, 1892, casos fatais, quando a população era apenas de cerca de 20.000 al-

localizou-se no "hinterland", que progredia rapidamente, como agricultores, dando ensejo a que a indústria do plantio do café se expandisse a tal ponto que a sua produção, nos anos subsequentes, veio a desafiar toda a estrutura econômica da República.

O surto das estradas de ferro no Brasil, e o influxo dos imigrantes estrangeiros, fizeram com que as plantações de café se desviassem, cada vez mais, para o interior, visto como as terras das zonas costeiras ficaram cansadas, e, conquanto os mercados principais fossem ainda nos portos, centros compradores abriam-se continuamente em localidades do interior, nas zonas de Campinas, Itú, Bragança, São Carlos do Pinhal, São Manoel, Ribeirão Preto, Araraquara e Jd. A serem substituídas, mais tarde, pelas zonas da noroeste. Paraná, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Nova Granada, Rio Preto etc.

A maior parte do café era vendida na base de custo e frete, em moeda esterlina, sendo os saques negociados mediante créditos bancários

as pernas, eram os importadores e comissários de café, detentores de grandes e variados estoques, das safras da Índia Oriental, da América do Sul e Central, para a venda aos atacadistas, e aos grandes negociantes que operavam em grande território por meio de suas "caravanas de comércio". O consumidor comprava o café verde, por saco ou meio-saco, torrava-o em casa no forno — de uma só vez a quantidade para uma semana, e a mistura, que mais agradava à maioria dos paladares exigentes, era uma combinação de um terço de cada um dos tipos de Java, Mocha, e "Golden Rio". Os "Baltimore Clippers", que foram os primeiros no caso a transportar café do Brasil para os Estados Unidos, foram sucedidos por vapores que gastavam de trinta a trinta e seis dias para a travessia entre o Rio e Nova York, escalando em St. Thomas para reabastecer suas carvoeiras. O importador fazia suas encomendas na base de custo e frete pelo menos com 90 dias de antecedência da data em que esperava a entrega para completar o seu estoque. Como o café era escolhido e comprado pela sua aparência e agrado à vista, os brasileiros depressa aprenderam a preparar seus lotes, a fim de mostrar cor firme de bastante estilo, alguns com o auxílio de materiais corantes, ou com o que se denominava de "brunção a carvão". O "Dark green stylish" 3/4 dos Senhores E. Johnston & Co., era muito popular, tendo encontrado logo compradores. O Senhor Gordon era seu agente em Nova York, sendo seu corretor no centro comercial o major John R. Mc Nulty, de 93 Wall Street, oficial do Exército Confederado, nascido em Baltimore, que nunca se conformou com a derrota dos Sulistas, e homem de muita personalidade. O Senhor Gordon certamente era escocês e o seu trato comercial revelava a perspicácia característica daquela raça. Recordo-me bem de um incidente ocorrido durante este período de sua agência, de que, desde então, muitas vezes tenho rido, e que demonstrou quão pouco sabíamos acerca dos potenciais do Brasil como produtor de café. Acabamos de receber um embarque dos Senhores Johnston, dos ns. 3/4 "color green", e, ao abrir as amostras de bordo, via-se um lote de um tipo estranho, verde pálido, meio mole, com um caráter diverso de qualquer outro que jamais víramos. Mostrei-o, incontinenti, ao chefe da casa, apressando-se este em fazer uma reclamação ao Senhor Gordon para uma diferença "em um misticismo inventável", que fora, como viemos a saber mais tarde, embarcado de uma plantação de São Paulo, via Rio, o primeiro café de Santos que qualquer de nós havíamos visto. Vendê-lo era um problema, o que deu em resultado bruni-lo em uma mistura de Nicaragua, e embarcá-lo para o extremo sul, onde o preço era o critério, e o estilo de nenhuma importância. Com o invento de Arbuckle, de um tambor perfurado para torrar o café, e depois a embalagem do café torrado em sacos de papel, de uma libra, para distribuição, a evolução dos negócios de café, iniciada por processos arcaicos, era completamente modernizada e melhorada com o decorso dos anos.



O pessoal do escritório de Santos, em 1904

mas, Edward Johnston & Co. tomaram providências especiais para arcar com a responsabilidade devida às companhias de navegação de que eram agentes, arrendando a Ilha das Palmas, na embocadura do estuário, onde foi construída uma espécie de caserna para acomodação das tripulações europeias, enquanto seus navios eram manobrados no porto, descarregados e novamente manobrados por tripulações locais. Muitas vidas foram assim poupadas. A construção do cais, em 1888, representou o primeiro passo para condições mais higiênicas que foram sucedidas pela reorganização do Departamento de Saúde Pública, em 1892, que construiu canais de escoamento em direção contrária à cidade, adotando outras medidas sanitárias, de que resultou a extinção da febre amarela, desde 1894, e a "Ilha de Johnston", como ficou sendo conhecida, passou a ser um sítio favorito para piqueniques, natacio e excursões de pesca.

Estes melhoramentos no porto foram mais ou menos contemporâneos a grandes mudanças políticas e econômicas que sucederam à abolição da escravidão, em 1888, e à proclamação da República, em 1889. Nos anos que se seguiram, verificou-se vasto influxo do trabalho estrangeiro — italiano, português, alemão, polonês, e mais tarde, japonês, cuja maioria

em Londres, abertos pelos compradores. Esporadicamente, as casas do Rio e Santos fretavam um veleiro ou navio, carregando-o com café de "conta própria", e consignavam-no a um determinado porto, para venda à chegada, sendo o risco, em transações tais, considerável, especialmente no caso de ter sido a carga embarcada em veleiros.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

As sucursais estabelecidas em Nova York e Nova Orleans em 1850 e 1853 foram substituídas por Agentes em 1864, e um velho amigo da firma escreveu a seguinte carta sobre aqueles tempos:

"Quando, pela primeira vez, entrei para o comércio de café há cerca de 60 anos, lembro-me do tempo, em 1880, em que Edward Johnston & Co., estavam já bem firmes e com excelente reputação e alta situação. Negociantes de café, e peço-lhes façam uma ideia daqueles dignos cavaleiros, de sobrecasca e cartola, e de barba parada, de quem uma pessoa se aproximava com receio, tremulas



Negociantes de Café em Nova York, em 1880

VIDIGAL PRADO COMISSÁRIA E EXPORTADORA S. A.

CAPITAL Cr\$ 30.000.000,00

SANTOS

DIRETORIA:

- | | |
|-----------------------------------|--|
| Presidente | — Alcides da Costa Vidigal |
| Diretores Superintendentes | — Alvaro Augusto de Bueno Vidigal
e Flavio de Almeida Prado |
| Diretores Gerentes | — Sylvio de Azevedo Canto
e Andréas Mattos Faria |



ALVARO DA COSTA VIDIGAL
Fundador

ARMAZENS GERAIS SANTA CRUZ S. A.

FUNDADA EM 1939

SANTOS

S. PAULO

PARANAGUÁ

DIRETORIA:

- | | |
|--|---------------------|
| LAURO CARDOSO DE ALMEIDA | — Presidente |
| ENG. M. A. XAVIER DA SILVEIRA | — Superintendente |
| MARCELO DE CAMARGO VIDIGAL | — Diretor-Gerente |
| FLAVIO DE ALMEIDA PRADO | — Diretor-Secretari |
| ALVARO AUGUSTO DE BUENO VIDIGAL | — Diretor |



Vista interna do armazem da rua Emilio Ribas, em Santos



Parte externa do armazem da rua Emilio Ribas



Armazem da avenida Henry Ford, em S. Paulo



Vista lateral externa do armazem da firma Santa Cruz, em Paranaguá.



Aspecto do armazem, vendo-se o desvio ferroviário em Paranaguá

A EXPERIMENTAÇÃO CAFEIEIRA NO INSTITUTO AGRONÔMICO

Recentemente, ao se instalar o I Curso Pós-Graduado de Cafeicultura no Instituto Agronômico, tivemos o ensejo de manifestar a nossa estranheza pelo fato de o "CAFE" não ocupar posição de destaque nos festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, uma vez que "sem" o café, a nossa Capital não teria atingido o extraordinário desenvolvimento de que hoje se orgulha.

Desejamos, no presente artigo, oferecer aos leitores alguns dados sobre os trabalhos do Instituto Agronômico referentes ao café, cujos resultados vêm orientando a implantação, neste Estado, de uma cafeicultura inteiramente nova.

Desde a sua fundação, em 1887, este estabelecimento vem se dedicando ao estudo do café. As publicações de Frans Dafert, seu primeiro diretor, editadas ao fim do século passado, estão sendo, até hoje consultadas pelos estudiosos do assunto. Preocuparam-se Dafert e seus auxiliares com as variedades então conhecidas de café, chamando atenção à superioridade do Bourbon; com a química do café e a adubação desta planta; com o combate à erosão, mesmo nas terras recém-desbravadas; com a secagem artificial do produto e com muitos outros assuntos. Seguiu-se-lhe na direção do Instituto, Gustavo D'Utra, que hibridou o Bourbon com o maragogipe, numa tentativa de produzir um híbrido superior. Em 1924, após alguns anos de relativa estagnação, retomou o Instituto suas pesquisas com o café, quando foi nomeado diretor o Engenheiro Agrônomo Theodoro de Almeida Camargo. Incentivaram-se então numerosos trabalhos sobre a nutrição do café; estudou-se sua botânica e fisiologia; realizaram-se pesquisas sobre genética e citologia, dando-se também início à execução de largo projeto, visando o melhoramento genético das variedades comerciais de café; at-

cou-se o problema da conservação do solo nos cafeais; realizaram-se numerosos ensaios de natureza agrônômica, inclusive sobre a mecanização de certas práticas culturais, não se descuidando, igualmente, do problema do preparo do produto.

EQUIPE DE ESPECIALISTAS

A tremenda crise que assolou nossa principal cultura, a partir de 1929, não esmoreceu o pessoal técnico incumbido destes trabalhos. Adotou-se a política de se aproveitar justamente aquele período de crise para uma grande ampliação das pesquisas em torno do café. Graças ao idealismo otimista que inspirava seus idealizadores e executores, tais trabalhos foram levados a cabo com grande entusiasmo, certos que estavam de que, após a debacle, novo e promissor ressurgimento da nossa grande cultura se verificaria, então em sólidas bases técnico-econômicas.

A fim de executar tão extenso e complexo programa, necessário se tornou preparar uma equipe de agrônomos especializados e conseguir os meios financeiros indispensáveis ao seu prosseguimento e constante ampliação. A equipe foi conseguida, graças à rigorosa seleção de novos elementos e ao seu conveniente treinamento, muitas vezes, no estrangeiro. Os meios financeiros foram por vezes, escassos e conseguidos após muita luta. Foram fornecidos quase exclusivamente pelo Governo do Estado, apesar da importância desses trabalhos para todos os Estados cafeeiros da União. Somente um único Ministro da Agricultura, o General Juarez Távora, se convenceu da importância nacional desses trabalhos, fornecendo ao Instituto, em 1934, uma valiosa doação de Rs. 400.000.000, em boa parte utilizada para café.

Desde o ano passado, vem também o

C. A. KRUG
Diretor do Instituto Agronômico



Enquanto se preparam os jacis, com terra especialmente tratada o regador funciona nos amplos viveiros

Instituto Brasileiro do Café — graças à sã política inaugurada pelo seu primeiro presidente, o dr. Mário Penteado de Faria e Silva e prosseguida pelo Engenheiro Agrônomo João Pacheco Chaves — auxiliando financeiramente tais trabalhos que assim estão sofrendo, presentemente, considerável ampliação.

Vejamos como hoje se acha organizada a experimentação cafeeira neste Instituto.

Como acontece com as demais culturas em estudos, cabe, desde 1949, a uma Co-

missão, a de Café, planejar todos os trabalhos com essa planta e seu produto. Esses trabalhos são classificados por "projetos", com objetivos claramente especificados e executados, em geral, por um grupo de especialistas, cada qual tendo bem definida sua parcela de responsabilidade na execução das pesquisas. Como se vê abaixo, esta Comissão é constituída por 25 Engenheiros Agrônomos, pertencentes às várias Seções Técnicas e Estações Experimentais do Instituto

Diretoria	
Seção de Café	
" " "	
" " "	(mecanização)
Seção de Genética	
" " "	
" " "	
Seção de Citologia	
Seção de Agroecologia	
Seção de Fisiologia	
Seção de Conservação do Solo	
Seção de Cons. do Solo (irrigação)	
Seção de Fitopatologia	
Seção de Entomologia	
Seção de Tecnologia Agrícola	
Seção de Técnica Experimental e Cálculo	
Estação Experimental Central de Campinas	
Estação Experimental de Pindorama	
Estação Experimental de Ribeirão Preto	
Estação Experimental de Jau	
Estação Exp. de Monte Alegre do Sul	
Estação Experimental de Mococa	

Carlos Arnaldo Krug	
José Estevão Teixeira Mendes	
Fernando R. Pupo de Moraes	
Helio José Searanari	
André Tosello	
José Luiz Vasconcelos Rocha	
Alcides Carvalho	
Hermínio Antunes Filho	
Aldo Alves	
Djalma Foot	
Antônio José Teixeira Mendes	
José Elias de Paiva Neto	
Coaraci Moraes Franco	
João Quintiliano de Avelar Marques	
Rino Natal Tosello	
Abner Pinto Viégas	
Luiz Otávio Teixeira Mendes	
Manoel de Barros Ferraz	
Armando Conagin	
Reinaldo Forster	
Marcelo Paranhos Penteado	
Antônio Junqueira Reis	
Ruben Kerr Nogueira	
Sebastião Alves	
Tullio Ribeiro da Rocha	



Vista aérea do bloco que constitui a sede do Instituto Agronômico do Estado, em Campinas.



Cafeeiro tratado mecanicamente e irrigado na época da floração.



Um flagrante tomado na seção de escolha do Instituto Agronômico, na Estação Experimental Central de Campinas. As seleções são realizadas com extremo cuidado.

CIA. DE ARMAZENS GERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DE S. PAULO PARA S. PAULO A SERVIÇO DO BRASIL

A COMPANHIA DE ARMAZENS GERAIS DO ESTADO DE S. PAULO congratula-se com o povo do Brasil, pelo transcurso, neste mês de julho, do 22º aniversário da Revolução Constitucionalista, dentro do 400º aniversário de fundação da cidade de São Paulo, fazendo votos pela prosperidade crescente de todos os paulistas, para unidade do Brasil.

"Em dois séculos, os paulistas dispersaram-se por quase todo o Brasil. Essa imensa área de dispersão é o campo em que se operam as diferenciações regionais do belo tipo vicentista com a descoberta do ouro e, consequentemente, com a povoação dos centros mineradores, dá-se a fixação dessa sociedade de nômades e aventureiros. O ouro transforma o guerreiro sertanista em industrial pacífico. Depois este industrial pacífico se faz agricultor sedentário. De modo que ao entrar o século XIX esta sociedade agitada está perfeitamente estabelecida". (Oliveira Vianna — Do livro Histórias das Bandeiras Paulistas, de A. E. Taunay).

Estabelecida a sociedade de que tanto se orgulham os brasileiros, concretizada foi a legalidade, defendida sempre pela putança de São Paulo. Evocamos, nesta ocasião, a Revolução Constitucionalista, cuja efeméride não poderia passar despercebida dos quantos trabalham em São Paulo pela grandeza do Brasil.

Epopéia de civismo, luta de gigantes, foi uma demonstração exuberante do poder de realização dos Bandeirantes, simultaneamente com a coragem indomita dos que, com armas na mão, defenderam a constitucionalidade do país.

Na data em que se exaltam os exemplos de civilidade dos Paulistas, concomitantemente exaltamos os sentimentos de brasilidade dessa brava gente, que em seu labor fecundo contribui para a grandeza da Pátria, honrando o nome dos seus ascendentes e respeitando os ensinamentos de Anchieta.

Ao falarmos de Anchieta, revivenciamos a memória do catequizador, fundador da metrópole que vê transcorrer o 4º centenario de prodigiosas realizações, no desenvolvimento geral de cultura, do labor e do civismo.

A Companhia de Armazens Gerais do Estado de São Paulo, se ufana de poder associar-se às manifestações que se promovem pelo auspicioso evento.

Pois como bem disse J. X. Carvalho de Mendonça.

OS ARMAZENS GERAIS NÃO PRODUZEM A RIQUEZA: A RIQUEZA EXISTENTE DAÓ ÚTIL ENGRANDECIMENTO

O desenvolvimento entre nós da instituição dos armazens gerais necessita propaganda, maior divulgação entre os interessados no

armazenamento de mercadorias e obtenção de crédito fácil, para estimular a produção.

Institutos dependentes da iniciativa privada, eles nasceram, desenvolveram-se e prosperaram dentro do regime compatível com os nossos hábitos comerciais, dando ampla liberdade ao depositante para venda da mercadoria confiada a depósito, ficando como fiéis depositários em obediência a dispositivos legais.

Medidas acuteladoras visam garantir a veracidade dos armazens gerais, rodeando-os da mais ampla publicidade e submetendo-os a efetiva fiscalização.

Sendo a Companhia de Armazens Gerais do Estado de São Paulo, uma sociedade anônima de economia mista, conta com a garantia do Governo do Estado, estando apta ao perfeito desempenho das atividades concernentes ao ramo do comércio armazenador, criado em boa hora pelo Decreto n. 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Fundada em 17 de junho de 1930, a Companhia de Armazens Gerais do Estado de S. Paulo conta com 24 anos de existência a serviço da Indústria, do Comércio e principalmente da Lavoura, demonstrando sua utilidade e segurança em proveito daqueles que a têm procurado para armazenamento de mercadorias.

O crédito real proporcionado por meio de armazens gerais, tem sido, com muita propriedade, equiparado ao crédito imóvel, pois se, de uma parte, oferece solidez na garantia, de outra, qualquer que seja o sistema de emissão dos títulos, o onus que agrava as mercadorias faz-se conhecido de quem a queira adquirir.

O comerciante ou o produtor tem mercadorias a vender. Os preços são baixos: há, entretanto, probabilidade de próxima alta. A negociação do warrant facilita o adiantamento sobre o preço.

Manifestada a alta e vendida definitivamente a mercadoria, o comerciante ou o produtor paga a dívida e embolsa o saldo que lhe dá o preço da venda.

Confiem à Companhia de Armazens Gerais do Estado de São Paulo suas mercadorias para depósito e gozarão das vantagens que um bom armazem geral pode oferecer. A Cia. de Armazens Gerais do Estado de São Paulo recebe em depósito mercadorias ou gêneros de produção nacional ou estrangeira, que o seu dono ou consignatário queira ou não vender de pronto, ou tenha a intenção de exportar, reexportar ou armazenar, ou ainda, simplesmente transitar.

A grande aceitação dos seus serviços, é a prova da confiança por eles infundida, no trato da coisa alheia.

Fundada com o capital inicial de Cr\$ 100.000.000, hoje possui um capital realizado de Cr\$ 15.000.000.000, com reservas e provisões de Cr\$ 7.114.564.20.

O seu patrimônio moral é maior que o acervo material, constituído de máquinas para rebenefício, ensaque e pilhas de café instaladas em armazem próprio em Santos e vários armazens, também de sua propriedade, na Capital, dotados de câmaras para expurgo de cereais e grande área útil para armazenamento de mercadorias em geral.

Tendo a administrá-la homens de notória responsabilidade moral e reconhecida capacidade profissional, têm os seus depositantes a certeza da perfeita execução dos serviços de Armazens Gerais e o exato cumprimento do Decreto n. 1.102, de 21 de Novembro de 1903, rigorosamente fiscalizado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CIA. DE ARMAZENS GERAIS DO ESTADO DE S. PAULO

São Paulo
R. S. Bento, 329 — 2º and.
End. Teleg. "CAGESP"
Caixa Postal, 7014
Tels. (gerência) 3.3613
contabil. 32-3614

Despachos
Desvio Bandeirantes
B. Funda E. F.
S. J. ou E. F. S.
Desvio Triângulo
Pari - E. F. S. J.

Armazens
Al. Barão do Rio Branco, 907
R. Rodrigues dos Santos, 91
R. F. dos Reis de Figueiredo, 1.156-11
R. II, esq. R. III (Estr. Campinas)

Desvio CAGESP
Pari - E. F. S. J.
Desvio CAGESP
Lapa - E. F. S. J.
Desvio CAGESP
Dom. os de Moraes — E. F. S.

Santos
Palácio da Bolsa — 2º andar - sala 1
Caixa Postal, 737
Tels. 2-4783 e 2-4784
End. Teleg. "CAGESP"

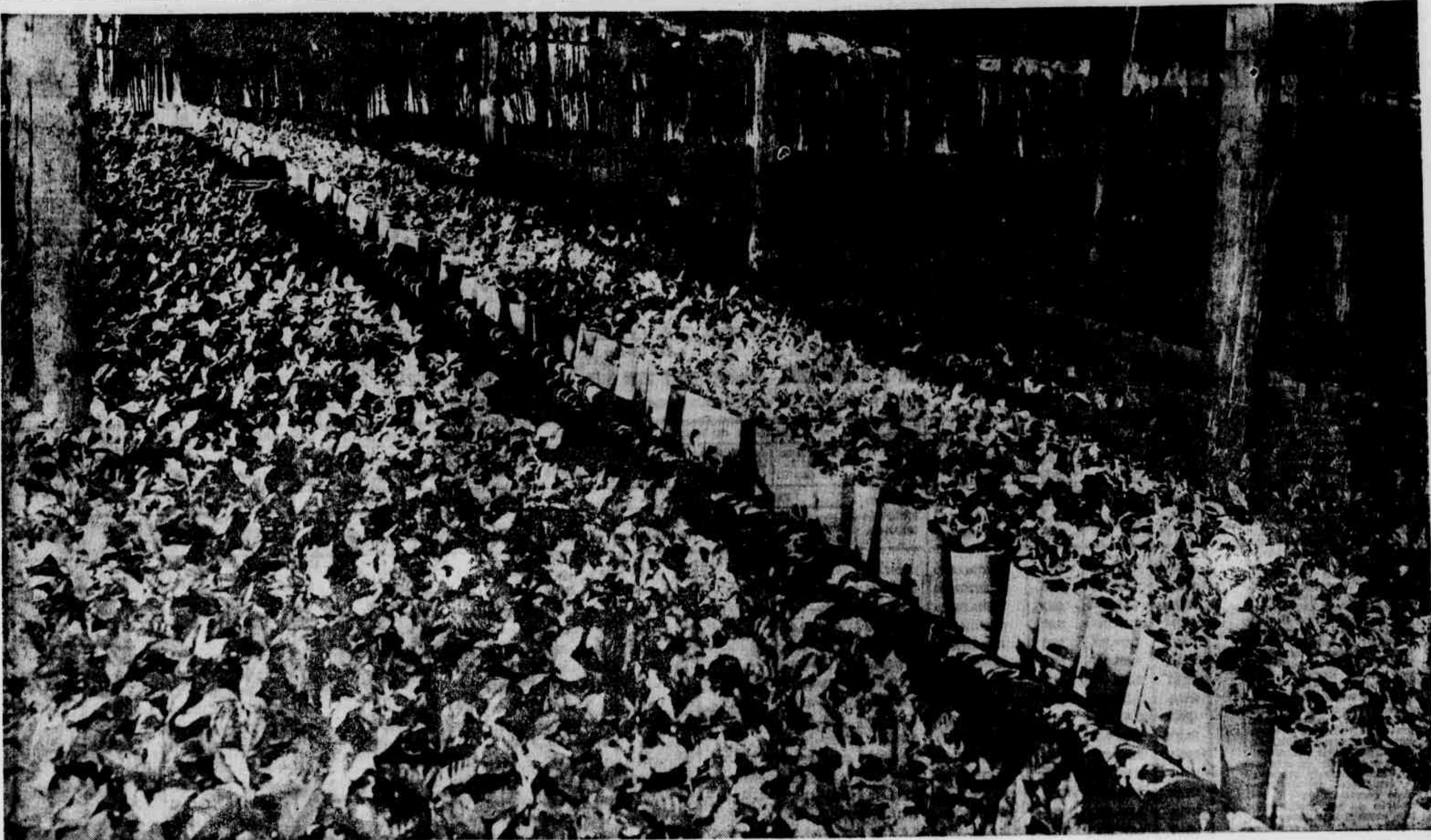
Armazem
Armazem Coliseu — Rua João Pessoa, 246-266.

DIRETORIA

Presidente José Barone Mercadante
1.º Vice-presidente Olympio Martins Cardoso
2.º Vice-presidente Joaquim Augusto Ribeiro do Vale Neto
Superintendente Mario Penteado de Faria - Silva
Gerente Luiz Scaglione



A Companhia de Armazens Gerais do Estado de São Paulo, com sede em nossa Capital, possui um patrimônio dos maiores. As fotos do armazem Coliseu, em Santos, mostram, em cima, a face externa com frente para a rua João Pessoa, no centro, aspecto interno, e em baixo, a máquina rebeneficiadora, vindo-se os srs. Osman Queiroz, chefe da Agência de Santos, e o fiel do armazem, sr. Amadeu Ferro.



Reune-se esta Comissão várias vezes ao ano, em sua totalidade ou em grupos especializados menores, para apresentação e discussão dos resultados obtidos e deliberação referente à inclusão de novos "projetos". Com a íntima colaboração de especialistas de vários setores, aumentou-se a eficiência dos serviços, dedicando-se especial atenção à manutenção de um bom equilíbrio entre todas as atividades dos seus membros. Concede-se sempre prioridade à solução dos problemas mais prementes. Conquanto se fomente também a realização de pesquisas científicas básicas, a maioria dos trabalhos visa a resolver problemas de importância prática imediata. Cumpre, entretanto ressaltar que todos eles visam, direta ou indiretamente, a resolver os problemas do lavrador de café.

NATUREZA DAS PESQUISAS E DOS TRABALHOS EXPERIMENTAIS

Anatomia	1
Taxonomia	2
Biologia da flor	4
Fisiologia (Div.)	4
Genética	7
Citologia	22
Melhoramento	35
Campos de aumento	20
Nutrição	4
Adubação	21
Tipos de mudas	4
Espaçamento e número de pés por cova	3
Profundidade de plantio e disposição das mudas na cova	8
Cultivo	3
Conservação do solo	5
Irrigação	7
Sombreamento	6
Molestias e pragas	3
Mecanização	2
Preparo	6
Diversos (enxertia, poda, etc.)	18
SOMA:	189

Como se depreende do quadro, especial ênfase está sendo dedicada ao melhoramento genético do cafeeiro, à produ-

ção de sementes selecionadas e ao estudo de práticas de instalação e de manutenção de lavouras.

Quanto à distribuição geográfica desses trabalhos, tem-se a seguinte quadro:

Estações Experimentais e Fazendas Particulares	Nº de projetos regionais	%
Est. Exp. Central — Campinas	94	44,4
Est. Exp. de Ribeirão Preto	31	14,7
Est. Exp. de Pindorama	30	14,1
Est. Exp. de Mococa	18	8,5
Est. Exp. de Jaú	16	7,5
Est. Exp. de Monte Alegre do Sul	13	6,1
Est. Exp. de Presidente Prudente (recentemente criada)	2	1,0
Est. Exp. de Tietê	1	0,5
Est. Exp. de Pindamonhangaba	1	0,5
Est. Exp. de Ubatuba	1	0,5
Fazendas Particulares	5	2,3
SOMA	212	100,0

Como é de se esperar, e na sede do Instituto Agronômico que se concentra a maioria dos serviços, uma vez que aqui se acham localizadas as Seções Técnicas do Instituto e sua grande Estação Experimental Central. Mais da metade, entretanto, de experimentação cafeeira se localiza nos grandes centros cafeeiros do interior, especialmente em Ribeirão Preto (terra roxa) e na Araraquarense (terra arenosa). As Estações Experimentais de Mococa e Monte Alegre do Sul se situam nas terras massapê (formação Arqueana), de grande importância para a cafeicultura do Estado.

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Quais os resultados até hoje obtidos com esses trabalhos e já beneficiam eles a nossa cafeicultura?

Apesar do extraordinariamente demorado, pois se trata de planta perene, que requer estudos que se prolongam por muitos anos, tais trabalhos já redundaram em real proveito para a nossa lavoura cafeeira. Mencionemos, de início, as novas li-

has e pela implantação de culturas novas, em bases rigorosamente técnicas, tudo dentro de um conceito equilibrado de atividades agro-pecuárias, cujas peculiaridades variam de fazenda à fazenda.

A fim de dar uma idéia da extensão e da multiplicidade desses serviços, examinemos o seguinte quadro, no qual se classificam todos os projetos por setores:

genheiro agrônomo Helió de Moraes, mais tarde transferido para aquela Divisão e ao qual aqui rendemos a nossa mais profunda homenagem, pelos extraordinários serviços que ele prestou à cafeicultura paulista.

A fim de formar anualmente equipes de engenheiros agrônomos, especializados em café, organizou-se recentemente, na sede do Instituto Agronômico, um Curso Pós-Graduado de Cafeicultura. Assim procedendo, os seus especialistas, além de se dedicarem à pesquisa e à experimentação, também estão sendo aproveitados, sem prejuízo à sua função primordial, para o ensino superior, a fim de prepararem turmas de agrônomos de fomento de São Paulo e de outros Estados, aos quais caberá a grande responsabilidade de prestar assistência técnica eficiente aos nossos lavradores.

Nº DE PROJETOS E SUAS REPETIÇÕES REGIONAIS	%
Botânica	11 5,4
Melhoramento e Prod. de sementes	84 44,5
Adubação	25 13,3
Sistemas de plantio e de cultivo	12 9,6
.....	5 4,3
.....	7 3,7
.....	6 3,2
.....	3 1,6
.....	2 1,6
.....	6 3,2
.....	18 9,6
SOMA:	189 100,0

ção de sementes selecionadas e ao estudo de práticas de instalação e de manutenção de lavouras.

hagens de Bourbon Vermelho, Bourbon Amarelo, Catuaí e de Mundo Novo já em ampla distribuição em São Paulo, Paraná e outros Estados cafeeiros, que vêm demonstrando grande amplitude de adaptação regional e excelente produtividade. Graças à política seguida pelo Instituto a partir de 1942, de se distribuir anualmente pequenas partidas de sementes a grande número de lavradores, aconselhando-os a com elas plantar pequenos campos isolados de aumento, São Paulo já produz, anualmente, apreciável volume de sementes selecionadas, avaliadas, no presente ano, em mais de 100 toneladas, suficientes para plantar em torno de 50 milhões de cafeeiros! Com os campos de cooperação, instalados pela Divisão de Fomento Agrícola, esta produção ainda aumentará muito mais no futuro.

Mas a boa semente não chega. É preciso também oferecer às plantas de boa constituição genética um meio ambiente favorável para que se produza, economicamente, o máximo por unidade de área. Também nesse particular já são amplamente aplicados pelos lavradores os ensinamentos derivados dos trabalhos experimentais do Instituto. Estes se referem à instalação de viveiros; aos métodos de semeadura e transplantio; às distâncias de plantações; aos sistemas de combate à erosão; à adubação orgânica, mineral e verde; à disposição das mudas nas "covas"; aos métodos de cultivo e sua mecanização parcial; à irrigação artificial; aos métodos de colheita e, finalmente, aos sistemas de preparo do produto.

ORIENTAÇÃO DADA PELO INSTITUTO

Além de responder às inúmeras consultas de lavradores e de orientar, principalmente nas proximidades das suas Estações Experimentais (em particular em Campinas) a instalação de lavouras modelo, o Instituto vem prestando ampla orientação aos agrônomos Regionais da Divisão de Fomento Agrícola, tendo, para melhor coordenar esta assistência técnica, destacado, há alguns anos, e sadoso en-

Apesar de já possuímos larga soma de dados, derivados da experimentação, numerosos problemas ainda aguardam solução, o que exige que o Instituto Agronômico prossiga com afinco nos seus trabalhos, ampliando-os cada vez mais. O principal é que não lhe faltem recursos financeiros. Esperemos que as futuras dotações orçamentárias do Estado sejam amplas; que o Ministério da Agricultura reconheça a utilidade nacional destes trabalhos, assistindo-os financeiramente; que o Novo Instituto Brasileiro do Café constitua exercendo a sã política de lhe fornecer recursos extraordinários e, finalmente, que os próprios lavradores de café, para os quais o Instituto desenvolve o melhor dos seus esforços, bem como a indústria e o comércio, que têm o seu esteio mestre no café, também o auxiliem com contribuições diretas ao seu "Fundo de Pesquisas".

Gracias aos atuais preços compensadores à diminuição gradativa de terras virgens que se prestam ao cultivo de café; à existência de linhagens altamente produtivas e de uma orientação técnica segura, passamos lentamente da fase da "invasão" cafeeira à da consolidação da nossa principal cultura. Esta se processa pela seleção e recuperação de lavouras ve-

lhas e pela implantação de culturas novas, em bases rigorosamente técnicas, tudo dentro de um conceito equilibrado de atividades agro-pecuárias, cujas peculiaridades variam de fazenda à fazenda.

Nº DE PROJETOS E SUAS REPETIÇÕES REGIONAIS	%
Botânica	11 5,4
Melhoramento e Prod. de sementes	84 44,5
Adubação	25 13,3
Sistemas de plantio e de cultivo	12 9,6
.....	5 4,3
.....	7 3,7
.....	6 3,2
.....	3 1,6
.....	2 1,6
.....	6 3,2
.....	18 9,6
SOMA:	189 100,0

ção de sementes selecionadas e ao estudo de práticas de instalação e de manutenção de lavouras.

hagens de Bourbon Vermelho, Bourbon Amarelo, Catuaí e de Mundo Novo já em ampla distribuição em São Paulo, Paraná e outros Estados cafeeiros, que vêm demonstrando grande amplitude de adaptação regional e excelente produtividade. Graças à política seguida pelo Instituto a partir de 1942, de se distribuir anualmente pequenas partidas de sementes a grande número de lavradores, aconselhando-os a com elas plantar pequenos campos isolados de aumento, São Paulo já produz, anualmente, apreciável volume de sementes selecionadas, avaliadas, no presente ano, em mais de 100 toneladas, suficientes para plantar em torno de 50 milhões de cafeeiros! Com os campos de cooperação, instalados pela Divisão de Fomento Agrícola, esta produção ainda aumentará muito mais no futuro.

Mas a boa semente não chega. É preciso também oferecer às plantas de boa constituição genética um meio ambiente favorável para que se produza, economicamente, o máximo por unidade de área. Também nesse particular já são amplamente aplicados pelos lavradores os ensinamentos derivados dos trabalhos experimentais do Instituto. Estes se referem à instalação de viveiros; aos métodos de semeadura e transplantio; às distâncias de plantações; aos sistemas de combate à erosão; à adubação orgânica, mineral e verde; à disposição das mudas nas "covas"; aos métodos de cultivo e sua mecanização parcial; à irrigação artificial; aos métodos de colheita e, finalmente, aos sistemas de preparo do produto.

ORIENTAÇÃO DADA PELO INSTITUTO

Além de responder às inúmeras consultas de lavradores e de orientar, principalmente nas proximidades das suas Estações Experimentais (em particular em Campinas) a instalação de lavouras modelo, o Instituto vem prestando ampla orientação aos agrônomos Regionais da Divisão de Fomento Agrícola, tendo, para melhor coordenar esta assistência técnica, destacado, há alguns anos, e sadoso en-

Apesar de já possuímos larga soma de dados, derivados da experimentação, numerosos problemas ainda aguardam solução, o que exige que o Instituto Agronômico prossiga com afinco nos seus trabalhos, ampliando-os cada vez mais. O principal é que não lhe faltem recursos financeiros. Esperemos que as futuras dotações orçamentárias do Estado sejam amplas; que o Ministério da Agricultura reconheça a utilidade nacional destes trabalhos, assistindo-os financeiramente; que o Novo Instituto Brasileiro do Café constitua exercendo a sã política de lhe fornecer recursos extraordinários e, finalmente, que os próprios lavradores de café, para os quais o Instituto desenvolve o melhor dos seus esforços, bem como a indústria e o comércio, que têm o seu esteio mestre no café, também o auxiliem com contribuições diretas ao seu "Fundo de Pesquisas".

Gracias aos atuais preços compensadores à diminuição gradativa de terras virgens que se prestam ao cultivo de café; à existência de linhagens altamente produtivas e de uma orientação técnica segura, passamos lentamente da fase da "invasão" cafeeira à da consolidação da nossa principal cultura. Esta se processa pela seleção e recuperação de lavouras ve-

lhas e pela implantação de culturas novas, em bases rigorosamente técnicas, tudo dentro de um conceito equilibrado de atividades agro-pecuárias, cujas peculiaridades variam de fazenda à fazenda.

Nº DE PROJETOS E SUAS REPETIÇÕES REGIONAIS	%
Botânica	11 5,4
Melhoramento e Prod. de sementes	84 44,5
Adubação	25 13,3
Sistemas de plantio e de cultivo	12 9,6
.....	5 4,3
.....	7 3,7
.....	6 3,2
.....	3 1,6
.....	2 1,6
.....	6 3,2
.....	18 9,6
SOMA:	189 100,0

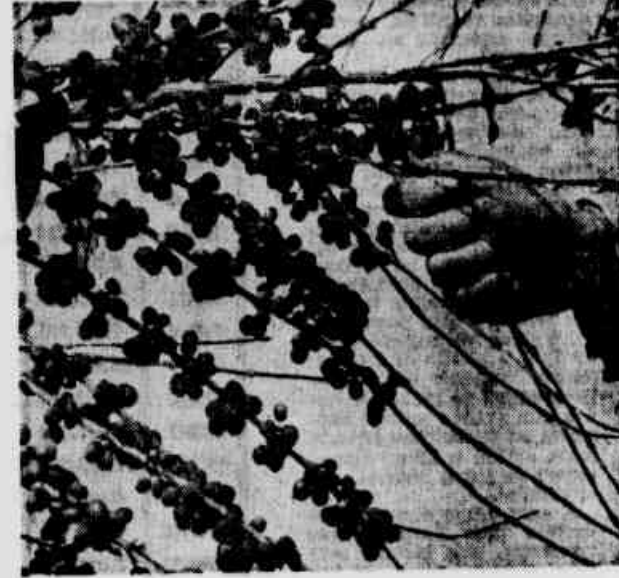
ção de sementes selecionadas e ao estudo de práticas de instalação e de manutenção de lavouras.

hagens de Bourbon Vermelho, Bourbon Amarelo, Catuaí e de Mundo Novo já em ampla distribuição em São Paulo, Paraná e outros Estados cafeeiros, que vêm demonstrando grande amplitude de adaptação regional e excelente produtividade. Graças à política seguida pelo Instituto a partir de 1942, de se distribuir anualmente pequenas partidas de sementes a grande número de lavradores, aconselhando-os a com elas plantar pequenos campos isolados de aumento, São Paulo já produz, anualmente, apreciável volume de sementes selecionadas, avaliadas, no presente ano, em mais de 100 toneladas, suficientes para plantar em torno de 50 milhões de cafeeiros! Com os campos de cooperação, instalados pela Divisão de Fomento Agrícola, esta produção ainda aumentará muito mais no futuro.

Mas a boa semente não chega. É preciso também oferecer às plantas de boa constituição genética um meio ambiente favorável para que se produza, economicamente, o máximo por unidade de área. Também nesse particular já são amplamente aplicados pelos lavradores os ensinamentos derivados dos trabalhos experimentais do Instituto. Estes se referem à instalação de viveiros; aos métodos de semeadura e transplantio; às distâncias de plantações; aos sistemas de combate à erosão; à adubação orgânica, mineral e verde; à disposição das mudas nas "covas"; aos métodos de cultivo e sua mecanização parcial; à irrigação artificial; aos métodos de colheita e, finalmente, aos sistemas de preparo do produto.

ORIENTAÇÃO DADA PELO INSTITUTO

Além de responder às inúmeras consultas de lavradores e de orientar, principalmente nas proximidades das suas Estações Experimentais (em particular em Campinas) a instalação de lavouras modelo, o Instituto vem prestando ampla orientação aos agrônomos Regionais da Divisão de Fomento Agrícola, tendo, para melhor coordenar esta assistência técnica, destacado, há alguns anos, e sadoso en-



Carga de café tratado com os modernos métodos de agricultura nacional, de que tem sido propagador inextinguível o Instituto Agronômico de São Paulo



Um dos viveiros de café da Estação Experimental Central de Campinas.



Os cafeeiros já crescidos, são transportados dos jacás para os barris, onde permanecem para novas experimentações.

Experiência de adubação em vasos no interior de estufas

LIMA NOGUEIRA S/A COMERCIAL E EXPORTADORA

MANTEM SITUAÇÃO DESTACADA ENTRE AS GRANDES FIRMAS DO PORTO DE SANTOS

Herdeira de um passado de luta e de pioneirismo

A atual sociedade anônima Lima Nogueira, é herdeira de um passado de lutas e pioneirismo, pois, a terceira geração que a dirige, é sucessora de Telles Netto, fundadora em 1881 por Antonio Carlos da Silva Telles e Domingos Netto.

Andava o jovem Antonio Telles a sonhar, indeciso, acerca da possibilidade da abertura de uma casa comercial em Santos, quando um dia foi sobressaltado por um inesperado acontecimento: abandonada a loteria o havia favorecido com a sorte de 8 contos de réis! Quanta nova esperança e confiança despertaram no seu pensamento. Sentia-se rico em dinheiro e em coragem. Não mais hesitou. Tratou, sem demora, de realizar o seu velho sonho. Foi assim que Antonio Carlos da Silva Telles dispôs-se a ingressar no comércio cafeeiro. Podia antever-se o sucesso de sua iniciativa, porquanto já trazia boa bagagem de um intenso círculo de amizades, consequente da estabilidade, competência e honestidade que sempre pusera no desempenho de suas funções. De fato, superando a melhor das expectativas, foi logo boa a receptividade obtida que resolveu convidar seu colega Domingos Luiz Netto para associar-se ao novo e grande empreendimento. Ambos antigos auxiliares do Banco Mauá, conquistaram, um como viajante e outro como gerente da filial de Campinas, sólida reputação entre a clientela do interior do estabelecimento bancário. A convocação foi de imediato correspondida e a satisfação do seu acolhimento bem atestam as palavras proferidas então: "foi um dos dias mais felizes da minha vida aquele em que recebi e li a carta do Telles, propondo-me sociedade na firma comercial".

Entregando-se, afanosamente, de corpo e alma ao novo ramo que haviam abraçado deliberaram, em vista do crescente aumento dos negócios, convidar dois velhos amigos campestres para companheiros da grande jornada. — Atendendo a essas novas circunstâncias foi que ingressaram na já constituída casa — José Paulino Nogueira e Bento Quirino dos Santos, a qual passou então a girar sob a razão social de Telles, Netto & Cia., isto, no longínquo passado de 26 de Abril de 1883. Divididas com grande senso e harmonia as atribuições de cada sócio, pôde a firma desenvolver de forma notável suas atividades.

A esse tempo o commissario exercia uma função quase patriarcal, cuja história está desafiando a argúcia de um estudioso. Não se levava em conta o caráter comercial, sua precípua finalidade, era o commissario uma espécie de orientador privado dos seus comitentes, além de cuidar com zelo do bem estar do fazendeiro e de sua família.

Em nosso velho arquivo, é interessante o manuseio das contas correntes de então, nas quais se vêem lançadas, entremeadas com as despesas do custeio dos cafezais, contas de colégio, compra de enxoval, encomendas de serviço de porcelana e baixelas de prata; pipas de vinho, caixas de bacalhau, calçados etc. O commissario fazia, na verdade, as vezes de banqueiro, que abria uma conta sem garantia, ao seu comitente, fidedigno apenas na sua honrabilidade. Não havia sequer uma letra de Cambio para assegurar as transações, e repousava sua tranquilidade em uma simples troca de correspondência. Esses fatos que fazem honra aos nossos antepassados, espelham fielmente uma época na qual valiam, como se fora um juramento sagrado, a palavra empenhada e a entrega do famoso fio de barba.

Mas, além de banqueiro se encarregava de toda a ordem de serviço, na cidade, para seus clientes no interior. Assim é que teve uma influência muito grande na cultura da mocidade, pois além de procurar colocar nos melhores colégios os filhos de fazendeiros, ainda exercia, espontaneamente, um certo controle repressivo de carinho na meninada afastada do convívio dos pais. — Foram inúmeros os rapazes que através da colaboração do commissario iniciaram e outros completaram seus estudos na América e Europa. Inefável essa quase que inviável para o homem da época, que, afastado da civilização citadina, morava dia e noite na aventureira agricultura, e, portanto, deslocado para cuidar, como seria seu desejo, do alimento espiritual da população.

Utilizando o crédito de confiança e financeiro dispensado pelas casas de Santos foi que se tornou a maioria das grandes propriedades no interior de São Paulo, nos fins do século passado e princípios desta.

to & Cia., sendo que determinadas zonas, entre as quais cumpre destacar Jau e Ribeirão Preto, foram em grande parte criações dos quatro grandes negociantes. Tiveram eles, contudo, larga compensação do seu trabalho, e anos houve em que o re-

cebimento de cafés em consignação, atingiu cifras ao redor de um milhão de sacas. E, mais ainda do que o sucesso comercial, alcançaram eles um galardão muito maior: — a consideração, o respeito e o renome de homens ilibados.

Além dos antigos fundadores e dos atuais diretores, fizeram parte da Organização: — José Paulino Nogueira Filho, Thadeu Nogueira, Armando dos Santos Dias, Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho, Esau Guim-

rães, Roberto Alves de Lima, Octaviano Alves de Lima, José Vicente Lassala Freire e Ruy de Castro Bicudo. Atualmente, a Sociedade, sob a segura orientação do senhor Joaquim Bento Alves de Lima, que pelo espaço de 55 anos vem prestando sua

sábia colaboração, prossegue sua rota, sempre inspirada na tradição legada pelos antepassados. Além do Presidente, são Membros da Diretoria os acionistas seguintes: Jayme Nogueira da Silva Telles, José Nogueira da Silva Telles, Sil-

vio Alves de Lima, Luis Afonso Cardozo de Mello de Alvares Otéro. Antes de terminarmos este pequeno histórico, julgamos ser interessante alinhar alguns dados sobre os volumes de café manipulados pela firma desde a sua fundação.

Recebimento do interior para o porto de Santos — 17.770.764 sacas. Exportação para o exterior — 8.780.827 sacas. E de considerar que o nosso departamento de exportação, só foi instalado no ano de 1909.

QUADRO ESTATÍSTICO DAS ENTRADAS E VENDAS DE CAFÉ

— NA —

PRAÇA DE SANTOS

(de 1880 a 1953)

LIMA, NOGUEIRA S/A. Comercial e Exportadora, sucessora de TELLES, NETTO & Cia. — TELLES, QUIRINO & NOGUEIRA — FREITAS, LIMA, NOGUEIRA & Cia. — LIMA, NOGUEIRA & Cia.

CASA FUNDADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1881 — ESTABLISHED NOVEMBER 8th 1881

Entradas em Santos		Embarcado em Santos	Extremos do Preço			Extremos do Cambio				Existência em 30 de Junho (Sacas de 60 kg.)			Consumo mundial		
Sacas de 60 kg.	Média de preço por kg.		Valor em Re\$ (1942/43 valor em Dó)	New York Termo Rio 7 por Libra	New York Termo Santos Tipo 4 por Libra	Navio em Franco por 50 kg.	Sobre Londres	Sobre Paris	Sobre Hamburgo	Sobre New York	Em Santos	No Mundo		Requisitos estatísticos e vagões Santos Santos	
July 1st to June 30	ARRIVALS IN SANTOS	Average Price	Value in Re\$ (1942/43 value in Dó)	SHIPPED THROUGH SANTOS	EXTREME OF PRICE	EXTREME OF EXCHANGE	EXTREME OF EXCHANGE	On London	On Paris	On Hamburgo	On New York	SANTOS	WORLD	Regulating warehouses & railroads	World's Consumption
1880/1	1.125.913	\$404	27.292.178\$600	1.204.228	10.25-18.20	62-80	19 7/8-24	397-480	490-592			42.000			
1881/2	1.723.332	\$366	87.844.370\$790	1.824.486	8.10-10.75	49-65	20 1/2-23 1/2	410-461	506-569			180.000			1880/81
1882/3	1.967.881	\$327	88.508.825\$290	1.887.846	6.65-9.70	41-58	20 1/2-22	438-474	535-585			280.000			1889/90
1883/4	1.871.516	\$437	49.071.148\$390	1.929.089	8.75-11.85	53-71	21 1/2-22 1/2	428-454	529-560			223.000			media anual
1884/5	2.094.721	\$390	49.016.471\$400	2.165.116	7.50-8.95	45-64	19 1/2-22 1/2	428-454	529-560			195.000			
1885/6	1.668.980	\$399	89.955.881\$200	1.637.176	7.50-8.85	45-50	17 1/2-22 1/2	424-541	528-568			140.000			yearly average
1886/7	2.583.458	\$576	89.284.308\$400	2.478.498	7.50-22.25	52-123	20 1/2-23	414-469	512-571			255.000	4.181.000		10.012.000
1887/8	1.120.145	\$564	87.905.706\$800	1.209.887	9.00-19.60	67-118	20 1/2-25 1/2	380-474	469-585			95.000	2.503.000		
1888/9	2.634.996	\$501	79.207.978\$760	2.645.706	9.50-18.00	74-109	25 1/2-28	340-380	420-489			194.000	3.686.000		
1889/90	1.870.202	\$588	65.380.726\$560	2.041.578	18.00-18.80	82-118	20 1/2-27 1/2	344-471	425-581			50.000	2.417.000		
1890/1	2.932.829	\$785	189.084.666\$900	2.048.827	18.10-18.80	97-139	18-24 1/2	389-596	480-786			56.000	1.888.800		
1891/2	6.686.084	\$5004	222.048.700\$160	6.686.084	10.80-17.25	79-102	10 1/2-17 1/2	541-919	668-1.185			187.000	2.966.330		1890/91
1892/3	8.255.980	\$184	231.301.267\$200	8.412.889	11.75-17.70	89-107	10 1/2-15 1/2	615-958	758-1.777			112.000	3.091.980		1899/900
1903/4	1.686.389	\$5477	149.447.798\$180	1.778.679	12.80-17.75	95-106	9-12 1/2	775-1.059	956-1.808			40.000	2.146.160		media anual
1894/5	4.007.880	\$1389	838.978.048\$200	8.904.080	10.45-15.75	86-100	9-12	794-1.059	981-1.808			145.000	3.049.660		
1895/6	8.098.528	\$1426	264.682.255\$680	8.135.196	9.65-15.60	71-96	8 1/2-11 1/2	838-1.180	1.084-1.895			115.800	2.505.330		yearly average
1896/7	5.104.486	\$1508	836.288.57\$680	4.960.083	6.65-11.85	84-70	7 1/2-9 1/2	965-1.371	1.192-1.570			217.900	3.962.500		
1897/8	6.152.594	\$911	886.800.775\$400	6.058.891	4.60-7.80	88-48	6 1/2-8 1/2	1.225-1.686	1.518-2.089			287.700	5.412.000		
1898/9	6.689.650	\$788	968.888.08\$800	6.886.861	4.55-6.60	88-40	6 1/2-8 1/2	1.089-1.425	1.845-1.760			266.220	6.147.630		
1899/900	6.711.729	\$760	960.454.97\$800	6.742.862	4.10-6.05	81-48	6 1/2-11 1/2	858-1.880	1.058-1.705			279.230	1.725.830		
1900/1	7.978.148	\$616	294.687.550\$800	7.821.641	8.00-9.20	85-86 1/2	9 1/2-14 1/2	660-1.017	815-1.256			886.640	6.781.160		
1901/2	10.165.044	\$524	819.588.965\$60	9.781.921	4.65-8.00	88-49	9 1/2-19 1/2	751-1.008	928-1.289			832.020	11.219.160		1900/01
1902/3	9.849.783	\$462	811.458.984\$760	7.642.819	8.55-6.10	80 1/2-88 1/2	11 1/2-12 1/2	755-829	923-1.015			640.760	11.795.000		1909/10
1903/4	8.897.441	\$520	199.600.108\$200	6.587.226	8.55-9.40	29 1/2-60 1/2	11 1/2-12 1/2	762-811	942-1.002			554.811	12.241.660		media anual
1904/5	7.429.758	\$591	208.757.848\$800	7.174.557	6.80-8.80	40 1/2-60 1/2	12 1/2-16 1/2	688-790	720-975			814.565	11.153.630		
1905/6	6.982.886	\$449	188.118.921\$400	7.280.182	6.80-8.10	43 1/2-49 1/2	12 1/2-17 1/2	642-701	669-866			505.681	9.625.000		yearly average
1906/7	15.892.170	\$421	388.764.257\$400	18.874.118	6.05-7.90	84 1/2-49 1/2	14 1/2-15 1/2	620-652	763-805			1.948.058	16.399.954		16.344.000
1907/8	7.308.809	\$411	177.645.299\$400	8.515.244	6.20-6.60	85 1/2-45	15 1/2-15 1/2	626-631	779-780			702.414	14.126.000		
1908/9	9.588.248	\$390	228.071.886\$200	9.881.867	4.95-7.80	86 1/2-46	15 1/2-15 1/2	631-635	780-788			458.868	12.835.000		
1909/10	11.495.419	\$416	286.925.605\$240	10.278.215	6.10-7.25	88-48 1/2	15 1/2-16 1/2	630-684	769-789			2.030.516	13.731.000		
1910/11	8.110.145	\$387	268.689.806\$900	8.440.495	6.65-11.84	45 1/2-74	16 1/2-18 1/2	530-608	659-742			605.284	11.085.000		
1911/12	9.979.264	\$794	475.078.752\$560	9.143.686	10.40-15.15	67-90	16-16 1/2	589-597	727-786			1.850.485	10.965.000		1910/11
1912/13	8.584.797	\$796	310.008.904\$720	8.890.892	9.12-14.62	58 1/2-90	16 1/2-16 1/2	588-596	725-786			1.153.175	10.208.000		1919/20
1913/14	10.855.454	\$574	878.861.885\$760	11.308.845	8.24-11.75	55 1/2-74 1/2	15 1/2-16 1/2	599-610	736-754			608.356	11.289.000		media anual
1914/15	9.497.558	\$470	267.830.994\$800	9.641.699	6.28-9.20	47-60	10 1/2-16	598-990	780-1.300			601.095	7.538.000		
1915/16	11.744.491	\$530	388.474.818\$800	11.445.538	6.90-9.21	49 1/2-75 1/2	11 1/2-18 1/2	680-800	770-900			773.872	7.691.000		yearly average
1916/17	9.808.044	\$643	878.201.437\$520	9.611.620	7.25-9.87	70-94	16 1/2-18 1/2	685-744	710-815			888.941	7.778.000		17.830.000
1917/18	12.145.980	\$485	858.888.868\$800	7.856.862	6.67-9.70	98 1/2-109 1/2	12 1/2-18 1/2	648-710				5.638.756	11.775.000		
1918/19	7.897.560	\$5263	560.587.095\$800	7.838.887	8.08-24.65	100-202	11 1/2-14 1/2	545-780				4.950.689	10.215.454		
1919/20	4.154.408	\$5636	408.778.288\$800	7.581.045	11.75-23.10	177-240	14 1/2-18 1/2	323-565	43-255	3580-48100		1.312.957	6.750.000		18.462.000
1920/21	10.509.867	\$5039	655.180.108\$780	8.878.880	6.17-15.75	96-190	6 1/2-8 1/2	338-785	71-135	38970-93350		2.836.746	8.700.000		
1921/22	8.178.464	\$5710	859.110.406\$400	8.558.764	6.20-10.55	108-193	6 1/2-8 1/2	585-775	21-132	68900-93430		2.528.621	8.639.000		19.717.000
1922/23	6.811.925	\$5320	948.219.960\$800	8.278.208	7.10-12.60	197-268	5 1/2-7 1/2	510-668	0.08-20	78150-95620		1.079.019	5.311.000		19.162.000
1923/24	10.825.877	\$5785	1.786.470.758\$700	10.129.760	6.78-14.64	185-580	4 1/2-6 1/2	800-668		78850-118500		1.637.905	5.026.000		22.036.000
1924/25	8.886.858	\$48020	1.145.990.948\$800	8.018.187	11.80-25.25	350-542	4 1/2-6 1/2	416-688		82200-108600		1.618.568	5.017.000		20.506.000
1925/26	9.079.487	\$2859	1.457.486.892\$800	9.482.606	12.40-20.45	450-920	5 1/2-7 1/2	178-440	1.500-2.050	68160-95230		1.221.837	4.464.000		21.705.000
1926/27	9.479.138	\$2551	1.450.876.096\$800	9.871.787	11.07-18.29	599-1160	5 1/2-7 1/2	180-340	1.500-2.120	65160-85600		860.353	4.418.000		8.312.067
1927/28	10.254.852	\$3016	1.885.637.537\$920	10.000.415	10.99-16.00	416-592	5 1/2-6 1/2	828.5-386	1.990-2.040	85190-88140		1.108.209	5.305.000		11.672.145
1928/29	8.888.787	\$3060	1.681.054.118\$800	8.808.400	12.47-17.85	454-589	5 1/2-11 1/2	827-335	2.000-2.040	86220-85400		1.168.453	5.335.000		8.354.402
1929/30	9.888.784	\$5817	1.050.814.780\$680	9.586.494	6.78-15.27		5 1/2-6 1/2	380-369	2.010-2.240	88945-93220		1.008.504	5.573.000		21.209.730
1930/31	11.781.875	\$5681	1.146.987.034\$800	10.097.578	4.41-7.89	7.40-13.10	8 1/2-5 1/2	249-627	2.123-3.761	85670-158600		1.234.412	6.394.000		18.567.850
1931/32	18.236.890	\$5330	1.215.100.502\$800	9.683.284	4.08-6.95	6.71-9.72	8 1/2-5	512-642	2.940-8.870	128850-158850		1.266.855	6.702.000		10.564.021
1932/33	8.929.490	\$5350	728.225.148\$800	6.550.881	4.86-8.80	7.00-14.75	4 1/2-5 1/2	594-685	3.190-4.190	128820-128960		1.455.411	6.501.000		8.016.616
1933/34	11.162.420	\$5470	1.087.445.444\$800	11.322.485	6.25-8.95	109-185	4 1/2-5 1/2	665-780	4.070-4.745	108710-168157		2.425.369	8.326.000		2.860.928
1934/35	9.811.856	\$5745	974.898.978\$200	9.226.225	4.69-8.60	7.80-11.84	106 1/2-165 1/2	971.128-877.128	3.893-7.690	128615-168340		2.104.486	7.541.000		5.029.164
1935/36	10.526.428	\$5685	1.064.221.971\$800	10.578.847	4.94-5.77	7.15-9.20	108 1/2-130	271.128-2391.128	6.921-7.625	148800-168225		1.931.110	8.130.000		6.874.268
1936/37	8.563.158	\$52820	1.171.440.014\$800	8.757.986	8.00-8.20	7.96-11.60	106-217	271.128-2391.128	6.85-1.120	138748-158288		2.119.033	7.911.000		25.045.000
1937/38	10.189.882	\$52125	1.291.912.45												



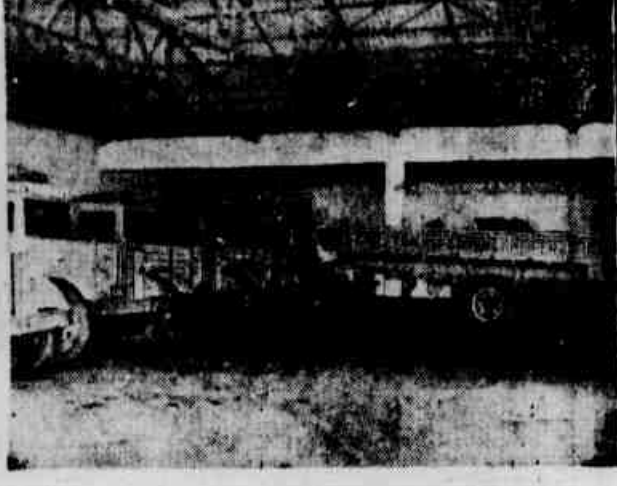
Ensaçamento, pesagem, misturador e costura na subsidiária Cia. Cruzeiro de Armazens Gerais.



Classificação do café na firma Leme Ferreira Comissária e Exportadora, em Santos.



Aspecto de um dos armazéns da Cia. Cruzeiro de Armazens Gerais, em Santos.



Garage da subsidiária Transportes Leme Ferreira, na cidade de Santos.

COMPANHIA LEME FERREIRA COMISSÁRIA E EXPORTADORA

PRODUZINDO DIVISAS E CONCORRENDO PARA O FORTALECIMENTO DA FINANÇA NACIONAL

DE COMERCIANTES DE CAFÉ A CONSTRUTORES DE CIDADES NO EXTREMO NORTE DO PARANÁ

SANTA IZABEL DO IVAI, ERGUE-SE NA ÚLTIMA REGIÃO CAFEIEIRA PARANAENSE — INCORPORANDO RIQUEZAS A UMA REGIÃO QUE HOJE REPRESENTA A MAIS VIVA REALIDADE BRASILEIRA

A Companhia Leme Ferreira Comissária e Exportadora foi fundada em plena Primeira Grande Guerra Mundial. Apesar das dificuldades internacionais, a posição interna do café era boa. Desde 1908 que as safras paulistas vinham crescendo e em 1916, ocasião em que foi fundada a firma, as colheitas eram satisfatórias.

Contudo, esse período de bonança do café foi interrompido pelas geadas de 1918, que causaram graves prejuízos à maior riqueza agrícola do país. A firma, fundada a 1.º de julho de 1916, tinha o capital inicial de 700 contos e seus fundadores foram: Tarquino Ferreira da Silva, Jacobus de Lange, holandês domiciliado em

Londres; Francisco Ferreira Ramos, Antonio Piraes, belga; José Ferreira da Silva, João Franco de Godoy e Mario de Campos Cunha.

Superadas as dificuldades provenientes das geadas e terminada a guerra a 6 de setembro de 1919, o capital da firma foi elevado para mil contos.

Mais tarde, o presidente Epitácio Pessoa deu novo impulso às culturas cafeeiras e a situação manteve-se equilibrada. Os negócios desenvolviam-se num ritmo mais ou menos regular até a grande crise de 1929, que ainda está bem viva na memória dos cafeicultores nacionais.

Superada a crise, veio um novo período estável e as safras alcançaram elevados índices de produção até 1941-42, quando começou a queda do volume de produção.

Com o desenvolvimento dos negócios, ampliaram-se também as atividades decorrentes do aumento da exportação de café pela firma. Assim é que, em 1939, foi organizada a Cia. Cruzeiro de Armazens Gerais, com um capital de dois milhões de cruzeiros, hoje aumentado para 10 milhões. Em 1939 criou-se a S/A. Horacio Ferreira Comissária e Mercantil, com um capital de 900 mil cruzeiros atualmente elevado para 15 milhões e, em 1946, a Empresa de Transportes Leme Ferreira S/A. com um capital de 3 milhões. A firma H. Ferreira & Filhos também foi organizada, com um capital de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, para tratar da parte agrícola, instalada na Fazenda de São José, em Bragança. Todas as firmas têm a mesma Diretoria, que é a seguinte:

Horacio Ferreira da Silva — diretor-presidente — desde 1925.

Tarquino Marques Ferreira — diretor-superintendente — desde 1932.

Alberico Marques da Silva — diretor-gerente — desde 1934.

Horacio Ferreira da Silva Junior — diretor-gerente — desde 1946.

Persio Marques da Silva — diretor-gerente — desde 1946.

Além de comerciantes de café, possuem duas fazendas em São Paulo e no Paraná. A primeira, com cerca de 150 mil pés, situada no município de Bragança e a outra no Norte do Paraná, com um milhão de pés, sendo a parte ideal 50 por cento.

SANTA IZABEL DO IVAI

Animados com o grande surto de progresso verificado nos últimos anos no Norte do Paraná, e ante as inúmeras possibilidades que se abriam naquela região, para a plantação de novas culturas de café, algodão e cereais não vacilaram os diretores da Cia. Leme Ferreira em tomar a peito um grande empreendimento de colonização nas barrancas do rio Paraná. Assim em 1950, adquiriram uma grande gleba de 15.000 alqueires de ótimas terras para cultura, a oitenta quilômetros além de Paranavai, e a vinte e cinco do rio Paraná. Toda

a região além de Paranavai, não passava de uma imensa floresta, cujos meios de comunicação se faziam somente através de picadas, dentro das matas virgens, abundantes em ótimas madeiras de lei, principalmente peroba e cedro. Impunha-se então a construção de uma estrada e esta foi construída pela firma numa extensão de quase cento e vinte quilômetros, ligando Santa Izabel do Ivaí e Paranavai e ao Porto Horacio, no rio Paraná. Para a construção da estrada, que levou mais de um ano, foram empregadas grandes máquinas, tais como tratores "Caterpillars" D8, D4, e uma motoniveladora, todas importadas diretamente pela firma dos Estados Unidos. A estrada, cujo leito é de 12 metros de largura, como não podia deixar de ser, trouxe enorme prosperidade para toda a região, e é hoje famosamente conhecida como a Via Leme Ferreira. Deu-se assim o início à colonização e nasceu então a pequena cidade de Santa Izabel do Ivaí, hoje elevada a município pelo Governo do Paraná. Com a instalação de água e luz, serraria e cerâmica, um campo de aviação, e suas



Aspecto de um pé de café em franca produção em Santa Izabel do Ivaí, no Norte do Paraná.

largas avenidas de trinta metros de largura, Santa Izabel do Ivaí tornou-se logo uma cidade de futuro. O interesse para plantar e construir excedeu todas as expectativas. Só a firma plantou mais de meio milhão de cafeeiros. Hoje Santa Izabel do Ivaí é uma realidade e nada pode impedir o grande futuro que lhe está reservado. Em apenas três anos de existência, já conta com mais de 200 casas, um grupo escolar frequentado por mais de 150 alunos, uma igreja, um cinema, um hospi-

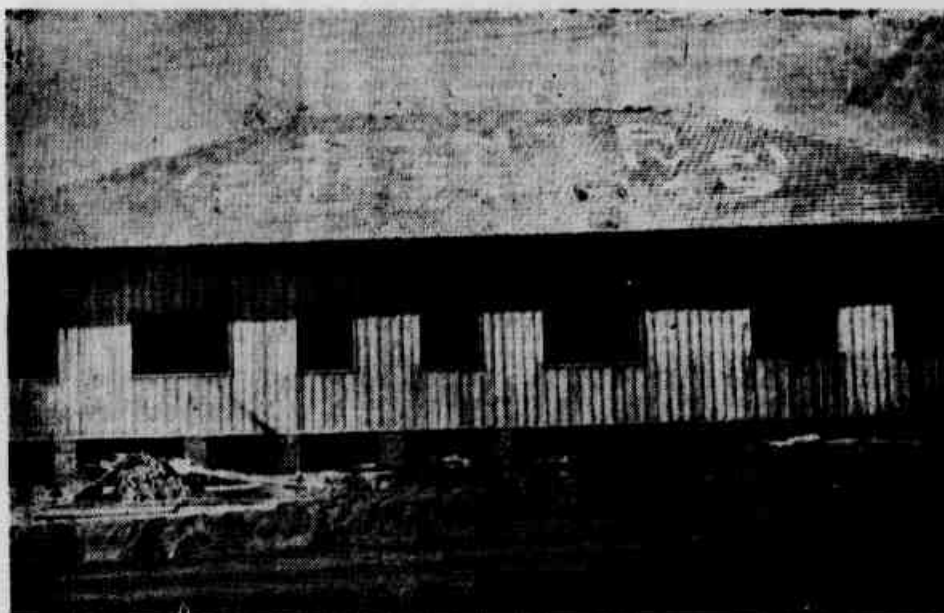
tal, campo de aviação com linha regular, estação de rádio — comunicação com São Paulo e Londrina — e o seu comércio é bastante prospero, tudo indicando que será o centro abastecedor de toda a região. Com as grandes plantações de café e cereais iniciadas na região, o município de Santa Izabel do Ivaí, será dentro em breve o grande centro produtor de divisas que virão fortalecer a economia nacional. Santa Izabel do Ivaí representa, pois, a mais viva realidade brasileira.



O café pronto para o embarque



Trecho da rodovia Santa Izabel do Ivaí-Paranavai

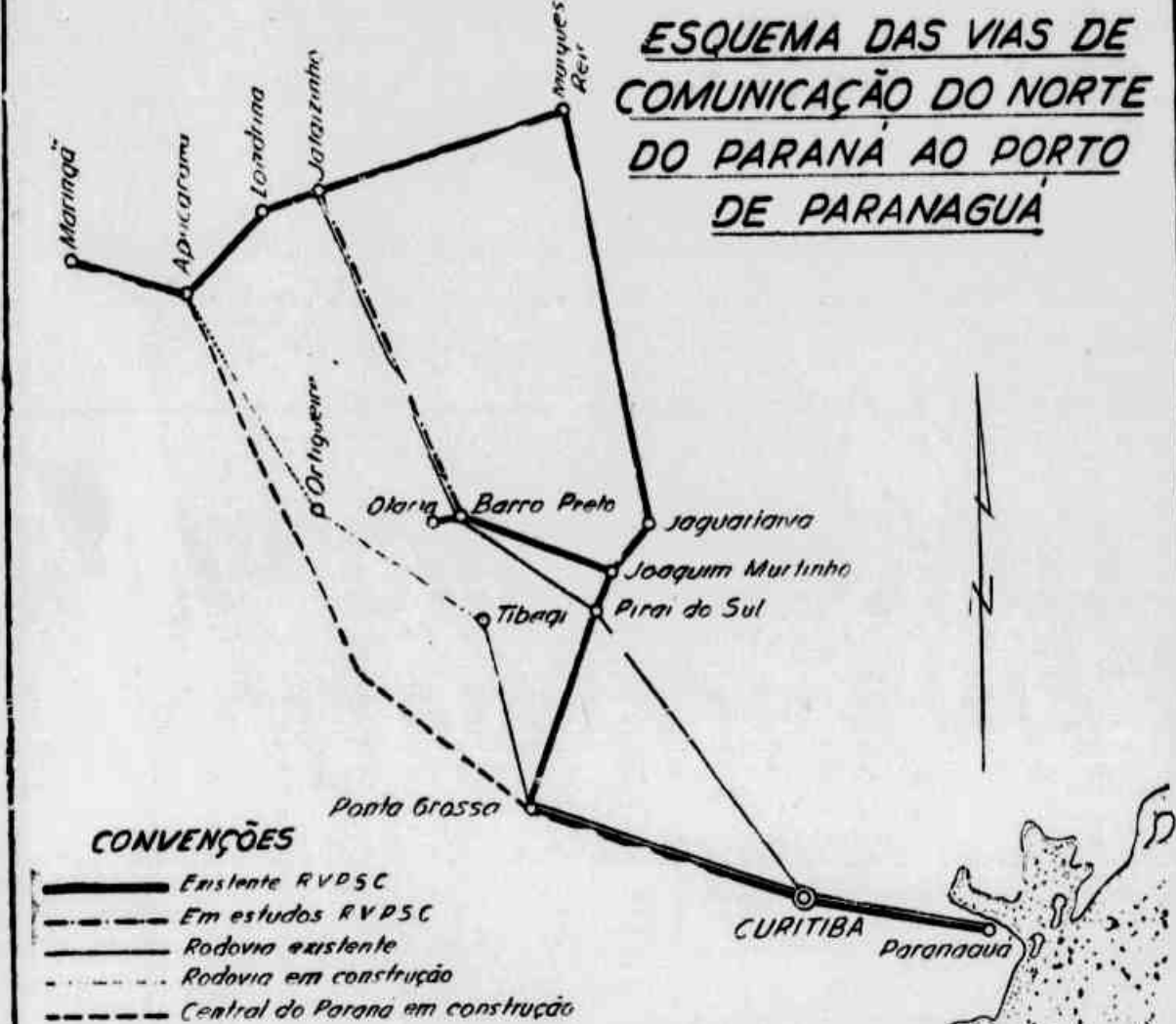


As construções em Santa Izabel do Ivaí multiplicam-se dia a dia



Cafetal de três anos em Santa Izabel do Ivaí

ESQUEMA DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ AO PORTO DE PARANAGUÁ



OS CAMINHOS DO CAFÉ DO PARANÁ

Reaparelhamento da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina — Aquisição de 20 locomotivas e 200 vagões metálicos — Eletrificação do trecho Ponta Grossa-Paranaguá — Construção de armazéns nos pontos estratégicos para o escoamento da produção cafeeira

O porto brasileiro mais próximo da zona cafeeira paranaense, tomando Londrina como centro de influência, é Paranaguá.

Entretanto, por conjunturas estratégicas, a estrada de ferro, no Paraná não teve, de início, como finalidade, buscar a fonte de produção para ligar ao centro consumidor. A antiga Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande estabeleceu a ligação centro-sul, de características eminentemente estratégicas, para a época. A linha de São Francisco, cujo projeto primitivo era dar um porto marítimo ao Paraná, acabou em Porto União, a meio caminho do trecho São Francisco-Foz de Iguaçu e transformou-se, modernamente, em via de escoamento, para o grande porto catarinense, da produção da rica zona oeste daquele Estado, zona no mesmo tempo industrializada e agrícola.

Enquanto isso, no Paraná, os franceses da Estrada de Ferro do Paraná ligavam os portos de Paranaguá e Antonina à capital paranaense e a Ponta Grossa, centro coletor da produção paranaense.

Do deslocamento dos cafeeiros para o sul veio mostrar a importância econômica da São Paulo-Paraná, que se estabeleceu justamente na zona mais propícia à cultura da rubiácea.

O café paranaense escoava-se atualmente pelos portos de Santos e Paranaguá. Para atingir o principal porto paranaense, por ferrovia, descreve um enorme Z de 889 quilômetros de extensão, marchando de oeste para leste, de norte para sul e novamente de oeste para leste.

De Vição Paraná-Santa Catarina, por um lado, contrabalançava a extensão do caminho a percorrer

O conhecimento mais acurado da região norte do Paraná, o desbravamento do oeste paranaense, o impressionante surgir de novas cidades, a chegada incessante de novas levas de imigrantes nacionais e estrangeiros, fez com que os responsáveis pelos negócios públicos procurassem melhor atender a região tão procurada.

Dai ter o governo paranaense, primeiro, ligado Curitiba a Jataizinho, através da rodovia do Cerne, hoje, obsoleta e, mais tarde, ter lançado outra estrada de rodagem de Tibagi a Apucarana, via Ortigueira, e ainda a Estrada de Ferro Central do Paraná, que visa ligar Ponta Grossa a Apucarana.

Esses três últimos meios de comunicação, ainda não concluídos, fazem com que os cafeicultores, para escoarem seu produto, contem apenas com a ferrovia e a estrada do Cerne. Esta oferece, em Barro Preto, estação ferroviária do ramal de Monte Alegre, mais um ponto de embarque de café pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. E como que um sangradouro para aliviar do congestionamento a linha Ourinhos-Marília, e de que a Rede já se vem utilizando com reais proveitos.

Enquanto as estradas em construção se arrastam morosamente, procura a R. V. P. S. C. estudar uma ligação de emergência, de Barro Preto a Jataizinho, para desafogar o ramal do Paranápanema, isto é, o trecho Jaguariava-Marques dos Reis, evitando também a sinuosa linha de rampas e contrarampas que vai de Joaquim Murinho a Jaguariava.

Encarando com senso de objetividade a realidade paranaense, os administradores da R. V. P. S. C., em cuja direção se encontra o gen. Ibery de Mattos, para possibilitar o escoamento da produção cafeeira do Estado, a qual vai crescendo de ano para ano, contraiu, este ano, com o encaminha-mento direto por ferrovia até Marques dos Reis, daí a Jaguariava, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá. E também, lançando mão do transporte rodoviário até Barro Preto, carregando ali os vagões que irão até Joaquim Murinho e daí a Paranaguá.

A dieselização das linhas ao norte; o uso do carvão das minas de Lislmaco Cos-

ta, no ramal do Paranápanema; novamente o oleo Diesel entre Jaguariava e Ponta Grossa; a eletrificação na antiga linha Paraná (Ponta Grossa-Paranaguá), são outros tantos recursos de que a Rede lançará mão, e, libertando-se cada vez mais do dispêndio e raro combustível que é a lenha, oferece garantia de um tráfego rápido e eficiente.

A localização estratégica de armazéns, no Norte do Estado, funcionando como estações de recebimento de mercadorias e fornecendo aos despachantes de café conhecimentos negociáveis, e outra modalidade que em muito beneficiará os cafeicultores. Ao lado de regularização do escoamento da safra, oferecerá aos clientes da Rede a vantagem da transação imediata dos conhecimentos.

Todos aqueles que conhecem o Norte do Paraná e o que se dedica ao plantio de café, são unânimes na previsão de que cedo passará o mais jovem Estado da Federação a liderar os demais na produção cafeeira. E enquanto cresce o café, os agricultores aproveitam o tempo plantando cereais: são milhões de sacas a buscar todos os anos os grandes centros de consumo.

Dai a necessidade que teve a Rede de reaparelhamento, para não ser tomada de surpresa. Com toda a urgência, deu-se início à reorganização da Via Permanente entre Ourinhos-Apucarana, com substituição de dormentes, renovação e lançamento de lastros de pedra britada e substituição de trilhos.

Novas locomotivas em número de 20, foram adquiridas; cinco já estão no país. São unidades Diesel-elétricas de fabricação Baldwin-Lima-Hamilton, de 1.600 HP, potentes e rápidas. Duzentos vagões metálicos estão sendo recebidos da Fabrica Santa Matilde, e outros mais serão encomendados, dentro de um grande plano de reaparelhamento da Rede Vição Paraná-Santa Catarina, baseado em estudo de seus técnicos, revisito e reexaminado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e aprovado pelo governo. Os primeiros frutos desse plano já estão: a aquisição de 200 vagões, de locomotivas, de dormentes, de pedra britada, a reparação mecânica da linha, a construção de armazéns reguladores, a eletrificação de parte das suas linhas.

Prepara-se, pois, a Rede de Vição Paraná-Santa Catarina para dar ao café o transporte que ele merece.

Na próxima safra, que se espera avultada, já haverá sensível melhora geral das condições desse transporte. E, dentro em breve, acontecendo a safra, serão planejadas, teremos, abertos para S. M. O Café, os diversos caminhos para o porto, e dos quais dá ideia o desenho acima: SERAO OS CAMINHOS DO CAFÉ DO PARANÁ.



Flagrante apanhado quando da entrevista coletiva concedida à imprensa paranaense pelo general Ibery de Mattos, que reafirmou na ocasião, seus propósitos de reaparelhar a Rede de Vição Paraná-Santa Catarina, de maneira a atender, no menor lapso de tempo possível, ao escoamento da produção de cereais do Norte do Paraná, que reclama transporte urgente, e às necessidades básicas dos dois importantes Estados a que serve.

O grande naturalista Alexandre Von Humboldt permitira, de 2 para 3 de junho de 1800, num rancho, dentro de um cafezal situado numa das "meadas" da Silla de Caracas, de onde, com o seu rudimentar telescópio, pôde apreciar o cume da verdejante montanha venezuelana que ele chamou de "El Pico de la Parí".

Não parou a observação de que se transformou numa densa cultura, nas proximidades de Caracas, não sabemos o que mais admirar: se os troncos de dois séculos das cascas ou se os velhos cafeeiros que ali se perpetuam indelintamente.

Não menos ávara foi a formação pedagógica das mais belas culturas da Cundinamarca, na Colômbia. Em Viota, em solos com cerca de 40 cts. apenas, sua parte proveniente de andesitas e micoclistos pobres, vi. cafeeiras produtivas que já venceram mais de um século de existência, por merecer a tutela dos gnomos (in-). Essas lavras, mormente as da fazenda Florinda, ainda estão longe de apresentar sinais de decadência, em razão da presença imitativa de um velho, das belas árvores de sombra, por seu tanto folhoso.

As velhas lavras da Cundinamarca deram à Colômbia, as suas primeiras e históricas colheitas, as suas estradas de ferro, suas universidades, bem como suas primeiras fábricas. Deram-lhe também o petróleo. E depois de um século, continuam a dar "carreteras" de concreto e fábricas.

Na América Central, nos seus vários países produtores de café, notadamente em El Salvador e Nicarágua, a cultura semelhante ao nosso Paulipiano, porém, mais insípida, isto é, com sécs de 5 e 6 meses todos os anos, em que se sucedem o verão e a noite, as suas primitivas lavras, que estruturaram os alicerces de sua emancipação econômica, ainda que sejam produtivas economicamente, por merecer da fixação do café, como cultura permanente, graças às árvores protetoras.

Já é sedida, entre nós, a citação do ilustre cafeeiro costarriquense, sr. Mariano Montalvo, quando afirmou, alhures, que as colheitas de café, em países como o nosso Paulipiano, não se plantaram as lavras do Vale do Paraíba, ainda no Segundo Império, com o intuito de serem economicamente, enquanto, dá muito, a nossa decadente região serrana perdera a sua opulência, para ser cognominada e conhecida como o "Vale das cidades mortas".

O café dos barões-fazendeiros (na expressão de Teixeira Leite) coronou de sucesso todas as iniciativas da época, e mais tarde, já na primeira República, a produtividade do Vale do Paraíba, com seus espigões cultivados desde Campos à Beira-Mar, até São José, no Paulipiano, foi tão extraordinária, que gerou a primeira superprodução. Impressionando o mundo, Taubaté constituindo-se em sede de um convênio, ao tempo de Tibagi, em 1900, a fim de minorar a crise tremenda que então se registrava, com a queda de preços. O café caíra a \$2800 reais a arroba.

Mas, a lavra que sucedeu às majestosas matas virgens, por força de tão dinâmico surto, foi tão efêmera como "fogo de palha". O nome de café, em nosso país, sempre deu-nos que pensar. Depois dos primeiros anos de opulência, em que tudo imbuía ao redor de si, a planta de Linnaeu desperdeçou rapidamente, como que desajustada no próprio meio por ela criado. E, que, aos autos de sua queda, por merecer dos quais plantar e ainda se plantam, no solo das matas, o "hinterland", cidades que cresceram mais depressa que o próprio café, sucedendo a ruína do solo e as modificações do clima, ante a devastação sem pelas com o que machucado e o fogo destruído as reservas florestais, permitindo que o sol dos trópicos — sabidamente destrutor — associado às chuvas torrenciais, destruiu o potencial único-indica da fertilidade.

As consequências advindas desse sistema predatório, que se encontrou, em várias gerações, uma lei cíclica que o regulava, são extremamente fatais para a vida de uma nação, mormente quando o aquecimento é feito naquilo que ele postula de melhor de sua riqueza adafológica, isto é, de seus solos vivificados pelo húmus. Solos sem húmus são desertos. Afugentam os povos. Deserto é terra de ninguém.

As terras pré-desérticas, feitas pelo café, abram, hoje, vastas zonas em nosso país. Solos riquíssimos, como esses da formação Triassica, da qual o diábio é a rocha expontânea, dado o equilíbrio de sua combinação química, são hoje, quase que totalmente destruídos, pela sua riqueza de bases alcalinas, fadada de terra roxa legítima, padrão de concentração de nutrientes, que os utilizamos exclusivamente — têm sido citados, comparativamente, como os mais férteis do mundo, mas, por isso mesmo, muito mais ricos e mais sensíveis aos maus tratos.

Estes solos argilosos em que o calcário trocável se apresenta com a vista de melhor de sua riqueza superficial de um alqueire, empastando-lhes, por isso mesmo, a superfície, para se tornar, em terra compacta, negando, daí por diante, ao café aquela porosidade característica de sua principal condição física. O café, ao ser plantado, exige de solos floculosos, permeáveis, por que, sendo uma planta de subcapa, está acostumada a respirar livremente pelas raízes que se desenvolvem nas massas orgânicas da superfície. Não é por outro motivo que os lavradores do sertão, mormente os empreiteiros formadores de cafeais, procuram manter as covas fundas de suas novas plantações bem abertas e bem limpas, até o terceiro ano

Rogério de CAMARGO

de desenvolvimento. Esta prática é de suma importância para o futuro do caféiro.

Se o café é o fator daquele encastamento, ele passa a perigoso, no solo, toda a vez que a taxa de húmus cai para menos de 11%. Desaparece, então, a alicia húmida, o gás carbônico, arrastado pelas águas da chuva da atmosfera, transforma o carbonato de cálcio em bicarbonato e, neste estado, é lixiviado pelas águas de infiltração. Daí, este outro problema pedagógico: quanto mais cercamos as águas das chuvas, com curvas de nível, cordões, sem o necessário provimento da matéria orgânica, mais e mais temos ativado o processo percolativo, e, portanto, mais e mais, tornamos exaurido o nosso decantado "torrão de ouro".

Não se fixam. Este quadro sucinto da precária situação da terra roxa mostra-nos, porque, afinal, as nossas lavras de café são nomades, por que o caféiro não consegue ainda estabilizar-se economicamente num determinado solo ou numa determinada zona de S. Paulo. A sua marcha para os sertões é contínua, embora se lhe antepõem os mil obstáculos das distâncias a vencer, da atrevidade do meio insípido, da carencia dos mais rudimentares elementos de conforto. A sobrepor-se a tudo isso está o fascinante vigor da planta e a sua grande produtividade, nos primeiros anos de cultivo, muito embora os cafés do sertão sejam geralmente baixos de tipo e qualidade, por que as condições de preparo são ainda precárias e escassas, incapazes de proporcionar ao fruto delicado o tratamento indispensável para preservar a qualidade de uma intrínseca qualidade.

Indiscutivelmente, quem comanda esta conquista da terra roxa do sertão são os elementos alcalinos, remanescentes das destruições, os quais encontram, com seu alido, a abundante transpiração das matas próximas.

São eles que aligem o potássio, o cálcio, o sódio, o magnésio para 15 e 20 anos de larga produtividade do caféiro. Mas este lapso de tempo é muito curto para o investimento de grandes capitais numa fazenda que, amanhã, estará às portas do deficitário econômico.

Conquistadas e já escaudadas as terras do Norte do Paraná, o bandeirismo do café está agora, voltando sua vista para as zonas de Mato Grosso e Goiás, ainda virgens enquanto já se gozam demerências e fazem "abertas" no mato florestal do Paraguai e nos mato próximo e futuro con-ventos.

A Natureza, que é sábia, resolveu este gravíssimo problema provocado pelo homem quando abriu o caminho para a construção da mata. Para que as bases não sejam arrastadas para fora da zona, algumas das raízes radicais, improprias à vida do café, não, entando, expostas ao nosso intemperismo pluvial, com esse dilúvio de águas que alcançam até 700 mm, no verão, o excesso pluvial, ao invés de trazer benefício, só poderá provocar um profundo desequilíbrio, ao roubar a parte nutritiva da superfície do solo, lavando, ou seja, os alicerces de alúmina e os compostos do ferro que são, em última análise, os responsáveis pela estruturação e, em consequência, de outras funções correlatas que as nossas terras estão se tornando cada vez mais ácidas.

A verdade é que, embora o húmus seja ácido (ácido inócuo) e o fator decisivo para a quebra da acidez, ele não é suficiente para neutralizar os ácidos humídeos derivados — e que condicionam a fertilidade das matas — são complexos enaximados das raízes, mais precisamente, aquelas que, afinal, não deixaram, durante o derrame de seus magmas, nenhum vestígio de vida, que vem a ser o animal. São, por isso, da Era Arqueozóica, Alías, o esqueleto rochoso do Brasil foi estruturado pela obra de Argenteo, que cristalizou as rochas graníticas, os micacistos, rochas tipicamente ácidas, as quais, já na primeira geração, trouxeram o mal de origem, isto é, a natural tendência para a acidificação das terras por elas geradas.

As rochas deste mesmo Arqueozoico que deram formação às nossas famosas matas, e, portanto, as rochas de fragmentos salibrosos (estas de fragmentos salibrosos) constituem o arcabouço da Serra do Mar, e sua estrutura se deu pelos movimentos da tectônica, entre Minas e S. Paulo, em cujos espigões florestaram, outrora, os mais pujantes cafezais da América, inclusive os Campinas. O ponto vulnerável e, portanto, fraco destes solos está na sua pobreza em cálcio, muito embora eles possam sustentar, durante 15 anos, uma larga produtividade cafeeira, enquanto seus segmentos salibrosos retem, por largos anos, um grande potencial de potássio, exatamente o nutriente de que mais necessita o cafeeiro. Mais de 60% das cinzas puras do grão roxo contêm cálcio, e, conseqüentemente, o mais caro para integrar uma fórmula completa de adubação. Assim, a terra salubre, embora alguns vantagens sobre a terra roxa legítima, no que respeita à cultura do café, pois, em geral, é rica em cálcio e pobre em potássio, as nossas matas e salmouras oferecem substancial potencialidade de defesa para muitos anos de cultivo.

São geralmente solos de montanha, outrora cobertos de florestas imundas de pluviais, cujas da Serra do Mar, de mar e que o clima semi-úmido emprestadas condições mesológicas e edáficas para a cultura do café. A massa permatente é proveniente dos restos micacinos do Complexo Cristalino, mais antiga do Arqueozoico, cujas raízes, em sua alta porcentagem de argila (silicatos-40%), o que a torna pesada e compacta, enquanto os solos da Série S. R. são mais leves, mais drenados, encerram apenas 30%.

São solos capazes de reter grandes quantidades de água, se sua estrutura orgânica for da ordem de 4% a 5%. Ademais, a região montanhosa que lhe caracteriza a estrutura possibilita também a cobertura florestal, por que, de acordo com os dados que se demoram não muito longe do mar, as chuvas quase nunca lhes deixaram de favorecer a amplitude requerida pela cultura, mesmo no período mais árido das nossas estações, apesar das chuvas escassas à proporção da distância de mar — o nome nobre e delicado cafeeiro árabe não pôde ali se estabelecer. A perda acelerada da matéria orgânica, cuja reserva é calculada em cerca de 6%, quando sob a cobertura florestal, faz com que essas terras se apresentem precariamente ácidas, criando condições insúperas à vida do cafeeiro. Apesar disso, os cafezais desses solos foram os que mais resistiram às adversidades pedagógicas, mormente quando se sabe

que a acidez nociva da alúmina do ferro impedia a pululação das bactérias nitrificadoras e da guarda a uma fauna predadora de protozoários (amebas).

O Vale DO PARAIBA. Ao tempo de d. Pedro II, quando o barão-fazendeiro era estimulado, pelos preços convidativos, a plantar mais e mais café, a região do Vale do Paraíba era das mais pujantes e promissoras das proximidades da "Corte". A opulência das matas das "Serras", com seus gigantes florestais, bafejados pela amenidade própria da vizinhança do mar, com seus ricos pedregos de fertilidade, com suas águas cascataantes, nuanças dos mais altos penedões onde, também, roçavam as brumas, nas montanhas enlameadas, com seus solos tumbidos do húmus negro acumulado, tudo, tudo contribuía para dar ao cafeeiro o mesmo ambiente ecológico de sua pátria nativa — as montanhas frias e altas de Gessima, na Etiópia.

O cafeeiro ali plantado, depois de ter percorrido muitas outras paragens, na sua peregrinação para a América — umidifolia e baixas umas, xerófilas e altas outras — e após ter desfilado até a aridez das bordas dos desertos daquele decantado Yemen da Arábia Feliz, encontrou, afinal — vindo do transplante da Martinica — o seu verdadeiro edem não, outrora maravilhoso Vale. Quem o vê, hoje, com sua morraria deslizada, com suas ravinas descejuadas, com seus flancos desgastados aos embates erosivos, onde um capim-gordura pobre se agarra ao solo exausto e mal da pura aparência um quadro revelador das muitas carências nutritivas, não imaginaria o que foi essa maravilhosa Canã ainda nos primórdios deste século, quando seus outeiros e espigões formavam um oásis, desde Pirai, no Rio, até São José dos Campos, em São Paulo. Foi feliz, ali, o cafeeiro e mais feliz ainda o patriarca fazendeiro, então dono de escravos. Nada faltava para, ambos, usufruírem grande sucesso.

As feteis massapes pardas e negras estendiam-se pelas encostas em cujos topos afloravam o granito ou o gnáiss, para as vastas construções de então, quer para a Casa Grande, os galpões das maquinarias, a senzala dos pretos, quer para as habitações dos brancos, onde se levantavam verdadeiras fortalezas, arrimando vastos alicerces, ao estilo dos Breves, dos Teixeira Leite, dos Nova Friburgo, os quais marcaram a sua passagem, nesta vida, com verdadeiros raios de iniciativa e de dinamismo. Os jequitibás brancos, a peroba, a canela, o cedro, o oleo-para eram desdobrados nas enormes vigas e nas colunas de todas as salas, os troncos, enquanto o braço escravo, precioso e caro, representando um grande capital, era tratado com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos e mandado a fazer, em fartas e redobrada alimentação, a que não faltavam diariamente os alicientes cozidos de mandioca frita, batata, abóbora, etc., entremeados com o bom xarope nacional ou com o bacalhau importado, a duzentos reis o quilo, com certos desvelos

AMBIÊNCIA ECOLÓGICA

A velha rotina de se plantar em montes representa, sem dúvida, uma defesa parcial contra a inalação, porquanto a incidência dos raios solares da faixa infra-vermelha do espectro — mais ativa na face poente — prejudica singularmente a vitalidade das folhas, por isso que se tornam amareladas e doentes. Um inseto que percorra um caminho de um café, terá a impressão de estar em frente a dois tipos de talhões, de idades diferentes: um, verde e vigoroso; outro, amarelado e triste. No entanto, são, ambos, da mesma idade, recebendo os mesmos tratamentos. Apenas, cada moita de café, apresenta duas faces: uma sã, com a vitalidade própria que lhe empresta a clivagem, em sua plena função fotossintética e, outra, amarelada, xanofolia, como se a planta de luz, estivesse doente. De fato, as folhas amareladas estão doentes porque não podem realizar normalmente as funções da respiração e da transpiração, e portanto, da assimilação carbônica. Os seus estômagos estão fechados à ação intensa dos raios infra-vermelhos. A sua cutícula, enrijecida-se na defesa contra a evaporação, a exemplo das plantas xerófitas.

E que a ambiência ecológica, exigida pelo café, foi grandemente modificada no Paulistano. As águas das chuvas vêm diminuindo assustadoramente nos meses críticos de inverno e o "deficit", da resultante, acumula-se nas precipitações de verão. Isto quer dizer que a quantidade de chuvas atuais continua a mesma, apenas com mais desastrosa distribuição.

Por sua vez, a temperatura vem aumentando nos períodos em que o café necessita de tutela, quer pela cobertura das telas melindrosas do céu, quer pela proteção natural das árvores de sombra.

Nas zonas devastadas de São Paulo — diz J. Setzer — as temperaturas mínimas permaneceriam as mesmas, mas as máximas subiriam cerca de 2°C, acarretando elevação das médias gerais de 0,6 a 1°C. Valores estes consideravelmente altos.

Se não houvesse essa alternativa de graves consequências para o café, o caso de ter sido profundamente as condições do próprio microclima, do qual depende a função bacteriana do solo, o regime das chuvas está alterando sensivelmente o metabolismo do café insulado. O grupo bacteriano do Actinobacter, por exemplo, que tanto fertiliza os solos com o azoto que extrai do ar e o fixa nos complexos coloidais e cujo clima de temperatura e de pH não podendo viver a mais de 50°C, torna-se completamente inativo ou diminuído pelas ultra-ondas e pelo calor, sabendo-se com o registro de temperaturas que atingem a 50°C nas ruas desmudas dos cafetais, em plena colheita.

De acordo com Setzer: "Resultou em diminuição de 20 a 30% nas chuvas de inverno e acréscimo de 5 a 10% nas de verão. Isto significa estagios mais agudos e prolongados e estação chuvosa mais curta e intensa, agravando a 'secura'". E tudo isto porque devastamos indiscriminadamente o Paulistano, o "cordeiro de ouro" do país, que vem sofrendo a maior saca contra o seu potencial etiológico de que se orgulhamos as mais ricas regiões.

INFLUÊNCIA DA MATA
A influência da mata é, pois, decisiva para a manutenção das relações intercomunitárias biológicas entre vegetais e animais. É fator preponderante para o equilíbrio entre si, dos seres vivos, que habitam o mundo. Onde desaparece a mata desaparece, por sua vez, o homem. Nenhum povo conseguiu prosperar fora da tutela da floresta. É a História da Humanidade está cheia de exemplos de nomadismos errantes, a este respeito, onde os desertos se multiplicaram com a devastação das florestas.

Se se apontam em São Paulo vastas áreas pre-desérticas, feitas pelo café. A semelhança precoce dos solos do Arqueano, a laterização das terras roxas, e ao lado destes, a fragilidade potencial dos solos "Bauru superior e inferior" (este com apenas 10% de argila), o que são as terras de areia de todo o Oeste do Estado, levam-nos a meditar seriamente sobre o futuro deste outono, pedação do céu, agulhados pela Natureza com os melhores regulados para a vida indefinida de um povo feliz. O Paraná está seguindo a mesma trilha dos paulistas, com os mesmos erros repetidos, a mesma rotina de dois séculos que na lavoura cafeeira cristalizou.

Quem percorrer, hoje, a zona devastada daquele hinterland, ficará pasmado de ver quanto o machado e o fogo trabalharam para a substituição da mata virgem pelos cafezais insulados. A fúria da devastação, dá-nos a impressão de que a gente desta terra tem na árvore o seu inimigo número 1, pois, por esses vastos rincões já abertos, não se vislumbra um espécime florestal ao pé de uma casa ou mesmo um bosque destinado à perpetuação e abrigo dos pequenos insetos encarregados de multiplicar a fecundação das próprias flores do café. E são centenas de quilômetros conquistados pelo café, no avanço para as últimas reservas de terras, feitas para o café. Neste passo, torna-se difícil pensar, desde já, nas futuras plantações do Paraná, enquanto os desertos vão ficando para trás, com tudo o acervo de capitais nele empastados e que, desde o Segundo Império até o hodierno, o bandeirismo desta segunda República, tem sido multiplicado nas avantajadas construções das fazendas, com todo o rigor de uma vitalidade insuperável, como se o café, a pleno sol, não fosse nomade e da mais efêmera duração.

Logo, esse caféiro! Mais lógico, sem dúvida, temos sido nos que não o abrigamos no devido tempo, contra as adversidades climáticas e que tanto mal tem feito à nossa terra.

FLORESTA E ÁGUA
A influência da mata tem sido conclamada como reguladora do clima e por cuja presença a unidade do ar, nos trópicos, atenua os grandes contrastes, não a que ficam sujeitas as culturas mais nobres, principalmente quando sabemos que o café de Linneu, na região de seu nativismo, vive espontaneamente ao lado do trigo, da vinha e das oliveiras. Na verdade, ele sabe apreciar o clima das montanhas vaporosas, ainda das vestidas de matas, como as de Martins e, como as que registrou também. Rugendas, em sua expressiva desenhos da época.

As matas são como disciplinadoras das temperaturas e das chuvas que ficam a mercê de sua transpiração. Como se sabe, o próprio sol despende quantidades enormes de calor, na evaporação da água do mar e do verde de que se veste a floresta, por isso que seus raios atenuados favorecem o clima.

Se considerarmos somente o valor da mata, no seu trabalho construtivo — quer se trate do fenômeno da fotossíntese, quer da ação desidratante dos ventos que embeitem num murmúrio fazendo ondas, da mesma maneira que agita os mares, para rou-

bar-lhes a unidade e com ela formar as nuvens — veremos que a floresta é um vasto e tupidíssimo corpo arquitetônico, feito quase que exclusivamente de água, perpetuado pela água, mobilizado, alantado pela água. A constituição de sua folhagem encerra mais de 90% de água. O ar que permeia de seu seio é quase sempre saturado de umidade. Dele advem a amenidade do clima indispensável, não apenas ao café, mas ao homem que o cultiva, pois, do contrário, a adustão impediria até a fecundação dos ovos e os insetos seriam inibidos de voar.

Segundo vários autores, a floresta tropical, nos dias grandemente ensolarados, volatiliza para a atmosfera cerca de dois litros de água, por dia e por M2 de superfície coberta. Isto equivale a cerca de cinquenta litros por alqueire e por dia. Assim, a mata faz vaporizar o ar, no seu ciclo, borboleta, a água que as chuvas forneceram ao solo, depois de filtradas pelas folhas, no seu trabalho de retirar a matéria orgânica, e antes que elas tomem o curso das fontes e dos rios. Assim, pois, ela atenua a fuga da água para o mar.

NINGUÉM DA VIDA POR UM DENTADO
Com o advento da penicilina e dos antibióticos conhecidos, bem como com as novas medidas profiláticas sanitárias, em franca disseminação, a longevidade do homem está aumentando em todas as regiões do globo, e, por isso mesmo, cooperando para o superpovoamento. Enquanto isto sucede sorrateiramente, ninguém se, por isso, nesse mesmo mundo, as possibilidades das terras férteis e ricas, como as do Paulistano. Na verdade, os olhos da Humanidade já estão voltados para nos, donos de uma vastíssima extensão territorial, democraticamente vazia, embora a nossa conhecida escassez de terras boas, sob clima bom.

Ser, pois, proprietário de terras, nas condições do Paulistano, é ter, no orbe terráqueo, uma situação privilegiada. Todas as vantagens ecológicas aqui se reuniram para fazer inveja até à Califórnia, que é uma conquista do homem inteligente e audaz, quando transmuta uma terra tão mal feita no mais belo "paraíso das frutas e das flores" que o mundo civilizado conhece.

A corrida para as novas terras já foi iniciada, tal a acessibilidade de seus preços. E daí chegará em que não haverá ouro que possa deslocar o paulista de sua terra, quando, desde quando souber preservar os solos da destruição e da deterioração. Será, aqui, um dos paraísos do mundo.

Muito embora a nossa história do café seja um documentário triste do desperdício dos nossos melhores "torres de ouro", os conhecimentos modernos que ora se infiltram nas mentalidades, sadias de nossa gente há de fazer voltar o caféiro às terras velhas, criando, para ele, desta feita, ao lado da árvore protetora, a ambiência de que, hoje, ele se rememora e que, outrora, almejava em torno a si, tantas prodigalidades da natureza.

Se, por outro lado, os surtos dos sertões nos deslumbram, as ruínas dos solos, de amanhã, nos farão pensar os próprios erros, por que o mesmo homem que desistiu aos rasgos e comprometimentos de ontem, já percebeu que quem mais perdeu com os desperdícios e os esbanjamentos da terra, não foi apenas ele, mas a própria pátria. E Patria, qualquer que seja a sua concepção, é a terra que a gente ama e por ela dá a vida, porque é boa e generosa. Ninguém da vida por um dentado.

posteriormente, de algodão, e que se achava fechado. Nesse novo período começou a escassear a "cinza" de torta de algodão, tendo sido iniciadas importações de "cinzas" vegetais da Argentina. Estávamos no período da guerra, e eram muito grandes as dificuldades de importação de adubos, tradicionalmente empregados. Os negócios pararam e foi abandonado o projeto de Ipiranga, e um outro em Capivari.

As misturas nos três armazéns, eram feitas, manualmente, empregando-se peneiras, rodas e pás.

Em fins de 1947, resolveram os titulares da firma F. Cardoso & Cia. Ltda. extinguir a, formando uma sociedade anônima, obtendo-se assim o concurso financeiro de outras pessoas, dispostas a se tornarem acionistas.

NASCE A MANAH

Nasceu então a Manah S. A., cujas operações sociais se iniciaram em 1948 com sede em Descalvado.

Com o desenvolvimento dos negócios, mostrou-se indicada a transferência da sede social para São Paulo, o que foi feito no início de 1949. Neste mesmo ano, foi instalada a primeira misturadora de marca "Stedman" totalmente importada dos Estados Unidos.

Naquele período comprou-se um terreno em Campo Limpo, município de Jundiaí, para a futura expansão da firma, terreno esse que foi transferido para a sociedade anônima.

Em 48-49 a produção tomou um ritmo acelerado, esgotando a capacidade da fábrica misturadora do Ipiranga.

Para cuidar da construção de uma nova fábrica em Campo Limpo surgiu a possibilidade de se adiar essa medida, alugando-se, ao invés, armazéns pertencentes à Superintendência do Serviço do Café, que se achavam fecha-

dos há mais de 12 anos. No ano seguinte, ou seja, em 1950, foram alugados esses armazéns do SSC, por coincidência também localizados em Campo Limpo e que possuem área coberta de dez mil metros quadrados.

Cuidou-se em seguida do equipamento dessa fábrica, tendo sido importada uma segunda unidade misturadora "Stedman", porém, de capacidade duas vezes maior que a unidade do Ipiranga.

A fábrica de Campo Limpo iniciou seu funcionamento em 1952. Em 1953 foram adquiridos os armazéns do Ipiranga com uma área de dois mil metros quadrados, até então alugados.

AMPLIAÇÃO
Com o intuito de dar melhor aproveitamento à sua organização de venda e de importação, foi criado na Manah S. A. o Departamento de Inseticidas, tendo-se montado para esse fim uma instalação misturadora no Ipiranga.

Como consequência das boas relações mantidas com as firmas congêneres e a confiança com que lhe distinguiram alguns produtores no Exterior foi também organizada o Departamento de Representações. Atualmente, a Manah S. A. agente única, no Brasil, para fosfatos naturais da International Minerals and Chemical Corporation dos Estados Unidos; para super-fosfatos da U. S. Phosphate Products Division Tennessee Corporation, dos Estados Unidos; e para fertilizantes nitrogenados e complexos da Farbwerke Hoechst A. G. da Alemanha.

PROGRESSOS ALCANÇADOS
No estágio atual, a Manah

Tem a Manah S. A. se preocupando com a parte técnica e científica da adubação. Para esse fim têm sido destinadas verbas às instituições de pesquisas para custear experiências com o objetivo de solu-



IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO sistema "RISER" grande vitória da indústria nacional para incentivar e proteger a maior riqueza do Brasil

Libertando a produção do café das incertezas das chuvas, os conjuntos de Irrigação Serva Ribeiro, trazem segurança, proteção e incremento à maior riqueza do Brasil.

Largamente provados de norte a sul do país, nas mais diversas condições de solo e cultura, estes conjuntos são uma esplêndida afirmativa do inegável valor da Indústria Nacional.

"LAVOURA IRRIGADA, COLHEITA DOBRADA"

- ★ Conjuntos para irrigar desde pequenos pomares, chácaras e hortas, às mais extensas e variadas culturas.
- ★ Técnicos especializados para estudar caso por caso.
- ★ Orçamentos sem compromisso.
- ★ Motores Diesel GM e Scania Vabis de nossa importação.

SERVA RIBEIRO S.A.

Rua Florêncio de Abreu, 779 e Av. Nova Anhangabaú, 858 Fone: 33-7101 (rede interna) Cx. Postal, 3773 - São Paulo

Norton - 2.713

Prestar o melhor serviço à lavoura nacional é o objetivo da Manah S. A.

TEM SEU PRESTÍGIO FIRMADO NO PAÍS E NO EXTERIOR

Nascida em uma garagem na cidade de Descalvado — Representa firmas dos Estados Unidos e da Alemanha — A história da Manah



Cultura de milho adubada com Manah, em terra esgotada de Mogi Mirim.



Mesa da Convenção anual dos vendedores realizada em fevereiro de 1952, em Campo Limpo. Vê-se da esquerda para a direita: dois representantes do Banco do Brasil, engenheiro-agronomo Eduardo Lacerda de Camargo, diretor-gerente; dr. Celso Leme, diretor-presidente; engenheiro agrônomo Fernando Penteado Cardoso, diretor-superintendente; e dr. Cesar Werneck, advogado da Manah S. A.



Na foto, vista externa parcial da fábrica de Campo Limpo, no município de Jundiaí, que tem a área coberta de dez mil metros quadrados. A capacidade é de 100 toneladas diárias.

Na foto, vista externa parcial da fábrica de Campo Limpo, no município de Jundiaí, que tem a área coberta de dez mil metros quadrados. A capacidade é de 100 toneladas diárias.

Na foto, vista externa parcial da fábrica de Campo Limpo, no município de Jundiaí, que tem a área coberta de dez mil metros quadrados. A capacidade é de 100 toneladas diárias.

Na foto, vista externa parcial da fábrica de Campo Limpo, no município de Jundiaí, que tem a área coberta de dez mil metros quadrados. A capacidade é de 100 toneladas diárias.

LEITE BARREIROS S. A.

COMISSÁRIA E EXPORTADORA

Fundada em 1936

CAPITAL E RESERVAS: Cr\$ 35.972.655,30

Rua do Comércio, 46

Caixa Postal, 387

Fones: 2-4690 e 2-8496

End. Tel. "CHAVANTES"

SANTOS

DIRETORIA:

D.^a Olívia Novaes Pereira Leite — presidente

Pedro Barreiros — diretor-gerente

Geraldo G. de Mello Peixoto — diretor-gerente



FRANCISCO PEREIRA LEITE E SILVA
Fundador e presidente de 1936 a 1948

COMPANHIA SANTA CRUZ DE CAFÉ

Fundada em 1946

CAPITAL E RESERVAS: Cr\$ 26.717.528,30

Séde: SÃO PAULO — Rua Libero Badaró, 158 — Sala 1.203

FAZENDA COCAES — Santa Cruz do Rio Pardo

FAZENDA MANDAGUAHY — Sodrelia

DIRETORIA:

DR. ALVARO AUGUSTO DE BUENO VIDIGAL — diretor-gerente

PEDRO BARREIROS — diretor-gerente

MARCELINO RODRIGUES LEITE — diretor-técnico

FERREIRA DA SILVA & CIA. — VITORIOSA CARREIRA NO MERCADO DE CAFÉ

ENFEIXANDO VÁRIAS ATIVIDADES, ASSEGURARAM POSIÇÃO DE RELÊVO NO COMÉRCIO DE SANTOS

Espírito realizador dos Ferreira da Silva

Ferreira da Silva & Cia. constituem hoje uma das mais sólidas firmas santistas atuantes no mercado cafeeiro. Sua fundação verificou-se a 1.º de julho de 1937, sendo seus fundadores os srs. José Ferreira da Silva e Francisco de Assis Barbosa Loureiro.

Os Ferreira da Silva, pertencentes a tradicional família de lavradores de Bragança, cujo tronco era formado por José Vieira da Silva e da Ana Francisca Ferreira da Silva, encontraram nos setores ligados ao comércio cafeeiro base para se expandirem e conquistarem, até, posição de destaque nas exportações da rubiacea. Dotados de espírito realizador, jamais se deixaram permanecer em um só setor de atividade. Não circunscreveram as suas atividades ao café, pelo contrário, dedicaram-se a diversos outros ramos de negócios, entre os quais o imobiliário e o jornalístico. Entretanto, no setor cafeeiro, atuam os Ferreira da Silva como verdadeiros orientadores do mercado, interferindo nos destinos do produto-chave de nossa economia plantando, comprando, vendendo e exportando café para diversas partes do globo.

FERREIRA DA SILVA & CIA.

A firma Ferreira da Silva & Cia. tem passado, desde a sua fundação, por diversas alterações, quer no seu quadro diretivo e de sócios, quer no seu capital e objetivos sociais. Assim é que, a 1.º de julho de 1944, em virtude do falecimento do sr. Francisco de Assis Barbosa Loureiro e, logo a seguir, de sua esposa, da Genesio de Sousa Loureiro, passaram a fazer parte da sociedade os srs. José Loureiro Ferreira da

Silva e Mario Fonseca. Em dezembro de 1945, nova alteração foi introduzida no contrato social, a fim de que o capital da firma fosse elevado de um para três milhões de cruzeiros. Em 1.º de janeiro de 1947 passaram a fazer parte da sociedade o sr. Luiz Lafrã e as senhoras Hosmilda Loureiro Ferreira da Silva e Carmem Lafrã, sendo, então, o capital aumentado para cinco milhões de cruzeiros. Finalmente, a 25 de maio de 1948, entrou para a organização a sra. Helena Ferreira da Silva Carvalhaes.

Os resultados conseguidos por Ferreira da Silva & Cia., nesses seus dezesseis anos de atuação, animaram-nos a prosseguir na execução de um programa de ampliação crescente em seus negócios, que hoje abrangem diversos e importantes setores.

ATIVIDADES DOS FERREIRA DA SILVA

Como dissemos, vários ramos de negócios foram abrangidos pelos membros da família Ferreira da Silva. O sr. José Ferreira da Silva, ao lado de sua atividade no comércio cafeeiro, mantém em Santos, uma empresa de turismo denominada Empresa Morro Santa Teresinha Turismo Ltda. O sr. José Loureiro Ferreira da Silva, um de seus filhos e sócio, é proprietário de fazendas de café em São José do Rio Pardo e Mococa, possuindo ainda naquela primeira cidade uma estação de rádio e um jornal.

FLAVIO FERREIRA DA SILVA

O sr. Flavio Ferreira da Silva, membro da mesma família, é corretor oficial de café, constituindo uma das figuras mais populares e brilhantes do comér-



Sr. José Ferreira da Silva, em sua sala de trabalho nos escritórios da firma Ferreira da Silva & Cia. O titular da organização há mais de 45 anos que atua no comércio cafeeiro da vizinha praça, constituindo, pois, a sua tradição nesse ramo de atividade um patrimônio inestimável, que se soma ao também grande patrimônio financeiro dos Ferreira da Silva.



Sala de provas de Ferreira da Silva & Cia.

cio — santista e destacado operador da Bolsa. Como os demais Ferreira da Silva, não poderia deixar de estar ligado intimamente ao setor cafeeiro.

OUTROS ASPECTOS DA FIRMA

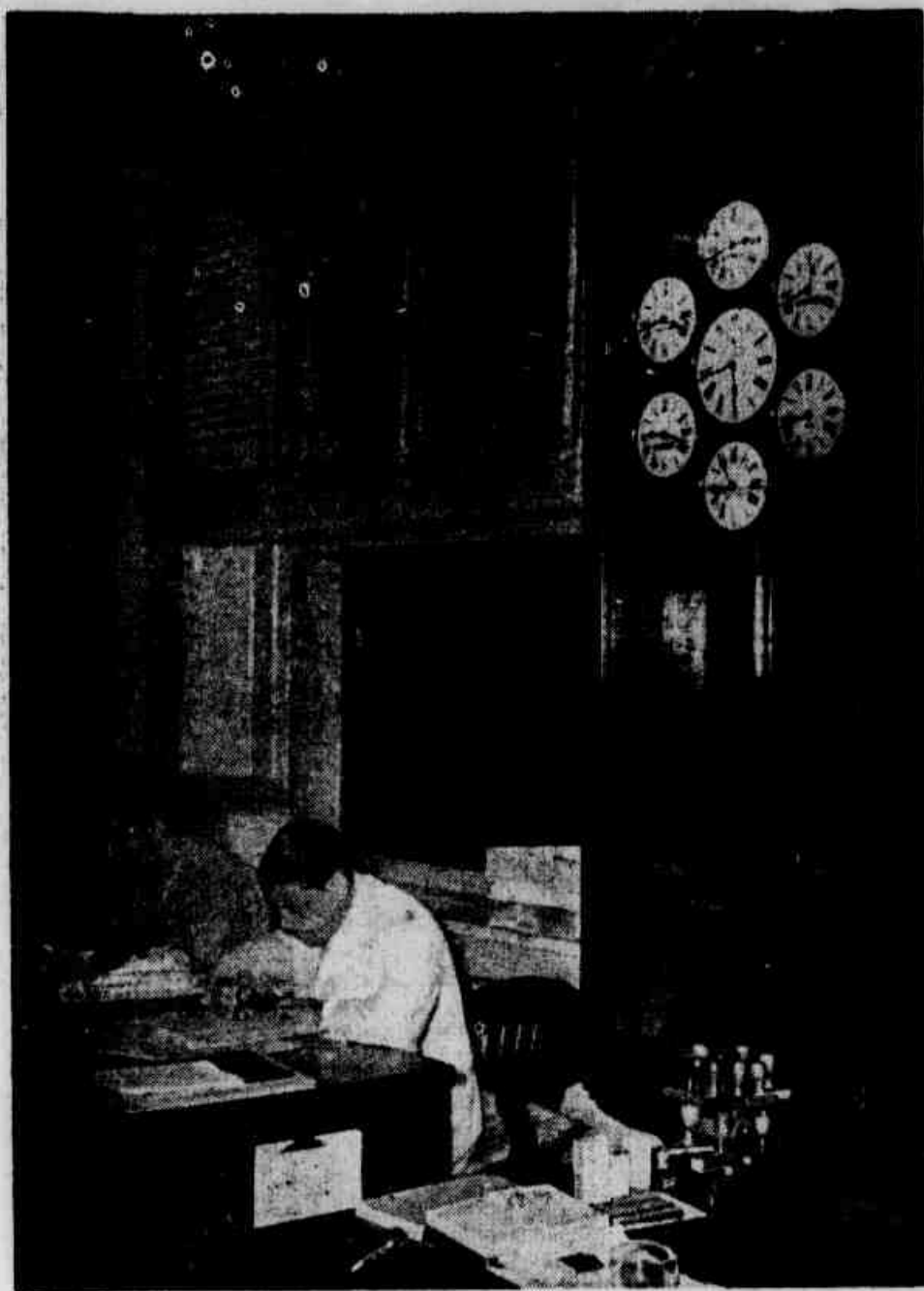
Ferreira da Silva & Cia. mantém agências e agentes no interior de S. Paulo e do Paraná, que se incumbem das compras de café nas fontes de produção. Suas exportações para o

exterior alcançaram, no último ano cafeeiro, a cem mil sacas, colocando-se desta forma a organização como uma das mais destacadas de Santos.

No Paraná, onde as suas atividades têm sido ampliadas, possui, em Londrina, escritório de compra de café, armazéns próprios e máquina de beneficiamento do produto.

Sua posição no mercado santista, pela tradição do

seu chefe — sr. José Ferreira da Silva — que atua nos negócios de café na praça há mais de 45 anos, é das melhores em face de sua ampla atividade nas fontes produtoras de São Paulo e do Paraná. Ferreira da Silva & Cia. constituem, assim, uma das firmas mais conceituadas, possuidoras de um patrimônio que lhe assegura um movimento de negócios dos mais amplos.



O relógio que pertenceu à firma Theodor Wille, marcando horas de todos os grandes portos cafeeiros no exterior: Local, Hamburgo, Paris, Nova York, Amsterdam, Nova Orleans e S. Francisco. O aspecto foi tomado nos escritórios da firma.



O sr. Flavio Ferreira da Silva num dos pregões da Bolsa de Café de Santos, cercado pelos srs. Domingos Cantisani, Paulo Tavares de Resende, Socrates Aranha de Menezes, Waldemar Leite Leal e Rubens Ross de Menezes, figuras expressivas do comércio santista.

Turistas...

A SUA DISPOSIÇÃO DIA E NOITE
o mais deslumbrante panorama de Santos

MORRO SANTA TEREZINHA

TELEVISÃO - Ótimo serviço de bar

Ônibus de hora em hora, partindo da Praça Independência.
Ônibus extra às 19,30 para a sessão de Televisão aos sábados,
domingos e feriados



ORGANIZAÇÕES MOREIRA SALLES

Destacaram-se desde sua fundação como uma das forças do comércio cafeeiro

JOÃO MOREIRA SALLES
atual presidente das Organizações Moreira SallesLANÇOU-SE À LUTA NO OESTE PARANAENSE
CRIANDO NOVAS RIQUEZAS PARA A NAÇÃO

A firma Comissaria, Exportadora e Importadora União S.A. é uma sociedade anônima, com escritório à rua 15 de Novembro, 55, em Santos.

Sua fundação verificou-se em meados de 1948, com o objetivo de dar continuidade aos negócios da firma Moreira Salles & Cia., que se transformara na Cia. Agrícola São Benedito, que visava explorar a fazenda Pinhalzinho, de propriedade dos srs. João Moreira Salles e Walther Moreira Salles, sócios exclusivos da firma Moreira Salles & Cia.

Também como a outra, a Comissaria, Exportadora e Importadora, teve como fundador o sr. João Moreira Salles, que foi auxiliado nesse empreendimento pelos seus colaboradores diretos, Julio de Souza Avelar, Antonio Teixeira Junior, Pedro de Perna, Benedito Mendes Ribeiro, Antonio Borges Martins e outras pessoas mais chegadas aos negócios do sr. João Moreira Salles.

Os objetivos da firma, inicialmente, eram o comércio e a exportação de café e importação de mercadorias em geral, atividades que deram base segura para o desenvolvimento da empresa.

Os negócios progrediam, quando um período de dificuldades para a firma sobreviu, decorrente do aparecimento da Cexim, cujas normas constituíam obstáculo ao comércio importador.

O regime de tradição imposto pela Cexim, atingiu em cheio a CEIUSA, que na ocasião contava apenas um ano de vida. A concessão de licenças sob aquele regime tolhia qualquer atividade da firma.

Por outro lado, os negócios de café, depois da espetacular alta de 1949, tornaram-se mais difíceis, pois os preços vigentes no interior passaram a um nível igual ao da praça de Santos. Dessa maneira, nenhuma possibilidade de lucro se oferecia aos que se dispunham a operar no ramo com o objetivo de dar continuidade a seus negócios.

Verificando a impossibilidade de continuar nas atividades para as quais se organizara, a CEIUSA, oportunamente, adquiriu uma gleba de terra na região Gole-Erê, oeste do Paraná, e introduziu em seus estatutos uma alteração, mediante a qual ficava incluída entre os objetivos da sociedade a exploração da atividade agrícola.

Assim a sociedade deu início à formação de uma fazenda de café, nas terras que havia adquirido.

Contudo, verificando a CEIUSA que as dificuldades do lugar exigiam uma exploração em maior escala, adquiriu novas terras e iniciou o loteamento das mesmas para valorizar a fazenda, cuja formação havia sido iniciada.

Continuando em seus planos, após examinar as possibilidades da região e suas perspectivas de progresso, iniciou a fundação de uma cidade, a qual tomou o nome de "Moreira Salles", idealizador e fundador. Esse nome foi adotado pelos moradores do lugar, espontaneamente.

COMISSARIA, EXPORTADORA E IMPORTADORA
UNIÃO S.A.

CAPITAL — Cr\$ 10.000.000,00

FUNDO DE RESERVA — Cr\$ 7.588.079,40

S E D E — Rua 15 de Novembro, 55 - SANTOS

FILIAL — S. PAULO - Rua Formosa, 409

ESCRITÓRIOS — LONDRINA - Rua Mato Grosso, 2.115

DIRETORIA — João Moreira Salles - Presidente
Antonio Teixeira Junior - Gerente
Antonio Borges Martins - Secretário
Antonio Ribeiro do Prado - Diretor

Foram então abertas estradas, lançadas pontes, e hoje a antiga e insospita região do Gole-Erê está integrada no Estado do Paraná, como uma das regiões mais prosperas do Estado, constituindo uma força econômica das mais vivas. Existem ali campo de aviação, serrarias, olarias, carpintarias e outras forças do progresso.

A sociedade, estimulada pelo apoio e pelo sucesso que vem encontrando na venda de seu loteamento, está construindo uma usina termo-elétrica para fornecimento de energia à cidade e às indústrias que posteriormente ali se instalarem.

FAZENDAS

A formação dos cafezais foi dividida em duas seções: uma denominada fazenda Moreira Salles, outra fazenda Santana, totalizando uma área de 1.500 alqueires. Já foram plantados 800 mil pés de café, que estão agora no seu terceiro ano. Ao redor da cidade, que se ergue, no momento, existem mais de 400 sítios e algumas fazendas, podendo-se calcular, aproximadamente, em 6 milhões os pés de café, plantados em toda a região.

Isso tudo se deve ao espírito bandeirante de João Moreira Salles, que, enfrentando com a sua excelente equipe de companheiros, as dificuldades que se avolumaram em suas atividades no sertão paranaense, partiu para a conquista de novas riquezas para o país, com o animo que sempre caracterizou a sua existência, marcada por iniciativas patrióticas e de grande porte. Abrindo cidades, plantando cafezais, foi ele, englobando a economia paranaense uma riqueza que já se reflete nos aumentos crescentes do vizinho Estado e que muito, em breve, se refletirá, também, nos níveis das próprias receitas de cambiais da nação. Será, esta, também, a consequência das sementes de uma civilização lançada em terra fértil e por mão experimentada.

A Companhia Agrícola São Benedito continua existindo, mas apenas com o objetivo de controlar a exploração da Fazenda Pinhalzinho, na zona Mogiana. Aham-se ali plantados cerca de 170.000 pés de café, que constituem mais um elo na cadeia de atividades das Organizações Moreira Salles ligadas ao estor cafeeiro.

A Companhia Agrícola São Benedito continua existindo, mas apenas com o objetivo de controlar a exploração da Fazenda Pinhalzinho, na zona Mogiana. Aham-se ali plantados cerca de 170.000 pés de café, que constituem mais um elo na cadeia de atividades das Organizações Moreira Salles ligadas ao estor cafeeiro.

LOCALIZAÇÃO DOS
ARMAZENS

Desde a sua fundação, a Cia. União de Armazens Gerais teve seus armazéns principais localizados na confluência das ruas Visconde de São Leopoldo e Visconde de Embare, logo à entrada da cidade. Posteriormente, atingidos pelo traçado da grande avenida que deverá dar continuidade à Via Anchieta, foram os armazéns da Companhia desapropriados pela Prefeitura de Santos. Hoje, a área, outrora ocupada pelos armazéns da Companhia, passaram a pertencer à Municipalidade, e todos que demandam Santos percebem logo a sua entrada em um terreno triangular que resultou da demolição daqueles predios.

Sem tempo para construir novos armazéns, transferiu-

se para o armazém XVI externo da Companhia Docas de Santos, onde ocupa uma área de 9 mil metros quadrados.

Na ocasião, a Companhia decidiu renovar toda a sua maquinaria e o fez aproveitando os ensinamentos e os progressos da indústria especializada nesse setor.

Feita a remodelação, tornou-se a Companhia União de Armazens Gerais possuidora do que de mais moderno existe em máquinas de ensaque e rebenefício de café.

Existe nessa maquinaria uma particularidade muito importante e muito interessante para os depositantes da companhia. É que toda a sua construção foi feita de aço e cimento armado, característicos que a tornam, talvez a única existente no comércio armazenador de Santos. É particularidade que deve ser

CIA. UNIAO DE ARMAZENS GERAIS

ARMAZENADORA — FUNDADA EM 20-10-1928

Registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 1.126

MATRIZ — Santos

Rua 15 de Novembro n.º 49

Caixa Postal n.º 589

End. Telefônico "Unigerai"

Fones: 2-2530 — 2-7789

FILIAIS — Rio de Janeiro

R. Visconde de Inhauma, 39 - 3.º and.

End. Telefônico "Unigerai"

Fone: 43-9520

CAPITAL — Cr\$ 10.000.000,00

FUNDO DE RESERVA — Cr\$ 1.131.097,10

DIRETORIA — João Moreira Salles - Presidente

Antonio Borges Martins - Superintendente

Antonio Teixeira Junior - Gerente

Coronel ANTONIO ESTANISLAU DO AMARAL
fundador da Cia. União de Armazens Gerais.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CAFÉ

(Exportação de café)

Fundada em 16-7-1938

Autorizada a funcionar por Carta Patente expedida pelo Decreto n.º 3.933, de 1-9-1938

MATRIZ — Rio de Janeiro

Rua Visconde de Inhauma, 39 - 8.º and.

Caixa Postal, 213

FILIAL — Santos

Rua 15 de Novembro, 55

Caixa Postal n.º 118

End. Telefônico, CEBC

Fone, 2-3191

CAPITAL — Cr\$ 24.000.000,00

RESERVAS — Cr\$ 6.315.094,40

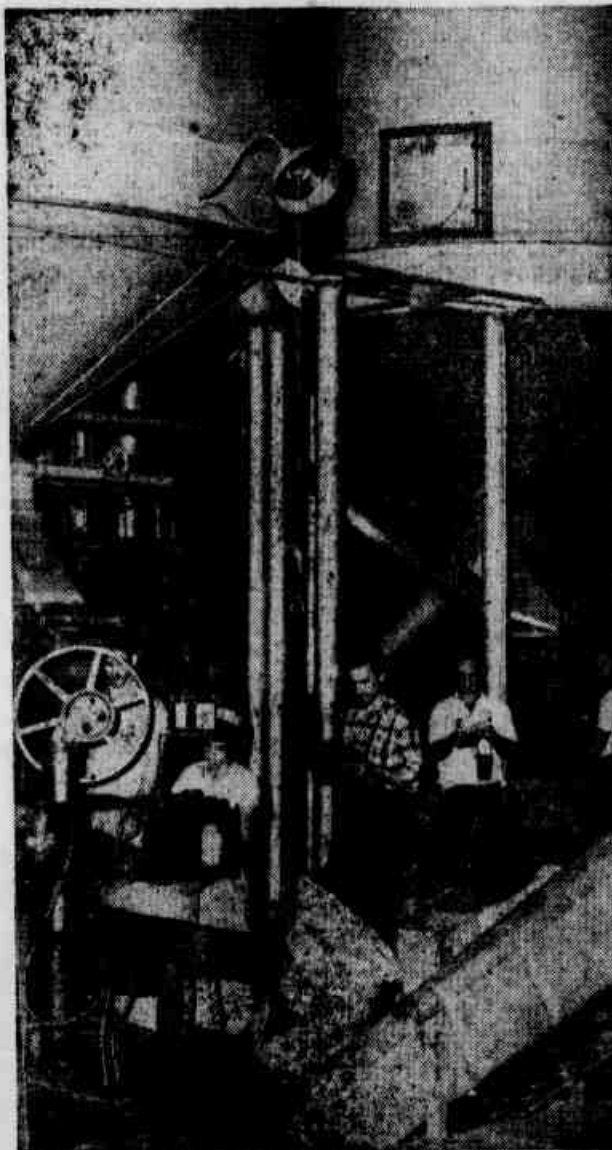
DIRETORIA — João Moreira Salles - Presidente

Julio de Souza Avelar - Diretor

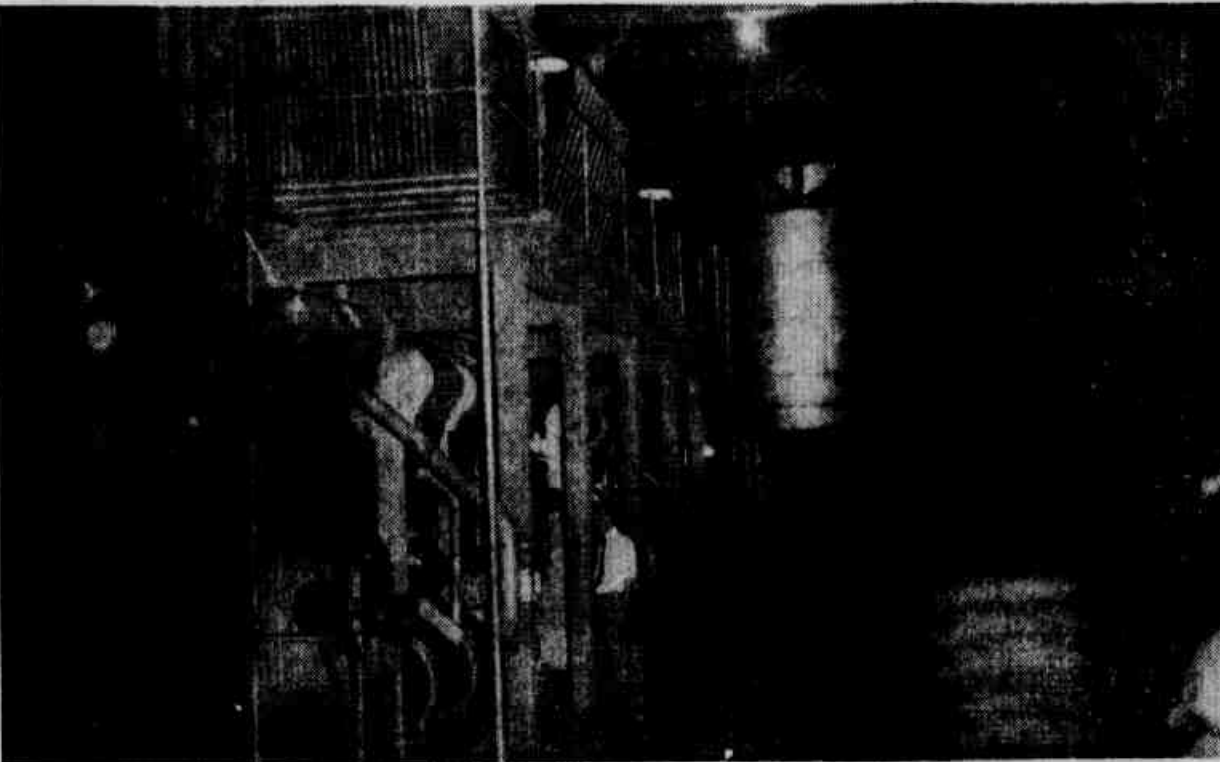
Antonio Teixeira Junior - Diretor

Walther Moreira Salles - Diretor

FUNDAÇÃO — João Moreira Salles



Detalhe do moderníssimo aparelhamento para ensaque e pesagem do café da Cia. União de Armazens Gerais.



No "cliché", vê-se em pleno funcionamento, a maquinaria de rebenefício, ensaque e pesagem do café, toda construída em aço e cimento armado, pertencente à empresa armazenadora do grupo Moreira Salles

**NASCE NO PARANÁ
UMA NOVA CIDADE PARA O café!**

CIDADE MOREIRA SALLES

Na sua incunidade e sempre renovada ancestralidade por terras vigentes e férteis, brasileiros e homens de todas as raças, que trabalham e forjam a grandeza do Brasil, marcham pressurosos em busca de glórias novas, onde os elementos do solo lhes propiciem a formação de fazendas produtivamente ricas. Incansavelmente movidos por uma determinação inquebrantável, vão os desbravadores do sertão, deixando, atrás de si, os marcos assinaladores da presença do homem civilizado, na terra antes indevassada.

E, ao contacto estimulante do desbravador obstinado e destemido, errante, ágil, vitorioso, os povos, ancos, crescem e se transformam em novos centros de progresso, para a glória de um Brasil mais rico e mais poderoso.

Neste, assim, agora, a CIDADE MOREIRA SALLES! Nasce, sendo por herança a mais exuberante, rica de modelos de lei, que o machado do homem vai absovendo para pôr a nós o dorso arroso dos avigilados de terra mista, de onde, milhões de pés de café, formam uma promessa vigorosa de serem, amanhã, a reserva com que o Brasil poderá contar para a continuação do seu progresso vertiginoso.

CIDADE MOREIRA SALLES!

SEMPRETIORIAS
Hotel, hospital, etc., em fase de construção. Luz e água encanada, no centro comercial, dentro de poucos meses. Campo de aviação já construído.

**PROPRIEDADE DA
COMISSARIA, EXPORTADORA E IMPORTADORA "UNIÃO" S/A**
Rua 15 de Novembro, 55 - SANTOS

SÃO PAULO
Rua Formosa, 409 - 9.º andar

LONDRINA
Rua Mato Grosso, 1211



UM GRITO DE ALERTA AOS CAFEICULTORES

MUNHOZ DA ROCHA
Governador do Paraná



em 1868 se iniciou o plantio do café no Paraná, longe da faixa litorânea, só há poucos anos o ciclo cafeeiro avassalou a economia paranaense, transformando radicalmente a fisionomia social do Estado.

Ao Paraná, para onde convergem as populações brasileiras, óvidas de vida melhor e mais segura, está reservada a missão de aliar o pioneirismo despreocupado de fixação definitiva com a moderna técnica agronômica.

Os homens que trazem a tradição do café e que não a abandonaram nas piores fases, já se convenceram de que é melhor, mais econômico e, sobretudo mais patriótico, conservar o solo e as culturas, do que proceder ao trabalho árduo de recuperação depois

que o solo se exauriu e as culturas fenececeram. Já se convenceram de que é melhor conservar que recuperar.

Eles sabem o preço que a economia nacional tem pago com o nomadismo constante do café, que exige inversão enorme de capitais para organizar todo o sistema de armazenamento, transporte e escoamento, toda a vez que a produção se transfere para diante.

Unindo o ímpeto pioneiro à técnica amadurecida que vai do modo do plantio à adubação e irrigação em culturas ainda recentes, bem como ao combate às pragas, o trabalho que se processa nas terras novas e pujantes do Paraná herdou a experiência, a longa e sofrida experiência da atividade cafeeira do Brasil.

Por mais progresso que se tenha alcançado na economia brasileira, principalmente no setor industrial em

que a grande siderurgia está plantando as bases de um grande número de indústrias subsidiárias, é ainda o café o grande produto que paga as nossas crescentes exigências de importação.

Não discuto que seja um bem ou um mal. Constato apenas que estamos ainda no ciclo cafeeiro da economia nacional. E nesse ciclo o papel do Paraná é decisivo.

O Brasil exige do Paraná e da gente que está aqui devassando o sertão com a civilização do café, que se alertem as consciências e não se iludam os mais entusiastas com o aspecto, na verdade empolgante, do progresso que acompanha a onda cafeeira.

O Brasil exige dos homens do Paraná que a nossa prosperidade agrícola se estabilize e permaneça.

É um imperativo de sobrevivência da liderança brasileira na produção mundial do café.



O CAFÉ

Se quisermos remontar às origens remotas do café no Paraná, forçoso será não esquecer o caso daquele primeiro tropeiro, desconhecido, que, desviando-se da estrada boiadeira do Rio Grande do Sul a S. Paulo, para evitar a tributação em Itararé, na barreira então existente ali, acabou, num dia desconhecido também, descobrindo a rota para o norte, em direção ao município de Jacaré-ribo de hoje, depois de pelo nordeste ter chegado ao rio Paranapanema.

Descoberta a região das terras roxas, estava descoberto o café paranaense, eis a conclusão lógica. Mas é mister considerar a precariedade dos caminhos que só permitiu a primeira tentativa de exportação de café paranaense entre 1897 e 1898, através de uma carga de 200 sacos transportados em lombo de burro até a estação de Cerqueira Cesar, então ponta de trilhos no ramal do Paranapanema da Sorocabana. Diz-se que a conta de venda de semelhante partida acusou um prejuízo de 154\$000, não compreendidas as despesas de produção.

Outras experiências negativas naturalmente se seguiram a essa, até que melhorasse a situação dos transportes com a chegada dos trilhos da Sorocabana ao rio Paranapanema e a inauguração da estação de Ourinhos em 1908.

E' exato que muitos mineiros já se tinham trasladado para a zona, atraídos pelo que lhes haviam contado os tropeiros de maravilhosas relações às novas terras, quando por ocasião de suas incursões a Minas Gerais.

Depois vieram paulistas e nordestinos que, com os paranaenses também já disseminados por ali, deram início à marcha para o oeste, suplantando-se em iniciativas de verdadeiro descobrimento, uma vez que, ao lado do interesse imediato, já se tornava perceptível outro interesse mais sutil e menos grosseiro, que não se circunscrevia ao latifúndio, ao sistema de economia do empresário, sob cuja égide se começou a fazer a exploração da região.

Procurou-se observar e conhecer as possibilidades da terra, deixando de lado a condição de simples lugar de passagem, reservada ao Paraná até quase o final do século XIX, quando as suas populações ainda pareciam não ter encontrado forma própria, orientando-se para pequenas culturas sem significação na economia geral brasileira, entre cujas mãos se iam estiolando os esforços individuais, entregues à própria sorte.

Não se pode deixar de reconhecer quanto deve e surto do norte paranaense ao declínio das plantações paulistas de café. Não era só a atração exercida pelas terras baratas do Paraná que provocava a avalanche migratória interna de maiores proporções registrada em nossa história, de que era e continua sendo teatro todo o Estado. Era também o cansaço

e o esgotamento dos cafezais paulistas cuja exploração se tornava antieconômica e que favorecia as novas culturas com um acervo de experiências assimiláveis e conhecimentos profundos, no sentido de uma perfeita identificação dos habitantes com a riqueza do café. A ambição de arquitetar um futuro melhor, de par com tais circunstâncias, podia e devia ser forte anteparo ao empirismo a qualquer espécie de lavoura desordenada que não congregasse todas as energias para um obje-

TEMISTOCLES LINHARES (Da Universidade do Paraná)

tivo de maior estabilidade, não incidente nos erros do passado.

Não resta dúvida que o explorador das plantações paranaenses está ligado em parte a esses fatores nascidos de categorias práticas já bem sedimentadas no tempo e que forço-

samente influirão sobre o futuro, para assentá-lo em bases mais sólidas. Há um complexo de noções e princípios que passou para o plano das conquistas já plenamente realizadas na apropriação da natureza e faz do homem não apenas um produto do meio, mas um produtor, como diriam os fenomenologistas.

O café, sem dúvida, desde há muito que vem conferindo ao homem brasileiro e agora ao homem paranaense essa feição de produtor, porador da história e motor da dialética, em

toda a extensão abrangida pelo sistema econômico que mais nos convém, fundado na existência humana e possibilitando uma situação de indivíduos contemporâneos e sucessivos. Graças ao café é que foram assegurados ao Brasil, e hoje o está sendo ao Paraná, uma linha de desenvolvimento e um sentido da história que já deu origem, pelo menos, à última das três grandes aristocracias do país: a dos fazendeiros. A dos fazendeiros de café, surgida depois da dos senhores de engenho e da dos grandes mineradores, cujo papel no cenário político, em diversas fases da vida brasileira, foi de efetiva liderança.

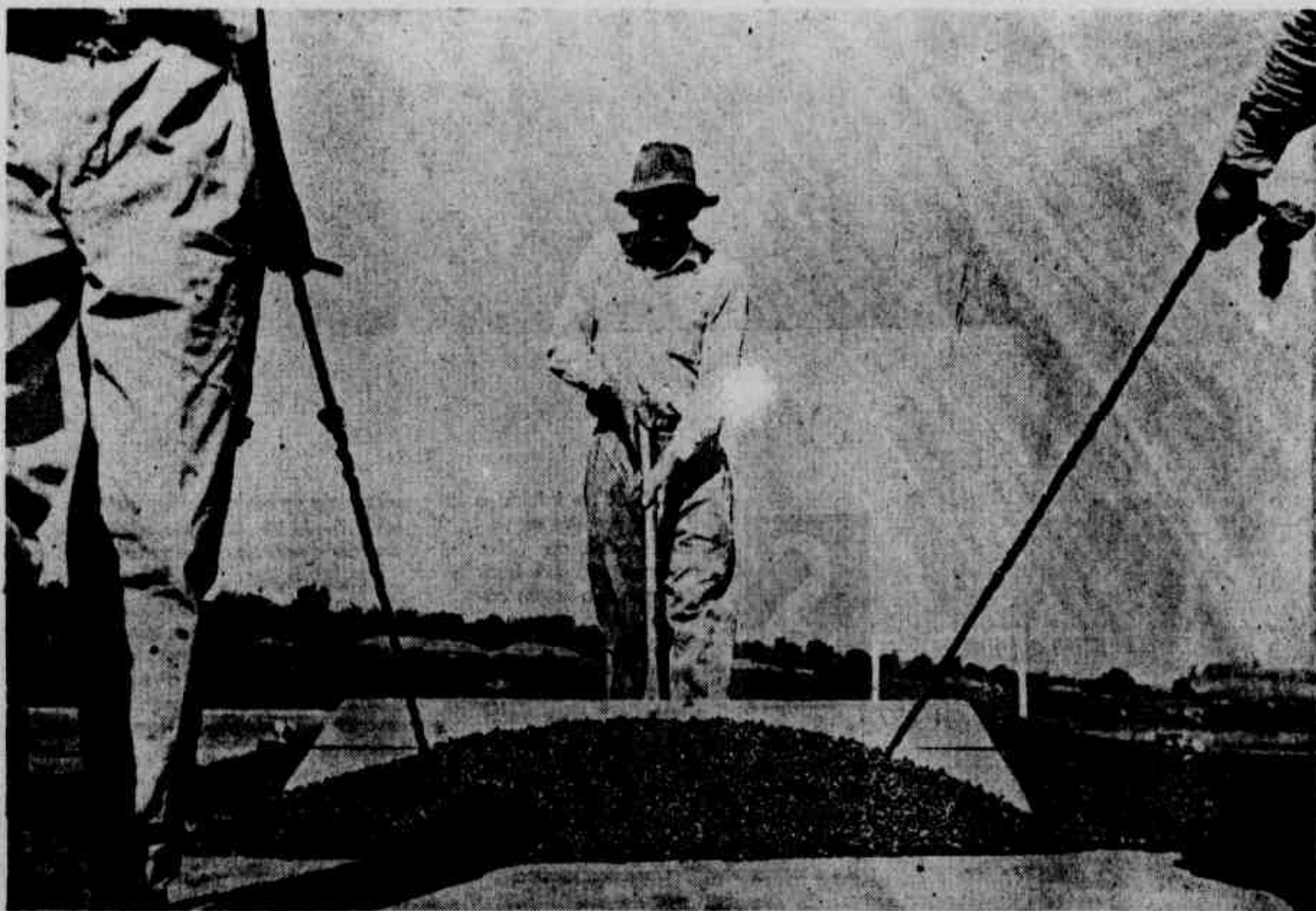
Na verdade, os maiores fatos econômicos, sociais e políticos, desde há quase um século se vêm desenvolvendo em torno desse produto, que continua sendo o maior fornecedor de divisas de que dispomos, sem falar nos elementos de reforço criados à sua sombra em favor de uma melhor estrutura para a economia nacional. Pois, em função do café, muitas estradas foram construídas, alguns portos foram aparelhados e novas indústrias se instalaram, estimulando outras forças latentes que dependiam do afluxo de capitais estrangeiros, fazendo hoje do Paraná, como já fizera ontem com S. Paulo e antes com a baixada fluminense, um ponto de resistência, uma máquina econômica em plena produtividade, não obstante ainda possa haver muita ferrugem em sua engrenagem burocrática.

A correlação existente entre o crescimento das zonas novas e o café é um fato palpável e indiscutível que não cabe aqui abordar, senão para chegar às suas consequências. As suas possíveis consequências em relação ao Paraná.

E' sabido que enquanto a produção cafeeira declina em S. Paulo aumenta no Paraná. E aumenta em proporções assustadoras a ponto de se prever para breves anos uma produção local nunca atingida em todo o Brasil, compreendidas as colheitas melhores de S. Paulo e Minas em seus melhores tempos.

O primeiro fenômeno a apontar, como decorrência natural, é o deslocamento para as zonas cafeeiras novas que aqui estão se inaugurando de grandes contingentes humanos procedentes de todas as partes do país. As repercussões demográficas que o café está provocando no Paraná talvez ainda não tenham sido bem avaliadas. Mas há já quem acredite estar contida nelas a garantia de preservação da chamada cultura luso-brasileira, ameaçada pela expansão e crescimento das áreas ocupadas por núcleos respeitáveis de imigrantes estrangeiros e seus descendentes, formadores já de um Paraná característico, obediente a um destino de exceção, mas não messiânico, antes civilizador e de gravação para uma melhor harmonia entre as diferenças regionais da Federação.

Essa simples hipótese é um convite à reflexão.





É O PARANÁ

Vista aérea de Curitiba, capital do Estado, cujo vertiginoso progresso repousa na economia cafeeira

A observação que surge desde logo diz respeito ao fato de ter-se iniciado o ciclo do café no Paraná quando o seu povo formado de homens de todas as latitudes e raças já parecia ter encontrado um ritmo próprio de progresso, definido como resultante da contribuição cultural das diversas correntes imigratórias espalhadas em seu território, feita de racionalismo, de alguma técnica e algum senso administrativo, para sepultar em definitivo todos os resquícios e sobrevivências de um ritmo novo, sem dúvida. Já tinha um um passado arcaico. O Paraná já obedecia a contorno. Podia ter havido nele alguma coisa semelhante à confusão do caos que precede a criação. Mas em sua desordem já se adivinhavam tentativas para lograr uma forma. E o Paraná seguiu, assim, o seu destino, quando começa o ciclo do café de que estamos nos ocupando.

Não se pode negar que o início deste vem-se processando com o alheamento de grande parte da vida desse povo que por direito de conquista e descobrimento já adquirira foros de paranaense. No seu começo, o café no Paraná tem sido mais um fenômeno paulista e mineiro, talvez marcado por alguns traços da psicologia, pelo menos em relação aos mineiros, do mestiço brasileiro, produto da mistura das três raças formadoras, o detentor mais legítimo da cultura luso-brasileira.

O ciclo do café começou, pois, se revestindo de um caráter de regime estranho imposto ao paranaense já cioso de sua auto-affirmação, e contra cuja cultura se ensaiava uma espécie de antagonismo no Norte do Estado.

Essa situação, que já teve sua crise aguda, obrigou o paranaense a se sustentar melhor e hoje, graças à lucida vigília de seu atual governo, o problema já não corre mais o risco de se afundar na precipitação dos acontecimentos. Empenhado em descobrir o sentido da realidade paranaense, o Governo do Sr. Bento Munhoz da Rocha tudo tem feito por estender as nossas vivências até a região cafeeira cujo rápido crescimento devemos mais ao labor fecundo de nossos irmãos de outros Estados. O maior perigo estava em que os paranaenses mais radicados à terra, os paranaenses do centro, do sul e do oeste não se integrassem na nova cultura e lutassem contra ela, criando oposições internas da consequências imprevisíveis.

Isso, porém, não tem impedido, sempre que nos defrontamos com o tema econômico no Paraná, que nos situemos diante de um dualismo. Diante do qual nos acode perguntar, tamanha a grandiosidade da riqueza que o café representa, se será a diversidade do

sul, do centro e do oeste ou a diversidade do norte a mais capaz de emprestar tom e cor à nossa realidade integral.

Nesta altura de nosso monólogo interior, acabamos-nos detendo de repente porque tropeçamos num ponto passível de divergências. Talvez porque aqui, como em outros aspectos da vida paranaense, olhamos os fatos através do prisma de nossas preferências e por isso não vemos o que é, obstinando-nos em ver o que desejamos.

O Norte, isto é, o café, representa, vamos admitir, o avanço ascensional por saltos, sem escalas nem paradas no passo que o Sul, o outro Paraná, encarna a tradição, o progresso por etapas, uma evolução mais lenta, mas menos improvisada.

O perigo está em alargar esse sentimentalismo ainda subsistente que pugnava em converter o Paraná em duas zonas opostas, reservando, para a que ficava aquém das terras roxas maior coeficiente de paranaensismo. Um paranaensismo que muitas vezes chegava a excluir a zona cafeeira, como se ela representasse o anti-Paraná. Assim, o Norte versus o Sul.

O absurdo está aí, quando não se trata de nenhum caso de eleição ou preferência. Não é possível ignorar o Norte, que é elemento integrante de todo paranaense.

É certo que fatores geográficos, em primeiro lugar, comunicações deficientes, em seguida, contribuíam para uma separação, aproximando mais o Norte de S. Paulo, de Santos, do que de Curitiba ou Paranaguá.

Não era a circunstância de se estar em face de uma economia nascida mais da iniciativa paulista, de fazendeiros transferidos para o Paraná e que continuavam fazendo de S. Paulo o centro de convergência de suas atividades. Havia outro elemento ponderável, a considerar diante do intercâmbio comercial intensificado com S. Paulo, cuja metrópole se tornara a abastecedora natural de mercadorias e artigos de que necessitavam as populações nordestinas paranaenses. Curitiba, nesse sentido, ainda não estava aparelhada, como não o está hoje, para competir com S. Paulo, nervo que irradia elasticidade e energia em todas as grandes empresas de vulto. Mas, forçoso é reconhecer: Curitiba está crescendo, está-se industrializando rapidamente e já se lhe vê a vaticina, para dentro de pouco tempo, o terceiro lugar entre as três maiores cidades brasileiras. O porto de Paranaguá também se amplia e é cada vez maior o volume de café que desce e se escoas através de seus armazéns. As estradas que ligam o Norte com o Sul e o litoral se desdobram e retificam, aumentando a capacidade de transporte paranaense.

Tudo, afinal, se prepara e encaminha para abolir o prurido ridículo de um paranaensismo a expensas de diferenças que existem realmente, mas que de nenhum modo podem erigir-se em oposições intransponíveis, que em nosso solo e convivência deixam de sê-lo.

Ainda é trivial a preferência pelo Paraná do Sul. Talvez ela se justifique mesmo quando por paranaensismo se entende o espírito da terra, que será sempre, em última instância, o fundo colorido do autêntico espírito paranaense. O paranaensismo abraça e envolve todo o Paraná. O Sul o encarna e o Norte também o encarna no mesmo alento peculiar, na mesma emoção, no mesmo estado



Viveiros de mudas de café no Norte do Paraná

de animo que penetra o paranaense em geral. Há já uma nota tônica espiritual, digamos, que em gesto largo e amplo se distende desde o Iguaçu no Sul até o Paranapanema no Norte. O Norte, assim, está incrustado na alma paranaense. O Paraná se realizará plenamente, pois, quando o homem do Norte, o fazen-

deiro de café, que é impulso incontroverso de uma realidade, corporize esse espírito paranaense, que é força invencível de nosso destino telúrico. Toda linhagem provém de dois séres. A casta da alma paranaense provirá, portanto, dessas duas vidas: a do Norte e a do Sul ou do centro. Ao Norte corresponde o impacto viril, o gesto agressivo que fecunda a alma paranaense, o novo ser paranaense do futuro.

Mas há ainda outro aspecto a abordar mais profundamente. O que diz respeito à chamada cultura luso-brasileira. O Norte se antepõe ao Sul como centro de resistência e conservação dessa cultura.

Ora, em matéria de história social, são arrojadas e temerárias as afirmativas absolutas ou rígidas.

É difícil dizer, portanto, que exista no Norte a constituição de uma classe rural dominante, representando um bastião inquebrantável da cultura luso-brasileira.

Quem a conserva e resguarda ali? Os Nordestinos, provenientes dos Estados do Norte? Cearenses, pernambucanos, baianos? Não resta dúvida que sejam eles os seus mais legítimos detentores. O denominador comum do mestiço brasileiro, originário da miscigenação das três raças formadoras, por certo que a explica, espelhando algumas situações em dados momentos históricos na vida brasileira. Seria injusto deixar passar despercebida a imensa, a inestimável contribuição de Gilberto Freyre em seu favor, em relação ao Nordeste, cujas conclusões seria lícito generalizar a todo país até certa época, até pelo menos quando o surto imigratório estava em seu início no Sul.

O complexo racial e cultural brasileiro foi idêntico em toda parte até meados do século XIX, não há negar. Mas daí em diante ele se modifica, assumindo características regionais cada vez mais acentuadas com as grossas levas de imigrantes estrangeiros distribuídas principalmente entre os Estados do Sul. O Paraná, como é sabido, foi dos que mais constantemente receberam tais influências de consideráveis ressonâncias no aspecto social.

Não só o Paraná, porém, figura entre os mais atingidos por esse novo movimento demográfico. São Paulo também, bastando atentar que perto de 3 milhões de estrangeiros para ali acorreram depois de 1872.

Qualquer generalização étnica, agora, em relação ao Sul, por conseguinte, não tem mais cabimento. Assim como também não cabe mais qualquer temor aos quistos raciais. O paranaense não está na mistura maior ou menor de sangue estrangeiro, nem na diminuição da influência ameríndia, negra ou portuguesa, assim como no declínio do tipo mestiço consagrado.

O prejuízo reside, sim, na anarquia cultural, da qual ainda não podemos sair ou vamos saindo muito lentamente.

Seria talvez mais patriótico, como demonstração de amor às tradições, a manutenção da chamada cultura luso-brasileira, mas contra as ameaças que ela vem sofrendo em seu amago, principalmente no setor da economia, aca-so vale opor qualquer resistência?

As atividades econômicas realmente nacionais, no sentido da cultura luso-brasileira, se exerceram em torno do açúcar, para ficar nos grandes produtos de exportação. A mineração não pode ser incluída entre elas, pois se iniciou quando ainda não existia o por-mineiro. E' exato que esta, a princípio, foi o nome português, de onde brotou o movimento popular de Filipe dos Santos, para não falar já no movimento intelectual dos inconformistas, ambos empenhados na destruição do sistema de vida que tinha apoio em tal atividade. Ainda depois da vinda da corte portuguesa, ela continuou estrangeira, passando de lusa a inglesa, como se conserva até hoje em escala predominante.

Resta examinar agora o café.

Na região fluminense, berço da grande cafeicultura nacional, sempre houve dificuldades não só de comunicações como de braços, cada vez mais escassos diante da repressão do tráfico de escravos, em 1851. Depois de esse estado este, o café conseguiu atrair ainda muitos escravos procedentes do Norte do país. Os canaviais se despojavam, o que determinou medidas coercitivas de parte das províncias açucareiras sobre a saída de cativos.

Enquanto durou, a produção fluminense teve caráter brasileiro, o mesmo se poderia dizer da produção mineira, que lhe emprestou muitos atributos típicos, inflando até num maior condensação dos traços temperamento do mineiro, cuja predisposição natural era criação e a agricultura.

Um sistema de exploração descuidado extensivo, todavia, não favoreceu por muito tempo os laços culturais e sentimentais que ligam o homem à terra. Arrasou-se a mata sem nenhum conhecimento da ciência agrônoma: O trabalho da erosão, favorecido pelos declives do terreno, foi rápido. Até na plantação houve descuido, feita dentro do plano simplista e comodo de fileiras em linha reta acompanhando os declives. Poucos decênios bastaram para começar o declínio, com o enfraquecimento dos casais, o decréscimo acelerado de seus rendimentos, o desaparecimento das praias, etc. A decadência tinha de vir, como veio acompanhada de todo o seu cortejo de males e miséria, o abandono, o desperdício do tra-balho, a rarefação demográfica.





Foram tais regiões irmãs em desgraça das outras do Nordeste e do Recôncavo, onde os rudes métodos de exploração agrícola é que predominavam, parece que seguindo uma herança fatídica aberta em Portugal, com a decadência da velha economia agrária dos "reis lavradores".

Avessos a qualquer aperfeiçoamento técnico, os fazendeiros do tempo da escravidão "sabiam apenas mandar", como disse Quintino Bocaiuva com grande senso realista.

Mais por isso talvez, por lhes ser inato o gosto do mando, é que vemos, na condução da política e dos negócios internos do Estado, essa predominância sucessiva das regiões econômicas prósperas. Realmente, quantas figuras respeitáveis e de primeira plana na política nacional não estavam presas aos hábitos, preocupações e interesses das zonas agrícolas de que procediam!

Nesse sentido, S. Paulo talvez seja a melhor ilustração. Isto é, o café de São Paulo, os seus fazendeiros, dotados em sua maioria de escassas noções sobre a lavoura, sendo que nem sequer conheciam, segundo alguns depoimentos, a extensão de suas propriedades, elas se aplicava também o que Joaquim Nabuco dizia dos senhores de engenho: "...pouco são os netos dos agricultores que se conservam à frente das propriedades que seus pais herdaram; o adágio "pai rico, filho pobre, neto pobre" expressa a longa experiência popular dos hábitos da escravidão que desapareceram de suas riquezas".

A expansão cafeeira paulista, se não gerou grandes fortunas particulares como seria o desejar, deu origem pelo menos à última aristocracia social e política que tivemos no Brasil.

Em matéria de organização, é preciso convir, porém, que a lavoura de S. Paulo não ficou a vida inteira adstrita aos moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país. A devastação do solo, a exploração em larga escala, o esbanjamento de tudo, o arcaísmo, a rotina duraram ali enquanto durou o escravo negro, não por uma questão de raça, advirta-se logo, mas por uma questão de regime econômico, de instituição social.

Esta e aquela quem os modificou, racionalizando-os, sistematizando-os melhor, foi sem dúvida a imigração estrangeira. A imigração em grande escala, de que se beneficiou o café em sua fase de crescimento mais alto. A imigração fomentando também o crescimento de pequena propriedade e, em consequência, a diminuição do latifúndio.

Se a cultura do café na zona Norte, Central e parte da Paulista e Mogiana se beneficiou do trabalho negro, não se pode dizer o mesmo das outras zonas, dominadas pelo elemento estrangeiro, que predominava, por exemplo, na região do Rio Preto, onde se observou espantoso ritmo de crescimento.

Dessas observações, em linhas gerais, que indicam tendências e sobrevivências, o que se conclui é a impossibilidade, em relação à cafeicultura paulista de desconhecer a influência da imigração estrangeira, cuja distribuição, mais densa no sul e, portanto, mais próxima no norte paranaense, veio modificar o panorama social de toda a região, inclusive da zona que representava o ponto cardinal do agricultor, o horizonte para o qual ele se dirigia e vinha perder-se no território do Paraná.

A lavoura paranaense não deixa de ser assim uma continuação da lavoura paulista, com o acréscimo e a incorporação das migrações de gente que tem ido ao seu encontro, na maioria procedentes de outras zonas do Estado, sem falar na contribuição japonesa de Assaí, que ocupa extensa área, uma das mais férteis da cafeicultura nova.

Naturalmente que muitas diferenças já refletidas no aspecto social se tornam patentes aqui, a começar das instalações e das dependências da própria fazenda, das residências dos agregados, de seus hábitos e costumes, que muito poucos elementos conservaram da cha-

mada cultura luso-brasileira, cujo acento tônico repousava na centralização da autoridade política e social nas mãos dos patriarcas, senhores dos escravos, das terras e das leis.

Não há mais aquela forma concreta, íntima, pessoal de domínio, encarnada pela onipresença do chefe. As massas trabalhadoras sofrem ação muito menos direta e dependente. Desapareceu até aquela intimidade quase doméstica entre as famílias dos proprietários e as dos agregados e escravos perfeitamente observável na vida dos engenhos e das casas-grandes. O paternalismo se dissolveu, pois, com o caráter rural de nossa civilização, que

exige maior espírito de luta, de resistência e sacrifício, para não perecer, ao contrário da tolerância e da plasticidade portuguesas, tão amigas da apatia e da preguiça muitas vezes. Uma apatia e uma preguiça que podiam, é certo, rebentar em virtudes, permitindo a fusão das três culturas que estão na base de nossa formação.

No interior mesmo, nos recessos mais longínquos, não domina mais aquela mentalidade de expectativa em torno dos chefes. Esta já foi substituída pela consciência do próprio valor, pela necessidade de arranjar a vida independentemente de conselhos e subordinações.

Hoje, ao contrário, dissemina-se cada vez mais o senso proprietário. Todo mundo quer ser senhor de seu nariz, possuir a sua casa, a sua horta, criar as suas galinhas, viver a sua vida, enfim.

A evolução sofrida pelo nosso homem do campo, nesse sentido, chega a ser notável. Ele é, sem dúvida, mais inteligente, parecendo estar compenetrado da constatação pascaliana de que não se deixa enganar e que constitui a maior grandeza do homem.

Londrina talvez simbolize esse homem rural paranaense. Não Londrina como cidade, cuja importância não é tão grande como às vezes se deseja fazer crer. Basta verificar, pelo recenseamento de 1950, que a zona urbana do distrito onde está a sede do município participou apenas com 32,3% do total dos habitantes daquele. Até o distrito central do município permaneceu, pois, preponderantemente rural. A importância de Londrina provém da agricultura de suas zonas suburbanas e rural, onde tudo que existe pode ser considerado fruto dessa formação nova, dentro da qual a ambição, é preciso reconhecer, foi o movel mais frequente das ações. A ambição sem tutelas, que procurava o seu bem-estar, fugindo da miséria e da opressão, convencida de estar livre para sempre da escravidão e da miséria.

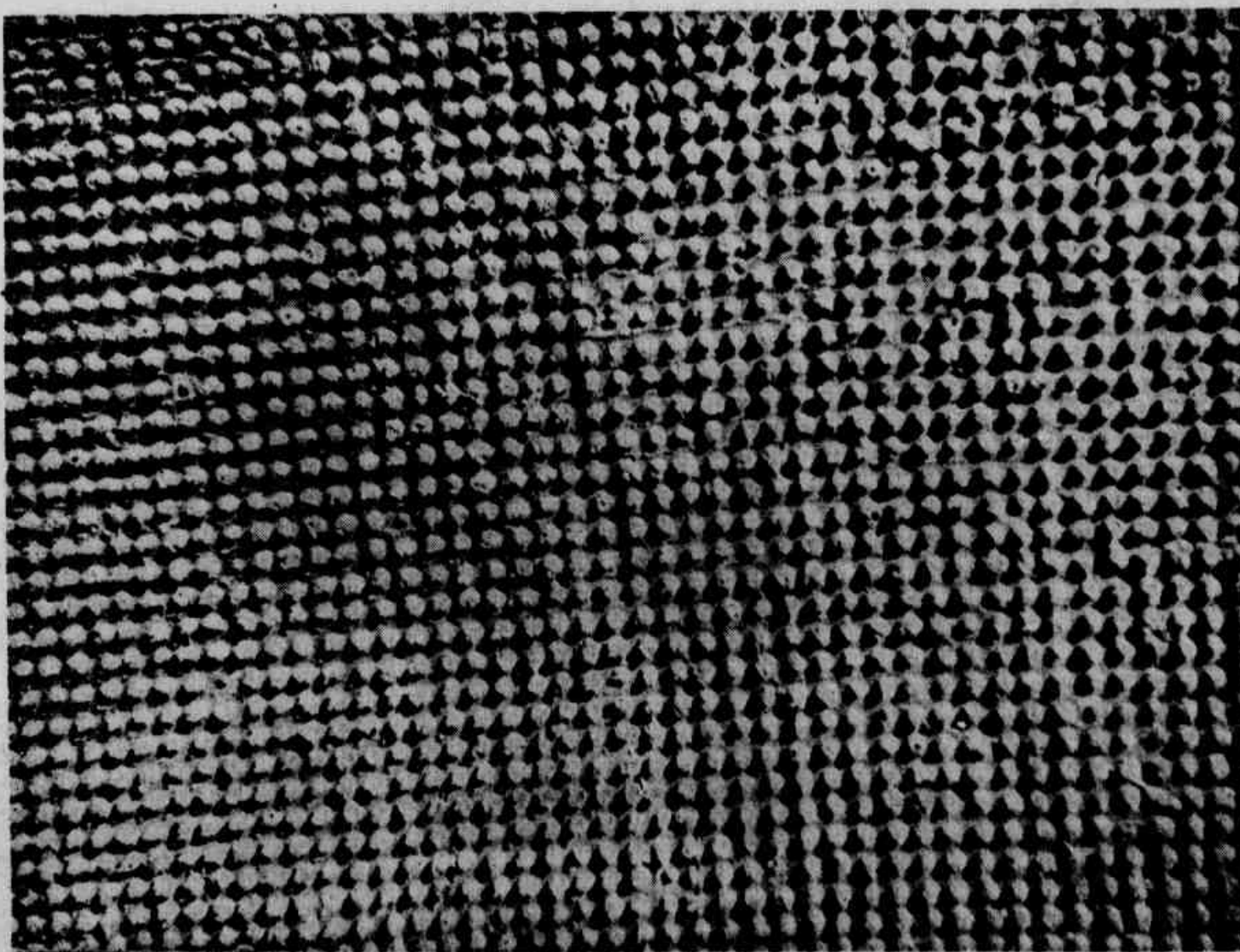
Diante de semelhante perspectiva, que será lícito esperar do café paranaense no campo político e social? Uma nova casta de gente, uma outra aristocracia, igual à dos fazendeiros paulistas de onde saiu a elite social brasileira da primeira República?

Talvez seja ainda cedo para prognosticar sobre o futuro. Mas acerca do grande papel que não se admitem dúvidas, tanto mais que o café paranaense — uma vez que S. Paulo tende a retroceder na sua produção — é que se depositam as melhores esperanças para a manutenção da estrutura tradicional da economia brasileira, assentada na produção intensiva de alguns artigos de exportação, entre os quais ele é absoluto no fornecimento das divisas de que tanto carecemos.

Que outra coisa nos ensina a história senão repetir que quase todos os grandes fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil desde há perto de um século se processaram em função do café?

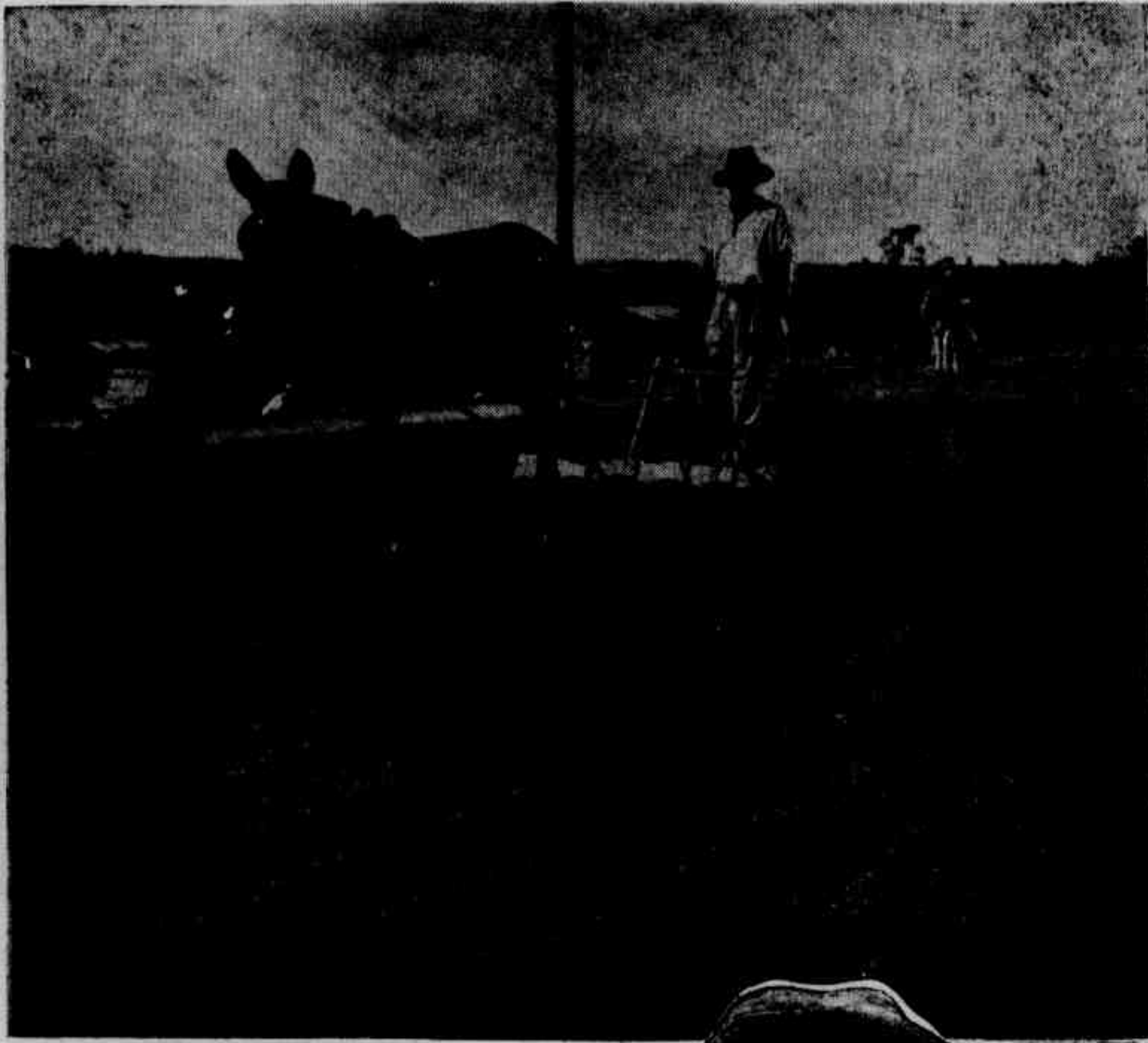
E o café, hoje, é o Paraná. *

* — O Departamento Estadual de Estatística forneceu os dados seguintes, concernentes à produção cafeeira paranaense, no período que se estende de 1940 a 1952: Produção total em arrobas — 1940 — 10.016.982; 1950 — 13.486.802; 1951 — 13.094.917; 1952 — 16.448.294. Área cultivada: 1940 — 89.932 hectares com pés novos e 242.264 com pés frutificando; 1952 — 194.122 hectares com pés novos e 327.851 com pés frutificando. Número de pés: 1940 — 86.207.310 pés novos; 1952 — 121.326.170 pés novos. Comparando-se os dados estatísticos e expressos acima, pode verificar-se facilmente a diferença considerável entre produção, área cultivada e número de pés existentes em 1940 e as condições dos mesmos em 1952, num aumento que não deixa dúvidas quanto ao progresso que a cultura cafeeira vem obtendo no Paraná.



VISTA AEREA DE UM CAFEZAL DO NORTE DO PARANÁ





O CAFÉ ESTILO "PARANAGUÁ"

Stenghel Guimarães

A grande preocupação da economia cafeeira paranaense, no momento, se fixa na conceitualização do produto perante o comércio exportador.

Vivendo o Paraná a etapa mais importante da exploração agrícola da preciosa rubiácea, quando a sua produção entra na fase evolutiva que colocará, fatalmente, na liderança nacional, um período básico no ciclo cafeeiro pode-se considerar vencido com êxito, desde que represente efetivo concurso do Estado na economia nacional. E' curial, no entanto, que a expressão quantitativa da produção não basta para enfrentar as exigências da concorrência, tanto mais no âmbito de uma política nacional que visa a defesa do produto de exportação, tendente a manter-lhe o preço e isso em razão da sua posição principal elemento da balança comercial.

Como não poderia deixar de ser, o problema criado para o café paranaense, na atual conjuntura, diante da

equiparação de preços, nos portos de exportação, é o de sua valorização qualitativa. Apresentando no mercado externo em igualdade de preço a outros produtos de maior tradição, fica sujeito a um cotejo que lhe é desfavorável perante o importador.

E' o que se verifica exatamente na concorrência com o café paulista, cujo prestígio secular nas praças estrangeiras é robustecido hoje por outras condições que o café paranaense ainda não pôde obter.

Não se trata apenas da qualidade essencial do produto, consequência natural da maior experiência dos lavradores paulistas aplicada à melhoria da produção, como também da própria apresentação, do mais aperfeiçoado beneficiamento.

Quando, portanto, o comércio bandeirante alcança melhores preços e maiores facilidades de colocação para o seu café "estilo Santos", as atenções das classes cafeeiras do Paraná se voltam agudamente para a valorização do "estilo Paranaguá".

E' óbvio que essa valorização não se pode processar em função de simples recurso comercial. O necessário é o trabalho racional e planejado, no sentido de prestigiar o nosso café junto ao importador, mercê da aplicação à lavoura dos métodos científicos mais avançados, para a melhoria da qualidade do produto, que a experiência paulista nos oferece como subsídio respeitável: pelo cuidado na apresentação, eliminada, principalmente, a porcentagem de defeitos ainda tão sensível no café exportado por Paranaguá; pela propaganda mais habil junto aos compradores externos, até aqui influenciados, como é natural, pelo conceito do produto paulista.



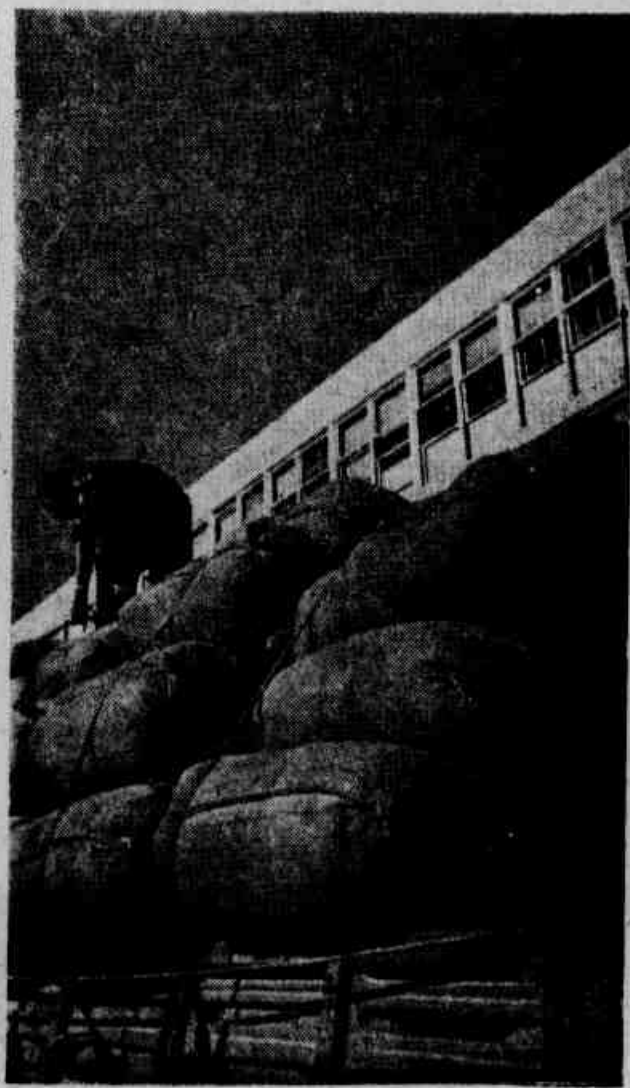
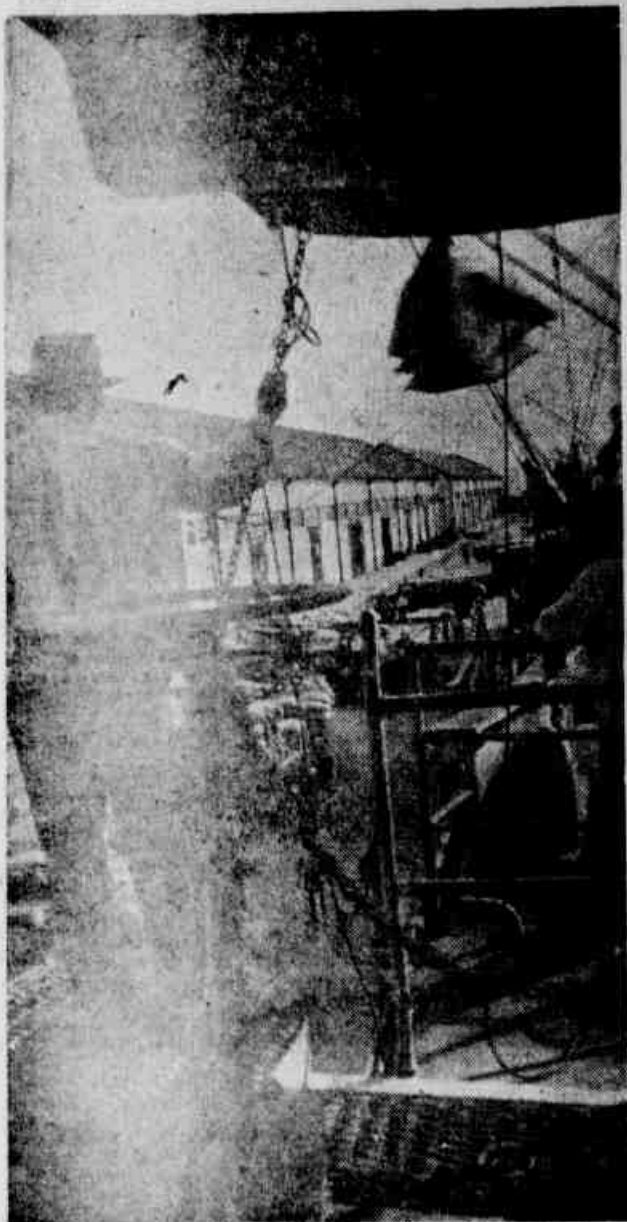
Roque Vernalha, prefeito de Paranaguá

A própria história do comércio cafeeiro no Paraná está indicando a possibilidade de êxito de um trabalho consciencioso nesse sentido. A eliminação gradativa do deságio do café paranaense em relação ao paulista, representa a marcha normal do processo, que deve ser incentivada com elementos habéis.

A mentalidade adiantada dos responsáveis pela economia cafeeira de nossa terra já chegou entretanto à compreensão desse imperativo. E' a impressão que colhemos

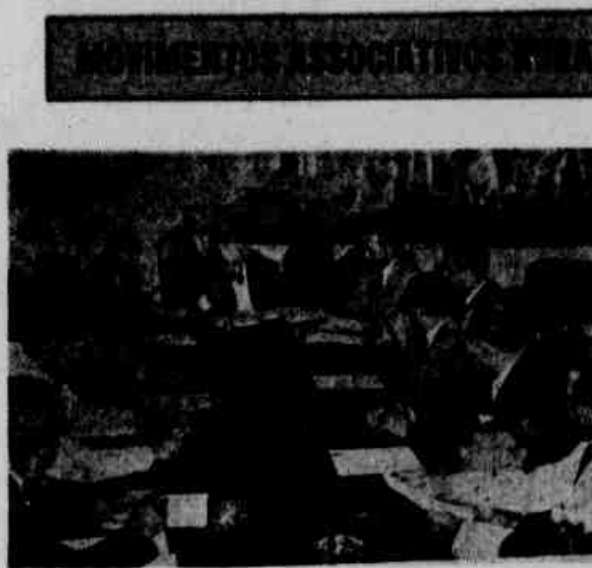
no contacto com os seus representantes mais destacados, atentos para uma campanha que se vai desenvolvendo com êxito no sentido de conferir ao "estilo Paranaguá", no comércio cafeeiro mundial, uma posição que ele pode, efetivamente, alcançar.

Para ela estão voltadas as vistas do Paraná que, dependendo da evolução da economia cafeeira para o embasamento da sua riqueza produtiva, necessita completar com segurança o ciclo da sua completa independência econômica.



Há mais ou menos 12 anos, lavradores mais adiantados começaram a arrematamento da classe, organizando associações em diversos municípios.

Dentre os primeiros, poderemos destacar as associações de Londrina, Cornélio Procopio, Cambaí, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Para reunir as associações foi, mais tarde, fundada a União das Entidades Rurais do Norte do Paraná, tendo como seu presidente o sr. Nicolau Lunardelli. Em 1950 os "leaders" rurais do vizinho Estado chegaram à conclusão de que seria mais eficiente uma associação que arrematasse individualmente os cafeicultores e tivesse sua sede na Capital do Estado, uma vez que a sede da União era em Londrina, e tratava, especificamente, dos assuntos ligados à cafeicultura.



O presidente, sr. Bráulio Barbosa Ferraz e diretores da Associação Paranaense de Cafeicultores

cultura. Assim, a 29 de novembro desse ano, em São Paulo, no consultório do dr. Homero Cordeiro, reuniram-se os srs. Francisco de Paula Leite So-

uma diretoria provisória assim constituída: Presidente, Newton Carneiro; secretário, Mercio Prudente Corrêa; tesoureiro, Francisco de Paula Leite Sobrinho; vogal, Garibaldi Reale. Foi na mesma ocasião marcada a reunião para a fundação da Associação Paranaense de Cafeicultores e lavrada uma ata. A cidade designada foi a de Londrina e o dia 18 de dezembro, ocasião no qual os lavradores do Paraná ofereceriam um grande almoço ao governador eleito do Estado, dr. Bento Munhoz da Rocha Netto.

Já em Curitiba, a 28 de fevereiro de 1951, foram aprovados os estatutos e eleita sua primeira diretoria: Presidente: Bráulio Barbosa Ferraz; 1.º vice-presidente: Garibaldi Reale; 2.º vice-presidente: Evilázio Bley; 3.º vice-

presidente: Homero Cordeiro; secretário geral:

Deputado Nicolau B. Ribas; 1.º tesoureiro: Deputado João Ribeiro Jr.; 2.º tesoureiro: Jayme Carrete Junior.

Foram eleitos para comporem a Junta Administrativa do J. A. C. os seguintes membros, todos da Apac: sr. Hugo Cabral; deputado João Ribeiro Junior e deputado Nilson Batista Ribas.

E' presidente da referida Junta o cel. Francisco de Paula Soares Netto, eleito Consultor Técnico da Apac. A Associação Paranaense de Cafeicultores tem defendido, desde a sua fundação, as reivindicações da classe, ao mesmo tempo que pugna pela formação de uma mentalidade agrícola moderna.

A expressão atual do Centro do Comércio de Café de Paranaguá

Quando de sua visita a Paranaguá, recentemente, demorou-se o governador do Estado em visita à nova e moderna sede do Centro do Comércio de Café de Paranaguá, considerado órgão consultivo do governo do Estado do Paraná, pela Lei n.º 722, de 8 de novembro de 1951. Fundado em 20 de maio de 1933, o Centro, hoje instalado em magnífica sede própria, de modernas linhas arquitetônicas, exerce papel de relevante importância no trato dos assuntos relacionados com a economia cafeeira, fornecendo subsídios para os estudos sobre a cultura, defesa, produção e comércio do café, vigia mestrada na economia nacional. Sua atual diretoria é presidida pelo dr. João Ferraz de Campos, que foi reeleito para o car-

a mais fértil das terras de todas as suas riquezas humanas e minerais, depois do que fenece e exige uma completa restauração do solo, como acontece nas zonas velhas, de Minas e São Paulo. Daí a sua procura de outros "habitantes".

Paulistas e mineiros, que são, no Brasil, os mestres nessa cultura, tiveram, há cerca de meio século, notícia das terras roxas da margem esquerda do Paranapanema, e, guiados por uma mulher, Maria Ferreira, iniciaram as primeiras culturas cafeeiras, na zona velha do nosso Estado, em Ribeirão Claro, Jacarezinho, Ourinhos, Tomazina etc.

Atualmente, com o movimento que conta o Porto de Paranaguá, é sério concorrente do de Santos e ganha, já, fama e importância no exterior. O vulto das transações de café realizadas no sítio, a significação e importância da instituição que foi praça de Paranaguá cresce paulatinamente e para ali converge grande parte da produção cafeeira paranaense, escoando-se porção considerável pelo porto de Santos.

UMA VISÃO DO FUTURO

Uma vez construída, porém, a Estrada de Ferro Central do Paraná, ligando a zona nova de produção, mais facilmente, com menores distâncias e melhores condições, a Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá, este Porto, que já tem assegurada sua posição de relevo no comércio da economia nacional, será o primeiro e o de maior significação econômica do país, porque até então a cultura cafeeira, no Paraná, terá atingido seu estágio de pleno desenvolvimento. E o Centro do Comércio de Café de Paranaguá, graças à visão administrativa de seus dirigentes, estará aparelhada para acompanhar de perto a evolução natural da economia cafeeira paranaense. Dotado de excelente sede própria — modernamente projetada e construída, esplendidamente mobiliada — o Centro está perfeitamente à altura da privilegiada situação que desfruta o Estado do Paraná, no tocante ao café, com grande e rendosa zona de produção, meios de transporte, porto, armazéns e estabelecimentos comerciais para o escoamento de sua principal riqueza.

Os estadistas paranaenses Afonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, diante das imensas reservas de terras ubérrimas, com altitude e latitude próprias ao cultivo cafeeiro, dirigiram então suas vistas para aquela privilegiada região, vinculando-a a Curitiba e Paranaguá, pelo ramal do Paranapanema, e a Santos, pela Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, concedendo o segundo, ao valoroso selvitador Lord Lovat, 500 mil alqueires de terras devolutas de matas virgens, onde hoje florescem e frutificam os esplendidos cafezais que garantem ao

VINTE ANOS DE ATIVIDADE

Fundado em 1933, conta para mais de vinte anos de atividade o Centro do Comércio de Café de Paranaguá.



Visita do Governador Munhoz da Rocha à Sede, ladoado pelos srs. João Ferraz de Campos e Walfrido Moraes — respectivamente presidente e vice-presidente do Centro.

go, dado o seu descolínio administrativo e grandes relações nos meios cafeeiros, não só do país como do exterior, valendo-lhe a posição de autêntico "leader" dos comerciantes de café.

E' a seguinte a composição da atual diretoria do Centro do Comércio de Café de Paranaguá: presidente: dr.

João Ferraz de Campos; vice-presidente: Wilfrido Moraes; 1.º secretário: Regis Constantino; 2.º secretário: Alvaro Barros; 1.º tesoureiro: João Eugênio Cominetti e 2.º tesoureiro: João de Souza Aranha. Conselho Fiscal: José dos Santos Nogueira, Tochio Trukumo e dr. Nelson Buffara.

IMPRESSOES DO GOVERNADOR DO PARANÁ

Na oportunidade de sua visita, consignou s. excia. o dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, as seguintes impressões sobre o Centro:

"Revisando a sede do Centro do Comércio de Café, sede própria digna do progresso de Paranaguá e do Paraná, sinto como governador do Estado, que estamos, de fato, em caminho da liderança cafeeira do Brasil, e que a gente do Paraná, está preparada para assumir, em futuro muito próximo, essa liderança".

Certa, reveladora da percuente visão do estadista de escol, em que os mais aprimorados atributos exornam a formação do político e administrador — a impressão que externou o governador Bento Munhoz da Rocha Netto, ante o Centro do Comércio de Café de Paranaguá, na sua visita em maio do corrente ano. Certa, confiante e animadora dos altos destinos do Paraná.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CAFÉ E O PARANÁ

Entre os inúmeros benefícios que o denodado colonizador português trouxe para a formação do Brasil, no plano material de exploração de suas riquezas geográficas — encontra-se a transplantação, aclimação e fixação da preciosa rubiácea em nosso solo, que é, o primeiro e o mais experimentado europeu em contacto com os ambientes tropicais, de todos os continentes, trouxe para o Novo Mundo, com a predestinação de criar o ciclo colonizador com que esse produto se expandiu, enriquecendo e nele se baseando como seu principal produto de exportação.

A sua expansão agrícola subiu pelo vale do rio Paraíba, atingiu Minas Gerais, espalhou-se, principalmente, pelos Estados do Rio e Espírito Santo, para ter maior significação econômica em São Paulo, fazendo do Porto de Santos, um dos maiores da América e o mais importante do Brasil. Planta eminentemente calcifuga, o café, depois de cinco décadas, vai diminuindo sua produção, gradativamente, até esaurir



Moderno edifício onde o Centro do Comércio de Café, tem a sua sede própria. As modernas linhas arquitetônicas dizem bem do sentido progressista e dinâmico que a direção desta Entidade imprime em todas as suas iniciativas.

Paraná, como bem se expressou o Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, "em futuro muito próximo, a liderança cafeeira do Brasil".

O PAPEL DO CENTRO

Promana daí, da expansão cafeeira do Estado, do seu vulto cada vez mais expressivo, reconhecida pelo Governo do Paraná como seu órgão consultivo, dados os seus serviços especializados de pesquisas para subsídios aos estudos que se faz em torno do café.

Além de seu aspecto propriamente agrônomo, há o comercial, que representa o fecho, o acabamento de todo o ciclo de trabalho que vai da cultura em si, do café, ao transporte e venda para os centros consumidores. De

guá, e, por uma sucessão harmoniosa de diretorias bem orientadas, atingiu a situação proeminente de órgão estritamente ligado ao ciclo econômico do café, desde a produção até a sua entrega para o consumo, numa série de operações que formam um todo complexo e que é o comércio do café, o fator básico de sua valorização e que fortemente contribui para o crescente progresso da sua cultura.

Como órgão consultivo do governo do Paraná, reveste-se de autoridade especializada e acatada em assuntos da cafeicultura. Cumpre-lhe atividade permanente no setor de defesa econômica do produto e por isso reclama pessoas capazes na sua direção, como tem sido e continua com a equipe chefiada pelo dr. João Ferraz de Campos.

Um dos pioneiros do Norte-Paraná

NASCEU na cidade paulista de Rio Claro, em 10 de junho de 1863, sendo filho de Antonio Barbosa Ferraz e Ambrosina de Arruda Campos. Quando atingiu a idade escolar, foi para Campinas, como interno no colégio Culto às Ciências, onde permaneceu alguns anos. Se bem que muito aplicado e muito querido pelos lentes, teve de

ANTONIO BARBOZA FERRAZ JUNIOR

deixá-los para administrar e tomar conta da Fazenda Pitanga, pertencente a seu pai, cuja administração não ia bem. Desde moço, muito energético e organizado, imprimiu disciplina e ordem em todos os setores da fazenda, que, de deficitária, passou a ser

lucrativa no fim do primeiro ano de sua administração. Com 19 anos de idade casouse, em 1882, com Ana da Silveira Corrêa. Casado, ainda permaneceu administrando, para o pai, até 1887, quando, entusiasmado pelo que ouvia falar da então zona nova de

Ribeirão Preto, resolveu ir conhecê-la. Lá chegando, não resistiu ao entusiasmo por terras tão promissoras e voltou deixando entabulada a compra de uma lavoura nova de café, comprometendo-se a entrar com 50 contos de réis, metade do valor da com-

pra. Voltou a Piracicaba, onde residiam seus pais e os de sua mulher e tratou de levantar os recursos de que necessitava.

Muito trabalhador, foi, pouco a pouco, reunindo suas economias e, anos mais tarde, adquiriu uma segunda propriedade, para, em fins de 1888, já possuir uma terceira, totalizando 1.050.000 pés de café. Muito amigo de caçadas, anualmente penetrava nos sertões paulistas, onde ficava semanas caçando, geralmente caçadas de rio. Numa delas, no rio Paranapanema, teve ocasião de constatar a

fertilidade das terras paranaenses, e tão entusiasmado ficou que acabou fazendo sua primeira compra de terras, que adquiriu do dr. Costa Junior, em começo de 1910. Nesse mesmo ano tratou de abrir um plantio de Curitiba, que era a ponta dos trilhos da Sorocabana, rumando para as novas terras, tendo como obstáculo a travessia do Paranapanema. Assentou uma baliza, e, meses depois, um carro de boi levava a primeira viagem de mudancas para a fazenda Arua do Ruere, que assim a denominou. Nesse mesmo ano plantou 185 mil pés de café, levando várias famílias de colonos italianos de Ribeirão Preto, como formadores da primeira lavoura.

Quando esse cafezal completou 8 anos, colheu 45 mil arrobas, o que o deixou deslumbrado. Em 1917 vendeu todos os cafezais que possuía na zona de Ribeirão Preto, a três mil réis o pé, sendo taxado, pelos colheiros, de lance. Mas encanando ele colhia nas suas fazendas de Ribeirão Preto uma média de 115 arrobas por mil pés, no Paraná colheira, em 1917, 42 mil arrobas, portanto, mais de 400 por mil pés. Passou a dedicar toda sua atividade no Paraná, onde fez novas compras de terras, totalizando a área de 2.458 alqueires, e mantendo uma fazenda plantada, onde tudo era moderno. Em 1918, sofreu a grande seca que tudo destruiu. Não desanimou. Plantou toda a área cultivada com algodão, para assim diminuir o prejuízo, ao mesmo tempo que plantava mais café. Em 1920, já passava a lavoura queimada a produzir boa safra, e em 1921 a lavoura estava completamente reflorescida. Quem não o conhecesse, não acreditava que tivesse sofrido a seca. Em 1924 adquiriu uma área de 37 mil alqueires, junto à atual cidade de Cornélio Procopio, que loteou e onde existem atualmente milhares de cafeeiros. Em 1929 adquiriu a então Cia. Agrícola Barbosa — uma área de 81 mil alqueires, na fazenda Uba, município de Pitanga, que está sendo loteada para novas plantações.

Deixou sete filhos, dos quais que teve, morrendo aos 83 anos; e por determinação testamentária, seu corpo repousa em terras paranaenses, ao lado do de sua mulher, no cemitério de Cambaí.

O Oeste do Paraná, e notadamente o Vale do Piauí, está seguindo marcha de progresso idêntica à do Norte do Estado, com elemento humano de primeira ordem, trazido, orientado e assistido pela FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO.

Aspecto de uma clareira na mata, notando-se o exuberante palmital, característica das nossas melhores terras.

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA DO CAFÉ NO PARANÁ

CASCVEL, O MUNICIPIO PIONEIRO DO OESTE PARANAENSE NO PLANTIO DA RUBIÁCEA

Quem percorre hoje em dia a ampla estrada estratégica em demanda do Oeste partindo de Curitiba ou Ponta Grossa, nunca poderá imaginar o que era aquela extensa e fértil região. Nos-

ca, estando situada entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.

AVISO DIÁRIO

Em menos de um ano, a "Real" e "Cruzeiro do

lavradores provenientes de outros Estados, de tradições cafeeiras consolidadas, procuram com avidez os terrenos de palmito, semelhantes ao do Norte do Paraná.

SERVIÇOS AO PARANÁ

A "FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO" está realmente prestando inestimáveis serviços ao Paraná, pelo seu trabalho honesto de perfeita colonização, legalizando a situação dos posses antigos e fazendo a venda de lotes de terra roxa legítima, encorajando, por preços acessíveis.

A vestimenta desses terrenos atesta amplamente a sua qualidade. Palmito, jaborandi rajado, pinheira, urtiga gigante, jaracatiá e outras de grande desenvolvimento demonstram ser esta, uma zona livre de geadas, ao passo que outras essências de alto porte, tais como a peroba, cedro, figueiras, canjara, cana fistula, monjoleiro, canela, pau marfim etc., são o espelho da uberdade da região, o ambiente do cafeiro por excelência.

Vamos encontrar aí o "jeep" como o veículo sem competidor, mercê de suas qualidades excepcionais, conduzindo o desbravador em sua penosa faina de penetração.

Cerca de um milhão de cafeeiros foram plantados nestes dola últimos anos na região, notando-se a preferência absoluta pela variedade Caturra, de menor porte, mas de grande precocidade e produção.

MARCA DO PROGRESSO

Para arquivo dos estudos no assunto, daremos a seguir uma relação das prin-

cipais fazendas e dos fazendeiros aos quais poderemos chamar de verdadeiros pioneiros da cafeicultura no Oeste Paranaense.

Fazenda Sto. Eduardo, do sr. João J. Bracconi, contando já com 100 mil plantados; Fazenda Piquiri, do sr. Jacé Leme de Souza e Silva, com idêntica quantidade; Estância Otero, de propriedade do sr. Augusto Leivas Otero, com 200 mil pés; Fazenda Palmital, do sr. Armando Martins Pereira com 150 mil pés; Fazenda Capará, do sr. Sandoval Portugal, 50 mil; Fazenda do sr. Horácio Gonzalez, 60 mil pés; Fazenda Gaucha, do sr. Fortunato Gregório com 50 mil; fazenda Sta. Rita, do sr. Alvaro Lemos, com 23 mil e outras que paralelamente, criam as bases para futura independência econômica de seus proprietários muitas vezes a custa de grandes sacrifícios.

Entremeados no milhão de pés de oliveiras que a "Agrícola" irá plantar, encontraremos em futuro próximo, vários milhões de cafeeiros Caturra, formando pequenos sítios de fácil aquisição. Os trabalhos nesse sentido foram já iniciados, estando desmatadas algumas centenas de alqueires para formar aquelas lavouras consorciadas.

O Oeste do Paraná, e notadamente o Vale do Piauí, está seguindo marcha de progresso idêntica à do Norte do Estado, com elemento humano de primeira ordem, trazido, orientado e assistido pela FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO.



Rodovia derrubada na fazenda do sr. Horacio Gonzalez, com 60 mil pés já plantados.

so, para admirarem as deslumbrantes catástrofes do Iguaçu, eram obrigados a suportar a penosa jornada através da selva que abrigava toda a perigosa fauna selvagem em seu próprio "habitat". Era o domínio dos arvatéis e dos primeiros serradores de pinho, infestados de perigosos bandoleiros e fugitivos da sociedade, tanto do lado brasileiro como do Paraguai e Argentina. A vida então não valia um centavo, trabalhando o homem, muitas vezes, sob regime escravo ou a troco de mantimentos para sua subsistência.

Resumindo, para povoar aquelas terras então sem nenhum valor, o homem (visionário, missionário ou criminoso) sofria toda a gama de adversidades, havendo como que uma seleção natural, onde apenas o mais forte sobrevivia.

Esta selva fabulosa a que nos referimos, está hoje cortada — de estradas, pontilhada de fazendas, serrarias e principalmente, de novas e florescentes cidades que seguem de perto as pérgas das Londrinas e das Maringás.

A cidade de Cascavel, entre todas, pode-se orgulhar de ser o centro de uma grande área racionalmente colonizada, para onde convergem elementos de todos os Estados da União, ali encontrando, querendo realmente produzir, meios e assistência necessários. E' cortada pela estrada estratégi-

Sul" iniciaram suas atividades, contando hoje com 2 aviões diários e um grande movimento de passageiros e carga, com tendência a aumentar progressivamente.

Aquele agrupamento de homens sadios, típicos da terra-roxa, vestindo roupas grossas e calçando suas botas avermelhadas pela poeira, faz parte do movimento habitual do aeroporto de terra batida, muito próximo do centro urbano.

O município de Cascavel, abrangendo uma grande área tem características ecológicas interessantes, pois nela passa uma linha perfeitamente notável que separa as terras de pinheiro, ervamate, etc., próprias para os cereais, das maravilhosas florestas onde o palmito predomina, constituindo o solo ideal para a cultura do café. Esta brusca transição é vista pelo observador que percorre as belas estradas construídas pela "FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO", a responsável pelo vertiginoso progresso verificado na região.

Os colonos chegados do Sul do país têm suas preferências orientadas para as terras de pinheiros, que muito se assemelham às de sua região de origem. Habitados ao cultivo de cereais e leguminosas procuram transformar com suas tradicionais atividades agrícolas, o novo, e fértil solo, numa segunda e melhorada edição, dos campos já cansados de suas velhas colônias. Os la-



Aspecto de uma clareira na mata, notando-se o exuberante palmital, característica das nossas melhores terras.

PARANÁ MAIS FÉRTIL QUE O BRASIL POSSUE

O procurado "El Dorado" estava no Norte do Paraná, onde o menor esforço é amplamente compensado — Uma companhia fundada em Londres faz a fortuna de milhares de indivíduos

TODAS as maravilhas que aconteceram no Brasil, neste século se devem ao café. Assim aconteceu com Marília e esse fenômeno espantoso de crescimento demográfico e uberidade conhecido sob a denominação ampla e genérica de "Norte do Paraná". Desta vasta área, Londrina é a mais perfeita expressão. É um superlativo cuja gênese foi um grão de café. Desde que ali chegou a baga sagrada, o resto foi uma consequência, porque ali existia um conjunto de fatores irremovíveis e favoráveis a rápido progresso. Como parte integrante que separação político-administrativa não podia quebrar a unidade geo-econômica, representada pela possibilidade da cultura do café, e o uso comum das mesmas rotas que

conduziam à metrópole absorvente que é São Paulo.

NUMEROS EXPRESSIVOS

O que o café representou para a rápida evolução do norte do Paraná encontra-se expresso em cifras. No começo do século a produção anual não chegava a cinco mil sacas. Em 1904, foi exatamente de 4.597 sacas de 60 quilos. A produção subiu até 1909, quando chegou a 9 mil sacas, desceu em seguida, atravessou alternativas, até que conheceu a trágica queda de 1918 em que a safra ficou reduzida, de novo a cinco mil sacas. Mas daí em diante foi subindo e pouco foi afetada mesmo pela grande crise. A partir de 1940, reafirmou-se a fé, cresceu a área plantada e o que representa esse surto encontra-se no quadro abaixo.

ANOS	S. PAULO sacas	PARANÁ sacas
1949/50	7.390.700	2.317.900
1950/51	8.121.300	4.030.800
1951/52	6.261.300	2.842.400
1952/53	7.056.650	4.947.120

O norte do Paraná superou, assim, em quantidade e sobretudo em qualidade a produção de velhos Estados cafeeiros, como Minas, Espírito Santo e Bahia.

Houve uma circunstância decisiva: a fertilidade do solo. Enquanto nas antigas zonas cafeieiras declinava a produção por mil pés de café, no Paraná as colheitas apresentavam índices elevadíssimos que causavam espanto. Daí a fama que começou a alastrar do seu solo uberrimo, deslocando verdadeiras multidões de todos os recantos do país e, notadamente, de São Paulo. A gente bandeirante apresentava a vantagem de levar consigo a experiência e capital.

A PEQUENA PROPRIEDADE

Em meio desse progresso espantoso, conseguido em tão pouco tempo, destaca-se o esforço da Companhia Terras do Norte do Paraná pelos métodos que introduziu. Seu plano de expansão, de culturas e povoamento do solo baseava-se na pequena propriedade. Tudo fora calculado de maneira que cada recém-chegado pudesse ser dono de seu próprio chão. E foi assim que, a partir de 1925, grandes extensões de chão paranaense passaram a ser cultivadas pelos próprios donos. Havia-nas adquirido em favoráveis condições. Daí o elevado número de pessoas que tinha ido de Minas e São Paulo para se instalar nas imediações da nova Meca da fortuna e que se chamava Londrina. O fundador da Companhia era um aristocrata inglês de visão. E dera essa denominação à cidade de que surgia em homenagem à terra natal, que se estende às margens do Tamisa.

As primeiras áreas plantadas antes com café tinham sido na zona de Jacarezinho. Gente ida de Minas ali se localizou e prosperou. Depois foi a vez de Cambará, com grandes fazendas, de gente paulista, e plantada segundo os progressos tradicionais, de filias contínuas e milhares de colonos ativos sob a direção de um administrador.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, depois conhecida como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, é que introduziu a modalidade da terra cultivada pelos próprios donos. E a consequência do ponto de vista demográfico foi de tal ordem que as estatísticas acusaram aumentos de população de 73 por cento em dez anos.

A ÁREA PLANTADA

A floresta e o deserto iam sucessivamente cedendo lugar aos cafezais. Multiplicavam-se os núcleos povoados. 600 mil almas a mais entre 1940 e 1950 foram acusadas pelos recenseamentos, na zona cafeeira.

Em 1944 a área plantada era calculada em 108.728 hectares. Em 1949 já subira pa-

ra 241.838 hectares. Em 1952 excedia 350.000 hectares.

LONDRINA

Londrina, que há pouco

vamente de plantadores de café.

UMA ESTRADA DE FERRO

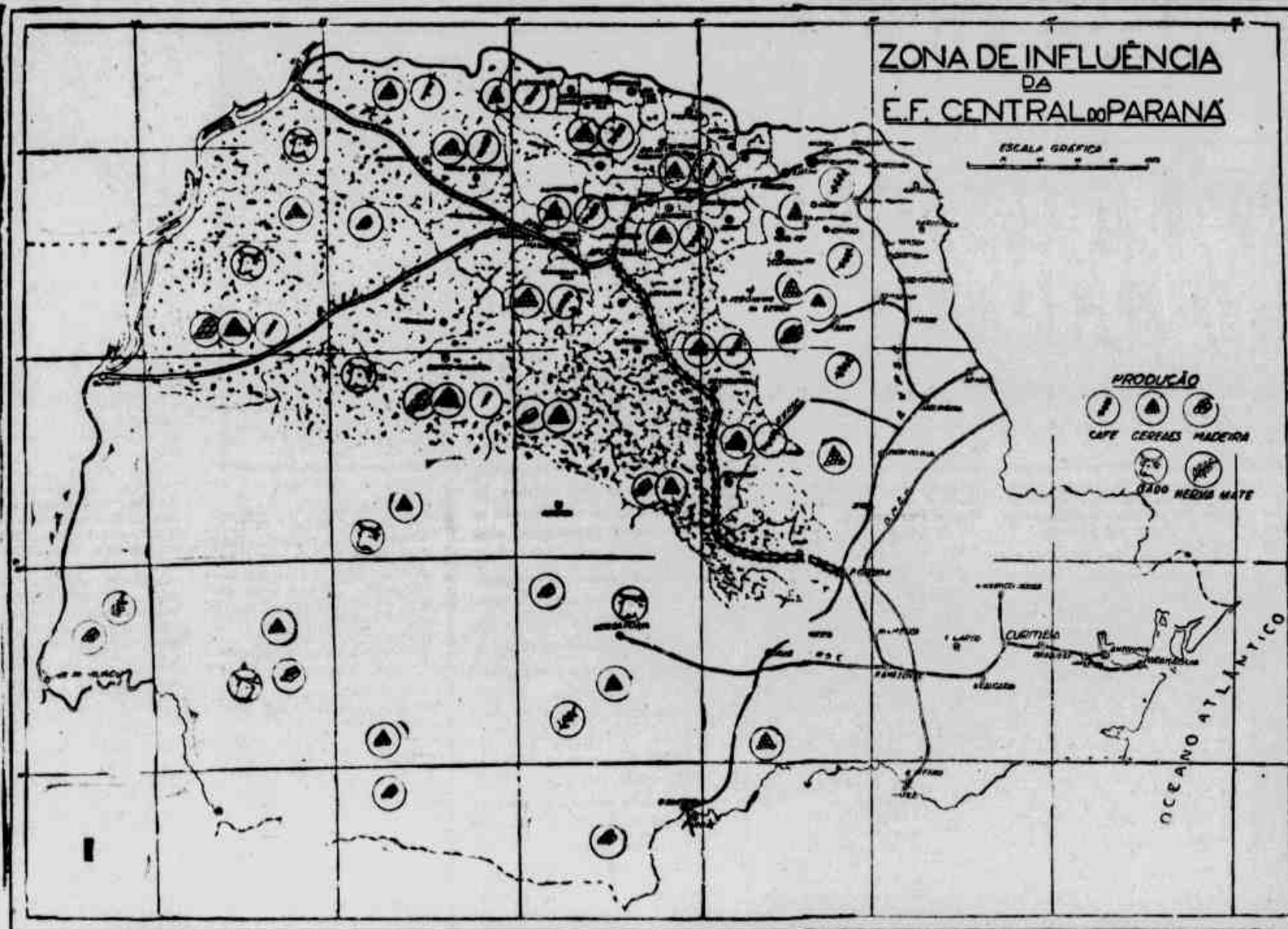
Toda a zona cafeeira vinha tendo escoamento em grande parte pela Sorocabana, utilizando o traçado precário da velha linha existente. Daí ter sido projetada uma nova linha, a Estrada de Ferro Central do Paraná, e que se destina a servir o chamado Norte Novo, indo terminar nas barrancas do rio Paraná. Inicialmente visa atingir Apucarana, que dista 930 quilômetros de Paranaguá. Terá rampas máximas de 1 por cento e raio máximo de curva de 305 metros. Condições técnicas excelentes. Vantagem apontada: redução de 268 quilômetros em relação a Santos e facilidade de escoamento rápido. Maior movimento para o porto paranaense e maior importância econômica para Curitiba. Outra razão:

reclamava novas terras férteis.

Previu que ali estava a terra mais aconselhável e mais próxima. 515 mil alqueires paulistas ali esperavam ser repartidos.

Surgiu então o projeto que obteve tanto sucesso: pequenas propriedades para todos os que trabalhassem e entradas de acesso às pequenas fazendas. De quinze em quinze quilômetros pequenos núcleos para ajudar os pioneiros. Venda a longo prazo. E após uma intensa propaganda em que foram salientadas a excelente qualidade das terras e da fertilidade, deslocaram-se multidões de pioneiros. E realmente os novos povoadores não ficaram desapontados. Ali estava a nova "Terra da Promissão", o "El Dorado" dos que trabalhavam.

O café dava espantosamen-



A zona central do Paraná onde está sendo construída uma ferrovia dentro de normas técnicas modernas.

mais de um decênio, era um aglomerado de pioneiros, com as características de grande centro em evolução, onde nada está terminado e é preciso reformar quando se terminou, tornou-se hoje uma florescentíssima cidade. O surto cafeeiro transformou-a. Predios de muitos andares ergueram-se ativamente no centro. Bairros residenciais magníficos desafiam a ostentação dos similares em outros grandes centros do país. Passou a expandir-se verticalmente, porque também ali o solo passou a valer imenso. Arquitetos de renome prestaram-lhe sua cooperação. O café pagava a técnica e a fama. Uma magnífica estação rodoviária permitiu conforto aos passageiros de ônibus, que ainda em São Paulo e Rio são obrigados a esperar condução em lojas sombrias adaptadas para salas de espera.

O asfalto cobriu as antigas artérias de terra batida. E numa homenagem ao café, que dá prosperidade à região, um grande cinema foi construído. "Ouro Verde", foi a denominação. E dos mais belos e maiores do sul do Brasil.

É propriedade de uma Companhia formada exclusi-

ção do problema do transporte entre Ponta Grossa e Apucarana, que atualmente é dos mais precários.

As condições técnicas da nova linha permitirão vinte trens por dia com capacidade de carga, para mil toneladas cada composição.

O encurtamento de 268 quilômetros em relação ao porto de embarque e que vem sendo considerado a vantagem predominante pela redução do custo do transporte.

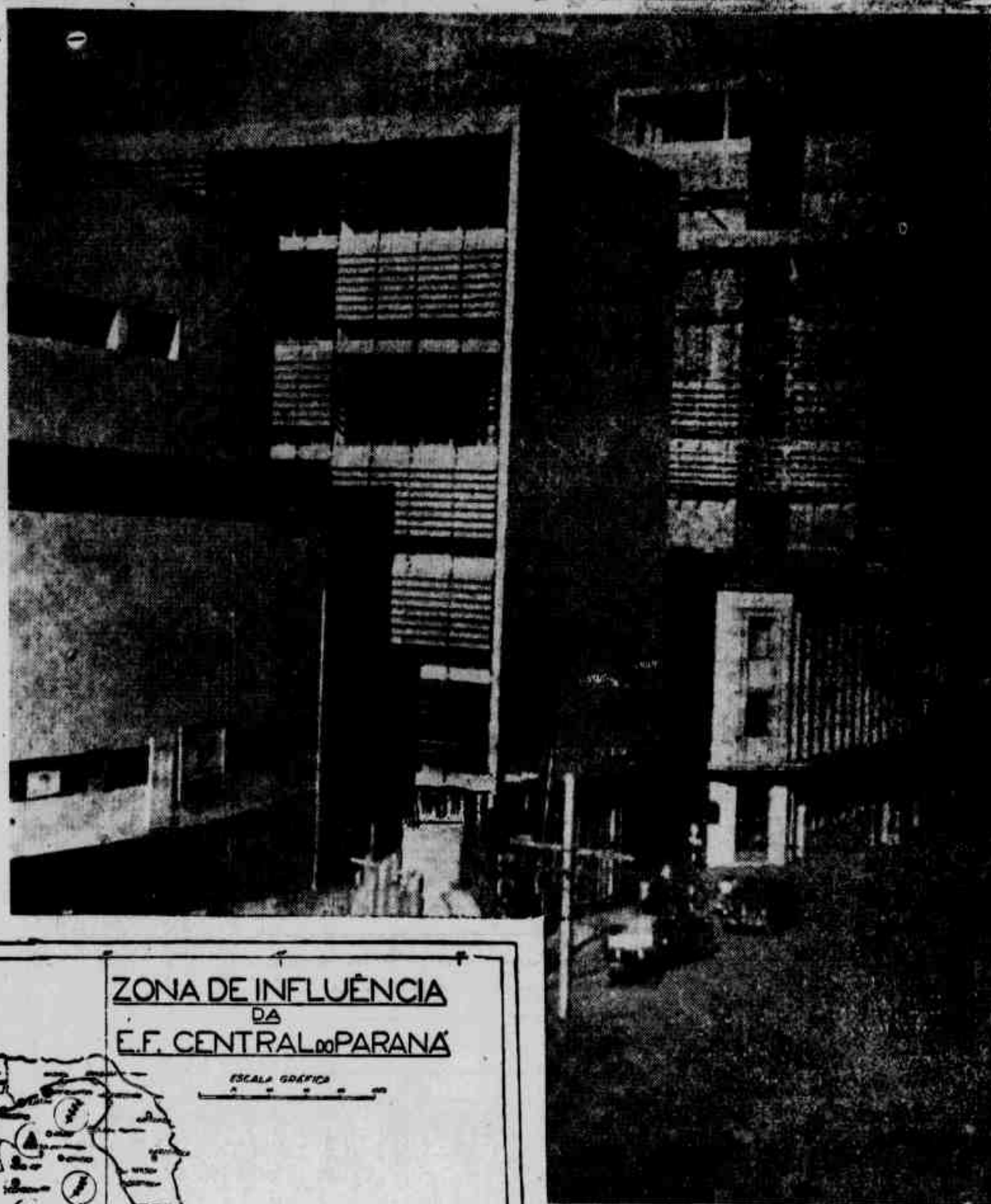
A CIA. MELHORAMENTOS

Essa estrada de ferro que se destina a transportar com presteza o café produzido, cortará a nova zona cafeeira. E todo esse esplendor presente resulta em grande parte da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, fundada em 1925, por Lord Lovat. Foi em Londres a sua gênese. Aquele nobre britânico estivera em visita à região. Ficou impressionado com a fertilidade do solo. Conhecia o ciclo do café, a necessidade de sua emigração. Depois de exaurir uma rezião

te. A economia paranaense deixou de girar em torno da erva mate. Passou a rodopiar em volta do café. E atualmente esse esforço inicial da companhia é considerado como viga mestra da rápida evolução. Projetara ou acelerara a construção de ferrovias e estradas de rodagem; pelo seu esquema de assistência deu segurança aos colonos; semeou dinâmicas cidades.

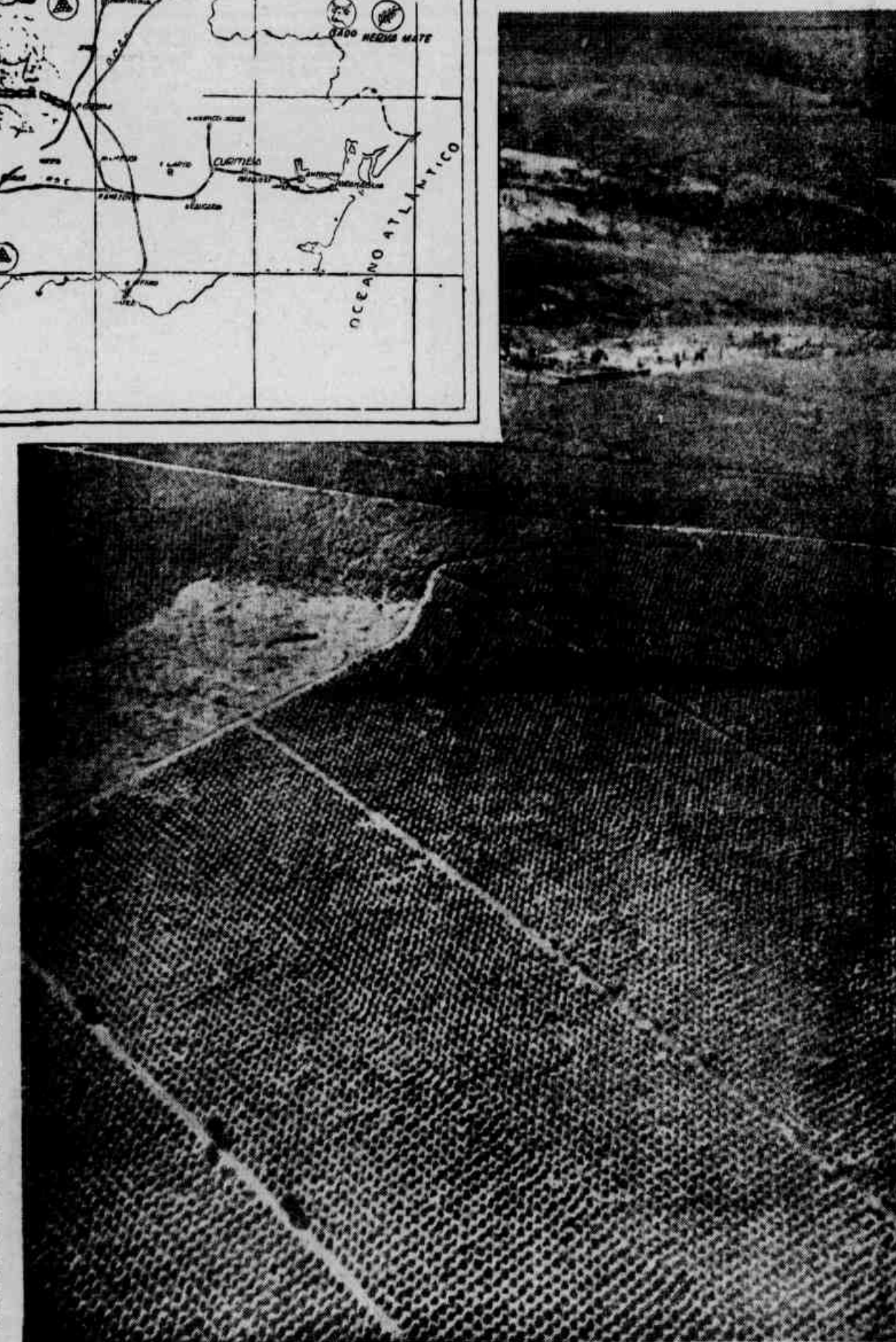
Ao passar para mãos brasileiras, em 1944, todos os interesses que ainda lhes restavam, os britânicos haviam realizado um magnífico trabalho de expansão e enriquecimento coletivo, como poucas vezes se tem visto no mundo.

Junto do Atlântico, Paranaguá podia apetrechar seus cais de embarque, na certeza de que não lhe faltaria carga para os navios que ali entrassem. E assim o seu movimento iria aumentando e de 63 mil toneladas, em 1935, chegaria a 253 mil toneladas de carga exportada em 1952. E dessas, 182 toneladas de café, equivalentes a 3.147.919 de sacas.



Londrina tem atualmente aspectos de uma cidade moderna em franca prosperidade

Paisagem rural do Paraná — Como em São Paulo, um oceano verde.



HAVERÁ NOVA SUPERPRODUÇÃO CAFEEIRA?

(Mulhall, "Dictionary of Statistics")

há alguns anos atrás, essa questão era puramente especulativa. Realmente, depois da superprodução de 1927 a 1930, de que nos desfizemos mediante a queima de 78 milhões de sacas de café e a destruição de quinhentos milhões de cafeteiros, chegou-se a ter a impressão de que fora consumido o problema. E alguns anos depois, quando o mundo já refletia das destruições da guerra, começava a exigir quantidades crescentes do produto, chegou-se até à superprodução. Só se conseguiu, então, assegurar um adequado suprimento, à custa dos nossos stocks, que se encontravam em poder do Departamento Nacional do Café, e que foram novamente "queimados", agora numa outra fogueira: a de uma procura que excedia a oferta em cerca de dois milhões de sacas anuais.

Nós mesmos, ao comentarmos certa vez o assunto, chegamos a afirmar que somente dentro de alguns anos se poderia novamente pensar em superprodução.

Esses "alguns anos", todavia, são passados. E, além disso, fatores novos intervieram, modificando até certo ponto os dados do problema. É evidente que não temos ainda superprodução. A posição estatística continua boa. Mas, até quando? Que fatores novos podem interferir para modificar-la? E a que se deveu fosse mantida, sendo as últimas secas e as geadas do ano passado?

Antes de prosseguirmos, seria interessante examinar até onde vai a esfera da superprodução e onde começa a do subconsumo. São dois interessantes aspectos da economia política e que se interpretam, por assim dizer, em muitos casos não se chega propriamente a saber qual dos dois se exerce efetivamente, ou qual deles se apresenta com mais evidência, dependendo das conclusões, muitas vezes, do ponto de vista em que se tenha colocado o observador.

Temos tido superprodução mundial de muitos artigos: de algodão, de trigo e de café, entre outros, o que forçou a destruição desses gêneros a fim de os retirar do mercado e assegurar a distribuição e os preços. Quem não sabe, todavia, que numerosas populações da imensa Ásia superpovoadas eram (e são) subvestidas e subalimentadas enquanto os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil reduziam por meios drásticos os "excessos" de algodão, de trigo e de café?

De tudo isso se poderia deduzir que o problema é, então, mais de subconsumo que de superprodução. A essas conclusões já havia chegado, entre outros, o grande economista Charles Gide. E, se alguma coisa valesse a opinião dos comunistas, subprodutores de tudo, menos de armamentos, também se poderia citar-lhes o conceito.

Veremos, mais tarde, o que se pode dizer com esse propósito, relativamente ao café.

É bem verdade que não são muitos, atualmente, os países capazes de ampliar suas culturas cafeeiras. Mas, por outro lado, não há dúvida de que no Brasil tal ampliação

neirismo e dos desbravamentos, mas também mediante o reaproveitamento das terras "velhas". Em São Paulo, prin-

cipalmente, esse novo aspecto da cafeicultura que, aplicando modernos processos agrônomicos, refertiliza essas terras "velhas", vai num crescendo altamente auspicioso.

Parece-nos muito difícil, entretanto, voltar o Estado a produzir as antigas e gigantescas safras da década de 1927 a 30. Produção igual à de 1933, por exemplo, de 20.000.000 de sacas, não nos parece mais atingível. E não se trata de pessimismo, ou de falta de confiança em nossa capacidade de trabalho. A nova técnica, que inclui os mais adequados processos, desde a seleção das melhores variedades até os mais recomendados sistemas de plantio, de adubação e de trato, inclusive pela irrigação artificial, irá produzir resultados cada-

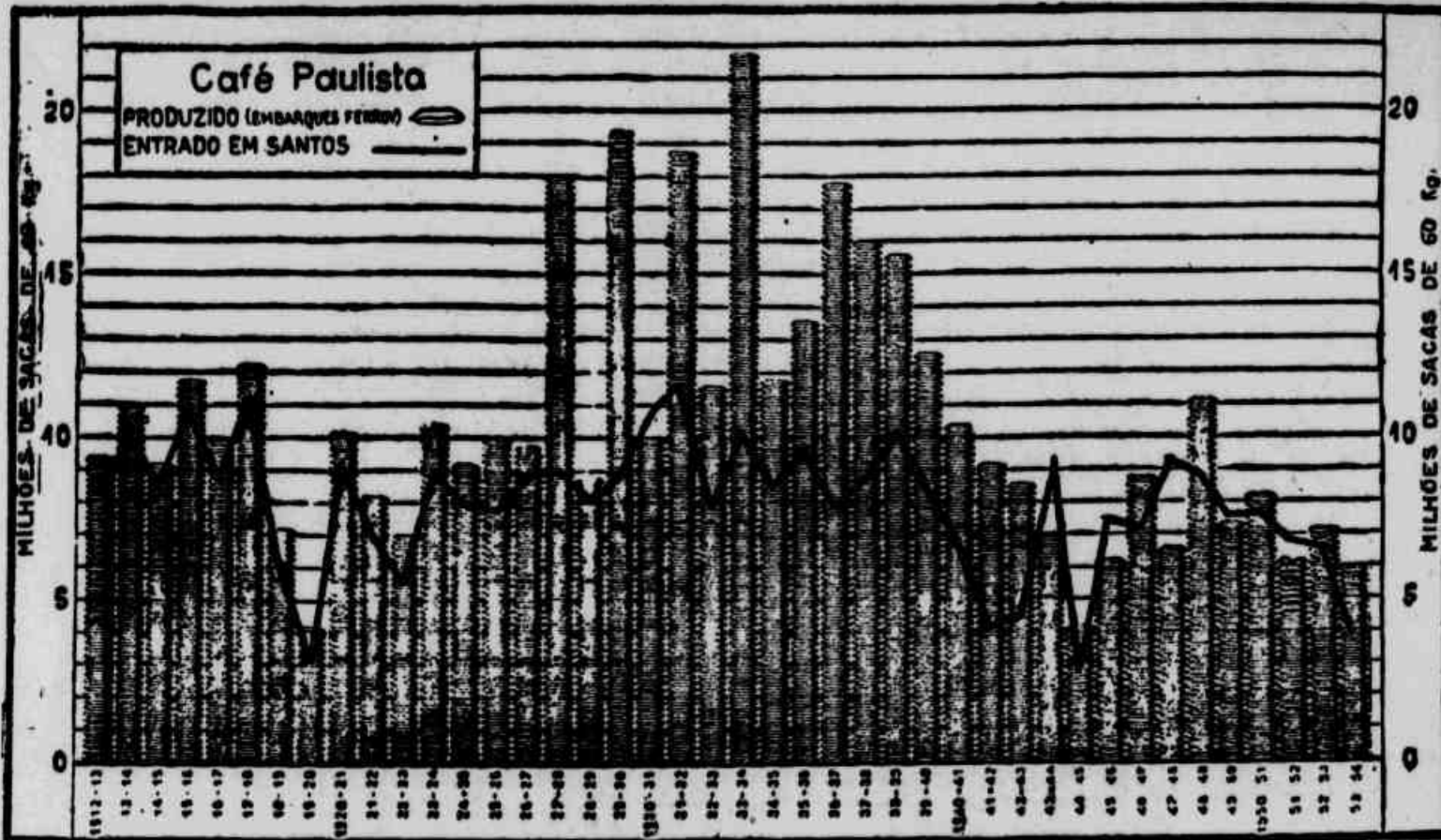
seus processos culturais. O faz à custa de uma explicável e mesmo necessária redução da área cultivada. Realiza-se a substituição da cafeicultura extensiva pela intensiva. Nosso atual bilhão de cafeteiros, que amanhã será de 300 ou de 500.000.000, poderá ter, por árvore, uma produção igual ou superior à do passado. Todavia, no passado eram 1.500.000.000 de cafeteiros a produzir, e todos eles regemente adubados, com o adubo que a mãe natureza havia preparado durante séculos, à sombra das florestas virgens.

Isto quanto a São Paulo. Mas, e o Paraná? E as zonas do sul e centro de Mato Grosso? E Goiás? E o norte do Espírito Santo? Em todos esses lugares planta-se ferozmente. De um modo em-

fesa e sem curva de nível... Mas, até que o filão de húmus seja destruído, até que a mineração do adubo legado pela natureza tenha acabado, a produção cafeeira do Brasil poderá crescer apreciavelmente.

Depois... depois será o declínio! Dentro de 20, 30 50 anos ter-se-á que iniciar, nas atuais zonas "novas", o que agora se vem fazendo em S. Paulo: a laboriosa, lenta e dispendiosa refertilização da terra. Até lá pode acontecer, todavia, que as safras mundiais, estimuladas principalmente pelo nosso "rush", tenham saturado o mercado, criando novamente excessos invendáveis.

Tudo isso não teria maior importância se esses excessos não ficassem apenas em mãos



te último caso, 150 gramas por pé. Quer dizer que é preciso tratar de 7 pés de café para obter 1 quilo. Mesmo realizando a própria família do sítio todas as operações agrícolas, e naquela reduzida base de Cr\$ 5,00 por pé há considerável prejuízo.

x x x

Um preço "adequado", na esfera internacional, deixa entender que sendo conveniente e remunerativo na ordem interna, é também capaz de competir fora do país. Por outras palavras: o artigo tem que ser produzido por um preço bom para os brasileiros e que, apesar disso, seja baixo nos mercados externos. Esse "milagre" não é impossível. Para conseguir o preço que o café tenha condições favoráveis de produção: boa produção por área (para o que são necessárias várias condições): financiamento barato, fácil e a prazos longos; fretes módicos; facilidades de manipulação. Mui de propósito não falamos em "branco barato", pois não julgamos possível fazer regressar o preço do trabalho: o que é possível é fazê-lo render mais, com o que se conseguiria aquele objetivo.

Igualmente não falamos em "combate à inflação", pois sem ele não seria realizável um financiamento barato e nem fretes módicos. As facilidades de manipulação a que nos referimos entendem-se com a parte burocrática e mesmo a comercial.

Quanto a uma maior produção por área, reputamo-la a base de toda esta argumentação. Sem ela nada é possível tentar-se no sentido dos preços "adequados" e, pois, da concorrência. E, todavia, a mais difícil. Falar em aumento da produção por área, dentro de um gabinete, é fácil. Mas realizá-la na prática tem óbices quase insuperáveis. Cada produtor gostaria de produzir mais e se não o realiza é porque se trata de uma aspiração para ele inatingível.

Entretanto, (e convém insistir) a empresa é exequível, não obstante árdua. Trata-se de boa vontade, de conhecimentos técnicos e de financiamento, quando necessário, pois nem sempre é dinheiro, o que falta, mas sim o desejo sincero de melhorar

suas culturas, e o conhecimento de "como fazê-lo".

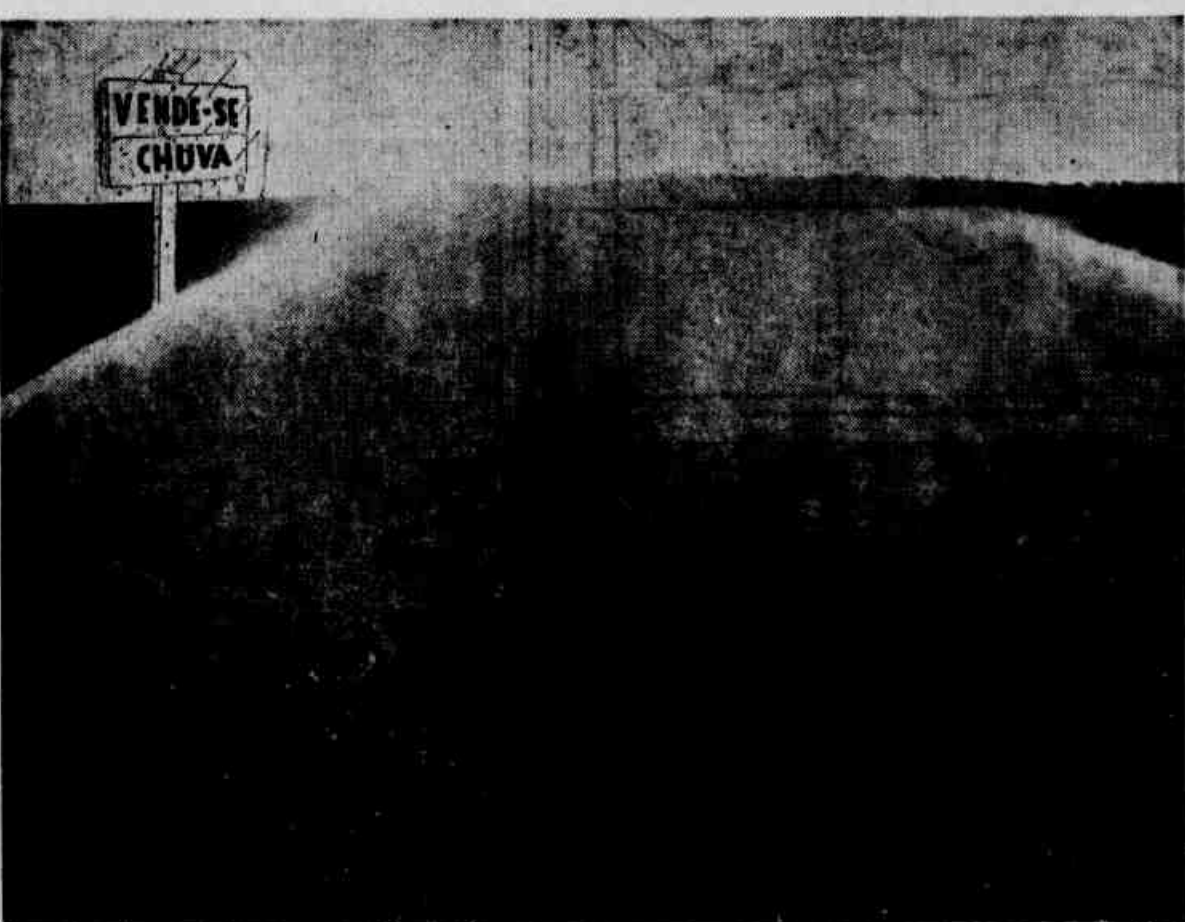
Dentre as classes ditas conservadoras, é, em todo o mundo, a dos agricultores a mais conservadora. Há, entre eles, convicções arraigadas, como a de repudiar as inovações livrescas, alegando que na terra é que se aprende, e "eu devo fazer e como meu avô fazia". Como se agrônomo, antes de escrever, não tivesse feito centenas e milhares de exaustivas experiências, em todas as condições, e com tal dispêndio de tempo e de dinheiro que somente as poderiam custear os serviços oficiais! E como se devesse ser feito eternamente o que faziam nossos maiores, mesmo nos pontos em que tudo tenha mudado!

Mas, afinal, poderemos vir a ter novamente uma superprodução cafeeira?

Depende a resposta do sentido que se deseje dar ao assunto: — Superprodução brasileira ou mundial? E que se pode entender por superprodução? 35.000.000 de sacas? 40.000.000? Como reagiria o consumo no futuro? Poderia absorver os 35.000.000? Os 40.000.000? Que fazer para aumentar o consumo? Que fazer para vender o nosso café e sobramos os dos concorrentes, isto é, exatamente o oposto do que se tem verificado anteriormente?

Estamos, como se vê, no terreno especulativo. Mas, pode-se esmiuçar o problema, à procura de possíveis soluções.

Antes de mais nada, é possível admitir-se um aumento do consumo mundial. Em primeiro lugar, e mesmo abstenendo-nos de países que são apenas teóricos consumidores, mercados em potencial muito vago, como a China, a Índia, a Rússia e outros com que nos acenamos os otimistas, ainda sobram muitas regiões que não apenas poderiam consumir café, mas podem realmente fazê-lo, pois já o usam, no passado, e somente o proscreveram, no presente, devido a condições especialíssimas do momento, como ruínas financeiras, sistemas políticos fora de nossa esfera de relações etc. Algumas dessas regiões poderão, de fato, vir a consumir quantidades pon-



brasileiras. E por que deve isso acontecer? Por que tem acontecido no passado?

Somente pode haver três razões para que uma mercadoria permaneça nas mãos de um vendedor, enquanto outros conseguem vendê-la: Preços, qualidades; processos comerciais inadequados. Se isso se aplica a todas as mercadorias, não deve ser diferente com o café.

Tem-se alegado que os preços, de per si, não constituem obstáculo a vendas satisfatórias, de vez que se têm, às vezes, registrado exportações consideráveis em períodos de preços altos. Conhecemos esses fatos. Porém, é evidente que não devem ser tomados como regra geral. O que é certo, para qualquer mercadoria, é que em iguais condições de qualidade, de suprimento e de propaganda, sai melhor a mais barata, feita as naturais exceções do comprador que prefere o artigo mais caro por julgá-lo melhor.

Tem-se igualmente afirmado que a qualidade não é fator importante com relação às vendas, pois há mercados para todos os tipos de café. Também é verdade. Mas, esses tipos inferiores deverão ser apresentados com um deságio relativo à sua inferior qualidade, o que nem sempre acontece. E cabe ainda notar que a humanidade tende a consumir tipos melhores de todos os alimentos, pois as noções de dietética são cada vez mais divulgadas e mais aceitas.

Quanto à necessidade e às vantagens de eficientes processos de venda, parece que não pode haver duas opiniões: vende melhor quem melhor prepara e apresenta o produto e quem melhor faz sua propaganda. Nesse ponto estamos fracos, evidentemente. A não ser nos Estados Unidos, em nenhum outro lugar se faz qualquer coisa em favor do escoamento de nosso grande artigo de exportação.

Falar em preços baixos, no Brasil, é "mexer em caixa de maribondos", como se diz vulgarmente. Todo mundo se interessa por preços "bons": o produtor, o revendedor, o comissário, o banqueiro, o transportador, o exportador, o comerciante em geral. Apenas o consumidor desajustado cotações mais baixas, porém isso é outra história.

Não falamos, pois, em preços "baixos", mas em preços "adequados". Sim, adequados à capacidade aquisitiva do consumidor externo e interno, e adequados também a uma conveniente remuneração dos grandes capitais e do insano trabalho empregado na cafeicultura.

Pode parecer estranho que muitos fazendeiros continuem a falar em prejuízos com a lavoura, aos atuais preços. Mas, é preciso notar que a exploração cafeeira é completamente desigual, no Brasil. Há propriedades cafeeiras onde, mesmo agora, será pos-

BANCO POPULAR DO BRASIL S/A

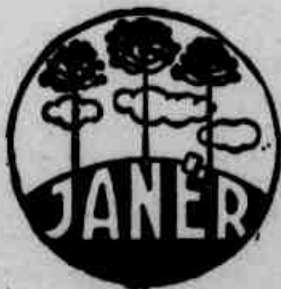
O BANCO DOS BONS SERVIÇOS

MATRIZ,

RUA 15 DE NOVEMBRO N. 265

SÃO PAULO

AGÊNCIAS E CORRESPONDENTES EM
TODO O PAÍS E NO ESTRANGEIRO



CIA. T. JANÉR

COMÉRCIO E
INDÚSTRIA

São Paulo: Parque Anhangabaú, 96 — 11.º andar — Telef.: 37-1571 (Ed. Matarazzo)

Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Porto Alegre - Londrina - Recife - Santos - Belém

deráveis de café. E em segundo lugar, o próprio aumento vegetativo do consumo, nos países já consumidores, pode assegurar um crescimento seguro e constante, embora paulatino. Só nos Estados Unidos, cuja população cresce de cerca de 2.000.000 por ano, e cuja média de consumo, per capita, também cresce regularmente, é possível esperar um aumento de cerca de 500.000 sacas anuais. A recuperação da Europa Ocidental ainda não é completa, muito embora já tenha ela, economicamente, ultrapassado os índices de antes da guerra. Faltam ainda 2.000.000 de sacas por ano, apenas para atingir os níveis anteriores ao conflito. Nesse setor é ilicito, pois, esperar-se alguma coisa. E outros grandes mercados que se nos apresentam, como o do Canadá e o da Argentina, justificam fundadas esperanças.

O consumo mundial subiu de 32 a 34.000.000 de sacas, nos últimos anos. Dentro de dez anos poderá somar pelo menos mais 5 milhões, e talvez mais 8 ou 10. É uma expectativa prudente e razoável.

E que se pode esperar da produção, nesse lapso de tempo?

Já uma vez dissemos que não são muito numerosas as regiões passíveis de um aumento na produção cafeeira. Na América (excetuando o Brasil) só o México, a Venezuela e algumas regiões da Colômbia e do Paraguai oferecem condições realmente favoráveis. Os outros países do norte e do sul do Continente, ou altitudes excepcionalmente elevadas, ou florestas ainda demasiadamente primitivas, como as da vertente oriental dos países da região amazônica ou, ainda, são já muito densamente povoados, como os das Antilhas e América Central.

Na África, só a região central permite a cafeicultura. O extremo norte é muito quente e desértico; e o extremo sul, já relativamente frio, possui também regiões desérticas. Mesmo no centro, o Continente africano não reúne as melhores condições para a cultura do arbusto e tão somente do robusto, inferior em qualidade. Caracteriza-se o centro pela mão de obra ineficiente, embora barata; pela grande quantidade de pragas e moléstias; falta de água em muitas regiões e falta de altitude em outras. O braço obreiro escasseia nas plantações e sobra nos aldeamentos indígenas, onde as culturas de subsistência devem ter prioridade. A técnica moderna, aliada ao capital europeu e americano, pode conseguir muito no combate às pragas e moléstias, na irrigação, nos processos de trabalho, como, aliás, se tem feito, tanto que a África aumentou substancialmente a produção cafeeira nos últimos 20 anos, passando de 5 a 15%. Esse crescimento, todavia, não tem condições para prosseguir indefinidamente, principalmente se lhe tolhermos, pela concorrência, a vitalidade essencial.

Poucas regiões da Ásia e da Oceania podem produzir café em bases razoáveis. Uma são superpovoadas, como Java, que, aliás, já teve boa produção, a Índia, a China; outras climaticamente impróprias, como essa mesma China, o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia. Restariam Sumatra, Ceilão, o Sudeste da Ásia, Bornéu, talvez as Filipinas.

De onde se pode esperar superprodução, se ela vier, é mesmo do Brasil. E no Brasil, de S. Paulo e Paraná. Talvez igualmente de Mato Grosso. Tudo vai depender do seguinte: de ficar o Paraná isento de geadas por um certo tempo; e de conseguir S. Paulo superar, com seus "novos cafeais em terras novas", o declínio dos velhos cafeeiros, que vão entrando em decrepitude a cada ano que passa. Se S. Paulo puder estabilizar-se em 10.000.000 de sacas, se o Paraná atingir essa mesma quantidade, e se os demais Estados produzirem

7.000.000, o que não é difícil (Minais os seus habituais 3.000.000, Espírito Santo 2.000.000 e os outros Estados, inclusive as novas zonas cafeeiras de Mato Grosso e Goiás, 2.000.000), então teremos, para o Brasil, 27.000.000 de sacas. Deduzindo uns 4 milhões de sacas para o consumo do país, seria possível chegar-se a uma safra exportável de 23.000.000. Somando esse total ao dos demais países, que a essa época teria atingido a cerca de 10.000.000, teríamos 33.000.000 de sacas, ou 12.000.000 mais que agora.

Pode o mundo absorver essas 40 a 42.000.000 de sacas? Não parece fácil. Dos 34 milhões de consumo atual, passar a 38, dentro de alguns anos, julgamos perfeitamente possível. Pretender mais do que isso é entrar no terreno das hipóteses.

Aliás, também no terreno das hipóteses está aquele aumento de produção. Mas, como vamos, em matéria de preços, é possível esperar tal aumento de produção, a menos que ocorram desfavoráveis condições climáticas. Ao passo que não é inteiramente seguro esperar-se um correlativo aumento de consumo, sujeito a tantos fatores negativos, como, entre outros, a resistência dos compradores ou as condições da política internacional.

Em face dessa alternativa, só existe, para nós, uma probabilidade segura: a de que, para nós, não exista superprodução. E como consequência? Tão-somente pelos meios ortodoxos: concorrência nos preços, na qualidade e nos métodos comerciais, inclusive uma eficiente propaganda, que iria desde a fase diplomática, dos acordos comerciais, até a fase prática.

Para podermos concorrer, teremos que baratear os preços internos; por um conveniente financiamento; por métodos racionais de plantio e de cultivo; por métodos eficientes de transporte, pela desburocratização da política cafeeira; por um barateamento das utilidades necessárias à lavoura. Simultaneamente apuraremos a qualidade. E, concomitantemente, travaremos a batalha da propaganda, não como tem sido às vezes feita, dando a ganhar a afilhados políticos, mas fazendo-a bem orientada e realizadora.

São essas as diretrizes gerais do que deve ser a nossa política cafeeira, a fim de que se evite, tanto quanto possível, uma interferência direta do poder público (que muitos julgam necessária) sobre a livre iniciativa do plantio do café, disciplinando-lhe as áreas, os processos de cultivo e talvez as quotas de plantio.

PRODUÇÃO DE CAFÉ EM SÃO PAULO 1926 — 1953

SAFRA	Caféeiros em produção	Avaliação (em sacas)	Média arrobas por mil pés (segundo a avaliação)	Embarques ferroviários (em sacas)	Média arrobas por mil pés (segundo os embarques ferroviários)
1926/27	950.000.000	9.600.000	40,42	9.877.000	41,59
1927/28	1.068.496.000	18.131.150	57,88	17.983.000	57,32
1928/29	1.075.000.000	8.924.250	25,80	8.815.000	32,90
1929/30	1.100.000.000	17.687.987	64,32	19.490.000	70,87
1930/31	1.242.405.000	9.337.075	33,43	10.097.000	36,15
1931/32	1.117.396.000	18.750.522	60,37	18.828.000	60,62
1932/33	1.335.193.000	10.978.500	32,89	11.689.000	35,02
1933/34	1.479.392.301	20.520.000	55,48	21.850.000	59,98
1934/35	1.467.847.688	10.519.908	28,88	10.943.877	29,82
1935/36	1.420.555.884	12.124.340	39,77	13.497.300	38,01
1936/37	1.386.805.403	15.368.129	44,98	17.531.497	51,31
1937/38	1.372.305.489	17.708.000	51,62	15.886.795	46,31
1938/39	1.352.801.425	14.607.881	43,20	15.613.375	46,18
1939/40	1.321.416.839	15.061.131	47,41	12.365.892	37,43
1940/41	1.270.890.205	14.833.468	46,89	10.259.020	32,29
1941/42	1.240.911.010	5.884.350	18,97	9.140.173	29,46
1942/43	1.262.444.518	8.041.948	25,48	8.528.500	27,02
1943/44	1.268.278.462	8.906.164	28,09	5.936.100	18,72
1944/45	1.218.422.942	5.092.245	16,72	4.721.800	15,50
1945/46	1.124.487.926	6.609.945	23,51	6.100.800	21,70
1946/47	1.027.983.911	8.000.778	31,13	8.874.312	34,53
1947/48	1.035.322.019	7.168.957	27,70	6.522.481	25,20
1948/49	1.024.510.732	9.034.685	35,27	11.206.659	43,75
1949/50	1.047.487.103	8.681.309	33,15	7.244.046	27,65
1950/51	1.056.897.138	8.014.053	30,33	8.117.779	30,72
1951/52	1.061.125.037	6.698.816	25,25	6.261.325	23,60
1952/53	1.071.432.399	8.305.320	31,00	7.186.798	28,83
1953/54	1.093.375.944	7.834.866	28,66	6.016.403 +	22,01

(+) até 31 de março de 1954

Produção mundial de café

QUANTIDADE EM SACAS

SAFRA	Pernambuco	Bahia	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	São Paulo	Paraná	Goiás	Mato Grosso	Santa Catarina	Total Brasil	Outros Países	Total Mundial
1920/21	250.000	443.000	486.000	1.144.000	4.208.000	10.248.000	111.000	64.000	—	—	16.898.000	5.787.000	22.685.000
1921/22	189.000	415.000	474.000	1.021.000	3.497.000	8.198.000	114.000	96.000	—	—	13.984.000	6.936.000	20.920.000
1922/23	195.000	415.000	558.000	1.416.000	4.220.000	7.047.000	120.000	49.000	—	—	14.015.000	5.705.000	19.720.000
1923/24	152.000	400.000	577.000	735.000	3.190.000	10.374.000	115.000	53.000	—	—	15.596.000	6.878.000	22.474.000
1924/25	157.000	478.000	817.000	704.000	3.011.000	9.193.000	50.000	50.000	—	—	14.580.000	6.763.000	21.343.000
1925/26	145.000	678.000	1.284.000	813.000	3.711.000	10.087.000	177.000	113.000	—	—	15.762.000	7.053.000	22.814.000
1926/27	200.000	683.000	1.784.000	913.000	4.414.000	9.877.000	139.000	117.000	—	—	18.117.000	7.066.000	25.183.000
1927/28	421.000	554.000	1.546.000	1.611.000	4.928.000	17.982.000	455.000	128.000	—	—	27.625.000	8.003.000	35.628.000
1928/29	406.000	472.000	1.656.000	1.153.000	3.131.000	8.815.000	264.000	166.000	—	—	16.062.000	8.880.000	24.942.000
1929/30	482.000	407.000	1.575.000	1.115.000	5.135.000	19.490.000	396.000	138.000	—	—	28.942.000	8.273.000	37.215.000
1930/31	137.000	330.000	1.532.000	909.000	3.200.000	10.097.000	347.000	19.000	—	—	16.571.000	8.633.000	25.204.000
1931/32	250.000	390.000	1.800.000	1.370.000	5.326.000	18.829.000	604.000	75.000	—	—	28.544.000	8.287.000	36.831.000
1932/33	150.000	250.000	1.030.000	850.000	2.131.000	11.089.000	380.000	58.000	—	—	14.588.000	9.239.000	23.827.000
1933/34	150.000	184.000	1.859.000	905.000	4.052.000	21.850.000	600.000	24.000	—	—	29.634.000	8.935.000	38.569.000
1934/35	123.000	203.000	1.350.000	893.000	3.427.000	10.943.877	260.000	75.000	—	—	17.364.877	7.699.000	25.063.877
1935/36	178.000	265.000	1.623.000	995.000	3.686.000	13.497.300	613.000	43.000	—	—	20.902.300	10.028.000	30.930.300
1936/37	123.000	482.000	1.813.000	931.000	4.640.000	17.431.497	547.000	73.000	—	—	26.110.497	10.889.000	36.999.497
1937/38	23.000	278.000	1.452.000	711.000	4.030.000	15.886.795	106.000	53.000	—	—	23.539.795	10.011.000	33.550.795
1938/39	104.000	319.000	1.787.000	900.000	3.872.000	15.613.375	579.000	62.000	—	—	23.236.375	10.125.000	33.361.375
1939/40	112.000	208.000	1.484.000	646.000	3.187.000	12.363.892	1.108.900	23.000	—	—	19.111.892	10.119.000	29.230.892
1940/41	163.000	199.000	1.161.000	505.000	3.224.000	10.259.020	931.000	63.000	—	—	16.525.020	12.138.000	28.663.020
1941/42	122.000	334.000	1.930.000	614.000	2.577.000	9.140.173	636.000	37.000	—	—	15.630.173	15.596.000	31.226.173
1942/43	124.000	238.000	1.429.000	519.000	2.177.000	8.528.500	549.000	60.000	—	—	13.622.500	14.878.000	28.500.500
1943/44	124.000	148.000	1.866.000	728.000	3.141.000	5.936.100	160.000	87.000	—	—	12.160.100	15.990.000	28.150.100
1944/45	211.000	211.000	2.278.000	215.000	7.874.000	4.721.800	878.000	25.000	—	—	9.113.800	15.020.000	24.133.800
1945/46	110.000	360.000	2.132.000	689.000	2.909.000	6.100.800	600.000	17.000	—	—	12.997.600	12.478.000	25.475.600
1946/47	113.000	182.000	1.207.000	271.000	2.177.000	8.874.312	1.137.000	78.000	200	—	14.019.512	13.101.000	27.120.512
1947/48	80.000	101.000	2.042.000	446.000	2.733.000	6.522.481	1.550.000	69.000	1.200	—	13.577.681	14.270.000	27.847.681
1948/49	41.000	89.000	1.032.000	142.000	2.413.000	11.206.659	1.885.000	158.000	18.800	—	16.985.459	14.848.000	31.833.459
1949/50	98.000	102.400	2.543.100	366.300	3.213.900	7.344.046	2.317.900	27.000	17.800	3.000	16.156.446	14.236.000	31.633.459
1950/51	93.000	115.300	1.387.800	310.000	2.730.000	6.117.779	4.026.100	43.200	7.400	1.500	16.733.579	15.966.000	32.719.579
1951/52	63.900	87.300	2.010.800	324.300	3.373.300	6.361.325	3.843.000	22.300	5.400	—	14.990.725	15.730.000	30.720.725
1952/53	60.235	131.994	1.328.822	307.553	1.848.748	7.186.798	5.048.258	91.400	1.850	—	16.099.633	—	—
1953/54	100.301	129.218	1.394.078	198.601	3.231.834	6.016.403	3.067.909	96.524	3.200	—	14.468.238	—	—

NOTA — São Paulo a partir de 1931/32, cifras baseadas nos despachos ferroviários; outros Estados, a partir de 1916/17 — Safra 1953/54 — (Cifras sujeitas a retificação). No total estão incluídas, 400 sacas do Estado da Paraíba.

COMPANHIA DE ARMAZENS GERAIS DO PARANÁ

Sede: CURITIBA

Rua 15 de Novembro, 556 — 3.º andar — Ed. Lustosa
Caixa Postal, 267 — Fone: 178

Armazens: PARANAGUA

Av. Gabriel de Lara s/n — Caixa Postal, 87 — Endereço Telegráfico ARGERAL

DIRETORES: Evilásio A. Bley

Jaime Canet

Jaime Canet Júnior

Dr. João Ferraz de Campos

PARANAGUA, A CIDADE MAIS ANTIGA DO PARANÁ É O SEGUNDO PORTO BRASILEIRO EM VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

TRADICIONAL CENTRO TURISTICO — ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO ROQUE VERNALHA

São de um guia turístico, estes dados: Cidade sede do município do mesmo nome, com a área de 1.151,6 quilômetros quadrados. 6 metros de altitude. Fundada e po-

tante 2 kms, se ergue o Santuário de Nossa Senhora do Rocio, ponto de tradicional devoção popular. Paranaguá é a mais antiga cidade paranaense e o seu principal

narha nacional. Paranaguá é servida, ainda, por rodovia, pela "Estrada de Graciosa", construída e inaugurada por D. Pedro II, contactando-a com Morretes e a Capital do Estado em percurso de poucas horas.

FESTAS TRADICIONAIS

Passagem obrigatória para as praias de "Leste", "Pontal do Sul", "Matinhos" e "Calobá", nas estações de veraneio ganha consideravelmente em movimento e, por ocasião das festas de N. S. do Rocio à qual demandam caravanas de todos os recantos do Estado, engalana-se Paranaguá para homenagear a sua padroeira com festa religiosa das mais tradicionais no Paraná.

ADMINISTRAÇÃO EXEMPLAR

Percebendo-se da intensa fase de progresso por que atravessa a Cidade, seu dinamismo prefeito, dr. Roque Vernalha, medico conhecido em toda Paranaguá e estimado por sua ação humanitária em benefício dos desvalidos pela fortuna, desenvolve suas atividades administrativas no sentido de dotar Paranaguá dos serviços públicos que justifiquem a sua importância e crescimento, como segundo porto nacional em volume de exportação de café. Assim, determinou a abertura e pavimenta-

Viaduto do Carvalho. Trecho da Ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá.

voação às margens do rio Itiberê, em 1585, pelo fidalgo espanhol Gabriel de Lara, foi elevada à condição de Vila em 29 de julho de 1648 e à categoria de cidade, a 5 de fevereiro de 1842. Constituída em Capitania de Nossa Senhora do Rosario de Paranaguá em 1656. Até 181

ONDE VIRA O CUMPRIMENTO

TRANSPÔS AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS O PRESTÍGIO DO COMÉRCIO SANTISTA DE CAFÉ

SE o café é a única realidade na produção exportável do país, o seu comércio representa um exemplo vivo de organização e tradição. São verdadeiramente surpreendentes a correção com que se estabelecem as transações e a inflexibilidade com que são elas cumpridas. Uma pequena amostra de trezentas gramas, apresentando a mercadoria, simboliza o lote negociado, que atinge, às vezes, milhares de sacos de café.

Tendo por base as diferenças de preços originadas pelas oscilações do mercado, — é notável a correção com que são mantidas e concluídas — a despeito da qualquer dificuldade para alta ou para a baixa — as operações acertadas com um simples "fechado" verbal.

O bom conceito do comércio cafeeiro, pela retidão de suas realizações, transpôs fronteiras, conquistando a confiança do exterior: simples oferta por descrição telefônica, assegurou o cumprimento das mais vultosas transações. Caracteriza-se, assim, o comércio do café, por absoluta honestidade de negociação e probidade de cumprimento. A palavra, a afirmação dos membros do comércio cafeeiro têm profunda significação, dispensando sua comprovação através de documentos assinados, testemunhados e registrados.

A PRAÇA DE SANTOS

A praça de Santos, na sua secular atividade cafeeira, da mesma forma que destruiu de situações de fastígio e euforia, viveu suas épocas de depressões. Mas, a estas últimas, a praça de Santos superou, transpondo-as sem ser arrastada sequer em seu prestígio e sua honrabilidade, que sempre se conservaram imaculados.

ENTIDADES DE CLASSES

Em Santos, vemos, despontar como baluartes na defesa dos princípios que regem o comércio cafeeiro, algumas entidades de classe de real significação para a economia de Santos, de São Paulo e de todo o Brasil. Dentre elas sobressai, evidentemente, a Associação Comercial de Santos, velha instituição com quase um século de trabalhos em prol da classe que congrega e da economia cafeeira, e que sempre se tem colocado, decididamente, ao lado das boas causas. Além da sua Associação Comercial, cuja história publicamos em outro local desta edição, Santos pode orgulhar-se ainda entre outras, das seguintes instituições.

BOLSA OFICIAL DE CAFÉ

A Bolsa Oficial de Café, organismo estatal, tem por função apregoar as operações futuras, negócios a termo, fixando as tendências do mercado. Refletindo, direta-

mente, as condições do mercado, a Bolsa de Café, desde a sua fundação, vem registrando as várias fases dos negócios do café, vivendo, assim, suas épocas áureas e sofrendo seus colapsos temporários. Empolgantes batalhas ali se travaram entre as correntes que se opõem, marcando atuação de habéis corretores, que, apoiados por grupos ou às vezes pelo próprio governo, manobravam as operações futuras do café.

Em algumas oportunidades, esteve a Bolsa Oficial de Café de Santos com suas atividades paralisadas. Sua última reabertura data de 1945, depois de ter permanecido fechada durante os anos do segundo conflito mundial. Hoje, sofrendo concorrência das "entregas diretas", operações não margeadas, não tem tido a Bolsa a movimentação que já teve em épocas passadas.

Há dez anos, aproximadamente, vem o sr. Heitor de Azevedo Muniz ocupando a presidência da instituição, realizando gestão que bem revela sua proficiência e operosidade. Figura de projeção nos meios comerciais santistas, tem sabido o sr. Heitor Muniz empreender firme direção aos seus trabalhos, o que tem podido colocar a Bolsa como um organismo conceituado e acabado de toda a praça.

Hoje, o Sindicato dos Corretores de Café de Santos conta com numerosos filiados, estando sua diretoria, recentemente, assim constituída: presidente, Hugo Pacheco Chagas; Vice-presidente, Carlos Leite Cesar, 1.º Secretário, Joaquim Taveira; 2.º Secretário, Antonio Carneiro Marchan; e tesoureiro, Hugo Machado Neto.

O "fechado" verbal assegura, na praça de Santos, o cumprimento total e absoluto das mais vultosas transações — Entidades que dignificam e defendem os negócios cafeeiros — História de tradicionais e prestigiosas organizações que operam em Santos — Vultos que se notabilizaram no comércio exportador do "ouro verde"

SALVIO PACHECO DE ALMEIDA PRADO

Expositos do comércio cafeeiro santista

Dentre as organizações comerciais que militam nos negócios de café, desde longos anos, e que constituem veículos indispensáveis para o escoamento da rubrica, nesta fase áurea de suas cotizações, merecem especial menção as que apontamos, a seguir.

LIMA NOGUEIRA COMERCIO E EXPORTAÇÃO S/A

Das mais antigas da praça, sucessora de Telles, Quirino & Cia., teve como fundadores um grupo de produtores e capitalistas da época, destacando-se os Alves Lima, hoje detentores da organização, que tem como expressão exponencial o venerando Dr. Joaquim Bento Alves de Lima.

E, hoje, seu superintendente o dr. Silvio Alves de Lima, figura impressionante, conjugando a um só tempo, o "gentleman" e o "businessman" — e que, a despeito de ver-se assobrado pela intensa atividade econômica financeira e social que desenvolve, demonstrando um alentado espírito público, ainda encontrou tempo para servir à classe ocupando durante certo período a presidência da Associação Comercial de Santos, com dinamismo e dedicação.

SOUZA DANTAS FORBES & CIA.

Representa esta empresa um conjunto de valores da nova geração. Sob a direção segura do jovem comerciante Francisco de Souza Dantas Forbes, que lhe impôs segura orientação, conquistou ela, a despeito de ser relativamente nova, destacada posição no cenário do comércio exportador da praça de Santos.

Sua classificação — que constitui função difícil nos

negócios de exportação — é ocupada pelo sr. Herondino Macuco, que, com grande eficiência, elevou a posição da firma, colocada hoje entre as principais organizações exportadoras da praça.

CIA. LEME FERREIRA

Organização fundada por um grupo de produtores brasileiros, tem ela como expressão máxima o sr. Horácio Ferreira da Silva. Sua fundação data de mais de 30 anos, tendo conceituado posição no comércio cafeeiro nacional, do qual é figura de real projeção.

A par de seu destacado prestígio, fruto de longos anos de efetivo trabalho de gerações passadas, tem ela atualmente à sua frente os membros da nova geração dos Ferreiras, na qual se destaca o sr. Tarquínio Marques da Silva, que, juntamente com seus irmãos Alberico, Horacio e Persio, constitui a equipe que, no presente, atua no sentido de elevar ainda mais o renome da Cia. Leme Ferreira.

CIA. BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS

A modalidade adotada, de longa data, de distribuição do café por intermédio de armazéns gerais, tornou incrementada verdadeiramente vertiginosa de 20 anos para cá.

Prevenido essa tendência da distribuição do "ouro verde", com um descortino admirável, iniciaram o saudoso dr. Erico de Abreu Sodré e o sr. Leonardo Martins Neto o negócio armazenador, fundando a Cia. Bandeirantes de Armazéns Gerais. Impulsionada desde a sua constituição pela ação eficaz do sr. Leonardo Neto, que a dirige até hoje, galgou há mais de uma década a Bandeirantes, num rápido e surpreendente progresso, a posição que ainda conserva de maior armazenadora de café do Interior, na praça de Santos.

Faz parte ainda do seu corpo diretor o sr. José Alvarez Moraes, que, junto a um contingente de competentes auxiliares, tem sabido conduzir com real êxito a grande empresa.

AMERICAN COFFEE CORPORATION

Constitui a American Coffee organização única no setor representando um departamento especializado em transações de café da Atlantic and Pacific Tea and Coffee Corporation, dos Estados Unidos.

Representa a A.P. uma das maiores organizações de vendas de produtos alimentícios dos Estados Unidos, na qual o café é um dos artigos básicos.

Adota ela para o grande produto um sistema próprio de negócio, pois compra, diretamente, aos produtores nos países de origem, exporta, torra e distribui a varejo por todo o território daquele país amigo.

Compõem sua direção atual, nos Estados Unidos, os srs. G. Curtis e P. Buxton, que ocupam a presidência, respectivamente, da Atlantic and Pacific e da American Coffee. No Brasil, sua direção está entregue aos srs. Edward Miller Camps e H. Prochet. A Classificação está confiada ao sr. Henry Orthon, encontrando-se o sr. Heitor Almeida à testa da Seção do Interior.

FERREIRA DA SILVA & CIA.

Surgiu esta organização de um desdobramento dos Ferreira da Silva, estando a firma supervisionada pelo seu fundador, e assistida pelos srs. Flavio e José Ferreira da Silva Junior.

FLAVIO FERREIRA DA SILVA

Funcionando há longos anos a Bolsa Oficial de Café, tem por ela passado numerosos corretores, havendo sempre um "leader" orientador, e, digamos mesmo, quase controlador de suas operações. Sem favor algum, destaca-se neste momento o sr. Flavio Ferreira da Silva, como o maior — embora em contraste com o seu porte — corretor da Bolsa de Café de Santos. Sua atuação destaca-se pela convicção, e, sobretudo pelo sangue frio com que manipula os preços.

Altista por índole, sua presença no recinto dos pregões representa sempre e ao mesmo tempo ameaça para os

baixistas, segurança e sossego para os que lutam pela manutenção de preços razoáveis para o café. Detem, assim, o sr. Flavio Ferreira da Silva, na hora máxima do comércio cafeeiro, o galardão de "corretor n.º 1" da Bolsa Oficial de Café de Santos.

CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP S. A.

Das mais antigas de Santos, representa o Gepp, como é conhecida a firma na gíria santista, um elemento de equilíbrio do mercado disponível da praça. Dedicando-se à exportação, sem maior contato com o interior, mantém-se sempre no mercado, o que representa uma garantia aos seus constantes fornecedores.

Essa tradicional firma, possuindo uma rede de representações por todo o mundo, opera com todos os tipos de café, dedicando-se no entanto, como compradores dos finíssimos cafés para a Escandinávia e grãos para a Alemanha, onde conta com grandes e numerosos clientes.

No momento, sua direção está confiada, em Nova York — onde se localiza o principal escritório da firma — ao sr. John Naumann, e em Santos, aos srs. Jorge Broad,

Moreira Salles, hoje cobrindo todas as modalidades de transações cafeeiras, de um grupo de comerciantes do Sul de Minas. Liderado pelo sr. João Moreira Salles. Dedicando-se a Organização Moreira Salles, através das diversas firmas que a compõem, desde a compra do produto no Interior, passando pelo negócio armazenador e indo até a exportação, ocupando elevada posição nos diversos setores.

Espírito empreendedor e de trato fidalgo, conseguiu o sr. João Moreira Salles para as diversas atividades de sua organização um sólido prestígio. Cidadão embuído de grande espírito público, serviu sua classe ocupando com eficiência a presidência da Associação Comercial de Santos.

Faz parte da direção da Organização Moreira Salles o sr. Antonio Teixeira, antigo e conceituado comerciante da praça, o que tem sido, certamente, um dos fatores de seu êxito no cenário cafeeiro santista.

THEODOR WILLE S/A

E' nos grato registrar o resurgimento da antiga e tradicional firma, com sua antiga denominação. Aos que estão ligados ao café, não pode deixar de ser grata a lembrança da eficiência e prestígio dos "Wille" no comércio cafeeiro.

Até o encerramento de suas atividades, durante a guerra, mantinha a Theodor Wille a liderança na exportação cafeeira, vendendo para

Prado que então se dedicavam à produção de café, sendo todos lavradores na zona de Jag.

Organizada e chefiada pelo dr. Vicente de Paula Almeida Prado, espírito empreendedor e de larga visão, teve Almeida Prado & Cia. (sua denominação original), desde os primórdios de sua fundação, o mais sólido e decisivo progresso.

Dotado de uma capacidade de trabalho e organização invulgar, deu o dr. Vicente de Paula Almeida Prado grande impulso aos negócios da firma, possibilitando-lhe a posição de relevo, que desde longos anos, desfruta, nos meios comerciais do café, tanto no país como no estrangeiro.

Aliado ao seu grande espírito de iniciativa, revelou o sr. Vicente a possuir elevado espírito público, servindo sua terra, através de vários cargos representativos, quer políticos, quer administrativos, que desempenhou em sua longa vida de trabalho profícuo em prol dos interesses nacionais. Representa o dr. Vicente de Paula Almeida Prado um lídimo expoente da economia e das finanças do país.

Iniciando suas transações como comissário, passou logo a firma Almeida Prado & Cia. a se dedicar a outras modalidades de operações cafeeiras, notadamente a exportação, onde seu posto é de relevante e merecido destaque. Avançou ainda, para outros setores do comércio cafeeiro, como seja, os de armazéns gerais, cobrindo os negócios de café no seus mais variados aspectos.



A diretoria da Bolsa Oficial de Café de Santos, vendo-se, ao centro, o presidente, sr. Heitor Azevedo Muniz, incluindo pelos srs. Francisco Camargo Neves J. J. Azevedo Marques, Altamir Pimenta e José Eduardo Candido Gomes.

F. Lange, B. Hennessy, que têm como colaborador na Classificação o sr. Lidio Santos Paulo.

H. LA DOMUS & CIA.

Embora não sendo muito antiga, é esta firma uma das mais ativas e conceituadas no comércio exportador. Especializada, a princípio, em cafés finos destinados ao exigente mercado americano, estendeu-se, com o desenvolvimento de seus negócios, a todas as qualidades da bebida.

Ocupa essa eficiente organização destacado lugar no rol dos exportadores santistas, posição essa mantida desde anos atrás.

São seus fundadores os srs. Haroldo Domus e J. R. Riner, dois profundos conhecedores do segredo de exportar café, e que, pelo espírito alegre e comunicativo, gozam, ambos, de geral estima de toda a praça.

ORGANIZACAO MOREIRA SALLES

Origina-se a Organização

todos os mercados consumidores do mundo, do que decorriam suas ofertas diárias de compras. Mantinha a direção da casa um sistema de negócios diferente daqueles adotados pelas concorrentes, porquanto recebia pela manhã as amostras para classificação, contra as quais dava um talão numerado, mediante o qual, depois das 18.30 horas, fazia as ofertas.

Constituiu o "Wille", a última esperança, quando, nos tempos passados, se trabalhava um lote de café na praça de Santos. Na sua nova fase, será a conceituada organização dirigida pelos srs. Otto Uebel, como presidente; Ernesto Diederichsen, vice-presidente; Emil Wohmann, superintendente; e Hans Ulrich Uebel, diretor-assistente.

ALMEIDA PRADO — COMISSARIOS E EXPORTADORES

Nasceu esta prestigiosa organização de uma iniciativa de alguns filhos do major

Dedicou-se, também, à agropecuária, possuindo grandes fazendas de café e a modelar fazenda de criação de gado, em Aracatuba. Esta, organizada pelo espírito prático do dr. Vicente de Paula Almeida Prado, é hoje dirigida pela ação segura do sr. Clibas de Almeida Prado.

Contou a grande firma, como colaborador eficiente e realizador, o saudoso Alcebades de Oliveira, que também foi diretor do antigo DNC. Dentro da sucessão natural, passou a firma a ser dirigida pelo sr. Clibas de Almeida Prado, estando hoje à sua frente o dr. João Adhemar de Almeida Prado. Este, demonstrando ter herdado de seu pai os predícos de trabalho e visão, tem sabido manter e elevar o prestígio da grande organização.

Integram ainda os postos diretivos de Almeida Prado, Comissários "Exportadores", os srs. Marcos Vieira da Cunha, Carlos Braga e Fabio Leite de Moraes, este diretor do setor de armazéns gerais.

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

FUNDADA EM 1921

Séde: Rua Direita, 49 — São Paulo

Edifício próprio

CAPITAL TOTALMENTE INTEGRALIZADO Cr\$ 65.000.000,00

RESERVAS MAIS DE Cr\$ 235.000.000,00

SINISTROS PAGOS DESDE A SUA FUNDAÇÃO EM 1921

MAIS DE Cr\$ 330.000.000,00

DIRETORIA

Edgardo de Azevedo Soares

Presidente

Alfredo Egydio de Souza Aranha

Vice-Presidente

José da Silva Gordo

Diretor-Tesoureiro

Antonio de Almeida Prado

Diretor-Secretário

José Ermirio de Moraes

Diretor Comercial

SEGUROS DE VIDA, VIDA EM GRUPO, FOGO, TRANSPORTES AERONAUTICOS, ACIDENTES PESSOAIS, RESPONSABILIDADE CIVIL E FIDELIDADE

FILIAIS E AGENCIAS EM TODO O BRASIL

TELEFONE: 35-1121 (Rêde interna)

Endereço telegrafico "COSEBRAS" — Caixa postal 1798

AGRAÇA AO MAIS FINO PALADAR

Matriz: R. MARCOS ARRUDA, 493
Fone: 9-6337

Filial: RUA ANTONIO DE BARROS, 306
SÃO PAULO

sinhas anãs, afundadas nas suas folhas abundantes como dentro de cúpulas de penas verdes. As trilhas eram assinaladas pela terra de cor vermelho-chocolate, em certos pontos quase violeta. O verde-escuro e castanho-escuro pareciam as cores nacionais do Estado de São Paulo, produtor de café...

Campinas. Cidade ativa, com um largo retangular, chamado "praça" em português. Em espanhol se chamaria "plaza". Todas estas praças derivam do "forum" romano. A Prefeitura parecia um edifício de Nápoles, da Campânia. Havia também pombo sobre a igreja, mas o céu em que voavam nos seus vãos tridimensionais não era um céu mediterrâneo. Desapareceram de repente por trás do ângulo de uma pérgola sob a qual três robustas mulheres lavavam roupa num tanque: porque um par de galvos voava lentamente, esplando, por sobre a praça.

Na praça do mercado tomamos um taxi que nos levasse às plantações, que vinham ao nosso encontro gigantescamente. Agora o ar estava quente e doce: um vento como que saturado de jasmim e de flor de laranjeira soprava à direita e à esquerda. Na parte extrema de Campinas situava-se o jardim botânico, criado trabalhosamente pelo austríaco Delfino: uma importante estação experimental para a agricultura do Sul.

Chegamos à fazenda, a uma casa feita de troncos de árvores. Descemos. Dois ágeis mulatos, vestidos asseladamente de branco, conduziram-nos, através do jardim, a uma "vila" de paredes brancas. Se, por certas particularidades, não estivesse ali impresso o estilo colonial, poder-se-ia a gente acreditar-se diante de uma "vila" aristocrática de Nice ou de Cannes.

A casa, toda coberta de buganvílias violáceas, esplêndida candeia no meio dessa luxuosa espuma de flores. Aqui, onde a menos de 50 anos havia a floresta virgem, o poder do dinheiro evocava um trato da Riviera.

Octaviano Alves de Lima recebeu-nos na sua varanda. "Não há superprodução!" gritou, pondo-se de pé num salto. "O fantasma da superprodução não existe!"



O café é transportado para os barcos

(1) É um fantasma, esta superprodução; não existe. Aquelas senhoras do Instituto do Café deveriam aprender com Henry George que a crise brasileira depende unicamente do protecionismo! Somente a liberdade do comércio atuada sem atraso está em condições de resolver o problema do café!

Perguntel se não havia café bastante, olhando-o com surpresa. O milionário vestido de branco fez um energético sinal de negação com a mão. "O café reclama expansão, exige novos mercados consumidores..." (2)

— Expansão? Novos mercados? E eu que acreditava que o café reclamasse antes limitações? E os novos países de consumo?

— Abolição das barreiras aduaneiras. Por que os russos não bebem café? Não poderiam nos comprar milhões de sacos? Não há superprodução; toda a culpa é dos diretos.

Quer invadir a Rússia pela força? — perguntel. — Como

quer obrigá-los a comprar o café brasileiro?

— Não é difícil — respondeu Octaviano — Os russos têm, eles também, necessidade de exportar! O Brasil não teria senão que fazer com a União Soviética um bom tratado comercial, na base do qual poderíamos obrigá-los, por exemplo, a adquirir cereais russos contra café!

— Justificável — observou Henning. — Deveriam ser feitos acordos de troca. Ainda que o exemplo da Rússia não seja válido.

O fazendeiro quis saber porque. "Porque" — disse Henning — o consumo constitui um problema que não depende apenas dos diretos e dos preços. No caso da Rússia, como transformar todo um povo bebedor de chá num povo de bebedores de café? Mesmo que cassem todas as barreiras, este obstáculo permaneceria. É muito mais difícil fazer o café do que o chá. Sobre as folhas de chá, basta derramar água quente.



Em alto mar, é atirado às águas

te; mas aquilo que se deve fazer do café antes de poder bebê-lo, o senhor o sabe melhor do que eu. O café não é feito para os camponeses russos ou para os colítes chineses.

Calou-se Octaviano Alves de Lima. Os dois homens puseram-se a fumar. Uma mulata trouxe o café. Depois de algum tempo, o fazendeiro abriu a boca. "Todas as barreiras devem cair!" disse, obtusamente, a meia voz. "Todo mundo deve tornar-se liberalista imediatamente!" Repetia: "Imediatamente!"

A palavra "imediatamente" me espantou. Comecei por perguntar ao fazendeiro como imaginava a imediata passagem do café à economia livre. Olhou-me com olhos esbugalhados; que havia de pensar disso?

— Se se deixasse ao preço o próprio curso, simplesmente, não bastaria isto para induzir a maior parte dos plantadores a renunciar ao seu cultivo?

— Naturalmente! E seria um grande benefício. A limitação da cultura, que vos tanto desejais, seria um fato consumado.

— Assim, continuariam a produzir apenas aqueles que estivessem em condições de resistir?

Alves de Lima sorriu. "Isto acontece na economia de todo mundo. Apenas os capazes resistem. Quem produz muito caro deve perecer!"

Guardel para mim a objeção que "a produção muito cara" não pode ser punida com a morte. "O fantasma da superprodução não existe". Certo; se sobram apenas poucos, não há mais superprodução. Mas esta espécie de darwinismo não me vai muito ao gosto...

Que significa "o mais capaz"? Octaviano era fabulosamente rico. Ele, talvez, pudesse sustentar um "crack" e ficar tranquilamente a ver que caminho tomaria o café a bom preço e quais os mercados inesperados que lhe seriam abertos. Mas era esta uma solução?

O crepúsculo tropical desceu rápido. O sol descambou, alaranjado. No jardim pelo qual passávamos descerravam-se fontes ocultas de perfume. Flores que haviam permanecido fechadas durante o dia, abriam-se à noite, para viver com os rouxinóis.

Em meio à beleza do jardim, divindades latinas custodiavam um tanque de mármore cheio de água límpida que o fazendeiro havia feito construir. Ali nos despedimos. Octaviano vestia de branco, parecia um governador romano. Havia falado abertamente, mas com o critério de um rico.

(1) — Em português no texto traduzido
(2) — Idem, idem

ULTIMO GRANDE CICLO BRASILEIRO

CRIADORA E DEFENSORA DA MENTALIDADE CAFEIRA NO ESTADO DO PARANÁ

Poucos decênios separam, da atualidade magnífica da cafeicultura paranaense, o início do entusiasmo coletivo pelas plantações de café, em larga escala, nas terras roxas desse Estado.

Caprichoso como nenhuma outra riqueza, o café vai encontrar, no Paraná, as palavras são do governador Munhoz da Rocha Neto — o seu último grande ciclo brasileiro.

Detê-lo, fixando-o, através métodos modernos, num solo cuja riqueza, hoje, é motivo de ufania, é um dos motivos que mais devem preocupar aqueles que se dedicam a essa lavoura.

Só de um lustro para esta data que o Paraná conseguiu transportar de um milhão sua capacidade de produção. De cinco anos para cá, conseguiu aquele Estado empolgar o país, de forma asombrosa, graças ao crescimento de suas cifras de exportação de café.

Hoje, esse Estado, em que pese os prejuízos sofridos com as geadas de 5 e 6 de julho de 1953, tem posição de eminência nas estatísticas nacionais, na produção da rubiaca.

SURTO À ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CAFEICULTORES
No fundo desse magnífico panorama de produtividade cafeira, surgiu a ideia da necessidade de aglutinar os cafeicultores do Paraná em torno de uma entidade declarada, reunindo homens de espírito público e que se devotasse às causas dos plantadores de café desse Estado, pudesse trabalhar em favor das reivindicações dessas lavouristas da rubiaca.

A origem da APAC (Associação Paranaense de Cafeicultores) pode ser encontrada nos entendimentos que, nos idos de 1948, se firmaram entre as Associações Rurais de Maringá, Marialva, Apucarana, Londrina, Rolândia, Cornélio Procopio, Cambará, Jacarézinho, Santo Antônio da Platina e outras tantas que se foram organizando.

Nos contatos que então se fizeram, entre os homens que dirigiam aqueles organismos, fixou-se a necessidade de, constantemente serem debatidos assuntos de café, problema que mais preocupava os integrantes daquelas Associações Rurais.

Surgiu, nessa época, a União das Entidades Rurais do Norte do Paraná, que não poucos benefícios prestou aos cafeicultores, graças ao espírito público que animava esse púgilo de idealistas que formavam em torno dessa entidade.

Com o correr dos tempos, todavia, sentiu-se a necessidade de um fundo monetário razoável e, bem assim, a ampliação das atividades de uma organização que pudesse tratar dos interesses da cafeicultura, de maneira a mais específica. — Resolveu-se, assim, modificar a União das Entidades Rurais do Norte do Paraná, transformando-a numa entidade de caráter específico, para atender, eminentemente, aos interesses do cafeicultor paranaense.

Assentou-se, ainda, que seria instalada a sede dessa entidade, na Capital do Estado, colocando-a, desta forma, em contacto direto com o poder público.

REUNIÕES PRELIMINARES
Em reunião realizada no dia 29 de Novembro de 1950, finalmente, foram estudados os planos para a concretização de uma entidade, que viria a ser a APAC, dela participando os srs. Dr. Homero Cordeiro, Garibaldi Reale, Nicolau Lunardelli, Mércio Prudente Corrêa, Newton Carneiro, Lauro Cordeiro e Francisco de Paula Leite Sobrinho. — Constituiu-se na ocasião, uma comissão organizadora, assim constituída: — Presidente — Dr. Newton Carneiro; Secretário — Mércio Prudente Corrêa; Tesoureiro — Francisco de Paula Leite Sobrinho; Vogal — Garibaldi Reale.

No edifício da Associação Comercial de Londrina, no dia 18 de Dezembro de 1950 realizou-se nova reunião de lavradores juntamente com membros do governo, ficando fundada a Associação Paranaense de Cafeicultores.

Na cidade de Jacarézinho no dia 10 de Fevereiro de 1951, foram aprovados os estatutos sociais, fixadas as anuidades e jóia e eleitos os membros do Conselho de Administração, a saber: — Garibaldi Reale, Adolpho de Oliveira Franco, Nilson Baptista Ribas, Angelo Planas, Hugo Cabral, José Cunha, Nicolau Lunardelli, Mércio Prudente Corrêa, Homero Cordeiro, Octavio Rodrigues Ferreira, Vicente Clöff e Bráulio Barbosa Ferraz.

AS PRIMEIRAS DIRETORIAS
Em Curitiba, a 28 de Fevereiro de 1951, em reunião do Conselho de Administração, foi eleita e empossada a seguinte diretoria: — Presidente — Bráulio Barbosa Ferraz; Vice-Presidente — Garibaldi Reale; diretor-geral — Adolpho de Oliveira Franco; diretor-tesoureiro — Nilson Baptista Ribas.

A assembleia geral extraordinária, da APAC, realizada no dia 18 de Outubro de 1951, para atender aos dispositivos da Organização

da Vida Rural Brasileira, modificou os estatutos da entidade, aprovando a indicação da nova diretoria, que exerceu seu mandato até fins de 1953 e que ficou assim constituída: — Presidente — Bráulio Barbosa Ferraz; 1º. Vice-Presidente — Garibaldi Reale; 2º. Vice-Presidente — Ezequiel A. Bley; 3º. Vice-Presidente — Homero Cordeiro; Secretário Geral — Adolpho de Oliveira Franco; 1º. Secretário — José Francisco Nauffal; 2º. Secretário — José Pavan; Tesoureiro Geral — Nilson Baptista Ribas; 1º. Tesoureiro — João B. Ribeiro Junior; Vogais: — Hermes Macedo, Francisco Lacerda Junior, Jayme Canet, Mércio Prudente Corrêa, José Cunha, Vicente Clöff, Octavio Rodrigues Ferreira, Francisco de Paula Leite Sobrinho, Sebastião Aguiar e Gustavo Nunes Diniz. Comissão Fiscal: — Nicolau Lunardelli, Newton Carneiro e Hugo Cabral; suplentes — Arnaldo Alves de Camargo, Angelo Planas e Arthur Hoffig.

A ATUAL DIRETORIA
Em assembleia geral extraordinária, levada a efeito no dia 31 de Outubro de 1953, foram eleitos os novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da APAC, para o biênio 1953-1955, ficando assim constituídos: — Presidente — Bráulio Barbosa Ferraz; 1º. Vice-Presidente — Garibaldi Reale; 2º. Vice-Presidente — Deputado Dr. Nilson Baptista Ribas; 3º. Vice-Presidente — Dr. Homero Cordeiro; Secretário Geral — Dr. José Francisco Nauffal; 1º. Secretário — Dr. Hermes Macedo; 2º. Secretário — José Pavan; Tesoureiro Geral — Ezequiel Augusto Bley; 1º. Tesoureiro — Jayme Canet Junior; 2º. Tesoureiro — Deputado Dr. João Baptista Ribeiro Junior. Vogais — Dr. Adolpho de Oliveira Franco, Arthur Hoffig, Benedito Moreira, Francisco de Paula Leite Sobrinho, Jayme Canet, José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

lombini, Dr. José Carlos Ribeiro do Valle, Dr. José Cu-

faça frio ou calor..

os alimentos sempre devem ser conservados

no refrigerador

Gelomatic a querosene

• a única que funciona mesmo onde não há eletricidade!

Para que se conservem frescos e saudáveis, os alimentos necessitam de uma temperatura adequada que só GEL-O-MATIC a querosene pode oferecer, onde quer que V. mrs. Numa fazenda, num sítio ou no sertão, com um refrigerador GEL-O-MATIC a um pouco de querosene. V. tem ao seu dispor o conforto de um luxuoso e completo refrigerador! GEL-O-MATIC não possui partes móveis e funciona silenciosamente.

GEL-O-MATIC a querosene pode ser regulado na temperatura necessária para a conservação dos diversos alimentos graças ao seu mecanismo regulador de temperatura.

Garantido por 5 anos

Concessionários em todas as cidades do Brasil
Um produto da Indústria Brasileira de Embalagens S.A.
Matriz: Rua Cláudia, 93 - Caixa Postal, 5657 - São Paulo

exigências dos norte-americanos e dos mercados europeus, necessitava de transporte e de Capital, além de Mão de Obra.

Compeliu ao Estado, se não suprir a produção desses elementos para que ela se fizesse e a exportação se realizasse, mas não a atrapalhasse. O Estado brasileiro não fez senão impedir, lançando toda a sorte de obstáculos para que a produção do café se desse.

Mas, a monumental lavoura de café de São Paulo, foi erigida não obstante os impedimentos do Estado. Eu me refiro à paulista, pois a fluminense não resistiu e morreu. Matou-a o Estado central, dirigido por homens retardados.

No referente aos transportes, o Estado nefastamente atrasou o aparecimento da ferrovia. Desde 1835 que o grande Feijó, refletindo a atmosfera que reinava em São Paulo, baixou a famosa lei sobre a ferrovia. (Boletim n. 115 da Fac. de Filosofia da U. S. P.)

Infelizmente o 2.º Império não executou as medidas preconizadas por Feijó, atrasando de 30 anos a evolução da lavoura do café em São Paulo. Naturalmente era a mesma mentalidade do atrasado Bernardino de Vasconcelos, que era contra as ferrovias.

Já nesse distante oitocentismo a mentalidade torva do "petróleo é nosso" avançava o progresso e a prosperidade do Brasil. Já então a natureza retardava o desenvolvimento mental de muita gente.

Sem transporte ferroviário, o café teve que ser levado no lombo de tropeiros, muleiros. (Boletim n. 141 da Fac. de Fil. da USP.)

Ora, o transporte pelo mular era proibitivamente caro e não permitia que o produto sofresse o seu preço em distância, além de Rio Claro. Com isso, a cafeicultura paulista foi freada na sua expansão para além de Rio Claro, coisa que só pôde ser feita depois de 1872, quando a ferrovia chegou a Campinas. Isso atrasou a expansão cafeeira por um espaço de 30 anos. (Boletim n. 141 da Fac. de Fil. da U. S. P.)

A MAO DE OBRA

Assim, a lavoura do café, quer a fluminense, quer a mineira ou a paulista, a maior de todas, é o resultado mais patente da mais exclusiva ação particular, com a mais clamorosa e completa

inércia da "ama seca" estatal.

Mas onde a ação do Estado Central foi mais prejudicial à lavoura de café paulista, se refere à Mão de Obra.

Logo de início, a lavoura cafeeira em São Paulo, isto é, na primeira metade do século XIX, o fator equacional da produção concernente à Mão de Obra foi obtido com a extinção do ciclo do açúcar paulista. São Paulo, por falta de mão de obra, tinha que "despir um santo para vestir outro", sim, porque teve que paralisar sua atividade açucareira, para, com a gente que sobrara do açúcar, empregar na edificação da lavoura do café. Isso em virtude da inércia estatal, que não cuidou de promover a imigração para suprir de braços a novel lavoura de café. Se isso tivesse feito a "ama se-

O consumo de milhões de bocas exige açúcar no centro-sul. O Estado brasileiro proibiu esse centro sul de aumentar sua produção de açúcar, para não prejudicar outras regiões. Ora, isso é anti-econômico.

Assim em vez do Estado Brasileiro promover a imigração para o Rio de Janeiro ou São Paulo que precisavam ser promovida para o Rio Grande, que dela não tinha urgente necessidade.

Mas, os malefícios concernentes à mão de obra para a lavoura do café de São Paulo, não se limitaram apenas nisso que foi relatado acima. Os recursos ou mão de obra que os paulistas usaram tirados de sua indústria açucareira, não bastaram. Todos os relatos dos Presidentes da Província são unânimes em relatar o premente problema

aflicção do alito. (Boletins n. 9, 12 e 14 da Cad. de Hist. da Civ. Bras. da Faculdade de Filosofia da U. S. P.)

Depois de 1888, ainda demagogicamente envolvido pela pouco salutar atmosfera do "idealismo utópico" frutífero romântico da Revolução Francesa, o Estado Central, com a inútil Lei dos Sexagenários, vibrava mais um golpe na livre iniciativa paulista, que continuava ainda a construir o seu maravilhoso parque agrícola, consistente na nossa estúpida lavoura de café.

MEDIDAS ANTI-ECONOMICAS

Finalmente, em 1888, o Estado Imperial vibrou o golpe mais profundo na livre iniciativa do café, com a libertação do escravo.

Essas medidas todas foram injustas, porque recaíram desigualmente sobre as populações brasileiras, sendo prejudicadas algumas, como os fluminenses, mineiros, paulistas e baianos e poupados todos. Iniqua, porque provava a Nação da sua propiedade. Anti-econômica porque feria de morte a grande base econômica nacional que era o café e a sua exportação; e desumana, porque, paradoxalmente foi contra o negro, atirando-o sem defesa no violento "struggle for life" no qual ele, em decadência física e moral está sendo esmagado por outras estirpes mais bem aparelhadas.

Tudo isso foi feito na inconsciência de uma atmosfera liberal e alambicada no romantismo piegas do idealismo utópico que empolgou o país no século XIX.

Também não poderia esperar-se outra coisa de um Estado Central a cuja frente estava um homem muito bom, muito honesto, mas que vivia vedando orbitas de estrelas u fazendo versos!

Enquanto isso, seus conselheiros, que não enxergavam dois palmos na frente do nariz, promoviam medidas como essas e se embebedavam nos Parliamentos com as suavidades oratórias das próprias vozes.

Nem ao menos tiveram a providência de procurar remediar o golpe que haviam desferido. Uma corrente de imigração interna teria sido um excelente lenitivo para as angústias concernentes à mão de obra dos cafeicultores paulistas, mineiros e fluminenses.

Ao invés de promover e incentivar essa imigração interna, o Estado central tentou mesmo estancá-la; o celebre Cotegipe, apresentou mesmo um projeto de lei proibindo-a e varias provincias do adensado e super-povoado Nordeste, quiseram taxa-la.

A todas essas tolices sobreveio a livre iniciativa paulista!

E' que os paulistas, formadores da nossa lavoura de café, eram autênticos membros dessa "raça de gigantes" que desponta Saint Hilaire.

A lavoura de café de São Paulo é a mais bela manifestação da grandeza e da fecundidade da livre iniciativa particular, sem que o sadio nacionalismo tenha alguma coisa com isso.

VOLTADAS PARA O CAFÉ AS ATENÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CAPIXABA

Ampla programação de fomento da produção sob a orientação do sr. Aurelio Ruschi — Assistência aos cafeicultores

Mais uma vez encontra-se à frente da Secretaria da Agricultura do Espírito Santo o sr. Eurico Ildebrando Aurelio Ruschi. Trata-se de um homem de larga visão, conhecendo profundamente os problemas da agricultura, aos quais se tem dedicado durante toda a sua vida pública. O governador Jones dos Santos Neves, tendo em vista a importância do café na economia do seu Estado, convocou o sr. Aurelio Ruschi para a pasta da Agricultura.

Atualmente, graças ao plano de ação do secretário Aurelio Ruschi, o Espírito Santo encontra-se na vanguarda da batalha da produção, notadamente no que diz respeito ao café. Na entrevista que se seguiu, o secretário Aurelio Ruschi expõe os principais pontos do seu programa de trabalho com relação ao café, anunciando também, o que já foi conseguido nesse setor. Diz-nos o sr. Aurelio Ruschi:

"ALIANÇA MATERIAL E MORAL"

— "Ninguém seria capaz de subestimar o papel importantíssimo que o café representa na economia nacional, sendo indiscutivelmente preponderante a contribuição que os Estados cafeeiros têm tido nesse desenvolvimento.

Não se pode, sem grave injustiça, condenar os mais pobres ou os que menos produzem, pelo fato de não apresentarem dentro da União, condições idênticas, pois o ideal federativo encerra precisamente esta espécie de aliança material e moral, para então obter-se um objetivo político a todos comum.

O Espírito Santo vem sendo, pois, na Federação, um grande e admirável aliado desse impulso progressista que em todo o país se observa, sobretudo porque sua balança de importações é nula, em face do contingente apreciável de dólares que carrega para os cofres nacionais, através dos produtos básicos de sua economia: café e cacau.

O Espírito Santo tem posto em comum essa contribuição, nada exigindo, ou exigindo muito pouco. Mas, já é tempo de pôr-mo-la na balança das competições, não com objetivos egoísticos, mas com o intuito de encaminhar-nos para mais altos destinos a coletividade terraneta.

O crescimento da nossa produção agrícola não é um presente dos deuses, como talvez possa parecer aos que

não nos conhecem suficientemente bem. O solo capixaba, acidentado na sua maior e melhor parte, não é apenas um obstáculo às boas plantações, como também propicia constante desgaste, proveniente das erosões, que desancam as lavouras situadas no cocoruto dos morros, cuja cifra é bem elevada."

FLAGELO DA LAVOURA
"Além disso, desde 1846 que o tremendo flagelo da broca assola o nosso Estado. De começo, não dispunhamos de recursos suficientes para debelar a praga. E quando pudemos fazê-lo, em

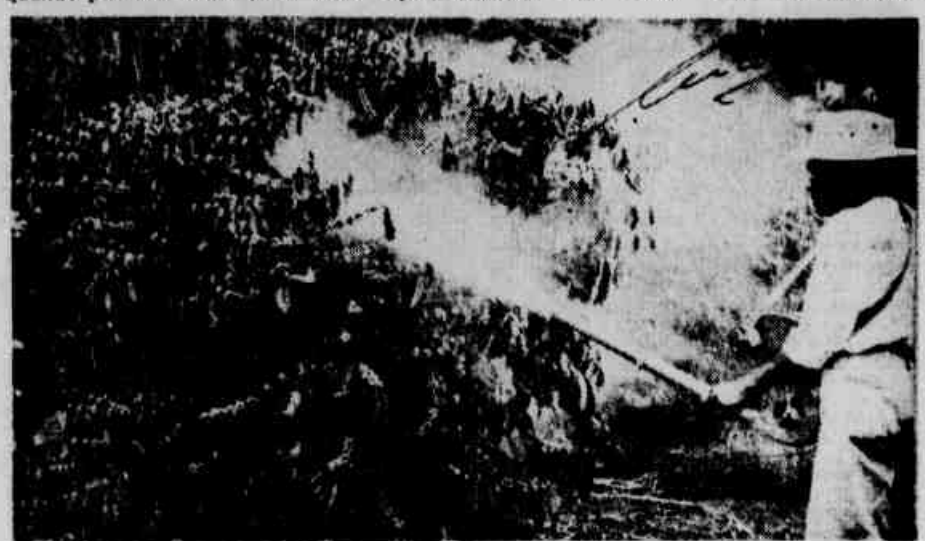
de revenda do B.H.C., foi fixado em Cr\$2.50, ou seja com prejuízo para o Estado de Cr\$2.80 sobre o seu custo em quilo."

Há ainda a considerar a valiosa colaboração do Instituto Brasileiro do Café, quer financeiramente, quer pela entrega, à Secretaria da Agricultura, de 1.500 polvilhadeiras para revenda. Desarte espera-se para esta safra um resultado bastante satisfatório, podendo-se mesmo, se continuarmos a pôr em prática iguais métodos de combate, erradicar do solo espírito-santense essa

Estado, a safra que se encerrou atingiu um total de 2.132.327 sacas de 60 quilos, assim discriminadas as respectivas saídas:

Do porto de Vitória . . .	1.385.483
Do porto do Rio de Janeiro	634.854
Torrefação e consumo interno	112.000
TOTAL	2.132.337

OUTROS PROBLEMAS
Não desconhecemos que outros problemas se apresentam aos nossos cafeicultores, cujas rudimentares



O combate à broca do café tem sido uma das principais preocupações da Secretaria da Agricultura. E o trabalho vem alcançando pleno êxito, sob a orientação do sr. Aurelio Ruschi

1932, depauperaram-se-nos as maiores dificuldades, inclusive a própria descrença dos cafeicultores no sistema de combate a ser empreendido.

Só em 1953, em face da extensão calamitosa dos prejuízos verificados, é que se pôde, com êxito, enfrentar a tarefa de destruição da praga. Nesse ano, informa a mensagem do sr. governador Santos Neves, que acaba de sair em grosso volume, "distribuíram-se aos lavradores 3.452 toneladas de H.C.B. e forneceram-se cerca de 10.000 polvilhadeiras, acreditando-se que aproximadamente 70% dos cafezais atacados foram submetidos ao tratamento radical. As polvilhadeiras adquiridas na base de 750 a 1.200 cruzeiros foram revendidas aos lavradores a 300, 400 e 500 cruzeiros, por unidade, contribuindo, assim, o Estado com cerca de 60% do seu valor, enquanto o preço

terrível praga, que já tantos prejuízos nos há causado.

O secretário Ruschi, se outras diretrizes de reais e evidentes vantagens para o Estado não houvesse buscado, bastaria a sua luta no combate à broca do café para situá-lo entre os mais capazes auxiliares da administração Santos Neves, nesse período memorável de assinalada repercussão de todas as atividades espírito-santenses.

Aguardamos, agora, os resultados reais da safra em curso, quando ter-se-á a comprovação irrefragável desse esforço, no sentido de salvar-se de grave e eminente perigo a economia capixaba, quando precisamente se lhe entreabrem alvissareiras esperanças."

SAFRA 53 — 54

Apesar desses transtornos e dos grandes prejuízos registrados, especialmente nas zonas quentes do norte do

condições de trabalho somente agora estão sendo modificadas.

O preparo do grão, decorrente dos cuidados que deve merecer a colheita, a construção de terreiros, a rigorosa observância de limpeza a que precisa ser submetido o produto, tudo isso são outras tantas dificuldades que a Secretaria da Agricultura está procurando vencer, quer pela ajuda material, quer por conselhos e orientação técnica.

Desse ligeiro esboço, resulta bem claro que a atual administração do governo Santos Neves, tem-se empenhado a fundo em todos os setores, cabendo-lhe papel preponderante no reergimento da lavoura cafeeira, através de uma política de esclarecida compreensão, que muito breve se fará sentir na própria economia nacional."

Recuperação do solo e restauração dos cafeeiros velhos nas zonas mais antigas do vizinho Estado do Paraná

Repetindo o grande erro dos lavradores de café dos Estados do Rio e de São Paulo, também atualmente a maioria dos do Estado do Paraná é, imediatamente, isto é, tira o máximo da terra, descuidando lamentavelmente, de devolverem parte apreciável do que dela tiram.

Voluntariamente, poderemos anotar exceções entre cafeicultores tanto nas zonas novas, como nas velhas. Assim, cumpre destacar o esforço na aplicação da técnica agrícola moderna de recuperação dos cafezais e preservação do solo, empreendidas pelo adiantado agricultor Homero Cordeiro, na sua magnífica fazenda Santo Antonio, situada no município de Jacarezinho, o município pioneiro na plantação de café em grande escala, no Paraná.

Nessa propriedade agrícola não existem cafezais novos, tendo todos mais de 35 anos. Entretanto, podemos observar o seu magnífico aspecto, nada deixando a desejar em relação às lavouras novas da região. Isso tudo devido ao trato especial aplicado pelo seu proprietário, que, para resolver o problema de falta de matéria orgânica, tão necessária às árvores, montou um completo serviço para fabricação do "adubo composto", com capacidade para adubar anualmente, 125.000 pés de café, metade do total do seu cafezal. Também notamos amplo viveiro de mudas de café entre as melhores variedades

selecionadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, para a substituição anual das árvores mais antigas e condenadas. Constatamos, ainda, que possui a fazenda um perfeito serviço de irrigação artificial, de resultado comprovado nos Períodos de secas. A preservação do solo, com o fim de reter água e evitar erosão, por meio de "cordões de contorno", está sendo intensamente aplicada, protegendo assim, muito em breve, toda a lavoura.

O seu proprietário é grande entusiasta da mecanização, realizando a capina dos cafezais por meio de enxadas rotativas acionadas por pequenos tratores. Ainda

por meio de tratores maiores é feito o serviço de destoca e lava das terras para cereais, cana e algodão.

São também dignas de menção as amplas instalações da fazenda com tradicional terreiro ladrilhado para seca do café, como suas tulhas e máquinas para benefício do produto.

Já tínhamos notícia da esplêndida residência do seu proprietário, mas visitando-a pudemos constatar que realmente oferece todo conforto moderno, que satisfaz plenamente ao mais exigente visitante.

Fazendas iguais a esta, devem ser visitadas pelos cafeicultores, porque é realmente uma fazenda modelo, em todos os sentidos.



O dr. Homero Cordeiro, ao lado de um robusto "bourbon", que merece do fazendeiro todo desvelo.



Colônia e parte do terreiro da Fazenda Santo Antonio, em Jacarezinho, de propriedade do dr. Homero Cordeiro

O CAFÉ NO SÍTIO DA CASA VERDE

AURELIANO LEITE



AMADOR BUENO

As terras que perlongam a margem direita do heróico Tietê ou Anhembi, rio das anhumas, segundo D. Luis de Céspedes, ou das perizes, na opinião do estudioso Teodoro Sampaio, mostram-se notadamente mais dadas para a agricultura. Se isto se verifica pelas águas abaixo, até o longo curso lúgido despejar-se no majestoso Paraná, dentro do município de São Paulo, o fenômeno apresenta-se devesas surpreendente. Explicam os entendidos não se tratar de simples capricho da natureza, mas rica de húmus, senão de salutar efeito dos ventos bons que sopram sobre elas. De fato, o nosso solo sub-tropical quando exposto às luzes frias do sul torna-se pouco propício a culturas fecundas. Ora, a margem direita do Tietê não sofre o casti-

terras úberes da banda à destra do velho Anhembi, onde reinam bons ventos.

Em que consistiria a exploração agrícola, parece responder o padre Fernão Cardim, iniciano do Alentejo, falecido na Bahia, em 1625, e que se orgulhou da glória de ensinar o asombroso novício Antonio Vieira. Acoltando o visitante, padre Cristóvão de Gouveia, andou o sacerdote luso em missão jesuítica, desde Pernambuco a São Paulo. Do que viu de curioso informou ao Provincial de Lisboa, em duas epístolas célebres, datadas da Bahia e recolhidas ultimamente pelo erudito filólogo Rodolfo Garcia, em "Tratado da Terra e Gente do Brasil". Da primeira delas, o trecho mais interessante acerca de Piratininga vai aqui transcrito:

"Piratininga é a vila da invocação da conversão de São Paulo: está do mar pelo sertão doze léguas: é terra muito sadia, na nela grandes rios e geadas e boas calmas, é cheia de velhos mais que centenários, porque em quatro juntos e vivos se chegaram quinhentos anos. Vem-se de burel, e pelotas pardas e azues, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam. Vão aos domingos à igreja com roupões ou berneiros de cacheira sem cap.

A vila está situada em bom sítio ao longo de um rio caudal. Terá cento e vinte vizinhos, com muita escarvária da terra, não tem cura nem outros sacerdotes senão os da Companhia, aos quais têm grande amor e respeito, e por nenhum modo querem aceitar cura. Os padres os casam, batizam, lhes dizem as missas cantadas, fazem as procissões, e ministram todos os sacramentos, e tudo por sua caridade: não tem outra igreja na vila senão a nossa. Os moradores sustentam seis ou sete dos nossos, com suas esmolas com grande abundância: é terra de grandes campos e muito semelhante ao sítio d'Evoa na boa graça, e campinas, que trazem cheias de vacas, que é formosura de ver. Tem muitas vinhas, e fazem vinho, e o bebem antes de o ferver

de todo: nunca vi em Portugal tantas uvas juntas, como vi nestas vinhas: tem grandes figueiras de toda sorte de figos, de sacotes, de beiras, e outras castas, muitos marmelos, que dão quatro camadas, uma após outra, e ha homem que colhe doze mil marmelos, de que fazem muitas marmeladas: tem muitos rosais da Alexandria, e porque não tem das outras rosas das de Alexandria fazem açúcar rosado para mezinha, e das mesmas cozidas delatando-lhe a primeira água fora, fazem açúcar rosado para comer e fica sofrível: dá-se trigo e cevada nos campos: um homem semeou uma quarta de cevada e colheu sessenta alqueires: é terra fertilíssima, muito abundante: quem tem sal é rico, porque as criações não faltam. Tem grande falta de vestido, porque não vão os navios a S. Vicente senão tarde e pouco: há muitos pinheiros, as pinhas são maiores, nem tão bicudas como as de Portugal: e os pinhões são também maiores, mas muito mais leves e saudios, sem extremo de quebra e frialdade, e é tanta a abundância que grande parte dos índios do sertão se sustentam com pinhões: dão-se pelos matos amoras de silva, pretas e brancas, e pelos campos breços, beldroegas, almeirões bravos e mentrastos, não falo nos fetsos, que são muitos, e de altura de uma lança se os deixam crescer. Em fim esta terra parece um novo Portugal" (2).

O testemunho do padre Fernão Cardim com respeito às culturas de São Paulo nunca foi contestado mas sim confirmado. E mostra-se irrefutável que as primeiras explorações agrícolas do município mais proveitosas seriam praticadas além do Anhembi e consistiam principalmente no trigo, o inseparável e imemorial companheiro do homem. (Nos túmulos dos farões, em Deir-el-Bahari ou em Karnak, lembra o brilhante Gustavo Barroso, encontramos os sábios, entre as oblatas rituais, grãos de trigo ali depositados havia dez ou quinze mil anos). Ora, dessas terras da outra banda do

rio das anhumas", o trecho da Casa Verde, comportando modernamente cerca de duzentos alqueires, destaca-se pela uberdade e foi o pedaço escolhido por Amador Bueno para a sede de suas contínuas sesmarias. Parece evidente que o potente paulista alinharia em derredor da casa-grande da fazenda as plantações essenciais, o trigo e a cana.

Aliás, se casam com o testemunho fidelíssimo do padre Fernão Cardim as informações catadas nos inventários e testamentos seiscientistas. Ainda agora, o recentíssimo livro de Belmonte — "No tempo do bandeirismo", que fixa aspectos do século XVII, enfileira pachorrivelmente uma instrutiva relação dos produtores de trigo da época, assim como a soma de cabeças de gado de cada um dos fazendeiros. Figuram na lista, Valentim de Barros, Luisa Leme, Domingos Jorge Velho, Francisco Pedroso Xavier, Miguel Garcia Velho e muitos outros. Estranhar-se-á que dela não conste o nome do opulento Amador Bueno. Mas esse rol só poderia ter sido extraído, indivíduo a indivíduo, de cada um dos inventários respectivos, o que, por sinal, nos confessou pessoalmente o seu autor. Ora, até o presente, o livro nenhum viram o inventário ou o testemunho do "Aclamado", ou de sua mulher, ou de seus filhos, exceto o de Catarina Bueno e o de Maria Bueno e Diogo Bueno... Já sublinhamos alhures que o nome de Amador e de seus sucessores mais chegados sobre certa campanha misteriosa em favor de seu esquiteamento ou desprezo... Por isso, raramente, se refere aos Buenos, na velha documentação seiscientista. Acreditamos que se não valesse o devotamento de seu ilustre descendente Frei Gaspar e do genealogista Fagundes Taques, que surgiram uma centúria depois, mais vagos e obscuros se mostrariam os principais fatos da preciosa vida.

Que Amador, o mais rico daqueles agricultores da primeira metade do século XVII, plantou trigo, apresenta-se evidente. Senhor do chão do Mandaguá, a melhor mancha de terra da zona rural da Vila, forçosamente viria semeando essa indispensável gramínea na Casa Verde, ao lado da cevada, da vinha, do algodão, da cana de açúcar, do marmeleiro, etc...

Também confirma as duas coisas, em a nota 1, já aludida, Pedro Taques. E se tudo não bastasse, apelaríamos para o "testado da lisenessa de fazer moinho a amador bueno", em que se lhe concedeu, aos 8 de fevereiro de 1616, o competente alvará para "fazer moinho para moer trigo num ribeiro que chamão manauqui...". Esse documento, que se acha transcrito em nota 2, ao capítulo II, constitui prova incontestável, quer na demonstração da cultura de trigo por Amador, quer em que essa cultura se praticava em terras do

Mandaguá, ou seja, na Casa Verde.

Seus filhos e netos seguiriam-lhe certamente o exemplo.

Temos tudo isso por verdade de fácil de ser impugnada, mas difícil de ser desmanchada...

Entretanto, o que acima ficou é a Casa Verde, ou por outra, o seu solo, pelos sé-

culos XVI, XVII e começos de XVIII.

E daí em diante? É de mister dividir este longo decurso de tempo em dois períodos: o que termina nos irmãos Arouche Rendon, em 1840, mais ou menos; e o que parte desse marco até o derradeiro proprietário que lavrou aquele solo: João Maxwell Rudge.

Ataquemos o primeiro período, em que predomina a plantação do café, na Casa Verde. Pode-se chamar a ele a era das culturas orientais em São Paulo.

Dentro e fora do País, multíssima tinta já se derramou sobre o papel a propósito do café, produto pertencente à família das rubiáceas, tribo das ixóreas.

Depois de tantas diligências, resultado pacífico que a glorificada planta encontra o seu berço natal em África, na alta Etiópia, na região oriental de Kaffir, onde viveja em estado nativo. A suposição errada de, entre outros, o botânico sueco Carlos Linneu, que o chamou "arabico", explica-se pelo sucesso que a formosa rubiácea alcançou em Méca, província de Iemen, onde frondejou exuberantemente. Mas o seu uso já como bebida — pois lançavam mão dele como remédio — remonta ao ano de 875, na Pérsia, e a tempos imemoriais, na Arábia. Na Arábia como aconteceria no Ocidente, granjeou adptos fervores

dos embocadores da loura cerveja e dos puritanos, que se viam no uso fora de casa desse perfume licor, um pretexto para os bons chefes de família se afastarem do lar. As ruivas mulheres inglesas chegaram a revoltar-se contra o negro café, acusando-o de causador da perversão dos homens que nele perdiam até a força vital... Panfletos e sátiras apolaram infuflidamente a campanha demolidora, pois que a novidade como na França, onde com o tempo surgiram os cafés literários célebres, frequentados por Fontenelle, Rousseau, Diderot, Voltaire, Richelieu, (3) etc., acabou conquistando o austero arquipélago britânico. Também a Alemanha (apesar do voto que lhe impuseram o fundador da homeopatia e outros cientistas) passou a beber o delicioso líquido e se encarregou de levá-lo aos países nórdicos, e a Portugal e à Espanha, de onde, através das possessões ibéricas na América, foi ele instalar-se na terra de São Paulo. Mas, nesse tempo, o plantio do café apenas se praticava no Oriente, donde o carregavam para o Ocidente os mercadores genoveses e venezianos. Na América, foram os holandeses que, no ano de 1718, iniciaram a sua cultura, trazendo alguns mudas para Surinam, ou Guiana Holandesa. Em seguida, os franceses introduziram o seu plantio nas Antilhas. Entretanto, o café da Guiana Francesa foi roubado da sua vizinha, a Guiana Holandesa.

Relativamente à primeira plantação do café no Brasil, correm diferentes versões. Chega Melo Moraes a conjecturar haver-se descoberto esse arbusto, no estado nativo, em certa região do Paraná. O padre Araújo Marcondes estranha essa suposição, sugerindo que maior razão existiria para topor com a espécie, igualmente espontânea, em outras zonas do Brasil, mais próximas da linha equatorial, berço do café. E levanta a suspeita de que os velhos exemplares por ventura encontrados na antiga Terceira Comarca de São Paulo constituam restos de vastas culturas jesuíticas em aldeias do século XVII, de que até hoje remanescem ruínas entremeadas de laranjeiras e bananeiras selváticas, principalmente na foz do Corumbatã.

O sr. Luis Amaral, estudioso refletido e esforçado de assuntos econômicos, em trabalho a publicar, de qual nos adiantou interessantes minúcias, refuta que a Melo Moraes, quer ao Padre Arnaujo Marcondes. Concordando com este, na parte em que o sacerdote contesta a existência do grão nativo no Paraná, "pois o café", diz Amaral, "é planta intertropical, sabe-se que o Trópico de Capricórnio corta a América do Sul na altura da capital paulista, e o Trópico de Câncer corta a América do Norte à meia altura do México", argumenta que só havendo entrado na Europa, no fim do século XVIII, o café bebido, não poderiam os jesuítas tê-lo trazido para o Paraná, no século XVI ou XVII.

Quando, porém, o mesmo Melo Moraes abandona o terreno perigoso da conjectura e entra na terra firme da documentação histórica, assevera que o pé número um que vingou sob o nosso céu foi importado de Gôa, na Ásia, para o Rio de Janeiro, em 1760, pelo chanceler João Antonio Castelo Branco.

Entretanto, a versão mais espalhada e geralmente admitida é que as primeiras sementes que se meteram a em terras do Brasil se desovou o bom patricio parense, sargento-mór, Francisco de Melo Palheta, da Guiana Francesa, em 1727. Ladrão que furtou de ladrão...

São Paulo, comemorando, em 1927, o bi-centenário da introdução do plantio dessa riqueza no País, sagrou essa semente entre as freiras de Santa Teresa (que as plantaram como cerca de sua propriedade), os frades Barbadinhos, da hoje rua Evaristo da Veiga, e o holandês João Hopmann, morador em São Cristóvão, além do arraial de Mata-Porcos. Reservou para si as sementes que enterrou no quintal de sua casa, no começo da ladreira do convento de Santo Antonio, onde esteve o prédio da Imprensa Nacional. Entre todos os exemplares nascidos, apenas medrou, floresceu e frutificou o das freiras de Santa Teresa.

Foi daí, do primitivo convento de Santa Teresa, que, urado por vários sacerdotes, se deu início a uma rede de produtores do Rio de Janeiro e chegou a São Gonçalo e ao vale do Paraíba, cabendo a Rezende (antiga Campo-Alegre) a honra das primeiras plantações na região ribeirinha. Seguiram-na Arelas, Pinda-mongabanga, Guaratinguetá, Taubaté, Jacaré, etc.

Mas, nessa mesma época, batendo talvez a própria Rezende, ou vinte anos depois do café chegar ao Rio, essa planta, trazida pelo futuro tenente general José Arouche de Toledo Rendon, era explorada agricolamente e vicejava nas colinas do solo casaverdeano. As tentativas de Jundiaí, que, segundo Cordeiro de Melo, se iniciaram em 1737, vieram pois posteriormente à do sítio da Casa Verde. E' Antonio de Toledo Piza quem, na revista do Instituto Histórico de São Paulo, volume V, fornece essa preciosa informação.

Por ela, fica-se conhecendo que, dali da Casa Verde, no ano de 1794, partiu um caloteiro cheio de sementes para ser negociado na veneranda Europa. Em 26 de fevereiro de 1794, o tenente general dirige-se a seu irmão dr. Diogo de Toledo Lara e Ordoñez, a quem Saint-Hilaire chamou "le savant Diogo Ordoñez", (figura de real prestígio na Metrópole, pois que até fazia parte da sua famosa Academia das Ciências) e comunica-lhe: —

"Neste mesmo navio (uma corveta, cujo capitão de chamava Piedade) vai um caloteiro de café da Casa Verde. Al ficam as expressões textuais dessa missiva de que nos dá conta A. de Toledo Piza e acerca da qual já nos havíamos referido. Pode-se pois concluir, sem receio de erro, que cabe a Casa Verde o papel importante das primeiras terras do Brasil que exportaram o ainda pouco conhecido produto. Consultando, por último, valiosa obra recentíssima, na qual o sr. Afonso de E. Taunay esgotou o assunto, reunindo em 7 espessos volumes quase tudo quanto se tem composto, aqui e no resto do mundo, sobre essa planta, a que o eminente historiador tão acertadamente batizara de "Coffea brasiliense fultorum — Café, estio do Brasil", não encontramos razões para modificar a coluna dorsal de nossa exposição. Podíamos, é certo, enriquecê-la com dados mais ilustrativos, adicionando-lhe outras mil e uma minúcias, como, por exemplo, que, em Santos, parece já haver sido plantado café, aos 1787; ou ainda, debulhando outros pormenores da carta do futuro tenente general ao dr. Diogo, como este: "Eu podia nela mandar o resto do vosso dinheiro em algodões que o capitão queria levar na câmara e eles se achavam prontos. Contudo não o faço, visto que vos tanto desconfiastes da corveta, não só em razões do barco, como por causa dos franceses". Explodira pouco antes a guerra de Roussillon, na qual portugueses e espanhóis chegaram a unir-se contra os franceses, o que provocaria o ódio fidalgo de Napoleão contra a monarquia lusa. Todavia, seria uma nunca findar de informes que não comportaria o fêto deste escózo.



JOSE AROUCHE DE TOLEDO RENDON

BANCO COMERCIAL DO PARANÁ S/A.

MATRIZ: Capital subscrito ... Cr\$ 60.000.000,00 END. TELEGRAFICO
PONTA GROSSA Reservas Cr\$ 30.000.000,00 "BANCIAL"
FILIAL: CURITIBA

DEPÓSITOS — DESCONTOS — COBRANÇAS — EMPRÉSTIMOS

Sirvam-se da maior rede bancária do Estado

DEPENDÊNCIAS: Abatiá, Andará, Apucarana, Araçongas, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambaí, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Castro, Cornélio Procopio, Curitiba, Guarapuava, Ibaté, Ilópolis, Irati, Itambaracá, Itararé, Jacaré, Janduia, Jandala do Sul, Joaquim Távora, Juvená, Lapa, Londrina, Malet, Mandaguá, Mandaguari, Marilva, Maringá, Monte Alegre, Morretes, Nova Esperança, Palmeira, Paranaguá, Peabiru, Pinhal, Piraí do Sul, Portão, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Qualigüé, Reboças, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Azul, Rolândia, Santa Felicidade, Santa Mariana, Sto. Antonio da Platina, Sertãozinho, Siqueira Campos, Tomazina, União da Vitória, Uraí

EXCEPCIONAIS NEGÓCIOS nas fabulosas terras do PARANÁ

Seja Você um homem da cidade sem conhecimentos agrícolas, ou seja um homem de lavoura, acostumado às lides do campo; tenha Você pequenos ou grandes recursos financeiros, eis a sua grande oportunidade... a oportunidade de partilhar das fabulosas riquezas do solo do Paraná e de enriquecer com o cultivo do café e da azeitona. Medite nas vantagens destes excepcionais negócios e resolva-se, sem demora, a abrir novos horizontes à sua vida, pelo Plano Agrinco, como estão fazendo, mês a mês, centenas de pessoas entendidas e de larga visão.

1 Se Você só dispõe de Cr\$ 300,00 mensais...

... pode adquirir, pelo Plano Agrinco, um sítio de 5.000 m² com 600 pés de café e 50 oliveiras (ou somente com 50 oliveiras) com todos os serviços agrícolas e administrativos a nosso cargo. Este negócio dá-lhe anualmente, sem trabalho algum, a partir da 1ª colheita, uma renda aproximada de 19%, que aumenta de ano para ano — sem contar a valorização da terra.

2 Se Você quer fazer uma inversão inicial de Cr\$ 180.000,00...

... pode adquirir, pelo Plano Agrinco, uma fazenda com 96.680 pés de café e 2.480 oliveiras, com todos os serviços agrícolas e administrativos a nosso cargo. Este negócio dá-lhe anualmente, sem trabalho algum, a partir da 1ª colheita, uma renda aproximada de 29%, que aumenta de ano para ano — sem contar a valorização da terra.

3 Se Você próprio quer trabalhar a terra...

... porque é homem de lavoura, o Plano Agrinco de Colonização oferece-lhe a melhor oportunidade de sua vida. A Agrinco entrega-lhe a terra, fornece-lhe mudas e sementes selecionadas, dá-lhe a assistência técnica de seus agrônomos e Você nos pagará entregando-nos parte do café e da azeitona produzidos em seu sítio. Após isso a terra é propriedade sua. Peça informações hoje mesmo.

GARANTA DESDE JÁ UM SÍTIO NO PARQUE AGRINCO MUNHOZ DA ROCHA

Terras fertilíssimas situadas na rica bacia do Rio Piquiri, nas vizinhanças de Cascavel, Paraná (adquiridas à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração) ao lado de uma futura cidade.

A AGRINCO CUMPRE O QUE PROMETE

Em menos de um ano, a Agrinco preparou dois imensos parques agrícolas e vendeu 2.125 sítios, cuja plantação, em franco progresso, está provando a veracidade das suas afirmativas: em Magé, Estado do Rio e em Guararã, S. Paulo. Veja um desses parques para ter uma ideia do que a Agrinco já fez. Caminhonete à sua disposição para uma visita aos domínios para amanhã.

Para homens da cidade e para homens de lavoura que sabem quanto rende o cultivo do CAFÉ e da AZEITONA!

1 Se Você só dispõe de Cr\$ 300,00 mensais...

... pode adquirir, pelo Plano Agrinco, um sítio de 5.000 m² com 600 pés de café e 50 oliveiras (ou somente com 50 oliveiras) com todos os serviços agrícolas e administrativos a nosso cargo. Este negócio dá-lhe anualmente, sem trabalho algum, a partir da 1ª colheita, uma renda aproximada de 19%, que aumenta de ano para ano — sem contar a valorização da terra.

GARANTA DESDE JÁ UM SÍTIO NO PARQUE AGRINCO MUNHOZ DA ROCHA

Terras fertilíssimas situadas na rica bacia do Rio Piquiri, nas vizinhanças de Cascavel, Paraná (adquiridas à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração) ao lado de uma futura cidade.

A AGRINCO CUMPRE O QUE PROMETE

Em menos de um ano, a Agrinco preparou dois imensos parques agrícolas e vendeu 2.125 sítios, cuja plantação, em franco progresso, está provando a veracidade das suas afirmativas: em Magé, Estado do Rio e em Guararã, S. Paulo. Veja um desses parques para ter uma ideia do que a Agrinco já fez. Caminhonete à sua disposição para uma visita aos domínios para amanhã.

ATUAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

NA LUTA CONTRA A CAMPANHA MOVIDA NOS EE. UU. TOMOU POSIÇÃO DEFINIDA E NÃO TRANSIGIU NA DEFESA DE NOSSA CAFECULTURA

Esclarecimentos à opinião pública norte-americana — Convites às associações dos Estados Unidos para visitar as lavouras brasileiras atingidas pelas geadas — Acordos com os Estados produtores

Em várias ocasiões, a atual administração do IBC, no ano de 1953 e começo de 1954, esteve presente na defesa do interesse da lavoura. Ao afirmarmos isto, nos reportamos à luta em que foi concluída a intervenção de uma campanha movida nos EE. UU. contra o preço do café, um fenômeno natural de oferta e procura, mas interpretado como uma especulação, movida por interesses pessoais. O IBC tomou posição definida e não transigiu na defesa da cafeicultura nacional.

Mas, para melhor configuração do problema, vamos nos conduzir até outubro de 1953, quando o IBC, solicitando ao Banco do Brasil melhores preços para o produto, recebeu informações de que era atendido parcialmente, elevando de Cr\$ 800,00 para Cr\$ 900,00 por saca de café, as bases do financiamento.

A POLÍTICA ECONÔMICA

Os resultados dessa medida não puderam se fazer sentir, pois logo no dia 9 de outubro foi publicada a resolução no 70, da SUMOC, que modificava a resolução anterior, instituindo o pagamento de um agio de Cr\$ 5,00 por dólar para o café exportado. Esta resolução que, sem dúvida, vinha atender os interesses da cafeicultura quanto aos preços do produto, em cruzados, não pôde evitar que os preços caíssem em Nova York. Eis por que, no dia 15 de outubro, o IBC oficiava ao Banco do Brasil nos seguintes termos: "A proposta da nova política econômico-financeira orientada pelo excelentíssimo senhor ministro da Fazenda, cabe-nos levar ao seu conhecimento o fato de que o mercado do café disponível em Santos, nesta praça do Rio de Janeiro, não reagiu na proporção esperada, com as medidas tomadas pela SUMOC. Tal fato poderá ser atribuído à falta de resistência dos vendedores. Afirma-se, portanto, necessário melhorar a capacidade de resistência desses comerciantes, bem como a dos produtores, motivo por que o Instituto Brasileiro do Café sugere seja aumentada a base do financiamento para Cr\$ 1.300,00 em Santos e Cr\$ 1.200,00 no interior, respectivamente".

A evolução dos preços no mercado de Nova York confirmou esses argumentos. Na semana de 2 a 8 de outubro, anterior à citada portaria, as cotações em Nova York foram de 60,50 centavos por libra para o café Santos tipo 4 e na semana seguinte caíram para 58,25. Aliás, devido aos rumores sobre a desvalorização cambial, as cotações já haviam caído na semana anterior, pois durante a última semana de setembro se tinham mantido a 61,75. No mesmo período, o café colombiano sofreu flutuações menores e logo na semana subsequente reagiu firmemente voltando a 62,25, preço que vigorará na última semana de setembro, para, em seguida, alcançar 66 centos, enquanto o nosso café se mantinha em torno de 58 centos.

A Instrução 70 da SUMOC não estava, pois, atingindo um de seus principais objetivos, deixando de proporcionar aos produtores nacionais a melhoria devida dos preços em cruzados, enquanto permitia a manutenção de níveis baixos no preço do café no mercado externo, com grave prejuízo para a economia nacional, uma vez que não podia sofrer essa perda injustificável de cambiais.

O Banco do Brasil atendeu, em parte, à solicitação, elevando a base do financiamento para Cr\$ 1.200,00 em Santos, e Cr\$ 1.100,00 no interior. Autorizou na mesma data o redesconto extra-limite de "warrants", conhecimentos de depósito e conhecimentos ferroviários do café, permitindo, assim, um aumento da capacidade de financiamento dos bancos particulares que operam com o produto.

A ELEVAÇÃO DOS PREÇOS

Em novembro, ocorreu fato que veio modificar de comparecer à oportunidade de comparecer à Convenção da National Coffee Association, em Boca Raton, Flórida, Estados Unidos da América do Norte, onde, na exposição feita em plenário e nas palestras mantidas com os homens de negócios daquele país, o IBC, na pessoa do seu presidente, sr. Pacheco e Chaves, pôde prestar esclarecimentos sobre a posição estatística do café em consequência da geadas e da nova quebra de safra. Em viagem a Nova York, o sr. Pacheco e Chaves, ao visitar as firmas importadoras, os torreadores e fabricantes de café solúvel, a par das observações que fazia sobre os vários problemas que interessam à nossa cafeicultura, apresentou considerações sobre a nova posição do café e mostrou os dados estatísticos referentes à mesma.

Em princípios de dezembro, o Banco do Brasil atendeu ao pedido da lavoura de café e do IBC, elevando a base do financiamento para Cr\$ 1.500,00 por saca. Essa medida proporcionou o necessário desfazimento financeiro aos produtores e comerciantes e os preços puderam refletir devidamente a posição estatística do café.

Iniciou-se, então, nova fase de elevação de preços. O café, em Nova York, Santos tipo 4, que se mantivera até a semana finda em 26 de novembro a 57,75 centos por libra, passa, na semana seguinte, para 59,25, continuando em escala crescente até che-

ber of Commerce for Brasil e amplamente distribuída a edição revista do livro "Facts about Coffee".

Encomendou, também, artigos, especiais a editoriais que os divulgaram através de seus Sindicatos.

A "Historia do Café", para o grande público, foi amplamente divulgada nas várias revistas, rádio e televisão do país. E de se notar um artigo especial do U. S. News & World Report (Why Coffee Keeps costing more); outro no Public Relation News; o espetáculo do Mutual Television News; e a carta do Assistant Secretary of State Truett B. Norton, respondendo a uma carta referente a preço de café, do Con-

gressista John B. Sullivan, de Missouri, publicada no Congressional Record, além de outras.

Foi também modificado o sentido dos anúncios em jornais e revistas do Bureau, de modo a atender à situação criada pela campanha. Em lugar de insistir sobre o aumento de consumo procurou-se elucidar o público sobre questões relativas ao produto. Foram anunciadas seis páginas completas no "Broadcasting Magazine", "Editor and Publisher" e "Publishers Auxiliary", duas páginas completas no "Public Relations Journal" e "Quill Magazine", grandes anúncios foram feitos em 52 jornais alcançando 18 milhões de pes-

soas em 37 cidades de 500.000 habitantes e mais.

Quanto à investigação do Senado, o primeiro passo do Presidente do Bureau foi procurar entender-se com o senador Beall, Chairman do Special Subcommittee on Coffee of the Senate Banking of Currency Committee, o qual o convidou para depor oficialmente.

Não devemos nos esquecer da solidariedade manifestada pelos demais países produtores da América Latina que, por seus representantes credenciados, nos ajudaram a restabelecer a verdade sobre a história da elevação dos preços do café.

CONVITE AOS AMERICANOS

Todavia, a medida mais eficiente e que apresentou os resultados mais positivos na contra-ofensiva à campanha, foi o convite feito a personalidades de influência na opinião pública dos Estados Unidos para que viessem pessoalmente conhecer a situação de nosso café. Foram convidados pelo IBC, e o convite foi oficialmente confirmado pelo Itamaraty, os senhores vice-presidente da República e o presidente do Senado Richard Nixon; presidente da Câmara dos Deputados Joseph Martin; sub-secretário de Estado John M. Cabot; presidente da Comissão de Agricultura do Senado, George D. Aiken;

presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Clifford R. Hope; presidente da Federal Trade Commission, Seadon Knowland e Guy Gillette; Cyrus Sulzberger, do "New York Times"; Roy Howard, do "Scripta Howard Newspapers"; Gardner Cowles, do "Look Magazine"; George Meany, da American Federation of Labor; Walter Reuther, do Congress of Industrial Organization; Walter Fuller, da "Curtis Publishing Co."; Edward R. Murrow, da "Columbia Broadcasting System"; Andrew Heiskell, do "Life Magazine"; e 4 representantes das donas de casas, indicadas pela General Federation of Women's Club.

O texto do telegrama enviado pelo IBC foi o seguinte: "O Instituto Brasileiro do Café lamenta profundamente o transtorno que significa para as donas de casa norte-americanas a redução das safras, bem como o consequente aumento nos preços do café. Todo o Brasil se ressentiu com as acusações, feitas de modo um tanto vago, de que a causa dos aumentos de preços é a manipulação dos mesmos no Brasil e não a redução da safra causada pela geadas. Portanto, o Instituto convida-vos cordalmente para serdes seus hóspedes no Brasil, quando verificareis pessoalmente a extensão do dano e estudareis a produção e a exportação do café em nosso país. O Instituto concederá todas as facilidades para essa viagem e a empreenherá de acordo com a vossa conveniência. Temos plena confiança na capacidade de julgar com imparcialidade do povo americano quando os fatos são levados ao seu conhecimento. No caso de ser impossível aceitar este convite, peço credenciar representante. Responder, por conseguinte, para o Instituto Brasileiro do Café, em New York, Wall Street 120, N.Y."

QUATRO CARAVANAS

Infelizmente, nem todos puderam aceitar o convite, por motivo de força maior. Mas, recebemos a visita de quatro caravanas sucessivas. Primeiro, a dos representantes de jornais e empresas de rádio e televisão que correu as zonas de Presidente Prudente e norte do Paraná, onde teve possibilidade de ver e filmar os cafeeiros atingidos pela geadas e, diretamente, os efeitos dessa calamidade sobre a economia cafeeira. Após a volta desses elementos chegaram quatro representantes da Federação dos Clubes de Senhores, as quais correram toda a região norte do Paraná afetada pela geadas, e se certificaram, em visita aos armazéns de Londrina e Santos, de que são pequenos os estoques de café. Viram o esforço que está sendo feito no norte do Paraná, na derrubada de matas virgens e plantio de novas lavouras. Também em Campinas, tiveram oportunidade de ver os trabalhos técnicos agrônomicos, conduzidos pelas entidades oficiais do Estado de São Paulo, com a cultura cafeeira e verificar, em fazendas particulares daquele município paulista, o estabelecimento de cafezais em terras velhas, em ótimo estado de vegetação e produção, consequência da aplicação da melhor técnica agrônoma.

Mais tarde, recebemos a visita de um grupo de jornalistas femininos representando revistas e jornais diversos e que veio acompanhado por uma funcionária do Bureau Pan-Americano. Este último grupo de jornalistas, dessa vez representando os maiores jornais americanos, fez a mesma visita ao norte do Paraná e a São Paulo, onde viram o efeito da geadas e o esforço da recuperação e constatou a inexistência de grandes estoques.

Em nosso país, também foram tomadas as providências que se faziam necessárias. Procuramos atender às autoridades federais com as informações técnicas que se faziam necessárias a fim de que as mesmas se manifestassem oficialmente a respeito. Merecem destaque as declarações dos srs. Ministros da Fazenda, dr. Oswaldo Aranha, e do Exterior, dr. Vicente Rios, assim como o do Embaixador João Carlos Muniz, que tiveram grande repercussão no exterior.

Como resultado desse esforço de esclarecimento verificou-se rápida mudança na opinião americana, pois hoje geralmente aceita a ideia de que a alta do preço se deve sobretudo à falta do produto. E é de se notar que essa mudança se operou de forma quase tão rápida como se iniciou, devido à ação eficaz de esclarecimento que na ocasião apropriada demonstrou o IBC.

ACORDOS COM OS ESTADOS

Quanto à prestação de assistência técnica à lavoura, a política seguida pelo IBC foi a de "Acordos" com as Secretarias de Agricultura dos Estados produtores.

Foram distribuídos Cr\$... 68.000.000,00 aos Estados produtores, ainda sendo Presidente do IBC o dr. Mario Penelope de Faria e Silva, da seguinte forma:

Estados	Cr\$
São Paulo	25.000.000,00
Minas Gerais	15.000.000,00
Paraná	15.000.000,00
Espírito Santo	8.000.000,00
Rio de Janeiro	3.000.000,00
Santa Catarina	1.000.000,00
Mato Grosso	1.000.000,00

Através desses acordos, o Instituto Brasileiro do Café colocou à disposição das Secretarias de Agricultura dos Estados os recursos financeiros que se fizeram necessários para iniciar ou incrementar os serviços de fomento à cafeicultura dos Estados produtores, assim como os serviços de pesquisas necessárias à racionalização de sua produção. Era preferível fazer esses acordos em lugar de criar um órgão próprio do Instituto para prestar assistência técnica à lavoura. As despesas foram assim menores e evitaram-se os riscos de ineficiência que acompanhavam a organização de um serviço grande como o que se faz necessário para abranger todas as extensas e distantes regiões produtoras de café do país, bem como a duplicidade de serviços.

O Instituto se reservou a função que melhor lhe convinha, que foi a de se pronunciar, através de seus técnicos, sobre os problemas de cafeicultura que devem ser preferencialmente abordados.

Aliás, durante a gestão do sr. Pacheco e Chaves já foi atendida a função orientadora do IBC. Os técnicos do IBC estiveram sempre em contato com o Instituto Agrônomo de Campinas a fim de solicitarem prioridade para os trabalhos de melhoria da bebida por ser o problema para o qual necessitamos de uma mais breve solução. Quando os estudos de café estão sendo conduzidos pela Subdivisão de Economia Rural em São Paulo, a participação do Instituto tem sido mais íntima, pois contribui diretamente com os seus técnicos para a execução dos mesmos. Um dos estudos que estão sendo assim executados refere-se à comercialização do café, o qual deverá descrever as diferentes operações e formas de negócios pelo qual passa o café até ser exportado, assim como determinar o custo dessas operações e criticar a grande eficiência das mesmas. O custo de produção do café, o cálculo da renda líquida das propriedades agrícolas, o sistema de comercialização usado diretamente pelos produtores são outros estudos que estão sendo realizados numa amostra estatística que abrange 480 propriedades agrícolas. Para o desenvolvimento dos trabalhos experimentais do Estado de Santos, a ação dos técnicos do IBC também se fez sentir de forma decisiva.

HELICÓPTEROS PARA O COMBATE À BROCA

O IBC, na defesa política-econômica do café, não só no país como no estrangeiro, não poderia deixar de atender à necessidade de intensificar o combate à broca do café. Assim é que, para uma melhor execução desse programa, entrou em entendimentos com uma firma representante da Bell Aircraft Corporation para aquisição de dois helicópteros, já ajustados com equipamento de pulverização e de polvilhamento e filtro vortex, bem como peças sobresselentes. O preço total será de 103.282,64 dólares.

E de tal relevância esse assunto que ao sr. encamiado pelo Assessoria Técnica da SUMOC, deu ela um parecer assumindo que a pretensão do IBC, se reveste de especial interesse neste momento, dada a relação direta que existe entre o combate à broca nos cafezais e a produção direta de divisas, indicando que na última safra de café já granado e amadurecido, destruído, atingiu o valor mínimo de US \$ 30.000.000,00. O desenvolvimento da campanha iniciada contra a praga, faz prever que além de um benefício imediato parcial, acarretará seguramente, redução substancial dos efeitos da broca na safra de 1955. Confirmou assim, essa Assistência Técnica, a importância de adquirir os helicópteros para que o IBC seja expandido em vastas zonas onde a broca aniquila os cafezais.

FINALIDADES DA JUNTA ADMINISTRATIVA DO IBC

Criada como órgão supremo do Instituto Brasileiro do Café, a Junta Administrativa entrou em pleno exercício de suas funções desde o dia 26 de abril do corrente ano, quando esteve reunida em sua primeira sessão ordinária e, mais tarde, a 1.ª de maio, mas, nessa oportunidade, em primeira convocação extraordinária. Está assim, a lavoura cafeeira, pela primeira vez, à frente da realização da política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro, fato que, além de trazer, era uma velha reivindicação dos produtores da nossa rubrica.

Constituída em sua maioria pela lavoura, representam-se ainda, na Junta, o governo federal e os estaduais interessados na economia cafeeira, e o comércio, ficando distribuída da seguinte maneira: de um delegado especial do governo federal, que a presidir, com voto deliberativo e de qualidade, tendo sido nomeado, pelo Presidente da República, para o cargo, o coronel Francisco de Paula Soares Neto; a lavoura, representada pelos srs. Waldemar Sanches — suplente; Lindyard Miller Paiva (Luiz de Toledo Piza Sobrinho — suplente; Renato Costa Lima (Cyro Werneck de Souza e Silva — suplente); José Cassiano Gomes dos Reis (Francisco Giraldez — suplente); Otávio Cintra Leite (Antonio dos Santos Galvão — suplente); Galileu Bido (Antonio de Queiroz Telles e suplente); Raul de Araújo (Pedro Lunardelli — suplente); Felipe Rodrigues Siqueira Neto (Plínio de Oliveira Adams — suplente), por São Paulo;

Newton Ferreira de Paiva (Ignacio Luiz da Silva Tomé — suplente); Junqueira Passos (suplente); Haroldo Afonso Junqueira (Jairo Salgado Gama — suplente), por Minas Gerais;

João Batista Ribeiro Junior (José Francisco Nautal — suplente); Nilson Batista Ribas (Bráulio Barbosa Ferraz — suplente); Hugo Cabral (Garibaldi Real — suplente), pelo Estado do Paraná;

Honório Fraga (Luiz Machado — suplente); Nelson da Costa Melo (Alyceu de Souza Poubel — suplente), pelo Espírito Santo;

Francelino Bastos França (Lincoln Barbosa de Castro — suplente), pelo Estado do Rio de Janeiro;

De cinco representantes do comércio, um de cada uma das praças de Santos, Paranaguá, Vitória e Rio de Janeiro, e mais um, em conjunto, das praças de Recife e Salvador, constituídos dos seguintes nomes, respectivamente: Geraldo Gomide de Melo Peixoto (Herclito margo Barbosa — suplente); Dr. João Ferraz de Campos (Luiz Altino de Azevedo Mendes — suplente); Dante Michelini (Joquim Ribeiro Gonçalves — suplente); Marcelino Martins dos Santos F. (Sylvio de Magalhães Figueira — suplente); Dinizart Visco (Fernando Xavier Brandão — suplente).

De um representante de cada um dos governos do Estado de Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, e de mais dois representantes designados, em conjunto, pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso, representados pelos srs. Odilon Bohrens (Athos Moreira da Silva — suplente); José de Oliveira Borges (Theodoro Duarte Machado da Silva — suplente); Dr. Enrico Hildebrando Aurélio Ruschi (Clodomir de Sá Adnente — suplente); Luiz Piza Sobrinho (Arnaldo Borba de Moraes — suplente); Adolfo Oliveira Franco (José Francisco Nautal — suplente); Rodrigo Pinto Tenório (Sebastião Santana e Silva Sobrinho — suplente); Mário de Miranda Lins (Ivo Nacae — suplente).

FINALIDADES DA JUNTA ADMINISTRATIVA

As principais atribuições da Junta Administrativa, entre outras coisas, é baixar anualmente o orçamento do Instituto, incluindo nele, obrigatoriamente, as importâncias que julgar necessárias para a promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e da tecnologia do café; fiscalizar a execução do orçamento, tomar e aprovar as contas do exercício anterior; apreciar o relatório anual da Diretoria da autarquia; expedir os regulamentos de competência do IBC e determinar as medidas financeiras necessárias; apreciar as estatísticas de produção etc.

OS TRABALHOS DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

A Junta instalou-se em 26 de abril do corrente ano, sob a presidência do coronel Paulo Soares, estando presentes os srs. João Pacheco e Chaves, presidente do IBC, e o deputado Iris Meiberg, presidente da Confederação Rural Brasileira.

Nessa oportunidade, o sr. Pacheco e Chaves falou aos seus membros, fazendo uma ligeira exposição da sua gestão e colocando à disposição do novo órgão que se instalava, todos os recursos do IBC necessários ao melhor andamento dos trabalhos.

Reunida por dez dias, de acordo com a lei, a Junta tratou, inicialmente, como era natural, de elaborar o regimento interno, por intermédio de uma Comissão Especial, da seguinte maneira: financiamento, para manter o nível de preços, neutralizando os possíveis manobras baixistas ou oscilações bruscas; e fiscalização do comércio, a fim de evitar lucros excessivos, não proporcionais ao preço de compra.

CONCLUSÕES DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A Junta Administrativa reuniu-se, pela segunda vez, a 1.ª do corrente mês, em caráter extraordinário, atendendo a uma recomendação da Comissão de Comercialização na primeira sessão ordinária, para tratar do novo regulamento de embarques; execução do orçamento de 1954 e da situação financeira do Instituto; criação de escritórios no exterior e no país; situação das Usinas; e financiamento a preço mínimo para a safra 54/55.

Na primeira sessão dessa convocação, foi proposto um voto de louvor, pelo sr. Ribeiro Junior, do Paraná, ao ministro da Fazenda, ao sr. Pacheco e Chaves, presidente do IBC, e ao presidente do Banco do Brasil, pela assistência incontinente e eficiente

que prestaram aos cafeicultores do seu Estado por ocasião das últimas geadas caídas no Paraná.

Dois assuntos de grande importância dominaram praticamente os trabalhos: o novo regulamento de embarques e o plano agrário do IBC. O primeiro foi aprovado, depois de elaborado pela Comissão de Comercialização e de ampla discussão do plenário.

OUTROS ASSUNTOS

Apreciando a matéria sobre a desapropriação da atual sede do IBC, o plenário aprovou o parecer da Comissão de Finanças mandando arquivar o processo por ser "fato consumado". E autorizou a Diretoria do IBC a abrir concorrência pública para a aquisição de novo edifício.

Quanto ao problema das Usinas, ficou resolvido que o Instituto organizasse uma ou mais comissões de técnicos, para estudarem "in loco" a situação das mesmas, para que depois, então, a Junta debatesse o relatório dessas comissões.

CONCLUSÕES DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Os acordos com os Estados receberam parecer favorável da Comissão de Comercialização, com delegação de poderes aos órgãos estaduais que estejam cumprindo as cláusulas contratuais para a execução dos mesmos.

Foram, ainda, submetidas ao plenário e aprovadas, com pareceres favoráveis das respectivas comissões as seguintes matérias: regulamentação e fiscalização dos cafés já liberados, nos armazéns, inclusive, a criação de novos escritórios; estender a todo o país, através do IBC a recomendação para que fosse exercida pela Superintendência de Café de São Paulo maior fiscalização nas torrefações; criação de um corpo de funcionários da Junta Administrativa, retirado do quadro do IBC, sendo escolhido para secretário-geral da Junta, o sr. Geyza Boscoli.

Debatu-se, também, o estudo apresentado pelo representante da praça do Rio de Janeiro sobre a criação do Fundo do Café, ficando estabelecido que na próxima reunião ordinária de outubro, a Junta apreciará mais detalhadamente a matéria.

Na sessão de encerramento, o plenário aprovou o parecer da Comissão de Finanças, relatado pelo representante paranaense Hugo Cabral, sobre a execução orçamentária do IBC, no presente exercício.

NO ANO HISTÓRICO DO IV CENTÊNARIO E NA DATA ROBUSTA DE SUA EPOPEIA CÍVICA

— 9 de Julho

...São Paulo é um momento na evolução da cultura brasileira e um capítulo impar na pujança econômica do país. Fôrça imanente deste progresso que se transforma nos altos padrões da produção nacional; a Indústria Paulista é, sem dúvida a pedra angular onde se assenta o dinamismo da vida bandeirante. Parte integrante dela, saudamos com o futuro brilhante de São Paulo a escalada ascensional do Brasil.

Cia. Química Rhodia Brasileira

E. R. Squibb & Sons S. A.

Indústria Farmacêutica Endochímica S. A.

Instituto Medicamenta Fontoura S. A.

Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S. A.

Laboratório Paulista de Biologia S. A.

Laboratório Sânicos do Brasil S. A.

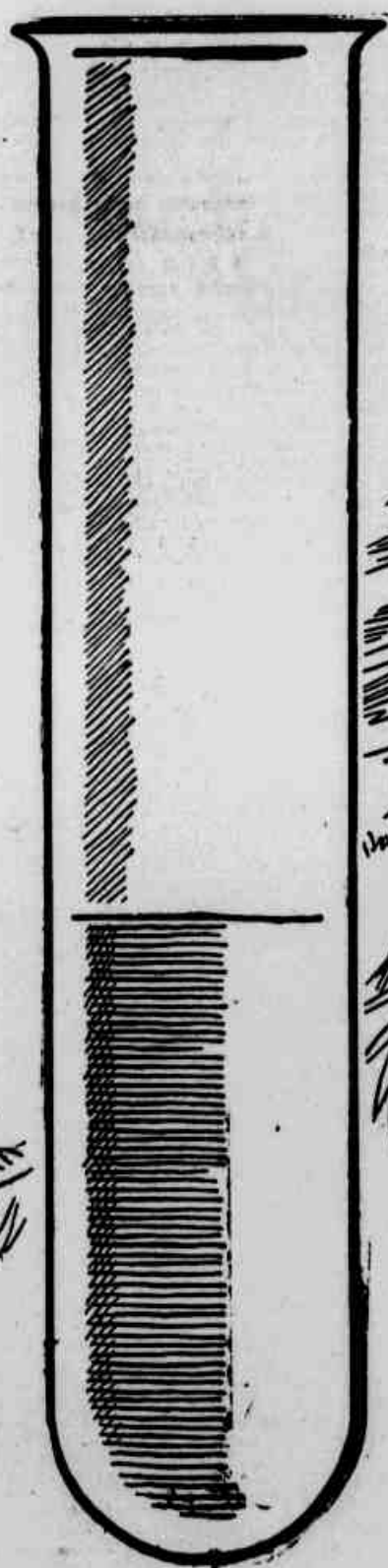
Laboratório Torres S. A.

Laboratórios Andrômaco S. A.

Laborterapica S. A. Indústria Química e Farmacêutica

Produtos Químicos Ciba S. A.

S. A. Institutos Terapêuticos Reunidos Labofarma



DEPARTAMENTO DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA E SOCIAL DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE SÃO PAULO



Canção do Café

ORGANIZADO PELO CLUBE DE POESIA DE SÃO PAULO

Santos

Ribeiro Couto

Nasci junto do porto, ouvindo o barulho dos embarques,
os pesados carretões de café,
sacudiam as ruas, faziam trepidar o meu berço.
Cresci junto do porto, vendo a azáfama dos embarques.
O apito triste dos cargueiros que partiam
Deixava longas ressonâncias na minha rua.
Brinquei de pegador entre os vagões das docas,
Os grãos de café perdidos no lagoado
Eram pedrinhas que eu atirava noutros meninos.
As grades de ferro dos armazéns fechados à noite
Faziam sonhar (tanta mercadoria!)
E me ensinavam a poesia do comércio.
Sou bem teu filho, ó cidade marítima,
Tenho no sangue o instinto da partida
O amor do estrangeiro e das nações
Oh, não me esperes nunca, ó cidade marítima,
Que eu trago comigo por todos os climas
E o cheiro do café me traz tua presença.

Raça

Guilherme de Almeida

(fragmento)

Nós, branco-verde-preto: simplicidades, indolência,
superstições:
O quarto de hóspedes e a poeira — a rede e o cigarro de palha — o São Benedito e as assombrações.
Nós, O clã fazendeiro — Sombra forte de mangueiras pelo chão; recorte nítido de bananeiras pelo ar; redes bambas penduradas nas varandas das fazendas
[com sanfonas contando lendas ao luar;
donas de casa prestimosas — quindins, boubocandas,
[altos mestros de São João
e a vaca Estrela e o cão Joli, a equa Sultana e o baio
le o alazão
o pampa, o cordilho — passarinhos; e na luz limpa das manhãs sademantistas picando lume e discutindo rédea em punho, servidões e divisões de [esmarinas;
asfraz pendentes, cavalhadas, geadas, estradas esfragadas, invernações; e os carros de boi gemendo e os monjolos tossindo e as enxada tropeçando nas roças capinadas;
e a terra torrada, a terra torresmo, a terra estorricada no forno crepuscular das queimadas para o renascimento alométrico e verde dos cafezais em alexandrinos alinhados nas cabeças parnasianas das colinas penteadas com pente finos...
Fazendas de todos os santos; ladainhas agrícolas cantadas pelas rodas dos troleis, com guarda-pós ao vento, estalos de relho, tostões aos moleques, ranger sonolento de porteiras moles; e disparadas pelas picadas nos catingueiros e pelas [capoeiras até o espigão...
E das rutinas da velha tapera de taipa e até, a cidade que surge branca de cal como assombrão.

O Café dos Emboabas

Murilo Mendes

Os emboabas entraram
Na fazenda dos paulistas.
Os paulistas, de sabidos,
Mandaram servir o café.
Não é café que eles querem
Eles querem, mas gemada
Batida com gema de ouro.
Tornaram a pedir gemada,
De novo lhes dão café,
De novo eles recusaram.
Os emboabas se danam,
Puzam e resolver do cinto,
Vão recuando, recuando,
Até nas margens do rio.
Desconam de noite um pouco,
Fryos paulistas vem café.
Os paulistas recusaram,
Não lhes dão café agora
— Agora é tarde demais —
Os emboabas furiosos,
Avançam para os paulistas,
Gritam: "depois do café"
Se costuma beber água".
Se embolaram com os paulistas,
Atiraram eles no rio,
Lhes dão água pra beber,
Toda vermelha de sangue
Na cula do rio das Mortes.

Pai João

Ciro Costa

Do taquaral à sombra em solitária fuma
Para onde, com tristeza, o olhar curioso alongo,
Sonha o negro talvez, na solidão noturna,
Com os lípidos areais das solidões do Congo.
Ouve-lhe a noite a voz nostálgica e solurna
Num suspiro de amor entrecortado e longo...
E o rouco som, zumbido na cafuno
E' o urucungo a gemer na cadência do jongo...
Bendito sejas tu a quem certo devemos
A grandeza real de tudo o quanto temos!
Dorme em paz! Sé feliz! E que eu fique de [foelhos,
Sob o fulgido sol, a relembrar magoado
Que os frutos do café são glóbulos vermelhos
Do sangue que correu do negro escravizado

Fazenda Velha

Ricardo Gonçalves

Neste retiro os longos dias passo,
Sem alegrias e sem disabores,
Vendo as aves cruzarem-se no espaço,
E as paineiras vestirem-se de flores.
Habitado, solitário, uma vivenda
De amplos salões, fantástica, sombria,
Em redor as senzalas da fazenda;
No fundo azul da serraria.
A orla do mato virgem misterioso,
No silêncio das tardes pensativos
Gemem as juritis; de volta ao pousio
E trilam docemente as patativas.
Eu vejo debruçando-me às janelas
Sobre a monotonia das capoeiras
Altos ipês e frondes amarelas
E adustas, retorcidas perobeiras.
Depois no céu de opala, se encastou
A lua merencorea. E pelos campos
Por sobre as águas mortas da lagoa,
Tremeluzem, bailando, os pirilampos.
Há sussurros estranhos pela brenha,
Fora, a noite estival fulge tão clara,
Que, como em prata fosca, se desenha
No pincaro de um monte uma fissura.
E eu entro. Atiço o lume dos gravetos
E ouvindo ao longe os pavidos rumores
Evoco a dança trágica dos pretos
Num ruído de atabaques e tambores.

Tarde fazendeira

Menotti Del Picchia

Tarde cabocla
com o banho de preto nas sombras,
carícias de escravas mulatas
nas palmas dos longos coqueiros.
Um rouco ribombo de bombo
nos ecos; um trilo de estridentes grilos
nas moitas; tarde cabocla
com um sol de missangas, de gangas vermelhas
nos flancos das serras,
com hálito fresco de folhas pisadas, de verdes pomares
pejados de frutas do conde, de mangas maduras...
com aros de lua nascente nos céus e nas águas,
tarde cabocla
com vagas preguiças de redes nas ramas
com longos bocejos de luz nas encostas
foi numa tarde como esta
que vieram ao mundo
os mestiços da raça...

Prosperidade

Oswald de Andrade

O café é o ouro silencioso
De que a geada orvalhada
Arma torrefações ao sol
Passarinhos assustam de calor
Eis-nos chegados à grande terra.
Dos cruzados agrícolas
Que no tempo de Fernão Dias
E da escravidão
Plantaram fazendas como sementes
E fizeram pelos seus senhores e escravos
Eis-nos diante de campos atávicos
Cheios de galos e de reses
Com porteiras e trilhões
Usinas e igrejas
Caçadas e frigoríficos,
Eleições, tribunais e colonias.

Soldados verdes

Cassiano Ricardo

O cafezal é a soldadesca verde
que salta morros na distância iluminada
um dois, um dois, de batalhão em batalhão,
na sua arremetida acelerada contra o serido
Manhã de terra roxa
Manhã de estampa de cromo onde a fumaça
de um trem que passa risca o céu de fogo.
Parece que há, nos clarins da alvorada,
alguma coisa de marcial. Longas palmeiras
lembram lanças fincadas na paisagem
como se andasse galopando em plena serra
uma legião alvorotada de bandeiras.
Com um zum-zum de mamangava ouve-se o es-
trondo da cachoeira
a vida inteira a bater bumbo, a bater bumbo,
a bater bumbo.

Auanhandava.

Um grande exercito colorido de imigrantes,
de encachada a brilhar ao sol revolva o chão
dando a ilusão de que a lavoura é sangue vivo
e a terra nova revolvida um coração.

XXX

Um dia de verão, em luminosa pincelada
inauguro agora mesmo a nova estrada.
Acompanhando a estrada em douda desesperado
os postes de carvão como espantalhos
levam seus fios telegráficos sobre os ombros.
As asas dos colonos são cartazes muito brancos
em carreiros no silêncio dos barrancos.
Bate o sol no tambor de anil do céu redondo.
O dia general que amanheceu com o punho azul
[cheio de estrelas

Com dragões de sol nos girassóis
Comanda os cafeeiros paralelos
de farda verde e botões rubros e amarelos.
São nos morros o clarim vermelho da manhã.
Soldados verdes! rataplami!

Os colonos

Paulo Setubal

Lá vem o dia apontando...
Que afã! Já todos de pé!
Ruidosos, tagarelando,
Vão os colonos em bando
Para os talhões de café.
A luz do sol que amanheceu
Por montes, por barrancos,
Por toda a parte esplandeca.
Com sua esplendida messe,
O verde dos cafezais!
Começa o rude trabalho.
Que fãna honrada e feliz!
Inda molhados de orvalho,
Flamejam, em cada galho,
Os bagos como rubis.
Trabalham. Que ardor de mouro!
Todos derrigam café.
Parece um rubro tesouro,
Que cai, numa chuva de ouro,
Dos ramos de cada pé.
Ao meio-dia, aos ardores
Do alto sol canicular
Os rudes trabalhadores,
Ao longo dos carreiros
Põem-se todos a cantar.
Pela dormência dos ares
Sob estes céus cor-de-ani,
Cantam canções populares,
Que lá, dos seus velhos lares,
Trouxeram para o Brasil

Aqui, um forte italiano
Queimado ao sol do equador
Solta aos ventos, belo e ufano,
Num timbre napolitano
A sua voz de tenor.
Há uma terna singeleza
Nas trouças que um outro dia;
Um rapagão de Veneza
Tem no seu canto e tristeza
Das águas do seu país.

E uma sanguínea espanhola
De grandes olhos fatais,
Em balza voz cantarola
Uns quebros de barcarola,
Magoados, sentimentais...

Que cantem!... Essa cantiga,
Brotada no coração,
Seja a prece que bendiga
A terra que hoje os abriga
A pátria que lhes dá pão!



Ilustração de Arnaldo Pedroso d'Horta



EVOLUÇÃO

A lavoura cafeeira tem pouca expressão no período colonial, quase nada representando para a economia do país.

Introduzida no Amazonas em 1727, sua produção foi ali insignificante. No Maranhão, igualmente, a cultura do café não se desenvolveu. O mesmo se pode dizer, de uma forma geral, para as regiões nordestinas, como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo. Era uma cultura de pouca monta, que sob o aspecto econômico poderia ser comparada com a da cana e do algodão.

Foi no Rio de Janeiro, primeiro nos arredores da Capital, e dali espalhando-se pelo interior do território fluminense, que ela começou a tomar vulto no tempo de D. João VI, para transformar-se, logo a seguir, em imenso fator de riqueza, antes no Estado do Rio, e mais tarde em São Paulo, em forma grandiosa, avassaladora.

Tratava-se apenas de produção para o consumo interno. Essas plantações prosperaram, todavia, uma verdadeira base à aprendizagem da cultura, facilitando a grande expansão, observada depois da nossa Independência. D. João VI e os fidalgos que o acompanhavam estimularam o uso do café e o seu plantio. Taunay, em sua Propagação da Cultura Cafeeira, relata um episódio interessante sobre a distribuição de sementes pelo próprio monarca, aos nobres da Corte, insistindo para que as cultivassem.

Desse modo, nas encostas do Corcovado, na Cascata da Tijuca, no Andaraí surgiram plantações que, em seu conjunto, abrangiam mais de uma centena de milhares de árvores, produzindo mais do dobro em arrobas. Alargando-se para Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, foi aos poucos invadindo os territórios fluminenses, mineiros e paulistas.

As atividades agrícolas na província do Rio de Janeiro, no in-

ício do século XIX, se achavam concentradas principalmente na cana de açúcar, no tabaco e no anil. A região dos engenhos era formada pelos terrenos baixos, próximos da costa e de mais fácil acesso. Na conquista de sítios próprios para a cultura da cana, lutavam os fluminenses com a hostilidade pantanosa da região. Não seriam essas as regiões mais adequadas ao desenvolvimento do café. Os caminhos que ligavam a Corte ao interior, haviam sido abertos pelas necessidades da mineração, nos quais se transportavam, por tropas, cargas de grande valor e pequeno peso. As partes altas da província estavam cobertas de matas virgens, praticamente inacessíveis aos colonos. Rezende, Paraíba do Sul e outros lugares eram simples pontos para as tropas, sem valor econômico próprio.

Dois rumos principais tomou a lavoura cafeeira no território fluminense: o do nordeste, tendo como núcleo mais importantes, Paraíba do Sul e outros lugares, eram simples pontos para as tropas, sem valor econômico próprio.

Foi, pois, no território fluminense que a cafeicultura se firmou, definitivamente, no Brasil. Mas mesmo aí, durante cerca de quarenta anos, a produção seria apenas suficiente para o consumo local. O surto violento só se verificaria quando o café atingisse as zonas dos "desertos das montanhas", vastos tratos de terra, cobertos de matas e habitados pelos índios Puris, Sucurus e Coroados, daí repellidos ou exterminados pelos cafeicultores.

Com o entusiasmo decorrente do rápido enriquecimento de muitos agricultores de café, novas e grandes plantações se fizeram, espalhando-se celosamente pela província. Abandonavam-se as fazendas de antigas culturas e as terras já lavradas, para dar-se preferência às zonas florestais, que a prática ia indicando como as mais produtivas. Houve muita dispersão de esfor-

ços e muita cultura experimental em terras que se não mostravam favoráveis; o vale do Paraíba foi região em que se verificaram os melhores resultados, e daí a extensão da cultura pelas suas margens, ganhando as numerosas serras que o circundam e os seus vários afluentes.

O distrito de Angra dos Reis, em 1811, produzia 10.000 arrobas de café e perto de Rezende havia fazendeiros possuidores de 60,80 e até 100.000 cafeeiros. Era uma cultura rendosa, pois, em 10 anos, restituía facilmente o capital inicial empregado. Seu preço de 4.000 reis a arroba, em 1817, passa para 5.700 em 1818, para 6.400 em 1819, atingindo a 6.800 em 1820.

No Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, já havia cafeais em 1800, anotando-se sua cultura em Araxá, em 1809, e o viajante Mawe diz ter encontrado culturas de café, no mesmo ano, na Mantiqueira e São João del-Rei. Pela margem esquerda do rio Paraíba, as plantações invadiram a zona da Mata, atingindo depois as antigas regiões transitadas pelos primitivos mineiros, onde se localizaram núcleos de populações, vilas e aldeias, fundadas e mantidas pelos seus descendentes. A região mineira onde tomou rápido incremento a cultura do novo produto, foram Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguanas e Ubatuba.

Em 1801, em São Paulo viviam cerca de 70.000 habitantes. Em 1815, 215.000. No ano da Independência, 220.000, quando, então, a capital de São Paulo contava com cerca de 20.000. A indústria de melhor rendimento na capitania era a do açúcar, sendo o lú o maior centro produtor. A exportação paulista era diminuta no começo do século XIX. Santos é apontado como um dos menores portos comerciais do Brasil na época, não alcançando o seu comércio 1/25 da exportação nacional. Após a Independência, melhorou a exportação de açúcar paulista, favorecida pela baixa do câmbio, e alargou-

Heitor Ferreira Lima

se um pouco a exportação de aguardente, algodão e de outros produtos.

O café parece ter penetrado em São Paulo por volta de 1790, ao norte, pelas lindas fluminenses. As primeiras culturas se ve-

riam espalhando pelas chacaras e quintais e sua produção era absorvida pelo consumo local. Conforme observação de Paulo Porto Alegre, até 1815 a produção do Brasil cobria apenas o consumo interno.



D. JOÃO VI

rificaram em Areias, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Caçapava, Jacareí. Em 1794, há notícia da saída de um caixote de café da chacara de Casa Verde, pertencente à família Arouche, na cidade de São Paulo. Esse café, também aí, a princípio, se

Na zona do oeste, no fim do século XVIII, há referência a uma plantação, em Jundiá, de alguns pés de café, pelo Sargento-Mor Raimundo dos Santos Prado. Em 1817, o capitão Francisco de Paula Camargo, indo ao Rio de Janeiro por ocasião dos festejos em honra do príncipe D. Pedro, viu vender café limpo a 8 a 9 mil reis a arroba; entusiasmado por esses preços e de regresso a Jundiá, iniciou a sua cultura na fazenda que ficou denominada "do café", e induziu seu parente, Tenente-Coronel Joaquim Aranha Camargo Barreto a idéntica iniciativa. Mais tarde esses cafeais foram abandonados.

O processo de beneficiamento era dos mais rústicos e primitivos, usando-se para isso o moinho, ou então o dessecamento por meio de bois, que eram levados a pisotear repetidas vezes sobre os grãos espalhados no chão, apresentando assim um produto bem pouco atraente e pouco limpo.

Quanto à exportação, as cifras são raras e contraditórias, conforme assinala Afonso Taunay, que estudou o assunto pacientemente durante longos anos. Para os anos anteriores a 1817 não possuímos dados, mas sabemos que saíram do Rio de Janeiro 30.000 arrobas em 1808; mencionam-se que Santa Catarina exportou 12.592 arrobas em 1812, e o Brasil todo, em 1813, apenas 85 arrobas.

De 1817 em diante, existem maiores dados, havendo, entretanto, discrepâncias entre eles. Vamos tomar os da Associação Comercial do Rio de Janeiro, por serem os mais completos quanto à tabela de organização e por se referirem à exportação por aquela cidade, pois era seu porto o escoamento de quase toda a produção nacional, principalmente do café. Eis o quadro da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 1817 a 1822.

1817	319.830
1818	371.235
1819	366.370
1820	487.500
1821	526.930
1822	760.240

As cifras dadas por Spix e Martius e Monsenhor Pissarro, divergem entre si e são diferentes destas, o mesmo acontecendo com as de Costa Santos, Walsh e Porto Alegre, sendo que as de Costa Santos se aproximam mais das atuais e as do Porto Alegre acusam alarmismos bem inferiores.

Mas isto é a velha tragédia das estatísticas do Brasil, que até hoje ainda se repete...

PRIMEIRO IMPÉRIO E REGÊNCIA

O grande acontecimento da primeira metade do século XIX em nossa economia, é sem dúvida o representante pelo café e seu desenvolvimento em enorme escala, passando a desempenhar papel de considerável relevo, quer quanto à produção, quer quanto ao comércio exterior, sobrepunha os demais artigos que até então constituíam a base da economia nacional.

Para demonstrar isso, basta assinalar que, em 1822, ano de nossa Independência, só para Lisboa exportamos 190 sacas, passando para 328.333 sacas em 1826. Em 1830, a venda total para o exterior somou a 480 sacas, ascendendo a 700.000 em 1832 e atingindo a mais de um milhão em 1833.

Tratava, como se vê, de um progresso rápido, pois em três anos apenas, de 1830 a 1833, du-

plicava a nossa exportação, o que constitui fato realmente notável.

Outro aspecto deste mesmo problema pode ser apreciado pelos seguintes dados: de uma participação praticamente nula em nosso comércio exterior no início do século, passa a tomar incremento a partir de 1820, representando já nossa exportação 301 da produção mundial em 1826, sendo que a Ásia e a África, por essa mesma época, forneciam 50% do consumo internacional e as Antilhas e a antiga América espanhola, 30%. Desde 1830 a produção de Java era sobrepunha pela do Brasil, que passou a fornecer daí por diante 40% do consumo do mundo.

Mas, não somente a produção brasileira cresceu, como também o consumo mundial aumentava, porque, em 1825, o comércio internacional de café atingia a um e meio milhão de sacas, elevando-se para quatro e meio milhões em 1830; ou seja, o triplo em vinte e cinco anos apenas (1).

Quais os fatores que propiciaram esse surto tão rápido do consumo internacional do café?

Em primeiro lugar, o fim das guerras napoleônicas, trazendo a paz aos povos. Com a paz e graças aos progressos da higiene, registrou-se poderoso aumento da população europeia, que de 175 milhões de habitantes, em 1800, passou para 400 milhões em 1850. Em terceiro lugar, em consequência dos aperfeiçoamentos industriais da navegação, decorrentes da aplicação do vapor e do ferro, o comércio internacional começou a apresentar maior desenvolvimento.

São estes elementos de expansão geral que favoreceram o consumo e o comércio internacional do café, criando assim o clima adequado para o incremento da nossa produção.

Um frêmito de entusiasmo, por isso, sacudiu então os nossos lavradores, despertando-lhes as energias pelo novo produto que proporcionava enriquecimento rápido, dando origem à formação e aparecimento de vastas plantações, que se espalhavam celosamente. Abandonavam-se fazendas de antigas culturas e terras já lavradas, para dar preferência às zonas florestais, que a prática ia indicando como mais produtivas.

Sim, porque nem todas as terras se prestavam para a lavoura cafeeira, requerendo ela clima próprio, onde não houvessem terrenos úmidos, com aeração e insolação suficientes, exigindo chuvas na maturação e tempo seco na época da colheita. Antes de se chegar a compreender isso, entretanto, houve muita dispersão de esforços e muito trabalho perdido em terras que não se mostravam favoráveis. O vale do Paraíba foi a região em que se verificaram os melhores resultados, adquirindo sua cultura imensa extensão em suas margens, ganhando as numerosas serras que o circundam, bem como de seus vários afluentes.

Foi nesta região, por isso, que a cultura do café tomou impulso, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro, extrapassando por Minas Gerais, transformando-se em espaço do território nacional no primeiro grande centro produtor da famosa rubiácea.

A zona em que predominou a cultura cafeeira, no Estado do Rio, entre 1830 e 1860, foi a constituida pelos municípios de Rezende, Barra Mansa, Piraí, Vassouras, São João Marcos, Passa Três e Sant'Ana.

A produção fluminense de café, entre 1836 e 1841, foi a seguinte, em arrobas:

1836 - 37	2.321.710
1837 - 38	1.797.732
1838 - 39	2.048.378
1839 - 40	4.547.312
1840 - 41	3.908.787 (2)

Outro lugar onde prosperou a lavoura cafeeira, foi São Paulo. Assim, de uma exportação de 132 sacas em 1808, passou para 9.233 em 1813, alcançando a 141.603 arrobas em 1825. Uma década mais tarde, isto é, em 1836, a produção total da província atingia a 524.988 arrobas, cabendo à zona norte 423.771, ao oeste e sul, 78.049, e ao litoral 24.868. Como se pode verificar, a predominância do norte é abso-

luta, cabendo-lhe mais de dois terços do total produzido. Os municípios que mais se destacaram nesta produção, na época foram Areias, onde existiam então 238 fazendas cafeeiras; Taubaté, com 88 fazendas; Guaratinguetá, com 40 fazendas, e Mogi das Cruzes com 38 fazendas. Em Ubatuba cultivava-se café em 334 fazendas e sítios; em Campinas, em 9 fazendas (3), e outras em menor quantidade, somando a um total de 1.200 fazendas e sítios em toda a Província (4).

Em Minas Gerais igualmente, a cultura do café ia progredindo consideravelmente, pois de 9.729 arrobas produzidas em 1818, passou para 163.000, em 1834, ou seja, um crescimento de dezesseis vezes mais em dezesseis anos.

No Espírito Santo, a produção de café era 112 sacas anuais

apenas, em 1839, o que representa quantidade insignificante, mantendo-se essa situação até 1840, mais ou menos, quando começou a tomar vulto a sua cultura.

Para o total do país, foi esta a produção durante o período que estamos analisando, em médias quinquenais:

	Sacas de 5 arrobas
1821 - 1825	487.594
1826 - 1830	1.618.203
1831 - 1835	3.304.313
1836 - 1840	6.623.345

Vejam agora a parte referente à exportação, em volume e valor, e sua representação no computo da exportação nacional. Afonso de E. Taunay, com dados da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, organizou o seguinte quadro referente ao decênio de 1821 a 1830:

Anos	Sacas de 60 quilos 1.000 sc.	Valor		Valor p saca		Porcentagem do café na exp. nac.
		Contos de reis	Em mil e 1.000 ouro	Em mil e 1.000 ouro	Em mil e 1.000 ouro	
1821	129	3.273	704	238.600	5.80	18,1
1822	146	3.866	789	208.800	4.25	19,6
1823	226	4.163	878	188.420	3.89	20,1
1824	274	3.561	704	128.800	2.37	18,3
1825	224	2.854	623	128.800	2.78	13,5
1826	318	3.450	690	108.850	2.17	20,8
1827	430	5.264	774	128.400	1.80	21,1
1828	452	5.105	859	113.300	1.46	15,9
1829	459	6.846	705	148.920	1.54	20,3
1830	480	6.854	663	148.920	1.38	19,8
Dec.	3.178	45.308	7.189	148.257	2.26	18,4

Para o decênio posterior de 1831 a 1839-40, o quadro é o seguinte:

Anos	Sacas de 60 quilos 1.000 sc.	Valor		Valor p saca		Porcentagem do café na exp. nac.
		Contos de reis	Em mil e 1.000 ouro	Em mil e 1.000 ouro	Em mil e 1.000 ouro	
1831	549	9.268	694	168.800	1.76	28,5
1832	717	12.462	1.832	173.800	2.56	39,2
1833 (1)	560	8.868	1.383	158.800	2.47	42,4
1834-35	1.121	17.820	2.775	158.900	2.47	49,3
1835-36	970	15.078	2.435	158.540	2.51	45,7
1836-37	1.052	15.426	2.335	148.500	2.43	37,7
1837-38	910	13.961	2.237	158.340	2.46	40,9
1838-39	1.149	17.832	2.197	158.520	1.91	33,2
1839-40	1.333	21.338	2.494	168.910	1.87	31,3
1839-40	1.383	20.176	2.657	148.920	1.92	46,7
Dec.	9.744	152.429	21.529	158.643	2.21	43,8

A comparação destes dois quadros nos revelam aspectos interessantes, que vale a pena serem salientados. Em primeiro lugar, salta à vista o aumento prodigioso da exportação, em volume, que, de 3.178.000 sacas de 60 quilos, na década de 1821 a 1830, passou para 9.744.000, na década seguinte, de 1831 a 1840, ou seja, o triplo em dez anos.

Em segundo lugar, a percentagem do café em nosso movimento exportador foi cada vez maior, pois de 18,4 no primeiro decênio em questão, subiu para 43,8 no segundo, revelando assim um crescimento extraordinário ao mesmo tempo que uma participação significativa em nosso comércio exterior.

O valor por saca, em libras ou, diminuindo, devido a vários fatores relacionados com a crise financeira em que se debilitou o primeiro Império e as Regências, mas refletiu-se em forma nuda e seca nos valores em moeda nacional, se excluímos os três anos culminantes da crise nacional (1821-1823), decorrentes da partida da Corte portuguesa e do movimento da Independência. Pode-se dizer que houve certa estabilidade de preços e até mesmo pequeno aumento a partir de 1824, o que fez com que não se arrefoasse o entusiasmo dos agricultores pela produção. Ademais, os altos preços dos primeiros anos do século XIX, não se devem unicamente à melhor taxa cambial do nosso mil réis de então, mas devemos buscar suas causas na enorme procura do produto no mercado internacional, elevando, dessa forma, sua cotação. Finalmente, em valor moeda nacional, a exportação total do decênio de 1821-30, rendeu 45.308 contos de reis, contra 152.429 contos de reis registrados no decênio de 1831-40, isto é, mais do triplo, correspondente, portanto, ao aumento já assinalado quanto ao volume. Mesmo o valor global em libras ou ouro triplicou, cotando-se os dois decênios em questão, correspondendo assim, mais ou menos, à

progressão observada em relação à quantidade exportada.

Este enorme surto cafeeiro propiciou a expansão do nosso comércio exterior, cujo movimento, pelo Rio de Janeiro, segundo Horácio Say, citado por Taunay, foi o seguinte, em toneladas:

1834	131.479
1835	128.106
1836	148.398
1837	138.218

Em valor, de acordo com Liberato de Castro Carreira, a nossa exportação teve o desenvolvimento abaixo mencionado:

1833 - 34	33.011.000\$000
1834 - 35	32.998.000\$000
1835 - 36	41.442.000\$000
1836 - 37	34.182.000\$000
1837 - 38	31.511.000\$000
1838 - 39	41.590.000\$000
1839 - 40	43.192.000\$000

Se computarmos estas oscilações, tanto em volume quanto em valor, de nossas exportações, com as remessas de café para o exterior, verificaremos que elas refletem perfeitamente as variações destas, nos respectivos anos. E' um movimento sincronizado que se registra, dada a influência do café em nosso movimento exportador.

Estes dados do nosso comércio exterior servem para espalhar também a importância crescente que ia adquirindo o porto do Rio de Janeiro, por onde se escoava quase todo o nosso café, e que foi visitado por 351 navios em 1822, por 470 em 1828, para alcançar a 693 em 1837. Constatando esse desenvolvimento marítimo, assinala Taunay, a respeito, que já a Guanabara era visitada então por tantos navios quanto dois portos da Importância de Bordeaux e Nantes juntos e o movimento comercial fluminense andava pela via do Havre (5). As bandeiras dos navios que em maior número frequentavam os portos brasileiros, eram inglesas com absoluta predominância, americanas, francesas e suecas.

A FERTILIZAÇÃO CONSTANTE E INTELIGENTE DA TERRA É A GARANTIA DE MAIORES COLHEITAS



Proporcionar aos homens da lavoura os meios de que necessitam para o incremento da produção é servir aos interesses do país. Estendendo os seus serviços, através de seus numerosos departamentos, aos centros de produção, o

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO tem procurado por-se em contacto com os homens da lavoura, criando maiores possibilidades para o financiamento de seus produtos.



BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.

Matriz: S. Paulo — Rua Álvares Penteado, CAPITAL E RESERVAS

165 — Predio Gastão Vidigal (Fundador) — Cr\$ 300.000.000,00

Conheça o sensacional

"PLANO DE ECONOMIA PARA SEU LAR" do CAFÉ DA METROPOLE

O AMIGO N. 1 DAS DONAS DE CASA

Leia os folhetos que se encontram em todos os pacotes do Extra-Fino

CAFÉ DA METROPOLE

O VERDADEIRO CAFÉ PAULISTA TIPO EPORTAÇÃO

CAFÉ DA METROPOLE



A atividade do porto do Rio de Janeiro decrescia, em grande parte, do embarque do café, que, como já vimos, ocupava considerável proporção em nossas exportações. Era ele realizado por negros musculosos, semi-nus; divididos em grupos, correndo a tropeço acelerado, levando as sacas de café na cabeça, no ritmo de um chocalho, oferecendo espetáculo pitoresco, especialmente aos estrangeiros que os viam pela primeira vez. Eis como não descreve um visitante que por aqui andou nos fins do período da Regência: "Os carregadores de café andam geralmente em magotes de dez a vinte negros, sob a direção de um que se intitula capitão. São em geral os latagões mais robustos dentre os africanos. Quando em serviço, raramente usam outra peça de roupa além de um calçãozinho curto; põem de lado a camisa, para não incomodar. Cada um leva na cabeça uma saca de café pesando cento e trinta e duas libras (73 quilos), e quando todos estão prontos, partem num tropeço encajado que logo se transforma em carreira. Sendo suficiente apenas uma das mãos para equilibrar o saco, muitos deles levam, na outra, instrumentos parecidos com chocalho de criança, que sacodem marcando o ritmo de alguma canção selvagem de suas pátrias distantes".

Além do Rio de Janeiro, outros portos marítimos pelos quais igualmente se escoava o café, porém, em muito menor escala, eram Parati, Jurumirim, Angra dos Reis, Niterói, Cabo Frio, Macaé e São João da Barra, sem falar nos portos fluviais que serviam como intermediários para remessa do produto às cidades ou portos de exportação. Na parte sul, exportavam café Ubatuba, Santos, São Sebastião e Paranaguá.

Fato digno de ser mencionado na questão relativa ao comércio do café pela importância cada vez maior que iria adquirir até os nossos dias é a que se relaciona com os negócios com os Estados Unidos da América do Norte. Em 1809 chegou aos Estados Unidos o primeiro carregamento de café brasileiro composto de 13.225 sacas ascendendo a 91.207 em 1830 a 223.595 em 1835 para atingir a 296.329 sacas em 1840. Essas quantidades representam 23% da produção brasileira em 1825 e 1830 subindo respectivamente para 25% e 27,5% em 1835 e 1840 (7). A importação de café brasileiro por habitantes nos Estados Unidos representava uma onça em 1821 crescendo para uma libra em 1831 alcançando a três libras e 80 em 1841 demonstrando aumento rápido de nossas exportações para a Grande República do Norte e ao mesmo tempo que uma seletividade cada vez maior do produto nacional em seu mercado. Evidência é esse movimento a penetração do café nos costumes do povo norte-americano e a conquista de formidável praça para o artigo que se transformaria com o correr dos anos no produto preponderante de nosso comércio exterior encontrando naquele país seu maior consumidor e comprador. O chá deixava de ser para o lanque a bebida preferida ocupando seu lugar o grão moído da coffee arabica na denominação de Lineu.

O desenvolvimento da cultura do café obrigou à abertura e melhora de muitas estradas pelo interior tornando ao mesmo tempo mais intenso o seu tráfico levando à construção de trechos calçados e dotando-as algumas delas de notáveis obras de arte. Pela sua importância distinguiram-se entre outras a estrada da Polícia e do Rodado ligando a Corte a Rio Preto na fronteira de Minas Gerais; a do "Café" que ligava Iguaçu a Ubatuba e Rio Paraíba passando por Pati de Alferes; as estradas que partiam do porto Estrela uma em demanda dos rios Preto, Fagundes e Piabanha, e outra demandando um porto sobre o rio Paraíba, além de outras numerosas. Parte considerável das rendas provinciais era aplicada nas construções dessas estradas nas igualmente empresas especializadas e particulares chamavam a si a execução de muitas vias de comunicação permitindo assim a movimentação do transitado pelo interior num verdadeiro surto de penetração e atividade comercial.

Ao longo das estradas principais localizavam-se numerosas fazendas partindo delas estradas secundárias muitas ligando entre si várias zonas servidas por mals de uma estrada de escoamento para os portos.



Os transportes eram feitos em carros de boi e quando as distâncias eram excessivas em tropas de burros.

Nessas condições as rendas das "barreiras" cobradas para construção e manutenção de estradas alcançavam a cifras consideráveis.

Dos vários portos o café era transportado em falanxas de lanchas e canoas grandes para o porto do Rio de Janeiro (8).

A utilização das tropas de muleiros para o transporte do café deu considerável impulso ao ramo da pecuária, da criação desses animais que se vinha acentuando desde princípio do século XVIII para atingir seu apogeu em meados da centúria seguinte. Enormes pontas de muls e burros dos campos do atual Paraná da antiga comarca de Curitiba do Rio Grande do Sul do Uruguai e da mesopotâmia correntina e entraram a chegar a flutuar para Sorocaba que se transformou no grande mercado distribuidor desses animais. Desse modo a Feira de Sorocaba que se tornou famosa e desempenhou papel de relevo em nossa história econômica constituiu-se numa espécie de entreposto nacional do sul do Brasil e centro de grandes negócios de tropas. Os vendedores em maior número eram paranaenses e riograndenses do sul e entre os compradores sobressaíam os mineiros que vendiam suas tropas muitas vezes até no norte do país. Spix e Martius contam terem visto animais vindos do sul no sertão da Bahia.

Entre os meses de abril e maio de cada ano realizavam-se os grandes negócios na Feira de Sorocaba dando à cidade feição peculiar movimentando-se durante algum tempo de modo a sobrepôr até muitas capitais de Províncias com espetáculos e diversões dos mais variados girando o dinheiro em somas avultadas.

Ao lado dos vendedores e compradores de animais, com seus escravos, afluiam à cidade paulista comerciantes dos mais diversos tipos, companhias teatrais e circos de cavalinhos aventureiros de toda espécie jogadores prostitutas e toda essa malta de gente que ocorre aos lugares de direito abundante e fácil vivendo de especulações lícitas e ilícitas não faltando os mendigos pedintes irmãos de opa recorrendo aos transeuntes para as festas de santo construções de igrejas promessas várias etc.

O transporte de tropas de tão grandes distâncias era um trabalho rude devendo os tropeiros suportar intempéries atmosféricas, doenças, feras, chela de animais ferozes e por vezes índios selvagens constituindo uma vida cheia de perigos sobressaltos e sofrimentos exigindo qualidades excepcionais físicas e morais. Mesmo assim pelos lucros que proporcionava muitos se dedicavam a ela negociando-se em Sorocaba de 40 a 50 mil animais por ano num conjunto que somava de dois a três mil contos em moda da época.

Os direitos cobrados por cabeça de mulo entrado em Sorocaba eram de 3.500 réis dos quais mil réis revertiam aos cofres riograndenses comprovada a legalização de uma guia expedida pela barreira de Santa Vitoria em triplicata e para um só efeito a fim de se evitarem manobras de malversações. Metade dos 2.500 réis restantes era arrecadado como direitos do contrato para o arrendatário do imposto trienal lançado na praça e a outra metade constituía os direitos de casa doada, imposto originariamente criado em benefício de quem abria a estrada de São Paulo ao Sul e mais tarde incorporado às rendas provinciais paulistas. Os 3.500 réis, taxa muito elevada para Saint Hilaire, correspondia no seu tempo a 21 francos e segundo Taunay equivaleria hoje a mais de 50 cruzeiros (9).

Essas rendas concorreram para a receita provincial de São Paulo em 1838 de acordo com os dados estatísticos de Daniel Pedro Muller com 81.869.950.

Além disso os animais eram novamente taxados ao entrarem na Província de Minas Gerais.

Essas taxas variadas e elevadas influiam muito na economia riograndense, o principal centro criador e exportador de muls, provocando desconforto entre criadores e tropeiros sendo que estes desconfortamentos "encontraram ventosa eco nas páginas da literatura revolucionária dos farapos. Proclamações e manifestos traduzem o queixume dos criadores contra as exorbitâncias do fisco imperial que pa-



reclia induzido a promover o aniquilamento da criação mular riograndense" (10).

O fato magno contudo que nos cabe aqui registrar salientando-o é a importância que os muls e sua criação desempenharam em nossa formação histórica. Como diz Taunay "sem a organização das feiras de Sorocaba apoiada na indústria equina do sul do Brasil e regiões castelhanas adjacentes, a lavoura do café não teria podido alcançar o enorme surto que lhe conhecemos antes do estabelecimento da rede ferroviária" (11).

De fato, foi no lombo de burros e muls que se transportaram quase todo o café do interior para a costa marítima pois como observa Calogeras "se examinarmos o Reconhecimento biliano no qual a multiplicidade de rios navegáveis facilitava o emprego de verdadeiras esquadilhas de embarcações o grande o quase único elemento de transporte utilizado foram os muls". Segundo o viajante Fletcher, entre São Paulo e Santos em meados do século passado havia 200 mil bestas fazendo o transporte anual. Outros viajantes que percorreram a estrada entre Rio de Janeiro e Minas Gerais contavam as centenas de animais de carga das tropas que diariamente encontravam em seu trajeto.

O impulso tomado pela lavoura cafeeira suscitou outro problema não menos importante para sua existência e desenvolvimento: a necessidade crescente de mão de obra que como era costume no tempo foi procurada na escravidão africana levando ao aumento da importação de negros e ao deslocamento desses trabalhadores do norte para o sul. Antes toda mão de obra importada da África vinha para os canaviais e engenhos do norte e posteriormente para as lavras auríferas e diamantíferas de Minas Gerais.

Agora era a vez do café que necessitava de braços requerendo e absorvendo todo o disponível.

Os primeiros contingentes de que lançaram mão os agricultores de café, após esgotar suas próprias reservas, foram as dos escravos de Minas Gerais, havendo também muita gente proprietária de quela Província que, desiludida com a procura infrutífera de minerais, se transferiu para as regiões agrícolas, onde a produção cafeeira dava lucros mais do que compensadores, trazendo consigo numerosos escravos, que foram utilizados na nova lavoura, abrindo nas florestas as vastas fazendas de café. "Sem essas consideráveis contingentes de braços disponíveis — escreve Pedro Calmon — não poderiam criar em tão pouco tempo uma cultura tentacular, que impeliu para longe o mato florestal, estendendo-se desde as cercanias da corte até as faladas da serra da Mantiqueira" (12).

Mais tarde, foram-se buscar os negros do nordeste, quando a economia daquelas regiões entrou em decadência e haviam sido suplantadas pelas lavouras de café.

Com isto, os preços dos escravos subiram enormemente. Mas que import! Os rendimentos proporcionados pela produção cafeeira compensavam perfeitamente ao fazendeiro os altos custos das máquinas humanas de trabalho. "Légua de floresta nada lhe custavam, porém, um preto congo de enxada lhe custava um crédito, no Rio, por duzentos mil réis, ou fossem, duzentas arrobas de café" (13). O escravo, entretanto, era tudo e integrava-se à propriedade como o gado e as beneficiárias. A terra era de quem a ocupava e o braço negro vinha valorizá-la. Antes das fazendas florescerem, valia pela quantidade de escravos que possuía, depois de plantadas, valiam pelos mil pés que possuíam e pelos negros nelas incluídos.

O afluxo da imigração do "ebano", por isso, toma vulto, estimando Taunay que, entre 1816 e 1851, não devem ter desembarcado no Brasil menos de um milhão de negros, dos quais seiscentos mil foram colocados nas lavouras de café, ou seja, mais da metade.

Quanto aos lucros que proporcionava o negócio negro, apresentava-se dos mais vantajosos. De acordo ainda com Taunay, uma "peça" custava ao traficante, adquirido aos sobas da África, um preço que variava entre 30 e 35 mil réis, pagos em artigos como pólvora, espingarda, machados, fumo e roupa. Os armadores pagavam um preço de 140 mil réis por cabeça, desembarcada no Brasil, nos capitais de navios. E ven-



diam pelo dobro ou pelo triplo cada negro importado, resultando daí, portanto, renda considerável, mesmo descontando a perda com os mortos em viagem, durante as longas travessias, nos porões infestados.

Este negócio, porém, era fortemente taxado, rendendo 10% sobre o valor de qualquer transação; montando tais impostos em \$8500 ao saírem do Rio de Janeiro, pagando nova contribuição idêntica ao atravessarem o Rio Preto e mais 600 réis de pedágio na ponte do Paraíba do sul, de modo que, se um es-



Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, a cuja visão se deve a primeira ferrovia do país.

cravo era adquirido no mercado humano do Valongo, no Rio de Janeiro, por 250 mil réis e revendido pelo comboio em Minas Gerais, o governo imperial recebia 61.000 réis na transação, ou cerca de 8 libras esterlinas.

"Ora — comenta Taunay — como se vendiam 30.000 mil escravos em média, no hinterland fluminense, o Tesouro auferia desta transação 340.000 este é, na anual, soma considerável, da qual, de um momento para outro, não poderia ser desfeita a receita do país" (14).

Dada a abundância de mão de obra escrava, não havia preocupação pelo desenvolvimento da técnica no sistema de produção, não sendo, por isso, utilizadas quase máquinas e veículos nos trabalhos da agricultura. Criticando esse aspecto do nosso atraso tecnológico, escrevia José Bonifácio: "Seria até caso de riso, se não 'va triste, verem-se filas de escravos carregando, à cabeça, cada qual a sua saca, quando o mesmo serviço se faria tão facilmente por uma carroça puxada por uma parelha de muls ou de bois". Com efeito, tudo era realizado pelo negro e pelos processos mais rudimentares e primitivos conhecidos, não sendo dispendioso esforço algum para aliviar o pesado trabalho do pobre escravo. Na preparação do café, contudo, mais do que no do açúcar, se começava então a usar máquinas de socar, descascar e peneirar, máquinas essas já fabricadas no Rio de Janeiro.

Na Província do Rio de Janeiro eram correntes três processos para o beneficiamento do café: pelo pilão, o monjolo e batido; pelo pilão, o monjolo e batido; pelo pilão, o monjolo e batido. Desde 1831, entretanto, multiplicaram-se os pilões, movidos por força hidráulica, havendo, no entanto, quem só dispusesse dos tardos monjolos, muito morosos em seu trabalho rudimentar. Já havia, porém, pilões em que se continham ventiladores, constituindo isso enorme vantagem na limpeza do produto. Os que nem monjolo possuíam, batiam o café com o feijão, como se praticava com o feijão, representando tal método um processo moroso e sendo, além disso, prejudicial à saúde dos trabalhadores.

A secagem era feita pelo trabalho dos terreiros, como se faz ainda hoje, com o amontoado à tardinha, depois da medição, a espalha pela manhã, pelo rodo, em camada de dois dedos de altura, revolvimento nos grãos, sempre, para exposição ao sol, e novo amontoado ao crepúsculo ou à ameaça de chuva. Dois meses, e às vezes mais, exigia o café para completa seca, mas uma chuva extemporânea que caísse, causava verdadeiro desastre.

A sapanha realizava-se percorrendo a fila das árvores, pé por pé, fazendo em volta de cada árvore pequenos montes, a fim de impedir a dispersão dos grãos. A medida por sapanha era de três a três e meio alqueires e meio o quatro, nos anos de grandes safras. As mulheres eram mais eficientes, do que os homens nesta tarefa. Com arrobas por mil pés davam as lavouras de três nos, facilmente depois de três nos, sendo que os cafeeiros envelheciam precocemente na Província do Estado do Rio, dando sinais de decrepitude aos vinte anos. Dois alqueires e meio de café com polpa ou três alqueires limpos, davam uma arroba beneficiada, pronta para exportação.

Existiam numerosas fazendas que usavam plantar roças de milho, de feijão e mandioca nos cafeais recém-formados, pois, as copias dadas a estas e a outras aproveitavam muito os cafe-



eiros, além de proporcionar mantimentos para os trabalhadores e os animais.

Quanto aos instrumentos de trabalho na agricultura em geral, reduziam-se à enxada, foce e machado, mas também lá se utilizava algum arado no amanhar da terra.

Na Província do Rio de Janeiro, onde maior era a prosperidade da lavoura cafeeira, havia, nos municípios de Valença e Vassouras, os maiores centros de produção, fazendas de 500 a 800 mil cafeeiros, em 1835, exportando, neste mesmo ano, os



Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, a cuja visão se deve a primeira ferrovia do país.

Distrito Federal; em 1810 atingiu o vale do Paraíba, e em 1820 espalhou-se pela terra fluminense; Minas Gerais em 1830; São Paulo em 1835, transformando-se na grande riqueza nacional. Seu apogeu, no entanto, iria ser alcançado no presente século, em São Paulo, na famosa região das "terras roxas", contribuindo decisivamente para mudar a fisionomia do país.

Segundo Imperio A preponderância do café entre nós, que se esboçara fortemente no período do Primeiro Império e das Regências, consolidou-se definitivamente durante o Segundo Império. Esse fato decorreu por um lado, consumo crescente dos mercados europeu e norte-americano, e por outro, da cada vez maior expansão que caracterizou a produção brasileira. E esse acentuamento teve transcendental importância em nossa vida econômica, política e social, influenciando não sómente em nosso comércio externo e interno, como também em nossa paisagem geográfica, no aumento da riqueza pública e particular, na modificação dos costumes de determinadas regiões, etc... Provocou uma verdadeira transformação em todos os sentidos, com repercussões que até hoje se fazem sentir. Toda a evolução sofrida pelo país desde então aos dias atuais, tem sua origem mediata ou imediata no café, tendo ele contribuído de um modo ou outro para isso. Mas também esse fato determinou o tipo de nossa economia, imprimindo-lhe características próprias: grandes fazendas de exploração agrícola, monocultura, dependência do mercado internacional para colocação do produto, importação de artigos manufaturados, política econômica e fiscal dependendo de um produto de exportação, tudo, enfim, girando somente em torno do café. As demais produções ou atividades eram complementares ou auxiliares do produto-rei. Ficava-se ao café para tudo. Mesmo o progresso nacional em outros ramos, foram determinados pelas



necessidades do café ou delas provinham, como estradas de ferro, imigração estrangeira, uso de maquinaria na agricultura etc... Pode-se dizer que, de um modo geral, nos transformamos numa imensa plantação de cafeais para servir ao mercado mundial, vivendo disso unicamente. O barômetro de vida nacional passou então a ser o café, variando nossa situação de acordo com as oscilações dos preços e das safras cafeeiras. Era uma repetição, mutatis mutandis, do que havíamos sido, no tempo colonial, com o açúcar.

Vejam, no entanto, a carreira feita por esse produto de tão grande importância para nós, durante o Segundo Império.

A produção cafeeira por quinquênio, foi a seguinte, de 1840 a 1860:

Anos	Sacas
1841-1845	7.064.913
1846-1850	9.383.937
1851-1855	12.630.466
1856-1860	12.671.706

Dai por diante, as safras por ano assim se expressam:

Anos	Sacas
1861-1862	1.666.801
1862-1863	1.418.882
1863-1864	1.357.461
1864-1865	1.787.702
1865-1866	1.690.797
1866-1867	2.328.405
1867-1868	2.447.967
1868-1869	2.606.423
1869-1870	2.111.623
1870-1871	2.617.967
1871-1872	1.900.000
1872-1873	3.400.000
1873-1874	2.899.990
1874-1875	2.781.642
1875-1876	2.500.000
1876-1877	4.800.000
1877-1878	4.800.000
1878-1879	4.274.783

As sacas de café, até a safra de 1874-75 pesavam 5 arrobas, ou seja, 75 quilos cada uma; de então em diante, passaram para o peso, ainda hoje vigorante, de



60 quilos. Isso talvez explique o aumento que se observa na safra daquele ano, em relação às anteriores. Outra observação a se fazer é que, nos dados dos últimos quinquênios, a média anual era superior a 2.500.000 sacas, baixando no quinquênio seguinte, quando começamos a especificar por anos, a menos de 2 milhões e por vezes mesmo a menos de 1 milhão e meio. Tudo isso mostra como estas cifras devem ser tomadas em sentido muito relativo. Até hoje as nossas deficiências estatísticas são enormes e elas seriam maiores, sem dúvida, naqueles tempos. Afonso de E. Taunay, de onde tiramos os dados acima citados, comentando um trabalho de Sebastião Ferreira de Souza, diz "que em todo o país havia a maior deficiência de informações e as principais parcerias parlamentares discutiam as maiores questões nacionais, debatendo-se num mar de probabilidades, sem poder firmar seus argumentos em base sólida, por falta de recursos estatísticos".

O autor da "História do Café no Brasil", cuidadoso e esmerado nas citações, aponta-nos repetidas vezes, nos volumes que escreveu sobre a nossa famosa rubrica, as contradições e disparidades de dados por ele encontradas. Para a produção nacional, utilizou como fonte, quase sempre, o Retrospecto do Jornal do Comércio, desde que estes anuários começaram a ser publicados. No entanto, o autor ou os autores do Retrospecto baseavam os cálculos da produção sobre as exportações, o que demonstra serem portanto dados aproximativos os que mencionavam. Assim sendo, estes algarismos devem ser tomados com todas as reservas das decorrentes.

As Províncias de maior produção cafeeira na época, foram as do Rio de Janeiro, que depois cedeu a primazia a São Paulo, vindo a seguir, Minas Gerais, e em menores proporções a Bahia, Santa Catarina e Ceará, sendo que as safras desta última destinavam-se quase que exclusivamente ao consumo interno.

Quanto à exportação, quer em quantidade, quer ao seu preço em mil réis e libras esterlinas, bem como quanto ao seu valor por saca em moeda nacional e libras esterlinas, e quer ainda quanto à sua percentagem em relação à exportação total do país, vai expressa do quadro abaixo:

Quantidade, quer em mil réis e libras esterlinas, bem como quanto ao seu valor por saca em moeda nacional e libras esterlinas, e quer ainda quanto à sua percentagem em relação à exportação total do país, vai expressa do quadro abaixo:



CAFÉ

FONTE DE RIQUEZA

BANCO DO VALE DO PARAIBA S/A

Matriz: **TAUBATÉ** Filiais: **SÃO PAULO** **RIO DE JANEIRO**

Rua da Quitanda, 85 e 93 Rua Visconde de Inhaúma, 111

DEPARTAMENTOS:

Aparecida — Arévalva — Bananal — Bariri — Barra Bonita — Bocaina — Brotas — Caçapava — Caraguatatuba — Cruzeiro — Cunha — Dois Corregos — Dourado — Guaratinguetá — Ilhabela — Itapetininga — Itapui — Jacarei — Jau — Lorena — Macatuba — Mineiros — do Tietê — Paraíbauna — Pindamonhangaba — Piquete — Potirendaba — Santa Isabel — Santos — S. José dos Campos — S. Luiz do Paraitinga — S. Pedro — S. Sebastião — Tabapuá — Torrinha — Ubatuba — Urupês — Vila Maria (São Paulo)

DIRETORIA:

DR. PASCHOAL RANIERI MAZZILLI — Diretor-Presidente
SR. ALBERTO GUISARD — Diretor-Superintendente
SR. VICTOR BARBOSA GUISARD — Diretor-Gerente
DR. B. BERNARDES DE OLIVEIRA — Diretor
SR. OTHÉLO MERCADANTE — Diretor
JOSE AUGUSTO QUERIDO — Gerente Geral

BANCO DO VALE DO PARAIBA S/A

E. F. SAAD & CIA
INDUSTRIAS E EXPORTADORES

FILIAIS:

SÃO PAULO - SANTOS
RIO CLARO

MATRIZ:

RIO DE JANEIRO

RUA JOAO BRICOLA, 24 - Tel. 32-4118 - End. Teleg.: "Farito"

SÃO PAULO



Ano	Sacos de 60 kg		Valor		Valor por saca		Porcentagem de café na exportação nacional
	1.000 sacas	Contos de réis	1.000 sacas	Contos de réis	Em réis	Em \$ e centavos	
1840/41	1.229	17.804	2.300	146370	1.86	42.7	
1841/42	1.363	18.296	2.311	158420	1.89	46.8	
1842/43	1.444	17.991	1.909	119840	1.32	41.6	
1843/44	1.541	17.962	1.983	119870	1.25	41.0	
1844/45	1.525	17.808	1.838	119480	1.20	37.2	
1845/46	1.723	21.307	2.259	125386	1.31	39.7	
1846/47	2.387	21.971	2.485	162205	1.08	43.9	
1847/48	2.340	25.129	2.836	168783	1.25	43.4	
1848/49	2.106	21.513	2.342	168315	1.06	38.2	
1849/50	1.453	22.838	2.462	158718	1.09	41.5	
Dec.	17.121	201.469	22.653	118767	1.32	41.4	
1850/51	2.455	32.804	2.904	135120	1.37	48.1	
1851/52	2.337	32.854	3.397	142100	1.71	49.5	
1852/53	2.430	33.897	3.874	138560	1.39	46.0	
1853/54	2.130	35.445	4.201	168840	1.97	46.1	
1854/55	3.190	48.491	5.381	158201	1.75	53.5	
1855/56	2.853	48.013	5.812	168330	1.86	50.8	
1856/57	3.189	54.107	6.111	168967	1.94	47.2	
1857/58	2.380	43.803	4.824	158280	2.02	45.2	
1858/59	2.735	50.128	5.340	168312	1.95	47.0	
1859/60	2.524	60.238	6.281	158866	2.49	53.3	
Dec.	26.253	439.390	449.741	168737	1.89	48.8	
1860/61	3.571	79.664	8.854	128810	2.29	64.7	
1861/62	2.420	58.747	6.287	143776	2.58	48.7	
1862/63	2.136	56.575	6.201	138486	2.90	46.2	
1863/64	2.004	54.131	6.144	173012	3.00	41.3	
1864/65	2.845	64.124	7.151	148247	2.70	45.4	
1865/66	2.436	61.203	6.377	158125	2.61	38.9	
1866/67	3.157	69.743	7.044	158092	2.32	44.6	
1867/68	3.561	83.611	7.814	138480	2.19	45.1	
1868/69	3.802	90.518	6.409	138808	1.68	44.6	
1869/70	3.115	77.026	6.039	148728	1.93	39.1	
Dec.	28.847	695.352	68.004	248105	2.36	45.5	
1870/71	3.827	84.504	7.765	128081	2.03	50.3	
1871/72	4.069	71.646	7.172	178647	1.76	37.6	
1872/73	3.407	115.285	12.013	128367	3.43	53.6	
1873/74	2.774	110.173	11.974	158716	4.31	56.1	
1874/75	3.553	125.812	12.815	128363	3.50	60.3	
1875/76	3.407	118.285	13.414	148718	3.39	64.4	
1876/77	3.553	111.707	11.752	118440	3.90	57.1	
1877/78	3.843	110.447	11.299	138740	2.34	59.3	
1878/79	4.904	134.029	12.813	178331	2.61	65.7	
1879/80	2.618	126.260	11.287	148229	4.29	56.8	
Dec.	36.336	1.108.149	112.964	405491	3.11	56.6	
1880/81	3.660	126.134	11.604	145463	3.17	54.6	
1881/82	4.081	104.753	9.583	158669	2.34	49.9	
1882/83	6.087	122.643	10.817	183241	1.81	62.2	
1883/84	5.316	130.083	11.681	148470	2.19	59.9	
1884/85	6.259	152.454	13.140	145436	2.10	67.4	
1885/86	5.458	124.782	9.671	128367	1.77	64.0	
1886/87	6.075	186.925	14.545	138770	4.10	59.4	
1887	1.894	74.411	6.958	438226	3.15	50.0	
1888	3.444	103.205	10.851	138967	3.39	66.5	
1889	5.586	172.233	18.982	138888	3.49	67.7	
1890	5.109	189.894	17.891	178168	3.24	64.7	
Dec.	53.326	1.487.532	125.687	278866	2.94	61.5	

O quadro acima, tirado da Pequena História do Café no Brasil, de Afonso E. de Taunay, reproduz nossa exportação cafeeira por décadas, o que facilita a análise dos dados. Assim constatamos que nas cinco décadas em apreço, o aumento do volume foi enorme, passando de mais de 17 milhões de sacas no primeiro decênio, para mais de 83 milhões de sacas no último, ou seja, mais do triplo em 50 anos. O valor em moeda nacional passou de 30 mil contos de réis para mais de 1 milhão de contos, ou seja, quase 3 vezes mais. O valor em libras-ouro passou de 23 milhões de libras esterlinas para 135 milhões de libras, ou seja, 3 vezes mais. O valor médio da saca em moeda nacional aumentou de 11 para 27 mil réis, ou seja, 2 vezes e mais, aproximadamente, em libras-ouro apenas 2 vezes mais. Aqui, naturalmente, atuou a desvalorização cambial, pois a cotação média cambial de 31, em 1840, passou para 267/16 em 1889. Quanto à porcentagem do café na exportação nacional, elevou-se de 41,4% na década de 1840-50, para 61,5% na década de 1880-90, passando desse modo a representar mais de 60% das vendas ao estrangeiro. Assim, a participação do açúcar, que era de 28,5% em 1840-41, baixou para 6,2% em 1890; a do algodão, que era de 9,4%, baixou para 2,4%, durante o mesmo período; a de couros desceu para 3,6%. Os produtos que aumentaram sua participação em nosso comércio exterior, foram fumo, que de 1,6% subiu para 2,1%; borracha, que de 0,5% subiu para 9,7%, e mate que, de 0,7% passou para 1,5%. O cacau permaneceu estacionário com 0,9% nos dois períodos extremos indicados. Como se vê, porém, os aumentos verificados são insignificantes, resultando daí que a preponderância do café em nosso comércio exterior se deve ao seu crescimento específico.

Quanto à participação do Brasil dentro da produção mundial de café, podemos ter idéia pelo quadro abaixo, transcrito da obra de Afonso E. de Taunay. (15).

Exercícios	Brasil	Produção mundial	Porcentagem brasileira
1852-1853	2.423.640	4.567.000	53%
1853-1854	2.128.026	4.287.000	49%
1854-1855	3.183.776	5.218.000	60%
1855-1856	2.449.570	5.301.000	46%
1856-1857	3.189.045	5.355.000	59%
1857-1858	2.375.691	4.971.000	47%
1858-1859	2.724.268	5.267.000	51%
1859-1860	2.509.306	5.070.000	49%
1860-1861	3.579.471	6.285.000	57%
1861-1862	2.418.825	5.227.000	46%
1862-1863	2.133.881	4.928.000	43%
1863-1864	2.583.000	4.552.000	56%
1864-1865	2.645.211	5.557.000	47%
1865-1866	2.441.765	5.651.000	43%
1866-1867	3.193.009	6.322.000	50%
1867-1868	3.590.782	6.879.000	52%
1868-1869	3.800.684	6.520.000	58%
1869-1870	3.113.970	7.052.000	44%
1870-1871	3.783.908	7.221.000	52%
1871-1872	2.232.938	6.016.000	37%
1872-1873	3.486.210	7.501.000	46%
1873-1874	2.773.091	6.411.000	43%
1874-1875	3.852.470	8.095.000	47%
1875-1876	3.406.236	7.599.000	44%
1876-1877	3.532.301	7.805.000	45%
1877-1878	3.458.390	7.323.000	47%
1878-1879	4.902.815	9.184.000	53%
1879-1880	3.659.483	9.829.000	37%
1880-1881	4.081.467	9.858.000	41%
1881-1882	6.084.668	10.287.000	59%
1882-1883	5.117.367	9.231.000	55%
1883-1884	6.500.000	10.445.000	62%
1884-1885	5.888.000	9.585.000	61%
1885-1886	6.181.000	10.310.000	59%
1886-1887	6.898.000	11.200.000	61%
1887-1888	8.506.000	10.701.000	79%
1888-1889	4.822.000	8.092.000	59%



A "Boroneza", primeira locomotiva a circular no país.

Por outro lado o consumo da café crescia de ano para ano como mostram os dados seguintes:

ANOS	TONELADAS
1878	142.372
1879	179.241
1880	185.297
1881	215.000
1882	235.000
1883	250.000
1884	290.000
1885	325.000

O resultado dessa enorme expansão cafeeira que estamos analisando é que regiões inteiras de várias províncias cobriram-se de suas plantações. Assim, comarcas e municípios inteiros (alguns surgindo e desenvolvendo-se ao seu influxo) do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo cobriram-se de fazendas. Só no setor ocidental do vale do rio Paraíba na província do Rio de Janeiro em 1880 havia cerca de 600 fazendas além de um número infinito de outras áreas menos cultivadas. O mesmo se dava em Minas Gerais e no Norte de São Paulo desde Banaal e Mogi das Cruzes. E nessas fazendas somente cuidavam-se do café. Havia fazendeiros como o comendador Joaquim José de Souza Breves que em 1880 em suas várias fazendas colheu 205.000 arrobas o que representava mais de 1,1% da colheita de todo o país. Em 1888 sua colheita oscilava entre 280 e 300.000 arrobas. O número de seus escravos era de quatro mil segundo uns chegando a seis mil segundo outros. Outros fazendeiros no Rio de Janeiro e mais tarde de São Paulo se não atingiam às culminâncias de J. J. Souza Breves assemelhavam-se a ele plantando e produzindo enormes quantidades de café possuindo mais de uma fazenda.

As Províncias produtoras de café eram as que consignavam maiores receitas e estas cresciam na proporção direta do desenvolvimento da cultura cafeeira. Em 1840 estas eram as cinco Províncias de receitas mais avultadas:

Províncias	Receita em mil réis
Rio de Janeiro	825.100.500
Bahia	668.042.800
Pernambuco	714.348.900
Minas Gerais	444.027.900
São Paulo	290.848.900

Em 1889 as receitas destas mesmas Províncias eram as seguintes:

Províncias	Receita em mil réis
Rio de Janeiro	4.399.256.500
São Paulo	4.089.318.900
Pernambuco	3.577.870.800
Minas Gerais	3.474.008.900
Bahia	3.345.101.900

Nos cinquenta anos decorridos o aumento foi prodigioso pois não tendo nenhuma delas atingido à casa de milhares de contos em 1840 atingiram a quatro e três milhares de contos em 1889. Observa-se ainda que em 1840 a Bahia e Pernambuco ocupavam os segundo e terceiro lugares entre as nossas Províncias de maiores receitas enquanto que em 1889 São Paulo que antes ocupou o primeiro lugar deslocou-se para o segundo e a Bahia para o quinto. Com este crescente enriquecimento da Província de São

Paulo que se refletia no aumento das arrecadações seu principal porto marítimo começou também a adquirir importância cada vez maior ampliando seu movimento geral. Assim, o total de exportações no valor de 14.744 contos de réis em 1870-71 passou para 31.208 contos de réis em 1879-80 ou seja, do dobro em dez anos. A exportação de café da Província durante este mesmo período foi a seguinte:

ANOS	QUILOS
1869 - 70	80.135.765
1870 - 71	34.059.132
1871 - 72	39.878.705
1872 - 73	80.491.515
1873 - 74	62.173.385
1874 - 75	65.744.029
1875 - 76	60.896.641
1876 - 77	53.555.010
1877 - 78	78.449.807
1878 - 79	91.430.814
1879 - 80	82.248.767

A fim de se aquilatar melhor o jorém da importância do café na economia da Província de São Paulo vejamos estes dados referentes ao valor da exportação cafeeira dentro do cômputo da exportação total:

1852	4.404
1853	2.209
1854	4.418
1855	3.532
1856	5.006
1857	4.211
1858	1.993
1859	963
Soma	27.441

O presidente da Província da Bahia em seu Relatório de 1876 tratava do problema da escassez de braços na lavoura que a saída dos escravos para o sul estava provocando. A fim de impedir esse êxodo foram criados impostos mas mesmo assim continuava a emigração de negros sendo feita clandestinamente. Segundo esse documento a Bahia de 1853 a 1861 havia exportado 12.730 escravos para os cafezais do sul e de 1862 a 1870 mais 4.121. Em 1872 a saída de escravos fora de 453 e em 1873 de 847. Em 1877 sabe-se que saíram da Bahia 1.318 escravos destinados sobretudo aos cafezais do Rio de Janeiro e São Paulo não se conhecendo as cifras das que saíram clandestinamente.

O preço de um escravo moço robusto de acordo com Afonso de E. Taunay entre os anos de 1852 e 1859 oscilava de 1:000\$000 a 2:000\$000 o que quer dizer que tomando-se como preço mé-

dio de 1:500\$000 cada escravo importado pelo sul entre aqueles anos cuja soma fora de 27.441 conforme indicamos acima representavam um valor de 41.161:500\$000. Se acrescentarmos as somas correspondentes à importação de escravos nos anos posteriores poderemos avaliar as quantias enormes despendidas com esse tráfico interno e o seu custo para o erário da Província importadora. Não admira por isso que as hipotecas venais do Rio de Janeiro Minas Gerais São Paulo e Rio Grande do Sul em 1859 atingissem a 35.798:795\$000.

O fato preponderante contudo da emigração de escravos do norte para o sul foi como já assinalaram, a decadência da produção açucareira. Mas ao lado disso era o custo elevado do escravo outro fator não menos importante. Assim segundo Roberto Simonsen (16) um escravo valia na época cerca de um conto de réis em média e o seu custeio era de 150\$000 anuais incluindo-se juros e amortização do capital empastado enquanto que um trabalhador livre vendia pouco mais de cem mil réis por ano. Nessas condições o trabalhador livre saía muito mais barato para os agricultores do norte do que o escravo. Somente o sul precisava angustiosamente de braços e graças à prosperidade que lhe proporcionava o café podia pagar estes altos preços do custo do mão de obra.

Foi ainda essa escassez de mão de obra nas crescentes fazendas de café que ensejou outro aspecto interessante de nossa história econômica: a imigração de braços livres isto é a vinda de colonos europeus.

Deixando-se de parte o período de D. João VI quando na prática teve início a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil e que somaram um total de 2.000 aproximadamente sabendo que entre 1820 e 1830 entraram no país 9.105 imigrantes sendo 1.628 suíços 1.896 alemães catalogando-se os restantes na categoria de diversos. No decênio seguinte de 1831 a 1840 o total de imigrantes entrados baixou muito alcançando apenas a 2.933 dos quais 270 alemães 100 italianos 461 portugueses e os restantes 2.022 incluídos na categoria de diversos. As causas dessa considerável diminuição da imigração devem-se por um lado ao período turbulento por que passou o nosso país com várias lutas intestinas e por outro à prosperidade dos Estados Unidos da América do Norte atraído a maior parte da gente que se deslocava da Europa para o Novo Mundo.

Annos	Valor da exportação do café (em contos de réis)	Valor da exportação total (em contos de réis)
1862-83	34.114	84.768
1883-84	46.140	47.089
1884-85	47.103	48.235
1885-86	35.719	36.621
1886-87	74.112	76.128

Na Província do Rio de Janeiro a percentagem das vendas provenientes da produção cafeeira na formação geral da receita era a seguinte nestes anos:

1873 - 83	631
1874 - 84	642
1875 - 85	595
1876 - 86	551
1877 - 87	655

Esta considerável expansão da lavoura cafeeira nas regiões das Províncias do Rio de Janeiro Minas Gerais e São Paulo exigiu um número cada vez maior de trabalhadores não somente para abrir novas fazendas como igualmente para manter as que

BANCO FRANCÊS BRASILEIRO S. A.

Correspondente do CREDIT LYONNAIS

SÃO PAULO:

Rua 15 de Novembro 742 - Tel. 32 5178/9/0
(Ag. Urbana) Av. Duque de Caxias, 371 - Tel. 33-5178

RIO DE JANEIRO:

Praça Pio X 54-A - Tels. 52-2170/7/8/9

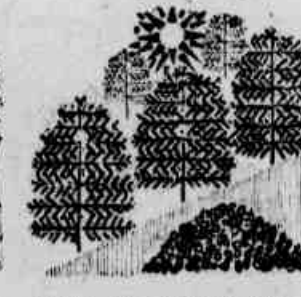
PORTO ALEGRE:

Rua Siqueira Campos, 1248 - Tel. 5-213

SANTOS:

Rua 15 de Novembro, 53 - Tel. 2-6665

SANTO ANDRÉ:



mão de obra indispensável coincidiu com a decadência da produção açucareira naquela parte do país facilitando desse modo a vinda de escravos dos engenhos de açúcar do norte para as fazendas do café do sul. Ela a importação de escravos da África no último decênio da sua proibição;

Anos	Numero de escravos importados
1840	30.000
1841	18.500
1842	17.438
1843	18.098
1844	22.940
1845	19.463
1846	30.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.500
1850	23.000

Como se vê o derradello quinquênio foi o de maior proporção no tráfico negro, acelerando-se o nefando comércio em vista da proximidade da aprovação da lei de sua suspensão. Em 1851 isto é quando já se encontrava em vigor a medida proibicionista ainda se importaram 3.287 negros escravos naturalmente que de modo clandestino.

As remessas de negros escravos do norte para o sul após a aprovação da lei de 1850 expressavam-se nos seguintes números.

Entre 1840 e 1846, o movimento migratório foi igualmente pequeno, somando a um total de 2.395, sendo 566 alemães, 223 franceses, 10 espanhóis, 207 portugueses, 17 suíços e os restantes 1.272 de diversas nacionalidades. De 1847 a 1849, entraram no país 2.418 imigrantes europeus, sendo 5 italianos, 76 suíços, 78 portugueses e 465 diversos. A partir de 1850 até 1858, o total de imigrantes entrados em cada ano vai no quadro abaixo, tendo ao lado a quantia que coube a São Paulo:

ANOS	Total de imigrantes para o Brasil	Total para São Paulo
1850	2.072	5
1851	4.425	53
1852	2.731	978
1853	10.935	335
1854	9.189	732
1855	11.798	2.125
1856	12.468	1.008
1857	14.244	509
1858	18.329	329
1859	20.114	120
1860	15.774	108
1861	13.003	218
1862	14.290	185
1863	7.842	10
1864	9.578	—
1865	6.452	—
1866	7.899	144
1867	10.902	789
1868	11.715	109
1869	11.327	117
1870	5.188	139
1871	12.431	83
1872	19.219	303
1873	14.742	390
1874	30.332	120
1875	14.890	3.289
1876	30.747	1.303
1877	29.468	2.832
1878	24.456	2.058
1879	22.788	973
1880	30.355	613
1881	11.548	2.705
1882	29.589	2.743
1883	34.015	4.912
1884	24.890	4.879
1885	35.440	6.500
1886	33.486	9.336
1887	55.965	32.112
1888	33.253	92.086
1889	65.246	27.893

Pelos dados acima, verificamos que, a partir de 1882, houve uma intensificação da imigração, tendo seus pontos mais altos em 1889 e 1890, quando atingiram, respectivamente, a mais de 18 e 20 mil pessoas entradas. No quadriênio compreendido entre 1883 e 1886, registrou-se certo declínio, cujo ponto mais baixo foi em 1885, quando vieram apenas 6.500 imigrantes. A partir, porém, de 1887, com a única exceção de 1879, o volume de imigrantes entrados foi num crescente contínuo, alcançando seu nível mais elevado em 1888, com mais de 133 mil pessoas. Quanto à participação de São Paulo, verificamos que até 1875 a percentagem era bem pequena, em relação ao total geral. Naquele ano, entretanto, subiu bastante

atingindo a mais de 305 baixando depois novamente para 51 em 1876, para 105 em 1877, até chegar a 25 apenas em 1880. Dá-se ano em diante, porém, o crescimento seria rápido e constante, até atingir 575 em 1887 e 885 em 1888.

Como é geralmente sabido, o grande pioneiro na obra de trazer imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas paulistas, foi o senador Vergueiro, que chegou a ter 942 dessas pessoas em suas colônias de Ybicaba e cerca de 180 em Angelica, no município de Rio Claro. Depois destes anos do ilustre regente do Império, outros grandes fazendeiros paulistas imitaram-no, trazendo colonos europeus para suas propriedades agrícolas. Assim é que, entre 1847 e 1874 cerca de 50 fazendeiros paulistas de café estabeleceram mais de 5.000 colonos em suas fazendas. Entre estes, além do senador Vergueiro, contavam-se o barão de Sousa Queiroz, o comendador Sousa Ramos, Francisco Soares de Araújo, o barão do Porto Feliz e muitos outros.

De tal modo a idéia da imigração de trabalhadores livres da Europa ganhou raízes, que, em 17 de novembro de 1883, um grupo de brasileiros natos e adotivos fundou, no Rio de Janeiro, a Sociedade Central de Imigração, com o objetivo de fomentar a imigração europeia para o Brasil. Seu manifesto foi subscrito por figuras de projeção nacional, como o visconde de Beaurepaire Rohau e Taunay, os barões de Itapua, Teffé e Tauphoena, e outros, a eles se associando logo cientistas, sociólogos e jornalistas como André Rebouças, Ferreira Araújo, Nicolau Moreira, João Clapp, etc. etc.

A repercussão dessa iniciativa foi imensa em todo o país. Logo a seguir, por isso, em 7 de fevereiro de 1884, São Paulo seguiu o exemplo, fundando a Sociedade de Imigração de São Paulo, contando com perto de 300 membros ao começar, congregando em seu seio nomes prestigiosos, como o presidente da Província, General Couto de Magalhães, e mais os conselheiros Antonio Prado e Paula Souza, Martinho Prado Júnior, os irmãos Souza Queiroz, Rafael de Barros, Caio Prado, Martin Francisco, Conde do Pinhal, Cerqueira Cesar e numerosos outros. A sociedade logo ramificou-se, criando-se congêneres em Santos, Sorocaba, São Simão, etc.

Este entusiasmo pela imigração europeia livre, ganhando terreno e adeptos até mesmo entre as principais figuras responsáveis pela administração da Província e entre os fazendeiros de café, não decorria apenas do sentimento filantropico de horror ao cativo, mas tinha sua base na superioridade demonstrada pelo trabalho dos colonos sobre o dos escravos. Assim, escreve o bem informado historiador do nosso café (17): "Já os fazendeiros dos últimos anos de existência do trabalho servil reconheciam que os cafeais, tratados por colonos, rendiam mais do que quando entregues a escravos". E mais adiante: "Era voz geral, entre os lavradores de São Paulo, que em lotes de colonos não se viam os grãos a secer nas arvores ou derrubados no chão, ali se alterando semanas e meses interiores. A apinhada era não somente mais bem feita quanto mais rápida. As cerejas não apareciam tão misturadas de folhas, seixinhos e galhinhos quebrados. Havia também menos acúmulo em de penar os ramos dos cafeeiros, o que tanto prejudicava as arvores. Os colonos movidos pelo interesse em vez de correrem a mão ao longo dos galhos derrubavam as cerejas por grupos, um por um. Outra opinião já

corrente nas lavouras paulistas: os cafés de colonos se prestavam muito melhor ao despolpamento. E isto se comprovava ultimamente quando o visconde de Indaluba instalara, na sua colônia do Salinho, um despolpador para beneficiar o café de trinta famílias de colonos. Verificava-se em São Paulo, eloquentemente, a enorme soma de vantagens decorrentes da sub-

stituição de um serviço que a extinção da escravidão viria fatalmente perturbar, os estadistas fluminenses, empolgados por lamentável espírito de reação, sob o influxo de interesses respeitáveis, talvez, mas, sem dúvida, injustificáveis perante a civilização e a humanidade, de outra coisa não cogitaram, salvo honrosas exceções, senão da opor-tenas resistência à onda que,

palmente em São Paulo, a cujo produto, na Europa, se dava o nome de "café de máquina". Só a cidade de Campinas, em 1886, possuía 33 máquinas Lidgerwood e 26 de tipo Conrado, sendo que, daquelas, 11 eram movidas a vapor e 22 por força hidráulica, a destas, 3 a vapor e 23 pela água. Os irmãos Bierembach, ainda em Campinas, fabricavam máquinas de descascadores, ven-

gualdade e muito melhor aspecto. Dêse modo, uma grande e significativa transformação operou-se no sistema da produção cafeeira no Brasil. Ao lado do uso do maquinário, intensificou o trabalho do imigrante livre e deu-se também uma divisão maior do trabalho na fazenda, havendo maquinistas, mecânicos, pedreiros, pintores, oleiros, etc.

Pedro Calmon, e teve também o seu "roteiro", conforme assinou Sérgio Millet, deslocando-se, com o correr dos anos, em busca do "habitat" propício à sua expansão. Já referimos que, tendo começado nos arredores do atual Distrito Federal, foi ganhando terreno pelas Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e norte de São Paulo. Nesta última Província, sofreu igualmente outro deslocamento, passando do norte para o oeste. Assim, em 1836, as zonas norte e central produziam, respectivamente, 86,50 e 11, 931 da produção do total de café da Província, cabendo à Mogiana 0,145, à Paulista 1,431 e nada à Araraquense e Alta Sorocabana. Em 1854, as zonas do norte produziam 77,46 e 13,915, sendo as da Mogiana e Paulista 2,315 e 6,325, respectivamente. Em 1886, as zonas norte e central abrangem 19,995 e 29,005 respectivamente, subindo a Mogiana para 21,815, a Paulista para 23,895, a Araraquense para 4,035 e a Alta Sorocabana para 1,465. Em conjunto vemos que a posição do norte e central passou, dentro do total da Província, de 98,431, em 1836, para 87,375, em 1854, atingindo a 48,995 em 1886, ou seja uma redução de 50%, aproximadamente, nos cinquenta anos em apêço. Estudando esse fato, observa Sérgio Millet "a de que o avanço se processou em obediência de duas determinantes: trópicos, abaixo da qual o clima não o favorecia e demandas da principal: evitar a linha das grandes florestas de terra virgem e milionária" (18).

Alcançando o oeste paulista, o café encontra as famosas "terras roxas", cuja fertilidade lhe proporcionou novo impulso. Por isso, segundo ainda Sérgio Millet, de pouco mais de 800.000 arrobas, em 1836, a produção paulista de café passa a 3.534.256 arrobas em 1854, atingindo a 10.374.380 arrobas em 1886. Paralelamente a este auge produtivo da cultura cafeeira de São Paulo, processou-se a decadência dos cafezais do Rio de

Janeiro. Já mostramos que sua produção de 4.133.455 sacas em 1880, baixou para 3.006.380, em 1883, atingindo apenas a 1.309.271 sacas, em 1889. A causa principal dessa queda da lavoura fluminense reside na erosão de suas terras montanhosas e maus tratos de gleba. Isso foi a razão de não se terem fixado colonos europeus na Província do Rio de Janeiro. Tratando desse assunto, escreve Afonso de E. Taunay: "Era certo que, impressionados com esta situação, alguns governos fluminenses fizeram tentativas para fornecer braços à lavoura, fomentando a imigração. Mas os colonos trazidos, encontrando lavouras decadentes pelos maus tratos e terras já bastante exgotadas por anteriores culturas, não vendo garantias para os lucros ambicionados, nem a possibilidade de se tornarem proprietários do lote em que teriam de trabalhar, abandonaram em sua maior parte o Estado, indo para São Paulo em geral e Minas Gerais, atraídos por convites de parentes e amigos, que lhes acenava com sedutoras vantagens ou por promessas de alieadores procedentes desses Estados". Concluindo com estas palavras: "Os antigos e belos cafezais das margens do Paraíba, cujo esplendor inspirou mais de um artista, em sua maior parte desapareceram, transformando-se em vastas pastagens, com sacrifício das vendas e da riqueza pública". (19). Outra razão de decadência da agricultura fluminense, vamos encontrar na "desorganização do trabalho", ou seja, na Abolição. Conforme já mencionamos anteriormente, toda a produção cafeeira do Rio de Janeiro repousava quase que exclusivamente no braço escravo. Daí que a Abolição repercutisse profundamente nela, de modo direto. Essa questão foi assim explicada por Silvio Ferreira Rangel, citado por Taunay: "Parte da abolição e do declínio da lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, ainda que os altos preços do café, nos primeiros anos do regime repu-



NO CAMINHO DA SERRA

título do escravo por um operário mais inteligente e mais senhor de si. Esta simples troca de indivíduos procederia à correção de quase todos os defeitos expostos à antiga cultura cafeeira".

Acréscem-se a estes, outros fatores, decorrentes do sistema de trabalho de escravidão. Assim, nas fazendas, somente metade mais ou menos dos escravos dedicava-se à lavoura. A outra metade era ocupada nos trabalhos domésticos das fazendas, como administradores, capatazes, etc., e nas atividades artesanais. Também o cultivo de mantimentos absorvia boa parte de mão de obra escrava. E quando isso não se dava, obrigava os fazendeiros a grandes dispêndios em dinheiro para aquisição dos gêneros.

Tudo isso fazia com que fosse altíssimo o preço de custo do café produzido pelo escravo. Foram estes fatores, superioridade da mão de obra livre e desvantagens das condições do sistema escravagista, acrescidos dos interesses da burguesia urbana (comerciantes, manufatureiros e artesãos) em ampliar e mercado interno, através de um maior número de gente manuseando dinheiro em suas transações cotidianas e movimentando o comércio, que criaram o ambiente propício para a Abolição. E quando esta chegou, em 1888, com o histórico 13 de Maio, não afetou o conjunto de produção nacional, pois a exportação de café não diminuiu, mas prejudicou alguns fazendeiros que baseavam ainda todo o seu trabalho na exploração da mão de obra servil. Isso sobretudo aconteceu na Província do Rio de Janeiro, cuja colheita, de 2.908.080 sacas de café de 60 quilos, em 1883, passou para 1.309.371 sacas em 1889. Um comentarista destes assuntos, citado por Afonso de E. Taunay, tratando destes fatos, assim se refere a eles: "Enquanto São Paulo apercebia-se da gravidade da situação procurava achar solução para o problema que o espírito abolicionista pôs em foco indo buscar na colonização estrangeira, braços para a reor-

avassalando, de dia para dia, os espíritos, acabou por submergir-se".

Outro problema que a questão servil suscitou, foi a da introdução de maquinária na produção cafeeira. Com a escassez crescente de braços escravos, seus preços cada vez mais elevados e o custo de sua manutenção sempre maiores, acrescidos das necessidades de melhoria e aumento da produção, surgiu de modo imperativo o problema da introdução de maquinária na lavoura e preparo do café. Vimos antes que os instrumentos agrícolas usados eram enxadas, foices, machados e monjolos. Agora, porém, com o desenvolvimento da técnica e a necessidade de produção mais aperfeiçoada e de mais baixo custo, impunha-se apelar para as máquinas, que em todo o mundo e em todos os ramos de atividades estavam revolucionando a economia.

No amanho da terra, a modificação introduzida foi pequena, se bem que importante. Consistiu no emprego do arado na cultura do solo. Esse fato foi registrado como acontecimento auspicioso pelo ministro da Fazenda, em seu Relatório de 1874. E' que em muitos municípios paulistas, principalmente Limeira e Campinas, bem como em alguns da Província do Rio de Janeiro, já se estava fazendo uso do arado nas lavouras de café. Isso, além de lustre, dava superioridade a tais municípios. "Assim estes primeiros tentames se generalizem!" — augurava o ministro.

Transformação mais significativa, no entanto, verificou-se no beneficiamento do produto. As primeiras formas de beneficiar o café eram o pilão manual e a peneira. Depois foi utilizado o monjolo e mais tarde o bocardo, ou máquina de pilão funcionando ao mesmo tempo. O trabalho da peneira foi substituído pelo ventilador mecânico. Conquanto isso já representasse apreciável índice de produtividade, por poupar muita força humana, oferecia bastantes inconvenientes, como as das baterias de pilões, que faziam perder boa parte de força motriz consumida pelos atritos. Várias pessoas dedicaram-se então ao invento de uma máquina que corrigisse tais defeitos. Numerosas foram as invenções de aparelhos destinados a esse fim, mas nenhuma delas foi adotada, por não oferecerem todas as qualidades desejadas. Após a guerra do Paraguai, por volta de 1870-72, começaram a entrar em uso máquinas que satisfaziam plenamente, generalizando-se o emprego de ventiladores, despolpadores e aparelhos para burnir e separar o café. Depois de 1880 difundiu-se o uso de máquinas de beneficiamento do café, encontrando-se numerosos delas, de origem europeia e norte-americana, em funcionamento em algumas Províncias, prin-

tiladores e separadores, de cinco tamanhos diferentes, limpando de 40 a 300 arrobas de café e elevadores transportando, por hora, 100 arrobas de café em côco ou já limpo. Esta "revolução" das máquinas no preparo do produto, operou profunda transformação, pois não só dispensava o número elevado de escolhedoras, como também davam ao produto mais

com funções especiais e diversificadas, o que não acontecia antes, quando tudo repousava no trabalho escravo, provindo tudo das mãos e atividades dos negros.

Mas a cultura do café, embora circunscrita a certas regiões do país, determinada pelas suas necessidades de terreno apropriado, clima, etc., foi uma "lavoura itinerante", como disse

BANCO DO COMERCIO E INDUSTRIA DE SAO PAULO S/A

FUNDADO EM 20 DE DEZEMBRO DE 1889

MATRIZ — SÃO PAULO
Rua 15 de Novembro N.º 289

Caixa Postal, 36 — Telefone, 37-2131

Endereço telegrafico para Matriz e Filiais: "INDUSCOMIO"

Capital	Cr\$ 300.000.000,00
Fundo de Reserva	Cr\$ 100.000.000,00
Fundo de Reserva Legal	Cr\$ 40.000.000,00
Lucros em Suspensão	Cr\$ 6.900.464,50

FILIAIS URBANAS:

São Paulo — Consolação
Lapa

Pinheiros
Paraiso

Santa Cecília
Santa Ifigenia
São Miguel Paulista

Rio de Janeiro — Ana Neri
Salvador — Cidade Alta
Campinas — Conceição

FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Adamantina
Americana
Arapari
Araraquara
Bauri
Bebedouro
Birigui
Botucatu
Bragança Paulista
Cafelandia
Campinas
Catanduva
Franca
Garça

Jaboticabal
Jacarei
Lins
Marília
Olimpia
Oswaldo Cruz
Ourinhos
Piracicaba
Presidente Prudente
Ribeirão Preto
Rio Claro
Salto
Santos

São Carlos
São João da Boa Vista
São José do Rio Preto
São Manuel
Sorocaba
Sumaré
Taubaté
Taquaritinga
Taubaté
Tupã
Valinhos
Valparaíso
Votuporanga

FILIAIS EM OUTROS ESTADOS

Apucarana
Assaí
Blumenau
Cambé
Campo Grande
Cornelio Procopio

Curitiba
Londrina
Mandaguari
Maringá
Paranaguá
Poços de Caldas

Porto Alegre
Recife
Rio de Janeiro
Salvador
Sertãozinho
Vitória

CORRESPONDENTES NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO

CONSELHO DIRETOR

uma de Oliveira — Presidente do Conselho
de Silva Gordo — Diretor Presidente
unidas Garcia Rosa — Diretor Vice-Presidente
odoro Quartim Barbosa — Diretor Superintendente
orto Ferreira do Amaral — Diretor Gerente
Adolpho da Silva Gordo — Diretor Gerente



BANCO DO CRÉDITO NACIONAL S. A.

RUA BOA VISTA, 228

SÃO PAULO



blicano, no célebre período de "ensilamento", especialmente, lhe tenham dado uma aparência de alento. O certo é que, dos ex-escravos, os mais aptos foram atraídos pelas cidades, especialmente pela "Corte", depois Capital Federal, onde as construções e outros trabalhos, que se intensificaram naquele período, os atraíram. Os que ficaram nas lavouras, tornaram-se colonos, parceiros, etc., mas seu trabalho, em geral, ficou muito aquém do que deles se poderia esperar,

porque aos novos cidadãos faltavam as aptidões do trabalhador livre e autônomo, que o cativo-iro atrofiança, para deixar explodirem as más paixões, os piores vícios, como o alcoolismo, a vadiagem e o latrocínio". (20).

Mais uma prova da superioridade da cultura cafeeira paulista sobre a fluminense, podemos encontrar cotejando o embarque do produto pelos portos brasileiros e o de Santos. Eis um quadro demonstrativo dessa afirmação:

ANO	Santos (arrobas)	Portos fluminenses (arrobas)
1850-1851	463.040	1.355.643
1851-1852	405.225	1.247.838
1852-1853	373.912	1.030.642
1853-1854	508.100	1.249.339
1854-1855	828.584	1.562.477
1855-1856	779.796	1.300.927
1856-1857	731.134	1.356.246
1857-1858	762.124	924.773
1858-1859	903.108	1.232.454
1859-1860	1.450.912	1.018.770
1860-1861	1.261.800	1.344.135
1861-1862	1.343.196	1.150.692
1862-1863	1.361.876	793.534
1863-1864	1.040.384	721.158
1864-1865	1.837.700	1.202.309
1865-1866	1.427.748	1.054.603
1866-1867	1.142.684	1.120.159
1867-1868	1.872.416	1.193.863
1868-1869	2.316.072	1.367.249
1869-1870	2.167.216	1.251.252
1870-1871	1.942.280	1.303.803
1871-1872	1.740.340	889.543
1872-1873	2.117.440	1.283.509

Vemos, pelos dados acima mencionados, que até 1854, a vantagem dos portos fluminenses sobre Santos era enorme. Mas, de então em diante, o movimento do porto paulista foi crescendo, igualando-o no exercício de 1859-1860. De 1861-1862 para frente, a superioridade conquistada por Santos manifestou-se claramente e se manteve de modo contínuo, chegando a algazarhas impressionantes em 1872-1873, com uma vantagem de metade.

E' verdade que neste fato deve-se computar também a decadência das lavouras cafeeiras do norte de São Paulo, cujos embargos se faziam em sua maior parte pelos portos fluminenses. Mas é inegável, todavia, que o progresso do porto de Santos é fruto exclusivo do impulso cafeeiro paulista, sobretudo do surto adquirido na região oeste da então Província de São Paulo.

Outro acontecimento ainda de grande expressão econômica e social, decorrente da produção cafeeira entre nós, foi a criação e desenvolvimento das estradas de ferro, notadamente em São Paulo. Foi por isso que Afonso de E. Taunay escreveu: "Caberia ao Café a glória de trazer ao Brasil as suas primeiras ferrovias".

E' sabido que a primeira estrada de ferro que existiu entre nós, foi o pequeno trecho de quatro metros de extensão, inaugurado por Mauá em 1854, saindo do Rio de Janeiro e indo parar na raiz da serra de Petrópolis. A esta estrada logo se uniu a rodovia da União e Indústria, levando-a até Juiz de Fora, em Minas Gerais. Esta junção da rodovia com a ferrovia, servindo a uma zona em frutífera prosperidade, deu magnífico impulso à produção cafeeira de toda a redondeza.

Outra estrada de ferro que deu grande impulso à lavoura cafeeira, foi a D. Pedro II, hoje Central do Brasil. Seu primeiro trecho, entre o Rio de Janeiro e Belém, foi aberto ao público em novembro de 1866. Em agosto de 1864, esta estrada ven-

cia a Serra, chegando os seus comboios à Barra do Piraí, encontrando a direita e à esquerda — observa Taunay — a pra-



de suave das margens do Paraíba, apinhadas de cafeeiras.

Em São Paulo, a primeira estrada de ferro para a tráfegar foi a São Paulo Railway, em 1866, cobrindo o trecho São Paulo-Santos, que serviu, desde então, para transportar toda a produção cafeeira do interior para o porto de embarque de Santos. Em 1872, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro estabeleceu o tráfego definitivo entre Jundiaí e Campinas. Em 1870 organizava-se a Companhia Sorocabana, para se avaliar as vantagens que as ferrovias proporcionaram à produção cafeeira, basta dizer que a São Paulo Railway transportou 222.732 sacas de café em 1867, passando para 404.605 sacas em 1872, ou seja, quase o dobro em seis anos apenas.

Do total de 736 quilômetros de ferrovias existentes no país, em 1869, 478 quilômetros pertenciam às estradas de café. Quanto ao volume de tráfego, dos 20.183.057 arrobas transportados pelas nossas estradas de ferro naquele mesmo ano, 16.219.866 arrobas pertenciam às estradas de café. Ao proclamar-se a República, em 1889, somente São Paulo já possuía mais 1.239 quilômetros de estrada de ferro, sem contar o ramal que vai para o Rio de Janeiro, entroncando-se com a D. Pedro II em Cachoeira. Na Pro-

víncia do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1884, tráfegavam ferrovias num total de 613 quilômetros. Em Minas Gerais, a extensão ferroviária atingia a 723 quilômetros (22).

Com este novo meio de transporte, constituído pelas ferrovias, não sómente se aumentou a rapidez e o volume de carga em trânsito entre os centros de produção e consumo, como também se alviou a produção de um onus que já começava a pesar significativamente. Por outro lado, com a construção das ferrovias, foram vencidos os obstáculos naturais, das serras que separavam os planaltos paulistas e mineiros das costas marítimas, pontos de convergência da produção cafeeira para seu escoamento. Com isso, o porto de Santos, tomou um impulso inusitado e a exportação de café pelo Rio de Janeiro ultrapassou a 2 milhões de sacas.

O resultado desse surto ferroviário foi o novo impulso adquirido pela produção de café, sobretudo na nova zona do oeste paulista, onde terras e climas apropriados propiciaram um grande desenvolvimento dessa cultura.

Todos estes fatores que acabamos de apontar, decorrentes da elevação da produção cafeeira entre nós, tiveram profundas e sensíveis repercussões na paisagem econômica, política e social do país, modificando-a de modo particular.

Assim, assistimos, em primeiro lugar, à transformação do nosso principal artigo de produção e exportação do açúcar, para o café dando preponderância a um produto que até a época da Independência não tinha expressão alguma. Com isso, o eixo econômico que antes era constituído pelo nordeste, principalmente Pernambuco e Bahia, deslocou-se para o sul, vindo para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas

Gerais. Também devido a isso, o centro político desce para o sul, passando, as preocupações com o café a ter preponderância sobre os demais, e a desempenhar papel de relevo da administração dos negócios públicos estadistas do sul, do Rio de Janeiro no começo e depois de São Paulo e Minas Gerais.

Em segundo lugar, o comércio exterior do Brasil tomou um impulso rápido e ascendente. De total de 114.197 contos de réis, em 1848-50, passa para 225.906 contos na década seguinte, de 1859-60, indo para 365.400 contos em 1869-70, alcançando a 395.997 em 1879-80, atingindo a 479.695 contos em 1889-90 seja quatro vezes mais durante as quatro décadas em apogeu. Se o movimento exportador, durante os mesmos decênios, passou de 55.632 contos, para 112.958 contos, para 197.100 contos, para 222.352 contos e para 259.095 contos (23). E como já salientamos anteriormente, o café desempenhou papel primordial em nossas vendas ao exterior. Como consequência dessa prodigiosa expansão das exportações, nossa balança comercial, a partir de 1861/62, com a única exceção do exercício financeiro de 1885-86, começou da apresentar saldos positivos nos negócios entre nosso país e as de-

mais nações no comércio internacional.

Em terceiro lugar surgiu uma nova aristocracia rural, a dos fazendeiros de café, em substituição à dos antigos senhores de engenho, que antes predominavam como potentados e donos das grandes fortunas do país. As fazendas de café, principalmente do Rio de Janeiro e do norte paulista, passaram a ostentar o fausto da nossa aristocracia rural, com suas numerosas escravarias, dando festas suntuosas, apresentando o luxo e o requinte da época. Havia fazendas com mais de 1.000 habitantes, com igrejas e capelas próprias, escolas, pomares, hortaliças e jardins. As porcelanas, móveis, cristais, tapeçarias, etc., vinham da Europa. As festas que davam duravam dias, custando dezenas de contos de réis, o que representava muito dinheiro para a época. Estes fazendeiros mantinham ainda na cidade, no Rio de Janeiro, enormes e luxuosos palacetes residenciais, alguns deles de grande beleza e bom gosto, transformando-se em centros de brilhante recepções políticas e mundanas do tempo, reunindo diplomatas, parlamentares, escritores, jornalistas, pintores e outros elementos representativos e de destaque social. Tratando disso escreve, um autor citado por Taunay: "Foi de fato interessante essa época de fastígio fluminense, em que grandes proprietários rurais entravam numa louca competição de despesas, cada qual procurando fazer realçar mais o esplendor de sua casa, tornando a vida como nababo, quer em suas vastas e luxuosas casas de fazendas, quer em seus elegantes palacetes da Corte, onde as carruagens as mais belas, onde os mobiliários os mais ricos, mais custosos objetos de arte serviam de ambiente para uma vida aprimorada, de grandes fidelidades europeias".

Na paisagem social, o trabalho escravo é gradativo, mas rapidamente substituído pela mão de obra livre, até desaparecer completamente. Os grandes centros urbanos crescem e o comércio em geral se desenvolve em ritmo acelerado, surgindo cidades no interior que tomam impulso, com as transações e intensificação do comércio. Por outro lado, regiões e então prósperas, como o norte do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, iniciam seu declínio, para se transformar em "cidades mortas", na expressão de um dos nossos escritores.

Um conjunto de fatores novos, como o alargamento do nosso comércio interno, aceleração dos negócios, criação de grandes centros urbanos, enriquecimento do país, saldos no comércio exterior, a vinda, entre os imigrantes, de muitos artesãos e artesãos europeus, juntamente com a criação de potentes centrais hidro-elétricas, etc., propiciaram as condições necessárias para início e desenvolvimento da industrialização do Brasil.

Tais são, em síntese, a repercussão do desenvolvimento da cultura cafeeira no campo econômico, social e político, e seus efeitos mais imediatos sobre nosso arcabouço de produção.

(1) — Roberto Simonsen: "Aspectos da História Econômica do Café".

(2) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. III.

(3) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. III.

(4) — Paulo R. Pestana: "O Café em São Paulo".

(5) — "História do Café no Brasil", vol. IV.

(6) — Daniel P. Kidder: "Reminiscências de viagens e permanência no Brasil".

(7) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", volume IV.

(8) — Roberto Simonsen: "Aspectos da História do Café".

(9) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. IV.

(10) — Afonso de E. Taunay: ob. cit.

(11) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. IV.

(12) — Pedro Calmon: "História Social do Brasil" — tomo 2º.

(13) — Pedro Calmon: ob. cit.

(14) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. IV.

(15) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. VII.

(16) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. VIII.

(17) — Sérgio MIMet: "Retrato do Café e outros ensaios".

(18) — Afonso de E. Taunay: "História do Café no Brasil", vol. VII.

(19) — Idem, ibidem.

(20) Ob. cit., vol. IV.

(21) Roberto Simonsen: "Aspectos da História Econômica do Café".

(22) — Dados tirados do Anuário Estatístico do Brasil, ano V, 1899-40, apêndice, Quadros demonstrativos.

FAZENDA

GUATAPARÁ

CAFÉ - CEREALIS - PECUARIA

MUNICIPIO DE RIBEIRÃO PRETO

ESTAÇÃO GUATAPARÁ - C. P.

PROPRIEDADE

DA

REFINADORA

PAULISTA

SOCIEDADE ANONIMA

BANCO DO DISTRITO FEDERAL S. A.

MATRIZ: RIO DE JANEIRO



Sucursais e Agências nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

SUCURSAL DE SÃO PAULO:

RUA 15 DE NOVEMBRO N. 175

ESTACIONÁRIO O CONSUMO DE CAFÉ NO GRANDE MERCADO NORTE-AMERICANO

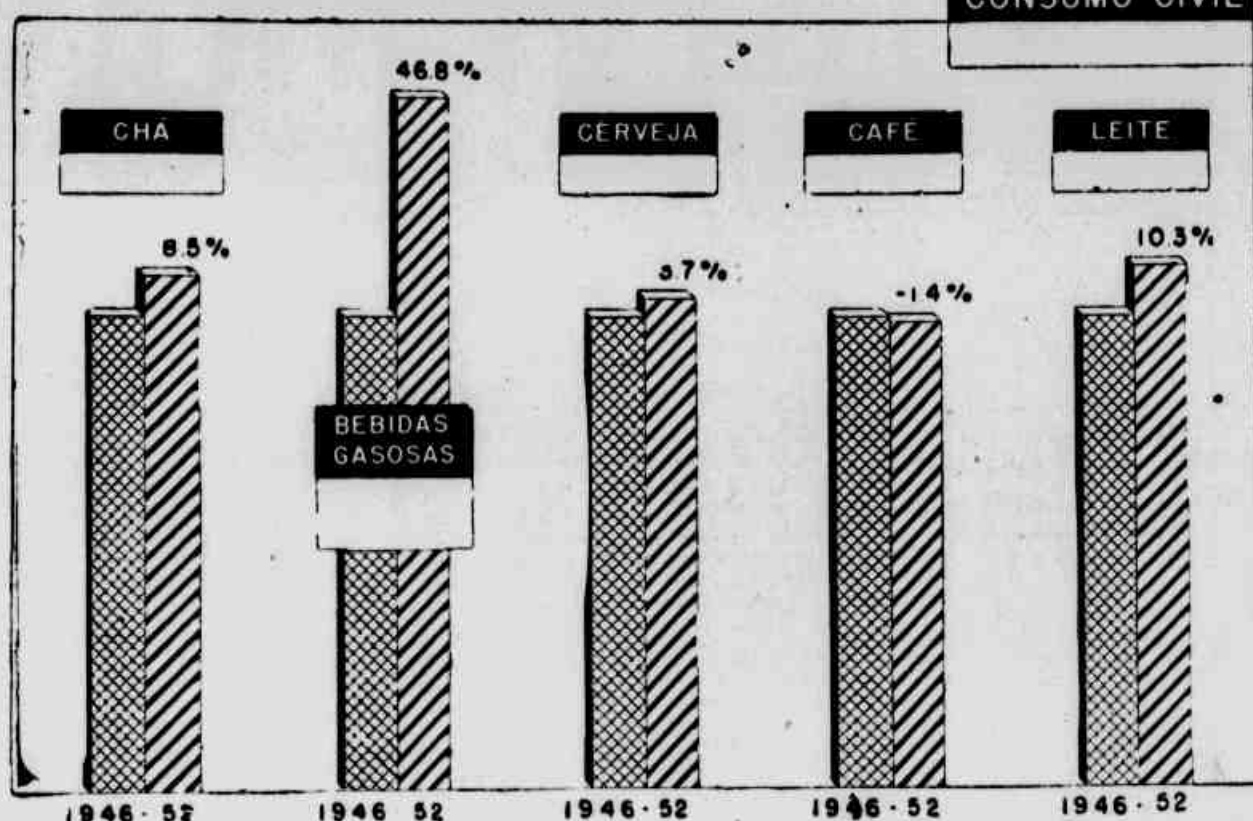
Procuram os norte-americanos obter maior rendimento do produto no preparo da infusão — Auto-defesa dos consumidores ante a elevação dos preços da rubiacea — Concorrência movida por outras bebidas

BENEDICTO RIBEIRO
(Dos "Diários Associados")

COMPETIÇÃO AO CAFÉ

SEU EXITO

CONSUMO CIVIL



O café, dentre todas as bebidas populares, foi a única que, no período compreendido entre os anos de 1946 e 1952, não apresentou índice de aumento percentual no consumo "per capita" nos Estados Unidos. Esta é uma constatação pouco lisonjeira para a nossa rubiacea, conforme nos demonstra o gráfico acima, pondo em confronto a situação desse produto face ao chá, às bebidas gasosas, à cerveja e ao leite.

Uma das formas por que os consumidores norte-americanos procuram defender-se das altas registradas nos preços do café "post-guerra" é a ostentação de maior rendimento do produto, quando do preparo da infusão. É uma auto-defesa muito natural do povo dos EE. UU., embora essa prática seja grandemente influenciada pelas campanhas desenvolvidas contra o café no seu maior mercado de consumo. De qualquer maneira, indica que se os consumidores não participam direta e ativamente das campanhas: publicitárias, de fundo político, como a do senador Gillette, adotam eles atitude de reação em face das elevações dos preços da bebida — o que serve, está fora de dúvida, de advertência aos responsáveis pela política cafeeira do Brasil, o principal fornecedor do mercado norte-americano.

PREÇOS E RENDIMENTO DO CAFÉ

(Centavos de dólar e xícaras por libra-peso)

Anos	Preço	Xícaras
1946	34.4	44.8
1947	46.9	51.1
1948	51.4	51.8
1949	55.4	52.3
1950	79.4	60.1
1951	86.8	60.2
1952	86.8	60.2
1953	88.2	61.1

(Quadro elaborado com dados do Bureau Pan-Americano de Café e que se referem aos preços de venda no varejo)

Essa tendência dos norte-americanos vem constituir poderoso elemento contrário ao desenvolvimento do consumo do café, uma vez que ao usar menor quantidade de pó de café para o preparo de uma xícara de infusão, está o consumidor prejudicando a qualidade da bebida.

CONSUMO DO CAFÉ E CONCORRENTES

A produção mundial de café sofreu redução entre o período de ante-guerra e a época atual. Em 1937-38, era de 39.171.000 sacos de 60 quilos, passando para 32.353.000 em 1952-53, o que significa uma diminuição de 17.4%. Nesse mesmo período, o consumo mundial evoluiu de 29.862.000 para 33.253.000 sacos, correspondendo esse aumento a 11.4%. Todavia, devemos ter em mente que essa elevação da demanda foi apenas vegetativa, e o "deficit" da produção em relação ao consumo em 1952-53 não teve sua origem no aumento da procura do café.

Na realidade, dentro da luta travada entre o café e os seus maiores competidores (leite, chá, cerveja e bebidas gasosas) para a conquista do mercado civil dos Estados Unidos, todos eles registraram melhoria de sua posição entre 1946 e 1952, com exceção apenas da rubiacea, que registrou uma redução de 1.4% nesse período. De 1946 a 1952, o consumo de bebidas gasosas aumentou de 46.8%; o de leite, de 10.3% o de chá, de 8.5%; e o de cerveja, de 3.7%.

PROPAGANDA DO CAFÉ

Tarefa ingente cabe como se vê, ao órgão encarregado da propaganda do café nos Estados Unidos: o Bureau Pan-Americano de Café, ao qual incumbe demolição ou contornar os obstáculos que se apresentam à ampliação do consumo dessa bebida naquele seu maior mercado. Releva notar, porém, que na propaganda dos produtos que competem com o café, o único que aplica menores recursos do que a rubiacea (gastos em publicidade em relação ao valor das vendas) é o leite. Mas, esse alimento conta com preciosa vantagem sobre seus concorrentes: é insistentemente recomendado pelas autoridades médicas e pelos departamentos encarregados de zelar pela saúde pública, naquele país. Enquanto o leite é considerado alimento indispensável, o café, o chá, as bebidas gasosas e cerveja são tidos como bebidas de luxo ou prazer. Assim, afora o leite, é a rubiacea a bebida em cuja propaganda se gasta menor porcentagem em relação ao valor de suas vendas no varejo.

GASTOS EM PROPAGANDA

(Porcentagem das vendas)

Produtos	Porcentagem
Chá	8.20%
Bebidas gasosas	7.50%
Cerveja	6.25%
Café	1.60%
Leite	0.75%

Em resumo, de 1946 a 1952, o consumo da rubiacea "per capita" (população civil) nos Estados Unidos caiu consideravelmente, passando de 16.3 libras de café torrado no primeiro daqueles anos para 14.5 no último. Se persistir essa tendência, em 1960 — quando os Estados Unidos deverão ter uma população de 170 milhões de habitantes — suas importações de café continuarão sendo as mesmas de hoje. Acresce, ainda, um fato muito conhecido: enquanto a América Latina diminui sua participação no abastecimento do mercado norte-americano, fornecedores de outras partes do mundo ganham terreno.

DISTRIBUIDORA
VEMAG

colabora com a lavoura do CAFÉ

Há muitas tarefas na cultura do café que, realizadas por processos mecanizados, executam-se com mais rapidez, mais economia e perfeição.

Acompanhando de perto esses problemas, com um corpo de técnicos engenheiros-agrônomo especializados, a Distribuidora VEMAG pode orgulhar-se de ter colaborado para a solução de muitos deles. Os fazendeiros de café estão convidados a fazer uma visita à Distribuidora VEMAG para conhecer de perto os esforços por ela desenvolvidos no sentido de aperfeiçoar máquinas que facilitem e melhorem as práticas culturais daquela lavoura.

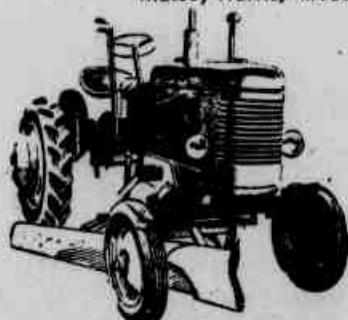
TRATOR FERGUSON

com ENXADA ROTATIVA que executa a perfeição a capina mecânica, bem como a tarefa de incorporação de adubo verde à terra.



TRATOR MASSEY-HARRIS

com ARRUADEIRA implemento especial para arruação de caféeiros, usado com o Trator Massey Harris, modelo Pony e Pacer.



com ESPARRAMADEIRA implemento especial para a esparramação também para ser usado com o Trator Massey-Harris, modelo Pony e Pacer, e outros equipamentos para uso na lavoura de café, tais como brocas perfuradoras, escarificadores, polvilhadeiras, carretas etc.

DISTRIBUIDORA VEMAG S. A.

VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS
Rua Gruta Franca, 224 - Caixa Postal 8232 - São Paulo - Brasil

SAIU NUMA MODESTA OFICINA EM PIRACICABA

Invenção brasileira a primeira máquina para beneficiar café

Hoje é fabricada nos Estados Unidos e importada pelo Brasil — Evaristo Conrado Engelberg, filho de alemão, prestou relevante serviço à economia nacional — Especialista em construção de "rodas d'água"

NAO se poderá deixar de lado um fato que talvez uma parcela muito insignificante de brasileiros o conheça: foi inventada e fabricada por um brasileiro a primeira máquina de beneficiar café, com cilindro horizontal.

Referimo-nos à máquina Engelberg, inventada em Piracicaba, mais ou menos em 1880, por Evaristo Conrado Engelberg. A história do invento e do inventor é uma história de trabalho, perseverança e decepções.

FILHO DE ALEMAES

Em 1836, quando o major Bloem, deixando a Alemanha, trouxe em sua companhia numerosos compatriotas que pretendiam tentar a vida no Brasil, com ele vieram um velho mecânico alemão, de descendência suíça, e um filho deste, João Conrado Engelberg. Quatro anos após sua chegada, João Conrado tornava-se orfão, seu pai fora assassinado em Sorocaba, onde trabalhava. O jovem — estava, então, com 15 anos — passou a viver com os engenhheiros alemães que trabalhavam na antiga fundição de Ipanema. Ali desenvolveu seus conhecimentos de mecânica, e alguns anos depois, resolveu trabalhar por conta própria. Percorria as fazendas, oferecendo-se para construir "rodas d'água" e outros serviços que o incipiente desenvolvimento da mecânica poderia tornar úteis às propriedades agrícolas. Anos mais tarde, já em Piracicaba, casou-se com uma brasileira, filha de suíços: Ana Maria Stupp. O casal teve os seguintes filhos: Evaristo, Pedro, Fausto, Alípio e Francisco. O mais velho dos irmãos, Evaristo, desde os primeiros tempos, mostrou-se inclinado à prática da mecânica, seguindo de perto o trabalho do pai. Com este visitava as fazendas, sempre construindo "rodas d'água". Com o decorrer do tempo, substituiu o

velho João Conrado nesse trabalho.

NUM DIA INVENTOU A MÁQUINA

Evaristo — é o depoimento de seus filhos — vivia preocupado com a melhoria do sistema de beneficiar arroz. Tinha a intenção de aperfeiçoar os trabalhos dos moinhos, mas sempre encontrava, da parte dos fazendeiros, forte oposição. Até que um dia, em 1888, quando trabalhava na construção de uma "roda d'água", começou a observar um grupo de escravos que trabalhava no descascamento de arroz, em pilões. Apanhou um punhado de cereal em cascas, e, esfregando os grãos na mão, verificou que, na pressão, um ti-

mento do café se processava em pilões, moinhos ou nos moinhos iguais aos que ainda se usam, em algumas localidades, para fazer fubá. O invento veio revolucionar o sistema de beneficiar arroz e café. Havia alguma restrição por parte dos lavradores, que não viam vantagem em gastar dinheiro num aparelho que só era útil nas safras quando podiam comprar escravos que trabalhavam o ano todo. Assim mesmo, as encomendas foram aumentando, e entre os possuidores do descascador Engelberg nos primeiros anos de sua fabricação, encontravam-se o conselheiro Antonio Prado e o Barão de Arari.

NOVA FIRMA

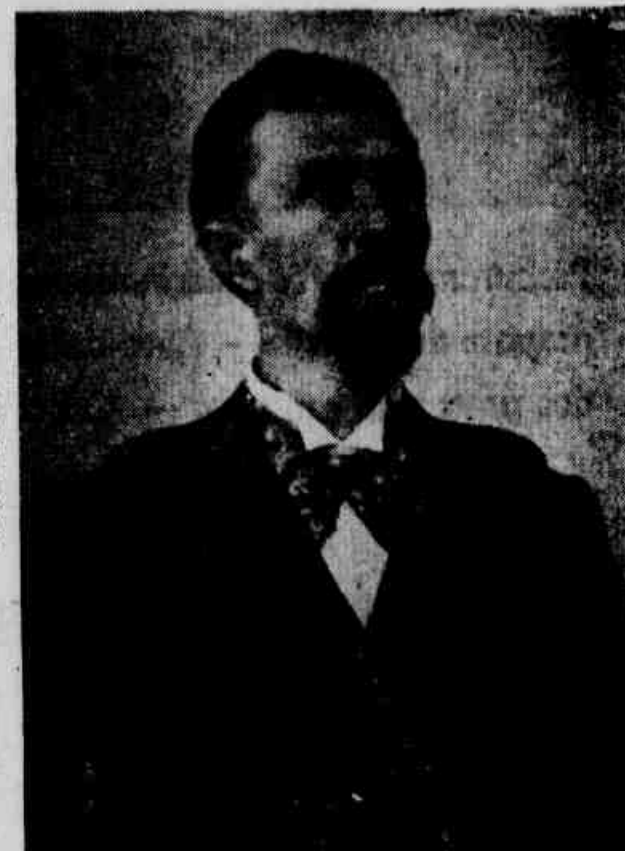
A ampliação dos negócios determinou o desenvolvimento da firma, tendo o Engelberg se aliado ao futuro conde Alexandre Siciliano, daí surgindo a Engelberg & Siciliano, com sede em Piracicaba.

O invento não era precioso apenas no Brasil; todos os países produtores de arroz ou café tinham interesse em recebê-lo. Vendo as amplas possibilidades da organização, Engelberg e Francisco Siciliano passaram a vender também para o estrangeiro. Não era prático, contudo, fabricar a máquina e embarcá-la para outros mercados, principalmente para o Oriente. Melhor seria dispor de seus direitos de fabricação. Assim é que, em 1888, por interfe-rencia de José P. Tibiriçá, surgiu em Syracuse, nos Estados Unidos, a "Engelberg Huller Co.", tendo como presidente durante quase meio século um joalheiro bem sucedido e que resolvera mudar da profissão: J. R. Montague.

Reportagem de Benedito Ribeiro (Dos Diários Associados)

rava a casca do outro. Voltou, imediatamente, para a oficina, onde se encontravam o pai e irmãos, começando a trabalhar na construção de um estranho aparelho, que, no dia seguinte, à tarde, já estava pronto. Era o primeiro descascador de cilindro horizontal. Experimentado naquele dia, mostrou sua eficiência, mas, depois de pouco tempo de trabalho, o aparelho explodiu: era quase inteiramente de madeira. Só o cilindro era de ferro e fora adaptado; tijolos faziam as vezes de esmeril.

O descascador Engelberg, como foi batizado, passou a ser fabricado pela firma Engelberg & filhos. Evaristo, não satisfeito, adaptou seu invento, tornando-o também capaz de trabalhar com o café; bastava substituir a chapa furada por outra maior. Naquele tempo, o beneficia-



Evaristo Conrado Engelberg, o inventor

Dois anos depois de constituída, a firma já estava produzindo nos Estados Unidos e vendendo para outros mercados. Moinhos e lavradores de café e arroz, de outras partes do mundo, passaram a usar o aparelho inventado em Piracicaba.

Desentendimentos surgidos entre Engelberg e Siciliano fizeram com que a "Engelberg & Siciliano" desaparecesse. Assim, a fabricação do aparelho, no Brasil, foi interrompida. Passamos, então, a importar essa máquina: em 1922, chegava ao Brasil o primeiro "descascador Engelberg" fabricado em Syracuse. E hoje, a indústria de Syracuse continua a fornecer ao mercado brasileiro.

O dinheiro obtido com seu invento, Evaristo Conrado Engelberg aplicou-o na pesquisa de novos instrumentos. Em 1913, fabricou um tipo mais aperfeiçoado de máquina de beneficiar café. Contratou com um grupo alemão, a produção desse novo invento na Alemanha. Para lá enviou também seu filho mais velho, Alípio, para acompa-

nhar a fabricação do aparelho, mas a guerra que no ano seguinte sobreveio fez com que os planos se perdessem e fossem eliminadas as possibilidades de a Alemanha construí-lo.

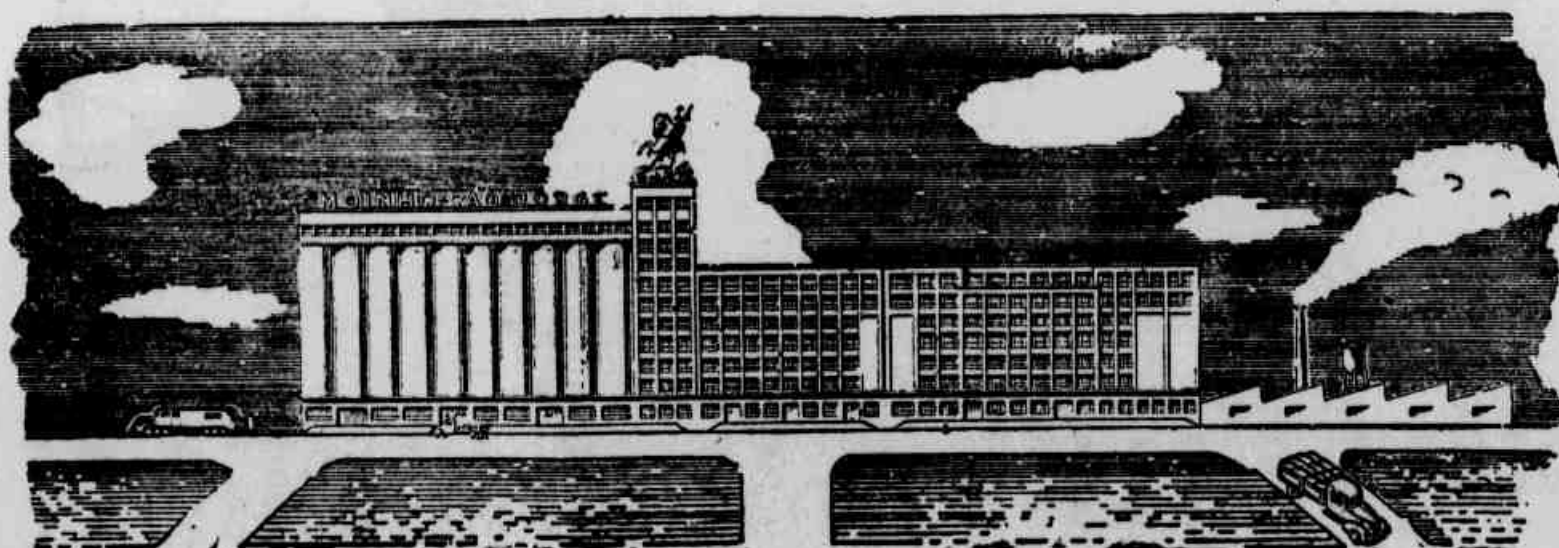
Dos filhos do inventor estão vivos e moram em São Paulo: Maria Amalia, Otávio Augusto, Evaristo e Boanerges, que não se beneficiaram dos resultados monetários das descobertas de Evaristo Conrado.

DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA

Na história do desenvolvimento norte-americano, ocupa posição de relevo o invento da máquina de descascar algodão, que constituiu um dos elementos propulsores do progresso dos Estados Unidos. Não seria demais afirmar que o invento de Evaristo Conrado Engelberg prestou serviço idêntico ou maior ainda ao Brasil, quando nos lembramos de que em nenhuma época da história norte-americana o algodão teve a mesma importância para a economia dos Estados Unidos, do que o café para a brasileira.

A máquina de beneficiar café, já mais aperfeiçoada. Todas as peças, inclusive os parafusos, eram feitos pelos irmãos Engelberg

Os **IRMÃOS CHAMMAS** saudam os cafeicultores de São Paulo, e, ao mesmo tempo, se congratulam com todos aqueles que direta ou indiretamente têm trabalhado para o soerguimento da cafeicultura paulista — setor básico da economia do Brasil. — Representando as firmas abaixo relacionadas, sentem-se felizes por haverem prestado a sua parcela de contribuição ao crescimento do nosso grande Estado, e renovam, nesta oportunidade, os seus propositos de continuar trabalhando em prol do engrandecimento de São Paulo e do Brasil.



Grande Moinho São Jorge, situado à Av. dos Estados, 1.171, em Santo André, Estado de São Paulo

1) — INDUSTRIAS REUNIDAS SÃO JORGE S. A.

Escritório Central: R. São Bento, 470 — 6.º andar. Telefones: 37-1992, 33-3783, 33-2537, 34-7832 e 37-1993.

- a) — GRANDE MOINHO S. JORGE, situado à av. dos Estados, 1.171, em Santo André (S. P.)
- b) — USINA DE OLEO VEGETAIS, situada à r. Luiz Teixeira, 116, em Jaú (S. P.)

2) — COMPANHIA TEXTIL SÃO MARTINHO

Escritório Central: R. São Bento, 470 — 6.º and. Telefone 32-3356 — S. P.

- a) — FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO, situada à praça São Martinho, 32, em Tatuí (S. P.)
- b) — FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO, situada à rua Silveira da Mota, 226, (S. P.)
- c) — TECELAGEM DE ALGODÃO, situada à rua Lourdes, 169, em Santo André (S. P.)
- d) — FAZENDA "SAO MARTINHO", em Tatuí (S. P.)

3) — CIA. AGRICOLA E INDUSTRIAL S. JORGE

Escritório Central: r. São Bento, 470 — 6.º andar. Telefones 33-3783 e 33-2537 — São Paulo

- a) — FAZENDA JAMAICA, em Bariri, (S. P.)
- b) — FAZENDA S. JOAO DA UNIAO, em Jaú (S. P.)
- c) — FAZENDA SANTO ANTONIO, em Jaú (S. P.)
- d) — FAZENDA S. JORGE, em Jaú (S. P.)
- e) — FAZENDA ARCA DE NOE, em Jaú (S. P.)
- f) — FAZENDA S. PAULO, em Bocaina (S. P.)
- g) — FAZENDA SANTA ROSA, em Itapuí (S. P.)
- h) — BOM JARDIM, em Itapuí (S. P.)
- i) — FAZENDA BOA VISTA, em Itapuí (S. P.)

4) — MERCANTIL PAULISTA S. A.

Escritório Central: R. S. Bento, 470 — 6.º andar. Telefone: 37-1992 (S. P.)

- a) — FAZENDA CHAMMAS, em Jaú (S. P.)
- b) — FAZENDA JACUTINGA, em Jaú (S. P.)
- c) — FAZENDA MATÃO, em Jaú, (S. P.)
- d) — FAZENDA JAVA, em Jaú (S. P.)
- e) — FAZENDA TRÊS IRMAOS, em Rancharia (S. P.)
- f) — FAZENDA SÃO SEBASTIAO, em Londrina (Paraná)
- g) — FAZENDA RIBEIRAO PRETO DA ANTA, em Tomazina (Paraná)
- h) — FAZENDA RIBEIRAO GRANDE, em Tomazina (Paraná)

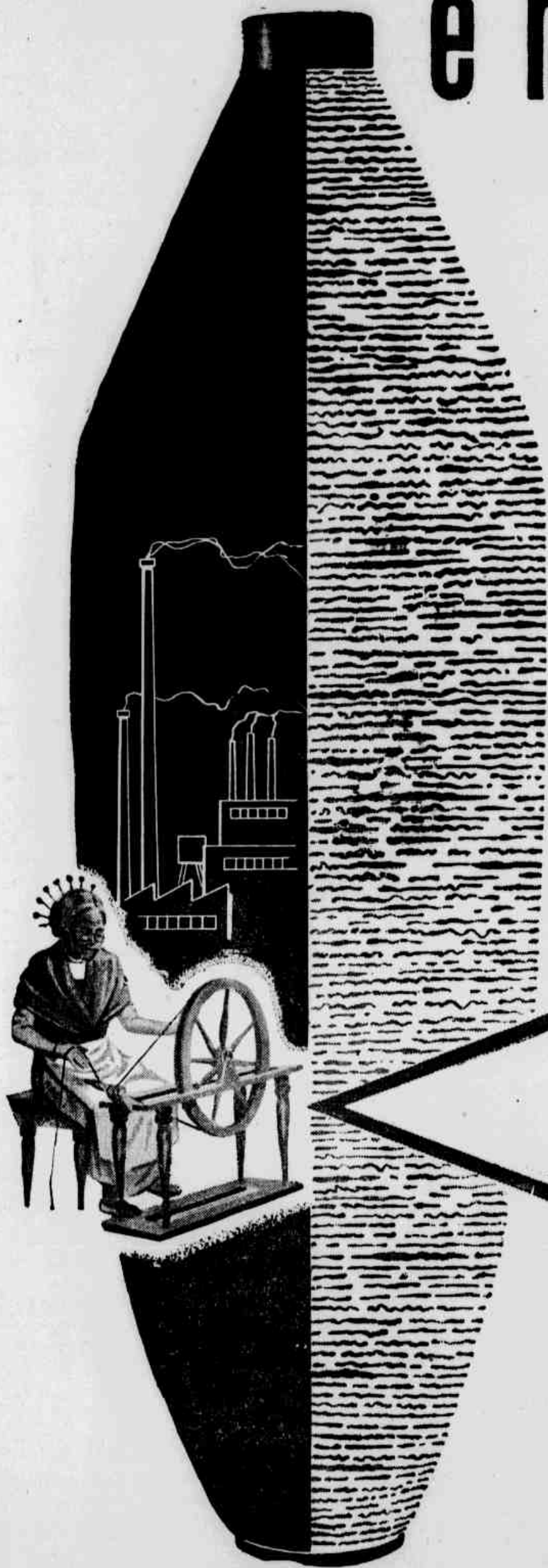
5) — SALINAS PEREIRA BASTOS LTDA.

Escritórios em Cabo Frio e à rua do Rosario, 24/28, no Rio de Janeiro (D. F.)

SALINAS EM CABO FRIO (R. J.)

Moldadas no trabalho e na perseverança

Nossas indústrias dia a dia vão se projetando no pujante parque manufatureiro de nossa Pátria, produzindo cada qual no seu setor, tudo aquilo que de mais aperfeiçoado podem a técnica e o esforço daqueles que conosco trabalham pelo ideal de bem servir a São Paulo e ao Brasil.



S.A. Lanifícios Minerva

Brasil Viscose Ltda.

Fiação Tecelagem Santo André S.A.

Metalgráfica Giorgi S.A.

Refinaria Nacional de Sal S.A.

Usina Açucareira Paredão S.A.

Materiais para Construção
Porto Ribeiro S.A.

União Industrial e Mercantil
Brasileira S.A.

COTONIFÍCIO GUILHERME GIORGI S/A

RUA CESÁRIO ALVIM, 476 — SÃO PAULO

BOM SENSO TRANSFORMADO EM LOUCURA: QUEIMA DO CAFÉ

Este é um capítulo do conhecido livro de Jacob — "Biografia do Café" — escrito na década de 30, depois do famoso "crack" da Wall Street, quando a economia nacional se reerguia penosamente. Este trecho da análise de Jacob focaliza um dos episódios mais incomprensíveis e discutidos da história da rubiada: a queima do café com a finalidade de atalhar a superprodução, em 1931 e 1932.

Planamos a quinhentos metros. Os flocos de algodão se entrembram. Nos interstícios viu-se a terra verde, depois, de novo, um amarelo vivo carregado pela nevoa.

— Mas isto é fogo! disse eu. — Sim, queimam café! exclamou com raiva o aviador Sutter. O cheiro tornou-se tão insuportável, que se transformou numa espécie de campainhar e de santo. Desfibrante. Por alguns momentos parecia-me voar através do estridido de um gigantesco despertador. Depois, tudo passou. Uma onda de ar fresco entrou, inodora, pela janela. Acabávamos de sobreviver a uma das incêndios. Viam-se os muros do porto de Santos, as fileiras das casas e das lojas.

— Não, para estermizar eu tome o comando! disse Sutter ao co-piloto. Ajeitou-se no assento, e cinco minutos depois desceia docemente sobre o espelho d'água do porto.

Estávamos sentados num terrace dando para o mar. Sobre nós havia uma lâmpada, ao redor da qual se movia, denso como um anel de Saturno, todo um mundo de mosquitos e de libélulas.

O mar não suscitava; gemia. Zelandia-se para o oriente tenebrosa como um incubo. O profundo malestar da água, que vinha de ar, continuava na terra firme. Como era anfiante aquela noite sem estrelas! Sutter fumava, e o fumo criava um espaço dentro do qual não entravam os mosquitos. Havia pensado em refrescar-me com uma dose de whisky. A garrafa, com a etiqueta famosa de "Black and White", estava sobre a mesa: uma torre de paz líquida, que difundia ao redor uma boa flegma inglesa. Pousei a pouco e pouco recomenciei a bater mais lentamente e a respiração fez-se mais leve.

— Então, que me diz de café queimado? Teria acreditado possível tal coisa? perguntou Sutter. — Na Europa — respondi — havia sido qualquer coisa; mas, na verdade, não havia acreditado nisso. Que extensão cre que tenha sido queimada?

Justa. Sei que é assim, simplesmente.

O aviador fumava a grandes tragadas. Depois se pôs, ele também, a tomar whisky. Eu ria. Viera-me à mente uma coisa.

— Lembra-se, na primeira parte do "Fausto", da contabilidade da felicidade?

— Agora explico: de um faze dez, e deixa dois, e deixa o três: assim é rico...

Ri mais alto.

— Ora, suga com atenção. Também em economia política há uma contabilidade da felicidade, e muito mais lógica. O senhor compreenderá logo por que se queima o café!

— Está habendo? perguntou ele endireitando-se na poltrona.

— Não. Quero apenas demonstrar-lhe que não leva razão quando chamou de lógica a destruição do café. É horrível, mas logicamente.

— O senhor quer, talvez, citar o velho Hegel? pretende dizer que tudo aquilo que é, é racional?

— E Hegel tem razão. Vou

fome — deveria ter o valor de cinco, o segundo de quatro, o último de um. Mas como o homem tem todos os cinco sacos à sua disposição ao mesmo tempo, erroneamente os avalia todos de mesma maneira. Isto é, segundo o valor do util mínimo (a economia o chama de utilidade, ou seja, com a cifra de valor um). Assim, os seus cinco sacos têm, para ele, o valor de cinco vezes um.

— E não está certo? — disse Sutter. Cinco vezes um não fazem mais cinco?

— Não em todas as circunstâncias. O senhor compreenderá logo. Admitamos que o homem perca um dos sacos. Que fará? Renunciará imediatamente à criação dos animais de luxo. No entanto, porém, os quatro sacos remanescentes aumentaram o valor, isto é, assumiram o valor-limite do sacro destinado à fabricação da aguardente, ou seja, dois. Em consequência, os quatro sacos têm agora o valor de quatro vezes dois, que fazem oito. A quantidade, portanto, diminuiu; mas o valor aumentou.

— Caramba! — gritou Sutter. Gira-me a cabeça. Mas é de fato verdade?

— É verdade. E agora o senhor compreende que, não obstante a coisa seja antipática, destruindo o café acresce-se-lhe o valor!

— Sim: mas o ar... o ar... o ar... — disse o aviador torcendo de rir.

— Que tem o ar a ver com isto?

— Muita coisa. Se isto é justo para o café, então aquilo que é o máximo bem para o homem, o ar, não tem algum valor econômico? Desde que está à disposição dos homens em quantidade ilimitada... Apenas, quando escasseia, como por exemplo nos submarinos, assume um valor em sentido econômico. E um valor que cresce com o crescimento da escassez...

— Estou satisfeito com o senhor, sr. Sutter. Compreendeu perfeitamente.

— Os jovens aprendem estas coisas na escola de economia política?

— Sim. Cinquenta anos faz, prevaleceu em economia a tendência psicológica. Os seus fundadores foram Gossen, um alemão, e William Jevons, um inglês. Como, mais tarde, esta teoria foi retomada e elaborada por austríacos — Karl Menger, Bohm-Bawerk, Friedrich von Wieser, ela é chamada "escola austríaca". Ela ensina a teoria do utilidade. Diminuição da quantidade significa aumento

Heinrich Eduard JACOB

de valor... Quatro sacos de trigo valem mais do que cinco porque... Devo recomenciar do princípio?

O aviador bateu com o punho sobre a mesa, fazendo tremer a garrafa de whisky e tinar os copos.

— Basta! — disse com raiva. Tudo o que ensinam os professores é altamente sábio. Mas é, no fundo, extremamente cretino, porque não leva em conta a inteligência, a moralidade, a alma do homem simples! A demasia da astúcia faz estúpidos, caro senhor! Será difícil que o mundo seja, por uma vez, dos professores e dos economistas.

No dia seguinte, deixando a atmosfera sufocante de Santos, subi ao planalto de São Paulo. Aqui havia luz e frescura, como lá em cima, no avião. À noite, no hall do hotel, entre o estrondoso do jazz (a gente elegante tinha o aspecto da de Paris, de Trouville ou de Saint Moritz), o porteiro me perguntou se eu queria ver uma queimada. Perguntei-lhe o que era uma queimada.

O senhor sabe que queimam café, não sabe? Posso arranjá-lo um táxi para sair da cidade. Não é mais do que meia hora de estrada, — disse o porteiro com ar de mistério.

— Por que tanto mistério. É proibido olhar?

— Proibido não é. Mas o Governo não vê com bons olhos a visita de europeus às queimadas. Compreende-se: na Europa o café é caro, e os foresteiros se inquietam com o fato de que aqui nós o queimamos como coisa sem valor.

— Há muito aparato policial? — perguntei, depois de estar algum tempo calado e enfiado.

— Quatro ou cinco guardas. Entre nós, a queimada do café não interessa a ninguém.

— Eu pensava — disse, surpreso — que alguém tentasse desviar o café destinado a ser queimado. É estranho que ninguém o faça.

Vi, pela cara do porteiro, que muito mais estranha lhe parecia a minha observação. Quem tinha as ideias erradas, os brasileiros ou os europeus? "Entres nós, não interessa a ninguém!" Como era enigmático tudo isso! Como é enigmático este estranho continente, com as suas perigosas riquezas, que não são reguladas, podem transformar-se na mais tremenda miséria...

Tomel o táxi e fui. Percorremos uma longa avenida, passando por subúrbios. Alcança-

mos uma praça circular, fechada ao fundo por galpão. Multo europeu, o galpão, com o teto de papéis alvejados. Atrás dele subiam ao ar fumaça e silvos. Havia odor de incêndio, mas não de café. Não se viam chamas.

O motorista entrou no galpão e saiu de lá na companhia de um guarda, ao qual declarou que eu "deitava assistir ao incêndio". O homem armado olhou-me com indiferença; depois se declarou disposto a acompanhar-me. Abriu a porta do galpão e mostrou-me, com a ponta do fuzil, o ponto até o qual eu podia chegar.

Caminhei até a orla da queimada. O teto do galpão se abriu acima de mim e me mostrou o espaço invisível, pálido, envolto por um nevoeiro branco, que teria uma dois quilômetros de extensão.

O que os meus pés tocavam, quase, era um sinistro campo de bruma, formada por uma fumaça aqui branca, ali negra, acalá avermelhada. Estendi ambas as mãos: realmente, a poucos metros, começava um calor intolerável.

Eram sons aspirados dilacerantes, gemebundos. As cinzas estavam espalhadas pela terra, encurvadas como se tivessem a consciência suja. E também o odor era mau: odor de matéria queimada, tornada negra e irreconhecível...

Mas não ficou assim. Enquanto eu permanecia em frente àqueles montículos abandonados, que ardiam lentamente, o vento abriu de repente um caminho, expulsando para um lado a fumaça pestilenta. Então se deu a investida de perfumes estereos. Isto acontecia todas as vezes que a chama atacava um novo montículo; a princípio ela torrava os grãos, em vez de atá-los. Era o mágico perfume dos óleos libertados pelo tostamento, o perfume da Arábia aquilo que me anuviava os olhos e os irritava até as lágrimas. A torrefação é, de fato, a primeira transformação que sofre o café, o primeiro estágio de preparação através do qual deve ele passar, a fim de dar com o seu segredo a felicidade ao sistema nervoso dos homens... Mas, aqui, o tostamento não era senão uma preliminar da destruição.

Sai. Refis e caminho entre altos muros de jardins, atrás dos quais cresciam cactus, pinheiros e eucaliptos. Como era fresca a noite paulistana! Através da fumaça do campo de café não se viam as estrelas. Mas aqui, na noite clara, elas haviam sido. Não multissimas: a fertilidade da terra meridional não continua — é estranho — no céu meridional. Este céu parecia-me menos estrelado que o céu do hemisfério boreal. Vi o Cruzeiro do Sul, o Centauro, o Compasso. Depois, olhando para o alto, cheguei a dois imensos espaços escuros, conhecidos sob o nome de "sacos de carvão". Não tinham estrelas: o Nada não pode ser mais árido e mais negro do que eles.

— Mas naturalmente deve haver — disse eu no dia seguinte — quem desaprove essas incêndios? Não o povo de baixa categoria, que é indiferente a tudo. Mas pessoas de mentalidade mais larga, para as quais a destruição do café constitui um problema econômico...

Dizia eu isto a Carlos Henning, um velho negociante alemão domiciliado há mais de quarenta anos no Brasil.

— Naturalmente que há. Por exemplo, liberais que têm horror a qualquer intervenção estatal no livre comércio. Eis Alves Lima, um dos mais ricos do país, de antiga família: escreveu, mesmo, um violento livro contra a economia vinculada.

Perguntei a Henning se podia falar a Alves de Lima.

— Ele é proprietário de um jornal em São Paulo. Telefoni-lhe imediatamente.

Foi ao telefone. Voltou, informando que ele não estava em casa; tinha ido a uma das suas propriedades, onde de mar de plantação de café, nas proximidades da cidade de Campinas.

Um dia depois viajávamos pela "terra roxa". Um mar de plantações verde-escuro. Culturas baixas: não arbustos, antes arvores-



Queima de café no Estado de S. Paulo

— Não penso numa coisa tão estúpida. Para que se pudesse dar o café, seria preciso que alguém pagasse o transporte. Mas quem o indenizaria depois destas despesas, senão o café, enquanto pago como mercadoria?

— Pois é — disse eu — é estranho que a mais nobre ação de que seja capaz a humanidade — a de dar — não encontre lugar na vida econômica. Uma coisa que se dá, exatamente porque é dada, perde o seu valor como mercadoria de troca.

— O senhor entende disso? perguntou Sutter estupefato.

— Entender não é a palavra

contar-lhe uma fábula hoje, na Europa, se conta a todos os estudantes de economia. É a história do valor global. Uma fábula muito séria. Ouça. Um homem possui cinco sacos de trigo. Usa o primeiro para alimentar a si e a família, o segundo para alimentar o gado, o quarto para fabricar aguardente, o quinto para a criação de animais de luxo. Todos os sacos têm o mesmo valor? Pensando bem, aquele homem deveria achar que cada sacro precisaria ter um valor diferente, segundo o uso que deles faz. O primeiro — aquele que serve contra a



Outro aspecto da queima do café

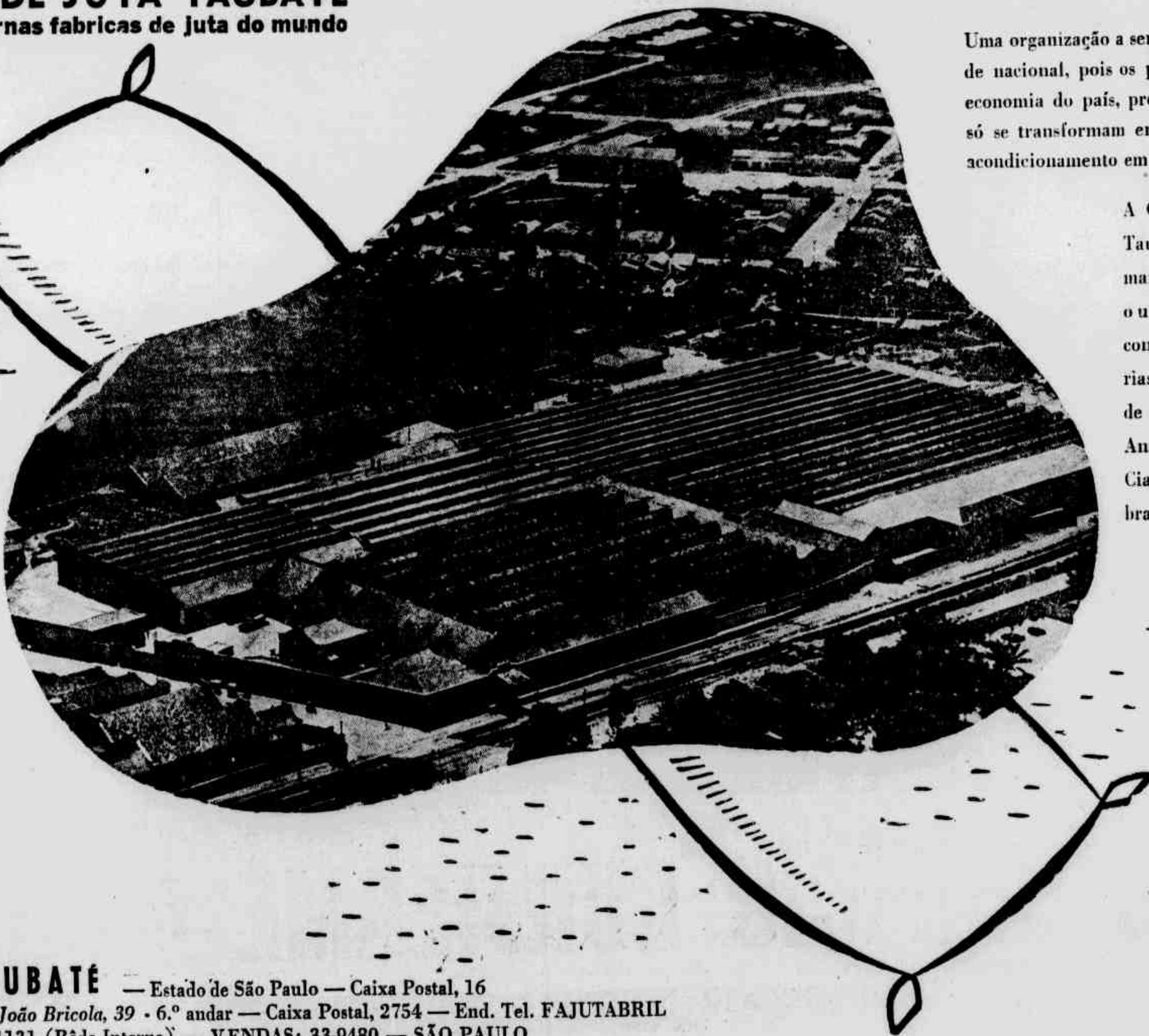
Era um forno o que eu via, um inferno, embora apenas aqui e ali tremulasse por breves instantes uma chama. Um elemento sinistro, percorrido por vozes de fantasmas que um mortal não podia compreender.

Eram rumores muito estranhos. O ruído do incêndio não era aquele sibilar que se ouve quando se queima uma casa e a chama se agita livre no espaço. Os montículos de café não se empenachavam de fogo; em consequência, não se ouvia nem mesmo aquela música: o auto-de-ferro tinha também no colorido do som qualquer coisa de mesquinho, de misterioso e de maligno.

CIA. FABRIL DE JUTA TAUBATÉ

Uma das mais modernas fabricas de juta do mundo

Consumindo matéria prima genuinamente nacional — Juta da Amazonia — a Cia. Fabril de Juta Taubaté, em suas moderníssimas instalações industriais, é uma entre as maiores do mundo.



Uma organização a serviço da prosperidade nacional, pois os produtos básicos da economia do país, predominando o café, só se transformam em riqueza após seu acondicionamento em sacaria.

A Cia. Fabril de Juta Taubaté fundou e mantém o controle de outras organizações congêneres e subsidiárias: Cia. de Anigem de Caçapava, Cia. de Anigem de Curitiba e Cia. Brasileira de Fibras em Manaus.

FABRICA EM TAUBATÉ — Estado de São Paulo — Caixa Postal, 16
Escritório central: Rua João Bricola, 39 - 6.º andar — Caixa Postal, 2754 — End. Tel. FAJUTABRIL
Tel. 33-1131 (Rêde Interna) — VENDAS: 33-9480 — SÃO PAULO

TOLEDO ARRUDA COMISSÁRIOS-EXPORTADORES S/A

Reúne esta nova empresa pois embora constituída de

experimentados homens do café, sua fundação é recente — uma irmandade jansenista especializada nos múltiplos setores cafeeiros. Aos conhe-

cimentos de mais de três décadas de atividades exportadoras, do sr. José de Toledo Arruda, juntou-se a prática do comércio no interior, do

sr. Plínio de Toledo Arruda. A esse acervo precioso aliou-se também, a valiosa experiência dos srs. Francisco Paulo e Geraldo de Toledo Arruda, em ambos os setores.

Sob a direção dessa experimentada irmandade, rapidamente progrediu a organização, dedicando-se a ela desde a compra do café em côco no interior, até a exportação do produto.

Elemento de grande estima e largo prestígio na praça, cumpre o sr. José de Toledo Arruda — o Zito como é conhecido — a missão de servir a sua classe, ocupando o cargo de diretor do Departamento dos Exportadores da Associação Comercial de Santos.

MALZONI & CIA

E' esta conceituada firma o resultado do trabalho de uma família comandada pelo seu fundador e saudoso sr. Nuncio Malzoni. Dedicando-se ao café desde que veio ao nosso país, o sr. Malzoni, possuidor de segura visão, encaixinou sua atividade e de sua família nas várias modalidades dos negócios cafeeiros.

Com o falecimento do fundador, assumiram os filhos do sr. Nuncio Malzoni, srs. Francisco e Vitorio Malzoni, a direção da firma, que abrange hoje desde a produção à exportação cafeeira. Localizam-se suas propriedades agrícolas na Noroeste, possuindo também uma rede de armazéns gerais, que completam assim suas atividades. Esta entrega a direção da firma em Santos ao sr. Miguel Malzoni, destacado elemento da nova geração de comerciantes de café.

SAMPAIO BUENO S/A — COMISSÁRIOS E EXPORTADORES

Esta tradicional firma exportadora, como outras já enumeradas, foi constituída por um grupo de lavradores de Jau, os srs. José Galdino do Amaral Carvalho, Alcides Ribeiro de Barros, Eduardo Gomes dos Reis, Olavo Pacheco de Almeida Sampaio e Francisco de Sampaio Bueno Neto.

Chefiada pelo saudoso Olavo Sampaio, foi a organização orientada, desde o início, pelo conceituado e renomado exportador de café, que está no "métrico" há mais de quarenta anos, o estimado Chico Sampaio.

Após alguns anos de trabalho, aliou-se à firma o saudoso comerciante de café, João de Mesquita, que, juntamente com Chico Sampaio, por largos anos a conduziu.

Firma das mais acatadas na praça, mantém Sampaio Bueno S/A, grande projeção nos meios comerciais santistas, integrando sua atual direção, além do sr. Francisco Sampaio, o sr. Vicente de Almeida Sampaio, J. Bitran e Floriano de Freitas Guimarães.

VIDIGAL PRADO — COMISSÁRIOS E EXPORTADORES S/A

E' esta organização fruto de antiga ligação dos Vidigal com um grupo de comerciantes, tendo desenvolvido intensas atividades no setor cafeeiro. Exerceu sua atividade plena nos trabalhos da firma, que estava sob sua direta orientação, o saudoso dr. Alvaro da Costa Vidigal, cuja visão e dinamismo invejável a projetaram, desde logo, como organização de primeira grandeza.

Como sucedeu com diversas outras firmas, Vidigal Prado passou a ser dirigida pelos elementos da nova geração, estando à sua frente, no momento, os srs. Alvaro Augusto de Bueno Vidigal, Flavio C. Canto, O dr. Alvaro Augusto de Bueno Vidigal foi, em recente período, vice-presidente da Associação Comercial de Santos.

S/A LEVY — COMISSÁRIA E EXPORTADORA

Das mais antigas de Santos, pois este ano completou seu 82.º aniversário, teve esta tradicional organização como fundador o cel. José Levy, iniciando sua atividade ainda ao tempo do comissariado, teve ela destacada atuação no interior, onde, já sob a direção do sr. Flaminio Levy —

seu chefe até hoje — ajudou o financiamento de numerosas regiões cafeeiras.

Com o decorrer do tempo, sempre em crescente progresso, orientada pelo dinamismo e descorrido de Flaminio Levy, projetou-se em outros campos de atividades, como os de armazéns gerais e exportação, desenvolvendo-se também no setor imobiliário, de que dispõe importante departamento.

Obedecendo à imutável evolução, fazem parte da direção da firma, onde cooperam com o pai, os srs. Renato e Antônio José Levy. Integram, ainda, o seu corpo dirigente o sr. Osvaldo Ferreira, respeitável autoridade no terreno da exportação de café, e Olinto S. A. Farto, reputado comerciante.

Figura de grande projeção na praça de Santos, exerceu o dr. Flaminio Levy, em gestões passadas, a presidência da Associação Comercial de Santos.

LEITE BARREIROS — COMISSÁRIA E EXPORTADORA S/A

Dirigida por duas expressões de nova geração de homens do café, drs. Geraldo Gomide de Mello Peixoto e Pedro Barreiros, goza esta firma de sólido conceito na praça. Abrangendo todos os setores cafeeiros, dedica-se a empresa também à produção, tendo o seu "quartel general" na media Sorocabana, onde possui suas propriedades agrícolas. Cuida a organização da venda de seus próprios cafés, sendo invejável a sua posição no seio do comércio exportador da rubiacea.

Homens dedicados ao interesse comum, sempre estão à frente dos movimentos bem inspirados, não faltando sua cooperação às boas iniciativas. Tradicionais em café, procuram nele fincar raízes, transmitindo aos novos essa nobilitante atividade. Já cooperou na direção dos negócios da firma o sr. Pedro Barreiros Filho.

O dr. Geraldo Gomide de Mello Peixoto, figura de perfeito gentleman, dotado de arraigado espírito publico, jamais se furtou a prestar serviços à coletividade e à sua classe. Assim, depois de servir na diretoria anterior, foi eleito e exerce com a mais louvável dedicação a presidência da Associação Comercial de Santos, na atual diretoria dessa entidade.

LEON ISRAEL

Fundada há muitos anos, tem esta firma importante participação na produção e exportação de café no Brasil. A casa matriz localiza-se nos Estados Unidos, e em nosso país mantém uma grande organização, dedicando-se a várias modalidades de operações cafeeiras.

No Norte do Paraná, em Jacarézinho, possui magníficas propriedades agrícolas.

Grande amigo do Brasil e defensor do café, ainda recentemente quando do inquérito sobre o café nos Estados Unidos, o sr. Leon Israel Junior, atual chefe da firma naquele país, fez categoricas e precisas declarações em defesa do "ouro verde".

No momento, dirigem a organização em Santos, onde destruíram de grande estima e conceito, os srs. Ralph Brunson e Robert Logan Ritchie.

MELAO NOGUEIRA S/A — COMISSÁRIOS E EXPORTADORES

Constituída por um grupo de lavradores e comerciantes, teve esta importante organização como fundador e animador o dinamico sr. João José Melão. Granjeando grande projeção e destaque nos meios comerciais, firmou-se como importante exportadora, dedicando-se os seus componentes à cultura cafeeira, sendo hoje responsáveis por considerável contingente da produção da rubiacea.

O sr. João Melão, expoente do comércio santista na época em que ali militava, além de grande tirocinio nos negócios particulares, revelou sempre grande dedicação aos interesses publicos, tendo exercido com proficiência a presidência da Associação Comercial de Santos.

Sofrendo renovação, está hoje a firma entregue ao pulso da nova geração, ocupado do sua direção os srs. Sergio e João Melão Filho, coadjuvados pelos srs. Luis Floriano de Toledo e Paulo Rogner.

ROSATO S/A

Esta importante organização constitui fruto do dinamismo e operosidade do sr. João Rosato. Fazendo o roteiro completo do negócio do café, nasceu ela no interior, no prospero município de Pirajui, onde, como primeiro estágio, se dedicava ao comércio e beneficiamento do café.

Prosperando de maneira surpreendente, sentindo seu campo limitado demais na forma de empresa localizada no interior, transportou-se para Santos. Nesta praça, não foi menos dinamica a ação, projetando-se desde logo como das mais importantes organizações nacionais do ramo cafeeiro, posição que destruíra recentemente. Além do sr. João Rosato, que é o seu supervisor e pro-



Edifício da Bolsa de Café de Santos. A foto foi batida à saída dos corretores após um dos pregões diários.

sidente, prestam concurso operoso na direção da firma, os srs. Laerte Rosato, diretor-gerente e Roberto dos Santos Cabelo, classificador.

HARD RAND

E' a firma Hard Rand uma das mais antigas e tradicionais organizações cafeeiras do país, trabalhando no ramo especializado de exportação há mais de meio século. Originária do exterior, mantém ela representações em todas as partes do mundo, operando com todos os tipos de café.

Organização de grande conceito na praça e no meio cafeeiro mundial, teve Hard Rand como elemento propulsor, o dinamico sr. Oscar de Sousa Dantas.

Seu grande tacto no negocio de café, aliado à sua seriedade e afabilidade no trato das pessoas, colocou a firma neste ultimo lustro entre as mais conceituadas da praça.

Fazem parte do corpo dirigente da organização, em Santos, além do sr. Oscar de Sousa Dantas, John H. Neumann.

CIA. DE ARMAZENS GERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Importante papel desempenha a Cia. de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo na complementação da distribuição do café. Surgida de uma conjugação de interesses oficiais e particulares, preencheu esse organismo uma lacuna que existia na enorme máquina distribuidora do café do Estado.

Dando novos rumos à companhia, a atual diretoria imprimiu considerável impulso aos seus negócios, colocando-a entre as principais organizações do ramo.

Os ultimos balanços da Cia. de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo bem comprovam o acerto das diretrizes de seus dirigentes, que são: Presidente, José Barone Mercadante; 1.º vice-presidente — Olimpio Martins Cardoso; 2.º vice-presidente — Joaquim Augusto do Vale Ribeiro Neto; Superintendente — Mario Penteado de Faria e Silva; gerente — Luis Scaglione.

HOMENAGEM

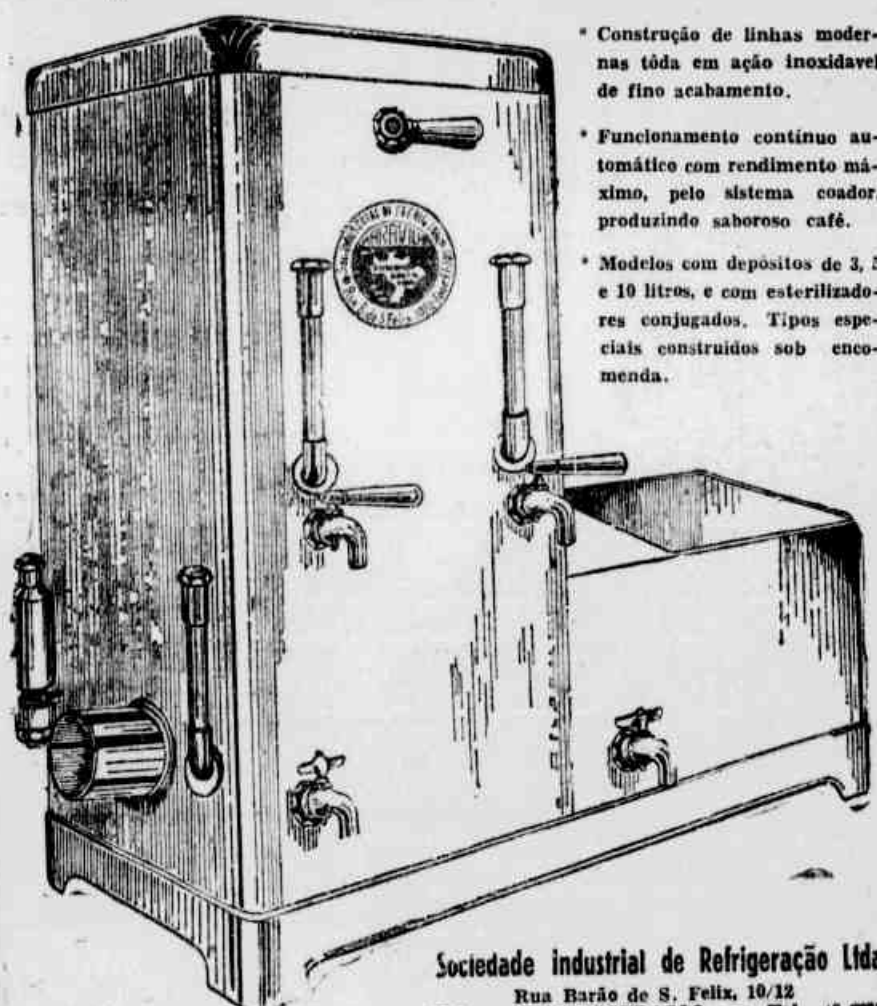
Não podíamos, fazendo um rápido apanhado do comércio santista, deixar de dedicar uma homenagem a três distintos corretores recentemente falecidos, cuja ação e presença na praça, foi marcante.

Trata-se de Luiz de Campos Ribeiro, Pedro Gonçalves e Luiz Suplicy Junior.

O Lulu, como era conhecido, possuidor de grande capacidade de trabalho e grande conceito, controlava o mercado de "entregas diretas", determinando sua ação tendencial ao mercado.

O Pedro Gonçalves, com sua velha tarimba de bolsa, fazia-se respeitar em um prego agitado, com sua voz grave e forte, o que dava maior positividade aos seus lances.

O Luizinho Suplicy, de caráter correto e trato afável, impunha-se à estima de todos, pela simpatia que possuía. Foi nesse tempo um dos maiores corretores de "armazéns gerais" da praça de Santos.

Maquina de café "MARAVILHA"

* Construção de linhas modernas toda em aço inoxidável de fino acabamento.

* Funcionamento contínuo automático com rendimento máximo, pelo sistema coador, produzindo saboroso café.

* Modelos com depósitos de 3, 5 e 10 litros, e com esterilizadores conjugados. Tipos especiais construídos sob encomenda.

Sociedade Industrial de Refrigeração Ltda.

Rua Barão de S. Felix, 10/12
Tele.: SIREFRIGERAÇÃO — Tel. 44-5925
RIO DE JANEIRO

Empresa de Armazéns Gerais Carangola S. A.

Especializada no serviço de armazenamento de café — Peçam tarifas

ESCRITÓRIO:

RUA BENEDITINOS, 26 - 2.º pavimento
TELEFONE 43-4526

ARMAZENS:

R. Sacadura Cabral, 122/130 - Tel. 43-4007
Rua Pedro Alves, 130/144 - Tel. 43-5113

RIO DE JANEIRO



Solido! Resistente! Prático!

De comprovada solididade, resistência e grande força de tração, GARDENAID tornou-se o trator preferido para a carpa dos cafezais. Conheça-o e não querá outro!

Acompanha o trator:
cultivador,
arado,
grade de discos,
esparramador de café

- * um só homem para carpir 3.000 pés de café
- * consumo mínimo de gasolina
- * pode-se adaptar para bomba d'água, moinhos, debulhadeiras.
- * Assistência Técnica
- * Serviço de Peças
- * Ampla Garantia.

Informações com os Distribuidores Especiais:

Comercial e Importadora

Aceitamos agentes para o interior

BAPTISTA FERREIRA & A.

Rua Floriano de Abreu, 227 - Fones: 32-3185 e 37-4624
End. Tel.: "COIMBAFER" - Caixa Postal, 266

DAMASIO SIQUEIRA FRANCO E A SELEÇÃO MECÂNICA DO CAFÉ NA ROÇA

Revendendo velhas patentes de máquinas de café, no Departamento da Propriedade Industrial, nota-se que diversos inventores já haviam cogitado da seleção mecânica do café da roça. O problema, portanto, já mereceu a atenção dos que se dedicam ao preparo do nosso principal produto, há muito tempo.

Nomes da nossa mais pura estirpe cafeeira como Ricardo Lunardelli, com o seu classificador Caféino e Alvaro de Oliveira Machado com o "Peneirão AOM" tiveram sua atenção voltada para o problema.

Nenhum homem, no entanto, seja ele inventor, técnico, cafeicultor, comissário ou que tivesse qualquer interesse na resolução dos problemas cafeeiros do Brasil, dedicou-se a este problema com mais amor, entusiasmo e constância do que Damasio Siqueira Franco.

Quando, por volta de 1940, por dever de ofício, ficamos conhecendo o nosso colega Damasio, em pouco tempo não podíamos mais separar a figura bondosa do Nhonho, como era conhecido na intimidade, do seu "ego", o "Seletoir Campinas". Ver o Damasio era enxergar o "Seletoir Campinas", conversar com ele era falar sobre a seleção mecânica do café da roça. Tal era, nos últimos anos de sua vida, a paixão do eng. agr. Damasio Siqueira Franco, pelo problema da seleção mecânica do café da roça.

Damasio não teve sorte com o seletoir. O seu pequeno sucesso inicial, fez com que ele fundasse uma fábrica própria, exclusivamente dedicada à construção do seletoir. Logo nos primeiros meses começaram a aparecer as desilusões. A máquina era ótima, pelo menos para grande parte do Estado de São Paulo ela atingia inteiramente seu objetivo. Apesar disto as vendas do seletoir não subiam, pelo contrário, diminuam. Ora! como manter uma fábrica exclusivamente fundada para produzir esse produto se a venda era escassa? Damasio procurou as autoridades governamentais tanto do Estado como da União. Procurou até o D.N.C. Os ensaios que fizemos dando os bons resultados técnicos da máquina eram parte integrante da pasta do dr. Damasio, foram até publicados em revistas e folhetos. No "Correio Popular", de Campinas, o atual deputado federal Nelson Omega, então redator-chefe, publicou um esplêndido artigo intitulado "Máquina nova para um produto velho". Apesar de tudo isso, a venda do seletoir continuava a diminuir, e se não nos enganamos o Nhonho vendeu uma única máquina para a Secretaria da Agricultura, assim mesmo porque naquele tempo o Secretário era o seu colega e amigo Mello Moraes.

Não houve meio de se vencer o cafeicultor da importância da seleção mecânica do café. O D.N.C. então, nem tomou conhecimento do problema.

Bom! Isso aconteceu naqueles tempos e agora?

A QUALIDADE

Para avaliarmos a importância da seleção mecânica do café, da roça, devemos ter em mente, primeiro, o processo de colheita adotado entre nós. Enquanto que na Colômbia, Costa Rica e outros países que produzem cafés finos, a colheita se faz, "a dedo", isto

é, o café é colhido fruto por fruto e somente os maduros (cerezias), entre nós o café é derrubado no chão, aí amontoado e depois abandonado manualmente com auxílio de uma peneira.

Nestas condições o nosso café da roça em vez de possuir 100% de café maduro, cereja, normalmente é constituído por uma mistura contendo: cereja verde, passa, seco, despolpado de chão, terra, pedra, paizinhos e outras impurezas. Estes componentes estão em diferentes estados de maturação, umidade e fermentação. Enquanto que o café possui muita umidade e ainda não iniciou o seu processo de fermentação natural, o passa está fermentando, o seco já fermentou e a maioria dos despolpados de chão já estão em adiantado estado de decomposição.

Para termos uma idéia aproximada das diferenças de umidade que possuem os vários componentes do café da roça, é bastante citarmos os dados de um ensaio que fizemos no Instituto Agrônomo.

100 quilos de café da roça colhido no pano continha:

10 quilos de cereja	80 quilos de passa
28 quilos de bola	1 quilo de despolpado
1 quilo de impureza	

o café cereja possuía cerca de 63% de umidade, o passa 45%, e o bola 30%.

E' evidente pois, que esta massa heterogênea submetida a secagem sem uma separação prévia vai dar um produto heterogêneo, seja na aparência como na qualidade. Enquanto o bola que possui cerca de 30% de umidade, depois de um certo tempo está completamente seco, o cereja que possui cerca de 63% no fim desse mesmo tempo está ainda úmido. Para se uniformizar a massa, precisamos de uma secagem lenta, a fim de que haja tempo suficiente para os produtos mais úmidos cederem a sua umidade aos mais secos.

Todavia, a secagem lenta possui dois inimigos importantes: um é o fator econômico, pois quanto mais lenta a secagem mais cara é a operação, e o outro é a fermentação. Com o tempo prolongado as fermentações se processam mais favoravelmente tornando o produto de pior qualidade com relação à bebida, nas regiões mais propícias a produção de cafés ruins.

O problema está, pois, na separação do café da roça, em partes mais uniformes em relação ao estado de maturação e umidade. E' obvio que além disso o café da roça deve ser eliminado das impurezas e de certos tipos de cafés extremamente ruins, como é o caso do despolpado de chão (casquinha).

PROCESSO PRIMITIVO

Um dos primitivos processos de selecionar o café da roça, ainda hoje em grande número de casos, útil e necessário foi o lavador.

A separação feita pelo lavador é muito precária, ao passo que a limpeza é bastante eficiente. Assim é que se o café da roça possui muitas impurezas, tais como terra e pedra, muito frequentes nos cafés de variação e nos cafés de terra roza, o emprego do lavador é quase que imprescindível.

Mas, a separação feita pelo lavador em dois grupos, "bola" o grupo mais leve que a água e "cereja" o grupo

mais pesado é muito deficiente. Uma idéia do que acabamos de dizer pode-se ter, pela análise de uma amostra, de um café da roça separado pelo lavador, de um dos ensaios que fizemos no Instituto Agrônomo:

O café da roça possuía cerca de:

cereja	20%
passa	24%
seco	52%
despolpado	4%

Depois de passado no lavador, os grupos "bola" e "cereja" possuíam:

"bola"	37%	"bola"	63%
cereja	18%	passa	2%
passa	13%	seco	11%
seco	4%	despolpado	48%
despolpado	2%		2%

Embora, como já dissemos, a separação não seja perfeita, principalmente pelo fato de não eliminar, tanto de um

como de outro grupo, o pior café, que é o despolpado de chão, já é um grande passo para se obter um produto de melhor qualidade.

A seleção mecânica do café da roça é imprescindível nos lugares onde não existe lavador, e útil também nos lugares onde é empregado o lavador, pois completa o serviço deste.

Um dos primitivos selecionadores de café da roça foi o peneirão "A.O.M.". Esta máquina só separa o café da roça em grupos pelo tamanho. A separação pelo tamanho, embora imperfeita, já é uma grande coisa. Pois com o peneirão pode-se eliminar o despolpado de chão, separar o coquinho que é um café quase completamente seco, além de se dividir o restante em dois grupos o de frutos maiores e o de frutos menores.

O SELECIONADOR

Estes grupos devem ser

secos separadamente, pois é sabido que os frutos menores secam mais rapidamente que os maiores.

Alguns anos após o aparecimento do peneirão "A.O.M." — Alvaro de Oliveira Machado, Ricardo Lunardelli e Damasio Siqueira Franco construíram o selecionador de café da roça completando a separação pelo tamanho com a ventilação, de maneira que os grupos também fossem divididos de acordo com o peso específico real, isto quer dizer, de acordo com o teor de umidade e maturação.

O selecionador construído pelo eng. agr. Damasio Siqueira Franco, o qual ele denominou Seletoir "Campinas" na época o mais difundido, compõe-se em essência de

Café não selecionado tipo 4/5

dois peneirões rotativos e dois ventiladores, que retiram do café as impurezas (terra), os despolpados do chão (casquinha), chochos (cafés mal granados), e divide o restante em quatro lotes, a saber:

café cereja graúdo
café cereja menor
bola
coquinho.

Estes grupos assim separados podem ser submetidos a tratamentos diferentes, visando a obtenção de café de melhor tipo e qualidade, e não resta a menor dúvida de que os cafés selecionados pelo seletoir dão tipos melhores.

Num ensaio que fizemos com café em côco, portanto já seco, obtive-se o seguinte resultado:

Café selecionado

tipo 3/4	80%
tipo 4/5	30%
tipo 6/7	10%

Quanto à bebida, a melhora pela ação do seletoir, fica condicionada a outras fases do tratamento do café. O seletoir é um poderoso auxiliar também para a obtenção de cafés de melhor bebida.

Infelizmente nem sempre a melhora técnica corresponde a uma melhora econômica. Em muitos casos a melhora do tipo ou da bebida não tem compensado economicamente. Tivemos, há tempos, ocasião de verificar que 100 sacos de café tipo 5, dava preço melhor do que 30 sacos tipo 6 e 70 tipo 4. Fatos como este sem dúvida, contribuíram para a não difusão do seletoir.

PREPARAÇÃO NECESSÁRIA

Atualmente as diferenças tipo e bebida chegaram em certos casos a mais de mil cruzeiros por saco. Estamos, portanto, numa época propícia para o estabelecimento de uma campanha para a melhoria da qualidade do nosso café.

Quanto à bebida, a melhora pela ação do seletoir, fica condicionada a outras fases do tratamento do café. O seletoir é um poderoso auxiliar também para a obtenção de cafés de melhor bebida.

Neste abençoado ano de 1954, ano do IV Centenário de São Paulo, as coisas parecem que estão mudadas. O preço da saca de café está em torno de 2 e até 3 mil cruzeiros. Em vez de D.N.C., temos o I.B.C., e à sua testa um paulista de quatrocentos anos, lavrador e engenheiro agrônomo. Moço, ainda, tem muitos anos na sua frente para trabalhar para grandeza da sua pátria e inteligente como é, sabe perfeitamente que em nosso país os problemas a serem resolvidos são simples e primários.

Acreditamos que para resolver esses problemas, mais do que qualquer "auxílio", "colaboração" ou "proteção" estrangeira, o de que precisamos é vontade de resolvê-los. Precisamos um pouco daquela vontade indomita de Damasio Siqueira Franco.

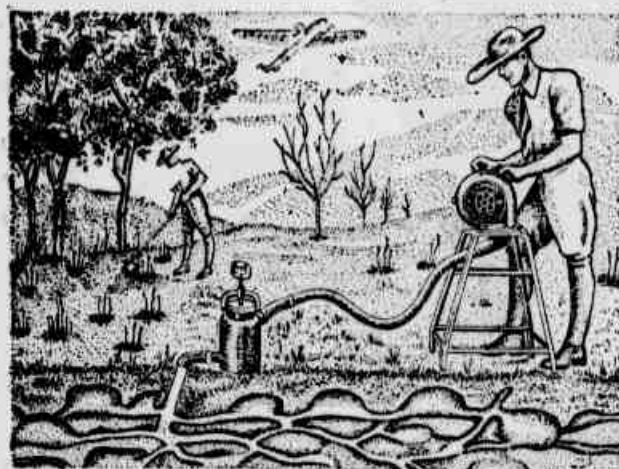
BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

Sede: SÃO PAULO
Fundado em 1912
BALANÇO EM 30 DE JUNHO 1954
(Compreendendo Matriz e Agências)

SEDE:	ATIVOS	PASSIVOS
SÃO PAULO Rua 15 de Novembro, 335	A - DISPONÍVEL CAIXA Em moeda corrente 177.224.046,90 Em dep. no Bco. do Brasil 152.741.481,00 Em dep. à ordem da Sup. da Moeda e Crédito 49.710.375,20 Em outras espécies 64.906.894,50 444.582.797,60	F - NAO EXIGÍVEL Capital 200.000.000,00 Aumento de Capital Fundo de reserva legal 40.000.000,00 Fundo de previsão Outras reservas 110.000.000,00 350.000.000,00
FILIAIS: RIO DE JANEIRO Praça Pio X, 75-A SANTOS Rua 15 de Novembro, 111 e 113	B - REALIZÁVEL Letras do Tes. Nacional Emprest. em C/Corrente 169.981.946,00 Emprest. Hipotecários 3.823.618,20 Títulos Descontados 2.261.825.853,10 Letras a rec. de C/Propr. 8.972,50 Agências no País 437.385.520,40 Correspondentes no País 28.320.037,90 Agências no Exterior 9.193.406,80 Outros Valores em moeda estrangeira Capital a realizar Capital a realizar Outros Créditos 36.431.038,40 2.946.970.393,30 Imoveis 5.833.194,90 Apólices e Obrig. inclusive as depositadas no Banco do Brasil S/A à ordem da SMC pelo valor nominal de Cr\$ 50.733.000,00 42.007.544,40 Depos. na Delegacia Fiscal (Dec.-lei 9602) 1.000.000,00 Em carteira 1.911.767,70 Apólices estaduais 18.871,50 Apólices municipais 83.340,00 Ações e debêntures 101.670.850,30 146.692.573,90 Outros valores 1.312.292,60 3.100.808.454,70	G - EXIGÍVEL Depósitos a vista e a curto prazo: de Poderes Públicos 9.858.336,50 de Autarquias 17.399.080,40 em C/C sem Limite 278.132.065,10 em C/C Limitadas 270.788.809,40 em C/C Populares 511.650.484,00 em C/C sem Juros 22.295.245,20 em C/C de Aviso 2.710.325,90 Outros Depósitos 22.955.099,50 2.135.789.466,00 a prazo: de Poderes Públicos 11.052.699,80 de Autarquias 57.153.530,00 de diversos: a prazo fixo 370.461.352,10 de aviso prévio 112.197.539,50 Outros depósitos 550.865.121,40 Letras a Premio 2.686.654.587,40 2.686.654.587,40 Outras responsabilidades Obrigações diversas Letras a Pagar Letras Hipotecárias Agências no País 506.812.965,10 Correspondentes no País 12.157.501,30 Agências no Exterior Corresp. no Exterior 114.126,60 Ordens de pagamento e outros créditos 41.756.476,30 Dividendos a pagar 19.371.284,80 580.212.354,10 3.255.966.941,50
AGÊNCIAS: ADAMANTINA AGUDOS AMPARO ARACATUBA ARAPONGAS ARARAQUARA ASSIS AVARE BAURUR BEBEDOURO BIRIGUI BOTUCATU BRAGANÇA-PAULISTA CAMBÉ CAMPINAS CATANDUVA CRUZEIRO DESCALVADO DUARTINA FRANCA GARCÁ GUARATINGUETÁ IGARAPAVA ITAPETINGA ITAPIRICA ITAPOLIS ITU ITUVERAVA JABOTICABAL JAU JUNDIAÍ LIMEIRA LINS LONDRINA MARILIA MARINGÁ MIRASSOL MOGI-MIRIM MONTE ALTO OLIMPIA ORLANDIA OURINHOS PARAGUAÇU-PAULISTA PARANAGUÁ PENAPOLIS PINHAL PIRACICABA PIRASSUNINGA PIRAJUI PRESIDENTE PRUDENTE PROMISSÃO RIBEIRÃO PRETO RIO CLARO SANTA ADÉLIA SANTA CRUZ DO RIO PARDO SANTO ANDRÉ S. CARLOS S. JOÃO DA BOA VISTA S. JOSE DOS CAMPOS S. JOSE DO RIO PRETO S. MANOEL S. ROQUE S. SIMÃO SOROCABA TAQUARITINGA TATUI TAUBATÉ TIETÊ UCHOÁ	D - RESULTADOS PENDENTES Juros e descontos Impostos Despesas Gerais — E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO Valores em garantia 497.021.681,80 Valores em custódia 592.862.909,50 Tit. a receber de C/Alheia 582.311.555,80 Outras Contas 50.778.188,90 1.722.974.336,00 Cr\$ 5.374.997.212,40	H - RESULTADOS PENDENTES Contas de resultados 35.155.934,90 I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO Depositantes de valores em gar. e em custódia 1.089.884.591,30 Depositantes de títulos em cobrança: do País 575.081.111,60 do Exterior 7.230.444,20 582.311.555,80 Outras Contas 50.778.188,90 1.722.974.336,00 Cr\$ 5.374.997.212,40

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 30 DE JUNHO DE 1954 (Modelo obrigatório da Superintendência da Moeda e do Crédito)

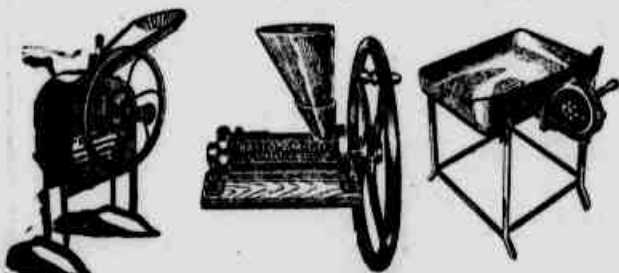
DEBITO	CREDITO
DESPESAS GERAIS: Honorários da Diretoria e Conselho Fiscal 780.000,00 Ordenados do Pessoal 41.627.751,70 Contribuição para o Instituto de Apontadorias e Pensões dos Bancários 1.733.712,40 Contribuição para a Legião Brasileira de Assistência 77.355,90 Despesas Diversas 6.205.058,80 50.433.878,80 Gastos de Material 2.600.628,70 53.034.507,50 IMPOSTOS 8.334.709,50 DESPESAS DE JUROS 47.165.397,60 AMORTIZAÇÕES DO ATIVO 939.817,70 PERDAS DIVERSAS 1.110.353,10 SUBTOTAL 110.574.785,40 OUTRAS RESERVAS: Fundo de Reserva 20.000.000,00 DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS: 82º dividendo de 12% ao ano, ou sejam Cr\$ 12,00 por ação 12.000.000,00 BONIFICAÇÃO: Bonificação de 6% ação 6.000.000,00 PORCENTAGENS A PAGAR AOS DIRETORES: 5% a Cr\$ 52.178.504,80, lucro líquido do semestre 2.608.928,20 GRATIFICAÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS 12.881.242,00 SALDO QUE SE TRANSFERE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE 4.756.766,00 TOTAL Cr\$ 168.821.721,60	SALDO NAO DISTRIBUIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 6.068.371,40 RECEITA DE JUROS 14.625.003,50 DESCONTOS 150.555.855,10 Menos os do exercício seguinte 29.779.089,50 120.776.765,60 COMISSÕES RECEBIDAS OU DEBITADAS 10.913.606,80 RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 14.215.361,20 LUCRO EM OPERAÇÕES DE CAMBIO 1.235.659,50 RENDAS DE CAPITALIS NAO EMPREGADOS EM OPERAÇÕES SOCIAIS 909.003,80 RECUPERAÇÕES DE PREJUÍZOS LANÇADOS EM LUCROS E PERDAS 77.950,00 TOTAL Cr\$ 168.821.721,60



A gravura acima mostra a técnica perfeita do trabalho de extinção de formigueiros com o

Extintor de saúvas "Z. WERNECK"

A KAPPA das Máquinas para Matar Formigas



Rebêliador Máquina para des-

de milho "Z. WERNECK" "BELLIO AMIGO"

Sede de ferro, com De fácil manejo e muito leve

Forças de campanha "Z. WERNECK" Reforçadas — Eficientes — Garantidas

FABRICANTES:

Z. WERNECK & Cia. Ltda.

Rua dos Arcos, 27 — Tel. 22-4031 — Rio de Janeiro

(a) ERASMO DE ASSUMPCAO — Presidente
(a) J. M. WHITAKER — Diretor-Superintendente
S. E. ou O.
São Paulo, 5 de Julho de 1954
(a) L. DE ASSUMPCAO — Gerente Geral
(a) JOSE GERALDO GIOIOSA — Contador
C.R.C. Sp. 3735

OLOY NAAS

destina somente a cafezais, e, em geral, adaptação da instalação ao serraço da lavoura como também organização da irrigação, g) Os dados e considerações a e f, juntamente com as condições técnicas e econômicas, devem ser apresentados ao fazendeiro

num relatório completo. *
ENSAIOS E PESQUISAS, NO
SETOR DE IRRIGAÇÃO
Sendo a irrigação na cultura do café no Estado de São

(Terra roxa misturada) mo-
lizes do cafeeiro até uma pro-

Paulo uma técnica nova, natural que seu aproveitamento, na prática, não tenha sido dividido por resultados.

significaram a criação de pesquisas agrônomicas e as soluções práticas para substituí-los esses resultados. Este proceder é frequentemente muito dependente por parte dos interessados em irrigação — os lavradores. A situação atual exige uma atuação maior nas prohibições relacionadas com a irrigação por parte das firmas do ramo, pois têm sido cometidos muitos erros na parte técnica das instalações, especialmente no início, quando a técnica de aspersão estava na infância. Deu-se ainda menor importância às considerações agrônomicas. E, por fim, chegou o momento de aproveitar a experiência brasileira e a experiência de outros países introdutórios desse tipo de irrigação, estudando profundamente as causas e efeitos desse melhora-mento e aplicando os conhecimentos daí advindos. Por isso, é muito importante

Uma das questões práticas de grande importância é a escolha de época certa para a irrigação, para se obter o resultado mais econômico com o menor consumo de água no cultivo. Outros problemas importantes são representados pelas investigações pormenorizadas.

de retenção de água e capacidade de infiltração nos solos, além de outros fatores, alguns dos quais são problemas das perdas de água por evaporação tanto na superfície do solo como na própria aspersão. Não se deve descurar das questões de manutenção ligadas à irrigação, quando ligadas à irrigação por quantidade, qualidade e tempo de aplicação dos adubos. Finalmente, os problemas de manutenção das questões puramente técnicas: provas e testes de aspersores, acoplamentos, tubos, moto-bombas etc.

É de se esperar que o resultado das experiências e pesquisas no ramo da irri-

ção sejam de tal forma que se possa brevemente dar respostas a todos os problemas mais importantes na prática. Para isso, é necessário, ent-

- tanto, dar caráter preferen-
- cial aos ensaios e experiências
- que visam a obtenção dos

que visam a obtenção dos resultados prático-econômicos. Além disso, o serviço do pesquisador exige imparcialidade.

OS
LONDRINA

JANEIRO

E' de se esperar que o resultado das experiencias e pesquisas no ramo da irrigação sejam de tal forma que se possa brevemente dar respostas a todos os problemas importantes na pratica. Para isso, é necessario, entã-

tanto, dar caráter preferencial aos ensaios e experiências que visam a obtenção dos resultados prático-econômicos. Além disso, o serviço do pesquisador exige imparcialidade nas medidas e objetividade no julgamento.

D SUL S/A

TOS
LONDRINA

JANEIRO

TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

HISTÓRIA DE UMA NOBRE UTOPIA - O "CAFÉ"

A história do Instituto Nacional do Café, não podia ser esquecida nas grandes comemorações paulistas de 9 de Julho de 1954. Não é o relato cronológico de meros atos administrativos, mas a narração dos fatos que determinaram a criação da instituição, e a sua evolução, o bem estar como o pensamento de uma comunidade em defesa de interesses próprios, identificados com as conveniências comuns.

O Brasil é o café, exclamava Silveira Martins nos idos de 1870 e decorridos que são mais de oitenta anos, continua a repousar todo o peso da economia nacional sobre esta insensível fundação que é São Paulo. As adversidades como as esperanças, o bem estar como o deslento daqueles que laboram os cafeais plantados nos estíptios piratinhingos, quaisquer que sejam suas condições sociais, proprietários ou empregados, arrendatários ou parceiros, grandes ou pequenos empresários — são índices fies e exatos das flutuações do bem estar nacional. E como o Instituto Nacional do Café se constituiu no órgão conformado nos pontos sobre as funções crescentes de defesa da riqueza cafeeira, sua história identifica-se com a sucessão lógica dos acontecimentos que caracterizam a vida econômica brasileira.

O PRIMEIRO SINDICATO Seria demasiado recuar este estudo até 1927, com a introdução da incomparável rubrica, nas plantações usuais do país, pelo sargento-mór Francisco de Melo Palheta. Encontrem-se embora referências críticas de Francisco de Salles Torres Homem, sob o pseudônimo de Timandaro, a política nacional, principalmente tributária, do café, em data bastante anterior, o certo é que somente em 1884 parece haver-se cristalizado uma consciência coletiva dos chamados "homens do café".

Com uma safra mundial de 8.880.000 sacos, para a qual concorriam o porto do Rio de Janeiro, com 2.750.000, Santos, com 1.600.000 e os portos do Norte com 800.000, embarcava-se o consumo provável de 10.922.479 sacos. Contudo, os preços dos mercados externos, notadamente no Havre, recalcitravam em manter-se em níveis insuficientes, em torno dos 70 francos por 50 quilos. Formou-se então o "Sindicato de Santos", que em seu memorável "Manifesto à Lavoura de São Paulo", assinado por R. Wursten & Comp., Telles Netto & Comp., Quirino Ribeiro & Comp. e outras firmas santistas, afirmava: "A alta adquirida está ainda longe de atingir o nível a que pode e deve chegar... Há certos fatos que podem ser não prejudicar, retardar a marcha ascendente do artigo... Entre estes avulta a enorme cifra das entradas diárias no mercado de Santos, facto que parece querer dar razão àque-

les que de boa ou má fé não acreditam na existência do "deficit" apontado... Convictos desta verdade alguns comerciantes, comissários e exportadores, reunidos os elementos precisos, se constituíram em sindicato, não com o fim de especular provocando uma alta artificial, mas somente para evitar que, por circunstâncias inteiramente fortuitas, a baixa se apodere novamente do café; e isto quando ele ainda nem se quer, atingiu o nível do preço a que razoavelmente pode pretender. Para a tarefa que o Sindicato se impôs, precisava do apoio de todos os lavradores, seus naturais colaboradores e principais interessados. O auxílio, pedido, neste momento limita-se a fazer sustar as remessas de café. Sempre que o depósito atingir 250.000 sacos, deve haver a mais completa abstenção".

O Sindicato de Santos teve vida efêmera. Mas suas ponderações sobre aquilo a que hoje denominamos precificação, "conjuntura", eram legítimas, prudentes e alertadoras. Ficaram na base de todo sistema, ocasional ou permanente de defesa do café, com a denominação de "limitação das entradas de café no porto de Santos".

A PRIMEIRA SUPERPRODUÇÃO Abolida a escravatura e proclamada a República, um ano depois, a crise da cafeicultura tinha que se acentuar. O país, no limiar do século XX, engatinhava, economicamente, mal se aguentando na desorganização de seu estatuto anterior de trabalho, se a isso se podia denominar a iniquidade e pouca produtividade do regime servil. Porque a iniciativa dos fazendeiros paulistas se adiantara, no favorecimento da instrução, também se apressou a mudança dos cafeais do Vale do Paraíba para os morros ferreiros do Oeste do Estado, e com ela, a plantação do mar de café que E. Ferri havia de classificar como sendo o maior fenómeno econômico da época. A audácia, a tenacidade e o espírito de livre iniciativa ou aventura dos fazendeiros de S. Paulo, disposto de alguns capitais, boas terras, braços trabalhadores nacionais e estrangeiros, organização tão adequada quanto possível — com a S. Paulo Railway, a Comp. Mogiana de E. Ferro, a Comp. Paulista de E. Ferro, a E. Ferro Sorocabana, todas em pleno florescimento; uma rede bancária em vias de formação e a Praça de Santos em toda pujança de seu crédito e atividades, a crise do café em S. Paulo havia de se transformar num processo de crescimento e expansão, não de decadência.

"A desvalorização atual do café é devida à superprodução. Já não há meio de o pôr em dúvida", afirmava Vicente de Carvalho em sua "Solução da Crise do

Café", publicada em 1901, acrescentando, "em princípio, é um absurdo econômico produzir para destruir; mas não se pode negar que, também em princípio é um absurdo econômico produzir com esforço e sem lucro". Na ocasião, produziamos 8.953.000 sacos de café, registrando-se em 1899 a exportação global brasileira, de 8.890.382, completada naturalmente com remanescentes anteriores. Mantinha-se entretanto o preço médio de 7880 por 10 quilos ao cambio então considerado "vil", de 8 dalondres, e assim, animados pela argumentação viva de Vicente de Carvalho, advogado, lavrador e poeta, cerca de seiscentos fazendeiros, entre eles Antonio Prado, o Barão de Taubaté, dr. Luiz Pereira Barreto, a baronesa de Anhumas, Joaquim da Cunha Bueno, Pereira de Almeida, A. F. de Paula Leite, Christina do Corio de Oliveira, F. de Almeida Prado, J. Ferraz de Campos Junior, Joaquim Manoel Alves Lima, Bento de Abreu Sampaio Vidal — dirigiram "representação" ao Congresso do Estado de S. Paulo, datada de 11 de maio de 1901.

"Como medida capaz de atender à crise atual desse gênero, promovemos, entre os Estados brasileiros produtores de café, a adoção temporária de um imposto proporcional à importação, cobrado em espécie, sendo eliminado o resultado desse imposto".

Como em 1884 nascera a idéia da limitação de entradas no porto de Santos, surgia complementadamente, dessa maneira, em 1901, o expediente econômico do tributo em espécie, que mais tarde havia de se chamar quota de sacrifício, para a eliminação dos excedentes das safras de café. E bem longe estavam, certamente, o poeta como os lavradores que o acompanharam em sua nobre utopia, de pensar nos erros e acertos que haviam de marcar a política nacional do café, à custa sempre, única e exclusivamente, de seus incansáveis produtores, envolvidos inexoravelmente nas tramas do dirigismo econômico, de que se tornaram os pioneiros involuntários.

PRIMEIRAS INTERVENÇÕES Os episódios em que nos demoramos propositalmente esclarecem uma consciência coletiva do café, tanto para seus produtores como, e principalmente, para o Estado, afirmando, de maneira mais avisa-

FRANCISCO MALTA CARDOZO
(Advogado e lavrador — Ex-presidente da Rural e ex-secretário da Agricultura)

curando perante a Câmara dos Deputados sobre "A Valorização do Café", em dezembro de 1910, o saudoso advogado e lavrador, posteriormente secretário e ministro da Fazenda, R. A. Sampaio Vidal, teve a oportunidade de declarar:

"O Estado de São Paulo esteve na altura da evolução econômica dos tempos modernos, organizando a grande obra de defesa de seu produto nos mercados mundiais. O Estado iniciou a sua intervenção nos mercados em agosto de 1906. Para este fim levantou, como preliminar de outras operações que se tornaram necessárias, um empréstimo de £ 1.000.000; em 8 de dezembro, contratou o Estado um novo empréstimo de £ 3.000.000. Logo depois, em 27 de janeiro de 1908, contratou o Estado, com o governo federal, um novo empréstimo de £ 3.000.000. Finalmente, neste mesmo ano, em 12 de dezembro de 1908, contratou o Estado o grande empréstimo de £ 15 milhões."

Essas responsabilidades financeiras repousavam todas sobre a sobre-taxa-ouro, de três, e mais tarde, cinco francos por saca de café exportada em Santos, e reduzidas pelas diversas amortizações e pagamentos feitos, a libras 13.600.000, eram compensadas, na expressão do orador, "pelo formidável ativo de 20 milhões, representado por 6.310.000 sacas de cafés finos".

O preço do café chegou a 35900 por 10 quilos, em 1908. Em 1906 haviam entrado no porto de Santos 15.892.170 sacas de café, quando a média anual de consumo atingia escassamente os 16.000.000. Esses números dizem, por si mesmos, as dificuldades que amarraram nossos maiores. A valorização executada pelo Estado de São Paulo e a "lucra" com que os administradores do Estado lidaram com os avultados capitais envolvidos na operação, moralizaram os mercados. As cotizações reagiram, subindo paulatinamente para a média de \$4160 em 1909 e de \$5870 em 1910, livrando-se da ruína iminente a cafeicultura brasileira. Foi essa a primeira benemerência da intervenção do Estado na economia privada do café, glória inextinguível do indivíduo presidente Jorge Tibiriçá, de seus dignos colaboradores políticos e administrativos, enfim, de São Paulo.

CONVENIO DE TAUBATÉ O problema, porém, era de âmbito nacional, e como em 1884, nada poderia fazer-se com eficiência e menos ainda com sucesso, sem a colaboração de todos os produtores do país, ou pelo me-

nos, dos Estados mais diretamente interessados. De que poderiam valer realmente as medidas de assistência financeira e de normalização dos mercados através da boa comercialização do café, em Santos — regularizadas as entradas no porto e retirados os excedentes do consumo provável, se no Rio, em Vitória ou nos demais portos nacionais pudessem agir desmoralizadamente outros tantos abastecedores e concorrentes? A 25 de fevereiro de 1906 assinou-se, entretanto, o "Convênio de Taubaté", signatários que foram o dr. Jorge Tibiriçá, pelo E. de São Paulo; o dr. Francisco A. de Sales, pelo de Minas Gerais, e finalmente Nilo Peçanha, pelo do Rio de Janeiro, e assim, pela primeira vez, proclamou-se oficialmente o critério dos "preços mínimos", da proibição da exportação das qualidades inferiores, da propaganda e fomento do consumo no país e fora dele, criação de Bolsas ou Casas Sindicais, do melhoramento sistemático das qualidades exportáveis, da limitação das áreas de plantio e, finalmente, da criação de taxas de garantia dos empréstimos indispensáveis ao financiamento das operações.

O Convênio de Taubaté foi a coluna meirada da obra magistral de Jorge Tibiriçá, que se converteu no verdadeiro esquema de toda política econômica cafeeira do Brasil, tantas vezes mal compreendida e, pior do que isso, desviada de seus justos objetivos.

Os exercícios que se seguiram ao ano de 1910 vieram comprovar o acerto dos planos econômicos adotados pelos estadistas de São Paulo. A exploração rural retomou o ritmo de sua modernidade, mas constante prosperidade, subindo o preço médio do café para 79940 por 10 ks., em 1912 preparando o país para os embates da crise nacional de 1913, agravados pela deflagração da guerra mundial de agosto de 1914. Nesse ano fatídico, suspensão do comércio marítimo, chegaram-se a negociar cafés a menos de 25500 o saco, e não fossem as constantes medidas de defesa promovidas pelo governo do Estado de São Paulo, umas vezes com apoio do federal, outras sem ele, e certamente a Nação teria sofrido na anarquia completa de suas finanças, como da economia de seus cidadãos. Duas grandes safras, de 1914 e de 1916, e outra, bastante satisfatória, de 1917, puderam ser financiadas e guardadas em seus excedentes, até que, por ironia dos destinos da agricultura, o desastre das geadas de junho de 1918 se incumbisse da correção do equilíbrio estatístico da produção e consumo do café, e com ela, do saneamento dos

mercados e de seus preços. Tudo, ainda uma vez e como sempre, havia de acontecer, em toda a história do café no Brasil, sem o menor sacrifício do Erário ou da coletividade nacional. Muito pelo contrário. Em sua mensagem ao Congresso Estadual, de 1919, podia o ilustre presidente dr. Altino Arantes declarar, sem falsa modestia, que o governo adquirira, com o auxílio da República, 3.073.585 sacas de café, representando um lucro líquido, e prontamente realizável, de mais de rs. 180.000.000,00, quantia fabulosa para o tempo em que o dólar americano valia Cr\$ 3,50.

A GRADA DE 1918 E O INSTITUTO DO CAFÉ

Terminada a guerra, também em 1918, no ano seguinte o Tratado de Versalhes consignava o reconhecimento da dívida da Alemanha ao Governo Brasileiro decorrente do conflito dos stocks de café paulistas depositados em Hamburgo pelo Governo do Estado de S. Paulo. Concomitantemente, pelo desaparecimento desse "disponível" nos mercados europeus, sem possibilidade de substituição pela safra de 1918, sacrificada pela gada na noite de S. João "destruída em poucas horas", na expressão pesada de Altino Arantes, a maior parte dos cafeais paulistas, inutilizados ao mesmo tempo canaviais, plantações de mamona e algodão, campos de cría e invernadas de engorda dos gados — elevavam-se as cotizações de Rs.38500 a \$5000 em 1915 e 1916 para 79200 a \$5450 em 1917 e finalmente 12 a 19800 por 10 ks. em 1918, conforme registra Afonso de Taunay em sua "Pequena História do Café no Brasil", editada pelo Departamento Nacional do Café.

Em 1921 o Conde Alexandre Siciliano desincumbiu-se garbosamente da defesa do mercado cafeeiro que lhe fora confiada pelo Governo do Estado e mais uma vez estabilizavam-se as cotizações do produto em torno de 17 800 por 10 ks. — voltando-se então as atenções gerais, alertadas pelas incertezas vividas durante o período de 1914 a 1918, para a necessidade de criação de um sistema de defesa permanente do café. Essa defesa interessava igualmente o Governo e os produtores, uma vez que o país vendia por pouco mais de oito ou nove centavos americanos aquilo que os consumidores adquiriam por quarenta, enriquecendo intermediários enquanto se empobrecia a Nação.

Em entrevista concedida ao "Estado de S. Paulo" dizia nessa época ao dr. Sertorio de Castro o então deputado federal por S. Paulo, dr. R. A. Sampaio Vidal:

"Ninguém mais pôde duvidar que o café representa realmente, efetivamente, o produto fundamental do Brasil, a sua mercadoria por ex-

celência, sobre a qual repousa toda a vida econômica e financeira do país — vida interna e externa... Café em boa situação quer dizer — a vida do país em plena prosperidade econômica; café em má situação quer dizer — todos os negócios do Brasil em crise, tudo desorganizado, desanimado, vida bancária, agrícola, comercial, industrial... O Brasil tem nas mãos todos os elementos, todas as peças para montar mecanismo simples, de funcionamento suave, que garantiria em absoluto a situação comercial do Café, e portanto, a expansão e a prosperidade da vida econômica nacional."

Esse organismo seria "um Conselho ou Comitê". Seu sistema de operação no mercado consistiria na regularização das ofertas mediante a limitação das entradas da mercadoria nos portos de sua comercialização e "exportação" na retirada dos excedentes e financiamento dos produtores, criados para esse fim, o "fundo de defesa permanente do café" e o Banco de Emisões e Redenções — como se lá nos discursos de 25 de Agosto e a 9 de Outubro de 1920 pronunciados na Câmara dos Deputados pelo mencionado deputado R. A. Sampaio Vidal bem como seu relatório sobre o projeto de "defesa permanente do café" oferecido para debate e votação do Congresso, pela mensagem do presidente Epitácio Pessoa, de 17 de Outubro de 1917.

Era evidente a necessidade de um organismo de índole federal, prestigiado pela autoridade da República para a garantia de uma ordem econômica que interessava praticamente a Nação toda. O café repetimos era, como é, o Brasil, e não apenas S. Paulo. Mas prevaleceram as incompreensões de todo tempo e de quando vislumbra-se possam interesses paulistas — e mais uma vez, a Federação falhou. Mas não se intimidaram os responsáveis pelos destinos de Piratinhinga, e a 19 de Dezembro de 1924 o Presidente Carlos de Campos, com referendado de seu Secretário da Fazenda, dr. Mario Tavares, promulgava a lei nº 2.004 que declara:

art. 1º — Fica criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, o qual terá personalidade jurídica e será administrado por um Conselho, composto de Secretário da Fazenda e do Tesouro, como presidente; do Secretário da Agricultura, como vice presidente e de mais três membros nomeados pelo Presidente do Estado, entre pessoas de notória competência em assuntos agrícolas e comerciais, sendo dois indicados pela lavoura cafeeira do Estado e um indicado pela Associação Comercial de

Santos, conforme determinar o regulamento.

art. 2º — Fica criada uma taxa de venda até o valor de um mil reis ouro ou o seu equivalente em papel, por saca de café que transitar pelo território do Estado, a qual correrá para garantir e emprestar que se realize para instituir o fundo da defesa permanente do café.

art. 4º — A importância do fundo assim constituído será aplicada exclusivamente em operações de defesa do café, podendo parte dela ser empregada em títulos públicos de boa cotação e reconhecida segurança, a julgo do Conselho.

art. 5º — De fundo assim organizado, quando o Conselho julgar oportuno, poderá ser desatada uma parte, para substituir o capital do Banco Paulista de Crédito Agrícola...

art. 10º — O fundo de defesa permanente do café — que em qualquer tempo reverterá proporcionalmente aos contribuintes da taxa criada pelo art. 2º — será intangível; em hipótese alguma poderá ser incorporado à receita do Estado, nem aplicado a quaisquer outros fins que não sejam os que estão expressamente determinados nesta lei.

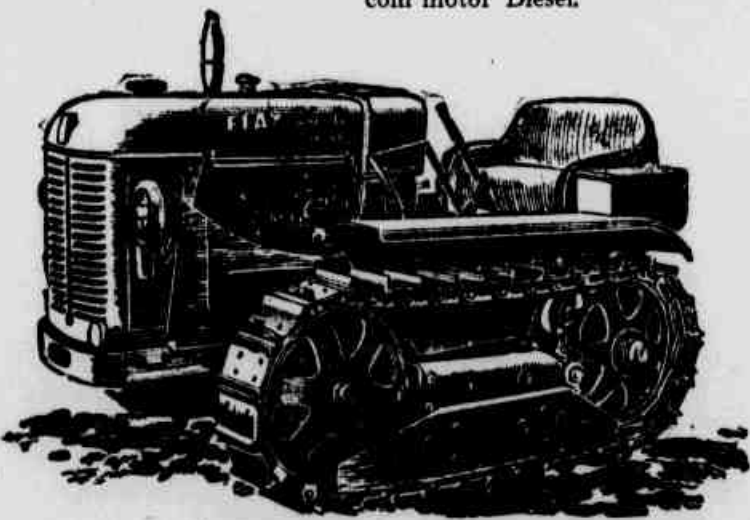
Efetivamente, pela aquisição do controle das ações do Banco Hipotecário e Agrícola do E. de S. Paulo e mudança de seu nome, criava-se logo depois o atual Banco do Estado; adquiriram-se os armazéns reguladores construídos pelo Governo Federal, junto das estradas de ferro; autorizava-se o endosso de um empréstimo de dez milhões de libras esterlinas, destinado ao financiamento do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, enfim, aparelhava-se o Estado de São Paulo para dar cumprimento às recomendações do Sindicato de Santos, em 1884, de Vicente de Carvalho, representando os fazendeiros que subcreveram a Representação de 1901, do Convênio de Taubaté, de 1906, de Jorge Tibiriçá, de Augusto Ramos, de Rafael Sampaio Vidal, de Cincinato Braga, de Bento de Abreu Sampaio Vidal, da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Paulista de Agricultura, da Liga Agrícola Paulista, ou seja, da quase unanimidade da classe rural de S. Paulo.

A crise mundial de após guerra, de um lado, e a desmesurada expansão dos cafeais plantados sob o influxo natural dos melhores presságios, em vista do inegável sucesso da chamada valorização do produto, criaram porém a ambiência tempestuosa que iria suceder aos fatos iniciais da vida do Instituto Paulista do Café. Ao par do acerto evidentes, ha-

Uma linha completa
de tratores
DIESEL
com a
tradicional
economia e solidez
dos produtos

FIAT

- ★ Todos os implementos agrícolas
- ★ Completo estoque de peças legítimas
- ★ Assistência técnica com pessoal especializado da própria fábrica.

FIAT 25-C
pequeno grande trator

sua aderência total e grande estabilidade asseguram trabalhos rápidos e econômicos em qualquer terreno. 25 H. P. Único trator de sua categoria equipado com motor Diesel.

O NOME FIAT É GARANTIDO POR MEIO SÉCULO DE REPUTAÇÃO MUNDIAL

SOMACA DA 50
de grande produção

possante e muito econômico produz dois alqueires de aração por dia. Consumo de apenas 25 litros de óleo diesel por alqueire. Motor de 40 HP.

FIAT-OM 35/40-CL
ideal para
tarefas pesadas

com 6 marchas a frente e 2 a ré. Sapatas de 40 cms. Motor de 37 HP. Construção ultra-forte para resistir às mais árduas tarefas

FIAT 55/L
o máximo de eficiência

da mais alta qualidade. Motor de 55 HP. Exatidão de tração 5.500 Kgs. 5 marchas a frente e uma a ré. Consumo reduzidíssimo.

Distribuidores Exclusivos no Brasil:

MOTO-AGRICOLA S/A

São Paulo
R. 7 de Abril, 230-12.
Telefone: 35-5111

Rio de Janeiro
Av. Pres. Vargas, 463-A - 8.º and.
Telefones: 43-5850 - 43-5863



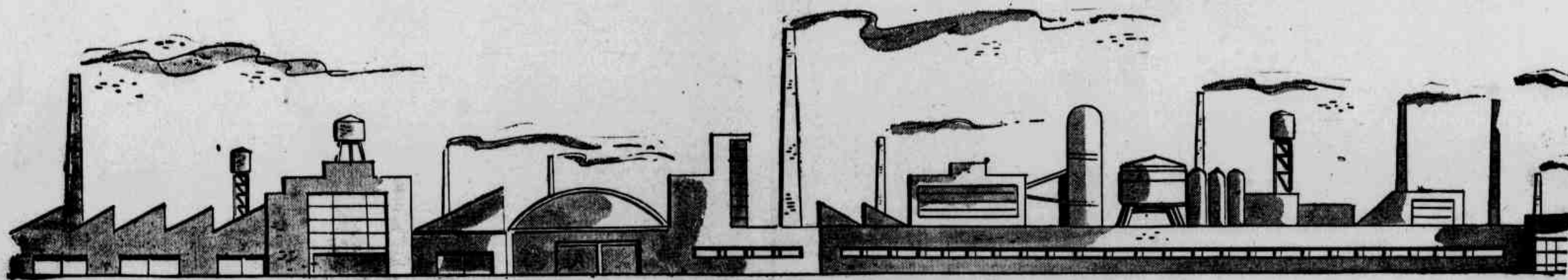
Ao homenagearmos a cafeicultura, lembramo-nos das palavras de um dos, mais esclarecidos líderes da Indústria Paulista, o saudoso Senador Roberto Simonsen:

"A própria lição dos fatos está a demonstrar-nos que a emancipação econômica do Brasil só será um ideal limitando com a realidade, quando nos capacitarmos de que a conquista dos mercados internos é possível, justamente, se uma sólida aliança entre a lavoura e a indústria possibilitar, objetivamente, a elevação do padrão de vida das nossas populações e consequente aumento da renda nacional".

"A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nunca esteve alheia aos justos reclamos da agricultura, para a solução de seus problemas fundamentais. Estivemos ao seu lado, clamando por providências que abolissem, a tempo, as crises do café".

"Propugnamos, de há muito, nos conselhos técnicos estaduais e federais, pela necessária emulação a uma larga política agrária de subsistência, com a criação de armazéns reguladores, do expurgo e da conservação dos seus produtos, facilitando o seu escoamento normal para os grandes centros".

"A nossa industrialização que se impõe como um imperativo inelutável para que alcancemos, rapidamente, um razoável grau de enriquecimento não contraria de forma alguma, o engrandecimento das nossas lides agrícolas. Muito ao contrário. São atividades que se conjugam e se completam em benefício do progresso geral".



HOMENAGEM AO QUE DEVE A ECONOMIA DE SÃO PAULO AO CAFÉ — O OURO VERDE DO BRASIL

Cerâmica São Caetano S. A.